JORNAL OFICIAL
Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso

Índice

Associação Mato-Grossense dos Municípios - AMM-MT 4
Camara Municipal de Água Boa 4
Camara Municipal de Cáceres 7
Camara Municipal de Chapada dos Guimarães 7
Camara Municipal de Colíder 7
Camara Municipal de Diamantino 8
Camara Municipal de São José do Rio Claro 8
Camara Municipal de Serra Nova Dourada 9
Camara Municipal de Tangará da Serra 10
Camara Municipal de Várzea Grande 10
Consórcio Intermunicipal Complexo Nascentes do Pantanal 11
Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Peixoto - CISVP 11
Consórcio Intermunicipal de Saúde do Araguaia 12
Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Araguaia 24
Prefeitura Municipal de Água Boa 24
Prefeitura Municipal de Alto Boa Vista 31
Prefeitura Municipal de Alto Garças 53
Prefeitura Municipal de Alto Paraguai 55
Prefeitura Municipal de Alto Taquari 61
Prefeitura Municipal de Apiacás 64
Prefeitura Municipal de Araguaiana 65
Prefeitura Municipal de Araputanga 66
Prefeitura Municipal de Arenápolis 67
Prefeitura Municipal de Aripuanã 82
Prefeitura Municipal de Barão de Melgaço 88
Prefeitura Municipal de Barra do Bugres 89
Prefeitura Municipal de Barra do Garças 92
Prefeitura Municipal de Cáceres 95
Prefeitura Municipal de Campinápolis 102
Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis 108
Prefeitura Municipal de Campo Verde 110
Prefeitura Municipal de Campos de Júlio 112
Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte 129
Prefeitura Municipal de Canarana 129
Prefeitura Municipal de Carlinda 132
Prefeitura Municipal de Castanheira 134
Prefeitura Municipal de Chapada dos Guimarães 135
Prefeitura Municipal de Cláudia 135
Prefeitura Municipal de Cocalinho 148
Prefeitura Municipal de Colíder 148
Prefeitura Municipal de Colniza 157
Prefeitura Municipal de Comodoro 158
Prefeitura Municipal de Confresa 160
Prefeitura Municipal de Conquista D`Oeste 169
Prefeitura Municipal de Cuiabá 194
Prefeitura Municipal de Curvelândia 194
Prefeitura Municipal de Denise 195
Prefeitura Municipal de Diamantino 195
Prefeitura Municipal de Dom Aquino 198
Prefeitura Municipal de Feliz Natal 201
Prefeitura Municipal de Gaúcha do Norte 208
Prefeitura Municipal de Glória d´Oeste 212

Prefeitura Municipal de Guarantã do Norte 213
Prefeitura Municipal de Itanhangá 214
Prefeitura Municipal de Itiquira 217
Prefeitura Municipal de Jaciara 223
Prefeitura Municipal de Jangada 223
Prefeitura Municipal de Jauru 225
Prefeitura Municipal de Juara 229
Prefeitura Municipal de Juscimeira 229
Prefeitura Municipal de Lambari d´Oeste 230
Prefeitura Municipal de Luciara 231
Prefeitura Municipal de Marcelândia 232
Prefeitura Municipal de Matupá 237
Prefeitura Municipal de Mirassol d´Oeste 249
Prefeitura Municipal de Nobres 253
Prefeitura Municipal de Nortelândia 344
Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento 344
Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes 347
Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia 353
Prefeitura Municipal de Nova Guarita 353
Prefeitura Municipal de Nova Lacerda 357
Prefeitura Municipal de Nova Marilândia 359
Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde 359
Prefeitura Municipal de Nova Olímpia 361
Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena 363
Prefeitura Municipal de Nova Xavantina 363
Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte 365
Prefeitura Municipal de Novo Mundo 365
Prefeitura Municipal de Novo Santo Antônio 366
Prefeitura Municipal de Paranatinga 369
Prefeitura Municipal de Pedra Preta 373
Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo 377
Prefeitura Municipal de Poconé 377
Prefeitura Municipal de Pontal do Araguaia 382
Prefeitura Municipal de Porto Alegre do Norte 405
Prefeitura Municipal de Porto Estrela 407
Prefeitura Municipal de Poxoréu 407
Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal 412
Prefeitura Municipal de Ribeirãozinho 437
Prefeitura Municipal de Rio Branco 442
Prefeitura Municipal de Rondolândia 445
Prefeitura Municipal de Rosário Oeste 445
Prefeitura Municipal de Salto do Céu 446
Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato 446
Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Leverger 448
Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste 449
Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia 451
Prefeitura Municipal de São José do Povo 451
Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro 452
Prefeitura Municipal de São José do Xingu 453
Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos 455
Prefeitura Municipal de Tabaporã 455
Prefeitura Municipal de Tangará da Serra 456
Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte 486
Prefeitura Municipal de Vale de São Domingos 488
Prefeitura Municipal de Várzea Grande 489
Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade 491
Prefeitura Municipal de Vila Rica 492

APRESENTAÇÃO

DIRETORIA DA AMM BIÊNIO 2019/2020

Presidente de Honra: Deputado Ondanir Bortolini (Nininho)

Presidente: Neurilan Fraga

Primeiro Vice-Presidente: Arnóbio Vieira De Andrade – Marcelândia

Segundo Vice-Presidente: Janailza Taveira Leite – São Felix Do Araguaia

Terceiro Vice-Presidente: Fabio Marcos Pereira De Farias – Canarana

Quarto Vice-Presidente: Noboru Tomiyoshi – Colíder

Quinto Vice-Presidente: Fabio Martins Junqueira – Tangará Da Serra

Secretário Geral: Jonas Rodrigues Da Silva –Aripuanã

Primeiro Secretário: : Francis Maris - Cáceres

Segundo Secretário: Valdécio Luiz Da Costa – Dom Aquin

Tesoureiro Geral: Marcos De Sá Fernandes Da Silva - Santa Cruz Do Xingu

Primeiro Tesoureiro: Adalto Jose Zago – Apiacás

Segundo Tesoureiro: Valter Kuhn – Terra Nova Do Norte

CONSELHO FISCAL

1. Gerson Rosa De Moraes – Pontal Do Araguaia
2. Joabe Almeida Dos Santos – Santo Afonso
3. Mariuza Augusta De Oliveira - Nova Brasilândia

SUPLENTES DO CONSELHO FISCAL

1. Silmar De Souza Goncalves – Nossa Senhora Do Livramento
2. Leocir Hanel – Nobres
3. Eugênio Pelachim - Porto Estrela

Gerente de Comunicação
Malu Sousa

Responsável pelo Jornal Oficial AMM
Noides Cenio da Silva - (65) 2123-1270

Entre em Contato: jornaloficial@amm.org.br (65) - 2123 - 1270

O Diário Oficial dos Municípios do Estado do Mato Grosso
é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal

ASSOCIAÇÃO MATO-GROSSENSE DOS MUNICÍPIOS - AMM-MT

LICITAÇÃO
EXTRATO 6º TERMO ADITIVO DO CONTRATO 004-2016

EXTRATO 6º TERMO ADITIVO DO CONTRATO 004-2016

OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE VIGILÂNCIA NÃO ARMADA 24H00 ININTERRUPTAS, EM ESCALA 12X36, NOS SÁBADOS, DOMINGOS E FERIADOS E NOS DIAS ÚTEIS, EQUIPADO COM RÁDIO (HT) COM COMUNICAÇÃO DIRETA COM A CENTRAL**.

CONTRATADA: KONNTE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA

NOVA VIGÊNCIA: 03/03/2020

Cuiabá (MT) 04 de Março de 2019.

NEURILAN FRAGA

PRESIDENTE

CAMARA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA

CÂMARA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA - MT
CONVÊNIO N. 002/2019

Termo de Convênio de ato educativo escolar supervisionado que entre si celebram a CÂMARA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA/MT e o ESCOLA ESTADUAL 9 DE JULHO, visando a realização de estágio de estudantes.

A CÂMARA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA/MT, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, devidamente inscrita no CNPJ sob n. 00.964.924/0001-08, com sede na Rua 09, nº 485, Centro, neste ato representado pelo seu **Presidente Sr. LUÍS CÉSAR DE LARA PINTO FILHO**,portador da Cédula de Identidade Registro Geral nº. 13327232 SSP/MT**,** inscrito no Cadastro de Pessoa Física sob o nº. 02136057162, residente e domiciliado à Rua 04, nº 395, Centro, Água Boa/MT, doravante denominado simplesmente de **CONVENENTE**, e do outro lado o **ESCOLA ESTADUAL 9 DE JULHO**, Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar da Escola Estadual 9 de Julho, devidamente inscrito no CNPJ sob o nº. 01.885.348/0001-76, tendo como Presidente a Sr. Luiz Gabriel de Souza Nogueira, estando neste ato representado pelo Diretor Sr. MARCELO PEREIRA DE SOUZA, portador da Cédula de Identidade Registro Geral nº. 57384549 SESP/PR, inscrito no Cadastro de Pessoa Física sob o nº. 017.872.239-14, localizado na Rua 11, nº. 750, Guarujá, Água Boa/MT, designado neste ato como sendo **CONVENIADO**, resolvem celebrar o presente Termo de Convênio sob a égide da Lei Complementar Municipal nº 135 de 20 de fevereiro de 2019, e no que couber, a Lei Federal nº 11.788/2008, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO Este convênio tem por objeto proporcionar aos estudantes a complementação do ensino e da aprendizagem e ser planejado, executado, acompanhado e avaliado em conformidade com os currículos, programas e calendários escolares, constituindo-se em instrumento de integração, em termos de treinamento prático e aperfeiçoamento técnico-cultural, científico e de relacionamento humano, nas diversas áreas da CÂMARA. Parágrafo primeiro – O estágio profissionalizante não obrigatório será concedido a 2 (dois) estudantes regularmente matriculados e com frequência efetiva na ESCOLA ESTADUAL 9 DE JULHO, não criando vínculo empregatício de qualquer natureza com a CÂMARA, e realizar-se-á nos termos da Lei Complementar Municipal nº 135 de 20 de fevereiro de 2019, e no que couber, a Lei Federal nº 11.788/2008, sujeitando-se às normas próprias da CÂMARA. Parágrafo segundo - somente poderão ser admitidos como estagiários alunos que tiverem, no mínimo, 16 (dezesseis) anos completos na data de início do estágio. **2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA SELEÇÃO DE ESTUDANTES** Para o cumprimento do disposto na Cláusula Primeira, a ESCOLA ESTADUAL 9 DE JULHO, se compromete a: a) indicar e substituir os estagiários, mediante solicitação da CÂMARA; b) encaminhar estudantes munidos com os seguintes documentos, para que a CÂMARA proceda à seleção final dos estagiários:

I - Declaração da instituição de ensino de que está regularmente matriculado e com frequência regular no curso e nas disciplinas de interesse;

II - Histórico escolar;

III - Duas fotografias 3x4;

IV - Cópia da cédula de identidade;

V - Cópia do CPF;

VI - Comprovante de endereço;

VII – Exame de admissibilidade; VIII – Comprovante de matrícula Parágrafo primeiro - Os estudantes serão selecionados com base na análise do desempenho acadêmico e de acordo com as áreas de interesse da CÂMARA, para dedicação exclusiva, as quais proporcionarão experiência prática, mediante efetiva participação desses estudantes em serviços, programas, planos e projetos, cuja estrutura programática guarda estrita correlação com as respectivas linhas de formação, obedecendo os critérios internos de aproveitamento. Parágrafo segundo - Os estudantes deverão estar frequentando regularmente as aulas. **3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO TERMO DE COMPROMISSO E DO CERTIFICADO**

A formalização da concessão do estágio efetivar-se-á mediante Termo de Compromisso próprio a ser firmado entre a CÂMARA e o estagiário, com a interveniência obrigatória da ESCOLA ESTADUAL 9 DE JULHO, conforme o disposto no parágrafo primeiro do artigo 18 da Lei Complementar Municipal nº 135 de 20 de fevereiro de 2019.

Parágrafo único – A CÂMARA deverá emitir o Certificado de Estágio para o estudante que concluir satisfatoriamente o estágio por período igual ou superior a 6 (seis) meses e, nos demais casos, declaração comprobatória do período de estágio.

4. CLÁUSULA QUARTA - DA DURAÇÃO E DA CARGA HORÁRIA DO ESTÁGIO

A jornada de atividade será compatível com as atividades escolares e com o horário de funcionamento da CÂMARA MUNICIPAL em estágio, sendo:

I - 04 (quatro) horas diárias e 20 (vinte) horas semanais, no caso de estudantes de educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional de educação de jovens e adultos;

II - 06 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais, no caso de estudantes do ensino superior, da educação profissional de nível médio e do ensino médio regular.

Parágrafo primeiro – A CÂMARA deverá oferecer condições para que os estagiários possam cumprir suas obrigações, sem prejuízo das atividades escolares.

Parágrafo segundo - A duração do estágio é de, no máximo, 2 (dois) anos, sem direito à renovação, exceto quando se tratar de estagiário portador de deficiência.

Parágrafo terceiro - Nos períodos de férias escolares, a jornada do estágio poderá ser estabelecida em comum acordo entre o estagiário e CÂMARA MUNICIPAL.

Parágrafo quarto - É assegurado ao estagiário, sempre que o estágio tenha duração igual ou superior a 1 (um) ano, período de recesso de 30 (trinta) dias, a ser gozado preferencialmente durante suas férias escolares.

5. CLÁUSULA QUINTA – DA BOLSA DE ESTÁGIO

O aluno que fizer estágio fará jus a uma remuneração mensal, a título de bolsa, correndo o pagamento da bolsa às expensas da CÂMARA, no valor de:

I - Estudante de nível superior, inclusive tecnólogo: R$ 600,00 (seiscentos reais).

II - Estudante de nível médio: R$ 500,00 (quinhentos reais).

III – Estudante de educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos: R$500,00 (quinhentos reais)

Parágrafo primeiro - O aluno que for servidor público não fará jus a bolsa de estágio.

Parágrafo segundo – Será considerada, para efeito de cálculo da bolsa, a frequência mensal do estagiário, deduzindo-se os dias da falta não justificada.

Parágrafo terceiro – Suspender-se-á o pagamento da bolsa a partir da data de desligamento do estagiário, qualquer que seja a causa.

6. CLÁUSULA SEXTA – DO SEGURO DE ACIDENTES PESSOAIS

A CÂMARA responsabilizar-se-á pela contratação de seguro de acidentes pessoais que tenham como causa direta o desempenho das atividades do estágio, durante todo o período de vigência do estágio.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DOS SUPERVISORES

A CÂMARA designará servidor de seu quadro de pessoal, com formação ou experiência profissional, para orientar e supervisionar o estagiário.

Parágrafo primeiro - O estagiário será avaliado objetivamente pelos resultados alcançados, por meio de conceitos a serem definidos pela CÂMARA, devendo obter rendimento igual ou superior a 70% (setenta por cento).

Parágrafo segundo - O estagiário que obtiver por duas vezes consecutivas conceito abaixo do esperado será desligado do Programa de Estágio da CÂMARA MUNICIPAL.

8. CLÁUSULA OITAVA - DO VÍNCULO

O estagiário não terá vínculo empregatício com a CÂMARA, conforme disposto na Lei Complementar Municipal nº 135 de 20 de fevereiro de 2019, e na Lei Federal nº 11.788/2008.

9. CLÁUSULA NONA – DO DESLIGAMENTO DO ESTAGIÁRIO

O desligamento do estagiário ocorrerá:

I - Automaticamente, ao término do prazo de validade do termo de compromisso, ou quando atingido o limite de 02 (anos);

II - Por descumprimento, por parte do estagiário, das condições estabelecidas no termo de compromisso;

III - Por interesse ou conveniência da CÂMARA;

IV - Por rendimento insatisfatório do estagiário, conforme previsto no art. 20 Lei Complementar Municipal nº 135 de 20 de fevereiro de 2019;

V - A pedido do estagiário, manifestado mediante comunicado à CÂMARA;

VI - Pela ocorrência de 3 (três) faltas injustificadas, consecutivas ou não, no período de trinta dias, ou de 10 (dez) faltas injustificadas, consecutivas ou não, durante o estágio;

VII - Por interrupção ou conclusão do curso;

VIII - Por decorrência de tratamento médico superior a 15 (quinze) dias, desde que haja interesse da administração em dispensá-lo, podendo, todavia, apenas suspender o contrato;

IX - Por comportamento funcional ou social inadequado aos padrões e regulamentos internos da CÂMARA.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA DESPESA E DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A despesa estimada com a execução do presente Convênio, correrá à conta de dotação orçamentária própria da Câmara Municipal de Água Boa-MT.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA VIGÊNCIA

Este Convênio vigorará pelo prazo de 02 (dois) anos, contado a partir da data de sua assinatura, podendo ser alterado, por meio de Termo Aditivo, bem como denunciado, de comum acordo entre os partícipes ou unilateralmente, por qualquer um deles, mediante comunicação escrita, com antecedência de 20 (vinte) dias.

Parágrafo primeiro – O encerramento antecipado deste Convênio não prejudicará os estágios em curso.

Parágrafo segundo – Este Convênio será reexaminado com periodicidade não-superior a 2 (dois) anos.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DISPOSIÇÕES GERAIS

Fica eleito o Foro da **Comarca de Água Boa/MT,** com recusa expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja para dirimir as dúvidas oriundas deste convênio.

Por estarem justos e acordados, mutuamente assinam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e para todos os efeitos legais, na presença de 02 (duas) testemunhas idôneas e civilmente capazes.

Água Boa/MT, 11 de Março de 2019.

Luís César de Lara Pinto Filho (PR)

Presidente – Câmara Municipal de Água Boa/MT

CONVENENTE

Marcelo Pereira de Souza

Representante (Diretor) - Escola Estadual 9 de Julho

CONVENIADO

CÂMARA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA - MT
CONVÊNIO N. 001/2019

Termo de Convênio de ato educativo escolar supervisionado que entre si celebram a CÂMARA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA/MT e o ESCOLA ESTADUAL ANTONIO GROHS, visando a realização de estágio de estudantes.

A CÂMARA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA/MT, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, devidamente inscrita no CNPJ sob n. 00.964.924/0001-08, com sede na Rua 09, nº 485, Centro, neste ato representado pelo seu **Presidente Sr. LUÍS CÉSAR DE LARA PINTO FILHO**,portador da Cédula de Identidade Registro Geral nº. 13327232 SSP/MT**,** inscrito no Cadastro de Pessoa Física sob o nº. 02136057162, residente e domiciliado à Rua 04, nº 395, Centro, Água Boa/MT, doravante denominado simplesmente de **CONVENENTE**, e do outro lado o **ESCOLA ESTADUAL ANTONIO GROHS**, Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar da Escola Estadual de 1º e 2º Grau Antonio Gröhs, devidamente inscrito no CNPJ sob o nº. 01.772.790/0001-96, tendo como Presidente a Sra. Rosângela Alves da Silva Roque, estando neste ato representado pelo Diretor Sr. **ALCEU BUSANELLO**, portador da Cédula de Identidade Registro Geral nº. 5040965377 SSP/RS, inscrito no Cadastro de Pessoa Física sob o nº. 555. 054.650-72, localizado na Rua 07, nº. 456, Centro, Água Boa/MT, designado neste ato como sendo **CONVENIADO**, resolvem celebrar o presente Termo de Convênio sob a égide da Lei Complementar Municipal nº 135 de 20 de fevereiro de 2019, e no que couber, a Lei Federal nº 11.788/2008, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO Este convênio tem por objeto proporcionar aos estudantes a complementação do ensino e da aprendizagem e ser planejado, executado, acompanhado e avaliado em conformidade com os currículos, programas e calendários escolares, constituindo-se em instrumento de integração, em termos de treinamento prático e aperfeiçoamento técnico-cultural, científico e de relacionamento humano, nas diversas áreas da CÂMARA. Parágrafo primeiro – O estágio profissionalizante não obrigatório será concedido a 2 (dois) estudantes regularmente matriculados e com frequência efetiva no ESCOLA ESTADUAL ANTÔNIO GROHS, não criando vínculo empregatício de qualquer natureza com a CÂMARA, e realizar-se-á nos termos da Lei Complementar Municipal nº

135 de 20 de fevereiro de 2019, e no que couber, a Lei Federal nº 11.788/2008, sujeitando-se às normas próprias da CÂMARA. Parágrafo segundo - somente poderão ser admitidos como estagiários alunos que tiverem, no mínimo, 16 (dezesseis) anos completos na data de início do estágio. **2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA SELEÇÃO DE ESTUDANTES** Para o cumprimento do disposto na Cláusula Primeira, o ESCOLA ESTADUAL ANTÔNIO GROHS, se compromete a: a) indicar e substituir os estagiários, mediante solicitação da CÂMARA; b) encaminhar estudantes munidos com os seguintes documentos, para que a CÂMARA proceda à seleção final dos estagiários:

I - Declaração da instituição de ensino de que está regularmente matriculado e com frequência regular no curso e nas disciplinas de interesse;

II - Histórico escolar;

III - Duas fotografias 3x4;

IV - Cópia da cédula de identidade;

V - Cópia do CPF;

VI - Comprovante de endereço;

VII – Exame de admissibilidade; VIII – Comprovante de matrícula Parágrafo primeiro - Os estudantes serão selecionados com base na análise do desempenho acadêmico e de acordo com as áreas de interesse da CÂMARA, para dedicação exclusiva, as quais proporcionarão experiência prática, mediante efetiva participação desses estudantes em serviços, programas, planos e projetos, cuja estrutura programática guarda estrita correlação com as respectivas linhas de formação, obedecendo os critérios internos de aproveitamento. Parágrafo segundo - Os estudantes deverão estar frequentando regularmente as aulas. **3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO TERMO DE COMPROMISSO E DO CERTIFICADO**

A formalização da concessão do estágio efetivar-se-á mediante Termo de Compromisso próprio a ser firmado entre a CÂMARA e o estagiário, com a interveniência obrigatória do ESCOLA ESTADUAL ANTÔNIO GROHS, conforme o disposto no parágrafo primeiro do artigo 18 da Lei Complementar Municipal nº 135 de 20 de fevereiro de 2019.

Parágrafo único – A CÂMARA deverá emitir o Certificado de Estágio para o estudante que concluir satisfatoriamente o estágio por período igual ou superior a 6 (seis) meses e, nos demais casos, declaração comprobatória do período de estágio.

4. CLÁUSULA QUARTA - DA DURAÇÃO E DA CARGA HORÁRIA DO ESTÁGIO

A jornada de atividade será compatível com as atividades escolares e com o horário de funcionamento da CÂMARA MUNICIPAL em estágio, sendo:

I - 04 (quatro) horas diárias e 20 (vinte) horas semanais, no caso de estudantes de educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional de educação de jovens e adultos;

II - 06 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais, no caso de estudantes do ensino superior, da educação profissional de nível médio e do ensino médio regular.

Parágrafo primeiro – A CÂMARA deverá oferecer condições para que os estagiários possam cumprir suas obrigações, sem prejuízo das atividades escolares.

Parágrafo segundo - A duração do estágio é de, no máximo, 2 (dois) anos, sem direito à renovação, exceto quando se tratar de estagiário portador de deficiência.

Parágrafo terceiro - Nos períodos de férias escolares, a jornada do estágio poderá ser estabelecida em comum acordo entre o estagiário e CÂMARA MUNICIPAL.

Parágrafo quarto - É assegurado ao estagiário, sempre que o estágio tenha duração igual ou superior a 1 (um) ano, período de recesso de 30 (trinta) dias, a ser gozado preferencialmente durante suas férias escolares.

5. CLÁUSULA QUINTA – DA BOLSA DE ESTÁGIO

O aluno que fizer estágio fará jus a uma remuneração mensal, a título de bolsa, correndo o pagamento da bolsa às expensas da CÂMARA, no valor de:

I - Estudante de nível superior, inclusive tecnólogo: R$ 600,00 (seiscentos reais).

II - Estudante de nível médio: R$ 500,00 (quinhentos reais).

III – Estudante de educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos: R$500,00 (quinhentos reais)

Parágrafo primeiro - O aluno que for servidor público não fará jus a bolsa de estágio.

Parágrafo segundo – Será considerada, para efeito de cálculo da bolsa, a frequência mensal do estagiário, deduzindo-se os dias da falta não justificada.

Parágrafo terceiro – Suspender-se-á o pagamento da bolsa a partir da data de desligamento do estagiário, qualquer que seja a causa.

6. CLÁUSULA SEXTA – DO SEGURO DE ACIDENTES PESSOAIS

A CÂMARA responsabilizar-se-á pela contratação de seguro de acidentes pessoais que tenham como causa direta o desempenho das atividades do estágio, durante todo o período de vigência do estágio.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DOS SUPERVISORES

A CÂMARA designará servidor de seu quadro de pessoal, com formação ou experiência profissional, para orientar e supervisionar o estagiário.

Parágrafo primeiro - O estagiário será avaliado objetivamente pelos resultados alcançados, por meio de conceitos a serem definidos pela CÂMARA, devendo obter rendimento igual ou superior a 70% (setenta por cento).

Parágrafo segundo - O estagiário que obtiver por duas vezes consecutivas conceito abaixo do esperado será desligado do Programa de Estágio da CÂMARA MUNICIPAL.

8. CLÁUSULA OITAVA - DO VÍNCULO

O estagiário não terá vínculo empregatício com a CÂMARA, conforme disposto na Lei Complementar Municipal nº 135 de 20 de fevereiro de 2019, e na Lei Federal nº 11.788/2008.

9. CLÁUSULA NONA – DO DESLIGAMENTO DO ESTAGIÁRIO

O desligamento do estagiário ocorrerá:

I - Automaticamente, ao término do prazo de validade do termo de compromisso, ou quando atingido o limite de 02 (anos);

II - Por descumprimento, por parte do estagiário, das condições estabelecidas no termo de compromisso;

III - Por interesse ou conveniência da CÂMARA;

IV - Por rendimento insatisfatório do estagiário, conforme previsto no art. 20 Lei Complementar Municipal nº 135 de 20 de fevereiro de 2019;

V - A pedido do estagiário, manifestado mediante comunicado à CÂMARA;

VI - Pela ocorrência de 3 (três) faltas injustificadas, consecutivas ou não, no período de trinta dias, ou de 10 (dez) faltas injustificadas, consecutivas ou não, durante o estágio;

VII - Por interrupção ou conclusão do curso;

VIII - Por decorrência de tratamento médico superior a 15 (quinze) dias, desde que haja interesse da administração em dispensá-lo, podendo, todavia, apenas suspender o contrato;

IX - Por comportamento funcional ou social inadequado aos padrões e regulamentos internos da CÂMARA.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA DESPESA E DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A despesa estimada com a execução do presente Convênio, correrá à conta de dotação orçamentária própria da Câmara Municipal de Água Boa-MT.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA VIGÊNCIA

Este Convênio vigorará pelo prazo de 02 (dois) anos, contado a partir da data de sua assinatura, podendo ser alterado, por meio de Termo Aditivo, bem como denunciado, de comum acordo entre os partícipes ou unilateralmente, por qualquer um deles, mediante comunicação escrita, com antecedência de 20 (vinte) dias.

Parágrafo primeiro – O encerramento antecipado deste Convênio não prejudicará os estágios em curso.

Parágrafo segundo – Este Convênio será reexaminado com periodicidade não-superior a 2 (dois) anos.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DISPOSIÇÕES GERAIS

Fica eleito o Foro da **Comarca de Água Boa/MT,** com recusa expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja para dirimir as dúvidas oriundas deste convênio.

Por estarem justos e acordados, mutuamente assinam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e para todos os efeitos legais, na presença de 02 (duas) testemunhas idôneas e civilmente capazes.

Água Boa/MT, 11 de Março de 2019.

Luís César de Lara Pinto Filho (PR)

Presidente – Câmara Municipal de Água Boa/MT

CONVENENTE

Alceu Busanello

Representante (Diretor) - Escola Estadual Antonio Grohs

CONVENIADO

Nome: RG: CPF: Testemunha	Nome: RG: CPF: Testemunha

CAMARA MUNICIPAL DE CÁCERES

CAMARA MUNICIPAL DE CÁCERES
PORTARIA N° 71/2019

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas prerrogativas legais e regimentais,

Considerando a assinatura do **Termo de Cooperação n° 001/2019**, firmando com a Justiça Eleitoral (6ª Zona Eleitoral de Mato Grosso);

CONSIDERANDO o estabelecido no Edital nº 10/2019, que prevê a realização de mutirões para atendimento de eleitores na zona rural do município de Cáceres, nos locais, dias e horários nele especificados;

CONSIDERANDO o ofício n° 34/2019, datado de 13/02/2019, solicitando a disponibilização do veículo da Câmara Municipal a partir do dia 11/03/2019 (segunda-feira) às 08h, de modo que haja tempo hábil para instalação e testes prévios dos aparelhos da Justiça Eleitoral nos locais listados,

CONSIDERANDO a necessidade de realização de serviço extraordinário pelos servidores da Câmara Municipal de Cáceres/MT,

RESOLVE:

Art. 1° O servidor que ficar trabalhando além do horário normal da escala de serviço, receberá ajuda de custo no valor de R$ 14,04 (quatorze reais e quatro centavos) por hora a mais trabalhada.

Art. 2° O pagamento dessas horas somente será feito mediante a apresentação do cartão ponto ou outro documento correlato, que comprove a realização do horário extraordinário pelo servidor, assinado pelo responsável da Justiça Eleitoral.

Art. 3° O servidor designado pela Justiça Eleitoral para trabalhar na zona rural do município de Cáceres, conforme calendário previsto no Edital n° 10/2019, perceberá o valor de R$ 130,00 (centro e trinta reais) por dia trabalhado, não fazendo *jus* a qualquer outra indenização.

Art. 4° As despesas relacionadas nesta Portaria serão acobertadas pela dotação orçamentária n° 01.031.1001.2001.0003.1.90.94.00.

Art. 5° Esta Portaria entrará em vigor a partir de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registrada e Publicada, Cumpra-se.

Câmara Municipal de Cáceres/MT, 11 de março de 2019.

Rubens Macedo

Presidente

Cláudio Henrique Donatoni

1° Secretário

Afixada em 11/03/2019

CAMARA MUNICIPAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES

CÂMARA MUNICIPAL
EDITAL DE INTIMAÇÃO

EDITAL DE INTIMAÇÃO

O **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES - MT**, em conformidade com o Artigo 5º, V, do Decreto-Lei nº 201/67, **INTIMA a Senhora THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA, ou seus Procuradores perante a Comissão Processante nº 001/2018, da realização de Sessão Extraordinária para julgamento do Relatório Final da Comissão Processante nº 001/2018, no dia 13 DE MARÇO DE 2019 (QUARTA-FEIRA) as 18h00 no Plenário da Câmara Municipal de Chapada Guimarães,** ocasião em que a denunciada, ou seu procurador, terá o prazo máximo de 2 (duas) horas para produzir sua defesa oral.

Chapada dos Guimarães - MT, 07 de março de 2019.

Vereador Carlos Eduardo de Lima Oliveira Presidente da Câmara Municipal

CÂMARA MUNICIPAL
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES-MT**, em conformidade com os Artigos 134 e 135 do Regimento Interno deste Poder Legislativo, CONVOCA os senhores Vereadores para Sessão Extraordinária, a realizar-se no dia **13 DE MARÇO DE 2019 (QUARTA-FEIRA) as 18h00** no Plenário desta Casa Legislativa, ocasião que será apreciado e julgado o relatório final da Comissão Processante que apura suposta infração politico-administrativa em desfavor da Prefeita Municipal Senhora THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA.

Chapada dos Guimarães - MT, 07 de março de 2019.

Vereador Carlos Eduardo de Lima Oliveira Presidente da Câmara Municipal

CAMARA MUNICIPAL DE COLÍDER

CAMARA MUNICIPAL
TERMO DE POSSE

TERMO DE POSSE

Ao primeiro dia do mês de janeiro de dois mil e dezenove, as 9:30 horas, nesta cidade de Colíder, Estado de Mato Grosso, na sede do Poder Le-

gislativo, presente os Vereadores: Alencar Pereira da Silva, Denny Michel Rodrigues, Edina Martins, Jaime Pereira Lima, José Moreira, José Elcio de Matos, José Roberto Andrade dos Santos, Luciano Milani, Marcos Aragão Pinheiro, Roberto Francisco Ferreira da Silva , Ricardo Caldeira e Ruam Batista da Silva Adão, autoridades e o povo em geral, tomou posse a Mesa Diretora, eleita na Sessão do dia 20 de dezembro de 2018, de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, para o Biênio 2019/2020 composta pelos Exmos. Senhores Vereadores: **ROBERTO FRANCISCO FERREIRA DA SILVA**- Presidente; **RUAM BATISTA DA SILVA ADÃO** - 1° Secretário; **JOSÉ ELCIO DE MATOS**– 2º Secretário e **LUCIANO MILANI -** Vice Presidente, aos quais caberão a representação do Poder Legislativo do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso. E para constar, lavrou-se o presente Termo de Posse que achado conforme será devidamente assinado pelos Excelentíssimos Senhores Vereadores. Câmara Municipal de Colíder em 01 de janeiro de 2019.

CAMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO

CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO
RESULTADO PREGÃO 002/2019

CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO

AVISO DE RESULTADO - PREGAO PRESENCIAL Nº. 002/2019

A Câmara Municipal de Diamantino, através de seu Pregoeiro Oficial, Portaria n. 12/2019, torna público aos interessados, o resultado do Pregão Presencial, cujo objeto trata-se da Contratação de empresa de radiodifusão para realizar transmissões ao vivo das sessões realizadas no plenário da Câmara Municipal, bem como, transmitir a gravação das sessões que por ventura forem realizadas fora do plenário, desde que não haja a possibilidade de se fazer a transmissão ao vivo, e ainda, veicular convites, avisos e informativos conforme a necessidade da Câmara Municipal.

Data da realização: 11/03/2019.

Empresa vencedora: Rádio Parecis de Diamantino Ltda-ME foi vencedora perfazendo um total de R$ 62.000,00 (sessenta e dois mil reais);

Diamantino-MT, 11 de março de 2019.

Paulo Cezar da Cruz Fonseca

PREGOEIRO OFICIAL

CAMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO

CÂMARA MUNICIPAL
RATIFICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 004/2019

RATIFICAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 004/2019

A Câmara Municipal de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, através de seu Presidente Senhor **JOÃO MARTINS DE SOUZA FILHO,** torna público que, em virtude de haver concordado com a justificativa apresentada pela Comissão Permanente de Licitação da Câmara Municipal, para a Contratação da Empresa AMARELINHA COMUNICAÇÃO VISUAL CNPJ nº 18.370.843/0001-45, que deverão ser entregues instalados e em perfeito funcionamento, para atender às necessidades da Câmara Municipal de São José do Rio Claro.E serão pagos com recursos da Câmara Municipal através de confirmação da Contabilidade através da dotação nº 01.001.01.031.0001.2002.33.90.39 – **OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA.** No valor total de R$ 7.490,00 (Sete mil, quatrocentos e noventa reais), e após Parecer Jurídico favorável à Dispensa exarado pela Assessoria Jurídica desta Casa Legislativa **RATIFICO** a Dispensa de Licitação fulcrada no capu do art. 24, inciso II da Lei 8.666/93, a justificativa apresentada e **AUTORIZO** a contratação imediata da empresa, dando cumprimento ao que dispõe p art. 26 do mesmo diploma legal.

São José do Rio Claro-MT, 11 de março de 2019.

JOÃO MARTINS DE SOUZA FILHO

Presidente da Câmara Municipal

CÂMARA MUNICIPAL
DECRETO LEGISLATIVO

ESTADO DE MATO GROSSO
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
CÂMARA MUNICIPAL DE SERRA NOVA DOURADA
CNPJ 04.230.951/0001-08

DECRETO LEGISLATIVO N.º 006/2018

De 22 de Maio de 2018

Aprova as contas da Prefeitura Municipal de Serra Nova Dourada – MT, relativas ao exercício financeiro de 2016, na gestão do Sr. Prefeito Edson Yukio Ogatha.

A MESA DIRETORA, da Câmara Municipal de Serra Nova Dourada, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, conferidas por lei, faz saber que o Plenário da Câmara Municipal aprovou as contas da Prefeitura Municipal de Serra Nova Dourada - MT, relativas ao exercício Financeiro de 2016, e ela sanciona e promulga o seguinte Decreto Legislativo.

Art. 1º. Ficam julgadas e aprovadas as Contas da Prefeitura Municipal de Serra Nova Dourada, Estado de Mato Grosso, relativa ao exercício financeiro de 2016, na gestão do Sr. Prefeito Edson Yukio Ogatha.

Art. 2º. Fica prevalecendo o Parecer n.º 127/2017 de 15 de dezembro de 2017 do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, favorável á aprovação das referidas contas.

Art. 3º. Este Decreto Legislativo entra em vigor na data da sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Serra Nova Dourada - MT, 22 de Maio de 2018.

Antonio de Assis Carneiro Sudário
Presidente da Câmara

Elson Farias de Sousa
Vice-Presidente da Câmara

Mauro Coelho de Almeida
Primeiro Secretário

Marco Antonio Barreira de Oliveira
Segundo Secretário

Rua São Paulo s/n – Centro – CEP:78668-000 Email:camara_snd@hotmail.com.br Fone: (66)3473-1067

CAMARA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE CONTRATO

A Câmara Municipal de Tangará da Serra – MT torna pública a formalização dos contratos abaixo:

TERMO DE PRORROGAÇÃO - ADITIVO: 05/2019

CONTRATO ORIGINÁRIO: 06/2016

OBJETO: Prestação de serviços de limpeza

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA-MT.

CONTRATADA: M. J. C. MOURA - ME

VALOR: R$ 4.389,53 (quatro mil trezentos e oitenta e nove reais, cinquenta e três centavos) mensais.

VIGÊNCIA: Até 01/03/2020

Tangará da Serra-MT, 07 de março de 2019.

RONALDO QUINTÃO

PRESIDENTE

CAMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 02/2019

Depois de cumprida a determinação do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Várzea Grande, bem como o parecer da Consultoria Jurídica e da unidade de Controle Interno, esta Comissão exara o seguinte:

Lei n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993:

“Art. 24 – É dispensável a licitação:

...

II - Para outros serviços e compras de valor ate 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea “a”, do inciso II do artigo interior e para alienações, nos casos previstos neste lei, desde que se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compras ou alienações de maior vulto que possa ser realizadas de uma só vez.”

O processo se refere à contratação na prestação de serviços de garçom para atender às sessões legislativas ordinárias, extraordinárias, sessões itinerantes, audiências públicas, sessões solenes e demais eventos realizados pela Câmara Municipal de Várzea Grande.

Assim sendo, em razão do valor, por tudo que consta no processo de dispensa de licitação, cristaliza-se no presente caso os aspectos que caracterizam a dispensa de licitação, optando esta comissão por tal modalidade licitatória.

Diante do acima disposto, esta Comissão Permanente de Licitação, encaminha o presente processo, para as devidas publicações.

Várzea Grande-MT, 18 de fevereiro de 2019.

Iraides Maria de Oliveira

Presidente da CPL

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
EXTRATO DE CONTRATO - DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 02/2019

CONTRATO N.º 02/2019

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE-MT

CONTRATADO: CLOVIS CLIMACO DA SILVA

OBJETO: Contratação na prestação de serviços de garçom para atender às sessões legislativas, ordinárias, extraordinárias, sessões itinerantes, audiências públicas, sessões solenes e demais eventos realizados pela Câmara Municipal de Várzea Grande

VALOR: R$ 18.000,00 (dezoito mil reais)

BASE LEGAL: Art. 24, inciso II da Lei Federal nº 8.666/93

As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária: 2001.33.90.36.00 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física

DATA DA ASSINATURA: 18 de fevereiro de 2019

PRAZO DE VIGÊNCIA: 18/02/2019 a 18/02/2020

Assinam: Fábio José Tardin - Presidente da Câmara Municipal de Várzea Grande e Clovis Clímaco da Silva

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
TERMO DE ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Presidente da Câmara Municipal, Fabio José Tardin, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei n.º 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão Permanente de Licitação, resolve:

01- Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

a) Licitação n.º: 02/2019

b) Modalidade: DISPENSA

c) Data Homologação: 18/02/2019

d) Data Adjudicação: 18/02/2019

e) Objeto da Licitação: Contratação na prestação de serviços de garçom para atender as sessões legislativas, ordinárias, extraordinárias, sessões itinerantes, audiências públicas, sessões solenes e demais eventos realizados pela Câmara Municipal de Várzea Grande.

f) Vencedor (a): **CLÓVIS CLIMACO DA SILVA CPF N.º 106.986.801-97**

Várzea Grande – MT, 18 de fevereiro de 2019.

Fábio José Tardin

Presidente da Câmara Municipal

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Presidente da Câmara Municipal, Fabio José Tardin, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei n.º 8.666/93 e alterações posteriores, à vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão Permanente de Licitação, resolve:

01- Homologar a presente Licitação nestes termos:

a) Licitação n.º: 02/2019

b) Modalidade: DISPENSA

c) Data Homologação: 18/02/2019

d) Data Adjudicação: 18/02/2019

e) Objeto da Licitação: Contratação na prestação de serviços de garçom para atender as sessões legislativas, ordinárias, extraordinárias, sessões itinerantes, audiências públicas, sessões solenes e demais eventos realizados pela Câmara Municipal de Várzea Grande.

f) Vencedor (a): **CLÓVIS CLIMACO DA SILVA CPF N.º 106.986.801-97**

Várzea Grande – MT, 18 de fevereiro de 2019.

Fábio José Tardin

Presidente da Câmara Municipal

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
RESOLUÇÃO N.º 05/2019

Altera a redação do art. 117 do Regimento Interno da Câmara de Municipal de Várzea Grande e dá outras providências.

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Várzea Grande-MT, no uso das atribuições legais, faz saber que o Plenário aprovou e fica promulgada a seguinte Resolução:

Art. 1º - O artigo 117 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Várzea Grande, fica alterado nos seguintes termos:

"Art. 117 - As Sessões Ordinárias da Câmara Municipal serão realizadas às quartas-feiras, com início às 18:00 horas, e duração de até 04 (quatro) horas.

***Parágrafo único** (...)"*

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Várzea Grande, 07 de março de 2019.

Ver. Fábio José Tardin

Presidente

Ver. Gisele Aparecida de Barros

1.ª Secretária

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2019

O CIDESAT do Complexo Nascentes do Pantanal torna público que fará realizar o PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2019 objetivando a contratação de Consultoria Técnica especializada na elaboração de projetos para implantação de pisciculturas, conforme objeto do Convênio nº 836330/2016/MI. A sessão de abertura da licitação será realizada na sede do Consórcio, localizado na Rua Marechal Dutra, 248 – Jd. Zeferino I em São José dos Quatro Marcos – MT, com início às 14:00 horas do dia 25 de março de 2019. Cópia do Edital e de seus anexos poderão ser obtidas no site do Consórcio: www.nascentesdopantanal.org.br. Informações pelo e-mail: nascentesdopantanal@gmail.com ou fone 065 3251-1115.

São José dos Quatro Marcos-MT, 11 de março de 2019.

DANILO RICARDO PIVETTA

Pregoeiro – Portaria 02/2019

PORTARIA Nº. 03/2019 DE 07 DE MARÇO DE 2019

DISPÕE SOBRE DESLIGAMENTO DE SERVIDOR CONTRATADO DO CARGO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS NO AMBITO DO CONSÓRCIO COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL

PAULO REMÉDIO, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social, Ambiental e Turístico do Complexo Nascentes do Pantanal, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo Estatuto social;

RESOLVE:

Art. 1º - **Desligar** a Servidora **MARIA DO CARMO PIRES SANTANA,** nomeado através da Portaria 06/2018 de 27 de Fevereiro de 2018 e admitido mediante Contrato Administrativo de Prestação de Serviço Temporário 03/2018, por motivo de encerramento do prazo contratual.

Art. 2º - O servidor, no ato do término do contrato recebeu por parte do empregador, todos os direitos trabalhistas em que lhe eram devido.

Gabinete do Presidente do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social, Ambiental e Turístico do Complexo Nascentes do Pantanal, 07 de Março de 2019.

_____

PAULO REMÉDIO

Presidente do CIDESAT do Complexo Nascentes do Pantanal

Registre-se, Publique-se e Afixe-se

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO - CISVP

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 003/2019 AO PREGÃO PRESENCIAL 002/2019

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 003/2019

EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2019

1. PREÂMBULO

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO representado por seu Pregoeiro designado pelo **Ato nº 292 de 02 de Janeiro de 2019,** no uso de suas atribuições, **TORNA PÚBLICO** a **RETIFICAÇÃO do EDITAL AO PREGÃO PRESENCIAL N° 002/2019** para Registro de Preços, do tipo **MENOR PREÇO com julgamento MENOR PREÇO POR ITEM** conforme descrito neste edital e seus anexos, de conformidade com a Lei a Lei n° 10.520, de 17 de julho de 2002 e Federal 8.666/93 e alterações posteriores.

1.1 - DO OBJETO DO CERTAME:

"REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA HABILITADA PARA FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS E INSUMOS, A SEREM ENTREGUES NO HOSPITAL REGIONAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, LOCALIZADA NA TRAVESSA BARTOLOMEU DIAS Nº 269, BAIRRO ALVORADA - PEIXOTO DE AZEVEDO MT", CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA, TUDO EM CONFORMIDADE COM AS DISPOSIÇÕES NO EDITAL E SEUS ANEXOS, QUE O INTEGRAM E COMPLEMENTAM, PARA TODOS OS EFEITOS JURÍDICOS LEGAIS.

2. ALTERAÇÃO (RETIFICAÇÃO)

2.1 Ficamos retificados os itens 3134 e 1095 da sequencia 128 e 291 do Anexo I – Termo de Referencia do referido edital, que trata do valor unitário e descrição técnica do produto, conforme a seguir descrito:

ONDE SE LER: (...)

3 – DESCRIÇÕES DOS ITENS

3.1 - MEDICAMENTOS E INSUMOS

LOTE 01

SEQ	ITEM	DESCRIÇÃO	UND. PADRÃO	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
128	3134	CIPROFLOXACINO, CLORIDRATO-2 MG/ML FRASCO 200 ML.	FRASCO	5.000	22,81	**114. 050,00**
291	1095	GEL CONDUTOR 5000 G – GEL CONDUTOR, INODORO ESPECIALMENTE DESENVOLVIDO PARA USO COMO MEIO DE CONTATO PARA TRANSMISSÃO DE IMPULSOS ELÉTRICOS ENTRE A PELE DO PACIENTE E O ELETRODO EM: MONITORES CIRÚRGICOS, ELETRO-CARDIOGRÁFOS, ELETROLIPOFORESE, DESFIBRILADORES E BISTURI ELÉTRICO. ACONDICIONADO EM TUBOS DE 1000 G, EMBALADO DE ACORDO COM AS PRAXES DO FABRICANTE, CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA E DATA DE VALIDADE.	LITRO	50	19,00	**950,00**

PASSARÁ A LER: (...)

3 – DESCRIÇÕES DOS ITENS

3.1 – MEDICAMENTOS E INSUMOS

LOTE 01

SEQ	ITEM	DESCRIÇÃO	UND. PADRÃO	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
128	3134	CIPROFLOXACINO, CLORIDRATO 2 MG/ML FRASCO 200 ML	FRASCO	5.000	69,00	**345. 000,00**
291	1095	GEL CONDUTOR 5000 G – GEL CONDUTOR, INODORO, INCOLOR, ESPECIALMENTE DESENVOLVIDO PARA USO COMO MEIO DE CONTATO PARA TRANSMISSÃO DE IMPULSOS ELÉTRICOS ENTRE A PELE DO PACIENTE E O ELETRODO EM: MONITORES CIRÚRGICOS, ELETRO-CARDIOGRAFOS, ELETROLIPOFORESE, DESFIBRILADORES E BISTURI ELÉTRICO E ULTRA-SONOGRAFIA E ULTRASSON.	FRASCO	50	19,00	**950,00**

3. DA RATIFICAÇÃO:

3.1. Ratificam-se todos os demais ITENS e Subitens e anexos constantes do Edital do Pregão Presencial n° 002/2019, de 19 de fevereiro de 2019, permanecendo válidos e inalterados os itens e subitens não expressamente modificados por este Instrumento.

3.1.1. O início da sessão pública, Conforme Edital Complementar nº 002, será mantida, ou seja, **às 08 h 00min (horário de Mato Grosso) do dia 25 de março de 2019**, na sala de Licitações, Sede Administrativa do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Peixoto, localizada na Travessa Bartolomeu Dias, n° 269, Bairro Alvorada, na Cidade de Peixoto de Azevedo/MT.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Peixoto de Azevedo – MT, 08 de Março de 2019.

ACIOMAR MARQUES CARVALHO

Pregoeiro Oficial

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ARAGUAIA

CONTABILIDADE
EDITAL Nº. 01/2019 - CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2018

EDITAL Nº. 01/2019

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ARAGUAIA, inscrito no CNPJ sob o nº 04.805.882/0001-13, neste ato representada por sua presidente Drª JANAILZA TAVEIRA LEITE, **COMUNICA** que, em cumprimento os dispositivos legais, o Balanço Geral das **Contas do exercício de 2018**, está à disposição dos cidadãos e instituições para exame e consulta dos interessados, na sede do Consorcio Intermunicipal de Saúde do Araguaia - CISA - MT, **a partir do dia 11/02/2019**, nos termos da Legislação vigente.

São Felix do Araguaia – MT, 08 de fevereiro 2019.

JANAILZA TAVEIRA LEITE

Presidente do Consorcio

ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO 001/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 01/2019

Aos 04 dias do mês de Março de 2019, de um lado o **CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ARAGUAIA – CISA**, ESTADO DE MATO GROSSO, com sede na Rua oito nº 1735, vila Santo Antônio, nesta cidade, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 04.805.882/0001-13, neste ato, representada pela Presidente do CISA , Sra. **JANAILZA TAVEIRA LEITE**, brasileira, advogada, portadora do R.G. n.º **53.204.353-4** SSP/SP e inscrito no CPF nº **049.351.084-28**, residente e domiciliado nesta cidade, neste ato denominado simplesmente **ORGÃO GERENCIADOR DO REGISTRO DE PREÇOS**, realizado por meio do **PREGÃO PRESENCIAL Nº001/2019**,e de outro lado a empresa adjudicatária nos itens abaixo, homologada em 04**/03/2019**, doravante denominada **FORNECEDOR**, tem entre si, justo e avençado a presente Ata que, quando publicada, terá efeito de compromisso de fornecimento, nos termos do Art. 15 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, observada as condições estabelecidas no ato convocatório e consoante as cláusulas que se seguem:

1 – DO FORNECEDOR REGISTRADO: A partir desta data, fica registrado no **CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ARAGUAIA – CISA DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA/MT**, o preço do fornecedor registrado a seguir relacionado, objetivando a contratação de pessoa jurídica para Registro de preços para futura e eventual aquisição de medicamentos para entrega fracionada de acordo com as necessidades do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Araguaia – CISA, pelo período de 1 (um) ano, de acordo com as especificações e nas condições estabelecidas no ato convocatório.

Fornecedor: **RET FARMA DIST. DE MED. E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA** , portador do RG n.º 160.370-1 SSP/MT e do CPF n.º,		**CNPJ/CPF:** 12.313.826/0001-90
Endereço: AV. ANTONIO FIDELIS QD. 156, LT. 08		**Nº:** 1158
Bairro: PQ. AMAZÔNIA	**Cidade: GOIANIA**	**CEP:** 74.840-090
Representante Legal: JONATHAN SILVA LUZ		**CPF:** 013.221.861-54
e-mail jonathan@retfarma.com		**Telefone: (62)3086-6453**

623 - RET FARMA DIST. DE MED. E PRODUTOS HOSPITALARES LT

ITEM	Especificação	Un. Med.	Qtde Cotada	Marca	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
3	ACETILCISTEINA - CONCENTRAÇAO/DOSAGEM 20 MG/ML - XAROPE	FR	200,00	PRATIDOANDUZZI	6,30	1.260,00
10	ADRENALINA - CONCENTRACAO/DOSAGEM 1 MG, FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO INJETAVEL, FORMA DE APRESENTACAO EM AMPOLA COM 1 ML, EMBALAGEM CONTENDO DADOS DE IDENTIFICACAO,NUMERO DE LOTE E VALIDADE POR AMPOLA	AMP	800,00	BLAU	3,97	3.176,00
11	SALBUTAMOL, SULFATO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 100 MCG, FORMA FARMACEUTICA AEROSSOL,FORMA DE APRESENTACAO FRASCO SPRAY,VIA DE ADMINISTRACAO INALATORIA	FR	50,00	TEUTO	12,60	630,00
12	SALBUTAMOL, SULFATO - CONCENTRACAO/DOSAGEM DE 4 MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO, FORMA DE APRESENTACAO EM COMPRIMIDO, VIA ORAL	CP	200,00	GSK	0,83	166,00
16	AMICACINA, SULFATO - CONCENTRACAO/DOSAGEM DE 500MG/ML, FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO INJETAVEL, FORMA DE APRESENTACAO AMPOLA, VIA DE ADMINISTRACAO PARENTERAL.	AMP	600,00	BLAU	2,25	1.350,00
35	BENZILPENICILINA POTASSICA - CONCENTRACAO/DOSAGEM 5.000.000 UI,FORMA FARMACEUTICA PO LIOFILIZADO PARA SOLUCAO INJETAVEL,FORMA DE APRESENTACAO FRASCO-AMPOLA,VIA DE ADMINISTRACAO PARENTERAL	AMP	1.500,00	BLAU	16,45	24.675,00
41	CLOPIDOGREL, BISSULFATO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 75 MG,FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO REVESTIDO,VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	CP	1.000,00	SANDOZ	0,94	940,00
43	PANCURONIO, BROMETO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 2MG/ML, FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO INJETAVEL, FORMA DE APRESENTACAO AMPOLA, VIA DE ADMINISTRACAO PARENTERAL	AMP	200,00	NOVAFARMA	8,30	1.660,00
44	FENOTEROL, BROMIDRATO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 5 MG/ML,FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO PARA INALACAO,FORMA DE APRESENTACAO FRASCO,VIA DE ADMINISTRACAO INALATORIA	FR	60,00	PRATIDOANDUZZI	6,70	402,00
51	CEFALEXINA - CONCENTRACAO/DOSAGEM 250 MG/ 5ML,FORMA FARMACEUTICA PO PARA SUSPENSAO ORAL,FORMA DE APRESENTACAO FRASCO,VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	FR	300,00	TEUTO	16,25	4.875,00
57	CEFTRIAXONA SODICA - 1G, USO ENDOVENOSO, FORMULA DE APRESENTACAO FRASCO AMPOLA	FR	10.000,00	BLAU	10,49	104.900,00
58	CEFTRIAXONA DISSODICA - CONCENTRACAO/DOSAGEM 500 MG,FORMA FARMACEUTICA PO PARA SOLUCAO INJETAVEL,FORMA DE APRESENTACAO FRASCO-AMPOLA,VIA DE ADMINISTRACAO INTRAMUSCULAR	FR	3.000,00	EUROFARMA	11,20	33.600,00
59	CETOPROFENO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 100 MG,FORMA FARMACEUTICA PO LIOFILIZADO PARA SOLUCAO INJETAVEL,FORMA DE APRESENTACAO FRASCO-AMPOLA,VIA DE ADMINISTRACAO INTRAVENOSA	AMP	6.000,00	UNIÃO QUIMICA	2,60	15.600,00
67	COLIRIO - ANESTESICO, COM CLORIDRATO DE TETRACAINA, CLORIDRATO DE FENILEFRINA, ACIDO BORICO, EMBALADO EM FRASCO CONTA-GOTAS 10 ML	UN	100,00	ALLERGAN	11,40	1.140,00
70	CLINDAMICINA - CONCENTRACAO/DOSAGEM 150 MG/ML, FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO INJETAVEL, FORMA DE APRESENTACAO AMPOLA, VIA DE ADMINISTRACAO PARENTERAL.	AMP	1.500,00	NOVAFARMA	4,90	7.350,00
75	CLORPROMAZINA 25MG COMPRIMIDO	CP	200,00	CRISTALIA	0,50	100,00
79	Cloreto de sódio 20 solução injetável	AMP	600,00	SAMTEC	0,38	228,00
81	COMPLEXO MULTIVITAMINICO - SOLUCAO INJETAVEL, ADULTO, AMPOLA B COM 2ML, INJETAVEL - COMPLEXO B INJETAVEL	AMP	8.000,00	HYPOFARMA	1,40	11.200,00
83	DESLANOSIDEO 0,2MG/ML	AMP	500,00	UNIÃO QUIMICA	2,15	1.075,00
91	DICLOFENACO SODICO INJ 75MG3ML	AMP	8.000,00	HYPOFARMA	1,15	9.200,00
97	DIPIRONA SODICA - CONCENTRACAO/DOSAGEM 500 MG/ML, FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO INJETAVEL, FORMA DE APRESENTACAO AMPOLA, VIA DE ADMINISTRACAO PARENTERAL.	AMP	10.000,00	SANTISA	0,77	7.700,00
99	DOPAMINA 5 mgml	AMP	2.000,00	TEUTO	1,95	3.900,00
100	DOBUTAMINA, CLORIDRATO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 12,5 MG/ML, FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO INJETAVEL, FORMA DE APRESENTACAO AMPOLA, VIA DE ADMINISTRACAO INTRAVENOSA.	AMP	200,00	HIPOLABOR	8,95	1.790,00
102	EFEDRINA, SULFATO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 50 MG/ML, FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO INJETAVEL, FORMA DE APRESENTACAO AMPOLA, VIA DE ADMINISTRACAO PARENTERAL	AMP	700,00	HIPOLABOR	5,50	3.850,00
110	ESTROGÊNIOS CONJUGADOS 03MG COMPRIMIDO	CP	1.000,00	MABRA	2,10	2.100,00
119	SACCHAROMYCES BOULARDII 17 - CONCENTRACAO/DOSAGEM 100 MG, FORMA FARMACEUTICA CAPSULA, VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	CAPS	100,00	MERCK	2,50	250,00
121	FLUMAZENIL - CONCENTRACAO/DOSAGEM 0,1 MG/ML, FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO INJETAVEL, FORMA DE APRESENTACAO AMPOLA, VIA DE ADMINISTRACAO INTRAVENOSA	AMP	100,00	UNIÃO QUIMICA	32,00	3.200,00
124	FUROSEMIDA - CONCENTRACAO/DOSAGEM 40 MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO, FORMA DE APRESENTACAO COMPRIMIDO, VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	CP	2.000,00	PRATIDOANDUZZI	0,06	120,00
127	GENTAMICINA, SULFATO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 80 MG/ML, FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO INJETAVEL, FORMA DE APRESENTACAO AMPOLA, VIA DE ADMINISTRACAO INTRAVENOSA	AMP	1.000,00	HYPOFARMA	1,69	1.690,00
131	CLOREXIDINA, DIGLICONATO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 0,5%, FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO ALCOOLICA, FORMA DE APRESENTACAO FRASCO, VIA DE ADMINISTRACAO TOPICA	FR	150,00	RIOQUIMICA	21,40	3.210,00

147	HIDROCLOROTIAZIDA - CONCENTRACAO/DOSAGEM 12,5 MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO, VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	CP	2.000,00	TEUTO	0,06	120,00
148	HIDROXIDO DE ALUMINIO - 60MG/ML, FORMA FARMACEUTICA FRASCO, VIA DE ADMINISTRACAO ORAL HIDRÓXIDO DE ALUMÍNIO - SUSPENSÃO	FR	300,00	NATULAB	4,40	1.320,00
149	ESCOPOLAMINA, BUTILBROMETO + DIPIRONA SODICA - CONCENTRACAO/DOSAGEM 10 MG + 250 MG RESPECTIVAMENTE, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO REVESTIDO, VIA DE ADMINISTRACAO ORAL -CX C/20CP	CP	300,00	BOEHRINGER	1,50	450,00
150	ESCOPOLAMINA, BUTILBROMETO + DIPIRONA SODICA - CONCENTRACAO/DOSAGEM 4 MG/ML + 500 MG/ML, FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO INJETAVEL, FORMA DE APRESENTACAO AMPOLA, VIA DE ADMINISTRACAO PARENTERAL.	AMP	10.000,00	HYPOFARMA	2,75	27.500,00
153	ISOFLURANO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 1 ML/ML, FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO INALANTE, FORMA DE APRESENTACAO FRASCO, VIA DE ADMINISTRACAO INALATORIA	FR	30,00	BIOCHIMICO	78,00	2.340,00
164	LORATADINA - CONCENTRACAO/DOSAGEM 10 MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO, VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	CP	2.000,00	GEOLAB	0,09	180,00
176	METRONIDAZOL - CONCENTRACAO/DOSAGEM 100 MG/G, FORMA FARMACEUTICA GELEIA, FORMA DE APRESENTACAO BISNAGA, VIA DE ADMINISTRACAO VAGINAL	BIS	300,00	PRATIDOANDUZZI	7,55	2.265,00
179	METOPROLOL, SUCCINATO 100MG LIBERAÇÃO CONTROLADA	CP	500,00	BIOSINTETICA	0,64	320,00
182	MICONAZOL, NITRATO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 20 MG/G, FORMA FARMACEUTICA GEL, FORMA DE APRESENTACAO BISNAGA, VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	TUB	100,00	HIPOLABOR	3,45	345,00
184	MORFINA, SULFATO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 10 MG/ML, FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO INJETAVEL, FORMA DE APRESENTACAO AMPOLA, VIA DE ADMINISTRACAO PARENTERAL, PERIDURAL OU INTRATECAL	AMP	500,00	CRISTALIA	3,95	1.975,00
185	MORFINA, SULFATO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 10 MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO, VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	CP	500,00	CRISTALIA	0,92	460,00
186	MORFINA, SULFATO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 0,2 MG/ML, FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO INJETAVEL, FORMA DE APRESENTACAO AMPOLA, VIA DE ADMINISTRACAO PARENTERAL, PERIDURAL OU INTRATECAL	AMP	1.200,00	CRISTALIA	9,15	10.980,00
191	BUPIVACAINA, CLORIDRATO + GLICOSE - CONCENTRACAO/DOSAGEM 0,5% + 8% RESPECTIVAMENTE, FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO INJETAVEL, FORMA DE APRESENTACAO AMPOLA (EMBALAGEM ESTERIL INDIVIDUAL), VIA DE ADMINISTRACAO INTRATECAL CX C/40	CX	72,00	HYPOFARMA	190,00	13.680,00
192	NEOMICINA + BACITRACINA - 10G, POMADA, BISNAGA COM 10G	BIS	300,00	PRATIDOANDUZZI	2,30	690,00
194	NIFEDIPINO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 10 MG, FORMA FARMACEUTICA CAPSULA GELATINOSA, VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	CP	2.500,00	GEOLAB	0,07	175,00
198	NIMESULIDA - CONCENTRACAO/DOSAGEM 50 MG/ML, FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO ORAL, FORMA DE APRESENTACAO FRASCO, VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	FR	200,00	VITAMEDIC	2,95	590,00
200	NITROFURAL - 2MG/G, FORMA DE APRESENTACAO POMADA, VIA TOPICA	PM	100,00	PRATIDOANDUZZI	18,60	1.860,00
203	PIRACETAM - CONCENTRACAO/DOSAGEM 200 MG/ML, FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO INJETAVEL, FORMA DE APRESENTACAO AMPOLA, VIA DE ADMINISTRACAO PARENTERAL - NOOTROPIL 200MG/ML C/12 AMPOLAS	AMP	1.000,00	SANOFI	66,00	66.000,00
206	NORTRIPTILINA, CLORIDRATO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 10 MG, FORMA FARMACEUTICA CAPSULA, VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	CAPS	2.000,00	EUROFARMA	0,68	1.360,00
207	NORTRIPTILINA, CLORIDRATO - CONCENTRACAO/DOSAGEM DE 75MG, FORMA FARMACEUTICA CAPSULA, FORMA DE APRESENTACAO EM CAPSULA, VIA ORAL,	CAPS	2.000,00	HIPOLABOR	0,64	1.280,00
208	OCITOCINA - CONCENTRACAO/DOSAGEM 5 UI/ML, FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO INJETAVEL, FORMA DE APRESENTACAO AMPOLA, VIA DE ADMINISTRACAO PARENTERAL	AMP	2.000,00	UNIÃO QUIMICA	2,10	4.200,00
212	ONDANSETRONA, CLORIDRATO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 4 MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO, VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	CP	2.000,00	BIOLAB	4,00	8.000,00
213	ONDANSETRONA, CLORIDRATO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 2 MG/ML, FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO INJETAVEL, FORMA DE APRESENTACAO AMPOLA, VIA DE ADMINISTRACAO PARENTERAL	AMP	2.000,00	HALEXISTAR	2,15	4.300,00
214	OXACILINA SODICA - CONCENTRACAO/DOSAGEM 500 MG, FORMA FARMACEUTICA PO PARA SOLUCAO INJETAVEL, FORMA DE APRESENTACAO FRASCO-AMPOLA, VIA DE ADMINISTRACAO PARENTERAL	AMP	1.500,00	BLAU	4,90	7.350,00
218	PERMANGANATO DE POTASSIO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 100 MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO, VIA DE ADMINISTRACAO TOPICA	CP	300,00	MARIOL	0,14	42,00
220	PIRIMETAMINA - CONCENTRACAO/DOSAGEM 25 MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO, VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	CP	1.000,00	FQM	0,14	140,00
223	PROMETAZINA, CLORIDRATO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 25 MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO, VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	CP	1.000,00	CRISTALIA	0,14	140,00
236	METOPROLOL, TARTARATO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 1 MG/ML,FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO - INJETAVEL,FORMA DE APRESENTACAO AMPOLA,VIA DE ADMINISTRACAO INTRAVENOSA	AMP	50,00	CRISTALIA	44,00	2.200,00
237	METOPROLOL, TARTARATO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 100 MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO, VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	CP	500,00	ACCORD	3,20	1.600,00
238	SEVOFLURANO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 1 ML/ML, FORMA FARMACEUTICA LIQUIDO ANESTESICO INALANTE, FORMA DE APRESENTACAO FRASCO, VIA DE ADMINISTRACAO INALATORIA	FR	48,00	CRISTALIA	272,00	13.056,00
245	SORO - SORO GLICOFISIOLOGICO 500 ML, PARA APLICACAO ENDOVENOSA, ESTERIL, APIROGENCIA, ISOTONICA, ACONDICIONADA EM RECIPIENTE DE PLASTICO FLEXIVEL FECHADO, ORIGINAL DO FABRICANTE, COM O NOME DO RESPONSAVEL TECNICO, O LOTE, DATA DE VALIDADE E FABRICACAO ESTAMPADA NA EMBALAGEM, TRANSLUCIDO E TRANSPARENTE, COM ALCA DE SUSTENTACAO RESISTENTE A PRESSAO E TRACAO.	CX	6.000,00	EQUIPLEX	6,50	39.000,00
247	SOLUCAO FISIOLOGICA - SORO GLICOSADO 5%, 500 ML, PARA APLICACAO ENDOVENOSA, ESTERIL, APIROGENCIA, ISOTONICA, ACONDICIONADA EM RECIPIENTE DE PLASTICO FLEXIVEL FECHADO, ORIGINAL DO FABRICANTE, COM O NOME DO RESPONSAVEL TECNICO, O LOTE, DATA DE VALIDADE E FABRICACAO ESTAMPADA NA EMBALAGEM, TRANSLUCIDO E TRANSPARENTE, COM ALCA DE SUSTENTACAO RESISTENTE A PRESSAO E TRACAO. FRASCO DE 500 ML.	FR	8.000,00	EQUIPLEX	5,90	47.200,00
250	SUXAMETONIO, CLORETO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 100 MG, FORMA FARMACEUTICA PO PARA SOLUCAO INJETAVEL, FORMA DE APRESENTACAO FRASCO-AMPOLA, VIA DE ADMINISTRACAO PARENTERAL	AMP	100,00	UNIÃO QUIMICA	27,80	2.780,00

251	SULFATO DE MAGNESIO - SULFATO DE MAGNESIO 10% CONCENTRACAO/DOSAGEM, FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO INJETAVEL, FORMA DE APRESENTACAO EM AMPOLA COM 10ML, VIA INTRAVENOSA	AMP	200,00	SAMTEC	1,05	210,00
254	SULFAMETOXAZOL + TRIMETOPRIMA - CONCENTRACAO/DOSAGEM 400 MG + 80 MG RESPECTIVAMENTE, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO, VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	CP	2.000,00	PRATIDOANDUZZI	0,12	240,00
257	TRAMADOL, CLORIDRATO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 50 MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO, VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	CP	700,00	HIPOLABOR	0,20	140,00
260	PROPATILNITRATO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 10 MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO, VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	CP	500,00	FQM	0,60	300,00
264	TIAMINA, CLORIDRATO - CONCENTRACAO/DOSAGEM DE 300 MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO, FORMA DE APRESENTACAO EM COMPRIMIDO, VIA ORAL	UNI	2.000,00	PRATIDOANDUZZI	0,29	580,00
269	VANCOMICINA, CLORIDRATO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 500 MG, FORMA FARMACEUTICA PO LIOFILIZADO PARA SOLUCAO INJETAVEL, FORMA DE APRESENTACAO FRASCO-AMPOLA, VIA DE ADMINISTRACAO PARENTERAL	CX	30,00	TEUTO	7,20	216,00
272	DIOSMINA + HESPERIDINA - CONCENTRACAO/DOSAGEM 450 MG + 50 MG RESPECTIVAMENTE, FORMA FARMACEUTICA CAPSULA, VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	CP	1.200,00	ACHE	3,98	4.776,00
					VALOR TOTAL	**521.697,00**

Fornecedor:
CA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALAR EIRELI – ME
representado neste ato pelo Sr. **DANILO PEREIRA DE ARÚJO** portador do RG n.º 2141419-0 SSP/MT e do CPF n.º 041.949.961-00 – DOMICILIADO NA RUA 04, QD 22, LT. 18 RESIDENCIAL TRIUNFO – CONFRESA –MT, CEP: 78.650-00.

CNPJ/CPF: 26.457.348/0001-04

Endereço: , AV. GRAÇA ARANHA, SNº - QD. 29 LT. 09 – SALA 02 E 03 — **Nº: 09**

Bairro: JD. NOVA ERA — **Cidade: APARECIDA DE GOIANIA** — **CEP:** 74.916-070

Representante Legal: DANILO PEREIRA DE ARÚJO — **CPF:** 041.949.961-00

e-mail licitacao01@cadistribuidora.com — **Telefone:** 62 3983.2239

	728		**-**			**CA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALAR EIRELI - ME**				
2	ACEBROFILINA - CONCENTRACAO/DOSAGEM 5 MG/ML, FORMA FARMACEUTICA XAROPE, FORMA DE APRESENTACAO FRASCO, VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	FR	400,00	PRATI	4,62	1.848,00
5	ACIDO TRANEXAMICO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 250 MG,FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO,VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	CP	100,00	ZYDUS	4,47	447,00
7	ACIDO ACETILSALICILICO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 100 MG,FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO TAMPONADO,VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	CP	2.000,00	SOBRAL	0,04	80,00
8	ACIDO FOLICO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 5 MG,FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO,VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	CP	2.000,00	HIPOLABOR	0,06	120,00
14	ANLODIPINO, BESILATO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 5 MG,FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO,VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	CP	1.000,00	GEOLAB	0,11	110,00
15	AMBROXOL, CLORIDRATO - CONCENTRACAO/DOSAGEM DE 30 MG/5ML, FORMA FARMACEUTICA XAROPE, FORMA DE APRESENTACAO EM FRASCO, VIA ORAL - PEDIATRICO.	FR	400,00	NATULAB	2,37	948,00
19	AMIODARONA - CONCENTRACAO/DOSAGEM DE 50 MG/ML, FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO INJETAVEL, FORMA DE APRESENTACAO EM AMPOLA.	AMP	700,00	HIPOLABOR	3,62	2.534,00
40	BICARBONATO DE SODIO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 8,4%, FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO INJETAVEL, FORMA DE APRESENTACAO FRASCO, VIA DE ADMINISTRACAO PARENTERAL.	AMP	600,00	SAMTEC	4,26	2.556,00
42	IPRATROPIO, BROMETO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 0,25 MG/ML,FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO PARA INALACAO,FORMA DE APRESENTACAO FRASCO,VIA DE ADMINISTRACAO INALATORIA	FR	60,00	HIPOLABOR	1,24	74,40
74	CLORANFENICOL - CONCENTRACAO/DOSAGEM 1 G, FORMA FARMACEUTICA PO LIOFILIZADO PARA SOLUCAO INJETAVEL, FORMA DE APRESENTACAO FRASCO-AMPOLA, VIA DE ADMINISTRACAO PARENTERAL.	AMP	2.000,00	BLAU	6,61	13.220,00
77	CLORETO DE POTASSIO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 100 MG/ML, FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO INJETAVEL, FORMA DE APRESENTACAO AMPOLA, VIA DE ADMINISTRACAO PARENTERAL	AMP	400,00	SAMTEC	0,35	140,00
87	DIAZEPAN INJETÁVEL 10mgML	AMP	1.500,00	SANTISA	1,24	1.860,00
93	DIMETICONA 40 MG	CP	3.500,00	PRATI	0,29	1.015,00
96	Dipirona 500 mg comprimido	CP	8.000,00	PRATI	0,25	2.000,00
103	ETILEFRINA, CLORIDRATO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 10 MG/ML, FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO INJETAVEL, FORMA DE APRESENTACAO AMPOLA, VIA DE ADMINISTRACAO PARENTERAL	AMP	600,00	U.QUIMICA	2,29	1.374,00
105	ENOXAPARINA SODICA - CONCENTRACAO/DOSAGEM 40 MG, FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO INJETAVEL, FORMA DE APRESENTACAO SERINGA PREENCHIDA, VIA DE ADMINISTRACAO PARENTERAL	UNI	200,00	MYLAN	30,15	6.030,00
123	FUROSEMIDA - CONCENTRACAO/DOSAGEM 10 MG/ML, FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO INJETAVEL, FORMA DE APRESENTACAO AMPOLA, VIA DE ADMINISTRACAO PARENTERAL	AMP	2.000,00	SANTISA	0,73	1.460,00
130	GLUCONATO DE CLOREXIDINA 2% - EM VEICULO GEL PARA ASSEPSIA DA MUCOSA, EMBALGEM EM FRASCO DE 1000ML GLIC. DE CLOREXIDINA 2% 1L	FR	120,00	VICPHARMA	23,29	2.794,80
157	COLAGENASE + CLORANFENICOL - CONCENTRACAO/DOSAGEM 0,6 UI/G + 0,01 G/G RESPECTIVAMENTE, FORMA FARMACEUTICA POMADA, FORMA DE APRESENTACAO TUBO, VIA DE ADMINISTRACAO TOPICA	BIS	250,00	CRISTALIA-30G	20,30	5.075,00
160	LIDOCAINA, CLORIDRATO - CONCENTRACAO/DOSAGEM DE 2%, FORMA FARMACEUTICA INJETAVEL, FORMA DE APRESENTACAO FRASCO, VIA DE ADMINISTRACAO PARENTERAL. SEM VASOCONSTRITOR 20ML	FR	1.500,00	HYPOFARMA	4,72	7.080,00
161	LIDOCAINA, CLORIDRATO - CONCENTRACAO/DOSAGEM DE 2%, FORMA FARMACEUTICA GEL, FORMA DE APRESENTACAO BISNAGA, VIA DE ADMINISTRACAO TOPICA	BIS	200,00	PHARLAB	5,46	1.092,00
163	LOSARTANA, POTASSICA - CONCENTRACAO/DOSAGEM 50 MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO, VIA DE ADMNISTRACAO ORAL	CP	2.000,00	PRATI	0,07	140,00

169	METFORMINA, CLORIDRATO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 850 MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO REVESTIDO, VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	CP	3.000,00	PRATI	0,10	300,00
170	METILERGOMETRINA, MALEATO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 0,2 MG/ML, FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO INJETAVEL, FORMA DE APRESENTACAO AMPOLA, VIA DE ADMINISTRACAO PARENTERAL	CX	100,00	U.QUIMICA	3,33	333,00
172	METOCLOPRAMIDA, CLORIDRATO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 10 MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO, VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	CP	700,00	HIPOLABOR	0,20	140,00
173	METOCLOPRAMIDA - CONCENTRACAO/DOSAGEM DE 10MG,FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO INJETAVEL,FORMA DE APRESENTACAO EM AMPOLA,VIA DE ADMINISTRACAO IM/IV	AMP	4.500,00	SANTISA	0,81	3.645,00
175	METRONIDAZOL - CONCENTRACAO/DOSAGEM 250 MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO, VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	CP	2.250,00	PRATI	0,15	337,50
180	MIDAZOLAM - CONCENTRACAO/DOSAGEM 1 MG/ML, FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO INJETAVEL, FORMA DE APRESENTACAO AMPOLA, VIA DE ADMINISTRACAO PARENTERAL	AMP	1.200,00	HIPOLABOR	3,08	3.696,00
183	MIKANIA GLOMERATA + GUACO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 5%, FORMA FARMACEUTICA XAROPE, FORMA DE APRESENTACAO FRASCO, VIA DE ADMINISTRACAO ORAL, 100 ML	FR	500,00	NATULAB	4,77	2.385,00
210	OMEPRAZOL - CONCENTRACAO/DOSAGEM 20 MG, FORMA FARMACEUTICA CAPSULA, VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	CAPS	5.000,00	PHARLAB	0,10	500,00
216	PARACETAMOL - CONCENTRACAO/DOSAGEM 200 MG/ML, FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO, FORMA DE APRESENTACAO FRASCO, VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	FR	200,00	SOBRAL	1,88	376,00
217	PARACETAMOL - CONCENTRACAO/DOSAGEM 500 MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO, VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	CP	15.000,00	PRATI	0,06	900,00
221	PREDNISOLONA - CONCENTRACAO/DOSAGEM 3 MG/ML, FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO ORAL, FORMA DE APRESENTACAO FRASCO, VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	FR	300,00	PRATI	8,46	2.538,00
222	PREDNISONA - CONCENTRACAO/DOSAGEM 20 MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO, VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	CP	1.500,00	SANVAL	0,27	405,00
226	PROPRANOLOL, CLORIDRATO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 40 MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO, VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	CP	2.000,00	PRATI	0,04	80,00
227	RANITIDINA, CLORIDRATO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 150 MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO, VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	CP	4.000,00	GEOLAB	0,20	800,00
229	OXIBUTININA, CLORIDRATO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 5 MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO, VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	CP	1.000,00	APSEN	2,28	2.280,00
246	SOLUCAO FISIOLOGICA - SORO GLICOSADO 5% 250ML, PARA APLICACAO ENDOVENOSA, ESTERIL, APIROGENCIA, ISOTONICA, ACONDICIONADA EM RECIPIENTE DE PLASTICO FLEXIVEL FECHADO, ORIGINAL DO FABRICANTE, COM O NOME DO RESPONSAVEL TECNICO, O LOTE, DATA DE VALIDADE E FABRICACAO ESTAMPADA NA EMBALAGEM, TRANSLUCIDO E TRANSPARENTE, COM ALCA DE SUSTENTACAO RESISTENTE A PRESSAO E TRACAO. FRASCO DE 250 ML.	FR	8.000,00	HALEXISTAR	5,63	45.040,00
249	SOLUCAO FISIOLOGICA - SORO RINGER LACTATO, SOLUCAO PARA INFUSAO INTRAVENOSA, COM 500 ML	CX	250,00	JP - CX C/40	156,50	39.125,00
256	TRAMADOL, CLORIDRATO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 50 MG/ML, FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO INJETAVEL, FORMA DE APRESENTACAO AMPOLA, VIA DE ADMINISTRACAO PARENTERAL	AMP	3.000,00	HIPOLABOR	1,42	4.260,00
259	SULFATO FERROSO - SULFATO FERROSO XAROPE, LIQUIDO 5MG/ML ORAL	FR	1.000,00	NATULAB	1,87	1.870,00
					VALOR TOTAL	R$ 161.008,70

Fornecedor: **FAMA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI - ME**–,representado neste ato pelo Sr., portador do RG n.º 1520683-1 SSP/MT e do CPF n.º – DOMICILIADO EM CUIABÁ		**CNPJ/CPF:** 12.313.826/0001-90
Endereço: RUA PROFESSOR JOAO FELIX		**Nº:635**
Bairro: LIXEIRA	**Cidade: CUIABÁ**	**CEP:** 78.008-435
Representante Legal: JEAN CARLOS DE MOURA SANTANA		**CPF:** 002.426.811-90
e-mail vendasgean1@hotmail.com		**Telefone:** 65-99234-0850 WHATSAP

	696		-			**FAMA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI - ME**	
ITEM	Especificação	Um Med	Qtde Cotada	Marca	PREÇO UNITARIO	PREÇO TOTAL	
6	ACIDO TRANEXAMICO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 50 MG/ML,FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO INJETAVEL,FORMA DE APRESENTACAO AMPOLA,VIA DE ADMINISTRACAO INTRAVENOSA	AMP	400,00	HIPOLABOR	6,37	2.548,00	
24	AMOXICILINA - CONCENTRACAO/DOSAGEM 250 MG/ML,FORMA FARMACEUTICA PO PARA SUSPENSAO ORAL,FORMA DE APRESENTACAO FRASCO,VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	FR	400,00	PRATI 60ML	9,88	3.952,00	
26	AMPICILINA SODICA INJ 1 GR	AMP	3.500,00	BLAU	7,68	26.880,00	
30	METARAMINOL, HEMITARTARATO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 10 MG/ML,FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO INJETAVEL,FORMA DE APRESENTACAO AMPOLA,VIA DE ADMINISTRACAO PARENTERAL	AMP	350,00	CRISTÁLIA	10,38	3.633,00	
33	AZITROMICINA - CONCENTRACAO/DOSAGEM 500 MG, C/ 450 COMPR.FORMA FARMACEUTICA CAPSULA,VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	CP	6.750,00	PHARLAB	1,19	8.032,50	
34	AZITROMICINA - CONCENTRACAO/DOSAGEM 200 MG/5 ML,FORMA FARMACEUTICA SUSPENSAO ORAL,FORMA DE APRESENTACAO FRASCO,VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	FR	150,00	PRATI 15ML	13,79	2.068,50	
37	BENZILPENICILINABENZATINA 1200000 UI PÓ PSUSP INJETÁVEL AMPOLAS ÁGUA DESTILADA	AMP	1.500,00	TEUTO	14,58	21.870,00	
38	ANLODIPINO, BESILATO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 5 MG,FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO,VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	CP	3.000,00	TEUTO	0,07	210,00	
48	CARVEDILOL - CONCENTRACAO/DOSAGEM 6,25 MG,FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO,VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	CP	300,00	BIOLAB	0,31	93,00	
49	CAPTOPRIL - CONCENTRACAO/DOSAGEM 25 MG,FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO,VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	CP	5.000,00	MEDQUIMICA	0,06	300,00	

50	CARBAMAZEPINA - CONCENTRACAO/DOSAGEM 200 MG,FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO DIVISIVEL DE LIBERACAO CONTROLADA,VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	CP	2.000,00	CRISTÁLIA	0,25	500,00
55	CEFAZOLINA SODICA - CONCENTRACAO/DOSAGEM 1 G,FORMA FARMACEUTICA PO PARA SOLUCAO INJETAVEL,FORMA DE APRESENTACAO FRASCO-AMPOLA,VIA DE ADMINISTRACAO PARENTERAL	FR	4.000,00	BLAU	11,97	47.880,00
56	CEFEPIMA - CONCENTRACAO/DOSAGEM 1 G,FORMA FARMACEUTICA PO PARA SOLUCAO INJETAVEL,FORMA DE APRESENTACAO FRASCO-AMPOLA,VIA DE ADMINISTRACAO PARENTERAL	AMP	2.500,00	BLAU	10,10	25.250,00
61	CINARIZINA - CONCENTRACAO/DOSAGEM 75 MG,FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO,VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	CP	4.000,00	NEOQUIMICA	0,28	1.120,00
64	CISATRACURIO, BESILATO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 2 MG/ML, FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO INJETAVEL, FORMA DE APRESENTACAO AMPOLA, VIA DE ADMINISTRACAO INTRAVENOSA	AMP	200,00	CRISTÁLIA	37,00	7.400,00
66	SUFENTANILA - CONCENTRACAO/DOSAGEM 5 MCG/ML,FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO INJETAVEL,FORMA DE APRESENTACAO AMPOLA,VIA DE ADMINISTRACAO ESPINHAL	AMP	200,00	CRISTÁLIA	10,88	2.176,00
72	CLONIDINA, CLORIDRATO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 150 MCG/ML, FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO INJETAVEL, FORMA DE APRESENTACAO AMPOLA, VIA DE ADMINISTRACAO PARENTERAL, INTRATECAL OU PERIDURAL.	AMP	300,00	CRISTÁLIA	10,55	3.165,00
78	CLORETO DE POTASSIO 10% INJ	AMP	200,00	SAMTEC	0,31	62,00
80	PETIDINA, CLORIDRATO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 50 MG/ML, FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO INJETAVEL, FORMA DE APRESENTACAO AMPOLA, VIA DE ADMINISTRACAO PARENTERAL	AMP	500,00	U.QUIMICA	4,20	2.100,00
84	DEXAMETAZONA INJ 4MGML	AMP	10.000,00	HYPOFARMA	1,28	12.800,00
85	DEXCLORFENIRAMINA MALEATO DE SOL ORAL OU XAROPE DE 04 MG ML	FR	350,00	HIPOLABOR	2,68	938,00
86	DEXCLORFENIRAMINA MALEATO DE 2MG COMPRIMIDO	CP	3.000,00	GEOLAB	0,11	330,00
92	DIGOXINA 025 mg	CP	1.000,00	PHALARB	0,10	100,00
94	DIMETICONA GOTAS 75MGML FRC 10 ML	FR	300,00	HIPOLABOR	2,10	630,00
112	ETOMIDATO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 2 MG/ML, FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO INJETAVEL, FORMA DE APRESENTACAO AMPOLA, VIA DE ADMINISTRACAO INTRAVENOSA	AMP	250,00	CRISTÁLIA	21,50	5.375,00
115	FENOBARBITAL - CONCENTRACAO/DOSAGEM 100 MG/ML, FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO INJETAVEL, FORMA DE APRESENTACAO AMPOLA, VIA DE ADMINISTRACAO PARENTERAL	AMP	500,00	CRISTÁLIA	3,35	1.675,00
117	POMADA CICATRIZANTE - (FIBRASE) COMPOSTO DE FIBRONOLISINA, DESOXIRRIBONUCLEASE E CLORANFENICOL, INDICADA PARA QUEIMADURAS E FERIDAS, USO TOPICO, EMBALAGEM APROPRIADA PARA O PRODUTO	BIS	300,00	CRISTÁLIA	59,90	17.970,00
118	FOSFATO DE SODIO MONOBASICO + FOSFATO DE SODIO DIBASICO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 0,16 G/ML + 0,06 G/ML RESPECTIVAMENTE, FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO, FORMA DE APRESENTACAO FRASCO, VIA DE ADMINISTRACAO RETAL	FR	300,00	CRISTÁLIA	16,50	4.950,00
122	FLUCONAZOL - CONCENTRACAO/DOSAGEM 150 MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO, VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	CAPS	2.000,00	VITAMEDIC	0,83	1.660,00
128	GENTAMICINA, SULFATO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 40 MG/ML, FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO INJETAVEL, FORMA DE APRESENTACAO AMPOLA, VIA DE ADMINISTRACAO PARENTERAL	AMP	1.000,00	SANTISA	1,59	1.590,00
138	Haloperidol 5mgml	AMP	1.000,00	U.QUIMICA	2,58	2.580,00
141	HEPARINA SODICA - CONCENTRACAO/DOSAGEM 5.000 UI / 0,25ML, FORMA FARMACEUTICA INJETAVEL, FORMA DE APRESENTACAO EM AMPOLA COM 0,25 ML CONTENDO DADOS DE IDENTIFICACAO, Nº DE LOTE E VALIDADE POR AMPOLA, VIA SUBCUTANEA. PRAZO DE VALIDADE MINIMO DE 24 MESES	UN	200,00	CRISTÁLIA	6,79	1.358,00
142	HIDRALAZINA, CLORIDRATO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 20 MG/ML, FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO INJETAVEL, FORMA DE APRESENTACAO AMPOLA, VIA DE ADMINISTRACAO PARENTERAL	AMP	1.000,00	CRISTÁLIA	9,99	9.990,00
145	HIDROCORTISONA, SUCCINATO SODICO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 100 MG, FORMA FARMACEUTICA PO LIOFILIZADO PARA SOLUCAO INJETAVEL, FORMA DE APRESENTACAO FRASCO-AMPOLA, VIA DE ADMINISTRACAO PARENTERAL	AMP	1.500,00	BLAU	4,98	7.470,00
146	HIDROCORTISONA, SUCCINATO SODICO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 500 MG, FORMA FARMACEUTICA PO LIOFILIZADO PARA SOLUCAO INJETAVEL, FORMA DE APRESENTACAO FRASCO-AMPOLA, VIA DE ADMINISTRACAO PARENTERAL	AMP	3.500,00	U.QUIMICA	9,15	32.025,00
151	IBUPROFENO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 600 MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO REVESTIDO, VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	CP	6.000,00	PRATI	0,38	2.280,00
152	IBUPROFENO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 50 MG/ML, GOTAS FRASCO C/ 30ML FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO ORAL (SEM CORANTE), FORMA DE APRESENTACAO FRASCO, VIA DE ADMINISTRACAO ORAL IBUPROFENO SOLUÇÃO ORAL	FR	1.000,00	MEDQUIMICA	2,79	2.790,00
165	SOLUÇAO FISIOLOGIA - SORO MANITOL 20% - 250ML	UNI	100,00	HALEXISTAR	9,50	950,00
167	MEBENDAZOL - CONCENTRACAO/DOSAGEM 20 MG/ML, FORMA FARMACEUTICA SUSPENSAO ORAL, FORMA DE APRESENTACAO FRASCO, VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	CP	150,00	SOBRAL	2,50	375,00
168	MEDROXIPROGESTERONA,ACETATO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 50 MG/ML, FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO INJETAVEL, FORMA DE APRESENTACAO FRASCO-AMPOLA 1ML, VIA DE ADMINISTRACAO INTRAMUSCULAR.	AMP	500,00	U.QUIMICA	52,00	26.000,00
174	METOCLOPRAMIDA, CLORIDRATO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 4 MG/ML, FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO ORAL, FORMA DE APRESENTACAO FRASCO, VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	FR	100,00	MARIOL	1,88	188,00
178	METRONIDAZOL - CONCENTRACAO/DOSAGEM 500 MG, FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO INJETAVEL, FORMA DE APRESENTACAO FRASCO (SISTEMA FECHADO), VIA DE ADMINISTRACAO INTRAVENOSA	FR	4.000,00	ISOFARMA	5,70	22.800,00
199	NITROPRUSSIATO DE SODIO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 25 MG/ML, FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO INJETAVEL, FORMA DE APRESENTACAO AMPOLA, VIA DE ADMINISTRACAO INTRAVENOSA	AMP	100,00	CRISTÁLIA	25,00	2.500,00
201	NITROGLICERINA - CONCENTRACAO/DOSAGEM 5 MG/ML, CX C/ 10 FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO INJETAVEL, FORMA DE APRESENTACAO AMPOLA, VIA DE ADMINISTRACAO PARENTERAL	CX	6,00	CRISTÁLIA	350,00	2.100,00

204	NOREPINEFRINA - CONCENTRACAO/DOSAGEM 2 MG/ML, FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO INJETAVEL, FORMA DE APRESENTACAO AMPOLA, VIA DE ADMINISTRACAO PARENTERAL	AMP	500,00	HIPOLABOR	3,10	1.550,00
209	OLEO MINERAL PURO - 100%, OLEO, FRASCO COM 100 ML	FR	60,00	MARIOL	4,60	276,00
219	PIROXICAM - CONCENTRACAO/DOSAGEM 20 MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO SOLUVEL, FORMA DE APRESENTACAO BLISTER, VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	CP	5.000,00	GEOLAB	0,29	1.450,00
225	PROPOFOL - CONCENTRACAO/DOSAGEM 10 MG/ML, FORMA FARMACEUTICA EMULSAO INJETAVEL, FORMA DE APRESENTACAO FRASCO-AMPOLA, VIA DE ADMINISTRACAO INTRAVENOSA	AMP	250,00	MIDIFARMA	10,96	2.740,00
231	RIFAMICINA SV SODICA - CONCENTRACAO/DOSAGEM 10 MG/ML, FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO, FORMA DE APRESENTACAO FRASCO, VIA DE ADMINISTRACAO TOPICA	FR	100,00	NATULAB	6,85	685,00
232	ROPIVACAINA, CLORIDRATO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 10 MG/ML, FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO INJETAVEL, FORMA DE APRESENTACAO AMPOLA OU FRASCO-AMPOLA, VIA DE ADMINISTRACAO INTRAVENOSA	CX	500,00	CRIST´´ALIA	92,00	46.000,00
233	SALBUTAMOL, SULFATO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 0,4 MG/ML, FORMA FARMACEUTICA XAROPE, FORMA DE APRESENTACAO FRASCO, VIA DE ADMINISTRACAO ORAL SALBUTAMOL XAROPE 0,4MG/ML SUSPENSAO	FR	1.500,00	SOBRAL	2,56	3.840,00
234	SALBUTAMOL, SULFATO - CONCENTRACAO/DOSAGEM DE 0,5 MG/ML, FORMA FARMACEUTICA INJETAVEL, FORMA DE APRESENTACAO EM AMPOLA 1ML, VIA DE ADMINISTRACAO PARENTERAL	AMP	500,00	HIPOLABOR	2,76	1.380,00
239	SINVASTATINA - CONCENTRACAO/DOSAGEM 40 MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO, VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	CP	3.000,00	PHARLAB	0,24	720,00
241	SOLUCAO FISIOLOGICA - SOLUCAO FISIOLOGICA DE CLORETO DE SODIO A 0,9%, 250ML, P/APLICACAO ENDOVENOSA, ESTERIL, APIROGENCIA, ISOTONICA, ACONDICIONADA EM RECIPIENTE DE PLASTICO FLEXÍVEL FECHADO, TRANSLUCIDO E TRANSPARENTE, C/ALCA DE SUSTENCAO RESISTENTE A PRESSAO E TRACAO. C/ 40 BOLSAS	CX	8.000,00	HALEXISTAR	4,79	38.320,00
244	SORO - SORO GLICOFISIOLOGICO 250 ML, PARA APLICACAO ENDOVENOSA, ESTERIL, APIROGENCIA, ISOTONICA, ACONDICIONADA EM RECIPIENTE DE PLASTICO FLEXIVEL FECHADO, ORIGINAL DO FABRICANTE, COM O NOME DO RESPONSAVEL TECNICO, O LOTE, DATA DE VALIDADE E FABRICACAO ESTAMPADA NA EMBALAGEM, TRANSLUCIDO E TRANSPARENTE, COM ALCA DE SUSTENTACAO RESISTENTE A PRESSAO E TRACAO	FR	5.000,00	HALEXISTAR	5,69	28.450,00
253	SULFAMETOXAZOL + TRIMETOPRIMA - CONCENTRACAO/DOSAGEM 40 MG/ML + 8 MG/ML RESPECTIVAMENTE, FORMA FARMACEUTICA SUSPENSAO ORAL, FORMA DE APRESENTACAO FRASCO, VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	FR	150,00	SOBRAL 50ML	2,83	424,50
255	TERBUTALINA, SULFATO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 0,5 MG/ML, FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO INJETAVEL, FORMA DE APRESENTACAO AMPOLA, VIA DE ADMINISTRACAO PARENTERAL.	AMP	100,00	HIPOLABOR	4,98	498,00
266	ATRACURIO, BESILATO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 10 MG/ML, FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO INJETAVEL, FORMA DE APRESENTACAO AMPOLA, VIA DE ADMINISTRACAO INTRAVENOSA	AMP	40,00	CRISTÁLIA	46,00	1.840,00
					VALOR TOTAL	**R$ 448.837,50**

Fornecedor: **CENTERMEDICA PRODUTOS HOSPITALARES LTDA -**		**CNPJ/CPF:** 05.443.348/0001-77
Endereço: AV. SEGUNDA RADIAL		**Nº:** 363
Bairro: SETOR PEDRO LUDUVICO	**Cidade: GOIANIA**	**CEP:** 74.085-325
Representante Legal: CLOVIS RAMOS DE SOUZA		**CPF:** 243.044.251-53
e-mail centermedica.hospitalar@hotmail.com		**Telefone:** 62 3241 8277

	659	-	**CENTERMEDICA PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**

ITEM	Especificação	Un. Med.	Qtde Cotada	Marca	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL	
1	ACEBROFILINA - CONCENTRACAO/DOSAGEM 10 MG/ML,FORMA FARMACEUTICA XAROPE,FORMA DE APRESENTACAO FRASCO,VIA DE ADMINISTRACAO ORAL - ADULTO	FR	400,00	GERMED	7,95	3.180,00	
4	ACIDO ASCORBICO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 100 MG/ML,FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO INJETAVEL,FORMA DE APRESENTACAO AMPOLA,VIA DE ADMINISTRACAO PARENTERAL	AMP	1.500,00	HYPOFARMA	0,98	1.470,00	
9	CURATIVO - COMPOSTO DE ACIDO GRAXOS ESSENCIAIS, ACIDO LINOLEICO E OLEICO, ACIDO MIRISTICO, LAURICO, PALMITICO E ESTEARICO, TRIGLICERIDEOS DE CADEIA MEDIA, VITAMINA ¨A¨ E ¨E¨ E LECITINA DE SOJA,PARA HIDRATACAO PREVENTIVA E COM PROPRIEDADES EMOLIENTES,PROTEGE A PELE E AUXILIA NO PROCESSO DE CICATRIZACAO DE FERIDAS, ESTERIL,EMBALAGEM INDIVIDUAL. ROTULO N. LOTE, DATA FARBICACAO/VALIDADE E PROCEDENCIA. REGISTRO DO MIN. DA SAUDE.	FR	200,00	NUTRIEX	4,80	960,00	
13	ALFENTANILA, CLORIDRATO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 0,544 MG/ML, FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO INJETAVEL, FORMA DE APRESENTACAO AMPOLA, VIA DE ADMINISTRACAO PARENTERAL.	CX	50,00	CRISTALIA	96,50	4.825,00	
17	AMINOFILINA - CONCENTRACAO/DOSAGEM 100 MG,FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO,FORMA DE APRESENTACAO COMPRIMIDO,VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	CP	1.000,00	HIPOLABOR	0,14	140,00	
18	AMINOFILINA - 0,24MG/ML SOLUCAO INJETAVEL AMPOLA DE 10ML	AMP	1.000,00	FARMACE	3,63	3.630,00	
20	AMITRIPTILINA, CLORIDRATO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 25 MG,FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO,VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	CP	500,00	CRISTALIA	0,22	110,00	
21	AMIODARONA, CLORIDRATO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 200 MG,FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO,FORMA DE APRESENTACAO COMPRIMIDO,VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	CP	2.000,00	GEOLAB	0,58	1.160,00	
22	AMOXICILINA + CLAVULANATO DE POTASSIO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 50 MG/ML + 12,5 MG/ML RESPECTIVAMENTE, FORMA FARMACEUTICA PO PARA SUSPENSAO ORAL, FORMA DE APRESENTACAO FRASCO, VIA DE ADMINISTRACAO ORAL.	FR	100,00	SANDOZ	43,90	4.390,00	

23	AMOXICILINA + CLAVULANATO DE POTASSIO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 875 MG + 125 MG RESPECTIVAMENTE, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO REVESTIDO, VIA DE ADMINISTRACAO ORAL.	CX	50,00	SANDOZ	20,60	1.030,00	
25	AMOXICILINA - CONCENTRACAO/DOSAGEM 500 MG,FORMA FARMACEUTICA CAPSULA OU COMPRIMIDO,VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	CAPS	4.000,00	PRATIDONADUZZI	0,54	2.160,00	
27	AMPICILINA - CONCENTRACAO/DOSAGEM 50 MG/ML,FORMA FARMACEUTICA PO PARA SUSPENSAO ORAL,FORMA DE APRESENTACAO FRASCO,VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	FR	300,00	PRATIDONADUZZI	5,92	1.776,00	
28	AMPICILINA - CONCENTRACAO/DOSAGEM 500 MG,FORMA FARMACEUTICA CAPSULA OU COMPRIMIDO,VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	CAPS	4.000,00	PRATIDONADUZZI	0,43	1.720,00	
29	ATENOLOL - CONCENTRACAO/DOSAGEM 50 MG,FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO,VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	CP	2.000,00	PRATIDONADUZZI	0,05	100,00	
31	VITELINATO DE PRATA - CONCENTRACAO/DOSAGEM 10 MG/ML,FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO OFTALMICA,FORMA DE APRESENTACAO FRASCO,VIA DE ADMINISTRACAO OFTÁLMICA	FR	40,00	ALLERGAN	12,90	516,00	
32	ATROPINA, SULFATO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 0,25 MG/ML,FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO INJETAVEL,FORMA DE APRESENTACAO AMPOLA,VIA DE ADMINISTRACAO PARENTERAL	AMP	600,00	ISOFARMA	0,47	282,00	
36	BENZILPENICILINA PROCAINA + BENZILPENICILINA POTASSICA - CONCENTRACAO/DOSAGEM 300.000 UI + 100.000 UI RESPECTIVAMENTE,FORMA FARMACEUTICA PO LIOFILIZADO PARA SUSPENSAO INJETAVEL,FORMA DE APRESENTACAO FRASCO-AMPOLA,VIA DE ADMINISTRACAO INTRAMUSCULAR	AMP	1.500,00	TEUTO	7,00	10.500,00	
39	BISACODIL - CONCENTRACAO/DOSAGEM 5 MG,FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO OU DRAGEA,VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	CP	5.000,00	CIMED	0,27	1.350,00	
45	BROMOPRIDA - CONCENTRACAO/DOSAGEM DE 10 MG, FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO INJETAVEL, FORMA DE APRESENTACAO EM AMPOLA, VIA PARENTERAL	AMP	1.000,00	WASSER	2,60	2.600,00	
46	BROMOPRIDA - CONCENTRACAO/DOSAGEM 10 MG, FORMA FARMACEUTICA CAPSULA, VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	CP	2.000,00	PRATIDONADUZZI	0,31	620,00	
47	BUPIVACAINA, CLORIDRATO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 5 MG/ML,FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO INJETAVEL,FORMA DE APRESENTACAO FRASCO-AMPOLA,VIA DE ADMINISTRACAO INTRAVENOSA OU PERIDURAL	FR	2.500,00	HYPOFARMA	4,64	11.600,00	
52	CEFALEXINA - CONCENTRACAO/DOSAGEM 500 MG,FORMA FARMACEUTICA CAPSULA OU COMPRIMIDO OU DRAGEA,VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	CAPS	5.000,00	TEUTO	0,73	3.650,00	
53	CEFALOTINA SODICA - CONCENTRACAO/DOSAGEM 1 G,FORMA FARMACEUTICA PO PARA SOLUCAO INJETAVEL,FORMA DE APRESENTACAO FRASCO-AMPOLA,VIA DE ADMINISTRACAO PARENTERAL	FR	10.000,00	CEFALOTINA	3,94	39.400,00	
54	CEFOTAXIMA SODICA - CONCENTRACAO/DOSAGEM 1G,FORMA FARMACEUTICA PO PARA SOLUCAO INJETAVEL,FORMA DE APRESENTACAO FRASCO-AMPOLA,VIA DE ADMINISTRACAO PARENTERAL	FR	2.000,00	BLAU	8,30	16.600,00	
60	CINARIZINA - CONCENTRACAO/DOSAGEM 25 MG,FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO,VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	CP	2.000,00	NEOQUIMICA	0,17	340,00	
62	CIPROFLOXACINO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 2 MG/ML,FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO INJETAVEL,FORMA DE APRESENTACAO BOLSA OU FRASCO,VIA DE ADMINISTRACAO PARENTERAL	BLS	400,00	ISOFARMA	57,50	23.000,00	
63	CIPROFLOXACINO 500 MG CX C/300COMP	CX	24,00	PRATIDONADUZZI	106,00	2.544,00	
65	FENTANILA, CITRATO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 50 MCG/ML,FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO INJETAVEL,FORMA DE APRESENTACAO FRASCO-AMPOLA,VIA DE ADMINISTRACAO PARENTERAL	AMP	500,00	CRISTALIA	5,10	2.550,00	
68	CLARITROMICINA - CONCENTRACAO/DOSAGEM 500 MG,FORMA FARMACEUTICA CAPSULA,VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	CAPS	2.000,00	MEDLEY	8,74	17.480,00	
69	BECLOMETASONA, DIPROPIONATO - CONCENTRACAO/DOSAGEM DE 400MCG/ML, FORMA FARMACEUTICA SUSPENSAO, FORMA DE APRESENTACAO EM FLACONETE 2ML, VIA INALATORIA.	FR	500,00	CHIESI	5,35	2.675,00	
71	CLONIDINA 0,2MG	CP	600,00	BOEHRINGER	4,22	2.532,00	
73	CLOMIPRAMINA - CONCENTRACAO/DOSAGEM 75 MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO REVESTIDO DIVISIVEL DE LIBERACAO LENTA, VIA DE ADMINISTRACAO ORAL.	CP	500,00	SIGMAFARMA	3,82	1.910,00	
76	Clorpromazina 5mgml	AMP	300,00	CRISTALIA	3,30	990,00	
82	ACIDO ASCORBICO + CLORIDRATO DE PIPERIDOLATO+HESPERIDINA - CONCENTRACAO/DOSAGEM DE 50 MG + 100 MG + 50 MG, RESPECTIVAMENTE, FORMA FARMACEUTICA DRAGEA, VIA ORAL, FORMA DE APRESENTACAO EM DRAGEA.	UNI	900,00	AVENTIS	1,89	1.701,00	
88	DIAZEPAM 10mg	CP	5.000,00	CRISTALIA	0,19	950,00	
89	DICLOFENACO 15MG/ML GOTAS	FR	200,00	VITAMEDIC	15,76	3.152,00	
90	DICLOFENACO DE SODIO 50 MG COMP	CP	2.000,00	PRATIDINADUZZI	0,11	220,00	
95	DIPIRONA SÓDICA 500mgML	FR	300,00	NATULAB	1,67	501,00	
98	DIVALPROATO DE SODIO 500 MG COMPRIMIDO	CP	3.000,00	ABBOTT	1,86	5.580,00	
104	ENALAPRIL 20mg	CP	3.000,00	VITAMEDIC	0,08	240,00	
106	ERITROMICINA - CONCENTRACAO/DOSAGEM 250 MG/ML SUSPENSAO ORAL, FORMA FARMACEUTICA FRASCO 60 ML, FORMA DE APRESENTACAO EM FRASCO, VIA ORAL	FR	300,00	PRATIDONADUZZI	9,45	2.835,00	
108	ESPIRONOLACTONA - CONCENTRACAO/DOSAGEM 25 MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO, VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	CP	800,00	APSEN	0,27	216,00	
109	ESCOPOLAMINA, BUTILBROMETO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 20 MG/ML, FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO INJETAVEL, FORMA DE APRESENTACAO AMPOLA, VIA DE ADMINISTRACAO PARENTERAL	AMP	1.000,00	FARMACE	2,10	2.100,00	
113	FENITOINA - CONCENTRACAO/DOSAGEM 50 MG/ML, FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO INJETAVEL, FORMA DE APRESENTACAO AMPOLA, VIA DE ADMINISTRACAO PARENTERAL	AMP	500,00	CRISTALIA	4,04	2.020,00	

114	FENITOINA - CONCENTRACAO/DOSAGEM 100 MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO, VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	CP	200,00	CRISTALIA	0,39	78,00	
116	FITOMENADIONA - CONCENTRACAO/DOSAGEM 10 MG/ML, FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO INJETAVEL, FORMA DE APRESENTACAO AMPOLA, VIA DE ADMINISTRACAO INTRAMUSCULAR	AMP	600,00	CRISTALIA	3,00	1.800,00	
120	SACCHAROMYCES BOULARDII 17 - CONCENTRACAO/DOSAGEM 200 MG, FORMA FARMACEUTICA CAPSULA, VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	CAPS	300,00	CIFARMA	8,90	2.670,00	
126	GENTAMICINA, SULFATO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 280 MG/ML, FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO INJETAVEL, FORMA DE APRESENTACAO AMPOLA, VIA DE ADMINISTRACAO PARENTERAL	AMP	1.000,00	NEO QUIMICA	25,30	25.300,00	
129	GLIBENCLAMIDA - CONCENTRACAO/DOSAGEM 5 MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO, VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	CP	3.000,00	GEOLAB	0,09	270,00	
132	GLICERINA - CONCENTRACAO/DOSAGEM 120 MG/ML, FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO RETAL, FORMA DE APRESENTACAO BOLSA OU FRASCO, VIA DE ADMINISTRACAO RETAL	FR	50,00	EQUIPLEX	19,00	950,00	
133	GLICOSE - CONCENTRACAO/DOSAGEM 50%,FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO INJETAVEL, FORMA DE APRESENTACAO AMPOLA, VIA DE ADMINISTRACAO PARENTERAL -10ML	AMP	800,00	EQUIPLEX	0,36	288,00	
134	GLICOSE - CONCENTRACAO/DOSAGEM DE 25%, FORMA FARMACEUTICA INJETAVEL, FORMA DE APRESENTACAO EM AMPOLA 10 ML, VIA INTRAVENOSA -GLICOSE 25% 10ML	AMP	600,00	EQUIPLEZ	0,47	282,00	
135	GLICOSIMETRO - PORTATIL, NA ESCALA DE 10 A 600 MG/DL, FOTORREFLITANCIA/FOTOMETRIA, TEMPO DE TESTE DE APROXIMADAMENTE 5 SEGUNDOS, ALIMENTACAO: BATERIA 3 VOLTS	UN	40,00	G TECH	24,20	968,00	
136	GLUCONATO DE CALCIO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 10%, FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO INJETAVEL, FORMA DE APRESENTACAO AMPOLA	AMP	200,00	ISOFARMA	2,60	520,00	
137	HALOPERIDOL - CONCENTRACAO/DOSAGEM 5 MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO, VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	CP	1.000,00	CRISTALIA	0,26	260,00	
140	HEPARINA SODICA - CONCENTRACAO/DOSAGEM 5000 UI/ML, FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO INJETAVEL, FORMA DE APRESENTACAO FRASCO-AMPOLA, VIA DE ADMINISTRACAO PARENTERAL	AMP	150,00	CRISTALIA	14,80	2.220,00	
143	HIDRALAZINA, CLORIDRATO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 50 MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO, VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	CP	1.000,00	NOVARTIS	0,71	710,00	
144	HIDROCORTISONA, ACETATO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 1%, FORMA FARMACEUTICA CREME, FORMA DE APRESENTACAO BISNAGA, VIA DE ADMINISTRACAO TOPICA.	BIS	300,00	E.M.S.	16,00	4.800,00	
154	ISOSSORBIDA, MONONITRATO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 40 MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO, VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	CP	1.000,00	BIOSINTETICA	1,15	1.150,00	
155	ISOSSORBIDA, DINITRATO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 10 MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO, VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	CP	1.000,00	GERMED	0,45	450,00	
156	ISOSSORBIDA, DINITRATO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 5 MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO, VIA DE ADMINISTRACAO ORAL. COM	CP	1.000,00	BIOSINTETICA	0,66	660,00	
158	LAMOTRIGINA - CONCENTRACAO/DOSAGEM 25 MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO, VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	CP	500,00	TERRENT	1,29	645,00	
166	IMUNOGLOBULINA ANTI-RHO(D) - CONCENTRACAO/DOSAGEM 300 MCG, FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO INJETAVEL, FORMA DE APRESENTACAO FRASCO-AMPOLA, VIA DE ADMINISTRACAO PARENTERAL	FR	80,00	KAMADA	309,50	24.760,00	
171	METILDOPA - CONCENTRACAO/DOSAGEM 500 MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO REVESTIDO, VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	CP	1.000,00	SANDOZ	1,39	1.390,00	
177	METRONIDAZOL - CONCENTRACAO/DOSAGEM DE BENZOILMETRONIDAZOL 40MG/MLSUSP. ORAL, FORMA FARMACEUTICA FRASCO, FORMA DE APRESENTACAO EM FRASCO CONTENDO 100ML, VIA ORAL	FR	300,00	BELFAR	9,34	2.802,00	
181	SORBITOL + LAURIL SULFATO DE SODIO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 714 + 7,70 MG/G, RESPECTIVAMENTE, FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO RETAL, FORMA DE APRESENTACAO BISNAGA, VIA DE ADMINISTRACAO RETAL	BIS	400,00	MOMENTA	10,80	4.320,00	
187	METADONA, CLORIDRATO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 10 MG/ML, FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO INJETAVEL, FORMA DE APRESENTACAO AMPOLA, VIA DE ADMINISTRACAO INTRAMUSCULAR OU SUBCUTANEA MYTEDON (METADONA) 10 MG/ML	AMP	100,00	CRISTALIA	12,40	1.240,00	
188	METADONA, CLORIDRATO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 5 MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO, VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	CP	150,00	CRISTALIA	1,85	277,50	
189	NALOXONA, CLORIDRATO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 0,4 MG/ML, FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO INJETAVEL, FORMA DE APRESENTACAO AMPOLA, VIA DE ADMINISTRACAO PARENTERAL	AMP	100,00	CRISTALIA	11,95	1.195,00	
190	NALBUFINA, CLORIDRATO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 10 MG/ML, FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO INJETAVEL, FORMA DE APRESENTACAO AMPOLA, VIA DE ADMINISTRACAO PARENTERAL	AMP	200,00	CRISTALIA	17,00	3.400,00	
193	NEOSTIGMINA, METILSULFATO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 0,5 MG/ML, FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO INJETAVEL, FORMA DE APRESENTACAO AMPOLA, VIA DE ADMINISTRACAO PARENTERAL	AMP	500,00	VALENT	1,69	845,00	
195	NIFEDIPINO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 10 MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO, VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	CP	4.500,00	GEOLAB	0,09	405,00	
196	NIFEDIPINO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 20 MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO, VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	CP	1.000,00	GEOLAB	0,41	410,00	
197	NIMESULIDA BETACICLODEXTRINA - CONCENTRACAO/DOSAGEM 400 MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO, VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	CP	6.000,00	FARMASA	0,13	780,00	
202	PIRACETAM - CONCENTRACAO/DOSAGEM 800 MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO REVESTIDO, VIA DE ADMINISTRACAO ORA-NOOTROPIL 800 MG C/30 COMP	CAPS	1.200,00	AVENTIS	2,37	2.844,00	
205	HIDROXIDO FERRICO, SACARATO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 100 MG, CX C/ 5 AMP.FORMA FARMACEUTICA AMPOLA, VIA DE ADMINISTRACAO INJETAVEL.	CX	50,00	BLAU	29,00	1.450,00	

211	OMEPRAZOL - CONCENTRACAO/DOSAGEM 40 MG, FORMA FARMACEUTICA PO LIOFILIZADO PARA SOLUCAO INJETAVEL, FORMA DE APRESENTACAO FRASCO-AMPOLA + DILUENTE, VIA DE ADMINISTRACAO INTRAVENOSA	AMP	2.000,00	ARISTON	10,87	21.740,00	
224	PROMETAZINA, CLORIDRATO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 25 MG/ML, FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO INJETAVEL, FORMA DE APRESENTACAO AMPOLA, VIA DE ADMINISTRACAO PARENTERAL	AMP	1.000,00	CRISTALIA	2,59	2.590,00	
228	RANITIDINA, CLORIDRATO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 25 MG/ML, FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO INJETAVEL, FORMA DE APRESENTACAO AMPOLA, VIA DE ADMINISTRACAO PARENTERAL	AMP	4.000,00	FARMACE	0,92	3.680,00	
240	SOLUCAO FISIOLOGICA - SORO 0,9% SORO FISIOLÓGICO 100 ML C/ 60 BOLSAS	FR	18.000,00	EQUIPLEX	3,97	71.460,00	
242	SOLUCAO FISIOLOGICA - SORO 0,9 % SOLUCAO ISOTONICA DE CLORETO DE SODIO A 0,9%, FRASCO COM 500 ML. C/ 20 BOLSAS	CX	500,00	EQUIPLEX	5,20	2.600,00	
243	SOLUCAO - FISIOLOGICA, CLORETO DE SODIO 0,9% EM AGUA PARA INJECAO, LIMPIDA, ESTERIL, INJETAVEL, ACONDICIONADO EM RECIPIENTE PLASTICO, COM DISPOSITIVO DE ABERTURA, ROTULO COM N. DE LOTE, DATA DE FABRICACAO/VALIDADE, FORMULA E PROCEDENCIA	FR	5.000,00	EQUIPLEX	0,31	1.550,00	
248	SAIS PARA REIDRATACAO ORAL - COMPOSICAO CITRATO DE SODIO + CLORETO DE POTASSIO + CLORETO DE SODIO + GLICOSE, CONCENTRACAO/DOSAGEM 2,16 MG/ML + 4,68 MG/ML + 0,98 MG/ML + 20 MG/ML RESPECTIVAMENTE, FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO ORAL, FORMA DE APRESENTACAO FRASCO, VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	ENV	300,00	NATULAB	1,20	360,00	
252	SULFADIAZINA DE PRATA - SULFADIAZINA DE PRATA 01% CONCENTRACAO/DOSAGEM, FORMA FARMACEUTICA EM CREME, FORMA DE APRESENTACAO BISNAGA DE 400G, VIA TOPICA	BIS	50,00	PRATIDONADUZZI	49,00	2.450,00	
258	SULFATO FERROSO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 40 MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO, VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	CP	3.500,00	NATULAB	0,08	280,00	
261	TENOXICAM - CONCENTRACAO/DOSAGEM 20 MG, FORMA FARMACEUTICA PO LIOFILIZADO PARA SOLUCAO INJETAVEL, FORMA DE APRESENTACAO FRASCO-AMPOLA, VIA DE ADMINISTRACAO PARENTERAL	FR	6.000,00	CRISTALIA	6,80	40.800,00	
262	TENOXICAM - CONCENTRACAO/DOSAGEM 40 MG, FORMA FARMACEUTICA PO LIOFILIZADO PARA SOLUCAO INJETAVEL, FORMA DE APRESENTACAO FRASCO-AMPOLA, VIA DE ADMINISTRACAO PARENTERAL	AMP	1.000,00	EUROFARMA	12,00	12.000,00	
263	TECLOZANA - CONCENTRACAO/DOSAGEM 500 ML, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO	CP	1.000,00	SANOFI	12,30	12.300,00	
265	TOPIRAMATO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 100 MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO REVESTIDO,VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	CP	1.200,00	CRISTALIA	2,60	3.120,00	
268	VERAPAMIL, CLORIDRATO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 80 MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO REVESTIDO, VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	CP	1.000,00	PRATIDONADUZZI	0,15	150,00	
270	SILIMARINA - CONCENTRACAO/DOSAGEM 90 MG/ML, FORMA FARMACEUTICA DRAGEA, VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	UNI	1.500,00	NYCOMED	4,15	6.225,00	
271	SENNA ALEXANDRINA MILLER + CASSIA FISTULA - CONCENTRACAO/DOSAGEM 28,9 MG + 19,5 MG RESPECTIVAMENTE, FORMA FARMACEUTICA CAPSULA, VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	CAPS	1.500,00	AVENTIS	8,20	12.300,00	
					VALOR TOTAL	**471.049,50**	

2 – DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO: O ajuste com o fornecedor registrado será formalizado pelo **CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ARAGUAIA – CISA DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA/MT,** mediante assinatura de Contrato e/ou retirada da Nota de Empenho, observadas as disposições contidas no **PREGÃO PRESENCIAL Nº001/2019.**

2.1 – O compromisso de entrega e execução só estará caracterizado mediante Contrato e/ou Nota de Empenho, decorrente desta Ata de Registro de Preços e Edital do **PREGÃO PRESENCIAL Nº001/2019.**

2.2 – O fornecedor registrado, dentro dos quantitativos estimados, fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a validade desta Ata de Registro de Preços. **2.3 –** A entrega do(s) item(s) deverá ser efetuada conforme Capítulo XVI do Edital do **PREGÃO PRESENCIAL Nº001/2019.**

2.4 – Todas as penalidades e as sanções contidas no Edital do **PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2019** aplicam-se sob a Ata de Registro de Preço. **2.5** – A fiscalização do contrato será feita por meio do seu respectivo fiscal, servidores abaixo nomeados através da Resolução:

Nº DO CONTRATO	EMPRESA CONTRATADA	SERVIDOR RESPONSAVEL
Nº 28/2019	RET FARMA DIST. DE MED. E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	CÉSAR RÊGO SANTOS – FARMACÊUTICO CRF 54810
Nº 29/2019	CA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALAR EIRELI – ME	CÉSAR RÊGO SANTOS – FARMACÊUTICO CRF 54810
Nº 30/2019	FAMA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI - ME	CÉSAR RÊGO SANTOS – FARMACÊUTICO CRF 54810
Nº 31/2019	CENTERMEDICA PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	CÉSAR RÊGO SANTOS – FARMACÊUTICO CRF 54810

3 – DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS: o CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ARAGUAIA – CISA de SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA, adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata. **3.1 –** Nos termos do art. 15, § 4º da Lei 8.666/93 **CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ARAGUAIA – CISA** de SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA, não está obrigada a adquirir exclusivamente por intermédio desta Ata, durante o seu período de vigência, os produtos cujos preços nela estejam registrados, podendo adotar para tanto, uma licitação especifica, assegurando-se, todavia, a preferência de fornecimento aos registrados, no caso de igualdade de condições. **3.2 –** A presente Ata de Registro de Preço poderá ser usada pelo Órgão Gerenciador ou qualquer outro órgão e entidade da Administração que não tenha participado do certame mediante prévia consulta ao órgão gerenciador da Ata, desde que devidamente comprovada a vantagem. **4 – DOS PREÇOS:** A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65, da Lei nº8.666/93. **4.1 –** O preço registrado para cada item poderá ser revisto em face de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos bens registrados. **4.1.1 –** Quando o preço inicialmente registrado para cada item, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o **CONSORCIO INTERMUNICIPAL**

DE SAÚDE DO ARAGUAIA – CISA de SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA, convocará o licitante registrado visando à negociação para redução de preços e sua adequação àquele praticado pelo mercado. **4.1.2 –** Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido.

4.1.2.1 – Na hipótese do subitem anterior, **o CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ARAGUAIA – CISA** sediado no município de São Félix do Araguaia convocará os demais fornecedores, na ordem de classificação do processo licitatório para o item em questão, visando igual oportunidade de negociação.

4.2 – Quando o preço de mercado para determinado item tornar-se superior aos preços registrados e, o fornecedor registrado, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, **CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ARAGUAIA – CISA**: **4.2.1 –** Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, desde que o requerimento ocorra antes do pedido de fornecimento. **4.2.2 –** Convocar os demais fornecedores classificados para o item, visando igual oportunidade de negociação. **4.3 –** Não havendo êxito nas negociações, o **CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ARAGUAIA – CISA** de SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA procederá à revogação do item em questão, da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa. **4.4 –** Durante o período de validade da Ata de Registro de Preços, os preços não serão reajustados ressalvados a superveniência de normas federais aplicáveis a espécie. **4.5 –** O diferencial de preço entre a proposta inicial do fornecedor detentor da Ata e a pesquisa de mercado efetuada pelo **CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ARAGUAIA – CISA** de SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA à época da licitação, bem como eventuais descontos por ela concedidos, serão sempre mantidos. 5 **– DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E PAGAMENTO:** A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses contada a partir da data de sua assinatura. O pagamento será efetuado conforme edital na seguinte dotação orçamentária: **Órgão:** 01 CISA - CONS. INTER. SAUDE ARAGUAIA **Unidade:** 01 Consorcio Intermunicipal de Saúde do Araguaia

Projeto Atividade: 2.001 Manut. Encargos c/ o Consorcio Intermunicipal de Saúde

Elemento despesa: 3.3.90.30.00- Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica (8)

6 **– DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:** A publicação resumida desta Ata de Registro de Preços na imprensa oficial, Diário Oficial de Contas TCE/MT que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo Órgão Gerenciador até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura. 7 **– DO FORO:** O Foro para dirimir questões relativas ao presente compromisso de fornecimento será o Foro da Comarca de São Félix do Araguaia - MT, com prejuízo a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, para todos os fins previstos em direito, na presença das duas testemunhas abaixo identificadas, que a tudo assistiram e que também o subscrevem.

JANAILSA

Empresas

RESOLUÇÕES

Resolução n. 28/2019 São Félix do Araguaia, 04 de Março de 2019.

Designa Servidor para exercer a função de fiscal do Contrato n. 001/2019 e dá outras providências.

A SECRETÁRIA EXECUTIVA DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ARAGUAIA - CISA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto:

RESOLVE:

Artigo 1º - Designar a Servidor, o Srº. **CÉSAR RÊGO SANTOS – FARMACÊUTICO - CRF 54810**, para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto do Contrato n. 001/2019, firmado com a empresa **RET FARMA DIST. DE MED. E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**, estabelecida AV. ANTONIO FIDELIS, 1158 - QD. 156, LT. 08 - PQ. AMAZÔNIA- município de Goiânia – GO, CEP: 74.840-090 - inscrito no CNPJ: 12.313.826/0001-90, cujo objeto é a Registro de preços para futura e eventual aquisição de medicamentos para entrega fracionada de acordo com as necessidades do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Araguaia – CISA, pelo período de 1 (um) ano, de acordo com as especificações e nas condições estabelecidas no ato convocatório.

Artigo 2º - Caberá a fiscal do Contrato, ora designada, o acompanhamento, fiscalização e avaliação da execução do referido contrato, competindo-lhe:

I – Zelar pelo fiel cumprimento do contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências a sua execução, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou dos defeitos observados, e, submeter, aos seus superiores, em tempo hábil, as decisões e providências que ultrapassarem a sua competência, nos termos da lei;

II – Avaliar, continuamente, a qualidade dos serviços prestados pela contratada, em periodicidade adequada ao objeto do contrato, e durante o seu período de vigência, propondo a autoridade superior, a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas.

III – Atestar, formalmente, as notas fiscais, antes do encaminhamento ao financeiro para pagamento, devendo realizar o acompanhamento e conferência dos serviços prestados para comprovar a qualidade/quantidade e exigir a garantia do serviço durante toda a contratação;

IV – Observar se a fatura apresentada pela contratada refere-se ao serviço e todas as despesas foram efetivamente prestadas no período, e havendo dúvida, determinar sua correção, bem como recorrer ao auxílio para efetuar corretamente a conferência do atesto fiscal;

V – Elaborar, relatório de fiscalização, referente a cada período de execução das atividades constantes na nota fiscal dos serviços prestados, devendo fazer juntada ao processo de pagamento, antes do encaminhamento ao financeiro;

VI – Adotar outras medidas legalmente previstas para o integral acompanhamento e fiscalização da execução do objeto contratado.

Artigo 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a data de 04 de Março de 2019.

São Félix do Araguaia/MT, 04 de Março de 2019.

JANAILZA TAVEIRA LEITE

PRESIDENTE DO CISA

Resolução n. 29/2019 São Félix do Araguaia, 04 de Março de 2019.

Designa Servidor para exercer a função de fiscal do Contrato n. 002/2019 e dá outras providências.

A SECRETÁRIA EXECUTIVA DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ARAGUAIA - CISA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto:

RESOLVE:

Artigo 1º - Designar a Servidor, o Srº. **CÉSAR RÊGO SANTOS – FARMACÊUTICO - CRF 54810**, para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto do Contrato n. 001/2019, firmado com a empresa **CA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALAR EIRELI – ME** estabelecida NA AV. GRAÇA ARANHA, SNº - QD. 29 LT. 09 – SALA 02 E 03 – JD. NOVA ERA, CEP: 74.916-070 - MUNICIPIO DE APARECIDA DE GOIANIA CNPJ: 26. 457.348/0001-04, cujo objeto é a Registro de preços para futura e eventual aquisição de medicamentos para entrega fracionada de acordo com as necessidades do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Araguaia – CISA, pelo período de 1 (um) ano, de acordo com as especificações e nas condições estabelecidas no ato convocatório.

Artigo 2º - Caberá a fiscal do Contrato, ora designada, o acompanhamento, fiscalização e avaliação da execução do referido contrato, competindo-lhe:

I – Zelar pelo fiel cumprimento do contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências a sua execução, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou dos defeitos observados, e, submeter, aos seus superiores, em tempo hábil, as decisões e providências que ultrapassarem a sua competência, nos termos da lei;

II – Avaliar, continuamente, a qualidade dos serviços prestados pela contratada, em periodicidade adequada ao objeto do contrato, e durante o seu período de vigência, propondo a autoridade superior, a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas.

III – Atestar, formalmente, as notas fiscais, antes do encaminhamento ao financeiro para pagamento, devendo realizar o acompanhamento e conferência dos serviços prestados para comprovar a qualidade/quantidade e exigir a garantia do serviço durante toda a contratação;

IV – Observar se a fatura apresentada pela contratada refere-se ao serviço e todas as despesas foram efetivamente prestadas no período, e havendo dúvida, determinar sua correção, bem como recorrer ao auxílio para efetuar corretamente a conferência do atesto fiscal;

V – Elaborar, relatório de fiscalização, referente a cada período de execução das atividades constantes na nota fiscal dos serviços prestados, devendo fazer juntada ao processo de pagamento, antes do encaminhamento ao financeiro;

VI – Adotar outras medidas legalmente previstas para o integral acompanhamento e fiscalização da execução do objeto contratado.

Artigo 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a data de 04 de Março de 2019.

São Félix do Araguaia/MT, 04 de Março de 2019.

JANAILZA TAVEIRA LEITE

PRESIDENTE DO CISA

Resolução n. 30/2019 São Félix do Araguaia, 04 de Março de 2019.

Designa Servidor para exercer a função de fiscal do Contrato n. 003/2018 e dá outras providências.

A SECRETÁRIA EXECUTIVA DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ARAGUAIA - CISA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto:

RESOLVE:

Artigo 1º - Designar a Servidor, o Srº. **CÉSAR RÊGO SANTOS – FARMACÊUTICO - CRF 54810**, para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto do Contrato n. 001/2019, firmado com a empresa **FAMA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI - ME– estabelecida R PROFESSOR JOAO FELIX, Nº 635 - LIXEIRA, CEP: 78.008-435 CUIABÁ/MT CNPJ: 12. 313.826/0001-90,** cujo objeto é a Registro de preços para futura e eventual aquisição de medicamentos para entrega fracionada de acordo com as necessidades do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Araguaia – CISA, pelo período de 1 (um) ano, de acordo com as especificações e nas condições estabelecidas no ato convocatório.

Artigo 2º - Caberá a fiscal do Contrato, ora designada, o acompanhamento, fiscalização e avaliação da execução do referido contrato, competindo-lhe:

I – Zelar pelo fiel cumprimento do contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências a sua execução, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou dos defeitos observados, e, submeter, aos seus superiores, em tempo hábil, as decisões e providências que ultrapassarem a sua competência, nos termos da lei;

II – Avaliar, continuamente, a qualidade dos serviços prestados pela contratada, em periodicidade adequada ao objeto do contrato, e durante o seu período de vigência, propondo a autoridade superior, a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas.

III – Atestar, formalmente, as notas fiscais, antes do encaminhamento ao financeiro para pagamento, devendo realizar o acompanhamento e conferência dos serviços prestados para comprovar a qualidade/quantidade e exigir a garantia do serviço durante toda a contratação;

IV – Observar se a fatura apresentada pela contratada refere-se ao serviço e todas as despesas foram efetivamente prestadas no período, e havendo dúvida, determinar sua correção, bem como recorrer ao auxílio para efetuar corretamente a conferência do atesto fiscal;

V – Elaborar, relatório de fiscalização, referente a cada período de execução das atividades constantes na nota fiscal dos serviços prestados, devendo fazer juntada ao processo de pagamento, antes do encaminhamento ao financeiro;

VI – Adotar outras medidas legalmente previstas para o integral acompanhamento e fiscalização da execução do objeto contratado.

Artigo 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a data de 04 de Março de 2019.

São Félix do Araguaia/MT, 04 de Março de 2019.

JANAILZA TAVEIRA LEITE

PRESIDENTE DO CISA

Resolução n. 31/2019 São Félix do Araguaia, 04 de Março de 2019.

Designa Servidor para exercer a função de fiscal do Contrato n. 004/2018 e dá outras providências.

A SECRETÁRIA EXECUTIVA DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ARAGUAIA - CISA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto:

RESOLVE:

Artigo 1º - Designar a Servidor, o Srº. **CÉSAR RÊGO SANTOS – FARMACÊUTICO - CRF 54810**, para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto do Contrato n. 001/2019, firmado com a empresa **CENTERMEDICA PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**– estabelecida AV. SEGUNDA RADIAL - Nº 363 – SETOR PEDRO LUDUVICO, CEP: 74.085-325 GOIANIA/GO CNPJ: 05.443.348/0001-77, cujo objeto é a Registro de preços para futura e eventual aquisição de medicamentos para entrega fracionada de acordo com as necessidades do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Araguaia – CISA, pelo período de 1 (um) ano, de acordo com as especificações e nas condições estabelecidas no ato convocatório.

Artigo 2º - Caberá a fiscal do Contrato, ora designada, o acompanhamento, fiscalização e avaliação da execução do referido contrato, competindo-lhe:

I – Zelar pelo fiel cumprimento do contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências a sua execução, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou dos defeitos observados, e, submeter, aos seus superiores, em tempo hábil, as decisões e providências que ultrapassarem a sua competência, nos termos da lei;

II – Avaliar, continuamente, a qualidade dos serviços prestados pela contratada, em periodicidade adequada ao objeto do contrato, e durante o seu período de vigência, propondo a autoridade superior, a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas.

III – Atestar, formalmente, as notas fiscais, antes do encaminhamento ao financeiro para pagamento, devendo realizar o acompanhamento e conferência dos serviços prestados para comprovar a qualidade/quantidade e exigir a garantia do serviço durante toda a contratação;

IV – Observar se a fatura apresentada pela contratada refere-se ao serviço e todas as despesas foram efetivamente prestadas no período, e havendo dúvida, determinar sua correção, bem como recorrer ao auxílio para efetuar corretamente a conferência do atesto fiscal;

V – Elaborar, relatório de fiscalização, referente a cada período de execução das atividades constantes na nota fiscal dos serviços prestados, devendo fazer juntada ao processo de pagamento, antes do encaminhamento ao financeiro;

VI – Adotar outras medidas legalmente previstas para o integral acompanhamento e fiscalização da execução do objeto contratado.

Artigo 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a data de 04 de Março de 2019.

São Félix do Araguaia/MT, 04 de Março de 2019.

JANAILZA TAVEIRA LEITE

PRESIDENTE do CISA

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO ARAGUAIA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 003/2019

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Processo Licitatório n. 05/2019

PREGÃO PRESENCIAL: Nº. 003/2019 – REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO LICITATÓRIO N. 05/2019

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES, contados a partir da data de sua publicação no Jornal Eletrônico Oficial dos Municípios do Estado de Mato Grosso.

Pelo presente instrumento, **CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO ARAGUAIA - CISMA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CPNJ/MF, SOB O N° 02.427.361/0001-44, com sede administrativa, sito à Rua 16 nº 150 – Centro II, neste ato representado pelo presidente o **Sr. Mauro Rosa da Silva,** brasileiro, casado, pecuarista, portador da Cédula de Identidade RG nº 201.964 - SSP/GO e inscrito no CPF sob nº 333.126.801-15, residente e domiciliado na Rua 14, nº 478, Centro II, na cidade de Água Boa - MT, **RESOLVE** registrar os preços da empresa, **PRODETER MATO GROSSO PRODUTOS PARA HIGIENIZAÇÃO LTDA - ME**, CNPJ: **09.089.367/0001-06,** situada na Avenida General Mello, 1711, Campo Velho, na cidade de Cuiabá – MT, CEP: 78.065-290, neste ato representada pelo Sr. Marcelo Henrique Cardoso, brasileiro, casado, empresário, portador da carteira de identidade RG 18.972.214-9 SSP/SP, CPF: 070.723.318-67, residente e domiciliado em Cuiabá – MT, sito rua Manoel Leopoldino, nº 265, apto 103, Bairro Araés, na quantidade estimada, de acordo com a classificação por ela alcançada por MENOR PREÇO POR LOTE, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes nesta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei 10. 520/2002 e suas alterações, e em conformidade com as disposições a seguir.

1 - DO OBJETO

1.1. **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE LAVANDERIA, LIMPEZA, HIGIENIZAÇÃO HOSPITALAR E DESCARTÁVEIS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO V** do Edital e especificações constantes neste Ata de Registros de Preços.

Total Geral	98.890,00

Água Boa - MT, 21 de fevereiro de 2019. **Marcelo Henrique Cardoso - ContratadoMauro Rosa da Silva -** Contratante

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 003/2019

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Processo Licitatório n. 05/2019

PREGÃO PRESENCIAL: Nº. 003/2019 – REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO LICITATÓRIO N. 05/2019

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES, contados a partir da data de sua publicação no Jornal Eletrônico Oficial dos Municípios do Estado de Mato Grosso.

Pelo presente instrumento, **CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO ARAGUAIA - CISMA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CPNJ/MF, SOB O N° 02.427.361/0001-44, com sede administrativa, sito à Rua 16 nº 150 – Centro II, neste ato representado pelo presidente o **Sr. Mauro Rosa da Silva,** brasileiro, casado, pecuarista, portador da Cédula de Identidade RG nº 201.964 - SSP/GO e inscrito no CPF sob nº 333.126.801-15, residente e domiciliado na Rua 14, nº 478, Centro II, na cidade de Água Boa - MT, **RESOLVE** registrar os preços da empresa, **R C COMERCIO DE PRODUTOS LTDA ME**, inscrita no CNPJ: 17.232.345/0001-73, localizada na Rua Liberdade, 639, Setor Sul II, CEP: 78.600-000, no município de Barra do Garças - MT, representada pelo Sr. Creonys Silva dos Reis, portador do RG: 356221-9 DGPC GO e CPF: 834. 637.631-68, na quantidade estimada, de acordo com a classificação por ela alcançada por MENOR PREÇO POR LOTE, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes nesta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei 10.520/2002 e suas alterações, e em conformidade com as disposições a seguir.

1 - DO OBJETO

1.1. **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE LAVANDERIA, LIMPEZA, HIGIENIZAÇÃO HOSPITALAR E DESCARTÁVEIS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO V** do Edital e especificações constantes neste Ata de Registros de Preços.

TOTAL GERAL	164.889,00

Água Boa - MT, 08 de março de 2019. **Creonys Silva dos Reis - Contratado**

Mauro Rosa da Silva - Contratante

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA

PLANEJAMENTO E FINANÇAS
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 34/2019

PROCESSO: 010/2019

LICITAÇÃO: PR 002/2019

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA MT

FORNECEDOR REGISTRADO: **APONTUAL COMÉRCIO EIRELI ME**

OBJETO: - A presente Ata de Registro de Preço visa registrar os preços para a Aquisição de Produtos Químicos para o DEMAE – Departamento de Água da Prefeitura de Água Boa-MT.

COD	PRODUTO	UNID	MARCA	QTD	VALOR UNIT	TOTAL
1617	HIPOCLORITO DE CALCIO 65% - PASTILHA	kg	UNICOLOR	2250	14,32	32.220,00

VALOR: R$ 32.220,00

DATA: 11/03/2019

VIGÊNCIA: 12 MESES

MAURO ROSA DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

CODEMA
RESOLUÇÃO CODEMA Nº. 003/2019

RESOLUÇÃO CODEMA Nº. 003/2019

Água Boa, 11 de março de 2019

O Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental “Médio Araguaia” - CODEMA, sob a Presidência do Exmo. Sr. **FERNANDO GORGEN**, no uso de suas atribuições, considerando o que lhe faculta o art. 20 do Estatuto Social e,

Considerando as Leis que dispõem sobre os procedimentos de lançamento e cobrança das taxas decorrentes da prestação de serviço público e/ou exercício regular do poder de polícia em matéria ambiental e dá outras providências, dos Municípios Consorciados;

Considerando a prestação do serviço público mediante a Descentralização do Licenciamento Ambiental;

Considerando a previsão de Declaração para atividade não passível de Licenciamento Ambiental na Lei de taxas dos Municípios Consorciados;

RESOLVE:

Art. 1º. As atividades não passíveis de licenciamento ambiental, por não constarem no Anexo Único da Resolução Consema nº. 085/2014 e no Decreto nº. 138/2015, são passíveis de obter Declaração para atividade não passível de Licenciamento Ambiental.

§ 1º A Declaração para atividade não passível de Licenciamento Ambiental prevista nas leis de taxas em matéria ambiental dos municípios consorciados, será formalizada através da Declaração para atividade não passível de Licenciamento Ambiental.

§ 2º A Declaração para atividade não passível de Licenciamento Ambiental de que trata o *caput* fica condicionada à apresentação, pelo interessado, do formulário constante no Anexo I, bem como do Requerimento Padrão para Declaração para atividade não passível de Licenciamento Ambiental, ambos devidamente preenchidos, assinados e reconhecido firma, acompanhado da documentação exigida.

Art. 2º. Quando houver alteração nas informações prestadas, é obrigatória a apresentação do Anexo I, com as informações devidamente retificadas.

Art. 3º. Para efeito de controle ambiental, o interessado deverá protocolar junto ao Codema, a “Declaração para atividade não passível de Licenciamento Ambiental” previamente à execução do projeto, acompanhado dos seguintes documentos autenticados:

a) Cópia do CPF e RG do interessado, se pessoa física;

b) Cópia do CNPJ, se pessoa jurídica;

c) No caso de representante legal, apresentar procuração com firma reconhecida;

d) Cópia atualizada do documento de propriedade ou da posse da área;

e) Roteiro de acesso à área do empreendimento;

f) cópia da guia de recolhimento da taxa prevista em lei e comprovante de quitação;

g) cópia da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, devidamente quitada, se houver responsável técnico;

h) comprovante de inscrição da propriedade no Cadastro Ambiental Rural – CAR;

i) Requerimento Padrão para Declaração para atividade não passível de Licenciamento Ambiental, disponível no site: www.codemamt.com.br;

j) cópia do comprovante do cadastro profissional no CODEMA do Responsável Técnico, se houver.

Art. 4º. As informações prestadas são de caráter declaratório, podem ser confrontadas mediante inspeção da fiscalização ambiental do Município Consorciado.

§1º. O processo para obtenção da Declaração para atividade não passível de Licenciamento Ambiental não prescinde de projeto, razão pela qual, não é exigido responsável técnico.

Art. 5º. Após o protocolo o processo será analisado e despachado para expedição de Declaração para atividade não passível de Licenciamento Ambiental caso esteja em conformidade com o disposto nesta Resolução, caso contrário será rejeitado e arquivado.

Art. 7º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO GORGEN

Presidente do CODEMA

FORMULÁRIO PARA DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO PASSÍVEL DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL						
1 - Identificação do Proponente						
Nome/Razão Social:						
CPF ou CNPJ:		RG:				
Endereço:		Bairro:				
Município/UF:		CEP:				
Telefone:		E-mail:				
Declaro, que realizei a INSTALAÇÃO, CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E OPERAÇÃO de "atividade não passível de licenciamento ambiental", conforme informações que se seguem:						
2- Dados do Imóvel						
Denominação:						
Endereço						
Município:		Matrícula:				
Área Total:						
Coordenadas (Geográficas/UTM) da(s) área(s):						
3 - Dados do PROJETO						
Área útil total (engloba todas as áreas utilizadas para o desenvolvimento da atividade):						
Área construída:						
Operações desenvolvidas no empreendimento:						
1)						
2)						
3)						
4)						
Captação de água (rede pública, subterrânea ou superficial):						
Informações sobre combustíveis utilizados						
Tipo:		Quantidade total a ser utilizada (anual):				
Informações sobre resíduos sólidos						
Tipo:	Local de armazenamento:			Destino:		
4 - Assistência/Orientação/Responsabilidade Técnica:						
( ) sim		( ) não				
Se sim, informar nome do profissional:						
Profissão:						
CPF:		RG:				
CREA:		ART:				
Endereço:		Bairro:				
Telefones:						
Município/UF:		CEP:				
5 - Outras informações consideradas relevantes						
É **OBRIGATÓRIO** o fornecimento de informações referentes a localização do empreendimento em relação à Unidades de Conservação e Terra Indígenas existentes num raio de até 3 km da área do empreendimento.						
_____ de _____ de _____.						
Declaro sob as penas da Lei, que todas as informações prestadas são verdadeiras.						
_____						
	Proponente					
_____						
	Responsável Técnico (Se houver)					

PLANEJAMENTO E FINANÇAS
TERMO ADITIVO Nº. 005/2019 AO CONTRATO Nº. 006/2018.

TERMO ADITIVO Nº. 005/2019 ao Contrato n°. 006/2018 que entre si celebram o MUNICÍPIO DE ÁGUA BOA/PREFEITURA MUNICIPAL – Estado de Mato Grosso, e a empresa CONSTRUTORA REZENDE LTDA, devidamente já qualificadas no Contrato Originário.

PROCESSO: 119/2017

LICITAÇÃO: TP 007/2017

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA MT
FORNECEDOR REGISTRADO:

OBJETO: Este contrato tem objeto a Contratação de empresa para a Construção da Ciclovia na Avenida Araguaia no município de Água Boa – MT.

DATA: 11/03/2019

VIGÊNCIA: Fica alterada à Cláusula Quarta – Do Prazo, Condições e Entrega do Objeto; fica prorrogada o prazo de execução da obra pelo período de 60 (Sessenta) dias, até o dia 13.05.2019.

MAURO ROSA DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

PLANEJAMENTO E FINANÇAS
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº. 033/2019

PROCESSO: 010/2019

LICITAÇÃO: PR 002/2019

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA MT

FORNECEDOR REGISTRADO: **CLORO MATO GROSSO LTDA**

OBJETO: A presente Ata de Registro de Preço visa registrar os preços para a Aquisição de Produtos Químicos para o DEMAE – Departamento de Água da Prefeitura de Água Boa-MT.

COD	PRODUTO	UNID	MARCA	QTD	VALOR UNIT	TOTAL
1606	BARRILHA LEVE - 01 QUILO	kg	SOLVAY	2500	3,98	9.950,00
1624	SULFATO DE ALUMÍNIO FERROSO	kg	SUALL	10000	2,05	20.500,00
1653	HIPOCLORITO DE CALCIO 65% - GRANULADO	kg	CMT	3600	10,49	37.764,00

VALOR: R$ 68.214,00

DATA: 11/03/2019

VIGÊNCIA: 12 MESES

MAURO ROSA DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

PLANEJAMENTO E FINANÇAS
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 32/2019

PROCESSO: 22/2019

LICITAÇÃO: PR 006/2019

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA MT

FORNECEDOR REGISTRADO: TATIANA CAPITANIO - VEÍCULOS

OBJETO: A presente Ata de Registro de Preço visa registrar os preços para Aquisição de veículo utilitário, tipo pick up, para Secretaria Municipal de Cidade e Meio Ambiente**, Prefeitura de Água Boa-MT**.

COD	PRODUTO	UNID	MARCA	QTD	VALOR UNIT	TOTAL
30800	VEICULO MISTO - TIPO UTILITARIO/PICK-UP COMPACTA, CAB. ESTENDIDA - ZERO KM	un -	FIAT/ STRADA FLEX 2019	01	68.900,00	68. 900,00

VALOR: R$ 68.900,00

DATA: 11/03/2019

VIGÊNCIA: 12 MESES

MAURO ROSA DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 08/2019 - PROCESSO SELETIVO PÚBLICO 02/2018

PROCESSO SELETIVO PÚBLICO 02/2018

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 08/2019

"Dispõe Sobre a Convocação de Candidatos Aprovados no Processo Seletivo Público Nº. 02/2018, da Prefeitura Municipal de Água Boa – MT."

O Prefeito do Município de Água Boa, Estado de Mato Grosso, Sr. **MAURO ROSA DA SILVA,** no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, considerando o interesse publico e a necessidade da Administração Pública e considerando ainda o Edital 01/2018 do Processo Seletivo Público Nº 02/2018.

RESOLVE:

Art. 1º. Ficam convocados para admissão no Serviço Público os candidatos aprovados no Processo Seletivo Público Nº. 02/2018, constantes no Anexo I deste Edital de Convocação;

Art. 2º. Os candidatos classificados e ora convocados neste Edital deverão comparecer à sede da Prefeitura Municipal - Gerência de RH e Gestão de Pessoas.

Art. 3º. Para a tomada de posse no cargo público, o classificado deverá apresentar

01 (uma) cópialegível e sem rasuras das seguintes documentações:

a) Cópia da cédula de identidade / RG; **b)** Cópia do cadastro de pessoa física / CPF; **c)** Cópia do título de eleitor e certidão de quitação eleitoral; **d)** Cópia da reservista ou documento equivalente (sexo masculino); **e)** Cópia da certidão de casamento ou comprovante de união estável (CPF do companheiro); **f)** Cópia da certidão de nascimento dos filhos (CPF para os maiores de 11 anos); **g)** Cópia da carteira de vacinação dos filhos de 0 a 7 anos e/ou declaração de frequência escolar dos filhos de 05 a 14 anos; **h)** Cópia de certificado de escolaridade exigida pelo cargo; **i)** Cópia da CTPS (carteira de trabalho e previdência social); **j)** Cópia do comprovante de inscrição no PIS/PASEP (se possuir); **k)** Cópia do comprovante de residência ou declaração de residência atualizada; **l)** Conta corrente ou conta salário no Banco do Brasil (se possuir) **m)** Declaração de não aposentado por invalidez; **n)** Declaração de bens; **o)** Declaração de não acumulo de cargo público; **p)** Atestado médico Admissional expedido por médico do trabalho; **Exames necessários:** - Hepatites virais - Hemograma - Glicemia - Tipagem sanguínea

Art. 4º. A nomeação será feita exclusivamente no regime Estatutário de Trabalho e a jornada e carga horária serão aquelas constantes no Edital Nº. 01/2018 (abertura), do Processo Seletivo Público 02/2018.

Parágrafo único – O candidato que não comparecer no prazo de 30 (trinta) dias corridos será considerado desistente.

Art. 5º. Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Água Boa/MT, 18 fevereiro 2019.

MAURO ROSA DA SILVA

Prefeito

JADER LUIS DE ARAUJO MENDES BAHIA

Secretário Municipal de Saúde

LUIZ OMAR PICHETTI

Secretário Municipal de Administração

ANEXO I

PROCESSO SELETIVO PÚBLICO 02/2018 EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 08/2018

CARGO: AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE - ESF CRISTALINO

NOME DO CANDIDATO	NOTA	CLASIFICAÇÃO
VANESSA GONÇALVES DE SOUZA	6,00	2° LUGAR

Água Boa- MT, 18 fevereiro 2019.

MAURO ROSA DA SILVA

Prefeito

JADER LUIS DE ARAUJO MENDES BAHIA

Secretário Municipal de Saúde

LUIZ OMAR PICHETTI

Secretário Municipal de Administração

RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 11/2019 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 03/2018

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 03/2018

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 11/2019

"Dispõe Sobre a Convocação de Candidatos Aprovados no Processo Seletivo Simplificado Nº. 03/2018, da Prefeitura Municipal de Água Boa – MT."

O Prefeito do Município de Água Boa, Estado de Mato Grosso, Sr. **MAURO ROSA DA SILVA,** no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, considerando o interesse publico e a necessidade da Administração Pública e considerando ainda o Edital do Processo Seletivo Simplificado Nº 03/2018.

RESOLVE:

Art. 1º. Ficam convocados para admissão no Serviço Público os candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado Nº. 03/2018, constantes no Anexo I deste Edital de Convocação;

Art. 2º. Os candidatos classificados e ora convocados neste Edital deverão comparecer à sede da Prefeitura Municipal na Gerencia de Pessoal e Recursos Humanos.

Art. 3º. Para a tomada de posse no cargo público, o classificado deverá apresentar **3 (três) vias** das seguintes documentações:

a) Cópia da cédula de identidade / RG;

b) Cópia do cadastro de pessoa física / CPF;

c) Cópia do título de eleitor e certidão de quitação eleitoral;

d) Cópia da CNH (Conforme o cargo);

e) Cópia de reservista ou documento equivalente;

f) Cópia de certidão de casamento ou nascimento;

g) Cópia da certidão de nascimento dos filhos;

h) Cópia da carteira de vacinação dos filhos de 0 a 7 anos e/ou declaração de frequência escolar dos filhos de 05 anos até 14 anos;

i) Cópia de certificado de escolaridade exigida pelo cargo;

j) Cópia da carteira profissional no caso de profissão regulamentada;

k) Cópia do comprovante de inscrição no PIS/PASEP, exceto se nunca fora inscrito;

l) Cópia do comprovante de residência ou declaração de residência atualizada;

m) Certidão negativa de débito com o município (retirar no setor de tributos);

n) Declaração de não aposentado por invalidez;

o) Atestado médico Admissional expedido por médico do trabalho;

Exames necessários:

- Hepatites virais

- Hemograma

- Glicemia

- Tipagem sanguínea

- O candidato aprovado para o cargo de **Apoio Administrativo Educacional - Infraestrutura**, deverá apresentar **exame de radiografia da coluna** para o médico do trabalho.

Art. 4º. A nomeação será feita exclusivamente no regime Estatutário e a jornada de trabalho será aquela constante no Edital Nº. 03/2018.

Parágrafo único – O candidato que não comparecer no prazo de 30 (trinta) dias corridos, será considerado desistente.

Art. 5º. Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Água Boa/MT, 18 fevereiro 2019.

MAURO ROSA DA SILVA

Prefeito

AGNALDO LANSONI

Secretário Municipal de Educação

LUIZ OMAR PICHETTI

Secretário Municipal de Administração

ANEXO I

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 03/2018

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 11/2019

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

CARGO: Técnico em Desenvolvimento Infantil (S.Urbana)

CANDIDATO	*CLASSIFICAÇÃO*
MARIA ROSA MARTINS DA SILVA	23º LUGAR

CARGO: INSTRUTOR DE OFICINA ESPORTIVA – ENSINO SUPERIOR

CANDIDATO	*CLASSIFICAÇÃO*
VALDEIR BONFIN SILVA SANTANA	10º LUGAR

Água Boa- MT, 18 fevereiro 2019.

MAURO ROSA DA SILVA

Prefeito

AGNALDO LANSONI

Secretário Municipal de Educação

LUIZ OMAR PICHETTI

Secretário Municipal de Administração

RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 10/2019 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 03/2018

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 03/2018

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 10/2019

"Dispõe Sobre a Convocação de Candidatos Aprovados no Processo Seletivo Simplificado Nº. 03/2018, da Prefeitura Municipal de Água Boa – MT."

O Prefeito do Município de Água Boa, Estado de Mato Grosso, Sr. **MAURO ROSA DA SILVA,** no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, considerando o interesse publico e a necessidade da Administração Pública e considerando ainda o Edital do Processo Seletivo Simplificado Nº 03/2018.

RESOLVE:

Art. 1º. Ficam convocados para admissão no Serviço Público os candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado Nº. 03/2018, constantes no Anexo I deste Edital de Convocação;

Art. 2º. Os candidatos classificados e ora convocados neste Edital deverão comparecer à sede da Prefeitura Municipal na Gerencia de Pessoal e Recursos Humanos.

Art. 3º. Para a tomada de posse no cargo público, o classificado deverá apresentar **3 (três) vias** das seguintes documentações:

a) Cópia da cédula de identidade / RG;

b) Cópia do cadastro de pessoa física / CPF;

c) Cópia do título de eleitor e certidão de quitação eleitoral;

d) Cópia da CNH (Conforme o cargo);

e) Cópia de reservista ou documento equivalente;

f) Cópia de certidão de casamento ou nascimento;

g) Cópia da certidão de nascimento dos filhos;

h) Cópia da carteira de vacinação dos filhos de 0 a 7 anos e/ou declaração de frequência escolar dos filhos de 05 anos até 14 anos;

i) Cópia de certificado de escolaridade exigida pelo cargo;

j) Cópia da carteira profissional no caso de profissão regulamentada;

k) Cópia do comprovante de inscrição no PIS/PASEP, exceto se nunca fora inscrito;

l) Cópia do comprovante de residência ou declaração de residência atualizada;

m) Certidão negativa de débito com o município (retirar no setor de tributos);

n) Declaração de não aposentado por invalidez;

o) Atestado médico Admissional expedido por médico do trabalho;

Exames necessários:

- Hepatites virais

- Hemograma

- Glicemia

- Tipagem sanguínea

- O candidato aprovado para o cargo de auxiliar de limpeza, deverá apresentar **exame de radiografia da coluna** para o médico do trabalho.

Art. 4º. A nomeação será feita exclusivamente no regime Estatutário e a jornada de trabalho será aquela constante no Edital Nº. 03/2018.

Parágrafo único – O candidato que não comparecer no prazo de 30 (trinta) dias corridos, será considerado desistente.

Art. 5º. Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Água Boa/MT, 18 fevereiro 2019.

MAURO ROSA DA SILVA

Prefeito

CRISTIANO SEIBEL DALLA COSTTA

Secretário Municipal Cidade e Meio Ambiente

LUIZ OMAR PICHETTI

Secretário Municipal de Administração

ANEXO I

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 03/2018

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 10/2019

SECRETARIA DE CIDADE E MEIO AMBIENTE

CARGO: AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - MASCULINO

CANDIDATO	*CLASSIFICAÇÃO*
RONICLEI ANTUNES DA SILVA	19º LUGAR
APARECIDO ALVES SOARES	20º LUGAR
DANILO PEREIRA DA CONCEIÇÃO	21º LUGAR

Água Boa- MT, 18 fevereiro 2019.

MAURO ROSA DA SILVA

Prefeito

CRISTIANO SEIBEL DALLA COSTTA

Secretário Municipal Cidade e Meio Ambiente

LUIZ OMAR PICHETTI

Secretário Municipal de Administração

PLANEJAMENTO E FINANCAS
AAVISO DE LICITAÇÃO CHAMADA PÚBLICA Nº. 001/2019

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo 029/2019

CHAMADA PÚBLICA Nº. 001/2019

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Água Boa, Estado de Mato Grosso, torna público que fará realizar-se na sala de Licitações; a seguinte Licitação regida pela Lei nº. 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e atualizada pela Lei nº. 8.883/94 e suas alterações posteriores.

OBJETO: Chamada Pública para Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, destinados ao atendimento do Programa de Alimentação Escolar, para o período compreendendo o ano letivo de 2019.

REALIZAÇÃO: 29/03/2019.

HORAS: 08h30min, horário local.

O Edital contendo as instruções estará à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Água Boa MT, no horário das 07h00min às e também através do site www.aguaboa.mt.gov.br e do e-mail licitacao@aguaboa.mt.gov.br.

Água Boa - MT, 11 de março de 2019.

Vera Lucia Fries

Presidente da Comissão de Licitação.

PLANEJAMENTO E FINANÇAS
TERMO DE APOSTILAMENTO 017/2019

DÉCIMO SÉTIMO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO 031/2018 CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE ÁGUA BOA E A EMPRESA AUTO POSTO MARTINI LTDA.

CONSIDERANDO:

O **AUMENTO** no valor do combustível.

Registra o Presente Termo de Apostilamento ao Contrato 031/2018, que será regido pela Lei 8.666/1993, mediante as cláusulas e condições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Termo de Apostilamento tem por objeto restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração do fornecimento do objeto contratado, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA ATUALIZAÇÃO DO VALOR DO CONTRATO

Em decorrência do **AUMENTO** no valor dos combustíveis, fica alterada a Cláusula Terceira do Contrato – Dos Preços e das Condições de Pagamento.

CLAUSULA TERCEIRA – DO PREÇO

O valor do litro do combustível passa a ser de:

DESCRIMINAÇÃO	VALOR ATUAL	VALOR REAJUSTADO
GASOLINA COMUM	4,62	**4,75**

MAURO ROSA DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

PLANEJAMENTO E FINANCAS
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA – MT.

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL 010/2019

A Prefeitura Municipal de Água Boa, Estado de Mato Grosso, através do seu Pregoeiro Oficial, comunica aos interessados que está aberta licitação na modalidade de Pregão Presencial, que será regida pela n°. Lei 10.520 de 17 de julho de 2.002, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores e demais disposições aplicáveis.

MODALIDADE: Pregão Presencial para Registro de Preço nº. 010/2019.

OBJETO: Futuras e Eventuais aquisições de calcário.

REALIZAÇÃO: 25/03/2019.

INICIO RECEBIMENTOS DOS ENVELOPES: 14h00min, (horário de Brasília).

INICIO DA ABERTURA DOS ENVELOPES: 14h30min, (horário de Brasília).

O Edital contendo as instruções estará à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Água Boa MT, no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min, no site da prefeitura, www.aguaboa.mt.gov.br e no e-mail pregao@aguaboa.mt.gov.br.

Água Boa - MT, 11 de março de 2019.

Marcos da Silva Pregoeiro

PLANEJAMENTO E FINANÇAS
TERMO DE APOSTILAMENTO 016/2019

PROCESSO: 018/2018

LICITAÇÃO: PR 005/2018

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA MT

FORNECEDOR REGISTRADO: **AUTO POSTO MARTINI LTDA**

OBJETO: O presente Termo de Apostilamento tem por objeto restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração do fornecimento do objeto contratado, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato.

DESCRIMINAÇÃO	VALOR ATUAL	VALOR REAJUSTADO
DIESEL S 10	3,98	**4,12**
OLEO DIESEL S500	3,77	**4,05**

DATA: 01/03/2019

MAURO ROSA DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EDITAL Nº 002/2019 RREO 5º BIMESTRE 2018

EFEITURA MUNICIPAL DE ALTO BOA VISTA

ESTADO DE MATO GROSSO
CNPJ 37.465.143/0001-89
GESTÃO 2017-2020

EDITAL 002/2019

ALTO BOA VISTA – MT, 11 DE MARÇO DE 2019

O Senhor Prefeito Municipal de ALTO BOA VISTA – MT, em cumprimento ao que determina o artigo 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º, da Lei de Responsabilidade Fiscal nº 101/2000, coloca a disposição da Comunidade de Alto Boa Vista-MT, os anexos do **RELATORIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – RREO**, relativo ao 5º bimestre do exercício financeiro de 2018.

A documentação que compõe os anexos encontra-se na Prefeitura Municipal, a disposição de qualquer contribuinte para analise e questionamento.

Registre-se

Publique-se

Cumpra-se

VALTUIR CANDIDO DA SILVA
Prefeito Municipal

Av. Moises Montiel nº 975- centro **Fone/Fax (066) 3539 1113** **CGC 37.465.143/0001-89**

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO BOA VISTA
AV. SERRA NOVA, 975, CENTRO II, ALTO BOA VISTA/MT

Quality Sistemas
Exercício: 2018

Entidades Selecionadas: PREF

MUNICÍPIO DE ALTO BOA VISTA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO DE 2018 / BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO

RREO - ANEXO I (LRF, Art. 52, inciso I, alínea "a" e "b" do inciso II e par. 1º - Anexo I)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	23.003.910,00	23.003.910,00	3.455.138,56	15,01	18.781.927,88	81,64	4.221.982,12
RECEITAS CORRENTES	21.403.910,00	21.403.910,00	3.455.138,56	16,14	17.798.719,73	83,15	3.605.190,27
RECEITA TRIBUTÁRIA	1.395.000,00	1.395.000,00	191.241,22	13,70	946.629,56	67,85	448.370,44
Impostos	1.130.000,00	1.130.000,00	183.265,53	16,21	898.309,20	79,49	231.690,80
Taxas	55.000,00	55.000,00	7.975,69	14,50	48.320,36	87,85	6.679,64
Contribuição de Melhoria	210.000,00	210.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	210.000,00
CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	140.000,00	140.000,00	2.995,68	2,13	21.674,24	15,48	118.325,76
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valores Mobiliários	140.000,00	140.000,00	2.995,68	2,13	21.674,24	15,48	118.325,76
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	300,00	300,00	0,00	0,00	0,00	0,00	300,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades referentes à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços	300,00	300,00	0,00	0,00	0,00	0,00	300,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	19.837.110,00	19.837.110,00	3.257.215,66	16,41	16.801.163,90	84,69	3.035.946,10
Transferências da União e de suas Entidades	9.458.010,00	9.458.010,00	1.036.014,95	10,95	7.110.583,38	75,18	2.347.426,62
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	7.479.100,00	7.479.100,00	1.625.870,35	21,73	6.911.404,85	92,40	567.695,15
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	2.900.000,00	2.900.000,00	595.330,36	20,52	2.779.175,67	95,83	120.824,33
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	31.500,00	31.500,00	3.686,00	11,70	29.252,03	92,86	2.247,97
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	200,00	200,00	0,00	0,00	731,60	365,80	-531,60
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	31.300,00	31.300,00	3.686,00	11,77	28.520,43	91,11	2.779,57
RECEITAS DE CAPITAL	1.600.000,00	1.600.000,00	0,00	0,00	983.208,15	61,45	616.791,85
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO BOA VISTA
AV. SERRA NOVA, 975, CENTRO II, ALTO BOA VISTA/MT

Quality Sistemas
Exercício: 2018

Entidades Selecionadas: PREF

MUNICÍPIO DE ALTO BOA VISTA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO DE 2018 / BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO

RREO - ANEXO I (LRF, Art. 52, inciso I, alínea "a" e "b" do inciso II e par. 1º - Anexo I)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.600.000,00	1.600.000,00	0,00	0,00	983.208,15	61,45	616.791,85
Transferências da União e de suas Entidades	1.000.000,00	1.000.000,00	0,00	0,00	983.208,15	98,32	16.791,85
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	600.000,00	600.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	600.000,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	23.003.910,00	23.003.910,00	3.455.138,56	15,01	18.781.927,88	81,64	4.221.982,12
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	23.003.910,00	23.003.910,00	3.455.138,56	15,01	18.781.927,88	81,64	4.221.982,12
DÉFICIT (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	1.776.237,19	0,00	0,00
TOTAL (VII) = (V + VI)	23.003.910,00	23.003.910,00	3.455.138,56	15,01	20.558.165,07	89,36	4.221.982,12
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g)=(e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i)=(e-h)	Despesas Pagas Até o Bimestre (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	22.007.264,00	22.007.264,00	3.816.312,73	21.056.016,48	951.247,52	3.801.290,06	20.558.165,07	1.449.098,93	19.191.180,17
DESPESAS CORRENTES	18.954.301,39	20.305.816,71	3.399.910,14	19.375.691,60	930.125,11	3.391.955,50	18.901.554,37	1.404.262,34	17.567.757,37
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	9.283.008,00	10.617.854,82	1.685.580,56	9.962.860,73	654.994,09	1.695.177,77	9.857.718,94	760.135,88	9.161.802,49
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	9.671.293,39	9.687.961,89	1.714.329,58	9.412.830,87	275.131,02	1.696.777,73	9.043.835,43	644.126,46	8.405.954,88
DESPESAS DE CAPITAL	2.838.923,51	1.701.447,19	416.402,59	1.680.324,88	21.122,31	409.334,56	1.656.610,70	44.836,49	1.623.422,80
INVESTIMENTOS	2.638.923,51	1.466.447,19	376.402,59	1.445.324,88	21.122,31	376.402,59	1.444.362,70	22.084,49	1.411.174,80
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DIVIDA	200.000,00	235.000,00	40.000,00	235.000,00	0,00	32.931,97	212.248,00	22.752,00	212.248,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	214.039,10	0,10	0,00	0,00	0,10	0,00	0,00	0,10	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	22.007.264,00	22.007.264,00	3.816.312,73	21.056.016,48	951.247,52	3.801.290,06	20.558.165,07	1.449.098,93	19.191.180,17
AMORTIZAÇÃO DA DÍV/REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

MUNICÍPIO DE ALTO BOA VISTA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO DE 2018 / BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g)=(e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i)=(e-h)	Despesas Pagas Até o Bimestre (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL C/ REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	22.007.264,00	22.007.264,00	3.816.312,73	21.056.016,48	951.247,52	3.801.290,06	20.558.165,07	1.449.098,93	19.191.180,17
SUPERÁVIT (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.366.984,90
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	22.007.264,00	22.007.264,00	3.816.312,73	21.056.016,48	951.247,52	3.801.290,06	20.558.165,07	1.449.098,93	20.558.165,07
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO BOA VISTA
AV. SERRA NOVA, 975, CENTRO II, ALTO BOA VISTA/MT

Quality Sistemas
Exercício: 2018

Entidades Selecionadas: PREF

MUNICÍPIO DE ALTO BOA VISTA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO DE 2018 / BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO

RREO - ANEXO I (LRF, Art. 52, inciso I, alínea "a" e "b" do inciso II e par. 1º - Anexo I)

RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIS)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Taxas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades referentes à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO BOA VISTA
AV. SERRA NOVA, 975, CENTRO II, ALTO BOA VISTA/MT

Quality Sistemas
Exercício: 2018

Entidades Selecionadas: PREF

MUNICÍPIO DE ALTO BOA VISTA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO DE 2018 / BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO

RREO - ANEXO I (LRF, Art. 52, inciso I, alínea "a" e "b" do inciso II e par. 1º - Anexo I)

RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIS)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g)=(e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i)=(e-h)	Despesas Pagas Até o Bimestre (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DIVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTIGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

MUNICÍPIO DE ALTO BOA VISTA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUCÃO ORCAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO DE 2018 / 5.º BIMESTRE

RREO - Anexo II (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c)=(a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e)=(a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)	
DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	22.007.264,00	22.007.264,00	3.816.312,73	21.056.016,48	100,00	951.247,52	3.801.290,06	20.558.165,07	100,00	1.449.098,93
Legislativa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Judiciária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Essencial à Justiça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração	2.919.168,17	3.553.074,34	585.293,43	3.466.440,03	16,46	86.634,31	572.068,92	3.373.153,42	16,41	179.920,92
Administração Geral	2.919.168,17	3.553.074,34	585.293,43	3.466.440,03	16,46	86.634,31	572.068,92	3.373.153,42	16,41	179.920,92
Defesa Nacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Segurança Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações Exteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Assistência Social	1.519.050,00	1.576.570,70	296.059,59	1.541.785,01	7,32	34.785,69	281.662,18	1.511.764,72	7,35	64.805,98
Assistência ao Idoso	1.500,00	4,00	0,00	0,00	0,00	4,00	0,00	0,00	0,00	4,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	202.550,00	177.359,00	44.552,20	169.546,71	0,81	7.812,29	44.160,51	168.593,09	0,82	8.765,91
Assistência Comunitária	1.315.000,00	1.399.207,70	251.507,39	1.372.238,30	6,52	26.969,40	237.501,67	1.343.171,63	6,53	56.036,07
Previdência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saúde	4.311.400,01	4.988.284,04	779.784,44	4.754.002,27	22,58	234.281,77	897.205,26	4.715.605,36	22,94	272.678,68
Atenção Básica	4.152.450,00	4.893.135,65	768.634,30	4.675.991,25	22,21	217.144,40	888.561,97	4.641.397,18	22,58	251.738,47
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	8.000,00	1,05	0,00	0,00	0,00	1,05	0,00	0,00	0,00	1,05
Vigilância Sanitária	150.950,01	95.147,34	11.150,14	78.011,02	0,37	17.136,32	8.643,29	74.208,18	0,36	20.939,16
Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Educação	7.452.150,00	5.888.179,92	964.350,76	5.492.876,68	26,09	395.303,24	903.366,71	5.349.379,40	26,02	538.800,52
Ensino Fundamental	6.556.912,50	4.923.252,92	829.571,60	4.591.585,45	21,81	331.667,47	769.540,60	4.466.554,19	21,73	456.698,73
Educação Infantil	858.237,50	964.924,90	134.779,16	901.291,23	4,28	63.633,67	133.826,11	882.825,21	4,29	82.099,69
Educação de Jovens e Adultos	37.000,00	2,10	0,00	0,00	0,00	2,10	0,00	0,00	0,00	2,10
Cultura	290.000,00	444.194,05	23.984,53	439.631,74	2,09	4.562,31	23.684,53	425.478,73	2,07	18.715,32
Difusão Cultural	290.000,00	444.194,05	23.984,53	439.631,74	2,09	4.562,31	23.684,53	425.478,73	2,07	18.715,32
Direitos da Cidadania	70.400,00	16.209,16	0,00	0,00	0,00	16.209,16	0,00	0,00	0,00	16.209,16
Assistência Comunitária	2.000,00	1,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	1,00
Assistência aos Povos Indígenas	68.400,00	16.208,16	0,00	0,00	0,00	16.208,16	0,00	0,00	0,00	16.208,16
Urbanismo	1.615.000,00	2.457.133,38	393.935,54	2.337.776,61	11,10	119.356,77	368.565,94	2.225.356,54	10,82	231.776,84

MUNICÍPIO DE ALTO BOA VISTA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUCÃO ORCAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO DE 2018 / 5.º BIMESTRE

RREO - Anexo II (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c)=(a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e)=(a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)	
Infra-Estrutura Urbana	16.000,00	5.735,00	0,00	5.728,00	0,03	7,00	0,00	5.728,00	0,03	7,00
Serviços Urbanos	1.593.000,00	2.451.396,38	393.935,54	2.332.048,61	11,08	119.347,77	368.565,94	2.219.628,54	10,80	231.767,84
Habitação Urbana	1.000,00	1,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	1,00
Lazer	5.000,00	1,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	1,00
Habitação	2.000,00	2,00	0,00	0,00	0,00	2,00	0,00	0,00	0,00	2,00
Habitação Urbana	2.000,00	2,00	0,00	0,00	0,00	2,00	0,00	0,00	0,00	2,00
Saneamento	1.213.420,22	966.548,22	325.405,49	966.539,14	4,59	9,08	325.405,49	966.539,14	4,70	9,08
Serviços Urbanos	1.000,00	1,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	1,00
Saneamento Básico Urbano	1.212.420,22	966.547,22	325.405,49	966.539,14	4,59	8,08	325.405,49	966.539,14	4,70	8,08
Gestão Ambiental	114.426,50	89.325,61	16.822,28	89.318,93	0,42	6,68	13.677,08	85.701,73	0,42	3.623,88
Preservação e Conservação Ambiental	74.426,50	88.843,61	16.822,28	88.838,93	0,42	4,68	13.677,08	85.221,73	0,41	3.621,88
Recuperação de Áreas Degradadas	40.000,00	482,00	0,00	480,00	0,00	2,00	0,00	480,00	0,00	2,00
Ciência e Tecnologia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Agricultura	309.210,00	493.311,89	55.814,84	460.194,40	2,19	33.117,49	52.340,75	451.110,82	2,19	42.201,07
Extensão Rural	309.210,00	493.311,89	55.814,84	460.194,40	2,19	33.117,49	52.340,75	451.110,82	2,19	42.201,07
Organização Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indústria	1.000,00	2,00	0,00	0,00	0,00	2,00	0,00	0,00	0,00	2,00
Promoção Industrial	1.000,00	2,00	0,00	0,00	0,00	2,00	0,00	0,00	0,00	2,00
Comércio e Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comunicações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Energia	210.000,00	4,43	0,00	0,00	0,00	4,43	0,00	0,00	0,00	4,43
Conservação de Energia	210.000,00	4,43	0,00	0,00	0,00	4,43	0,00	0,00	0,00	4,43
Transporte	1.362.000,00	1.101.956,71	228.752,05	1.085.053,27	5,15	16.903,44	224.721,45	1.062.294,47	5,17	39.662,24
Transporte Aéreo	5.000,00	1,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	1,00
Transporte Rodoviário	1.357.000,00	1.101.955,71	228.752,05	1.085.053,27	5,15	16.902,44	224.721,45	1.062.294,47	5,17	39.661,24
Desporto e Lazer	204.000,00	197.467,45	106.109,78	187.398,40	0,89	10.069,05	105.659,78	179.532,74	0,87	17.934,71
Desporto Comunitário	24.000,00	85.780,83	85.745,78	85.745,78	0,41	35,05	85.745,78	85.745,78	0,42	35,05
Lazer	180.000,00	111.686,62	20.364,00	101.652,62	0,48	10.034,00	19.914,00	93.786,96	0,46	17.899,66
Encargos Especiais	200.000,00	235.000,00	40.000,00	235.000,00	1,12	0,00	32.931,97	212.248,00	1,03	22.752,00
Refinanciamento da Dívida Interna	200.000,00	235.000,00	40.000,00	235.000,00	1,12	0,00	32.931,97	212.248,00	1,03	22.752,00

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO BOA VISTA
AV. SERRA NOVA, 975, CENTRO II, ALTO BOA VISTA/MT

Quality Sistemas
Exercício: 2018

Entidades Selecionadas: PREF

MUNICÍPIO DE ALTO BOA VISTA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUCÃO ORCAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO DE 2018 / 5.º BIMESTRE

RREO - Anexo II (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c)=(a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e)=(a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)	
Reserva Legal do RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reserva de Contingência	214.039,10	0,10	0,00	0,00	0,00	0,10	0,00	0,00	0,00	0,10
Reserva de Contingência	214.039,10	0,10	0,00	0,00	0,00	0,10	0,00	0,00	0,00	0,10
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS					0,00				0,00	
Legislativa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Judiciária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Essencial à Justiça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa Nacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Segurança Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações Exteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Assistência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Previdência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cultura	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Direitos da Cidadania	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Urbanismo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Habitação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saneamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Gestão Ambiental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ciência e Tecnologia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Agricultura	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Organização Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indústria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comércio e Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comunicações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Energia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

MUNICÍPIO DE ALTO BOA VISTA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUCÃO ORCAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO DE 2018 / 5.º BIMESTRE

RREO - Anexo II (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c)=(a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e)=(a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)	
Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Desporto e Lazer	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Encargos Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reserva Legal do RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reserva de Contingência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	22.007.264,00	22.007.264,00	3.816.312,73	21.056.016,48	100,00	951.247,52	3.801.290,06	20.558.165,07	100,00	1.449.098,93

Fonte:
* Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para a abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO BOA VISTA
AV. SERRA NOVA, 975, CENTRO II, ALTO BOA VISTA/MT

Quality Sistemas
Exercício: 2018

Entidades Selecionadas: PREF

MUNICÍPIO DE ALTO BOA VISTA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LIQUIDA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Novembro/2017 A Outubro/2018

RREO – ANEXO III (LRF, art. 53, inciso I)

ESPECIFICAÇÃO	RECEITAS REALIZADAS												TOTAL (ÚLT. 12 M.)	PREVISÃO ATUALIZADA 2018
	Nov/17	Dez/17	Jan/18	Fev/18	Mar/18	Abr/18	Mai/18	Jun/18	Jul/18	Ago/18	Set/18	Out/18		
RECEITAS CORRENTES (I)	2.028.391,91	3.234.666,26	1.855.037,97	1.701.836,64	1.964.881,40	1.810.892,57	2.280.570,53	2.204.870,34	2.503.788,43	1.960.109,33	1.555.492,84	2.408.152,19	25.508.690,41	24.106.310,00
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	54.476,60	137.327,91	86.380,53	64.823,02	60.980,85	122.144,30	72.632,36	110.372,07	105.607,60	132.447,61	79.479,97	111.761,25	1.138.434,07	1.395.000,00
IPTU	3.382,12	2.738,45	0,00	1.637,87	1.683,82	685,46	1.367,01	4.861,30	10.930,53	2.195,98	1.570,70	4.751,11	35.804,35	30.000,00
ISS	17.738,67	90.517,44	36.705,57	23.771,27	13.878,67	72.759,80	28.572,03	54.807,07	29.356,95	59.574,32	30.214,74	50.062,97	507.959,50	480.000,00
ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.833,76	1.623,74	0,00	11.490,80	16.948,30	100.000,00
IRRF	29.005,75	42.686,40	45.344,86	35.306,99	40.804,75	44.412,37	39.825,29	45.741,24	55.803,28	59.559,74	41.022,18	44.153,03	523.665,88	520.000,00
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	4.350,06	1.385,62	4.330,10	4.106,89	4.613,61	4.286,67	2.868,03	4.962,46	5.683,08	9.493,83	6.672,35	1.303,34	54.056,04	265.000,00
CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	6.876,46	2.504,61	4.114,27	2.801,22	2.630,69	1.821,20	1.289,07	2.000,04	1.982,45	2.039,62	1.701,74	1.293,94	31.055,31	140.000,00
Rendimentos de Aplicação Financeira	6.876,46	2.504,61	4.114,27	2.801,22	2.630,69	1.821,20	1.289,07	2.000,04	1.982,45	2.039,62	1.701,74	1.293,94	31.055,31	140.000,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	300,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.005.952,48	3.094.156,41	1.745.396,33	1.633.631,22	1.899.723,46	1.686.074,82	2.204.189,28	2.092.498,23	2.395.466,78	1.825.374,16	1.474.311,13	2.291.411,00	24.348.185,30	22.539.510,00
Cota-Parte do FPM	728.100,59	614.926,64	562.076,40	532.306,06	696.617,87	518.062,73	635.788,83	595.386,01	685.859,11	510.137,85	384.746,36	437.069,37	6.901.077,82	7.171.250,00
Cota-Parte do ICMS	705.974,90	680.691,81	643.539,65	546.777,51	533.330,98	471.239,85	687.635,05	470.884,94	750.385,38	638.195,17	545.963,66	903.976,42	7.578.595,32	6.500.000,00
Cota-Parte do IPVA	11.757,40	6.620,95	17.084,57	21.222,27	25.701,90	25.472,06	30.574,74	21.239,25	25.580,04	15.494,76	15.678,18	20.293,21	236.719,33	234.000,00
Cota-Parte do ITR	24.325,62	26.262,81	23.764,78	544,10	0,00	28,49	111.988,92	78,87	146.655,22	11.752,92	4.906,34	225.370,73	575.678,80	300.000,00
Transferências da LC 87/1996	2.248,69	2.248,69	2.264,38	2.264,38	2.264,38	2.264,38	2.264,38	2.264,38	2.264,38	2.264,38	2.264,38	2.264,38	27.141,18	28.000,00
Transferências da LC 61/1989	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB	213.376,01	693.727,77	289.001,07	279.121,68	249.584,73	233.325,16	318.366,60	239.650,82	301.230,71	273.564,54	228.757,22	366.573,14	3.686.279,45	2.900.000,00
Outras Transferências Correntes	320.169,27	1.069.677,74	207.665,48	251.395,22	392.223,60	435.682,15	417.570,76	762.993,96	483.491,94	373.964,54	291.994,99	335.863,75	5.342.693,40	5.406.260,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	-38.913,63	677,33	19.146,84	581,18	1.546,40	852,25	2.459,82	0,00	731,60	247,94	0,00	3.686,00	-8.984,27	31.500,00
DEDUÇÕES (II)	294.481,32	266.150,09	249.745,87	220.622,81	251.582,94	203.413,42	293.650,31	217.970,63	265.851,14	235.568,92	190.711,71	317.794,76	3.007.543,92	2.702.400,00
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financ. entre Regimes Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	294.481,32	266.150,09	249.745,87	220.622,81	251.582,94	203.413,42	293.650,31	217.970,63	265.851,14	235.568,92	190.711,71	317.794,76	3.007.543,92	2.702.400,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	1.733.910,59	2.968.516,17	1.605.292,10	1.481.213,83	1.713.298,46	1.607.479,15	1.986.920,22	1.986.899,71	2.237.937,29	1.724.540,41	1.364.781,13	2.090.357,43	22.501.146,49	21.403.910,00

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO BOA VISTA
AV. SERRA NOVA, 975, CENTRO II, ALTO BOA VISTA/MT

Quality Sistemas
Exercício: 2018

MUNICÍPIO DE ALTO BOA VISTA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO DE 2018 / BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO

RREO - Anexo IV (LRF, Art. 53, inciso II)

PLANO PREVIDENCIÁRIO

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS – RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre/2018	Até o Bimestre/2017
RECEITAS CORRENTES (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00
Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00
Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Parcelamento de Débitos	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II)1	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (III) = (I + II)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS – RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre/2018	Até o Bimestre/2017	Até o Bimestre/2018	Até o Bimestre/2017
ADMINISTRAÇÃO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios - Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios - Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

MUNICÍPIO DE ALTO BOA VISTA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS – RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre/2018	Até o Bimestre/2017	Até o Bimestre/2018	Até o Bimestre/2017
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (VI) = (IV + V)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III – VI)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre/2018	Até o Bimestre/2017	Até o Bimestre/2018	Até o Bimestre/2017
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	Previsão Orçamentária
VALOR	0,00

RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	Previsão Orçamentária
VALOR	0,00

APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	Aportes Realizados
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar	0,00
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00

BENS E DIREITOS DO RPPS	Período de Referência	
	Até o Bimestre/2018	Até o Bimestre/2017
Caixa e Equivalentes de Caixa	0,00	0,00
Investimentos e Aplicações	0,00	0,00
Outros Bens e Direitos	0,00	0,00

PLANO FINANCEIRO

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS – RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre/2018	Até o Bimestre/2017
RECEITAS CORRENTES (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00
Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00
Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Parcelamento de Débitos	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00

MUNICÍPIO DE ALTO BOA VISTA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

PLANO FINANCEIRO

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS – RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre/2018	Até o Bimestre/2017
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (X) = (VIII + IX)	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS – RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre/2018	Até o Bimestre/2017	Até o Bimestre/2018	Até o Bimestre/2017
ADMINISTRAÇÃO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios - Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios - Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (XIII) = (XI + XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (XIV) = (X - XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO FINANCEIRO DO RPPS	Aportes Realizados
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00

Entidades Selecionadas: PREF

MUNICÍPIO DE ALTO BOA VISTA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO DE 2018 / BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO

RREO - Anexo V (LRF, Art. 53, inciso III)

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	SALDO		
	Em 31/Dez/2017 (a)	Em Bimestre Anterior (b)	Em 5.º Bimestre/2018 (c)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	1.585.502,62	1.585.502,62	1.585.502,62
DEDUÇÕES (II)	3.397.516,10	3.017.469,35	2.431.378,93
Disponibilidade de Caixa bruta	2.185.180,07	1.636.861,74	1.052.800,08
Disponibilidade de Caixa	2.351.289,08	1.688.162,06	1.096.894,66
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto precatórios)	166.109,01	51.300,32	44.094,58
Demais Haveres Financeiros	1.212.336,03	1.380.607,61	1.378.578,85
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	**0,00**	**0,00**	**0,00**

RESULTADO NOMINAL	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (c - b)	Até o Bimestre (c - a)
VALOR	586.090,42	966.137,17

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCICIO DE REFERÊNCIA	0,00

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ANEXO 6 - DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO até OUTUBRO

LRF, Art. 53, inciso III - Anexo 6 — **ACIMA DA LINHA**

G1 - RECEITAS PRIMÁRIAS	Previsão Atualizada	Até o Bimestre 2018
		Receitas Realizadas (a)
RECEITAS CORRENTES (I)	21.403.910,00	17.798.719,73
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.395.000,00	946.629,56
IPTU	30.000,00	29.683,78
ISS	480.000,00	399.703,39
ITBI	100.000,00	16.948,30
IRRF	520.000,00	451.973,73
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	265.000,00	48.320,36
Contribuições	0,00	0,00
Receita Patrimonial	140.000,00	21.674,24
Aplicações Financeiras (II)	140.000,00	21.674,24
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00
Transferências Correntes	19.837.110,00	16.801.163,90
Cota-Parte do FPM	5.871.250,00	4.319.921,17
Cota-Parte do ICMS	5.200.000,00	5.088.001,71
Cota-Parte do IPVA	187.200,00	177.976,83
Cota-Parte do ITR	250.000,00	465.127,03
Transferências da LC 87/1996	22.400,00	18.115,10
Transferências da LC 61/1989	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB	2.900.000,00	2.779.175,67
Outras Transferências Correntes	5.406.260,00	3.952.846,39
Demais Receitas Correntes	31.800,00	29.252,03
Outras Receitas Financeiras (III)	0,00	0,00
Receitas Correntes Restantes	31.800,00	29.252,03
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (IV) = (I - II - III)	21.263.910,00	17.777.045,49

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ANEXO 6 - DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO até OUTUBRO

LRF, Art. 53, inciso III - Anexo 6 — **ACIMA DA LINHA**

G1 - RECEITAS PRIMÁRIAS	Previsão Atualizada	Até o Bimestre 2018
		Receitas Realizadas (a)
RECEITAS DE CAPITAL (V)	0,00	0,00
Operações de Crédito (VI)	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (VII)	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Temporá¡rios (VIII)	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (IX)	0,00	0,00
Outras Alienações de Bens	0,00	0,00
Transferências de Capital	0,00	0,00
Convênios	0,00	0,00
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Não Primárias (X)	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Primárias	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XI) = (V - VI - VII - VIII - IX - X)	0,00	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XII) = (IV + XI)	21.263.910,00	17.777.045,49

G2 - DESPESAS PRIMÁRIAS	Dotação Atualizada	Até o Bimestre 2018				RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
		Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas (a)	Restos a Pagar Processados Pagos (b)	Liquidados	Pagos (c)
DESPESAS CORRENTES (XIII)	20.305.816,71	19.375.691,60	18.901.554,37	17.567.757,37	112.171,43	19.370,52	19.370,52
Pessoal e Encargos Sociais	10.617.854,82	9.962.860,73	9.857.718,94	9.161.802,49	3.198,78	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida (XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	9.687.961,89	9.412.830,87	9.043.835,43	8.405.954,88	108.972,65	19.370,52	19.370,52
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XV) = (XIII - XIV)	20.305.816,71	19.375.691,60	18.901.554,37	17.567.757,37	112.171,43	19.370,52	19.370,52

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO BOA VISTA
AV. SERRA NOVA, 975, CENTRO II, ALTO BOA VISTA/MT

Quality Sistemas
Exercício: 2018

Entidades Selecionadas: PREF

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ANEXO 6 - DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO até OUTUBRO

G2 - DESPESAS PRIMÁRIAS	Dotação Atualizada	Até o Bimestre 2018				RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
		Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas (a)	Restos a Pagar Processados Pagos (b)	Liquidados	Pagos (c)
DESPESAS DE CAPITAL (XVI)	1.701.447,29	1.680.324,88	1.656.610,70	1.623.422,80	9.843,00	0,00	0,00
Investimentos	1.466.447,19	1.445.324,88	1.444.362,70	1.411.174,80	9.843,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Crédito (XIX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XX)	235.000,00	235.000,00	212.248,00	212.248,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XXI) = (XVI - XVII - XVIII - XIX - XX)	1.466.447,29	1.445.324,88	1.444.362,70	1.411.174,80	9.843,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXIII) = (XV + XXI + XXII)	21.772.264,00	20.821.016,48	20.345.917,07	18.978.932,17	122.014,43	19.370,52	19.370,52

RESULTADO PRIMÁRIO - Acima da Linha (XXIV) = [XIIa - (XXIIIa +XXIIIb + XXIIIc)]	-1.343.271,63

G4 - META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO	Valor Corrente
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	22.863.810,00

G5 - JUROS NOMINAIS	Até o Bimestre 2018
	VALOR INCORRIDO
JUROS E ENCARGOS ATIVOS (XXV)	21.674,24
JUROS E ENCARGOS PASSIVOS (XXVI)	0,00

RESULTADO NOMINAL - Acima da Linha (XXVII) = XXIV + (XXV - XXVI)	-1.321.597,39

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ANEXO 6 - DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO até OUTUBRO

G7 - META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL	Valor Corrente
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	0,00

ABAIXO DA LINHA

G8 - CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL	SALDO	
	Em 31/12/2017 (a)	Até o Bimestre 2018
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXVIII)	1.585.502,62	1.568.354,05
DEDUÇÕES (XXIX)	2.185.180,07	1.052.800,08
Disponibilidade de Caixa	2.185.180,07	1.052.800,08
Disponibilidade de Caixa Bruta	2.351.289,08	1.096.894,66
(-) Restos a Pagar Processados (XXX)	166.109,01	44.094,58
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XXXI) = (XXVIII - XXIX)	-599.677,45	515.553,97

RESULTADO NOMINAL - Abaixo da Linha (XXXII) = (XXXIa - XXXIb)	-1.115.231,42

G10 - AJUSTE METODOLÓGICO	Até o Bimestre 2018
VARIAÇÃO SALDO RPP = (XXXIII) = (XXXa - XXXb)	122.014,43
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (IX)	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS NA DC (XXXIV)	0,00
OUTROS AJUSTES (XXXV)	0,00
RESULTADO NOMINAL AJUSTADO - Abaixo da Linha (XXXVI) = (XXXII - XXXIII - IX + XXXIV + XXXV)	-1.237.245,85

RESULTADO PRIMÁRIO - Abaixo da Linha (XXXVII) = XXXVI - (XXV - XXVI)	-1.258.920,09

G12 - INFORMAÇÕES ADICIONAIS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ANEXO 6 - DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO até OUTUBRO

Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	0,00

MUNICÍPIO DE ALTO BOA VISTA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO DE 2018 / BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO

RREO Anexo VII (LRF, Art. 53, inciso V)

PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						SALDO TOTAL (C)=(A+B)
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo (A)	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo (B)	
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2017				Em Exercícios Anteriores	Inscritos em 31 de dezembro de 2017					
RESTOS A PAGAR (Exceto Intra-Orçamentário)(I)	0,00	166.109,01	122.014,43	0,00	44.094,58	0,00	28.000,83	19.370,52	19.370,52	3.050,00	5.580,31	49.674,89
EXECUTIVO (Exceto Intra-Orçamentário)	0,00	166.109,01	122.014,43	0,00	44.094,58	0,00	28.000,83	19.370,52	19.370,52	3.050,00	5.580,31	49.674,89
Administração Direta (Exceto Intra-Orçamentário)	0,00	166.109,01	122.014,43	0,00	44.094,58	0,00	28.000,83	19.370,52	19.370,52	3.050,00	5.580,31	49.674,89
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	7.877,94	3.198,78	0,00	4.679,16	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.679,16
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	0,00	147.884,07	108.972,65	0,00	38.911,42	0,00	24.950,83	19.370,52	19.370,52	0,00	5.580,31	44.491,73
Investimentos	0,00	10.347,00	9.843,00	0,00	504,00	0,00	3.050,00	0,00	0,00	3.050,00	0,00	504,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Indireta (Exceto Intra-Orçamentária)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
LEGISLATIVO (Exceto Intra-Orçamentário)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Direta (Exceto Intra-Orçamentário)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR (Intra-Orçamentárias)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (II) = (I + II)	**0,00**	**166.109,01**	**122.014,43**	**0,00**	**44.094,58**	**0,00**	**28.000,83**	**19.370,52**	**19.370,52**	**3.050,00**	**5.580,31**	**49.674,89**

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO BOA VISTA
AV. SERRA NOVA, 975, CENTRO II, ALTO BOA VISTA/MT

Quality Sistemas
Exercício: 2018

Entidades Selecionadas: PREF

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITOS E DESPESAS DE CAPITAL

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO / BIMESTRE SETEMBRO A OUTUBRO

RREO – ANEXO IX (LRF, art. 53, inciso I)

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	SALDO A REALIZAR (c)=(a - b)
		Até o Bimestre (b)	
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)	**0,00**	**0,00**	**0,00**

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	Despesas Executadas Até o Bimestre		Saldo a Executar (g)=(d)-(e+f)
		Liquidadas (e)	Incritas em Restos a Pagar Não Processados (f)	
DESPESA DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
(-)Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00
(-)Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

DESCRIÇÃO	a - d	b - (e +f)	(c - g)
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	**0,00**	**0,00**	**0,00**

MUNICÍPIO DE ALTO BOA VISTA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO À OUTUBRO DE 2018 / 6° BIMESTRE

LRF, Art. 53, § 1º, inciso II - Anexo X

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c)=(a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d)=("d" exerc. anterior)+(c)
2017	0,00	0,00	0,00	0,00
2018	0,00	0,00	0,00	0,00
2019	0,00	0,00	0,00	0,00
2020	0,00	0,00	0,00	0,00
2021	0,00	0,00	0,00	0,00
2022	0,00	0,00	0,00	0,00
2023	0,00	0,00	0,00	0,00
2024	0,00	0,00	0,00	0,00
2025	0,00	0,00	0,00	0,00
2026	0,00	0,00	0,00	0,00
2027	0,00	0,00	0,00	0,00
2028	0,00	0,00	0,00	0,00
2029	0,00	0,00	0,00	0,00
2030	0,00	0,00	0,00	0,00
2031	0,00	0,00	0,00	0,00
2032	0,00	0,00	0,00	0,00
2033	0,00	0,00	0,00	0,00
2034	0,00	0,00	0,00	0,00
2035	0,00	0,00	0,00	0,00
2036	0,00	0,00	0,00	0,00
2037	0,00	0,00	0,00	0,00
2038	0,00	0,00	0,00	0,00
2039	0,00	0,00	0,00	0,00
2040	0,00	0,00	0,00	0,00
2041	0,00	0,00	0,00	0,00
2042	0,00	0,00	0,00	0,00
2043	0,00	0,00	0,00	0,00
2044	0,00	0,00	0,00	0,00
2045	0,00	0,00	0,00	0,00
2046	0,00	0,00	0,00	0,00
2047	0,00	0,00	0,00	0,00
2048	0,00	0,00	0,00	0,00
2049	0,00	0,00	0,00	0,00
2050	0,00	0,00	0,00	0,00
2051	0,00	0,00	0,00	0,00
2052	0,00	0,00	0,00	0,00
2053	0,00	0,00	0,00	0,00
2054	0,00	0,00	0,00	0,00
2055	0,00	0,00	0,00	0,00
2056	0,00	0,00	0,00	0,00
2057	0,00	0,00	0,00	0,00
2058	0,00	0,00	0,00	0,00
2059	0,00	0,00	0,00	0,00
2060	0,00	0,00	0,00	0,00
2061	0,00	0,00	0,00	0,00
2062	0,00	0,00	0,00	0,00
2063	0,00	0,00	0,00	0,00
2064	0,00	0,00	0,00	0,00
2065	0,00	0,00	0,00	0,00
2066	0,00	0,00	0,00	0,00
2067	0,00	0,00	0,00	0,00
2068	0,00	0,00	0,00	0,00
2069	0,00	0,00	0,00	0,00

MUNICÍPIO DE ALTO BOA VISTA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO À OUTUBRO DE 2018 / 6° BIMESTRE

LRF, Art. 53, § 1º, inciso II - Anexo X

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c)=(a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d)=("d" exerc. anterior)+(c)
2070	0,00	0,00	0,00	0,00
2071	0,00	0,00	0,00	0,00
2072	0,00	0,00	0,00	0,00
2073	0,00	0,00	0,00	0,00
2074	0,00	0,00	0,00	0,00
2075	0,00	0,00	0,00	0,00
2076	0,00	0,00	0,00	0,00
2077	0,00	0,00	0,00	0,00
2078	0,00	0,00	0,00	0,00
2079	0,00	0,00	0,00	0,00
2080	0,00	0,00	0,00	0,00
2081	0,00	0,00	0,00	0,00
2082	0,00	0,00	0,00	0,00
2083	0,00	0,00	0,00	0,00
2084	0,00	0,00	0,00	0,00
2085	0,00	0,00	0,00	0,00
2086	0,00	0,00	0,00	0,00
2087	0,00	0,00	0,00	0,00
2088	0,00	0,00	0,00	0,00
2089	0,00	0,00	0,00	0,00
2090	0,00	0,00	0,00	0,00
2091	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte:

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS

PREFFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS/SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2018 EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 019/2019

O Senhor **CLAUDINEI SINGOLANO, Prefeito Municipal de Alto Garças – MT**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições e;

CONSIDERANDO, que o Processo Seletivo Simplificado nº 001/2018, foi devidamente prorrogado pelo Decreto Municipal n° 111 de 29 de novembro de 2018;

CONSIDERANDO, o Parecer Jurídico emitido pela Assessoria Jurídica deste Município;

CONSIDERANDO, Ofício nº 051/2019/SME/MJMC, enviado pela Secretaria Municipal de Educação informando a necessidade de preenchimento de vagas visando o ano letivo de 2019 que se inicia;

CONSIDERANDO, a necessidade de se aguardar o resultado final e respectiva homologação, convocação e posse dos aprovados no Concurso Público nº 001/2018, para preencher tais vagas com concursados;

CONSIDERANDO, se tratar de funções relativas à área da rede municipal de ensino, ou seja, serviços de caráter essencial e natureza continuada;

CONSIDERANDO, que a Constituição Federal dispõe em ser art. 37, inciso IX, que "**a lei** estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público";

CONSIDERANDO, que a Lei Municipal nº 887/2011 que disciplina as contratações por tempo determinado, dispõe em seu art. 2º que "Considera-se necessidade temporária de excepcional interesse público: [...] IV - continuidade dos serviços de educação através de admissão de professores e pessoal de apoio";

CONVOCA os candidatos abaixo relacionados a comparecerem na sede da Secretaria Municipal de Educação, situada na Avenida Coronel Cajango, nº 1369, Centro, no horário das 12:00 as 18:00 horas, no prazo de 30 (trinta) dias, munidos dos documentos necessários à comprovação dos requisitos para provimento do cargo pleiteado, sob pena de ser considerado desistente, ocasionando a perda da respectiva vaga:

Cargo: Técnico Admin. Educac. - Auxiliar de Desenv. Infantil - Não profissionalizado

18	SUZANY PEREIRA DE MORAES

Cargo: Apoio Administrativo Educacional - Limpeza - Não profissionalizado

28	GESSELLE TERRES DE SOUZA

Alto Garças – MT, 08 de Março de 2019.

CLAUDINEI SINGOLANO

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 039/2019

CREDENCIAMENTO Nº 002/2019

A Prefeitura Municipal de Alto Garças - MT através da Presidente da Comissão Permanente de Licitação, torna público aos interessados o processo licitatório do tipo chamada pública, visando credenciar e subsequentemente Contratar Clínicas especializadas ou Comunidade Terapêutica para serviços de internação compulsória e/ou voluntária para tratamento de dependentes químicos, cujo procedimento de contratação será regido pela Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, com obediências às condições estabelecidas no Edital e seus Anexos. O envelope contendo os documentos de habilitação e a proposta de adesão será recebida pela Comissão Permanente de Licitação, no período de **13/03/2019 à 31/12/2019**, **das 13h00 às 18h00 (horário de Mato Grosso), de segunda-feira a sexta-feira.** A íntegra do Edital encontra-se disponível na sede da Prefeitura Municipal de Alto Garças, localizada à Rua Dom Aquino n° 346, Centro – Alto Garças /MT. Os Interessados também poderão obter informações através do e-mail licitacaoag2017-2020@hotmail.com, pelo site https://www.altogarcas.mt.gov.br/Transparencia/Lic... ou pelo telefone (66) 3471-2450/3471-1155. Alto Garças - MT, 07 de março de 2019. Edi Batista Ribeiro de Miranda - Presidente da Comissão Permanente de Licitação.

PREFFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS/SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE RESULTADO

DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 08/2019

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Alto Garças – MT, através da Portaria N° 005/2019 de 02 de Janeiro de 2019, torna público ao interessados que o Processo de Dispensa N°08/2019, cujo objeto é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA TÉCNICA NAS ÁREAS ADMINISTRATIVA, CONTÁBIL, PLANEJAMENTO FINANCEIRO E PATRIMONIAL,** de acordo com Termo de Referência e demais condições estabelecidas neste Edital e seus anexos. Sagra – se vencedora a empresa ACPI INFORMÁTICA LTDA inscrita no CNPJ: 05.208.075/0001-86, com o valor de R$ 18.320,00 (dezoito mil trezentos e vinte reais).

Alto Garças – MT, 20 de fevereiro de 2019.

EDI BATISTA RIBEIRO DE MIRANDA

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

PREFFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS/SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE RESULTADO

DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 009/2019

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Alto Garças – MT, através da Portaria N° 005/2019 de 02 de Janeiro de 2019, torna público ao interessados que o Processo de Dispensa N° 009/2019, cujo objeto é a AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS EM CUMPRIMENTO DE DECISÃO JUDICIAL, RELATIVO AO PROCESSO Nº 1000040-13.2019.8.11.0035, EM FAVOR DE CRISTINA LORRAINE PASSOS DA SILVA, EXPEDIDO POR DETERMINAÇÃO DA JUÍZA DE DIREITO ANGELA MARIA JANCZESKI GÓES. Sagra – se vencedora a empresa VACARO JUNIOR & CASSOL LTDA ME inscrita no CNPJ: 25.043.201/0001-05, com o valor de R$ 5.097,60 (cinco mil noventa e sete reais e sessenta centavos).

Alto Garças – MT, 20 de Fevereiro de 2019.

EDI BATISTA RIBEIRO DE MIRANDA

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

PREFFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS/SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE RESULTADO

DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 010/2019

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Alto Garças – MT, através da Portaria N° 005/2019 de 02 de Janeiro de 2019, torna público ao interessados que o Processo de Dispensa N° 010/2019, cujo objeto é a AQUISIÇÃO DE COLCHÕES PARA BERÇO, A FIM DE ATENDER A DEMANDA DA CRECHE MUNICIPAL "CLEMÊNCIA MENDES DE OLIVEIRA", EM VIRTUDE DO AUMENTO CONSIDERÁVEL NO

NÚMERO DE ALUNOS MATRICULADOS NO CORRENTE ANO. Sagra – se vencedora a empresa EB COMERCIO DE ELETRODOMESTICOS LTDA inscrita no CNPJ: 14.939.270/0002-58, com o valor de R$ 2.004,90 (dois mil quatro reais e noventa centavos).

Alto Garças – MT, 21 de Fevereiro de 2019.

EDI BATISTA RIBEIRO DE MIRANDA

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

PREFFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS/SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE RESULTADO

DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 11/2019

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Alto Garças – MT, através da Portaria N° 005/2019 de 02 de Janeiro de 2019, torna público ao interessados que o Processo de Dispensa N°11/2019, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE SEGURANÇA DESARMADA, BEM COMO, EM LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E ESTRUTURAS DIVERSAS (ALAMBRADO, GRADE DE PROTEÇÃO, GERADOR DE ENERGIA, PARA ATENDER AS FESTIVIDADES CARNAVALESCAS, DURANTE O "VII CARNAFOLIA", A OCORRER NOS DIAS 02 À 05 DE MARÇO DE 2019, PROMOVIDO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES, LAZER, CULTURA E TURISMO, de acordo com Termo de Referência e demais condições estabelecidas neste Edital e seus anexos. Sagra – se vencedora a empresa **EMILY KALINNE DE SOUZA VIEIRA - ME** inscrita no CNPJ: 27.820.425/0001-01, com o valor de R$ 19.000,00 (dezenove mil reais).

Alto Garças – MT, 26 de Fevereiro de 2019.

EDI BATISTA RIBEIRO DE MIRANDA

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

PREFFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS/SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE RESULTADO

DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 012/2019

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Alto Garças – MT, através da Portaria N° 005/2019 de 02 de Janeiro de 2019, torna público ao interessados que o Processo de Dispensa N° 012/2019, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE PROCEDIMENTO MÉDICO, DO TIPO VITRECTOMIA POSTERIOR COM INFUSÃO DE PERFLUOCARBONO/ÓLEO DE SILICONE E ENDOLASER EM OLHO ESQUERDO, EM ATENDIMENTO AO CUMPRIMENTO DE DECISÃO JUDICIAL AO PROCESSO Nº. 1000095-61.2019.8.11.0035, EXPEDIDA POR DETERMINAÇÃO DA JUÍZA DE DIREITO DRA. ANGELA MARIA JANCZESKI GOES, EM FAVOR DE JAIME SOARES FILHO. Sagra – se vencedora a empresa CLINICA E MICROCIRURGIA DE OLHOS LTDA inscrita no CNPJ: 26.795.401/0001-79, com o valor de R$ 7.000,00 (sete mil reais).

Alto Garças – MT, 27 de Fevereiro de 2019.

EDI BATISTA RIBEIRO DE MIRANDA

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

PREFFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS/SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE RESULTADO

DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 013/2019

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Alto Garças – MT, através da Portaria N° 005/2019 de 02 de Janeiro de 2019, torna público ao interessados que o Processo de Dispensa N° 013/2019, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA MANUTENÇÃO CORRETIVA EM EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS DAS UNIDADES BÁSICA DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE ALTO GARÇAS**,** de acordo com Termo de Referência e demais condições estabelecidas neste Edital e seus anexos. Sagra – se vencedora a empresa MATHEUS SILVA DE OLIVEIRA - ME inscrita no CNPJ: 25.390.478/0001-04, com o valor de R$ 5. 590,00 (cinco mil quinhentos e noventa reais).

Alto Garças – MT, 01 de Março de 2019.

EDI BATISTA RIBEIRO DE MIRANDA

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

PREFFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS/SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 001 DE 08 DE MARÇO DE 2019 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

"Autuar Processo Administrativo para apurar conduta da empresa CECILIA PINTO DA SILVA EIRELI – ME, no Pregão Presencial nº 055/2016 e no Pregão Presencial nº 061/2016 e dá outras providências."

CARLOS EDUARDO ZANCHET GIRARDELLO, Secretário Municipal de Administração, nomeado através da Portaria nº 001/2017, no uso de suas atribuições, e,

CONSIDERANDO, Notificação Recomendatória nº 03/2019, expedida pelo Ministério Público Estadual, através do Excelentíssimo Doutor Promotor de Justiça, Dr. ELTON OLIVEIRA AMARAL, que recomenda a instauração de procedimento administrativo para apurar possível aplicação de sanção a empresa CELICIA PINTO DA SILVA EIRELI – ME, por inadimplemento parcial ocorrido no Pregão Presencial nº 055/2016 e Pregão Presencial nº 061/2016, especificamente quanto ao cumprimento do lote 16;

R E S O L V E:

Art. 1º Determinar a instauração de Processo Administrativo para apurar a conduta da empresa **CECILIA PINTO DA SILVA EIRELI – ME**, **CNPJ nº** 15.593.959/0001-55, no Pregão Presencial nº 055/2016 e no Pregão Presencial nº 061/2016, realizado pela Prefeitura Municipal de Alto Garças, com a adoção das seguintes medidas:

a) Autuação de documentação pertinente do SIMP nº 000956-045/2017, que deu origem a Notificação Recomendatória nº 03/2019, do Ministério Público Estadual;

b) Autuação dos demais documentos que se entender pertinentes;

c) Notificação da empresaCECILIA PINTO DA SILVA EIRELI – ME**, para apresentar defesa no prazo de 05 (cinco) dias, em atendimento aos princípios do contraditório e da ampla defesa, nos termos do art. 78, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.666/93.**

d) Ao final, envio do processo devidamente autuado para fins de apreciação por parte do Prefeito Municipal;

e) Envio de cópia integral do processo e decisão final da autoridade maior ao Setor de Compras e Licitações para conhecimento e juntada ao autos do processo licitatório.

Art. 2º O presente processo deverá ser autuado e finalizado no prazo de até 60 (sessenta) dias, podendo ser prorrogado por igual período se necessário.

Art. 3° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Secretaria Municipal de Administração, Edifício Sede do Poder Executivo, em Alto Garças - MT, em 08 de Março de 2019.

CARLOS EDUARDO ZANCHET GIRARDELLO

Secretário Municipal de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

LICITAÇÃO (CPL)

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇO N. 001/2019

O Município de Alto Paraguai - MT, por meio da Comissão Permanente de Licitação nomeado pela **Portaria n. 322/2018**, torna público, **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA NA AVENIDA GETULIO VARGAS NO MUNICIPIO DE ALTO PARAGUAI-MT**,onde se sagrou vencedora a Empresa;

ü **RENOVA ENGENHARIA E CONSULTORIA**, inscrita sobCNPJ: **13.361. 238/0001-94** com a proposta totalizando **R$132.375,10** (Cento e Trinta e Dois Mil Trezentos e Setenta e Cinco Reais e Dez Centavos).

Alto Paraguai - MT, 11 de Março de 2019.

DIRCE LEMES DE ARAÚJO

Presidente da CPL

JURIDICO
PARECER JURÍDICO N. 009/2019 PROCESSO DE LICITAÇÃO PREGÃO 006/2019

PARECER JURÍDICO N. 009/2019

Processo de Licitação Pregão 006/2019

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto: ***Registro de Preço para futura e eventual aquisição de COMBUSTIVEIS, para atender as demandas das Secretarias Municipais de Alto Paraguai – MT.***

Solicitante: Pregoeiro Oficial/Comissão Permanente de Licitações.

Veio a conhecimento desta Assessoria Jurídica, processo licitatório em epígrafe, para análise quanto à legalidade e verificação das demais formalidades, bem como no que tange a atuação da Comissão de Licitações, na execução das atribuições e atos realizados pela Comissão Permanente de Abertura e Julgamento de Processos Licitatórios.

Importa mencionar que vieram para análise e parecer a minuta do edital do Pregão acima mencionado, com nove anexos referentes a modelos de documentos a serem apresentados. Veio também para análise, as minutas da Ata de Registro de Preços e do Contrato. Não vieram quaisquer outros documentos, sendo de responsabilidade desta Assessora tão somente a analise das minutas supracitadas.

Da Legislação: Cabe-nos, desde já, trazer à colação a aplicação das regras constitucionais que disciplinam a matéria, invocando-se, assim, dentre outros, o artigo 37, XXI da CF/88.

Além da aplicação da Constituição Federal, adota-se a orientação das melhores práticas, implicando, igualmente, na sua absoluta adequação às normas legais, sendo que são atendidas as disposições da Lei 8.666/93, que estabelece normas cogentes de Direito Público.

Ainda em preliminar, ***torna-se necessário referirmos que esta Unidade está se manifestando no sentido de, à vista das circunstâncias próprias de cada processo licitatório e na avaliação prévia das implicações legais a que está submetida aquela Secretaria, dar a Assessoria pertinente, a título de orientação e assessoramento, ressaltando-se que, no caso de haver irregularidades, as mesmas serão inexoravelmente apontadas em Auditoria Própria.***

Isto posto, ratificamos a orientação de que, em havendo dúvidas sobre determinado ato ou fato administrativo, bem como sobre artigo de lei, deverá ser, a consulta, encaminhada por escrito, juntamente com parecer do órgão técnico pertinente e o respectivo processo licitatório.

Este parecer limitar-se-á a analisar a regularidade do procedimento sob a ótica jurídica, vale dizer, esta Procuradoria verificara se o processo atende ao rito administrativo previsto na Lei de Licitações, não se imiscuindo o parecerista no juízo de conveniência e oportunidade do objeto licitação, assim coma no adentrara o ato opinativo no mérito de preços e orçamento praticados no processo, par escaparem do conhecimento e da legitimidade de atuação da desta Procuradoria.

Nesse sentido a lição doutrinaria:

"O exame a ser procedido pela assessoria deve ser jurídica *stricto sensu*. Não a adequado que o assessor jurídico, no manejo de sua competência técnica especifica, pretenda aventurar-se em outras searas, expondo motivos pertinentes a expertise do objeto da licitação ou quanto conveniência e oportunidade dela, ou mesmo, quanto a critérios técnicos de composição dos custos e execução do contrato. 0 jurista só pode analisar os aspectos jurídicos do instrumento convocatório."(MOREIRA, Egonfiockman. GUIMARAES, Fernando Vernalha. 2' ed. A Lei Geral de Licitação — LGL e a Regime Diferenciado de Contratação— RDC. sac) Paulo: Metoda, 2015. p. 262)

Este parecer tem por objetivo prevenir a produção de atos irregulares e ilegais, que possam ser questionados e ate mesmo anulados posteriormente. Ainda, a adoção dos ditames previstos na Lei n° 8.666/93 pela Prefeitura Municipal de Alto Paraguai, significa o afastamento de condições que causem prejuízos aos cofres públicos, pois permitirão a melhor contratação decorrente da mais ampla e legitima competitividade.

Trata-se de licitação da modalidade Pregão Presencial, do tipo "**Menor Preço por LOte**", sob o regime de execução indireta, cujo recebimento dos envelopes de documentação e proposta ocorrerá no mesmo local em data e horário a serem definidos pelo Pregoeiro Municipal.

A razão de ser do certame é estabelecer concorrência isonômica para seleção moral da proposta mais vantajosa para a administração e erário público. O plano factual nos permite inferir que o escopo legal foi alcançado, posto que dentre as empresas interessadas no certame, selecionou-se aquela que apresentar a proposta mais vantajosa.

O procedimento da licitação deve seguir etapas e requisitos para que seja válida. A Lei 8.666/93 estabelece o rito, os atos e os requisitos necessários para todos os processos licitatórios, *ad litteram*:

Art. 38. O procedimento da licitação será iniciado com a abertura de processo administrativo, devidamente autuado, protocolado e numerado, contendo a autorização respectiva, a indicação sucinta de seu objeto e do recurso próprio para a despesa, e ao qual será. juntados oportunamente: (...)

Depreende-se que a licitação deve ser realizada em um processo administrativo, devidamente autuado, protocolado e numerado. Trata-se, logo, de um processo administrativo formal, exigência legal essa atendida no caso.

Nesse processo deve conter a autorização do agente público competente para a abertura da licitação. Deve conter, ainda, a indicação do objeto, de forma sucinta, o que consta no processo se no Termo de Referência .

Verificando se, o edital seguiu todas as cautelas recomendadas pela Lei 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93, e Decreto Municipal n. 004/2009, havendo descrição da dotação orçamentária, especificação dos objetos, requisitos para participação e previsão procedimental correta, com inversão das fases de habilitação e proposta.

Tendo em vista a obediência das clausulas e atinentes a leis que regulamenta o processo licitatório opino pelo prosseguimento regular do certame, com a conseqüente publicação do edital, dando a devida publicidade a todas as fases, devendo haver sempre disponibilidade de recursos orçamentários e a aprovação da despesa pelo setor administrativo municipal competente.

Deixo consignado no presente que deverá também, haver ampla pesquisa de mercado para evitar superfaturamento, buscando dessa forma, sempre o melhor preço para a Administração Pública.

Encaminhe o presente processo ao Controle Interno para conhecimento e manifestação.

Ressaltando ainda que para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém possa alegar ignorância, o presente Instrumento Convocatório deverá ser **PUBLICADO** conforme as determinações legais, tudo em conformidade com a Lei Federal nº 8.666/93 atualizada.

Assim, examinada a minuta referida e encartada nos presentes autos, devidamente rubricadas, entendo que guardam regularidade com o disposto na Lei n. 10.520/2002 e subsidiariamente a Lei Federal n. 8.666/93, Decreto Municipal n. 04/2009, visto que presentes as cláusulas essências, disponibilidade orçamentária, OPINO pelo PROSSEGUIMENTO do presente processo em conformidade com o artigo 38 da Lei 8666/93, sobre a minuta do edital de Licitação e a minuta da Ata de Registro de Preços, uma vez que não foram constatadas nenhuma cláusula que inviabilize a competição.

Este é o parecer, salvo melhor juízo, sem caráter vinculativo.

Alto Paraguai - MT, 11 de março de 2019.

RIUSDELAR LOPES PEREIRA

Assessora Jurídica

OAB/MT 12652

JURIDICO
ARECER JURÍDICO N. 006/2019 PROCESSO DE LICITAÇÃO PREGÃO 002/2019

PARECER JURÍDICO N. 006/2019

Processo de Licitação Pregão 002/2019

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto: ***Registro de Preço para futura e eventual aquisição de toners para atender as demandas das Secretarias Municipais de Alto Paraguai – MT.***

Solicitante: Comissão de Licitações

Veio a conhecimento desta Assessoria Jurídica, processo licitatório em epígrafe, para análise quanto à legalidade e verificação das demais formalidades, bem como no que tange a atuação da Comissão de Licitações, na execução das atribuições e atos realizados pela Comissão Permanente de Abertura e Julgamento de Processos Licitatórios.

Importa mencionar que vieram para análise e parecer a minuta do edital do Pregão acima mencionado, com nove anexos referentes a modelos de documentos a serem apresentados. Veio também para análise, as minutas da Ata de Registro de Preços e do Contrato. Não vieram quaisquer outros documentos, sendo de responsabilidade desta Assessora tão somente a analise das minutas supracitadas.

Da Legislação: Cabe-nos, desde já, trazer à colação a aplicação das regras constitucionais que disciplinam a matéria, invocando-se, assim, dentre outros, o artigo 37, XXI da CF/88.

Além da aplicação da Constituição Federal, adota-se a orientação das melhores práticas, implicando, igualmente, na sua absoluta adequação às normas legais, sendo que são atendidas as disposições da Lei 8.666/93, que estabelece normas cogentes de Direito Público.

Ainda em preliminar, ***torna-se necessário referirmos que esta Unidade está se manifestando no sentido de, à vista das circunstâncias próprias de cada processo licitatório e na avaliação prévia das implicações legais a que está submetida aquela Secretaria, dar a Assessoria pertinente, a título de orientação e assessoramento, ressaltando-se que, no caso de haver irregularidades, as mesmas serão inexoravelmente apontadas em Auditoria Própria.***

Isto posto, ratificamos a orientação de que, em havendo dúvidas sobre determinado ato ou fato administrativo, bem como sobre artigo de lei, deverá ser, a consulta, encaminhada por escrito, juntamente com parecer do órgão técnico pertinente e o respectivo processo licitatório.

Este parecer limitar-se-á a analisar a regularidade do procedimento sob a ótica jurídica, vale dizer, esta Procuradoria verificara se o processo atende ao rito administrativo previsto na Lei de Licitações, não se imiscuindo o parecerista no juízo de conveniência e oportunidade do objeto licitação, assim coma no adentrara o ato opinativo no mérito de preços e orçamento praticados no processo, par escaparem do conhecimento e da legitimidade de atuação da desta Procuradoria.

Nesse sentido a lição doutrinaria:

"O exame a ser procedido pela assessoria deve ser jurídica *stricto sensu*. Não a adequado que o assessor jurídico, no manejo de sua competência técnica especifica, pretenda aventurar-se em outras searas, expondo motivos pertinentes a expertise do objeto da licitação ou quanto conveniência e oportunidade dela, ou mesmo, quanto a critérios técnicos de composição dos custos e execução do contrato. 0 jurista só pode analisar os aspectos jurídicos do instrumento convocatório."(MOREIRA, Egonfiockman. GUIMARAES, Fernando Vernalha. 2' ed. A Lei Geral de Licitação — LGL e a Regime Diferenciado de Contratação— RDC. sac) Paulo: Metoda, 2015. p. 262)

Este parecer tem por objetivo prevenir a produção de atos irregulares e ilegais, que possam ser questionados e ate mesmo anulados posteriormente. Ainda, a adoção dos ditames previstos na Lei n° 8.666/93 pela Prefeitura Municipal de Alto Paraguai, significa o afastamento de condições que causem prejuízos aos cofres públicos, pois permitirão a melhor contratação decorrente da mais ampla e legitima competitividade.

Trata-se de licitação da modalidade Pregão Presencial, do tipo "**Menor Preço**", sob o regime de execução indireta*,* cujo recebimento dos envelopes de documentação e proposta ocorrerá no mesmo local em data e horário a serem definidos pelo Pregoeiro Municipal.

A razão de ser do certame é estabelecer concorrência isonômica para seleção moral da proposta mais vantajosa para a administração e erário público. O plano factual nos permite inferir que o escopo legal foi alcançado, posto que dentre as empresas interessadas no certame, selecionou-se aquela que apresentar a proposta mais vantajosa.

O procedimento da licitação deve seguir etapas e requisitos para que seja válida. A Lei 8.666/93 estabelece o rito, os atos e os requisitos necessários para todos os processos licitatórios, *ad litteram*:

Art. 38. O procedimento da licitação será iniciado com a abertura de processo administrativo, devidamente autuado, protocolado e numerado, contendo a autorização respectiva, a indicação sucinta de seu objeto e do recurso próprio para a despesa, e ao qual será. juntados oportunamente: (...)

Depreende-se que a licitação deve ser realizada em um processo administrativo, devidamente autuado, protocolado e numerado. Trata-se, logo, de um processo administrativo formal, exigência legal essa atendida no caso.

Nesse processo deve conter a autorização do agente público competente para a abertura da licitação. Deve conter, ainda, a indicação do objeto, de forma sucinta, o que consta no processo se no Termo de Referência .

Verificando se, o edital seguiu todas as cautelas recomendadas pela Lei 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93, e Decreto Municipal n. 004/2009, havendo descrição da dotação orçamentária, especificação dos objetos, requisitos para participação e previsão procedimental correta, com inversão das fases de habilitação e proposta.

Tendo em vista a obediência das clausulas e atinentes a leis que regulamenta o processo licitatório opino pelo prosseguimento regular do certame, com a conseqüente publicação do edital, dando a devida publicidade a todas as fases, devendo haver sempre disponibilidade de recursos orçamentários e a aprovação da despesa pelo setor administrativo municipal competente.

Deixo consignado no presente que deverá também, haver ampla pesquisa de mercada para evitar superfaturamento, buscando dessa forma, sempre o melhor preço para a Administração Pública, contendo no processo os seguintes orçamentos: DA SILVA E DOMINGUES D OLIVEIRA LTDA – ME/ VITTA SERVIÇOS, inscrita no CNPJ 18.806.842/0001-09, CLICK INFORMATICA, GREAR CARTUCHOS inscrita no CNPJ 36.887.

Encaminhe o presente processo ao Controle Interno para conhecimento e manifestação.

Ressaltando ainda que para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém possa alegar ignorância, o presente Instrumento Convocatório deverá ser **PUBLICADO** conforme as determinações legais, tudo em conformidade com a Lei Federal nº 8.666/93 atualizada.

Assim, atendidos os ditames legais e disponibilidade orçamentária, OPINO pelo PROSSEGUIMENTO do presente processo em conformidade com o artigo 38 da Lei 8666/93, sobre a minuta do edital de Licitação e a minuta da Ata de Registro de Preços, uma vez que não foram constatadas nenhuma cláusula que inviabilize a competição.

Este é o parecer, salvo melhor juízo, sem caráter vinculativo.

Alto Paraguai - MT, 11 de março de 2019.

RIUSDELAR LOPES PEREIRA

Assessora Jurídica

OAB/MT 12652

JURIDICO
PARECER JURÍDICO PRÉVIO N. 005/2019 - TOMADA DE PREÇO N. 02/2019

PARECER JURÍDICO PRÉVIO N. 005/2019

Trata-se de Parecer Jurídico Prévio da legalidade de certame licitatório, modalidade **Tomada de Preços n. 002/2019**, visando contratação de empresa para execução de obras de **Construção de Pavimentação em TSD, passeio público e sinalização viária trânsito na Rua das Perdizes no Município de Alto Paraguai - MT** no valor estimado de **R$ 349. 295,56 (trezentos e quarenta e nove mil, duzentos e noventa e cinco reais e cinqüenta e seis), sendo R$ 300.000,00 (trezentos mil reais) provenientes de Recursos da União e R$ 49.295,56 (quarenta e nove mil, duzentos e noventa e cinco reais e cinqüenta e seis centavos) de contrapartida, sendo a natureza da despesa: (126/100/124) 05.0002.15.451.0015.1016449051, conforme parecer orçamentário assinado pela Contadora Municipal – JENICELIA MARIA DA CRUZ.**

O exame desta Assessoria Jurídica se da nos termos da Lei, subtraindo-se análises que importem considerações de ordem técnica, financeira ou orçamentária, considerando apenas a delimitação legal de competência do cargo, com teor elucidativo que não vincula a autoridade competente.

Ressalta-se que a presente apreciação jurídica restringe-se ao atendimento das exigências legais do Processo de Licitação em tela, sem adentrar na análise da real necessidade do objeto licitado, bem como eventuais estimativas de preços, natureza, qualificação técnica, quantidade e qualidade do objeto do certame ou, ainda, dados contidos em planilhas ou índices econômicos ou contábeis porventura contidos nos autos.

E por fim, importa mencionar que as informações contidas nos autos são de inteira responsabilidade de quem as produziu, não tendo esta Assessora Jurídica competência ou condições de averiguar a credibilidade ou veracidade dos documentos apresentados. Diante disso, este órgão consultivo limita-se tão somente a analise da adequação legal dos termos contidos no procedimento, reservando-se em seu direito e obrigação legal de informar a autoridade competente sobre quaisquer irregularidades porventura notadas.

Cabe aqui por hora, analisar os requisitos do art. 38, Parágrafo único. da Lei 8666/93, quais sejam, existência de Projeto Básico aprovado pela autoridade competente, orçamento e se o Edital atende os requisitos mínimos exigidos por Lei para selecionar a proposta mais vantajosa para a municipalidade com segurança jurídica.

Pois bem. Passamos a análise.

Ao compulsar os autos, verifica-se a existência de projeto executivo com descrição completa da obra, assim como disponibilidade orçamentária , conforme fls.19.

No que concerne ao Edital em si, observa-se a presença dos seguintes dispositivos:

1. PREÂMBULO
2. SEÇÃO I - DO OBJETO
3. SEÇÃO II - DA DESPESA E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS
4. SEÇÃO III - DA IMPUGNAÇÃO E PEDIDO DE INFORMAÇÕES SOBRE O EDITAL
5. SEÇÃO IV – DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO
6. SEÇÃO V – DO TRATAMENTO DAS MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E EQUIPARADOS
7. SEÇÃO VI – DO CREDENCIAMENTO
8. SEÇÃO VII – DOS ENVELOPES DE DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO E DE PROPOSTA
9. SEÇÃO VIII – DA HABILITAÇÃO
10. SEÇÃO IX – DA PROPOSTA
11. SEÇÃO X – DA SESSÃO PÚBLICA
12. SEÇÃO XI – DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS
13. SEÇÃO XII - DO DIREITO DE PREFERÊNCIA DAS MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E EQUIPARADOS
14. SEÇÃO XIII – DAS REGRAS GERAIS DE DESEMPATE
15. SEÇÃO XIV – DOS RECURSOS
16. SEÇÃO XV – DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
17. SEÇÃO XVI - DO INSTRUMENTO DO CONTRATO
18. SEÇÃO XVII - DA VIGÊNCIA DO CONTRATO
19. SEÇÃO XVIII – DA GARANTIA DO CONTRATO
20. SEÇÃO XIX – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO
21. SEÇÃO XX - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE
22. SEÇÃO XXI – DA FISCALIZAÇÃO
23. SEÇÃO XXII – DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO
24. SEÇÃO XXIII - DA RESPONSABILIDADE DO CONTRATADO
25. SEÇÃO XXIV – DA GARANTIA DA OBRA
26. SEÇÃO XXV - DO PAGAMENTO
27. SEÇÃO XXVI - DAS SANÇÕES
28. SEÇÃO XXVII - DA RESCISÃO DO CONTRATO
29. SEÇÃO XXVIII - DA REVOGAÇÃO DO PROCEDIMENTO
30. SEÇÃO XXIX – DA ANULAÇÃO DO PROCEDIMENTO
31. SEÇÃO XXX - DO FORO
32. SEÇÃO XXXI - DISPOSIÇÕES FINAIS

33. SEÇÃO XXXII - DOS ANEXOS

Observa-se de forma clara a presença de todos os elementos necessários à disciplinar a concorrência pública, na modalidade **Tomada de Preços n. 002/2019**.

Quanto à identificação do objeto, o art. 8º, da Lei nº 8666/93 dispõe, que a "*execução das obras e dos serviços deve programar-se, sempre, em sua totalidade, previstos seus custos atual e final e considerados os prazos de sua execução*". Logo, há um dever de programação integral e total do serviço de engenharia. E a possibilidade de fracionamento do objeto, em lotes ou parcelas, nos termos dos §§ 1º e 2º, do art. 23, da Lei nº 8666/93 (se realizadas licitações distintas deverá ser preservada a modalidade pertinente), dependerá da comprovação da viabilidade técnica e econômica, que, em geral, não se configurará, por tratar-se o objeto de um conjunto integrado de serviços e fornecimento de bens). No caso destes autos o projeto identifica com precisão o objeto.

No que se refere aos preços, observa-se tratar de preços previamente definidos pelo órgão Concedente. Alertamos para a obrigatoriedade de adoção do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - SINAPI como pesquisa de mercado para estabelecimento do valor dos materiais e serviços de obra executada com recurso do orçamento da União, de forma a se evitar consultas prévias de preços de mercado junto a empresas que poderão participar do certame.

È digno de nota, conforme a regra do art. 9, caput da Lei nº 8.666/93, a vedação até mesmo a "participação indireta" das pessoas enumeradas no aludido dispositivo, dentre as quais se destaca os membros da comissão de licitação (§ 4º) e o servidor ou dirigente do órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

Nesse sentido, recomenda-se à CPL que, quando da realização de procedimentos licitatórios, verifiquem, no caso concreto, eventual desrespeito à regra do art. 9º da Lei nº 8.666/93, por meio da "participação indireta" das pessoas por ela enumeradas, justificando pormenorizadamente eventual "inabilitação".

E quanto à qualificação econômica, exorta-se que nas hipóteses das alíneas "a", "b" e "c" do Edital, são alternativas e não podem ser cumuladas, cabendo à CPL a escolha de apenas uma delas. A garantia prevista neste item é a chamada "garantia da proposta", prevista no art. 31, III, da Lei nº 8.666/93. É garantia a ser dada como condição de participação na licitação e terá o limite máximo de 1% (um por cento) do valor estimado do contrato. Recomenda-se evitar a exigência de capital social mínimo, que não é parâmetro adequado para avaliar a sua saúde financeira, uma vez que a empresa pode possuir vultoso capital social e, ainda, ser insolvente).

Outra recomendação digna de nota, trata-se do disposto na Súmula TCU n° 258 que descreve: "As composições de custos unitários e o detalhamento de encargos sociais e do BDI integram o orçamento que compõe o projeto básico da obra ou serviço de engenharia, devem constar dos anexos do edital de licitação e das propostas das licitantes e não podem ser indicados mediante uso da expressão 'verba' ou de unidades genéricas"). É importante a observação destes quesitos pela CPL.

Ante a todo o exposto, no que tange aos aspectos legais e ressalvados os critérios técnicos, econômicos e discricionários, por tudo que nos autos consta até o momento, verifica-se que o presente procedimento licitatório, de forma como se apresente até o momento, que estes autos encontra-se embasado na legislação correlata. Portanto, apto ao seu regular prosseguimento com vista a consecução do objetivo proposto, devendo ser anexado aos autos uma cópia do convênio.

É o prévio Parecer, salvo melhor juízo.

Alto Paraguai – MT, 18 de fevereiro de 2019.

RIUSDELAR LOPES PEREIRA

ASSESSORA JURÍDICA

OAB/MT

JURIDICO
PARECER JURÍDICO N. 007/2019 PROCESSO DE LICITAÇÃO PREGÃO 003/2019

PARECER JURÍDICO N. 007/2019

Processo de Licitação Pregão 003/2019

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto: ***Registro de Preço para futura e eventual aquisição de peças, acessórios e pelas elétricas genuínas e ou originais de primeira linha para veículos leves, médios, pesados e motocicletas da frota municipal, para atender as demandas das Secretarias Municipais de Alto Paraguai – MT.***

Solicitante: Pregoeiro Oficial/Comissão Permanente de Licitações.

Veio a conhecimento desta Assessoria Jurídica, processo licitatório em epígrafe, para análise quanto à legalidade e verificação das demais formalidades, bem como no que tange a atuação da Comissão de Licitações, na execução das atribuições e atos realizados pela Comissão Permanente de Abertura e Julgamento de Processos Licitatórios.

Importa mencionar que vieram para análise e parecer a minuta do edital do Pregão acima mencionado, com nove anexos referentes a modelos de documentos a serem apresentados. Veio também para análise, as minutas da Ata de Registro de Preços e do Contrato. Não vieram quaisquer outros documentos, sendo de responsabilidade desta Assessora tão somente a analise das minutas supracitadas.

Da Legislação: Cabe-nos, desde já, trazer à colação a aplicação das regras constitucionais que disciplinam a matéria, invocando-se, assim, dentre outros, o artigo 37, XXI da CF/88.

Além da aplicação da Constituição Federal, adota-se a orientação das melhores práticas, implicando, igualmente, na sua absoluta adequação às normas legais, sendo que são atendidas as disposições da Lei 8.666/93, que estabelece normas cogentes de Direito Público.

Ainda em preliminar, ***torna-se necessário referirmos que esta Unidade está se manifestando no sentido de, à vista das circunstâncias próprias de cada processo licitatório e na avaliação prévia das implicações legais a que está submetida aquela Secretaria, dar a Assessoria pertinente, a título de orientação e assessoramento, ressaltando-se que, no caso de haver irregularidades, as mesmas serão inexoravelmente apontadas em Auditoria Própria.***

Isto posto, ratificamos a orientação de que, em havendo dúvidas sobre determinado ato ou fato administrativo, bem como sobre artigo de lei, deverá ser, a consulta, encaminhada por escrito, juntamente com parecer do órgão técnico pertinente e o respectivo processo licitatório.

Este parecer limitar-se-á a analisar a regularidade do procedimento sob a ótica jurídica, vale dizer, esta Procuradoria verificara se o processo atende ao rito administrativo previsto na Lei de Licitações, não se imiscuindo o parecerista no juízo de conveniência e oportunidade do objeto licitação, assim coma no adentrara o ato opinativo no mérito de preços e orçamento praticados no processo, par escaparem do conhecimento e da legitimidade de atuação da desta Procuradoria.

Nesse sentido a lição doutrinaria:

"O exame a ser procedido pela assessoria deve ser jurídica *stricto sensu*. Não a adequado que o assessor jurídico, no manejo de sua competência técnica especifica, pretenda aventurar-se em outras searas, expondo motivos pertinentes a expertise do objeto da licitação ou quanto conveniência e oportunidade dela, ou mesmo, quanto a critérios técnicos de composição dos custos e execução do contrato. 0 jurista só pode analisar os aspectos jurídicos do instrumento convocatório."(MOREIRA, Egonfiockman. GUIMARAES, Fernando Vernalha. 2' ed. A Lei Geral de Licitação — LGL e a

Regime Diferenciado de Contratação— RDC. sac) Paulo: Metoda, 2015. p. 262)

Este parecer tem por objetivo prevenir a produção de atos irregulares e ilegais, que possam ser questionados e ate mesmo anulados posteriormente. Ainda, a adoção dos ditames previstos na Lei n° 8.666/93 pela Prefeitura Municipal de Alto Paraguai, significa o afastamento de condições que causem prejuízos aos cofres públicos, pois permitirão a melhor contratação decorrente da mais ampla e legitima competitividade.

Trata-se de licitação da modalidade Pregão Presencial, do tipo "**Maior percentual de desconto por lote**", sob o regime de execução indireta, cujo recebimento dos envelopes de documentação e proposta ocorrerá no mesmo local em data e horário a serem definidos pelo Pregoeiro Municipal.

A razão de ser do certame é estabelecer concorrência isonômica para seleção moral da proposta mais vantajosa para a administração e erário público. O plano factual nos permite inferir que o escopo legal foi alcançado, posto que dentre as empresas interessadas no certame, selecionou-se aquela que apresentar a proposta mais vantajosa.

O procedimento da licitação deve seguir etapas e requisitos para que seja válida. A Lei 8.666/93 estabelece o rito, os atos e os requisitos necessários para todos os processos licitatórios, *ad litteram*:

Art. 38. O procedimento da licitação será iniciado com a abertura de processo administrativo, devidamente autuado, protocolado e numerado, contendo a autorização respectiva, a indicação sucinta de seu objeto e do recurso próprio para a despesa, e ao qual será. juntados oportunamente: (...)

Depreende-se que a licitação deve ser realizada em um processo administrativo, devidamente autuado, protocolado e numerado. Trata-se, logo, de um processo administrativo formal, exigência legal essa atendida no caso.

Nesse processo deve conter a autorização do agente público competente para a abertura da licitação. Deve conter, ainda, a indicação do objeto, de forma sucinta, o que consta no processo se no Termo de Referência .

Verificando se, o edital seguiu todas as cautelas recomendadas pela Lei 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93, e Decreto Municipal n. 004/2009, havendo descrição da dotação orçamentária, especificação dos objetos, requisitos para participação e previsão procedimental correta, com inversão das fases de habilitação e proposta.

Tendo em vista a obediência das clausulas e atinentes a leis que regulamenta o processo licitatório opino pelo prosseguimento regular do certame, com a conseqüente publicação do edital, dando a devida publicidade a todas as fases, devendo haver sempre disponibilidade de recursos orçamentários e a aprovação da despesa pelo setor administrativo municipal competente.

Deixo consignado no presente que deverá também, haver ampla pesquisa de mercado para evitar superfaturamento, buscando dessa forma, sempre o melhor preço para a Administração Pública.

Encaminhe o presente processo ao Controle Interno para conhecimento e manifestação.

Ressaltando ainda que para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém possa alegar ignorância, o presente Instrumento Convocatório deverá ser **PUBLICADO** conforme as determinações legais, tudo em conformidade com a Lei Federal nº 8.666/93 atualizada.

Assim, examinada a minuta referida e encartada nos presentes autos, devidamente rubricadas, entendo que guardam regularidade com o disposto na Lei n. 10.520/2002 e subsidiariamente a Lei Federal n. 8.666/93, Decreto Municipal n. 04/2009, visto que presentes as cláusulas essências, disponibilidade orçamentária, OPINO pelo PROSSEGUIMENTO do presente processo em conformidade com o artigo 38 da Lei 8666/93, sobre a minuta do edital de Licitação e a minuta da Ata de Registro de Preços, uma vez que não foram constatadas nenhuma cláusula que inviabilize a competição.

Este é o parecer, salvo melhor juízo, sem caráter vinculativo.

Alto Paraguai - MT, 11 de março de 2019.

RIUSDELAR LOPES PEREIRA

Assessora Jurídica

OAB/MT 12652

JURIDICO
PARECER JURÍDICO N. 008/2019 PROCESSO DE LICITAÇÃO PREGÃO 004/2019

PARECER JURÍDICO N. 008/2019

Processo de Licitação Pregão 004/2019

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto: ***Registro de Preço para futura e eventual aquisição de água mineral e gás, para atender as demandas das Secretarias Municipais de Alto Paraguai – MT, no valor estimado de 228.025,00 (duzentos e vinte e oito mil e vinte e cinco reais).***

Solicitante: Pregoeiro Oficial/Comissão Permanente de Licitações.

Veio a conhecimento desta Assessoria Jurídica, processo licitatório em epígrafe, para análise quanto à legalidade e verificação das demais formalidades, bem como no que tange a atuação da Comissão de Licitações, na execução das atribuições e atos realizados pela Comissão Permanente de Abertura e Julgamento de Processos Licitatórios.

Importa mencionar que vieram para análise e parecer a minuta do edital do Pregão acima mencionado, com nove anexos referentes a modelos de documentos a serem apresentados. Veio também para análise, as minutas da Ata de Registro de Preços e do Contrato. Não vieram quaisquer outros documentos, sendo de responsabilidade desta Assessora tão somente a analise das minutas supracitadas.

Da Legislação: Cabe-nos, desde já, trazer à colação a aplicação das regras constitucionais que disciplinam a matéria, invocando-se, assim, dentre outros, o artigo 37, XXI da CF/88.

Além da aplicação da Constituição Federal, adota-se a orientação das melhores práticas, implicando, igualmente, na sua absoluta adequação às normas legais, sendo que são atendidas as disposições da Lei 8.666/93, que estabelece normas cogentes de Direito Público.

Ainda em preliminar, ***torna-se necessário referirmos que esta Unidade está se manifestando no sentido de, à vista das circunstâncias próprias de cada processo licitatório e na avaliação prévia das implicações legais a que está submetida aquela Secretaria, dar a Assessoria pertinente, a título de orientação e assessoramento, ressaltando-se que, no caso de haver irregularidades, as mesmas serão inexoravelmente apontadas em Auditoria Própria.***

Isto posto, ratificamos a orientação de que, em havendo dúvidas sobre determinado ato ou fato administrativo, bem como sobre artigo de lei, deverá ser, a consulta, encaminhada por escrito, juntamente com parecer do órgão técnico pertinente e o respectivo processo licitatório.

Este parecer limitar-se-á a analisar a regularidade do procedimento sob a ótica jurídica, vale dizer, esta Procuradoria verificara se o processo atende ao rito administrativo previsto na Lei de Licitações, não se imiscuindo o parecerista no juízo de conveniência e oportunidade do objeto licitação, assim coma no adentrara o ato opinativo no mérito de preços e orçamento praticados no processo, par escaparem do conhecimento e da legitimidade de atuação da desta Procuradoria.

Nesse sentido a lição doutrinaria:

"O exame a ser procedido pela assessoria deve ser jurídica *stricto sensu*. Não a adequado que o assessor jurídico, no manejo de sua competência técnica especifica, pretenda aventurar-se em outras searas, expondo motivos pertinentes a expertise do objeto da licitação ou quanto conveniência e oportunidade dela, ou mesmo, quanto a critérios técnicos de composição dos custos e execução do contrato. 0 jurista só pode analisar os aspectos jurídicos do instrumento convocatório."(MOREIRA, Egonfiockman. GUIMARAES, Fernando Vernalha. 2' ed. A Lei Geral de Licitação — LGL e a Regime Diferenciado de Contratação— RDC. sac) Paulo: Metoda, 2015. p. 262)

Este parecer tem por objetivo prevenir a produção de atos irregulares e ilegais, que possam ser questionados e ate mesmo anulados posteriormente. Ainda, a adoção dos ditames previstos na Lei n° 8.666/93 pela Prefeitura Municipal de Alto Paraguai, significa o afastamento de condições que causem prejuízos aos cofres públicos, pois permitirão a melhor contratação decorrente da mais ampla e legitima competitividade.

Trata-se de licitação da modalidade Pregão Presencial, do tipo "**Menor Preço por Item**", sob o regime de execução indireta, cujo recebimento dos envelopes de documentação e proposta ocorrerá no mesmo local em data e horário a serem definidos pelo Pregoeiro Municipal.

A razão de ser do certame é estabelecer concorrência isonômica para seleção moral da proposta mais vantajosa para a administração e erário público. O plano factual nos permite inferir que o escopo legal foi alcançado, posto que dentre as empresas interessadas no certame, selecionou-se aquela que apresentar a proposta mais vantajosa.

O procedimento da licitação deve seguir etapas e requisitos para que seja válida. A Lei 8.666/93 estabelece o rito, os atos e os requisitos necessários para todos os processos licitatórios, *ad litteram*:

Art. 38. O procedimento da licitação será iniciado com a abertura de processo administrativo, devidamente autuado, protocolado e numerado, contendo a autorização respectiva, a indicação sucinta de seu objeto e do recurso próprio para a despesa, e ao qual será. juntados oportunamente: (...)

Depreende-se que a licitação deve ser realizada em um processo administrativo, devidamente autuado, protocolado e numerado. Trata-se, logo, de um processo administrativo formal, exigência legal essa atendida no caso.

Nesse processo deve conter a autorização do agente público competente para a abertura da licitação. Deve conter, ainda, a indicação do objeto, de forma sucinta, o que consta no processo se no Termo de Referência .

Verificando se, o edital seguiu todas as cautelas recomendadas pela Lei 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93, e Decreto Municipal n. 004/2009, havendo descrição da dotação orçamentária, especificação dos objetos, requisitos para participação e previsão procedimental correta, com inversão das fases de habilitação e proposta.

Tendo em vista a obediência das clausulas e atinentes a leis que regulamenta o processo licitatório opino pelo prosseguimento regular do certame, com a conseqüente publicação do edital, dando a devida publicidade a todas as fases, devendo haver sempre disponibilidade de recursos orçamentários e a aprovação da despesa pelo setor administrativo municipal competente.

Deixo consignado no presente que deverá também, haver ampla pesquisa de mercado para evitar superfaturamento, buscando dessa forma, sempre o melhor preço para a Administração Pública.

Encaminhe o presente processo ao Controle Interno para conhecimento e manifestação.

Ressaltando ainda que para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém possa alegar ignorância, o presente Instrumento Convocatório deverá ser **PUBLICADO** conforme as determinações legais, tudo em conformidade com a Lei Federal nº 8.666/93 atualizada.

Assim, examinada a minuta referida e encartada nos presentes autos, devidamente rubricadas, entendo que guardam regularidade com o disposto na Lei n. 10.520/2002 e subsidiariamente a Lei Federal n. 8.666/93, Decreto Municipal n. 04/2009, visto que presentes as cláusulas essências, disponibilidade orçamentária, OPINO pelo PROSSEGUIMENTO do presente processo em conformidade com o artigo 38 da Lei 8666/93, sobre a minuta do edital de Licitação e a minuta da Ata de Registro de Preços, uma vez que não foram constatadas nenhuma cláusula que inviabilize a competição.

Este é o parecer, salvo melhor juízo, sem caráter vinculativo.

Alto Paraguai - MT, 11 de março de 2019.

RIUSDELAR LOPES PEREIRA

Assessora Jurídica

OAB/MT 12652

LICITIÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGAO PRESENCIAL N. 002/2019

O Município de Alto Paraguai - MT, por meio do Pregoeiro Oficial nomeado pela **Portaria n. 322/2018**, torna público, para conhecimento dos interessados, fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO** na forma **PRESENCIAL**, do tipo **MENOR PREÇO**, tendo como critério de julgamento o **MENOR PREÇO POR ITEM,** cujo objeto é **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE TONERS PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI-MT.**A abertura dos envelopes se dará em sessão pública do **dia 25 de MARÇO de 2019, às 09h00min** (fuso horário local). O Edital completo está à disposição dos interessados, na Prefeitura Municipal de Alto Paraguai – Setor de Licitação, nos dias úteis das 07h00min às 13h00min, sito à Rua Presidente Médici, 470, Bairro Planalto, Alto Paraguai - MT, e também gratuitamente no site: www.altoparaguai.mt.gov.br.

Alto Paraguai - MT, 11 de Março de 2019.

YHURI RAYAN ARRUDA DE ALMEIDA

Pregoeiro Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PLANILHA DE AVALIAÇÃO DE PEDRA RACHÃO

PREFEITURA DE ALTO TAQUARI
Gestão em Ação

PLANILHA DE AVALIAÇÃO

MUNICIPIO : ALTO TAQUARI - MT
OBJETO: DESAPROPRIAÇÃO RACHÃO
ENDEREÇO: ALTO TAQUARI - MT

FONTE: TABELA SINAPI JANEIRO /2019 (SEM desoneração)

ITEM	FONTE DE PREÇOS	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNID	QTDE	P.UNIT (S/BDI)	VALOR TOTAL
			VALORES COMPARATIVOS DE RACHÃO				
1	**RACHÃO**						
	SINAPI	4730	PEDRA DE MAO OU PEDRA RACHAO PARA ARRIMO/FUNDACAO (POSTO PEDREIRA/FORNECEDOR, SEM FRETE)	M³	60.000,00	R$ 69,31	R$ 4.158.600,00
	LICITAÇÃO 2018	CONTRATO 028/2018	PEDRA RACHÃO COM FRETE ENTREGUE NA CIDADE	M³	60.000,00	R$ 31,90	R$ 1.914.000,00
	LICITAÇÃO 2019	ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 002/2019	PEDRA RACHÃO COM FRETE ENTREGUE NA CIDADE	M³	60.000,00	R$ 35,00	R$ 2.100.000,00
			VALOR AVALIADO DO MATERIAL				
			RACHÃO	M³	60.000,00	R$ 11,66	R$ 699.600,00

OBS.: Foi considerado para fins de avaliação, a estimativa em cima do valor mais atualizado licitado de R$ 35,00/m³ com o frete. Para se chegar ao valor de R$ 11,66 foi considerado 1/3 de frete, 1/3 de lucro e 1/3 de custo do material.

1 / 1

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 040/2019

DECRETO Nº 040/2019

"Dispõe sobre a nomeação no Cargo em Comissão de **Diretora do Departamento de Tributação** e dá outras providencias. "

DECRETA:

Artigo 1º. Fica nomeada para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de **Diretora do Departamento de Tributação**, código CC- 24.300, aSenhora**KELLY CRISTINA KOCH**, CPF/MF – 000.073.761-54, nos termos da Lei Municipal n° 390/2004.

Artigo 2º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º. - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Taquari/MT, em 11 de março de 2019.

Fabio Mauri Garbugio

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 012/2018 – AVISO DE RESULTADO FINAL

A Prefeitura Municipal de Alto Taquari, através da CPL, no uso de suas atribuições legais, regido pela portaria n° 347/2018 de 05/10/2018, torna público aos interessados que a TOMADA DE PREÇOS N° 012/2018, cujo certame se deu início às 07h30min, no dia 07/01/2019, sagrou-se vencedor o proponente **QUAXE CONSTRUTORA LTDA,** CNPJ: 02.837.996/0001-10,com valor total de **R$ 419.771,29 (Quatrocentos e dezenove mil, setecentos e setenta e um reais e vinte e nove centavos)** com certame homologado em 11/03/2019. Maiores informações pelo fone (66) 3496-1448. Alto Taquari – MT, 11 de março 2019. Cacilda Ferreira dos Santos - Presidente da CPL.

NOTIFICAÇÃO Nº 009/2019

Assunto: COMPARECIMENTO AO CRAS – CENTRO DE REFERENCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ALTO TAQUARI PARA NÃO PERDER A CASA PRÓPRIA

Ref.: Descumprimento de Cláusula Contratual – PMCMV – Faixa 1 – Recursos FAR

Imóvel: Rua IV n, 410 Quadra 10 – Lote 14 - Bairro Morada da Praia.

Senhora Beneficiária: ANGELA APARECIDA SOARES – CPF 570.613. 191-00

1 Verificamos indícios de irregularidade na situação do imóvel acima identificado, conforme a seguir: MUDANÇA DE MUNICIPIO E IMÓVEL CEDIDO A TERCEIROS.

1.1 O objetivo do Governo Federal no PMCMV é de realizar o sonho da moradia própria dos brasileiros inclusive com aplicação de recursos públicos, para possibilitar a aquisição de imóveis pelas famílias com renda até de R$ 1.800,00.

1.2 Por essa razão, o indício da irregularidade acima descrito fere o dispositivo contratual, conforme cláusula assinado no ato do recebimento do

imóvel, onde está previsto a proibição do imóvel adquirido, não podendo aluga-lo ou cedê-lo.

2 Assim cabe à senhora beneficiária comparecer, em até 20 dias (a contar da data da publicação), no CRAS – Centro de Referência de Assistência Social, localizado no endereço sito à Rua dos Pioneiros, 200, Bairro 13 Pontos, no horário das 7:00 às 13:00 para comprovar a regularidade da situação do imóvel financiado com a apresentação da Declaração de Moradia disponível na Agência da Caixa para assinatura ou outro documento conforme irregularidade/descumprimento contratual.

3 Não ficando comprovada a regularidade da situação do contrato / imóvel, no prazo acima estabelecido serão adotadas, pela CAIXA, as providências previstas no contrato, dentre elas a retomada do imóvel e destinação para outra família inscrita no Programa Minha Casa Minha Vida.

NOTIFICAÇÃO Nº 006/2019

Assunto: COMPARECIMENTO AO CRAS – CENTRO DE REFERENCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ALTO TAQUARI PARA NÃO PERDER A CASA PRÓPRIA

Ref.: Descumprimento de Cláusula Contratual – PMCMV – Faixa 1 – Recursos FAR

Imóvel: Rua IV n, 76 Quadra 11 – Lote 06 - Bairro Morada da Praia.

Senhora Beneficiária: DÉBORA LIMA DOS SANTOS – CPF 058.944. 691-63

1 Verificamos indícios de irregularidade na situação do imóvel acima identificado, conforme a seguir: MUDANÇA DE MUNICIPIO E IMÓVEL FECHADO.

1.1 O objetivo do Governo Federal no PMCMV é de realizar o sonho da moradia própria dos brasileiros inclusive com aplicação de recursos públicos, para possibilitar a aquisição de imóveis pelas famílias com renda até de R$ 1.800,00.

1.2 Por essa razão, o indício da irregularidade acima descrito fere o dispositivo contratual, conforme cláusula assinado no ato do recebimento do imóvel, onde está previsto a proibição do imóvel adquirido, não podendo aluga-lo ou cedê-lo.

2 Assim cabe à senhora beneficiária comparecer, em até 20 dias (a contar da data da publicação), no CRAS – Centro de Referência de Assistência Social, localizado no endereço sito à Rua dos Pioneiros, 200, Bairro 13 Pontos, no horário das 07h00min às 13h00min para comprovar a regularidade da situação do imóvel financiado com a apresentação da Declaração de Moradia disponível na Agência da Caixa para assinatura ou outro documento conforme irregularidade/descumprimento contratual.

3 Não ficando comprovada a regularidade da situação do contrato / imóvel, no prazo acima estabelecido serão adotadas, pela CAIXA, as providências previstas no contrato, dentre elas a retomada do imóvel e destinação para outra família inscrita no Programa Minha Casa Minha Vida.

NOTIFICAÇÃO Nº 005/2019

Assunto: COMPARECIMENTO AO CRAS – CENTRO DE REFERENCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ALTO TAQUARI PARA NÃO PERDER A CASA PRÓPRIA

Ref.: Descumprimento de Cláusula Contratual – PMCMV – Faixa 1 – Recursos FAR

Imóvel: Rua I n, 376 Quadra 02 – Lote 12 - Bairro Morada da Praia

Senhora Beneficiária: JOELMA ALVES DE ALMEIDA – CPF 026.250. 681-59

1 Verificamos indícios de irregularidade na situação do imóvel acima identificado, conforme a seguir: MUDANÇA DE MUNICIPIO E IMÓVEL CEDIDO A TERCEIROS.

1.1 O objetivo do Governo Federal no PMCMV é de realizar o sonho da moradia própria dos brasileiros inclusive com aplicação de recursos públicos, para possibilitar a aquisição de imóveis pelas famílias com renda até de R$ 1.800,00.

1.2 Por essa razão, o indício da irregularidade acima descrito fere o dispositivo contratual, conforme cláusula assinado no ato do recebimento do imóvel, onde está previsto a proibição do imóvel adquirido, não podendo aluga-lo ou cedê-lo.

2 Assim, cabe a senhora beneficiária comparecer, em até 20 dias (a contar da data da publicação), no CRAS – Centro de Referência de Assistência Social, localizado no endereço sito à Rua dos Pioneiros, 200, Bairro 13 Pontos, no horário das 7:00 às 13:00 para comprovar a regularidade da situação do imóvel financiado com a apresentação da Declaração de Moradia disponível na Agência da Caixa para assinatura ou outro documento conforme irregularidade/descumprimento contratual.

3 Não ficando comprovada a regularidade da situação do contrato / imóvel, no prazo acima estabelecido serão adotadas, pela CAIXA, as providências previstas no contrato, dentre elas a retomada do imóvel e destinação para outra família inscrita no Programa Minha Casa Minha Vida.

NOTIFICAÇÃO Nº 011/2019

Assunto: COMPARECIMENTO AO CRAS – CENTRO DE REFERENCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ALTO TAQUARI PARA NÃO PERDER A CASA PRÓPRIA

Ref.: Descumprimento de Cláusula Contratual – PMCMV – Faixa 1 – Recursos FAR

Imóvel: Rua III n, 319 Quadra 05 – Lote 26 - Bairro Morada da Praia.

Senhora Beneficiária: MARIA QUITÉRIA DOS SANTOS NASCIMENTO – CPF 109.210.584-03

1 Verificamos indícios de irregularidade na situação do imóvel acima identificado, conforme a seguir: MUDANÇA DE MUNICIPIO E IMÓVEL FECHADO.

1.1 O objetivo do Governo Federal no PMCMV é de realizar o sonho da moradia própria dos brasileiros inclusive com aplicação de recursos públicos, para possibilitar a aquisição de imóveis pelas famílias com renda até de R$ 1.800,00.

1.2 Por essa razão, o indício da irregularidade acima descrito fere o dispositivo contratual, conforme cláusula assinado no ato do recebimento do imóvel, onde está previsto a proibição do imóvel adquirido, não podendo aluga-lo ou cedê-lo.

2 Assim cabe à senhora beneficiária comparecer, em até 20 dias (a contar da data da publicação), no CRAS – Centro de Referência de Assistência Social, localizado no endereço sito à Rua dos Pioneiros, 200, Bairro 13 Pontos, no horário das 07h00min às 13h00min para comprovar a regularidade da situação do imóvel financiado com a apresentação da Declaração de Moradia disponível na Agência da Caixa para assinatura ou outro documento conforme irregularidade/descumprimento contratual.

3 Não ficando comprovada a regularidade da situação do contrato / imóvel, no prazo acima estabelecido serão adotadas, pela CAIXA, as providências previstas no contrato, dentre elas a retomada do imóvel e destinação para outra família inscrita no Programa Minha Casa Minha Vida.

NOTIFICAÇÃO Nº 007/2019

Assunto: COMPARECIMENTO AO CRAS – CENTRO DE REFERENCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ALTO TAQUARI PARA NÃO PERDER A CASA PRÓPRIA

Ref.: Descumprimento de Cláusula Contratual – PMCMV – Faixa 1 – Recursos FAR

Imóvel: Rua III n, 44 Quadra 07 – Lote 03 - Bairro Morada da Praia.

Senhora Beneficiária: NADJA BISPO DE ALCANTARA – CPF 044.590. 554-90

1 Verificamos indícios de irregularidade na situação do imóvel acima identificado, conforme a seguir: MUDANÇA DE MUNICIPIO E IMÓVEL ALUGADO A TERCEIROS.

1.1 O objetivo do Governo Federal no PMCMV é de realizar o sonho da moradia própria dos brasileiros inclusive com aplicação de recursos públicos, para possibilitar a aquisição de imóveis pelas famílias com renda até de R$ 1.800,00.

1.2 Por essa razão, o indício da irregularidade acima descrito fere o dispositivo contratual, conforme cláusula assinado no ato do recebimento do imóvel, onde está previsto a proibição do imóvel adquirido, não podendo aluga-lo ou cedê-lo.

2 Assim cabe à senhora beneficiária comparecer, em até 20 dias (a contar da data da publicação), no CRAS – Centro de Referência de Assistência Social, localizado no endereço sito à Rua dos Pioneiros, 200, Bairro 13 Pontos, no horário das 7:00 às 13:00 para comprovar a regularidade da situação do imóvel financiado com a apresentação da Declaração de Moradia disponível na Agência da Caixa para assinatura ou outro documento conforme irregularidade/descumprimento contratual.

3 Não ficando comprovada a regularidade da situação do contrato / imóvel, no prazo acima estabelecido serão adotadas, pela CAIXA, as providências previstas no contrato, dentre elas a retomada do imóvel e destinação para outra família inscrita no Programa Minha Casa Minha Vida.

NOTIFICAÇÃO Nº 008/2019

Assunto: COMPARECIMENTO AO CRAS – CENTRO DE REFERENCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ALTO TAQUARI PARA NÃO PERDER A CASA PRÓPRIA

Ref.: Descumprimento de Cláusula Contratual – PMCMV – Faixa 1 – Recursos FAR

Imóvel: Rua III n, 139 Quadra 06 – Lote 26 - Bairro Morada da Praia.

Senhora Beneficiária: RIVIA DAMIANA DA SILVA COSTA – CPF 080.543. 754-17

1 Verificamos indícios de irregularidade na situação do imóvel acima identificado, conforme a seguir: MUDANÇA DE MUNICIPIO E IMÓVEL ALUGADO A TERCEIROS.

1.1 O objetivo do Governo Federal no PMCMV é de realizar o sonho da moradia própria dos brasileiros inclusive com aplicação de recursos públicos, para possibilitar a aquisição de imóveis pelas famílias com renda até de R$ 1.800,00.

1.2 Por essa razão, o indício da irregularidade acima descrito fere o dispositivo contratual, conforme cláusula assinado no ato do recebimento do imóvel, onde está previsto a proibição do imóvel adquirido, não podendo aluga-lo ou cedê-lo.

2 Assim cabe à senhora beneficiária comparecer, em até 20 dias (a contar da data da publicação), no CRAS – Centro de Referência de Assistência Social, localizado no endereço sito à Rua dos Pioneiros, 200, Bairro 13 Pontos, no horário das 7:00 às 13:00 para comprovar a regularidade da situação do imóvel financiado com a apresentação da Declaração de Moradia disponível na Agência da Caixa para assinatura ou outro documento conforme irregularidade/descumprimento contratual.

3 Não ficando comprovada a regularidade da situação do contrato / imóvel, no prazo acima estabelecido serão adotadas, pela CAIXA, as providências previstas no contrato, dentre elas a retomada do imóvel e destinação para outra família inscrita no Programa Minha Casa Minha Vida.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2019 – EDITAL RESUMIDO

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CLÍNICA ESPECIALIZADA NO TRATAMENTO DE DEPENDÊNCIA QUÍMICA COM INTERNAÇÕES COMPULSÓRIAS E VOLUNTÁRIAS, de acordo com anexo I. Abertura às **07h30min (Horário de Mato Grosso)** do dia **28/03/2019.** O edital e seus anexos poderão ser adquiridos na Sede da Prefeitura em horário de funcionamento através da Pregoeira, pelo site www.altotaquari.mt.gov.br/licitacoes ou ainda pelos fones (66) 3496-1448. Alto Taquari – MT, 11 de março de 2019. Cacilda Ferreira dos Santos – **Pregoeira.**

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2019 – EDITAL RESUMIDO

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM "CASA DE APOIO", EXCLUSIVAMENTE COM SEDE NA CAPITAL DO ESTADO, CUIABÁ – MT, de acordo com anexo I. Abertura às **07h30min (Horário de Mato Grosso)** do dia **27/03/2019.** O edital e seus anexos poderão ser adquiridos na Sede da Prefeitura em horário de funcionamento através da Pregoeira, pelo site www.altotaquari.mt.gov.br/licitacoes ou ainda pelos fones (66) 3496-1448. Alto Taquari – MT, 11 de março de 2019. Cacilda Ferreira dos Santos – **Pregoeira.**

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2019 – EDITAL RESUMIDO

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA VISANDO A CONTINUIDADE NO FORNECIMENTO DE MEDICAMENTO DE ALTO CUSTO, EM ATENDIMENTO A MANDATO JUDICIAL, de acordo com anexo I. Abertura às **13h30min (Horário de Mato Grosso)** do dia **27/03/2019.** O edital e seus anexos poderão ser adquiridos na Sede da Prefeitura em horário de funcionamento através da Pregoeira, pelo site www.altotaquari.mt.gov.br/licitacoes ou ainda pelos fones (66) 3496-1448. Alto Taquari – MT, 11 de março de 2019. Cacilda Ferreira dos Santos – **Pregoeira.**

NOTIFICAÇÃO Nº 004/2019

Alto Taquari, 08 de março de 2019.

Assunto: COMPARECIMENTO AO CRAS – CENTRO DE REFERENCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ALTO TAQUARI PARA NÃO PERDER A CASA PRÓPRIA

Ref.: Descumprimento de Cláusula Contratual – PMCMV – Faixa 1 – Recursos FAR

Imóvel: Rua IV n, 210 Quadra 11 – Lote: Bairro Morada da Praia

Senhora Beneficiária: SUELEN CRISTINA COSTA MENDONÇA

1 Verificamos indícios de irregularidade na situação do imóvel acima identificado, conforme a seguir: ABANDONO DO IMÓVEL, CONTATADO POR PERÍODO SUPERIOR A 12 MESES.

1.1 O objetivo do Governo Federal no PMCMV é de realizar o sonho da moradia própria dos brasileiros inclusive com aplicação de recursos públi-

cos, para possibilitar a aquisição de imóveis pelas famílias com renda até de R$ 1.800,00.

1.2 Por essa razão, o indício da irregularidade acima descrito fere o dispositivo contratual, conforme cláusula assinado no ato do recebimento do imóvel.

2 Assim, cabe a senhora beneficiária comparecer, em até 20 dias (a contar da data da publicação), no CRAS – Centro de Referência de Assistência Social, localizado no endereço sito à Rua dos Pioneiros, 200, Bairro 13 Pontos, no horário das 7:00 às 13:00 para comprovar a regularidade da situação do imóvel financiado com a apresentação da Declaração de Moradia disponível na Agência da Caixa para assinatura ou outro documento conforme irregularidade/descumprimento contratual.

3 Não ficando comprovada a regularidade da situação do contrato / imóvel, no prazo acima estabelecido serão adotadas, pela CAIXA, as providências previstas no contrato, dentre elas a retomada do imóvel e destinação para outra família inscrita no Programa Minha Casa Minha Vida.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 004/2019 - RATIFICAÇÃO DE JUSTIFICATIVA

O Prefeito Municipal, Sr. Fábio Mauri Garbugio, tendo em vista a justificativa apresentada pela Assessoria Jurídica do Município, sobre a contratação direta, com inexigibilidade de licitação, fulcrada no *caput,* art. 25 da Lei 8.666/93, cujo objeto trata da CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE GESTÃO E GERENCAMENTO DE FROTAS POR SISTEMA DE GESTÃO AUTOMOTIVA, O QUAL REUNA DIVERSOS MÓDULOS OPERACIONAIS CAPAZES DE PRESTAR SERVIÇOS DE CONTROLE E INTERMEDIAÇÃO DE CONSUMO DE COMBUSTIVEL, MONITORAMENTO E LOCALIZAÇÃO VIA SATÉLITE, FISCALIZAÇÃO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE FROTAS COM GERENCIAMENTO DE FORNECIMENTO DE PEÇAS E SERVIÇOS POR INTERMEDIAÇÃO EM REDE CREDENCIADA, ACOMPANHAMENTO E REGULAÇÃO DE CONTRATOS COM EMISSÃO DE RELATÓRIOS BEM COMO GERAÇÃO DE TABELAS PARA PRESTAÇÃO DE CONTAS AOS ÓRGÃOS DE CONTROLE**,** com a empresa **SAGA COMÉRCIO E SERVIÇO TECNOLOGIA E INFORMÁTICA LTDA**, CNPJ: 05.870.713/0001-20**.** Resolve, RATIFICAR a justificativa apresentada, e ordenar sua publicação em cumprimento ao disposto no art. 26 do supracitado diploma legal. Alto Taquari - MT, 11 de março de 2019. **Fabio Mauri Garbugio -** Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 108/2019

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE FÉRIAS REGULAMENTARES NO MÊS DE MARÇO/2019 À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são concedidas por Lei...

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder Férias Regulamentares à Servidora:

Nome: (1599) ANTONIA DE JESUS

Cargo Comissionado: (363) Conselheira Tutelar

Lotação: Secretaria Municipal de Assistência Social

Período Aquisitivo: 10/01/2018 à 09/01/2019.

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação ou afixação nos lugares de costumes, revogadas as disposições em contrário.

Apiacás-MT. 11 de Março 2019.

ADALTO JOSÉ ZAGO

-Prefeito Municipal-

PREFEITURA MUNICIPAL /ADMINISTRAÇÃO
RESOLUÇÃO Nº. 02/2019/CMDCA

O Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA de Apiacás-MT, no uso de suas atribuições estabelecidas respectivamente, na Lei Federal nº. 8.742, de 12 de Outubro de 1991 e Lei Federal nº 8. 069, e a Lei Federal nº. 8069 de 13 de junho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente.

Resolve:

Art. 1º - Aprova , as passagens e as diárias para participação de uma capacitação para a escolha unificada de Conselheiros Tutelares.

Art 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação ,revogadas as disposições em contrário.

Apiacás-MT, 27 de Fevereiro de 2019.

Derli Fernanda Botega

Presidente do CMDCA

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 010/2019.

ADALTO JOSÉ ZAGO, PREFEITO MUNICIPAL DE APIACÁS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o que determina o art. 37, item II da Constituição Federal, e o disposto no art. 25 da Lei Municipal nº. 010/2008.

C O N V O C A

Os abaixo relacionados, aprovados no **Processo Seletivo Simplificado nº 002/2018** realizado no dia 02 de Dezembro de 2018, que deverão comparecer no prazo de 30 (trinta) dias, a contar desta data, na Prefeitura Municipal de Apiacás, no horário de 8h às 12h, para assumirem suas funções, na conformidade da Lei, apresentando a seguinte documentação: **1**- Diploma do Curso relativo ao cargo (original e 01 cópia); **2** – Registro no Conselho Profissional relativo ao cargo (original e 01 cópia); **3** – Certidão negativa da justiça (cível e criminal); **4** – 01 foto 3x4 recente; **5** – Título eleitoral (original e 01 cópia); **6** – Certidão de nascimento ou casamento (original e 01 cópia); **7** – CPF Cônjuge – se casado (a) (original e 01 cópia); **8** – Certidão de nascimento dos filhos (original e 01 cópia); **9** – CPF Filhos (original e 01 cópia); **10** - Certificado de reservista (original e 01 cópia) – se masculino; **11** – CPF e RG (original e 01 cópia); **12** – PIS ou PASEP (original e 01 cópia); **13** – Declaração de que não foi demitido com justa causa e a bem do serviço público, no período de 05 anos, nas esferas federal, estadual e municipal; **14** – Declaração de Bens; **15** – Declaração de não acumulo de cargos públicos; **16** – Conta Bancária; **17** – CTPS (original e 01 cópia); **18** – ASO (Atestado de Saúde Ocupacional); **19** – Comprovação de que está quite com as obrigações eleitorais; **20** – Comprovante de Residência.

O não comparecimento do (a) interessado (a) no prazo de 30 (trinta) dias, a partir desta data, e a apresentação da documentação prevista acima, implicará no reconhecimento da **DESISTÊNCIA E RENÚNCIA** quanto ao preenchimento do cargo para o qual foi aprovado (a), reservando-se à Administração o direito de convocar outro candidato.

CARGO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

INSCRIÇÃO	NOME	CLASSIFICAÇÃO
046	Suzana Buffon de Lima	6º

GABINETE DO PREFEITO - Em 12 de Março de 2019.

Adalto José Zago

-PREFEITO MUNICIPAL-

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO 078/2018

CONTRATANTE - PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS.

CONTRATADO- GESTÃO E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA

CONTRATO N° 078/2018

OBJETO – AUMENTO DO QUANTITATIVO.

Aumentar conforme os serviços abaixo

Recadastramento das principais informações no ato da leitura.

- Atualização de informações de impacto direto no valor cobrado nas contas, permitindo sempre uma cobrança justa e adequada, reduzindo as perdas de arrecadação provocada por cadastro desatualizado.

- atualização constante do cadastro.

- Captura de fotos de hidrômetro no ato da leitura para comprovação de leitura correta para o caso de consumidores com dúvidas.

- Captura de fotos no ato da leitura para a prova de adulteração de hidrômetro.

- Captura de fotos de fachada no ato da leitura para comprovação de mudança da situação do imóvel.

- Possibilidade de impressão da foto na fatura.

- Possibilidade de impressão de documento (a parte) de comunicado de débitos em atraso com código de barras para pagamento das contas em atraso por este documento.

- Possibilidade de impressão de documento(a parte) de comunicado de consumo alterado.

VALOR GLOBAL - R$ 1.340,00 (um mil trezentos e quarenta reais).

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA

DEPERTAMENTO PESSOAL
EXTRATO DO CONTRATO DE TRABALHO 28/2019

EXTRATO DO CONTRATO DE TRABALHO

EMPREGADOR: Prefeitura Municipal de Araguaiana-Mt

EMPREGADO: ROSANGELA SANTOS DA SILVA

CARGO: PROFESSORA DE CIÊNCIAS

N° CTR: 28/2019

DATA EMISSÃO: 04/02/2019

DATA VENCIMENTO: 20/12/2019

REMUNERAÇÃO MENSAL: R$ 2281,08

DEPERTAMENTO PESSOAL
EXTRATO DO CONTRATO DE TRABALHO 27/2019

EXTRATO DO CONTRATO DE TRABALHO

EMPREGADOR: Prefeitura Municipal de Araguaiana-Mt

EMPREGADO: YANDRA MELLO MARTINS

CARGO: LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

N° CTR: 27/2019

DATA EMISSÃO: 04/02/2019

DATA VENCIMENTO: 20/12/2019

REMUNERAÇÃO MENSAL: R$ 2281,08

DEPERTAMENTO PESSOAL
EXTRATO DO CONTRATO DE TRABALHO 26/2019

EXTRATO DO CONTRATO DE TRABALHO

EMPREGADOR: Prefeitura Municipal de Araguaiana-Mt

EMPREGADO: DIVA DUARTE BISPO DOS SANTOS

CARGO: LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

N° CTR: 26/2019

DATA EMISSÃO: 04/02/2019

DATA VENCIMENTO: 20/12/2019

REMUNERAÇÃO MENSAL: R$ 2281,08

DEPERTAMENTO PESSOAL
EXTRATO DO CONTRATO DE TRABALHO 25/2019

EXTRATO DO CONTRATO DE TRABALHO

EMPREGADOR: Prefeitura Municipal de Araguaiana-Mt

EMPREGADO: FERNANDA PEREIRA PROCOPIO

CARGO: PROFESSORA DE MATEMATICA

N° CTR: 25/2019

DATA EMISSÃO: 04/02/2019

DATA VENCIMENTO: 20/12/2019

REMUNERAÇÃO MENSAL: R$ 2281,08

DEPERTAMENTO PESSOAL
EXTRATO DO CONTRATO DE TRABALHO 20/2019

EXTRATO DO CONTRATO DE TRABALHO

EMPREGADOR: Prefeitura Municipal de Araguaiana-Mt

EMPREGADO: ALIANE PEREIRA AQUINO

CARGO: PROFESSORA DE HISTÓRIA

N° CTR: 20/2019

DATA EMISSÃO: 04/02/2019

DATA VENCIMENTO: 20/12/2019

REMUNERAÇÃO MENSAL: R$ 2281,08

DEPERTAMENTO PESSOAL
PORTARIA N.º 43/2019

PORTARIA N.º 43/2019

"Dispõe sobre a averbação de tempo de contribuição do ***Sr. José Marques da Silva"***

O Senhor Getúlio Dutra Vieira Neto, Prefeito Municipal de Araguaiana, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais e em conformidade com o artigo 77, inciso VI da Lei Orgânica do Município

Resolve:

Art. 1º Determina averbar o tempo de contribuição considerado e confirmado em 8.240 (oito mil, duzentos e quarenta) dias, correspondentes á 22 (vinte e dois) anos, 07 (sete) meses e 00 (zero) dias, conforme CERTIDÃO DE TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO emitida pelo Instituto Nacional Do Seguro Social – INSS de protocolo nº 10001010.1.00131/17-7 e parecer jurídico expedido pela Procuradoria Jurídica Municipal.

Art.2º À Secretaria Municipal de Administração compete acompanhar e fazer cumprir o disposto nesta Portaria;

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Araguaiana/MT, 27 de Fevereiro de 2019.

Getulio Dutra Vieira Neto

Prefeito Municipal

DEPERTAMENTO PESSOAL
EXTRATO DO CONTRATO DE TRABALHO 17/2019

EXTRATO DO CONTRATO DE TRABALHO

EMPREGADOR: Prefeitura Municipal de Araguaiana-Mt

EMPREGADO: BRENDA CAROLINA REZENDE LIMA

CARGO: LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

N° CTR: 17/2019

DATA EMISSÃO: 04/02/2019

DATA VENCIMENTO: 30/04/2019

REMUNERAÇÃO MENSAL: R$ 2281,08

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇAÕ - TRIBUTOS
AUTO DE INFRAÇÃO Nº 66/2019

AUTO DE INFRAÇÃO Nº 66/2019

AUTUADO

Nome/R. Social: **CLEUDMAR FURTADO DA SILVA**

CNPJ/CPF: **828.630.401-20**

IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL

Quadra: **12** Lote: **09**

Endereço**: Rua Oridia Pimeta de Carvalho, 411** Bairro**: Loteamento Carvalho** – Araputanga/MT

LEI MUNICIPAL Nº 1.330/2018

Institui o novo código de limpeza urbana do município de araputanga/mt, revoga as leis municipais nº 1.104 e 1.129/2014 e dá outras providências.

Art. 6º - É de responsabilidade dos proprietários ou possuidores a qualquer título de terrenos edificados ou não, independentemente de haver habitação ou baldios, mantê-los limpos, drenados e livres de entulhos.

Parágrafo Único: Consideram-se terrenos limpos para efeitos desta Lei, aqueles cuja vegetação imprópria não ultrapasse a 20 (vinte) centímetros, considerando qualquer ponto dos terrenos e que não possuam entulhos ou materiais inservíveis.

Parágrafo Único - Caso haja descumprimento do disposto neste artigo, o proprietário estará sujeito às sanções previstas nesta lei.

Fica V. Senhoria **Notificada (a) a proceder com a devida Limpeza do(s) terreno(s) acima identificado(s) no prazo de 10 (Dez) dias, a contar do recebimento deste, conforme p**revisto na presente Lei. Ficando obrigado (a) a comunicar ao Setor de Tributos Municipais após tomar as providências exigidas, para que seja efetuada nova vistoria no local e atestar a execução do serviço.

O não cumprimento deste implicará em Multa de **05 (cinco) a 10 (dez) UPF-M** (Unidade Padrão Fiscal do Município de Araputanga/MT) para cada lote, nos termos da referida lei.

Araputanga 11 Março de 2019

Dulcineia Xavier de Lima

Fiscal de Obras e Posturas

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇAÕ - TRIBUTOS
AUTO DE INFRAÇÃO Nº 70/2019

AUTO DE INFRAÇÃO Nº 70/2019

AUTUADO

Nome/R. Social: **JOSE AMARILDO CAETANO**

CNPJ/CPF: **791.999.501-97**

IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL

Quadra: **11** Lote: **14**

Endereço**: Rua 12 Outubro, 315** Bairro**: Loteamento Carvalho** – Araputanga/MT

ENDEREÇO CORRESPONDENCIA

Endereço**: Rua Sebastião Fernandes de Oliveira, 1180** Bairro**: Centro** – Araputanga/MT

LEI MUNICIPAL Nº 1.330/2018

Institui o novo código de limpeza urbana do município de araputanga/mt, revoga as leis municipais nº 1.104 e 1.129/2014 e dá outras providências.

Art. 6º - É de responsabilidade dos proprietários ou possuidores a qualquer título de terrenos edificados ou não, independentemente de haver habitação ou baldios, mantê-los limpos, drenados e livres de entulhos.

Parágrafo Único: Consideram-se terrenos limpos para efeitos desta Lei, aqueles cuja vegetação imprópria não ultrapasse a 20 (vinte) centímetros, considerando qualquer ponto dos terrenos e que não possuam entulhos ou materiais inservíveis.

Parágrafo Único - Caso haja descumprimento do disposto neste artigo, o proprietário estará sujeito às sanções previstas nesta lei.

Fica V. Senhoria **Notificada (a) a proceder com a devida Limpeza do(s) terreno(s) acima identificado(s) no prazo de 10 (Dez) dias, a contar do recebimento deste, conforme p**revisto na presente Lei. Ficando obrigado (a) a comunicar ao Setor de Tributos Municipais após tomar as providências exigidas, para que seja efetuada nova vistoria no local e atestar a execução do serviço.

O não cumprimento deste implicará em Multa de **05 (cinco) a 10 (dez) UPF-M** (Unidade Padrão Fiscal do Município de Araputanga/MT) para cada lote, nos termos da referida lei.

Araputanga 11 de Março de 2019

Dulcineia Xavier de Lima

Fiscal de Obras e Posturas

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇAÕ - TRIBUTOS
AUTO DE INFRAÇÃO Nº 12/2019

AUTO DE INFRAÇÃO Nº 12/2019

AUTUADO

Nome/R. Social: **OSMAR ALVES DA SILVA**

CNPJ/CPF**: 631.177.031-87**

IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL

Quadra: **32** Lote: **09**

Endereço: **AV. camélias** Bairro**: Residencial Furlan nº 839 – Araputanga/MT**

ENDEREÇO DO PROPRIETARIO

Quadra: Lote:

Endereço:_Rua Sebastião Fernandes de Oliveiras 169 - São Francisco , Sebastião Fernandes de Oliveiras 217 - São Francisco , Sebastião Fer-

nandes de Oliveiras 229 - São Francisco, Artur Francisco Xavier 149,São Francisco Fone: 96346290 _ Araputanga/MT

LEI MUNICIPAL Nº 1.330/2018

Institui o novo código de limpeza urbana do município de araputanga/mt, revoga as leis municipais nº 1.104 e 1.129/2014 e dá outras providências.

Art. 6º - É de responsabilidade dos proprietários ou possuidores a qualquer título de terrenos edificados ou não, independentemente de haver habitação ou baldios, mantê-los limpos, drenados e livres de entulhos.

Parágrafo Único: Consideram-se terrenos limpos para efeitos desta Lei, aqueles cuja vegetação imprópria não ultrapasse a 20 (vinte) centímetros, considerando qualquer ponto dos terrenos e que não possuam entulhos ou materiais inservíveis.

Parágrafo Único - Caso haja descumprimento do disposto neste artigo, o proprietário estará sujeito às sanções previstas nesta lei.

Fica V. Senhoria **Notificada (a) a proceder com a devida Limpeza do(s) terreno(s) acima identificado(s) no prazo de 10 (Dez) dias, a contar do recebimento deste, conforme p**revisto na presente Lei. Ficando obrigado (a) a comunicar ao Setor de Tributos Municipais após tomar as providências exigidas, para que seja efetuada nova vistoria no local e atestar a execução do serviço.

O não cumprimento deste implicará em Multa de **05 (cinco) UPF-M** (Unidade Padrão Fiscal do Município de Araputanga/MT) para cada lote, nos termos da referida lei.

Araputanga 11 de Marco de 2019

Dulcineia Xavier de Lima

Fiscal de Obras e Posturas

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS

EDITAL COMPLEMENTAR DE CONVOCAÇÃO 006/2019

EDITAL COMPLEMENTAR DE CONVOCAÇÃO 006/2019

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N°001/2019

JOSÉ MAURO FIGUEIREDO, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ARENÁPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, CONSOANTE AS NORMAS GERAIS DE DIREITO PÚBLICO, OBSERVADO O QUE DISPÕE AS NORMAS CONSTITUCIONAIS VIGENTES, A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE ARENÁPOLIS/MT, A LEI MUNICIPAL N° 1.365 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2018, RESOLVE:

CONVOCAR

Art. 1º. Os candidatos abaixo relacionados, aprovados no Processo Seletivo Simplificado], Lotação – **Secretaria de Administração**, homologado por meio do Decreto n° 04, de 13 de fevereiro de 2019, devidamente publicado no Jornal Oficial do Município de Arenápolis/MT, no dia 14 de fevereiro de 2019, para comparecerem no período de 12 a 18 de março de 2019, apresentarem os seguintes documentos e marcarem seus exames pré admissional, junto ao RH da prefeitura municipal de Arenápolis MT, com endereço a AV. Prefeito Caio n.º 642, Bairro Vila Nova, Arenápolis MT;

I – RG e CPF/MF,

II - Certidão de Nascimento ou Casamento,

III - Título de Eleitor, Certidão de Quitação Eleitoral e Certidão de Crimes eleitorais,

VI - Carteira de reservista, se do sexo masculino,

V - Comprovante de endereço atual,

VI - Comprovante do grau de escolaridade referente ao cargo pleiteado,

VII - Carteira de trabalho, cartão ou documento oficial expedido pela instituição competente constando o cadastro de PIS/PASEP,

VIII – Certidão de nascimento de filhos menores;

IX - Declaração de bens e valores,

X- Declaração de que não exerce outro cargo público,

XI – Atestados de Sanidade Física e Mental,

XII- Certidão Negativa de Tributo Municipal.

Todos os documentos deverão ser apresentados, junto ao departamento de Recursos Humanos, em via única autenticada em cartório, exceto se acompanhados do original, para que o servidor responsável o analise e autentique.

COPEIRA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

NOME	NOTA FINAL	SITUAÇÃO
JOANA APARECIDA DE OLIVEIRA JARDIM	75,00	1° APROVADA

FISCAL DE TRIBUTOS

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

NOME	NOTA FINAL	SITUAÇÃO
CARLITO ANTONIO MACIEL	78,00	1° APROVADO

Art. 2º - **Prazo de apresentação:**

O prazo de apresentação é de no máximo 06 (seis) dias corridos conforme o Art. 1º deste edital, findo o qual será providenciada a convocação imediata do aprovado subseqüente, obedecida à ordem de classificação, sendo considerado desistente o candidato que não se apresentar no prazo referido deste edital.

Art. 3º - **Será desclassificado o candidato que:**

I - Não comparecer na data estipulada;

II - Não apresentar a documentação exigida no artigo 1º;

III - For declarado inapto para exercer o cargo a que foi classificado, mediante atestado médico;

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PAÇO MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS-MT, EM 11 DE MARÇO DE 2019.

JOSÉ MAURO FIGUEIREDO

RG Nº 10643694/SSP/SP - CPF Nº 786.970.268-49

PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ARENÁPOLIS-MT

EDITAL COMPLEMENTAR DE CONVOCAÇÃO 007/2019

EDITAL COMPLEMENTAR DE CONVOCAÇÃO 007/2019

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N°001/2019

JOSÉ MAURO FIGUEIREDO, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ARENÁPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, CONSOANTE AS NORMAS GERAIS DE DIREITO PÚBLICO, OBSERVADO O QUE DISPÕE AS NORMAS CONSTITUCIONAIS VIGENTES, A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE ARENÁPOLIS/MT, A LEI MUNICIPAL N° 1.365 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2018, RESOLVE:

CONVOCAR

Art. 1º. Os candidatos abaixo relacionados, aprovados no Processo Seletivo Simplificado], Lotação – **Secretaria de Saúde**, homologado por meio do Decreto n° 04, de 13 de fevereiro de 2019, devidamente publicado no Jornal Oficial do Município de Arenápolis/MT, no dia 14 de fevereiro de 2019, para comparecerem no período de 12 a 18 de março de 2019, apresentarem os seguintes documentos e marcarem seus exames pré admissional, junto ao RH da prefeitura municipal de Arenápolis MT, com endereço a AV. Prefeito Caio n.º 642, Bairro Vila Nova, Arenápolis MT;

I – RG e CPF/MF,

II - Certidão de Nascimento ou Casamento,

III - Título de Eleitor, Certidão de Quitação Eleitoral e Certidão de Crimes eleitorais,

VI - Carteira de reservista, se do sexo masculino,

V - Comprovante de endereço atual,

VI - Comprovante do grau de escolaridade referente ao cargo pleiteado,

VII - Carteira de trabalho, cartão ou documento oficial expedido pela instituição competente constando o cadastro de PIS/PASEP,

VIII – Certidão de nascimento de filhos menores;

IX - Declaração de bens e valores,

X- Declaração de que não exerce outro cargo público,

XI – Atestados de Sanidade Física e Mental,

XII- Certidão Negativa de Tributo Municipal.

Todos os documentos deverão ser apresentados, junto ao departamento de Recursos Humanos, em via única autenticada em cartório, exceto se acompanhados do original, para que o servidor responsável o analise e autentique.

RECEPCIONISTA

SECRETARIA DE SAÚDE

NOME	NOTA FINAL	SITUAÇÃO
AMANDA GOMES DA SILVA SANTOS	66,00	4º - LUGAR APROVADA

TÉCNCO DE ENFERMAGEM

NOME	NOTA FINAL	SITUAÇÃO
MARIA NATAÍCIA DOS SANTOS	68,00	3º - LUGAR APROVADA

Art. 2º - Prazo de apresentação:

O prazo de apresentação é de no máximo 06 (seis) dias corridos conforme o Art. 1º deste edital, findo o qual será providenciada a convocação imediata do aprovado subseqüente, obedecida à ordem de classificação, sendo considerado desistente o candidato que não se apresentar no prazo referido deste edital.

Art. 3º - Será desclassificado o candidato que:

I - Não comparecer na data estipulada;

II - Não apresentar a documentação exigida no artigo 1º;

III - For declarado inapto para exercer o cargo a que foi classificado, mediante atestado médico;

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PAÇO MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS-MT, EM 11 DE MARÇO DE 2019.

JOSÉ MAURO FIGUEIREDO

RG Nº 10643694/SSP/SP - CPF Nº 786.970.268-49

PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ARENÁPOLIS-MT

PREFEITURA- CONTABILIDADE
ANEXOS CONTAS DE GESTÃO

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE ARENAPOLIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENAPOLIS
Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 - (Modelo NBCASP)
BALANÇO FINANCEIRO
Dezembro/2018

Data de emissão: 08/03/2019

Exercício: 2018 **P. Contas: PCASP-MT**

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	ESPECIFICAÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
Receita Orçamentária	**26.696.453,52**	**21.063.495,81**	**Despesa Orçamentária**	**24.352.408,76**	**22.845.125,77**
Ordinárias			Ordinárias		
Ordinária	9.097.754,71	8.882.056,39	Ordinária	6.979.365,60	7.180.398,82
Vinculadas			Vinculadas		
Alienação de bens	430.901,00	72.365,00	Alienação de bens		
Assistência social	263.105,07	271.676,05	Assistência social	361.834,51	270.618,61
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico		47.817,34	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico		
Educação	9.301.824,20	7.612.445,91	Educação	6.267.169,06	5.735.669,38
Outras áreas	3.449.829,56	1.884.985,90	Outras áreas	2.883.712,95	2.278.015,49
Saúde	6.562.781,35	4.487.992,60	Saúde	7.860.326,64	7.380.423,47
Dedução					
(-) Deduções da Receita Orçamentária	2.409.742,37	2.195.843,38			
Transferências Financeiras Recebidas	**12.295,00**	**5.000,00**	**Transferencias Financeiras Concedidas**	**920.700,00**	**912.000,00**
Transferências Financeiras Recebidas	12.295,00	5.000,00	Transferências Financeiras Concedidas	920.700,00	912.000,00
Recebimentos Extra-Orçamentários	**5.564.230,23**	**5.799.828,71**	**Despesas Extra-Orçamentárias**	**6.153.046,22**	**4.084.809,15**
Restos a Pagar			Restos a Pagar		
Não processados inscritos no período	1.518.674,36	1.464.830,00	Não processados pagos no período	2.086.317,43	893.074,22
Processados inscritos no período	865.890,78	1.540.058,39	Processados pagos no período	894.896,03	639.497,35
Depósitos			Depósitos		
Outras movimentações extra-orçamentárias	2.987.103,79	2.772.155,97	Outras movimentações extra-orçamentárias	3.133.208,42	2.532.130,59
Outros Movimentos			Outros Movimentos		
Outras movimentações extra-orçamentárias	192.561,30	22.784,35	Outras movimentações extra-orçamentárias	38.624,34	20.106,99
Provisão p/ perdas de invest. e reserva adm. (Reversão)			Provisão p/ perdas de invest. e reserva adm. (Const.)		
Ajuste de Investimentos - Ganho					
Ajuste de Investimentos - Ganho					
Transferências de Aplicações Financeiras p/ Curto					
Saldo em espécie do exercício anterior	**1.189.875,95**	**2.163.486,35**	**Saldo em espécie do exercício seguinte**	**2.036.699,72**	**1.189.875,95**

Emissão 08/03/2019 12:36:59 Página 1

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE ARENAPOLIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENAPOLIS
Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 - (Modelo NBCASP)

BALANÇO FINANCEIRO

Dezembro/2018

Data de emissão: 08/03/2019

Exercício: 2018 **P. Contas: PCASP-MT**

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	**EXERCÍCIO ATUAL**	**EXERCÍCIO ANTERIOR**	**ESPECIFICAÇÃO**	**EXERCÍCIO ATUAL**	**EXERCÍCIO ANTERIOR**
Disponível			Disponível		
Caixa			Caixa		
Bancos conta movimento	1.189.875,95	2.163.486,35	Bancos conta movimento	2.036.699,72	1.189.875,95
Aplicações financeiras			Aplicações financeiras		
(-)Provisão p/ perdas de invest. e reserva adm. (Reversão)			(-)Provisão p/ perdas de invest. e reserva adm. (Const.)		
TOTAL	**33.462.854,70**	**29.031.810,87**	**TOTAL**	**33.462.854,70**	**29.031.810,87**

JOSE MAURO FIGUEIREDO
PREFEITO MUNICIPAL

MARIA FERNANDES BEATO
CONTADORA - CRC-MT 009487/0-8

ANDERSON ROELLA DE OLIVEIRA
SECRETARIO MUN.FAZENDA

Emissão 08/03/2019 12:36:59

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE ARENAPOLIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENAPOLIS

Demonstrativo Contábil da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS

Dezembro/2018

(art. 102 da Lei n.º 4.320/1964)

R$ 1,00

DESPESAS	Dotação Inicial (e)	Dotação Atualizada (f)	Despesas Empenhadas Até o Mês (g)	Despesas Liquidadas Até o Mês (h)	Despesas Pagas Até o Mês (i)	% (g / f)	Saldo da Dotação (j) = (f - g)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	22.500.000,00	25.315.576,18	24.352.408,76	22.833.734,40	21.967.843,62	96,19	963.167,42
DESPESAS CORRENTES	20.736.590,50	21.738.742,78	20.860.124,72	20.544.273,64	19.762.251,86	95,95	878.618,06
Pessoal e Encargos Sociais	11.290.371,00	11.692.372,90	11.133.612,55	11.133.612,55	10.860.186,19	95,22	558.760,35
Outras Despesas Correntes	9.446.219,50	10.046.369,88	9.726.512,17	9.410.661,09	8.902.065,67	96,81	319.857,71
DESPESAS DE CAPITAL	1.659.116,00	3.576.832,73	3.492.284,04	2.289.460,76	2.205.591,76	97,63	84.548,69
Investimentos	1.649.116,00	3.230.935,37	3.146.386,68	1.943.563,40	1.859.694,40	97,38	84.548,69
Amortização da Dívida	10.000,00	345.897,36	345.897,36	345.897,36	345.897,36	100,00	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	104.293,50	0,67					0,67
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (X)							
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XI) = (IX + X)	22.500.000,00	25.315.576,18	24.352.408,76	22.833.734,40	21.967.843,62	96,19	963.167,42
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO (XII)							
SUBTOTAL C/REFINANCIAMENTO (XIII) = (XI + XII)	22.500.000,00	25.315.576,18	24.352.408,76	22.833.734,40	21.967.843,62	96,19	963.167,42
SUPERÁVIT (XIV)		20.700,00	2.344.044,76			323,88	-2.323.344,76
TOTAL (XV) = (XIII + XIV)	22.500.000,00	25.336.276,18	26.696.453,52	22.833.734,40	21.967.843,62	105,36	-1.360.177,34

Nota: Demonstrativo Contábil em conformidade com o MCASP.

JOSE MAURO FIGUEIREDO
PREFEITO MUNICIPAL

MARIA FERNANDES BEATO
CONTADORA - CRC-MT 009487/0-8

ANDERSON ROELLA DE OLIVEIRA
SECRETARIO MUN.FAZENDA

Emissão: 11/03/2019 08:09:39

Página 1
Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE ARENAPOLIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENAPOLIS

Demonstrativo Contábil da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS

Dezembro/2018

(art. 102 da Lei n.º 4.320/1964) **R$ 1,00**

RECEITAS	Previsão Inicial (a)	Previsão Atualizada (b)	Receitas Realizadas		Saldo a Realizar (d) = (c-b)
			Até o Mês (c)	% (c / b)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	22.500.000,00	25.336.276,18	26.696.453,52	105,36	1.360.177,34
RECEITAS CORRENTES	20.858.700,00	22.040.425,30	22.409.507,02	101,67	369.081,72
Receitas Tributárias	2.209.928,66	2.304.322,52	2.199.516,40	95,45	-104.806,12
Impostos	2.031.998,66	2.126.392,52	1.987.574,20	93,47	-138.818,32
Taxas	177.930,00	177.930,00	211.942,20	119,11	34.012,20
Receitas de Contribuições	548.000,00	669.258,18	870.340,75	130,04	201.082,57
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Públic	548.000,00	669.258,18	870.340,75	130,04	201.082,57
Receita Patrimonial	119.195,00	119.195,00	59.045,03	49,53	-60.149,97
Valores Mobiliários	119.195,00	119.195,00	59.045,03	49,53	-60.149,97
Transferências Correntes	17.970.576,34	18.936.649,60	19.280.604,84	101,81	343.955,24
Outras Receitas Correntes	11.000,00	11.000,00			-11.000,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	7.000,00	7.000,00			-7.000,00
Demais Receitas Correntes	4.000,00	4.000,00			-4.000,00
RECEITAS DE CAPITAL	1.641.300,00	3.295.850,88	4.286.946,50	130,07	991.095,62
Alienação de Bens	20.000,00	173.999,93	430.901,00	247,64	256.901,07
Alienação de Bens Móveis	10.000,00	10.000,00			-10.000,00
Alienação de Bens Imóveis	10.000,00	163.999,93	430.901,00	262,74	266.901,07
Transferências de Capital	1.621.300,00	3.121.850,95	3.856.045,50	123,51	734.194,55
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)					
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (III)					
SUBTOTAL DAS RECEITAS (IV) = (I + II + III)	22.500.000,00	25.336.276,18	26.696.453,52	105,36	1.360.177,34
OPERAÇÕES DE CRÉDITO/REFINANCIAMENTO (V)					
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (VI) = (IV + V)	22.500.000,00	25.336.276,18	26.696.453,52	105,36	1.360.177,34
DÉFICIT (VII)					
TOTAL (VIII) = (VI + VII)	22.500.000,00	25.336.276,18	26.696.453,52	105,36	1.360.177,34
Reabertura de Créditos Adicionais		36,00			

Nota: Demonstrativo Contábil em conformidade com o MCASP.

Emissão: 11/03/2019 08:09:39

Página 1

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE ARENAPOLIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENAPOLIS

Demonstrativo Contábil da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS

Dezembro/2018

(art. 102 da Lei n.º 4.320/1964) **R$ 1,00**

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	Previsão Inicial (a)	Previsão Atualizada (b)	Receitas Realizadas		Saldo a Realizar (d) = (c-b)
			Até o Mês (c)	% (c / b)	
RECEITAS CORRENTES (I)					
RECEITAS DE CAPITAL (II)					

Nota: Demonstrativo Contábil em conformidade com o MCASP.

JOSE MAURO FIGUEIREDO
PREFEITO MUNICIPAL

MARIA FERNANDES BEATO
CONTADORA - CRC-MT 009487/0-8

ANDERSON ROELLA DE OLIVEIRA
SECRETARIO MUN.FAZENDA

Emissão: 11/03/2019 08:09:39

Página 2

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE ARENAPOLIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENAPOLIS

Demonstrativo Contábil da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Dezembro/2018

(art. 102 da Lei n.º 4.320/1964) R$ 1,00

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS:

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	INSCRITOS		LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (b)	(c)	(d)	(e)	(f)=(a+b-d-e)
DESPESAS CORRENTES		198.149,51	197.949,51	197.390,11	797.184,35	-796.424,95
Outras Despesas Correntes		198.149,51	197.949,51	197.390,11	216.341,01	-215.581,61
DESPESAS DE CAPITAL	1.337.318,25	1.266.680,49	1.890.653,50	1.888.927,32		715.071,42
Investimentos	1.337.318,25	1.266.680,49	1.890.653,50	1.888.927,32		715.071,42
TOTAL	1.337.318,25	1.464.830,00	2.088.603,01	2.086.317,43	797.184,35	-81.353,53

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS:

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS	INSCRITOS		PAGOS	CANCELADOS	SALDO
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (b)	(c)	(d)	(f)=(a+b-c-d)
DESPESAS CORRENTES	437.161,08	1.507.693,05	869.862,16		1.074.991,97
Pessoal e Encargos Sociais	368,36	587.958,80	7.483,65		580.843,51
Outras Despesas Correntes	436.792,72	919.734,25	862.378,51		494.148,46
DESPESAS DE CAPITAL	19.541,68	32.365,34	25.033,87		26.873,15
Investimentos	19.541,68	32.365,34	25.033,87		26.873,15
TOTAL	456.702,76	1.540.058,39	894.896,03		1.101.865,12

Nota: Demonstrativo Contábil em conformidade com o MCASP.

JOSE MAURO FIGUEIREDO
PREFEITO MUNICIPAL

MARIA FERNANDES BEATO
CONTADORA - CRC-MT 009487/0-8

ANDERSON ROELLA DE OLIVEIRA
SECRETARIO MUN.FAZENDA

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE ARENAPOLIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENAPOLIS

Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 - (Modelo NBCASP)

BALANÇO PATRIMONIAL

Dezembro/2018 - Relatório para simples conferência

Data de emissão: 08/03/2019

Exercício: 2018 **P. Contas: PCASP-MT**

ATIVO

ESPECIFICAÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
ATIVO CIRCULANTE	**2.973.355,07**	**3.776.886,11**
111 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	2.036.699,72	1.189.875,95
112 - CREDITOS A CURTO PRAZO	853.708,81	2.582.031,23
1123 - CREDITOS DE TRANSFERENCIAS A RECEBER	455.356,39	2.260.893,51
1125 - DIVIDA ATIVA TRIBUTARIA	3.315.549,52	2.946.717,23
1126 - DIVIDA ATIVA NAO TRIBUTARIA	207.648,35	207.648,35
1129 - (-) AJUSTE DE PERDAS DE CREDITOS A CURTO PRAZO	-3.124.845,45	-2.833.227,86
113 - DEMAIS CREDITOS E VALORES A CURTO PRAZO		4.978,93
115 - ESTOQUES	82.946,54	
ATIVO NÃO CIRCULANTE	**11.657.966,82**	**8.580.901,67**
123 - IMOBILIZADO	11.657.966,82	8.580.901,67
1231 - BENS MOVEIS	7.524.905,39	6.126.433,53
1232 - BENS IMOVEIS	8.219.741,40	5.656.576,77
1238 - (-) DEPRECIACAO, EXAUSTAO E AMORTIZACAO ACUMULADAS	-4.086.679,97	-3.202.108,63

PASSIVO

ESPECIFICAÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
PASSIVO CIRCULANTE	**1.386.356,43**	**2.356.365,08**
211 - OBRIGACOES TRABALHISTAS, PREVIDENCIARIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	273.426,53	588.327,16
213 - FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	856.193,01	1.362.045,65
214 - OBRIGACOES FISCAIS A CURTO PRAZO	21.495,75	21.096,57
218 - DEMAIS OBRIGACOES A CURTO PRAZO	235.241,14	384.895,70
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	**606.292,66**	
221 - OBRIGACOES TRABALHISTAS, PREVIDENCIARIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO	606.292,66	
TOTAL DO PASSIVO	**1.992.649,09**	**2.356.365,08**

PATRIMÔNIO LIQUIDO

ESPECIFICAÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
237 - RESULTADOS ACUMULADOS	12.638.672,80	10.001.422,70
RESULTADO DO EXERCÍCIO	2.637.250,10	28.570,14
RESULTADO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	10.001.422,70	9.972.852,56
TOTAL DO PATRIMÔNIO LIQUIDO	**12.638.672,80**	**10.001.422,70**

Emissão: 08/03/2019 12:04:15 Página 1

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE ARENAPOLIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENAPOLIS
Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 - (Modelo NBCASP)
BALANÇO PATRIMONIAL
Dezembro/2018 - Relatório para simples conferência

Data de emissão: 08/03/2019

TOTAL	**14.631.321,89**	**12.357.787,78**	**TOTAL**	**14.631.321,89**	**12.357.787,78**
ATIVO FINANCEIRO	**2.036.699,72**	**1.189.875,95**	**PASSIVO FINANCEIRO**	**3.618.576,03**	**5.158.513,33**
ATIVO PERMANENTE	**12.594.622,17**	**11.167.911,83**	**PASSIVO PERMANENTE**	**606.292,66**	
SALDO PATRIMONIAL				**10.406.453,20**	**7.199.274,45**

Compensação

ESPECIFICAÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	ESPECIFICAÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
Saldo dos Atos Potenciais Ativos			**Saldo dos Atos Potenciais Passivos**		
EXECUCAO DE DIREITOS CONVENIADOS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGENERES	1.397.617,30	1.803.478,30	EXECUCAO DE OBRIGACOES CONTRATUAIS	2.494.698,34	3.325.144,34
			EXECUCAO DE OUTROS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	2.210.062,24	2.210.062,24
TOTAL	**1.397.617,30**	**1.803.478,30**	**TOTAL**	**4.704.760,58**	**5.535.206,58**

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT / DÉFICIT FINANCEIRO EM 2018	SUPERÁVIT / DÉFICIT FINANCEIRO EM 2017
ORDINÁRIA		
100000000 - Recursos Ordinários	-714.356,83	-633.158,56
VINCULADA		
101000000 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	-75.988,22	242.963,41
102000000 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	-384.280,48	-570.036,63
114000000 - Transferencia de Recursos do Sistema Unico de Saude - SUS - Uniao	-280.110,51	-707.834,24
115000000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FNDE	71.280,59	35.674,86
116000000 - Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico - CIDE		15,06
117000000 - Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP	-96.479,82	-6.501,11
118000000 - Transferências do FUNDEB 60%	-18.417,30	-180.475,83
119000000 - Transferências do FUNDEB 40%	180.671,99	-88.427,57
122000000 - Transferências de Convênios - Educação	-87.472,10	-1.044.976,52
124000000 - Transferências de Convênios - Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)	-676.271,40	-1.136.553,71
129000000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	44.240,64	119.808,46
130000000 - Recursos do Fundo de Transporte e Habitação - FETHAB	-36.106,91	
142000000 - Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS - Estado	711,29	
146000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Custeio d	3.119,01	

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE ARENAPOLIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENAPOLIS
Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 - (Modelo NBCASP)
BALANÇO PATRIMONIAL
Dezembro/2018 - Relatório para simples conferência

Data de emissão: 08/03/2019

147000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Investime	261.755,17	
192000000 - Alienação de Bens	225.828,57	865,00
TOTAL	**-1.581.876,31**	**-3.968.637,38**

*Nota Explicativa: Diferenca entre livro inventario de bens imoveis para valor registrado no Balanço Patrimonial corresponde ao valor de obras em andamento de empenhos ainda nao finalizados, totalizando R$ 983.587,74.

JOSE MAURO FIGUEIREDO
PREFEITO MUNICIPAL

MARIA FERNANDES BEATO
CONTADORA - CRC-MT 009487/0-8

ANDERSON ROELLA DE OLIVEIRA
SECRETARIO MUN.FAZENDA

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE ARENAPOLIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENAPOLIS

Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Dezembro/2018

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	**30.498.443,95**	**26.586.400,79**
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	**4.790.347,36**	**4.643.402,02**
IMPOSTOS	3.407.585,20	3.669.113,95
TAXAS	512.421,41	458.318,05
CONTRIBUICOES DE MELHORIA	870.340,75	515.970,02
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	**78.267,30**	**77.705,28**
JUROS E ENCARGOS DE MORA	19.222,27	711,35
REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS E APLICACOES FINANCEIRAS	59.045,03	76.993,93
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	**24.120.387,39**	**21.571.971,13**
TRANSFERENCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	12.295,00	5.000,00
TRANSFERENCIAS INTER GOVERNAMENTAIS	24.108.092,39	21.566.971,13
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS	**1.509.441,90**	**197.316,32**
REAVALIACAO DE ATIVOS		14.988,55
GANHOS COM ALIENACAO	250.901,00	
OUTROS GANHOS COM INCORPORACAO DE ATIVOS	307.419,59	117.200,00
GANHOS COM DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	951.121,31	65.127,77
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		**96.006,04**
DIVERSAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		96.006,04

Emissão: 11/03/2019 08:14:34 Página 1

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE ARENAPOLIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENAPOLIS

Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Dezembro/2018

	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	**27.861.193,85**	**26.557.830,65**
PESSOAL E ENCARGOS	**11.133.612,55**	**10.975.323,04**
REMUNERACAO A PESSOAL	9.102.327,56	8.959.821,65
ENCARGOS PATRONAIS	2.031.284,99	2.015.501,39
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	**10.113.218,83**	**10.185.435,62**
USO DE MATERIAL DE CONSUMO	3.219.519,33	2.997.859,01
SERVICOS	6.009.128,16	6.071.873,15
DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO	884.571,34	1.115.703,46
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	**952.853,88**	**6.576,58**
JUROS E ENCARGOS DE EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS OBTIDOS	952.853,88	6.576,58
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	**3.271.238,98**	**3.007.514,19**
TRANSFERENCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	920.700,00	912.000,00
TRANSFERENCIAS INTER GOVERNAMENTAIS	2.311.272,27	2.095.514,19
TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS	39.266,71	
DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS	**2.128.204,68**	**2.173.069,91**
REAVALIACAO, REDUCAO A VALOR RECUPERAVEL E AJUSTE PARA PERDAS	1.321.499,44	1.586.956,37
PERDAS INVOLUNTARIAS		69.315,00
DESINCORPORACAO DE ATIVOS	806.705,24	516.798,54
TRIBUTÁRIAS	**262.064,93**	**209.911,31**
CONTRIBUICOES	262.064,93	209.911,31
Resultado Patrimonial do Período	**2.637.250,10**	**28.570,14**

Emissão: 11/03/2019 08:14:34 Página 2

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE ARENAPOLIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENAPOLIS

Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Dezembro/2018

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS (decorrentes da execução orçamentária)		
	Exercício Atual	Exercício Anterior
INCORPORAÇÃO DE ATIVO	3.832.490,72	2.072.475,94
DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	345.897,36	
DESINCORPORAÇÃO DE ATIVO	430.901,00	72.365,00

JOSE MAURO FIGUEIREDO
PREFEITO MUNICIPAL

MARIA FERNANDES BEATO
CONTADORA - CRC-MT 009487/0-8

ANDERSON ROELLA DE OLIVEIRA
SECRETARIO MUN.FAZENDA

Emissão: 11/03/2019 08:14:34 Página 3

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENAPOLIS

ANEXO 17 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE

EXERCÍCIO DE 2018

(art. 123 da Lei nº 4.320/1964) em R$

TÍTULOS	SALDO DO EXERCÍCIO (a)	MOVIMENTO DO EXERCÍCIO				SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE (a+(b+c)- (d+e))
		RECEITAS		DESPESAS		
		INSCRIÇÃO (b)	RESTABELECIMENTO (c)	BAIXA (d)	CANCELAMENTO (e)	
PASSIVO FINANCEIRO						
RESTOS A PAGAR						
RESTOS A PAGAR 2015 - PROCESSADOS	24.739,91	0,00	0,00	462,56	0,00	24.277,35
RESTOS A PAGAR 2015 - NAO PROCESSADOS - A LIQUIDAR	5.946,29	0,00	0,00	0,00	0,00	5.946,29
RESTOS A PAGAR 2012 - PROCESSADOS	140.059,40	0,00	0,00	0,00	120.607,78	19.451,62
RESTOS A PAGAR 2012 - PROCESSADOS	119.838,51	0,00	0,00	0,00	88.917,35	30.921,16
RESTOS A PAGAR 2013 - PROCESSADOS	29.588,00	0,00	0,00	0,00	0,00	29.588,00
RESTOS A PAGAR 2014 - PROCESSADOS	8.878,85	0,00	0,00	0,00	0,00	8.878,85
RESTOS A PAGAR 2013 - PROCESSADOS	12.810,81	0,00	0,00	0,00	0,00	12.810,81
RESTOS A PAGAR 2013 - NAO PROCESSADOS - A LIQUIDAR	17.122,21	0,00	0,00	0,00	0,00	17.122,21
RESTOS A PAGAR 2013 - PROCESSADOS	96,75	0,00	0,00	0,00	0,00	96,75
RESTOS A PAGAR 2016 - PROCESSADOS	56,60	0,00	0,00	0,00	0,00	56,60
RESTOS A PAGAR 2014 - PROCESSADOS	31.844,53	0,00	0,00	1.170,00	0,00	30.674,53
RESTOS A PAGAR 2014 - PROCESSADOS	2,75	0,00	0,00	0,00	0,00	2,75
RESTOS A PAGAR 2015 - PROCESSADOS	20.488,86	0,00	0,00	1.386,00	0,00	19.102,86
RESTOS A PAGAR 2016 - PROCESSADOS	9.172,78	0,00	0,00	0,00	0,00	9.172,78
RESTOS A PAGAR 2014 - PROCESSADOS	8,22	0,00	0,00	0,00	0,00	8,22
RESTOS A PAGAR 2016 - PROCESSADOS	33.735,40	0,00	0,00	14.075,11	0,00	19.660,29
RESTOS A PAGAR 2012 - PROCESSADOS	3.472,67	0,00	0,00	0,00	6.972,67	-3.500,00
RESTOS A PAGAR 2013 - PROCESSADOS	935,40	0,00	0,00	0,00	0,00	935,40
RESTOS A PAGAR 2016 - PROCESSADOS	418,00	0,00	0,00	0,00	0,00	418,00
RESTOS A PAGAR 2016 - PROCESSADOS	20.011,45	0,00	0,00	7.786,66	0,00	12.224,79
RESTOS A PAGAR 2016 - NAO PROCESSADOS - LIQUIDADOS	0,00	1.124.543,33	0,00	1.124.543,33	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR 2016 - NAO PROCESSADOS - A LIQUIDAR	1.240.146,72	0,00	0,00	1.124.543,33	0,00	115.603,39
RESTOS A PAGAR 2015 - PROCESSADOS	33,92	0,00	0,00	0,00	0,00	33,92
RESTOS A PAGAR 2015 - PROCESSADOS	298,55	0,00	0,00	0,00	0,00	298,55
RESTOS A PAGAR 2012 - PROCESSADOS	211,40	0,00	0,00	0,00	211,40	0,00
RESTOS A PAGAR 2010 - NAO PROCESSADOS - A LIQUIDAR	62.007,27	0,00	0,00	0,00	0,00	62.007,27
RESTOS A PAGAR 2009 - NAO PROCESSADOS - A LIQUIDAR	12.095,76	0,00	0,00	0,00	0,00	12.095,76
RESTOS A PAGAR 2017 - PROCESSADOS	657.426,23	0,00	0,00	597.158,51	0,00	60.267,72
RESTOS A PAGAR 2017 - NAO PROCESSADOS - LIQUIDADOS	0,00	777.901,95	0,00	775.644,87	0,00	2.257,08
RESTOS A PAGAR 2017 - NAO PROCESSADOS - A LIQUIDAR	1.246.929,36	0,00	0,00	599.538,02	178.363,93	469.027,41
RESTOS A PAGAR 2017 - PROCESSADOS	645.773,01	0,00	0,00	616.652,99	0,00	29.120,02
RESTOS A PAGAR 2017 - NAO PROCESSADOS - LIQUIDADOS	0,00	186.157,73	0,00	186.129,23	0,00	28,50
RESTOS A PAGAR 2017 - NAO PROCESSADOS - A LIQUIDAR	217.900,64	0,00	0,00	-26.805,71	212.963,44	31.742,91
RESTOS A PAGAR 2017 - PROCESSADOS	46.357,54	0,00	0,00	46.177,74	0,00	179,80
RESTOS A PAGAR 2017 - NAO PROCESSADOS - A LIQUIDAR	0,00	0,00	0,00	-15.480,08	15.480,08	0,00
RESTOS A PAGAR 2017 - PROCESSADOS	190.501,61	0,00	0,00	190.501,61	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR 2017 - NAO PROCESSADOS - A LIQUIDAR	0,00	0,00	0,00	-173.667,70	173.667,70	0,00
R.P. de 2018 Nao Processados	0,00	1.518.674,36	0,00	0,00	0,00	1.518.674,36
R.P. de 2018 Processados	0,00	865.890,78	0,00	0,00	0,00	865.890,78
Subtotal:	**4.798.909,40**	**4.473.168,15**	**0,00**	**5.069.816,47**	**797.184,35**	**3.405.076,73**
DEPOSITOS						
INSS - EDUCACAO	6.988,55	27.533,29	0,00	34.165,16	356,68	0,00
INSS - SAUDE	4.458,30	11.390,39	0,00	11.390,39	4.458,30	0,00
INSS - FUNDEB 60 %	53.393,33	206.974,14	0,00	206.974,14	53.393,33	0,00
INSS - FUNDEB 40%	17.198,94	72.773,52	0,00	78.509,26	11.463,20	0,00
INSS - DEMAIS SEGURADOS	71.063,25	237.849,46	0,00	255.084,52	53.828,19	0,00
INSS- SAUDE- FUNDO A FUNDO	61.589,09	253.091,00	0,00	253.091,00	20.591,88	40.997,21
INSS -FNAS	9.845,38	28.761,88	0,00	28.761,88	9.845,38	0,00

ESTADO DE MATO GROSSO - PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENAPOLIS

ANEXO 17 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE

EXERCÍCIO DE 2018

(art. 123 da Lei nº 4.320/1964) em R$

TÍTULOS	SALDO DO EXERCÍCIO (a)	MOVIMENTO DO EXERCÍCIO				SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE (a+(b+c)- (d+e))
		RECEITAS		DESPESAS		
		INSCRIÇÃO (b)	RESTABELECIMENTO (c)	BAIXA (d)	CANCELAMENTO (e)	
INSS 13 SALARIO - EDUCACAO	0,00	2.015,41	0,00	2.015,41	0,00	0,00
INSS 13 SALARIO - FUNDEB 60%	0,00	11.494,03	0,00	11.494,03	0,00	0,00
INSS 13 SALARIO - FUNDEB 40%	0,00	3.403,83	0,00	3.403,83	0,00	0,00
INSS 13 SALARIO - DEMAIS SERVIDORES	0,00	16.416,02	0,00	16.416,02	0,00	0,00
INSS 13 SALARIO - SAUDE - FUNDO A FUNDO	933,58	18.650,50	0,00	18.602,03	0,00	982,05
INSS 13 SALARIO - FNAS	0,00	1.604,08	0,00	1.604,08	0,00	0,00
PENSAO ALIMENTICIA - EDUCACAO	462,03	5.644,92	0,00	5.636,54	0,00	470,41
PENSAO ALIMENTICIA - FUNDEB 60%	0,00	3.924,36	0,00	3.597,33	0,00	327,03
PENSAO ALIMENTICIA - SAUDE - FUNDO A FUNDO	362,71	4.431,48	0,00	4.424,90	0,00	369,29
CONSIGNACAO BB - EDUCACAO	715,23	7.870,64	0,00	8.070,76	0,00	515,11
CONSIGNACAO BB - FUNDEB 60%	0,00	80.148,41	0,00	80.148,41	0,00	0,00
CONSIGNACAO BB - FUNDEB 40%	0,00	29.655,88	0,00	29.655,88	0,00	0,00
CONSIGNACAO BB - DEMAIS SERVIDORES	9.342,05	137.933,35	0,00	134.768,67	0,00	12.506,73
CONSIGNACAO BB - FUNDO A FUNDO	7.442,61	97.976,43	0,00	97.198,30	0,00	8.220,74
CONSIGNACAO BB - FNAS	451,33	7.153,84	0,00	6.852,53	0,00	752,64
CONSIGNACAO C E F - EDUCACAO	982,21	11.786,52	0,00	11.786,52	0,00	982,21
CONSIGNACAO C E F - FUNDEB 60%	0,00	11.643,75	0,00	11.643,75	0,00	0,00
CONSIGNACAO C E F - FUNDEB 40%	0,00	18.294,99	0,00	18.294,99	0,00	0,00
CONSIGNACAO C E F - DEMAIS SERVIDORES	6.202,94	74.137,41	0,00	74.307,69	0,00	6.032,66
CONSIGNACAO C E F - FUNDO A FUNDO	7.566,15	91.502,63	0,00	91.523,37	0,00	7.545,41
CONSIGNACAO C E F - FNAS	387,00	4.644,00	0,00	4.644,00	0,00	387,00
CONSIGNACAO B V FINANCEIRA - DEMAIS SERVIDORES	329,77	2.468,00	0,00	2.597,77	0,00	200,00
CONSIGNACAO B V FINANCEIRA - FUNDO A FUNDO	413,12	1.228,93	0,00	1.642,05	0,00	0,00
SINTEP - EDUCACAO	62,08	725,18	0,00	720,95	0,00	66,31
SINTEP - FUNDEB 60%	0,00	701,73	0,00	701,73	0,00	0,00
SISPUMA - EDUCACAO	89,74	1.184,93	0,00	1.180,32	0,00	94,35
SISPUMA - FUNDEB 60%	0,00	6.118,06	0,00	6.118,06	0,00	0,00
SISPUMA - FUNDEB 40%	0,00	3.764,83	0,00	3.764,83	0,00	0,00
SISPUMA - DEMAIS SEGURADOS	1.178,33	11.346,33	0,00	11.794,50	0,00	730,16
SISPUMA - FUNDO A FUNDO	2.093,59	22.856,01	0,00	23.058,55	0,00	1.891,05
SISPUMA - FNAS	148,09	1.628,98	0,00	1.626,03	0,00	151,04
IRRF SERVIDORES - EDUCACAO	1.061,81	14.605,22	0,00	13.562,99	0,00	2.104,04
IRRF SERVIDORES - FUNDEB 60%	10.741,08	91.636,92	0,00	102.378,00	0,00	0,00
IRRF SERVIDORES - FUNDEB 40%	477,90	10.319,95	0,00	10.797,85	0,00	0,00
IRRF SERVIDORES - DEMAIS SERVIDORES	7.558,88	114.699,02	0,00	104.347,45	0,00	17.910,45
IRRF SERVIDORES - FUNDO A FUNDO	18.631,73	229.664,72	0,00	205.543,80	0,00	42.752,65
IRRF SERVIDORES - FNAS	1.654,42	21.100,06	0,00	19.458,58	0,00	3.295,90
IRRF DE TERCEIROS - EDUCACAO	0,00	18.899,69	0,00	18.899,69	0,00	0,00
IRRF DE TERCEIROS - SAUDE	0,00	4.759,05	0,00	4.759,05	0,00	0,00
IRRF TERCEIROS - DEMAIS SERVIDORES	0,00	21.221,28	0,00	21.221,28	0,00	0,00
IRRF TERCEIROS - FUNDO A FUNDO	0,00	3.230,10	0,00	3.230,10	0,00	0,00
IRRF TERCEIROS - FNAS	0,00	21,44	0,00	21,44	0,00	0,00
ISS RETIDO - DESPESA EDUCACAO	0,00	16.000,18	0,00	16.000,18	0,00	0,00
ISS RETIDO - DESPESA SAUDE	0,00	15.545,84	0,00	15.545,84	0,00	0,00
ISS RETIDO - DESPESA FUNDEB 40%	0,00	2.490,34	0,00	2.490,34	0,00	0,00
ISS RETIDO - DEMAIS DESPESAS	0,00	29.656,30	0,00	29.611,31	0,00	44,99
ISS RETIDO - FUNDO A FUNDO	0,00	26.154,98	0,00	26.154,98	0,00	0,00
ISS RETIDO - FNAS	0,00	124,72	0,00	124,72	0,00	0,00
CONSIGNACAO- B.BRADESCO- EDUCACAO	2.647,61	32.477,88	0,00	32.284,03	0,00	2.841,46
CONSIGNACAO- B.BRADESCO- FUNDEB 60	0,00	61.170,67	0,00	61.170,67	0,00	0,00

ESTADO DE MATO GROSSO - PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENAPOLIS

ANEXO 17 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE

EXERCÍCIO DE 2018

(art. 123 da Lei nº 4.320/1964) em R$

TÍTULOS	SALDO DO EXERCÍCIO (a)	MOVIMENTO DO EXERCÍCIO				SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE (a+(b+c)- (d+e))
		RECEITAS		DESPESAS		
		INSCRIÇÃO (b)	RESTABELECIMENTO (c)	BAIXA (d)	CANCELAMENTO (e)	
CONSIGNACAO- B.BRADESCO- FUNDEB 40	0,00	9.928,36	0,00	9.928,36	0,00	0,00
CONSIGNACAO- B.BRADESCO- DEMAIS SERVIDORES	7.542,03	92.007,85	0,00	91.983,87	0,00	7.566,01
CONSIGNACAO- B.BRADESCO- FUNDO A FUNDO	10.460,37	141.546,33	0,00	138.967,72	0,00	13.038,98
CONSIGNACAO- B.BRADESCO- FNAS	50,65	1.906,32	0,00	1.798,11	0,00	158,86
CONSIGNACAO- UNIMED- EDUCACAO	1.109,20	15.944,22	0,00	15.794,26	0,00	1.259,16
CONSIGNACAO-UNIMED - 60% FUNDEB	1.893,22	81.721,03	0,00	76.532,07	0,00	7.082,18
CONSIGNACAO-UNIMED -40% FUNDEB	980,23	16.142,50	0,00	15.967,37	0,00	1.155,36
CONSIGNACAO-UNIMED -DEMAIS SERVIDORES	14.848,18	170.643,60	0,00	170.968,86	0,00	14.522,92
CONSIGNACAO-UNIMED - FUNDO A FUNDO	11.502,19	124.796,42	0,00	125.282,45	0,00	11.016,16
CONSIGNACAO-UNIMED -FNAS	1.149,67	8.354,41	0,00	8.760,53	0,00	743,55
CONSIGNACAO-BANCO GERADOR - FUNDO A FUNDO	364,16	2.913,28	0,00	3.277,44	0,00	0,00
CONSIGNACAO- COOPERATIVA SICREDI- FUNDEB 60%	0,00	10.482,96	0,00	10.482,96	0,00	0,00
CONSIGNACAO- COOPERATIVA SICREDI- DEMAIS SERVIDOR	1.662,59	24.463,75	0,00	23.919,18	0,00	2.207,16
CONSIGNACAO- COOPERATIVA SICREDI- FUNDO A FUNDO	1.568,61	21.204,72	0,00	20.940,12	0,00	1.833,21
CONSIGNACAO- COOPERATIVA SICREDI- FNAS	0,00	346,31	0,00	0,00	0,00	346,31
SALARIO FAMILIA	0,00	19.795,68	0,00	19.795,68	0,00	0,00
IRRF- 13º RESCISAO	0,00	235,29	0,00	0,00	0,00	235,29
CONSIGNACAO STAKCARD- FUNDEB 60	0,00	131,67	0,00	0,00	0,00	131,67
CONSIGNACAO STAKCARD- FUNDEB 40	0,00	31,59	0,00	0,00	0,00	31,59
CONSIGNACAO STAKCARD-SAUDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal:	**359.603,93**	**2.987.103,79**	**0,00**	**2.979.271,46**	**153.936,96**	**213.499,30**
Subtotal:	**5.158.513,33**	**7.460.271,94**	**0,00**	**8.049.087,93**	**951.121,31**	**3.618.576,03**
TOTAL	**5.158.513,33**	**7.460.271,94**		**8.049.087,93**	**951.121,31**	**3.618.576,03**
TOTAL GERAL	**5.158.513,33**	**TOTAL (b+c)**	**7.460.271,94**	**TOTAL (d+e)**	**9.000.209,24**	**3.618.576,03**

Emissão: 14/02/2019 15:40:06 PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENAPOLIS Página 3

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENAPOLIS

ANEXO 16 DA LEI 4.320, de 17 de março de 1964

DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA FUNDADA INTERNA

EXERCÍCIO DE 2018

(art. 124 da Lei nº 4.320/1964)

em R$

DÍVIDA FUNDADA INTERNA POR CONTRATOS

AUTORIZAÇÕES						SALDO CIRCULAÇÃO ANTERIOR EM	MOVIMENTO DO EXERCÍCIO				SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	
LEIS	DESCRIÇÃO	PARCELAS TOT.	PARCELAS PAGAS	DATA	VALOR EMISSÃO		EMISSÃO	ATUALIZAÇÃO	RESGATE	CANCELAMENTO	QUANTIDADE	VALOR
517/1992	PARCELAMENTO DO INSS	60	12	26/01/2018	952.190,02		952.190,02		345.897,36		48	606.292,66
TOTAL					**952.190,02**		**952.190,02**		**345.897,36**		**48**	**606.292,66**
TOTAL GERAL					**952.190,02**		**952.190,02**		**345.897,36**		**48**	**606.292,66**

JOSE MAURO FIGUEIREDO
PREFEITO MUNICIPAL

MARIA FERNANDES BEATO
CONTADORA - CRC-MT 009487/0-8

ANDERSON ROELLA DE OLIVEIRA
SECRETARIO MUN.FAZENDA

Emissão: 14/02/2019 15:38:56

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENAPOLIS

Página 1

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE ARENAPOLIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENAPOLIS
Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 - (Modelo NBCASP)
DEMONSTRATIVO DAS MUTAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Dezembro/2018

Data de emissão: 11/03/2019

Exercício: 2018 **P. Contas: PCASP-MT**

ESPECIFICAÇÃO	Patrimônio Social / Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital	Reservas de Capital	Ajustes de Avaliação Patrimônial	Reservas de Lucro	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ações / Cotas em Tesouraria	TOTAL
Saldo Inicial Ex. Anterior							**9.972.860,79**		**9.972.860,79**
Ajustes de Exercícios Anteriores									
Aumento de Capital							28.570,14		28.570,14
Resultado do Exercício							10.001.430,93		10.001.430,93
Constituição/ Reversão de Reservas									
Dividendos									
Saldo Final Ex. Anterior Saldo Inicial Ex. Atual							**10.001.422,70**		**10.001.422,70**
Ajustes de Exercícios Anteriores									
Aumento de Capital									
Resultado do Exercício							10.001.422,70		10.001.422,70
Constituição / Reversão de Reservas									
Dividendos									
Saldo Final Ex. Atual							**10.001.422,70**		**10.001.422,70**

JOSE MAURO FIGUEIREDO
PREFEITO MUNICIPAL

MARIA FERNANDES BEATO
CONTADORA - CRC-MT 009487/0-8

ANDERSON ROELLA DE OLIVEIRA
SECRETARIO MUN.FAZENDA

Emissão: 11/03/2019 08:15:26 Página 1

Homologado

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 10.691/2019

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Complementar n.º 002/99 e no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

DESIGNAR, a funcionáriaSr.ª**LUIZA GONSALVES DAS CANDEIAS,** portadora da Cédula de Identidade RG nº. 2448330-3 SEJSP/MT e do CPF nº 350.011.512-87, ocupante do cargo de Carreira de **PROFESSOR 1, CLASSE C,** lotado na *Secretaria Municipal de Educação e Cultura*, para ministrar 20 horas/aula excedentes no CEI Lucia Valtmam Martins, em virtude de substituição da professora Rosalina Rodrigues de Carvalho Silva, que encontra-se de afastamento com atestado médico, no período 08/03/2019 a 25/03**/2019**.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 11 dias de março de 2019.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

ANDRÉIA CRISTINA MEDEIROS

Secretária Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 10.689/2019

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Complementar n.º 002/99 e no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

DESIGNAR, a Srª **SILVANA CONCEIÇÃO PINTO**, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 9.635.140-2 SESP/PR e inscrita no CPF sob o nº. 050.298.719-77, ocupante do Cargo de Carreira de **PROFESSOR 1**, **CLASSE** "**B"**, *lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura*, para ministrar 20 horas/aula excedentes na E.M. Deoclides de Macedo, onde a mesma atua como Coordenadora Pedagógica do Campo, no período de 11/03/2019 a **20/12/2019**.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 11 dias de março de 2019.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

ANDRÉIA CRISTINA MEDEIROS

Secretária Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 10.690/2019

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Complementar n.º 002/99 e no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

DESIGNAR, a funcionária efetiva a Srª. **SANDRA TROMBINI CONTADINI,** portadora da Cédula de Identidade RG nº. 698.613 SSP/RO e inscrita no CPF sob o nº. 675.191132-72, ocupante do cargo de Carreira de **PROFESSOR 1** Classe **"C",** lotada na *Secretaria Municipal de Educação e Cultura*, para ministrar 20 horas/aula excedentes na Escola Municipal José de Alencar, onde a mesma atua como Coordenadoria Pedagógica do Campo e representa a Escola junto a Comunidade, no período de 11/03/2019 a **20/12/2019**.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 11 dias de março de 2019.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

ANDRÉIA CRISTINA MEDEIROS

Secretária Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
SEGUNDO ADITIVO Nº. 091/2019

AO CONTRATO N° 126/2017 PARA LOCAÇÃO DE 02 (DOIS) ESPAÇOS FISICO DESTINADOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DESTE MUNICIPIO, *COM BASE* NO ART. 24, INCISO X DA LEI Nº 8.666/93 E ALTERAÇÕES, COM AMPARO NO ART. 37, INCISO XXI DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL; ADEMIR BARBOSA MUNIZ; *ADITIVO DE PRAZO E VALOR GLOBAL DE R$ 16.671,84; VIGÊNCIA 10/03/2019 A 09/03/2020.*

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 10.679/2019

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO, a Portaria Nº 8.096/2015, a qual concede ao funcionário, Sr. **JOSÉ FERREIRA FILHO,** portador da Cédula de Identidade RG nº.MG 11.495.530 SSP/MG e do CPF nº.043.556.776-48, ocupante do cargo de Carreira de **Motorista de Transporte Escolar,** *lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura,* **GRATIFICAÇÃO ADICIONAL** de 10% (dez por cento) incidente sobre a remuneração base a que percebe, a partir do dia 1º/03/2019.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 11 dias de março de 2019.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

ANDRÉIA CRISTINA MEDEIROS

Secretária Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
CONTRATO Nº 325/2019

CONTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; CONTRATADA: LUANA ROSSI; REFERENTE À CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO *DE REFEIÇÕES TIPO SELF-SERVICE DESTINADAS À REALIZAÇÃO DO EVENTO 7° ECOCROSS "NOS CAMINHOS DE ARIPUANÃ" QUE ACONTECERÁ NO DIA 31 DE MARÇO DE 2019, EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, TURISMO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO, COM BASE NO ART. 24 INCISO II DA LEI Nº 8.666/1993 E ALTERAÇÕES E COM AMPARO NO ART. 37, INCISO XXI DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL;* DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 002/2019; VALOR GLOBAL R$ 5.850,00; VIGENCIA: 11/03/2019 A 10/05/2019.

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 10.681/2019

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Complementar n.º 002/99 e no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

DESIGNAR, a Professora Srª. **SANDRA FERREIRA CANDIOTO**, brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 1152936-9 SESP/MT e inscrita no CPF nº. 654.497.702-00, ocupante do cargo de Carreira de **PROFESSOR** Classe **"B",** Nível **1,** lotada na *Secretaria Municipal de Educação e Cultura*, para ministrar 20 horas/aula excedentes na CEI Doce Infância, em substituição a professora Doreni Francisca Pereira, em Licença Premio, no período de 1°/03/2019 a 29/05/2019.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 11 dias de março de 2019.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

ANDRÉIA CRISTINA MEDEIROS

Secretária Municipal de Administração

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 002/2019

Processo Administrativo de Dispensa de Licitação nº. 002/2019

Objeto: Contratação de empresa para aquisição de refeições tipo self-service destinadas à realização do evento 7° ECOCROSS "Nos Caminhos de Aripuanã" que acontecerá no dia 31 de março de 2019, em atendimento a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Turismo, Indústria e Comércio.

Contratante: Prefeitura Municipal de Aripuanã - MT

Contratado: LUANA ROSSI 06184205170 - **CNPJ nº 31.838.062/0001-09**

Valor Global: R$ 5.850,00 (cinco mil oitocentos e cinquenta reais).

Data: 11 de março de 2019.

Base Legal: com base no art. 24 inciso II da Lei nº 8.666/1993 e alterações, e com amparo no art. 37, inciso XXI da Constituição Federal.

Daniel Botoni

Presidente da CPL

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 10.687/2019

O prefeito Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 141, Inciso II da Lei Complementar n.º 95/2014e no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

CONCEDER, à funcionária Srª. **LUCIENE MARINHEIRO**,portadora da Cédula de Identidade RG nº.840.411 SSP/MT e inscrita no CPF sob o nº. 536. 459.281-20, ocupante do cargo de Carreira de **PROFESSOR** Classe **"C",** Nível **2,** lotada na *Secretaria Municipal de Educação e Cultura,* **LICENÇA** paraexercer função de natureza técnico-pedagógica em órgão do Estado, nos anos letivos de 2019/2020, sem ônus para o órgão de origem,a partir da data de **1°/02/2019,** retificando a Portaria Nº. 10.547/2019.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 11 dias de março de 2019.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

ANDRÉIA CRISTINA MEDEIROS

Secretária Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 10.692/2019

O prefeito Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais com amparo no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

CONCEDER, a funcionária Srª. **AURISLEIA ALVES MOREIRA**,portadora da Cédula de Identidade RG nº.2078946-7 SSP/MT e inscrita no CPF sob o nº. 030.496.151-50, ocupante do cargo de Carreira de **ZELADOR – NÃO PROFISSIONALIZADO,** lotada na *Secretaria Municipal de Educação e Cultura*, Gratificação por Desempenho Funcional**/GDF-01,** a partir do dia 1º/03/2019.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 11 dias de março de 2019.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

ANDRÉIA CRISTINA MEDEIROS

Secretária Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 10.688/2019

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal;

Considerando o memorando n° 224/2019/SEMEC;

Considerando o memorando n° 046/2019/SEMDER;

Os quais solicita divulgação dos términos de Contratos*, em virtude do vencimento, como pré-determinado, no momento da contratação*.

R E S O L V E :

RESCINDIR unilateralmente, os Contratos de Prestação de Serviço:

CONTRATO	NOME	Data
033	Vanusa Rosa Marques	1°/03/2019
046	Eliane de Oliveira Muniz	1°/03/2019
060	Rafael Oliveira Amaral	09/03/2019
069	Jose Raimundo Lopes Bonfim	09/03/2019
071	Ana Angelica Souza da Silva	09/03/2019
088	Maria de Jesus Andrade Frank	02/03/2019

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 11 dias de março de 2019.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

ANDRÉIA CRISTINA MEDEIROS

Secretária Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 10.680/2019

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Complementar n.º 002/99 e no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

DESIGNAR, a funcionária. Sra. **MARIZA DONATO**, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 34.313.901-7 SSP/SP e inscrita no CPF nº. 962.412. 841-34, ocupante do Cargo de Carreira de **PROFESSOR 1I**, **CLASSE** "**A"**, *lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura*, para ministrar 20 horas/aula excedentes no CEI Raio de Sol, em virtude de substituição da professora Ozeni Rodrigues Nogueira, em Licença Maternidade, no período de 1°/03/2019 a **12/08/2019**.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 11 dias de março de 2019.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

ANDRÉIA CRISTINA MEDEIROS

Secretária Municipal de Administração

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 003/2019

Processo Administrativo de Dispensa de Licitação nº. 003/2019

Objeto: Contratação de 01 (um) profissional de pessoa jurídica para prestação de serviços médico temporário como clínico geral para atendimento de 40 horas semanais para atender as necessidades da Unidade Básica de Saúde da Família Aripuanã.

Contratante: Prefeitura Municipal de Aripuanã - MT

Contratado: JULIEL RODRIGUES SANTANA & IRMA LTDA

CNPJ nº 31.081.226/0001-98

Valor Global: R$ 18.000,00 (dezoito mil reais).

Data: 11 de março de 2019.

Base Legal: com base no art. 24 inciso IV da Lei nº 8.666/1993 e alterações c/c art. 1º inciso II da LC 101/2015, e com amparo no art. 37, inciso XXI da Constituição Federal.

Daniel Botoni

Presidente da CPL

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 10.673/2019

O prefeito Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais com amparo no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

CONCEDER, ao funcionário, Sr. **FABRICIO SILVA SPOLADORE**, brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG nº. 1652463-2 SSP/MT e do CPF nº. 010.902.421-40, ocupante do cargo de Carreira de **MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR,** lotado na *Secretaria Municipal de Educação e Cultura*, Gratificação por Desempenho Funcional**/GDF-05,** a partir do dia 1º/03/2019, tornando sem efeito a Portaria nº 10.127/2018.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 11 dias de março de 2019.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

ANDRÉIA CRISTINA MEDEIROS

Secretária Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 10.674/2019

O prefeito Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais com amparo no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

CONCEDER, ao funcionário, Sr. **ALVANIR MAGALHÃES DA COSTA**,portador da Cédula de Identidade RG nº 1144758-3 SSP/MT e inscrito no CPF sob o nº 818.937.101-06, ocupante do cargo de Carreira de **MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR,** lotado na *Secretaria Municipal de Educação e Cultura*, Gratificação por Desempenho Funcional**/GDF-05,** a partir do dia 1º/03/2019, tornando sem efeito a Portaria nº 10.133/2018.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 11 dias de março de 2019.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

ANDRÉIA CRISTINA MEDEIROS

Secretária Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 10.675/2019

O prefeito Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais com amparo no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

CONCEDER, ao funcionário, Sr. **MAURI LINO DE SOUZA JUNIOR**, brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG nº. 2466038-8 SEJSP/MT e do CPF nº. 047.861.251-64, ocupante do cargo de Carreira de **MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR - MILAGROSA**, lotado na *Secretaria Municipal de Educação e Cultura*, Gratificação por Desempenho Funcional**/GDF-04,** a partir do dia 1º/03/2019.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 11 dias de março de 2019.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

ANDRÉIA CRISTINA MEDEIROS

Secretária Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 10.676/2019

O prefeito Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais com amparo no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

CONCEDER, ao funcionário, Sr. **PEDRO APARECIDO DE QUADROS**, brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG nº. 5.862.666-0 SESP/PR e do CPF nº. 762.125.309-63, ocupante do cargo de Carreira de **MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR - MORENA**, lotado na *Secretaria Municipal de Educação e Cultura*, Gratificação por Desempenho Funcional**/GDF-04,** a partir do dia 1º/03/2019.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 11 dias de março de 2019.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

ANDRÉIA CRISTINA MEDEIROS

Secretária Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 10.677/2019

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 88 § 2° da Lei Complementar n.º 095/2014 e no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

CONCEDER, ao funcionário, Sr. **MAURI LINO DE SOUZA JUNIOR**, brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG nº. 2466038-8 SEJSP/MT e do CPF nº. 047.861.251-64, ocupante do cargo de Carreira de **MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR - MILAGROSA**, lotado na *Secretaria Municipal de Educação e Cultura,* **GRATIFICAÇÃO ADICIONAL** de 10% (dez por cento) incidente sobre a remuneração base a que percebe, a partir do dia 1º/03/2019.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 11 dias de março de 2019.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

ANDRÉIA CRISTINA MEDEIROS

Secretária Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
ATO Nº 011/2019

CONVOCAÇÃO DE CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA Nº 004/2018, CONFORME LEI MUNICIPAL Nº 396/99, DE ACORDO COM AS LEIS COMPLEMENTARES Nº 001/99 E 002/99 E ALTERAÇÕES POSTERIORES.

JONAS RODRIGUES DA SILVA, Prefeito Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Municipal nº 396/1999;

RESOLVE:

Art. 1º Fica convocado o candidato abaixo relacionado aprovado no Processo Seletivo Simplificado para Profissionais da Educação Básica nº 004/2018, para comparecer na Secretaria Municipal de Educação e Cultura – SEMEC, no dia 12/03/2019, às 8:00 horas para atribuição de classes e/ou aulas e posterior contratação.

Art. 2º No ato da convocação os candidatos deverão apresentar fotocópia e os originais dos documentos exigidos no Edital, e demais REQUISITOS constante no quadro de nº de vagas, do Edital nº 001/2018 do Processo Seletivo Simplificado nº 004/2018.

Art. 3º As despesas decorrentes do presente ato correrão por conta das dotações próprias, suplementadas se necessário.

Art. 4º Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 11 de março de 2019.

Registre-se

e

Publique-se

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

LOCALIDADE CONSELVAN

TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL - TDE

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME	REGISTRO GERAL	ORGÃO EXPEDIDOR	CPF	HABILITAÇÃO
127	EDIMAR DA SILVA LEÃO	2705095-5	SESP /MT	059.900.381-27	ENSINO MÉDIO

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 10.678/2019

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 88 § 2° da Lei Complementar n.º 095/2014 e no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

CONCEDER, ao funcionário, Sr. **PEDRO APARECIDO DE QUADROS**, brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG nº. 5.862.666-0 SESP/PR e do CPF nº. 762.125.309-63, ocupante do cargo de Carreira de **MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR - MORENA**, lotado na *Secretaria Municipal de Educação e Cultura,* **GRATIFICAÇÃO ADICIONAL** de 10% (dez por cento) incidente sobre a remuneração base a que percebe, a partir do dia 1º/03/2019.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 11 dias de março de 2019.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

ANDRÉIA CRISTINA MEDEIROS

Secretária Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 10.682/2019

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo na LC 96/2014 e no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

NOMEAR, conforme aprovação em concurso n° 001/2015, a srª **VIVIANE DE ANDRADE GALINDO, portadora da Cédula de Identidade**RG nº. 2064119-2 SSP/MT e inscrita no CPF sob o nº. 027.045.721-60, para exercer o cargo de carreira de **AGENTE ADMINISTRATIVO - PCCS PREF.:**

SEDE DO MUNICÍPIO, lotada no Gabinete do Prefeito,a partir do dia 11/03/2019.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 11 dias de março de 2019.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

ANDRÉIA CRISTINA MEDEIROS

Secretária Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 10.683/2019

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo na LC 96/2014 e no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

EXONERAR, a srª **FABRICIA NAIARA SOUZA DA SILVA,** portador da Cédula de IdentidadeRG nº 2113519-3 SSP/MT e inscrito no CPF sob o nº. 030.752.681-00, do Cargo em Comissão de Direção e Assessoramento Superior de **Supervisão de Gestão Administrativa - SUGEAD, Nível DAS–03,** lotada na Secretaria Municipal de Saúde,a partir do dia 11/03/2019, tornando sem efeito a Portaria n° **9.201/2017**.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 11 dias de março de 2019.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

ANDRÉIA CRISTINA MEDEIROS

Secretária Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 10.684/2019

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo na LC 96/2014 e no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

NOMEAR, conforme aprovação em concurso n° 001/2015, a srª **FABRICIA NAIARA SOUZA DA SILVA, portador da Cédula de Identidade**RG nº 2113519-3 SSP/MT e inscrito no CPF sob o nº. 030.752.681-00, para exercer o cargo de carreira de **AGENTE ADMINISTRATIVO - PCCS PREF.: SEDE DO MUNICÍPIO,** lotada na Secretaria Municipal de Saúde,a partir do dia 11/03/2019.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 11 dias de março de 2019.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

ANDRÉIA CRISTINA MEDEIROS

Secretária Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 10.686/2019

O prefeito Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 26, da Lei Municipal n. 637 de 13 de outubro de 2006 que rege a previdência municipal, **e Lei Complementar 037/2009,**

RESOLVE:

Art. 1º Conceder o benefício Salário-Maternidade, à funcionária Srª. **DEBORA FERNANDA RABELO DE OLIVEIRA**, brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 2204477-9 SSP/MT e inscrita no CPF sob o nº. 038.760.731-54, ocupante do cargo de Carreira de **AGENTE ADMINISTRATIVO**, *lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura*, **com vencimentos integrais, a partir de 27/02/2019 e término em 25/08/2019, conforme processo administrativo do FAPEMA, n.º 2019.08.00014P.**

Art. 2º A remuneração da parcela inerente ao término do benefício, da servidora supracitada, será acrescida do 13º proporcional correspondente a 4/12 (quatro doze avos) do total de sua remuneração.

Art. 3º – À servidora gestante será concedida licença por 180 (cento e oitenta) dias, da seguinte forma:

a) 120 (cento e vinte) dias, com remuneração garantida pelo salário-maternidade previsto pelo Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Aripuanã/MT.

b) 60 (sessenta) dias com remuneração integral, paga pela Prefeitura Municipal.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 11 dias de março de 2019.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

ANDRÉIA CRISTINA MEDEIROS

Secretária Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 10.685/2019

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo na LC 96/2014 e no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

NOMEAR, a srª **FABRICIA NAIARA SOUZA DA SILVA, portador da Cédula de Identidade**RG nº 2113519-3 SSP/MT e inscrito no CPF sob o nº. 030.752.681-00, ocupante do cargo de carreira de **AGENTE ADMINISTRATIVO,** lotada na Secretaria Municipal de Saúde,para exercer *o* Cargo em Comissão de Direção e Assessoramento Superior de **Supervisão de Gestão Administrativa - SUGEAD, Nível DAS–03,** a partir do dia 11/03/2019.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 11 dias de março de 2019.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

ANDRÉIA CRISTINA MEDEIROS

Secretária Municipal de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE MELGAÇO

BARÃO PREVI

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº.01/2019 PARA CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS, PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS, POR EMPREITADA GLOBAL, NECESSÁRIOS À OPERACIONALIZAÇÃO DO PASSIVO PREVIDENCIÁRIO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL.

Processo nº	:	Dispensa de Licitação 001/2019
Interessado	:	BARÃO PREVI
Assunto :		CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS,PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS, POR EMPREITADA GLOBAL, NECESSÁRIOS À OPERACIONALIZAÇÃO DO PASSIVO PREVIDENCIÁRIO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL.
Data	:	22/01/2019

Ao Excelentíssimo Senhor

LAUZIO LUIZ DA SILVA

DIRETOR DO BARÃO PREVI.

Em análise a situação narrada, verifica-se que não há tempo hábil para realização de licitação de acordo com as atividades realizadas nos Regimes Próprio de Previdência Social.

A solução jurídica cabível para a contração ocorreu, todavia inesperadamente o Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso suspendeu a execução dos contratos administrativos decorrente do Pregão Presencial nº. 001/2017 e do Pregão Presencial nº. 0001/2018.

Verifica-se que o Pregão Presencial n.º 001/2017 que cautelarmente teve a execução do contrato da ata de registro de preços suspensa pelo Acórdão n.º 484/2017-TP (Representação de Natureza Interna nº. 28.282-0/2017) encontra-se sobrestado, em fase de recurso sem qualquer definição do mesmo. E o Pregão Presencial n.º 001/2018 que cautelarmente teve a execução do contrato da ata de registro de preços suspensa pelo do Julgamento Singular nº 1041/LCP/2018 (Representação de Natureza Interna nº. 31.613-0/2018) em andamento no Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso recentemente, 06/12/2018.

O Acórdão nº 27/2016-Plenário do TCU nos dá diretrizes bem claras e elucidativas sobre o assunto: “Uma situação emergencial justificadora da dispensa de licitação só se caracteriza se restar demonstrado que a contratação direta é o único meio adequado, necessário e efetivo de eliminar iminente risco de dano ou o comprometimento de segurança”.

Diante da demora da decisão do Tribunal de Contas com relação a solução jurídica criada para atuar junto aos Regimes de Previdência, cumulado com a necessidade de prestação de serviço continuado aos Regimes Próprios de Previdência Social, o tempo escasso para possível procedimento licitatório, verifica-se a solução legal previsto no inciso IV do art. 24 da Lei 8.666/93 atende a situação de emergência.

Está claro que o objeto da proteção legal é evitar o prejuízo que poderá sobrevir a bens, pessoas, coisas públicas ou privadas, se não forem tomadas providências imediatas, por isso mesmo incompatíveis com um processo regular de contratação por licitação. Por essa razão, admite-se a contratação emergencial para evitar danos aos servidores públicos efetivos desse município.

Sendo assim, solicitamos autorização para abertura do processo de DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2019, fulcrada no inciso IV do artigo 24 combinado com o artigo 26 da Lei Federal n.º 8.666/93.

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR: a prestação de serviços atualmente implantados pertencem a empresa Agenda Assessoria Planejamento e Informática Ltda., atual o fornecedor, sendo, portanto, inviável a contratação de outro fornecedor por curto período de tempo, bem como em razão da mudança abrupta das rotinas operacionais implementadas há anos.

JUSTIFICATIVA DE PREÇO: Os preços contratados encontram-se de acordo com os atualmente praticados pela contratada no Município através do respectivo Termo de Vinculação ao Contrato nº 078//2012, seus aditivos e apostilamentos posteriores.

Att,

_____

WILSON PRADO DE BARROS

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE PROCESSO LICITATÓRIO

Ao Setor de Licitação

Prezado Senhor,

Tendo em vista a CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS,PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS, POR EMPREITADA GLOBAL, NECESSÁRIOS À OPERACIONALIZAÇÃO DO PASSIVO PREVIDENCIÁRIO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL, a justificativa apresentada por essa Comissão, DECIDO:

AUTORIZAR a abertura de Processo de Dispensa de Licitação nº. 01/2019, para a contratação emergencial de empresa para prestação de serviços técnicos especializados, para execução de serviços técnicos, por empreitada global, necessários à operacionalização do passivo previdenciário do Regime Próprio de Previdência Social.

Considerando as exigências contidas na Lei Federal n. 8.666/93, bem como a situação de emergência descrita, já que não há tempo hábil para realização de procedimento licitatório para iniciar o exercício de 2019.

Barão de Melgaço/MT, 22, de Janeiro de 2018.

Lauzio Luiz da Silva

Representante Legal do RPPS

Processo nº	:	Dispensa de Licitação 001/2019
Interessado	:	BARÃO PREVI
Assunto :		CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS,PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS, POR EMPREITADA GLOBAL, NECESSÁRIOS À OPERACIONALIZAÇÃO DO PASSIVO PREVIDENCIÁRIO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL.
Data	:	23/01/2019

SOLICITAÇÃO DE SALDO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Para: Setor de Contabilidade

Com o objetivo de dispensar licitação para contratação emergencial para prestação de serviços técnicos especializados, para execução de serviços técnicos, por empreitada global, necessários à operacionalização do passivo previdenciário do Regime Próprio de Previdência Social, que garanta a continuidade das atividades no serviço público, SOLICITO ao setor competente informações sobre dotação orçamentária para as despesas estimadas.

Barão de Melgaço/MT, 23, de Janeiro de 2018.

_____

WILSON PRADO DE BARROS

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Processo nº	:	Dispensa de Licitação 001/2019
Interessado	:	BARÃO PREVI
Assunto :		CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS,PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS, POR EMPREITADA GLOBAL, NECESSÁRIOS À OPERACIONALIZAÇÃO DO PASSIVO PREVIDENCIÁRIO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL.
Data		23/01/2019

SOLICITAÇÃO DE PARECER JURÍDICO

Para: Setor Jurídico

Com o objetivo de dispensar licitação para contratação emergencial para prestação de serviços técnicos especializados, para execução de serviços técnicos, por empreitada global, necessários à operacionalização do passivo previdenciário do Regime Próprio de Previdência Social, venho por meio deste solicitar a emissão parecer jurídico para que possamos dar seguimento nos procedimentos legais.

Barão de Melgaço/MT, 23, de Janeiro de 2018.

_____

WILSON PRADO DE BARROS

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

DA FINALIDADE: Contratação emergencial de empresa para prestação de serviços técnicos especializados, para execução de serviços técnicos, por empreitada global, necessários à operacionalização do passivo previdenciário do Regime Próprio de Previdência Social.

JUSTIFICATIVA: Contratação de empresa que garanta a continuidade na prestação dos serviços públicos objeto do contrato, se faz necessário a contratação emergencial, o preço contratado será aplicado de acordo com o Termo de apostilamento ao TERMO DE VINCULAÇÃO N.º 01/2017 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS N.º 078/2012, OBJETO DA CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2012.

FUNDAMENTO LEGAL: A dispensa de Licitação tem respaldo no artigo 24, IV combinado com o artigo 26 da Lei Federal nº 8.666/93.

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços técnicos especializados, para execução de serviços técnicos, por empreitada global, necessários à operacionalização do passivo previdenciário do Regime Próprio de Previdência Social.

Baseado nestes fatos, torna público para conhecimento dos interessados a contratação do serviço abaixo:

Objeto	Contratação de empresa para prestação de serviços técnicos especializados, para execução de serviços técnicos, por empreitada global, necessários à operacionalização do passivo previdenciário do Regime Próprio de Previdência Social.
Contratada	AGENDA ASSESSORIA PLANEJAMENTO E INFORMÁTICA LTDA.
Valor Global	R$ 51.859,20, divididos em 6 parcelas de R$ 8.643,20
Fundamento Legal	Artigo 24, IV da Lei nº 8.666/93
Dispensa de Licitação	001/2019
Vigência	28/08/2019
Forma de Pagamento	Até o décimo dia útil ao mês subsequente a prestação dos serviços.
Dotação	3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Fica ratificada pelo Secretário de Administração a dispensa de licitação em tela, conforme despacho exarado no procedimento licitatório, em consonância com a justificativa apresentada e com o Parecer Jurídico, nos termos do Artigo 26 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

Barão de Melgaço/MT, 28, de fevereiro de 2019.

Lauzio Luiz da Silva

Representante Legal do RPPS

EXTRATO DE CONTRATO Nº 001/2019.

OBJETO: CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS,PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS, POR EMPREITADA GLOBAL, NECESSÁRIOS À OPERACIONALIZAÇÃO DO PASSIVO PREVIDENCIÁRIO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL.

VALOR: R$ 51.859,20 (Cinquenta e um mil, oitocentos e cinquenta e nove reais e vinte centavos)

PRAZO: 180 dias

CONTRATADO: AGENDA ASSESSORIA PLANEJAMENTO E INFORMÁTICA LTDA, CNPJ nº 00.059.307/0001-68

Barão de Melgaço, 01 de março de 2018.

AVISO DE RESULTADO, ADJUDICAÇÃO

E HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

DISPENSA N. 001/2019.

O Presidente da Comissão Permanente de Licitação do município de Barão de Melgaço/MT, em cumprimento ao artigo 3º da Lei n. 8.666/93 e suas alterações, torna público o resultado do procedimento licitatório DISPENSA DE LICITAÇÃO n. 001/2019, que tem por objeto a CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS,PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS, POR EMPREITADA GLOBAL, NECESSÁRIOS À OPERACIONALIZAÇÃO DO PASSIVO PREVIDENCIÁRIO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL, cujo certame teve como vencedora a empresa AGENDA ASSESSORIA PLANEJAMENTO E INFORMÁTICA LTDA, com o valor de R$ 51.859,20 (Cinquenta e um mil, oitocentos e cinquenta e nove reais e vinte centavos), divididos em 6 parcelas de R$ 8.643,20 (Oito mil, seiscentos e quarenta e três reais e vinte centavos).

Barão de Melgaço - MT, 28 de fevereiro de 2019.

WILSON PRADO DE BARROS

Presidente da CPL

O Sr. Lauzio Luiz da Silva, representante legal da Barão Previ, no uso de suas atribuições legais, conferidas por meio da Lei Orgânica do Município e em cumprimento aos dispositivos legais supracitados e informações constante nos autos do processo administrativo 01/2019, HOMOLOGA/ADJUDICA o procedimento licitatório Dispensa 01/2019.

Barão de Melgaço - MT, 28 de fevereiro de 2019.

Lauzio Luiz da Silva

CCONTRATANTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº: 001/2019

Contratante: Prefeitura Municipal de Barra do Bugres – MT, CNPJ: 03.507.522/0001-72

Contratado:, ETS ENGENHARIA LTDA ME inscrita no CNPJ/MF, sob n. º21.264.069/0001-00

OBJETO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA (HORAS TRABALHADAS) PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA-ESTRUTURA E SERVIÇOS PUBLICOS.

Valor global R$ 804.434,40 (Oitocentos e Quatro Mil, Quatrocentos e Trinta e Quatro Reais e Quarenta Centavos)

Processo Licitatório: **Pregão Presencial nº006/2018,** Oriundo da Ata de Registro de Preço Nº 015/2018-, Fornecimento de Mão de Obra (Horas Trabalhadas) Para Atender as Necessidades da Secretaria Municipal de Infra-Estrutura e Serviços Publicos

Dotação Orçamentária SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PUBLICOS:

12.003.0.0.15.452.8020.2052-3.3.90.39.00.00;

12.003.0.0.15.452.8020.2053-3.3.90.39.00.00;

12.003.0.0.15.452.8020.2056-3.3.90.39.00.00;

12.003.0.0.15.452.8020.2055-3.3.90.39.00.00-100

Vigência: **15/01/2019 a 31/12/2019**..

Responsável Jurídico: SAULO ALMEIDA ALVES

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 002/2019

Contratante:Prefeitura Municipal de Barra do Bugres – MT, CNPJ: 03.507.522/0001-72

Contratado: CELIA DA SILVA MACHADO , portador do Cédula de Identidade RG nº.: **2130998-1 SSP/MT** e **CPF nº**.: 014.593.021-17

Objeto: O objetivo deste contrato é Locação de 01 (um) Imóvel, situado à Rua João Custodio da Silva, nº 1190 – Bairro Maracanã – Barra do Bugres – MT, para Instalação da **SEDE DO CENTRO DE REFERENCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTENCIA SOCIAL (CREAS) DO MUNICIPIO DE BARRA DO BUGRES,** conforme solicitações do ofício nº.:022/SMAS/2019 15 de janeiro de 2019.

Valor global do presente Contrato e de R$ 13.560,00 (Treze Mil Quinhentos e Sessenta Reais) e valor mensal de R$ 1.130,00 (Um Mil Cento e Trinta Reais)

Processo Licitatório: Dotação Orçamentária: SECRETRIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL .

10.002.0.0.08.244.7040.2.100-3.3.90.36.00.00.0.12.9000000 – Outros Serviços

de Terceiros – Pessoa Física.

Vigência: 22/01/2019 à **22/01/2020**

Responsável Jurídico: SAULO ALMEIDA ALVES

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/SMEC/2019 - EDITAL Nº 015/2019 – HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

A Secretária Municipal de Educação e Cultura de Barra do Bugres, Estado de Mato Grosso, Sra. **IVONE DA ROCHA**e o Presidente da Comissão do Processo Seletivo da SMEC, Sr. **JOÃO BOSCO FERNANDES EL HAGE**, no exercício de suas atribuições legais, torna público o **EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES PARA O PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/SMEC/2019,** destinado à contratação de vagas remanescentes e formação de cadastro de reserva para Zona Rural, para atuação na Educação Básica da Rede Pública Municipal no ano letivo de 2019.

Art. 1º Ficam homologadas as inscrições realizadas para os cargos relacionados a seguir:

Cargo: TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL – ESCOLA CRIANÇA FELIZ

Nº	Insc. Nº	Nome
1.	1010	ANA ELIDIA MACIEL
2.	1032	ANGELITA CARMO PEREIRA
3.	1018	DEIZIANE BEATRIZ SILVA DE AZEVEDO
4.	1087	EMILLI TAIANE GOES RODRIGUES
5.	1027	FELIMARI RHAIANY LIMA DE SALES
6.	1084	FRANCISNEIA FRANCISCA BENTO
7.	1056	IVAN REGIS DA SILVA RIBEIRO
8.	981	KEZIA LUANA PIMENTEL DE MORAIS
9.	1078	LAURIENE MARILENE DENIS
10.	1050	LUCIANE DA SILVA FERREIRA
11.	1085	LUZIA DA CONCEIÇÃO SILVA BORTOLUZZI
12.	1048	MARIA MARIANA BATISTA
13.	997	NATALINA DE FATIMA DE MESQUITA
14.	1003	NEUTIDE DA SILVA RONDON
15.	1030	RENATA DA SILVA FERREIRA
16.	1066	ROSANGELA DE SOUZA
17.	983	SEVERINA FRANCIELY MARINS DA SILVA
18.	1049	SILVIA HORTENCIA FERREIRA
19.	1052	TANIA DA SILVA FERREIRA
20.	1036	TANIA REGINA CARREIRO
21.	1012	TELMA SIMARA PEREIRA DA SILVA

Cargo: TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL – ESCOLA SÃO BENEDITO

Nº	Insc. Nº	Nome
1.	1065	ANDREIA TIBÚRCIO DA SILVA
2.	1007	CLAUDIANE TEIXEIRA
3.	1001	JOAO PEDRO DOS REIS FERREIRA
4.	1047	JUCELIA CARDOSO NERES
5.	1059	NAIARA LUCAS DA SILVA
6.	1039	NATHANNA ALVES DANIEL RODRIGUES
7.	1070	ZILMA AUXILIADORA S. DO ESPIRITO SANTO

Cargo: TÉCNICO EM MULTIMEIOS DIDÁTICOS – ESCOLA SÃO BENEDITO

Nº	Insc. Nº	Nome
1.	1072	CARLOS MARTINS
2.	1051	DIOGO FELIPE DOS SANTOS LIMA
3.	985	FILIPE IZIDRO DUARTE
4.	1025	MARCELO JOSE DA SILVA SANTOS
5.	986	MARIA DE SOUSA MENDES LOPES

Cargo: TÉCNICO EM MULTIMEIOS DIDÁTICOS – ESCOLA RAIMUNDA A. A. LEÃO

Nº	Insc. Nº	Nome
1.	1037	EDUARDO PAULO DE OLIVEIRA
2.	1071	JOAO LUCAS AMARAL DOURDO

Cargo: NUTRIÇÃO ESCOLAR – ESCOLA BOA ESPERANÇA (BURITI FUNDO)

Nº	Insc. Nº	Nome
1.	1015	ALESSANDRA DE SOUZA BENITES
2.	1004	BEATRIZ DIAS DE SOUZA
3.	1024	LUIZA RONDON DA SILVA
4.	1008	MARIA DE CARVALHO COSTA RIBEIRO
5.	2	STEFANI DIAS DE SOUZA
6.	1061	TATIANE DE JESUS MAGALHÃES

Cargo: NUTRIÇÃO ESCOLAR – ESCOLA SÃO BENEDITO

Nº	Insc. Nº	Nome
1.	1089	JANETE DE SOUZA
2.	1060	VERONICE FAVATO CHAVES

Cargo: AGENTE DE SERVIÇO PÚBLICO – ESCOLA SÃO BENEDITO

Nº	Insc. Nº	Nome
1.	1083	ANGELITA RODRIGUES BARBOSA
2.	1069	THIAGO VACNI DE FREITAS PAULA

Cargo: AGENTE DE SERVIÇO PÚBLICO – ESCOLA RAIMUNDA A. ALMEIDA LEÃO

Nº	Insc. Nº	Nome
1.	1031	CLAUDIA FERREIRA TORRES
2.	993	EDER DE MORAES COSTA
3.	1081	JANIRA DE CAMPOS
4.	1046	ROSICLEIA DA SILVA BRAZÃO
5.	1080	SILMARA LORANDI DE OLIVEIRA

Art. 2º O local de prova e o ensalamento serão divulgados no dia 13 de março de 2019.

Art. 3º Este edital entra em vigor na data de sua publicação.

Barra do Bugres-MT, 12 de março de 2019.

IVONE DA ROCHA

Secretária Municipal de Educação e Cultura

Portaria Interna nº 022/2019

JOÃO BOSCO FERNANDES EL HAGE

Presidente da Comissão de Teste Seletivo da SMEC

Portaria Interna nº 16/2018

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº15/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº04/2019 – SRP

Pelo presente instrumento o **MUNICIPIO DE BARRA DO BUGRES – MT**, através da Prefeitura Municipal de Barra do Bugres - MT, situada à Praça Ângelo Masson, nº.:1000 – Centro – Barra do Bugres – MT, inscrita no CNPJ sob nº.:03.507.522/0001-72, nesse ato representada pelo Prefeito Municipal Sr. **RAIMUNDO NONATO DE ABREU SOBRINHO**, considerando o julgamento da licitação na modalidade de **PREGÃO PRESENCIAL N°04/2019 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS,** publicada no diário oficial, bem como a classificação das propostas e sua respectiva homologação, **RESOLVE** registrar os preços da empresa **JUNQUEIRA MATERIAIS E CONSTRUÇÃO LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 04.358.835/0001-79, com sede a Av. Marechal Rondon, 939, Centro, Barra do Bugres - MT, CEP 78.390-000, neste ato representado por sua sócia proprietário a Srª. **JULIANE CRISTINE DA COSTA JUNQUEIRA**, RG 15031560 SEJSP e CPF:012.355.131-57, nas quantidades estimadas anuais, de acordo com a classificação por ela alcançada por ITEM, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei n° 8.666/93 de 21.06.93 e suas alterações, Lei 10.520 de 17 de julho de 2002, Decreto N° 3.931 de 19 de setembro de 2001, Decretos Municipais Nº 004/2007 e 060/2011 e em conformidade com as disposições a seguir.

DO OBJETO

A presente Licitação tem por objeto o registro de preços com validade para 12 (doze) meses, prorrogáveis nos termos da lei, para **AQUISIÇÃO DE CIMENTO PARA PRODUÇÃO DE LAMA ASFALTICA PARA ATENDER AO CONVÊNIO Nº778/2018 – SECID/MT**, conforme especificações constantes no Anexo I do edital.

DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS.

Os preços registrados, a especificações dos produtos, os quantitativos, marcas e empresas fornecedoras encontram-se elencados no Quadro Comparativo de Preços, que será parte integrante deste instrumento, em ordem de classificação no processo licitatório de Pregão Presencial nº. 04/2019 - SRP.

ITEM	QUANT.	UNID	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
4	1.288,00	UNID	CIMENTO PORTLAND COMPOSTO (CP II-F) - COMPOSTO COM FILER, COM RESISTENCIA DE 32 MPA, FAIXA DE PORCENT. EM PESO DE CLINQUER+SULF.CALCIO 94-90%, C/ FAIXA DE PORCENTAGEM DE MATERIAL CARBONATICO DE 6-10%, EMBALAGEM EM SACOS DE PAPEL TIPO ¨KRAFT¨ DE, COM LIMITE DE PORCENTAGEM DE RESIDUO INSOLUVEL MENOR OU IGUAL A 2,5%, COM LIMITE DE PORCENTAGEM DE PERDA AO FOGO MENOR OU IGUAL A 6,5%, COM LIMITE DE PORCENTAGEM DE OXIDO DE MAGNESIO MENOR OU IGUAL A 6,5%, LIMITE DE PORCENTAGEM DE TRIOXIDO DE ENXOFRE MENOR OU IGUAL A 4%, LIMITE DE PORCENTAGEM DE ANIDRIDO CARBONICO MENOR OU IGUAL A 5%, COM LIMITE DE TEMPO DE FIM DE PEGA MENOR OU IGUAL A 10 HORAS, LIMITE DE EXPANSIBILIDADE A FRIO/QUENTE MENOR OU IGUAL A 5 MM, LIMITE DE TEMPO DE INICIO DE PEGA MAIOR OU IGUAL A 1 HORA, NORMATIZACAO CONFORME NBR 11578, EB-208, MB-1153, ETC. SACO DE 50 KG.	NACIONAL	R$27,50	R$35.420,00

A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, pela Aquisição, o **valor global de** R$ R$35.420,00 **(Trinta e Cinco Mil Quatrocentos e Vinte Reais)** de acordo com a proposta.

Validade: 12 (doze) meses.

Barra do Bugres - MT, 28 de Fevereiro de 2019.

RAIMUNDO NONATO DE ABREU SOBRINHO

Prefeito Municipal

Contratante

JUNQUEIRA MATERIAIS E CONSTRUÇÃO LTDA

Juliane Cristine da Costa Junqueira

Contratado

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO DO CONTRATO N º.: 058/2018

TOMADA DE PREÇO nº.:01/2018

Contratante:Prefeitura Municipal de Barra do Bugres – MT, inscrita no CNPJ: 03.507.522/0001-72

Contratado:, NCB CONSTRUÇÕES LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrito no CNPJ sob nº:12.878.273/001-12

DO OBJETO – Constitui objeto do presente Termo Aditivo e sua formalização em decorrência da PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA, devido ao término do prazo do contrato principal, referente a a contratação de Empresa do ramo pertinente de execução de Obras e Serviços de Engenharia, **PARA REVITALIZAÇÃO DA PRAÇA ANGELO MASSON, PARA ATENDER O CONVENIO Nº 105-2013/SECID/MT"**, em conformidades com o Cronograma Físico-Financeiro**,**parte integrante deste processo licitatório.

DO PRAZO O presente Termo Aditivo formaliza-se em decorrência de sua Prorrogação por mais 120 (Cento e Vinte) dias, sendo de **30/01/2019 à 30/05/2019.**

Responsável Jurídico: **REINALDO LORENCONI FILHO**

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº16/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº04/2019 – SRP

Pelo presente instrumento o **MUNICIPIO DE BARRA DO BUGRES – MT**, através da Prefeitura Municipal de Barra do Bugres - MT, situada à Praça Ângelo Masson, nº.:1000 – Centro – Barra do Bugres – MT, inscrita no CNPJ sob nº.:03.507.522/0001-72, nesse ato representada pelo Prefeito Municipal Sr. **RAIMUNDO NONATO DE ABREU SOBRINHO**, considerando o julgamento da licitação na modalidade de **PREGÃO PRESENCIAL N°04/2019 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS,** publicada no diário oficial, bem como a classificação das propostas e sua respectiva homologação, **RESOLVE** registrar os preços da empresa **EMAM-EMULSÕES E TRANSPORTES LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 04.420.916/0003-13, com sede na Rod Dos Imigrantes , snº, Km 8.6 ,Capela do Pissarrao, no Município Varzea Grande/MT CEP 78.132.400, representada neste ato por seu sócio proprietário o Sr. **Leonardo Machado de Azevedo Vilela**, portador do RG nº MG-5.738.021 e CPF n 001.481.006-94, nas quantidades estimadas anuais, de acordo com a classificação por ela alcançada por ITEM, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei n° 8.666/93 de 21.06.93 e suas alterações, Lei 10.520 de 17 de julho de 2002, Decreto N° 3.931 de 19 de setembro de 2001, Decretos Municipais Nº 004/2007 e 060/2011 e em conformidade com as disposições a seguir.**DO OBJETO**

A presente Licitação tem por objeto o registro de preços com validade para 12 (doze) meses, prorrogáveis nos termos da lei, para **AQUISIÇÃO DE CIMENTO PARA PRODUÇÃO DE LAMA ASFALTICA PARA ATENDER AO CONVÊNIO Nº778/2018 – SECID/MT**, conforme especificações constantes no Anexo I do edital.

DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS.

Os preços registrados, a especificações dos produtos, os quantitativos, marcas e empresas fornecedoras encontram-se elencados no Quadro Comparativo de Preços, que será parte integrante deste instrumento, em ordem de classificação no processo licitatório de Pregão Presencial nº. 04/2019 - SRP.

ITEM	QUANT.	UNID	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	386,27	Ton	EMULSAO ASFALTICA - COMPOSTO DE ASFALTO DE PETROLEO EMULSAO ASFALTICA RL-1C, UTILIZADO EM CONSERVACAO DE RODOVIAS, PARA APLICACAO, O PRODUTO PAVIMENTACAO RODOVIARIA, COMO PROTECAO MECANICA UTILIZAR NAO TEM, EMBALADO EM A GRANEL.	EMAM	R$ 2.660,00	R$ 1.027.478,20

A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, pela Aquisição, o **valor global de** R$ 1.027.478,20 **(Hum Milhão, Vinte e Sete Mil, Quatrocentos e Setenta e Oito Reais e Vinte Centavos)** de acordo com a proposta.

Validade: 12 (doze) meses.

Barra do Bugres - MT, 28 de Fevereiro de 2019.

RAIMUNDO NONATO DE ABREU SOBRINHO

Prefeito Municipal

Contratante

EMAM-EMULSÕES E TRANSPORTES LTDA

Leonardo Machado de Azevedo Vilela

Contratada

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO GARÇAS

PORTARIA Nº 14.537 DE 07 DE MARÇO DE 2.019

"Dispõe sobre nomeação para o cargo comissionado que menciona. "

O Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS, no uso de suas atribuições legais,

R e s o l v e:

Art. 1º – Nomear, a partir de 01 de março de 2019, para exercer em comissão, o cargo de Secretário Municipal de Transporte e Serviços Públicos (SM), o Sr. **CARLOS ROBERTO GONTIJO**.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Barra do Garças/MT, 07 de março de 2.019.

ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 14.531 DE 01 DE MARÇO DE 2.019

"Dispõe sobre nomeação, para exercer o cargo de Secretário Municipal que menciona. "

O Prefeito Municipal de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, Sr. ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS, no uso de suas atribuições legais,

R e s o l v e:

Art. 1º – Nomear, a partir de 01 de março de 2019, para exercer o cargo de Secretário Municipal de Cultura, o Sr. **MAURICIO SOARES LUCAS DE OLIVEIRA**.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Barra do Garças-MT, 01 de março de 2.019.

ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 4.113 DE 01 DE MARÇO DE 2.019.

"Dispõe sobre designação de membros para composição do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico".

O Prefeito Municipal de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS, no uso de suas atribuições legais e;

Considerando o que dispõe a Lei Municipal nº 4.042, de 13 de dezembro de 2018,

D E C R E T A:

Art. 1º – Ficam designados para compor o Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico de Barra do Garças (COMDEB), os seguintes membros:

a)Araguaia Convention & Visitors Bureau:

Titular: Joan Tertuliano Rosa

Suplente: Marcos de Almeida

b)Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Obras:

Titular: Getônio Dias Guirra

Suplente: Agvailton Alves Junior

c)Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Desenvolvimento Rural:

Titular: Fabiano Dall Agnol

Suplente: Jose Carlos de Faria Cardoso

d)Representante da Câmara de Dirigentes Lojistas de Barra do Garças, Pontal do Araguaia e Aragarças:

Titular: Leonardo Carvalho da Mota

Suplente: Fabio Christovan dos Santos

e)Representante do Sindicato Rural de Barra do Garças:

Titular: Eduardo Bueno de Queiróz Baroni

Suplente: Jonatam Silva Matos

f)Representante do SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial:

Titular: Ingrid Mota Guerra Jacarandá

Suplente: Karla Clléo Vasconcelos Sousa

g)Representante da Associação dos Arquitetos e Designers do Vale do Araguaia:

Titular: Dennis Machado da Silveira Junior

Suplente: Dionísio Carlos de Oliveira

h)Representante da Secretaria de Planejamento:

Titular: Mauro Gomes Piauí

Suplente: Maria Auxiliadora da Silva Garção

i)Representante da Câmara Municipal de Barra do Garças:

Titular: Geralmino Alves Rodrigues Neto

Suplente: Murilo Valoes Metello

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Barra do Garças/MT, 01 de março de 2.019.

ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 14.536 DE 07 DE MARÇO DE 2.019.

"Dispõe sobre exoneração do cargo comissionado que menciona."

O Prefeito Municipal de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, Sr. ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS, no uso de suas atribuições legais,

R e s o l v e:

Art. 1º – Exonerar, a pedido, a partir de 28 de fevereiro de 2019, do cargo comissionado de Secretário Municipal de Transporte e Serviços Públicos (SM), Sr. **CÉSAR NATAL MAGRINI**.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 28 de fevereiro de 2019.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a Portaria nº 13.847, de 22 de junho de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Barra do Garças/MT, 07 de março de 2.019.

ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS

Prefeito Municipal

EXTRATO DO 1° ADITIVO AO CONTRATO Nº 130/2018 – CARTA CONVITE Nº 007/2018

O Município de Barra do Garças – MT, torna público a celebração do Termo Aditivo em epígrafe, contratada: **RAFAELA FERREIRA RIBEIRO – ME,** que tem por objetivo prorrogar o prazo de Vigência do contrato original até a data de 30 de abril de 2019. Barra do Garças - MT, 27 de dezembro de 2018.

PORTARIA Nº 14.535 DE 07 DE MARÇO DE 2.019.

"Dispõe sobre exoneração da servidora comissionada que menciona. "

O Prefeito Municipal de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS, no uso de suas atribuições legais,

R e s o l v e:

Art. 1º – Exonerar, a partir de 28 de fevereiro de 2019, do cargo comissionado de Coordenador de Divisão de Controle e Abastecimento (DAS-3), junto à Secretaria Municipal de Transportes e Serviços Públicos, o Sr. **CARLOS ROBERTO GONTIJO.**

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 28 de fevereiro de 2019.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a Portaria nº 13.551, de 22 de Março de 2018.

Registre-se, Publique-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Barra do Garças/MT, 07 de março de 2.019.

ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 4.109 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2.019.

"Dispõe sobre cessão de servidora municipal ao órgão que menciona".

O Prefeito Municipal de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, **ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS**, no uso de suas atribuições legais,

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica autorizada a cessão da servidora Municipal Sra. MIUCA RODRIGUES DE MELO ALCÂNTARA, matrícula funcional nº 11894, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, no cargo de Enfermeira, ao Município de Alto Araguaia-MT, com ônus para o órgão de destino.

Art. 2º – A cessão será pelo período de 02 (dois) anos, com vigência a partir da anuência da Câmara Municipal de Barra do Garças.

Art. 3° - Este Decreto entra em vigor após prévio *referendum* da Câmara Municipal, nos termos do artigo 12, XX, da Lei Orgânica Municipal, com sua publicação de praxe.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Barra do Garças/MT, 19 de fevereiro de 2019.

ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS

Prefeito Municipal

Referendado o Decreto n° 4.109/19, em Sessão Ordinária do dia 25.02.2019.
Cilma Balbino de Sousa
Auxiliar Administrativo
Portaria 13/1996

PORTARIA Nº 14.530 DE 01 DE MARÇO DE 2.019.

"Dispõe sobre exoneração do cargo comissionado que menciona. "

O Prefeito Municipal de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, Sr. ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS, no uso de suas atribuições legais,

R e s o l v e:

Art. 1º – Exonerar, a pedido, a partir de 28 de fevereiro de 2019, do cargo comissionado sem ônus de Secretário Municipal de Cultura (SM), o Sr. **GEORGE CÂMARA MAIA**.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 28 de fevereiro de 2019.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a Portaria nº 13.558, de 26 de março de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Barra do Garças/MT, 01 de março de 2.019.

ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 14.532 DE 06 DE MARÇO DE 2019.

"Dispõe sobre prorrogação de prazo constante na Portaria que menciona."

O Prefeito Municipal de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, Sr. ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS, no uso de suas atribuições legais e;

Considerando que sejam dados andamentos e instruídos todos os atos processuais, e, pela demora na tramitação dos autos em virtude da quantidade de testemunhas inquiridas;

Considerando o disposto no Art. 170, da Lei Complementar nº. 03, de 04 de dezembro de 1991,

R e s o l v e:

Art. 1º - Prorrogar, por mais 90 (noventa) dias, a partir de 04 de março de 2019, o prazo constante na Portaria nº.14.255 de 04/12/2018, que dispõe sobre abertura de Processo Administrativo Disciplinar nº.70, para apuração de fatos.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 04 de março de 2019.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Barra do Garças/MT, 06 de março de 2019.

ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 14.534 DE 06 DE MARÇO DE 2019.

"Dispõe sobre prorrogação de prazo constante na Portaria que menciona."

O Prefeito Municipal de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, Sr. ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS, no uso de suas atribuições legais e;

Considerando que sejam dados andamentos e instruídos todos os atos processuais, e, pela demora na tramitação dos autos em virtude da quantidade de testemunhas inquiridas;

Considerando o disposto no Art. 170, da Lei Complementar nº. 03, de 04 de dezembro de 1991,

R e s o l v e:

Art. 1º - Prorrogar, por mais 90 (noventa) dias, a partir de 04 de março de 2019, o prazo constante na Portaria nº.14.254 de 04/12/2018, que dispõe sobre abertura de Processo Administrativo Disciplinar nº.69, para apuração de fatos.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 04 de março de 2019.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Barra do Garças/MT, 06 de março de 2019.

ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 14.533 DE 06 DE MARÇO DE 2019.

"Dispõe sobre prorrogação de prazo constante na Portaria que menciona."

O Prefeito Municipal de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, Sr. ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS, no uso de suas atribuições legais e;

Considerando que sejam dados andamentos e instruídos todos os atos processuais, e, pela demora na tramitação dos autos em virtude da quantidade de testemunhas inquiridas;

Considerando o disposto no Art. 170, da Lei Complementar nº. 03, de 04 de dezembro de 1991,

R e s o l v e:

Art. 1º - Prorrogar, por mais 90 (noventa) dias, a partir de 04 de março de 2019, o prazo constante na Portaria nº.14.253 de 04/12/2018, que dispõe sobre abertura de Processo Administrativo Disciplinar nº.68, para apuração de fatos.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 04 de março de 2019.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Barra do Garças/MT, 06 de março de 2019.

ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
PORTARIA INTERNA Nº 009 DE 27 DE FEVEREIRO DE 2019

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, que lhe conferem o Decreto nº 082, de 14 de fevereiro de 2018, bem como a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº. 2.258, de 16 de dezembro de 2010, e o Decreto nº.098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado através do Decreto nº153 de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o Decreto nº 082, de 14 de fevereiro de 2018, que nomeia a senhora Antônia Eliene Liberato Dias, para exercer o cargo de Secretária Municipal de Educação do Município de Cáceres-MT;

CONSIDERANDO o Programa de Desenvolvimento Institucional Integrado PDI/2019, instituído pelo Tribunal de Contas de MT, que tem como objetivo contribuir para a melhoria da eficiência dos serviços públicos, fomentando a adoção de um modelo de administração pública orientada para os resultados para a sociedade;

RESOLVE:

Art. 1º Designar as servidoras relacionadas abaixo, para compor a **Comissão de Elaboração das Avaliações Diagnósticas de Língua Portuguesa para serem aplicadas no 9º ano do Ensino Fundamental da Rede Pública Municipal de Ensino de Cáceres-MT, neste ano letivo, no final do 1º e 2º semestre,** objetivando averiguar como está o processo de ensino aprendizagem na rede, para implementar as intervenções pedagógicas necessárias.

Roseli do Nascimento Moreira

Eliane Ferreira Leite de Campos

Luciana de Souza Gattass Crepaldi

Art. 2º Sobre a Coordenação da primeira servidora, as avaliações devem ser elaboradas, revisadas e encaminhadas para reprodução.

Art. 3º Durante o processo de elaboração, as avaliações devem ser restritas à comissão constituída, garantindo o sigilo necessário e a lisura da iniciativa.

Art. 4º Esta Portaria Interna entrará em vigor na data da sua publicação

Secretaria Municipal de Educação, 27 de fevereiro de 2019.

ANTÔNIA ELIENE LIBERATO DIAS

Secretária Municipal de Educação

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
PORTARIA INTERNA Nº 007 DE 27 DE FEVEREIRO DE 2019

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, que lhe conferem o Decreto nº 082, de 14 de fevereiro de 2018, bem como a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº. 2.258, de 16 de dezembro de 2010, e o Decreto nº.098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado através do Decreto nº153 de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o Decreto nº 082, de 14 de fevereiro de 2018, que nomeia a senhora Antônia Eliene Liberato Dias, para exercer o cargo de Secretária Municipal de Educação do Município de Cáceres-MT;

CONSIDERANDO o Programa de Desenvolvimento Institucional Integrado PDI/2019, instituído pelo Tribunal de Contas de MT, que tem como objetivo contribuir para a melhoria da eficiência dos serviços públicos, fomentando a adoção de um modelo de administração pública orientada para os resultados para a sociedade;

RESOLVE:

Art. 1º Designar as servidoras relacionadas abaixo, para compor a **Comissão de Elaboração das Avaliações Diagnósticas de Língua Portuguesa e Matemática para serem aplicadas no 3º e 5º ano do Ensino Fundamental da Rede Pública Municipal de Ensino de Cáceres-MT, neste ano letivo, no final do 1º e 2º semestre,** objetivando averiguar como está o processo de ensino aprendizagem na rede, para implementar as intervenções pedagógicas necessárias.

Maria José Menacho da Silva Gonçalves

Ana da Guia Magalhães

Sandra Regina Silva da Cunha

Nilza Helena Rodrigues Egues

Art. 2º Sobre a Coordenação da primeira servidora, as avaliações devem ser elaboradas, revisadas e encaminhadas para reprodução.

Art. 3º Durante o processo de elaboração, as avaliações devem ser restritas à comissão constituída, garantindo o sigilo necessário e a lisura da iniciativa.

Art. 4º Esta Portaria Interna entrará em vigor na data da sua publicação

Secretaria Municipal de Educação, 27 de fevereiro de 2019.

ANTÔNIA ELIENE LIBERATO DIAS

Secretária Municipal de Educação

AGUAS DO PANTANAL
PORTARIA Nº 11/2019

O Diretor Executivo do Serviço de Saneamento Ambiental Águas do Pantanal, Município de Cáceres/MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 3º inciso VIII e IX, da Lei Complementar nº 106, de 07/10/2015.

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o Sr. **GUILHERME MUCARI DE ALMEIDA**, inscrito no CPF sob o nº 040.781.021-82 e RG nº 2012092-3 SESP/SP, para a função de **GÊRENCIA DE FISCALIZAÇÃO E PREVENÇÃO DE PERDAS,** do Serviço de Saneamento Ambiental Águas do Pantanal.

Art. 2º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação 11/03/2019.

Cáceres/MT, 11 de março de 2019

PAULO DONIZETE DA COSTA

Diretor Executivo

PORTARIA Nº 076 DE 07 DE MARÇO DE 2019.

O SECRETARIO MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral sob nº 7385, de 12 de fevereiro de 2019,

RESOLVE:

Art.1º Determinar o encaminhamento do processo acima mencionado e documentos que o instruem, à Comissão Permanente de Sindicância Administrativa Disciplinar, a fim de apurar os fatos narrados.

Art.2º A Comissão deverá iniciar seus trabalhos imediatamente, a partir da publicação da presente Portaria e concluí-los no prazo de 30 (trinta) dias.

§ 1º Caso o prazo citado seja insuficiente, a Comissão deverá comunicar por escrito ao Secretário Municipal solicitante, que autorizará mediante despacho, a prorrogação para mais 30 (trinta) dias, a contar do vencimento.

§ 2º A prorrogação será efetivada por meio de Portaria específica.

Art.3º Antes de dar início aos trabalhos, a Comissão deve consultar a PGM para orientação quanto ao procedimento legal a ser adotado.

Art.4º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 07 de março de 2019.

JUNIOR CEZAR DIAS TRINDADE

Secretário Municipal de Turismo e Cultura

Afixado em: 07.03.19

SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL ÁGUAS DO PANTANAL
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO-HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO N° 01/2019-TIPO MENOR PREÇO POR ITEM PROTOCOLO 124/2018.

Interessada: Serviço de Saneamento Ambiental Águas do Pantanal.

Objeto:Pregão Eletrônico tendo por objeto a contratação de empresa especializada no fornecimento de produtos químicos para tratamento de água, na quantidade e especificação detalhada abaixo, com a finalidade de atender as demandas do Serviço de Saneamento Ambiental Águas do Pantanal de Cáceres-MT.

EMPRESAS VENCEDORAS:

QUIMAR COM DE PRODUTOS QUIMICOS E TRATAMENTO DE AGUA LTDA ME.

CNPJ: **11.387.627/0001-63**

ITENS: 01,04,05,06.

VALOR TOTAL: R$ 598.580,00 (**Quinhentos e noventa e oito mil, quinhentos e oitenta reais**)

PURIFICA COMÉRCIO DE PRODUTOS QUIMICOS E TRATAMENTOS DE AGUA EIRELI EPP

CNPJ: **28.585.469/0001-59**

ITENS: 02,03,07.

VALOR TOTAL: R$ 78.024,00(**Setenta e oito mil e vinte e quatro reais**).

TOTAL DO PROCESSO: R$ 676.604,00 (Seiscentos e setenta e seis mil, seiscentos e quatro reais).

PAULO DONIZETE DA COSTA

Diretor Executivo–SSAAP

Cáceres-MT,01 de Marco de 2019.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
PORTARIA INTERNA Nº 011 DE 27 DE FEVEREIRO DE 2019

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, que lhe conferem o Decreto nº 082, de 14 de fevereiro de 2018, bem como a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº. 2.258, de 16 de dezembro de 2010, e o Decreto nº.098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado através do Decreto nº153 de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o Decreto nº 082, de 14 de fevereiro de 2018, que nomeia a senhora Antônia Eliene Liberato Dias, para exercer o cargo de Secretária Municipal de Educação do Município de Cáceres-MT;

CONSIDERANDO o Programa de Desenvolvimento Institucional Integrado PDI/2019, instituído pelo Tribunal de Contas de MT, que tem como objetivo contribuir para a melhoria da eficiência dos serviços públicos, fomentando a adoção de um modelo de administração pública orientada para os resultados para a sociedade;

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores relacionados abaixo, para compor a **Comissão de Elaboração das Avaliações Diagnósticas de Matemática, para serem aplicadas no 9º ano do Ensino Fundamental da Rede Pública Municipal de Ensino de Cáceres-MT, neste ano letivo, no final do 1º e 2º semestre,** objetivando averiguar como está o processo de ensino aprendizagem na rede, para implementar as intervenções pedagógicas necessárias.

Paulo dos Santos

Henrique Ribeiro dos Reis

Art. 2º Sobre a Coordenação do primeiro servidor, as avaliações devem ser elaboradas, revisadas e encaminhadas para reprodução.

Art. 3º Durante o processo de elaboração, as avaliações devem ser restritas à comissão constituída, garantindo o sigilo necessário e a lisura da iniciativa.

Art. 4º Esta Portaria Interna entrará em vigor na data da sua publicação.

Secretaria Municipal de Educação, 27 de fevereiro de 2019.

ANTÔNIA ELIENE LIBERATO DIAS

Secretária Municipal de Educação

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
PORTARIA INTERNA Nº 012 DE 27 DE FEVEREIRO DE 2019

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, que lhe conferem o Decreto nº 082, de 14 de fevereiro de 2018, bem como a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº. 2.258, de 16 de dezembro de 2010, e o Decreto nº.098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado através do Decreto nº153 de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o Decreto nº 082, de 14 de fevereiro de 2018, que nomeia a senhora Antônia Eliene Liberato Dias, para exercer o cargo de Secretária Municipal de Educação do Município de Cáceres-MT;

CONSIDERANDO o Programa de Desenvolvimento Institucional Integrado PDI/2019, instituído pelo Tribunal de Contas de MT, que tem como objetivo contribuir para a melhoria da eficiência dos serviços públicos, fomentando a adoção de um modelo de administração pública orientada para os resultados para a sociedade;

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores relacionados abaixo, para compor a **Comissão de Correção dos Gabaritos das Avaliações Diagnósticas de Língua Portuguesa e Matemática a serem aplicadas no 3º, 5º e 9º ano do Ensino Fundamental da Rede Pública Municipal de Ensino de**

Cáceres-MT, neste ano letivo, no final do 1º e 2º semestre, objetivando averiguar como está o processo de ensino aprendizagem na rede, para implementar as intervenções pedagógicas necessárias.

Esdras Crepaldi Leitão

Henrique Ribeiro dos Reis

Patrícia Maria Silva Frade Diniz

Elizabete Ribeiro

José Pereira de Oliviera Júnior

Mariolan Lara Garcia

Aline Rejane Caxito Braga

Luiz Gustavo da Silva Moraes

Sebastiana Aparecida de Souza Nunes

Michele do Rosário Borges

Art. 2º Esta Portaria Interna entrará em vigor na data da sua publicação.

Secretaria Municipal de Educação, 27 de fevereiro de 2019.

ANTÔNIA ELIENE LIBERATO DIAS

Secretária Municipal de Educação

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

TORNAR SEM EFEITO A PUBLICAÇÃO DO CONTRATO Nº 024/2019 – SMS

O Secretário de Saúde, Antônio Carlos de Jesus, no uso de suas atribuições, torna-se público para conhecimento dos interessados que decidiram tornar sem efeito a publicação do Contrato nº 024/2019, abaixo determinado:

Contratante: Prefeitura Municipal de Cáceres – Secretaria Municipal de Saúde.

Contratada: LUCILA ANE WEBER.

Objetivo: O Objeto do Contrato por prazo determinado consiste no cancelamento da contratação, **LUCILA ANE WEBER** no cargo de Farmacêutica, com carga horária de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais em caráter de excepcional interesse público, para exercer suas funções no Pronto Atendimento Médico – PAM da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Cáceres.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 27 de fevereiro de 2019.

_____

LUCILA ANE WEBER

Contratado

_____

ANTONIO CARLOS DE JESUS MENDES

Contratante

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
PORTARIA INTERNA Nº 010 DE 27 DE FEVEREIRO DE 2019

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, que lhe conferem o Decreto nº 082, de 14 de fevereiro de 2018, bem como a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº. 2.258, de 16 de dezembro de 2010, e o Decreto nº.098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado através do Decreto nº153 de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o Decreto nº 082, de 14 de fevereiro de 2018, que nomeia a senhora Antônia Eliene Liberato Dias, para exercer o cargo de Secretária Municipal de Educação do Município de Cáceres-MT;

CONSIDERANDO o Programa de Desenvolvimento Institucional Integrado PDI/2019, instituído pelo Tribunal de Contas de MT, que tem como objetivo contribuir para a melhoria da eficiência dos serviços públicos, fomentando a adoção de um modelo de administração pública orientada para os resultados para a sociedade;

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores relacionados abaixo, para compor a **Comissão de Correção de Texto contidas nas Avaliações Diagnósticas de Língua Portuguesa, a serem aplicadas no 9º ano do Ensino Fundamental da Rede Pública Municipal de Ensino de Cáceres-MT, neste ano letivo, no final do 1º e 2º semestre,** objetivando averiguar como está o processo de ensino aprendizagem na rede, para implementar as intervenções pedagógicas necessárias.

Edson Flávio Santos

Eliane Ferreira Leite de Campos

Luciana Cristina Gomes

Luciana de Souza Gattass Crepaldi

Roseli do Nascimento Moreira

Tânia Maria Sanábria Carvalho Tolloti

Art. 2º Esta Portaria Interna entrará em vigor na data da sua publicação

Secretaria Municipal de Educação, 27 de fevereiro de 2019.

ANTÔNIA ELIENE LIBERATO DIAS

Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº. 135 DE 07 DE MARÇO DE 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, e:

CONSIDERANDO o Decreto nº 407 de 02 de agosto de 2017, que nomeou os membros para a Comissão Municipal do FETHAB.

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral sob nº. 9335 de 28 de fevereiro de 2019;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o senhor **WELLINGTON DE BARROS MACIEL** para compor como membro Titular representante da Secretaria de Educação em substituição ao senhor **Raphael Nogueira Galvão** no **CONSELHO MUNICIPAL DO FETHAB** do Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso, com efeitos desde 01 de março de 2019.

Art. 7º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 07 de março de 2019.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres

Afixado em: 07.03.19

SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL ÁGUAS DO PANTANAL
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 11

PREGÃO ELETRÔNICO/REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2019

Ao 01 (primeiro) dia do mês de março do ano de dois mil e dezenove, pelo presente instrumento, a Autarquia **ÁGUAS DO PANTANAL** - Serviços de Saneamento Ambiental de Cáceres-MT, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 22.794.608/0001-78, com sede na Rua Antônio João, nº 100 - Centro - CEP 78200-000 – Fones (65) 3223-6900– CÁCERES-MT, neste ato representado por seu Diretor Executivo, **Sr.º PAULO DA DONIZETE DA COSTA**, portador da Carteira de Identidade RG nº 863.147.-4 SSP/SP e do CPF nº. 018.975.928-33 neste ato denominada simplesmente **CONTRATANTE** considerando o resultado da licitação na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO/REGISTRO DE PREÇOS Nº. 01/2019**, RESOLVE registrar os preços, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela alcançada dos ITENS, atendendo às condições previstas no Instrumento Convocatório, e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº. 10.520/2002; e subsidiariamente pela Lei Nº. 8.666/93 e alterações posteriores.

EMPRESA	PURIFICA COMÉRCIO DE PRODUTOS QUÍMICOS E TRATAMENTO DE ÁGUAS EIRELI EPP
CNPJ	28.585.469/0001-59
ENDEREÇO COMPLETO	RUA CANÁRIOS, LT 28, QUADRA 04, PETROPOLIS, VARZEA GRANDE/MT, CEP: 78.144-824
REPRESENTANTE LEGAL	BRUNO LEONEL ROSSI CPF: 027.314.341-71 RG: 15936910/SSP-MT
CONTATO (TELEFONE)	(65) 99927-9081
ENDEREÇO ELETRÔNICO	comercial@purificaprodutosquimicos.com

EMPRESA	QUIMAR COMERCIO DE PRODUTOS QUIMICOS E TRATAMENTO DE ÁGUA LTDA ME
CNPJ	11.387.627/0001-63
ENDEREÇO	AVENIDA AGRÍCOLA PAES DE BARROS, 1572, PORTO, CUIABÁ/MT, CEP: 78.025-332
REPRESENTANTE LEGAL	ARNOLDO SILVA VEGGI CPF: 005.536.791-71 RG:1291208-5 SSP/MT
CONTATO (TELEFONE)	(65) 99285-3890
ENDEREÇO ELETRÔNICO	quimarcomercio@outlook.com

1 CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO 1.1. Pregão Eletrônico tendo por objeto a contratação de empresa especializada para Futura e Eventual aquisição de PRODUTOS QUÍMICOS para tratamento de água, na quantidade e especificação detalhada abaixo, com a finalidade de atender as demandas do Serviço de Saneamento Ambiental Águas do Pantanal de Cáceres-MT, conforme condições e especificações constantes nesta Ata de Registro de Preço.

2. CLAUSULA SEGUNDA – DA VIGENCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1. O prazodevalidade da Ata de Registro de Preços será de até 12 (doze) meses a partir da data de sua assinatura,sendo que durante este período a licitante vencedora deverá manter as condições de habilitação exigidas na licitação;

2.1.1. Os contratos decorrentes do Sistema deRegistro de Preços – SRPterão sua vigência conforme as disposições contidas nos respectivos instrumentos convocatórios e respectivos contratos decorrentes, obedecido o disposto no art. 57, da Lei nº. 8666, 21 de junho de 1993.

3. CLAUSULA TERCEIRA – DA REGENCIA DA PRESENTE ATA

3.1. O gerenciamento deste instrumento caberá ao Serviço de Saneamento Ambiental ÁGUAS DO PANTANAL, no seu aspecto operacional e a Assessoria Jurídica nas questões legais.

4. DAS ESPECIFICAÇÕES, PRAZO DE ENTREGA, GARANTIA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

4.1. Os objetos deverão ser fornecidos em conformidade com as normas e legislação vigentes.

4.2. A especificação dos objetos pretendidos encontra-se definida no quadro abaixo:

FORNECEDORA: QUIMAR COMERCIO DE PRODUTOS QUIMICOS E TRATAMENTO DE ÁGUA LTDA ME							
ITEM	**COD. TCE-MT**	**DESCRIÇÃO**	**QNT.**	**UNID.**	**MARCA**	**VALOR UNITÁRIO**
01	6952-2	SULFATO DE ALUMÍNIO ISENTO DE FERRO EM PÓ. PRODUTO ISENTO DE MATERIAIS TENSOATIVOS, PRODUZIDO COM ACIDO SULFURICO 98,5% (NÃO RESIDUAL). EMBALADOS EM SACOS DE 25 KG. EM CONFORMIDADE COM A NBR 11.176 – SULFATO DE ALUMÍNIO PARA APLICAÇÃO EM SANEAMENTO BÁSICO.	300.000	KG	AVANEX	R$ 1,50
VALOR TOTAL: R$ 450.000,00 (Quatrocentos e cinquenta mil reais)							

FORNECEDORA: PURIFICA COMÉRCIO DE PRODUTOS QUÍMICOS E TRATAMENTO DE ÁGUAS EIRELI EPP						
ITEM	**COD. TCE-MT**	**DESCRIÇÃO**	**QNT.**	**UNID.**	**MARCA**	**VALOR UNITÁRIO**
02	0009800	HIPOCLORITO DE CÁLCIO GRANULADO 65%; INGREDIENTES INERTES: CLORETO DE SÓDIO, CLORETO DE CÁLCIO, CARBONATO DE CÁLCIO, CLORATO DE CÁLCIO E ÁGUA 35%	300	KG	DAMARFE	R$ 11,28
VALOR TOTAL: R$ 3.384,00 (Três mil, trezentos e oitenta e quatro reais)						

FORNECEDORA: PURIFICA COMÉRCIO DE PRODUTOS QUÍMICOS E TRATAMENTO DE ÁGUAS EIRELI EPP						
ITEM	**COD. TCE-MT**	**DESCRIÇÃO**	**QNT.**	**UNID.**	**MARCA**	**VALOR UNITÁRIO**
03	399797-9	PASTILHA DE TRICLORO 200G, 100% TEOR DE CLORO; TABLETE ACIDO TRICLOROTRICLOROISOCIANURICO N° ONU – 2468. TABLETES BRANCOS COM ODOR CARACTERÍSTICO DE CLORO, PH (SOLUÇÃO1%)= MÍN. 2,7 – MÁX 3,3; UMIDADE =MÁX. 0,5%; CLORO DISPONÍVEL = MÍN. 90%.	1.600	KG	DAMARFE	R$ 18,18
VALOR TOTAL: R$ 29.088,00 (Vinte e nove mil e oitenta e reais)						

FORNECEDORA: QUIMAR COMERCIO DE PRODUTOS QUIMICOS E TRATAMENTO DE ÁGUA LTDA ME						
ITEM	**COD. TCE-MT**	**DESCRIÇÃO**	**QNT.**	**UNID.**	**MARCA**	**VALOR UNITÁRIO**

04	46146-0	CAL HIDRATADA ,COMPOSIÇÃO QUÍMICA: HIDRÓXIDO DE CÁLCIO E HIDRÓXIDO DE MAGNÉSIO ; ASPECTO FÍSICO PÓ, COR BRANCO, APLICAÇÃO TRATAMENTO DE ÁGUA , COMPOSIÇÃO CA(OH)², PESO MOLECULAR 74. SACOS DE 20KG	7.000	KG	ARCO IRIS	R$ 1,13
VALOR TOTAL: R$7.910,00 (Sete mil e novecentos e dez reais)						

FORNECEDORA: QUIMAR COMERCIO DE PRODUTOS QUIMICOS E TRATAMENTO DE ÁGUA LTDA ME

ITEM	COD. TCE-MT	DESCRIÇÃO	QNT.	UNID.	MARCA	VALOR UNITÁRIO
05	243507-1	SAL MARINHO (GRANULADO) AUSENTE DE IODO; PARA USO EM EQUIPAMENTO DE GERADOR DE CLORO. ACONDICIONADO EM SACOS DE 25 KG.	180.000	KG	CIMSAL	R$ 0,49
VALOR TOTAL: R$ 88.200,00 (Oitenta e oito mil e duzentos reais)						

FORNECEDORA: QUIMAR COMERCIO DE PRODUTOS QUIMICOS E TRATAMENTO DE ÁGUA LTDA ME

ITEM	COD. TCE-MT	DESCRIÇÃO	QNT.	UNID.	MARCA	VALOR UNITÁRIO
06	0004700	POLÍMERO ANIÔNICO SEMELHANTE AO SUPERFLOC 8535. ACONDICIONADO SACOS DE 25 KG	1.800	KG	USIQUIMICA	R$ 29,15

PARÂMETROS	ESPECIFICAÇÃO		UNID
APARÊNCIA	MATERIAL EM PÓ		-
TIPO DE CARGA	ANIÔNICA		-
	MÍN	MÁX	UNID
CARGA	4,80	11,20	%
TEOR DE SÓLIDOS	87,00	100,00	%
TEOR DE INSOLUVEIS	0,00	2,00	%
RESIDUAL DE ACRILAMINA	0,00	500,00	PPM
VISCOSIDADE	2,7	4,7	CPS
TAMANHOS DE PARTICULAS	0,0	1,0	%
FINOS	0	10	%

VALOR TOTAL: R$ 52.470,00 (Cinquenta e dois mil, quatrocentos e setenta reais)

FORNECEDORA: PURIFICA COMÉRCIO DE PRODUTOS QUÍMICOS E TRATAMENTO DE ÁGUAS EIRELI EPP

ITEM	COD. TCE-MT	DESCRIÇÃO	QNT.	UNID.	MARCA	VALOR UNITÁRIO
07	00022875	FLUOSSILICATO DE SÓDIO, (FORMULA QUÍMICA: NA2 SI2), COLORAÇÃO BRANCA, A SER UTILIZADO COMO FLUOR NO PROCESSO DE TRATAMENTO DE ÁGUA DESTINADA AO ABASTECIMENTO PÚBLICO; AS EMBALAGENS DEVEM SER EM SACOS DE 25KG IMPERMEÁVEIS DE BOA RESISTÊNCIA MECÂNICA. NÃO DEVE CONTER SUBSTANCIAS TOXICAS AOS SERES VIVOS EM GERAL E QUE VENHAM A SER CONFERIDAS NA ÁGUA. CARACTERÍSTICA FÍSICO-QUÍMICA: PUREZA COMERCIAL: MÍN. 98,00%; CONCENTRAÇÃO DO ION FLUORETO: MÍN. DE 59%; TEOR DE ALCALINIDADE LIVRE (% AL2 O 3) MÁX. DE 0,40%; DENSIDADE APARENTE: 1,400 – 1,600 G/ML.	3.900	KG	BUSCHLE E LEPPER	R$ 11,68
VALOR TOTAL: R$ 45.552,00 (Quarenta e cinco mil, quinhentos e cinquenta e dois reais)						

Observação: Conforme portaria MS Nº 2914/11, é importante esclarecer que os fornecedores devem atender às especificações mencionadas nas mesmas, razão pela qual devem constar no termo de referência, quais sejam:

1. Os fornecedores deverão encaminhar os laudos de atendimento dos requisitos de saúde estabelecidos em norma técnica da ABNT para o controle de qualidade dos produtos químicos utilizados no tratamento de água.

2. **Os fornecedores necessitarão enviar o laudo de inocuidade dos materiais utilizados na produção e distribuição que tenham contato com a água.**

4.3. DO PRAZO DE ENTREGA E GARANTIA

4.4. O objeto deverá ser entregue no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contados a partir da data do recebimento da Nota de Empenho.

4.5. Caso a **CONTRATADA** não cumprir o prazo acima estabelecido sofrerá as sanções previstas na Lei 8.666/93 e suas alterações.

4.6. A empresa contratada deverá prestar garantia em todos os itens do presente **Edital**, assegurando a execução do contrato considerando o seu valor total contratado, sob pena de decair o direito a contratação.

4.7. DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

4.7.1. Os bens serão recebidos:

4.7.1.2. Provisoriamente, em até 15 (quinze) dias, contados da data de comunicação, por escrito, da **CONTRATADA**, após a realização da vistoria para a devida verificação das especificações constantes no **TERMO DE REFERÊNCIA** e na proposta;

4.7.1.3. Definitivamente, em até 90 (noventa) dias contados da vistoria, e constatação da correta especificação e funcionamento do objeto;

4.7.1.4. Se após o **RECEBIMENTO PROVISÓRIO** for identificada qualquer falha na execução, cuja responsabilidade seja atribuída à **CONTRATADA**, o prazo para a efetivação do **RECEBIMENTO DEFINITIVO** será interrompido, recomeçando sua contagem após o saneamento das irregularidades detectadas.

4.7.1.5. A **CONTRATANTE** rejeitará, no todo ou em parte, a entrega do objeto quando em desacordo com as especificações constantes neste **TERMO DE REFERÊNCIA** e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação da **CONTRATADA**, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. As despesas decorrentes da execução do presente Termo de Referência correrão à conta de Recursos Próprios, alocados sob a classificação funcional:

Órgão/Unidade	Funcional-Programática	Natureza da Despesa	Fonte de Recursos
04.18.01	17.512.1007.2211	3.3.90.30	100- Rec. Ordinários

VALOR TOTAL DO REGISTRO DE PREÇOS: R$ 676.604,00 (Seiscentos e setenta e seis mil e seiscentos e quatro reais).

PAULO DONIZETE DA COSTA

DIRETOR EXECUTIVO

Cáceres-MT,01de março de 2.019.

CONTRATAÇÃO/PROCESSO SELETIVO Nº 005/2018 -SMS

CONTRATO Nº 014/2019 – SMS

POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres – MT, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/ 0001-83, neste ato, representado pelo Secretário Municipal de Saúde Interino, **ANTONIO CARLOS DE JESUS MENDES**, de ora em diante denominado simplesmente Contratante, e o senhora **ISABELLA DE LARA AIRES REIS**, Brasileira, Solteira, Residente e Domiciliado na Rua Joao Albuquerque, N° 0043, Cavalhada, em Cáceres-MT, portador do RG n° 2282879-6 SSP/MT e CPF nº 040.800.571-80, daqui por diante denominado Contratado, pelo presente Contrato por Prazo Determinado, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, considerando o Edital nº 005/2018 – Processo Seletivo Público de Provas e Títulos, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª – O Objeto do presente Contrato por prazo determinado consiste na contratação, **ISABELLA DE LARA AIRES REIS** no cargo de Médica Clínico Geral, com carga horária de trabalho de 20 (vinte) horas semanais em caráter de excepcional interesse público, para exercer suas funções na UBS Santos Dumont do Município de Cáceres da Secretaria Municipal de Saúde.

DO PRAZO

Cláusula 2ª – A referida Contratação tem início em **18 de Fevereiro 2019 e término em 18 de Agosto 2019.**

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª – O Município pagará a título de salário o valor de R$2.238,38 (dois mil duzentos e trinta e oito reais e trinta e oito centavos) mensais, acrescido de verba indenizatória na forma da Lei Municipal 2324 de 30 de abril de 2012, alterada pela Lei nº 2356 de 21 de dezembro de 2012, Decreto nº 343 de 05 de agosto de 2013 e Lei 2.717 de 24 de dezembro de 2018.

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Cláusula 4ª – O Contratado fica comprometido a cumprir a carga horária referida na cláusula 1ª, no período já comprometido neste Contrato.

Cláusula 5ª – O Município descontará do vencimento do Contratado, eventuais faltas ao serviço não justificadas e demais situações em conformidade com a Lei Complementar n° 25 de novembro de 2007 e o art. 4º incisos I, II, III, IV, V da lei 2.717/2018.

Parágrafo Único – O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.

Cláusula 6ª – A Secretaria Municipal de Saúde fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.

Cláusula 7ª – O não cumprimento, pelo Contratado, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

Cláusula 8ª – Este Contrato vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS, para qual o Contratado contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.

Cláusula 9ª – Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo término do prazo de sua vigência, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.

Cláusula 10ª - As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Saúde:

Órgão/Unidade	Funcional Programática	Natureza de Despesa	Fonte de Recursos
020602	10.302.1002.2029	3.1.90.04	102

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 02 (vias) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 04 Fevereiro de 2019.

_____

ISABELLA DE LARA AIRES REIS

Contratado

_____

ANTONIO CARLOS DE JESUS MENDES

Contratante

TESTEMUNHAS:

_____

_____

CPF nº

_____

_____

CPF nº

DECRETO Nº. 129 DE 07 DE MARÇO DE 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e o **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA,** no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral nº 9443 de 01 de março de 2019.

RESOLVE:

Art. 1º- Exonerar o servidor **JAMIR LOPES DE BARROS,** do cargo Comissionado de Gerencia de Oficina Mecânica, do Decreto nº 037 de 24 de janeiro de 2018 da Secretaria de Infraestrutura e Logística do Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso, com efeitos desde 06 de março de 2019.

Art. 2º-Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 07 de março de 2019.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres

WESLEY DE SOUSA LOPES

Secretário Municipal de Infraestrutura e Logística

Afixado em: 07.03.19

PORTARIA Nº 072 DE 04 DE MARÇO DE 2019.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o Artigo 101 da Lei Complementar nº. 025 de 27 de novembro de 1997 e o Artigo 40 da Lei Complementar nº. 48, de 05 de setembro de 2003;

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral nº 9502 de 04 de março de 2019,

RESOLVE:

Art.1º Conceder a servidora **LUCINETE MONTEIRO TORRES**, lotada na Secretaria Municipal de Turismo e Cultura, 03 (três) meses de **Licença-Prêmio**, referente ao quinquênio 2012/2017, no período de 04 de março de 2019 a 01 de junho de 2019.

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 04 de março de 2019.

JUNIOR CEZAR DIAS TRINDADE

Secretário Municipal de Turismo e Cultura

Afixado em: 04.03.19

DECRETO Nº. 126 DE 04 DE MARÇO DE 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e o **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA,** no uso das atribuições, que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153 de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o que consta submetido ao Protocolo Geral sob nº 9199, de 27 de fevereiro de 2019,

RESOLVEM:

Art. 1º- Nomear a servidora **LUMENA BESSON BISSI**, para exercer o cargo de Gerência de Arquitetura e Projetos, da Secretaria de Infraestrutura e Logística, do Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso, a partir desta data.

Art.2º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 04 de março de 2019.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres

WESLEY DE SOUSA LOPES

Secretário Municipal de Infraestrutura e Logística

Afixado em: 04.03.19.

DECRETO Nº. 125 DE 04 DE MARÇO DE 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e o **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA,** no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral nº 9222 de 28 de fevereiro de 2019.

RESOLVE:

Art. 1º- Excluir do Decreto nº. 037 de 24.01.2018, o nome da servidora **MICHELA MÁRCIA CAMARGO DA SILVA EGUES,** referente à nomeação do cargo em Comissão de Gerencia Arquitetura e Projetos, da Secretaria de Infraestrutura e Logística do Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso, a partir de 04 de março de 2019.

Art. 2º-Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 04 de março de 2019.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres

WESLEY DE SOUSA LOPES

Secretário Municipal de Infraestrutura e Logística

Afixado em: 04.03.19

AGUAS DO PANTANAL
PORTARIA Nº 09/2019

O Diretor Executivo do Serviço de Saneamento Ambiental Águas do Pantanal, Município de Cáceres/MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 3º inciso VIII e IX, da Lei Complementar nº 106, de 07/10/2015.

RESOLVE:

Art. 1º - **Nomear** o Sr.ª. **ADRIANE OLIVARES RAMOS**, inscrito no CPF sob o nº 14200244 SSP/MT e CPF nº 000.229.701-93 para função de **GERÊNCIA ADMINISTRATIVA** do Serviço de Saneamento Ambiental Águas do Pantanal.

Art. 2º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data 11/03/2019.

Cáceres/MT, 11 de março de 2019

PAULO DONIZETE DA COSTA

Diretor Executivo

PORTARIA Nº 067 DE 01 DE MARÇO DE 2019.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o art. 67 de Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, onde determina que a execução dos Contratos seja acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração Pública;

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral sob nº 9407 de 01 de março de 2019,

RESOLVE:

Art.1º Designar o servidor **RENAN TOMAZ SALOMÃO**, lotado na Secretaria Municipal de Turismo e Cultura, como responsável pela fiscalização e controle do contrato relacionado abaixo.

Nº	Contratado	Objeto	Data Assinatura Contrato	Vigência
Contrato de Rateio nº 002/19	CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL, AMBIENTAL E TURÍSTICO DO COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL	Constitui objeto do presente contrato de Rateio as despesas gerais e manutenção do Consórcio e Contrapartidas de Convênios no Exercício de 2019 e a consecução das ações previstas na Lei Municipal nº 2.589/2017 em consonância com o Titulo I, Cláusula 3ª do Contrato Consórcio.	14.02.19	31.12.19

§ 1º O servidor acima designado deverá acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, bem como, registrar detalhadamente por escrito todas as ocorrências, encaminhá-las à Secretaria de Turismo e Cultura e determinar o que for necessário para a regularização.

§ 2º Os casos em que excederem a competência do servidor responsável pela fiscalização, deverão ser repassados ao Gestor da Pasta, para a adoção das providências necessárias.

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação

Prefeitura Municipal de Cáceres, 01 de março de 2019.

JUNIOR CEZAR DIAS TRINDADE

Secretário Municipal de Turismo e Cultura

Afixado em: 01.03.19.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
PORTARIA INTERNA Nº 008 DE 27 DE FEVEREIRO DE 2019

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, que lhe conferem o Decreto nº 082, de 14 de fevereiro de 2018, bem como a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº. 2.258, de 16 de dezembro de 2010, e o Decreto nº.098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado através do Decreto nº153 de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o Decreto nº 082, de 14 de fevereiro de 2018, que nomeia a senhora Antônia Eliene Liberato Dias, para exercer o cargo de Secretária Municipal de Educação do Município de Cáceres-MT;

CONSIDERANDO o Programa de Desenvolvimento Institucional Integrado PDI/2019, instituído pelo Tribunal de Contas de MT, que tem como objetivo contribuir para a melhoria da eficiência dos serviços públicos, fomentando a adoção de um modelo de administração pública orientada para os resultados para a sociedade;

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores relacionadas abaixo, para compor a **Comissão de Correção das Produções de Texto contidas nas Avaliações Diagnósticas de Língua Portuguesa a serem aplicadas no 3º e 5º ano do Ensino Fundamental da Rede Pública Municipal de Ensino de Cáceres-MT, neste ano letivo, no final do 1º e 2º semestre,** objetivando averiguar como está o processo de ensino aprendizagem na rede, para implementar as intervenções pedagógicas necessárias.

Nilza Helena Rodrigues Egues

Etânia Aparecida Bernardes Gattas

Maria José Menacho da Silva Gonçalves

Marinete da Silva Rego

Alexandra Maria de Lima Distácio

Sandra Regina Silva da Cunha

Art. 2º Esta Portaria Interna entrará em vigor na data da sua publicação

Secretaria Municipal de Educação, 27 de fevereiro de 2019.

ANTÔNIA ELIENE LIBERATO DIAS

Secretária Municipal de Educação

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS

RECURSOS HUMANOS
DECRETO DE Nº 3075 DE 11 DE MARÇO DE 2019.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO SR.(A) **PABIO HENRIQUE PORTO** E DÁ OUTRA PROVIDÊNCIAS.

JEOVAN FARIA , PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município.

Considerando a realização do Concurso Público, para provimento efetivo dos cargos de Carreira do Serviço Público Municipal, no dia 27 de janeiro de 2019 e Edital nº 001/2018,

Considerando a homologação do mencionado Concurso, através do Decreto nº 3027 de 13 de fevereiro de 2019, do Executivo Municipal,

Considerando a existência de vagas nos órgãos da Administração Municipal,

Considerando, finalmente, o disposto nas normas que regem o Direito do Trabalho,

DECRETA

Art. 1º - Fica nomeado em caráter efetivo o (a) SR.(A) **PABIO HENRIQUE PORTO** , para exercer o cargo **PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL – DISTRITO SÃO JOSÉ COUTO, Classe "B" Nível 1**, junto a **SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA**, desta Prefeitura.

Art. 2º - A validade da nomeação deste Decreto, fica condicionada à não infrigência do disposto inciso III do Art. 37 da Constituição Federal.

Art. 3º - Será considerado desistente o Candidato nomeado por este decreto e não comparecer no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data da publicação do presente Decreto, para tomar posse no cargo.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Campinápolis-MT, 11 de março de 2019.

JEOVAN FARIA

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA DE Nº 8241 DE 11 DE MARÇO DE 2019.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA SRA **MARIA ALVES DOS SANTOS**, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JEOVAN FARIA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Município e Lei Complementar 027 05 de dezembro de 2011,

considerando; o teor do Oficio nº 011/2019 UMEIMML datado de 11 de março de 2019.

RESOLVE: I - Nomear a Sra. MARIA ALVES DOS SANTOS, para exercer o cargo em comissão de SECRETÁRIA ESCOLAR, junto a SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, desta Prefeitura Municipal.

II - Delegar aos mesmos todos os poderes, competências e atribuições inerentes ao cargo acima citado.

III - Esta portaria entra em vigor na data de 11 de março de 2019, revogadas as disposições em contrário.

Cumpra-se e Publique-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Campinápolis - MT, 11 de março de 2019.

JEOVAN FARIA

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
ATA Nº 002/2019

ATA Nº 002/2019

Contagem de Títulos da 2ª Chamada Pública para contratação de professores das Escolas Municipal Indígena

Aos 11(onze) dias do mês de março de dois mil e dezenove, reuniram-se nas dependências da Secretaria Municipal de Educação e Cultura- SEMEC, às 14h30min, os membros da Comissão de Contagem de Pontos para a 4ª Chamada Pública destinada à contratação de professores para as Escolas: EMI. **Aldeona** que inscreveu-se apenas um candidato: **Silvério O'Rewawe Serebabawe**, que após análise da documentação apresentada, o candidato obteve 10 (Dez) pontos. EM. **Bela Vista**. Inscreveu-se apenas o candidato **Heliton Seremuai**, que obteve 5.0 (cinco) pontos. EMI. **Mato Grosso**. Inscreveu-se apenas o candidato **Fabio Tseredzaditsi**, que obteve 5 (cinco) pontos.. EMI. **Parinai'a** inscreveram-se as candidatas **Elda Cristina de Jesus Santos** que obteve 30 (trinta) pontos e **Ariane Tharine de Souza** que obteve 10.0(dez) pontos; **EMI. Santa Helena**. **EMI. São Mateus e EMI. Novo Barreiro** não houve inscritos.

Membros da Comissão de Contagem de Pontos

.....

Nelson Gonçalves de Melo

.....

Maria Cristina de Morais Gonçalves

.....

Janet Aparecida Franco de Miranda

Campinápolis

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 005/2019

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 005/2019

"Estabelece normas para a chamada pública de professor destinada a prover vaga temporária de excepcional interesse público na rede municipal de ensino – área Indígena e dá outras providências".

JEOVAN FARIA, Prefeito Municipal de Campinápolis, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e,

Considerando a necessidade temporária de excepcional interesse público na rede municipal de ensino para provimento de vagas no âmbito da Secretaria Municipal da Educação Cultura, e;

Considerando que a educação é um direito constitucional, cabendo ao Município garantir a continuidade da prestação desses serviços essenciais à população, e;

Considerando a **inexistência de aprovados** no Processo Seletivo Simplificado nº004/2018, **tornar público** os procedimentos para a **CHAMADA PÚBLICA** de professor destinada ao provimento de vaga temporária para o ano letivo de 2019 – Escolas Municipal Indígena.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O presente Processo de Seleção tem como finalidade selecionar, para posterior recrutamento e contratação de Professor para atuar junto a Escola Municipal Indígena conforme quadro de vaga constante do quadro 1 deste Edital, item 2. 1.

1.2 O Processo de Seleção Sumária escopo desta Chamada Pública, será de caráter classificatório.

1.3. Se o número de candidatos que atenderem ao disposto neste Edital for superior ao número de vagas ofertadas, os excedentes comporão **cadastro de reserva** para atendimento às necessidades posteriormente apresentadas.

1.4. Os candidatos aprovados neste processo sumário de seleção serão regidos pelo Regime de Direito Administrativa – Lei Complementar nº 001/1993 – Lei Complementar nº 027/2011 e alterações posteriores - e serão filiados ao Regime Geral da Previdência Social – RGPS, como contribuintes obrigatórios do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

1.5. O Contrato dos candidatos aprovados neste Processo de Seleção Sumária se dará a **título precário**.

2. DOS CARGOS, VAGAS, CARGA HORÁRIA, SALÁRIOS, ESCOLARIDADE EXIGIDA E LOCAL DE VAGA.

2.1. O quantitativo de vagas, a carga horária semanal, a remuneração, a formação exigida e a unidade de lotação constam do quadro 1 abaixo.

Quadro 1. Discriminação das Vagas

Cargos	Vagas	Carga Horária	Salário (R$)	Escolaridade Exigida	Local de Vaga
Professor	01(uma)	Conforme atribuição	Conforme LC 027/2011 e alterações posteriores	Ensino Fundamental Incompleto/Ensino Fundamental Completo/Magistério/ Bacharelado/Licenciatura	Escola Municipal Indígena Santa Helena – Aldeia Santa Helena
Professor	01(uma)	Conforme atribuição	Conforme LC 027/2011 e alterações posteriores	Ensino Fundamental Incompleto/Ensino Fundamental Completo/Magistério/ Bacharelado/Licenciatura	Escola Municipal Indígena Novo Barreiro – Aldeia Novo Barreiro

3. DAS INSCRIÇÕES

3.1. As inscrições e preenchimento dos requisitos acessórios (entrega de documentos comprobatórios) serão realizadas presencialmente ou por pessoa autorizada mediante a apresentação de procuração, no período de 11(onze) a 13(treze) de março de 2019, das 13h00minh ás 17h00minh horas, na Secretaria Municipal da Educação e Cultura, situada na AV. Benônico José Lourenço, Setor União - Campinápolis-MT.

3.2. Poderão se inscrever os interessados que atenderem, no ato da inscrição, as exigências descritas no quadro 1 deste edital e, ao seguinte:

a) Ter nacionalidade brasileira e/ou ser naturalizado;

b) Ter, no ato da inscrição, idade igual ou superior a 18(dezoito) anos;

c) Estar quite com as obrigações eleitorais;

d) Estar em dia com as obrigações militares (se do sexo masculino).

e) Ter a carta de aceite assinada pela comunidade e o cacique ou vice-cacique.

4. DOS CRITÉRIOS PARA A SELEÇÃO

Os critérios para a seleção dos Profissionais elencados no quadro 1 deste Edital, consistirão na análise curricular, conforme os requisitos discriminados no quadro 2 abaixo.

Quadro 2 – Requisitos para análise curricular

Título	Forma de Comprovação1	Pontuação
ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO	Declaração/histórico	5,00(cinco) pontos
ENSINO MEDIO	Declaração/histórico	10,00(dez) pontos
MAGISTÉRIO	Declaração/histórico	15,00(quinze) pontos
BACHARELADO	Declaração/histórico	20,00(vinte) pontos
LICENCIATURA	Declaração/histórico	30,00(trinta) pontos

1- Será contabilizada somente a maior titulação 2- Ensino Médio no qual a especificidade da matriz curricular não está direcionada para a atividade docente

5. DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

5.1. Para desempate entre os candidatos serão obedecidos, respectivamente os seguintes critérios:

a) Maior idade;

6. DO RESULTADO E CONVOCAÇÃO

6.1. O resultado será divulgado a partir do dia 13/03/2019, no site da Prefeitura Municipal e Jornal Oficial dos Municípios.

6.2. A convocação para apresentação da documentação exigida para a admissão será feita nos meios de divulgação oficiais do Município de Campinápolis - MT.

6.3. Por ocasião da contratação/admissão deverão ser apresentadas cópias e originais dos seguintes documentos:

a) CPF;

b) Título de Eleitor;

c) Carteira de Identidade - RG;

d) Certidão de Regularidade Eleitoral;

e) Certificado de Escolaridade ou Diploma/Atestado de Conclusão acompanhado do Histórico Escolar;

f) Certidão de Nascimento ou casamento;

g) Certificado Militar (se homem);

h) Certidão de Nascimento dos Filhos Menores de 14 Anos;

i) número de conta corrente do Banco do Brasil;

j) comprovante de endereço com telefone de contato;

l) número do PIS/PASEP;

m) atestado de saúde;

n) Declaração de acumulação ou não de Cargo, Emprego ou Função Pública;

o) Declaração de Bens.

7. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

7.1. A análise curricular será realizada por Comissão nomeada por ato do Secretário Municipal de Educação e Cultura.

7.2 A Comissão referenciada no item anterior será constituída por 03(três) integrantes.

7.3. A Comissão nomeada para o fim específico referenciado no item 7.1 deste Edital procederá a anotação do resultado nas fichas/modelo constante dos Anexos I.

7.4. A Comissão, obrigatoriamente ao analisar a documentação entregue pelo candidato deverá atestar a conferência com o original, quando apresentada em fotocópias.

7.5. As fichas contendo o resultado individualizado de cada candidato deverão obrigatoriamente ser assinadas por todos os membros da Comissão.

Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal, em Campinápolis-Mt, 11 de Março 2019.

JEOVAN FARIA

Prefeito Municipal

ANEXO – I

FICHA DE INSCRIÇÃO PARA PROFESSOR.

Nome:	
D.Nasc. / /	**RG.:**
CPF. :	**Data de EXp. / /**
Localidade:	

TÍTULO	FORMA DE COMPROVAÇÃO	PONTUAÇÃO	TOTAL DE PONTOS
ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO	Histórico escolar (original e/ou cópia autenticada)	5.0 (cinco) pontos	
ENSINO MÉDIO COMPLETO	Diploma/Histórico escolar (original e/ou cópia autenticada)	10.0 (dez) pontos	
MAGISTÉRIO	Diploma/Histórico escolar/Declaração (original e/ou cópia autenticada).	15.0 (quinze) pontos	
BACHARELADO	Diploma/Histórico escolar/Declaração (original e/ou cópia autenticada).	20.0 (vinte) pontos	
LICENCIATURA	Diploma/Histórico escolar/Declaração (original e/ou cópia autenticada).	30.0 (trinta) pontos	

_____

Assinatura do Candidato

Comissão:

_____

Campinápolis, ____/____/2019.

RECURSOS HUMANOS
DECRETO DE Nº 3076 DE 11 DE MARÇO DE 2019.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO SR.(A) **AMARO CARDOSO DE OLIVEIRA** E DÁ OUTRA PROVIDÊNCIAS.

JEOVAN FARIA , PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município.

Considerando a realização do Concurso Público, para provimento efetivo dos cargos de Carreira do Serviço Público Municipal, no dia 27 de janeiro de 2019 e Edital nº 001/2018,

Considerando a homologação do mencionado Concurso, através do Decreto nº 3027 de 13 de fevereiro de 2019, do Executivo Municipal,

Considerando a existência de vagas nos órgãos da Administração Municipal,

Considerando, finalmente, o disposto nas normas que regem o Direito do Trabalho,

DECRETA

Art. 1º - Fica nomeado em caráter efetivo o (a) SR.(A) **AMARO CARDOSO DE OLIVEIRA** , para exercer o cargo **PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA – DISTRITO SÃO JOSÉ COUTO, Classe "B" Nível 1**, junto a **SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA**, desta Prefeitura.

Art. 2º - A validade da nomeação deste Decreto, fica condicionada à não infrigência do disposto inciso III do Art. 37 da Constituição Federal.

Art. 3º - Será considerado desistente o Candidato nomeado por este decreto e não comparecer no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data da publicação do presente Decreto, para tomar posse no cargo.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Campinápolis-MT, 11 de março de 2019.

JEOVAN FARIA

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
ERRATA PORTARIA 8238 DE 06 MARÇO DE 2019.

Na Edição Ano XIV, n° 3.182, do Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, pág. 45, de 11 de março de 2019, na publicação da Portaria 8238 de 06 de março de 2019, onde se lê:

Item: I. Exonerar a Sra. FABIANA ANASTACIA DA SILVA, que exercia o cargo em comissão de SECRETÁRIA ESCOLAR, junto a SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, desta Prefeitura Municipal. Com efeitos a partir de 28.02.2019 a data do atestado de licença Maternidade. LEIA-SE : "Exonerar a Sra. FABIANA ANASTACIA DA SILVA, que exercia o cargo em comissão de SECRETÁRIA ESCOLAR, junto a SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, desta Prefeitura Municipal.

Campinápolis, 11 de março de 2019.

JEOVAN FARIA

Prefeito Municipal

SETOR DE LICITAÇÕES
RESULTADO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2019.

A Prefeitura de Campinápolis – MT por meio da Comissão de Licitação torna público que a Dispensa de Licitação nº 01/2019, para aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar para atender o programa nacional de alimentação escolar – PNAE, foi vencedora: COOPERATIVA DOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DE CAMPINÁPOLIS, CNPJ nº 09.541.356/0001-07, Projeto de Venda no valor global de R$ 217. 202,50 (duzentos e dezessete mil duzentos e dois reais e cinquenta centavos). Campinápolis – MT, 11 de março de 2019. Gilberto F. Ribeiro de Paula - Presidente da CPL.

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA DE Nº. 8240 DE 07 DE MARÇO DE 2019.

"DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DOS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JEOVAN FARIA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e a Lei Nº 1072 de 14 de fevereiro de 2014,

CONSIDERANDO o teor do Processo Seletivo 004/2018;

CONSIDERANDO o teor dos Editais de Convocações**.**

RESOLVE: I – Contratar os servidores abaixo relacionados para exercerem as respectivas funções junto a SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, desta Prefeitura Municipal.

NOME	CARGO	LOCALIDADE
Amoconi Parawawa	AAE/Nutrição Área indígena	Área indígena
Arilson Teihidzatse	Professor	Área indígena
Bonifacio Tserureme	Professor	Área indígena
Deoniceia Sandro Renhi Aharare Wa aire	AAE/Nutrição	Área indígena
Filemon Terobza ra Tserewanne	Professor	Área indígena
Greogorio Redzahi	Professor	Área indígena
Hernandes Tsere aimo a Prepe	AAE/Limpeza	Área indígena
Italo Nunes Tseredzaripire	Professor	Área indígena
Jesuino Tsere ubmro Wapari a	Professor	Área indígena
Maria de Fátima Tsinhotse ho ha Hiridu	AAE/Nutrição	Área indígena
Nadira Peamo	Professor	Área indígena
Rosinha Rewaiwe o	AAE/Nutrição	Área indígena
Savio Hacai Wa Rairo	Professor	Área indígena
Vitaro Manuel Tsereda o Tserero ori	Professor	Área indígena
Warley Tserewaru Wadzatse	AAE/Nutrição	Área indígena
Willian Tsutata	Professor	Área indígena

II - Delegar aos mesmos todos os poderes, competências e atribuições inerentes ao cargo acima citado.

III - Esta portaria entra em vigor na data de 06 de março de 2019, revogadas as disposições em contrário,

Cumpra-se e Publique-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Campinápolis - MT, 07 de março de 2019.

JEOVAN FARIA

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 004/2019

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 004/2019

"Estabelece normas para a chamada pública de professores destinada a prover vaga temporária de excepcional interesse público na rede municipal de ensino – EM São José do Couto, EM. José Cordeiro".

JEOVAN FARIA, Prefeito Municipal de Campinápolis, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e,

Considerando a necessidade temporária de excepcional interesse público na rede municipal de ensino para provimento de vagas no âmbito da Secretaria Municipal da Educação Cultura, e;

Considerando que a educação é um direito constitucional, cabendo ao Município garantir a continuidade da prestação desses serviços essenciais à população, e;

Considerando a **inexistência de aprovados** no Concurso Público nº001/2018, **tornar público** os procedimentos para a **CHAMADA PÚBLICA** de Professores, destinada ao provimento de vaga temporária para o ano letivo de 2019 – Escola Municipal São José do Couto e Escola Municipal José Cordeiro.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O presente Processo de Seleção tem como finalidade selecionar, para posterior recrutamento e contratação de Professor para atuar junto à rede Municipal de Ensino: **Escola Municipal São José do Couto e Escola Municipal José Cordeiro.** Conforme quadro de vaga constante do quadro 1 deste Edital, item 2. 1.

1.2 O Processo de Seleção Sumária escopo desta Chamada Pública, será de caráter classificatório.

1.3. Se o número de candidatos que atenderem ao disposto neste Edital for superior ao número de vagas ofertadas, os excedentes comporão **cadastro de reserva** para atendimento às necessidades posteriormente apresentadas.

1.4. Os candidatos aprovados neste processo sumário de seleção serão regidos pelo Regime de Direito Administrativa – Lei Complementar nº 001/1993 – Lei Complementar nº 027/2011 e alterações posteriores - e serão filiados ao Regime Geral da Previdência Social – RGPS, como contribuintes obrigatórios do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

1.5. O Contrato dos candidatos aprovados neste Processo de Seleção Sumária se dará a **título precário**.

2. DOS CARGOS, VAGAS, CARGA HORÁRIA, SALÁRIOS, ESCOLARIDADE EXIGIDA E LOCAL DE VAGA.

2.1. O quantitativo de vagas, a carga horária semanal, a remuneração, a formação exigida e a unidade de lotação constam do quadro 1 abaixo.

Quadro 1. Discriminação das Vagas

Cargos	Vagas	Área	Carga Horária	Salário (R$)	Escolaridade Exigida	Local de Vaga

Professor	01(uma)	Língua Portuguesa	Conforme atribuição	Conforme LC 027/2011 e alterações posteriores	Habilitação em Língua Portuguesa ou Licenciatura em qualquer área	Escola Municipal São José do Couto
Professor	01(uma)	Matemática	Conforme atribuição	Conforme LC 027/2011 e alterações posteriores	Habilitação em Matemática ou Licenciatura em qualquer Área	Escola Municipal São José do Couto
Professor	1(uma)	Educação Infantil	Conforme atribuição	Conforme LC 027/2011 e alterações posteriores	Magistério ou Pedagogia Habilitação em Educação Infantil	Escola Municipal José Cordeiro
Professor	1(uma)	Língua portuguesa	Conforme atribuição	Conforme LC 027/2011 e alterações posteriores	Habilitação em Língua Portuguesa ou Licenciatura em qualquer Área	Escola Municipal José Cordeiro
Professor	1(uma)	Matemática	Conforme atribuição	Conforme LC 027/2011 e alterações posteriores	Habilitação em Matemática ou Licenciatura em qualquer Área	Escola Municipal José Cordeiro

3. DAS INSCRIÇÕES

3.1. As inscrições e preenchimento dos requisitos acessórios (entrega de documentos comprobatórios) serão realizados presencialmente ou por pessoa autorizada mediante a apresentação de procuração, no período de11(onze) a 13(treze) de março de 2019, das 13h00minh ás 17h00minh horas, na Secretaria Municipal da Educação e Cultura, situada na AV. Benônico José Lourenço, Setor União - Campinápolis-MT.

3.2. Poderão se inscrever os interessados que atenderem, no ato da inscrição, as exigências descritas no quadro 1 deste edital e, ao seguinte:

a) Ter nacionalidade brasileira e/ou ser naturalizado;

b) Ter, no ato da inscrição, idade igual ou superior a 18(dezoito) anos;

c) Estar quite com as obrigações eleitorais;

d) Estar em dia com as obrigações militares (se do sexo masculino).

4. DOS CRITÉRIOS PARA A SELEÇÃO

Os critérios para a seleção dos Profissionais elencados no quadro 1 deste Edital, consistirão na análise curricular, conforme os requisitos discriminados no quadro 2 abaixo.

Quadro 2 – Requisitos para análise curricular

Título	Forma de Comprovação1	Pontuação
Magistério	Diploma ou Histórico	10.0(dez) pontos.
Graduação	Diploma e Histórico	20.0(vinte) pontos
Especialização	Certificado e Histórico	30.0(trinta) pontos

1- Será contabilizada somente a maior titulação

5. DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

5.1. Para desempate entre os candidatos serão obedecidos, respectivamente os seguintes critérios:

a) Maior idade;

6. DO RESULTADO E CONVOCAÇÃO

6.1. O resultado será divulgado a partir do dia 13/03/2019, no site da Prefeitura Municipal e Jornal Oficial dos Municípios.

6.2. A convocação para apresentação da documentação exigida para a admissão será feita nos meios de divulgação oficiais do Município de Campinápolis - MT.

6.3. Por ocasião da contratação/admissão deverão ser apresentadas cópias e originais dos seguintes documentos:

a) CPF;

b) Título de Eleitor;

c) Carteira de Identidade - RG;

d) Certidão de Regularidade Eleitoral;

e) Certificado de Escolaridade ou Diploma/Atestado de Conclusão acompanhado do Histórico Escolar;

f) Certidão de Nascimento ou casamento;

g) Certificado Militar (se homem);

h) Certidão de Nascimento dos Filhos Menores de 14 Anos;

i) número de conta corrente do Banco do Brasil;

j) comprovante de endereço com telefone de contato;

l) número do PIS/PASEP;

m) atestado de saúde;

n) Declaração de acumulação ou não de Cargo, Emprego ou Função Pública;

o) Declaração de Bens.

7. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

7.1. A análise curricular será realizada por Comissão nomeada por ato do Secretário Municipal de Educação e Cultura.

7.2 A Comissão referenciada no item anterior será constituída por 03(três) integrantes.

7.3. A Comissão nomeada para o fim específico referenciado no item 7.1 deste Edital procederá a anotação do resultado nas fichas/modelo constante dos Anexos I.

7.4. A Comissão, obrigatoriamente ao analisar a documentação entregue pelo candidato deverá atestar a conferência com o original, quando apresentada em fotocópias.

7.5. As fichas contendo o resultado individualizado de cada candidato deverão obrigatoriamente ser assinadas por todos os membros da Comissão.

Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal, em Campinápolis - MT. 11 de março de 2019.

JEOVAN FARIA

Prefeito Municipal

ANEXO – I

FICHA DE INSCRIÇÃO PARA PROFESSOR.

Nome:	
D.Nasc. / /	**RG.:**
CPF. :	**Data de EXp. / /**
Localidade:	

TÍTULO	FORMA DE COMPROVAÇÃO	PONTUAÇÃO	TOTAL DE PONTOS
MAGISTÉRIO	Diploma/Histórico	10.0 (dez) pontos	
LICENCIATURA	Diploma/Histórico	20.0 (vinte) pontos	
ESPECIALIZAÇÃO	Diploma/Histórico	30.0 (trinta) pontos	

_____

Assinatura do Candidato

Comissão:

_____

__

Campinápolis, ____/____/2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 026/2019

PREGÃO PRESENCIAL N° 09/2019 – REGISTRO DE PREÇOS

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis/MT

FORNECEDOR: LUZ E CIA EIRELI

VIGÊNCIA: 12 meses, contados a partir de sua publicação

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de materiais elétricos para atender as necessidades das Secretarias Municipais.

VALOR TOTAL: R$ 353.863,50

FUNDO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE CAMPO NOVO DO PARECIS - MT
PORTARIA 034/2019

PORTARIA Nº 034/2019 "Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição – Especial de professora, com proventos integrais em favor da Sra. INEZ DE AVILA DEL BARCO".

O Diretor Executivo do FUNSEM - Fundo de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Campo Novo dos Parecis Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos Art. 6º, incisos "I", "II", "III" e "IV", da Emenda Constitucional nº 41/03, de 19 de dezembro de 2003, cumulada com Art. 40, §5º da Constituição Federal e Art. 11, inciso III, alínea "a" e §3º, da Lei Municipal nº 1.170/2007, de 09 de maio de 2007, e anexo "IV" da Lei Municipal nº 1.145/2006, atualizada pelo Decreto Executivo nº 231/2018 cumulado com o Decreto Executivo nº 12/2019.

Resolve,

Art. 1º Conceder o benefício de **APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO** – Especial de Professora, com proventos integrais em favor da servidora Sra. **INEZ DE AVILA DEL BARCO**, brasileira, divorciada, funcionária pública municipal, matricula nº 123, efetiva no cargo de professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, filha de Genis Menezes de Avila e Rosalina Garcia de Avila, portadora da Cédula de Identidade RG nº 0823657-7 SSP/MT e inscrita no CPF sob nº 581.803.701-00 residente e domiciliada na Rua Belem nº 722 NE, Bairro Nossa Senhora Aparecida, Município de Campo Novo do Parecis-MT, contando com um total de 9.153 dias, que corresponde à 25 anos e 28 dias prestados, contributivos, efetivada no cargo de Professora, Classe "E", Nível "XXIV – 25 anos", conforme o processo nº 2019.04.18916P, até posterior deliberação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor a partir do dia 01 de março de 2019, revogadas as disposições em contrário.

Registre, publique e cumpra-se.

Campo Novo do Parecis – MT, 26 de fevereiro de 2019.

WILSON LEAL MIRANDA

Diretor Executivo

HOMOLOGO:

RAFAEL MACHADO

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 023/2019

PREGÃO PRESENCIAL N° 09/2019 – REGISTRO DE PREÇOS

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis/MT

FORNECEDOR: POLIGONAL ILUMINACAO LTDA

VIGÊNCIA: 12 meses, contados a partir de sua publicação

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de materiais elétricos para atender as necessidades das Secretarias Municipais.

VALOR TOTAL: R$ 253.000,00

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
AUTO DE INFRAÇÃO SANITÁRIA 016/2019

Nome: **TECIDOS CAMPO NOVO LTDA CNPJ: 04.685.901/0001-15**

Endereço: Avenida Brasil - Quadra 14 lote 11 Bairro: Jardim Alvorada

Município: Campo Novo do Parecis –MT CEP: 78360-000

Aos onze dias do mês de março do ano de dois mil e dezenove, às 10:00 horas, no exercício de fiscalização sanitária, estivemos no local supracitado para realizar inspeção sanitária para verificar se o proprietário/responsável havia atendido a notificação nº **016/2019** de denúncia de terreno baldio coberto de mato. Após vistoria constatamos que a mesma não foi atendida, estando o local em desacordo com o artigo 37 da Lei Municipal 08/89, que institui o Código Administrativo do Município de Campo Novo do Parecis, bem como o art. 3º da Lei Municipal n°914/2002 que institui o Programa Municipal de Combate e Prevenção da dengue e outros vetores transmissores de doenças. Por esse motivo fica o proprietário autuado em 05 (cinco) UFCNP – Unidade Fiscal de Campo Novo do Parecis, conforme o *§1º* do art. 4º da Lei Municipal 1548/2013 que altera e acrescenta dispositivos na Lei nº 914/2002 que institui o Programa Municipal de Combate e Prevenção da dengue e outros vetores transmissores e dá outras providencias.

_____
_____

Assinatura/Carimbo do servidor autuante Assinatura/Carimbo do servidor autuante

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 022/2019

PREGÃO PRESENCIAL N° 09/2019 – REGISTRO DE PREÇOS

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis/MT

FORNECEDOR: 3E TERRAPALNAGEM E CONSTRUÇÕES EIRELI

VIGÊNCIA: 12 meses, contados a partir de sua publicação

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de materiais elétricos para atender as necessidades das Secretarias Municipais.

VALOR TOTAL: R$ 334.366,65

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 025/2019

PREGÃO PRESENCIAL N° 09/2019 – REGISTRO DE PREÇOS

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis/MT

FORNECEDOR: MULTILUZ COMERCIAL EIRELI

VIGÊNCIA: 12 meses, contados a partir de sua publicação

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de materiais elétricos para atender as necessidades das Secretarias Municipais.

VALOR TOTAL: R$ 1.190,00

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
PORTARIA Nº 122 DE 11 DE MARÇO 2019.

NOMEIA O SENHOR **JHIONE DE SOUZA PATRICIO** PARA OCUPAR O CARGO EM COMISSÃO DE INSTRUTOR DE OFICINA DE ARTES MODALIDADE – DANÇAS URBANAS, VINCULADO À SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA DE TURISMO.

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
AUTO DE INFRAÇÃO SANITÁRIA 015/2019

Nome: **CLAUDIO BENDE RODRIGUES** CNPJ: **592.613.581-87**

Endereço: Rua Cerejeira - Quadra 32 lote 05 Bairro: Jardim Alvorada

Município: Campo Novo do Parecis –MT CEP: 78360-000

Aos onze dias do mês de março do ano de dois mil e dezenove, às 10:00 horas, no exercício de fiscalização sanitária, estivemos no local supracitado para realizar inspeção sanitária para verificar se o proprietário/responsável havia atendido a notificação nº **049/2019** de denúncia de terreno baldio coberto de mato. Após vistoria constatamos que a mesma não foi atendida, estando o local em desacordo com o artigo 37 da Lei Municipal 08/89, que institui o Código Administrativo do Município de Campo Novo do Parecis, bem como o art. 3º da Lei Municipal n°914/2002 que institui o Programa Municipal de Combate e Prevenção da dengue e outros vetores transmissores de doenças. Por esse motivo fica o proprietário autuado em 05 (cinco) UFCNP – Unidade Fiscal de Campo Novo do Parecis, conforme o *§1º* do art. 4º da Lei Municipal 1548/2013 que altera e acrescenta dispositivos na Lei nº 914/2002 que institui o Programa Municipal de Combate e Prevenção da dengue e outros vetores transmissores e dá outras providencias.

_____
_____

Assinatura/Carimbo do servidor autuante Assinatura/Carimbo do servidor autuante

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
AUTO DE INFRAÇÃO SANITÁRIA 014/2019

Nome: **LUCIA DE OLIVEIRA SOARES COURA** CPF: **975.495.411-91**

Endereço: Quadra 60 lote 15 Bairro: Jardim Alvorada

Município: Campo Novo do Parecis –MT CEP: 78360-000

Aos vinte e sete dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezenove, no exercício de fiscalização sanitária, estivemos no local supracitado para realizar inspeção sanitária para verificar se o proprietário/responsável havia atendido a notificação nº **429/2018** de denúncia de terreno baldio coberto de mato. Após vistoria constatamos que a mesma não foi atendida, estando o local em desacordo com o artigo 37 da Lei Municipal 08/89, que institui o Código Administrativo do Município de Campo Novo do Parecis, bem como o art. 3º da Lei Municipal n°914/2002 que institui o Programa Municipal de Combate e Prevenção da dengue e outros vetores transmissores de doenças. Por esse motivo fica o proprietário autuado em 5 (cinco) UFCNP – Unidade Fiscal de Campo Novo do Parecis, conforme o art. 4º da Lei Municipal 1548/2013 que altera e acrescenta dispositivos na Lei nº 914/2002 que institui o Programa Municipal de Combate e Prevenção da dengue e outros vetores transmissores e dá outras providencias.

_____
_____

Assinatura/Carimbo do servidor autuante Assinatura/Carimbo do servidor autuante

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
TERMO DE APOSTILAMENTO

TERMO DE APOSTILAMENTO

QUARTO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 003/2018, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT E BELCHIOR SERVIÇOS TERCERIZADOS EIRELI -EPP.

Contratante: Município de Campo Novo do Parecis, pessoa jurídica do direito público, estabelecida a Avenida Mato Grosso, 66, na Cidade de

Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, inscrita no CNPJ sob n° 24.772.287/0001-36.

Contratada: BELCHIOR SERVIÇOS TERCERIZADOS EIRELI -EPP pessoa jurídica de direito privado,inscrita no CNPJ sob n° 00.770.653/0001-50, estabelecida na Rua Dorvalino Minosso, nº 584-NE, Bairro Nossa Senhora Aparecida, nesta Cidade de Campo Novo do Parecis/MT, CEP: 78.360-000.

Objeto: O presente Termo de Apostilamento tem como objeto registrar a alteração voltada ao Agente fiscalizador do presente Contrato, respaldado no art. 67 da Lei 8.666/1993, atribuindo o acompanhamento e a fiscalização do presente Contrato para a servidora **Andressa Maira Ervilha Ribeiro, Chefe de Divisão de Merenda e Material Escolar**, matrícula funcional nº 3363, em substituição a servidora Gisely Conceição Agnelo de Carvalho, durante o período de férias que será de 07/02/2019 à 31/03/2019, conforme Memorando nº 228/2019.

Campo Novo do Parecis-MT, 11 de março de 2019.

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

Contratante

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 021/2019

PREGÃO PRESENCIAL N° 09/2019 – REGISTRO DE PREÇOS

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis/MT

FORNECEDOR: MOREIRA E CIA LTDA - EPP

VIGÊNCIA: 12 meses, contados a partir de sua publicação

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de materiais elétricos para atender as necessidades das Secretarias Municipais.

VALOR TOTAL: R$ 258.152,00

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
TERMO DE APOSTILAMENTO

SEGUNDO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL Nº 027/2018, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT E A EMPRESA CONSTRUTORA SÃO VALENTIN LTDA-ME

Contratante: Município de Campo Novo do Parecis, pessoa jurídica de direito público, estabelecida a Avenida Mato Grosso, 66-NE, nesta cidade de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, inscrita no CNPJ sob n° 24.772.287/0001-36.

Contratada: CONSTRUTORA SÃO VALENTIN LTDA -ME,inscrita no CNPJ sob n° 10.789.288/0001-89, estabelecida na Rodovia PR 281, nº 1152 Parque Industrial I, na Cidade de Salto do Lontra/PR, CEP: 85.670-000, representada neste ato pelo seu Representante Legal, Senhor **IOLMAR RAVANELLI,** empresário, portador do RG nº 6.234.763-5 SSP-PR, CPF n.º 900.808.319-15.

Objeto: O presente Termo de Apostilamento tem como objeto registrar a alteração voltada ao Agente fiscalizador do presente Contrato, respaldado no art. 67 da Lei 8.666/1993, atribuindo o acompanhamento e a fiscalização do presente Contrato para o servidor **Jorge Flores, Topógrafo**, matrícula funcional nº 2289, em substituição ao servidor Alexandro Marcelo Marchi, conforme Memorando nº 116/2019.

Campo Novo do Parecis-MT, 11 de março de 2019.

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

Contratante

FUNDO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE CAMPO NOVO DO PARECIS - MT
PORTARIA N° 046/2019/FUNSEM

PORTARIA Nº 046/2019

"Dispõe sobre a concessão do benefício de AUXÍLIO-DOENÇA em favor da Sra. IRIS FERRAZZO DO CARMO".

O Diretor Executivo do FUNSEM - Fundo de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Campo Novo do Parecis Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Artigo 14 e 15, §2º, ambos da Lei Municipal n° 1.170/2007, de 09 de maio de 2007.

Resolve:

Art. 1º Conceder prorrogação do benefício de **AUXÍLIO-DOENÇA** em favor da servidora **Sra. IRIS FERRAZZO DO CARMO**, efetiva no Cargo de ENFERMEIRA, lotada na SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, com vencimentos integrais, a parti de 26/02/2019 e término em 21/05/2019, conforme processo administrativo **nº** 2019.05.12551R8 **-FUNSEM**, até posterior deliberação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de **26 de fevereiro de 2019**, revogadas as disposições em contrário.

Registre, publique e cumpra-se.

Campo Novo do Parecis – MT, 06 de Março de 2019.

WILSON LEAL MIRANDA

Diretor Executivo/Gestor Financeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO TERMO DE FOMENTO Nº 003/2017

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO TERMO DE FOMENTO Nº 003/2017

Concedente: MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE, inscrito no CNPJ nº. 24.950.495/0001-88

Proponente: ASSOCIAÇÃO CAMPOVERDENSE DE ARTES MARCIAIS – ASCAM,inscrita no CNPJ nº. 07.964.532/0001-98

Objeto: O presente instrumento tem por objetivo prorrogar o Plano de Trabalho elaborado pela proponente para o ano de 2019 por três meses, compreendendo as datas de 01/03/2019 a 31/05/2019, em razão da necessidade de continuidade do Projeto "Caminho Suave – Judô e Capoeira", conforme solicitação anexa e de acordo com o que preceitua o art. 42 e 61 do Decreto Municipal nº 036/2017 e artigo 55 da Lei 13019/2014.

Valor: R$ 28.500,00 (vinte e oito mil e quinhentos reais).

Dotação: 09.001.27.812.0045.20098.33.50.41.00.00.00 red 685.

Assinatura: Campo Verde-MT, 28 de fevereiro de 2019.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
RATIFICAÇÃO DE DISPENSA

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

RATIFICAÇÃO DA DISPENSA 006/2019

A Prefeitura Municipal de Campo Verde torna pública a adjudicação à **COMPREAKI COM. VAREJ. DE ALIMENTOS EIRELI ME, CNPJ Nº 29.316.501/0001-63,** modalidade **DISPENSA Nº 006/2019** - **DISPENSA DE LICITAÇÃO EMERGENCIAL QUE ATENDERÁ A AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA ATENDER NA ALIMENTAÇÃO ESCO-**

LAR DOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E PARA DEMAIS SECRETARIAS, Processo nº 731/2019, no valor de **R$ 6.576,56 (Seis mil quinhentos e setenta e seis reais e cinquenta e seis centavos).**Demais informações: E-mail:compras@campoverde.mt.gov.br ou telefone (66) 3419-1244. Em conformidade com a legislação em vigor. Campo Verde - MT, 11 de março de 2019.

Ana Carolina S. Braga Blume

Presidente da CPL

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE NOVA DATA - PREGÃO 020/2019

A Prefeitura Municipal de Campo Verde, através da Comissão de Licitação, torna público a nova data para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE INTERNET ATRAVÉS DO RECEBIMENTO DE DADOS POR TRANSMISSÃO DE FIBRA ÓPTICA, VELOCIDADE DEDICADA 50 MPS**, na modalidade pregão (presencial) **n° 020/2019** a se realizar no dia **25/03/2019, as 08hr30min,** na sede da Prefeitura Municipal de Campo Verde. Retirada do edital www.campoverde.mt.gov.br. Para esclarecimentos: e-mail compras@campoverde.mt.gov.br ou telefone (66) 3419-1244. Em conformidade com a legislação vigente. Campo Verde - MT, 11 de março de 2019.

Leila Gubert

Pregoeira

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
RATIFICAÇÃO DE DISPENSA

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

RATIFICAÇÃO DA DISPENSA 007/2019

A Prefeitura Municipal de Campo Verde torna pública a adjudicação à **GUENO E CIA LTDA ME, CNPJ Nº 08.057.906/0001-54,** modalidade **DISPENSA Nº 007/2019** - **DISPENSA DE LICITAÇÃO EMERGENCIAL QUE ATENDERÁ A AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA ATENDER NA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E PARA DEMAIS SECRETARIAS,** Processo nº 726/2019, no valor de **R$ *49.780,95 (Quarenta e nove mil setecentos e oitenta reais e noventa e cinco centavos).***Demais informações: E-mail:compras@campoverde.mt.gov.br ou telefone (66) 3419-1244. Em conformidade com a legislação em vigor. Campo Verde - MT, 11 de março de 2019.

Ana Carolina S. Braga Blume

Presidente da CPL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº 101/2019 DE 08 DE MARÇO DE 2019.

RESOLUÇÃO Nº 101/2019 DE 08 DE MARÇO DE 2019.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições, fundamentado na Lei Federal n° 8.069/90 e na Lei Municipal Nº 2076/2015, que dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, na Reunião Extraordinária do dia 08 de Março de 2019, dispõe sobre os assuntos:

CONSIDERANDO:

O Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei 8.069/90; Lei Municipal Nº 2.076 de 23 de Abril de 2015 – que dispõe sobre as deliberações dos recursos do FMDCA; Resolução do Conanda nº 137 de 21 de Janeiro de 2010; **Edital de Chamamento Público N° 01/2019/CMDCA de 24/01/2019;** Deliberação da Reunião Extraordinária deste Conselho, realizada em 08 de março de 2019 na Ata nº 105/2019.

RESOLVE:

Art. 1° – HABILITAR os projetos referente ao **Edital de Chamamento Público N° 01/2019/CMDCA**, conforme a seguir: ASSOCIAÇÃO CAMPOVERDENSE DE ARTES MARCIAIS – ASCAM no valor de R$ 17.300,00 (Dezessete mil e trezentos reais); ASSOCIAÇÃO ESPÍRITA LAR MARIA DE LOURDES no valor de R$ 17.499,15 (Dezessete mil, quatrocentos e noventa e nove reais e quinze centavos); INSTITUTO GERMINANDO SONS no valor de R$ 17.480,55 (Dezessete mil, quatrocentos e oitenta reais e cinquenta e cinco centavos) e ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE CAMPO VERDE – APAE no valor de R$ 17. 500,00 (Dezessete mil e quinhentos reais), totalizando R$ 69.779,70 (Sessenta e nove mil, setecentos e setenta e nove reais e setenta centavos) respeitando o valor máximo do presente edital.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Verde, 11 de Março de 2019.

André Régis Tavares Novais

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
EDITAL N.º 01/2019/CMDCA/CV - SELEÇÃO DE PROJETOS

Edital n.º 01/2019/CMDCA/CV

Dispõe sobre o resultado da avaliação escrita do Processo de Seleção, e dá outras providências.

André Régis Tavares Novaes, Presidente do ***Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Campo Verde-MT***, no uso de sua competência, atribuída pela Lei Municipal nº. 2.076/2015, de 23 de Abril de 2015, atendendo ao disposto na Lei Federal nº. 8.069 de 13 de julho de 1990;

Art. 1º - As Instituições classificadas para a próxima etapa devem observar as normas contidas no Edital Nº 01 de 24 de Janeiro de 2019.

Art. 2º - A Comissão de Seleção do CMDCA, torna público o resultado da análise do Projetos referente ao Edital de Chamamento Público Nº 001/2019, de acordo com o item 8, subitem 8.2.2, segue projetos classificados:

Classificação	*Inscrição*	*Instituições*	*Situação*
01	**001**	INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL	**Classificada**
02	**002**	INSTITUTO GERMINANDO SONS	**Classificada**
03	**003**	ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE CAMPO VERDE – APAE	**Classificada**
04	**004**	ASSOCIAÇÃO CAMPOVERDENSE DE ARTES MARCIAIS – ASCAM	**Classificada**
05	**005**	ASSOCIAÇÃO ESPÍRITA LAR MARIA DE LOURDES	**Classificada**

Art. 3º- Este Resultado entra em vigor na data de sua divulgação na sede do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente e publicado na imprensa eletrônica.

Campo Verde-Mt, 08 de Março de 2019.

ANDRÉ RÉGIS TAVARES NOVAIS

JOSE DE ARAUJO FILHO

SOCORRO DOS SANTOS SOUZA

ANGELA FABIANA COPETTI BOHRER

VIVIANE MODESTO RIBEIRO LORENZ

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE PREGÃO 025/2019

A Prefeitura Municipal de Campo Verde, através da Comissão de Licitação, torna público o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL LOCAÇÃO DE ÔNIBUS/MICRO-ÔNIBUS INCLUSO MOTORISTAS HABILITADOS, COMBUSTÍVEL, PEDÁGIOS E DEMAIS DESPESAS NECESSÁRIAS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO**, na modalidade pregão (presencial) **n° 025/2019** a se realizar no dia **25/03/2019, as 08hr30min,** na sede da Prefeitura Municipal de Campo Verde. Retirada do edital www.campoverde.mt.gov.br. Para esclarecimentos: e-mail compras@campoverde.mt.gov.br ou telefone (66) 3419-1244. Em conformidade com a legislação vigente. Campo Verde - MT, 11 de março de 2019.

Leila Gubert

Pregoeira

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 029 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 001/2017

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 001/2017

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 029

FÁBIO SCHROETER, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 001/2017, homologado em 29 de Janeiro de 2018, RESOLVE:

I - **CONVOCAR** o(s) candidato(s) abaixo relacionado(s), aprovado(s) no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2017, para comparecer(em), no prazo de **05 (cinco) dias** na Sede da Prefeitura Municipal de Campo Verde/MT, situada na Praça dos Três Poderes, nº 03, Centro, junto a Supervisão de Recursos Humanos, a fim de apresentar(em) os documentos exigidos para a efetiva contratação, conforme Edital de Abertura e ANEXO I deste Edital;

II - As contratações dos candidatos convocados abaixo terão prazo determinado de **01 (um) ano**, podendo ser prorrogadas por igual período, a critério da administração, em conformidade com a Lei Municipal N.º 2.317 de 09 de Novembro de 2017, que autorizou a realização do Processo Seletivo;

III - O distrato das contratações originadas desta convocação dar-se-ão por solicitação do CANDIDATO ou da PREFEITURA MUNICIPAL, de forma expressa, com antecedência previa de 15 (quinze) dias. A rescisão efetuar-se-á imediatamente: a) quando terminados os motivos que fundamentam a contratação; b) em hipótese de inadimplemento de qualquer cláusula e/ou condição contratual; c) quando houver paralisação sem justa causa das atividades profissionais por mais de 2 (dois) dias consecutivamente, considerando-se uma única vez dentro do período de vigência do contrato; d) por conveniência ou necessidade da PREFEITURA MUNICIPAL; e) a anulação acontecerá quando o instrumento estiver em desacordo com a legislação que fundamenta as contratações;

IV - O(s) candidato(s) que deixar(em) de comparecer no prazo acima indicado será preterido do direito de posse, implicando na desistência da vaga.

Campo Verde/MT, 12 de Março de 2019.

Cargo:**043 - Professor - Ensino Fundamental I - Zona Urbana**

Colocação	Inscrição	Nome	Data de Nasc.	Nota Final
36	0000001586	LUZIA RODRIGUES DA COSTA	08/06/1975	61,00

FÁBIO SCHROETER

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
RATIFICAÇÃO DE DISPENSA

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

RATIFICAÇÃO DA DISPENSA 008/2019

A Prefeitura Municipal de Campo Verde torna pública a adjudicação à **MACCARI & MACCARI LTDA ME, CNPJ Nº 06.900.782/0001-00,** modalidade **DISPENSA Nº 008/2019** - **DISPENSA DE LICITAÇÃO EMERGENCIAL QUE ATENDERÁ A AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA ATENDER NA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E PARA DEMAIS SECRETARIAS,** Processo nº 724/2019, no valor de **R$ *87.779,45 (Oitenta e sete mil setecentos e setenta e nove reais e quarenta e cinco centavos).*** Demais informações: E-mail:compras@campoverde.mt.gov.br ou telefone (66) 3419-1244. Em conformidade com a legislação em vigor. Campo Verde - MT, 11 de março de 2019.

Ana Carolina S. Braga Blume

Presidente da CPL

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
PUBLICAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO PÚBLICA

A Prefeitura Municipal de Campo Verde torna público que solicitou a EXPEDIÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO no loteamento denominado JARDIM CIDADE VERDE, neste município de CAMPO VERDE, a(s) seguinte (s) pessoa(s) e alegando a propriedade sobre o(s) seguinte(s) imóvel (is):

FERNANDO CESAR FACHOLLI, requerendo a AUTORIZAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO DO IMÓVEL LOTE 05 DA QUADRA 06, LOCALIZADO NA RUA RIO DE JANEIRO, S/Nº LOTEAMENTO JARDIM CIDADE VERDE, CAMPO VERDE – MT.

Abre-se o prazo de 15 (dias) para oposição de terceiros devendo esta ser apresentada fundamentada junto a SECRETARIA DE FAZENDA DO MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE – MT. Superado este prazo, o processo de emissão continuará em seu tramite normal até EXPEDIÇÃO DA AUTORIZAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO REQUERIDA.

Secretaria Municipal de Fazenda.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JÚLIO

PORTARIA Nº. 045, DE 11 DE MARÇO DE 2019.

CONCEDE LICENÇA PATERNIDADE AO SERVIDOR QUE MENCIONA.

JOSÉ ODIL DA SILVA, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO *o disposto no artigo 135 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, instituído pela Lei Complementar nº 001, de 15 de julho de 2008;*

CONSIDERANDO *a certidão e/ou atestado médico comprovando o nascimento da filho(a) do servidor adiante nominado,*

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença paternidade ao servidor **JUNIOR MARTINS DA SILVA,** admitido na forma do Inciso II do artigo 37 da Constituição Federal e nomeado em caráter efetivo ao cargo de ao cargo de provimento efetivo de Fiscal de Obras e Posturas, através da Portaria nº.031, de 6 de fevereiro de 2019, pelo prazo de cinco dias, contados a partir dessa data.

Art. 2º Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Campos de Júlio, 11 de março de 2019.

JOSÉ ODIL DA SILVA

Prefeito de Campos de Júlio

“

TERMO DE RETIFICAÇÃO DO DECRETO Nº 148, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2018

JOSE ODIL DA SILVA, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso no exercício das atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e autorização contida na Lei Municipal nº 870, de 18 de Dezembro de 2017, retifica os termos do Decreto Municipal nº 148, de 17 de dezembro de 2018, que passam a vigorar da seguinte forma:

Art. 1º - Fica acrescida à redação do artigo 1º a seguinte dotação orçamentária:

(144) 3.3.90.39.00.00.00.00.2.029-0100 – Outros Serviços de Terceiros de Pessoa Jurídica…174.126,91

Total Suplementação: 820.111,91

Art. 2º - Fica acrescida à redação do artigo 2º a seguinte dotação orçamentária:

(478) 3.3.90.30.00.00.00.00.2.075-0100 – Material de Consumo.....156.913,97

(639) 3.1.90.11.00.00.00.00.2.103-0100 – Material de Consumo.....17.212,94

Total Anulação: 820.111,91

Art. 3º - Fica acrescido o artigo 2º-A ao Decreto nº 148, de 17 de dezembro de 2018, com a seguinte redação:

“Art. 2º-A. Fica retificado o decreto aberto no corrente exercício de crédito para as dotações orçamentárias, em atendimento à suplementação do presente decreto, sendo utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total das dotações orçamentárias, passando a vigorar com suplementação e anulação no total de R$ **820.111,91** (oitocentos e vinte mil, cento e onze reais e noventa e um centavos)”.

Art. 4º - Permanecem inalteradas as demais disposições contidas no presente decreto.

Registre-se.

Publique-se.

Campos de Júlio, 11 de março de 2019.

JOSE ODIL DA SILVA

Prefeito de Campos de Júlio

PORTARIA Nº.043,11 DE MARÇO DE 2019.

ATRIBUI FUNÇÃO GRATIFICADA DE COORDENADOR DE PROJETO SAÚDE AO FUNCIONÁRIO EFETIVO QUE MENCIONA.

JOSÉ ODIL DA SILVA, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO *o disposto no artigo 13,§ 2º do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, instituído pela Lei Complementar nº. 001, de 15 de julho de 2008; no artigo 6º, VI da Lei nº. 148, de 19 de abril de 2001 e no inciso V do artigo 37 da Constituição Federal;*

RESOLVE:

Art. 1º Atribuir a Função Gratificada de Coordenador de Projeto Saúde a servidora **JOSIANE RIBEIRO,** admitida na forma do artigo 37, inciso II da Constituição Federal e nomeada em caráter efetivo para o cargo de Agente Administrativo, através da Portaria nº. 046, de 02 de maio de 2002, com direito a percepção do adicional da função em seu vencimento, conforme preceitua o artigo 6º, VI da Lei nº. 148, de 19 de abril de 2001, equivalente ao Padrão FG-06, constante do anexo I da Lei nº. 625, de 15 de abril de 2014, calculado sobre o salário base, que serão pagos independentemente de quaisquer outros benefícios anteriormente adquiridos.

Art. 2º Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Campos de Júlio, 11 de março de 2019.

JOSÉ ODIL DA SILVA

Prefeito de Campos de Júlio/MT

PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL CAMPOS DE JÚLIO-MT QUADRIÊNIO 2018/2021

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

JOSÉ ODIL DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

RAIMUNDO PINHEIRO NUNES

VICE- PREFEITO

NELSA GONÇALVES CARDOSO

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

MONA CARLA DAVEL NASCIMENTO

PRESIDENTE DO –CMAS

EQUIPE TÉCNICA:

ARIADNE RIBEIRO MORAIS

PSICOLOGA

OLIDIA SILVA BORGES MACIEL

ASSISTENTE SOCIAL

APOIO ADMINISTRATIVO:

DAIANY SERVI

SUZANA DA S.F. BARBIERO

1-Apresentação:

O Plano Municipal de Assistência Social - PMAS que ora apresentamos tem o intuito de efetivar a implantação e concretização da Política Nacional de Assistência Social - PNAS e do Sistema Único de Assistência Social - SUAS - em Campos de Júlio/MT, objetivando concretizar a Política da Assistência Social como direito da população e dever do Estado, e ao mesmo tempo, respeitando as especificidades e particularidades do município.

Com a Política Nacional de Assistência Social de 2004 e criação do Sistema Único de Assistência Social, todos os municípios automaticamente passaram a ser Gestão inicial. Nesse processo, o município foi se organizando para realizar os serviços e ações em prol da população.

A Secretaria Municipal de Assistência Social - SMAS trabalha para a organização e efetivação de novos serviços. Nesse sentido, não mede esforços para concluir os trabalhos necessários na Gestão Básica, conforme a habilitação do município.

A valorização da participação popular, a humanização do atendimento, o respeito aos conselhos e ao controle social são marcas importantes da Administração Municipal, que proporciona um diálogo mais efetivo e a ampla mobilização para a participação dos usuários da Política de Assistência Social em eventos específicos, tais como as Conferências Municipais de Assistência Social, que é uma das peças fundamentais para a elaboração deste Plano.

O Plano Municipal é um dos instrumentos de gestão da Política de Assistência Social, e se caracteriza por ser um instrumento de planejamento estratégico que organiza, regula e norteia a execução da Política Nacional de Assistência Social, na perspectiva do Sistema Único de Assistência Social.

Baseados nesse conceito de participação, a Secretaria Municipal de Assistência Social elaborou o Plano Municipal de Assistência Social, envolvendo todos os seus trabalhadores da Assistência Social, os Conselhos Municipais; de Assistência Social, dos Direitos da Criança e Adolescentes, do Idoso e da Habitação, entre outros, pensando nas proteções e seguranças a serem afiançadas à população usuária neste triênio.

2. CARACTERIZAÇÃO GERAL DO MUNICÍPIO

2.1: Origem do Município / Aspectos Histórico:

O Processo Histórico de Campos e Júlio está ligado ao movimento expansionista da agricultura Brasileira conhecido como “Fronteira Agrícola”, ocorrido em Mato Grosso entre a década de 70 e 80.

O município de Cuiabá deu origem ao município de Vila Bela da Santíssima Trindade, do qual surgiu o município de Comodoro, do qual se originou o município de Campos de Júlio. Antes de ser colonizada, essa região foi povoada por índios Nambikwára e Enáwenê-nawê, que ainda consideram sagrado parte desse território por seus antepassados e por terem vivido nessa região.

Através do incentivo e da liderança/atuação do Senhor Valdir Masutti na década de 80 e da migração de várias famílias oriundas da região sul do país, que vieram colonizar e explorar a atividade agropecuária nos campos férteis da região surgiu um povoado. Os pioneiros que ingressaram nessa região, com dinamismo e fé no progresso, contribuíram com abertura de estradas, construção de pontes e infraestrutura básica para dar início à colonização. Formou-se um povoado chamado Vila Cooflasul, tendo a sua volta milhares de hectares de plantações de soja. Esse povoado tornou-se distrito com o nome de Campos de Júlio e foi oficializado através da Lei Estadual nº 5.000, de 13 de maio de 1986, sancionada pelo governador Júlio José de Campos.

Posteriormente, vieram várias famílias, procedentes de Goiás, Mato Grosso do Sul, Rondônia e outros estados brasileiros, atraídas pela fertilidade das terras e pelas notícias da promissora região. Devido a expansão do processo de colonização Campos de Júlio foi elevado à categoria de município e desmembrado do município de Comodoro, conquistando a sua emancipação política administrativa no dia 28 de Novembro de 1994, através da Lei Nº 6.561/94, sancionada pelo então governador Jayme Veríssimo de Campos.

O nome da cidade originou-se por várias coincidências, por possuir campos bonitos e férteis, por sua colonização ter acontecido no mês de julho e também para homenagear Júlio José de Campos, governador da época.

Com a emancipação política as atividades administrativas iniciaram-se com a primeira eleição em 1996 e posse da Prefeita Municipal Senhora Claides Lazaretti Masutti e Vice-prefeito Senhor Dirceu Martins Comiran, para o mandato de 1997 a 2000. No segundo mandato foi eleita novamente a Senhora Claides Lazaretti Mazutti e Vice-Prefeito Senhor Antônio Fidelis da Silva Zamo, para governar de 2001 a 2004.

No terceiro mandato foi eleito para prefeito, o Senhor José Odil da Silva e vice-prefeito o Senhor Dirceu Martins Comiran, que administraram no período de 2005 a 2008.

No quarto mandato foi eleita novamente a Senhora Claides Lazaretti Mazutti e Vice-Prefeito Senhor Francisco José Caldas Dutra, governaram 2009 e 2010. Houve eleição suplementar sendo eleitos, para a gestão 2011 e 2012, para prefeito Senhor Dirceu Martins Comiran e vice-prefeito Senhor Dorildo Neves de Moura e reeleitos para a gestão 2013 a 2016.

Atualmente o Município é administrado pelo prefeito Senhor José Odil da Silva e vice-prefeito o Senhor Raimundo Nunes Pinheiro.

2.2: Aspectos Geográficos

O município de Campos de Júlio fica a 692 km da Capital Cuiabá, com acesso totalmente pavimentado, através das Rodovias BRs-070/174/364. Limita-se com os municípios de Comodoro, Sapezal, Tangará da Serra, Pontes e Lacerda e Nova Lacerda.

O município possui uma área de abrangência de 6.801,862 km² (IBGE 2010) está localizado a Noroeste do Estado de Mato Grosso no Planalto Parecis, na Mesorregião Norte Mato-grossense e Microrregião do Parecis. Localiza-se a uma latitude 13º53’58” sul e longitude 59º08’51” oeste, estando a 650 metros de altitude em relação ao nível do mar.

O relevo local é plano e suavemente ondulado sendo o morro Santo Antônio com 650 metros de altitude o ponto mais alto, localizado no Alto Juruena. A vegetação predominantemente é de floresta tropical e cerrado. O clima da região é o tropical, com altas temperaturas que variam de 26ºC a 36ºC. O regime pluviométrico evidencia um período chuvoso que vai de outubro a março.

Ainda o município é privilegiado com cursos de água pertencentes a bacia do Rio Juruena, Rio Juína, Rio Formiga, Rio Masutinho e Rio Securi.

2.3: Aspecto Demográfico:

A população do município de Campos de Júlio é de 5.154 habitantes, sendo 2.665 do sexo masculino, que equivale a 51,7%, e 2.489 do sexo feminino, ou seja, 48,3%, fonte IBGE 2010. Sua densidade demográfica é de 0,76 hab. por km² e 4.199 eleitores. Segundo O Jornal Diário de Cuiabá, na edição nº. 13.317 de 25 de maio de 2012 a variação do IDH na região fronteiriça é desequilibrada e raras são as exceções de município com elevado IDH. Ainda afirmou que o IDH do município de Campos de Júlio é de 0,85.

2.4: Sistema Econômico:

O Município é composto por grandes fazendas e desde a colonização a base econômica é a agricultura, sendo o plantio de soja o principal segmento econômico local. Os solos do município apresentam boa fertilidade, mostrando-se aptos à exploração de outras culturas como: milho, cana-de-açúcar, algodão, girassol, arroz, feijão entre outros.

Nos últimos anos surgiram áreas com pastagens para a criação de gado de corte e vacas para produção de leite, destacando a pecuária como atividade econômica atrativa.

Para a industrialização de parte dos cereais produzidos instalou-se no município a Usina de Álcool USIMAT FLEX, primeira Usina Brasileira que processa cana-de-açúcar e milho no mesmo complexo industrial para fabricação de álcool e também foram construídas Pequenas Centrais Hidrelétricas-PCH'S o que ocasiona o deslocamento migratório de pessoas.

3. Associação Comercial e Empresarial de Campos de Júlio - ACICA

Os comércios abaixo citados são exemplos de filiados à Associação Comercial e Empresarial, ACICA, que tem por objetivo levar informações sobre as vantagens e o porquê de se comprar no comércio local. Outro ponto importante da ACICA é fazer com que, a empregabilidade ou a inclusão produtiva seja incentivada para os trabalhadores residentes na região.

4. Sistema de Energia e Saneamento:

A Rede CEMAT é responsável pela distribuição de energia elétrica. O abastecimento de água e a coleta de lixo são realizados pela Prefeitura Municipal. O esgoto não possui estação de tratamento e o escoamento é feito individualmente através de fossa séptica/ de infiltração.

5. Sistema de Habitação:

Na ausência de um agente específico para a questão habitacional de interesse social, a Secretaria Municipal de Assistência Social assumiu o compromisso de alimentar e atualizar os cadastros referentes ao setor habitacional. Através do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal-CadÙnico é possível fazer o cadastramento das famílias interessadas em obter moradias e que se enquadram nos critérios exigidos pelos projetos habitacionais.

Em parceria com a Secretaria de Planejamento realizam-se todos os trâmites necessários para aprovação e execução de projetos habitacionais. Atualmente estão em execução no município um Programa Habitacional:

O Programa Minha Casa Minha Vida 2 está na fase inicial e atenderá famílias residentes na zona urbana, beneficiando um total de 40 (quarenta) famílias com renda de até um mil e seiscentos reais; com prioridade para pessoas idosas, com necessidades especiais e mulheres chefes de famílias. Porém esse total é quase inexpressivo diante da demanda atual. Conforme pesquisa realizada o déficit habitacional urbano em Campos de Júlio é de 455 (quatrocentos e cinquenta e cinco) unidades habitacionais. A construção de todas as unidades deverá cumprir as metas estabelecidas para o período de 2013 a 2024 e está orçada em R$ 19.110.000,00(Dezenove milhões e cento e dez mil reais), sendo que 5% (cinco por cento) desse valor serão investidos em assistência técnica. (Fonte PLHIS/2012)

Salientamos que todas as ações realizadas são aprovadas pela instância de controle social competente, ou seja, pelo Conselho Municipal de Habitação e pelo Conselho de Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social.

6. Sistema Educacional

Em Campos de Júlio o sistema educativo se desenvolve através de um conjunto organizado de estruturas e de ações diversificadas, por iniciativa e sob a responsabilidade de instituições públicas, conforme pesquisa in loco:

6.1: Escola Estadual de 1º. e 2º. Graus Angelina Franciscon Mazutti

A Escola Estadual Angelina Franciscon Mazutti atualmente atende o total geral de 746 (setecentos e quarenta e seis) alunos . Nas modalidades Ensino Médio com total de 275 alunos matriculados, Fundamental 242 alunos matriculados e EJA 229 alunos matriculados, contando também com uma Sala de Recursos Multifuncionais. Quanto a Educação Especial a capacidade de atendimento é para 15 (quinze) alunos e as vagas estão completas.

A Escola também desenvolve também os seguintes Projetos:

Projeto Gincana Escolar: O Projeto da Gincana Escolar busca a interação dos alunos e profissionais no início de cada Ano Letivo, este nasceu da necessidade da Alimentação Escolar e também na busca de trazer conhecimento e aprendizado para os alunos promovendo a Diversidade Cultural.

Projeto de Interclasses: O Projeto interclasses acontece 4 vezes ao ano sendo um em cada bimestre, no intuito da promoção da saúde e do desenvolvimento social e humano no respeito ao outro como seu semelhante.

Projeto Festival Estudantil de Música:

O Projeto Festival Estudantil de Música tem como objetivo, valorizar e incentivar a promoção da Cultura e da Música, na busca da melhoria do ensino e do desenvolvimento suas capacidades.

Somos sabedores que a Música desde o princípio da humanidade está presente na vida do ser humano e tem um papel fundamental no desenvolvimento da humanidade, sendo que valoriza o Talento Musical dos Alunos o qual a escola busca promover com a realização do Festival.

Projeto Festa Junina: Este Projeto busca também a valorização cultural do Brasil já que a Festa Junina faz parte da cultura brasileira e não é diferente em nosso município que a mais de uma década ela faz parte da tradição do município.

Projeto Festa do Folclore: O Projeto Festa do Folclore nasceu da necessidade de conhecimento geográfico e culinário de nossos alunos, hoje no seu quinto ano de realização tomou dimensões grandiosas dentro do contexto escolar, pois o mesmo valoriza os aspectos culturais de cada região do país promovendo o conhecimento de todas as áreas culturais das cinco regiões brasileiras.

Projeto Biblioteca: O Projeto da Biblioteca visa o desenvolvimento da leitura e teatro na escola com intuito de desenvolver o gosto pela leitura e ainda desenvolver a expressão corporal, que culminam na formação de leitores e escritores competentes o que denota uma educação de qualidade.

Projeto Sala do Educador: O Projeto Sala do Educador busca proporcionar o desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem dos alunos e o fortalecimento da unidade escolar como espaço de formação continuada, através da escolha de temas de acordo com as mudanças educacionais vigentes e a proposta pedagógica da escola, visando uma educação de qualidade social.

Projeto Sala de Recursos: O Projeto Sala de Recursos proporciona um espaço adequado, com atendimento educacional especifico para aluno com necessidades educacionais especiais através da Sala de Recurso Multifuncional.

Projeto Horta: O Projeto Horta tem como o objetivo cultivar verduras e legumes, como aprendizado do corpo docente de crianças e adolescentes, para complementar a Alimentação Escolar.

6.2: EMEF "15 de Outubro".

A Escola 15 de outubro só atende alunos do Ensino Fundamental do quinto ao nono ano. A capacidade de atendimento é de 320 (trezentos e vinte) alunos, sendo que as vagas estão todas preenchidas. Educação Especial está sendo regulamentada por esse motivo não existem alunos matriculados.

A escola não consegue atender a demanda do município, mas já está sendo feito a ampliação/construção de mais 6 (seis) salas aumentando a capacidade de recebimento/atendimento para mais 200 (duzentos) alunos.

Além do projeto de ampliação do espaço físico a Escola 15 de outubro desenvolve um rol de projetos, sendo:

Orientação sexual;

Orientação sobre drogas; PROERD

Orientação sobre transito (Policia Militar);

Olimpíadas: Astronomia, Astronáutica, Matemática, Língua Portuguesa;

Projeto áreas de Linguagem-Incentivo a leitura;

Projeto Campo Limpo - Concurso de redação;

Projeto coleta seletiva;

Todos contra o Bulling (com fonoaudióloga e psicóloga);

Sala de Recurso - Professor articulador;

Psicóloga com atendimento semanal de acordo com a demanda;

Projeto esporte na escola - Handball, futebol;

Gincanas semestrais com família e Miss e Mister Estudantil.

Projeto Feira do Conhecimento

Projeto Meio Ambiente

Apoio Pedagógico – APAE

6.3: EMEF "Germano Lazaretti"

A Escola Germano Lazaretti tem capacidade para receber/atender 650 (seiscentos e cinquenta) alunos da educação infantil e primeiro ao quinto ano do Ensino Fundamental de nove anos. Atualmente o total geral de alunos matriculados é de 722 (setecentos e vinte e dois), sendo 223 na Educação Infantil e 499 no Ensino Fundamental (1º ao 5º Ano). Na Educação de Jovens e Adultos – EJA, a escola atende a toda a demanda do município para o 1º Ano e 2º Ano do 1º Segmento que atualmente é de: 26 alunos.

Quanto à Educação Especial a capacidade de atendimento é para 40 (quarenta) alunos e existem 26 (vinte e seis) matriculados. Ouve uma diminuição dos alunos atendidos na Sala de Recursos devido ao desmembramento das séries finais do Ensino Fundamental que saíram da EMEF Germano e, atualmente tornou-se a EMEF 15 de Outubro. O espaço físico da Escola está em iminência de reforma para melhoria do ambiente e adequação de espaços como cozinha e refeitório.

Os Projetos desenvolvidos envolvendo a comunidade escolar atualmente são:

Projeto Apoio Pedagógico; Projeto Sala de Recursos; Psicologia Educacional; Projeto de Leitura; Projeto Sala do Educador; Laboratório de Informática.

6.4: Creche Municipal Ignez Bresolin Giongo

Atualmente atende 46 (quarenta e seis) crianças em período integral (o qual se dá um total de 92 (noventa e duas vagas) atendidas diariamente e ainda existem crianças na lista de espera, principalmente crianças de 14 (quatorze) a 18 (dezoito) meses, já que somente esta instituição atende essa faixa etária. Para cada turma há uma professora e uma auxiliar. Todas as professoras têm nível superior e as auxiliares algumas têm nível superior e outras estão cursando.

6.5: EMEF "Eliza Kranhart Tomé"

A Escola Eliza K. Tomé está localizada na zona rural, especificamente na Linha Alto Juruena. Atende 70 (setenta) alunos do ensino fundamental, porém sua capacidade é para 130 (cento e trinta) alunos. Desenvolvem Campanhas contra o Bulling dentre outros.

6.6: Creche Municipal Pequeno Príncipe

A instituição foi projetada para atender 200 crianças, atualmente atende 189 crianças e ainda há um número de crianças na lista de espera devido à diferença de idades já que contamos apenas com uma sala do maternal.

Para cada turma há uma professora e uma auxiliar de desenvolvimento infantil. Todas as professoras são graduadas em pedagogia e as auxiliares algumas são graduadas e outras estão cursando.

A instituição segue um cronograma de atividades que inclui horários em determinados espaços educativos tais como: atividades em sala, parque, brinquedoteca, varanda, gramado, pula-pula, casinha e demais atividades desenvolvidas pelas professoras na sala de aula com diversos recursos. A alimentação oferecida segue um cardápio que é acompanhado conforme o parecer da nutricionista. Os professores trabalham em cima de um calendário que contém projetos educativos que são apresentados quinzenalmente esses projetos envolvem dança, música, teatro dentre outros.

6.7: Biblioteca "Cecília Meireles"

A Biblioteca Municipal "Cecília Meireles" tem como objetivos: Estimular a comunidade a perceber as possibilidades que se abrem através da leitura e da informação. Atender a comunidade em sua necessidade de informação e cultura e popularizar o livro e fomentar a leitura. Para alcançar esses objetivos a Biblioteca tem um acervo de 10.000 (dez mil) livros. O horário de atendimento das 07h00min às 11h00min e da 13h00min às 17h00min, de segunda a sexta-feira.

7. Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE:

O Espaço físico da APAE possui Capacidade para receber 24 (vinte e quatro) Pessoas com Necessidades Especiais, mas somente 11 (onze) estão matriculados e freqüentando as atividades propostas. Buscando promover a melhoria da qualidade de vida das pessoas com Necessidades Especiais a APAE desenvolve o Projeto de Artesanato em Bijuterias.

A APAE de Campos de Júlio ainda se encarrega da divulgação de informações, em âmbito municipal, sobre assuntos referentes à pessoa com deficiência, incentiva e expõe os artesanatos confeccionados pelos alunos.

8. Sistema de Saúde:

Campos de Júlio possui 03(três) unidades básicas de Saúde, 01 (um) centro de reabilitação com atendimento de fisioterapia e 01 (um) laboratório de analises, sendo todas do SUS. Tendo à disposição o Hospital Municipal prestando atendimento de urgência e emergência, pequenas cirurgias, inalação, exame de radiografia e internamentos. Para manter um atendimento de qualidade são 101 (cento e um) funcionários incluindo 03 clínicos gerais.

O Sistema de Saúde de Campos de Júlio conta com um Consórcio Intermunicipal do Vale do Guaporé de Pontes e Lacerda, prestando serviço de ortopedia, oftalmologia, neurologia, otorrinolaringologia, dermatologia, cardiologia, exames de endoscopia, mamografia e eletro encefalograma. ***Fonte: Secretaria Municipal de Saúde.***

9. Sistema de Assistência Social

A assistência Social, no princípio, possuía caráter filantrópico, sem apresentar um perfil profissional. Durante muito tempo se manteve assim, aderindo posteriormente, aos dogmas da doutrina social da Igreja Católica incorporando um aspecto humanista. A filantropia foi executada por muito tempo na perspectiva de benesse e caridade. Esta ajuda pautava-se na perspectiva de que sempre existirão os mais frágeis, que serão sempre dependentes, necessitando de atenção, ajuda e apoio.

O surgimento do Serviço Social no Brasil coincidiu com o início do processo de industrialização e do crescimento das populações das áreas urbanas. Nesse contexto, constatou-se que era preciso controlar os trabalhadores e essa foi à primeira missão do Serviço Social no país.

No Brasil, até 1930 não havia uma compreensão da pobreza como uma expressão da questão social e, quando emergiu na sociedade, esta era problematizada por intermédio de aparelhos repressivos. A expansão do Serviço Social, somente ocorreu a partir de 1945 visando atender as exigências e necessidades de aprofundamento do capitalismo.

Nesse período de sua história, enquanto profissão, o Serviço Social passou a situar-se no processo de reprodução das relações sociais, sendo visto como atividade auxiliar e subsidiária no exercício do controle social, bem como na difusão da ideologia da classe dominante entre a classe operária. O processo de profissionalização do Serviço Social foi lento, isto porque, o mesmo foi produzido para atender aos interesses da burguesia que tentava desarticular os trabalhadores sacrificados pelas relações trabalho-capital.

Somente com a promulgação da Constituição Federal em 1988 foi mudada a trajetória da Assistência Social, considera-se o divisor de águas no que diz respeito aos direitos sociais, pois é a partir daí que o direito do cidadão passa a ser reconhecido como dever do estado.

A Assistência Social é reconhecida, agora, como política social pública, formando o tripé saúde, previdência social e Assistência Social, formando o sistema de Seguridade Social Brasileiro.

A CF/88 ampliou consideravelmente os direitos sociais e os estendeu às categorias não contempladas nas Constituições anteriores. Foi, ainda, a principal responsável por estabelecer um novo perfil nas relações trabalhistas, determinando maior comprometimento do Estado no financiamento dos gastos sociais e instituindo a descentralização das atribuições e responsabilidade de intervenção nas áreas sociais nas três esferas do Governo: Federal, Estadual e Municipal.

Dessa forma, são buscados os princípios da descentralização, do fortalecimento administrativo, participação comunitária e enfoque integrador da administração local. Ainda são estabelecidos como seus objetivos, a proteção à família, às crianças, aos adolescentes, aos idosos e às pessoas com deficiências.

Assistência Social sob a perspectiva de política pública, portanto, volta-se para a proteção social de indivíduos e famílias nas situações de perda eventual ou permanente de autonomia em relação a sua própria sobrevivência. Nesse sentido, e de acordo com os princípios da Lei nº. 8.742/93, Lei Orgânica da Assistência Social, a Assistência Social desenvolve atividades com as pessoas em situação de vulnerabilidade e risco social, garantindo-lhes não só os mínimos sociais, como também o acesso a seus direitos legítimos.

Em Campos de Júlio, com a finalidade de cumprir os objetivos preconizados na LOAS, criou-se a Secretaria Municipal de Assistência Social através da Lei Municipal nº. 147 de 19 de abril de 2001, revogada pela Lei Municipal nº. 327 de 30 de maio de 2007. Uma das Principais competências dessa Secretaria é planejar e executar, direta ou indiretamente, medidas que contribua para o bem estar social e melhoria do padrão de vida dos munícipes.

Através da Secretaria Municipal de Assistência Social, do Departamento de Assistência e Bem Estar Social e do Centro de Referência da Assistência Social são elaborados e executados programas, projetos e serviços na proteção social básica que têm como meta ofertar ações de orientação, proteção e acompanhamento psicossocial, individual e sistemática às famílias em situação vulnerabilidade decorrente da pobreza; privação ou ausência de renda; acesso precário ou nulo aos serviços públicos; vínculos familiares, comunitários e de pertencimento fragilizados; que vivenciam situações de discriminação etária, étnica, de gênero ou por deficiências, entre outros. A capacidade de famílias referenciadas para atendimento e acompanhamento no CRAS é de 2.500 (duas mil e quinhentas), levando em consideração que o município é de pequeno porte I.

Primeiramente discorreremos sobre o Programa Bolsa Família que é um programa de transferência direta de renda, que beneficia famílias em situação de pobreza, com renda mensal por pessoa de R$ 70,01 a R$ 140,00 e extrema pobreza com renda mensal por pessoa de até R$ 70,01 de acordo com a Lei 10.836, de 09 de janeiro de 2004 e o Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004.

O Programa Bolsa Família integra a estratégia Fome Zero, que tem o objetivo de assegurar o direito humano à alimentação adequada, promovendo a segurança alimentar e nutricional, contribuindo para a erradicação da extrema pobreza e para a conquista da cidadania pela parcela da população mais vulnerável à fome.

O Programa pauta-se na articulação de três dimensões essenciais à superação da fome e da pobreza: Promoção do alívio imediato da pobreza, por meio da transferência direta de renda à família. Reforço ao exercício de direitos sociais básicos nas áreas de Saúde e Educação, por meio do cumprimento das condicionalidades, o que contribui para que as famílias consigam romper o ciclo da pobreza entre gerações e coordenação de programas complementares, mantendo seus filhos na escola e cuidando da saúde da família, que têm por objetivo o desenvolvimento das famílias, de modo que os beneficiários do Bolsa Família consigam superar a situação de vulnerabilidade e pobreza.

No município de Campos de Júlio o programa tem o objetivo de garantir a continuidade da transferência de renda às famílias do Programa Bolsa Família e dos Programas Sociais, através de atividades de cadastramento, CadÚnico, bloqueio, desbloqueio, cancelamento e reversão de suspensão de benefício, em conformidade com os dispositivos da legislação vigente. Tem ainda como meta, cadastrar e manter atualizado os dados cadastrais das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família e dos Programas Sociais.

Através do **Programa de Atenção Integral à Família – PAIF** aequipe técnica do CRAS realiza atividades/ações sociais com as famílias inseridas no Cadastro Único do Governo Federal – Cadastro Único com objetivo de fortalecer os vínculos familiares. O PAIF é um serviço continuado de proteção social básica, (Decreto nº 5.085, de 19 de maio de 2004), desenvolvido nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), mais conhecidos como "Casa da Família". Esses Centros são espaços físicos localizados estrategicamente em áreas de maior concentração de pessoas em situação de vulnerabilidade e risco social. O CRAS presta atendimento socioassistencial, articula os serviços disponíveis em cada localidade, potencializando a rede de proteção social básica.

Entre as atividades realizadas/exigidas no PAIF pode-se mencionar as palestras com grupos de família, atividades realizadas com crianças de 0 a 6 anos de idade, oficinas, palestras para prevenção do uso do crack e outras drogas, orientações e encaminhamentos para instituições que oferecem outros serviços.

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos; destinado às crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos de idade com foco na constituição de espaço de convivência, formação para a participação e cidadania, desenvolvimento do protagonismo e da autonomia das crianças e adolescentes, a partir dos interesses, das demandas e das potencialidades dessa faixa etária. Estabelece ainda que as intervenções devam ser pautadas em experiências lúdicas, culturais e esportivas como formas de expressão, interação, aprendizagem, sociabilidade e proteção social, conforme a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS nº 109/2009). As atividades do SCFV são realizadas por monitores de nivel superior completo da área de Educação Física no contra turno do horário escolar.

O Projeto Conviver/Programa de Apoio à Pessoa Idosa; é destinado à realização de atividades com o grupo de idosos que freqüentam o Centro de Convivência do Idoso – CCI, com intuito de proporcionar lazer, convivência social e elevar a qualidade de vida. Vários são os conceitos de lazer, mas a maioria deles se refere a um tempo livre que pode ser usado para repousar, para se divertir ou para se integrar de alguma forma e, geralmente os idosos se dispõem desse tempo para realizar atividades artesanais às terças-feiras, sabe-se também que a qualidade de vida está atrelada à realização de exercícios físicos e, nesse intuito a educadora física acompanha os idosos todas às quintas-feiras na realização de atividades físicas e hidroginástica.

A Secretaria Municipal de Assistência Social através do **Programa de Apoio à Pessoa com Deficiência,** realiza atividades em parceria com a Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, proporcionando melhor qualidade de vida às 11 (onze) pessoas com necessidades especiais que freqüentam a instituição. Nas atividades estão inseridos os beneficiários do Benefício de Prestação Continuada - BPC e suas famílias.

As pessoas de baixa renda são atendidas através do **Projeto Municipal Arte & Cor**, onde realizam cursos, gratuitos, de pintura em tecidos, bordados em ponto cruz, bordados em ponto oitinho, bordados em vagonite, biscuit, patchwork, manicure, corte e costura entre outros, de acordo com o planejamento anual.

As gestantes em situação de vulnerabilidade econômica e social são inseridas no **Projeto Vida e Amor** através da equipe técnica do CRAS. É ensinado ao grupo, através de palestras, a importância de conhecer seus direitos enquanto cidadãs e o fortalecimento de vínculos afetivos entre mãe e filho.

Ainda as gestantes participam da confecção do enxoval para o seu bebê, simultaneamente, realizam o pré-natal onde aprendem os cuidados de higiene com os bebês, como banho, limpeza, troca de fraldas e outros, além da humanização no trabalho de parto. No final das atividades, todas as gestantes ganham um kit de enxoval para o bebê.

O Projeto Recriando tem como objetivo formar jovens e adultos procedentes de famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica, para o exercício da profissão de artesão, confeccionando bordado em chinelos bem como gerar renda para contribuir nas despesas e assim combater à fome e a exclusão social.

O Projeto Mãos que Brilham teve como objetivo a capacitação de vinte **munícipes em situação de vulnerabilidade social e econômica como profissionais da área da beleza a fim de propiciar-lhes capacidade de empregabilidade, geração de renda e inclusão social**.

O Projeto Agro Solidário em parceria com a Aprosoja, visa à complementação alimentar com leite de soja em pó para a população com necessidades nutricionais, comprovadas pela nutricionista.

Sabe-se que o leite de soja é bom para a **saúde** humana e um dos motivos em que esse derivado está sendo muito consumido pelos camposjulienses é que graças à ausência da lactose, as pessoas alérgicas a esse componente podem beber o leite sem problemas, e o mais interessante, segundo informações da secretaria de saúde, é que o nível de cálcio presente no produto é equivalente ao leite de vaca ou leite animal. Além disso, existem outros benefícios como a redução no risco de algumas doenças como o câncer, problemas cardiovasculares, osteoporose, diabetes, menopausa e até o Mal de Alzheimer.

A chance de encontrar uma boa posição nesse acirrado campo de batalha aumenta muito para quem aposta suas fichas em um curso que possibilite uma especialização técnica. Com esse intuito a Secretaria Municipal de Assistência Social propôs o **Projeto Geração de Renda** onde oferece cursos profissionalizantes em parceria com Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - SENAR, Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI, Secretaria de Estado Trabalho e Assistência Social - SETAS e outros.

Para a efetivação das políticas públicas, Campos de Júlio trabalha em rede com as secretarias municipais e alguns comércios locais. Ainda conta com a participação de Instituições e das Instâncias de Controle Social e Instituições sociais.

10.Instituições Sociais:

Centro de Convivência do Idoso;

Centro de Referência de Assistência Social;

Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças e adolescentes.

11. Instâncias de Controle Social:

Conselho Municipal da Assistência Social;

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

Conselho Municipal do Idoso;

Conselho Municipal do Trabalho;

Conselho Municipal de Habitação;

Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social;

Instância de Controle Social do Programa Bolsa Família.

Conselho Municipal Anti droga – COMAD

Conselho Municipal da Mulher

12. Processo de elaboração do Plano Municipal de Assistência Social – PMAS

Na elaboração do Plano Municipal de Assistência Social houve a participação das I**nstâncias d**e Controle Social e das Instituições Sociais comprovando a possibilidade de participação comunitária na política social do município.

Dessa forma, elucidamos nossa consciência de que políticas públicas podem e devem ser pensadas, discutidas e elaboradas em conjunto com os diversos segmentos, para que o Plano Municipal de Assistência Social possa ser um instrumento conhecido e facilmente monitorado e avaliado por todos.

A Secretaria Municipal de Assistência Social e o Conselho Municipal de Assistência Social de Campos de Júlio/MT apresentam os objetivos do Plano Municipal de Assistência Social, Triênio 2018 - 2021, com o compromisso de executá-lo e monitorá-lo para sua efetiva concretização.

13. COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

O Conselho Municipal de Assistência Social é composto por 10 (dez) Conselheiros Titulares e 10 (dez) suplentes, sendo paritário com 05 (cinco) representantes do Governo e 05 (cinco) representantes da sociedade civil:

Localização e Contato com o Conselho:

Conselho Municipal de Assistência Social

Telefone: (65) 3387-2807 Ramal 7101

Endereço: Avenida Valdir Masutti, 34 N. Centro

CEP: 78.307-000 - Campos de Júlio - MT.

14. AÇÕES DESENVOLVIDAS PELO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

Acompanhar e controlar a política de Assistência Social;

Exercer a orientação e o controle do Fundo Municipal;

Aprovar a política municipal de assistência social, elaborada em consonância com a política estadual de assistência social na perspectiva do SUAS e as diretrizes estabelecidas pelas conferências de assistência social;

Elaborar e publicar seu Regimento Interno;

Aprovar a proposta orçamentária dos recursos destinados às ações finalísticas de assistência social, alocados no Fundo Municipal de Assistência Social;

Avalizar o Plano de Aplicação do Fundo Municipal de Assistência Social e acompanhar a execução orçamentária e financeira anual dos recursos;

Aprovar Relatório Anual de Gestão;

Convocar a Conferência Municipal de Assistência Social, que terá como objetivo, avaliar e propor ações para aperfeiçoar a Política Municipal de Assistência Social;

Atuar sempre em termos de políticas de Assistência Social e não como política partidária. Entre outros.

15. Objetivos:

15.1-Objetivo Geral:

Organizar a política de Assistência Social de forma a prover serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica para famílias, indivíduos e grupos em situação de vulnerabilidade ou risco social.

15.2-Objetivos Específicos:

Implementar o Programa de Atenção Integral às Famílias (PAIF), no Centro de Referência de Assistência Social;

Ampliar os serviços socioeducativos para crianças na faixa etária de 0 a 6 anos;

Manter a garantia dos benefícios eventuais a indivíduos em situação de contingências sociais temporárias;

Monitorar as famílias através do Cadastro Único do Governo Federal - CadÚnico;

Articular serviços e recursos para atendimento, encaminhamento e acompanhamento das famílias e indivíduos inseridos em projetos habitacionais;

Capacitar a Equipe Técnica para atuar na execução de serviços, Programas e Projetos da Assistência Social;

Dar continuidade aos serviços municipais implantados, adequando-os aos princípios e diretrizes estabelecidos pela NOB/SUAS;

16. Estratégias de Ação:

A Secretaria Municipal de Assistência Social de Campos de Júlio atua pautando-se no alcance dos objetivos preconizados nesse Plano Municipal de Assistência Social e nas diretrizes da Política Nacional de Assistência Social.

Assim sendo, as estratégias voltadas para a efetivação da política da assistência social, pauta-se no referencial técnico, teórico e metodológico para implementar suas ações.

A Secretaria de Assistência Social conta com os recursos humanos já disponíveis no seu quadro de funcionários, bem como a possibilidade de ampliação do mesmo, face às necessidades exigidas pela demanda. Com relação aos recursos financeiros, estes deverão ser otimizados e pleiteados junto às três esferas administrativas.

A participação da população por meio de suas organizações representativas na formulação das políticas e no controle das ações está prevista como diretriz da política de assistência social, onde o fomento e o fortalecimento dos mecanismos de controle social emergem como força de motriz dessa participação.

Ainda como fortalecimento destaca-se o compromisso de prestação de serviços de qualidade ao público alvo da assistência social, que os estimulem a buscar formas de fortalecimento psicossocial com vistas a superação das condições de vulnerabilidade e exercer seu protagonismo e cidadania.

17. Avaliação e Impacto Social:

Será trabalhada a avaliação pela equipe técnica da SMAS/CRAS tendo como instrumentais técnicos de coleta de dados o questionário, a entrevista e o acompanhamento psicossocial, objetivando avaliar os resultados tanto qualitativos, quanto quantitativos e o impacto social dos referidos eventos junto à realidade da população usuária e de cada cidadão envolvido.

Portanto as reuniões com os usuários dos programas serão periódicas a fim de construir o despertar de uma consciência participativa e cidadã. Será neste espaço que a equipe buscará sensibilizar os usuários da Política Pública de Assistência Social para a importância de sua participação e envolvimento nas atividades.

Também será neste espaço que colheremos as opiniões e os anseios dos usuários, para que possamos avançar na conquista da cidadania plena e exercitar a democracia, por meio da participação efetiva.

O Plano Municipal de Campos de Júlio, para 2011, 2012 e 2013, será avaliado de forma que possamos analisar e mensurar as mudanças positivas ocorridas com a execução do mesmo, reorganizar estratégias de ações voltadas a contemplar e satisfazer a gama que porventura ainda não tenha sido atendida, e expandir a oferta desses serviços complementando-o para 2014 a 2016.

18. Considerações finais:

Diante dos objetivos e metas traçados neste Plano proporcionaremos a oportunidade do público alvo da Assistência Social poder efetivar o seu direito de exercer a sua cidadania, através da participação em programas Sociais, conforme preconiza as legislações em vigor.

Portanto esse plano foi elaborado dentro de uma nova perspectiva, que contextualize a proteção social básica como política de assistência social, articulada a outras políticas do campo social voltadas à garantia de direitos e de condições dignas de vida.

A política de assistência social dentro da proteção social básica visa fortalecer os laços familiares e comunitários. Isso mostra a importância de cadastros de todos os serviços da rede socioassistencial e intersetorial, de pesquisas realizadas e outros instrumentos de análise local para a identificação dos territórios em regiões de maior incidência de população em situação de vulnerabilidade, que deverão receber estudos mais específicos e ações da esfera municipal que visam mudanças qualitativas e quantitativas.

É importante ainda destacar a relevância da atuação dos entes federados e da equipe técnica para romper com a vulnerabilidade e desigualdade social que se expressam no cotidiano de vida da população Campojuliense.

19.Referências Bibliográficas:

Secretaria Municipal de Saúde (in loco);

Secretaria Municipal de Assistência Social (in loco);

Escola Municipal Germano Lazaretti (in loco);

Escola Municipal 15 de Outubro (in loco);

Escola Municipal Eliza Kranhart Tomé (in loco);

Escola Estadual Angelina Franciscon Mazutti (in loco);

Creche Municipal Ignes Bresolin Giongo (in loco);

Creche Municipal Pequeno Príncipe (in loco);

Biblioteca Municipal Cecilia Meirelles (in loco);

ANGHER, Anne Joyce (Org.) **Constituição da República Federativa do Brasil**. 12. ed. São Paulo: Rideel, 2006.

BRASIL, Norma Operacional Básica: NOB/SUAS. Brasília- DF, 2009

Lei Municipal nº. 327 de 30 de maio de 2007; http://www.ibge.gov.br/home/ **>** Acesso: 13/08/2014;

Plano Local de Habitação de Interesse Social –PLHIS, de Campos de Júlio/MT, 2012.

Lei Orgânica da Assistência Social- LOAS; Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. 2 ed. 2010, Brasília -DF

Brasil, Capacita Suas Volume 3 (2008);

Lacerda José – Fronteira em Desenvolvimento

http://www.diariodecuiaba.com.br/detalhe.php?cod=4... Acesso em 08/10/2012

SILVA, Cleomar Lazzaretti da; HEISSLER Erina Maria Barbiero; MOLEIRO, Neuza Gouvêa O Processo Histórico de Campos de Júlio/MT. 2009. Curso de Pedagogia, Licenciatura Plena da Universidade do Estado de Mato Grosso.

20: CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CRAS

Localização

Identificação do CRAS Renascer
Município: Campos de Júlio- MT
Endereço: Av.: Júlio Campos, nº.243E
Bairro: Renascer
Cep: 78.307-000
Fone/Fax: (65) 3387-2800
E-mail: social@camposdejulio.mt.gov.br

20.1: ESTRUTURA FÍSICA DO CRAS

O CRAS está instalado em sede própria, cuja estrutura física é composta por uma sala de acolhimento (recepção); uma sala para atendimento e cadastramento no Cadastro Único; uma sala de atendimento psicossocial (encaminhamento, orientação e acompanhamento aos usuários); uma sala de administrativo e Coordenação; 01 sala para atendimento individualizado; 01 salas para cursos; uma sala para depósito; uma cozinha; 3 banheiro para usuários adaptado e um banheiro para os funcionários. Seu funcionamento é de segunda à sexta-feira, das 07h00 às 11h00 e das 13h00 às 17h00 horas.

20.1.1: Área de abrangência do CRAS
Centro, Bairro Renascer, Bairro Bom Jardim, Bairro Jardim das Palmeiras, Bairro Vida Nova, Bairro Sol Nascente, Bairro Água Clara, Bairro Vila Nova e Zona Rural.

20.1.2: Equipe Técnica do CRAS
A equipe de referência do CRAS são trabalhadores da política de assistência social responsáveis pela implementação do PAIF, do serviços e projetos de proteção social básica e pela gestão articulada no território de abrangência, também pelo SCFV(serviço de convivência e fortalecimento de vínculos), sempre sob orientação do gestor municipal. Esse conjunto de trabalhadores é denominado equipe de referência do CRAS e sua composição é regulamentada pela Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS -NOB-RH/SUAS e depende do número de famílias referenciadas ao CRAS.

20.1.3: Rede de proteção básica no território
Secretaria Municipal de Assistência Social; Secretaria Municipal de Administração; Secretaria Municipal de Saúde; Secretaria Municipal de Secretaria Municipal de Obras; Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo; Secretaria Municipal de Agricultura; Secretaria Municipal de Educação; Secretaria Municipal de Planejamento; Secretaria Municipal de Finanças; Secretaria municipal de Industria e Comercio; Conselho Tutelar
Conselho Municipal da Assistência Social, Conselho Municipal dos Direitos da criança e do adolescente, Conselho Municipal do idoso, Conselho Municipal do Trabalho, Conselho Municipal de habitação, Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social, Conselho Anti Droga –COMAD, Conselho Municipal da Mulher, Conselho Gestor Municipal Programa Pro Família
Ministério Público, Defensoria Pública (Comarca de Comodoro/MT).

Recursos Humanos/ Equipe Técnica do CRAS Renascer

Nome	Função	Vinculo
ARIADNE RIBEIRO MORAIS	TÉCNICO (A) DE NÍVEL SUPERIOR PSICOLOGA	ESTATUTARIO
LUCINEIA BUENO FERREIRA	SERVIÇOS GERAIS	COMISSIONADO
MARLI SALETE MARAFON	TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO	COMISSIONADO
ROSENILDA APARECIDA DE OLIVEIRA	TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO OPERADORA DO CADASTRO ÚNICO	ESTATUTARIO
ELDIMAR ROSA DOS SANTOS	COORDENADORA	COMISSIONADO
ELISANGELA OLIVEIRA CAMARGO DA CRUZ	APOIO ADMINISTRATIVO	ESTATUTARIO
MARIA SUELI DO CARMO DA CRUZ	SERVIÇOS GERAIS	ESTATUTARIO
DOUGLAS BOTH	APOIO ADMINISTRATIVO	ESTATUTARIO
MARLI TERESINHA PIRES	SERVIÇOS GERAIS COZINHEIRA	ESTATUTARIO
MARIA DE LOURDES DOS SANTOS	SERVIÇOS GERAIS	ESTATUTARIO
MARIA DIVINA BATISTA	TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO RECEPCIONISTA	ESTATUTARIO
LETICIA GRABRIELLI MENDES SOUZA	TÉCNICA DE NÍVEL SUPERIOR	COMISSIONADA

Recursos Humanos/ Equipe Técnica da Secretaria Municipal de Assistência Social		
Nome	**Cargo**	**Vinculo**
NESLSA GONÇALVES CARDOSO	SECRETÁRIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	COMISSIONADO
OLIDIA SILVA BORGES MACIEL	ASSISTENTE SOCIAL	ESTATURARIO
SUZANA DA SILVA F. BARBIERO	TECNICA DE NIVEL SUPERIOR GESTORA DE PROGRAMA	ESTATURARIO
DAIANY SERVI	TECNICA NIVEL SUPERIOR SECRETÁRIA DOS CONSELHOS	ESTATURARIO

.

Após apresentação, foi analisado e **APROVADO,** o presente Plano Municipal de Assistência Social-PMAS para quadriênio 2018 a 2021, conforme a ATA Nº.054/2019 e resolução Nº. 001/2019 em reunião ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social realizada no dia 2019.

Campos de Júlio, 27 de fevereiro de 2019.

Mona Carla Davel NascimentoNelsa Gonçalves Cardoso

Presidente do CMAS Secretária de Assistência Social

PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 2018 a 2021

DESCRIÇÃO DA AÇÃO	OBJETIVO DA AÇÃO	PRODUTO (BEM OU SERVIÇO)	UNIDADE MEDIDA	ANO	METAS FÍSICAS	VALOR R$
1. Implementação do atendimento às famílias e seus membros, por meio dos serviços do PAIF no CRAS.	Ampliar o atendimento às famílias com oferta de serviços de qualidade e manutenção de todos os serviços desenvolvidos pelo CRAS.	Ações socioeducativas	Famílias	2018	2500	227.500,00
				2019	2500	245.500,00
				2020	2500	250.000,00
				2021	2500	259.500,00
2. Ampliação da oferta de cursos de capacitação profissional para inserção no mercado de trabalho.	Garantir qualificação profissional das famílias em situação de vulnerabilidade social em parceria com SENAR, SENAI, SENAC SETAS, CECITEC e etc.	Cursos Profissionalizantes	Pessoas	2018	84	40.000,00
				2019	100	41.300,00
				2020	150	41.400,00
				2021	200	41.500,00
3. Reforma do Centro Múltiplo Uso Gastão Lourenço de Lima.	Melhorar a infraestrutura e adequação para deficientes físicos.	Reforma	M²	2020	740	30.000,00
4. Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV.	Locação de espaço físico e funcionamento dos Grupos e acompanhamento das famílias prioritárias.	Ações socioeducativas	Famílias	2018	180	53.000,00
				2019	180	90.500,00
				2020	180	98.000,00
				2021	180	100.000,00
5. Manutenção dos Conselhos Municipais Ligados a Assistência Social.	Dar condições aos Conselhos Municipais de realizar as suas atividades garantindo estrutura e material de trabalho.	Atendimento	Conselhos	2018	08	19.000,00
				2019	09	20.577,00
				2020	09	20.600,00
				2021	09	21.000,00
6. Manutenção da Secretaria Municipal de Assistência Social.	Desenvolver todos os trabalhos ligados a Secretaria com atendimento para famílias em situação de vulnerabilidade social.	Atendimento	Famílias	2018	2500	771.000,00
				2019	2500	850.000,00
				2020	2500	900.000,00
				2021	2500	900.500,00
7. Fundo Partilhado de Investimento Social.	Desenvolver ações voltadas à habitação, emprego, reforço de renda familiar, qualificação profissional de interesse social, para a melhoria da qualidade de vida.	Atendimento	Toda comunidade	2018	-	9.000,00
				2019	-	10.000,00
				2021	-	20.900,00
8. Índice de Gestão Descentralizada – IGD Bolsa Família.	Gestão de condicionalidades de saúde e de educação, de benefícios, atualização e acompanhamento das famílias inscritas no Cadastro Único e acesso ao microcrédito produtivo orientado.	Atendimento	Famílias	2018	700	11.000,00
				2019	800	16.300,00
				2020	900	16.500,00
				2021	1000	16.800,00
9. Ações de apoio as demandas da sociedade.	Atendimento as famílias em situação de vulnerabilidade temporária. Benefícios eventuais: Auxilio Alimentação, Auxilio Funeral, Passagens e Auxilio a desastres naturais.	Atendimento	Famílias	2018	2500	83.800,00
				2019	2500	90.000,00
				2020	2500	91.000,00

				2021	2500	92.000,00
10. Índice de Gestão Descentralizada – IGD Sistema Único de Assistência Social.	Organização do SUAS, articulação dos serviços e benefícios socioassistênciais, apoio técnico e operacional para os conselhos, articulação com o BPC, BPC Trabalho e BPC na Escola, monitoramento do SUAS.	Ações sociais	Conselhos e Equipe técnica da Secretaria de Assistência Social	2018	-	21.500,00
				2019	-	23.000,00
				2020	-	25.000,00
				2021	-	27.000,00
11. Realização e apoio a eventos de Promoção Social.	Realização de campanhas e eventos ligados a interação com a sociedades demandando prestar informações de direitos e deveres de cada cidadão, tais como exploração sexual de crianças e adolescentes entre outras.	Eventos	Toda Comunidade	2018	-	23.500,00
				2019	-	25.000,00
				2020	-	47.500,00
				2021	-	48.000,00
12. Aquisição de veículo para a Secretaria de Assistência Social.	Aquisição de um veículo automotor com capacidade para 07 a 14 pessoas a fim de transportar famílias e idosos em situação de vulnerabilidade social e econômica.	Veiculo	Unidade	2018	01	35.000,00
				2020	01	150.000,00
13. Construção do Prédio da Secretaria Municipal de Assistência Social-SMAS.	Espaço físico da Secretaria de Assistência Social- SMAS	Construção	M²	2019	-	250.000,00
14. Reforma do CRAS	Espaço físico para atendimento dos Grupos em situação prioritária no Município.	Reforma	M²	2020	-	80.000,00
15. Manutenção do Conselho Tutelar	Obter manutenção de básicas do setor para atender crianças e adolescentes nas hipóteses previstas nos artigos. 98 e 105 a atender e aconselhar pais ou responsáveis, aplicando as medidas previstas no art.129, I a VII do Estatuto da Criança e do Adolescente.	Atendimento	Pessoas e famílias.	2018	1000	189.300,00
				2019	1200	189.900,00
				2020	1300	189.900,00
				2021	1400	190.000,00
16. Manutenção do Fundo Municipal da Criança e Adolescente	Recurso destinado ao atendimento das políticas, programas e ações voltados para o atendimento dos direitos de crianças e adolescentes, distribuídos mediante deliberação do CMDCA.	Ações socioeducativas	Pessoas	2018	-	5.000,00
				2019	-	29.500,00
				2020	-	31.500,00
				2021	-	33.000,00
17. Manutenção do Fundo Municipal de Habitação e Interesse Social – FMHIS	O Fundo atua com o objetivo de centralizar e gerenciar recursos orçamentários para os programas destinados a implementar políticas habitacionais direcionadas à população de menor renda.	Ações socioeducativas	Pessoas	-	-	-
				2018	-	8.200,00
				2019		8.900,00
				2020	-	9.000,00
				2021		9.500,00
18. Construção de casas populares	Projetos habitacionais ligados a população em situação de vulnerabilidade econômica, proporcionando um meio de ter sua casa própria.	Construção	M²	2018		00,00
				2019	-	68.000,00
				2020	-	100.000,00
				2021		100.000,00
19 Reforma do Centro do Idoso - CCI.	Espaço Físico para o Atendimento do Grupo de Idosos do Serviço de Convivência	Reforma	M²	2018	85	00
				2019	90	55.000,00
				2020	95	60.000,00
				2021	100	65.000,00

Cadastro Único

O Cadastro Único para Programas Sociais reúne informações socioeconômicas das famílias brasileiras de baixa renda – aquelas com renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa. Essas informações permitem ao governo conhecer as reais condições de vida da população e, a partir dessas informações, selecionar as famílias para diversos programas sociais.

No Município, o total de famílias inscritas no Cadastro Único em dezembro de 2018 era de **1.307** dentre as quais:

476 com renda per capita familiar de até R$ 89,00; 134 com renda per capita familiar entre R$ 89,01 e R$ 178,00; 287 com renda per capita familiar entre R$ 178,01 e meio salário mínimo; 410 com renda per capita acima de meio salário mínimo.

O Programa Bolsa Família (PBF) é um programa de transferência condicionada de renda que beneficia famílias pobres e extremamente pobres, inscritas no Cadastro Único. O PBF beneficiou, no mês de dezembro de 2018, **534 famílias**, representando uma cobertura de 0 % da estimativa de famílias pobres no município. As famílias recebem benefícios com valor médio de R$ 189,51 e o valor total transferido pelo governo federal em benefícios às famílias atendidas alcançou R$ 101.199,00 no mês.

Em relação às condicionalidades, o acompanhamento da frequência escolar, com base no bimestre de julho de 2018, atingiu o percentual de 94,1%, para crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos, o que equivale a 317 alunos acompanhados em relação ao público no perfil equivalente a 337. Para os jovens entre 16 e 17 anos, o percentual atingido foi de 59,0%, resultando em 23 jovens acompanhados de um total de 39.

Já o acompanhamento da saúde das famílias, na vigência de junho de 2018, atingiu 59,3 %, percentual equivale a 223 famílias de um total de 376 que compunham o público no perfil para acompanhamento da área de saúde do município.

Estimativas

Estimativa de famílias de baixa renda – Perfil Cadastro Único (Censo 2010)	342	2010
Estimativa de famílias pobres - Perfil Bolsa Família (CENSO 2010)	184	2010

Cadastro Único

Mês Referência

Famílias cadastradas		
Total de famílias cadastradas	**1.307**	**12/2018**
Famílias cadastradas com renda per capita mensal de R$ 0,00 até R$ 85,00	476	12/2018
Famílias cadastradas com renda per capita mensal entre R$ 85,01 e R$ 170,00	134	12/2018
Famílias cadastradas com renda per capita mensal entre R$ 170,01 e ½ salário mínimo	287	12/2018
Famílias cadastradas com renda per capita mensal acima de ½ salário mínimo	410	12/2018

Pessoas cadastradas		
Total de pessoas cadastradas	**3.341**	**12/2018**
Pessoas cadastradas em famílias com renda per capita mensal de R$ 0,00 até R$ 85,00	1.334	12/2018
Pessoas cadastradas em famílias com renda per capita mensal entre R$ 85,01 e 170,00	402	12/2018
Pessoas cadastradas em famílias com renda per capita mensal entre R$ 170,01 e ½ salário mínimo	877	12/2018
Pessoas cadastradas em famílias com renda per capita mensal acima de ½ salário mínimo	728	12/2018

Atualização cadastral		
Total de Famílias com cadastro atualizado	1.214	12/2018
Famílias com cadastro atualizado e renda per capita até ½ salário mínimo	827	12/2018
Taxa de atualização do total de famílias cadastradas	0,93	12/2018
Taxa de atualização cadastral até ½ salário mínimo	0,92	12/2018

Benefícios

Mês Referência

Quantidade de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família	534	12/2018
Valor total de recursos financeiros pagos em benefícios às famílias (em Reais - R$)	101.199,00	12/2018
Quantitativo por Tipo de Benefícios		
Benefício Básico	461	12/2018
Benefícios Variáveis	813	12/2018
Benefício Variável Jovem - BVJ	66	12/2018
Benefício Variável Nutriz - BVN	21	12/2018
Benefício Variável Gestante - BVG	18	12/2018
Benefício de Superação da Extrema Pobreza - BSP	282	12/2018

Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos

Mês Referência

Grupos de Origem Étnica		
Famílias Quilombolas		
Famílias quilombolas cadastradas	0	01/2019
Famílias quilombolas beneficiárias do Programa Bolsa Família	0	01/2019
Famílias Indígenas		
Famílias indígenas cadastradas	0	01/2019
Famílias indígenas beneficiárias do Programa Bolsa Família	0	01/2019
Famílias Ciganas		
Total de famílias ciganas cadastradas	0	01/2019
Famílias ciganas beneficiárias do Programa Bolsa Família	0	01/2019
Famílias pertencentes a Comunidades de Terreiro		
Total de famílias pertencentes a comunidades de terreiro cadastradas	0	01/2019
Famílias pertencentes a comunidades de terreiro beneficiárias do Programa Bolsa Família	0	01/2019
Grupos relacionados ao meio ambiente		
Famílias Extrativistas		
Total de famílias extrativistas cadastradas	0	01/2019
Famílias extrativistas beneficiárias do Programa Bolsa Família	0	01/2019
Famílias de Pescadores Artesanais		
Total de famílias de pescadores artesanais cadastradas	0	01/2019
Famílias de pescadores artesanais beneficiárias do Programa Bolsa Família	0	01/2019
Famílias Ribeirinhas		
Total de famílias ribeirinhas cadastradas	1	01/2019
Famílias ribeirinhas beneficiárias do Programa Bolsa Família	1	01/2019

Grupos relacionados ao meio Rural		
Famílias de Agricultores Familiares		
Total de famílias de agricultores familiares cadastradas	4	01/2019
Famílias de agricultores familiares beneficiárias do Programa Bolsa Família	2	01/2019
Famílias Assentadas da Reforma Agrária		
Total de famílias assentadas da Reforma Agrária cadastradas	1	01/2019
Famílias Assentadas da Reforma Agrária e beneficiárias do Programa Bolsa Família	0	01/2019
Famílias beneficiárias do Programa Nacional de Crédito Fundiário		
Total de famílias beneficiárias do Programa Nacional de Crédito Fundiário cadastradas	1	01/2019
Famílias beneficiárias do Programa Nacional de Crédito Fundiário beneficiárias do Programa Bolsa Família	0	01/2019
Famílias Acampadas		
Total de famílias acampadas cadastradas	2	01/2019
Famílias acampadas beneficiárias do Programa Bolsa Família	1	01/2019
Grupos em situações conjunturais		
Famílias atingidas por empreendimentos de infraestrutura		
Total de famílias atingidas por empreendimento de infraestrutura cadastradas	0	01/2019
Famílias atingidas por empreendimento de infraestrutura beneficiárias do Programa Bolsa Família	0	01/2019
Famílias com pessoa presa no sistema carcerário		
Total de famílias de preso do sistema carcerário cadastradas	0	01/2019
Famílias de preso do sistema carcerário beneficiárias do Programa Bolsa Família	0	01/2019
Famílias em situação de rua		
Total de famílias em situação de rua cadastradas	1	01/2019
Famílias em situação de rua beneficiárias do Programa Bolsa Família	1	01/2019
Famílias de Catadores de Material Reciclável		
Total de famílias de catadores de material reciclável cadastradas	1	01/2019
Famílias de catadores de material reciclável beneficiárias do Programa Bolsa Família	0	01/2019

Condicionalidades

Mês Referência

Público acompanhamento		
Total de beneficiários com perfil educação (6 a 15 anos)	337	07/2018
Total de beneficiários com perfil educação (16 e 17 anos)	39	07/2018
Total de famílias com perfil saúde (com crianças até 7 anos e mulheres de 14 a 44 anos)	376	06/2018
Resultados do Acompanhamento		
Total de beneficiários acompanhados pela educação (6 a 15 anos)	317	07/2018
Total de beneficiários acompanhados pela educação (16 a 17 anos)	23	07/2018
Total de beneficiários acompanhados com frequência acima da exigida (6 a 15 anos - 85%)	288	07/2018
Total de beneficiários acompanhados com frequência abaixo da exigida (6 a 15 anos- 85%)	29	07/2018
Total de beneficiários com frequência acima da exigida (16 a 17 anos - 75%)	19	07/2018
Total de Beneficiários com frequência abaixo da exigida (16 a 17 anos - 75%)	4	07/2018
Total de beneficiários sem informação de frequência escolar (6 a 15 anos)	20	07/2018
Total de beneficiários sem informação de frequência escolar (16 a 17 anos)	16	07/2018
Total de famílias acompanhadas pela saúde	223	06/2018
Total de gestantes acompanhadas	8	06/2018
Total de gestantes com pré natal em dia	8	06/2018
Total de crianças acompanhadas	228	06/2018
Total de crianças com vacinação em dia	228	06/2018
Total de crianças com dados nutricionais	218	06/2018
Total de famílias não acompanhadas pela saúde	-	-
Efeitos por descumprimento de condicionalidades		
Total de Efeitos por descumprimento das condicionalidades (PBF saúde e educação) (sem BVJ)	46	09/2018
Total de advertências	28	09/2018
Total de bloqueios	8	09/2018
Total de suspensões	10	09/2018
Total de cancelamentos	0	09/2018
Total de Efeitos por descumprimento de condicionalidades (BVJ)(16 e 17 anos)	8	09/2018
Total de advertências	4	09/2018
Total de bloqueios	2	09/2018
Total de suspensões	2	09/2018
Total de cancelamentos	0	09/2018
Recursos OnLine registrados no Sistema de Condicionalidades (SICON)		
Total de recursos cadastrados e avaliados	0	09/2018
Total de famílias com recursos avaliados e deferidos	0	09/2018
Total de famílias com recursos avaliados e indeferidos	0	09/2018
Total de famílias com recursos não avaliados	0	09/2018
Acompanhamento Familiar		
Total de famílias em fase de suspensão	19	09/2018
Total de famílias com registro de acompanhamento familiar no Sistema de Condicionalidades (SICON)	-	-
Total de municípios que utilizam o acompanhamento familiar do Sistema de Condicionalidades (SICON)	-	-

Índice de Gestão Descentralizada

Mês Referência

1 - Crianças e adolescentes das famílias do PBF com frequência escolar informada	351	12/2018
2 - Total de crianças e adolescentes das famílias do PBF no município	386	12/2018
3 - TAFE - Taxa de Acompanhameto de Frequência Escolar (item 1 / item 2)	0,90	12/2018
4 - Famílias do PBF com condicionalidades de saúde informada	223	12/2018
5 - Total de famílias com perfil saúde no município	376	12/2018
6 - TAAS - Taxa de Acompanhamento de Agenda de Saúde (item 4 / item 5)	0,59	12/2018
7 - Atualizações de cadastros - Perfil CadÚnico até 1/2 salário mínimo	878	12/2018
8 - Cadastros de Famílias com Perfil CadÚnico até 1/2 salário mínimo	958	12/2018
9 - TAC - Taxa de Atualização Cadastral (item 7 / item 8)	0,91	12/2018
10 - Fator 1: Operação ((TAFE+TAAS) / 2 + TAC / 2)	0,83	12/2018
11 - Fator 2: Adesão ao SUAS	1,00	12/2018
12 - Fator 3: Comprovação de Gastos pelo FMAS	1,00	12/2018
13 - Fator 4: Aprovação da Comprovação de Gastos pelo CMAS	1,00	12/2018
14 - IGD-M (Fator 1 x Fator 2 x Fator 3 x Fator 4)	1	12/2018
15 - Estimativa total de famílias de baixa renda no município - perfil CadÚnico	342	12/2018
16 - Quantidade de famílias consideradas para cálculo do repasse	342	12/2018
17 - Valor Calculado sem Incentivos (item 14 x R$ 3,25 x item 16)	926,88	12/2018
18 - Incetivo 1 - Proporção de famílias em fase de suspenção em acompanhamento Familiar	0,00	12/2018
19 - Incetivo 2 - Dados da gestão municipal no SIGPBF atualizados há menos de 1 ano	46,34	12/2018
20 - Valor Total de Incentivos (item18 + item 19)	46,34	12/2018
21 - Valor Calculado com Incetivos (Item 17 + Item 20)	973,22	12/2018
22 - Teto de repasse do IGD-M	1.430,00	12/2018
23 - Valor repassado no mês	1.430,00	12/2018
24 - Motivo(s) que impede(m) o repasse		12/2018

Após apresentação, foi analisado e **APROVADO,** o presente Plano Municipal de Assistência Social para o quadriênio 2018 a 2021, conforme a ATA Nº. 054/2019 e resolução Nº. 001/2019 em reunião ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social realizada no dia 27/02/2019.

Campos de Júlio-Mato Grosso, 27 de fevereiro de 2019.

Mona Carla Davel do Nascimento Nelsa Gonçalves Cardoso

Presidente do CMAS Secretaria de Assistência Social

DECRETO Nº. 030, DE 6 DE MARÇO DE 2019.

ATRIBUI RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA A TERCEIRA PESSOA, ATRAVÉS DA NOMEAÇÃO DE CONTRIBUINTE POR SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSÉ ODIL DA SILVA, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas em lei;

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados sujeitos passivos por substituição tributária para retenção e recolhimento do ISSQN, prevista no Decreto nº 057/2018, os seguintes tomadores de serviço:

NOME	CNPJ/CPF	INSC. ESTADUAL
Abatedouro de Pequenos Animais Frangostoso LTDA - ME	27.614.886/0001-10	13.691.793-3
Adalberto José Ceretta e outros	945.460.610-72	
Ademir Marafon e outro	525.316.199-68	
Ademir Rostirolla e outro	138.188.991-34	
Adolfo Klahold	476.303.029-91	
Adriano Bueno Zamo	920.850.322-49	
Agnaldo Frohlich	580.578.201-44	
Agrícola Zanella Ltda	17.690.390/0001-71	
Agropecuária Lorenzetti Ltda	33.026.303/0001-32	13.260.963-0
Agropecuária Morocó Ltda	04.114.262/0002-19	13.206.958-0
Agropecuária Masutti Ltda	26.595.181/0001-30	
Agropecuaria Renascer LTDA	73.821.910/0001-09	13.273.773-6
Agropecuária Via Fértil Ltda	08.983.535/0002-12	
Agropecuária Via Fértil Ltda	08.983.535/0001-31	
Agroplante Ltda	10.317.343/0001-38	
Agrovitus Lucerna Ltda	03.384.368/0001-99	13.253.150-0
Alceu Antônio Comiran	553.957.599-72	
Alceu Dal Maso	283.347.609-49	
Aldo Fischer	452.828.119-87	
Algodoeira Agro Guerreiro	12.852.180/0001-19	
Alexandre Jaques Bottan	384.765.761-53	
Álisson Luis Bueno Zamo	700.252.401-10	
Amaggi Importação e Exportação Ltda	77.294.254/0010-85	13.053.551-6
Ângela Vogt Webler	000.923.361-08	
Angenor Longo Colet	244.497.769-68	
Antônio Fidélis da Silva Zamo	050.880.110-91	
Armazéns Gerais Campos de Júlio	04.832.322/0001-58	
Armazéns Gerais Delazzeri Ltda	06.081.987/0001-00	13.252.392-2
Assis Felipe Tomé	258.367.069-72	
Bianca Tapia	951.769.939-53	
Bom Futuro Agrícola Ltda	10.425.282/0022-57	13.607.233-0
Bom Futuro Agrícola Ltda	10.425.282/0023-38	13.607.235-6
Bom Futuro Agrícola Ltda	10.425.282/0039-03	13.607.801-0
Bom Futuro Agrícola Ltda	10.425.282/0062-44	
Bom Futuro Agrícola Ltda	10.425.282/0066-78	
Bom Futuro Agrícola Ltda	10.425.282/00667-59	
Bunge Alimentos	84.046.101/0272-02	
Campos de Júlio Energia S/A	07.655.513/0001-80	13.328.053-5
Cargil Agrícola S/A	60.498.706/0284-00	13.173.616-7

Carlos Simarelli e outros	071.786. 118-04	
Celso Antônio Nicaretta	304.008. 309-06	
Celso Parzianello e outros	243.013. 109-91	
César Menegol	489.373. 120-34	
Charles Locks	018.473. 609-98	134919645
Claídes Lazaretti Masutti e outros	203.740. 702-53	
Cocaju-Cooperativa Agrícola Campos de Júlio	08.775.133/ 0001-41	13.338. 582-5
Construtora Bareia Ltda-ME	09.553.142/ 0001-50	13.374. 820-0
Coop. de Agronegócios de São Gabriel do Oeste MS	05.001.815/ 0002-90	
Cooperativa Agroindustrial Águas Frias	04.463.344/ 0002-79	
Darci Luiz Ciarini e outros	307.791. 890-00	
Dárcio Luiz Ciarini e outros	309.600. 290-87	
Delta Construções S/A	10.788.628/ 0021-09	13.314. 178-0
Dionísio Luiz Fogliatto	004.337. 999-00	
Dirceu Luiz Zanella	295.631. 199-91	
Dirceu Martins Comiran	173.867. 301-44	
Divisa Energia S/A	10.431.501/ 0002-67	13.386. 353-0
Éder Pedro Graeff	005.717. 089-43	
Ellen Cristina de Oliveira Rodrigues Parodi	848.199. 521-53	13.419. 241-9
Elizeu Zulmar Maggi Scheffer e Outros	308.181. 259-34	
Émerson Valdir Ferreira	204.552. 018-89	
Escavasul Terraplenagem Ltda	08.975.582/ 0002-14	
Evandra Delazzeri	024.196. 909-31	
Evandro Adeli Graeff	026.113. 269-59	
Fabiana Cortina Zanella	030.504. 519-98	
Fazenda Juína	308.181. 259-34	13.345. 277-8
Fazenda Planorte S/A	00.337.109/ 0004-61	13.350. 697-5
Francisco Dors	125.496. 149-68	
Francisco Zanella e outros	052.127. 829-53	
Futuro Comércio e Rep. De Produtos Agropecuários Ltda	04.593.447/ 0001-72	13.203. 658-4
Gelso Antônio Cadore	603.564. 050-87	
Gervázio Zanella	767.813. 729-04	
Gilberto Fellipe Tomé	453.259. 601-72	
Gilmar Rampanelli	482.375. 829-34	
Giongo Armazéns Gerais Ltda	11.177.774/ 0001-09	
Graziella Peruchin Basso	876.628. 091-53	
Iassue Mamose	011.957. 439-04	
Ildenir Pereira Filho	125.475. 149-15	
Irineu Marcos Parmeggiani	462.055. 780-34	
Irineu Marcos Parmeggiani e outros	462.055. 780-35	
Ivanil Volpato	282.460. 809-97	
Ivo Froehlich	396.290. 821-87	13270397-1
Iwao Mamose e oturos	011.956. 979-53	
Jadison Dors	019.108. 899-46	

Jaime Ari Marsaro	251.346. 559-87	
Jaime Basso	227.086. 500-68	
Jassi José Nicaretta	332.653. 649-68	
Joacir Marasca	347.517. 850-87	
João André Lopes Guerreiro	033.196. 139-36	
João Carlos Calgaro e outros	392.807. 800-34	
João Lopes Guerreiro	119.975. 839-68	13.389. 887-3
José Carlos Reck e outros	429.324. 670-34	
Josefer Marcos Cadore	014.907. 031-44	
Lauro Schimitz	145.891. 760-68	132498790
Lívio José Andrigheti e outro	142.821. 510-72	
Lopes Distribuidora Ltda	05.245.558/ 0007-46	13.529. 363-4
Losoir Antônio Scariotti	406.291. 981-87	
Luiz Antônio Bortoluzzi	064.653. 079-87	
Luiz Otávio Garcia Tatim	012.462. 481-23	
Luiz Rogério Botaro	918.825. 249-34	
Luiz Tadeu Garcia Tatim	242.615. 210-91	
Maggi Armazéns Ltda	01.724.186/ 0009-41	13.179. 671-2
Maggi Energia S/A	03.908.754/ 0004-85	13.306. 281-3
Mairingineering Sapezal-Construção e Adm de Projetos Ltda	07.714.898/ 0001-09	13.213. 426-6
Marcelo Henrique Zancheti	805.381. 349-68	
Marilei Cadore Barrachini e outro	672.692. 060-15	
Marla Parmeggiani	819.861. 731-00	
Mateus Passinatto Eirelli	31.139.285/ 0001-70	
Milhopar Indústria e Comércio de Derivados de Milho Ltda EPP	11.604.093/ 0002-60	
Nara Maria Passinato	885.750. 550-20	
Narezzi Engenharia Ltda	06.983.701/ 0001-74	
Neri Delazzeri	025.693. 459-20	
O Telhar Agropecuária Ltda	05.683.277/ 0026-38	13.398.87-2
Oestemix Concreto Ltda	00.871.663/ 0001-81	
Ovetril Óleos Vegetais Ltda	84.591.064/ 0051-63	13.291. 055-1
Ovetril Óleos Vegetais Ltda	84.591.064/ 0024-90	13.158. 654-8
Parecis Energia S/A	07.655.520/ 0001-81	13.328. 118-3
Paulo César Fávaro e outra	843.424. 479-91	
PCH Juina – S/A	19.448.874/ 0001-34	
Priscila Vanessa Wingenbach da Silva	015.706. 691-63	133777227
Rafaela Bellen e outras	699.941. 881-00	13.220. 248-4
Rajjan Cézar Mascarello	488.795. 681-91	
Ricardo Iaassuhiiro Mamose e Outro	954.239. 409-82	
Rondon Energia S/A	07.655.516/ 0001-13	13.328. 051-9
RPS Agropecuária Ltda	05.051.838/ 0006-32	13.359. 827-6
S. C. Figueiredo & Cia Ltda	06.209.584/ 0001-96	
Sady Antônio Zancheti	010.334. 179-04	
Sapezal Energia S/A	07.655.521/ 0001-26	13.328. 055-1

Sandro Locks	931.333. 409-72	134923090
Semeare Agropecuaria LTDA	23.245050/ 0003-04	13.595. 339-1
Sementes Quocity Ltda	22.303.710/ 0001-23	
Sidnei Zanella	925.091. 341-91	
Sindicato Rural de Campos de Júlio	03.292.600/ 0001-69	
SLC Agrícola S/A	89.096.457/ 0049-08	
Sipal Indústria e Comércio Ltda	02.937.632/ 0019-30	13.291. 057-8
Sipal Indústria e Comércio Ltda	02.937.632/ 0024-06	13.186. 841-1
Sipal Indústria e Comércio Ltda	02.937.632/ 0008-88	13.311. 925-0
Stefânio Passinato	937.721. 221-91	
Telegráfica Energia S/A	07.655.514/ 0001-24	13.328. 057-8
Tirolesa Agropecuária Ltda	32.132.087/ 0001-47	
Usimat Destilaria de Álcool Ltda	07.670.089/ 0001-42	13.311. 364-7
Valdemar Mulgnol	543.404. 119-49	
Valtamir Luiz Cadore	286.525. 500-00	
Valério Valentim Barrachini	558.996. 920-49	
Valmir José Machado Cavalheiro	505.191. 310-53	
Via Fértil Produtos Agropecuários Ltda	06.233.034/ 0002-93	
Vitalino Ancelmo Cadore	154.506. 940-91	
Volnei Masutti	630.831. 671-72	
Zelide Bombardelli Klahold	523.862. 019-53	

Art. 2º Os contribuintes responsáveis mencionados no artigo primeiro deverão efetuar a retenção e o recolhimento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, incidente sobre todo e qualquer serviço por ele contratado de terceiros com incidência nos limites do município.

§ 1º Considera-se local da prestação onde o serviço é efetivamente prestado, independentemente de onde estiver situada a sede física do prestador.

§ 2º A opção do prestador de serviço pelo regime de Tributação do Simples Nacional, não dispensa o contribuinte substituto tributário de proceder à retenção e o recolhimento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, conforme disposições desse decreto.

§ 3º O enquadramento no regime de tributação do simples nacional deverá ser devidamente comprovado pelo respectivo prestador.

Art. 3º O contribuinte substituto tributário aplicará para a retenção do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN a alíquota de **cinco por cento sobre o valor base de cálculo do serviço, exceto para os prestadores de serviços enquadrados no Regime de Tributação do Simples Nacional que terá as alíquotas apuradas conforme disposições do artigo quarto desse decreto.**

§ 1º A base de cálculo do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN é o preço do serviço.

§ 2º Considera-se preço dos serviços a receita bruta a ele correspondente, sem qualquer dedução, nos termos da legislação tributário do município.

Art. 4º Para as empresas enquadradas no Regime de Tributação do Simples Nacional a alíquota corresponderá ao percentual de ISSQN previsto nos Anexos III, IV ou Vda LC nº 128/08 e na Resolução CGSN nº 51/2008, alterada pela Resolução CGSN nº 60/2009, para a faixa de receita bruta a que a ME ou a EPP estiverem sujeitas no mês anterior ao da prestação do serviço.

§ 1º A alíquota aplicável na retenção na fonte a que se refere o *caput* desse artigo deve ser informada pelo prestador no documento fiscal emitido, conforme previsto no inciso I do § 4º do artigo 21 da LC nº 123/06, com redação dada pelo artigo 3º da LC nº 128/08 e no inciso I do § 2º do artigo 3º da Resolução CGSN Nº 51/2008, alterada pelo artigo 8º da Resolução CGSN nº 60/2009.

§ 2º Quando as ME ou EPP não informarem no documento fiscal a alíquota de que trata o parágrafo anterior, aplica-se na retenção do ISSQN a alíquota correspondente ao percentual de ISSQN referente à alíquota da maior faixa de receita bruta prevista nos Anexos III, IV ou V da Resolução CGSN nº 51/2008, alterada pela Resolução CGSN nº 60/2009.

§ 3º Constatada diferença entre a alíquota utilizada e a efetivamente apurada, caberá às ME ou EPP prestadoras do serviço promover o seu respectivo recolhimento diretamente ao município no mês subsequente ao do início da atividade por meio de Documento de Arrecadação Municipal (DAM) e de acordo com o prazo estipulado no calendário fiscal do município.

§ 4º Não se exime da sua responsabilidade o prestador do serviço quando a alíquota do ISSQN informada por ele no documento fiscal for inferior à devida, hipótese em que o recolhimento da diferença será realizado diretamente ao município por meio de DAM e de acordo com o prazo estipulado no calendário fiscal do município.

§ 5º No caso de empresas optantes pelo Simples Nacional, o recolhimento dos impostos abrangidos pela legislação pertinente, em valores fixos mensais, conforme dispõe o artigo 18-A LC nº 123/06, o contribuinte substituto tributário está dispensado de efetuar a retenção do ISSQN.

§ 6º Caberá ao MEI comprovar sua opção por recolhimento de valores fixos mensais junto ao contribuinte substituto tributário, através de documentos oficiais.

§ 7º A retenção e o recolhimento do ISSQN nesse decreto com base em informação falsa sujeita o responsável, o titular, os sócios ou os administradores, bem como as demais pessoas que com elas concorrerem às penalidades previstas na legislação criminal e tributária.

Art. 5º Fica criada a obrigação acessória de declarar através do sistema de escrituração fiscal eletrônica (Livro Eletrônico) disponível em nosso portal http://www.camposdejulio.mt.gov.br **e de emitir o Recibo de Declaração de ISSQN retido de acordo com legislação municipal.**

Art. 6º O contribuinte substituto tributário deverá concluir o lançamento das informações até o 15º dia do mês subsequente ao do fato gerador.

§ 1º No caso de contratação de Microempreendedor Individual o Contribuinte Substituto Tributário, deverá obrigatóriamente informar a contratação através do livro eletrônico, devendo informar no campo “imposto retido” a sigla “MEI”, sendo que os demais campos deverão ser preenchidos normalmente.

§ 2º O contribuinte que não realizar a declaração no prazo estabeçlecido no *caput* desse artigo fica sujeito as penalidades impostas pelo código tributario municipal.

Art. 7º O contribuinte substituto tributário dará obrigatoriamente ao prestador do serviço o Recibo de Declaração de ISSQN retido, o qual lhe servirá de comprovante de pagamento do imposto.

Art. 8º Aplica-se ao contribuinte substituto tributário todas as demais normas contidas na legislação tributária do município.

Art. 9º Esse decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10. Revogam-se as disposições contidas no Decreto nº. 057, de 4 de junho de 2018 e suas alterações.

Campos de Júlio- MT, 6 de março de 2019.

JOSÉ ODIL DA SILVA

Prefeito de Campos de Júlio

LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO CHAMAMENTO PARA CREDENCIAMENTO Nº 01/2019 - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 02/2019

A Prefeitura Municipal de Campos de Júlio, com sede na Av. Valdir Masutti, 779W, Loteamento Bom Jardim, Campos de Júlio - MT, CEP 78. 307-000, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público para todos os interessados a relação de Credenciados no Processo de Credenciamento nº 01/2019, para Credenciamento de Pessoas Jurídicas especializadas na prestação de serviços de Exames de Ultrassonografias, para atender as necessidades do Hospital Municipal Leocyr Lazarette, nas condições estabelecidas no Edital e anexos, sendo credenciada :

1 – CRISTIANE FERREIRA DE PAULA - EIRELI

CNPJ: 29.972.986/0001-43

Informações através do fone (65) 3387 - 2800.

Campos de Júlio - MT, 11 de março de 2019.

Rosinéia Rodrigues Ramos Silva

Presidente da CPL

Decreto nº 012/2019

PORTARIA Nº. 044, DE 11 DE MARÇO DE 2019.

CONCEDE LICENÇA PATERNIDADE AO SERVIDOR QUE MENCIONA.

JOSÉ ODIL DA SILVA, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO *o disposto no artigo 135 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, instituído pela Lei Complementar nº 001, de 15 de julho de 2008;*

CONSIDERANDO *a certidão e/ou atestado médico comprovando o nascimento da filho(a) do servidor adiante nominado,*

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença paternidade ao servidor **DOUGLAS FRANCISCO BOTH,** admitido na forma do Inciso II do artigo 37 da Constituição Federal e nomeado em caráter efetivo ao cargo de Agente Administrativo, através da Portaria nº.045, de 27 de janeiro de 2016, pelo prazo de cinco dias, contados a partir dessa data.

Art. 2º Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Campos de Júlio, 11 de março de 2019.

JOSÉ ODIL DA SILVA

Prefeito de Campos de Júlio

“

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANABRAVA DO NORTE

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N. 083/2019, DE 06 DE MARÇO DE 2019.

PORTARIA N. 083/2019, DE 06 DE MARÇO DE 2019.

“DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL, OCUPANTE DE CARGO EFETIVO.”

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º. – Conceder FÉRIAS pelo período de 30 (trinta) dias ininterruptos a Servidora Pública Municipal, Sr.ª, **ESMERALDA PEREIRA DA MOTA**, matrícula 524, ocupante de Agente de Limpeza, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Esporte, Lazer e Cultura.

PERÍODO AQUISITIVO DE FERIAS
24/02/2017 A 23/02/2018
PERÍODO DO GOZO DE FERIAS
01/03/2019 À 30/03/2019

Art. 2º.– Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais e financeiros ao dia 01/03/2019 e revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se

Registre-se.

Cumpra-se.

Canabrava do Norte - MT, em 06 de Março de 2019.

_____

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA

GABINETE
PORTARIA Nº147/2019

Portaria nº147/2019

De 08 de março de 2019.

Nomeia Servidor para Cargo em Comissão.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito do Município de Canarana, Estado de Mato Grosso, Sr. no uso de suas atribuições legais, e com base no que dispõe o Art. 11 § 2º da Lei Municipal Complementar nº 028/2002, de 23 de dezembro de 2002 - Estatuto dos Servidores Públicos,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear **Diego Ferreira da Silva**, para exercer o cargo de Assessor de Urbanismo, cargo de Provimento em Comissão constante no Anexo I da Lei Complementar nº 029/2002, e alterada pela Lei Complementar n° 156/2017 de 22 de março de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana-MT, 08 de março de 2019.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

GABINETE
PORTARIA Nº148/2019

Portaria nº148/2019

De 07 de março de 2019.

Nomeia Servidor para Cargo em Comissão.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito do Município de Canarana, Estado de Mato Grosso, Sr. no uso de suas atribuições legais, e com base no que dispõe o Art. 11 § 2º da Lei Municipal Complementar nº 028/2002, de 23 de dezembro de 2002 - Estatuto dos Servidores Públicos,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear Jhacson Luiz Grubert Gonzaga, para exercer o cargo de Gerente do SINE Municipal, cargo de Provimento em Comissão constante no Anexo I da Lei Complementar nº 029/2002, e alterada pela Lei Complementar n° 156/2017 de 22 de março de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana-MT, 07 de março de 2019.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 149/2019

De 08 de Março de 2019.

Designa Servidor Público Municipal para a fiscalização de execução de contrato.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o Art. 67 da Lei nº 8666/93.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar **MADELAINE TEREZINHA STRAGLIOTTO**, servidor no cargo de Coordenador de serviços de Saúde**,** para exercer a fiscalização do Contrato referente ao **Processo nº 021/2019 – Credenciamento nº 001/2019 – CREDENCIAMENTO das empresas que tenham interesse na prestação de serviços médicos no hospital municipal para atendimento de escalas alternativas de 12 horas em dias variados (semana e final de semana – diurno e noturno)**, de acordo com os critérios, termos e condições estabelecidas no edital e Termo de Referência **Anexo I**.

Art. 2º **-** Nomear **IVONE ALVES**, servidora no cargo de Coordenadora de regulação da Saúde, como suplente de Fiscal do referido Contrato.

Art. 3º - Revogam -se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana-MT, de 08 de Março de 2019**.**

FÁBIO MARCOS PEREIRA DE FARIA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 144/2019

De 06 de Março de 2019.

Designa Servidor Público Municipal para a fiscalização de execução de contrato.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o Art. 67 da Lei nº 8666/93.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar **EDIVAN COLOMBO**, servidor no cargo de Gerente de estoque e Almoxarifado**,** para exercer a fiscalização do Contrato referente ao Processo nº 035/2019, Dispensa de Licitação nº 021/2019 – objeto é a **Aquisição de material químico herbicida GLIFOSATO ZAPP QI 620, para atender as necessidades da secretaria municipal de Obras de Canarana-MT.**

Art. 2º **-** Nomear **ILDO SCAPINI**, servidor no cargo de Operador de Maquinas Pesadas, como suplente de Fiscal do referido Contrato.

Art. 3º - Revogam -se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e afixação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana-MT, de 06 de Março de 2019**.**

FÁBIO MARCOS PEREIRA DE FARIA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 143/2019

De 06 de Março de 2019.

Designa Servidor Público Municipal para a fiscalização de execução de contrato.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o Art. 67 da Lei nº 8666/93.

RESOLVE:

Art. 1º **-** Designar **GUSTAVO HENRIQUE MACHADO ALVES**, servidor no cargo de Engenheiro Civil**,** para exercer a fiscalização do Processo nº 129/2018 – Tomada de Preços nº 013/2018**,** cujo objeto é a Contratação de empresa para execução de obras de **Pavimentação Asfáltica com Drenagem, meio fio, sarjeta e Sinalização Horizontal** na Rua 03 de Maio entre a Avenida Paraná e Rua Vista Gaúcha, Bairro Nova Canarana no Município de Canarana-MT, conforme Contrato de Repasse nº 858537/2017/CAIXA, planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro e memorial descritivo e especificações técnicas ede acordo com os anexos do Edital.

Art. 2º **-** Nomear **MARCIANO MENDES DE OLIVEIRA**, servidor no cargo de Fiscal Obras e Posturas, como suplente de Fiscal do referido Contrato.

Art. 3º - Revogam -se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01/03/2019.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana-MT, de 06 de Março de 2019**.**

FÁBIO MARCOS PEREIRA DE FARIA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 150/2019

De 08 de Março de 2019.

Designa Servidor Público Municipal para a fiscalização de execução de contrato.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o Art. 67 da Lei nº 8666/93.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar **CLEYTON DIAS DE SOUZA**, servidor no cargo de Técnico Agrícola,como Fiscal de Contrato do **Processo nº 039/2019**, **Dispensa de licitação nº 022/2019**, que tem por objeto a Contratação de Instituição Brasileira para a prestação de serviços de programa de capacitação pelo SEBRAE nos setores chaves para o desenvolvimento do comércio e das cadeias produtivas do Município de Canarana-MT.

Art. 2º **-** Nomear, **JOSILENE PINHEIRO DA SILVA**, servidora efetiva no cargo de Fiscal de Tributos,como suplente do referido Contrato.

Art. 3º - Revogam -se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e afixação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana-MT, de 08 de Março de 2019**.**

FÁBIO MARCOS PEREIRA DE FARIA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 146/2019

De 07 de Março de 2019.

Designa Servidor Público Municipal para a fiscalização de execução de contrato.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o Art. 67 da Lei nº 8666/93.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar **CINTIA DE ALMEIDA RAIMUNDO,** servidora no cargo de Assessora de Gabinete da Secretaria de Educação**,** para exercer a fiscalização do Contrato referente ao **Processo nº 033/2019 – Chamada Publica nº 002/2019 –** ***Aquisição de Gêneros Alimentícios*** da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural para o atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, destinados à ***ALIMENTAÇÃO ESCOLAR PARA O ANO LETIVO DE 2019***, conforme especificações do Anexo I desta Chamada Pública.

Art. 2º Nomear **MARCELI TEREZINHA THOMAS L. COSTA**, servidor no cargo de Professora da Educação Infantil, como suplente de Fiscal do referido Contrato.

Art. 3º - Revogam -se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e afixação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana-MT, de 07 de Março de 2019**.**

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 145/2019

De 07 de Março de 2019.

Designa Servidor Público Municipal para a fiscalização de execução de contrato.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o Art. 67 da Lei nº 8666/93.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar **CLAUDIONOR DOS SANTOS**, servidor no cargo de Agente de Serviços I**,** para exercer a fiscalização do Contrato referente ao **Processo nº 036/2019 – Inexigibilidade nº 002/2019 –** objeto é a Contratação de empresa para fornecimento de combustíveis no Distrito de Culuene no Município de Canarana-MT.

Art. 2º - Nomear**JOAQUIM VALDEVINO FÁBIO**, no cargo de Motorista Escolar, como suplente de Fiscal do referido Contrato.

Art. 3º - Revogam -se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e afixação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana-MT, de 07 de março de 2019**.**

FÁBIO MARCOS PEREIRA DE FARIA

Prefeito Municipal

EXTRATO - CONTRATO Nº 037-2019 - CONTRATO Nº 045-2019

EXTRATO DE CONTRATOS 037/2019

Contratante: Prefeitura Municipal de Canarana- MT

Modalidade: Dispensa de Licitação nº 018/2019

Data: 25/02/2019

Vigência: 25/02/2020

Contratado: JOSÉ ANTONIO BORTOLUCCI

Objeto: Contratação de Profissional com Formação em Engenharia elétrica para a realização de estudo para redução do custo de energia elétrica nos Edifícios Públicos.

Valor: R$ 65.100,00 (sessenta e cinco mil e cem reais).

EXTRATO DE CONTRATOS 038/2019

Contratante: Prefeitura Municipal de Canarana- MT

Modalidade: Dispensa de Licitação nº 019/2019

Data: 28/02/2019

Vigência: 22/05/2019

Contratado:W.S BARROS INFORMÁTICA

Objeto: Aquisição de 01 (Um) Servidor de dados da 14ª geração de Servidores.

Valor: R$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais)

EXTRATO DE CONTRATOS 039/2019

Contratante: Prefeitura Municipal de Canarana- MT

Modalidade: Adesão a Ata de Registro de preços nº 013/2019

Data: 28/02/2019

Vigência: 28/02/2020

Contratado:M. C. COELHO ARAUJO EIRELI-ME

Objeto: Adesão a **Ata de Registro de Preços nº 181/2018**, oriunda do Pregão Presencial para Registro de Preços nº 089/2018, realizado pela Prefeitura Municipal de Agua Boa-MT Prestação de Serviço de Casa de Apoio para acompanhamento de pacientes do SUS em tratamento de saúde fora do domicilio em Goiânia-GO., conforme condições, quantidades e exigências descritas no anexo I (termo de referência).

Valor: R$ 108.100,00 (Cento e oito mil e cem reais).

EXTRATO DE CONTRATOS 040/2019

Contratante: Prefeitura Municipal de Canarana- MT

Modalidade: Pregão Presencial nº 007/2019

Data: 28/02/2019

Vigência: 28/02/2020

Contratado: CONSTRURÁPIDO CONSTRUÇÕES EIRELI

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção em meio fio, sarjeta, calçadas, boca de lobo, alambrados, polimento de pisos com fornecimento de material e fornecimento de outros artefatos de cimento com uso de caminhão munk, na sede do Município de Canarana e nos Distrito **de Garapu (25km da sede), Kuluene (80km da sede), Matinha (45km da sede), Serra Dourada (45 km da sede) e ainda nas Aldeias Indígenas (distancias alternadas),** para atender fracionadamente as necessidades das Secretarias Municipais para atender as necessidades das secretarias municipais de Canarana-MT.

Valor: R$ 345.697,00 (Trezentos e quarenta e cinco mil seiscentos e noventa e sete reais).

EXTRATO DE CONTRATOS 041/2019

Contratante: Prefeitura Municipal de Canarana- MT

Modalidade: Tomada de preços nº 010/2019

Data: 01/03/2019

Vigência: 31/10/2019

Contratado:BRAGA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA-ME

Objeto: Contratação de empresa para **Pavimentação Asfáltica, Drenagem Superficial (meio fio e sarjetas) na Avenida Mato Grosso, trecho entre a Avenida 07 de Setembro e Rua Saudades, pista esquerda**, conforme planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro e memorial descritivo e especificações técnicas e conforme, proposta de preços apresentada pela empresa e ainda de acordo com o a **Tomada de Preços nº. 010/2018.**

Valor: R$ 380.276,17 (Trezentos e oitenta mil duzentos e setenta e seis reais e dezessete centavos).

EXTRATO DE CONTRATOS 042/2019

Contratante: Prefeitura Municipal de Canarana- MT

Modalidade: Tomada de preços nº 013/2019

Data: 01/03/2019

Vigência: 29/11/2019

Contratado:BRAGA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA-ME

Objeto: Contratação de empresa para **execução de obras de Pavimentação Asfáltica com Drenagem, meio fio, sarjeta e Sinalização Horizontal** na Rua 03 de Maio entre a Avenida Paraná e Rua Vista Gaúcha, Bairro Nova Canarana no Município de Canarana-MT, conforme Contrato de Repasse nº 858537/2017/CAIXA, planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro e memorial descritivo e especificações técnicas e conforme, proposta de preços apresentada pela empresa e ainda de acordo com o a **Tomada de Preços nº. 013/2018.**

Valor: R$ 535.674,64 (Quinhentos e trinta e cinco mil seiscentos e setenta e quatro reais e sessenta e quatro centavos).

EXTRATO DE CONTRATOS 043/2019

Contratante: Prefeitura Municipal de Canarana- MT

Modalidade: Dispensa de Licitação nº 020/2019

Data: 01/03/2019

Vigência: 01/03/2020

Contratado:VERA LUCIA ARAUJO DINIZ

Objeto: Locação de imóvel sala comercial situada a Avenida Principal S/ nº, no Distrito da Matinha no Município de Canarana-MT, para alojar o posto dos Correios junto a Secretaria de Administração.

Valor: R$ 6.720,00 (Seis mil setecentos e vinte reais).

EXTRATO DE CONTRATOS 044/2019

Contratante: Prefeitura Municipal de Canarana- MT

Modalidade: Dispensa de Licitação nº 021/2019

Data: 06/03/2019

Vigência: 31/12/2019

Contratado:SINAGRO PRODUTOS AGROPECUARIOS S/A

Objeto: Aquisição de material químico herbicida GLIFOSATO ZAPP QI 620, para atender as necessidades da secretaria municipal de Agricultura de Canarana-MT.

Valor: R$ 27.000,00 (Vinte e sete mil reais).

EXTRATO DE CONTRATOS 045/2019

Contratante: Prefeitura Municipal de Canarana- MT

Modalidade: Dispensa de Licitação nº 022/2019

Data: 08/03/2019

Vigência: 02/01/2020

Contratado:SEBRAE/MT – Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado de Mato Grosso

Objeto: Contratação de serviços de programa de capacitação pelo SEBRAE nos setores chaves para o desenvolvimento do comércio e das cadeias produtivas do Município de Canarana-MT.

Valor: R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil)

GABINETE
PORTARIA Nº 140/2019

Portaria Nº 140/2019

De 06 de março de 2019.

Exonera Servidor a pedido.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e com base no que dispõe o Art. 11 § 2º da Lei Municipal Complementar nº 028/2002, de 23 de dezembro de 2002 - Estatuto dos Servidores Públicos,

RESOLVE:

Art. 1º – Exonerar Jhacson Luiz Grubert Gonzaga, do cargo de Assessor de Apoio e Atendimento ao Idoso, cargo de provimento em comissão constante no anexo I da Lei Complementar 156 de 22 de março de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana-MT, 06 de março de 2019.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 143/2019

De 06 de Março de 2019.

Designa Servidor Público Municipal para a fiscalização de execução de contrato.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o Art. 67 da Lei nº 8666/93.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar **GUSTAVO HENRIQUE MACHADO ALVES**, servidor no cargo de Engenheiro Civil**,** para exercer a fiscalização do Processo nº 129/2018 – Tomada de Preços nº 013/2018**,** cujo objeto é a Contratação de empresa para execução de obras de **Pavimentação Asfáltica com Drenagem, meio fio, sarjeta e Sinalização Horizontal** na Rua 03 de Maio entre a Avenida Paraná e Rua Vista Gaúcha, Bairro Nova Canarana no Município de Canarana-MT, conforme Contrato de Repasse nº 858537/2017/CAIXA, planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro e memorial descritivo e especificações técnicas ede acordo com os anexos do Edital.

Art. 2º - Nomear **MARCIANO MENDES DE OLIVEIRA**, servidor no cargo de Fiscal Obras e Posturas, como suplente de Fiscal do referido Contrato.

Art. 3º - Revogam -se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01/03/2019.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana-MT, de 06 de Março de 2019**.**

FÁBIO MARCOS PEREIRA DE FARIA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA

GABINETE DO PREFEITO
NOTIFICAÇÃO N.º 045/2019

NOTIFICANTE: MUNICÍPIO DE CARLINDA, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob n°. 01.617.905/0001-78, com sede na Avenida Tancredo Neves, s/n, Município de Carlinda/MT, Cep: 78.587-000, neste ato representada pela sua Prefeita, **Sra. CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO,** brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade nº. 1165982-3 SSP/MT, devidamente inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº. 854.225.171-72, residente e domiciliado na Estrada F Comunidade São Francisco, Zona Rural, Município de Carlinda/MT, CEP: 78.587-000.

NOTIFICADA: JAIME TRENTIN E CIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrito no CNPJ 08.914.393/0001-50, Localizada

na Av. Julio Domingos de Campos (Lot C Deus), n.º 6591B, Bairro Santa Isabel, no Município de Várzea Grande/MT.

CONSIDERANDO o Contrato Administrativo n.º 005/2019 celebrado entre a NOTIFICANTE e a NOTIFICADA;

CONSIDERANDO a Cláusula Quarta – Da Vigência e dos Prazos;

CONSIDERANDO o item 4.2 a seguir transcrito:

"***O prazo para entrega dos materiais é de até 15 (quinze) dias corridos contados a partir da data emissão da autorização de compra***".

CONSIDERANDO a Requisição de Compra n.º 258/2019 de 28/01/2019;

CONSIDERANDO que o prazo de entrega celebrado já se expirou;

CONSIDERANDO que a administração pública está adstrita ao cumprimento dos princípios constitucionais contidos no Art. 37, *caput*, da Constituição da República Federativa Brasileira de 1.988;

RESOLVE

NOTIFICAR: A empresa JAIME TRENTI & CIA LTDA para que realize a entrega dos produtos solicitados no prazo de 04 (quatro) dias contados da publicação da presente.

Caso não seja atendida a notificação em questão, proceda a Procuradoria Jurídica Municipal à instauração de Processo Administrativo em face de a NOTIFICADA, para que sejam apurados os fatos, apreciados, e serão tomadas as providências conforme Seção II, das Sanções Administrativas da Lei n.º 8.666/93.

Carlinda/MT, em 11 de Março de 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA/MT

_____

Carmelinda Leal Martines Coelho

Prefeita Municipal

GABINETE DO PREFEITO
NOTIFICAÇÃO N.º 047/2019

NOTIFICANTE: MUNICÍPIO DE CARLINDA, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob n°. 01.617.905/0001-78, com sede na Avenida Tancredo Neves, s/n, Município de Carlinda/MT, Cep: 78.587-000, neste ato representada pela sua Prefeita, **Sra. CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO,** brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade nº. 1165982-3 SSP/MT, devidamente inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº. 854.225. 171-72, residente e domiciliado na Estrada F Comunidade São Francisco, Zona Rural, Município de Carlinda/MT, CEP: 78.587-000.

NOTIFICADA: CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, CNPJ nº 03.652.030/0001-70, com endereço na BR-480, nº 795, Centro, Barão de Cotegipe/RS, neste ato representada pelo Sr. Luiz Eduardo Razzia Giacomel, portador do RG n.º 2088025172 SSP/RS e CPF n.º027.189.970-01.

CONSIDERANDO o Pregão Eletrônico n.º 001/2018;

CONSIDERANDO a ATA DE REGISTRO DE PREÇOS n.º 002/2018;

CONSIDERANDO a Cláusula Quarta – Da Entrega e do Prazo;

CONSIDERANDO o subitem 4.2 a seguir transcrito:

"Deverão ser entregues em até 10 (dez) dias úteis, contados da data do recebimento da requisição".

CONSIDERANDO a Requisição de Compra n.º 329/2019 de 30/01/2019;

CONSIDERANDO a Requisição de Compra n.º 405/2019 de 05/02/2019;

CONSIDERANDO que a NOTIFICADA já se encontra em mora perante a NOTIFICANTE;

CONSIDERANDO que a administração pública está adstrita ao cumprimento dos princípios constitucionais contidos no Art. 37, *caput*, da Constituição da República Federativa Brasileira de 1.988;

RESOLVE

NOTIFICAR: A empresa CENTERMEDI COM. DE PROD HOSPITALARES LTDA para que realize a entrega dos produtos solicitados no prazo de 04 (quatro) dias contados da publicação da presente.

Caso não seja atendida a notificação em questão, proceda a Procuradoria Jurídica Municipal à instauração de Processo Administrativo em face de a NOTIFICADA, para que sejam apurados os fatos, apreciados, e serão tomadas as providências conforme Seção II, das Sanções Administrativas da Lei n.º 8.666/93.

Carlinda/MT, em 11 de Março de 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA/MT

_____

Carmelinda Leal Martines Coelho

Prefeita Municipal

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 73/2019

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS EFETIVOS DO MUNICÍPIO DE CARLINDA/MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, Prefeita Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Artigo 1º- **A PEDIDO** fica **EXONERADA**,aSenhora **ARLETE APARECIDA BRAGA CONSTANTINO** efetiva no cargo de **RECEPCIONISTA** lotada na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, investida via aprovação em **Concurso Público Municipal nº. 001/1999**, nomeada pela Portaria n° 018/2000.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data sua publicação.

.

Artigo 3º - Revogam se as disposições em contrario.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT

Em, 11 de março de 2019.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 72/2019

SÚMULA: "INTERROMPE LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSE PARTICULAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, Prefeita Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Artigo1º- Fica **INTERROMPIDO** a **LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSE PARTICULAR** da servidora **ARLETE APARECIDA BRAGA CONSTANTINO**, concedida através da Portaria nº 142/2017**,** com seu retorno ao Cargo de **RECEPCIONISTA,** lotada na Secretaria Municipal de Administração e Finanças**.**

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data sua publicação.

.

Artigo 3º - Revogam se as disposições em contrario.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT

Em, 11 de março de 2019

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

GABINETE DO PREFEITO
NOTIFICAÇÃO N.º 046/2019

NOTIFICANTE: MUNICÍPIO DE CARLINDA, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob n°. 01.617.905/0001-78, com sede na Avenida Tancredo Neves, s/n, Município de Carlinda/MT, Cep: 78.587-000, neste ato representada pela sua Prefeita, **Sra. CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO,** brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade nº. 1165982-3 SSP/MT, devidamente inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº. 854.225. 171-72, residente e domiciliado na Estrada F Comunidade São Francisco, Zona Rural, Município de Carlinda/MT, CEP: 78.587-000.

NOTIFICADA: VINCITORE INDUSTRIA METALURGICA LTDA EPP sob CNPJ n° 11.065.978/0001-58, com sede na Avenida Júlio Domingos de Campos, n°6.591, bairro Santa Isabel, Município de Várzea Grande/MT CEP:78.150-538, sendo representada pelo Sr. Fabio Vieira Neves portador do CPF: 388.031.351-20 e RG:465846 SSP/MT.

CONSIDERANDO o Pregão Presencial n.º 051/2017;

CONSIDERANDO o Item 12. DA VIGÊNCIA E DOS PRAZOS DE FORNECIMENTO;

CONSIDERANDO o subitem 12.2 a seguir transcrito:

"Os materiais deverão ser entregues em até 15 (quinze) dias corridos, contados a partir da emissão da ordem de serviço".

CONSIDERANDO o TERMO DE REFERÊNCIA do Procedimento Licitatório, item 5., subitem 5.1;

CONSIDERANDO a Requisição de Compra n.º 6144/2018 de 28/11/2018;

CONSIDERANDO que a NOTIFICADA já se encontra em mora perante a NOTIFICANTE;

CONSIDERANDO que a administração pública está adstrita ao cumprimento dos princípios constitucionais contidos no Art. 37, *caput*, da Constituição da República Federativa Brasileira de 1.988;

RESOLVE

NOTIFICAR: A empresa VINCITORE INDÚSTRIA METALURGICA LTDA EPP para que realize a entrega dos produtos solicitados no prazo de 04 (quatro) dias contados da publicação da presente.

Caso não seja atendida a notificação em questão, proceda a Procuradoria Jurídica Municipal à instauração de Processo Administrativo em face de a NOTIFICADA, para que sejam apurados os fatos, apreciados, e serão tomadas as providências conforme Seção II, das Sanções Administrativas da Lei n.º 8.666/93.

Carlinda/MT, em 11 de Março de 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA/MT

_____

Carmelinda Leal Martines Coelho

Prefeita Municipal

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE PUBLICAÇÃO

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 010/2019

A Comissão de Pregão da Prefeitura Municipal de Carlinda – MT torna público aos interessados que Conforme Edital de Licitação do "**REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL ÓLEO DIESEL COMUM, ÓLEO DIESEL S-10, GASOLINA COMUM E ETANOL, VISANDO ATENDER A DEMANDA DA FROTA MUNICIPAL DE CARLINDA–MT".**

E que teve como vencedora as empresas:

O. S. DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA

CNPJ 27.119.529/0001-85

G3 COMÉRCIO DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA

CNPJ:09.176.226/0006-27

Carlinda – MT, 12 de Março de 2019.

_____

DEISE DIONE MUTSCHALL

Pregoeira

Publique-se

PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTANHEIRA

EXTRATO CONTRATO Nº 008/2019

CONTRATO N°: **008/2019**

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Castanheira**

CONTRATADO (A): **SERGIO FERREIRA**, **CI RG n. º 02959844 SSP/MT, CPF/MF sob o n. º 202.463.071-53.**

OBJETO: aquisição pelo **CONTRATANTE** do seguinte veículo automotor, com as especificações e características que seguem: ônibus, usado, ano/modelo mínimo 2003/2003, em perfeito estado de conservação; potência mínima de 145 CV; motor mínimo 4 cilindros, a diesel.

VALOR: **R$ 48.000,00 (Quarenta e oito mil)**

VIGÊNCIA: **08 de fevereiro 2019** a **31 de dezembro de 2019**

FORMA DE PAGAMENTO: **Conf. Apresentação da NF**

DATA DE ASSINATURA: **08.02.2019**

EXTRATO CONTRATO Nº 010/2019

CONTRATO N°: **010/2019**

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Castanheira**

CONTRATADO (A): **ADÃO ROMUALDO DA COSTA 59606924220, CNPJ/MF sob o n. º 30.665.873/0001-84.**

OBJETO: **execução dos Serviços de Transportador Escolar através de MEI para atender a necessidade da Secretaria de Educação do Município de Castanheira – MT.**

VALOR: **R$ 18.645,00 (Dezoito mil seiscentos e quarenta e cinco reais)**

VIGÊNCIA: **11 de fevereiro 2019** a **31 de dezembro de 2019.**

FORMA DE PAGAMENTO: **Conf. Apresentação da NF**

DATA DE ASSINATURA: **11.02.2019**

EXTRATO CONTRATO Nº 009/2019

CONTRATO N°: **009/2019**

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Castanheira**

CONTRATADO (A): **ROSENILDO LAZZAROTTO 02843805120**, **CNPJ/MF sob o n. º 30.245.986/0001-20.**

OBJETO: **execução dos Serviços de Transportador Escolar através de MEI para atender a necessidade da Secretaria de Educação do Município de Castanheira – MT.**

VALOR: **R$ 26.395,00 (Vinte e seis mil trezentos e noventa e cinco reais)**

VIGÊNCIA: **11 de fevereiro 2019** a **31 de dezembro de 2019.**

FORMA DE PAGAMENTO: **Conf. Apresentação da NF**

DATA DE ASSINATURA: **11.02.2019**

EXTRATO CONTRATO Nº 011/2019

CONTRATO N°: **011/2019**

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Castanheira**

CONTRATADO (A): **ELENILDO ROSA DE LIMA 01044254157, CNPJ/MF sob o n. º 32.561.758/0001-95.**

OBJETO: **execução dos Serviços de Transportador Escolar através de MEI para atender a necessidade da Secretaria de Educação do Município de Castanheira – MT.**

VALOR: **R$ 15.913,00 (Quinze mil novecentos e treze reais)**

VIGÊNCIA: **11 de fevereiro 2019** a **31 de dezembro de 2019.**

FORMA DE PAGAMENTO: **Conf. Apresentação da NF**

DATA DE ASSINATURA: **11.02.2019**

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES

GABINETE
ATO Nº.: 048/2019.

ATO Nº.: 048/2019.

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DA ASSESSORA TÉCNICA DE TRIBUTOS DO MUNICÍPIO.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA, Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães/MT, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

I – **EXONERAR** a pedido a Sra. **RAFAELA OLIVEIRA BURGO,** do cargo em comissão de Assessora Técnica de Tributos, lotada na Secretaria de Finanças do Município de Chapada dos Guimarães/MT.

II – Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

III – REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães/MT, 11 de Março de 2019.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA

Prefeita Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 172/GP/2019 EM, 11 DE MARÇO DE 2019.

Portaria nº 172/GP/2019

Em, 11 de março de 2019.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA, Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães-MT, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E

TORNAR SEM EFEITO – A portaria de número 003/2019, a qual concede 30 (trinta) dias de férias, referente ao período de 01/04/2018 a 01/04/2019, para o servidor efetivo **Srº WENDELL MARTINS DE REZENDE.**

Esta portaria entra em vigor a partir de 11/03/2019.

REGISTRADA

PUBLICADA

CUMPRA-SE

Chapada dos Guimarães-MT, 11 de março de 2019.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA

Prefeita Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 171/GP/2019 EM, 08 DE MARÇO DE 2019.

Portaria nº 171/GP/2019

Em, 08 de março de 2019.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA, Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães-MT, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E

CONCEDER – A Servidora efetiva **Sr.ª ANA MARIA ALVES DA SILVA,** portadora do RG nº 222720 e CPF nº 208.351.671-00, no cargo de AGENTE DE SERVICOS GERAIS, lotada na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**,** 90 (noventa) dias de afastamento do trabalho por motivo de saúde, de acordo com o artigo 210 da Lei Municipal 581/91.

Esta portaria entra em vigor a partir de 08/03/2019.

REGISTRADA

PUBLICADA

CUMPRA-SE

Chapada dos Guimarães-MT, 08 de março de 2019.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

CONTRATO N° 005/2019

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

CONTRATADA: IAGO HENRIQUE PERES CAMPARONI EIRELI ME

OBJETO: AQUISIÇÃO DE BRINQUEDOS EDUCATIVOS OS QUAIS SERÃO DESTINADOS A CASA LAR PEQUENO PRÍNCIPE, PARA MELHORAR AS HABILIDADES COGNITIVAS E MOTORAS, PROPICIAR LAZER E ENTRETENIMENTO ENTRE OS ACOLHIDOS GERANDO O BEM ESTAR E SOCIALIZAÇÃO**. VALOR:** R$14.964,54 (quatorze mil, novecentos e sessenta e quatro reais e cinquenta e quatro centavos). **CONTRATO Nº 005/2019. Data:** 07/02/2019.

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE – PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2019 REGISTRO DE PREÇOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA - ESTADO DE MATO GROSSO

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE – PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2019 REGISTRO DE PREÇOS

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE RECARGAS DE GÁS DE COZINHA PARA A MANUTENÇÃO DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE CLÁUDIA – MT. A Prefeitura Municipal de Cláudia/MT, torna público que no dia **25 de Março de 2019,** estará recebendo propostas, para abertura às **08h00min,** do Pregão Presencial, para a contratação supracitada. O Edital estará disponível no site www.claudia.mt.gov.br. Maiores informações poderão ser obtidas junto à Comissão Permanente de Licitação, na Prefeitura Municipal,

em horário de expediente, através do telefone (66) 3546-3100. Cláudia/MT, 11 de Março de 2019.

ALTAMIR KURTEN

Prefeito Municipal

SHIRLEY YOTZCHETZ

Pregoeira Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA
DECRETO Nº 227, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2019

DECRETO Nº 227, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2019

Regulamenta o Regime Diferenciado de Contratações Públicas, no âmbito do Poder Executivo Municipal de Cláudia-MT, na forma que menciona, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CLÁUDIA-MT, SR. ALTAMIR KÜRTEN, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, a Lei Orgânica Municipal e, em conformidade com o art. 113, inciso I, alínea “a”, da Lei Federal no 12.462, de 4 de agosto de 2011:

CONSIDERANDO as disposições contidas nas Leis Federais nº 12.340, de 1° de dezembro de 2010 e suas alterações, 12.462, de 4 de agosto de 2011, bem como, o disposto na Portaria do Ministério da Integração Nacional n° 624, de 23 de Novembro de 2017;

DECRETA:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1° Este Decreto regulamenta a realização do Regime Diferenciado de Contratações Públicas – RDC, de que trata a Lei Federal n° 12.462, de 4 de agosto de 2011, no âmbito do Poder Executivo Municipal.

Art. 2° O RDC tem por objetivos:

I - ampliar a eficiência nas contratações públicas e a competitividade entre os licitantes;

II - promover a troca de experiências e tecnologias em busca da melhor relação entre custos e benefícios para o setor público;

III - incentivar a inovação tecnológica;

IV - assegurar tratamento isonômico entre os licitantes e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

Art. 3° Para os efeitos deste Decreto são adotadas as seguintes definições:

I - EMPREITADA INTEGRAL: quando se contrata um empreendimento em sua integralidade, compreendendo a totalidade das etapas de obras, serviços e instalações necessárias, sob inteira responsabilidade da contratada até a sua entrega ao contratante em condições de entrada em operação, atendidos os requisitos técnicos e legais para sua utilização em condições de segurança estrutural e operacional e com as características adequadas às finalidades para a qual foi contratada;

II - EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL: quando se contrata a execução da obra ou serviço por preço certo e total;

III - EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO: quando se contrata a execução da obra ou do serviço por preço certo de unidades determinadas;

IV - CONTRATAÇÃO INTEGRADA: quando o objeto da contratação integrada compreende a elaboração e o desenvolvimento dos projetos básico e executivo, a execução de obras e serviços de engenharia, a montagem, a realização de testes, a pré-operação e todas as demais operações necessárias e suficientes para entrega final do objeto;

V - PROJETO BÁSICO: conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para, observado o disposto no parágrafo único deste artigo:

a) caracterizar a obra ou serviço de engenharia, ou complexo de obras ou serviços de engenharia objeto da licitação, com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares;

b) assegurar a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento;

c) possibilitar a avaliação do custo da obra ou serviço e a definição dos métodos e do prazo de execução;

VI - PROJETO EXECUTIVO: conjunto dos elementos necessários e suficientes à execução completa da obra, de acordo com as normas técnicas pertinentes;

VII - TAREFA: quando se ajusta mão de obra para pequenos trabalhos por preço certo, com ou sem fornecimento de materiais.

Parágrafo único. O projeto básico referido no inciso V do caput deste artigo deverá conter, no mínimo, sem frustrar o caráter competitivo do processo licitatório, os seguintes elementos:

I - desenvolvimento da solução escolhida de forma a fornecer visão global da obra e identificar seus elementos constitutivos com clareza;

II - soluções técnicas globais e localizadas, suficientemente detalhadas, de forma a restringir a necessidade de reformulação ou de variantes durante as fases de elaboração do projeto executivo e de realização das obras e montagem à situações devidamente comprovadas em ato motivado da Administração Pública;

III - identificação dos tipos de serviços a executar e de materiais e equipamentos a incorporar à obra, bem como especificações que assegurem os melhores resultados para o empreendimento;

IV - informações que possibilitem o estudo e a dedução de métodos construtivos, instalações provisórias e condições organizacionais para a obra;

V - subsídios para montagem do plano de licitação e gestão da obra, compreendendo a sua programação, a estratégia de suprimentos, as normas de fiscalização e outros dados necessários em cada caso, exceto, em relação à respectiva licitação, na hipótese de construção integrada;

VI - orçamento detalhado do custo global da obra, fundamentado em quantitativos de serviços e fornecimentos propriamente avaliados.

Art. 4° O Regime Diferenciado de Contratação – RDC – poderá ser adotado nas licitações e contratos necessários à realização:

I - da execução das ações de prevenção em áreas de risco e de resposta e recuperação em áreas atingidas por desastres, incluído pela Lei Federal nº 12.983/2014;

II - das ações integrantes do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC;

III - das obras e serviços de engenharia no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS;

IV - das obras e serviços de engenharia no âmbito dos sistemas públicos de ensino.

V - das obras e serviços de engenharia, relacionadas a melhorias na mobilidade urbana ou ampliação de infraestrutura logística;

Art. 5° As licitações e contratações realizadas em conformidade com o RDC deverão observar os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da eficiência, da probidade administrativa, da economicidade, do desenvolvimento nacional sustentável, da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo.

Art. 6° Nas licitações e contratos de que trata este Decreto serão observadas as seguintes diretrizes:

I - padronização do objeto da contratação relativamente às especificações técnicas e de desempenho e, quando for o caso, às condições de manutenção, assistência técnica e de garantia oferecidas;

II - padronização de instrumentos convocatórios e minutas de contratos, previamente aprovados pelo órgão jurídico;

III - busca pela maior vantagem para a Administração Pública, considerando custos e benefícios, diretos e indiretos, de natureza econômica, social ou ambiental, inclusive os relativos à manutenção, ao desfazimento de bens e resíduos, ao índice de depreciação econômica e a outros fatores de igual relevância;

IV - condições de aquisição, de seguros e de pagamento compatíveis com as do setor privado, inclusive mediante pagamento de remuneração variável conforme desempenho, na forma do art. 85 deste Decreto;

V - utilização, sempre que possível, nas planilhas de custos constantes das propostas oferecidas pelos licitantes, de mão de obra, materiais, tecnologias e matérias-primas existentes no local da execução, conservação e operação do bem, serviço ou obra, desde que não se produzam prejuízos à eficiência na execução do respectivo objeto e que seja respeitado o limite do orçamento estimado para a contratação;

VI - parcelamento do objeto, visando à ampla participação de licitantes, sem perda de economia de escala.

§1° As contratações realizadas com base no RDC devem respeitar, especialmente, as normas relativas à:

I - disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados pelas obras contratadas;

II - mitigação por condicionantes e compensação ambiental, que serão definidas no procedimento de licenciamento ambiental;

III - utilização de produtos, equipamentos e serviços que, comprovadamente, reduzam o consumo de energia e recursos naturais;

IV - avaliação de impactos de vizinhança, na forma da legislação urbanística;

V - proteção do patrimônio cultural, histórico, arqueológico e imaterial, inclusive por meio da avaliação do impacto direto ou indireto causado pelas obras contratadas;

VI - acessibilidade para o uso por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida.

§ 2° O impacto negativo sobre os bens do patrimônio cultural, histórico, arqueológico e imaterial tombados deverá ser compensado por meio de medidas determinadas pela autoridade responsável, na forma da legislação aplicável.

Art. 7° O objeto da licitação deverá ser definido de forma clara e precisa no instrumento convocatório, vedadas especificações excessivas, irrelevantes ou desnecessárias.

Art. 8° Observado o disposto no § 3º, deste artigo, o orçamento previamente estimado para a contratação será tornado público apenas e imediatamente após o encerramento da licitação, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas.

§ 1° Nas hipóteses em que for adotado o critério de julgamento por maior desconto, a informação de que trata o caput constará do instrumento convocatório.

§ 2° No caso de julgamento por melhor técnica, o valor do prêmio ou da remuneração será incluído no instrumento convocatório.

§ 3° Se não constar do instrumento convocatório, a informação referida no caput possuirá caráter sigiloso e será disponibilizada estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

Art. 9° No caso de licitação para aquisição de bens, o Poder Executivo Municipal poderá:

I - indicar marca ou modelo, desde que formalmente justificado, nas seguintes hipóteses:

a) em decorrência da necessidade de padronização do objeto;

b) quando determinada marca ou modelo comercializado por mais de um fornecedor for a única capaz de atender às necessidades da entidade contratante; ou,

c) quando a descrição do objeto a ser licitado puder ser melhor compreendida pela identificação de determinada marca ou modelo aptos a servir como referência, situação em que será obrigatório o acréscimo da expressão: “ou similar ou de melhor qualidade”.

II - exigir amostra do bem no procedimento de pré-qualificação, na fase de julgamento das propostas ou de lances, desde que justificada a necessidade da sua apresentação;

III - solicitar a certificação da qualidade do produto ou do processo de fabricação, inclusive sob o aspecto ambiental, por qualquer instituição oficial competente ou por entidade credenciada;

IV - solicitar, motivadamente, carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor.

Art. 10. Na execução indireta de obras e serviços de engenharia, são admitidos os seguintes regimes:

I - empreitada por preço unitário;

II - empreitada por preço global;

III - contratação por tarefa;

IV - empreitada integral;

V - contratação integrada.

§ 1° Nas licitações e contratações de obras e serviços de engenharia serão adotados, preferencialmente, os regimes discriminados nos incisos II, IV e V do caput deste artigo.

§ 2° No caso de inviabilidade da aplicação do disposto no § 1°, poderá ser adotado outro regime previsto no caput, hipótese em que serão inseridos nos autos do procedimento os motivos que justificaram a exceção.

§ 3° O custo global de obras e serviços de engenharia deverá ser obtido a partir de custos unitários de insumos ou serviços menores ou iguais à mediada de seus correspondentes ao Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI), no caso de construção civil em geral.

§ 4° No caso de inviabilidade da definição dos custos consoante o disposto no § 3°, a estimativa de custo global poderá ser apurada por meio da utilização de dados contidos em tabela de referência formalmente aprovada por órgãos ou entidades da Administração Pública Federal, em publicações técnicas especializadas, em sistema específico instituído para o setor ou em pesquisa de mercado.

§ 5° No caso de contratações realizadas com recursos do tesouro municipal, o custo global de obras e serviços de engenharia a que se refere o § 3° poderá ser obtido a partir de outros sistemas de custos já adotados pela Administração Pública do Poder Executivo Municipal, desde que aceito pelo Tribunal de Contas do Estado.

§ 6° Nas licitações para a contratação de obras e serviços, com exceção daquelas onde for adotado o regime previsto no inciso V do caput, deverá haver projeto básico aprovado pela autoridade competente, disponível para exame dos interessados em participar do processo licitatório.

§ 7° É vedada a realização, sem projeto executivo, de obras e serviços de engenharia para cuja concretização tenha sido utilizado o RDC, qualquer que seja o regime adotado.

Art. 11. É vedada a participação direta ou indireta nas licitações de que trata este Decreto:

I - da pessoa física ou jurídica que elaborar o projeto básico ou executivo correspondente.

II - da pessoa jurídica que participar de consórcio responsável pela elaboração do projeto básico ou executivo correspondente.

III - da pessoa jurídica da qual o autor do projeto básico ou executivo seja administrador, sócio com mais de 5% (cinco por cento) do capital votante, controlador, gerente, responsável técnico ou subcontratado.

IV - do servidor, empregado ou ocupante de cargo em comissão do órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

§ 1° Não se aplica o disposto nos incisos I, II e III do caput no caso das contratações integradas.

§ 2° O disposto no caput não impede, nas licitações para a contratação de obras ou serviços, a previsão de que a elaboração de projeto executivo constitua encargo do contratado, consoante preço previamente fixado pela Administração Pública do Poder Executivo Municipal.

§ 3° É permitida a participação das pessoas físicas ou jurídicas de que tratam os incisos II e III do caput em licitação ou na execução do contrato, como consultor ou técnico, nas funções de fiscalização, supervisão ou gerenciamento, exclusivamente a serviço do órgão ou entidade pública interessada.

§ 4° Para fins do disposto neste artigo, considera-se participação indireta a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista entre o autor do projeto, pessoa física ou jurídica, e o licitante ou responsável pelos serviços fornecimentos e obras, incluindo-se os fornecimentos de bens e serviços a estes necessários.

§ 5° O dispositivo no § 4°, aplica-se aos membros da comissão Permanente de Licitação.

CAPÍTULO II

DAS FASES DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO

Art. 12. O procedimento de licitação de que trata este Decreto observará as seguintes fases, nesta ordem:

I - preparatória.

II - publicação do instrumento convocatório.

III - apresentação de propostas ou lances.

IV - julgamento.

V - habilitação.

VI - recursal.

VII - encerramento.

Parágrafo único. A fase de que trata o inciso V do caput poderá, mediante ato motivado, anteceder as referidas nos incisos III e IV do caput, desde que expressamente previsto no instrumento convocatório.

CAPÍTULO III

DA FASE INTERNA

Seção I

Dos Atos Preparatórios

Art. 13. Na fase preparatória, a Administração Pública do Poder Executivo Municipal elaborará os atos e expedirá os documentos necessários para caracterização do objeto a ser licitado e para definição dos parâmetros do certame, tais como:

I - justificativa da contratação e da adoção do RDC.

II - definição:

a) do objeto da contratação.

b) do orçamento e preço de referência, remuneração ou prêmio, conforme critério de julgamento adotado.

c) dos requisitos de conformidade das propostas.

d) dos requisitos de habilitação.

e) das cláusulas que deverão constar do contrato, inclusive as referentes a sanções e, quando for o caso, a prazos de fornecimento.

f) do procedimento da licitação, com a indicação da forma de execução, do modo de disputa e do critério de julgamento.

III - justificativa técnica, com a devida aprovação da autoridade competente, no caso de adoção da inversão de fases prevista no parágrafo único do art. 12.

IV - justificativa para:

a) a fixação dos fatores de ponderação na avaliação das propostas técnicas e de preço, quando escolhido o critério de julgamento por técnica e preço.

b) a indicação de marca ou modelo.

c) a exigência de amostra.

d) a exigência de certificação de qualidade do produto ou do processo de fabricação.

e) a exigência de carta de solidariedade emitida pelo fabricante.

V - indicação da fonte de recursos suficientes para a contratação.

VI - declaração de compatibilidade com o plano plurianual, no caso de investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro.

VII - termo de referência que contenha conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar os serviços a serem contratados ou os bens a serem fornecidos.

VIII - projeto básico ou executivo para a contratação de obras e serviços de engenharia.

IX - justificativa da vantagem da divisão do objeto da licitação em lotes ou parcelas para aproveitar as peculiaridades do mercado e ampliar a competitividade, desde que a medida seja viável técnica e economicamente e não haja perda de economia de escala.

X - instrumento convocatório.

XI - minuta de contrato.

XII - ato de designação da comissão de licitação.

Art. 14. O termo de referência, projeto básico ou projeto executivo poderá prever requisitos de sustentabilidade ambiental, além dos previstos na legislação aplicável.

Seção II

Da Comissão de Licitação

Art. 15. As licitações serão processadas e julgadas por comissão permanente ou especial.

§ 1° As comissões de que trata o caput serão compostas por, no mínimo, três membros tecnicamente qualificados, sendo a maioria deles servidores ou empregados públicos pertencentes aos quadros permanentes dos órgãos ou entidades responsáveis pela licitação.

§ 2° Os membros da comissão de licitação responderão solidariamente por todos os atos praticados pela comissão, salvo se posição individual divergente estiver registrada na ata da reunião em que adotada a decisão.

Art. 16. São competências da comissão de licitação:

I - elaborar as minutas dos editais e contratos ou utilizar minuta padrão, e submetê-las ao órgão jurídico.

II - processar licitações, receber e responder a pedidos de esclarecimentos, receber e decidir as impugnações contra o instrumento convocatório.

III - receber, examinar e julgar as propostas conforme requisitos e critérios estabelecidos no instrumento convocatório.

IV - desclassificar propostas nas hipóteses previstas no art. 53;

V - receber e examinar os documentos de habilitação, declarando habilitação ou inabilitação de acordo com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório.

VI - receber recursos, apreciar sua admissibilidade e, se não reconsiderar a decisão, encaminhá-los à autoridade competente.

VII - dar ciência aos interessados das decisões adotadas nos procedimentos.

VIII - encaminhar os autos da licitação à autoridade competente para adjudicar o objeto, homologar a licitação e convocar o vencedor para a assinatura do contrato.

IX - propor à autoridade competente a revogação ou a anulação da

X - propor à autoridade competente a aplicação de sanções.

§ 1° - É facultado à comissão de licitação, em qualquer fase da licitação, promover as diligências que entender necessárias.

§ 2° - É facultado à comissão de licitação, em qualquer fase da licitação, desde que não seja alterada a substância da proposta, adotar medidas de saneamento destinadas a esclarecer informações, corrigir impropriedades na documentação de habilitação ou complementar a instrução do processo.

Seção III

Do Instrumento Convocatório

Art. 17. O instrumento convocatório definirá:

I - o objeto da licitação.

II - a forma de execução da licitação, eletrônica ou presencial.

III - o modo de disputa, aberto, fechado ou com combinação, os critérios de classificação para cada etapa da disputa e as regras para apresentação de propostas e de lances.

IV - os requisitos de conformidade das propostas.

V - o prazo de apresentação de proposta pelos licitantes, que não poderá ser inferior ao previsto no art. 20.

VI - os critérios de julgamento e os critérios de desempate.

VII - os requisitos de habilitação.

VIII - a exigência, quando for o caso:

a) de marca ou modelo.

b) de amostra.

c) de certificação de qualidade do produto ou do processo de fabricação.

d) de carta de solidariedade emitida pelo fabricante.

IX - o prazo de validade da proposta.

X - os prazos e meios para apresentação de pedidos de esclarecimentos, impugnações e recursos.

XI - os prazos e condições para a entrega do objeto.

XII - as formas, condições e prazos de pagamento, bem como o critério de reajuste, quando for o caso.

XIII - a exigência de garantias e seguros, quando for o caso.

XIV - os critérios objetivos de avaliação do desempenho do contratado, bem como os requisitos da remuneração variável, quando for o caso.

XV - as sanções.

XVI - a opção pelo RDC.

XVII - outras indicações específicas da licitação.

§ 1° Integram o instrumento convocatório, como anexos:

I - o termo de referência mencionado no inciso VII do caput do art. 13,

o projeto básico ou executivo, conforme o caso.

II - a minuta do contrato.

III - o acordo de nível de serviço, quando for o caso.

IV - as especificações complementares e as normas de execução.

§ 2° No caso de obras ou serviços de engenharia, o instrumento convocatório conterá ainda:

I - o cronograma de execução, com as etapas necessárias à medição, ao monitoramento e ao controle das obras.

II - a exigência de que os licitantes apresentem, em suas propostas, a composição analítica do percentual dos Benefícios e Despesas Indiretas – BDI e dos Encargos Sociais – ES, discriminando todas as parcelas que o compõem.

III - a exigência de que o contratado conceda livre acesso aos seus documentos e registros contábeis, referentes ao objeto da licitação, para os servidores ou empregados do órgão ou entidade contratante e dos órgãos de controle interno e externo.

Art. 18. O orçamento previamente estimado para a contratação será tornado público apenas e imediatamente após o encerramento da licitação, sem prejuízo da divulgação no instrumento convocatório do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas.

§ 1° O orçamento previamente estimado estará disponível permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

§ 2° O instrumento convocatório deverá conter:

I - o orçamento previamente estimado, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

II - o valor da remuneração ou do prêmio, quando adotado o critério de julgamento por melhor técnica ou conteúdo artístico.

III - o preço mínimo de arrematação, quando adotado o critério de julgamento por maior oferta.

Art. 19. A possibilidade de subcontratação de parte da obra ou dos serviços de engenharia deverá estar previstas no instrumento convocatório.

§ 1° A subcontratação não exclui a responsabilidade do contratado perante a Administração Pública do Poder Executivo Municipal quanto à qualidade técnica da obra ou do serviço prestado.

§ 2° Quando permitida a subcontratação, o contratado deverá apresentar documentação do subcontratado que comprove sua habilitação jurídica, regularidade fiscal e a qualificação técnica necessária à execução da parcela da obra ou do serviço subcontratado.

Seção IV

Da Publicação

Art. 20. Será dada ampla publicidade aos procedimentos licitatórios, devendo ser adotados os seguintes prazos mínimos para apresentação de propostas, contados a partir da data de publicação do instrumento convocatório:

I - para aquisição de bens:

a) 5 (cinco) dias úteis, quando adotados os critérios de julgamento pelo menor preço ou pelo maior desconto.

b) 10 (dez) dias úteis, nas hipóteses não abrangidas pela alínea a deste inciso.

II - para a contratação de serviços e obras:

a) 15 (quinze) dias úteis, quando adotados os critérios de julgamento pelo menor preço ou pelo maior desconto.

b) 30 (trinta) dias úteis, nas hipóteses não abrangidas pela alínea a deste inciso.

III - para licitações em que se adote o critério de julgamento pela maior oferta: 10 (dez) dias úteis.

IV - para licitações em que se adote o critério de julgamento pela melhor combinação de técnica e preço, pela melhor técnica ou em razão do conteúdo artístico: 30 (trinta) dias úteis.

Art. 21. A publicidade do instrumento convocatório, sem prejuízo da faculdade de divulgação direta aos fornecedores, cadastrados ou não, será realizada mediante publicação de extrato do instrumento convocatório no Diário Oficial da União, do Estado ou Semanário Oficial do Município, conforme o caso, ou, no caso de consórcio público, do ente de maior nível, sem prejuízo da possibilidade de publicação em jornal diário de grande publicação.

§ 1° O extrato do instrumento convocatório conterá a definição precisa, suficiente e clara do objeto, a indicação dos locais, dias e horários em que poderá ser consultada ou obtida a íntegra do instrumento convocatório, bem como o endereço onde ocorrerá a sessão pública, a data e hora de sua realização e a indicação de que a licitação, na forma eletrônica, será realizada por meio da internet.

§ 2° No caso de licitações cujo valor não ultrapasse R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) para obras ou R$ 80.000,00 (oitenta mil reais) para bens e serviços, inclusive de engenharia, fica dispensada a publicação prevista no caput.

§ 3° No caso de parcelamento do objeto, deverá ser considerado, para fins da aplicação do disposto no § 2°, o valor total da contratação.

§ 4° Eventuais modificações no instrumento convocatório serão divulgadas nos mesmos prazos dos atos e procedimentos originais, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

Art. 22. Caberão pedidos de esclarecimento e impugnações ao instrumento convocatório no prazo mínimo de:

I - até 2 (dois) dias úteis antes da data de abertura das propostas, no caso de licitação para aquisição ou alienação de bens.

II - até 5 (cinco) dias úteis antes da data de abertura das propostas, no caso de licitação para contratação de obras ou serviços.

CAPÍTULO IV

DA FASE EXTERNA

Seção I

Da Apresentação das Propostas ou Lances

Subseção I

Disposições Gerais

Art. 23. As licitações poderão adotar os modos de disputa aberto, fechado ou combinado.

Art. 24. Nos procedimentos sob a forma eletrônica, a Administração Pública do Poder Executivo Municipal poderá determinar, como condição de validade e eficácia, que os licitantes pratiquem seus atos em formato eletrônico.

Art. 25. Os licitantes deverão apresentar na abertura da sessão pública declaração de que atendem aos requisitos de habilitação, salvo no caso de inversão de fases.

Art. 26. A Comissão de licitação verificará a conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório quanto ao objeto e ao preço.

Parágrafo único. Serão imediatamente desclassificados, mediante decisão motivada, os licitantes cujas propostas não estejam em conformidade com os requisitos.

Art. 27. Após a publicação do instrumento convocatório, inicia-se a fase de apresentação de propostas ou lances, sem prejuízo do disposto no parágrafo único do art. 12, deste Decreto.

Subseção II

Do Cadastramento Prévio

Art. 28. Os licitantes poderão ser previamente cadastrados.

Parágrafo único. A documentação exigida para habilitação de fornecedores poderá ser comprovada por meio do Certificado de Registro Cadastral – CRC.

Subseção III

Do Modo de Disputa Aberto

Art. 29. No modo de disputa aberto, os licitantes apresentarão suas propostas em sessão pública por meio de lances públicos e sucessivos, crescentes ou decrescentes, conforme o critério de julgamento adotado.

Parágrafo único. O instrumento convocatório poderá estabelecer intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances.

Art. 30. Caso a licitação de modo de disputa aberto seja realizada sob a forma presencial, serão adotados, adicionalmente, os seguintes procedimentos:

I - as propostas iniciais serão classificadas de acordo com a ordem de vantagem à Administração;

II - a comissão de licitação convidará individual e sucessivamente os licitantes, de forma sequencial, a apresentar lances verbais, a partir do autor da proposta menos vantajosa, seguido dos demais;

III - a desistência do licitante em apresentar lance verbal, quando convocado, implicará sua exclusão da etapa de lances verbais e a manutenção do último preço por ele apresentado, para efeito de ordenação das propostas.

Art. 31. O instrumento convocatório poderá estabelecer a possibilidade de apresentação de lances intermediários pelos licitantes durante a disputa aberta.

Parágrafo único. São considerados intermediários os lances:

I - iguais ou inferiores ao maior já ofertado, mas superiores ao último lance dado pelo próprio licitante, quando adotado o julgamento pelo critério da maior oferta de preço;

II - iguais ou superiores ao menor já ofertado, mas inferiores ao último lance dado pelo próprio licitante, quando adotados os demais critérios de julgamento.

Art. 32. Após a definição da melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 10% (dez por cento), a comissão de licitação poderá admitir o reinício da disputa aberta, nos termos estabelecidos no instrumento convocatório, para a definição das demais colocações.

§ 1° Após o reinício previsto no caput, os licitantes serão convocados a apresentar lances.

§ 2° Os licitantes poderão apresentar lances nos termos do parágrafo único do art. 31.

§ 3° Os lances iguais serão classificados conforme a ordem de apresentação.

Subseção IV

Do Modo de Disputa Fechado

Art. 33. No modo de disputa fechado, as propostas apresentadas pelos licitantes serão sigilosas até a data e hora designadas para sua divulgação.

Parágrafo único. No caso de licitação presencial, as propostas deverão ser apresentadas em envelopes lacrados, abertos em sessão pública, e ordenadas conforme critério de vantagem à Administração Pública.

Subseção V

Da Combinação dos Modos de Disputa

Art. 34. O instrumento convocatório poderá estabelecer que a disputa seja realizada em duas etapas, sendo a primeira eliminatória.

Art. 35. Os modos de disputa poderão ser combinados da seguinte forma:

I - caso o procedimento se inicie pelo modo de disputa fechado, serão classificados para a etapa subsequente os licitantes que apresentarem as três melhores propostas, iniciando-se então a disputa aberta com a apresentação de lances sucessivos, nos termos dos artigos 29 e 30 deste Decreto;

II - caso o procedimento se inicie pelo modo de disputa aberto, os licitantes que apresentarem as três melhores propostas ofertarão propostas finais, fechadas.

Seção III

Do Julgamento das Propostas

Subseção

Disposições Gerais

Art. 36. Poderão ser utilizadas como critérios de julgamento:

I - menor preço ou maior desconto;

II - técnica e preço;

III - melhor técnica ou conteúdo artístico;

IV - maior oferta de preço;

V - maior retorno econômico.

§ 1° O critério de julgamento será identificado no instrumento convocatório, observados os incisos I a V deste artigo.

§ 2° O julgamento das propostas observará os parâmetros definidos no instrumento convocatório, sendo vedado computar vantagens não previstas, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

Subseção II

Menor Preço ou Maior Desconto

Art. 37. O critério de julgamento pelo menor preço ou maior desconto consistirá no menor dispêndio para a Administração Pública do Poder Executivo Municipal, atendidos os parâmetros mínimos de qualidade definidos no instrumento convocatório.

Parágrafo único. Os custos indiretos, relacionados às despesas de manutenção, utilização, reposição, depreciação e impacto ambiental, entre outros fatores, poderão ser considerados para a definição do menor dispêndio, sempre que objetivamente mensuráveis, conforme parâmetros definidos no instrumento convocatório.

Art. 38. O critério de julgamento por maior desconto utilizará como referência o preço total estimado, fixado pelo instrumento convocatório, sendo o desconto estendido aos eventuais termos aditivos.

Parágrafo único. No caso de obras ou serviços de engenharia, o percentual de desconto apresentado pelos licitantes incidirá linearmente sobre os preços de todos os itens do orçamento estimado constante do instrumento convocatório.

Subseção III

Técnica e Preço

Art. 39. O critério de julgamento pela melhor combinação de técnica e preço será utilizado exclusivamente nas licitações destinadas a contratar objeto:

I - de natureza predominantemente intelectual e de inovação tecnológica ou técnica;

II - que possa ser executado com diferentes metodologias ou tecnologias de domínio restrito no mercado, pontuando-se as vantagens e qualidades oferecidas para cada produto ou solução.

Parágrafo único. Será escolhido o critério de julgamento a que se refere o caput quando a avaliação e a ponderação da qualidade técnica das propostas que superarem os requisitos mínimos estabelecidos no instrumento convocatório forem relevantes aos fins pretendidos.

Art. 40. No julgamento pelo critério de melhor combinação de técnica e preço, deverão ser avaliadas e ponderadas as propostas técnicas e de preço apresentadas pelos licitantes, segundo fatores de ponderação objetivos previstos no instrumento convocatório.

§ 1° O fator de ponderação mais relevante será limitado a 70% (setenta por cento).

§ 2° Poderão ser utilizados parâmetros de sustentabilidade ambiental para a pontuação das propostas técnicas.

§ 3° O instrumento convocatório estabelecerá pontuação mínima para as propostas técnicas cujo não atingimento implicará desclassificação.

Subseção IV

Melhor Técnica ou Conteúdo Artístico

Art. 41. O critério de julgamento pela melhor técnica ou pelo melhor conteúdo artístico poderá ser utilizado para a contratação de projetos e trabalhos de natureza técnica, científica ou artística, incluídos os projetos arquitetônicos e excluídos os projetos de engenharia.

Art. 42. O critério de julgamento pela melhor técnica ou pelo melhor conteúdo artístico considerará exclusivamente as propostas técnicas ou artísticas apresentadas pelos licitantes, segundo parâmetros objetivos inseridos no instrumento convocatório.

§ 1° O instrumento convocatório definirá o prêmio ou a remuneração que será atribuída ao vencedor.

§ 2° Poderão ser utilizados parâmetros de sustentabilidade ambiental para a pontuação das propostas nas licitações para contratação de projetos.

§ 3° O instrumento convocatório poderá estabelecer pontuação mínima para as propostas, cujo não atingimento implicará desclassificação.

Art. 43. Nas licitações que adotem o critério de julgamento pelo melhor conteúdo artístico, a comissão de licitação será auxiliada por comissão especial integrada por, no mínimo, três pessoas de reputação ilibada e notório conhecimento da matéria em exame, que podem ser servidores públicos.

Parágrafo único. Os membros da comissão especial a que se refere o caput responderão por todos os atos praticados, salvo se posição individual estiver registrada na ata da reunião em que adotada a decisão.

Subseção V

Maior Oferta de Preço

Art. 44. O critério de julgamento pela maior oferta de preço será utilizado no caso de contratos que resultem em receita para a Administração Pública do Poder Executivo Municipal.

§ 1° Poderá ser dispensado o cumprimento dos requisitos de qualificação técnica e econômico-financeira.

§ 2° Poderá ser requisito de habilitação a comprovação do recolhimento de quantia como garantia, limitada a 5% (cinco por cento) do valor mínimo de arrematação.

§ 3° Na hipótese do § 2°, o licitante vencedor perderá a quantia em favor da Administração Pública do Poder Executivo Municipal caso não efetue o pagamento devido no prazo estipulado.

Art. 45. Os bens e direitos a serem licitados pelo critério previsto no art. 44, deste Decreto, serão previamente avaliados para fixação do valor mínimo de arrematação.

Art. 46. Os bens e direitos arrematados serão pagos à vista, em até um dia útil contado da data da assinatura da ata lavrada no local do julgamento ou da data de notificação.

§ 1° O instrumento convocatório poderá prever que o pagamento seja realizado mediante entrada em percentual não inferior a 5% (cinco por cento), no prazo referido no caput, com pagamento do restante no prazo estipulado no mesmo instrumento, sob pena de perda em favor da Administração Pública do Poder Executivo Municipal do valor já recolhido.

§ 2° O instrumento convocatório estabelecerá as condições para a entrega do bem ao arrematante.

Subseção VI

Maior Retorno Econômico

Art. 47. No critério de julgamento pelo maior retorno econômico as propostas serão consideradas de forma a selecionar a que proporcionar a maior economia para a administração pública decorrente da execução do contrato.

§ 1° O critério de julgamento pelo maior retorno econômico será utilizado exclusivamente para a celebração de contrato de eficiência.

§ 2° O contrato de eficiência terá por objeto a prestação de serviços, que poderá incluir a realização de obras e fornecimento de bens, com o objetivo de proporcionar economia ao órgão ou entidade contratante, na forma de redução de despesas correntes.

§ 3° O instrumento convocatório deverá prever parâmetros objetivos de mensuração da economia gerada com a execução do contrato, que servirá de base de cálculo da remuneração devida ao contratado.

§ 4° Para efeito de julgamento da proposta, o retorno econômico é o resultado da economia que se estima gerar com a execução da proposta de trabalho, deduzida a proposta de preço.

Art. 48. Nas licitações que adotem o critério de julgamento pelo maior retorno econômico, os licitantes apresentarão:

I - proposta de trabalho, que deverá contemplar:

a) as obras, serviços ou bens, com respectivos prazos de realização ou fornecimento;

b) a economia que se estima gerar, expressa em unidade de medida associada à obra, bem ou serviço e expressa em unidade monetária.

II - proposta de preço, que corresponderá a um percentual sobre a economia que se estima gerar durante determinado período, expressa em unidade monetária.

Art. 49. Nos casos e que não for gerada a economia prevista no contrato de eficiência:

I - a diferença entre a economia contratada e a efetividade obtida será descontada da remuneração da contratada;

II - se a diferença entre a economia contratada e a efetivamente obtida for superior à remuneração da contratada, será aplicada multa por inexecução contratual no valor da diferença;

III - a contratada sujeitar-se-á, ainda, a outras sanções cabíveis caso a diferença entre a economia contratada e a efetivamente obtida seja superior ao limite máximo estabelecido no contrato.

Subseção VII

Preferência e Desempate

Art. 50. Nos processos de licitação abrangidos por este Decreto, aplicam-se as preferências previstas na legislação, nos termos do instrumento convocatório, em especial as referidas:

I - no art. 3° da Lei Federal no 8.666/1993;

II - nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar Federal n° 123/2006.

Art. 51. Nas licitações que possuam como critério de julgamento o menor preço será assegurado à microempresa e à empresa de pequeno porte preferência de contratação, nos termos da Lei Complementar Federal no 123/2006.

Parágrafo único. Para as licitações nas quais seja aplicado o regime de que trata este Decreto considera-se empate aquelas situações em que a proposta apresentada pela microempresa ou empresa de pequeno porte seja igual ou até 10% (dez por cento) superior à proposta mais bem classificada.

Art. 52. Após assegurar o direito de preferência descrito no art. 51, na hipótese de ainda existir empate entre 2 (duas) ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

I - disputa final, em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta fechada em ato contínuo à classificação;

II - a avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, desde que exista sistema objetivo de avaliação instituído;

III - os critérios estabelecidos no § 2° do art. 3°, da Lei Federal no 8.666/1993;

IV - sorteio.

Subseção VIII

Análise e Classificação de Proposta

Art. 53. Na verificação da conformidade da melhor proposta apresentada com os requisitos do instrumento convocatório, será desclassificada aquela que:

I - contenha vícios insanáveis;

II - não obedeça às especificações técnicas previstas no instrumento convocatório;

III - apresente preço manifestamente inexequível ou permaneça acima do orçamento estimado para a contratação, inclusive nas hipóteses previstas no caput do art. 18;

IV - não tenha sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração Pública do Poder Executivo Municipal;

V - apresente desconformidade com quaisquer outras exigências do instrumento convocatório, desde que insanável.

§ 1° A comissão de licitação poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade da proposta ou exigir do licitante que ela seja demonstrada.

§ 2° com exceção da contratação integrada, nas licitações de obras ou serviços de engenharia, o licitante da melhor proposta apresentada deverá reelaborar e apresentar à comissão de licitação, por meio eletrônico, conforme prazo estabelecido no instrumento convocatório, planilha com os valores adequados ao lance vencedor, em que deverá constar:

I - indicação dos quantitativos e dos custos unitários, vedada a utilização de unidades genéricas ou indicadas como verba;

II - composição dos cursos unitários quando diferirem daqueles constantes dos sistemas de referências adotadas nas licitações;

III - detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas – BDI e dos Encargos Sociais – ES.

§ 3° No caso de contratação integrada, o licitante que ofertou a melhor proposta deverá apresentar o valor do lance vencedor distraído pelas etapas do cronograma física, definido no ato de convocação e compatível com o critério de aceitabilidade por etapas, previsto no § 5°, do art. 55.

§ 4° Salvo quando aprovado relatório técnico conforme previsto no § 2°, II e § 4°, II, do art. 55, o licitante da melhor proposta deverá adequar os custos unitários ou das etapas propostas aos limites previstos nos limites previstos nos § 2°, § 4°ou § 5° do art. 55, sem alteração do valor global da proposta, sob pena de aplicação do art. 76.

Art. 54. Nas licitações de obras e serviços de engenharia, consideram- se inexequíveis as propostas com valores globais inferiores a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores:

I - média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor do orçamento estimado pela Administração Pública do Poder Executivo Municipal; ou,

II - valor do orçamento estimado pela Administração Pública do Poder Executivo Municipal.

§ 1° A Administração Pública Municipal deverá conferir ao licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade da sua proposta.

§ 2° Na hipótese de que trata o § 1°, o licitante deverá demonstrar que o valor da proposta é compatível com a execução do objeto licitado no que se refere aos custos dos insumos e aos coeficientes de produtividade adotados nas composições de custos unitários.

§ 3° A análise de exequibilidade da proposta não considerará materiais e instalações a serem fornecidos pelo licitante em relação aos quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração, desde que a renúncia esteja expressa na proposta.

Art. 55. Nas licitações de obras e serviços de engenharia, a economicidade da proposta será aferida com base nos custos globais e unitários.

§ 1° O valor global da proposta não poderá superar o orçamento estimado pela Administração Pública com base nos parâmetros previstos nos §§ 3°, 4° ou 5° do art. 10, e, no caso da contratação integrada, na forma estabelecida no art. 90.

§ 2° No caso de adoção do regime de empreitada por preço unitário ou de contratação por tarefa, os custos unitários dos itens materialmente relevantes das propostas não podem exceder os custos unitários estabelecidos no orçamento estimado pela Administração Pública do Poder Executivo Municipal, observadas as seguintes condições:

I - serão considerados itens materialmente relevantes aqueles de maior impacto no valor total da proposta e que, somados, representem pelo menos oitenta por cento do valor total do orçamento estimado ou que sejam considerados essenciais à funcionalidade da obra ou do serviço de engenharia; II – em situações especiais, devidamente comprovadas pelo licitante em relatório técnico circunstanciado aprovado pela Administração Pública do Poder Executivo Municipal, poderão ser aceitos custos unitários superiores àqueles constantes do orçamento estimado em relação aos itens materialmente relevantes, sem prejuízo da avaliação dos órgãos de controle, dispensada a compensação em qualquer outro serviço do orçamento de referência.

§ 3° Se o relatório técnico de que trata o inciso II do § 2° não for aprovado pela Administração Pública do Poder Executivo Municipal, aplica-se o disposto no art. 76 deste Decreto, salvo se o licitante apresentar nova proposta, com adequação dos custos unitários propostos aos limites previstos no § 2°, sem alteração do valor global da proposta.

§ 4° No caso de adoção do regime de empreitada por preço global ou de empreitada integral, serão observadas as seguintes condições:

I - no cálculo do valor da proposta, poderão ser utilizados custos unitário diferentes daqueles previstos nos §§ 3°, 4° e 5° do art. 10, desde que o valor global da proposta e o valor de cada etapa prevista no cronograma físico-financeiro seja igual ou inferior ao valor calculado a partir do sistema de referência utilizado;

II - em situações especiais, devidamente comprovadas pelo licitante em relatório técnico circunstanciado aprovado pela Administração Pública do Poder Executivo Municipal, os valores das etapas do cronograma físico-financeiro poderão exceder o limite fixado no inciso I;

III - as alterações contratuais sob alegação de falhas ou omissões em qualquer das peças, orçamentos, plantas, especificações, memoriais ou estudos preliminares do projeto básico não poderão ultrapassar, no seu conjunto, 10% (dez por cento) do valor total do contrato.

§ 5° No caso de adoção do regime de contratação integrada, deverão ser previstos no instrumento convocatório critérios de aceitabilidade por etapa, estabelecidos de acordo com o orçamento estimado na forma prevista no art. 90, e compatíveis com o cronograma físico do objeto licitado.

§ 6° O orçamento estimado das obras e serviços de engenharia será aquele resultante da composição dos custos unitários diretos do sistema de referência utilizado, acrescida do percentual de BDI de referência, ressalvado o disposto na Seção III do Capítulo VI deste Decreto.

§ 7° A diferença percentual entre o valor global do contrato e o valor obtido a partir dos custos unitários do orçamento estimado pela Administração Pública do Poder Executivo Municipal não poderá ser reduzida, em favor do contratado, em decorrência de aditamentos contratuais que modifiquem a composição orçamentária.

Art. 56. Após o encerramento da fase de apresentação de propostas, a comissão de licitação classificará as propostas por ordem decrescente de vantagem à Administração Pública.

§ 1° Quando a proposta do primeiro classificado estiver acima do orçamento estimado, a comissão de licitação poderá negociar com o licitante condições mais vantajosas.

§ 2° A negociação de que trata o § 1º poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, após a negociação, for desclassificado por sua proposta permanecer superior ao orçamento estimado.

Art. 57. Encerrado o julgamento será disponibilizada a respectiva ata coma ordem de classificação das propostas.

Seção IV

Da Habilitação

Art. 58. Nas licitações regidas pelo RDC será aplicado, no que couber, o disposto nos arts. 27 a 33 da Lei Federal n° 8.666/1993 e suas alterações.

Art. 59. Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas pelo licitante classificado em primeiro lugar, exceto no caso de inversão de fases.

§ 1° Poderá haver substituição parcial ou total dos documentos por certificado de registro cadastral, nos termos do instrumento convocatório.

§ 2° Em caso de inabilitação, serão requeridos e avaliados os documentos de habilitação dos licitantes subsequentes, por ordem de classificação.

Art. 60. O instrumento convocatório definirá o prazo para a apresentação dos documentos de habilitação.

Art. 61. Quando utilizado o critério de julgamento pela maior oferta de preço, nas licitações destinadas à alienação, a qualquer título, dos bens e direitos da Administração Pública do Poder Executivo Municipal, os requisitos de qualificação técnica e econômico-financeira poderão ser dispensados, se substituídos pela comprovação do recolhimento de quantia como garantia, limitada a 5% (cinco por cento) do valor mínimo da arrematação.

Parágrafo único. O disposto no caput não dispensa os licitantes da apresentação dos demais documentos exigidos para a habilitação.

Art. 62. Em qualquer caso, os documentos relativos à regularidade fiscal poderão ser exigidos em momento posterior ao julgamento das propostas, apenas em relação ao licitante mais bem classificado.

Art. 63. Caso ocorra a inversão de fases prevista no parágrafo único do art. 12:

I - os licitantes apresentarão simultaneamente os documentos de habilitação e as propostas;

II - serão verificados os documentos de habilitação de todos os licitantes;

III - serão julgadas apenas as propostas dos licitantes habilitados.

Subseção Única

Da Participação em Consórcio

Art. 64. Quando permitida a participação na licitação de pessoas jurídicas organizadas em consórcio, serão observadas as seguintes condições:

I - comprovação do compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;

II - indicação da pessoa jurídica responsável pelo consórcio, que deverá atender às condições de liderança fixadas no instrumento convocatório;

III - apresentação dos documentos exigidos no instrumento convocatório quanto a cada consorciado, admitindo-se, para efeito da qualificação técnica, o somatório dos quantitativos de cada consorciado;

IV - comprovação de qualificação econômico-financeira, mediante:

a) apresentação do somatório dos valores de cada consorciado, na proporção de sua respectiva participação, podendo a Administração Pública do Poder Executivo Municipal estabelecer, para o consórcio, um acréscimo de até 30% (trinta por cento) dos valores exigidos para licitante individual;

b) demonstração, por cada consorciado, do atendimento aos requisitos contábeis definidos no instrumento convocatório;

V - impedimento de participação de consorciado, na mesma licitação, em mais de um consórcio ou isoladamente.

§ 1° O instrumento convocatório deverá exigir que conste cláusula de responsabilidade solidária:

I - no compromisso de constituição de consórcio a ser firmado pelos licitantes

II - no contrato a ser celebrado pelo consórcio vencedor.

§ 2° No consórcio de empresas brasileiras e estrangeiras, a liderança caberá, obrigatoriamente, à empresa brasileira, observado o disposto no inciso II do caput.

§ 3° O licitante vencedor fica obrigado a promover, antes da celebração do contrato, a constituição e o registro do consórcio, nos termos do compromisso referido no inciso I do caput.

§ 4° A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pelo órgão ou entidade contratante.

§ 5° O instrumento convocatório poderá, no interesse da Administração Pública do Poder Executivo Municipal, fixar a quantidade máxima de pessoas jurídicas organizadas por consórcio.

§ 6° O acréscimo previsto na alínea a do inciso IV do caput não será aplicável aos consórcios compostos, em sua totalidade, por microempresas e empresas de pequeno porte.

Seção V

Dos Recursos

Art. 65. Haverá fase recursal única, após o término da fase de habilitação, salvo no caso de inversão de fases.

Art. 66. Os licitantes que desejarem recorrer em face dos atos do julgamento da proposta, da habilitação ou inabilitação deverão manifestar imediatamente, após o término de cada sessão, a sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão.

Parágrafo único. Nas licitações sob a forma eletrônica, a manifestação de que trata o caput deve ser efetivada em campo próprio do sistema.

Art. 67. As razões dos recursos deverão ser apresentadas no prazo de 5 (cinco) dias úteis contado a partir da data da intimação ou da lavratura da ata, conforme o caso.

§ 1° O prazo para apresentação de contrarrazões será de 5 (cinco) dias úteis e começará imediatamente após o encerramento do prazo a que se refere o caput.

§ 2° É assegurado aos licitantes obter vista dos elementos dos autos indispensáveis à defesa de seus interesses.

Art. 68. Na contagem dos prazos estabelecidos no art. 67, exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento.

Parágrafo único. Os prazos se iniciam e expiram exclusivamente em dia útil no âmbito do órgão ou entidade responsável pela licitação.

Art. 69. O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da autoridade que praticou o ato recorrido, que apreciará sua admissibilidade, cabendo a esta reconsiderar sua decisão no prazo de 5 (cinco) dias úteis ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão do recurso ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do seu recebimento, sob pena de apuração de responsabilidade.

Art. 70. O acolhimento de recurso implicará invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

Art. 71. No caso da inversão da fase prevista no parágrafo único do art. 12, os licitantes poderão apresentar recursos após a fase de habilitação e após a fase de julgamento das propostas.

Art. 72. Aplica-se ao RDC o disposto no art. 113 da Lei Federal n° 8.666, de 1993.

Seção VI

Do Encerramento

Art. 73. Finalizada a fase recursal, a Administração Pública do Poder Executivo Municipal poderá negociar condições mais vantajosas com o primeiro colocado.

Art. 74. Exaurida a negociação prevista no art. 73, o procedimento licitatório será encerrado e os autos encaminhados à autoridade superior, que poderá:

I - determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades que forem supríveis;

II - anular o procedimento, no todo ou em parte, por vício insanável;

III - revogar o procedimento por motivo de conveniência e oportunidade;

IV - adjudicar o objeto, homologar a licitação e convocar o licitante vencedor para assinatura do contrato, preferencialmente em ato único.

§ 1° As normas referentes à anulação e revogação de licitações previstas no art. 49 da Lei Federal n.° 8.666, de 1993, aplicam-se às contratações regidas pelo RDC.

§ 2° Caberá recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados a partir da data da anulação ou revogação da licitação, observado o disposto nos arts. 63 a 70, no que couber.

Art. 75. Convocado para assinar o termo de contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, o interessado deverá observar os prazos e condições estabelecidos, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas em lei.

Art. 76. É facultado à Administração Pública do Poder Executivo Municipal, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou retirar o instrumento equivalente, no prazo e condições estabelecidos:

I - revogar a licitação, sem prejuízo da aplicação das cominações previstas na Lei Federal n°8.666, de 1993;

II - convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições ofertadas pelo licitante vencedor.

Parágrafo único. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do inciso II, a Administração Pública do Poder Executivo Municipal poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

CAPÍTULO V

DOS CONTRATOS E SUA EXECUÇÃO

Seção I

Das Regras Específicas Aplicadas no Âmbito do RDC

Art. 77. Os contratos administrativos celebrados serão regidos pela Lei Federal n° 8.666, de 1993, com exceção das regras específicas previstas na Lei Federal n° 12.462, de 2011, e neste Decreto.

Art. 78. Os contratos para a execução das obras previstas no plano plurianual poderão ser firmados pelo período nele compreendido, observado o disposto no caput do art. 57 da Lei Federal no 8.666, de 1993.

Art. 79. Nos contratos de obras e serviços de engenharia, a execução de cada etapa será precedida de projeto executivo para a etapa e da conclusão e aprovação, pelo órgão ou entidade contratante, dos trabalhos relativos às etapas anteriores.

Parágrafo único. O projeto executivo da etapa posterior poderá ser desenvolvido concomitantemente com a execução das obras e serviços de etapa anterior, desde que autorizado pelo órgão ou entidade contratante.

Art. 80. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais, legais e regulamentares.

§ 1° Não haverá rescisão contratual em razão de fusão, cisão ou incorporação do contratado, ou de substituição de consorciado, desde que mantidas as condições de habilitação previamente atestadas.

§ 2° Os contratos de eficiência referidos no art. 47 deverão prever que nos casos em que não for gerada a economia estimada:

I - a diferença entre a economia contratada e a efetividade obtida será descontada da remuneração do contratado;

II - será aplicada multa por inexecução contratual se a diferença entre a economia contratada e a efetivamente obtida for superior à remuneração do contratado, no valor da referida diferença;

III - aplicação de outras sanções cabíveis, caso a diferença entre a economia contratada e a efetivamente obtida seja superior ao limite máximo estabelecido no contrato.

Art. 81. Caberá recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis a partir da data da intimação ou da lavratura da ata da rescisão do contrato, nas hipóteses previstas no inciso I do caput do art. 79 da Lei Federal n. ° 8.666/1993, observado o disposto nos arts. 63 a 70, no que couber.

Seção II

Da Dispensa e Inexigibilidade de Licitação

Art. 82. É vedada a contratação direta, sem licitação, de pessoa jurídica na qual haja administrador ou sócio com poder de direção que mantenha relação de parentesco, até o terceiro grau civil, inclusive por afinidade, com:

I - detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação;

II - autoridade hierarquicamente superior no âmbito de cada órgão ou entidade da Administração Pública do Poder Executivo Municipal.

Art. 83. As hipóteses de dispensa e inexigibilidade de licitação estabelecidas nos arts. 24 e 25 da Lei Federal n. ° 8.666, de 1993, aplicam-se, no que couber, às contratações realizadas com base no RDC.

Parágrafo único. O processo de contratação por dispensa ou inexigibilidade de licitação deverá apresentar justificativa expressa pela adoção do RDC, e seguir o procedimento previsto no art. 26 da Lei Federal n° 8.666, de 1993.

Art. 84. Na hipótese do inciso IX do caput do art. 24 da Lei Federal n° 8.666, de 1993, a contratação de remanescente de obra, serviço ou fornecimento de bens em consequência de rescisão contratual observará a ordem de classificação dos licitantes e as condições por estes ofertadas, desde que não seja ultrapassado o orçamento estimado para a contratação.

CAPÍTULO VI

DOS CONTRATOS ESPECÍFICOS

Seção I

Da Remuneração Variável

Art. 85. Nas licitações de obras e serviços, inclusive de engenharia, poderá ser estabelecida remuneração variável, vinculada ao desempenho do contratado, com base em metas, padrões de qualidade, parâmetros de sustentabilidade ambiental e prazo de entrega definidos pela Administração Pública do Poder Executivo Municipal no instrumento convocatório, observado o conteúdo do projeto básico, do projeto executivo ou do termo de referência.

§ 1° A utilização da remuneração variável respeitará o limite orçamentário fixado pela Administração Pública do Poder Executivo Municipal para a contratação e será motivado quanto:

I - aos parâmetros escolhidos para aferir o desempenho do contratado;

II - ao valor a ser pago;

II - ao benefício a ser gerado para a administração pública.

§ 2° Eventuais ganhos provenientes de ações da Administração Pública do Poder Executivo Municipal não serão considerados no cômputo do desempenho do contratado.

§ 3° O valor da remuneração variável deverá ser proporcional ao benefício a ser gerado para a administração pública.

§ 4° Nos casos de contratação integrada, deverá ser observado o conteúdo do anteprojeto de engenharia na definição dos parâmetros para aferir o desempenho do contratado.

Seção II

Da Contratação Simultânea

Art. 86. A Administração Pública do Poder Executivo Municipal poderá, mediante justificativa, contratar mais de uma empresa ou instituição para executar o mesmo serviço desde que não implique perda de economia de escala, quando:

I - o objeto da contratação puder ser executado de forma concorrente e simultânea por mais de um contratado;

II - a múltipla execução for conveniente para atender à Administração Pública do Poder Executivo Municipal.

Parágrafo único. A contratação simultânea não se aplica às obras ou serviços de engenharia.

Art. 87. A Administração Pública do Poder Executivo Municipal deverá manter o controle individualizado dos serviços prestados por contratado.

Parágrafo único. O instrumento convocatório deverá disciplinar os parâmetros objetivos para a alocação das atividades a serem executadas por contratado.

Seção III

Da Contratação Integrada

Art. 88. Nas licitações de obras e serviços de engenharia, poderá ser utilizada a contratação integrada, desde que técnica e economicamente justificada.

Parágrafo único. Na modalidade de contratação integrada será adotado o critério de julgamento técnica e preço.

Art. 89. O instrumento convocatório das licitações para contratação de obras e serviços de engenharia sob o regime de contratação integrada deverá conter anteprojeto de engenharia com informações e requisitos técnicos destinados a possibilitar a caracterização do objeto contratual incluindo:

I - a demonstração e a justificativa do programa de necessidades, a visão global dos investimentos e as definições quanto ao nível de serviço desejado;

II - as condições de solidez, segurança, durabilidade e prazo de entrega;

III - a estética do projeto arquitetônico;

IV - os parâmetros de adequação ao interesse público, à economia na utilização, à facilidade na execução, aos impactos ambientais e à acessibilidade.

§ 1° Deverão constar do anteprojeto, quando couber, os seguintes documentos técnicos:

I - concepção da obra ou serviço de engenharia;

II - projetos anteriores ou estudos preliminares que embasaram a concepção adotada;

III - levantamento topográfico e cadastral;

IV - pareceres de sondagem;

V - memorial descritivo dos elementos da edificação, dos componentes construtivos e dos materiais de construção, de forma a estabelecer padrões mínimos para a contratação.

§ 2° - Caso seja permitida no anteprojeto de engenharia a apresentação de projetos com metodologia diferenciadas de execução, o instrumento convocatório estabelecerá critérios objetivos para avaliação e julgamento das propostas.

§ 3° - O anteprojeto deverá possuir nível de definição suficiente para proporcionar a comparação entre as propostas recebidas das licitantes.

Art. 90. O orçamento e o preço total para a contratação serão estimados com base nos valores praticados pelo mercado, nos valores pagos pela Administração Pública do Poder Executivo Municipal em contratações similares ou na avaliação do custo global da obra, aferida mediante orçamento sintético ou metodologia expedida ou paramétrica.

Art. 91. Nas hipóteses em que for adotada a contratação integrada, fica vedada a celebração de termos aditivos aos contratos firmados, exceto se verificada uma das seguintes hipóteses:

I - recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, devido a caso fortuito ou força maior;

II - necessidade de alteração do projeto ou das especificações para melhor adequação técnica aos objetivos da contratação, a pedido da Administração Pública, desde que não decorrentes de erros ou omissões por parte do contratado, observados os limites previstos no §1° do art. 65 da Lei Federal n°8.666/1993.

CAPÍTULO VII

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Art. 92. Ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, pelo prazo de 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no instrumento convocatório e no contrato, bem como das demais cominações legais, o licitante que:

I - convocado dentro do prazo de validade da sua proposta não celebrar o contrato, inclusive nas hipóteses previstas no parágrafo único do art. 76 e no art. 84;

II - deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou apresentar documento falso;

III - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

IV - não mantiver a proposta, salvo se em decorrência de fato superveniente, devidamente justificado;

V - fraudar a licitação ou praticar atos fraudulentos na execução do contrato

VI - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal;

VII - der causa à inexecução total ou parcial do contrato.

§ 1° As sanções administrativas, criminais e demais regras previstas no Capítulo IV da Lei Federal n.°8.666, de 1993, aplicam-se às licitações e aos contratos regidos por este Decreto.

§ 2° Caberá recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados a partir da data da intimação ou da lavratura da ata da aplicação das penas de advertência, multa, suspensão temporária de participação em licitação, impedimento de contratar com a administração pública e declaração de inidoneidade, observado o disposto nos arts. 63 a 70, no que couber.

§ 3° As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Cadastro de Fornecedores impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Municipal.

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 93. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 94. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO,

MUNICÍPIO DE CLÁUDIA, ESTADO DE MATO GROSSO.

Em 25 de fevereiro de 2019.

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA
DECRETO N° 221, DE 22 DE JANEIRO DE 2019

DECRETO N° 221, DE 22 DE JANEIRO DE 2019

Dispõe sobre a nomeação de Comissão Especial de Avaliação para fins de recebimento de bens móveis por dação em pagamento ao Município de Cláudia/MT.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CLÁUDIA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e amparado na Lei Orgânica do Município, e

Considerando a existência de débito tributário pendente de pagamento;

Considerando que o contribuinte devedor apresentou requerimento para dação em pagamento de bem móvel; e

Considerando que o Código Tributário Municipal permite o recebimento de dação em pagamento bens móveis nas condições que especifica;

DECRETA:

Art. 1º Fica instituída e nomeada a Comissão Especial de Avaliação, com os membros que se qualifica, destinada a precificar o bem caracterizado no art. 2º, objetivando seu recebimento por dação em pagamento pelo Município, para quitação de obrigação tributária, na qual o contribuinte figura com sujeito passivo, nos termos do que preceitua o § 1º, do art. 73, da Lei Complementar nº 023, de 12 de dezembro de 2014, com a redação dada pela Lei Complementar nº 063, de 09 janeiro de 2019.

I - Eder Natalício Wentz, Servidor de Carreira, Chefe do Departamento

de Tributação.

RG nº 14.809.150 SSP/MT

CPF nº 980.578.551-32

e-mail/fone: ederwz@hotmail.com / (066)9.9979-8559

Rua Manoel Corsino do Amarante, nº 514 - Campo Verde, Cláudia/MT.

II - Antonio Roberto Dalmaso, Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos.

RG nº 3.268.598-6 SSP/PR

CPF nº 414.676.559-53

e-mail/Fone: (066)9.9692-0270

Rua Ferreira Mendes, nº 507 - Campo Verde, Cláudia/MT.

III - Leonir Rizzi - Vereador - Representante do Poder Legislativo.

RG nº 4.044.425-4 SSP/MT

CPF nº 431.241.359-20

e-mail/fone: leonir.rizzi@gmail.com / (66)9.9965-0272

Avenida Gaspar Dutra, nº 440 – Centro, Cláudia/MT.

IV - Fernando José Anderle - Vereador - 2º Secretário da Câmara -

Representante do Poder Executivo.

RG nº 1.362.514-4 SSP/MT

CPF nº 885.014.691-49

e-mail/fone: leitaoja@hotmail.com / (66)9.9965-0035

Rua José de Mesquita, nº 151 - Campo Verde, Cláudia/MT.

V - João Sokoloviski - Empresário e Agricultor

CPF nº 430.123.451-91

Estrada Valdirene, km 20, Cláudia/MT.

§ 1º A Comissão Especial instituída e nomeada por este Decreto funcionará sob a supervisão direta de representante da Procuradoria Jurídica do Município, sem prejuízo da livre atuação do Controlador Interno.

§ 2º A Comissão Especial terá como incumbência elaborar laudo de rigorosa avaliação que atribua preço justo ao bem ou bens sob análise, além de parecer quanto a sua utilização para uso próprio da Administração ou a possibilidade de conversão financeira.

Art. 2º Será objeto de avaliação por parte da Comissão Especial instituída e nomeada por este Decreto, o bem descrito a seguir:

· 01 (um) rolo compactador; e

· 01 (um) reboque tipo prancha para transporte de veículos e máquinas.

Art. 3º A atuação da Comissão Especial de Avaliação atenderá aos princípios fundantes da Administração Pública, insculpidos no art. 37, da CF/88, e restringir-se-á ao procedimento de rigorosa e justa avaliação do bem oferecido, observando as disposições do art. 73, §§ 1º e 2º, da Lei Complementar nº 023, de 12 de dezembro de 2014, com redação dada pela Lei Complementar nº 063, de 09 de janeiro de 2019.

Art. 4º As decisões da Comissão Especial serão tomadas por maioria simples de votos, assegurado o direito à discordância em fundamentado voto em separado.

Art. 5º A vigência da Comissão Especial instituída e nomeada por este Decreto durará o tempo necessário para a conclusão dos trabalhos especificados.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO,

MUNICÍPIO DE CLÁUDIA, ESTADO DE MATO GROSSO.

Em 22 de janeiro de 2019.

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal

CONTRATO N° 004/2019

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

CONTRATADA: CENTRO DE INTEGRACAO EMPRESA ESCOLA - CIEE

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE ASSOCIAÇÃO FILANTRÓPICA, DE DIREITO PRIVADO, SEM FINS ECONÔMICOS, BENEFICENTE, DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E RECONHECIDA DE UTILIDADE PÚBLICA, PARA A OPERACIONALIZAÇÃO DE PROGRAMAS DE ESTÁGIO DE ESTUDANTES E AUXÍLIO TRANSPORTE, VISANDO O DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES PARA PROMOÇÃO DA INTEGRAÇÃO AO MERCADO DE TRABALHO**. VALOR: R$** 754.560,00 (setecentos e cinqüenta e quatro mil e quinhentos e sessenta reais). **CONTRATO Nº 004/2019. Data:** 04/02/2019.

CONTRATO N° 006/2019

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

CONTRATADA: MARIA DE NAZARE DE SOUSA SILVA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE 56 (CINQUENTA E SEIS) LIXEIRAS DUPLAS E 03 (TRÊS) LIXEIRAS TRIPLAS, PARA INSTALAÇÃO NA PRAÇA DOS MIGRANTES E NAS AVENIDAS MARECHAL CÂNDIDO RONDON E GASPAR DUTRA, NO MUNICÍPIO DE CLÁUDIA/MT**. VALOR:** R$27.785,00 (Vinte e sete mil e setecentos e oitenta e cinco reais). **CONTRATO Nº 006/2019. Data:** 13/02/2019.

CONTRATO N° 007/2019

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

CONTRATADA: GEO SONDAGENS E PERFURAÇÕES LTDA EPP

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LEVANTAMENTO DE DADOS TÉCNICOS GEOLÓGICOS E HIDRO GEOLÓGICOS, REFERENTE A REGULARIZAÇÃO DE UMA AREA ONDE ESTÁ IMPLANTADO E LOCALIZADO O CEMITÉRIO ATUAL DA CIDADE DE CLÁUDIA/MT, LOCALIZADO A AVENIDA PROFESSOR JOSÉ DE CASTRO DÓRIA, S/Nº, CLÁUDIA/MT. **VALOR:** R$ 15.300,00 (quinze mil e trezentos reais). **CONTRATO Nº 007/2019. Data:** 15/02/2019.

CONTRATO N° 008/2019

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

CONTRATADA: D. C. ASSESSORIA EM SEGURANÇA DO TRABALHO ME

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM MEDICINA E SEGURANÇA DO TRABALHO SENDO NA ADEQUAÇÃO DOS LAUDOS (LT E LTCAT), ELABORAÇÃO ANUAL DO PPRA, ASSESSORIAS SEMANAIS (VISTORIAS, DOCUMENTAÇÕES, PALESTRAS E ORIENTAÇÕES) NO MUNICÍPIO DE CLÁUDIA/MT. **VALOR:** R$ 30.000,00 (trinta mil reais). **CONTRATO Nº 008/2019. Data:** 18/02/2019.

CONTRATO N° 008/2019

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

CONTRATADA: D. C. ASSESSORIA EM SEGURANÇA DO TRABALHO ME

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM MEDICINA E SEGURANÇA DO TRABALHO SENDO NA ADEQUAÇÃO DOS LAUDOS (LT E LTCAT), ELABORAÇÃO ANUAL DO PPRA, ASSESSORIAS SEMANAIS (VISTORIAS, DOCUMENTAÇÕES, PALESTRAS E ORIENTAÇÕES) NO MUNICÍPIO DE CLÁUDIA/MT. **VALOR:** R$ 30.000,00 (trinta mil reais). **CONTRATO Nº 008/2019. Data:** 18/02/2019.

CONTRATO N° 009/2019

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

CONTRATADA: INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRAS SÃO BERNARDO LTDA ME

OBJETO: **AQUISIÇÃO DE MADEIRA DA ESPÉCIE ITAUBA E CEDRINHO DE PRIMEIRA QUALIDADE PARA SEREM UTILIZADAS NA MANUTENÇÃO NA PONTE SOBRE O RIO RENATO, NA ESTRADA MUNICIPAL DEVANIR, BEM COMO SUBSTITUIR ALGUNS POSTES DE SINALIZAÇÃO EM RUAS E AVENIDAS DA CIDADE, E PARA SEREM UTILIZADOS NA MANUTENÇÃO DAS PASSARELAS EXISTENTES NA RESERVA FLORESTAL PAULO VIRIATO CORREA DA COSTA, E FORRO DE PRIMEIRA QUALIDADE PARA SEREM UTILIZADOS NA MANUTENÇÃO DO QUIOSQUE DA PRAÇA QUE HOJE ABRIGA A BIBLIOTECA MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE CLÁUDIA/MT**. **VALOR:** R$ 20.060,00 (Vinte mil e sessenta reais). **CONTRATO Nº 009/2019. Data:** 22/02/2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA
DECRETO N° 228, DE 07 DE MARÇO DE 2019

DECRETO N° 228, DE 07 DE MARÇO DE 2019

Dispõe sobre a designação de servidora para a função de tesoureira do Previ-Cláudia.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CLÁUDIA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e amparado na Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica designada a servidora Aline Mass Serafim, Servidora Efetiva, Matrícula nº 1292, Assistente Administrativo, inscrita no CPF sob nº 022.412.561-37, lotada na Secretaria Municipal de Administração, para exercer a função de Tesoureira do Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Cláudia/MT PREVI-CLÁUDIA.

Art. 2º A servidora designada nos termos do art. 1º, passa a deter a competência para assinar as movimentações das contas bancárias do PREVI-CLÁUDIA, em conjunto com o(a) Diretor(a) Executivo(a), assumindo a responsabilidade solidária pelos atos formalmente praticados a partir desta data.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos a 1º de março de 2019.

GABINETE DO PREFEITO,

MUNICÍPIO DE CLÁUDIA, ESTADO DE MATO GROSSO.

Em 07 de março de 2019.

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE COCALINHO

LICENÇA PARA RESTAURAÇÃO DE PAVIMENTO ASFÁLTICO

"A Prefeitura Municipal de Cocalinho-MT, sob CNPJ nº 00.965.145/0001-27, torna público que requereu junto ao CODEMA - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E AMBIENTAL "MÉDIO ARAGUAIA", a Licença Prévia e Licença de Instalação (LP) e (LI), referente à RESTAURAÇÃO DE PAVIMENTO ASFÁLTICO NA RUAS C-03,C-05, C-12 no município de Cocalinho - MT.

Cocalinho, 11 de Fevereiro de 2019.

Lucas Lima

Eng. Civil

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER

DEPARTAMENTO DE PROJETOS
LEI MUNICIPAL Nº 3037/2019

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CELEBRAR CONVÊNIO DE REPASSE DE RECURSOS FINANCEIROS PARA A APAE – ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE COLÍDER, ESTADO DE MATO GROSSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Projeto de Lei nº. 007/2019

Autoria: Poder Executivo

O Excelentíssimo Senhor **NOBORU TOMIYOSHI**, Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - *Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a repassar recursos financeiros mediante convênio à* **ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS – APAE EM COLIDER,** regularmente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.301.167/0001-55, com sede a Rua Luiz Aldori Neves Fernandes nº. 739, Centro, em Colíder/MT.

Art. 2º - *O valor dos recursos financeiros a serem repassados por exercício é de até* ***R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais)****, pagos diretamente à beneficiária, na forma do plano de trabalho a ser apresentado pela referida entidade e respectivo instrumento de convênio a ser celebrado entre as partes.*

Art. 3° - Os recursos financeiros que dispõe esta Lei serão destinados para ajuda de custo para o desenvolvimento de suas ações, aí compreendendo as despesas com manutenção de sua estrutura, tais como energia elétrica, água e esgoto, telefone, alimentação, material de higiene, limpeza e de expediente, combustível, manutenção, reparo de veículos e outros.

Art. 4º Para atender as despesas de que trata esta Lei, serão utilizados recursos provenientes de dotação orçamentária, vinculados à seguinte conta:

ORGÃO 06-SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

UNIDADE 001- GABINETE DA SECRETARIA

FUNÇÃO 12-EDUCAÇÃO

SUBFUNÇÂO 367- EDUCAÇÃO ESPECIAL

PROGRAMA 0037-EDUCAÇÃO MAIS COLIDER

AÇÂO 20270-APOIO E PARCERIAS COM APAE

REDUZIDO-252 ELEMENTO DESPESA – 3.3.50.43.00.00 - SUBVENÇÕES SOCIAIS

FONTE DE RECURSO 0.1.01.000000-RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS- EDUCAÇÂO

Art. 5º A entidade beneficiária dos repasses de recursos de que trata esta lei deverá efetuar a prestação de contas pela utilização dos recursos financeiros recebidos mensalmente até o último dia útil do mês subsequente ao mês correspondente à parcela recebida, sob pena, de suspensão imediata das transferências das demais parcelas vincendas, as quais ficarão retidas até a apresentação e aprovação da citada prestação de contas, nos termos da Instrução Normativa SCV Nº. 12 – Sistema de Convênios e Consórcios, aprovado através do Decreto Municipal Nº. 113/2009, de 13 de novembro de 2.009.

Parágrafo único - A Prestação de Contas e demais Documentos, que comprovem a boa e real aplicação dos recursos recebidos, deverão obrigatoriamente ser assinados, pelos ordenadores de despesa da entidade conveniada.

Art. 6º - A execução do termo de convenio a ser celebrado iniciará na data de sua assinatura.

Art. 7º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do prefeito Municipal de Colíder-MT, em 11 de março de 2019.

NOBORU TOMIYOSHI Prefeito Municipal de Colíder-MT

DEPARTAMENTO DE PROJETOS
LEI Nº 3044/2019

"DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO PARA A ABERTURA DE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO PROGRAMA 2019 DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Projeto de Lei Nº 025/2019

Autor: Poder Executivo

O Excelentíssimo Senhor **NOBORU TOMIYOSHI**, **PREFEITO DO MUNICIPIO DE COLIDER, ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso de suas atribuições legais, encaminha para deliberação da Câmara Municipal de Vereadores, o seguinte projeto de lei:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar no valor de até R$ 101.000,00 (cento e um mil reais), destinados ao Fundo Municipal de Saúde.

Artigo 2º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Suplementar no Orçamento Programa 2019, a seguinte dotação orçamentária:

Código Reduzido:	292		
Órgão/Unidade:	07	001	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE-FMS
Funcional-Programática:	10301004310310		
Funcão:	10	SAUDE	
Subfunção:	301	ATENCAO BASICA	
Programa:	0043	EDIFICACOES PUBLICAS	
Ação:	10310	CONSTRUCAO/REFORMA/AMPL/READEQ/SEMSAS	
Elemento de Despesa:	4490510000	OBRAS E INSTALACOES	
Fonte de Recurso:	0.1.02.	RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - SAÚDE	
Fundo:	3	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
Valor:	101.000,00		

Artigo 3º - Para dar Cobertura aos Créditos Abertos, conforme descrito no artigo anterior serão utilizados os recursos àqueles mencionados no Inciso III do §1º do art. 43 da Lei 4.320/1964, oriundos de anulação parcial ou total das seguintes dotações orçamentárias.

Código Reduzido:	384		
Órgão/Unidade:	07	001	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE-FMS
Funcional-Programática:	10301004420430		
Funcão:	10	SAUDE	
Subfunção:	301	ATENCAO BASICA	
Programa:	0044	PROMOCAO A SAUDE DE QUALIDADE	
Ação:	20430	BLOCO INVESTIMENTOS EM ATENÇÃO BÁSICA ESPECIALIZADA	
Elemento de Despesa:	4490520000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
Fonte de Recurso:	0.1.47.	TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DO SUS BLOCO DE INVESTIMENTO	
Valor:	101.000,00		

Artigo 4º - Fica igualmente autorizado a atualização na Lei Municipal nº 3021/2018 - LDO 2019 e Lei Municipal nº 2953/2017 - PPA 2018/2021, as alterações orçamentárias descritas nos artigos desta lei.

Artigo 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação em local de costume, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Colíder – MT, em 11 de março de 2019.

NOBORU TOMIYOSHI

Prefeito Municipal de Colíder-MT

PREFEITURA DE COLIDER/LICITAÇÃO
AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 002/2019

O Sr. NOBORU TOMIYOSHI, Prefeito Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, comunica a quem possa interessar que após a análise detalhada dos elementos constantes dos autos, RATIFICOU, conforme disposto no art. 26 da Lei 8666/93, com fulcro no Artigo 25, Inciso I da Lei Federal 8.666/93 e alterações, a INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO a favor da empresa **LIZ SERVIÇOS ONLINE LTDA - EPP** inscrita no CNPJ nº 03. 725.725/0001-35, objetivando a contratação da empresa para fornecimento de cessão de uso de software compreendendo a prestação de serviços técnicos especializados na sistematização digital, implantação, indexação, consolidação por dentro do texto, compilação, versionamento, publicação e gerenciamento on-line da legislação (Lei Orgânica, Leis Ordinárias e Leis Complementares) e Decretos do município de Colider/MT, incluindo acesso exclusivo a banco de dados compreendendo a legislação de Municípios e Estados Brasileiros em um único ambiente de pesquisa, perfazendo o valor total da contratação em R$ 7.200,00 (sete mil e duzentos reais). Tal contratação justifica-se em virtude da citada empresa ser a desenvolvedora e titular exclusiva dos direitos autorais do software e serviços ora contratados, o que torna inviável a abertura de processo licitatório em razão da inviabilidade de competição.

Colider/MT, 11 de Março de 2019

NOBORU TOMIYOSHI

Prefeito Municipal

Publique-se

DEPARTAMENTO DE PROJETOS
LEI Nº 3040/2019

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CELEBRAR CONVÊNIO DE REPASSE DE RECURSOS FINANCEIROS PARA A ASSOCIAÇÃO DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS (ACMAR) DE COLIDER, ESTADO DE MATO GROSSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Projeto de Lei: 020 /2019

Autor: Poder Executivo

O Excelentíssimo Senhor **NOBORU TOMIYOSHI**, Prefeito Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a repassar recursos financeiros mediante convênio à **ASSOCIAÇÃO DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS (ACMAR) DE COLIDER,** regularmente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 252.277.168-03, estabelecida na Comunidade Santa Luzi – Estrada Pinheirinho, na cidade de Colíder-MT.

Art. 2º – O valor a ser repassado será de R$ 80.000,00 (Oitenta mil reais), a ser pago em conformidade com o Plano de Trabalho a ser apresentado pela entidade convenente.

Art. 3º *Para atender as despesas de que trata esta Lei, serão utilizados recursos provenientes da seguinte dotação orçamentária:*

ORGÂO 09-Secretaria Municipal de Ação Social

UNIDADE 001-Fundo Municipal de Assistência Social

FUNÇÃO 08 - Assistência Social

SUBFUNÇÃO 244 - Assistência Comunitária PROGRAMA 0041 – Multiculturalidade, Diversidade e Inclusão Social.

AÇÃO 20520 - Apoio e Parcerias com Entidades Sociais e Filantrópicas

REDUZIDO 757 -Elemento de Despesa 3.3.50.41.00.00 Contribuições

FONTE DE RECURSO – 0.1.00.000000 Recursos Ordinários

Art. 4º - *A Prestação de Contas, dos recursos recebidos, será apresentada ao Executivo Municipal de acordo com a* Instrução Normativa SCV SISTEMA DE CONVÊNIOS E CONSÓRCIOS Nº 12, de 13 de novembro de 2009.

Parágrafo único - A Prestação de Contas e demais Documentos, que comprovem a boa e real aplicação dos recursos recebidos, deverão obrigatoriamente ser assinados, pelos ordenadores de despesa da entidade conveniada.

Art. 5º - *Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação em local de constume, revogadas as disposições em contrário.*

Gabinete do Prefeito Municipal de Colíder-MT, em 11 de março de 2019.

NOBORU TOMIYOSHI

Prefeito Municipal de Colíder-MT

LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2019 - SRP

A Prefeitura Municipal de Colider/MT, através de seu Pregoeiro e Equipe de Apoio, torna público o RESULTADO do julgamento referente ao Pregão Presencial nº 008/2019, cujo objeto é o registro de preços para futura e eventual aquisição de produtos para composição de "kits para gestantes" assistidas no Projeto Vida Nova, desenvolvido pelo CRAS do município de Colider/MT. Sagraram-se vencedoras as seguintes empresas:

EMPRESA	ITEM	VL. TOTAL (R$)
Compatível Comércio Materiais para Escritório e Informática Eireli - Me	2, 3, 7, 10, 11, 16, 18, 21 e 22	21. 502,50
J C Baptista Ferreira Garcia - Me	1, 4, 5, 6, 8, 9, 12, 13, 14, 15, 17, 19 e 20	32. 382,00

Colider/MT, 11 de março de 2019

ERIVALDO EVARISTO DE LIMA

Pregoeiro Oficial

Publique-se

DEPARTAMENTO DE PROJETOS
LEI Nº 3039/2019

SÚMULA: "AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONCEDER AUXILIO FINANCEIRO À ASSOCIAÇÃO DA CASA DA SOPA, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS."

Projeto de Lei nº 019 /2019

Autor: Poder Executivo

NOBORU TOMIYOSHI, PREFEITO DO MUNICIPIO DE COLIDER, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, faz saber, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder Auxílio Financeiro, mediante convênio, à **ASSOCIAÇÃO DA CASA DA SOPA,** com sede a Rua Borba Gato s/nº, Setor Oeste, Bairro Bom Jesus, CEP: 78.500-000, Colíder-MT, regularmente inscrita no CNPJ/MF sob

o nº 14.792.363/0001-11, por ano, no valor de até **R$ 25.000,00** (vinte e cinco mil reais).

§ ÙNICO – Os recursos financeiros que dispõe esta Lei serão destinados para ajuda de custo para o desenvolvimento de suas ações na área de defesa de direitos sociais, visando a distribuição de alimentação às pessoas em estado de vulnerabilidade social.

Artigo 2º - O Apoio Financeiro de que trata o artigo anterior, correrá a conta da seguinte rubrica orçamentária:

ORGÂO 09-Secretaria Municipal de Ação Social

UNIDADE 001-Fundo Municipal de Assistência Social

FUNÇÃO 08 - Assistência Social

SUBFUNÇÃO 244 - Assistência Comunitária PROGRAMA 0041 – Multiculturalidade, Diversidade e Inclusão Social.

AÇÃO 20520 - Apoio e Parcerias com Entidades Sociais e Filantrópicas

REDUZIDO 757 -Elemento de Despesa 3.3.50.41.00.00 Contribuições

FONTE DE RECURSO – 0.1.00.000000 Recursos Ordinários

Artigo 3° - Os recursos financeiros que dispõe esta Lei serão pagos diretamente à beneficiária, na forma do plano de trabalho a ser apresentado pela referida entidade e respectivo instrumento de convênio a ser celebrado entre as partes.

Artigo 4º - A entidade beneficiária do repasse de recursos de que trata esta lei deverá efetuar a prestação de contas pela utilização dos recursos financeiros recebidos, mensalmente, até o último dia útil do mês subsequente ao mês correspondente à parcela recebida, sob pena, de suspensão imediata das transferências das demais parcelas vencidas, as quais ficarão retidas até a apresentação e aprovação da citada prestação de contas, nos termos da Instrução Normativa SCV Nº. 12 – Sistema de Convênios e Consórcios, aprovado através do Decreto Municipal Nº. 113/2009, de 13 de novembro de 2.009.

Parágrafo único - A Prestação de Contas e demais Documentos, que comprovem a boa e real aplicação dos recursos recebidos, deverão obrigatoriamente ser assinados, pelos ordenadores de despesa da entidade conveniada.

Art. 5º - A execução do termo de convenio a ser celebrado será a partir da data de assinatura.

Art. 6º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Colíder – MT, em 11 de março de 2019.

NOBORU TOMIYOSHI

Prefeito Municipal de Colíder-MT

DEPARTAMENTO DE PROJETOS
LEI Nº 3038/2019

"ALTERA A LEI Nº 2876/2016 QUE INSTITUI O PLANO DE CARGOS, CARREIRAS E VENCIMENTOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS DA ADMINISTRAÇÃO GERAL DO MUNICÍPIO DE COLÍDER – MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Projeto de Lei nº. 013/2019

Autoria: Poder Executivo

O Excelentíssimo Senhor **NOBORU TOMIYOSHI**, Prefeito Municipal de Colíder-MT, no uso de suas atribuições legais, no uso de suas atribuições legais, faz saber, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1.º - Fica criado pelo Poder Executivo Municipal no Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos de que trata a Lei nº 2876/2016, com jornada de 40 (quarenta) horas semanais, o cargo de tesoureiro e respectivo número de vagas.

Parágrafo Único – O cargo criado por força desta Lei será incluído na Lei nº 2.876/2016, através da sua inserção no Quadro 02, do Anexo III, que trata dos Servidores em Comissão, destinado a ser provido em caráter transitório, de livre nomeação e exoneração pelo Prefeito Municipal e lotação a ser ocupada na Secretaria Municipal de Planejamento, Fazenda e Administração cuja formatação passa a ser a seguinte:

Quadro 02

Direção e Assessoramento Intermediário – D A I

Símbolo	Vencimento	Pessoal de Carreira	Cargo	Hrs/Sem	Vagas
DAI	R$ 6.000,00	VB + 25%	Procurador Geral do Município	40h	1
DAI	R$ 6.000,00	VB + 25%	Controlador Geral do Município	40h	1
DAI	**R$ 5.000,00**	**VB + 25%**	**Tesoureiro**	**40h**	**1**
DAI	R$ 3.500,00	VB + 25%	Assessor Jurídico	40h	2
DAI	R$ 2.500,00	VB + 25%	Assessor de Imprensa e Comunicação	40h	1
DAI	R$ 2.800,00	VB + 25%	Secretário Adjunto	40h	7
DAI	R$ 2.000,00	VB + 25%	Assessor de Gabinete	40h	7
DAI	R$ 2.000,00	VB + 25%	Assessor de Gabinete e de Secretaria na Capital	40h	1
TOTAL DE VAGAS					**21**

Art. 2.º - Fica alterado o número de 15 (quinze) para 20 (vinte) vagas para o cargo em comissão de "Diretor de Departamento", no Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos de que trata a Lei nº 2876/2016, disposto no Quadro 03, do Anexo III, que trata dos Servidores em Comissão, destinado a ser provido em caráter transitório, de livre nomeação e exoneração pelo Prefeito Municipal e lotação nas diversas Secretarias do Município, cujo Quadro passa a ter a seguinte formatação:

Quadro 03

Direção e Assessoramento Estratégico – D A E

Símbolo	Vencimento	Pessoal de Carreira	Cargo	Hrs/Sem	Vagas
DAI	R$ 3.800,00	VB + 25%	Supervisor Administrativo de Pessoal	40h	1
DAI	R$ 3.600,00	VB + 25%	Supervisor Administrativo/Financeiro	40h	2

DAE	R$ 3.000,00	VB + 25%	Assessor Técnico	40h	4
DAE	**R$ 2.800,00**	**VB + 25%**	**Diretor de Departamento**	**40h**	**20**
DAE	R$ 2.000,00	VB + 25%	Chefe de Departamento	40h	50
DAE	R$ 1.200,00	VB + 25%	Chefe de Divisão	40h	91
DAE	R$ 1.000,00	VB + 25%	Assessor Operacional de Divisão	40h	20
DAE	R$ 998,00	VB + 25%	Monitor de Setor	40h	36
TOTAL DE VAGAS					**224**

Art. 3º - Os recursos orçamentários para atender a presente lei, serão os seguintes:

ORGÂO 05-Secretaria Municipal de Planejamento, Fazenda e Administração

UNIDADE 001-Gabinete do Secretario

FUNÇÃO 04 - Administração

SUBFUNÇÃO 122 – Administração Geral PROGRAMA 0008 – Gestão para Resultados

AÇÃO 20110 – Manutenção da Atividades da SPLAFA

REDUZIDO 114 -Elemento de Despesa 3.1.90.11.00.00 Vencimentos e Vantagens Fixas-Pessoal Civil

FONTE DE RECURSO – 0.1.00.000000 Recursos Ordinários

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do prefeito Municipal de Colíder-MT, em 11 de março de 2019.

NOBORU TOMIYOSHI

Prefeito Municipal de Colíder-MT

DEPARTAMENTO DE PROJETOS
LEI Nº 3043/2019

"DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO PARA A ABERTURA DE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO PROGRAMA 2019 DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Projeto de Lei Nº 024/2019

Autor: Poder Executivo

O Excelentíssimo Senhor **NOBORU TOMIYOSHI**, **PREFEITO DO MUNICIPIO DE COLIDER, ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso de suas atribuições legais, encaminha para deliberação da Câmara Municipal de Vereadores, o seguinte projeto de lei:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar no valor de até R$ 166.000,00 (cento e sessenta e seis mil reais), destinados ao Fundo Municipal de Saúde.

Artigo 2º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Suplementar no Orçamento Programa 2019, a seguinte dotação orçamentária:

Código Reduzido:	292	
Órgão/Unidade:	07 001	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE-FMS
Funcional-Programática:	10301004310310	
Funcão:	10	SAUDE
Subfunção:	301	ATENCAO BASICA
Programa:	0043	EDIFICACOES PUBLICAS
Ação:	10310	CONSTRUCAO/REFORMA/AMPL/READEQ/SEMSAS
Elemento de Despesa:	4490510000	OBRAS E INSTALACOES
Fonte de Recurso:	0.1.02.	RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - SAÚDE
Fundo:	3	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
Valor:	166.000,00	

Artigo 3º - Para dar Cobertura aos Créditos Abertos, conforme descrito no artigo anterior serão utilizados os recursos àqueles mencionados no Inciso III do §1º do art. 43 da Lei 4.320/1964, oriundos de anulação parcial ou total das seguintes dotações orçamentárias.

Código Reduzido:	384		
Órgão/Unidade:	07	001	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE-FMS
Funcional-Programática:	10301004420430		
Funcão:	10	SAUDE	
Subfunção:	301	ATENCAO BASICA	
Programa:	0044	PROMOCAO A SAUDE DE QUALIDADE	
Ação:	20430	BLOCO INVESTIMENTOS EM ATENÇÃO BÁSICA ESPECIALIZADA	
Elemento de Despesa:	4490520000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
Fonte de Recurso:	0.1.47.	TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DO SUS BLOCO DE INVESTIMENTO	
Valor:	166.000,00		

Artigo 4º - Fica igualmente autorizado a atualização na Lei Municipal nº 3021/2018 - LDO 2019 e Lei Municipal nº 2953/2017 - PPA 2018/2021, as alterações orçamentárias descritas nos artigos desta lei.

Artigo 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação em local de costume, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Colíder – MT, em 11 de março de 2019.

NOBORU TOMIYOSHI

Prefeito Municipal de Colíder-MT

DEPARTAMENTO DE PROJETOS
LEI Nº 3041/2019

SUMULA: AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

Projeto de Lei nº 022/2019

Autoria: Poder Executivo

NOBORU TOMIYOSHI, PREFEITO DO MUNICIPIO DE COLIDER, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, encaminha para deliberação da Câmara Municipal de Vereadores, o seguinte projeto de lei:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Especial no valor de até R$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais), destinado a Secretaria Municipal de Ação Social.

Artigo 2º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a acrescentar em seu Orçamento Programa 2019 a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 09 – Secretaria Municipal de Ação Social		
Unidade: 001 – Fundo Municipal de Assistencia Social		
Função: 08 – Assistência Social		
SubFunção: 241 – Assistência ao Idoso		
Programa: 0041 – Multiculturalidade, Diversidade e Inclusão Social.		
Ação: 10520 – Serviços de Assistência ao Idoso		
Fonte: 100 – Recursos Ordinários		
Natureza da Despesa:		
33504100 – Contribuições	R$	36.000,00
TOTAL DA AÇÃO	**R$**	**36.000,00**

Artigo 3º - O presente credito adicional, ampara-se no artigo 40 e 43 da Lei nº 4.320/64 de 17 de março de 1964, e os recursos utilizados são os previstos no inciso III do § 1º do Artigo 43 da lei citada, ou seja, os resultantes de anulação parcial ou total das dotações orçamentárias abaixo descritas.

Órgão: 09 – Secretaria Municipal de Ação Social			
Unidade: 001 – Fundo Municipal de Assistencia Social			
Função: 08 – Assistência Social			
SubFunção: 241 – Assistência ao Idoso			
Programa: 0041 – Multiculturalidade, Diversidade e Inclusão Social.			
Ação: 10520 – Serviços de Assistência ao Idoso			
Fonte: 100 – Recursos Ordinários			
Natureza da Despesa:			
Red. 594	3.3.90.30 – Material de Consumo	R$	10.000,00
Red. 595	3.3.90.39 – Outros Serviçso de Terceiros – PJ	R$	10.000,00
Red. 596	4.4.90.51 – Obras e Instalações	R$	10.000,00
TOTAL DA AÇÃO		**R$**	**30.000,00**

Órgão: 09 – Secretaria Municipal de Ação Social			
Unidade: 001 – Fundo Municipal de Assistencia Social			
Função: 08 – Assistência Social			
SubFunção: 241 – Assistência ao Idoso			
Programa: 0026 – Infraestrutura e Sustentabilidade Socioambiental.			
Ação: 10720 – Construir e Manter Piscina Térmica com Cobertura			
Fonte: 100 – Recursos Ordinários			
Natureza da Despesa:			
Red. 590	3.3.90.36 – Outros Serviçso de Terceiros – PF	R$	1.000,00
Red. 592	4.4.90.51 – Obras e Instalações	R$	5.000,00
TOTAL DA AÇÃO		**R$**	**6.000,00**
TOTAL GERAL		**R$**	**36.000,00**

Artigo 4º - Fica igualmente autorizado a atualização na Lei Municipal nº 3021/2018 - LDO 2019 e Lei Municipal nº 2953/2017 - PPA 2018/2021, as alterações orçamentárias descritas nos artigos desta lei.

Artigo 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Colíder – MT, em 11 de março de 2019.

NOBORU TOMIYOSHI

Prefeito Municipal de Colíder-MT

DEPARTAMENTO DE PROJETOS
LEI Nº 3042/2019

"DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO PARA A ABERTURA DE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO PROGRAMA 2019 DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Projeto de Lei Nº 023/2019

Autor: Poder Executivo

O Excelentíssimo Senhor **NOBORU TOMIYOSHI**, **PREFEITO DO MUNICIPIO DE COLIDER, ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso de suas atribuições legais, encaminha para deliberação da Câmara Municipal de Vereadores, o seguinte projeto de lei:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar no valor de até R$ 152.000,00 (cento e cinquenta e dois mil reais), destinados à Secetaria Municipal de Infraestrutura, Obra e Urbanismo.

Artigo 2º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Suplementar no Orçamento Programa 2019, a seguinte dotação orçamentária:

Código Reduzido:	832	
Órgão/Unidade:	10 001	SEC.MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, OBRA E URBANISMO
Funcional-Programática:	15451003210570	
Funcão:	15	URBANISMO
Subfunção:	451	INFRA-ESTRUTURA URBANA
Programa:	0032	SEGURANCA E FLUIDEZ VIARIA
Ação:	10570	PAVIMENTACAO, DRENAGEM E OBRAS COMPLEMENTARES.
Elemento de Despesa:	4490510000	OBRAS E INSTALACOES
Fonte de Recurso:	0.1.00.	RECURSOS ORDINÁRIOS
Valor:	152.000,00	

Artigo 3º - Para dar Cobertura aos Créditos Abertos, conforme descrito no artigo anterior serão utilizados os recursos àqueles mencionados no Inciso III do §1º do art. 43 da Lei 4.320/1964, oriundos de anulação parcial ou total da seguinte dotação orçamentária.

Código Reduzido:	831	
Órgão/Unidade:	10 001	SEC.MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, OBRA E URBANISMO
Funcional-Programática:	15451003210570	
Funcão:	15	URBANISMO
Subfunção:	451	INFRAESTRUTURA URBANA
Programa:	0032	SEGURANCA E FLUIDEZ VIARIA
Ação:	10570	PAVIMENTACAO, DRENAGEM E OBRAS COMPLEMENTARES.
Elemento de Despesa:	4490510000	OBRAS E INSTALACOES
Fonte de Recurso:	0.1.24	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS - OUTROS
Valor:	152.000,00	

Artigo 4º - Fica igualmente autorizado a atualização na Lei Municipal nº 3021/2018 - LDO 2019 e Lei Municipal nº 2953/2017 - PPA 2018/2021, as alterações orçamentárias descritas nos artigos desta lei.

Artigo 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação em local de costume, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Colíder – MT, em 11 de março de 2019.

NOBORU TOMIYOSHI

Prefeito Municipal de Colíder-MT

DEPARTAMENTO DE PROJETOS
TERMO DE CONVÊNIO Nº 005/2019 CONVÊNIO CELEBRADO ENTRE

O MUNICÍPIO DE COLIDER, ESTADO DE MATO GROSSO E ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS – APAE - COLÍDER.

Em 11 de março de 2019, na sede do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o n° 15.023.930/0001-38, neste ato representando por seu Prefeito Municipal, Senhor **NOBORU TOMIYOSHI,** brasileiro, casado, portador da CI/RG nº 15.462.376 - SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o n° 074.079.168-02, doravante denominado de **MUNICÍPIO**, e de outro lado **ASSOCIADOS DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS – APAE – COLÍDER-MT,** instituição jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF sob o n° 01.301.167/0001-55, estabelecida na Rua Luiz Aldori Neves Fernandes nº. 739, Setor Leste, centro, cidade de Colíder, neste ato representado por seu Presidente, Sr. **EMILIO DO SANTO MORELATO,** brasileiro, portador da CI/RG n° 3.265.396-0 SSP/RS e inscrito no CPF/MF sob o n° 467.667.909-20, doravante denominada de **APAE,** celebram o presente convenio, observando as disposições legais vigentes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente convênio foi autorizado pela Lei Municipal n°. 3037 de 11 de março de 2019 e será regido por esta, no que couber, e demais legislações aplicáveis à matéria.

CLAUSULA SEGUNDA – DA APROVAÇÃO DA MINUTA

A minuta do presente Convênio foi aprovada pela Assessoria Jurídica do MUNICÍPIO, após análise do Plano de Trabalho e sanção da Lei autorizativa.

CLAUSULA TERCEIRA – DO OBJETO

O presente Convênio tem como objeto o apoio financeiro a título de ajuda de custo que foi autorizado ao MUNICÍPIO prestar para a APAE, e esta por sua vez se responsabiliza pela aplicação de tais recursos para a manutenção da instituição, conforme Plano de Trabalho em anexo.

CLAUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

O MUNICÍPIOse obriga a efetuar a contribuição financeira de que trata a Cláusula Terceira deste Convênio a quantia equivalente R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), para o exercício de 2017, promovendo as transferências à APAE de tais recursos.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA APAE

a) A APAE deverá apresentar o plano de trabalho, o qual uma vez aprovado fará parte integrante deste convênio.

b) A APAE seobriga a empregar a integralidade dos recursos que lhe são destinados por força deste Convênio, exclusivamente nas metas e objetos do presente ajuste consoante especificado na Cláusula Terceira, bem como prestar contas dos valores recebidos em conformidade com o que dispõe a Instrução Normativa SCV SISTEMA DE CONVÊNIOS E CONSÓRCIOS Nº 12, de 13 de novembro de 2009.

c) A APAE deverá prestar contas mensalmente, conforme dispõe o item 4. 1. da Instrução Normativa SCV SISTEMA DE CONVÊNIOS E CONSÓRCIOS Nº 12, de 13 de novembro de 2009, bem como deverá no prazo de 60 (sessenta) dias, após o término do convênio, prestar as contas finais, na forma do que dispõe o item 2.2.2. da Instrução Normativa SCV SISTEMA DE CONVÊNIOS E CONSÓRCIOS Nº 12, de 13 de novembro de 2009.

d) A APAE deverá efetuar a abertura de uma conta corrente, em banco oficial para a movimentação dos recursos, objeto deste convênio.

e) A APAE deverá efetuar a aplicação no mercado financeiro de eventuais saldos financeiros objeto do convênio, enquanto não utilizados, quando a previsão de uso for igual ou superior a um mês.

f) A APAE deverá efetuar a devolução de saldos financeiros remanescentes, inclusive de encargos que não forem utilizados na execução do convênio, no prazo de 30 (trinta) dias, a iniciar-se da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção do convênio, acordo ou ajuste, sob pena de instauração de Tomada de Contas Especial.

g) A APAE deverá apresentar comprovantes de gastos, representados por notas fiscais, faturas ou recibos, em conformidade com o fornecedor, referentes ao respectivo período do convênio e ainda toda a documentação fiscal.

h) A APAE deverá apresentar a documentação institucional e sua regularidade fiscal, cujos documentos passam a fazer parte integrante deste.

i) A inexecução parcial ou total deste convênio, por parte da APAE implicará na suspensão imediata das transferências das demais parcelas vincendas.

CLÁUSULA SEXTA – DOS RECURSOS

Para a consecução do objeto deste Convênio, o **MUNICIPIO** concorrerá com despesas na ordem de R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) para o exercício de 2019, em 10 (Dez) parcelas mensais, sendo a 1ª parcela no valor de R$ 37.500,00(Trinta e Sete Mil e Quinhentos Reais) e as 09 (Nove) parcelas restantes no valor de R$ 12.500,00 (Doze mil e Quinhentos Reais) sucessivas cujas transferências deverão ser efetivadas, respectivamente, em conta corrente bancária da **APAE** e por conta da seguinte dotação orçamentária:

06-SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER

06.002-FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

06.002.12-EDUCAÇÃO

06.002.12.367-EDUCAÇÃO ESPECIAL

06.002.12.367.0018-EDUCAÇÃO BÁSICA DE QUALIDADE

06.002.12.367.0018.2.015-MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA EDUC. ESPECIAL

06.002.12.367.0018.2.015 335043.00.00 SUBVENÇÕES SOCIAIS

Parágrafo único - O valor de que trata o caput da cláusula acima, será repassado a APAE,após a assinatura do Convênio e respectivo empenho, junto à Tesouraria do MUNICÍPIO.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO

O presente Convênio entrará em vigor na data de sua assinatura, e terminará em 31 de dezembro de 2.019.

CLÁUSULA OITAVA – DA RECISÃO

O presente Convênio poderá ser reincidido por qualquer dos participes, resguardada a responsabilidade das obrigações decorrentes do prazo em que estava em vigor, bem como os benefícios adquiridos nesse período.

CLÁUSULA NONA – DA ALTERAÇÃO

O presente Convênio poderá ser alterado a qualquer momento por mútuo consentimento entre as partes, através de instrumento aditivo, com exceção do seu objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA PUBLICAÇÃO

O MUNICÍPIO providenciará as suas expensas a publicação do extrato do presente Convênio em conformidade com a legislação vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS DIVERGÊNCIAS

Os participes elegem o foro da Comarca de Colíder, Estado de Mato Grosso, sede do MUNICÍPIO, com expressa renuncia a qualquer outro por mais privilegiado que possa vir a ser, para apreciar e julgar as divergências oriundas do presente Convênio.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS COPIAS

Serão extraídas as seguintes cópias do presente Convênio.

a) Duas para o MUNICIPIO; b) Uma para a APAE; c) Uma em extrato, para publicação.

E por assim acordarem, os participes declaram aceitar todas as disposições estabelecidas no presente Convênio que, lido e achado conforme, vai assinado pelos representantes e testemunhas a seguir, a todos o ato presente.

Colíder/MT, em 11 de março de 2019.

MUNICIPIO DE COLIDER

NOBORU TOMIYOSHI

Prefeito Municipal de Colíder-MT

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS – APAE

EMILIO DO SANTO MORELATO

Presidente

Testemunhas:

_____

_____

NOME: NOME:

RG: RG:

CPF: CPF:

DEPARTAMENTO DE PROJETOS
LEI Nº 3045/2019

"DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO PARA A ABERTURA DE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO PROGRAMA 2019 DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Projeto de Lei Nº 026/2019

Autor: Poder Executivo

O Excelentíssimo Senhor **NOBORU TOMIYOSHI**, **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE COLÍDER, ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso de suas atribuições legais, encaminha para deliberação da Câmara Municipal de Vereadores, o seguinte projeto de lei:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar no valor de até R$ 110.000,00 (cento e dez mil reais), destinados ao Fundo Municipal de Saúde.

Artigo 2º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Suplementar no Orçamento Programa 2019, a seguinte dotação orçamentária:

Código Reduzido:	292		
Órgão/Unidade:	07	001	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE-FMS
Funcional-Programática:	10301004310310		
Funcão:	10	SAUDE	
Subfunção:	301	ATENCAO BASICA	
Programa:	0043	EDIFICACOES PUBLICAS	
Ação:	10310	CONSTRUCAO/REFORMA/AMPL/READEQ/SEMSAS	
Elemento de Despesa:	4490510000	OBRAS E INSTALACOES	
Fonte de Recurso:	0.1.02.	RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - SAÚDE	
Fundo:	3	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
Valor:	110.000,00		

Artigo 3º - Para dar Cobertura aos Créditos Abertos, conforme descrito no artigo anterior serão utilizados os recursos àqueles mencionados no Inciso III do §1º do art. 43 da Lei 4.320/1964, oriundos de anulação parcial ou total das seguintes dotações orçamentárias.

Código Reduzido:	384		
Órgão/Unidade:	07	001	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE-FMS
Funcional-Programática:	10301004420430		
Funcão:	10	SAUDE	
Subfunção:	301	ATENCAO BASICA	
Programa:	0044	PROMOCAO A SAUDE DE QUALIDADE	
Ação:	20430	BLOCO INVESTIMENTOS EM ATENÇÃO BÁSICA ESPECIALIZADA	
Elemento de Despesa:	4490520000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	

Fonte de Recurso:	0.1.47.	TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DO SUS BLOCO DE INVESTIMENTO
Valor:	110.000,00	

Artigo 4º - Fica igualmente autorizado a atualização na Lei Municipal nº 3021/2018 - LDO 2019 e Lei Municipal nº 2953/2017 - PPA 2018/2021, as alterações orçamentárias descritas nos artigos desta lei.

Artigo 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação em local de costume, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Colíder – MT, em 11 de março de 2019.

NOBORU TOMIYOSHI

Prefeito Municipal de Colíder-MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA

PORTARIA N° 013, DE 08 DE MARÇO DE 2019

PORTARIA N° 013, de 08 de março de 2019

O Presidente da Câmara Municipal de Colniza/MT, no uso legal de suas atribuições estabelecidas em Lei;

Considerando que o Presidente da Câmara Municipal e demais vereadores, estarão em viagem para a Capital do Estado Cuiabá – MT, para cumprirem agenda em reuniões para tratarem de assuntos de interesse do município.

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica ADIADA a 4ª (quarta) Sessão Ordinária do dia 11/03/2019, para o dia 18/03/2019, às 19h30min.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrario.

Registra-se. Publica-se. Cumpra-se.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Colniza/MT, 08 de março de 2019.

Jesineison de Aguiar Brandão

Presidente

DEPARTAMENTO DE AQUISIÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2019

PROCESSO: 27.116/2019

A Prefeitura Municipal de Colniza/MT faz saber aos interessados que se fará LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL. A presente licitação tem por objetoa **AQUISIÇÃO DE 02 (DOIS) CAMINHÕES CAÇAMBA, SENDO (01) UM CAMINHÃO CAÇAMBA TRAÇADO 6X4 ZERO KM, AQUISIÇÃO ATRAVES DO CONVENIO Nº 865409/2018/SUDECO, E (01) UM CAMINHÃO CAÇAMBA TRAÇADO 6X4 ZERO KM, AQUISIÇÃO ATRAVES DO CONVENIO Nº 867696/2018/SUDAM.** Rege a presente licitação, a Lei Federal 10.520/02, o Decreto Municipal nº. 160/2009 e 030/GP/2019, a Lei Complementar n° 123 de 14 de dezembro de 2007, o Decreto nº 7.892/2013 e a Lei nº. 8.666/93 e demais legislações aplicáveis. A abertura desta licitação ocorrerá no dia **27 de Março de 2019, às 08h00min (oito) horas,** no Departamento de Licitação da Prefeitura Municipal de Colniza – MT no endereço Av. dos Pinhais 207 Centro, Colniza – MT. Qualquer dúvida entrar em contato pelo endereço já mencionado pelo **e-mail: licitacao@colniza.mt.govou pelo telefone (066) 3571-1000.**

Colniza – MT, 11 de março de 2019.

Vânia Orben

Pregoeira Oficial

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 095/GP/2019

PORTARIA Nº 095/GP/2019, DE 11 DE MARÇO DE 2019.

CELSO LEITE GARCIA, Prefeito Municipal de Colniza – MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

ART. 1º - Exonera a pedido, nos moldes do Art. 41 da Lei Municipal nº. 499/2011 – Estatuto do Servidor Público, a Servidora **Elaine Machado da Silva,** matricula nº. 6343, portadora da Carteira de Identidade RG. nº 759652 SSP/RO e CPF n° 730.003.102-15, Concursada no cargo de Assistente Social, 30 horas, Vinculada a Secretaria Municipal de Trabalho, Emprego, Cidadania e Assistencia Social.

ART. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registra-se, Publique-se, e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 11 de março de 2019.

Certidão de Publicação
Certifico que o presente ato foi publicado nesta data por afixação no quadro de avisos da Prefeitura Municipal Colniza-MT.
Colniza/MT, em 11 de março de 2019.

Elvira Mund da Costa
Secretária Adjunta de Administração

CELSO LEITE GARCIA

PREFEITO MUNICIPAL

SILVANA DE OLIVEIRA REZER

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESP. PELO EXPEDIENTE – PORTARIA Nº. 088/GP/2019

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001

DEPARTAMENTO DE CONTRATOS
EXTRATO DE CONTRATO Nº 005/2019

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA – MT.

CONTRATADO: Empresa Agenda assessoria, Planejamento e Informática Ltda, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 00.59.307/0001-68, sediada no município de Cuiabá/MT, na Rua Barão de Melgaço nº 3988, Bairro Centro Norte

OBJETO RESUMIDO DO CONTRATO: prestação de serviços de gestão administrativa – do tipo Jurídico e Contábil para Operacionalização do Passivo Previdenciário do EPPS

VALOR DO CONTRATO

R$ 26.030,08 (vinte e seis mil e trinta reais e oito centavos)

DATA EMISSÃO: 01/02/2019

INICIO DA VIGENCIA: 01/02/2019

DATA VENCIMENTO: 01/04/2019

TIPO LICITAÇÃO: Dispensa de Licitação 002/2019

DEPARTAMENTO DE CONTRATOS
EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO Nº 095/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA – MT.

CONTRATADO: LOI LOPES, brasileira, solteira, portadora do RG sob nº 101.777.191 SSP/RJ e do CPF nº 186.982.318-45.

OBJETO RESUMIDO DO CONTRATO: Prorrogação da vigência do Contrato de locação de imóvel firmado entre as partes em 18/08/2018 nos termos previsto no inc. II do art. 57 da Lei 8.666/1993.

DATA EMISSÃO: 11/03/2019

DATA INÍCIO DA VIGÊNCIA: 20/04/2019

DATA VENCIMENTO: 20/08/2019

TIPO LICITAÇÃO: Dispensa de Licitação nº 012/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

EDITAL COMPLEMENTAR Nº. 006/2019

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 001/2019

EDITAL COMPLEMENTAR Nº. 006/2019

HOMOLOGA O RESULTADO FINAL DOS CANDIDATOS INSCRITOS

A presidente da Comissão do Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2019, no uso de suas atribuições e visando o principio da publicidade.

Considerando a apreciação da avaliação dos inscritos.

RESOLVE:

I - Divulgar a Classificação Geral do seletivo simplificado nº 001/2019 para fins de homologação;

II – Comunicar que não mais será concedido prazo para apresentação de recursos;

III – Informar que, para a convocação dos candidatos aprovados, será obedecida a ordem de classificação divulgada no anexo deste edital complementar.

Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Secretaria Municipal de Educação e Cultura Comodoro, Estado de Mato Grosso, aos 11 dias do mês de março de 2019.

Maria Cristina Queiroz dos Santos Presidente da Comissão do Processo Seletivo Simplificado 001/2019

EDUCAÇÃO URBANA - AUXILIAR DE SERVIÇO DE CRECHE - CADASTRO RESERVA

Ordem	Nome	Resultado Final
01	Maysa de Souza Martins	72,8
02	Ioni Dias Nogueira	60,8
03	Laudicéia de Menezes Borges	53,2
04	Maria Aparecida Barbosa da Silva	50,8
05	Jéssica Viviane de Arruda	48,8
06	Alessandra Evangelista da Silva	45,5
07	Luana Pâmela Cordeiro de Sousa Belmont	44,0
08	Rosangela Almeida Teodoro de Jesus	43,25
09	Sirlene Simone Dall Alba	42,52
10	Alcineia Cardoso Rangel	42,15
11	Rosicler Aparecida de Oliveira	42,0
12	Kamila da Silva Carvalho Iank	41,3
13	Mirani Dias Nunes	40,85
14	Valeria de Almeida Penido	39,95
15	Aparecida Almeida Santos	39,35
16	Adotiva Mauricio Duarte de Almeida	37,85
17	Jarcielly da Silva Mendes	37,35
18	Divina Leonarda da Silva	35,4
19	ElisvandaBuson dos Santos Silva	34,85
20	Maiby Franciele de Souza e Souza Teófilo	34,15
21	Cristiane Piovesan	34,0
22	Fabiana dos Passos Soares	33,95
23	Suely Soares Lages	33,62
24	Glauce Thais Camargo Bonfim	32,65
25	Eva Elaine P. R. Marques	32,4
26	Thais Cavalcante Vieira	32,3
27	Josiane Maria Cardoso	30,17
28	Lucineia Ferreira da Silva	29,75
29	Silvana Barroso Batista	29,57
30	Josiane de Azevedo Costa	29,15
31	Yana Costa Fernandes	28,3
32	Eloiza Dutra Pereira Martins	28,0
33	Nayara Cristina Rosa de Souza	27,0
34	Marley Gomes do Nascimento	26,87
35	Maria Lucia de Oliveira Zaiaz	25,8
36	Jaqueline Pereira da Silva	25,5
37	Maria Helena de Araujo	25,45
38	Tatiane Pereira Machado	25,2
39	NatallyGabrielli Souza Polli	25,0
40	Chirley Pereira Charão de Siqueira	24,9
41	Ana Paula Rodrigues Elias	23,8
42	Beatriz Andrade Soares	23,4
43	Antonia Ivonete Neri Freitas	22,5
44	Mayara da Silva Rios	22,35
45	Helena Batista de Oliveira	22,1
46	Eneis Dolores Amador	20,8
47	Josenei Camargo	20,7
48	Andressa Aparecida Silva	19,0
49	Marlei de Lima	Não compareceu
50	Janilse Aparecida M. Fank	Não compareceu

EDUCAÇÃO URBANA - MONITOR DE EDUCAÇÃO BASICA - CADASTRO DE RESERVA

Ordem	Nome	Resultado final
01	Karina de Aguiar Gomes Moura	41,0
02	Cintia Viviane Alves	39,75
03	Silvan Pereira do Carmo	35,45
04	Marilza dos Santos Alecrim	32,2
05	Danielli Aparecida Oliveira Klauss	32,07
06	Lindomar de Oliveira Zaiaz	32,0
07	Carlos Eduardo Barbosa de Souza	28,05
08	Cristiana Lima de AraujoHegner	27,3
09	Jéssica Letícia Felix Souza	25,0
10	Cristiane Nascimento da Silva	23,1
11	Wender Bueno de Brito	23,0
12	Adeilde Pereira Moraes	20,0
13	Yuraima Josefina Barbosa Farfan	19,0
14	Janaina Santos de Souza	17,5
15	Airton Soares	16,0
16	Janaina Sant'Anna Peres	Não compareceu
17	Raquel Maria de Souza	Não compareceu
18	Danila Rodrigues Machado	Não compareceu

EDUCAÇÃO DO CAMPO - PROFESSOR PII/PIII – CADASTRO DE RESERVA

E.M. Professor Vitor Quintiliano			
Ordem		Nome	Resultado Final
01		Marcos Antonio Gonçalves da Silva	64,25
02		Andréia Bezerra da Silva Elias	53,8
03		Adielson Gonçalves de Lima	36,9
04		Dheyeisson Lopes Santos	29,4
05		André Ramos da Silva	Não compareceu
E.M. Tiago Elias Fernandes			
Ordem		Nome	Resultado Final
01		Jarbas Selos Manfroi	24,5
E.M. Tiago Elias Fernandes Extensão Vale do Guaporé			
Ordem		Nome	Resultado Final
01		Alequis Fernandes de Barros	52,3

	02	Deiliane Soares Pinheiro	43,1
	E.M. Tiago Elias Fernandes Extensão Clodoaldo Fernandes		
	Ordem	**Nome**	**Resultado Final**
	01	Onoria Batista Aleyne dos Santos	37,9
	E.M. Tiago Elias Fernandes Extensão Rosa Kasinski		
	Ordem	**Nome**	**Resultado Final**
	01	Pamela Daiane Honorato	35,8
	02	Izauro Medeiros	26,9
	E.M. Darcy Ribeiro		
	Ordem	**Nome**	**Resultado Final**
	01	Roseli dos Reis Barbosa	56,7
	02	Rozemere Lopes Oliveira	46,2
	03	Maria das Graças Alves de Oliveira	43,1
	04	Andréia Dias Furtado	31,5
	05	Lessa Thainá Berwing	26,0

EDUCAÇÃO DO CAMPO - MONITOR DE EDUCAÇÃO BASICA

E.M. Tiago Elias Fernandes		
Ordem	**Nome**	**Resultado Final**
01	Lucimar Moraes dos Santos	44,4
02	Denilza Nunes Siqueira Almeida	33,25
03	Ediléia Machado Gomes	33,1
04	Paulo Ricardo Correa Rodrigues	26,55
05	Angela Maria Alves Silva	19,9
06	Danubia Heinsch de Araujo	Não compareceu
E.M. Tiago Elias Fernandes Extensão Rosa Kasinski		
Ordem	**Nome**	**Resultado Final**
01	Greice Kelli de Souza	24,25

EDUCAÇÃO DO CAMPO - AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

E.M. Darcy Ribeiro		
Ordem	**Nome**	**Resultado Final**
01	Maria Inês Neves de Souza	57,8
02	Sonia Ferreira da Silva	37,27
03	Aldemaria Rosa Madureira Custodio	35,3
E.M. Tiago Elias Fernandes Extensão Vale do Guaporé		
Ordem	**Nome**	**Resultado Final**
01	Vanessa Grava Souza	24,7
E.M. Tiago Elias Fernandes Extensão Tancredo Neves		
Ordem	**Nome**	**Resultado Final**
01	Wilcima Campos Souza	Não compareceu

EDUCAÇÃO INDIGENA - PROFESSOR PII/PIII

E.M.I. Vale do Guaporé		
Ordem	**Nome**	**Resultado Final**
Não houve inscrito		
E.M.I. Vale do Guaporé Sala Anexa Alantesu		
Ordem	**Nome**	**Resultado Final**
01	Reginaldo Assis Almeida	52,45
E.M.I. Vale do Guaporé Extensão Wanunsu		
Não houve inscrito		
E.M.I. Vale do Guaporé Extensão Alantin		
Não houve inscrito		
E.M.I. Vale do Guaporé Extensão Kayriensu		
Ordem	**Nome**	**Resultado Final**
01	Angela Sant'Anna Peres	40,15
02	Mauricio Alves de Souza	22,5
E.M.I. Vale do Guaporé Extensão Jacaré		
Não houve inscrito		
E.M.I. Vale do Guaporé Extensão Manairisu		
Ordem	**Nome**	**Resultado Final**
01	Maria de Fatima Ornelas Meneguci	43,4
E.M.I. Nambiquara		
Ordem	**Nome**	**Resultado Final**
01	Seila Maria Alves	42,15
E.M.I. Nambiquara Extensão Barracão Queimado		
Ordem	**Nome**	**Resultado Final**
01	Angela Carvalho de Assis	50,71
02	Clarice Freire Zuffo	47,35
03	Rosa Maria de Souza Pereira	45,6
04	Maria Valdenira Mota da Silva	42,7
05	Lucineide Maria da Silva	42,47
06	Célia Cardoso Coelho	32,9
07	Raytiby Natalie Cordeiro da Silva	32,2
08	Ivone Honoria da Silva Barbosa	24,5
E.M.I. Nambiquara Extensão Kithãulu		
Não houve inscrito		
PROFESSOR INDIGENA ANOS INICIAIS		
E.M.I. Nambiquara		
Ordem	**Nome**	**Resultado Final**
01	Laurinda Nambikuara	31,1
02	Jaime Nambikuara	31,05
E.M.I. Nambiquara Extensão Barracão Queimado		
Ordem	**Nome**	**Resultado Final**
01	Adilson Nambikuara Wakalitesu	26,7
02	Cleide Kithaulu Nambikuara	20,5
03	JurandiKithãulu	18,25
E.M.I. Vale do Guaporé Extensão Manairisu		
Ordem	**Nome**	**Resultado Final**
01	Ademir Hahaintesu	23,8
E.M.I. Vale do Guaporé		
Não houve inscrito		
E.M.I. Vale do Guaporé Sala Anexa Alantesu		
Não houve inscrito		

EDUCAÇÃO INDIGENA - AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

E.M.I. Nambiquara Extensão Barracão Queimado		
Ordem	**Nome**	**Resultado Final**
01	Claci Teresinha Marquardt	27,85
02	Maria Rodrigues de Souza	23,6
E.M.I. Nambiquara		
Ordem	**Nome**	**Resultado Final**
01	Madilena Nambikuara Wakalitesu	21,6
02	GleiciaraNambiquara da Silva Terena	18,4
E.M.I. Vale do Guaporé Extensão Manairisu		
Não houve aprovado		

CÂMARA MUNICIPAL DE COMODORO - PORTARIA Nº 028/2019 DE 01/03/2019

PORTARIA Nº 028/2019 DE 01/03/2019

JOÃO FERNANDES DA SILVA, Presidente da Câmara Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, Biênio 2019/2020, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei,

Considerando o Requerimento do Servidor interessado que formula pedido de evolução na carreira;

Considerando o cumprimento dos preceitos legais exigidos, tanto no que se refere aos interstícios de anos, quanto à documentação comprobatória;

Considerando o Parecer da Procuradoria Jurídica Legislativa e em consonância com as Leis Municipais nº 1.257/2010 de 29/06/2010 – PCCV e 1.328/2011 de 29/07/2011 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

R E S O L V E

Art. 1º. Conceder **PROGRESSÃO HORIZONTAL** ao servidor **SIDNEI DE PAULA**, por ter obtido Curso Superior de Gestão em Segurança Pública e Privada, passando para a **CLASSE "E"**, constante do anexo II da Lei Municipal 1.257/2010 de 29/06/2010, bem como suas alterações.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos retroativos a 01/03/2019.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, ao primeiro dia do mês de março do ano de dois mil e dezenove.

João Fernandes da Silva - **Presidente**

Registre-se e Publique-se:

Wender Bier de Souza - 1º Secretário

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA

ADMINISTRAÇÃO / LICITAÇÃO
PORTARIA 28/2019 ADM DE 07 DE MARÇO 2019.

DISPÕE SOBRE A SUBSTITUIÇÃO DE FISCAL DE ATAS E CONTRATOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o servidor público municipal **HUDSON KENNEDY DE SOUSA SILVA**, CPF: 059.110.693-00, em substituição ao servidor público municipal **JOSÉ CARNEIRO DA SILVA**, CPF: 545.890.961-53 nos seguintes documentos:

Atas nr° 108/2018, 110/2018, 121/2018, 10/2019, 15/2019, 16/2019 e 17/2019;

Contrato 63/2018 - Leide Industria e Comercio de Confecções LTDA;

Termo de Parceira 003/2019 - Instituto de Pesquisas e Gestão de Políticas Públicas - IPGP / (Organização da Sociedade Civil de interesse Público);

COMPRA DIRETA PORTARIA 58-2018.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, **com efeitos retroativos a partir de 01/02/2019**.

Art. 3º - Revogam - se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 07 de março de 2019.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 01/2019

CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 01/2019

O **Consórcio Intermunicipal de Saúde do Araguaia e Xingu**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Avenida 13 de maio nr 43, CEP: 78.652-000 - Confresa – MT, devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o nº 02.601.738/0001-30, neste ato representado, na forma de seu Estatuto, pelo Presidente Sr. **Rônio Condão Barros Milhomem, Brasileiro, Casado, empresário, residente e domiciliado na cidade de Confresa – MT, portador da Cédula de Identidade RG nº. 0875190-0 SSP/MT e inscrito no CPF sob nº 535.561.191-53**, doravante denominado simplesmente de **CONTRATANTE** a empresa **Leonardo Pereira da Silva – Serviços de enfermagem, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 30.942.426/0001-25,**chamado simplesmente de **CONTRATADO**, resolvem celebrar o presente contrato, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1. *Este contrato tem por objeto o seguinte*:

1.1 Para a Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de enfermeiro para a triagem e acompanhamento de pacientes dos municípios consorciados no pré e pós-operatório e em deslocamentos de Confresa para os centros de saúde de outras cidades no Estado de Mato Grosso e para outros Estados da Federação, conforme necessidades do consorcio intermunicipal de Saúde do Araguaia e Xingu- Cisax

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR, DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DO REAJUSTAMENTO DO PREÇO

2.1O valor global para a execução do presente contrato é de R$ **34.800,00 (trinta e quatro mil e oitocentos reais)**

2.2 Os pagamentos serão realizados por ordem bancária por meio do Banco do Brasil, creditados na conta do contratado.

2.3 Os valores fixados neste contrato não sofrerão reajustes até 03 (três) meses após a sua assinatura em caso de prorrogação, nos termos do item 8.2.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO E DA PRORROGAÇÃO DO CONTRATO

O prazo de execução do presente contrato será 01 de março de 2019 a 02 de março de 2020 com 12 (doze) parcelas no valor de R$ 2.900,00 (dois mil e novecentos reais).

O prazo de início da execução dos serviços é contado a partir da assinatura do presente contrato.

O prazo de conclusão dos serviços se dará no dia 03 de março de 2020 com o encerramento do contrato**.**

CLÁUSULA QUARTA – DO CRÉDITO PELO QUAL CORRERÃO AS DESPESAS

4.1 A execução do presente contrato será custeada com os recursos próprios previstos no Orçamento Anual do Cisax do Exercício de 2019 e 2010 na seguinte rubrica orçamentária:

Dotação 01. Consórcio Intermunicipal de Saúde do Araguaia e Xingu

001. Secretaria Executiva

10. Saúde

302. Assistência Hospitalar e Ambulatorial

003. Administração

0001. Manutenção e Encargos do consorcio – Confresa

33.90.36.00.00. Outros serviços de terceiros pessoa jurídica

CLÁUSULA QUINTA – DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

5.1 **DA CONTRATANTE**

5.1.1 Ter reservado o direito de não adquirir os produtos do contratado caso o mesmo não cumpra o estabelecido no presente contrato, aplicando ao infrator as penalidades previstas na Lei nº 8.666/93;

5.1.2 Acompanhar através da Secretaria Executiva o andamento do cumprimento do presente instrumento e expedir instruções verbais ou escritas sobre a sua execução podendo impugnar a entrega de mercadorias que estejam em desacordo com as requisições, as quais deverão ser corrigidas;

5.1.3 Efetuar os pagamentos devidos à contratada pela entrega das mercadorias de acordo com as disposições do presente contrato;

5.1.3 Denunciar as infrações cometidas pela contratada e aplicar-lhe as penalidades cabíveis nos termos da Lei nº 8.666/93;

5.1.4 Modificar ou rescindir unilateralmente o contrato nos casos previstos na Lei nº 8.666/93;

5.2 **DA CONTRATADA**

5.2.2 Assumir em caráter exclusivo, toda e qualquer responsabilidade de natureza civil, trabalhista ou previdenciária e respectivos ônus;

5.2.3 Atender a todas as exigências deste contrato e executar todas as solicitações de fornecimento assumindo todos os ônus;

5.2.4 Emitir a Nota Fiscal de entrega das mercadorias, fazendo discriminar no seu corpo a dedução dos impostos exigidos pelo fisco.

CLÁUSULA SÉXTA – DAS PENALIDADES CABÍVEIS E DOS VALORES DAS MULTAS

As penalidades contratuais aplicáveis são:

a) Advertência verbal ou escrita;

b) Multas;

c) Declaração de inidoneidade e;

d) Suspensão do direito de licitar e contratar de acordo com o Capítulo IV, da Lei nº 8.666, de 21/06/93 e alterações posteriores.

6.1 A advertência verbal ou escrita será aplicada independentemente de outras sanções cabíveis, quando houver descumprimento de condições contratuais ou condições técnicas estabelecidas.

6.2 As multas e as demais penalidades previstas são as seguintes:

a) 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor contratual, por infração a quaisquer das cláusulas do contrato;

b) 2,0% (dois por cento) sobre valor contratual restante, na hipótese de rescisão do contrato nos casos previstos em Lei, por culpa da contratada ou da contratante, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal incidente e da obrigação de ressarcir as perdas e danos que der causas;

c) Suspensão temporária de participar em licitações e impedimentos de contratar com o Cisax por prazo não superior a dois anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação do infrator perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

6.3 De qualquer sanção imposta a contratada poderá, no prazo máximo de cinco dias contados da intimação do ato, oferecer recurso à contratante, devidamente fundamentado;

6.4 As multas previstas nos itens anteriores são independentes e poderão ser aplicadas cumulativamente;

6.5 A contratada não incorrerá na multa prevista na alínea “a” acima referida, na ocorrência de caso fortuito ou de força maior, ou de responsabilidade da contratante.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS CASOS DE RESCISÃO

7.1 A rescisão do presente contrato poderá ocorrer de forma:

a) Amigável – por acordo entre as partes, reduzidas a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência técnica ou administrativa para a contratante.

b) Administrativa – por ato unilateral e escrito da Administração nos casos enumerados nos incisos I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei nº 8.666/93;

c) Judicial – nos termos da legislação processual;

8.1 A contratada reconhece os direitos da Administração em caso de rescisão administrativa prevista no Artigo 77 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

8.1 O presente contrato poderá ser alterado de acordo com o art. 65 da Lei nº 8.666/93, com as devidas justificativas conforme a seguir:

8.1.1 Unilateralmente pela Administração nos seguintes casos:

a) Quando houver modificação do objeto ou das suas especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;

b) Quando necessária à modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei;

8.1.2 Por acordo das partes:

a) Quando necessária à modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantidos o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento com relação ao cronograma financeiro fixado sem a correspondente contra prestação dos serviços; mediante termo aditivo.

8.2 Outros casos previstos na Lei nº 8.666/93, conforme inciso II do artigo 57.

CLÁUSULA NONA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL AO CONTRATO E AOS CASOS OMISSOS

9.1 Aplica-se a Lei nº 8.666, de 21/06/1993 com suas alterações posteriores e o Código Civil Brasileiro ao presente contrato e em especial aos seus casos omissos.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO PROCESSO LICITATÓRIO

O presente contrato faz parte da dispensa de licitação, realizada no dia 26 de fevereiro de 2019 para a contratação de pessoa jurídica especialista em enfermagem para atender a demanda do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Araguaia e Xingu – cisax

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

10.1 Fica eleito o Foro da Comarca de Porto Alegre do Norte – MT com recusa expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja para dirimir as dúvidas oriundas deste contrato.

Por estarem justos e contratados, mutuamente assinam o presente instrumento contratual, em 03 (três) vias de igual teor e para todos os efeitos legais, na presença de 02 (duas) testemunhas idôneas e civilmente capazes.

Confresa-MT, 01 de março de 2019

Rônio Condão Barros Milhomem Leonardo Pereira da Silva
CONTRATANTE CONTRATADA

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.25/2019

Aos 06 dias do mês de março do ano de dois mil e Dezenove, o MUNICÍPIO DE CONFRESA, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Av. Centro Oeste nº 286, Centro, Confresa - MT, devidamente inscrita no C.N.P.J./MF, sob o nº 37.464.716/0001-50, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo Prefeito Municipal o Sr. Ronio Condão Barros Milhomem, brasileiro, casado, médico, residente e domiciliado na Rua: Tancredo Neves Nº50 Setor Pavilhão nesta cidade, portador da Carteira de Identidade RG n. 0875190-0 SSP-MT e inscrito no CPF sob o n. 535.561.191-53 a seguir denominada simplesmente ÓRGÃO GERENCIADOR, institui a presente Ata de Registro de Preços (ARP), decorrente da licitação **Processo Licitatório nº 140/2018** Homologado 06/03/2019, na modalidade **Pregão Presencial nº 111/2018** da Prefeitura Municipal de Confresa-MT, cujo objetivo de eventual e futura Contratação de **Empresa para Prestar Serviço de Manutenção Preventiva e Corretiva dos Aparelhos de Ar Condicionado modelos gaveta e Split, com Fornecimento de Peças,** para atender a demanda das Secretarias do Poder Executivo Municipal, de **CONFRESA - MT**, a qual se constitui em documento vinculativo e obrigacional às partes, conforme o disposto no art. 15 da Lei nº 8.666/93, regulamentado pelo Decreto Municipal nº26 e 27/2009, de 29 de Maio de 2009 , segundo as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

A presente Ata de Registro de Preços estabelece as cláusulas e condições gerais para o registro de preços referente à **Contratação de Empresa para Prestar Serviço de Manutenção Preventiva e Corretiva dos Aparelhos de Ar Condicionado modelos gaveta e Split, com Fornecimento de Peças,** para atender a demanda das Secretarias do Poder Executivo Municipal, junto ao Município de **CONFRESA-MT**.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS ÓRGÃOS INTEGRANTES

Integra a presente ARP a PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA, localizada na Av. Centro Oeste nº286, Centro, em Confresa - MT, na qualidade de **ÓRGÃO GERENCIADOR;**

Parágrafo único – qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal poderá solicitar a utilização da presente ARP, independentemente da participação ou não na licitação em epígrafe.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

O ÓRGÃO GERENCIADOR, através da Seção de Licitação e Contratos, obriga-se a:

a) gerenciar a presente ARP, indicando, sempre que solicitado, os nomes dos fornecedores, os preços, os quantitativos disponíveis e as especificações dos materiais registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação;

b) convocar os particulares via fax, telefone ou e-mail, para assinatura da ARP e retirada da nota de empenho;

c) observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas, inclusive com solicitação de novas certidões ou documentos vencidos;

d) conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades;

e) realizar, quando necessário, prévia reunião com os licitantes objetivando a familiarização das peculiaridades do Sistema de Registro de Preços;

f) consultar os fornecedores registrados (observada a ordem de classificação) quanto ao interesse em fornecimento dos serviços a outros órgãos da Administração Pública que externem a intenção de utilizar a presente ARP;

g) comunicar aos gestores dos órgãos participantes possíveis alterações ocorridas na presente ARP;

h) coordenar a qualificação mínima dos respectivos gestores dos órgãos participantes;

i) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no edital da licitação, na presente ARP.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO PARTICIPANTE E NÃO PARTICIPANTE

O ÓRGÃO PARTICIPANTE e o ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE, através de gestor próprio indicado, obrigam-se a:

a) tomar conhecimento da presente ARP, inclusive às respectivas alterações, para fins de utilização de forma correta da mesma;

b) consultar, previamente, o ÓRGÃO GERENCIADOR objetivando a obtenção das informações necessárias à aquisição pretendida;

c) verificar a conformidade das condições registradas na presente ARP junto ao mercado local, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR, eventuais desvantagens verificadas;

d) encaminhar ao ÓRGÃO GERENCIADOR a respectiva nota de empenho;

e) enviar, no prazo máximo de **05 (cinco) dias** úteis, as informações sobre a contratação efetivamente realizada;

f) acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das obrigações contidas no edital da licitação e na presente ARP, informando ao ÓRGÃO GERANCIADOR qualquer irregularidade ou inadimplemento do particular.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

O FORNECEDOR obriga-se a:

a) assinar a ARP, retirar a respectiva nota de empenho e assinar o contrato no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da convocação, no que couber;

b) informar, no prazo máximo de 01 (um) dia, quanto à aceitação ou não do fornecimento a outro órgão da Administração Pública (não participante) que venha a manifestar o interesse de utilizar a presente ARP;

c) realizar os serviços solicitados nos prazos estabelecidos e conforme autorização de fornecimento, conforme solicitado no edital;

d) Realizar os serviços conforme especificações e preços registrados na presente ARP;

e) Realizar os serviços solicitados no respectivo endereço do órgão participante ou não participante da presente ARP, sem nenhum ônus adicional ao Município de Confresa;

f) providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERANCIADOR referentes às condições firmadas na presente ARP;

g) fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, documentação de habilitação e qualificação cujas validades encontrem-se vencidas;

h) prover condições que possibilitem o atendimento das condições firmadas a partir da data da assinatura da presente ARP;

i) ressarcir os eventuais prejuízos causados ao órgão gerenciador e participante e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas na presente ARP;

j) pagar, pontualmente, o fornecedor e cumprir com as obrigações fiscais, relativos aos materiais) entregues, com base na presente ARP, exonerando a Administração Pública de responsabilidade solidária ou subsidiária por tal pagamento;

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de até um ano, a contar da data da sua assinatura, vigorando até o dia **06 de março de 2020.**

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS PREÇOS REGISTRADOS

Os preços, as quantidades, o fornecedor e as especificações dos serviços registrados nesta Ata encontram-se indicados nos quadros abaixo, observando-se a ordem de classificação obtida no certame licitatório:

EMPRESA: **CONFRIO REFRIGERAÇÕES EIRELI.**

CNPJ: 31.023.613/0001-78 FONE/FAX: (66) 3564-1012

END.: AVENIDA 29 DE JULHO, NR°239 BAIRRO JARDIM PLANALTO CEP: 78.652-000

EMAIL: **atendimentoconfrio@gmail.com**

REPRESENTANTE LEGAL: LEONARDO MATEUS BORGES

ITENS: LOTE 01.

Especificação - Valor Unitário - Quantidade

ITEM	COD TCE	COD SISTEMA	UND	QTDE	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1	00019082	3119993	SV	6	DESINSTALAÇÃO DE CONDICIONADOR DE AR SPLIT 7.000 BTUS	47,14	282,84
2	311004-4	3119994	SV	23	DESINSTALAÇÃO DE CONDICIONADOR DE AR SPLIT 7.500 BTUS	47,10	1.083,30
3	00019083	3119995	SV	84	DESINSTALAÇÃO DE CONDICIONADOR DE AR SPLIT 9.000 BTUS	65,00	5.460,00
4	312262-0	3119996	SV	103	DESINSTALAÇÃO DE CONDICIONADOR DE AR SPLIT 12.000 BTUS	69,50	7.158,50
5	00019084	3119997	SV	86	DESINSTALAÇÃO DE CONDICIONADOR DE AR SPLIT 18.000 BTUS	74,50	6.407,00
6	00019085	3119998	SV	12	DESINSTALAÇÃO DE CONDICIONADOR DE AR SPLIT 22.000 BTUS	79,20	950,40
7	311329-9	3119999	SV	68	DESINSTALAÇÃO DE CONDICIONADOR DE AR SPLIT 24.000 BTUS	88,10	5.990,80
8	311326-4	3120000	SV	2	DESINSTALAÇÃO DE CONDICIONADOR DE AR SPLIT 30.000 BTUS	114,05	228,10
9	00019086	3120001	SV	8	DESINSTALAÇÃO DE CONDICIONADOR DE AR SPLIT 36.000 BTUS	129,10	1.032,80
10	00019087	3120002	SV	6	HIGIENIZAÇÃO E REVISÃO DE CONDICIONADOR DE AR GAVETA 7.000BTUS	69,50	417,00
11	00019088	3120003	SV	55	HIGIENIZAÇÃO E REVISÃO DE CONDICIONADOR DE AR GAVETA 7.500BTUS	56,30	3.096,50
12	00019089	3120004	SV	102	HIGIENIZAÇÃO E REVISÃO DE CONDICIONADOR DE AR GAVETA 9.000BTUS	78,00	7.956,00
13	00019090	3120005	SV	115	HIGIENIZAÇÃO E REVISÃO DE CONDICIONADOR DE AR GAVETA 12.000BTUS	79,00	9.085,00
14	00019091	3120006	SV	33	HIGIENIZAÇÃO E REVISÃO DE CONDICIONADOR DE AR GAVETA 18.000BTUS	75,00	2.475,00
15	00019092	3120007	SV	6	HIGIENIZAÇÃO E REVISÃO DE CONDICIONADOR DE AR SPLIT 7.000BTUS	71,00	426,00
16	00019093	3120008	SV	55	HIGIENIZAÇÃO E REVISÃO DE CONDICIONADOR DE AR SPLIT 7.500BTUS	71,00	3.905,00
17	00019094	3120009	SV	130	HIGIENIZAÇÃO E REVISÃO DE CONDICIONADOR DE AR SPLIT 9.000BTUS	85,00	11.050,00
18	00019095	3120010	SV	162	HIGIENIZAÇÃO E REVISÃO DE CONDICIONADOR DE AR SPLIT 12.000BTUS	138,00	22.356,00
19	00019096	3120011	SV	109	HIGIENIZAÇÃO E REVISÃO DE CONDICIONADOR DE AR SPLIT 18.000BTUS	168,00	18.312,00
20	00019097	3120012	SV	12	HIGIENIZAÇÃO E REVISÃO DE CONDICIONADOR DE AR SPLIT 22.000BTUS	170,00	2.040,00
21	00019098	3120013	SV	51	HIGIENIZAÇÃO E REVISÃO DE CONDICIONADOR DE AR SPLIT 24.000BTUS	223,00	11.373,00
22	00019099	3120014	SV	3	HIGIENIZAÇÃO E REVISÃO DE CONDICIONADOR DE AR SPLIT 30.000BTUS	208,00	624,00
23	00019100	3120015	SV	8	HIGIENIZAÇÃO E REVISÃO DE CONDICIONADOR DE AR SPLIT 36.000BTUS	222,00	1.776,00
24	TCEMT0000154	3120016	SV	9	INSTALAÇÃO DE CONDICIONADOR DE AR SPLIT 7.000BTUS	76,00	684,00
25	417240-0	3120017	SV	23	INSTALAÇÃO DE CONDICIONADOR DE AR SPLIT 7.500BTUS	76,00	1.748,00
26	422228-8	3120018	SV	91	INSTALAÇÃO DE CONDICIONADOR DE AR SPLIT 9.000BTUS	125,00	11.375,00
27	232944-1	3120019	SV	122	INSTALAÇÃO DE CONDICIONADOR DE AR SPLIT 12.000BTUS	129,00	15.738,00
28	240022-7	3120020	SV	106	INSTALAÇÃO DE CONDICIONADOR DE AR SPLIT 18.000BTUS	121,00	12.826,00
29	409720-3	3120021	SV	16	INSTALAÇÃO DE CONDICIONADOR DE AR SPLIT 22.000BTUS	158,00	2.528,00
30	252153-9	3120022	SV	69	INSTALAÇÃO DE CONDICIONADOR DE AR SPLIT 24.000BTUS	160,00	11.040,00
31	252154-7	3120023	SV	4	INSTALAÇÃO DE CONDICIONADOR DE AR SPLIT 30.000BTUS	212,00	848,00
32	232943-3	3120024	SV	6	INSTALAÇÃO DE CONDICIONADOR DE AR SPLIT 36.000BTUS	252,00	1.512,00
33	00019980	3120025	SV	145	LIMPEZA DE FILTRO DE EVAPORADORA DE AR CONDICIONADO	38,00	5.510,00
34	00020413	3120026	SV	500	QUILOMETRO RODADO P/ ASSISTENCIA NA ZONA RURAL	1,55	775,00
35	00019107	3120027	SV	6	REINSTALAÇÃO DE CONDICIONADOR DE AR SPLIT 7.000 BTUS	110,00	660,00
36	00019108	3120028	SV	23	REINSTALAÇÃO DE CONDICIONADOR DE AR SPLIT 7.500 BTUS	110,00	2.530,00
37	00019109	3120029	SV	92	REINSTALAÇÃO DE CONDICIONADOR DE AR SPLIT 9.000 BTUS	124,00	11.408,00
38	00019110	3120030	SV	113	REINSTALAÇÃO DE CONDICIONADOR DE AR SPLIT 12.000 BTUS	129,00	14.577,00
39	00019111	3120031	SV	27	REINSTALAÇÃO DE CONDICIONADOR DE AR SPLIT 18.000 BTUS	184,00	4.968,00
40	00019112	3120032	SV	15	REINSTALAÇÃO DE CONDICIONADOR DE AR SPLIT 22.000 BTUS	188,00	2.820,00
41	00019113	3120033	SV	41	REINSTALAÇÃO DE CONDICIONADOR DE AR SPLIT 24.000 BTUS	188,00	7.708,00
42	00019114	3120034	SV	5	REINSTALAÇÃO DE CONDICIONADOR DE AR SPLIT 30.000 BTUS	192,00	960,00
43	00019115	3120035	SV	9	REINSTALAÇÃO DE CONDICIONADOR DE AR SPLIT 36.000 BTUS	189,00	1.701,00
44	00019116	3120036	SV	239	REVISÃO EM TUBULAÇÃO DE AR CONDICIONADO EM GERAL	64,00	15.296,00
45	00019981	3120037	SV	206	SOLDA EM TUBULAÇÃO DE COBRE	53,00	10.918,00
46	373927-9	3120038	PC	80	SUPORTE CONDENSADORA DE CONDICIONADOR DE AR SPLIT Q ATENDE 7.000, 7.500, 9.000, 12.000 E 18.000 BTUS	46,00	3.680,00

47	373930-9	3120039	PC	40	SUPORTE CONDENSADORA DE CONDICIONADOR DE AR SPLIT Q ATENDE 22. 000, 24.000, 30.000 E 36.000	57,00	2.280,00
48	00019062	3120040	SV	9	TROCA DE CAPACITOR DE CONDICIONADOR DE AR SPLIT 7.000 BTUS	57,00	513,00
49	00019063	3120041	SV	23	TROCA DE CAPACITOR DE CONDICIONADOR DE AR SPLIT 7.500 BTUS	68,00	1.564,00
50	00019064	3120042	SV	92	TROCA DE CAPACITOR DE CONDICIONADOR DE AR SPLIT 9.000 BTUS	82,00	7.544,00
51	00019065	3120043	SV	114	TROCA DE CAPACITOR DE CONDICIONADOR DE AR SPLIT 12.000 BTUS	78,00	8.892,00
52	00019066	3120044	SV	77	TROCA DE CAPACITOR DE CONDICIONADOR DE AR SPLIT 18.000 BTUS	87,00	6.699,00
53	00019067	3120045	SV	16	TROCA DE CAPACITOR DE CONDICIONADOR DE AR SPLIT 22.000 BTUS	167,00	2.672,00
54	00019068	3120046	SV	38	TROCA DE CAPACITOR DE CONDICIONADOR DE AR SPLIT 24.000 BTUS	169,00	6.422,00
55	00019069	3120047	SV	3	TROCA DE CAPACITOR DE CONDICIONADOR DE AR SPLIT 30.000 BTUS	139,00	417,00
56	00019070	3120048	SV	9	TROCA DE CAPACITOR DE CONDICIONADOR DE AR SPLIT 36.000 BTUS	135,00	1.215,00
57	00019071	3120049	SV	9	TROCA DE COMPRESSOR DE CONDICIONADOR DE AR SPLIT 7.000 BTUS	123,00	1.107,00
58	00019072	3120050	SV	40	TROCA DE COMPRESSOR DE CONDICIONADOR DE AR SPLIT 7.500 BTUS	128,00	5.120,00
59	00019073	3120051	SV	101	TROCA DE COMPRESSOR DE CONDICIONADOR DE AR SPLIT 9.000 BTUS	130,00	13. 130,00
60	00019074	3120052	SV	91	TROCA DE COMPRESSOR DE CONDICIONADOR DE AR SPLIT 12.000 BTUS	95,00	8.645,00
61	00019075	3120053	SV	46	TROCA DE COMPRESSOR DE CONDICIONADOR DE AR SPLIT 18.000 BTUS	140,00	6.440,00
62	00019076	3120054	SV	15	TROCA DE COMPRESSOR DE CONDICIONADOR DE AR SPLIT 22.000 BTUS	151,00	2.265,00
63	00019077	3120055	SV	37	TROCA DE COMPRESSOR DE CONDICIONADOR DE AR SPLIT 24.000 BTUS	150,00	5.550,00
64	00019078	3120056	SV	2	TROCA DE COMPRESSOR DE CONDICIONADOR DE AR SPLIT 30.000 BTUS	162,00	324,00
65	00019079	3120057	SV	4	TROCA DE COMPRESSOR DE CONDICIONADOR DE AR SPLIT 36.000 BTUS	162,00	648,00
66	00019080	3120058	UND	152	TROCA E MANUTENÇÃO EM CABOS ELETRICOS EM CONDICIONADOR DE AR SPLIT EM GERAL	47,00	7.144,00
67	00019982	3120060	SV	29	TROCA DE MOTOR DE EVAPORADORA OU MOTOR HELICE DE CONDENSADO-RA 7.000BTUS	95,00	2.755,00
68	00019983	3120061	SV	26	TROCA DE MOTOR DE EVAPORADORAOU MOTOR HELICE DE CONDENSADO-RA 7.500BTUS	95,00	2.470,00
69	00019984	3120062	SV	76	TROCA DE MOTOR DE EVAPORADORA OU MOTOR HELICE DE CONDENSADO-RA 9.000BTUS	95,00	7.220,00
70	00019985	3120063	SV	83	TROCA DE MOTOR DE EVAPORADORA OU MOTOR HELICE DE CONDENSADO-RA 12.000BTUS	95,00	7.885,00
71	00019986	3120064	SV	79	TROCA DE MOTOR DE EVAPORADORA OU MOTOR HELICE DE CONDENSADO-RA 18.000BTUS	114,00	9.006,00
72	00019987	3120065	SV	13	TROCA DE MOTOR DE EVAPORADORA OU MOTOR HELICE DE CONDENSADO-RA 22.000BTUS	113,50	1.475,50
73	00019988	3120066	SV	38	TROCA DE MOTOR DE EVAPORADORA OU MOTOR HELICE DE CONDENSADO-RA 24.000BTUS	115,50	4.389,00
74	00019989	3120067	SV	2	TROCA DE MOTOR DE EVAPORADORA OU MOTOR HELICE DE CONDENSADO-RA 30.000BTUS	115,50	231,00
75	00019990	3120068	SV	4	TROCA DE MOTOR DE EVAPORADORA OU MOTOR HELICE DE CONDENSADO-RA 36.000BTUS	132,00	528,00
76	00019081	3120069	SV	69	MANUTENÇÃO EM PLACA DE CONDICIONADOR DE AR SPLIT EM GERAL	199,00	13. 731,00
77	350286-4	3120070	PC	9	TROCA DE COMPRESSOR CONDENSADOR 7.000 BTUS	94,00	846,00
78	167335-1	3120071	PC	26	TROCA DE COMPRESSOR CONDENSADOR 7.500 BTUS	93,00	2.418,00
79	167334-3	3120072	PC	65	TROCA DE COMPRESSOR CONDENSADOR 9.000 BTUS	93,00	6.045,00
80	238020-0	3120073	PC	120	TROCA DE COMPRESSOR CONDENSADOR 12.000 BTUS	93,96	11. 275,20
81	163234-5	3120074	PC	71	TROCA DE COMPRESSOR CONDENSADOR 18.000 BTUS	94,00	6.674,00
82	279762-3	3120075	PC	14	TROCA DE COMPRESSOR CONDENSADOR 22.000 BTUS	141,00	1.974,00
83	237334-3	3120076	PC	34	TROCA DE COMPRESSOR CONDENSADOR 24.000 BTUS	141,00	4.794,00
84	175994-9	3120077	PC	2	TROCA DE COMPRESSOR CONDENSADOR 30.000 BTUS	141,00	282,00
85	153793-8	3120078	PC	4	TROCA DE COMPRESSOR CONDENSADOR 36.000 BTUS	141,00	564,00
86	314742-8	3120079	PC	9	TROCA DE MOTOR HELICE CONDENSADOR 7.000 BTUS	108,00	972,00
87	314693-6	3120080	PC	21	TROCA DE MOTOR HELICE CONDENSADOR 7.500 BTUS	103,00	2.163,00
88	256995-7	3120081	PC	61	TROCA DE MOTOR HELICE CONDENSADOR 9.000 BTUS	111,00	6.771,00
89	196406-2	3120082	PC	89	TROCA DE MOTOR HELICE CONDENSADOR 12.000 BTUS	115,00	10. 235,00
90	196405-4	3120083	PC	80	TROCA DE MOTOR HELICE CONDENSADOR 18.000 BTUS	127,00	10. 160,00
91	224678-3	3120084	PC	15	TROCA DE MOTOR HELICE CONDENSADOR 22.000 BTUS	132,00	1.980,00
92	420378-0	3120085	PC	54	TROCA DE MOTOR HELICE CONDENSADOR 24.000 BTUS	147,00	7.938,00
93	154903-0	3120086	PC	2	TROCA DE MOTOR HELICE CONDENSADOR 30.000 BTUS	157,00	314,00
94	312451-7	3120087	PC	2	TROCA DE MOTOR HELICE CONDENSADOR 36.000 BTUS	155,00	310,00
95	00020226	3120088	PC	25	TROCA DE MOTOR TURBINA EVAPORADOR 7.000 BTUS	133,00	3.325,00
96	00020227	3120089	PC	25	TROCA DE MOTOR TURBINA EVAPORADOR 7.500 BTUS	120,00	3.000,00
97	00020228	3120090	PC	125	TROCA DE MOTOR TURBINA EVAPORADOR 9.000 BTUS	109,00	13. 625,00
98	00020229	3120091	PC	152	TROCA DE MOTOR TURBINA EVAPORADOR 12.000 BTUS	110,00	16. 720,00
99	00020230	3120092	PC	146	TROCA DE MOTOR TURBINA EVAPORADOR 18.000 BTUS	126,00	18. 396,00
100	00020231	3120093	PC	15	TROCA DE MOTOR TURBINA EVAPORADOR 22.000 BTUS	113,00	1.695,00
101	00020232	3120094	PC	44	TROCA DE MOTOR TURBINA EVAPORADOR 24.000 BTUS	132,00	5.808,00
102	00020234	3120095	PC	4	TROCA DE MOTOR TURBINA EVAPORADOR 30.000 BTUS	141,00	564,00
103	00020235	3120096	PC	2	TROCA DE MOTOR TURBINA EVAPORADOR 36.000 BTUS	141,03	282,06
104	374614-3	3120097	PC	57	TROCA DE CAPACITOR 1.0UF	33,00	1.881,00
105	298783-0	3120098	PC	37	TROCA DE CAPACITOR 1.2UF	34,00	1.258,00
106	00016419	3120099	PC	57	TROCA DE CAPACITOR 1.5UF	34,00	1.938,00
107	199044-6	3120100	PC	57	TROCA DE CAPACITOR 2.0UF	27,00	1.539,00
108	365106-1	3120101	PC	57	TROCA DE CAPACITOR 3.0UF	30,00	1.710,00

109	231057-0	3120102	PC	57	TROCA DE CAPACITOR 5.0UF	32,00	1.824,00
110	199054-3	3120103	PC	59	TROCA DE CAPACITOR 6.0UF	32,00	1.888,00
111	199046-2	3120104	PC	57	TROCA DE CAPACITOR 20.0UF	47,00	2.679,00
112	179096-0	3120105	PC	57	TROCA DE CAPACITOR 25.0UF	47,00	2.679,00
113	199049-7	3120106	PC	57	TROCA DE CAPACITOR 30.0UF	56,00	3.192,00
114	00013820	3120107	PC	57	TROCA DE CAPACITOR 35.0UF	56,00	3.192,00
115	374617-8	3120109	PC	57	TROCA DE CAPACITOR 40.0UF	56,00	3.192,00
116	00013821	3120110	PC	57	TROCA DE CAPACITOR 45.0UF	61,00	3.477,00
117	199045-4	3120111	PC	57	TROCA DE CAPACITOR 50.0UF	61,00	3.477,00
118	374645-3	3120112	PC	57	TROCA DE CAPACITOR 55.0UF	61,00	3.477,00
119	374615-1	3120113	PC	57	TROCA DE CAPACITOR 60.0UF	61,00	3.477,00
120	387934-8	3120114	PC	84	TROCA DE PLACA UNIVERSAL	169,00	14.196,00
121	294030-2	3120115	MT	165	TUBULAÇÃO DE COBRE 1/4 P/ AR CONDICIONADO POR METRO	24,00	3.960,00
122	220849-0	3120117	MT	142	TUBULAÇÃO DE COBRE 3/8 P/ AR CONDICIONADO POR METRO	25,00	3.550,00
123	220846-6	3120119	MT	140	TUBULAÇÃO DE COBRE 1/2 P/ AR CONDICIONADO POR METRO	32,00	4.480,00
124	261504-5	3120120	MT	143	TUBULAÇÃO DE COBRE 5/8 P/ AR CONDICIONADO POR METRO	34,00	4.862,00
125	302887-9	3120121	MT	150	TUBO ESPONJOSO PARA TUBULAÇÃO COBRE POR METRO	3,00	450,00
126	00012091	3120122	RL	109	FITA ALUMINIO PARA TUBULAÇÃO	9,00	981,00
127	00010901	3120123	UND	6	CARGA DE GAS 7.000 BTUS	150,00	900,00
128	0009981	3120124	UND	37	CARGA DE GAS 7.500 BTUS	151,00	5.587,00
129	TCEMT0000162	3120125	UND	142	CARGA DE GAS 12.000 BTUS	149,00	21.158,00
130	0009982	3120126	UND	130	CARGA DE GAS 18.000 BTUS	183,00	23.790,00
131	00010904	3120127	UND	31	CARGA DE GAS 22.000 BTUS	177,00	5.487,00
132	00010903	3120128	UND	45	CARGA DE GAS 24.000 BTUS	197,00	8.865,00
133	TCEMT0000163	3120129	UND	5	CARGA DE GAS 30.000 BTUS	199,00	995,00
134	00010902	3120130	UND	7	CARGA DE GAS 36.000 BTUS	262,00	1.834,00
135	175181-6	3120131	UND	162	DISJUNTOR ELETRICO DE SEGURANÇA SUBREPOR 20 AMP	42,00	6.804,00
136	286342-1	3120132	SV	112	MANUTENÇÃO E INSTALAÇÃO DE DISJUNTOR ELETRICO DE SEGURANÇA	60,00	6.720,00
137	0009981	33120297	UND	106	CARGA DE GAS 9.000 BTUS	149,00	15.794,00
						TOTAL GERAL	**R$ 714.000,00**

CLÁUSULA OITAVA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado **30 (trinta)** dias condicionado à prestação do serviço e apresentação da Nota Fiscal/Fatura. Para tanto, o FORNECEDOR deverá apresentar Nota Fiscal/Fatura à qual deverá ser atestada pelo setor de compras, ou outro servidor formalmente designado;

Parágrafo primeiro – o pagamento só se efetivará depois de confirmada a situação de regularidade fiscal para com a seguridade social (INSS), com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e com a Fazenda Federal através da Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União; com a Fazenda Municipal, através da Certidão Negativa de débitos.

Parágrafo segundo – o pagamento será condicionado ao cumprimento das obrigações fixadas na presente ARP.

CLÁUSULA NONA – DA DOTAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA – DA CONDIÇÃO ESPECÍFICA

A existência desta Ata de Registro de Preços não obriga o ÓRGÃO GERENCIADOR, nem o ÓRGÃO PARTICIPANTE, se for o caso, a firmar as futuras aquisições, sendo-lhe facultada a realização de procedimento específico para determinada contratação, assegurado ao particular cujo preço foi registrado, em caso de igualdade de condições, a preferência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– DA PUBLICIDADE –

Os preços, os quantitativos, o fornecedor e as especificações resumidos do objeto, como também as possíveis alterações da presente ARP, serão publicadas no Diário Oficial do Município, na forma de extrato, em conformidade com o disposto no parágrafo único do artigo 61 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA REVISÃO DE PREÇOS –

A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no **art. 65**, da **Lei 8.666/93;**

Parágrafo único – a qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução ocorrido no mercado, ou de fato novo que eleve o seu custo, cabendo ao ÓRGÃO GERENCIADOR promover as necessárias negociações junto aos fornecedores para negociar o novo valor compatível ao mercado.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR-

O FORNECEDOR terá seu registro cancelado nos seguintes casos:

I – Por iniciativa da Administração, quando:

a) não cumprir as exigências do instrumento convocatório da licitação supracitada e as condições da presente ARP;

b) recusarem-se a retirar a nota de empenho no prazo estabelecido, salvo por motivo devidamente justificado e aceito pela Administração;

c) der causa à rescisão administrativa decorrente desta ARP;

d) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial relativa ao presente Registro de Preços;

e) não manutenção das condições de habilitação e compatibilidade;

f) não aceitar a redução dos preços registrados, nas hipóteses previstas na legislação;

g) em razões de interesse público, devidamente justificadas.

II – Por iniciativa do próprio FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar a impossibilidade de cumprimento das exigências insertas neste Registro de Preços, tendo em vista fato superveniente, aceito pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, que comprovadamente venha a comprometer a perfeita execução contratual;

Parágrafo único – o cancelamento de registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, deverá ser formalizado mediante competente processo administrativo com despacho fundamentado do Prefeito Municipal, gestor do ÓRGÃO GERENCIADOR.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS PENALIDADES

Em casos de inexecução parcial ou total das condições pactuadas na presente ata, garantida a prévia defesa e o contraditório, ficará o particular sujeito às penalidades constantes no capítulo 16 deste edital, sem excluir outras penalidades de natureza distintas que poderão ser aplicadas cumulativamente.

Parágrafo único – os valores resultantes da aplicação de multas serão cobrados pela via administrativa, devendo ser recolhida no prazo máximo de **10 (dez)** dias corridos, a contar da data de recebimento da comunicação, ou, se não atendido, judicialmente, pelo rito e com os encargos da execução fiscal, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA DOCUMENTAÇÃO

A presente Ata de Registro de Preços vincula-se às disposições contidas nos documentos a seguir especificados, cujos teores são conhecidos e acatados pelas partes:

a) Edital do Pregão Presencial nº **111/2018** e anexos;

b) Proposta Comercial da FORNECEDORA.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO

A fiscalização da execução da aquisição dos equipamentos será exercida pelos servidores credenciados, nomeado mediante portaria Municipal, independentemente de qualquer outra supervisão, assessoramento e/ou acompanhamento do objeto que venha a ser determinado pelo FORNECEDOR, o seu exclusivo juízo:

SECRETARIA	SERVIDOR	PORTARIA
05-SEC. DE EDUCAÇÃO	MARIA CÉLIA R.RIBEIRO.	
09-SEC. AÇÃO SOCIAL (PAEFI)	DENILSON ALVES FARIAS	
09-SEC. AÇÃO SOCIAL (CRAS / SCFV)	GRAZIELE MENDES	
09-SEC. AÇÃO SOCIAL (IGD-PBF)	DOUGLAS AUGUSTO SANTOS VIERA	
09-SEC. AÇÃO SOCIAL (CONSELHO TUTELAR)	ROSILEIDE GOMES DE OLIVEIRA	
09-SEC. AÇÃO SOCIAL (FUNDO DE ASSISTÊNCIA/ IGD SUAS E CONFINANCIAMENTO)	ISMENYA MEIRE DA SILVA ALVES	
07-SEC. OBRAS	WALTER RAMOS TELES	27/2019
02-GABINETE DO PREFEITO	LUCIA HELENA O. GONSALVES	
03-SEC. ADMINISTRAÇÃO	MILENA PEREIRA LUZ OLIVEIRA	
04-SEC. FINANÇAS	KATIANE DOS SANTOS PEREIRA	
08-SEC. AGRICULTURA	LUCAS LOPES BEZERRA	
11-SEC. PLANEJAMENTO	*HUDSON KENNEDY*	
10- SEC. CULTURA	MEYRE ROSA RODRIGUES CARVALHO	
06- SEC. SAÚDE	ADRIANE DE SOUZA RESPLANDE	

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO

Para dirimir as questões decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, fica eleito o foro da Comarca de Porto Alegre do Norte-MT, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Nada mais havendo a tratar eu, **Reinaldo Heverton Ferraz de Oliveira**, Pregoeiro, lavrei a presente Ata de Registro de Preços que lida e achada conforme vai assinada pelo ÓRGÃO GERENCIADOR e pelo particular fornecedor.

_____

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

_____

CONFRIO REFRIGERAÇÕES EIRELI.

CNPJ: 31.023.613/0001-78

REPRESENTANTE LEGAL: LEONARDO MATEUS BORGES

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
AVISO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº030/2019 PREGÃO PRESENCIAL SRP-Nº026/2019

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 030/2019

PREGÃO PRESENCIAL – SRP Nº026/2019

A Prefeitura de Confresa, Estado de Mato Grosso, através do Pregoeiro, torna público que fará realizar no dia **26 de MARÇO de 2019, às 09:00** hs (horário local), na sala da Comissão Permanente de Licitações, situada na Av. Centro Oeste, nº286, Centro na cidade de Confresa-MT, a Reunião para realização do **PREGÃO PRESENCIAL - SRP Nº026/2019, do tipo Menor Preço por Item** de acordo com as Leis em vigência. O Edital e seus anexos estarão disponíveis na sala do Departamento de Licitações e Con-

tratos no endereço citado acima e no site Confresa.org no link do Portal da Transparência, de segunda à sexta-feira, tel. Contato (66) 3564-1818.

OBJETO: PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ACESSO A INTERNET NUM TOTAL DE 400 MB/MES, POR MEIO DE TRANSMISSÃO DE REDE FIBRA OPTICA NO PERIMETRO URBANO DA CIDADE DE CONFRESA E VIA RADIO 5.8 GHZ NOS DISTRITOS (ZONA RURAL) COM LINK DEDICADO FULL- DUPLEX, COM IP FIXO FREQUENCIA MINIMA DE 5.8 GHZ. COM FORNECIMENTO DA INFRA ESTRUTURA NECESSARIA EM REGIME DE COMODATO (CABO OPTICOS, TORRES, ETC), PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE CONFRESA-MT.

.

CONFRESA-MT, 11 de MARÇO de 2019.

CEZAR QUEIROZ DA SILVA

Pregoeiro

Portaria nº001/2019.

RECURSOS HUMANOS
ORTARIA 075/2019 DE 12 DE MARÇO DE 2019.

Portaria 075/2019 de 12 de Março de 2019.

DISPÕE SOBRE CRIAÇÃO E/OU RESTRUTURAÇÃO DA COMISSÃO E/OU CONSELHO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei 172/2014 e considerando a necessidade de reestruturação da Comissão de Defesa Civil do Município de Confresa-MT.

RESOLVE:

Art. 1º - REESTRUTURAR a COMDEC - COMISSÃO DE DEFESA CIVIL, designando os membros substitutos que compõem a referida comissão e suas respectivas funções.

FUNÇÃO	NOME	DOCTOS
COORDENADOR	RONCLEBES CONDÃO BARROS MILHOMEM	CPF/MF – 569.055.481-20 RG – 22527940 DIC/RJ
SECRETARIO	GILSON GERCINO DE SOUZA	CPF/MF – 875.171.241-53 RG – 35398408797331 SSP/GO
MEMBRO	GILMAR BARBARESCO	CPF/MF – 534.320.376-00 RG – 3653359 SSP/MG
MEMBRO	JAILTON CAETANO DE ARAUJO	CPF/MF – 002.552.751-70 RG – 15536980 SSP/MT

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário e, em especial a Portaria 029/2012 de 10/02/2012.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 12 de Março de 2019.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI 875/2019

LEI N.875/2019 DE 08 DE MARÇO DE 2019.

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA SUPLEMENTAÇÃO POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO REFERENTE A AQUISIÇÃO DE 02 (DUAS) ESCAVADEIRAS HIDRAÚLICAS, CONFORME CONVÊNIO Nº 882433/2018 E CONVÊNIO Nº 882104/2018 DO MAPA/CAIXA.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa-MT, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a promover suplementação por excesso de arrecadação, no valor de R$ 1.066.536,20 para fazer frente às despesas com a aquisição de 02 (duas) escavadeiras hidráulicas, conforme contrato de repasse convênio nº 882104/2018/MAPA/CAIXA e contrato de repasse convênio nº 882433/MAPA/CAIXA, conforme segue abaixo:

Órgão: 07 Secretaria de Munic Viação, Obras e Serviços Públicos

Unidade: 04 Setor de Transportes

Proj/Ativ. 1.130 Aquisição de máquinas pesadas

Função 26 Transporte

Sub função 451 Infra Estrutura Urbana

Programa 141 Transporte Urbano

4.4.90.52.00.00.00.00

Valor: 1.066.536,20

Fonte de Recursos: 024 Transf de Convênios-Outros

Nº Convênio 882104/2018 MAPA/CAIXA

Nº Convênio 882433/2018 MAPA/CAIXA

Órgão Concedente: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento/CAIXA

Decreto por excesso de arrecadação

Art. 2º **- Os créditos adicionais tratados na presente lei, serão incorporados no Orçamento Vigente, no Projeto Atividade, Elemento de despesa, na respectiva unidade orçamentária, conforme disposto no art. 1º desta Lei.**

Art. 3o - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal, 08 de março de 2019.

_____

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
PORTARIA 27/2019 ADM DE 06 DE MARÇO 2019.

DESIGNAÇÃO DE SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL PARA FISCALIZAR A EXECUÇÃO DO CONTRATO FIRMADO POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO: o disposto na Instrução Normativa do Sistema de Licitações, Compras e Contratos, a qual dispõe sobre os procedimentos e normas para a celebração e acompanhamento da execução de contratos, aditivos e instrumentos congêneres no Poder Executivo Municipal, e no art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93 Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

CONSIDERANDO:a necessidade de padronizar, otimizar a fiscalização e o acompanhamento da execução dos contratos de prestação de serviços e fornecedores da Prefeitura Municipal de Confresa.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor público municipal qualificados abaixo como **FISCAL DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**.

SECRETARIA	SERVIDOR
05-SEC. DE EDUCAÇÃO	MARIA CÉLIA R.RIBEIRO.
09-SEC. AÇÃO SOCIAL (PAEFI)	DENILSON ALVES FARIAS
09-SEC. AÇÃO SOCIAL (CRAS / SCFV)	GRAZIELE MENDES
09-SEC. AÇÃO SOCIAL (IGD-PBF)	DOUGLAS AUGUSTO SANTOS VIERA
09-SEC. AÇÃO SOCIAL (CONSELHO TUTELAR)	ROSILEIDE GOMES DE OLIVEIRA
09-SEC. AÇÃO SOCIAL (FUNDO DE ASSISTÊNCIA/IGD SUAS)	ISMENYA MEIRE DA SILVA ALVES
07-SEC. OBRAS	WALTER RAMOS TELES
02-GABINETE DO PREFEITO	LUCIA HELENA O. GONSALVES
03-SEC. ADMINISTRAÇÃO	MILENA PEREIRA LUZ OLIVEIRA
04-SEC. FINANÇAS	KATIANE DOS SANTOS PEREIRA
08-SEC. AGRICULTURA	LUCAS LOPES BEZERRA
11-SEC. PLANEJAMENTO	HUDSON KENNEDY DE SOUSA SILVA
10- SEC. CULTURA	MEYRE ROSA RODRIGUES CARVALHO
06- SEC. SAÚDE	ADRIANE DE SOUZA RESPLANDE

Art. 2º - O servidor designado fica responsáveis pelos contratos respectivos a vossa secretaria, departamento e/ou unidade gestora.

ATA DE REGISTRO	25 / 2019	CNPJ	VALOR TOTAL
EMPRESA	CONFRIO REFRIGERAÇÕES EIRELI.	31.023.613/0001-78	R$ 714.000,00
OBJETO	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS APARELHOS DE AR CONDICIONADO MODELOS GAVETA E SPLIT, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS, PARA ATENDER À DEMANDA DAS SECRETARIAS DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, JUNTO AO MUNICÍPIO DE CONFRESA-MT.		
VIGÊNCIA	12 MESES – **06/03/2019 a 06/03/2020.**		

Art. 2º - Os servidores designados ficam responsáveis pelos contratos respectivos a vossa secretaria, departamento e/ou unidade gestora.

Art. 3º - O Departamento de Compras e CPL - Comissão Permanente de Licitações disponibilizará ao Fiscal designado, logo após a sua nomeação, em cumprimento ao disposto no contrato, do edital da licitação, do projeto básico ou do termo de referência, da proposta da Contratada, e, oportunamente, dos aditivos bem como, do setor competente, a relação das faturas recebidas e das pagas, sem prejuízo de outros documentos que o Fiscal entender necessários ao exercício da fiscalização.

Art. 4º - Os documentos mencionados no art. 2º poderão ser disponibilizados tanto em meio físico quanto digital devendo, neste último caso, serem lançados na pasta compartilhada na rede denominada “Pública” e em pastas e subpastas específicas com a identificação do respectivo fiscal e do contrato objeto da fiscalização.

Art. 5º - Fica garantido ao Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo aos Contratos sob fiscalização.

Art. 6º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 06 de março de 2019.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO 011/2019

DECRETO N°011 DE 11 DE MARÇO DE 2019.

SÚMULA: DECLARA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA NAS ÁREAS DO MUNICÍPIO AFETADAS POR UMA FORTE PRECIPITAÇAO DE CHUVA, CODIFICADO PELO COBRADE - TEMPESTADE LOCAL/CONVECTIVA – CHUVAS INTENSAS - 1.3.2.1.4, CONFORME IN/MI n°02/2016.

RÔNIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito do Município de Confresa, localizado no estado de Mato Grosso, no uso de suas legais atribuições, conferidas pela Lei Orgânica Municipal e pelo Inciso VI do artigo 8º da Lei Federal no 12.608, de 10 de abril de 2012,

CONSIDERANDO:

Que as chuvas intensas que atingiram o Município de Confresa, nos últimos dias que devido à intensificação e aumento considerável das chuvas e ainda devido ao fato de o solo encontrar-se totalmente encharcado várias pontes e bueiros acabaram sendo destruídas e danificadas, tornando precária e interrompida a trafegabilidade nas estradas que cortam o Município; Com o alto índice pluviométrico os níveis dos rios e córregos da zona rural aumentaram drasticamente e as chuvas intensas ocasionaram sérios danos nas vias de acessos às Assentamentos CONFRESA RONCADOR; CANTA GALO INDEPENDENTE I, II, JACARÉ VALENTE; FARTURA; PORTO ESPERANÇA; BRIDÃO BRASILEIRO; XAVANTE; PIRACICABA; SÃO VICENTE; SANTO ANTÔNIO I E II; Que o parecer COMDEC, relatando a ocorrência deste desastre é favorável à declaração de **situação de emergência** como razão dos eventos do tipo **CODIFICADO PELO COBRADE - TEMPESTADE LOCAL / CONVECTIVA – CHUVAS INTENSAS - 1.3.2.1.4, CONFORME IN/MI02/2016**.

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada **situação de emergência** nas áreas do município contidas no Formulário de Informações do Desastre – FIDE e demais documentos anexos a este Decreto, em virtude do desastre classificado e codificado como razão dos eventos do tipo tempestade local/convectiva – chuvas intensas, tipificado pelo COBRADE 1.3.2.1.4. **CONFORME IN/MI n°02/2016.**

Art. 2º. Autoriza-se a mobilização de todos os órgãos municipais para atuarem sob a coordenação Municipal de Proteção e Defesa Civil, nas ações de resposta ao desastre e reabilitação do cenário e reconstrução.

Art. 3º. Autoriza-se a convocação de voluntários para reforçar as ações de resposta ao desastre e realização de campanhas de arrecadação de recursos junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre, sob a coordenação da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil.

Art. 4º. De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do artigo 5º da Constituição Federal, autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes de defesa civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco iminente, a:

I – Penetrar nas casas, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação;

II – Usar de propriedade particular, no caso de iminente perigo público, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.

Parágrafo único: Será responsabilizado o agente da defesa civil ou autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

Art. 5º. De acordo com o estabelecido no Art. 5º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, autoriza-se o início de processos de desapropriação, por utilidade pública, de propriedades particulares comprovadamente localizadas em áreas de risco intensificado de desastre.

§ 1º. No processo de desapropriação, deverão ser consideradas a depreciação e a desvalorização que ocorrem em propriedades localizadas em áreas inseguras.

§ 2º. Sempre que possível essas propriedades serão trocadas por outras situadas em áreas seguras, e o processo de desmontagem e de reconstrução das edificações, em locais seguros, será apoiado pela comunidade.

Art. 6º. Com base no Inciso IV do artigo 24 da Lei nº 8.666 de 21.06. 1993, sem prejuízo das restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), ficam dispensados de licitação os contratos de aquisição de bens necessários às atividades de resposta ao desastre, de prestação de serviços e de obras relacionadas com a reabilitação dos cenários dos desastres, desde que possam ser concluídas no prazo máximo de cento e oitenta dias consecutivos e ininterruptos, contados a partir da caracterização do desastre, vedadas as prorrogações dos contratos.

Art. 7º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo viger pelo prazo de 180 dias.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE

E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Confresa, 11 de março de 2019

RÔNIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA D`OESTE

CONTRATO
PORTARIA 011/2019

"Dispõe sobre retorno de servidora em licença para tratar de assuntos de interesse particular."

MARIA LUCIA OLIVEIRA PORTO, Prefeita Municipal de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições legais, com base no artigo 63 inciso IX da Lei Orgânica do Município, e nos termos do Estatuto dos Servidores do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Convocar a servidora **MARIA ANTONIA SIANI ROGRIGUES**, para retornar às suas funções até o dia **03/03/2019**, conforme determina o artigo 105, § 11, da Lei Complementar nº 001/2001, alterada pela Lei Complementar nº 026/2006, tendo em vista que o período de sua licença para tratar de interesse particular, concedida por meio da **Portaria nº 063/2017**, encerrou-se em **03/02/2019**.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Gabinete da Prefeita, em 04 de Fevereiro de 2019.

MARIA LUCIA OLIVEIRA PORTO

Prefeita Municipal

CONTRATO
PORTARIA Nº 014/2018

"Designa Fiscal de Contrato Administrativo."

MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO, Prefeita Municipal de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições definidas no artigo 63, inciso IX, da Lei Orgânica do Município,

Considerando o disposto no artigo 67, da lei 8.666/93,

Considerando as disposições contidas no Decreto Municipal 038/2013, e

Considerandoos princípios que regem a Administração Pública;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora Eliane Aparecida de Freitas, matricula 274, portadora do RG nº 1420903-9 e do CPF: nº 056.121.186-86, lotado no Gabinete do Prefeito, para atuar como fiscal do contrato administrativo n° **002/2019**.

Art. 2º - Fica o fiscal obrigado a comunicar a administração todas às ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos eventualmente observados.

Parágrafo Único – As decisões e providencias que ultrapassem a competência do fiscal deverão ser solicitado, à administração, em tempo hábil, para a adoção das medidas saneadoras.

Art. 2º - Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir da assinatura do contrato, revogando os efeitos da Portaria 279/2016.

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, 04 de fevereiro de 2019.

Maria Lucia de Oliveira Porto

Prefeita Municipal

Certifico que este ato foi publicado mediante afixação no mural desta Prefeitura Orgânica do Município e no site www.conquistadoeste.mt.gov.br

CONTRATO
1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO 006/2019

"Primeiro Termo Aditivo de Contrato de Locação de Imóvel que entre si fazem **O MUNICÍPIO DE CONQUISTA D'OESTE** e **SEBASTIÃO EDWALTER DA SILVA**."

O ***MUNICÍPIO DE CONQUISTA D'OESTE***, Estado de Mato Grosso, estabelecida na Avenida dos Oitis, n.º 1.200, Centro, inscrita no CNPJ n.º 04.219.688/0001-56, representado neste ato por sua Prefeita Municipal, **MARIA LÚCIA DE OLIVEIRA PORTO**, brasileira, divorciada, portadora da cédula de identidade nº 000844464 SSP/MS e do CPF nº 607.752.031-49, residente e domiciliado na Rua dos Cajueiros, s/nº, Centro, Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, doravante denominado simplesmente ***CONTRATANTE*** e **SEBASTIÃO EDWALTER DA SILVA,** brasileiro**,** residente e domiciliado na cidade de Conquista D'Oeste na Avenida das Acácias, Bairro Centro, portador da cédula de identidade nº 1661041-5 expedida pela SSP/MT e do CPF 006.297.496-39, SIGINATARIOS DO CONTRATO 006/2019, que tem como objeto a locação da sala comercial, situada na Avenida das Acácias, nº 1239, Quadra 25 Lote 17, com a área ideal de 122,51 m² vinculada a área maior de 437,5 m², nesta cidade de Conquista D'Oeste/ MT**,** resolvem celebrar o presente termo aditivo de contrato, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas, em concordância com a lei 8.666/93 e suas alterações, e em conformidade com as disposições a seguir.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 Em conformidade com Lei Federal n° 8.666/93 e alterações, dispensada a licitação conforme disposto em seu Art. 24, inciso X e especialmente na Lei Municipal nº 279/2008 de 16/4/2008, resolvem as partes alterar seu prazo de vigência.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO ADITIVO 2.1 Os prazos estabelecidos nas clausulas 2.1 do Termo inaugural fica prorrogado, com vencimento em **30 de abril de 2019;**

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO

3.1 Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato primitivo, com ratificação de todas elas.

E, por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, o presente Termo foi lavrado em 2 (duas) vias de igual teor e forma, assinado pelas partes, na presença das testemunhas abaixo.

Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste, em 27 de fevereiro de 2019.

Maria Lucia de Oliveira Porto Prefeita Municipal Responsável Legal da CONTRATANTE	Sebastião Edwalter da Silva Representante Legal da CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Nome: RG:	**Nome:** RG:

CONTRATO
PORTARIA Nº 015/2018

"Designa Fiscal de Contrato Administrativo."

MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO, Prefeita Municipal de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições definidas no artigo 63, inciso IX, da Lei Orgânica do Município,

Considerando o disposto no artigo 67, da lei 8.666/93,

Considerando as disposições contidas no Decreto Municipal 038/2013, e;

Considerando os princípios que regem a Administração Pública;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor **LUCIO DIVINO GOMES**, portador da cédula de identidade sob o nº M-6908833, expedida pela SSP/MT e do CPF 031. 805.137-05, lotado na Secretaria Municipal de Obras, para atuar como fiscal do contrato administrativo n° **003/2019**.

Art. 2º - Fica o fiscal obrigado a comunicar a administração todas às ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos eventualmente observados.

Parágrafo Único – As decisões e providencias que ultrapassem a competência do fiscal deverão ser solicitado, à administração, em tempo hábil, para a adoção das medidas saneadoras.

Art. 3º - Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir da assinatura do contrato, revogando os efeitos da Portaria 135/2016.

Cumpra-se

Gabinete do Prefeito, em 04 de fevereiro de 2019.

Maria Lucia de Oliveira Porto

Prefeita Municipal

Certifico que este ato foi publicado mediante afixação no mural desta Prefeitura Orgânica do Município e no site www.conquistadoeste.mt.gov.br

CONTRATO
PORTARIA 042/2019

"Designa servidor para exercer,

em readaptação funcional,

as atividades que especifica."

MARIA LUCIA OLIVEIRA PORTO, Prefeita Municipal de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições legais, e com base no artigo 63 inciso IX da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar, "ex-ofício", nos termos do inciso II do artigo 34 da Lei Complementar 001/2001, o servidor **MANOEL PEREIRA DOS SANTOS**, portador da cédula de identidade nº 698.144 SSP/MT e CPF 567.755. 631-91, ocupante do cargo de TRATORISTA, lotado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Sustentado, para exercer, em readaptação funcional, em virtude de limitação em sua capacidade física, conforme laudo de perícia médica oficial, atividades de Motorista, na Secretaria Municipal de Educação, pelo prazo de 366 dias, a contar de 01/02/2019, com previsão de termino em 08/02/2020, sem aumento ou redução de vencimento, conforme preceitua o artigo 36 do referido Estatuto.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de Fevereiro de 2019.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, em 25 de Fevereiro de 2019.

Maria Lucia Oliveira Porto

Prefeita Municipal

CONTRATO
PORTARIA Nº 016/2019

"Designa Fiscal de Contrato Administrativo."

MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO, Prefeita Municipal de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições definidas no artigo 63, inciso IX, da Lei Orgânica do Município,

Considerando o disposto no artigo 67, da lei 8.666/93,

Considerando as disposições contidas no Decreto Municipal 038/2013, e;

Considerando os princípios que regem a Administração Pública;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor **LUCIO DIVINO GOMES**, portador da cédula de identidade sob o nº M-6908833, expedida pela SSP/MT e do CPF 031. 805.137-05, lotado na Secretaria Municipal de Obras, para atuar como fiscal do contrato administrativo n° **004/2019**.

Art. 2º - Fica o fiscal obrigado a comunicar a administração todas às ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos eventualmente observados.

Parágrafo Único – As decisões e providencias que ultrapassem a competência do fiscal deverão ser solicitado, à administração, em tempo hábil, para a adoção das medidas saneadoras.

Art. 3º - Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir da assinatura do contrato.

Cumpra-se

Gabinete do Prefeito, em 04 de fevereiro de 2019.

Maria Lucia de Oliveira Porto

Prefeita Municipal

Certifico que este ato foi publicado mediante afixação no mural desta Prefeitura Orgânica do Município e no site www.conquistadoeste.mt.gov.br

CONTRATO
PORTARIA Nº 017/2019

"Designa Fiscal de Contrato Administrativo."

MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO, Prefeita Municipal de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições definidas no artigo 63, inciso IX, da Lei Orgânica do Município,

Considerando o disposto no artigo 67, da lei 8.666/93,

Considerando as disposições contidas no Decreto Municipal 038/2013, e;

Considerando os princípios que regem a Administração Pública;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor MAYLA CLICIA DA SILVA FARIAS, brasileira, CPF 386.026.898-88, lotado na Secretaria Municipal de Administração, para atuar como fiscal do contrato administrativo n° **005/2019**.

Art. 2º - Fica o fiscal obrigado a comunicar a administração todas às ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos eventualmente observados.

Parágrafo Único – As decisões e providencias que ultrapassem a competência do fiscal deverão ser solicitado, à administração, em tempo hábil, para a adoção das medidas saneadoras.

Art. 3º - Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir da assinatura do contrato.

Cumpra-se

Gabinete do Prefeito, em 04 de fevereiro de 2019.

Maria Lucia de Oliveira Porto

Prefeita Municipal

Certifico que este ato foi publicado mediante afixação no mural desta Prefeitura Orgânica do Município e no site www.conquistadoeste.mt.gov.br

CONTRATO
PORTARIA Nº 018/2019

"Designa Fiscal de Contrato Administrativo."

MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO, Prefeita do municipio de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições definidas no artigo 63, inciso IX, da Lei Orgânica do Município,

Considerando o disposto no artigo 67, da lei 8.666/93,

Considerando as disposições contidas no Decreto Municipal 038/2013, e;

Considerando os princípios que regem a Administração Pública;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora **ELENIR LUCIA DE SOUZA**, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, matrícula nº 501, portadora da cédula de identidade nº 1441733-2expedida pela SSP/MT e do CPF nº 786. 720.151.34, lotada na Secretaria de Ação Social, para atuar como fiscal do contrato administrativo nº **06/2019**.

Art. 2º - Fica o fiscal obrigado a comunicar a administração todas às ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos eventualmente observados.

Parágrafo Único – As decisões e providencias que ultrapassem a competência do fiscal deverão ser solicitado, à administração, em tempo hábil, para a adoção das medidas saneadoras.

Art. 3º - Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação produzindo seus efeitos a partir da assinatura do contrato.

Cumpra-se

Gabinete do Prefeito, 04 de fevereiro de 2019.

Maria Lucia de Oliveira Porto

Prefeita Municipal

CONTRATO
1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 164/2018

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE CONTRATO QUE, ENTRE SI, CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CONQUISTA D'OESTE E A EMPRESA**HBJ MONTEIRO SERVIÇOS DE ENGENHARIA EIRELI.**

O **MUNICÍPIO DE CONQUISTA D'OESTE,** com sede na Avenida dos Oitis, nº 1200, Centro, Conquista D'Oeste/MT, inscrito no CNPJ n.º 04.219. 688/0001-56, neste ato representado por sua Prefeita Municipal, MARIA LÚCIA DE OLIVEIRA PORTO, brasileira, divorciada, portadora da cédula de identidade nº 000844464 SSP/MS e do CPF nº 607.752.031-49, residente e domiciliado na Rua dos Cajueiros, s/nº, Centro, Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE** e empresa ***HBJ MONTEIRO SERVIÇOS DE ENGENHARIA EIRELI***, com sede na Rua Quintino Cunha, na cidade de Vilhena, Estado de Rondônia, inscrita no CNPJ sob nº 23.084.435/0001-67, doravante denominada **CONTRATADA,** neste ato representada pelo(a) Sr.(a) **Anderson Monteiro Gomes da Silva**, portador(a) da Carteira de Identidade nº 717099, expedida pelo(a) SESDC/RO, e CPF nº 888.663.432-34, signatários do contrato 164/2018, que tem como objeto **CONSTRUÇÃO DE REDUTORES DE VELOCIDADE E FAIXAS ELAVADAS, ROTATORIAS E SINALIZAÇAO EM DIVERSAS RUAS E AVENIDAS DO PERIMETRO URBANO DO MUNICIPIO CONQUISTA D´OESTE**, resolvem celebrar o presente termo aditivo de contrato, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas, em concordância com a lei 8.666/93 e suas alterações, e em conformidade com as disposições a seguir.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 Em conformidade com o Artigo 57, incisos II, da Lei n.º 8.666/93, e nos termos permissivos da cláusula 5.1 do contrato inaugural, que possibilita o aditamento contratual os serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, resolvem as partes alterar seu prazo de vigência.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO ADITIVO 2.1 Os prazos estabelecidos nas clausulas 3.1 (vencimento do contrato) e 3.2 (prazo de execução) do Termo inaugural fica prorrogado, com vencimento em **31 de julho de 2019;** 2.2

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO

3.1 Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato primitivo, com ratificação de todas elas.

E, por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, o presente Termo foi lavrado em 2 (duas) vias de igual teor e forma, assinado pelas partes, na presença das testemunhas abaixo.

Conquista D'Oeste – MT, 01 de março de 2019.

Maria Lucia de Oliveira Porto Prefeita Municipal Responsável Legal da CONTRATANTE	HBJ MONTEIRO SERVIÇOS DE ENGENHARIA EIRELI Responsável Legal da CONTRATADA

Testemunhas:

Nome: Nome:

RG: RG:

CONTRATO
PORTARIA Nº 019/2019

"Designa Fiscal de Contrato Administrativo."

MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO, Prefeita Municipal de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições definidas no artigo 63, inciso IX, da Lei Orgânica do Município,

Considerando o disposto no artigo 67, da lei 8.666/93,

Considerando as disposições contidas no Decreto Municipal 038/2013, e;

Considerando os princípios que regem a Administração Pública;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora **SIRLEY ROSA ORLANDO**, portadora da cédula de identidade RG nº.1515915-9, expedida pela SSP/MT e do CPF nº. 004.269.211-35, lotado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Sustentado, para atuar como fiscal do contrato administrativo n° **007/2019**.

Art. 2º - Fica o fiscal obrigado a comunicar a administração todas às ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos eventualmente observados.

Parágrafo Único – As decisões e providencias que ultrapassem a competência do fiscal deverão ser solicitado, à administração, em tempo hábil, para a adoção das medidas saneadoras.

Art. 3º - Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir da assinatura do contrato.

Gabinete do Prefeito, em 04 de fevereiro de 2019.

Maria Lucia de Oliveira Porto

Prefeita Municipal

Certifico que este ato foi publicado mediante afixação no mural desta Prefeitura Orgânica do Município e no site www.conquistadoeste.mt.gov.br

CONTRATO
PORTARIA Nº 020/2019

"Designa Fiscal de Contrato Administrativo."

MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO, Prefeita do municipio de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições definidas no artigo 63, inciso IX, da Lei Orgânica do Município,

Considerando o disposto no artigo 67, da lei 8.666/93,

Considerando as disposições contidas no Decreto Municipal 038/2013, e;

Considerando os princípios que regem a Administração Pública;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora **ELENIR LUCIA DE SOUZA**, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, matrícula nº 501, portadora da cédula de identidade nº 1441733-2expedida pela SSP/MT e do CPF nº 786. 720.151.34, lotada na Secretaria de Ação Social, para atuar como fiscal do contrato administrativo nº **08/2019**.

Art. 2º - Fica o fiscal obrigado a comunicar a administração todas às ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos eventualmente observados.

Parágrafo Único – As decisões e providencias que ultrapassem a competência do fiscal deverão ser solicitado, à administração, em tempo hábil, para a adoção das medidas saneadoras.

Art. 3º - Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação produzindo seus efeitos a partir da assinatura do contrato.

Cumpra-se

Gabinete do Prefeito, 04 de fevereiro de 2019.

Maria Lucia de Oliveira Porto

Prefeita Municipal

LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL P/ REGISTRO DE PREÇOS Nº 011/2019

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 182/2019

AVISO DE LICITAÇÃO

Objeto: Registro de preços para contratação de empresa para fornecimento de alimentação pronta tipo Self-Service no Município de Pontes e Lacerda, conforme especificações e quantidades discriminadas no Anexo I – Termo de Referência deste Edital. Credenciamento: 25/03/2019 - Horário de Cuiabá das 07:00 às 08:00 horas. Abertura: 25/03/2019 - Horário de Cuiabá às 08:00 horas - Informações: Sala de Licitações desta Prefeitura, de 2ª a 6ª, no horário comercial ou pelo telefone (65) 3265-1000 - O Edital poderá ser obtido através do site: www.conquistadoeste.mt.gov.br. Conquista D'Oeste, 11 de Março de 2019.

Eronaldo Mendes Teixeira Junior

Pregoeiro

CONTRATO
PORTARIA Nº 021/2019

"Designa Fiscal de Contrato Administrativo."

MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO, Prefeita Municipal de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições definidas no artigo 63, inciso IX, da Lei Orgânica do Município,

Considerando o disposto no artigo 67, da lei 8.666/93,

Considerando as disposições contidas no Decreto Municipal 038/2013, e;

Considerando os princípios que regem a Administração Pública;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora **SIRLEY ROSA ORLANDO**, portadora da cédula de identidade RG nº.1515915-9, expedida pela SSP/MT e do CPF nº. 004.269.211-35, lotado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Sustentado, para atuar como fiscal do contrato administrativo n° **009/2019.**

Art. 2º - Fica o fiscal obrigado a comunicar a administração todas às ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos eventualmente observados.

Parágrafo Único – As decisões e providencias que ultrapassem a competência do fiscal deverão ser solicitado, à administração, em tempo hábil, para a adoção das medidas saneadoras.

Art. 3º - Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir da assinatura do contrato.

Gabinete do Prefeito, em 04 de fevereiro de 2019.

Maria Lucia de Oliveira Porto

Prefeita Municipal

Certifico que este ato foi publicado mediante afixação no mural desta Prefeitura Orgânica do Município e no site www.conquistadoeste.mt.gov.br

CONTRATO
PORTARIA Nº 022/2019

"Designa Fiscal de Contrato Administrativo."

MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO, Prefeita do municipio de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições definidas no artigo 63, inciso IX, da Lei Orgânica do Município,

Considerando o disposto no artigo 67, da lei 8.666/93,

Considerando as disposições contidas no Decreto Municipal 038/2013, e;

Considerando os princípios que regem a Administração Pública;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora **ELENIR LUCIA DE SOUZA**, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, matrícula nº 501, portadora da cédula de identidade nº 1441733-2expedida pela SSP/MT e do CPF nº 786. 720.151.34, lotada na Secretaria de Ação Social, para atuar como fiscal do contrato administrativo nº **010/2019**.

Art. 2º - Fica o fiscal obrigado a comunicar a administração todas às ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos eventualmente observados.

Parágrafo Único – As decisões e providencias que ultrapassem a competência do fiscal deverão ser solicitado, à administração, em tempo hábil, para a adoção das medidas saneadoras.

Art. 3º - Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação produzindo seus efeitos a partir da assinatura do contrato.

Cumpra-se

Gabinete do Prefeito, 04 de fevereiro de 2019.

Maria Lucia de Oliveira Porto

Prefeita Municipal

CONTRATO
PORTARIA Nº 022/2019

"Designa Fiscal de Contrato Administrativo."

MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO, Prefeita Municipal de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições definidas no artigo 63, inciso IX, da Lei Orgânica do Município,

Considerando o disposto no artigo 67, da lei 8.666/93,

Considerando as disposições contidas no Decreto Municipal 038/2013, e;

Considerando os princípios que regem a Administração Pública;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora VANDERLUCIA MARCELINO MIRANDA, RG nº 1.094.607-1 SSP/MT e CPF 795.850.941-34, matrícula 651, lotado no Gabinete do Prefeito Divisão de Transito, para atuar como fiscal do contrato administrativo n° 0**10/2019**.

Art. 2º - Fica o fiscal obrigado a comunicar a administração todas às ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos eventualmente observados.

Parágrafo Único – As decisões e providencias que ultrapassem a competência do fiscal deverão ser solicitado, à administração, em tempo hábil, para a adoção das medidas saneadoras.

Art. 3º - Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir da assinatura do contrato.

Cumpra-se

Gabinete do Prefeito, em 04 de fevereiro de 2019.

Maria Lucia de Oliveira Porto

Prefeita Municipal

Certifico que este ato foi publicado mediante afixação no mural desta Prefeitura Orgânica do Município e no site www.conquistadoeste.mt.gov.br

CONTRATO
PORTARIA Nº 024 /2019

"Designa Fiscal de Contrato Administrativo."

MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO, Prefeita Municipal de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições definidas no artigo 63, inciso IX, da Lei Orgânica do Município,

Considerando o disposto no artigo 67, da lei 8.666/93,

Considerando as disposições contidas no Decreto Municipal 038/2013, e;

Considerando os princípios que regem a Administração Pública;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora **MARINA DA GAMA SOUZA** portadora da Cédula de Identidade RG nº 0597468-2 SJ/MT e do CPF: 572.279.771-53, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, para atuar como fiscal do contrato administrativo n° **012/2019.**

Art. 2º - Fica o fiscal obrigado a comunicar a administração todas às ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos eventualmente observados.

Parágrafo Único – As decisões e providencias que ultrapassem a competência do fiscal deverão ser solicitado, à administração, em tempo hábil, para a adoção das medidas saneadoras.

Art. 3º - Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir da assinatura do contrato.

Cumpra-se

Gabinete do Prefeito, em 04 de fevereiro de 2019.

Maria Lucia de Oliveira Porto

Prefeita Municipal

Certifico que este ato foi publicado mediante afixação no mural desta Prefeitura Orgânica do Município e no site www.conquistadoeste.mt.gov.br

CONTRATO
1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 155/2018

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE CONTRATO QUE, ENTRE SI, CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CONQUISTA D'OESTE E A EMPRESA**HBJ MONTEIRO SERVIÇOS DE ENGENHARIA EIRELI.**

O **MUNICÍPIO DE CONQUISTA D'OESTE,** com sede na Avenida dos Oitis, nº 1200, Centro, Conquista D'Oeste/MT, inscrito no CNPJ n.º 04.219. 688/0001-56, neste ato representado por sua Prefeita Municipal, MARIA LÚCIA DE OLIVEIRA PORTO, brasileira, divorciada, portadora da cédula de identidade nº 000844464 SSP/MS e do CPF nº 607.752.031-49, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE** e empresa **HBJ MONTEIRO SERVIÇOS DE ENGENHARIA EIRELI**, com sede na Rua Quintino Cunha, na cidade de Vilhena, Estado de Rondônia, inscrita no CNPJ sob nº 23.084.435/0001-67, doravante denominada **CONTRATADA,** neste ato representada pelo(a) Sr.(a) **Anderson Monteiro Gomes da Silva**, portador(a) da Carteira de Identidade nº 717099, expedida pelo(a) SESDC/RO, e CPF nº 888.663.432-34, signatários do contrato 155/2018 firmado em 01 de novembro de 2018, com vencimento em 30 de abril de 2019, que tem por objeto **CONSTRUÇÃO DE UNIDADE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE – CENTRO DE ESPECIALIDADES EM ORTOPEDIA**, em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente e demais normas aplicáveis à matéria, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo de Contrato, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 Em conformidade com o inciso II, letra “b”, do artigo 65, da Lei 8666/93 que possibilita o aditamento contratual quando necessário a modificação do regime de execução da obra ou serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários, e nos termos permissivos da clausula 3.3 do contrato inaugural resolvem as partes alterar o prazo de vigência desse instrumento, conforme cronograma físico-financeiro de reprogramação da obra anexo a este Termo.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DO ADITIVO

2.1 o prazo de vigência do Termo de Contrato passa a ser 27 de julho de 2019.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO

3.1 Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato primitivo, com ratificação de todas elas.

E, por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, o presente Termo foi lavrado em 3 (três) vias de igual teor e forma, assinado pelas partes, na presença das testemunhas abaixo.

Conquista D’Oeste – MT, 19 de fevereiro de 2019

Maria Lúcia de Oliveira Porto **Prefeita Municipal** Responsável Legal da CONTRATANTE	**HBJ Monteiro Serviços de Engenharia EIRELI** Responsável Legal da CONTRATADA

Testemunhas:

Nome: Nome:

RG: RG:

CONTRATO
PORTARIA Nº 032/2018

“Designa Fiscal de Contrato Administrativo.”

MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO, Prefeita Municipalde Conquista D’Oeste, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições definidas no artigo 63, inciso IX, da Lei Orgânica do Município,

Considerando o disposto no artigo 67, da lei 8.666/93,

Considerando as disposições contidas no Decreto Municipal 038/2013, e;

Considerando os princípios que regem a Administração Pública;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor EMERSON RODRIGUES, portador da cédula de identidade sob o nº 10625925, expedida pela SJ/MT e do CPF: 793.168.401-04, lotado na Secretaria Municipal de Obras, para atuar como fiscal do contrato administrativo n° **020/2019 (SERPHA)**.

Art. 2º - Fica o fiscal obrigado a comunicar a administração todas às ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos eventualmente observados.

Parágrafo Único – As decisões e providencias que ultrapassem a competência do fiscal deverão ser solicitado, à administração, em tempo hábil, para a adoção das medidas saneadoras.

Art. 3º - Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir da assinatura do contrato.

Cumpra-se

Gabinete do Prefeito, em 04 de fevereiro de 2019.

Maria Lucia de Oliveira Porto

Prefeita Municipal

Certifico que este ato foi publicado mediante afixação no mural desta Prefeitura Orgânica do Município e no site www.conquistadoeste.mt.gov.br

CONTRATO
PORTARIA Nº 033/2019

“Designa Fiscal de Contrato Administrativo.”

MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO, Prefeita do municipio de Conquista D’Oeste, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições definidas no artigo 63, inciso IX, da Lei Orgânica do Município,

Considerando o disposto no artigo 67, da lei 8.666/93,

Considerando as disposições contidas no Decreto Municipal 038/2013, e;

Considerando os princípios que regem a Administração Pública;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora **ELENIR LUCIA DE SOUZA**, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, matrícula nº 501, portadora da cédula de identidade nº 1441733-2expedida pela SSP/MT e do CPF nº 786.720.151.34, lotada na Secretaria de Ação Social, para atuar como fiscal do contrato administrativo nº **021/2019**.

Art. 2º - Fica o fiscal obrigado a comunicar a administração todas às ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos eventualmente observados.

Parágrafo Único – As decisões e providencias que ultrapassem a competência do fiscal deverão ser solicitado, à administração, em tempo hábil, para a adoção das medidas saneadoras.

Art. 3º - Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação produzindo seus efeitos a partir da assinatura do contrato.

Cumpra-se

Gabinete do Prefeito, 04 de fevereiro de 2019.

Maria Lucia de Oliveira Porto

Prefeita Municipal

CONTRATO
PORTARIA Nº 034/2019

“Designa Fiscal de Contrato Administrativo.”

MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO, Prefeita Municipal de Conquista D’Oeste, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições definidas no artigo 63, inciso IX, da Lei Orgânica do Município,

Considerando o disposto no artigo 67, da lei 8.666/93,

Considerando as disposições contidas no Decreto Municipal 038/2013, e;

Considerando os princípios que regem a Administração Pública;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor MAYLA CLICIA DA SILVA FARIAS, brasileira, CPF 386.026.898-88, lotado na Secretaria Municipal de Administração, para atuar como fiscal do contrato administrativo n° **022/2019**.

Art. 2º - Fica o fiscal obrigado a comunicar a administração todas às ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos eventualmente observados.

Parágrafo Único – As decisões e providencias que ultrapassem a competência do fiscal deverão ser solicitado, à administração, em tempo hábil, para a adoção das medidas saneadoras.

Art. 3º - Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir da assinatura do contrato.

Cumpra-se

Gabinete do Prefeito, em 04 de fevereiro de 2019.

Maria Lucia de Oliveira Porto

Prefeita Municipal

Certifico que este ato foi publicado mediante afixação no mural desta Prefeitura Orgânica do Município e no site www.conquistadoeste.mt.gov.br

LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2019

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 102/2019

PUBLICAÇÃO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA D'OESTE torna público, para conhecimentos dos interessados, que a licitação promovida pelo PREGÃO PRESENCIAL Nº. 008/2019, que tem como objeto a contratação de prestação de serviços de monitores para desenvolvimento das ações dos projetos desenvolvidos nas oficinas no CRAS-Centro de Referência da Assistência Social e com as famílias através do Programa de Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV, teve como vencedoras as empresas JOSILENE DE OLIVEIRA DIAS 04631857145, CNPJ nº 24. 373.079/0001-64, que apresentou proposta para o item/cód 47172 (PRESTAÇAO DE SERVIÇOS PARA ATUAR COMO MONITOR NA OFICINA DE ARTE ATRAVES DE DESENHOS, PINTURAS E OUTROS, COM IDOSOS. CARGA HORÁRIA DE 20 HORAS SEMANAIS) consignando o valor mensal de R$ 1.000,00 (Hum mil reais) totalizando o valor de R$ 12.000,00 (doze mil reais); DAYANI ARAUJO SANTOS FERREIRA 03047588171, CNPJ nº 28.877.521/0001-40, que apresentou proposta para o item/cód 44844 (PRESTAÇAO DE SERVIÇOS PARA ATUAR COMO MONITOR, PARA DESENVOLVER OFICINA DE ARTESANATO COM DESENHOS E PINTURAS, ENVOLVENDO CRIANÇAS E ADOLESCENTES. CARGA HORÁRIA DE 20 HORAS SEMANAIS) consignando o valor mensal de R$ 1.000,00 (Hum mil reais) totalizando o valor de R$ 12.000,00 (doze mil reais) e SOLANIO MENDES DA SILVA PARADA 88145646120, CNPJ nº 30. 894.579/0001-44, que apresentou proposta para o item/cód 47170 (PRESTACAO DE SERVICO PARA ATUAR COMO MONITOR NAS ATIVIDADES DE ARTE E CULTURA ATRAVES DO ENSINO DA MUSICA PARA CRIANCAS, COMO ELEMENTO EDUCACIONAL, OFERTA DE 20 HORAS SEMANAIS) consignando o valor mensal de R$ 1.000,00 (Hum mil reais) totalizando o valor de R$ 12.000,00 (doze mil reais). Não teve vencedor para o item/cód 47169. Conquista D'Oeste, 11 de março de 2019.

Eronaldo Mendes Teixeira Junior

Pregoeiro

CONTRATO
PORTARIA Nº 034/2019

"Dispõe sobre a nomeação de servidor, para Fiscal de Contrato Administrativo que menciona."

MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO, Prefeita Municipal de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições definidas no artigo 63, inciso IX, da Lei Orgânica do Município,

Considerando o disposto no artigo 73, inciso I, alínea "b" e inciso II, alínea "a", "b", da Lei 8.666/93, em especial o Decreto Municipal nº 038/2013 de 2 de maio de 2013, e os princípios que regem a Administração Pública;

RESOLSE:

Art. 1º - Designa a servidora CÉLIA ROMUALDO DACOSTA REIS, Coordenadora de Educação portadora da cédula de identidade RG nº expedida pela SSP/MT e do CPF nº., lotado na Secretária de Educação, para atuar como fiscal do contrato administrativo nº 023/2019 celebrado pelo Município.

Art. 2º - Fica o fiscal obrigado a comunicar a administração todas às ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos eventualmente observados.

Parágrafo Único – As decisões e providencias que ultrapassem a competência do fiscal deverão ser solicitado, à administração, em tempo hábil, para a adoção das medidas saneadoras.

Art. 3º - Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, em 04 de fevereiro de 2019.

Certifico que este ato foi publicado mediante afixação no mural desta Prefeitura nos termos do art. 86 da Lei Orgânica do Município e no site www.conquistadoeste.mt.gov.br

Maria Lucia de Oliveira Porto

Prefeita Municipal

CONTRATO
PORTARIA Nº. 036/2019

"Dispõe sobre a nomeação de servidor em cargo comissionado que especifica.**"**

MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO, Prefeita do Município de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, e com base no artigo 63 inciso IX da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE**:**

Art. 1º. Nomear para exercer o cargo em comissão, COORD. DE CULT. DESP. E LAZER, instituído pela Lei Complementar nº 002/2001, o servidor **CELSO SANTANA DOS ANJOS** portador da cédula de identidade RG nº 0828083-5, expedida pela SSP/MT e do CPF 514.456.971-49, a partir desta data.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita, em 11 de fevereiro de 2019.

Assinatura

Maria Lucia de Oliveira Porto

Prefeita municipal

CONTRATO
PORTARIA Nº 037/2019

"Dispõe sobre a concessão de licença por motivo de doença em pessoa da família"

MARIA LUCIA OLIVEIRA PORTO, Prefeita Municipal de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, e com base no artigo 63 inciso IX da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder licença remunerada, por motivo de doença em pessoa da família, previsto no artigo 89 da Lei Complementar n° 001/2001, a servidora **VERA LUCIA DA SILVA MOTA**, **AGENTE COMUNITARIA DE SAÚDE**, lotada no **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE**, pelo período de 30 dias, a partir de 06 de Fevereiro de 2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se

Publique-se

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, em 11 de Fevereiro de 2019.

MARIA LUCIA OLIVEIRA PORTO

Prefeita Municipal

CONTRATO
PORTARIA Nº 039/2019

"Designa Fiscal de Contrato Administrativo."

MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO, Prefeita Municipal de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições definidas no artigo 63, inciso IX, da Lei Orgânica do Município,

Considerando o disposto no artigo 67, da lei 8.666/93,

Considerando as disposições contidas no Decreto Municipal 038/2013, e;

Considerando os princípios que regem a Administração Pública;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora **Rosilene Dutra Pereira**, ocupante do cargo de **Fiscal de Tributos**, portadora da cédula de identidade nº 001.522.908 – SSP/MS e CPF nº 021.987.311.93, lotada na Secretaria de Fazenda, para atuar como fiscal do contrato administrativo n° **024/2019**.

Art. 2º - Fica o fiscal obrigado a comunicar a administração todas às ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos eventualmente observados.

Parágrafo Único – As decisões e providencias que ultrapassem a competência do fiscal deverão ser solicitado, à administração, em tempo hábil, para a adoção das medidas saneadoras.

Art. 3º - Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir da assinatura do contrato.

Gabinete do Prefeito, em 12 de fevereiro de 2019.

Maria Lucia de Oliveira Porto

Prefeita Municipal

Certifico que este ato *foi publicado mediante afixação no mural desta Prefeitura Orgânica* do Município e no site www.conquistadoeste.mt.gov.br

CONTRATO
PORTARIA Nº 040/2019

"Dispõe sobre Progressão de Classe de servidores da Carreira da Administração do Município de Conquista D'Oeste."

MARIA LUCIA OLIVEIRA PORTO, Prefeita Municipal de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e, considerando a Lei Complementar nº 001/2001 e a Lei Complementar nº 002/2001,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder **Progressão de Classe** aos servidores da Carreira da Administração do Município de Conquista D'Oeste, nos termos do artigo 60, I, da Lei Complementar nº 002/2001, conforme quadro a seguir:

Cargo	Processo	Servidor	Matrícula	Referência de Vencimento Atual	Nova Referência de Vencimento	Efeito Financeiro
ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	93/2019	WALTER QUEIROZ VICTORIO JUNIOR	1043	"V-01" (A)	"V-02" (B)	28/02/2019
ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	129/2019	ERONALDO MENDES TEIXEIRA JUNIOR	671	"V-02" (B)	"V-03" (C)	28/02/2019
PROFESSOR	052/2019	SARA BARROS DO NASCIMENTO	1094	"V-02" (B)	"V-03" (C)	28/02/2019

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 28 de Fevereiro de 2019.

Registre-se.

Publique-se

Cumpra-se.

Gabinete da Prefeita, em 20 de Fevereiro de 2019.

MARIA LUCIA OLIVEIRA PORTO

Prefeita Municipal

CONTRATO
PORTARIA 041/2019

"Dispõe sobre Elevação de Referência de Vencimento de servidores da Carreira da Administração e dos profissionais do magistério do Município de Conquista D'Oeste."

MARIA LÚCIA DE OLIVEIRA PORTO, Prefeita Municipal de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e, considerando a Lei Complementar nº 001/2001 e a Lei Complementar nº 002/2001 e 003/2001.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder **Elevação de Referência de Vencimento** aos servidores da Carreira da Administração e dos profissionais do magistério do Município de Conquista D'Oeste, nos termos do artigo 60, II, da Lei Complementar nº 002/2001, e nos termos do artigo 41, da Lei Complementar nº 003/2001, conforme quadro a seguir:

Cargo	Servidor	Matrícula	Ingresso	Classe Atual	Nova Classe	Efeito Financeiro
ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	ERONALDO MENDES TEIXEIRA JUNIOR	671	02/02/2009	“B” (02)	“C” (03)	28/02/2019
AUDITOR INTERNO	DORVALINA NUNES	985	20/02/2014	“A” (01)	“B” (02)	28/02/2019
TECNICO AUX EM AUDITORIA PUBLICA	VAGNER CHELIS GUIMARAES	986	20/02/2014	“A” (01)	“B” (02)	28/02/2019
PROFESSOR	RITA DE CASSIA BECK DE OLIVEIRA	1095	15/02/2016	“A” (01)	“B” (02)	28/02/2019
SERVIÇOS GERAIS	MARNY APARECIDA DE OLIVEIRA SILVA	672	03/02/2009	“B” (02)	“C” (03)	28/02/2019
PROFESSOR	CLEUNICE VIEIRA DO NASCIMENTO PALMIERI	1098	18/02/2016	“A” (01)	“B” (02)	28/02/2019
PROFESSOR	ROSE MEIRE VALDERRAMA	723	01/02/2010	“B” (02)	“C” (03)	28/02/2019
PROFESSOR	SARA BARROS DO NASCIMENTO	1094	15/02/2016	“A” (01)	“B” (02)	28/02/2019

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 28 de Fevereiro de 2019.

Registre-se.

Publique-se

Cumpra-se.

Gabinete da Prefeita, em 03 de Dezembro de 2018.

Maria Lúcia de Oliveira Porto

PREFEITA MUNICIPAL

CONTRATO
PORTARIA Nº 025 /2019

“Designa Fiscal de Contrato Administrativo.”

MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO, Prefeita Municipal de Conquista D’Oeste, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições definidas no artigo 63, inciso IX, da Lei Orgânica do Município,

Considerando o disposto no artigo 67, da lei 8.666/93,

Considerando as disposições contidas no Decreto Municipal 038/2013, e;

Considerando os princípios que regem a Administração Pública;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora **MARINA DA GAMA SOUZA** portadora da Cédula de Identidade RG nº 0597468-2 SJ/MT e do CPF: 572.279.771-53, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, para atuar como fiscal do contrato administrativo n° **013/2019.**

Art. 2º - Fica o fiscal obrigado a comunicar a administração todas às ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos eventualmente observados.

Parágrafo Único – As decisões e providencias que ultrapassem a competência do fiscal deverão ser solicitado, à administração, em tempo hábil, para a adoção das medidas saneadoras.

Art. 3º - Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir da assinatura do contrato.

Cumpra-se

Gabinete do Prefeito, em 04 de fevereiro de 2019.

Maria Lucia de Oliveira Porto

Prefeita Municipal

Certifico que este ato foi publicado mediante afixação no mural desta Prefeitura Orgânica do Município e no site www.conquistadoeste.mt.gov.br

CONTRATO
CONTRATO Nº 037/2019

termo de Contrato que entre si celebram O MUNICÍPIO DE Conquista D’OESTE E a Empresa **JARAGUA MERCANTIL LTDA - EPP**.

O **MUNICÍPIO DE CONQUISTA D’OESTE,** com sede na Avenida dos Oitis, nº 1200, Centro, Conquista D’Oeste/MT, inscrito no CNPJ n.º 04.219.688/0001-56, neste ato representado por sua Prefeita Municipal, MARIA LÚCIA DE OLIVEIRA PORTO, brasileira, divorciada, portadora da cédula de identidade nº 000844464 SSP/MS e do CPF nº 607.752.031-49, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE** e empresa **JARAGUA MERCANTIL LTDA - EPP**, com sede na RUA CEREJEIRA, 63, JARDIM QUEIROZ na cidade de CAMBÉ., Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob nº 13.390.706/0001-59, doravante denominada **CONTRATADA,** neste ato representada pelo(a) Sr.(a) SENILDO MEDEIROS DA SILVA, portador(a) da Carteira de Identidade nº 35263, expedida pelo(a) DRT/GO, e CPF nº 340.788.431-15, tendo em vista o que consta do **Processo Administrativo nº 67/2019** e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e demais normas aplicáveis à matéria, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da **Ata de Registro de Preços nº 002/2019** do **Pregão Presencial nº 004/2019**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1 O objeto do presente Termo de Contrato é a **aquisição de equipamentos odontológicos para estruturação da rede de serviços de Atenção Básica de Saúde Bucal**, conforme processo nº 25000.117823/2018-31 (Proposta de nº 5103361712281904248 e Proposta nº 5103361712281856953) da Portaria 4.014/2017 - Ministério da Saúde - Fundo Nacional de Saúde, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Edital de Pregão identificado no preâmbulo e na proposta vencedora, os quais integram o presente instrumento, independente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é até 31 de dezembro de 2019, contados a partir da data de sua assinatura, prorrogável na forma do art. 57, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA - VALOR CONTRATUAL

3.1. O valor do presente Termo de Contrato é de **R$ 24.090,00(Vinte e quatro mil e noventa reais).**

3.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA QUARTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

4.1 São obrigações da CONTRATANTE:

a) receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos e na Proposta da licitante vendedora;

b) Emitiras autorizações de fornecimento e realizar seu controle efetivo;

c) verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto contratado recebido provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo, quando for o caso;

d) comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto contratado, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

e) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, através de comissão/servidor especialmente designado; e

f) efetuar o pagamento à CONTRATADAno valor correspondente à execução do objeto contratado, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos.

4.2 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA QUINTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

a) efetuar a entrega do objeto contratado conforme as condições, especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a marca, fabricante, modelo, e prazo de garantia ou validade;

b) responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

c) substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado pela CONTRATANTE, o objeto contratado que apresente vícios, avarias ou defeitos;

d) comunicar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

e) manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação; e

f) indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

5.2. A **CONTRATADA** ainda obriga-se a:

a) aceitar as alterações que se fizerem necessárias, conforme disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93;

b) não transferir, no todo ou em parte, o objeto deste contrato, sem prévia e expressa anuência da CONTRATANTE;

c) responsabilizar-se pela entrega do objeto contratado, inclusive no que se referir a não observância da legislação em vigor;

d) arcar com todos os ônus necessários à completa entrega do objeto deste Termo de Contrato, inclusive no que se referir à qualidade dos recursos materiais empregados e seleção e treinamento dos recursos humanos necessários ao seu desenvolvimento;

e) responder integralmente, por quaisquer perdas e danos que vier a causar à CONTRATANTE ou à terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;

f) responder, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes do fornecimento dos materiais, tais como: salários, seguros de acidente, taxas, impostos e contribuições, indenizações, encargos trabalhistas, acidentes de trabalho; e

g) assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-las na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a CONTRATANTE.

CLÁUSULA SEXTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

6.1. As despesas decorrentes das aquisições, objeto desta Licitação, correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento, distribuídos da seguinte forma:

ÓRGÃO: 06 – SECRETARIA DE SAÚDE

UNIDADE: 001 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

FUNÇÃO: 10 – SAÚDE

SUBFUNÇÃO: 301 – ATENÇÃO BÁSICA

PROGRAMA: 0023 – ATENÇÃO BÁSICA

PROJETO/ATIVIDADE: 2 044 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS DAS AÇÕES DE SAÚDE BUCAL

ELEMENTO: 4490.52.00.00.00 (304) – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

6.2 Os recursos financeiros serão conforme PROCESSO Nº 25000.117823/2018-31 (PROPOSTA nº 5103361712281904248 e PROPOSTA nº 5103361712281856953) da PORTARIA 4.014/2017 - MINISTÉRIO DA SAÚDE - FUNDO NACIONAL DE SAÚDE, não havendo CONTRAPARTIDA do município.

CLÁUSULA SÉTIMA - PAGAMENTO

7.1 O PAGAMENTO SERÁ EFETUADO EM ATÉ 30 (TRINTA) DIAS CORRIDOS DA **ENTREGA** DOS EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES CORRESPONDENTES À CADA NOTA FISCAL EMITIDA, **MEDIANTE A APRESENTAÇÃO** DO RESPECTIVO DOCUMENTO FISCAL ATESTADA POR SERVIDOR DESIGNADO PELA CONTRATANTE.

7.2.Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplemento contratual.

7.3. O pagamento poderá ser efetuado através de depósito em qualquer agência da rede bancária, para crédito da CONTRATADA em conta corrente de sua titularidade.

7.4. O pagamento somente será efetuado mediante:

a) prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da contratada, através de Certidões expedidas pelos órgãos competentes, que estejam dentro do prazo de validade expresso na própria certidão, composta de: Certidão de Quitação de Tributos Federais, neles abrangidos as contribuições sociais, administrados pela

Secretaria da Receita Federal; Certidão Quanto à Dívida Ativa da União, expedida pela Procuradoria da Fazenda Nacional-Ministério da Fazenda; Certidão expedida pela Secretaria da Fazenda do Estado ou Distrito Federal e Certidão Expedida pela Prefeitura Municipal, da sede da empresa quando couber;

b) prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS (art. 27, a, Lei n° 8.036/90), através da apresentação do CRF – Certificado de Regularidade do FGTS; e

c) prova de situação regular perante o Instituto Nacional de Seguridade Social-INSS (art. 195, § 3°, da Constituição Federal), através da apresentação da CND – Certidão Negativa de Débito.

7.5. O não cumprimento do previsto neste Termo de Contrato permitirá à CONTRATANTE a retenção do valor devido constante de documento fiscal até que seja sanada a irregularidade.

CLÁUSULA OITAVA – REAJUSTE E ALTERAÇÕES

8.1. O preço contratado é fixo e irreajustável.

8.2 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, quando:

a) solicitada pela **CONTRATADA**, junto ao setor competente do ÓRGÃO, devidamente justificado e protocolado;

b) solicitada pelo ÓRGÃO, junto à **CONTRATADA**, devidamente justificado e protocolado.

8.3 A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

8.4 As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

CLÁUSULA NONA - FISCALIZAÇÃO

9.1 Exercer, por intermédio de servidor designado na forma do artigo 67 da Lei Federal nº 8.666/93, o acompanhamento e fiscalização da execução do contrato, sob todos os seus aspectos, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da CONTRATADA.

9.1.1. A fiscalização e acompanhamento de que trata esta Cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA**, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica co-responsabilidade do **CONTRATANTE** ou de seus agentes e prepostos (art. 70 da Lei nº 8.666/93).

CLÁUSULA DÉCIMA - INEXECUÇÃO E RESCISÃO DO CONTRATO

10.1. A inexecução total ou parcial do **CONTRATO** enseja a sua rescisão, e ficará o contrato rescindido de pleno direito, independentemente de aviso ou interpelação judicial ou extrajudicial, se houver ocorrência de uma das situações prescritas nos artigos 77, 78, 79, 80 e seguintes da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores.

10.2. O presente **CONTRATO** poderá, ainda, ser rescindido por ato unilateral da administração, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência da Administração, desde que justificado, a qualquer tempo, mediante aviso prévio de 30 (trinta) dias, ou ainda judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1 Atraso por parte da CONTRATADA na assinatura do contrato e a não apresentação da situação regular na forma exigida nas alíneas a, b e c do Item 8.4 do Contrato, incidirá na aplicação da multa de 0,5 % (zero vírgula cinco por cento) ao dia, sobre o valor adjudicado, sendo que, se a situação perdurar até o 11º dia, será caracterizado inexecução total da obrigação.

11.2 Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 87, I, III e IV, da Lei 8. 666/93, pela inexecução total ou parcial do objeto adjudicado, o Município de Conquista D'Oeste poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à Contratada multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total adjudicado.

11.2.1 Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com o Município de Conquista D'Oeste, por prazo de até 02 (dois) anos, e,

11.2.2 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

11.2.3 A licitante, adjudicatária ou contratada que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida prévia e ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste pelo prazo de até cinco anos e, se for o caso, será descredenciada do Cadastro Geral de Fornecedores por igual período, sem prejuízo da ação penal correspondente na forma da lei.

11.3 A multa, eventualmente imposta à contratada, será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Caso a contratada não tenha nenhum valor a receber da Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste, ser-lhe-á concedido o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, seus dados serão encaminhados ao Órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa do município, podendo, ainda o Município de Conquista D'Oeste proceder a cobrança judicial da multa.

11.4 As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar ao Município de Conquista D'Oeste.

11.5 Além das penalidades citadas, a licitante vencedora ficará sujeita, ainda, ao cancelamento de sua inscrição no Cadastro Geral de Fornecedores, e, no que couber, às demais penalidades referidas no Capítulo IV da Lei n.º 8.666/93.

11.6 As sanções de suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o Município **de Conquista D'Oeste**, e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas à licitante vencedora concomitantemente com as de multa, que poderão ser descontadas dos pagamentos a serem efetuados ou cobradas judicialmente.

11.7 A multa prevista no item 11.1 tem caráter de sanção e será cobrada por compensação financeira dos créditos que a contratada tiver a receber.

11.8 Das decisões proferidas pela Administração cabem:

a) Recurso por escrito, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, nos casos previstos no art. 109, § 4º da Lei Federal nº 8.666/93;

b) Representação ao Município de Conquista D'Oeste, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação da decisão relacionada com o objeto do Contrato, de que não caiba recurso hierárquico.

c) Pedido de reconsideração da decisão do Município de Conquista D'Oeste nos casos de declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da intimação do ato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - VALIDADE E EFICÁCIA

12.1 Incumbirá à **CONTRATANTE** providenciar a publicação do extrato deste Termo de Contrato e de seus eventuais aditivos na imprensa oficial,

que é condição indispensável para sua eficácia, até o quinto dia útil do mês seguinte ao da sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias daquela data, nos termos do artigo 61, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – FORO

13.1 Fica eleito o foro da Comarca de Pontes e Lacerda, Estado de Mato Grosso, como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

13.2 Os casos omissos serão resolvidos amigavelmente entre as partes e em observância a legislação pertinente.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes e 03 (três) testemunhas idôneas e civilmente capazes.

Conquista D'Oeste/ MT, 25 de fevereiro de 2019.

Maria Lucia de Oliveira Porto Prefeita Municipal Representante Legal da Contratante	JARAGUA MERCANTIL LTDA - EPP Representante Legal da Contratada
TESTEMUNHA	
Nome: RG:	Nome: RG:

CONTRATO
PORTARIA Nº 026/2019

"Designa Fiscal de Contrato Administrativo."

MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO, Prefeita do municipio de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições definidas no artigo 63, inciso IX, da Lei Orgânica do Município,

Considerando o disposto no artigo 67, da lei 8.666/93,

Considerando as disposições contidas no Decreto Municipal 038/2013, e;

Considerando os princípios que regem a Administração Pública;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora **ELENIR LUCIA DE SOUZA**, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, matrícula nº 501, portadora da cédula de identidade nº 1441733-2expedida pela SSP/MT e do CPF nº 786. 720.151.34, lotada na Secretaria de Ação Social, para atuar como fiscal do contrato administrativo nº **014/2019**.

Art. 2º - Fica o fiscal obrigado a comunicar a administração todas às ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos eventualmente observados.

Parágrafo Único – As decisões e providencias que ultrapassem a competência do fiscal deverão ser solicitado, à administração, em tempo hábil, para a adoção das medidas saneadoras.

Art. 3º - Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação produzindo seus efeitos a partir da assinatura do contrato.

Cumpra-se

Gabinete do Prefeito, 04 de fevereiro de 2019.

Maria Lucia de Oliveira Porto

Prefeita Municipal

CONTRATO
PORTARIA Nº 027/2019

"Designa Fiscal de Contrato Administrativo."

MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO, Prefeita Municipal de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições definidas no artigo 63, inciso IX, da Lei Orgânica do Município,

Considerando o disposto no artigo 67, da lei 8.666/93,

Considerando as disposições contidas no Decreto Municipal 038/2013, e;

Considerando os princípios que regem a Administração Pública;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora **Rosilene Dutra Pereira**, ocupante do cargo de **Fiscal de Tributos**, portadora da cédula de identidade nº 001.522.908 – SSP/MS e CPF nº 021.987.311.93, lotada na Secretaria de Fazenda, para atuar como fiscal do contrato administrativo n° **015/2019**.

Art. 2º - Fica o fiscal obrigado a comunicar a administração todas às ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos eventualmente observados.

Parágrafo Único – As decisões e providencias que ultrapassem a competência do fiscal deverão ser solicitado, à administração, em tempo hábil, para a adoção das medidas saneadoras.

Art. 3º - Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir da assinatura do contrato.

Gabinete do Prefeito, em 04 de fevereiro de 2019.

Maria Lucia de Oliveira Porto

Prefeita Municipal

Certifico que este ato *foi publicado mediante afixação no mural desta Prefeitura Orgânica* do Município e no site www.conquistadoeste.mt.gov.br

CONTRATO
CONTRATO Nº 036/2019

termo de Contrato que entre si celebram O MUNICÍPIO DE Conquista D'OESTE E a Empresa **CIRURGICA GONCALVES LTDA. - EPP**.

O **MUNICÍPIO DE CONQUISTA D'OESTE,** com sede na Avenida dos Oitis, nº 1200, Centro, Conquista D'Oeste/MT, inscrito no CNPJ n.º 04.219. 688/0001-56, neste ato representado por sua Prefeita Municipal, MARIA LÚCIA DE OLIVEIRA PORTO, brasileira, divorciada, portadora da cédula de identidade nº 000844464 SSP/MS e do CPF nº 607.752.031-49, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE** e empresa **CIRURGICA GONCALVES LTDA. - EPP**, com sede na AVENIDA GENERAL MELLO, 1527, Pico do Amor, na cidade de CUIABÁ, Estado de Mato Grosso, inscrita no CNPJ sob nº 15.371.628/0001-70, doravante denominada **CONTRATADA,** neste ato representada pelo(a) Sr.(a) WILLIANS CARRIEL VIANA NOVELLI FILHO, portador(a) da Carteira de Identidade nº 820098, expedida pelo(a) SSP/TO, e CPF nº 028.679.341-50, tendo em vista o que consta do **Processo Administrativo nº 67/2019** e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e demais normas aplicáveis à matéria, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da **Ata de Registro de Preços nº 001/2019** do **Pregão Presencial nº 004/2019**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1 O objeto do presente Termo de Contrato é a **aquisição de equipamentos odontológicos para estruturação da rede de serviços de Atenção Básica de Saúde Bucal**, conforme processo nº 25000.117823/ 2018-31 (Proposta de nº 5103361712281904248 e Proposta nº 5103361712281856953) da Portaria 4.014/2017 - Ministério da Saúde - Fundo Nacional de Saúde, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Edital de Pregão identificado no preâmbulo e na proposta

vencedora, os quais integram o presente instrumento, independente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é até 31 de dezembro de 2019, contados a partir da data de sua assinatura, prorrogável na forma do art. 57, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA - VALOR CONTRATUAL

3.1. O valor do presente Termo de Contrato é de **R$ 24.000,00(Vinte e quatro mil reais).**

3.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA QUARTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

4.1 São obrigações da CONTRATANTE:

a) receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos e na Proposta da licitante vendedora;

b) Emitiras autorizações de fornecimento e realizar seu controle efetivo;

c) verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto contratado recebido provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo, quando for o caso;

d) comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto contratado, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

e) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, através de comissão/servidor especialmente designado; e

f) efetuar o pagamento à CONTRATADAno valor correspondente à execução do objeto contratado, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos.

4.2 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA QUINTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

a) efetuar a entrega do objeto contratado conforme as condições, especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a marca, fabricante, modelo, e prazo de garantia ou validade;

b) responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

c) substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado pela CONTRATANTE, o objeto contratado que apresente vícios, avarias ou defeitos;

d) comunicar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

e) manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação; e

f) indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

5.2. A **CONTRATADA** ainda obriga-se a:

a) aceitar as alterações que se fizerem necessárias, conforme disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93;

b) não transferir, no todo ou em parte, o objeto deste contrato, sem prévia e expressa anuência da CONTRATANTE;

c) responsabilizar-se pela entrega do objeto contratado, inclusive no que se referir a não observância da legislação em vigor;

d) arcar com todos os ônus necessários à completa entrega do objeto deste Termo de Contrato, inclusive no que se referir à qualidade dos recursos materiais empregados e seleção e treinamento dos recursos humanos necessários ao seu desenvolvimento;

e) responder integralmente, por quaisquer perdas e danos que vier a causar à CONTRATANTE ou à terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;

f) responder, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes do fornecimento dos materiais, tais como: salários, seguros de acidente, taxas, impostos e contribuições, indenizações, encargos trabalhistas, acidentes de trabalho; e

g) assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-las na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a CONTRATANTE.

CLÁUSULA SEXTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

6.1. As despesas decorrentes das aquisições, objeto desta Licitação, correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento, distribuídos da seguinte forma:

ÓRGÃO: 06 – SECRETARIA DE SAÚDE

UNIDADE: 001 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

FUNÇÃO: 10 – SAÚDE

SUBFUNÇÃO: 301 – ATENÇÃO BÁSICA

PROGRAMA: 0023 – ATENÇÃO BÁSICA

PROJETO/ATIVIDADE: 2 044 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS DAS AÇÕES DE SAÚDE BUCAL

ELEMENTO: 4490.52.00.00.00 (304) – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

6.2 Os recursos financeiros serão conforme PROCESSO Nº 25000.117823/2018-31 (PROPOSTA nº 5103361712281904248 e PROPOSTA nº 5103361712281856953) da PORTARIA 4.014/2017 - MINISTÉRIO DA SAÚDE - FUNDO NACIONAL DE SAÚDE, não havendo CONTRAPARTIDA do município.

CLÁUSULA SÉTIMA - PAGAMENTO

7.1 O PAGAMENTO SERÁ EFETUADO EM ATÉ 30 (TRINTA) DIAS CORRIDOS DA **ENTREGA** DOS EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES CORRESPONDENTES À CADA NOTA FISCAL EMITIDA, **MEDIANTE A APRESENTAÇÃO** DO RESPECTIVO DOCUMENTO FISCAL ATESTADA POR SERVIDOR DESIGNADO PELA CONTRATANTE.

7.2.Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplemento contratual.

7.3. O pagamento poderá ser efetuado através de depósito em qualquer agência da rede bancária, para crédito da CONTRATADA em conta corrente de sua titularidade.

7.4. O pagamento somente será efetuado mediante:

a) prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da contratada, através de Certidões expedidas pelos órgãos competentes, que estejam dentro do prazo de validade expresso na própria certidão, composta de: Certidão de Quitação de Tributos Federais, neles abrangidos as contribuições sociais, administrados pela Secretaria da Receita Federal; Certidão Quanto à Dívida Ativa da União, expedida pela Procuradoria da Fazenda Nacional-Ministério da Fazenda; Certidão expedida pela Secretaria da Fazenda do Estado ou Distrito Federal e Certidão Expedida pela Prefeitura Municipal, da sede da empresa quando couber;

b) prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS (art. 27, a, Lei n° 8.036/90), através da apresentação do CRF – Certificado de Regularidade do FGTS; e

c) prova de situação regular perante o Instituto Nacional de Seguridade Social-INSS (art. 195, § 3°, da Constituição Federal), através da apresentação da CND – Certidão Negativa de Débito.

7.5. O não cumprimento do previsto neste Termo de Contrato permitirá à CONTRATANTE a retenção do valor devido constante de documento fiscal até que seja sanada a irregularidade.

CLÁUSULA OITAVA – REAJUSTE E ALTERAÇÕES

8.1. O preço contratado é fixo e irreajustável.

8.2 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, quando:

a) solicitada pela **CONTRATADA**, junto ao setor competente do ÓRGÃO, devidamente justificado e protocolado;

b) solicitada pelo ÓRGÃO, junto à **CONTRATADA**, devidamente justificado e protocolado.

8.3 A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

8.4 As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

CLÁUSULA NONA - FISCALIZAÇÃO

9.1 Exercer, por intermédio de servidor designado na forma do artigo 67 da Lei Federal nº 8.666/93, o acompanhamento e fiscalização da execução do contrato, sob todos os seus aspectos, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da CONTRATADA.

9.1.1. A fiscalização e acompanhamento de que trata esta Cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA**, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica co-responsabilidade do **CONTRATANTE** ou de seus agentes e prepostos (art. 70 da Lei nº 8.666/93).

CLÁUSULA DÉCIMA - INEXECUÇÃO E RESCISÃO DO CONTRATO

10.1. A inexecução total ou parcial do **CONTRATO** enseja a sua rescisão, e ficará o contrato rescindido de pleno direito, independentemente de aviso ou interpelação judicial ou extrajudicial, se houver ocorrência de uma das situações prescritas nos artigos 77, 78, 79, 80 e seguintes da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores.

10.2. O presente **CONTRATO** poderá, ainda, ser rescindido por ato unilateral da administração, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência da Administração, desde que justificado, a qualquer tempo, mediante aviso prévio de 30 (trinta) dias, ou ainda judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1 Atraso por parte da CONTRATADA na assinatura do contrato e a não apresentação da situação regular na forma exigida nas alíneas a, b e c do Item 8.4 do Contrato, incidirá na aplicação da multa de 0,5 % (zero vírgula cinco por cento) ao dia, sobre o valor adjudicado, sendo que, se a situação perdurar até o 11º dia, será caracterizado inexecução total da obrigação.

11.2 Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 87, I, III e IV, da Lei 8. 666/93, pela inexecução total ou parcial do objeto adjudicado, o Município de Conquista D'Oeste poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à Contratada multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total adjudicado.

11.2.1 Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com o Município de Conquista D'Oeste, por prazo de até 02 (dois) anos, e,

11.2.2 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

11.2.3 A licitante, adjudicatária ou contratada que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida prévia e ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste pelo prazo de até cinco anos e, se for o caso, será descredenciada do Cadastro Geral de Fornecedores por igual período, sem prejuízo da ação penal correspondente na forma da lei.

11.3 A multa, eventualmente imposta à contratada, será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Caso a contratada não tenha nenhum valor a receber da Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste, ser-lhe-á concedido o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, seus dados serão encaminhados ao Órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa do município, podendo, ainda o Município de Conquista D'Oeste proceder a cobrança judicial da multa.

11.4 As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar ao Município de Conquista D'Oeste.

11.5 Além das penalidades citadas, a licitante vencedora ficará sujeita, ainda, ao cancelamento de sua inscrição no Cadastro Geral de Fornecedores, e, no que couber, às demais penalidades referidas no Capítulo IV da Lei n.º 8.666/93.

11.6 As sanções de suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o Município **de Conquista D'Oeste**, e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas à licitante vencedora concomitantemente com as de multa, que poderão ser descontadas dos pagamentos a serem efetuados ou cobradas judicialmente.

11.7 A multa prevista no item 11.1 tem caráter de sanção e será cobrada por compensação financeira dos créditos que a contratada tiver a receber.

11.8 Das decisões proferidas pela Administração cabem:

a) Recurso por escrito, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, nos casos previstos no art. 109, § 4º da Lei Federal nº 8.666/93;

b) Representação ao Município de Conquista D'Oeste, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação da decisão relacionada com o objeto do Contrato, de que não caiba recurso hierárquico.

c) Pedido de reconsideração da decisão do Município de Conquista D'Oeste nos casos de declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da intimação do ato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - VALIDADE E EFICÁCIA

12.1 Incumbirá à **CONTRATANTE** providenciar a publicação do extrato deste Termo de Contrato e de seus eventuais aditivos na imprensa oficial, que é condição indispensável para sua eficácia, até o quinto dia útil do mês seguinte ao da sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias daquela data, nos termos do artigo 61, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – FORO

13.1 Fica eleito o foro da Comarca de Pontes e Lacerda, Estado de Mato Grosso, como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

13.2 Os casos omissos serão resolvidos amigavelmente entre as partes e em observância a legislação pertinente.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes e 03 (três) testemunhas idôneas e civilmente capazes.

Conquista D'Oeste/ MT, 25 de fevereiro de 2019.

Maria Lucia de Oliveira Porto Prefeita Municipal Representante Legal da Contratante	CIRURGICA GONCALVES LTDA. - EPP Representante Legal da Contratada
TESTEMUNHA	
Nome: RG:	Nome: RG:

CONTRATO
PORTARIA Nº 028/2019

"Designa Fiscal de Contrato Administrativo."

MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO, Prefeita Municipal de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições definidas no artigo 63, inciso IX, da Lei Orgânica do Município,

Considerando o disposto no artigo 67, da lei 8.666/93,

Considerando as disposições contidas no Decreto Municipal 038/2013, e;

Considerando os princípios que regem a Administração Pública;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor **LUCIO DIVINO GOMES**, portador da cédula de identidade sob o nº M-6908833, expedida pela SSP/MT e do CPF 031.805.137-05, lotado na Secretaria Municipal de Obras, para atuar como fiscal do contrato administrativo n° **016/2019**.

Art. 2º - Fica o fiscal obrigado a comunicar a administração todas às ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos eventualmente observados.

Parágrafo Único – As decisões e providencias que ultrapassem a competência do fiscal deverão ser solicitado, à administração, em tempo hábil, para a adoção das medidas saneadoras.

Art. 3º - Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir da assinatura do contrato.

Cumpra-se

Gabinete do Prefeito, em 04 de fevereiro de 2019.

Maria Lucia de Oliveira Porto

Prefeita Municipal

Certifico que este ato foi publicado mediante afixação no mural desta Prefeitura Orgânica do Município e no site www.conquistadoeste.mt.gov.br

CONTRATO
PORTARIA Nº 029 /2019

"Designa Fiscal de Contrato Administrativo."

MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO, Prefeita Municipal de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições definidas no artigo 63, inciso IX, da Lei Orgânica do Município,

Considerando o disposto no artigo 67, da lei 8.666/93,

Considerando as disposições contidas no Decreto Municipal 038/2013, e;

Considerando os princípios que regem a Administração Pública;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora **MARINA DA GAMA SOUZA** portadora da Cédula de Identidade RG nº 0597468-2 SJ/MT e do CPF: 572.279.771-53, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, para atuar como fiscal do contrato administrativo n° **017/2019.**

Art. 2º - Fica o fiscal obrigado a comunicar a administração todas às ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos eventualmente observados.

Parágrafo Único – As decisões e providencias que ultrapassem a competência do fiscal deverão ser solicitado, à administração, em tempo hábil, para a adoção das medidas saneadoras.

Art. 3º - Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir da assinatura do contrato.

Cumpra-se

Gabinete do Prefeito, em 04 de fevereiro de 2019.

Maria Lucia de Oliveira Porto

Prefeita Municipal

Certifico que este ato foi publicado mediante afixação no mural desta Prefeitura Orgânica do Município e no site www.conquistadoeste.mt.gov.br

CONTRATO
CONTRATO Nº 035/2019

TERMO DE CONTRATO QUE, ENTRE SI, CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CONQUISTA D'OESTE E A EMPRESA**HBJ MONTEIRO SERVIÇOS DE ENGENHARIA EIRELI.**

O **MUNICÍPIO DE CONQUISTA D'OESTE,** com sede na Avenida dos Oitis, nº 1200, Centro, Conquista D'Oeste/MT, inscrito no CNPJ n.º 04.219.688/0001-56, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Interino, DANIEL DE MENEZES ALVARES, brasileiro, casado, portadora da cédula de identidade nº 1121964-5 SSP/MT e do CPF nº 810.922.101-72, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE** e empresa **HBJ MONTEIRO SERVIÇOS DE ENGENHARIA EIRELI**, com sede na Rua 8225, 3200 Apto 01 – 01° Andar, Bairro Residencial Alto Parecis, na cidade de Vilhena, Estado de Rondônia, inscrita no CNPJ sob nº 23.084.435/0001-67, doravante denominada **CONTRATADA,** neste ato representada pelo (a) Sr. (a) Anderson Monteiro Gomes da Silva, portador(a) da Carteira de Identidade nº 717099, expedida pelo(a) SSP/RO, e CPF nº 888.663.432-34, tendo em vista o que consta do **Processo Administrativo nº 049/**

2019 e em observância às disposições e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente e demais normas aplicáveis à matéria, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da **TOMADA DE PREÇOS nº 001/ 2019**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa para a **EXECUÇÃO DE OBRAS DE REFORMA DA CRECHE MUNICIPAL PEQUENOS ANJOS,** que será prestado nas condições estabelecidas no Projeto Básico e demais documentos técnicos que se encontram anexos ao Instrumento Convocatório do certame que deu origem a este instrumento contratual.

1.1. Este Termo de Contrato vincula-se ao Instrumento Convocatório da Tomada de PreçosNº 001/2019e seus anexos, identificado no preâmbulo acima, e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR

2.1. O valor do presente contrato é de **R$ 60.808,99 (Sessenta mil oitocentos e oito reais e noventa e nove centavos)**.

2.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, bem como taxas de licenciamento, administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

2.3. O valor consignado neste Termo de Contrato é fixo e irreajustável, porém poderá ser corrigido anualmente mediante requerimento da contratada, observado o interregno mínimo de um ano, contado a partir da data limite para a apresentação da proposta, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor-INPC ou outro que vier a substituí-lo, e afetará exclusivamente as etapas/parcelas do empreendimento cujo atraso não decorra de culpa da contratada.

2.4. Se, após a data de assinatura do contrato, houver qualquer alteração na Lei aplicada, com relação a tributos, taxas ou encargos legais, bem como a superveniência de disposições legais, que impliquem em aumento ou redução nos custos incorridos nos serviços e de comprovada repercussão nos preços, as mesmas poderão ser avaliadas para que sejam incorporados aos valores contratados.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

3.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é de **5 meses**, contados a partir da data de assinatura do presente instrumento.

3.2. A execução da obra será iniciada até **15 (quinze) dias** após o recebimento da ordem de serviço, cujas etapas observarão o cronograma físico-financeiro fixado no Projeto Básico.

3.3. A prorrogação dos prazos de execução e vigência do contrato será precedida da correspondente adequação do cronograma físico-financeiro, bem como de justificativa e autorização da autoridade competente para a celebração do ajuste, devendo ser formalizada nos autos do processo administrativo.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas oriundas do presente contrato correrão à expensas da seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO: *04 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO*

UNIDADE: *005 – DIVISÃO DO ENSINO INFANTIL*

FUNÇÃO: *12 – EDUCAÇÃO*

SUBFUNÇÃO: *365 – EDUCAÇÃO INFANTIL*

PROGRAMA: *0018 – ENSINO FUNDAMENTAL 06 – 14 ANOS*

PROJETO/ATIVIDADE: *1 008 – CONSTR. AMPL. E REFORMA DE PREDIOS P/ EDUC. INFANTIL.*

ELEMENTO: *4490.51.00.00.00 (131) – OBRAS E INSTALAÇÕES*

5. CLÁUSULA QUINTA - COMUNICAÇÃO ENTRE AS PARTES

5.1 A comunicação formal entre as partes se dará, obrigatoriamente, por meio de correspondência em papel timbrado, assinada pelo preposto da parte emitente e protocolada. Poderá ser utilizado, alternativamente, o Livro de Ocorrência da obra.

6. CLÁUSULA SEXTA - DAS MEDIÇÕES E PAGAMENTO

6.1. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de até **15 (quinze) dias**, contados da apresentação da Nota Fiscal/Fatura contendo o detalhamento das atividades executadas e dos materiais empregados, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta-corrente indicados pelo(a) contratado(a).

6.2. A apresentação da Nota Fiscal/Fatura deverá ocorrer no prazo de 15 (quinze) dias, contados da data final do período de adimplemento da parcela da contratação a que aquela se referir.

6.3. A Nota Fiscal/Fatura será emitida pela Contratada de acordo com os seguintes procedimentos: **6.3.1.** Mensalmente, a partir da autorização de início da obra, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, a Contratada apresentará a medição prévia das atividades executadas no período, através de planilha e memória de cálculo detalhada. **6.3.2.** Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando as atividades previstas para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executadas em sua totalidade. **6.4.** A Contratante terá o prazo de **10 (dez) dias úteis**, contados a partir da data da apresentação da medição, para aprovar ou rejeitar, no todo ou em parte, a medição prévia relatada pela Contratada, bem como para avaliar a conformidade das atividades executadas. **6.5.** A aprovação da medição prévia apresentada pela Contratada não a exime de qualquer das responsabilidades contratuais, nem implica aceitação definitiva das atividades executadas. **6.6.** Após a aprovação, a Contratada emitirá Nota Fiscal/Fatura no valor da medição definitiva aprovada pela Caixa Econômica Federal, acompanhada da planilha de medição de serviços e de memória de cálculo detalhada. **6.7.** O pagamento somente será efetuado após o "atesto", pelo servidor competente, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada, acompanhada dos demais documentos exigidos neste instrumento contratual. **6.8.** O "atesto" da Nota Fiscal/Fatura fica condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada com as atividades efetivamente executadas, bem como às seguintes comprovações, que deverão obrigatoriamente acompanhá-la: **6.8.1.** Do pagamento das contribuições sociais (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Previdência Social) e da regularidade trabalhista, correspondentes ao mês da última nota fiscal ou fatura vencida, quanto aos empregados diretamente vinculados à execução contratual; **6.8.2.** Da regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no artigo 29 da Lei n° 8.666, de 1993;

6.9. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o "atesto" pelo servidor competente, condicionado este ato à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada em relação às atividades efetivamente prestadas e aos materiais empregados.

6.10. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

6.11. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei n. 8.212, de 1993.

6.11.1. Quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), será retido na fonte conforme disposto no Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº 14/2003).

6.12. O CONTRATANTE se reserva no direito de descontar do pagamento de eventuais débitos da contratada relacionados à obra, como danos e prejuízos contra terceiros, multas e outros que sejam devidos.

6.13. Os pagamentos devidos à CONTRATADA poderão ser sustados pelo CONTRATANTE, nos seguintes casos:

I. Imperfeição nas obras executadas a critério da FISCALIZAÇÃO.

II. Não cumprimento, pela CONTRATADA, de obrigações com terceiros, que possam de qualquer forma, prejudicar o CONTRATANTE.

III. Não apresentação na primeira medição da cópia autenticada da guia de recolhimento da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART do (s) responsável (eis) técnico (s) pela execução das obras ora contratadas.

IV. Não apresentação dos comprovantes de quitação com as obrigações previdenciárias.

V. Inobservância de qualquer cláusula deste contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. São obrigações da CONTRATADA:

a) Executar os serviços previstos em projeto, bem como para os serviços complementares eventualmente necessários a critério da fiscalização, de acordo com as especificações técnicas.

b) Facilitar e assistir o exercício da mais completa fiscalização dos trabalhos contratados, fiscalização esta, que não o eximirá em hipótese alguma das obrigações previstas em lei.

c) Fornecer todos os equipamentos, materiais e mão-de-obra necessários à boa execução do presente contrato.

d) Retirar do canteiro de obras, no prazo de 24 horas, os funcionários, que, a critério da fiscalização, forem julgados inconvenientes.

e) Retirar das frentes de serviços equipamentos, que a critério da fiscalização, forem considerados inadequados para a produção e segurança.

f) Observar, rigorosamente, as disposições dos desenhos do projeto com as determinações da fiscalização assentadas no livro próprio da obra que devidamente rubricadas pelas partes, passam a fazer parte integrante do presente contrato.

g) Tomar as providências para evitar acidentes ou danos de qualquer espécie a seus operários e terceiros, em geral, responsabilizando-se por eventuais prejuízos causados.

h) Manter no canteiro de obras os equipamentos indispensáveis para execução e cumprimento dos prazos estipulados no Projeto Básico.

h.1) Tais equipamentos deverão ser reforçados, espontaneamente ou por solicitação do CONTRATANTE, se ficar evidenciada sua insuficiência para o cumprimento dos prazos contratuais ou a obediência às especificações técnicas. A complementação dos equipamentos, em qualquer hipótese, será feita sem ônus para o CONTRATANTE.

i) Manter no canteiro de obras um livro próprio, com folhas numeradas tipograficamente de 0 a 200, para assentamento das anotações da fiscalização, denominado "Livro de Ocorrência".

j) Obter o consentimento prévio da fiscalização para a publicação de qualquer relatório, ilustração, entrevista ou para o fornecimento de detalhes e informações das obras.

k) Toda e qualquer obra mencionada em quaisquer dos documentos que integram o presente contrato, será executada sob a responsabilidade direta da CONTRATADA, que se obriga a refazer as partes que não estiverem de acordo com as Especificações Técnicas ou com detalhes executivos porventura fornecidos pela fiscalização.

l) Colocar e manter placas de identificação da obra, e placas de responsabilidade técnica, até o final e definitivo recebimento dos serviços e obras contratados.

m) Respeitar as normas de sinalização diurna e noturna, emanadas dos órgãos competentes do Município.

m.1) Os desvios ou remanejamentos do trânsito, nas áreas de intervenção da obra e necessários à execução das obras, serão viabilizados pela CONTRATADA junto aos órgãos competentes da municipalidade.

n) Ressarcir os prejuízos causados aos equipamentos subterrâneos de concessionárias de serviços públicos, desde que tenha conhecimento oficial antecipado da localização desses equipamentos.

7.2. São, ainda, obrigações da CONTRATADA:

a) Responder pela segurança de todas as pessoas autorizadas a permanecer no Local das Obras;

b) Manter a ordem do canteiro de obras, de forma a evitar quaisquer riscos às pessoas, materiais e equipamentos;

c) Fornecer, manter e operar à suas expensas toda a iluminação, vigilância, cercas e sinalização, onde e quando exigido pelo CONTRATANTE, pela autoridade devidamente instituída ou por necessidade dos serviços em execução, para a proteção e segurança do público, população lindeira e da própria Obra e seus funcionários;

d) Tomar todas as providências necessárias à proteção de impactos ao meio ambiente ou à sua mitigação, às pessoas, ao patrimônio público e privado, ou outras causas surgidas em conseqüências da construção das obras;

e) Elaborar documentações necessárias à regularização de novas áreas de empréstimo e bota-foras.

8. CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. Para a execução das obras objeto do presente contrato, o CONTRATANTE obriga-se a:

a) Liberar as áreas necessárias à execução das obras;

b) Obter as Licenças Ambientais necessárias à execução das obras. (se necessário)

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

8.3. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designada, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

8.4. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

8.5. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação contratual, conforme cronograma físico-financeiro;

8.6. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura/nota fiscal, em conformidade com a legislação aplicável;

8.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

8.8. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

8.9. Arquivamento, entre outros documentos, de projetos, “as built”, especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;

9. CLÁUSULA NONA - *DAS RESPONSABILIDADES*

9.1. A CONTRATADA reconhece por este instrumento que é o único e exclusivo responsável por danos ou prejuízos que vier a causar ao Contratante, à coisa, à propriedade ou pessoa de terceiros, em decorrência da execução dos serviços, ou danos advindos de qualquer comportamento de seus empregados em serviço, objeto deste contrato, correndo à suas expensas, sem quaisquer ônus para o CONTRATANTE, ressarcimento ou indenizações que tais danos ou prejuízos possam causar.

9.2. A responsabilidade da CONTRATADA é integral para as obras contratadas, nos termos do Código Civil Brasileiro, sendo que a presença da FISCALIZAÇÃO não a diminui nem exclui.

9.3. É de responsabilidade da CONTRATADA o pagamento das multas ou sanções a ela aplicadas pela infração à qualquer dispositivo legal.

9.4. É de responsabilidade da CONTRATADA, a qualidade das obras, materiais e serviços executados/fornecidos, inclusive a promoção de readequações, às suas expensas, sempre que detectadas impropriedades que possam comprometer a consecução do objeto contratado.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DA DIREÇÃO DAS OBRAS

10.1. Para a responsabilidade técnica das obras, aqui pactuadas a CONTRATADA designará servidor responsável para seu acompanhamento e fiscalização.

10.2. A mudança do responsável deverá ser comunicada por escrito, com antecedência mínima de 10 (dez) dias e só poderá ser efetivada após a aprovação do CONTRATANTE.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS ENCARGOS

11.1. Responde a CONTRATADA por todos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais, não se admitindo, em qualquer hipótese, a transferência da responsabilidade para o CONTRATANTE, nem a oneração do objeto do contrato, ou qualquer restrição à regularização e uso do objeto do contrato, bem como pelos tributos federais, estaduais e municipais, que porventura sejam devidos em função ou decorrência do presente contrato.

11.2. Para os efeitos do disposto no artigo 31, da Lei nº 8.212, de 24/07/91 obriga-se a CONTRATADA a apresentar mensalmente a prova de recolhimento e quitação dos encargos previdenciários resultantes da execução do contrato, sob pena de rescisão e sujeição às sanções cabíveis.

11.3. Deverá ser enviada ao CONTRATANTE uma via da ART (Anotação de Responsabilidade Técnica), devidamente quitada, no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da assinatura do contrato, conforme determina a Lei Federal nº 6.496, de 07/12/77.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FISCALIZAÇÃO

12.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.2. O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

12.3. A verificação da adequação da prestação contratada deverá ser realizada com base nos critérios previstos nos projetos e demais documentos técnicos anexos ao instrumento convocatório a que se vincula este contrato.

12.4. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.5. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido nos projetos e demais documentos técnicos anexos ao instrumento convocatório a que se vincula este contrato, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

12.6. O representante do Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.7. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Contrato e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.8. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8. 666, de 1993.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO RECEBIMENTO

13.1. A obra ora contratada será considerada entregue definitivamente, somente após sua conclusão total e desde que observadas as Especificações Técnicas constantes do edital e seus anexos.

13.2. No caso da não aceitação provisória, a CONTRATADA deverá tomar todas as providências necessárias para sanar os problemas constatados, à suas expensas, no prazo estabelecido pela fiscalização, sem prejuízo da aplicação pelo CONTRATANTE das penalidades previstas contratualmente.

13.3. Se a CONTRATADA vier a atender à reclamação do CONTRATANTE, no sentido de sanar quaisquer deficiências ou vícios na execução da obra, detectados após o recebimento provisório, após vistoria que a comprove, será lavrado o Termo de Recebimento Definitivo, que se constituirá na referência inicial para contagem do prazo de responsabilidade e/ou garantia determinado pelo Código Civil Brasileiro e pelo contrato.

13.4. Se a CONTRATADA não sanar, no prazo pré-estabelecido, as deficiências ou os vícios detectados após o recebimento provisório das obras, o custo da reparação respectiva poderá ser descontado dos pagamentos devidos à CONTRATADA e/ou das cauções, sem prejuízo de qualquer outra medida.

13.5. O recebimento provisório ou definitivo da obra não exclui a responsabilidade civil da CONTRATADA pela exatidão dos mesmos, nem a ética profissional pela execução do contrato.

13.6. O recebimento provisório da obra será efetuado na forma do artigo 73, da Lei nº 8.666/93 e alterações, sendo precedido de comunicação ao CONTRATANTE.

13.7. Complementarmente, fica estabelecido que:

a) O CONTRATANTE poderá emitir um Termo de Recebimento Parcial para qualquer parte da obra que já tenha sido concluída, com o que será considerada entregue ao CONTRATANTE, que passará a assumir a partir daí a responsabilidade por sua operação e manutenção.

b) A emissão do Termo de Recebimento Parcial não exime a CONTRATADA da total responsabilidade pela guarda dos demais serviços em execu-

ção, bem como por quaisquer outras obras, materiais e instalações incorporadas para a execução.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA TRANSFERÊNCIA E DA SUBCONTRATAÇÃO

14.1. A subcontratação do objeto do presente contrato, so será aceito na forma da Lei.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO REGIME DE EXECUÇÃO E DAS ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.2. A diferença percentual entre o valor global do contrato e o preço global de referência não poderá ser reduzida em favor do contratado em decorrência de aditamentos que modifiquem a planilha orçamentária.

15.3. O contrato será realizado por execução indireta, sob o regime de empreitada por preço global. **15.4.** A assinatura do presente Contrato implica a concordância da Contratada com a adequação de todos os projetos anexos ao instrumento convocatório a que se vincula este ajuste, a qual aquiesce que eventuais alegações de falhas ou omissões em qualquer das peças, orçamentos, plantas, especificações, memoriais e estudos técnicos preliminares dos projetos não poderão ultrapassar, no seu conjunto, a dez por cento do valor total do futuro contrato, nos termos do art. 13, II do Decreto n. 7.983/2013. **16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS VEDAÇÕES**

16.1. É vedado à CONTRATADA:

a) Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

b) Interromper a execução dos serviços/atividades sob alegação de inadimplemento por parte do CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 a Contratada que inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação; ensejar o retardamento da execução do objeto; fraudar na execução do contrato; comportar-se de modo inidôneo; cometer fraude fiscal; ou não mantiver a proposta;

17.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações acima discriminadas ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

17.2.1. advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

17.2.2. multa compensatória de até 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

17.2.2.1. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

17.2.3. suspensão de licitar e impedimento de contratar com a Administração Municipal de Conquista D'Oeste, pelo prazo de até dois anos;

17.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados e após decorrido o prazo da penalidade de suspensão do subitem anterior;

17.3. A aplicação de multa não impede que a Administração rescinda unilateralmente o Contrato e aplique as outras sanções cabíveis.

17.4. A recusa injustificada da Adjudicatária em assinar o Contrato, após devidamente convocada, dentro do prazo estabelecido pela Administração, equivale à inexecução total do contrato, sujeitando-a às penalidades acima estabelecidas.

17.5. A aplicação de qualquer penalidade não exclui a aplicação da multa.

17.6. Também fica sujeita às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8. 666, de 1993, a Contratada que:

17.6.1. tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

17.6.2. tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

17.6.3. demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

17.7. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

17.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

17.9. As multas devidas e/ou prejuízos causados ao Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

17.9.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

17.10. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - PRERROGATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO

18.1. Neste contrato, são conferidas ao Município as prerrogativas de:

a) Modificá-lo, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades do interesse público, respeitados os direitos da contratada;

b) Rescindi-lo, unilateralmente, nas hipóteses previstas na Lei nº 8.666/93;

c) Fiscalizar o seu cumprimento, diretamente, por preposto ou através de entidade conveniada ou contratada;

d) Aplicar as penalidades previstas pelo descumprimento total ou parcial do ajustado;

e) Ocupar, provisoriamente, bens imóveis, imóveis, pessoal e serviços vinculados ao seu objeto, visando acautelar a apuração administrativa de faltas contratuais, praticadas pela contratada, bem como na hipótese de rescisão.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO CASO FORTUITO/FORÇA MAIOR

19.1. Qualquer falta cometida pela CONTRATADA somente poderá ser justificada, desde que comunicada por escrito e não considerada como inadimplência contratual, se provocada por fato fora de seu controle, de conformidade com a disposição do Código Civil Brasileiro.

19.2. Ocorrendo motivo de força maior, a CONTRATADA notificará, de imediato e por escrito, a fiscalização que administra o contrato, sobre a situação e suas causas. Salvo se o CONTRATANTE fornecer outras instruções por escrito, a CONTRATADA continuará cumprindo suas obrigações decorrentes do contrato, na medida do razoavelmente possível e procurará, por todos os meios disponíveis, cumprir aquelas obrigações não impedidas pelo evento de força maior.

19.3. Entende-se como força maior ou caso fortuito, os fatos resultantes de eventos físicos ou materiais, imprevistos ou imprevisíveis, ou fora de

controle e que por ela não puderem ser evitados, como por exemplo: inundação, terremoto, furacão, guerras, etc.

20. CLÁUSULA VIGÉSIMA – PUBLICAÇÃO

20.1. Incumbirá ao **CONTRATANTE** providenciar a publicação do extrato deste Termo de Contrato e de seus eventuais aditivos na imprensa oficial, que é condição indispensável para sua eficácia, até o quinto dia útil do mês seguinte ao da sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias daquela data, nos termos do artigo 61, da Lei 8.666/93.

21. CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DO FORO

21.1. Para as questões que surgirem na execução deste contrato e que não forem resolvidas administrativamente, define-se o foro do presente contrato como o da Comarca de Pontes e Lacerda, estado de Mato Grosso, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justas e contratadas, assinam o presente em 3 (três) vias de igual teor e único efeito, na presença das testemunhas abaixo.

Conquista D'Oeste, 19 de fevereiro de 2019.

Maria Lucia de Oliveira Porto

Prefeita Municipal

Representante Legal da Contratante

HBJ MONTEIRO SERVIÇOS DE ENGENHARIA EIRELI

Representante Legal da Contratada

Testemunhas:

Nome: Nome:

RG: RG:

CONTRATO
CONTRATO Nº 034/2019

termo de Contrato que entre si celebram O MUNICÍPIO DE Conquista D'OESTE E a Empresa **WR PEÇAS E SERVIÇOS PARA VEICULOS AUTOMOTORES LTDA**.

O **MUNICÍPIO DE CONQUISTA D'OESTE,** com sede na Avenida dos Oitis, nº 1200, Centro, Conquista D'Oeste/MT, inscrito no CNPJ n.º 04.219.688/0001-56, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Interino, DANIEL DE MENEZES ALVARES, brasileiro, casado, portadora da cédula de identidade nº 1121964-5 SSP/MT e do CPF nº 810.922.101-72, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE** e empresa **WR PEÇAS E SERVIÇOS PARA VEICULOS AUTOMOTORES LTDA**, com sede na Av. Tancredo Neves, Nº643 A Sala 02, Jardim Marília, na cidade de Pontes e Lacerda, Estado de Mato Grosso, inscrita no CNPJ sob nº 06.256.792/0001-46, doravante denominada **CONTRATADA,** neste ato representada pelo(a) Sr.(a) Wesllem Rampanelli Santa Catarina, portador(a) da Carteira de Identidade nº 17637023, expedida pelo(a) SSP/MT, e CPF nº014.260.721-55, tendo em vista o que consta do **Processo Administrativo nº 018/2019** e em observância às disposições e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e demais normas aplicáveis à matéria, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão Presencial nº 002/2019**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1 O objeto do presente Termo de Contrato é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA NO RAMO DE OFICINA MECÂNICA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS COM APLICAÇÃO DOS SERVIÇOS EM ONIBUS DO TRANSPORTE ESCOLAR – PLACAS: OBS-6924, QBN-1617, KOJ-5909, BYB-5683 E QCA-3259, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E OBRIGAÇÕES DESCRITAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Edital de Pregão identificado no preâmbulo e na proposta vencedora, os quais integram o presente instrumento, independente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é até 30 de junho de 2019, contados a partir da data de sua assinatura, prorrogável na forma do art. 57, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA - VALOR CONTRATUAL

3.1. O valor do presente Termo de Contrato é de **R$ 48.665,00 (Quarenta e oito mil seiscentos e sessenta e cinco reais).**

3.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA QUARTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

4.1 São obrigações da CONTRATANTE:

a) receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos e na Proposta da licitante vendedora;

b) Emitiras autorizações de fornecimento e realizar seu controle efetivo;

c) verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto contratado recebido provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo, quando for o caso;

d) comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto contratado, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

e) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, através de comissão/servidor especialmente designado; e

f) efetuar o pagamento à CONTRATADAno valor correspondente à execução do objeto contratado, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos.

4.2 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA QUINTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

a) efetuar a entrega do objeto contratado conforme as condições, especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal;

b) responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

c) substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado pela CONTRATANTE, o objeto contratado que apresente vícios, avarias ou defeitos;

d) comunicar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

e) manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação; e

f) indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

5.2. A **CONTRATADA** ainda obriga-se a:

a) aceitar as alterações que se fizerem necessárias, conforme disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93;

b) não transferir, no todo ou em parte, o objeto deste contrato, sem prévia e expressa anuência da CONTRATANTE;

c) responsabilizar-se pela entrega do objeto contratado, inclusive no que se referir a não observância da legislação em vigor;

d) arcar com todos os ônus necessários à completa entrega do objeto deste Termo de Contrato, inclusive no que se referir à qualidade dos recursos materiais empregados e seleção e treinamento dos recursos humanos necessários ao seu desenvolvimento;

e) responder integralmente, por quaisquer perdas e danos que vier a causar à CONTRATANTE ou à terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;

f) responder, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes da execução do contrato, tais como: salários, seguros de acidente, taxas, impostos e contribuições, indenizações, encargos trabalhistas, acidentes de trabalho; e

g) assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-las na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a CONTRATANTE.

CLÁUSULA SEXTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

6.1 As despesas decorrentes da aquisição, objeto desta Licitação, correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento, distribuídos da seguinte forma:

Cód. Reduzido: 151

Cód. Reduzido: 154

Cód. Reduzido: 158

Cód. Reduzido: 159

CLÁUSULA SÉTIMA - PAGAMENTO

7.1 O PAGAMENTO SERÁ EFETUADO EM ATÉ 30 (TRINTA) DIAS CORRIDOS DA **ENTREGA** DAS PEÇAS/SERVIÇOS CORRESPONDENTES À CADA NOTA FISCAL EMITIDA, **MEDIANTE A APRESENTAÇÃO** DO RESPECTIVO DOCUMENTO FISCAL ATESTADA POR SERVIDOR DESIGNADO PELA CONTRATANTE.

7.2.Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplemento contratual.

7.3. O pagamento poderá ser efetuado através de depósito em qualquer agência da rede bancária, para crédito da CONTRATADA em conta corrente de sua titularidade.

7.4. O pagamento somente será efetuado mediante:

a) prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da contratada, através de Certidões expedidas pelos órgãos competentes, que estejam dentro do prazo de validade expresso na própria certidão, composta de: Certidão de Quitação de Tributos Federais, neles abrangidos as contribuições sociais, administrados pela Secretaria da Receita Federal; Certidão Quanto à Dívida Ativa da União, expedida pela Procuradoria da Fazenda Nacional-Ministério da Fazenda; Certidão expedida pela Secretaria da Fazenda do Estado ou Distrito Federal e Certidão Expedida pela Prefeitura Municipal, da sede da empresa quando couber;

b) prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS (art. 27, a, Lei n° 8.036/90), através da apresentação do CRF – Certificado de Regularidade do FGTS; e

c) prova de situação regular perante o Instituto Nacional de Seguridade Social-INSS (art. 195, § 3°, da Constituição Federal), através da apresentação da CND – Certidão Negativa de Débito.

7.5. O não cumprimento do previsto neste Termo de Contrato permitirá à CONTRATANTE a retenção do valor devido constante de documento fiscal até que seja sanada a irregularidade.

CLÁUSULA OITAVA – REAJUSTE E ALTERAÇÕES

8.1. O preço contratado é fixo e irreajustável.

8.2 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, quando:

a) solicitada pela **CONTRATADA**, junto ao setor competente do ÓRGÃO, devidamente justificado e protocolado;

b) solicitada pelo ÓRGÃO, junto à **CONTRATADA**, devidamente justificado e protocolado.

8.3 A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

8.4 As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

CLÁUSULA NONA - FISCALIZAÇÃO

9.1 Exercer, por intermédio de servidor designado na forma do artigo 67 da Lei Federal nº 8.666/93, o acompanhamento e fiscalização da execução do contrato, sob todos os seus aspectos, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da CONTRATADA.

9.1.1. A fiscalização e acompanhamento de que trata esta Cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA**, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica co-responsabilidade do **CONTRATANTE** ou de seus agentes e prepostos (art. 70 da Lei nº 8.666/93).

CLÁUSULA DÉCIMA - INEXECUÇÃO E RESCISÃO DO CONTRATO

10.1. A inexecução total ou parcial do **CONTRATO** enseja a sua rescisão, e ficará o contrato rescindido de pleno direito, independentemente de aviso ou interpelação judicial ou extrajudicial, se houver ocorrência de uma das situações prescritas nos artigos 77, 78, 79, 80 e seguintes da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores.

10.2. O presente **CONTRATO** poderá, ainda, ser rescindido por ato unilateral da administração, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência da Administração, desde que justificado, a qualquer tempo, mediante aviso prévio de 30 (trinta) dias, ou ainda judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1 Atraso por parte da CONTRATADA na assinatura do contrato e a não apresentação da situação regular na forma exigida nas alíneas a, b e c do Item 8.4 do Contrato, incidirá na aplicação da multa de 0,5 % (zero vírgula cinco por cento) ao dia, sobre o valor adjudicado, sendo que, se a situação perdurar até o 11º dia, será caracterizado inexecução total da obrigação.

11.2 Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 87, I, III e IV, da Lei 8. 666/93, pela inexecução total ou parcial do objeto adjudicado, o Município

de Conquista D'Oeste poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à Contratada multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total adjudicado.

11.2.1 Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com o Município de Conquista D'Oeste, por prazo de até 02 (dois) anos, e,

11.2.2 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

11.2.3 A licitante, adjudicatária ou contratada que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida prévia e ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste pelo prazo de até cinco anos e, se for o caso, será descredenciada do Cadastro Geral de Fornecedores por igual período, sem prejuízo da ação penal correspondente na forma da lei.

11.3 A multa, eventualmente imposta à contratada, será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Caso a contratada não tenha nenhum valor a receber da Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste, ser-lhe-á concedido o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, seus dados serão encaminhados ao Órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa do município, podendo, ainda o Município de Conquista D'Oeste proceder a cobrança judicial da multa.

11.4 As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar ao Município de Conquista D'Oeste.

11.5 Além das penalidades citadas, a licitante vencedora ficará sujeita, ainda, ao cancelamento de sua inscrição no Cadastro Geral de Fornecedores, e, no que couber, às demais penalidades referidas no Capítulo IV da Lei n.º 8.666/93.

11.6 As sanções de suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o Município **de Conquista D'Oeste**, e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas à licitante vencedora concomitantemente com as de multa, que poderão ser descontadas dos pagamentos a serem efetuados ou cobradas judicialmente.

11.7 A multa prevista no item 11.1 tem caráter de sanção e será cobrada por compensação financeira dos créditos que a contratada tiver a receber.

11.8 Das decisões proferidas pela Administração cabem:

a) Recurso por escrito, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, nos casos previstos no art. 109, § 4º da Lei Federal nº 8.666/93;

b) Representação ao Município de Conquista D'Oeste, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação da decisão relacionada com o objeto do Contrato, de que não caiba recurso hierárquico.

c) Pedido de reconsideração da decisão do Município de Conquista D'Oeste nos casos de declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da intimação do ato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - VALIDADE E EFICÁCIA

12.1 Incumbirá à **CONTRATANTE** providenciar a publicação do extrato deste Termo de Contrato e de seus eventuais aditivos na imprensa oficial, que é condição indispensável para sua eficácia, até o quinto dia útil do mês seguinte ao da sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias daquela data, nos termos do artigo 61, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – FORO

13.1 Fica eleito o foro da Comarca de Pontes e Lacerda, Estado de Mato Grosso, como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

13.2 Os casos omissos serão resolvidos amigavelmente entre as partes e em observância a legislação pertinente.

13.3 Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em 3 (três) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes e 3 (três) testemunhas idôneas e civilmente capazes.

Conquista D'Oeste/ MT, 19 de fevereiro de 2019.

Maria Lucia de Oliveira Porto Prefeita Municipal Representante Legal da Contratante	WR PECAS E SERVICOS PARA VEICULOS AUTOMOTORES LTDA Representante Legal da Contratada
TESTEMUNHA	
Nome: RG:	Nome: RG:

CONTRATO
CONTRATO Nº 033/2019

termo de Contrato que entre si celebram O MUNICÍPIO DE Conquista D'OESTE E a Empresa **DIAS ALEIXO & SILVA LTDA**.

O **MUNICÍPIO DE CONQUISTA D'OESTE,** com sede na Avenida dos Oitis, nº 1200, Centro, Conquista D'Oeste/MT, inscrito no CNPJ n.º 04.219.688/0001-56, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Interino, DANIEL DE MENEZES ALVARES, brasileiro, casado, portadora da cédula de identidade nº 1121964-5 SSP/MT e do CPF nº 810.922.101-72, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE** e empresa **DIAS ALEIXO & SILVA LTDA**, com sede na Av. Victor Candeloro, Nº 378S, Nova Vacaria, na cidade de Comodoro, Estado de Mato Grosso, inscrita no CNPJ sob nº 03.993.515/0001-28, doravante denominada **CONTRATADA,** neste ato representada pelo(a) Sr.(a) Jose Matos da Silva, portador(a) da Carteira de Identidade nº 525.410, expedida pelo(a) SSP/MT, e CPF nº340.354.431-15, tendo em vista o que consta do **Processo Administrativo nº 018/2019** e em observância às disposições e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e demais normas aplicáveis à matéria, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão Presencial nº 002/2019**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1 O objeto do presente Termo de Contrato é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA NO RAMO DE OFICINA MECÂNICA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS COM APLICAÇÃO DOS SERVIÇOS EM ONIBUS DO TRANSPORTE ESCOLAR – PLACAS: OBS-6924, QBN-1617, KOJ-5909, BYB-5683 E QCA-3259, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E OBRIGAÇÕES DESCRITAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Edital de Pregão identificado no preâmbulo e na proposta vencedora, os quais integram o presente instrumento, independente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é até 30 de junho de 2019, contados a partir da data de sua assinatura, prorrogável na forma do art. 57, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA - VALOR CONTRATUAL

3.1. O valor do presente Termo de Contrato é de **R$ 20.350,00 (Vinte mil trezentos e cinquenta reais).**

3.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA QUARTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

4.1 São obrigações da CONTRATANTE:

a) receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos e na Proposta da licitante vendedora;

b) Emitiras autorizações de fornecimento e realizar seu controle efetivo;

c) verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto contratado recebido provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo, quando for o caso;

d) comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto contratado, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

e) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, através de comissão/servidor especialmente designado; e

f) efetuar o pagamento à CONTRATADAno valor correspondente à execução do objeto contratado, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos.

4.2 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA QUINTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

a) efetuar a entrega do objeto contratado conforme as condições, especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal;

b) responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

c) substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado pela CONTRATANTE, o objeto contratado que apresente vícios, avarias ou defeitos;

d) comunicar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

e) manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação; e

f) indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

5.2. A **CONTRATADA** ainda obriga-se a:

a) aceitar as alterações que se fizerem necessárias, conforme disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93;

b) não transferir, no todo ou em parte, o objeto deste contrato, sem prévia e expressa anuência da CONTRATANTE;

c) responsabilizar-se pela entrega do objeto contratado, inclusive no que se referir a não observância da legislação em vigor;

d) arcar com todos os ônus necessários à completa entrega do objeto deste Termo de Contrato, inclusive no que se referir à qualidade dos recursos materiais empregados e seleção e treinamento dos recursos humanos necessários ao seu desenvolvimento;

e) responder integralmente, por quaisquer perdas e danos que vier a causar à CONTRATANTE ou à terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;

f) responder, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes da execução do contrato, tais como: salários, seguros de acidente, taxas, impostos e contribuições, indenizações, encargos trabalhistas, acidentes de trabalho; e

g) assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-las na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a CONTRATANTE.

CLÁUSULA SEXTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

6.1 As despesas decorrentes da aquisição, objeto desta Licitação, correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento, distribuídos da seguinte forma:

Cód. Reduzido: 151

Cód. Reduzido: 154

Cód. Reduzido: 158

Cód. Reduzido: 159

CLÁUSULA SÉTIMA - PAGAMENTO

7.1 O PAGAMENTO SERÁ EFETUADO EM ATÉ 30 (TRINTA) DIAS CORRIDOS DA **ENTREGA** DAS PEÇAS/SERVIÇOS CORRESPONDENTES À CADA NOTA FISCAL EMITIDA, **MEDIANTE A APRESENTAÇÃO** DO RESPECTIVO DOCUMENTO FISCAL ATESTADA POR SERVIDOR DESIGNADO PELA CONTRATANTE.

7.2.Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplemento contratual.

7.3. O pagamento poderá ser efetuado através de depósito em qualquer agência da rede bancária, para crédito da CONTRATADA em conta corrente de sua titularidade.

7.4. O pagamento somente será efetuado mediante:

a) prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da contratada, através de Certidões expedidas pelos órgãos competentes, que estejam dentro do prazo de validade expresso na própria certidão, composta de: Certidão de Quitação de Tributos Federais, neles abrangidos as contribuições sociais, administrados pela Secretaria da Receita Federal; Certidão Quanto à Dívida Ativa da União, expedida pela Procuradoria da Fazenda Nacional-Ministério da Fazenda; Certidão expedida pela Secretaria da Fazenda do Estado ou Distrito Federal e Certidão Expedida pela Prefeitura Municipal, da sede da empresa quando couber;

b) prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS (art. 27, a, Lei n° 8.036/90), através da apresentação do CRF – Certificado de Regularidade do FGTS; e

c) prova de situação regular perante o Instituto Nacional de Seguridade Social-INSS (art. 195, § 3°, da Constituição Federal), através da apresentação da CND – Certidão Negativa de Débito.

7.5. O não cumprimento do previsto neste Termo de Contrato permitirá à CONTRATANTE a retenção do valor devido constante de documento fiscal até que seja sanada a irregularidade.

CLÁUSULA OITAVA – REAJUSTE E ALTERAÇÕES

8.1. O preço contratado é fixo e irreajustável.

8.2 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, quando:

a) solicitada pela **CONTRATADA**, junto ao setor competente do ÓRGÃO, devidamente justificado e protocolado;

b) solicitada pelo ÓRGÃO, junto à **CONTRATADA**, devidamente justificado e protocolado.

8.3 A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

8.4 As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

CLÁUSULA NONA - FISCALIZAÇÃO

9.1 Exercer, por intermédio de servidor designado na forma do artigo 67 da Lei Federal nº 8.666/93, o acompanhamento e fiscalização da execução do contrato, sob todos os seus aspectos, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da CONTRATADA.

9.1.1. A fiscalização e acompanhamento de que trata esta Cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA**, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica co-responsabilidade do **CONTRATANTE** ou de seus agentes e prepostos (art. 70 da Lei nº 8.666/93).

CLÁUSULA DÉCIMA - INEXECUÇÃO E RESCISÃO DO CONTRATO

10.1. A inexecução total ou parcial do **CONTRATO** enseja a sua rescisão, e ficará o contrato rescindido de pleno direito, independentemente de aviso ou interpelação judicial ou extrajudicial, se houver ocorrência de uma das situações prescritas nos artigos 77, 78, 79, 80 e seguintes da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores.

10.2. O presente **CONTRATO** poderá, ainda, ser rescindido por ato unilateral da administração, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência da Administração, desde que justificado, a qualquer tempo, mediante aviso prévio de 30 (trinta) dias, ou ainda judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1 Atraso por parte da CONTRATADA na assinatura do contrato e a não apresentação da situação regular na forma exigida nas alíneas a, b e c do Item 8.4 do Contrato, incidirá na aplicação da multa de 0,5 % (zero vírgula cinco por cento) ao dia, sobre o valor adjudicado, sendo que, se a situação perdurar até o 11º dia, será caracterizado inexecução total da obrigação.

11.2 Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 87, I, III e IV, da Lei 8. 666/93, pela inexecução total ou parcial do objeto adjudicado, o Município de Conquista D'Oeste poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à Contratada multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total adjudicado.

11.2.1 Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com o Município de Conquista D'Oeste, por prazo de até 02 (dois) anos, e,

11.2.2 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

11.2.3 A licitante, adjudicatária ou contratada que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida prévia e ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste pelo prazo de até cinco anos e, se for o caso, será descredenciada do Cadastro Geral de Fornecedores por igual período, sem prejuízo da ação penal correspondente na forma da lei.

11.3 A multa, eventualmente imposta à contratada, será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Caso a contratada não tenha nenhum valor a receber da Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste, ser-lhe-á concedido o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, seus dados serão encaminhados ao Órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa do município, podendo, ainda o Município de Conquista D'Oeste proceder a cobrança judicial da multa.

11.4 As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar ao Município de Conquista D'Oeste.

11.5 Além das penalidades citadas, a licitante vencedora ficará sujeita, ainda, ao cancelamento de sua inscrição no Cadastro Geral de Fornecedores, e, no que couber, às demais penalidades referidas no Capítulo IV da Lei n.º 8.666/93.

11.6 As sanções de suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o Município **de Conquista D'Oeste**, e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas à licitante vencedora concomitantemente com as de multa, que poderão ser descontadas dos pagamentos a serem efetuados ou cobradas judicialmente.

11.7 A multa prevista no item 11.1 tem caráter de sanção e será cobrada por compensação financeira dos créditos que a contratada tiver a receber.

11.8 Das decisões proferidas pela Administração cabem:

a) Recurso por escrito, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, nos casos previstos no art. 109, § 4º da Lei Federal nº 8.666/93;

b) Representação ao Município de Conquista D'Oeste, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação da decisão relacionada com o objeto do Contrato, de que não caiba recurso hierárquico.

c) Pedido de reconsideração da decisão do Município de Conquista D'Oeste nos casos de declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da intimação do ato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - VALIDADE E EFICÁCIA

12.1 Incumbirá à **CONTRATANTE** providenciar a publicação do extrato deste Termo de Contrato e de seus eventuais aditivos na imprensa oficial, que é condição indispensável para sua eficácia, até o quinto dia útil do mês seguinte ao da sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias daquela data, nos termos do artigo 61, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – FORO

13.1 Fica eleito o foro da Comarca de Pontes e Lacerda, Estado de Mato Grosso, como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

13.2 Os casos omissos serão resolvidos amigavelmente entre as partes e em observância a legislação pertinente.

13.3 Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em 3 (três) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes e 3 (três) testemunhas idôneas e civilmente capazes.

Conquista D'Oeste/ MT, 19 de fevereiro de 2019.

Maria Lucia de Oliveira Porto Prefeita Municipal Representante Legal da Contratante	DIAS ALEIXO & SILVA LTDA Representante Legal da Contratada
TESTEMUNHA	
Nome: RG:	Nome: RG:

CONTRATO
DECRETO Nº 012/2019

"Exonera servidor do cargo comissionado que especifica".

MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO, Prefeita do Município de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, e com base no artigo 63 inciso VI da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1°. - Exonerar, do cargo em comissão de Secretaria Executiva, referencia CC-IV instituído pela Lei Complementar nº 002/2001, **SILVANA SOARES RIBEIRO**, portadora da Cédula de Identidade RG. nº 935 129- SSP/MT e do CPF nº 570.357.761-68, a partir desta data.

Art. 2º. - Este decreto entra em vigor na data de sua Publicação

Cumpra-se.

Gabinete da Prefeita, em 01de março de 2019.

MARIA LÚCIA DE OLIVEIRA PORTO

Prefeita Municipal

CONTRATO
DECRETO Nº 011/2019

"Estabelece ponto facultativo na Administração Pública Municipal, nos dias que menciona".

MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO, Prefeita do Município de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, e com base no artigo 63 inciso VI da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1°. - Fica declarado ponto facultativo na Administração Pública Municipal nos dias 04 e 05 de março de 2019, em razão das festividades carnavalescas, devendo retornar a normalidade no dia 06 de março de 2019, às 13 horas.

Art. 2º. - O presente Decreto abrange a interrupção do atendimento ao público no Paço Municipal e as paralisações das secretarias municipais, à exceção dos serviços de caráter essenciais, que funcionarão mediante plantão, a ser fixado pelos respectivos secretários, observando o numero mínimo de servidores para o atendimento regular dos serviços.

Art. 3º. - Os servidores cedidos à JUSTIÇA ELEITORAL, SEFAZ e DETRAN deverão observar os horários de expediente estabelecidos pelos respectivos órgãos.

Art. 4°. - Este decreto entra em vigor na data de sua Publicação.

Cumpra-se.

Gabinete da Prefeita, em 27 de fevereiro de 2019.

MARIA LÚCIA DE OLIVEIRA PORTO

Prefeita Municipal

CONTRATO
PORTARIA Nº 031 /2019

"Designa Fiscal de Contrato Administrativo."

MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO, Prefeita Municipal de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições definidas no artigo 63, inciso IX, da Lei Orgânica do Município,

Considerando o disposto no artigo 67, da lei 8.666/93,

Considerando as disposições contidas no Decreto Municipal 038/2013, e;

Considerando os princípios que regem a Administração Pública;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora **MARINA DA GAMA SOUZA** portadora da Cédula de Identidade RG nº 0597468-2 SJ/MT e do CPF: 572.279.771-53, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, para atuar como fiscal do contrato administrativo n° **019/2019.**

Art. 2º - Fica o fiscal obrigado a comunicar a administração todas às ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos eventualmente observados.

Parágrafo Único – As decisões e providencias que ultrapassem a competência do fiscal deverão ser solicitado, à administração, em tempo hábil, para a adoção das medidas saneadoras.

Art. 3º - Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir da assinatura do contrato.

Cumpra-se

Gabinete do Prefeito, em 04 de fevereiro de 2019.

Maria Lucia de Oliveira Porto

Prefeita Municipal

Certifico que este ato foi publicado mediante afixação no mural desta Prefeitura Orgânica do Município e no site www.conquistadoeste.mt.gov.br

CONTRATO
PORTARIA Nº 030/2019

"Designa Fiscal de Contrato Administrativo."

MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO, Prefeita Municipal de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições definidas no artigo 63, inciso IX, da Lei Orgânica do Município,

Considerando o disposto no artigo 67, da lei 8.666/93,

Considerando as disposições contidas no Decreto Municipal 038/2013, e;

Considerando os princípios que regem a Administração Pública;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora **Rosilene Dutra Pereira**, ocupante do cargo de **Fiscal de Tributos**, portadora da cédula de identidade nº 001.522.908 – SSP/MS e CPF nº 021.987.311.93, lotada na Secretaria de Fazenda, para atuar como fiscal do contrato administrativo n° **018/2019**.

Art. 2º - Fica o fiscal obrigado a comunicar a administração todas às ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos eventualmente observados.

Parágrafo Único – As decisões e providencias que ultrapassem a competência do fiscal deverão ser solicitado, à administração, em tempo hábil, para a adoção das medidas saneadoras.

Art. 3º - Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir da assinatura do contrato.

Gabinete do Prefeito, em 04 de fevereiro de 2019.

Maria Lucia de Oliveira Porto

Prefeita Municipal

Certifico que este ato *foi publicado mediante afixação no mural desta Prefeitura Orgânica* do Município e no site www.conquistadoeste.mt.gov.br

CONTRATO
PORTARIA Nº 013/2019

"Dispõe sobre a nomeação de servidor, para Fiscal de Contrato Administrativo que menciona."

MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO, Prefeita Municipal de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições definidas no artigo 63, inciso IX, da Lei Orgânica do Município,

Considerando o disposto no artigo 73, inciso I, alínea "b" e inciso II, alínea "a", "b", da Lei 8.666/93, em especial o Decreto Municipal nº 038/2013 de 2 de maio de 2013, e os princípios que regem a Administração Pública;

RESOLSE:

Art. 1º - Designa a servidora CÉLIA ROMUALDO DACOSTA REIS, Coordenadora de Educação portadora da cédula de identidade RG nº expedida pela SSP/MT e do CPF nº., lotado na Secretária de Educação, para atuar como fiscal do contrato administrativo nº 001/2019 celebrado pelo Município.

Art. 2º - Fica o fiscal obrigado a comunicar a administração todas às ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos eventualmente observados.

Parágrafo Único – As decisões e providencias que ultrapassem a competência do fiscal deverão ser solicitado, à administração, em tempo hábil, para a adoção das medidas saneadoras.

Art. 3º - Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, em 04 de fevereiro de 2019.

Certifico que este ato foi publicado mediante afixação no mural desta Prefeitura nos termos do art. 86 da Lei Orgânica do Município e no site www.conquistadoeste.mt.gov.br

Maria Lucia de Oliveira Porto

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ

1ª REPETIÇÃO - AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

(PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº130.771/2018)

TOMADA DE PREÇOS Nº. 004/2019

ÓRGÃO SOLICITANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS – SMOP

OBJETO: CONTRATAÇÃO EMPRESA DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS E PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA NO BAIRRO SÃO SEBASTIÃO, NO MUNICÍPIO DE CUIABÁ.

DATA E HORA: Às 09h00min (nove horas) do dia 29 de março de 2019 (fuso horário de Cuiabá).

LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA: Sala de Licitações/Auditório localizada no subsolo da Prefeitura Municipal de Cuiabá - Palácio Alencastro, situado na Praça Alencastro, nº 158 - Bairro: Centro - Município de Cuiabá/MT.

INFORMAÇÕES: Diretoria Especial de Licitações e Contratos/Secretaria Municipal de Gestão – DELC/SMGe - Fone: 3645-6156/6252 e/ou no e-mail: cpl@cuiaba.mt.gov.br - Atendimento: das 8:00 às 12:00 e das 14:00 às 18:00 h.

AQUISIÇÃO DO EDITAL: O edital está disponível através do endereço: http://licitacao.cuiaba.mt.gov.br/licitacao/. Clicar na data designada para ocorrer a licitação.

Cuiabá/MT, 11 de março de 2019.

Luciana Carla Pirani Nascimento

Presidente da Comissão de Licitação

Agmar Divino Lara de Siqueira

Diretor Especial de Licitações e Contratos

1ª REPETIÇÃO - AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

(PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº132.822/2018)

TOMADA DE PREÇOS Nº. 003/2019

ÓRGÃO SOLICITANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS – SMOP

OBJETO: CONTRATAÇÃO EMPRESA DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS E PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA NO BAIRRO RESIDENCIAL COXIPÓ – 1ª ETAPA, NO MUNICÍPIO DE CUIABÁ, NOS TERMOS E CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E ANEXO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS.

DATA E HORA: Às 09h00min (nove horas) do dia 28 de março de 2019 (fuso horário de Cuiabá).

LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA: Sala de Licitações localizada no subsolo da Prefeitura Municipal de Cuiabá - Palácio Alencastro, situado na Praça Alencastro, nº 158 - Bairro: Centro - Município de Cuiabá/MT.

INFORMAÇÕES: Diretoria Especial de Licitações e Contratos/Secretaria Municipal de Gestão – DELC/SMGe - Fone: 3645-6156/6252 e/ou no e-mail: cpl@cuiaba.mt.gov.br - Atendimento: das 8:00 às 12:00 e das 14:00 às 18:00 h.

AQUISIÇÃO DO EDITAL: O edital está disponível através do endereço: http://licitacao.cuiaba.mt.gov.br/licitacao/. Clicar na data designada para ocorrer a licitação.

Cuiabá/MT, 11 de março de 2019.

Luciana Carla Pirani Nascimento

Presidente da Comissão de Licitação

Agmar Divino Lara de Siqueira

Diretor Especial de Licitações e Contratos

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELÂNDIA

LICITAÇÃO
ANULAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2019

O Prefeito Municipal de Curvelândia-MT, no uso das atribuições e com fundamento no art. 49, § 1º e § 3º, da Lei Federal n° 8.666/93. E após as manifestações de algumas empresas que participaram da sessão pública do certame. A autoridade competente decidiu por manter o entendimento da assessoria jurídica, ou seja, **ANULAR** o processo licitatório nº 006/2019, na modalidade Pregão Presencial nº 003/2019, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE SOCIEDADE DE ADVOGADOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA JURÍDICA PARA ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE CURVELÂNDIA/MT, nos termos do Parecer da Assessoria Jurídica desta Prefeitura anexo aos autos do processo.

Curvelândia - MT, 11 de março de 2019.

SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA

Prefeito Municipal

LICITAÇÕES E CONTRATOS
RATIFICAÇÃO DE LICITAÇÃO - DISPENSA Nº 002/2019 - PROCESSO Nº 010/2019

RATIFICAÇÃO DE LICITAÇÃO – DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 002/2019

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 010/2019. DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 002/2019. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA FUNÇÃO DE NUTRICIONISTA, PARA PLANEJAR, ELABORAR, ACOMPANHAR E AVALIAR O CARDÁPIO DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, PROPOR E REALIZAR AÇÕES DE EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL DE HIGIENE SANITÁRIA DAS PREPRARAÇÕES DA MERENDA DOS ALUNOS DAS ESCOLAS MUNICIPAIS, BEM COMO ACOMPANHAMENTO E SUPERVISÃO DA HIGIENE E ORGANIZAÇÃO DA COZINHA DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE CURVELÂNDIA - MT. Contratada: DANIELA INFANTINA MARTINS BERNARDES, CPF Nº 567.744.851-49, totalizando o valor de R$ 16.200,00 (Dezesseis Mil e Duzentos Reais). O Prefeito Municipal resolve **RATIFICAR** o processo licitatório em epígrafe. Curvelândia – MT, 11 de março de 2019. SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA - PREFEITO MUNICIPAL.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DENISE

LICITAÇÃO
RETIFICAÇÃO DE EXTRATO DE CONTRATO Nº 001/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE DENISE

RETIFICAÇÃO DE EXTRATO DE CONTRATO Nº 001/2019

CONTRATO ADMINISTRATIVO: 001/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE DENISE/MT

CONTRATADA: FACILITA - GESTÃO PÚBLICA EIRELI ME

CNPJ:17.286.917/0001-05

ONDE SE LEU:

05.001 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

05.001.10.301.0009.2021 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

33.90.39.00.00.00 – OUTRO SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA

FONTE: 0114000000

PASSA-SE A LER:

05.001 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

05.001.10.301.0009.2021 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

33.90.39.00.00.00 – OUTRO SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA

FONTE: 0146000000

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO

SETOR RH
EXTRATO DE CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO

CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº 014/2019 - CONTRATADO(a): EVANIL MARIA DO CARMO: O presente contrato tem como objeto a contratação do(a) servidor(a) com o cargo de **PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL - CONTRATO**, lotado na **Secretaria Municipal de Educação e Cultura**. O (A) CONTRATO(A)receberá o vencimento de **R$ 2.326,04 (Dois Mil Trezentos e Vinte e Seis reais e Quatro Centavos**), equivalente a carga horário de 30 (trinta) horas semanais. A despesa correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária: **I – Unidade Orçamentária: Secretaria Municipal de Educação e Cultura; II – Programa de Trabalho: Manutenção e Encargos com a Secretaria - 2.014; III – Natureza da Despesa: Contratação por tempo determinado - 3.1.90.04.00.00.00.00.0018; IV – Fonte do Recurso: FUNDEB INFANTIL 60% - Contratados**. Diamantino/MT, **22 de Fevereiro de 2019**.

SETOR RH
EXTRATO DE CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO

CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº 008/2019 - CONTRATADO(a): SILVIA CALCIOLARI: O presente contrato tem como objeto a contratação do(a) servidor(a) com o cargo de **PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL - CONTRATO**, lotado na **Secretaria Municipal de Educação e Cultura**. O (A) **CONTRATO(A)**receberá o vencimento de **R$ 2.326,04 (Dois Mil Trezentos e Vinte e Seis reais e Quatro Centavos**), equivalente a carga horário de 30 (trinta) horas semanais. A despesa correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária: **I – Unidade Orçamentária: Secretaria Municipal de Educação e Cultura; II – Programa de Trabalho: Manutenção e Encargos com a Secretaria - 2.014; III – Natureza da Despesa: Contratação por tempo determinado - 3.1.90.04.00.00.00.00.0018; IV – Fonte do Recurso: FUNDEB 60% - Contratados**. Diamantino/MT, **18 de Fevereiro de 2019**.

SETOR RH
EXTRATO DE CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO

CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº 010/2019 - CONTRATADO(a): CEZARIO JUNIOR DE ARAUJO: O presente contrato tem como objeto a contratação do(a) servidor(a) com o cargo de **PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL - CONTRATO**, lotado na **Secretaria Municipal de Educação e Cultura**. O (A) **CONTRATO(A)**receberá o vencimento de **R$ 2.326,04 (Dois Mil Trezentos e Vinte e Seis reais e Quatro Centavos**), equivalente a carga horário de 30 (trinta) horas semanais. A despesa correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária: **I – Unidade Orçamentária: Secretaria Municipal de Educação e Cultura; II – Programa de Trabalho: Manutenção e Encargos com a Secretaria - 2.014; III – Natureza da Despesa: Contratação por tempo determinado - 3.1.90.04.00.00.00.00.0018; IV – Fonte do Recurso: FUNDEB 60% - Contratados**. Diamantino/MT, **20 de Fevereiro de 2019**.

SETOR RH
EXTRATO DE CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO

CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº 011/2019 - CONTRATADO(a): REGIANE APARECIDA COSTA BUENO: O presente contrato tem como objeto a contratação do(a) servidor(a) com o cargo de **TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - CONTRATO - CONTRATO**, lotado na **Secretaria Municipal de Educação e Cultura**. O (A) CONTRATO(A)receberá o vencimento de **R$ 1.435,71 (Um Mil Quatrocentos e Trinca e Cinco Reais e Setenta e Um Centavos**), equivalente a carga horário de 30 (trinta) horas semanais. A despesa correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária: **I – Unidade Orçamentária: Secretaria Municipal de Educação e Cultura; II – Programa de Trabalho: Manutenção e Encargos com a Secretaria - 2.014; III – Natureza da Despesa: Contratação por tempo determinado - 3.1.90.04.00.00.00.00.0018; IV – Fonte do Recurso: FUNDEB INFANTIL 40% - Contratados**. Diamantino/MT, **20 de Fevereiro de 2019**.

SETOR RH
EXTRATO DE CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO

CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº 016/2019 - CONTRATADO(a): ANACI DE ALMEIDA: O presente contrato tem como objeto a contratação do(a) servidor(a) com o cargo de **PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL - CONTRATO**, lotado na **Secretaria Municipal de Educação e Cultura**. O (A) **CONTRATO(A)**receberá o vencimento de **R$ 2.326,04 (Dois Mil Trezentos e Vinte e Seis reais e Quatro Centavos**), equivalente a carga horário de 30 (trinta) horas semanais. A despesa correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária: **I – Unidade Orçamentária: Secretaria Municipal de Educação e Cultura; II – Programa de Trabalho: Manutenção e Encargos com a Secretaria - 2.014; III – Natureza da Despesa: Contratação por tempo determinado - 3.1.90.04.00.00.00.00.0018; IV – Fonte do Recurso: FUNDEB 60% - Contratados**. Diamantino/MT, **22 de Fevereiro de 2019**.

SETOR RH
EXTRATO DE CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO

CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº 018/2019 - CONTRATADO(a): DAGMA APARECIDA DE ALMEIDA: O presente contrato tem como objeto a contratação do(a) servidor(a) com o cargo de **PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL - CONTRATO**, lotado na **Secretaria Municipal de Educação e Cultura**. O (A) CONTRATO(A)receberá o vencimento de **R$ 2.326,04 (Dois Mil Trezentos e Vinte e Seis reais e Quatro Centavos**), equivalente a carga horário de 30 (trinta) horas semanais. A despesa correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária: **I – Unidade Orçamentária: Secretaria Municipal de Educação e Cultura; II – Programa de Trabalho: Manutenção e Encargos com a Secretaria - 2.014; III – Natureza da Despesa: Contratação por tempo determinado - 3.1.90.04.00.00.00.00.0018; IV – Fonte do Recurso: FUNDEB 60% - Contratados**. Diamantino/MT, **22 de Fevereiro de 2019**.

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2019/SRP

A Prefeitura Municipal de DIAMANTINO /MT torna público que ás 08:00 horas do dia de 25 Março de 2019, estará abrindo o pregão presencial, para o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PUBLICAÇÃO DE MATÉRIAS NO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO, DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO E JORNAL DE GRANDE CIRCULAÇÃO DIARIA NO ESTADO DE MATO GROSSO, PARA DIVULGAÇÃO DE ATOS OFICIAIS DE INTERESSE DO MUNICIPIO DE DIAMANTINO-MT.** O Edital poderá ser obtido junto ao Setor de Licitação do Poder Executivo de Diamantino, durante o horário de expediente e também estará disponível no site www.diamantino.mt.gov.br Maiores informações poderão ser solicitadas em horário de expediente através do telefone (65) 3336-6400/6423.

Diamantino /MT, 12 de Março de 2019.

NICHOLAS DA COSTA MACHADO

Pregoeiro Oficial

SETOR RH
EXTRATO DE CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO

CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº 013/2019 - CONTRATADO(a): ELSA SILVA DO CARMO: O presente contrato tem como objeto a contratação do(a) servidor(a) com o cargo de **TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - CONTRATO - CONTRATO**, lotado na **Secretaria Municipal de Educação e Cultura**. O (A) CONTRATO(A)receberá o vencimento de **R$ 1.435,71 (Um Mil Quatrocentos e Trinca e Cinco Reais e Setenta e Um Centavos**), equivalente a carga horário de 30 (trinta) horas semanais. A despesa correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária: **I – Unidade Orçamentária: Secretaria Municipal de Educação e Cultura; II – Programa de Trabalho: Manutenção e Encargos com a Secretaria - 2.014; III – Natureza da Despesa: Contratação por tempo determinado - 3.1.90.04.00.00.00.00.0018; IV – Fonte do Recurso: FUNDEB INFANTIL 40% - Contratados**. Diamantino/MT, **22 de Fevereiro de 2019**.

SETOR RH
EXTRATO DE CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO

CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº 007/2019 - CONTRATADO(a): CINELE DE LARA AZEVEDO: O presente contrato tem como objeto a contratação do(a) servidor(a) com o cargo de **TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - CONTRATO - CONTRATO**, lotado na **Secretaria Municipal de Educação e Cultura**. O (A) CONTRATO(A)receberá o vencimento de **R$ 1.435,71 (Um Mil Quatrocentos e Trinca e Cinco Reais e Setenta e Um Centavos**), equivalente a carga horário de 30 (trinta) horas semanais. A despesa correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária: **I – Unidade Orçamentária: Secretaria Municipal de Educação e Cultura; II – Programa de Trabalho: Manutenção e Encargos com a Secretaria - 2.014; III – Natureza da Despesa: Contratação por tempo determinado - 3.1.90.04.00.00.00.00.0018; IV – Fonte do Recurso: FUNDEB INFANTIL 40% - Contratados**. Diamantino/MT, **18 de Fevereiro de 2019**.

SETOR JURÍDICO
EDITAL Nº 01/2019 - C

Divulga o resultado definitivo da Seleção Pública de Estagiários e dá outras providências.

O **MUNICÍPIO DE DIAMANTINO ESTADO DE MATO GROSSO,** pessoa jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MT sob o nº 03.648.540/0001-74, com sede administrativa nesta cidade de Diamantino sito à Av. Desembargador Joaquim Pereira Ferreira Mendes, nº 2.341, neste ato representado pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito em exercício **CLAUDIMAR ANTONIO BARBACOVI**, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Art. 01º TORNAR PÚBLICO, aos interessados, o resultado definitivo do processo de seleção pública de estagiários, conforme Anexos.

Art. 02º A candidata JESSICA PRISCILA VALADARES DE SOUZA foi a única que apresentou impugnação ao resultado preliminar, contudo, sua impugnação restou indeferida, pois a análise de coeficiente escolar realizada pelo CIEE teve como base o histórico escolar apresentado pelos candidatos, sem exclusividade de período, na forma do item VI, alínea "a", do Edital de Abertura.

Parágrafo Único. Em decorrência do indeferimento da impugnação apresentada, não houve alterações na ordem de classificação.

Art. 03º Os candidatos aprovados/classificados ficam cientes de que serão convocados por telefone e/ou e-mail, inseridos na ficha de inscrição, para apresentarem, em 03 (três) dias, a documentação necessária, na forma do Item IX do Edital nº 01/2018.

Diamantino/MT, 08 de março de 2019

_____

CLAUDIMAR ANTONIO BARBACOVI

Prefeito Municipal em Exercício

PROCESSO DE SELEÇÃO PÚBLICA DE ESTAGIÁRIOS - EDITAL Nº 01/2019

LISTA DE CLASSIFICAÇÃO GERAL - CÓDIGO 1

DICA: Para localizar seu nome utilize o atalho " Ctrl+F "

Classificação Nome Curso Semestre Data Nascimento Média Curricular Resultado

1º LUCIANA ISIS DA SILVA SANTOS DIREITO 05 16/12/1999 8.82 APROVADO

2º GABRIEL NASCIMENTO DA SILVA DIREITO 05 28/04/1999 8.75 APROVADO

3º CESAR HUGO FRANCO DIREITO 05 03/08/1997 8.65 APROVADO

4º MONIKA PAOLA RODRIGUES GOMES DIREITO 05 25/10/1997 8.62 APROVADO

5º MARGARA MARIZA PEREIRA DE BARROS DIREITO 06 06/03/1988 8.41 APROVADO

6º JORDANE GOMES OLIVEIRA DIREITO 05 21/06/1999 8.36 APROVADO

7º DIRCEU FRANCISCO DA PAIXAO DIREITO 06 11/09/1985 8.31 APROVADO

8º THAIS CRISTIANELY GOMES GAINO DIREITO 07 04/02/1995 8.26 APROVADO

9º CRISTIAN MOSEYEU RIBAS NOGUEIRA DIREITO 05 02/08/1998 8.24 APROVADO

10º JESSICA PRISCILA VALADARES DE SOUZA DIREITO 07 31/07/1991 8.11 APROVADO

11º STEPHANIE LAYSE COSTA DE CARVALHO DIREITO 06 08/04/1998 7.43 APROVADO

12º VINICIUS SAN MARTINI RIBEIRO DIREITO 06 10/11/1998 7.40 APROVADO

PROCESSO DE SELEÇÃO PÚBLICA DE ESTAGIÁRIOS - EDITAL Nº 01/2019

LISTA DE CLASSIFICAÇÃO GERAL - CÓDIGO 2

DICA: Para localizar seu nome utilize o atalho " Ctrl+F "

Classificação Nome Curso Semestre Data Nascimento Média Curricular Resultado

1º FABIOLA VERONICA LAASS DA SILVA ADMINISTRAÇÃO 06 25/07/1993 8.55 APROVADO

2º EDINALVA MARIA DA SILVA ADMINISTRAÇÃO 06 07/02/1981 8.52 APROVADO

3º ROZANA NEVES MARCILIO ADMINISTRAÇÃO 08 16/11/1996 8.50 APROVADO

4º CHRISTIANELLY MARCELLY DE SOUZA ADMINISTRAÇÃO 04A 01/11/1994 8.43 APROVADO

5º DANDARA ANTONIELE DA SILVA OLIVEIRA ADMINISTRAÇÃO 06 22/07/1996 8.36 APROVADO

6º FERNANDO PEREIRA CONCI ADMINISTRAÇÃO 05 01/03/1999 8.33 APROVADO

7º GABRIELLA LETICIA LYRA DE SOUZA ADMINISTRAÇÃO 07 05/11/1998 8.23 APROVADO

8º ELAINE SANTOS ROCHA ADMINISTRAÇÃO 06 24/10/1997 7.94 APROVADO

9º ALESSANDRA APARECIDA GONÇALVES RIUTO ADMINISTRAÇÃO 05 22/09/1981 7.82 APROVADO

10º SAMARA CÍCERA DOS SANTOS ADMINISTRAÇÃO 06 03/11/1997 7.77 APROVADO

11º MARILDETE AGOSTINHA DA SILVA CAMPOS ADMINISTRAÇÃO 05 20/02/1999 6.84 APROVADO

12º MARCELA PAMELA LYRA DE SOUZA ADMINISTRAÇÃO 07 17/09/1992 6.66 APROVADO

13º CHRISTIEVELY CARDOSO GOES ADMINISTRAÇÃO 02A 22/10/1998 6.43 APROVADO

ELISA CAROLINA MULLER ADMINISTRAÇÃO 03 10/09/2000 8.77 REPROVADO - em desacordo com item I,c do edital

PROCESSO DE SELEÇÃO PÚBLICA DE ESTAGIÁRIOS - EDITAL Nº 01/2019

LISTA DE CLASSIFICAÇÃO GERAL - CÓDIGO 3

DICA: Para localizar seu nome utilize o atalho " Ctrl+F "

Classificação Nome Curso Semestre Data Nascimento Média Curricular Resultado

Não houveram candidatos inscritos SISTEMA DE INFORMAÇÃO

PROCESSO DE SELEÇÃO PÚBLICA DE ESTAGIÁRIOS - EDITAL Nº 01/2019

LISTA DE CLASSIFICAÇÃO GERAL - CÓDIGO 4

DICA: Para localizar seu nome utilize o atalho " Ctrl+F "

Classificação Nome Curso Semestre Data Nascimento Média Curricular Resultado

1º PAMELA SANTOS PEREIRA CIÊNCIAS CONTÁBEIS 04A 19/06/1998 9.14 APROVADO

2º TATIELE DOS SANTOS LEAL BASSO CIÊNCIAS CONTÁBEIS 04A 21/06/1995 8.97 APROVADO

3º PATRICIA CAETANA DE SOUZA CIÊNCIAS CONTÁBEIS 04A 01/03/1984 8.47 APROVADO

4º BRUNA VANESSA GONÇALVES DOS SANTOS CIÊNCIAS CONTÁBEIS 04A 13/10/1998 8.41 APROVADO

PROCESSO DE SELEÇÃO PÚBLICA DE ESTAGIÁRIOS - EDITAL Nº 01/2019

LISTA DE CLASSIFICAÇÃO GERAL - CÓDIGO 5

DICA: Para localizar seu nome utilize o atalho " Ctrl+F "

Classificação Nome Curso Semestre Data Nascimento Média Curricular Resultado

1º HILDERLEYA CRISTINA LARA ARRUDA EDUCAÇÃO FÍSICA 07 07/07/1976 8.09 APROVADO

2º VANUSA SILVA LOPES EDUCAÇÃO FÍSICA 08 07/10/1993 8.08 APROVADO

3º ANTONIO RODRIGUES DA SILVA NETO EDUCAÇÃO FÍSICA 08 09/05/1988 7.89 APROVADO

4º WILLIAN GUSMÃO DE SOUZA EDUCAÇÃO FÍSICA 05 28/06/1995 7.76 APROVADO

5º KAMYLLA FARIA DA SILVA EDUCAÇÃO FÍSICA 06 06/06/1995 7.07 APROVADO

EUDES GARCIA DA SILVA EDUCAÇÃO FÍSICA 04 10/01/1993 7.55 REPROVADO - em desacordo com item I,c do edital

BRUNO ROCHA LIMA EDUCAÇÃO FÍSICA 06 30/03/1989 4.51 REPROVADO

PROCESSO DE SELEÇÃO PÚBLICA DE ESTAGIÁRIOS - EDITAL Nº 01/2019

LISTA DE CLASSIFICAÇÃO GERAL - CÓDIGO 6

DICA: Para localizar seu nome utilize o atalho " Ctrl+F "

Classificação Nome Curso Semestre Data Nascimento Média Curricular Resultado

1º LEDIANI RODRIGUES MATOS Pedagogia 08 13/04/1987 8.79 APROVADO

KAREN FERNANDA BERTO LEMES Pedagogia 04 10/09/1992 7.06 REPROVADO - em desacordo com item I,c do edital

SETOR RH
EXTRATO DE CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO

CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº 021/2019 - CONTRATADO(a): GLAUCIA DE ALMEIDA NETO: O presente contrato tem como objeto a contratação do(a) servidor(a) com o cargo de **PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL - CONTRATO**, lotado na **Secretaria Municipal de Educação e Cultura**. O (A) **CONTRATO(A)**receberá o vencimento de **R$ 2.326,04 (Dois Mil Trezentos e Vinte e Seis reais e Quatro Centavos**), equivalente a carga horário de 30 (trinta) horas semanais. A despesa correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária: **I – Unidade Orçamentária: Secretaria Municipal de Educação e Cultura; II – Programa de Trabalho: Manutenção e Encargos com a Secretaria - 2.014; III – Natureza da Despesa: Contratação por tempo determinado - 3.1.90.04.00.00.00.00.0018; IV – Fonte do Recurso: FUNDEB 60% - Contratados**. Diamantino/MT, **22 de Fevereiro de 2019**.

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 003/2019

A Prefeitura Municipal de DIAMANTINO /MT torna público que ás 08:00 horas do dia 28 de Março de 2019, serão recebidos os documentos de Habilitação e Proposta de preços para a **TOMADA DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA OBRA DE ILUMINAÇÃO PUBLICA DA AVENIDA PERIMETRAL JOÃO BATISTA GAINO NO MUNICÍPIO DE DIAMANTINO-MT.** O Edital poderá ser obtido junto à Comissão Permanente de Licitação do Poder Executivo de Diamantino, durante o horário de expediente e também estará disponível no site www.diamantino.mt.gov.br Maiores informações poderão ser solicitadas em horário de expediente através do telefone (65) 3336-6400/6423.

Diamantino /MT, 12 de Março de 2019.

NICHOLAS DA COSTA MACHADO

Presidente da CPL.

GABINETE
EDITAL COMPLEMENTAR 01/2019 -CONCURSO PÚBLICO 001/2019

O **PREFEITO MUNICIPAL**, Excelentíssimo Senhor **EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA**, no uso de suas atribuições legais e na forma prevista no artigo 37 da Constituição Federal em conjunto com a **COMISSÃO ORGANIZADORA DO CONCURSO PÚBLICO**, nomeada pela Portaria **nº 97/2018**, de 21 de junho de 2018, e alterada pelas Portarias nº 211/2018, e 216/2018 mediante as condições estipuladas neste Edital e demais disposições legais aplicáveis, **TORNA PÚBLICO**, aos interessados o Edital Complementar 01/2019 que, em razão ao feriado de carnaval e extensão dos recursos do dia 05/03/2019 á 08/03/2019, prorroga os demais prazos conforme abaixo discriminado:

Artigo1º:

Data	Eventos
04.03.19	Publicação gabarito preliminar
05 a 08.03.19	Prazo para Impugnação ao gabarito preliminar, resultado prova objetiva.
08.03.19	Prazo final de impugnação ao gabarito preliminar.
18.03.19	Publicação do resultado preliminar da prova objetiva e classificação segundo a pontuação dos títulos.
19 a 20.03.19	Prazo para recurso segundo a pontuação de títulos.
22.03.19	Resultado Final e Homologação do concurso.

Diamantino-MT, 11 de março de 2019

Eduardo Capistrano de Oliveira

Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM AQUINO

SETOR PESSOAL
PORTARIA Nº 079/2019 DE 07 DE MARÇO DE 2019

PORTARIA Nº 079/2019 DE 07 DE MARÇO DE 2019

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE 30 (TRINTA) DIAS DE LICENÇA PRÊMIO A ELIAQUIM ALMEIDA TORRES DE CARVALHO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA, Prefeito Municipal de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por lei e considerando que a(o) servidor(a) trabalhou na Secretaria de Esporte e Lazer, no cargo de Técnico Administrativo, no período aquisitivo de **03/02/2014 a 03/02/2019.**

R E S O L V E

ART. 1º - Conceder 30 (trinta) dias de Licença Prêmio a **ELIAQUIM ALMEIDA TORRES DE CARVALHO.**

ART. 2º A Licença concedida no art. 1º compreenderá o período de **07/03/2019 a 05/04/2019.**

ART. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal em 07 de março de 2019.

Valdécio Luiz da Costa

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria Municipal e publicada no Diário Oficial da AMM, Diário Oficial do TCE/MT e por afixação no local público de costume, conforme determina a Legislação em vigor.

Luiz Castro de Souza

Chefe de Gabinete

SETOR PESSOAL
PORTARIA Nº 069/2019 DE 01 DE MARÇO DE 2019

PORTARIA Nº 069/2019 DE 01 DE MARÇO DE 2019

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE 60 (SESSENTA) DIAS DE FÉRIAS A ANA HELOISA DO ESPIRITO SANTO CORREA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA, Prefeito Municipal de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por lei e considerando que a(o

) servidor(a) trabalhou na Secretaria de Saúde, no cargo de Auxiliar de Enfermagem, no período aquisitivo de **30/09/2016 a 30/09/2018.**

R E S O L V E

ART. 1º - Conceder 60 (sessenta) dias de Férias a servidora **ANA HELOISA DO ESPIRITO SANTO CORREA.**

ART. 2º - Conceder 1/3 (um terço) a mais que o salário normal, de acordo com o item XVIII, art. 7º da Constituição Federal.

ART. 3º - As Férias concedidas no art. 1º compreenderá o período de **11/03/2019 a 09/05/2019.**

ART. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal em 01 de março de 2019.

Valdécio Luiz da Costa

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria Municipal e publicada no Diário Oficial da AMM, Diário Oficial do TCE/MT e por afixação no local público de costume, conforme determina a Legislação em vigor.

Luiz Castro de Souza

Chefe de Gabinete

SETOR PESSOAL
PORTARIA Nº 070/2019 DE 01 DE MARÇO DE 2019

PORTARIA Nº 070/2019 DE 01 DE MARÇO DE 2019

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE 30 (TRINTA) DIAS DE FÉRIAS A NEIDE MARIA RODRIGUES SOUZA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA, Prefeito Municipal de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por lei e considerando que a(o) servidor(a) trabalhou na Secretaria de Saúde, no cargo de Agente de Administração Pública, no período aquisitivo de **12/09/2015 a 12/09/2016.**

R E S O L V E

ART. 1º - Conceder 30 (trinta) dias de Férias a servidora **NEIDE MARIA RODRIGUES SOUZA.**

ART. 2º - Conceder 1/3 (um terço) a mais que o salário normal, de acordo com o item XVIII, art. 7º da Constituição Federal.

ART. 3º - As Férias concedidas no art. 1º compreenderá o período de **11/03/2019 a 09/04/2019.**

ART. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal em 01 de março de 2019.

Valdécio Luiz da Costa

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria Municipal e publicada no Diário Oficial da AMM, Diário Oficial do TCE/MT e por afixação no local público de costume, conforme determina a Legislação em vigor.

Luiz Castro de Souza

Chefe de Gabinete

SETOR PESSOAL
PORTARIA Nº 071/2019 DE 01 DE MARÇO DE 2019

PORTARIA Nº 071/2019 DE 01 DE MARÇO DE 2019

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO EM SUBSTITUIÇÃO DE DIRETORA DA ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA JULIANA NAZARÉ DE OLIVEIRA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDECIO LUIZ DA COSTA, Prefeito Municipal de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por Lei , considerando a renuncia da Diretora Ilza Batista da Silva;

R E S O L V E

ART. 1º - Nomear para Diretora da Escola Municipal Juliana Nazaré de Oliveira a partir de 06 de fevereiro de 2019, a **Professora Zildinete Almeida Torres**, para o ano de 2019.

ART. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal em 01 de março de 2019.

Valdécio Luiz da Costa

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria Municipal e publicada no Diário Oficial da AMM, Diário Oficial do TCE/MT e por afixação no local público de costume, conforme determina a Legislação em vigor.

Luiz Castro de Souza

Chefe de Gabinete

SETOR PESSOAL
PORTARIA Nº 072/2019 DE 01 DE MARÇO DE 2019

PORTARIA Nº 072/2019 DE 01 DE MARÇO DE 2019

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DA COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA DA ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA JULIANA NAZARÉ DE OLIVEIRA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDECIO LUIZ DA COSTA, Prefeito Municipal de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por Lei ;

R E S O L V E

ART. 1º - Nomear para Coordenadora Pedagógica da Escola Municipal Juliana Nazaré de Oliveira a partir de 06 de fevereiro de 2019, a **Professora Celma de Fátima Alves Pereira Mendes**, para o ano de 2019.

ART. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal em 01 de março de 2019.

Valdécio Luiz da Costa

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria Municipal e publicada no Diário Oficial da AMM, Diário Oficial do TCE/MT e por afixação no local público de costume, conforme determina a Legislação em vigor.

Luiz Castro de Souza

Chefe de Gabinete

SETOR PESSOAL
PORTARIA Nº 073/2019 DE 01 DE MARÇO DE 2019

PORTARIA Nº 073/2019 DE 01 DE MARÇO DE 2019

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE 60 (SESSENTA) DIAS DE LICENÇA PRÊMIO A SANDRA LUZIA PIRES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA, Prefeito Municipal de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por lei e considerando que a(o) servidor(a) trabalhou na Secretaria de Educação, no cargo de Agente de Administração Pública, no período aquisitivo de **08/02/2007 a 08/02/2012.**

R E S O L V E

ART. 1º - Conceder 60 (sessenta) dias de Licença Prêmio a **SANDRA LUZIA PIRES.**

ART. 2º A Licença concedida no art. 1º compreenderá o período de **07/03/2019 a 05/05/2019.**

ART. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal em 01 de março de 2019.

Valdécio Luiz da Costa

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria Municipal e publicada no Diário Oficial da AMM, Diário Oficial do TCE/MT e por afixação no local público de costume, conforme determina a Legislação em vigor.

Luiz Castro de Souza

Chefe de Gabinete

LICITAÇÃO, GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
ERRATA DE EXTRATO DO 1° TERMO ADITIVO DO CONTRATO N° 009/2018

ONDE SE LE: DATA DA ASSINATURA: 27/02/2018

LEIA SE: DATA DA ASSINATURA: 27/02/2019

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA

Prefeito Municipal

SETOR PESSOAL
PORTARIA Nº 080/2019 DE 08 DE MARÇO DE 2019

PORTARIA Nº 080/2019 DE 08 DE MARÇO DE 2019

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE 30 (TRINTA) DIAS DE FÉRIAS A ZENILDE XAVIER BEZERRA DOS SANTOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA, Prefeito Municipal de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por lei e considerando que a(o) servidor(a) trabalhou na Secretaria de Educação, no cargo de Agente de Administração Pública, no período aquisitivo de **16/02/2018 a 16/02/2019.**

R E S O L V E

ART. 1º - Conceder 30 (trinta) dias de Férias a(o) servidor(a) **ZENILDE XAVIER BEZERRA DOS SANTOS.**

ART. 2º - Conceder 1/3 (um terço) a mais que o salário normal, de acordo com o item XVIII, art. 7º da Constituição Federal.

ART. 3º - As Férias concedidas no art. 1º compreenderá o período de **08/03/2019 a 06/04/2019.**

ART. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal em 08 de março de 2019.

Valdécio Luiz da Costa

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria Municipal e publicada no Diário Oficial da AMM, Diário Oficial do TCE/MT e por afixação no local público de costume, conforme determina a Legislação em vigor.

Luiz Castro de Souza

Chefe de Gabinete

SETOR PESSOAL
PORTARIA Nº 074/2019 DE 07 DE MARÇO DE 2019

PORTARIA Nº 074/2019 DE 07 DE MARÇO DE 2019

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE 30 (TRINTA) DIAS DE FÉRIAS A VILSON DA CRUZ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA, Prefeito Municipal de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por lei e considerando que a(o) servidor(a) trabalhou na Secretaria de Saúde, no cargo de Técnico em RX, no período aquisitivo de **24/01/2018 a 24/01/2019.**

R E S O L V E

ART. 1º - Conceder 30 (trinta) dias de Férias ao servidor **VILSON DA CRUZ.**

ART. 2º - Conceder 1/3 (um terço) a mais que o salário normal, de acordo com o item XVIII, art. 7º da Constituição Federal.

ART. 3º - As Férias concedidas no art. 1º compreenderá o período de **07/03/2019 a 05/04/2019.**

ART. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal em 07 de março de 2019.

Valdécio Luiz da Costa

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria Municipal e publicada no Diário Oficial da AMM, Diário Oficial do TCE/MT e por afixação no local público de costume, conforme determina a Legislação em vigor.

Luiz Castro de Souza

Chefe de Gabinete

SETOR PESSOAL
PORTARIA Nº 075/2019 DE 07 DE MARÇO DE 2019

PORTARIA Nº 075/2019 DE 07 DE MARÇO DE 2019

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE 60 (SESSENTA) DIAS DE LICENÇA PRÊMIO A VILSON DA CRUZ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA, Prefeito Municipal de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por lei e considerando que a(o) servidor(a) trabalhou na Secretaria de Saúde, no cargo de Técnico em RX, no período aquisitivo de **24/01/2013 a 24/01/2018.**

R E S O L V E

ART. 1º - Conceder 60 (sessenta) dias de Licença Prêmio a **VILSON DA CRUZ.**

ART. 2º A Licença concedida no art. 1º compreenderá o período de **06/04/2019 a 04/06/2019.**

ART. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal em 07 de março de 2019.

Valdécio Luiz da Costa

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria Municipal e publicada no Diário Oficial da AMM, Diário Oficial do TCE/MT e por afixação no local público de costume, conforme determina a Legislação em vigor.

Luiz Castro de Souza

Chefe de Gabinete

SETOR PESSOAL
PORTARIA Nº 076/2019 DE 07 DE MARÇO DE 2019

PORTARIA Nº 076/2019 DE 07 DE MARÇO DE 2019

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE 30 (TRINTA) DIAS DE FÉRIAS A ESNA GARCIA BARBOSA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA, Prefeito Municipal de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por lei e considerando que a(o) servidor(a) trabalhou na Secretaria de Saúde, no cargo de Agente de Administração Pública, no período aquisitivo de **06/02/2018 a 06/02/2019.**

R E S O L V E

ART. 1º - Conceder 30 (trinta) dias de Férias a servidora **ESNA GARCIA BARBOSA.**

ART. 2º - Conceder 1/3 (um terço) a mais que o salário normal, de acordo com o item XVIII, art. 7º da Constituição Federal.

ART. 3º - As Férias concedidas no art. 1º compreenderá o período de **11/03/2019 a 09/04/2019.**

ART. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal em 07 de março de 2019.

Valdécio Luiz da Costa

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria Municipal e publicada no Diário Oficial da AMM, Diário Oficial do TCE/MT e por afixação no local público de costume, conforme determina a Legislação em vigor.

Luiz Castro de Souza

Chefe de Gabinete

SETOR PESSOAL
PORTARIA Nº 068/2019 DE 01 DE MARÇO DE 2019

PORTARIA Nº 068/2019 DE 01 DE MARÇO DE 2019

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE 90 (NOVENTA) DIAS DE LICENÇA PRÊMIO A EDIMICIO PEREIRA DE LIMA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA, Prefeito Municipal de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por lei e considerando que a(o) servidor(a) trabalhou na Secretaria de Obras, no cargo de Engenheiro Civil, no período aquisitivo de **01/01/2013 a 01/01/2018.**

R E S O L V E

ART. 1º - Conceder 90 (noventa) dias de Licença Prêmio a **EDIMICIO PEREIRA DE LIMA.**

ART. 2º A Licença concedida no art. 1º compreenderá o período de **11/03/2019 a 08/06/2019.**

ART. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal em 01 de março de 2019.

Valdécio Luiz da Costa

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria Municipal e publicada no Diário Oficial da AMM, Diário Oficial do TCE/MT e por afixação no local público de costume, conforme determina a Legislação em vigor.

Luiz Castro de Souza

Chefe de Gabinete

SETOR PESSOAL
PORTARIA Nº 077/2019 DE 07 DE MARÇO DE 2019

PORTARIA Nº 077/2019 DE 07 DE MARÇO DE 2019

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE 60 (SESSENTA) DIAS DE LICENÇA PRÊMIO A ESNA GARCIA BARBOSA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA, Prefeito Municipal de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por lei e considerando que a(o) servidor(a) trabalhou na Secretaria de Saúde, no cargo de Agente de Administração Pública, no período aquisitivo de **06/02/2014 a 06/02/2019.**

R E S O L V E

ART. 1º - Conceder 60 (sessenta) dias de Licença Prêmio a **ESNA GARCIA BARBOSA.**

ART. 2º A Licença concedida no art. 1º compreenderá o período de **10/04/2019 a 08/06/2019.**

ART. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal em 07 de março de 2019.

Valdécio Luiz da Costa

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria Municipal e publicada no Diário Oficial da AMM, Diário Oficial do TCE/MT e por afixação no local público de costume, conforme determina a Legislação em vigor.

Luiz Castro de Souza

Chefe de Gabinete

SETOR PESSOAL
PORTARIA Nº 078/2019 DE 07 DE MARÇO DE 2019

PORTARIA Nº 078/2019 DE 07 DE MARÇO DE 2019

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE 30 (TRINTA) DIAS DE FÉRIAS A FABRICIO RIBEIRO DA SILVA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA, Prefeito Municipal de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por lei e considerando que a(o) servidor(a) trabalhou na Secretaria de Educação, no cargo de Técnico Operacional, no período aquisitivo de **04/02/2018 a 04/02/2019.**

R E S O L V E

ART. 1º - Conceder 30 (trinta) dias de Férias ao servidor **FABRICIO RIBEIRO DA SILVA.**

ART. 2º - Conceder 1/3 (um terço) a mais que o salário normal, de acordo com o item XVIII, art. 7º da Constituição Federal.

ART. 3º - As Férias concedidas no art. 1º compreenderá o período de **11/03/2019 a 09/04/2019.**

ART. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal em 07 de março de 2019.

Valdécio Luiz da Costa

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria Municipal e publicada no Diário Oficial da AMM, Diário Oficial do TCE/MT e por afixação no local público de costume, conforme determina a Legislação em vigor.

Luiz Castro de Souza

Chefe de Gabinete

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL

PREFEITURA/DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA MUNICIPAL N.º095/2019

DATA: 06 DE MARÇO DE 2019.

SÚMULA: Dispõe Sobre POSSE DE CANDIDATO APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RAFAEL PAVEI, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais, e **tendo em vista o resultado final do Concurso Público deste Município, nos termos do Edital de Concurso n.º 001/2012 e o disposto no artigo 37, II da Constituição Federal e,**

Considerando a realização do Concurso Público nº 001/2018, para preenchimento dos cargos de provimento efetivo deste Município, estabelecido no Edital n.º 001/2018;

Considerando a homologação do mencionado Concurso, por meio do Decreto Municipal n.º 011/2019 do Prefeito Municipal;

Considerando a existência de vagas nos órgãos da Administração Pública Municipal, bem como a real necessidade de seu preenchimento;

Considerando o Edital de convocação de candidato nº 001/2019 **e;**

Considerando finalmente o disposto nas normas que regem o direito do trabalho previsto no Estatuto dos Servidores Público Municipais;

Artigo 1.º Empossar em caráter efetivo:

§**1º** A Sra. **FERNANDA CONCEIÇÃO DE ALENCAR** para **exercer o cargo de TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL – ZONA URBANA,** lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, terá como Regime Previdenciário, a Previdência Própria do Município de Feliz Natal - FELIZ PREVI e o Regime Jurídico será o Estatutário.

Artigo 2.º Será considerado desistente o candidato empossado que não comparecer para exercício do cargo no prazo de 15 (quinze) dias a contar da data da posse.

Artigo 3.º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4.º Revogam – se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL ESTADO DE MATO GROSSO, AOS SEIS DIAS DO MÊS DE MARÇO DE 2019.

RAFAEL PAVEI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE - SE

CUMPRA-SE.

PREFEITURA/DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA MUNICIPAL Nº085/2019

DATA: 01 DE MARÇO DE 2019.

RAFAEL PAVEI, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por lei,

RESOLVE:

Artigo 1º- Nomear a Sra. **KHETLYN PROVENZI,** para ocupar o cargo em Comissão de **ASSESSORIA III,** lotada junto a Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças,a partir desta data, com fundamento no Art. 46 da Lei Complementar nº 037/2015.

Artigo 2º- A Servidora ora nomeada será regida pelo Regime Jurídico Estatutário, porém contribuirá para o **Regime Geral de Previdência Social – INSS.**

Artigo 3º - A remuneração a que faz jus está definida na Lei Complementar nº 037/2015.

Artigo 4º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 5º - Revogam–se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL ESTADO DE MATO GROSSO, AO PRIMEIRO DIA DO MÊS DE MARÇO DE 2019.

RAFAEL PAVEI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA/DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA MUNICIPAL N.º 094/2019

DATA: 06 DE MARÇO DE 2019.

SUMULA: Dispõe Sobre POSSE DE CANDIDATO APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RAFAEL PAVEI, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais, e **tendo em vista o resultado final do Concurso Público deste Município, nos termos do Edital de Concurso n.º 001/2012 e o disposto no artigo 37, II da Constituição Federal e,**

Considerando a realização do Concurso Público nº 001/2018, para preenchimento dos cargos de provimento efetivo deste Município, estabelecido no Edital n.º 001/2018;

Considerando a homologação do mencionado Concurso, por meio do Decreto Municipal n.º 011/2019 do Prefeito Municipal;

Considerando a existência de vagas nos órgãos da Administração Pública Municipal, bem como a real necessidade de seu preenchimento;

Considerando o Edital de convocação de candidato nº001/2019 **e;**

Considerando finalmente o disposto nas normas que regem o direito do trabalho previsto no Estatuto dos Servidores Público Municipais;

Artigo 1.º Empossar em caráter efetivo:

§**1º** O Sr. **GEAN PACHECO ALCANTARA** para exercer o cargo de **MONITOR DE LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA – ZONA URBANA**, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, terá como Regime Previdenciário, a Previdência Própria do Município de Feliz Natal - FELIZ PREVI e o Regime Jurídico será o Estatutário.

Artigo 2.º Será considerado desistente o candidato empossado que não comparecer para exercício do cargo no prazo de 15 (quinze) dias a contar da data da posse.

Artigo 3.º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4.º Revogam – se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL ESTADO DE MATO GROSSO, AOS SEIS DIAS DO MÊS DE MARÇO DE 2019.

RAFAEL PAVEI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE - SE

CUMPRA-SE.

PREFEITURA/DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA MUNICIPAL N.º089/2019

DATA: 01 DE MARÇO DE 2019.

SUMULA: Dispõe Sobre POSSE DE CANDIDATO APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RAFAEL PAVEI, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais, e **tendo em vista o resultado final do Concurso Público deste Município, nos termos do Edital de Concurso n.º 001/2018 e o disposto no artigo 37, II da Constituição Federal e,**

Considerando a realização do Concurso Público nº 001/2018, para preenchimento dos cargos de provimento efetivo deste Município, estabelecido no Edital n.º 001/2018;

Considerando a homologação do mencionado Concurso, por meio do Decreto Municipal n.º 011/2019 do Prefeito Municipal;

Considerando a existência de vagas nos órgãos da Administração Pública Municipal, bem como a real necessidade de seu preenchimento;

Considerando o Edital de convocação de candidato nº003/2019 **e;**

Considerando finalmente o disposto nas normas que regem o direito do trabalho previsto no Estatuto dos Servidores Público Municipais;

Artigo 1.º Empossar em caráter efetivo:

§**1º** A Sra. **CASSIA ALINE NUNES AFONSO** para exercer o cargo de **ENFERMEIRA – ZONA RURAL**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, terá como Regime Previdenciário, a Previdência Própria do Município de Feliz Natal - FELIZ PREVI e o Regime Jurídico será o Estatutário.

Artigo 2.º Será considerado desistente o candidato empossado que não comparecer para exercício do cargo no prazo de 15 (quinze) dias a contar da data da posse.

Artigo 3.º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4.º Revogam – se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL ESTADO DE MATO GROSSO, AO PRIMEIRO DIA DO MÊS DE MARÇO DE 2019.

RAFAEL PAVEI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE - SE

CUMPRA-SE.

PREFEITURA/DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA MUNICIPAL N.º 093/2019

DATA: 06 DE MARÇO DE 2019.

SUMULA: Dispõe Sobre POSSE DE CANDIDATO APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RAFAEL PAVEI, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais, e **tendo em vista o resultado final do Concurso Público deste Município, nos termos do Edital de Concurso n.º 001/2012 e o disposto no artigo 37, II da Constituição Federal e,**

Considerando a realização do Concurso Público nº 001/2018, para preenchimento dos cargos de provimento efetivo deste Município, estabelecido no Edital n.º 001/2018;

Considerando a homologação do mencionado Concurso, por meio do Decreto Municipal n.º 011/2019 do Prefeito Municipal;

Considerando a existência de vagas nos órgãos da Administração Pública Municipal, bem como a real necessidade de seu preenchimento;

Considerando o Edital de convocação de candidato nº007/2019 **e;**

Considerando finalmente o disposto nas normas que regem o direito do trabalho previsto no Estatuto dos Servidores Público Municipais;

Artigo 1.º Empossar em caráter efetivo:

§**1º** O Sr. **LUIS GUSTAVO PEREIRA DA SILVA** para exercer o cargo de **AUXILIAR DE OFICINA,** lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras, terá como Regime Previdenciário, a Previdência Própria do Município de Feliz Natal - FELIZ PREVI e o Regime Jurídico será o Estatutário.

Artigo 2.º Será considerado desistente o candidato empossado que não comparecer para exercício do cargo no prazo de 15 (quinze) dias a contar da data da posse.

Artigo 3.º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4.º Revogam – se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL ESTADO DE MATO GROSSO, AOS SEIS DIAS DO MÊS DE MARÇO DE 2019.

RAFAEL PAVEI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE - SE

CUMPRA-SE.

PREFEITURA/DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA MUNICIPAL N.º 101/2019

DATA: 07 DE MARÇO DE 2019.

SÚMULA: Dispõe Sobre POSSE DE CANDIDATO APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RAFAEL PAVEI, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais, e **tendo em vista o resultado final do Concurso Público deste Município, nos termos do Edital de Concurso n.º 001/2012 e o disposto no artigo 37, II da Constituição Federal e,**

Considerando a realização do Concurso Público nº 001/2018, para preenchimento dos cargos de provimento efetivo deste Município, estabelecido no Edital n.º 001/2018;

Considerando a homologação do mencionado Concurso, por meio do Decreto Municipal n.º 011/2019 do Prefeito Municipal;

Considerando a existência de vagas nos órgãos da Administração Pública Municipal, bem como a real necessidade de seu preenchimento;

Considerando o Edital de convocação de candidato nº 003/2019 **e;**

Considerando finalmente o disposto nas normas que regem o direito do trabalho previsto no Estatuto dos Servidores Público Municipais;

Artigo 1.º Empossar em caráter efetivo:

§**1º** A Sra. **FERNANDA WEBER** para exercer o cargo de **BIOQUIMICO – ZONA URBANA**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, terá como Regime Previdenciário, a Previdência Própria do Município de Feliz Natal - FELIZ PREVI e o Regime Jurídico será o Estatutário.

Artigo 2.º Será considerado desistente o candidato empossado que não comparecer para exercício do cargo no prazo de 15 (quinze) dias a contar da data da posse.

Artigo 3.º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4.º Revogam – se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL ESTADO DE MATO GROSSO, AOS SETE DIAS DO MÊS DE MARÇO DE 2019.

RAFAEL PAVEI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE - SE

CUMPRA-SE.

PREFEITURA/DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA MUNICIPAL N.º 102/2019

DATA: 07 DE MARÇO DE 2019.

SÚMULA: Dispõe Sobre POSSE DE CANDIDATO APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RAFAEL PAVEI, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais, e **tendo em vista o resultado final do Concurso Público deste Município, nos termos do Edital de Concurso n.º 001/2012 e o disposto no artigo 37, II da Constituição Federal e,**

Considerando a realização do Concurso Público nº 001/2018, para preenchimento dos cargos de provimento efetivo deste Município, estabelecido no Edital n.º 001/2018;

Considerando a homologação do mencionado Concurso, por meio do Decreto Municipal n.º 011/2019 do Prefeito Municipal;

Considerando a existência de vagas nos órgãos da Administração Pública Municipal, bem como a real necessidade de seu preenchimento;

Considerando o Edital de convocação de candidato nº 007/2019 **e;**

Considerando finalmente o disposto nas normas que regem o direito do trabalho previsto no Estatuto dos Servidores Público Municipais;

Artigo 1.º Empossar em caráter efetivo:

§**1º** O Sr. **JARED GOMES DE OLIVEIRA** para exercer o cargo de **OPERADOR DE MÁQUINAS IV – ZONA URBANA**, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras, terá como Regime Previdenciário, a Previdência Própria do Município de Feliz Natal - FELIZ PREVI e o Regime Jurídico será o Estatutário.

Artigo 2.º Será considerado desistente o candidato empossado que não comparecer para exercício do cargo no prazo de 15 (quinze) dias a contar da data da posse.

Artigo 3.º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4.º Revogam – se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL ESTADO DE MATO GROSSO, AOS SETE DIAS DO MÊS DE MARÇO DE 2019.

RAFAEL PAVEI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE - SE

CUMPRA-SE.

PREFEITURA/DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA MUNICIPAL N.º087/2019

DATA: 01 DE MARÇO DE 2019.

SUMULA: Dispõe Sobre POSSE DE CANDIDATO APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RAFAEL PAVEI, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais, e **tendo em vista o resultado final do Concurso Público deste Município, nos termos do Edital de Concurso n.º 001/2012 e o disposto no artigo 37, II da Constituição Federal e,**

Considerando a realização do Concurso Público nº 001/2018, para preenchimento dos cargos de provimento efetivo deste Município, estabelecido no Edital n.º 001/2018;

Considerando a homologação do mencionado Concurso, por meio do Decreto Municipal n.º 011/2019 do Prefeito Municipal;

Considerando a existência de vagas nos órgãos da Administração Pública Municipal, bem como a real necessidade de seu preenchimento;

Considerando o Edital de convocação de candidato nº005/2019 **e;**

Considerando finalmente o disposto nas normas que regem o direito do trabalho previsto no Estatuto dos Servidores Público Municipais;

Artigo 1.º Empossar em caráter efetivo:

§**1º** O Sr. **ODAIR DAS NEVES SILVA** para exercer o cargo de **VIGIA – ZONA URBANA**, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras, terá como Regime Previdenciário, a Previdência Própria do Município de Feliz Natal - FELIZ PREVI e o Regime Jurídico será o Estatutário.

Artigo 2.º Será considerado desistente o candidato empossado que não comparecer para exercício do cargo no prazo de 15 (quinze) dias a contar da data da posse.

Artigo 3.º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4.º Revogam – se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL ESTADO DE MATO GROSSO, AO PRIMEIRO DIA DO MÊS DE MARÇO DE 2019.

RAFAEL PAVEI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE - SE

CUMPRA-SE.

PREFEITURA/DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA MUNICIPAL N.º 103/2019

DATA: 07 DE MARÇO DE 2019.

SÚMULA: Dispõe Sobre POSSE DE CANDIDATO APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RAFAEL PAVEI, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais, e **tendo em vista o resultado final do Concurso Público deste Município, nos termos do Edital de Concurso n.º 001/2012 e o disposto no artigo 37, II da Constituição Federal e,**

Considerando a realização do Concurso Público nº 001/2018, para preenchimento dos cargos de provimento efetivo deste Município, estabelecido no Edital n.º 001/2018;

Considerando a homologação do mencionado Concurso, por meio do Decreto Municipal n.º 011/2019 do Prefeito Municipal;

Considerando a existência de vagas nos órgãos da Administração Pública Municipal, bem como a real necessidade de seu preenchimento;

Considerando o Edital de convocação de candidato nº 006/2019 **e;**

Considerando finalmente o disposto nas normas que regem o direito do trabalho previsto no Estatuto dos Servidores Público Municipais;

Artigo 1.º Empossar em caráter efetivo:

§**1º** O Sr. **MARIO SANTANA REGO** para exercer o cargo de **MOTORISTA NIVEL I TRANSPORTE ESCOLAR – ZONA URBANA**, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, terá como Regime Previdenciário, a Previdência Própria do Município de Feliz Natal - FELIZ PREVI e o Regime Jurídico será o Estatutário.

Artigo 2.º Será considerado desistente o candidato empossado que não comparecer para exercício do cargo no prazo de 15 (quinze) dias a contar da data da posse.

Artigo 3.º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4.º Revogam – se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL ESTADO DE MATO GROSSO, AOS SETE DIAS DO MÊS DE MARÇO DE 2019.

RAFAEL PAVEI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE - SE

CUMPRA-SE.

PREFEITURA/DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA MUNICIPAL N.º092/2019

DATA: 06 DE MARÇO DE 2019.

SUMULA: Dispõe Sobre POSSE DE CANDIDATO APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RAFAEL PAVEI, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais, e **tendo em vista o resultado final do Concurso Público deste Município, nos termos do Edital de Concurso n.º 001/2012 e o disposto no artigo 37, II da Constituição Federal e,**

Considerando a realização do Concurso Público nº 001/2018, para preenchimento dos cargos de provimento efetivo deste Município, estabelecido no Edital n.º 001/2018;

Considerando a homologação do mencionado Concurso, por meio do Decreto Municipal n.º 011/2019 do Prefeito Municipal;

Considerando a existência de vagas nos órgãos da Administração Pública Municipal, bem como a real necessidade de seu preenchimento;

Considerando o Edital de convocação de candidato nº 003/2019 **e;**

Considerando finalmente o disposto nas normas que regem o direito do trabalho previsto no Estatuto dos Servidores Público Municipais;

Artigo 1.º Empossar em caráter efetivo:

§**1º** A Sra. **ANA HELENA DE BRITO MORAES** para exercer o cargo de **FONOAUDIÓLOGA**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, terá como Regime Previdenciário, a Previdência Própria do Município de Feliz Natal - FELIZ PREVI e o Regime Jurídico será o Estatutário.

Artigo 2.º Será considerado desistente o candidato empossado que não comparecer para exercício do cargo no prazo de 15 (quinze) dias a contar da data da posse.

Artigo 3.º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4.º Revogam – se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL ESTADO DE MATO GROSSO, AOS SEIS DIAS DO MÊS DE MARÇO DE 2019.

RAFAEL PAVEI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE - SE

CUMPRA-SE.

PREFEITURA/DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA MUNICIPAL N.º088/2019

DATA: 01 DE MARÇO DE 2019.

SUMULA: Dispõe Sobre POSSE DE CANDIDATO APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RAFAEL PAVEI, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais, e **tendo em vista o resultado final do Concurso Público deste Município, nos termos do Edital de Concurso n.º 001/2012 e o disposto no artigo 37, II da Constituição Federal e,**

Considerando a realização do Concurso Público nº 001/2018, para preenchimento dos cargos de provimento efetivo deste Município, estabelecido no Edital n.º 001/2018;

Considerando a homologação do mencionado Concurso, por meio do Decreto Municipal n.º 011/2019 do Prefeito Municipal;

Considerando a existência de vagas nos órgãos da Administração Pública Municipal, bem como a real necessidade de seu preenchimento;

Considerando o Edital de convocação de candidato nº005/2019 **e;**

Considerando finalmente o disposto nas normas que regem o direito do trabalho previsto no Estatuto dos Servidores Público Municipais;

Artigo 1.º Empossar em caráter efetivo:

§**1º** O Sr. **BRUNO SANTOS FERREIRA** para exercer o cargo de **VIGIA – ZONA URBANA**, lotado na Secretaria Municipal De Administração, Planejamento E Finanças**, terá como Regime Previdenciário, a** Previdência Própria do Município de Feliz Natal - FELIZ PREVI e o Regime Jurídico será o Estatutário.

Artigo 2.º Será considerado desistente o candidato empossado que não comparecer para exercício do cargo no prazo de 15 (quinze) dias a contar da data da posse.

Artigo 3.º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4.º Revogam – se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL ESTADO DE MATO GROSSO, AO PRIMEIRO DIA DO MÊS DE MARÇO DE 2019.

RAFAEL PAVEI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE - SE

CUMPRA-SE.

PREFEITURA/DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA MUNICIPAL N.º 091/2019

DATA: 06 DE MARÇO DE 2019.

SUMULA: Dispõe Sobre POSSE DE CANDIDATO APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RAFAEL PAVEI, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais, e **tendo em vista o resultado final do Concurso Público deste Município, nos termos do Edital de Concurso n.º 001/2012 e o disposto no artigo 37, II da Constituição Federal e,**

Considerando a realização do Concurso Público nº 001/2018, para preenchimento dos cargos de provimento efetivo deste Município, estabelecido no Edital n.º 001/2018;

Considerando a homologação do mencionado Concurso, por meio do Decreto Municipal n.º 011/2019 do Prefeito Municipal;

Considerando a existência de vagas nos órgãos da Administração Pública Municipal, bem como a real necessidade de seu preenchimento;

Considerando o Edital de convocação de candidato nº007/2019 **e;**

Considerando finalmente o disposto nas normas que regem o direito do trabalho previsto no Estatuto dos Servidores Público Municipais;

Artigo 1.º Empossar em caráter efetivo:

§**1º** O Sr. **GENIVALDO LOURENÇO FERREIRA** para exercer o cargo de **ELETRICISTA,** lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras, terá como Regime Previdenciário, a Previdência Própria do Município de Feliz Natal - FELIZ PREVI e o Regime Jurídico será o Estatutário.

Artigo 2.º Será considerado desistente o candidato empossado que não comparecer para exercício do cargo no prazo de 15(quinze) dias a contar da data da posse.

Artigo 3.º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4.º Revogam – se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL ESTADO DE MATO GROSSO, AOS SEIS DIAS DO MÊS DE MARÇO DE 2019.

RAFAEL PAVEI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE - SE

CUMPRA-SE.

PREFEITURA/DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA MUNICIPAL N.º090/2019

DATA: 01 DE MARÇO DE 2019.

SUMULA: Dispõe Sobre POSSE DE CANDIDATO APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RAFAEL PAVEI, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais, e **tendo em vista o resultado final do Concurso Público deste Município, nos termos do Edital de Concurso n.º 001/2012 e o disposto no artigo 37, II da Constituição Federal e,**

Considerando a realização do Concurso Público nº 001/2018, para preenchimento dos cargos de provimento efetivo deste Município, estabelecido no Edital n.º 001/2018;

Considerando a homologação do mencionado Concurso, por meio do Decreto Municipal n.º 011/2019 do Prefeito Municipal;

Considerando a existência de vagas nos órgãos da Administração Pública Municipal, bem como a real necessidade de seu preenchimento;

Considerando o Edital de convocação de candidato nº003/2019 **e;**

Considerando finalmente o disposto nas normas que regem o direito do trabalho previsto no Estatuto dos Servidores Público Municipais;

Artigo 1.º Empossar em caráter efetivo:

§**1º** A Sra. **ROSILENE PIREZ** para exercer o cargo de **TÉCNICO EM ENFERMAGEM – ZONA URBANA**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, terá como Regime Previdenciário, a Previdência Própria do Município de Feliz Natal - FELIZ PREVI e o Regime Jurídico será o Estatutário.

Artigo 2.º Será considerado desistente o candidato empossado que não comparecer para exercício do cargo no prazo de 15 (quinze) dias a contar da data da posse.

Artigo 3.º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4.º Revogam – se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL ESTADO DE MATO GROSSO, AO PRIMEIRO DIA DO MÊS DE MARÇO DE 2019.

RAFAEL PAVEI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE - SE

CUMPRA-SE.

PREFEITURA/DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA MUNICIPAL N.º097/2019

DATA: 06 DE MARÇO DE 2019.

SUMULA: Dispõe Sobre POSSE DE CANDIDATO APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RAFAEL PAVEI, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais, e **tendo em vista o resultado final do Concurso Público deste Município, nos termos do Edital de Concurso n.º 001/2012 e o disposto no artigo 37, II da Constituição Federal e,**

Considerando a realização do Concurso Público nº 001/2018, para preenchimento dos cargos de provimento efetivo deste Município, estabelecido no Edital n.º 001/2018;

Considerando a homologação do mencionado Concurso, por meio do Decreto Municipal n.º 011/2019 do Prefeito Municipal;

Considerando a existência de vagas nos órgãos da Administração Pública Municipal, bem como a real necessidade de seu preenchimento;

Considerando o Edital de convocação de candidato nº 001/2019 **e;**

Considerando finalmente o disposto nas normas que regem o direito do trabalho previsto no Estatuto dos Servidores Público Municipais;

Artigo 1.º Empossar em caráter efetivo:

§**1º** A Sra. **BIANCA MACIEL DIAS** para exercer o cargo de **TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL – ZONA URBANA,** lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, terá como Regime Previdenciário, a Previdência Própria do Município de Feliz Natal - FELIZ PREVI e o Regime Jurídico será o Estatutário.

Artigo 2.º Será considerado desistente o candidato empossado que não comparecer para exercício do cargo no prazo de 15 (quinze) dias a contar da data da posse.

Artigo 3.º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4.º Revogam – se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL ESTADO DE MATO GROSSO, AOS SEIS DIAS DO MÊS DE MARÇO DE 2019.

RAFAEL PAVEI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE - SE

CUMPRA-SE.

PREFEITURA/DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA MUNICIPAL N.º084/2019

DATA: 01 DE MARÇO DE 2019.

SUMULA: Dispõe Sobre POSSE DE CANDIDATO APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RAFAEL PAVEI, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais, e **tendo em vista o resultado final do Concurso Público deste Município, nos termos do Edital de Concurso n.º 001/2018 e o disposto no artigo 37, II da Constituição Federal e,**

Considerando a realização do Concurso Público nº 001/2018, para preenchimento dos cargos de provimento efetivo deste Município, estabelecido no Edital n.º 001/2018;

Considerando a homologação do mencionado Concurso, por meio do Decreto Municipal n.º 011/2019 do Prefeito Municipal;

Considerando a existência de vagas nos órgãos da Administração Pública Municipal, bem como a real necessidade de seu preenchimento;

Considerando o Edital de convocação de candidato nº007/2019 **e;**

Considerando finalmente o disposto nas normas que regem o direito do trabalho previsto no Estatuto dos Servidores Público Municipais;

Artigo 1.º Empossar em caráter efetivo:

§**1º** A Sra. **LAURA COMPAGNONI BRITO** para exercer o cargo de **AGENTE ADMINISTRATIVO I – ZONA URBANA**, lotada na Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, terá como Regime Previdenciário, a Previdência Própria do Município de Feliz Natal - FELIZ PREVI e o Regime Jurídico será o Estatutário.

Artigo 2.º Será considerado desistente o candidato empossado que não comparecer para exercício do cargo no prazo de 15(quinze) dias a contar da data da posse.

Artigo 3.º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4.º Revogam – se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL ESTADO DE MATO GROSSO, AO PRIMEIRO DIA DO MÊS DE MARÇO DE 2019.

RAFAEL PAVEI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE - SE

CUMPRA-SE.

PREFEITURA/DEPARTAMENTO PESSOAL
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE FELIZ NATAL PROCESSO SELETIVO PÚBLICO N° 001/2019

DECISÃO QUANTO AOS RECURSOS INTERPOSTOS PARA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE ABERTURA

A Comissão do Processo Seletivo Público N° 001/2019 para seleção de Agente Comunitário de Saúde e Agente de Combate às Endemias, nomeada pela Portaria 075/2019, faz saber que não houve recursos contra a relação de inscritos para Processo Seletivo Público N° 001/2019.

Feliz Natal, 08 de março de 2019.

_____

Silmara de Souza

Presidente da Comissão Processo Seletivo Público 001/2019

Portaria Nº 075/2019

PREFEITURA/DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA MUNICIPAL N.º 099/2019

DATA: 06 DE MARÇO DE 2019.

SÚMULA: Dispõe Sobre POSSE DE CANDIDATO APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RAFAEL PAVEI, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais, e **tendo em vista o resultado final do Concurso Público deste Município, nos termos do Edital de Concurso n.º 001/2012 e o disposto no artigo 37, II da Constituição Federal e,**

Considerando a realização do Concurso Público nº 001/2018, para preenchimento dos cargos de provimento efetivo deste Município, estabelecido no Edital n.º 001/2018;

Considerando a homologação do mencionado Concurso, por meio do Decreto Municipal n.º 011/2019 do Prefeito Municipal;

Considerando a existência de vagas nos órgãos da Administração Pública Municipal, bem como a real necessidade de seu preenchimento;

Considerando o Edital de convocação de candidato nº 003/2019 **e;**

Considerando finalmente o disposto nas normas que regem o direito do trabalho previsto no Estatuto dos Servidores Público Municipais;

Artigo 1.º Empossar em caráter efetivo:

§**1º** O Sr. **MARCELO SUZIN** para exercer o cargo de **AUXILIAR DE LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS**, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, terá como Regime Previdenciário, a Previdência Própria do Município de Feliz Natal - FELIZ PREVI e o Regime Jurídico será o Estatutário.

Artigo 2.º Será considerado desistente o candidato empossado que não comparecer para exercício do cargo no prazo de 15 (quinze) dias a contar da data da posse.

Artigo 3.º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4.º Revogam – se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL ESTADO DE MATO GROSSO, AOS SEIS DIAS DO MÊS DE MARÇO DE 2019.

RAFAEL PAVEI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE - SE

CUMPRA-SE.

PREFEITURA/DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA MUNICIPAL N.º096/2019

DATA: 06 DE MARÇO DE 2019.

SUMULA: Dispõe Sobre POSSE DE CANDIDATO APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RAFAEL PAVEI, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais, e **tendo em vista o resultado final do Concurso Público deste Município, nos termos do Edital de Concurso n.º 001/2012 e o disposto no artigo 37, II da Constituição Federal e,**

Considerando a realização do Concurso Público nº 001/2018, para preenchimento dos cargos de provimento efetivo deste Município, estabelecido no Edital n.º 001/2018;

Considerando a homologação do mencionado Concurso, por meio do Decreto Municipal n.º 011/2019 do Prefeito Municipal;

Considerando a existência de vagas nos órgãos da Administração Pública Municipal, bem como a real necessidade de seu preenchimento;

Considerando o Edital de convocação de candidato nº 001/2019 **e;**

Considerando finalmente o disposto nas normas que regem o direito do trabalho previsto no Estatuto dos Servidores Público Municipais;

Artigo 1.º Empossar em caráter efetivo:

§**1º** A Sra. **MARIA DE FÁTIMA PEREIRA** para exercer o cargo de **TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL – ZONA URBANA,** lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, terá como Regime Previdenciário, a Previdência Própria do Município de Feliz Natal - FELIZ PREVI e o Regime Jurídico será o Estatutário.

Artigo 2.º Será considerado desistente o candidato empossado que não comparecer para exercício do cargo no prazo de 15 (quinze) dias a contar da data da posse.

Artigo 3.º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4.º Revogam – se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL ESTADO DE MATO GROSSO, AOS SEIS DIAS DO MÊS DE MARÇO DE 2019.

RAFAEL PAVEI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE - SE

CUMPRA-SE.

PREFEITURA/DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA MUNICIPAL N.º100/2019

DATA: 07 DE MARÇO DE 2019.

SÚMULA: Dispõe Sobre POSSE DE CANDIDATO APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RAFAEL PAVEI, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais, e **tendo em vista o resultado final do Concurso Público deste Município, nos termos do Edital de Concurso n.º 001/2012 e o disposto no artigo 37, II da Constituição Federal e,**

Considerando a realização do Concurso Público nº 001/2018, para preenchimento dos cargos de provimento efetivo deste Município, estabelecido no Edital n.º 001/2018;

Considerando a homologação do mencionado Concurso, por meio do Decreto Municipal n.º 011/2019 do Prefeito Municipal;

Considerando a existência de vagas nos órgãos da Administração Pública Municipal, bem como a real necessidade de seu preenchimento;

Considerando o Edital de convocação de candidato nº 003/2019 **e;**

Considerando finalmente o disposto nas normas que regem o direito do trabalho previsto no Estatuto dos Servidores Público Municipais;

Artigo 1.º Empossar em caráter efetivo:

§**1º** A Sra. **TATIANE DE LIMA CAMPOS** para exercer o cargo de **ASSISTENTE SOCIAL – ZONA URBANA**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, terá como Regime Previdenciário, a Previdência Própria do Município de Feliz Natal - FELIZ PREVI e o Regime Jurídico será o Estatutário.

Artigo 2.º Será considerado desistente o candidato empossado que não comparecer para exercício do cargo no prazo de 15 (quinze) dias a contar da data da posse.

Artigo 3.º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4.º Revogam – se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL ESTADO DE MATO GROSSO, AOS SETE DIAS DO MÊS DE MARÇO DE 2019.

RAFAEL PAVEI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE - SE

CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAÚCHA DO NORTE

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO 014/2019

O(a) Prefeito, , no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

Licitação Nr.: 00000014/2019 Modalidade Nr.: 00000010/2019

Modalidade: Pregão

Data da Adjudicação: 11/03/2019 Data da Homologação: 11/03/2019

Objeto da Licitação: ALIMENTAÇÃO, SELF- SERVICE (ALMOÇO/JANTAR), E MARMITEX

Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação)

Detalhamento

Unid. Qtd. Vlr. Unitário

Total

30014 - ANTONIA IMERIAN SILVA DE SOUSA 85742422253 CNPJ: 24.270.384/0001-20

26582

REFEIÇÕES SELF SERVICE (COMUNIDADE NOVA ALIANÇA)- FORNECIMENTO DE ALMOÇO/JA UN - UNIDADE 530,0000 25,0000 13.250,00 ENTRADA: PRATOS FRIOS (MAIONESE DE LEGUMES, SALADA DE VEGETAIS FOLHOSOS,

VEGETAIS CRUS E COZIDOS, 2(DUAS) OPÇÕES; PRATO PRINCIPAL: 02 (DOIS) TIPOS DE CARNE (VERMELHA E B

26583 FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO PRONTA ACONDICIONADA EM EMBALAGENS TIPO “MARM	UN - UNIDADE 1500,0000 15,0000	22.500,00
	Total Fornecedor:	35.750,0000
	Total Geral:	35.750,0000
GAUCHA DO NORTE, Segunda-feira, 11 de Março de 2019		

PORTARIA MUNICIPAL Nº 60/2019

DISPÕE SOBRE VACÂNCIA DO CARGO EFETIVO.

Voney Rodrigues Goulart, Prefeito Municipal de Gaúcha do Norte-MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei.

RESOLVE,

Art. 1º Declarar a vacância do cargo de Enfermeiro, ocupado pelo servidor **EBER DA COSTA AMARAL,** matrícula 17926, por motivo de posse em outro cargo inacumulável, nos termos do artigo 51, inciso VII da Lei Municipal N° 132/2001.

.

Art. 2º A vacância de que trata o art. 1º desta Portaria, será pelo prazo de 03 (três) anos, ou antes, desde que a pedido do servidor, a partir da data em que o servidor assumir o outro cargo.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na presente data, revogadas as disposições em contrário.

Gaúcha do Norte-MT, 25 de fevereiro de 2019.

VONEY RODRIGUES GOULART

Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO - EQUIPAMENTOS PERMANENTE PARA UNIDADE DE REABILITAÇÃO

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 020/2019

PREGÃO PRESENCIAL /SRP - Nº 013/2019

O município de Gaúcha do Norte/MT, por meio de sua Pregoeira Oficial, torna público o Sistema de Registro de Preços para futura e eventualcontratação de empresa para **AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PERMANENTE PARA A UNIDADE DE REABILITAÇÃO** FISIOTERAPIA do município de Gaúcha do Norte-MT, que será realizada no dia **22/03/2019 às 07h30min** (**Horário de Cuiabá/MT)** na sala de licitações. Este pregão será regido pela Lei Federal 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93, suas alterações e demais disposições aplicáveis. O edital será disponibilizado no site www.gauchadonorte.mt.gov.br e no e-mail licitacaogauchadonorte@gmail.com.

Gaúcha do Norte, 11 de março de 2019.

Neilla F. de Souza

Pregoeira Oficial

RESOLUÇÃO N° 02/2019 - CMAS

ESTADO DE MATO GROSSO

CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DOS DIREITOS DA

CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

GAUCHA DO NORTE /MT

RESOLUÇÃO N° 02/2019/CMAS/ GAUCHA DO NORTE /MT

Dispõe sobre alteração da formação da Comissão Especial para o processo de escolha em data unificada para membros do Conselho Tutelar.

O CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, representado neste ato por seu Presidente, no uso das atribuições conferidas pela Lei nº 060, de 19 de Abril de 1999, e conforme deliberação do Pleno em Reunião Ordinária realizada no dia 11 de Março de 2019;

R E S O L V E:

Art. 1° Alterar a Formação da Comissão Especial para o processo de escolha em data unificada para membros do Conselho Tutelar, encarregada de analisar os pedidos de registro de candidatura e dar ampla publicidade à relação dos pretendentes inscritos; notificar os candidatos impugnados, concedendo-lhes prazo para apresentação de defesa; realizar reuniões para decidir acerca da impugnação da candidatura, ficando assim constituída: Rogério Ferreira Miranda – Não Governamental, Luiz Carlos Santos Lopes– Governamental, Rosiner Lobilein - Governamental e Alyne Taynara de Souza – Não Governamental.

Registrada. Publicada. Cumpra-se.

Gaúcha do Norte - MT, 11 de Março de 2019.

Rogério Ferreira Miranda

Presidente CMDCA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 20/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2019

Aos 11 dias do mês de Março de 2019, de um lado o(a) **MUNICIPIO DE GAUCHA DO NORTE**, com sede na rua para, nesta cidade, devidamente inscrita no CGC/MF sob o n.º 01.614.539/0001-01, neste ato, representado pelo(a) **Prefeito(a) Municipal , Sr(a). VONEY RODRIGUES GOULART**, brasileiro(a), portador do R.G. n.º 2477543SSP/GO e inscrito no CPF nº 402.603.301-59, residente e domiciliado na RUA BRASILIA, bairro CENTRO nesta cidade, neste ato denominado simplesmente **ORGÃO GERENCIADOR DO REGISTRO DE PREÇOS**, realizado por meio do **PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2019**, e de outro lado a empresa adjudicatária nos itens abaixo, doravante denominada **FORNECEDOR**, tem entre si, justo e avençado a presente Ata que, quando publicada, terá efeito de **compromisso de fornecimento**, nos termos do Art. 15 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, observada as condições estabelecidas no ato convocatório e consoante as cláusulas que se seguem:

1 – DO FORNECEDOR REGISTRADO: A partir desta data, fica registrado na Prefeitura Municipal de GAUCHA DO NORTE – MT, o preço do fornecedor registrado a seguir relacionado, objetivando a contratação de pessoa jurídica para ALIMENTAÇÃO, SELF- SERVICE (ALMOÇO/ JANTAR), E MARMITEX, de acordo com as especificações e nas condições estabelecidas no ato convocatório.

Fornecedor ANTONIA IMERIAN SILVA DE SOUSA 85742422253	CNPJ 24.270.384/0001-20
Endereço RUA BRASILIA	Nº S/N
Bairro CENTRO	
Cidade GAUCHA DO NORTE/MT	CEP 78875000
Representante Legal	CPF 783.858.736-00
Email merian_linda@hotmail.com	Telefone

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNID.	MARCA	QUANT.	VL. UNIT.	VL. TOTAL
1	26582	REFEIÇÕES SELF SERVICE (COMUNIDADE NOVA ALIANÇA)- FORNECIMENTO DE ALMOÇO/JANTAR, ENTRADA: PRATOS FRIOS (MAIONESE DE LEGUMES, SALADA DE VEGETAIS FOLHOSOS, VEGETAIS CRUS E COZIDOS, 2(DUAS) OPÇÕES; PRATO PRINCIPAL: 02 (DOIS) TIPOS DE CARNE (VERMELHA E B	UN - UNIDADE		530,00	25,0000	13.250,00
2	26583	FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO PRONTA ACONDICIONADA EM EMBALAGENS TIPO “MARMITEX”.	UN - UNIDADE		1500,00	15,0000	22.500,00

Total: 35.750,00

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço. 2.2. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na aliena “d” do inciso II do caput e do §5° do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993. 2.2.1. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da

proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.2. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração. 2.2.3. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo. 2.2.4. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação. 2.2.5. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação. 2.2. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes: a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado; b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação. **2.3. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e**

o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5° do art. 65 da Lei n° 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá: a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados: b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.3.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes. 2.3.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações. 3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993. 3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4°, da Lei n° 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital; 4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4° do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação. 4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata. 4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis. 4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro. 4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor: 5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3° do Decreto Municipal n° 095/2009; 5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração. 5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos. 5.1.3. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização; 5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de oficio" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município observada o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários. 5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo; 5.1.6. Emitir a autorização de compra; 5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contrações por outros meios permitidos pela legislação; 5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias: 5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital; 5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada; 5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata. 5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata: 5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços; 5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação; 5.3.4. Substituir os produtos recusados ou cancelar os serviços executados para entidade usuária, sem qualquer ônus para administração, no prazo máximo de 24(vinte e quatro) horas, independente da aplicação das penalidades cabíveis. 5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata; 5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula

segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão; 5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações. 5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços. 5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços. CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS 6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando: 6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando: a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado; b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável; c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento; d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado; e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal n° 10.520, de 17 de fevereiro de 2002; f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas. **6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior. 6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro. 6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente. 6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa. 6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.**

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal. 7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável. 7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4° do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação. 7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento. 7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará (ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento. 7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar. 7.5.2. O prazo de entrega será conforme as solicitações em anexo no termo de referencia em conformidade com o edital os artigos 73 a 76 da Lei Federal nº 8.666/93. 7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento. 7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento. 7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado. 7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata. 7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer o objeto licitado, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações. 7.8.1. Serão recusado o objeto licitado com defeitos de fabrica, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso. 7.8.2. O objeto licitado deverá ser entregue embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega. 7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança do O objeto licitado contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 02 (DOIS) anos a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural. 7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte do O objeto licitado, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei n° 8.666/93 e alterações. 8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS. 8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será sustado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo. 8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções. 8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais. 8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora. 8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8. 666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e

alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas: 11.1.1. Pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos: a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato; b) cancelamento do preço registrado; c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos. **11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente. 11.1.2. Por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:** a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia; b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso. **11.1.3. Por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:** a) advertência, por escrito, nas falta leves; b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor; c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos. d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade. **11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. Poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993. 11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei n° 10.520, de 2002. 11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação. 11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos. 11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação. 11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração. 11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA**

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Paranatinga-MT para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento. E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAÚCHA DO NORTE -

VONEY RODRIGUES GOULART

Prefeito(a) Municipal

ANTONIA IMERIAN SILVA DE SOUSA 85742422253

PREFEITURA MUNICIPAL DE GLÓRIA D´OESTE

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - CARTA CONVITE Nº. 01/2019

De Acordo com o julgamento do referido Convite, da Adjudicação do Presidente da Comissão Permanente De Licitação, do Art. N.º 43, Inciso VI da Lei Federal n.º 8.666/1993 e suas alterações, o Prefeito do Município de Glória D´Oeste - MT, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, abaixo assinado, tendo cumprido todos os requisitos e princípios estabelecidos, **HOMOLOGA** a Carta Convite n.º 01/2019, cujo objeto é Contratar empresa especializada para Reforma e Ampliação no Prédio do CRAS do Município de Glória D´Oeste - MT, conforme Termo de Compromisso N.º 034/2017 SES e planilha de preços e serviços em anexo, onde se consagrou vencedora a empresa abaixo:

M. Das G. Passos Eireli

DESCRIÇÃO	VALOR GLOBAL
Contratar empresa especializada para Reforma e Ampliação no Prédio do CRAS do Município de Glória D´Oeste - MT, conforme Termo de Compromisso N.º 034/2017 SES e planilha de preços e serviços em anexo.	**R$ 99. 972,14**

Glória D´Oeste - MT, 06 De Março De 2019

PAULO REMÉDIO

Prefeito

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 02/2019 - TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

De Acordo com o julgamento do referido Pregão, da Adjudicação do Pregoeiro, do Art. N.º 43, Inciso VI da Lei Federal n.º 8.666/1993 e suas alterações, o Prefeito do Município de Glória D´Oeste - MT, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, abaixo assinado, tendo cumprido todos os requisitos e princípios estabelecidos, **HOMOLOGA** o Pregão Presencial n.º 02/2019, cujo objeto é REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PEDREIRO, SERVENTE DE PEDREIRO E PINTOR PREDIAL para atender as necessidades das Secretarias do Município de Glória D´Oeste - MT.

J. FERREIRA LEMOS EMPREENDIMENTOS EIRELI - EPP

ITEM	DESCRIÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	QUANT.	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
01	SERVIÇO ESPECIALIZADO DE PEDREIRO, DEVIDAMENTE UNIFORMIZADO COM EXPERIÊNCIA EM MANUTENÇÃO PREDIAL, COM TODOS OS EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA, FERRAMENTAS ESPECIFICAS DE PEDREIRO, DE ACORDO COM A NECESSIDADE DO SERVIÇO. CARGA HORARIA: 08 (OITO) HORAS. COM FORNECIMENTO DE FERRAMENTAS	Diária	400	170,00	68. 000,00
02	SERVIÇO ESPECIALIZADO DE SERVENTE PEDREIRO, DEVIDAMENTE UNIFORMIZADO COM EXPERIÊNCIA EM MANUTENÇÃO PREDIAL, COM TODOS OS EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA, FERRAMENTAS ESPECIFICAS DE SERVENTE DE PEDREIRO, DE ACORDO COM A NECESSIDADE DO SERVIÇO. CARGA HORARIA: 08 (OITO) HORAS. COM FORNECIMENTO DE FERRAMENTAS.	Diária	400	80,00	32. 000,00
03	SERVIÇO ESPECIALIZADO DE PINTOR, COM EXPERIÊNCIA EM PINTURA PREDIAL, COM TODOS OS EQUIPAMENTO DE SEGURANÇA, FERRAMENTA ESPECIFICA DE PINTOR DE ACORDO COM A NECESSIDADE DO SERVIÇO. CARGA HORARIA: 08 (OITO) HORAS. COM FORNECIMENTO DE FERRAMENTAS.	Diária	100	180,00	18. 000,00
TOTAL					**R$ 113. 000,00**

Glória D´Oeste - MT, 01 De Março De 2019

PAULO REMÉDIO

Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE

EXTRATO DE CONTRATO Nº 050, 051, 052 E 053/2019

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 050/2019

OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE PESSOA JURIDICA PARA MINISTRAR CURSOS** para atendimento à demanda da secretaria municipal de Assistência Social nas atividades operacionais realizadas no **CREAS** (centro de referência especializado de assistência social), **CRAS** (centro de referência de assistência social) e do **SCFV** (serviço de convivência e fortalecimento de vínculos) e da secretaria Municipal de Saúde com atendimento no **CAPS** (centro de atenção psicossocial), conforme especificações detalhadas e constantes no Termo de Referência (**Anexo I**).

DATA DA ASSINATURA: 11/03/2019

CONTRATADA: **ANA BELA DELGADO GOMES 02184304182**

VALOR: R$ 14.400,00

Guarantã do Norte, 11 de março de 2019

Érico Stevan Gonçalves

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 051/2019

OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE PESSOA JURIDICA PARA MINISTRAR CURSOS** para atendimento à demanda da secretaria municipal de Assistência Social nas atividades operacionais realizadas no **CREAS** (centro de referência especializado de assistência social), **CRAS** (centro de referência de assistência social) e do **SCFV** (serviço de convivência e fortalecimento de vínculos) e da secretaria Municipal de Saúde com atendimento no **CAPS** (centro de atenção psicossocial), conforme especificações detalhadas e constantes no Termo de Referência (**Anexo I**).

DATA DA ASSINATURA: 11/03/2019

CONTRATADA: **LORENI JASCOVI 55146651191**

VALOR: R$ 28.800,00

Guarantã do Norte, 11 de março de 2019

Érico Stevan Gonçalves

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 052/2019

OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE PESSOA JURIDICA PARA MINISTRAR CURSOS** para atendimento à demanda da secretaria municipal de Assistência Social nas atividades operacionais realizadas no **CREAS** (centro de referência especializado de assistência social), **CRAS** (centro de referência de assistência social) e do **SCFV** (serviço de convivência e fortalecimento de vínculos) e da secretaria Municipal de Saúde com atendimento no **CAPS** (centro de atenção psicossocial), conforme especificações detalhadas e constantes no Termo de Referência (**Anexo I**).

DATA DA ASSINATURA: 11/03/2019

CONTRATADA: **LUIS MACIEL PEREIRA CAMPOS 01144199140**

VALOR: R$ 26.400,00

Guarantã do Norte, 11 de março de 2019

Érico Stevan Gonçalves

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 053/2019

OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE PESSOA JURIDICA PARA MINISTRAR CURSOS** para atendimento à demanda da secretaria municipal de Assistência Social nas atividades operacionais realizadas no **CREAS** (centro de referência especializado de assistência social), **CRAS** (centro de referência de assistência social) e do **SCFV** (serviço de convivência e fortalecimento de vínculos) e da secretaria Municipal de Saúde

com atendimento no **CAPS** (centro de atenção psicossocial), conforme especificações detalhadas e constantes no Termo de Referência (**Anexo I**).

DATA DA ASSINATURA: 11/03/2019

CONTRATADA: **ROGÉRIO JOSÉ DOS SANTOS 00822283107**

VALOR: R$ 24.000,00

Guarantã do Norte, 11 de março de 2019

Érico Stevan Gonçalves

Prefeito Municipal

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 272/2018

OBJETO: prorrogação de prazo de vigência para mais 120 (cento e vinte) dias e prazo de execução por mais 90 (noventa) dias, do contrato PMGN/MT/Nº272/2018.

DATA: 08/03/2019

CONTRATADO: CONSTRUTORA MORIÁ EIRELI - EPP

Guarantã do Norte, 08 de março de 2019.

ÉRICO STEVAN GONÇALVES Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 049/2019

CONTRATO: Nº 049/2019

OBJETO: Locação de espaço físico sendo sala/palco de 401,21 m², local fechado, climatizado, contendo cozinha e banheiros (Masculino e Feminino), disponibilizando 30 cadeiras no mínimo, em eventos com mais pessoas será de responsabilidade da contratante, localizada na Avenida Jatobá nº735, Bairro Centro neste município de Guarantã do Norte/MT.

DATA: 11/03/2019

CONTRATADO: Associação Comercial e Empresarial de Guarantã do Norte-MT

VALOR: R$ 9.600,00

GUARANTÃ DO NORTE, 11 DE MARÇO DE 2019.

ÉRICO STEVAN GONÇALVES

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

DÉCIMO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 091/2015

OBJETO: Prorrogação de prazo de vigência para mais 120 (cento e vinte) dias e prazo de execução por mais 90 (noventa) dias para o contrato PMGN/MT/Nº 091/2015.

DATA: 08/03/2019

CONTRATADO: CONSTRUTORA GLOBAL E ENGENHARIA LTDA

Guarantã do Norte, 08 de Março de 2019.

ÉRICO STEVAN GONÇALVES

Prefeito Municipal

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 11/2019

Ratificada a DISPENSA DE LICITAÇÃO, nos termos do artigo 24, inciso X, da Lei Federal 8.666/93, com redação dada pela Lei Federal 8.883/94, conforme parecer favorável da Assessoria Jurídica e Controle Interno. **OBJETO:** Locação de espaço físico sendo sala/palco de 401,21 m², local fechado, climatizado, contendo cozinha e banheiros (Masculino e Feminino), disponibilizando 30 cadeiras no mínimo. **FAVORECIDOS:** Associação Comercial e Empresarial de Guarantã do Norte-MT. **VALOR TOTAL: R$ 9.600,00** (nove mil seiscentos reais). **PERÍODO/PRAZO:** 12MESES. **FUNDAMENTO LEGAL**: Artigo 24, inciso X, da Lei Federal 8.666/93. Ratifico a presente dispensa de licitação nos termos do Art. 26 da Lei nº 8.666/93, e alterações posteriores, e de conformidade com o parecer jurídico e parecer da controladoria interna e justificativa anexos ao processo de compra nº 287/2019. Guarantã do Norte-MT, 11 de março de 2019. ÉRICO STEVAN GONÇALVES/Prefeito Municipal.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 327/2018

OBJETO: Prorrogação de prazo de vigência 02 (dois) meses ao contrato PMGN/MT/Nº327/2018.

DATA: 01/03/2019

CONTRATADA: CARPAU PRODUTOS AGROPECUARIOS LTDA

Guarantã do Norte, 01 de março de 2019.

ÉRICO STEVAN GONÇALVES

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PESSOAL Nº 032/2019/ DRH/PMI

TERMO DE CONTRATO REFERENTE À CONTRATAÇÃO DE SERVIDOR POR TEMPO DETERMINADO À ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ – MT E O SR. ***ELSON ALVES DE SOUZA*** *APROVADO NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 004/2018. COM BASE NO PERMISSIVO CONSTITUCIONAL (Art. 37, inciso IX da C.F) E NO TEOR DO DISPOSITIVO NA LEI MUNICIPAL Nº. 267/2011 E LEIS COMPLEMENTARES 023/2009 E 024/2009 E SUAS ALTERAÇÕES.*

Pelo presente instrumento de Contrato Temporário de Serviços, que fazem as partes, de um lado, como ***CONTRATANTE****, a* ***PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ****, Estado de Mato Grosso, inscrita no C.N.P.J. (MF) sob nº. 07.209.225/0001-00, com sede na Avenida Santa Catarina, 314, Centro, Itanhangá - MT, representada neste ato por seu Prefeito Municipal, Sr.* ***EDU LAUDI PASCOSKI****, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade RG nº. 408854 SSP/MS, e do CPF nº. 411.269.551.91, residente e domiciliado na Avenida Santa Catarina, 313, Cidade de Itanhangá (MT) e, de outro lado, como* ***CONTRATADO, Sr. Elson Alves De Souza****, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade R.G. nº 2034298 PC/PA e do CPF nº. 307.509.032-87, residente e domiciliado na Avenida Chiquilito Erse, Nº 5064, Nova Esperança, Município de Porto Velho (RO), doravante denominados, respectivamente,* ***CONTRATANTE*** *e* ***CONTRATADO****, têm certos e ajustados o que se segue:*

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA: O presente instrumento tem como objeto a Contratação de Serviço por Tempo Determinado de **Professor Licenciatura Plena – 24 Horas** para à Secretaria Municipal de Educação e Cultura da Prefeitura Municipal de Itanhangá (MT), conforme regulamentado no Art. 2º, da Lei Municipal 267/2011 e Edital de Processo Seletivo Simplificado Nº 004/2018, Item 1.3.1.

DA FORMA E REGIME DE PRESTAÇÃO SERVIÇO

CLÁUSULA SEGUNDA: O serviço ora contratado será prestado de segunda-feira à sexta-feira, perfazendo um total de **24 horas semanais**, sob a forma de Contrato Temporário de Serviço, conforme regulamentado na Lei Municipal 267/2011.

DO VALOR

CLÁUSULA TERCEIRA: O preço certo e ajustado entre as partes para a prestação do serviço é de R$ 21.086,80 (vinte e um mil e oitenta e seis reais e oitenta centavos);

DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

CLAUSULA QUARTA: O preço fixado pela cláusula anterior será pago da seguinte forma:

Parágrafo Primeiro: Os valores fixados na Clausula Quarta serão pagos até o quinto dia útil do mês subsequente ao trabalhado, em moeda corrente deste país.

Parágrafo Segundo: O valor ajustado neste contrato será fixado, em importância não superior ao vencimento base de início de carreira constante nos quadros de cargos e salários dos Servidores Públicos do Município, conforme disposto nas *Leis* Complementares 023/2009 e 024/2009 e suas alterações.

Parágrafo Terceiro: Sobre os valores acima, ajustados conforme a Cláusula Terceira incidirá os seguintes gravames:

a) Em favor da Previdência Social Oficial; b) Imposto de Renda Retido na Fonte conforme tabela/alíquotas determinada pela Receita Federal. Contribuição Sindical Anual.

DO INÍCIO E FIM DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

CLÁUSULA QUINTA: A prestação do serviço aqui avençado iniciará no dia 11 (onze) de março de 2019 e encerrar-se-á no dia 17 (dezessete) de dezembro de 2019, conforme regulamentado no Art.4º, IV, da Lei Municipal 267/2011.

FORMA DE RECEBIMENTO

CLÁUSULA SEXTA: O CONTRATADO, dentro dos prazos já pactuados receberá o valor da prestação do serviço por meio de deposito em conta salário no nome do contratado.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

CLÁUSULA SETIMA: As despesas decorrentes deste instrumento correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária, devidamente consignada no Orçamento Programa para o corrente exercício:

Dotação Orçamentária:

Fundeb 60% Fundamental

04.003.12.361.0015.2026.3190.04.00.00.00 Red. 094

Fundeb 60% Infantil

04.003.12.365.0015.2114.3190.04.00.00.00 Red. 098

DO REGIME JÚRIDICO DOS CONTRATOS

CLÁUSULA OITAVA: O CONTRATADO declara-se ciente que o Regime Jurídico aplicado na contratação será o regulamentado pela, Lei Municipal Nº. 267/2011 que institui o Regime Jurídico Especial de contratação por tempo determinado para atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público nos termos do inciso IX do Artigo 37 da Constituição Federal, aplicando-se subsidiariamente a regulamentação da Lei Federal 8.666/93.

DA RESCISÃO E EXTINÇÃO DO CONTRATO

CLÁUSULA NONA: A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei.

Parágrafo Primeiro: O contratado deverá manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas conforme Lei Municipal 267/2011 no termo de contrato firmado, o CONTRATADO que não cumprir as exigências deste contrato fica sujeito a rescisão do contrato.

Parágrafo Segundo: Os contratos firmados nos termos desta Lei serão regidos pela teoria geral dos contratos aplicando-se supletivamente o disposto na Lei 8.666/1993.

Parágrafo Terceiro: A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei.

Parágrafo Quarto: O contrato firmado de acordo com esta lei extinguir-se-á, sem direito a indenizações:

a) Pelo término do prazo contratual; b) Por iniciativa do contratado; c) Pela extinção da situação ensejadora da contratação, ainda que antes de seu término regulamentar.

Parágrafo Quinto: A extinção do contrato, nos casos dos incisos b e c, será comunicada com a antecedência mínima de trinta dias.

Parágrafo Sexto: A extinção do contrato, por iniciativa do órgão contratante, decorrente de conveniência administrativa, importará no pagamento ao contratado o valor proporcional aos dias trabalhados acrescidos de Décimo Terceiro Salário e Férias.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA DÉCIMA: O CONTRATADO declara não ter nenhum impedimento legal para prestar o serviço pactuado neste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: Fica eleito o Foro da Comarca de Tapurah (MT), para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento, por mais privilegiado que outro possa ser.

E, por estarem justas e contratadas as partes deste instrumento, assinamno, por si e seus sucessores, em três vias de igual teor e forma, na presença das duas testemunhas abaixo, que a tudo assistem.

ITANHANGÁ – MT, EM 11 DE MARÇO DE 2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ

EDU LAUDI PASCOSKI

CONTRATANTE

ELSON ALVES DE SOUZA

CONTRATADO

ALDO LOUREIRO DA SILVA

ASSESSOR JURÍDICO

Testemunhas:

NOME _____

CPF _____

RG _____/_____

NOME _____

CPF _____

RG _____/_____

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PESSOAL Nº 031/2019/ DRH/PMI

TERMO DE CONTRATO REFERENTE À CONTRATAÇÃO DE SERVIDOR POR TEMPO DETERMINADO À ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ – MT E A SRA. ***JAQUELINE GOMES NOGUEIRA*** *APROVADA NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 004/2018. COM BASE NO PERMISSIVO CONSTITUCIONAL (Art. 37, inciso IX da C.F) E NO TEOR DO DISPOSITIVO NA LEI MUNICIPAL Nº. 267/2011 E LEIS COMPLEMENTARES 023/ 2009 E 024/2009 E SUAS ALTERAÇÕES.*

Pelo presente instrumento de Contrato Temporário de Serviços, que fazem as partes, de um lado, como ***CONTRATANTE****, a* ***PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ****, Estado de Mato Grosso, inscrita no C.N.P.J. (MF) sob nº. 07.209.225/0001-00, com sede na Avenida Santa Catarina, 314, Centro, Itanhangá - MT, representada neste ato por seu Prefeito Municipal, Sr.* ***EDU LAUDI PASCOSKI****, brasileiro, casado, portador da Carteira*

de Identidade RG nº. 408854 SSP/MS, e do CPF nº. 411.269.551.91, residente e domiciliado na Avenida Santa Catarina, 313, Cidade de Itanhangá (MT) e, de outro lado, como ***CONTRATADA, Sra. Jaqueline Gomes Nogueira****, brasileira, divorciada, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº 7.251.250-2 SESP/PR e do CPF nº. 971.779.201.10, residente e domiciliada na Rodovia MT 338, S/N, Zona Rural, Município de Itanhangá (MT), doravante denominados, respectivamente,* ***CONTRATANTE*** *e* ***CONTRATADA****, têm certos e ajustados o que se segue:*

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA: O presente instrumento tem como objeto a Contratação de Serviço por Tempo Determinado de **Auxiliar de Serviços Gerais - 30 horas** para à Secretaria Municipal de Educação e Cultura da Prefeitura Municipal de Itanhangá (MT*)*, conforme regulamentado no Art.2º, da Lei Municipal 267/2011 e Edital de Processo Seletivo Simplificado Nº 004/2018, Item 1.3.1.

DA FORMA E REGIME DE PRESTAÇÃO SERVIÇO

CLÁUSULA SEGUNDA: O serviço ora contratado será prestado de segunda-feira à sexta-feira, perfazendo um total de **30 horas semanais**, sob a forma de Contrato Temporário de Serviço, conforme regulamentado na Lei Municipal 267/2011.

DO VALOR

CLÁUSULA TERCEIRA: O preço certo e ajustado entre as partes para a prestação do serviço é de R$ 10.271,25 (dez mil e duzentos e setenta e um reais e vinte e cinco centavos);

DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

CLAUSULA QUARTA: O preço fixado pela cláusula anterior será pago da seguinte forma:

Parágrafo Primeiro: Os valores fixados na Clausula Quarta serão pagos até o quinto dia útil do mês subsequente ao trabalhado, em moeda corrente deste país.

Parágrafo Segundo: O valor ajustado neste contrato será fixado, em importância não superior ao vencimento base de início de carreira constante nos quadros de cargos e salários dos Servidores Públicos do Município, conforme disposto nas *Leis* Complementares 023/2009 e 024/2009 e suas alterações.

Parágrafo Terceiro: Sobre os valores acima, ajustados conforme a Cláusula Terceira incidirá os seguintes gravames:

a) Em favor da Previdência Social Oficial; b) Imposto de Renda Retido na Fonte conforme tabela/alíquotas determinada pela Receita Federal. Contribuição Sindical Anual.

DO INÍCIO E FIM DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

CLÁUSULA QUINTA: A prestação do serviço aqui avençado iniciará no dia 01 (primeiro) de março de 2019 e encerrar-se-á no dia 17 (dezessete) de dezembro de 2019, conforme regulamentado no Art.4º, IV, da Lei Municipal 267/2011.

FORMA DE RECEBIMENTO

CLÁUSULA SEXTA: A CONTRATADA, dentro dos prazos já pactuados receberá o valor da prestação do serviço por meio de deposito em conta salário no nome da contratada.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

CLÁUSULA SETIMA: As despesas decorrentes deste instrumento correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária, devidamente consignada no Orçamento Programa para o corrente exercício:

Dotação Orçamentária:

Fundeb 40% Fundamental

04.004.12.361.0015.2027.3190.04.00.00.00 Red. 102

Fundeb 40% Infantil

04.004.12.365.0015.2116.3190.04.00.00.00 Red. 106

DO REGIME JÚRIDICO DOS CONTRATOS

CLÁUSULA OITAVA: A CONTRATADA declara-se ciente que o Regime Jurídico aplicado na contratação será o regulamentado pela, Lei Municipal Nº. 267/2011 que institui o Regime Jurídico Especial de contratação por tempo determinado para atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público nos termos do inciso IX do Artigo 37 da Constituição Federal, aplicando-se subsidiariamente a regulamentação da Lei Federal 8.666/93.

DA RESCISÃO E EXTINÇÃO DO CONTRATO

CLÁUSULA NONA: A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei.

Parágrafo Primeiro: O contratado deverá manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas conforme Lei Municipal 267/2011 no termo de contrato firmado, a CONTRATADA que não cumprir as exigências deste contrato fica sujeito a rescisão do contrato.

Parágrafo Segundo: Os contratos firmados nos termos desta Lei serão regidos pela teoria geral dos contratos aplicando-se supletivamente o disposto na Lei 8.666/1993.

Parágrafo Terceiro: A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei.

Parágrafo Quarto: O contrato firmado de acordo com esta lei extinguir-se-á, sem direito a indenizações:

a) Pelo término do prazo contratual; b) Por iniciativa do contratado; c) Pela extinção da situação ensejadora da contratação, ainda que antes de seu término regulamentar.

Parágrafo Quinto: A extinção do contrato, nos casos dos incisos b e c, será comunicada com a antecedência mínima de trinta dias.

Parágrafo Sexto: A extinção do contrato, por iniciativa do órgão contratante, decorrente de conveniência administrativa, importará no pagamento ao contratado o valor proporcional aos dias trabalhados acrescidos de Décimo Terceiro Salário e Férias.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA DÉCIMA: A CONTRATADA declara não ter nenhum impedimento legal para prestar o serviço pactuado neste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: Fica eleito o Foro da Comarca de Tapurah (MT), para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento, por mais privilegiado que outro possa ser.

E, por estarem justas e contratadas as partes deste instrumento, assinamno, por si e seus sucessores, em três vias de igual teor e forma, na presença das duas testemunhas abaixo, que a tudo assistem.

ITANHANGÁ – MT, EM 01 DE MARÇO DE 2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ

EDU LAUDI PASCOSKI

CONTRATANTE

JAQUELINE GOMES NOGUEIRA

CONTRATADA

ALDO LOUREIRO DA SILVA

ASSESSOR JURÍDICO

Testemunhas:

NOME _____

CPF _____

RG _____/_____

NOME _____

CPF _____

RG _____/_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA

PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 334/2019.

Data da vigência: 08/03/2019 a 08/03/2020.

Contratante: MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT

Contratado(a): VINICIUS BARBOSA LAGARES

Objeto: Contrato Administrativo nº 334/2019 firmado entre as partes de 08/03/2019 a 08/03/2020, o qual visa a prestação de serviços por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público no Cargo de MOTORISTA - ITIQUIRA.

PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 327/2019.

Data da vigência: 01/03/2019 a 01/03/2020.

Contratante: MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT

Contratado(a): RAYSSA CARLA CARVALHO DE SOUZA

Objeto: Contrato Administrativo nº 327/2019 firmado entre as partes de 01/03/2019 a 01/03/2020, o qual visa a prestação de serviços por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público no Cargo de NUTRICIONISTA – ITIQUIRA.

PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 328/2019.

Data da vigência: 01/03/2019 a 19/12/2019.

Contratante: MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT

Contratado(a): JORGE ANDREY MIRANDA

Objeto: Contrato Administrativo nº 328/2019 firmado entre as partes de 01/03/2019 a 19/12/2019, o qual visa a prestação de serviços por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público no Cargo de PROFESSOR NÍVEL II – PEDAGOGIA – ITIQUIRA.

PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 333/2019.

Data da vigência: 08/03/2019 a 08/03/2020.

Contratante: MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT

Contratado(a): ADRIANA DE FARIAS SILVA

Objeto: Contrato Administrativo nº 333/2019 firmado entre as partes de 08/03/2019 a 08/03/2020, o qual visa a prestação de serviços por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público no Cargo de AUXILIAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL - OURO BRANCO DO SUL.

PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 332/2019.

Data da vigência: 08/03/2019 a 08/03/2020.

Contratante: MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT

Contratado(a): THAMIRES GOMES DIAS DA SILVA

Objeto: Contrato Administrativo nº 332/2019 firmado entre as partes de 08/03/2019 a 08/03/2020, o qual visa a prestação de serviços por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público no Cargo de FISIOTERAPEUTA - ITIQUIRA.

PROCURADORIA JURIDICA
RESCISÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 055/2017.

Contratante: MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT

Contratado(a): SEILI JANE LEMES DE FREITAS

Objeto: Rescisão de Contrato Administrativo nº 055/2017, a partir de 18/02/2019, a pedido da contratada, o qual visava a prestação de serviços por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público no Cargo de TÉCNICO DE ENFERMAGEM.

PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 306/2019.

Data da vigência: 25/02/2019 a 19/12/2019.

Contratante: MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT

Contratado(a): ANGELA DA SILVA CESAR

Objeto: Contrato Administrativo nº 306/2019 firmado entre as partes de 25/02/2019 a 19/12/2019, o qual visa a prestação de serviços por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público no Cargo de PROFESSOR NÍVEL II - AREA DE PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL – ITIQUIRA.

PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 307/2019.

Data da vigência: 25/02/2019 a 19/12/2019.

Contratante: MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT

Contratado(a): ANA ROSA MIRANDA VELASCO

Objeto: Contrato Administrativo nº 307/2019 firmado entre as partes de 25/02/2019 a 19/12/2019, o qual visa a prestação de serviços por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público no Cargo de PROFESSOR NÍVEL II - PEDAGOGIA – ITIQUIRA.

PROCURADORIA JURIDICA
EDITAL DE PUBLICAÇÃO Nº 022 DE 11 DE MARÇO DE 2019.

"Dispõe Sobre Convocação dos Candidatos Aprovados/Classificados no Processo Seletivo Simplificado Nº 001/2018 da Prefeitura Municipal de Itiquira – MT e dá outras providências."

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 51, inciso IV e VI da Lei Orgânica do Município de Itiquira.

CONSIDERANDO a Lei Municipal n.º 888 de 08 de abril de 2015, que dispõe a autorização ao Poder Executivo Municipal a proceder à CONTRATAÇÃO DE PESSOAL POR TEMPO DETERMINADO, visando atender necessidades de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO a Homologação do resultado final Processo Seletivo Simplificado, pelo Decreto Nº. 030/2018 de 18 de maio de 2018 o qual possui candidatos aprovados e classificados;

CONSIDERANDO a necessidade da Administração Pública Municipal em promover a contratação de pessoal por tempo determinado;

CONSIDERANDO a ordem rigorosa de classificação do Edital Complementar nº 014, do procedimento supracitado;

CONVOCA:

Art. 1° - Ficam convocados os candidatos aprovados/classificados no Processo Seletivo Simplificado Nº 001/2018, para os Cargos abaixo relacionados, para se apresentarem pessoalmente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal, situada na Av. Lúcio Mendonça Primo, 621, Conjunto Habitacional Arco Íris II, em Itiquira, Estado de Mato Grosso, no período de 30 dias a contar da publicação deste, no horário de 08h00-min às 11h00min e das 13h00min às 17h00min, para tratarem de assuntos de seu interesse.

Art. 2º - Os candidatos convocados são os seguintes:

QTD	CANDIDATO	CARGO	CLASSIFICAÇÃO
01	ROGERIO DINIZ DOS REIS	OPERADOR DE TRATOR COM PNEUS	3º COLOCADO CLASSIFICADO

Art. 3º - Os candidatos deverão apresentar documentação original e fotocópia autenticada em cartório ou cópia autenticada por servidor municipal com competência conferida por portaria, que comprove o que segue abaixo:

01 - Cédula de Identidade comprovando a idade igual ou superior 18 (dezoito) anos;

02 - Ser brasileiro ou estrangeiro nos termos da lei (Arts, 12 e 37, I da CF/88);

03 - Certidão de Nascimento ou Casamento;

04 - Certidão de Nascimento dos filhos e frequência escolar de menores de 14 anos (se for o caso);

05 - Carteira de Vacinação dos filhos menores de 05 anos (se for o caso);

06 - Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF);

07 - Cartão do PIS/PASEP;

08 - Comprovante de votação nas duas últimas eleições que antecederem a posse;

09 - Título de Eleitor;

10 - Certidão Negativa de ações cíveis e criminais, fornecida pelo Cartório Distribuidor da Comarca do domicílio, e caso positiva, esta deverá estar acompanhada de certidão de objeto e pé dos processos nela constantes;

11 - Certidão Negativa de Débitos para com o município de contratação;

12 - Atestado de Saúde Física e Mental (Pré-Admissional) expedido, expedido pela Junta Médica Oficial do Município;

13 - 02 (duas) foto 3X4 colorida e recente;

14 - Registro no Conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo-se comprovante de quitação de anuidade e certidão de regularidade;

15 - Certidão de Reservista (quando do sexo masculino);

16 - Comprovante de Escolaridade (exigido no Edital);

17 - Declaração contendo endereço residencial;

18 - Declaração negativa de acúmulo de cargo público;

19 - Declaração de Bens;

20 - Declaração de disponibilidade para cumprimento da carga horária do cargo em que exercerá sua função;

21 –Conta Corrente Banco do Brasil.

22- CPF dos dependentes maiores de 14 anos

23- CPF do cônjuge, se for o caso

24- CPF do Pai e da Mãe

25- Cópia da página da Carteira de Trabalho onde consta o número e os dados pessoais

26- Declaração de não participação de gerência ou administração de sociedade privada, personificada ou não personificada e de não exercício de comércio, exceto na qualidade de acionista, cotista ou comanditário.

Art. 4º - Se o candidato convocado não comparecer no prazo estabelecido por este Edital, será considerado DESISTENTE do direito de ser contratado para o cargo ao qual foi aprovado no Processo Seletivo.

Art. 5º - Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Se o candidato convocado não comparecer no prazo estabelecido por este Edital, será considerado DESISTENTE do direito de ser contratado para o cargo ao qual foi aprovado no Processo Seletivo.

Art. 5º - Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Itiquira, em 11 de março de 2019.

HUMBERTO BORTOLINI

Prefeito Municipal

PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 309/2019.

Data da vigência: 25/02/2019 a 20/12/2019.

Contratante: MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT

Contratado(a): ROSELY COLETTI SOUZA

Objeto: Contrato Administrativo nº 309/2019 firmado entre as partes de 25/02/2019 a 20/12/2019, o qual visa a prestação de serviços por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público no Cargo de PROFESSOR NÍVEL II - PEDAGOGIA – ITIQUIRA.

PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 308/2019.

Data da vigência: 25/02/2019 a 19/12/2019.

Contratante: MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT

Contratado(a): FLAVIA ALMEIDA DE JESUS

Objeto: Contrato Administrativo nº 308/2019 firmado entre as partes de 25/02/2019 a 19/12/2019, o qual visa a prestação de serviços por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público no Cargo de PROFESSOR NÍVEL II - PEDAGOGIA – ITIQUIRA.

PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 305/2019.

Data da vigência: 22/02/2019 a 19/12/2019.

Contratante: MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT

Contratado(a): FABIANA OLIVEIRA CARVALHO VAZ

Objeto: Contrato Administrativo nº 305/2019 firmado entre as partes de 22/02/2019 a 19/12/2019, o qual visa a prestação de serviços por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público no Cargo de PROFESSOR NÍVEL II - PEDAGOGIA – ITIQUIRA.

PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 304/2019.

Data da vigência: 22/02/2019 a 19/12/2019.

Contratante: MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT

Contratado(a): SEILI JANE LEMES DE FREITAS

Objeto: Contrato Administrativo nº 304/2019 firmado entre as partes de 22/02/2019 a 19/12/2019, o qual visa a prestação de serviços por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público no Cargo de PROFESSOR NÍVEL II - PEDAGOGIA – ITIQUIRA.

PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 302/2019.

Data da vigência: 21/02/2019 a 19/12/2019.

Contratante: MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT

Contratado(a): JOSCEANA CAMPOS BOAVENTURA

Objeto: Contrato Administrativo nº 302/2019 firmado entre as partes de 21/02/2019 a 19/12/2019, o qual visa a prestação de serviços por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público no Cargo de PROFESSOR NÍVEL II - ÁREA DE LINGUAGEM – ITIQUIRA.

PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 303/2019.

Data da vigência: 21/02/2019 a 19/12/2019.

Contratante: MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT

Contratado(a): CRISTIANE OLIVEIRA DA SILVA

Objeto: Contrato Administrativo nº 303/2019 firmado entre as partes de 21/02/2019 a 19/12/2019, o qual visa a prestação de serviços por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público no Cargo de PROFESSOR NÍVEL II - ÁREA DE CIÊNCIAS NATURAIS – ITIQUIRA.

PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 299/2019.

Data da vigência: 20/02/2019 a 19/12/2019.

Contratante: MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT

Contratado(a): JAQUELINE DOS SANTOS

Objeto: Contrato Administrativo nº 299/2019 firmado entre as partes de 20/02/2019 a 19/12/2019, o qual visa a prestação de serviços por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público no Cargo de PROFESSOR NÍVEL II - ÁREA DE LINGUAGEM – ITIQUIRA.

PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 301/2019.

Data da vigência: 20/02/2019 a 19/12/2019.

Contratante: MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT

Contratado(a): MONICA DA COSTA SANCHO

Objeto: Contrato Administrativo nº 301/2019 firmado entre as partes de 20/02/2019 a 19/12/2019, o qual visa a prestação de serviços por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público no Cargo de PROFESSOR NÍVEL II - ÁREA DE CIÊNCIAS HUMANAS – ITIQUIRA.

PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 300/2019.

Data da vigência: 20/02/2019 a 20/02/2020.

Contratante: MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT

Contratado(a): ROSILENE BATISTA MONGE

Objeto: Contrato Administrativo nº 300/2019 firmado entre as partes de 20/02/2019 a 20/02/2020, o qual visa a prestação de serviços por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público no Cargo de SERVENTE DE PEDREIRO – ITIQUIRA.

PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 298/2019.

Data da vigência: 19/02/2019 a 19/02/2020.

Contratante: MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT

Contratado(a): JUCELIA RODRIGUES DE OLIVEIRA

Objeto: Contrato Administrativo nº 298/2019 firmado entre as partes de 19/02/2019 a 19/02/2020, o qual visa a prestação de serviços por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público no Cargo de SERVENTE DE PEDREIRO – ITIQUIRA.

PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 323/2019.

Data da vigência: 26/02/2019 a 19/12/2019.

Contratante: MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT

Contratado(a): IRANY FRANCISCA MELO DE SOUZA

Objeto: Contrato Administrativo nº 323/2019 firmado entre as partes de 26/02/2019 a 19/12/2019, o qual visa a prestação de serviços por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público no Cargo de PROFESSOR NÍVEL II – PEDAGOGIA – ITIQUIRA.

PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 320/2019.

Data da vigência: 26/02/2019 a 19/12/2019.

Contratante: MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT

Contratado(a): ALEXSANDRA ALINE PREISNER DA SILVA

Objeto: Contrato Administrativo nº 320/2019 firmado entre as partes de 26/02/2019 a 19/12/2019, o qual visa a prestação de serviços por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público no Cargo de PROFESSOR NÍVEL II – PEDAGOGIA – FAM. MINEIRINHO.

PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 318/2019.

Data da vigência: 26/02/2019 a 26/02/2020.

Contratante: MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT

Contratado(a): JESSICA CARVALHO DO NASCIMENTO

Objeto: Contrato Administrativo nº 318/2019 firmado entre as partes de 26/02/2019 a 26/02/2020, o qual visa a prestação de serviços por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público no Cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - ITIQUIRA.

PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 322/2019.

Data da vigência: 26/02/2019 a 19/12/2019.

Contratante: MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT

Contratado(a): GILBERTO DOS SANTOS

Objeto: Contrato Administrativo nº 322/2019 firmado entre as partes de 26/02/2019 a 19/12/2019, o qual visa a prestação de serviços por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público no Cargo de PROFESSOR NÍVEL II - PEDAGOGIA - ITIQUIRA.

PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 310/2019.

Data da vigência: 25/02/2019 a 20/12/2019.

Contratante: MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT

Contratado(a): MARTA LUZIA BORDIN

Objeto: Contrato Administrativo nº 310/2019 firmado entre as partes de 25/02/2019 a 20/12/2019, o qual visa a prestação de serviços por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público no Cargo de PROFESSOR NÍVEL II - PEDAGOGIA - ITIQUIRA.

CAMARA MUNICIPAL
EXTRATO DO ATO DE PROCESSO DE DISPENSA N.º 002/2019

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE ITIQUIRA/MT ESTADO DE MATO GROSSO, devidamente inscrita no CNPJ com o nº 00.176.362/0001-38, sediada na rua João Batista Vidotti, Nº407, bairro Santo Antônio, Itiquira-MT, Telefone (065) 3491-1514, Email: camaraitiquira@hotmail.com.

CONTRATADA: DEBORAH DE FATIMA SILVEIRA ALVES & CIA LTDA, nome fantasia: COMERCIAL ITIQUIRA, devidamente inscrito no CNPJ 27.406.855/0001-73, sediada a Avenida Cuiabá, nº 141, centro, CEP 78790-000, Itiquira-Mato Grosso, Telefone (65) 3491-1117, Email: comercialitiquira@hotmail.com

OBJETO: Contratação de Empresa para fornecimento de Material de Consumo para exercício 2019, conforme abaixo:

	Descrição dos Produtos	Quant	Unidade Padrão		Vlr. Unit	Vlr Total
1	Álcool	30	*Unidade*	1 Litro	5,49	164,70
2	Açúcar	90	*Pacote*	2 KG	3,89	350,10
3	Água Sanitária	80	*Litro*	1 Litro	2,79	223,20
4	Café	100	*Pacote*	500 KG pacote	9,98	998,00
5	Cera líquida incolor	40	*Unidade*	750 ML	3,49	139,60
6	Chá erva doce	12	*Pacote*	200 grama	11,50	138,00
7	Chá Mate	24	*Pacote*	250 grama	6,70	160,80
8	Copo plástico descartável 180 ml	300	*Pacote*	100 unidades c/pacote	3,49	1.047,00
9	Copo plástico descartável 50 ml	150	*Pacote*	100 unidades c/pacote	1,79	268,50
10	Detergente líquido	50	*Unidade*	500 ml c/unidade	1,99	99,50
11	Esponja Multiuso	10	*Unidade*	Unidade	0,79	7,90
12	Flanela para limpeza	30	*Unidade*	Unidade	2,99	89,70
13	Garrafa Térmica	3	*Unidade*	2 litros	129,00	387,00
14	Guardanapo de papel 20x20 cm	60	*Unidade*	Pacote com 50unid.	1,59	95,40
15	Inseticida Spray	30	*Unidade*	300 ml c/unidade	10,49	314,70
16	Isqueiro	5	*Unidade*	Unidade	4,49	22,45
17	Limpa vidro	12	*Unidade*	500 ml	6,49	77,88
18	Limpador de uso geral (multi-uso)	40	*Unidade*	500 ml	3,99	159,60
19	Lustra móveis	20	*Unidade*	200 ml	4,79	95,80
20	Odorizador aromatizante	20	*Unidade*	400 ml	10,90	218,00
21	Papel higiênico	1000	*Unidade*	Pacote c/4unidade	5,49	5.490,00
22	Papel Toalha 20,5x22cm contendo 2 dobras	20	*Unidade*	1000 fls c/unidade	13,90	278,00
24	Sabonete líquido	20	*Unidade*	500 ml	12,90	258,00
24	Saco Alvejado 45x65cm	15	*Unidade*	Unidade	5,99	89,85
25	Saco p/ lixo	100	*Pacote*	30 lts	2,99	299,00
	Total					11.472,68

DOTAÇÕES:

01 – Câmara Municipal de Itiquira

01.001 – Câmara Municipal

01.001.01- Legislativa

01.001.031 – Ação Legislativa

01.001.031.0001 – Processo Legislativo

01.001.031.0001.2001 –Manutenção e Encargos do Gabinete do Presidente

01.001.031.0001.2001.3.3.90.30.00 – Material de Consumo

Valor total: R$ 11.472,68 (onze mil, quatrocentos e setenta e dois reais e sessenta e oito centavos).

VIGÊNCIA: até 07/03/2019 a 31/12/2019.

FUNDAMETO: Art. 24, inc. II da Lei nº 8.666/93 e Lei Municipal 689/2015(atualizada pelo decreto municipal 007/2019).

FORO: Comarca de Itiquira, Mato Grosso.

Itiquira- MT., 28 de fevereiro de 2019.

MUNICIPAL DE ITIQUIRA/MT

MARCIO ALVES FONTES

PRESIDENTE

CONTRATANTE

DEBORAH DE FATIMA SILVEIRA ALVES & CIA LTDA CONTRATADA

CAMARA MUNICIPAL
EXTRATO CONTRATO 002/2019

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE ITIQUIRA/MT ESTADO DE MATO GROSSO, devidamente inscrita no CNPJ com o nº 00.176.362/0001-38, sediada na rua João Batista Vidotti, Nº407, bairro Santo Antônio, Itiquira-MT, Telefone (065) 3491-1514, Email: camaraitiquira@hotmail.com.

CONTRATADA: DEBORAH DE FATIMA SILVEIRA ALVES & CIA LTDA, nome fantasia: COMERCIAL ITIQUIRA, devidamente inscrito no CNPJ 27.406.855/0001-73, sediada a Avenida Cuiabá, nº 141, centro, CEP 78790-000, Itiquira-Mato Grosso, Telefone (65) 3491-1117, Email: comercialitiquira@hotmail.com

.

OBJETO: Contratação de Empresa para fornecimento de Material de Consumo para exercício 2019, conforme abaixo:

	Descrição dos Produtos	Quant	Unidade Padrão		Vlr. Unit	Vlr Total
1	Álcool	30	*Unidade*	1 Litro	5,49	164,70
2	Açúcar	90	*Pacote*	2 KG	3,89	350,10
3	Água Sanitária	80	*Litro*	1 Litro	2,79	223,20
4	Café	100	*Pacote*	500 KG pacote	9,98	998,00
5	Cera líquida incolor	40	*Unidade*	750 ML	3,49	139,60
6	Chá erva doce	12	*Pacote*	200 grama	11,50	138,00
7	Chá Mate	24	*Pacote*	250 grama	6,70	160,80
8	Copo plástico descartável 180 ml	300	*Pacote*	100 unidades c/pacote	3,49	1.047,00
9	Copo plástico descartável 50 ml	150	*Pacote*	100 unidades c/pacote	1,79	268,50
10	Detergente líquido	50	*Unidade*	500 ml c/unidade	1,99	99,50
11	Esponja Multiuso	10	*Unidade*	Unidade	0,79	7,90
12	Flanela para limpeza	30	*Unidade*	Unidade	2,99	89,70
13	Garrafa Térmica	3	*Unidade*	2 litros	129,00	387,00
14	Guardanapo de papel 20x20 cm	60	*Unidade*	Pacote com 50unid.	1,59	95,40
15	Inseticida Spray	30	*Unidade*	300 ml c/unidade	10,49	314,70
16	Isqueiro	5	*Unidade*	Unidade	4,49	22,45
17	Limpa vidro	12	*Unidade*	500 ml	6,49	77,88
18	Limpador de uso geral (multi-uso)	40	*Unidade*	500 ml	3,99	159,60
19	Lustra móveis	20	*Unidade*	200 ml	4,79	95,80
20	Odorizador aromatizante	20	*Unidade*	400 ml	10,90	218,00
21	Papel higiênico	1000	*Unidade*	Pacote c/4unidade	5,49	5.490,00
22	Papel Toalha 20,5x22cm contendo 2 dobras	20	*Unidade*	1000 fls c/unidade	13,90	278,00
23	Sabonete líquido	20	*Unidade*	500 ml	12,90	258,00
24	Saco Alvejado 45x65cm	15	*Unidade*	Unidade	5,99	89,85
25	Saco p/ lixo	100	*Pacote*	30 lts	2,99	299,00
	Total					11.472,68

DOTAÇÕES:

01.001.031.0001.2001.3.3.90.30.00 – Material de Consumo

VALOR GLOBAL: R$ 11.472,68 (onze mil, quatrocentos e setenta e dois reais e sessenta e oito centavos).

VALOR MENSAL: Conforme Consumo.

VIGÊNCIA: 07/03/2019 a 31/12/2019.

Itiquira-MT., 07 de março de 2019.

MUNICIPAL DE ITIQUIRA/MT

MARCIO ALVES FONTES

PRESIDENTE

CONTRATANTE

PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 329/2019.

Data da vigência: 01/03/2019 a 01/03/2020.

Contratante: MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT

Contratado(a): ROSIVANI DE OLIVEIRA LIMA

Objeto: Contrato Administrativo nº 329/2019 firmado entre as partes de 01/03/2019 a 01/03/2020, o qual visa a prestação de serviços por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público no Cargo de COLETOR DE LIXO - ITIQUIRA.

PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 330/2019.

Data da vigência: 07/03/2019 a 07/03/2020.

Contratante: MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT

Contratado(a): DIEIVID ALVES BORGES

Objeto: Contrato Administrativo nº 330/2019 firmado entre as partes de 07/03/2019 a 07/03/2020, o qual visa a prestação de serviços por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público no Cargo de SERVENTE DE PEDREIRO - ITIQUIRA.

PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 331/2019.

Data da vigência: 07/03/2019 a 07/03/2020.

Contratante: MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT

Contratado(a): LU CINETE TUPINA DA SILVA BASTOS

Objeto: Contrato Administrativo nº 331/2019 firmado entre as partes de 07/03/2019 a 07/03/2020, o qual visa a prestação de serviços por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público no Cargo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM - ITIQUIRA.

PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 313/2019.

Data da vigência: 25/02/2019 a 20/12/2019.

Contratante: MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT

Contratado(a): ELZA PINHEIRO DA SILVA

Objeto: Contrato Administrativo nº 313/2019 firmado entre as partes de 25/02/2019 a 20/12/2019, o qual visa a prestação de serviços por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público no Cargo de PROFESSOR NÍVEL II - ÁREA DE LINGUAGEM - FAM. MINEIRINHO.

PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 314/2019.

Data da vigência: 25/02/2019 a 19/12/2019.

Contratante: MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT

Contratado(a): LEONOR RODRIGUES DA SILVA

Objeto: Contrato Administrativo nº 314/2019 firmado entre as partes de 25/02/2019 a 19/12/2019, o qual visa a prestação de serviços por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público no Cargo de PROFESSOR NÍVEL II - ÁREA DE LINGUAGEM - ITIQUIRA.

PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 312/2019.

Data da vigência: 25/02/2019 a 20/12/2019.

Contratante: MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT

Contratado(a): SILVANA ALVES DA SILVA DINIZ

Objeto: Contrato Administrativo nº 312/2019 firmado entre as partes de 25/02/2019 a 20/12/2019, o qual visa a prestação de serviços por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público no Cargo de PROFESSOR NÍVEL II - PEDAGOGIA - OURO BRANCO DO SUL.

PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 311/2019.

Data da vigência: 25/02/2019 a 20/12/2019.

Contratante: MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT

Contratado(a): LAURENA PEIXOTO DE AZEVEDO

Objeto: Contrato Administrativo nº 311/2019 firmado entre as partes de 25/02/2019 a 20/12/2019, o qual visa a prestação de serviços por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público no Cargo de PROFESSOR NÍVEL II - ÁREA DE CIÊNCIAS NATURAIS - FAM. MINEIRINHO - ITIQUIRA.

PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 294/2019.

Data da vigência: 07/02/2019 a 07/02/2020.

Contratante: MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT

Contratado(a): MARIA APARECIDA SANTOS BRAZ

Objeto: Contrato Administrativo nº 294/2019 firmado entre as partes de 07/02/2019 a 07/02/2020, o qual visa a prestação de serviços por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público no Cargo de COLETO DE LIXO - ITIQUIRA.

PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 296/2019.

Data da vigência: 14/02/2019 a 14/02/2020.

Contratante: MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT

Contratado(a): ALCIONE GOMES MACHADO

Objeto: Contrato Administrativo nº 296/2019 firmado entre as partes de 11/02/2019 a 11/02/2020, o qual visa a prestação de serviços por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público no Cargo de COLETO DE LIXO - ITIQUIRA.

PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 295/2019.

Data da vigência: 11/02/2019 a 11/02/2020.

Contratante: MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT

Contratado(a): LILLIANI MARQUES TUNES DA SILVA

Objeto: Contrato Administrativo nº 295/2019 firmado entre as partes de 11/02/2019 a 11/02/2020, o qual visa a prestação de serviços por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público no Cargo de SERVENTE DE PEDREIRO - ITIQUIRA.

PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 325/2019.

Data da vigência: 28/02/2019 a 19/12/2019.

Contratante: MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT

Contratado(a): ELIANA SOARES CAMPOS

Objeto: Contrato Administrativo nº 325/2019 firmado entre as partes de 28/02/2019 a 19/12/2019, o qual visa a prestação de serviços por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público no Cargo de PROFESSOR NÍVEL II - PEDAGOGIA - ITIQUIRA.

PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 326/2019.

Data da vigência: 28/02/2019 a 19/12/2019.

Contratante: MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT

Contratado(a): LUCIENE GONÇALVES RIBEIRO

Objeto: Contrato Administrativo nº 326/2019 firmado entre as partes de 28/02/2019 a 19/12/2019, o qual visa a prestação de serviços por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interes-

se público no Cargo de PROFESSOR NÍVEL II - ÁREA DE CIÊNCIA NATURAIS - ITIQUIRA.

PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 324/2019.

Data da vigência: 27/02/2019 a 27/02/2020.

Contratante: MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT

Contratado(a): HELENA MARTINS DA SILVA

Objeto: Contrato Administrativo nº 324/2019 firmado entre as partes de 27/02/2019 a 27/02/2020, o qual visa a prestação de serviços por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público no Cargo de COLETOR DE LIXO - ITIQUIRA.

PROCURADORIA JURIDICA
RESCISÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 256/2018.

RESCISÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 256/2018.

Contratante: MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT

Contratado(a): LEIDIANE GOMES DA SILVA

Objeto: Rescisão de Contrato Administrativo nº 256/2018, a partir de 04/02/2019, a pedido da contratada, o qual visava a prestação de serviços por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público no Cargo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM.

PROCURADORIA JURIDICA
RESCISÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 284/2018.

Contratante: MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT

Contratado(a): RICARDO FERREIRA BENITEZ

Objeto: Rescisão de Contrato Administrativo nº 284/2018, a partir de 26/02/2019, a pedido do contratado, o qual visava a prestação de serviços por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público no Cargo de PEDREIRO.

PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 321/2019.

Data da vigência: 26/02/2019 a 26/02/2020.

Contratante: MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT

Contratado(a): DANIELA DA SILVA PEREIRA

Objeto: Contrato Administrativo nº 321/2019 firmado entre as partes de 26/02/2019 a 26/02/2020, o qual visa a prestação de serviços por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público no Cargo de AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL - OURO BRANCO DO SUL.

PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 319/2019.

Data da vigência: 26/02/2019 a 19/12/2019.

Contratante: MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT

Contratado(a): LEGIANE BUENO DOS SANTOS

Objeto: Contrato Administrativo nº 319/2019 firmado entre as partes de 26/02/2019 a 19/12/2019, o qual visa a prestação de serviços por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público no Cargo de PROFESSOR NÍVEL II – PEDAGOGIA – FAM. MINEIRINHO.

PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 315/2019.

Data da vigência: 25/02/2019 a 19/12/2019.

Contratante: MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT

Contratado(a): WELIDA PEREIRA DE SOUZA

Objeto: Contrato Administrativo nº 315/2019 firmado entre as partes de 25/02/2019 a 19/12/2019, o qual visa a prestação de serviços por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público no Cargo de PROFESSOR NÍVEL II - ÁREA DE LINGUAGEM - ITIQUIRA.

PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 316/2019.

Data da vigência: 25/02/2019 a 19/12/2019.

Contratante: MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT

Contratado(a): MELCA NIVIA DE CAMPOS VIEIRA

Objeto: Contrato Administrativo nº 316/2019 firmado entre as partes de 25/02/2019 a 19/12/2019, o qual visa a prestação de serviços por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público no Cargo de PROFESSOR NÍVEL II - PEDAGOGIA - ITIQUIRA.

PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 317/2019.

Data da vigência: 25/02/2019 a 19/12/2019.

Contratante: MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT

Contratado(a): ZIRLENE ROSA DA SILVA

Objeto: Contrato Administrativo nº 317/2019 firmado entre as partes de 25/02/2019 a 19/12/2019, o qual visa a prestação de serviços por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público no Cargo de PROFESSOR NÍVEL II - PEDAGOGIA - ITIQUIRA.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACIARA

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO
EDITAL DE PUBLICAÇÃO - CONTAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO - EXERCÍCIO DE 2018

EDITAL DE PUBLICAÇÃO

A Prefeitura do Município de Jaciara, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público, em cumprimento ao disposto no art. 31, § 3º da Constituição Federal, art. 209 da Constituição Estadual, torna público para conhecimento de todos os Munícipes interessados, que as CONTAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO, relativas ao EXERCÍCIO DE 2018, encontra-se a disposição de toda Municipalidade na Câmara Municipal de Vereadores e na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, pelo prazo de 60 (sessenta) dias, e de acordo ainda com o disposto no art. 49 da LC 101/00, até 31/12/2019 o Balanço Geral do Município de Jaciara, e para que ninguém alegue desconhecimento e ignorância, determina a fixação deste Edital nos lugares de costume.

Jaciara (MT), 15 de Fevereiro de 2019

RONIEVON MIRANDA DA SILVA

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADM. E FINANÇAS PORTARIA 02/2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE JANGADA

RESOLUÇÃO Nº 01/2019

O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JANGADA MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei nº 8.080 de 19 de Setembro de 1990;

CONSIDERANDO a Lei nº 8.142 de 28 de Dezembro de 1990, o art. 1º, inciso § 1° A Conferência de Saúde reunir-se-á a cada quatro anos com a representação dos vários segmentos sociais, para avaliar a situação de saúde e propor as diretrizes para a formulação da política de saúde nos níveis correspondentes, convocada pelo Poder Executivo ou, extraordinariamente, por esta ou pelo Conselho de Saúde;

CONSIDERANDO a deliberação da reunião ordinária do dia 07 de Março de 2019.

RESOLVE:

Art. 1° - Aprovar a realização da Conferência Municipal de Saúde de Jangada/MT, no dia 11 de Abril de 2019 em Jangada - MT

Art. 2º - A Conferência Municipal de Saúde de Jangada/ MT, desenvolverá seus trabalhos sob o tema central Democracia e Saúde: Saúde como Direito e Consolidação e Financiamento do SUS, com os seguintes eixos temáticos: I – Saúde como direito; II – Consolidação dos princípios do Sistema Único de Saúde (SUS); III – Financiamento adequado e suficiente para o SUS; IV – Saúde Mental no SUS, cujos sub-temas serão abordados com base na realidade loco – municipal/regional e as interfaces com a saúde do Estado de Mato Grosso.

Art. 3º - Esta Resolução entrará em vigor na data de 11 de Março de 2019.

Registrada, Publicada, CUMPRA-SE.

Jangada-MT, 11 de Março de 2019.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

EM, 11 DE MARÇO DE 2019.

_____

EDERZIO DE JESUS MENDES

PREFEITO MUNICIPAL

_____

NICHE PAULO MENDES

SECRETARIO MUNICIPAL DE SAÚDE

_____

PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JANGADA - MT

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

EM, 11 DE MARÇO DE 2019.

DECRETO N° 01/2019

DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DA CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE JANGADA - MT.

O Prefeito Municipal de Jangada, Estado do Mato Grosso, Sr. Ederzio de Jesus Mendes, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Legislação em vigor, DECRETA:

Art. 1º - Fica Convocada a Conferência Municipal de Saúde de Jangada a realizar-se em 11 de Abril de 2019, aprovada pelo Conselho Municipal de Saúde de Jangada – MT.

Art. 2º - A conferência desenvolverá os trabalhos sob o tema central Democracia e Saúde: Saúde como Direito e Consolidação e Financiamento do SUS, com os seguintes eixos temáticos:

I – Saúde como direito; II – Consolidação dos princípios do Sistema Único de Saúde (SUS); III – Financiamento adequado e suficiente para o SUS; IV – Saúde Mental no SUS.

Art. 3º - A Conferência Municipal de Saúde será coordenada pela Presidente do Conselho Municipal de Saúde e/ ou Secretario Municipal de Saúde e na sua ausência, pelo (a) Vice – Presidente do Conselho Municipal e na sua ausência ou impedimento, pelo representante legal.

Art. 4º - O Secretario Municipal de Saúde expedirá mediante portaria a estrutura e composição da comissão organizadora, bem como o regimento interno e regulamentos (se houver) que norteará a conferência.

Art. 5º – As despesas com a realização da Conferência Municipal de Saúde de Jangada – MT, ocorrerá a cargo dos recursos orçamentários próprios da Secretaria Municipal de Saúde de Jangada.

Art. 6° - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

EM, DE 11 de Março 2019.

_____

EDERZIO DE JESUS MENDES

PREFEITO MUNICIPAL

_____

NICHE PAULO MENDES

SECRETARIO MUNICIPAL DE SAÚDE

_____

PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JANGADA - MT

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

EM, 11 DE MARÇO DE 2019.

PORTARIA N°. 01 GS/2019

PORTARIA N°. 01 GS/2019

O Secretario Municipal de Saúde de Jangada/ MT, no uso de suas atribuições legais e considerando as deliberações do Conselho Municipal de Saúde, na reunião 02/2019 ordinária do dia 07/03/2019;

RESOLVE:

Art. 1° - Instituir a estrutura e composição da Comissão Organizadora da Conferência Municipal de Saúde de Jangada/MT, conforme especificação na estrutura abaixo:

1 – Comitê Executivo:

I. Presidente: Niche Paulo Mendes

II. Vice – Presidente: Sandra E. Ferreira

III. Secretário Executivo do Conselho Municipal de Saúde: Jocielli Trajano Vasconcelos.

2 – 05 (cinco) funcionários indicados pela Secretaria Municipal de Saúde:

1 – Enfº Lauriene F. Vasconcelos Silva;

2 – Enfº Claudemir P. Rodrigues;

3 – Enfº Lorena Ligia;

4 - Enfº Jocielli T. Vasconcelos;

5 – Enfº Thalyze da Cunha Almeida

3 - 07 (sete) conselheiros do Conselho Municipal de Saúde; e

1 – Esmael Divino Ferreira;

2 – Samuel de França Figueiredo;

3 – Geisiany Rodrigues da Silva;

4 – Wagner Antonio dos Santos Lima;

5 – Nilson Ribeiro do Nascimento;

6 – Fernanda Ferraz;

7 – Erica Assis Xavier Silva.

Art.2º - A Comissão Organizadora será destituída após a entrega do relatório final da Conferência Municipal de Saúde, ao Conselho Municipal de Saúde de Jangada/MT.

Art.3ºEsta Resolução entrará em vigor na data de 11 de Março de 2019.

Registrada, Publicada, CUMPRA-SE.

Jangada-MT, 11 de Março de 2019.

_____

Niche Paulo Mendes

Secretário Municipal de Saúde e

Presidente do Conselho Municipal de Saúde

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAURU

RESOLUÇÃO

RESOLUÇÃO Nº01 DE 08 DE MARÇO DE 2019

Dispõe sobre aprovação do Conselho para convocação da I Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa.

O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de Jauru, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições, em reunião ordinária realizada no dia 30 de Janeiro de 2019, conforme Ata nº54/2019.

Resolve:

Art 1º - Apresentar e Aprovar a convocação da I Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de Jauru com o tema "Os Desafios de Envelhecer no Século XXI e o Papel das Políticas Públicas", e os seguintes eixos:

I - Direitos Fundamentais na construção/efetivação das Políticas Públicas,

Subeixos: Saúde; Assistência Social; Previdência; Moradia; Transporte; Cultura, Esporte e Lazer.

II - Educação: assegurando direitos e emancipação humana.

III - Enfrentamento da violação dos Direitos Humanos da Pessoa Idosa.

IV - Os Conselhos de Direitos: seu papel na efetivação do controle social na geração e implementação das políticas públicas.

Art 2º - Aprovado convocação da I Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de Jauru por unanimidade;

Art 3º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Jauru – MT, 08 de Março de 2019.

Eunice Juçara Dias Gonçalves

Presidente do Conselho Municipal do Idoso

CMI

ATA

ATA DE NÚMERO 95-CMAS

Aos 25 dias do mês de Fevereiro de dois mil e dezenove às dez horas, nas dependências da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, sito a Rua do Comércio, nº 420 – Centro deste município deu-se inicio a reunião ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social, presidida pela senhora Uyara Leal Ramos Zorzal que cumprimenta e agradece a todos pela presença, na oportunidade apresenta a Pauta: **APRESENTAR E APROVAR O PLANO DE AÇÃO PLURIANUAL 2018/2021 DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLEVIMENTO SOCIAL.** Após a apresentação da pauta, a presidente fala do Plano de Ação Plurianual 2018/2021, na oportunidade faz a leitura dos tópicos do Plano, informa sobre cada item e explica como funciona e como serão executadas as atividades e projetos. Relata que dentro deste Plano Quadrienal, as técnicas do município – Uyara Leal Ramos Zorzal, Keila Teles Ferreira e Élica Nilfa foram capacitadas no Programa Capacitasuas do Governo Federal, com tema CURSO DE ATUALIZAÇÃO PARA ELABORAÇÃO DE PLANOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, em Maio de 2018. A presidente relata que o Plano é elaborado em conformidade com as diretrizes do Ministério Desenvolvimento Social, em conformidade com a LOAS em seu artigo 30. A Presidente informa que o plano foi estruturado nos seguintes elementos: uma breve Introdução sobre município e os objetivos gerais e específicos e descreveu de forma sucinta plano, onde apresentou os itens em conformidade com caderno de orientações do Ministério, onde descreve Diagnóstico Socioterritorial; as diretrizes e prioridades deliberadas; as Ações estratégicas correspondentes para sua implementação; Metas estabelecidas; Resultados e impactos esperados; Recursos materiais, humanos, financeiros disponíveis; mecanismos e fontes de financiamento; Cobertura da rede prestadora de serviços; Indicadores de monitoramento e avaliação e delimitação de espaço temporal para execução mediante cronograma de atividades e projetos desenvolvidos. Dando continuidade a presidente apresenta de forma sucinta cada título supracitado e agradece a todos contando ainda com os trabalhos realizados e apoio do conselho nas decisões e aprovação de documentos referente ao bom desenvolvimento dos trabalhos e finaliza a reunião informando que o plano é de suma importância para que as atividades estejam em conformidade com a legislação vigente. Não havendo nada mais a se tratar eu Keila Teles Ferreira secretária designada a este ato lavrei a presente Ata que após lida e aprovada será assinada por todos os presentes.

PARECER

PARECER TÉCNICO

ASSUNTO: ***AVALIAÇÃO DA PERMANÊNCIA DAS FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS NO PROGRAMA PRÓ FAMILIA – NOME DO MUNICPIO***

Desenvolvimento:

O programa Pró-Família, é um Programa do Governo do Estado de Mato Grosso. Foi sancionado pela Lei 10.523 de 17 de Março de 2017. O Governo do Estado tendo como meta alcançar as famílias mato-grossenses, e amenizar a situação de extrema pobreza das mesmas. Nesse intuito o município de Jauru assinou o termo de adesão e iniciou uma nova etapa no âmbito das políticas públicas no atendimento às famílias em situação de vulnerabilidade e risco social.

O município de Jauru foi contemplado com 70 famílias beneficiadas diretamente, no dia 25 de novembro de 2017, sendo 14 profissionais atuantes, contabilizando, portanto um total de 84 beneficiários. Pretendemos alcançar a meta máxima de 156, sendo já enviado ofício com solicitação de aumento de meta. No mês de março de 2018, com a aprovação do Pacto Pró-família, os beneficiários começaram uma nova etapa do Programa, com os cursos de inclusão produtiva e capacitações profissionais, além de orientações sobre os ODS (Objetivos do Desenvolvimento Sustentável), estabelecidos pela ONU e Pactuados no Pacto Pró-Família.

As famílias têm participado assiduamente das atividades ofertadas: Cursos de inclusão produtiva, palestras orientativas, Conferência, visitas domiciliares e outros.

Visando agregar os demais Programas e projetos em Desenvolvimento, o Setor de Serviço Social, responsável pela execução do Programa Pró-Família no município na tentativa de garantir a efetividade das ações, propôs a gestão das atividades em consonância com o Programa Prefeito Amigo da Criança, assim todas as atividades executadas beneficiariam o público alvo dos programas.

Desta forma compreendemos que o Programa contribui para a socialização dos indivíduos atendidos pelas políticas públicas existentes no município, visto que trabalha a percepção própria necessidade, elemento indispensável à aquisição das habilidades tanto de cunho social como até educacional, possibilitando aos usuários a ampliação da sua capacidade de interação social fazendo-o conhecer e respeitar as diversidades existentes.

Assim esse resgate da cultura se evidencia através da necessidade da busca por uma cidadania, esta por sua representada pela cultura de um povo, e suas representações sociais. Em conformidade com a compreensão da Política Nacional de Assistência Social (PNAS, 2004), justifica-se a permanência dessas famílias no prgrama na intenção de retomar os princípios da proteção básica que se remetem a prevenção de risco e tomando como referência a concepção de convivência familiar e comunitária buscar o desenvolvimento das potencialidades e aquisições próprias desse fortalecimento de vínculo.

*NIS/MATRICULA**	*NOME COMPLETO**	*CPF**	*DATA DE NASCIMENTO*	*TELEFONE DE CONTATO USUARIO*
23792989596	Adriana Mendes	020.798.431-09	11/02/1987	(65)99697-0825
23776502963	Edinilsa de Souza Lemos	23382071106	26/07/1983	(65)99813-3104
16550433003	Hosana Duque de Siqueira	3647910120	07/04/1986	(65)99974-2336
16021948522	Ana Darck Pereira Abreu	03969906148	25/02/1989	(65) 99996-4502
16449893460	Cleuza Teles da Costa	2773001126	04/12/1972	-65
16585820666	Roseli da Costa	4649074131	06/06/1974	
16546341817	Tereza Alves	4736387756	12/01/1959	(65) 99964-7057
21236331879	Adriana dos Santos	04412717151	02/08/1989	(65) 99670-9691
16585620446	Patrícia Alves Campos	2628054132	11/03/1987	(65) 99683-7611
16477809916	Maria Aparecida Rodrigues de Souza	2446244190	30/07/1967	(65) 99646-5694
16474799316	Marilene Natal de Oliveira	012.961.511-07	18/12/1975	(65)99645-2115
16544493369	Tatiane Navais de Caires	05430885100	09/11/1994	(65)99977-0655
12634049406	Silvestre Martins da Conceição	84294124172	01/01/1957	(65) 99924-7478
23780833413	Cleuzeni Souza Lima	3010286139	08/11/1976	
13909905314	Elizete Fernanda dos Santos Fernandes	3090290154	28/11/1988	(65)99809-3828
20333948542	Aretuza Aparecida Marciano	015.285.311-16	01/04/1985	(65)99600-9460
20928683472	Josélia Machado Rodrigues	2082307182	08/12/1986	(65) 99952-5172
16587935266	Simoni Calixto	01474756190	02/12/1984	(65) 99696-8709
1654432534-2	Olíria Dias Santiago	531.253.201-00	10/09/1963	não tem
16021654731	Elzi Alves de Araujo Moreira	903.777.706-63	27/09/1960	(65)99936-0310
16236081876	Ilídia de Freitas Cunha	03115455135	21/04/1976	(65) 9952-2266
16368863553	Maria dos Anjos Leopoldino	4233888199	15/10/1988	(65) 99608-7054
16585573197	Niceia Ferreira Amaral	01359340106	06/02/1971	(65) 99679-3147
16625732444	Zelina do Nascimento Souza	028.239.951-88	10/08/1963	(65)99807-3144
16587794514	Onilda Eufrásia Lopes Vieira	39599248104	25/05/1964	(65) 99632-5911
1658595900	Sonia Maria Silva Ferreira	06101142124	16/02/1992	
16371467876	Lucimar Alvez Oliveira / Ivando Marcos dos Santos (16236129038)	5412261183	27/06/1990	(65)99682-7822
16574579598	Rosimere Cristina Ferreira do Nascimento	06174856151	25/04/1992	-65
20424402313	Maria Moura da Silva	27712737215	27/10/1957	(65) 99905-8057
20424400809	Cornélio Rapozo da Rocha	02512949192	01/07/1955	
22002932394	Irene Gonçalves de Araujo	442.341.551-87	04/01/1960	(65) 96149-5889
10744612660	Paulo Cezar Rodrigues	16221451191	27/07/1959	
21225810134	Ana Lucia Gonçalves Santos	03891435100	05/11/1985	(65) 99990-2983
16196646827	Claudia de Freitas	05632864154	20/06/1994	(65) 99637-4272
16625682056	Sirlete Cardoso Rodrigues	022.794.071-30	07/03/1980	(65)99938-2301
16691679610	Sandra Horlanda da Silva	02084343135	01/05/1985	(65) 99619-1118
12707698409	Eunice Alice de Souza Novais	89736923134	26/10/1959	(65) 99941-0422
16370914054	Maria Aparecida Belmiro de Castro	94217467168	24/12/1976	(65) 99937-5860
16370660397	Lauricena Gonçalves da Silva	77552636149	08/01/1965	(65) 99693-9655
16483676426	Maria de Fátima Oliveira	39389928168	16/07/1952	(65) 99811-6860
20059104656	Adrielli Paula de Oliveira	03923845154	03/05/1995	(22) 99915-8715
16602472985	Vera Lúcia Veríssimo de Moura	98264273149	13/08/1971	(65) 99644-7545
16369221172	Maria Lina da Rocha Soares	00939523115	26/03/1977	(65) 99678-8371
22819244857	Maria José da Cruz	983.911.001-20	12/05/1971	65-999369914
20738312775	Viviane Alves de Lima	026.351.931-77	06/08/1988	-65
21009394071	Soraya da Conceição dos Santos	00656604123	13/03/1983	(65) 99803-7701
16372005183	Marinalda dos Santos Neves	41998845186	21/04/1969	(65)99693-2854
16558557972	Nilza da Silva	97123501187	09/04/1972	(65)99694-1235
16194567733	Jéssica de Melo	05414084106	05/07/1993	(65) 99987-0210
16195579484	Francisca Maria de Azevedo	99011832191	25/12/1957	(65) 99669-0948
16421306013	Clotilde Romão Reginaldo Gomes	79295061268	06/03/1980	(65) 3244-1115
21018673271	Waldineia Antunes de Campos	03417487145	26/04/1980	(65) 99978-2631
16409902361	Luciene Soares dos Santos	81716222168	20/10/1961	(65) 99631-2826

20419181649	Eni Martins dos Santos	59421541120	03/10/1974	(65) 99917-1893
20928626363	Maria Bento Silva	03208870140	17/10/1960	(65) 99645-7402
12394765663	Sirlene Matias de Almeida	47466154115	24/08/1972	(65) 99942-0056
16190299513	Kátia Regina Andrade dos Santos	05586408160	23/11/1989	(65) 99925-5483
20059100936	Laudiana Paula de Oliveira	04826355173	04/09/1996	(65) 99812-5088
16096951083	Eliza Mendes da Costa	04211078127	14/08/1991	(65) 99627-8828
20928497997	Maria do Carmo Abreu	00460547151	31/08/1963	-65
20062652006	Julieta Lemes dos Santos	62760920100	11/12/1962	(65) 99327-1818
16544467376	Silmara Paula Rodrigues	04906133142	20/08/1991	(65) 99569-7971
16369300471	Marlucia Rodrigues	012.488. 601-95	15/12/1971	(65)99635-2392
20059100499	Vanessa Ferreira da Silva	04356658124	17/09/1962	65-99136606
16452628357	Maria Aparecida de Oliveira	00982618190	16/01/1989	
16019707874	Eva Ferreira Rodrigues	00999163124	24/06/1981	(65) 99979-0668
16196306082	Geni Rosa Debrandes	065.076. 048-44	14/09/1974	(65) 999627-1645
16370721183	Lira Pereira de Jesus	01427317143	13/04/1968	-65

CONCLUSÃO DA TÉCNICA DE REFERÊNCIA DO PROGRAMA:

As famílias atendidas pelo Programa Pró-Família em Jauru tiveram duas alterações onde faleceu o Sr Wantuil de Oliveira (12295025747), já encaminhado à equipe SETAS e recentemente mudança de Estado da Sra. Angela Caetano dos Santos (21210103453).

As famílias sempre foram bastante participantes das atividades ofertadas e do Serviço de Proteção Integral à Família (PAIF), destaco que no mês de Agosto de 2018, todas as famílias foram informadas da possibilidade de encerramento do Programa em decorrência da mudança de Governo, e no mês de Janeiro de 2019 o impacto não foi tão forte.

Caso haja possibilidade de retomar as atividades, será feito uma revisão do Programa no município pois já temos uma lista com cadastro de espera para novos beneficiários.

Considerando a situação de vulnerabilidade das famílias citadas acima, aponto a necessidade das mesmas permanecerem até nova avaliação.

Uyara Leal Ramos Zorzal

Assistente Social

CRESS Nº 2429

DATA: 08 de Março de 2019.

COMITÊ MUNICIPAL – JAURU

Considerando a Lei 10.523 de Março de 2017, que cria o Programa Pró-Família;

Considerando a Lei n° 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, a proteção e a recuperação da saúde a organização e funcionamento dos serviços correspondentes; e

Considerando a Instrução Operacional do Programa Pró-Família de Nº 01 de 2017

O Comitê gestor analisando e em consonância com o parecer da técnica de referência do Programa, defere que as famílias citadas devem permanecer no Programa até nova avaliação para inserção de novas famílias.

Sendo assim resolve;

RESOLUÇÃO Nº01 DE 25 DE FEVEREIRO DE 2019

Dispõe sobre a aprovação do Parecer Unificado do Programa Pró-Família do Estado de Mato Grosso

O Comitê Gestor do Programa Pró-Família no Município de Jauru, no uso de suas atribuições, em reunião ordinária realizada no dia 21 de Fevereiro de 2019, conforme Ata nº10/2019.

Resolve:

Art 1º - Aprovar o Parecer Técnico Único do Programa do Governo do Estado Pró-Família;

Art 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Janeiro – MT, 25 de Fevereiro de 2019.

Maria Aparecida Antunes de Souza

Presidente do Comitê Municipal Pró-Família Jauru

Secretária Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Referente ao Pregão **N° 001/2019**, Registro de Preços para futura Locação de Veículos, conforme especificações constantes no anexo I, de conformidade com o parecer exarado pelo Assessor Jurídico desta Prefeitura e pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio nomeado através da Portaria nº. 001/2019, FAÇO SABER, que nesta data fica “HOMOLOGADO” o processo licitatório modalidade Pregão n° **001/2019**, tendo como vencedores as Empresas **VITALINO & SILVA LTDA - ME**, devidamente inscrita no CNPJ nº.27.680.725/0001-24, no valor de R$ 65.700,00 (sessenta e cinco mil e setecentos reais), por sagrar-se vencedora da Licitação supra referenciada.

Jauru - MT, aos 11 dias do mês de março de 2019.

Waldir Luis Garcia de Moura

Secretário Municipal de Saúde

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Referente ao Pregão **N° 001/2019**, Registro de Preços para futura Locação de Veículos, conforme especificações constantes no anexo I, de conformidade com o parecer exarado pelo Assessor Jurídico desta Prefeitura e pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio nomeado através da Portaria nº. 001/2019, FAÇO SABER, que nesta data fica "HOMOLOGADO" o processo licitatório modalidade Pregão n° **001/2019**, tendo como vencedores as Empresas **VITALINO & SILVA LTDA - ME**, devidamente inscrita no CNPJ nº.27.680.725/0001-24, no valor de R$ 65.700,00 (sessenta e cinco mil e setecentos reais), por sagrar-se vencedora da Licitação supra referenciada.

Jauru - MT, aos 11 dias do mês de março de 2019.

Maria Aparecida Antunes de Souza

Secretário Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Referente ao Pregão **N° 001/2019**, Registro de Preços para futura Locação de Veículos, conforme especificações constantes no anexo I, de conformidade com o parecer exarado pelo Assessor Jurídico desta Prefeitura e pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio nomeado através da Portaria nº. 001/2019, FAÇO SABER, que nesta data fica "HOMOLOGADO" o processo licitatório modalidade Pregão n° **001/2019**, tendo como vencedores as Empresas **VITALINO & SILVA LTDA - ME**, devidamente inscrita no CNPJ nº.27.680.725/0001-24, no valor de R$ 385.655,00 (trezentos e oitenta e cinco mil seiscentos e cinquenta e cinco reais), **SAL ALUGUEL DE VEICULOS LTDA,** devidamente inscrita no CNPJ nº. 19.226.325/0001-15, no valor de R$ 196.000,00 (cento e noventa e seis mil reais), por sagrar-se vencedora da Licitação supra referenciada.

Jauru - MT, aos 11 dias do mês de março de 2019.

Valdeci Garcia Lopes

Secretário Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social

EDITAL

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 001/2.019

EDITAL Nº. 03, DE 11 MARÇO DE 2019

DIVULGAR O RESULTADO FINAL E HOMOLOGAR O PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 001/2019, NOS TERMOS DO EDITAL DE ABERTURA Nº. 001/2.019.

A Comissão Organizadora do Teste Seletivo Simplificado nº. 001/2.019 do Município de Jauru/MT, designada pela portaria nº. 51, de 21 de fevereiro de 2.019, nos termos do Edital nº. 001/2.019, juntamente com o Prefeito Municipal, Sr. Pedro Ferreira de Souza, visando atender o princípio da publicidade:

RESOLVE:

1. Informar que não houve interposição de recursos referente ao resultado provisório do Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2.019.

2. Divulgar o resultado final do Teste Seletivo Simplificado nº. 001/2.019, conforme anexo I deste Edital;

3. HOMOLOGAR o resultado final do processo seletivo simplificado nº. 001/2019 da Prefeitura Municipal de Jauru, com as classificações constantes no anexo I do presente edital.

Estes resultados se encontram disponíveis nos seguintes endereços: www.jauru.mt.gov.br, www.amm.og.br, e afixado no Mural da Secretaria Municipal de Educação e Prefeitura Municipal de Jauru.

Jauru/MT, 11 de março de 2019.

Pedro Ferreira de Souza Prefeito Municipal	Eliana Marques Rossi Presidente da Comissão

ANEXO I

RESULTADO FINAL

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – PROFESSORES

Insc.	Professor: PEDAGOGIA	TITULOS	ATUALIZAÇÃO PEDAGOGICA	MÉDIA	ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO
17	Néri Caetana de Almeida	15	**4.0**	**19**	**1º**
20	Delsiomone Donizete da Costa	15	**4.0**	**19**	**2º**
28	Leci de Souza Poubel	15	**4.0**	**19**	**3º**
16	Anália da Cunha Carneiro Sancoré	15	**4.0**	**19**	**4º**
08	Marcia Meire Aquino Martins	15	**4.0**	**19**	**5º**
11	Marinalva Reginaldo Santos	15	**4.0**	**19**	**6º**
24	Elisangela Valquiria Garcia Martins	15	**4.0**	**19**	**7º**
32	Josiane Ferreira da Rocha Oliveira	15	**4.0**	**19**	**8º**
09	Marcela Vieira da Cruz	15	**4.0**	**19**	**9º**
10	Aldeleide Mônica da Silva	15	**4.0**	**19**	**10º**
03	Suély Oliveira Bedoni Andrade	15	**4.0**	**19**	**11º**
19	Marcia Juliana Rodrigues Campos	15	**4.0**	**19**	**12º**
14	Valdirene Vieira da Silva	15	**4.0**	**19**	**13º**
02	Mariana de Souza Quaresma Andrade	15	**4.0**	**19**	**14º**
01	Camila Ferreira Mota Fernandes	15	**4.0**	**19**	**15º**
06	Patricia dos Santos F. Donato	15	**4.0**	**19**	**16º**
12	Silvano Barbosa Soares	15	**3.5**	**18.5**	**17º**
05	Rikelly Cristina de Souza Cabral	15	**3.4**	**18.4**	**18º**
04	Inúbia Fernanda Sanches Martins	15	**2.5**	**17.5**	**19º**
18	Priscila Pereira dos Santos	15	**2.5**	**17.5**	**20º**
37	Edilene Silva Vieira Santos	10	**4.0**	**14**	**21º**

13	Auxiliadora Aparecida Campos Nascimento	10	**4.0**	**14**	**22º**
27	Cleudinéia de Lanes Oliveira	10	**4.0**	**14**	**23º**
36	Rosimar dos Santos Alves	10	**4.0**	**14**	**24º**
38	Vanessa Saldanha Ferreira	10	**4.0**	**14**	**25º**
34	Nalva Aparecida Tomé Vieira	10	**2.1**	**12.1**	**26º**
35	Rosimeire Dias da Silva	10	**-**	**10**	**27º**
Insc.	**Professor: GEOGRAFIA**	**TITULOS**	**ATUALIZAÇÃO PEDAGOGICA**	**MÉDIA**	**Ordem de Classificação**
NÃO HOUVE INSCRIÇÕES					
Insc.	**Professor: HISTÓRIA**	**TITULOS**	**ATUALIZAÇÃO PEDAGOGICA**	**MÉDIA**	**Ordem de Classificação**
23	Fágner Teixeira Silva	15	**-**	**15**	**1º**
26	Drielly Cristina Silva	10	**2.5**	**12.5**	**2º**
Insc.	**Professor: EDUCAÇÃO FÍSICA**	**TITULOS**	**ATUALIZAÇÃO PEDAGOGICA**	**MÉDIA**	**Ordem de Classificação**
33	Erinaldo de Lima	15	**4.0**	**19**	**1º**
30	Renato Ferreira Soares	10	**1.1**	**11.1**	**2º**
Insc.	**Professor: MATEMÁTICA**	**TITULOS**	**ATUALIZAÇÃO PEDAGOGICA**	**MÉDIA**	**Ordem de Classificação**
NÃO HOUVE INSCRIÇÕES					
Insc.	**Professor: LETRAS**	**TITULOS**	**ATUALIZAÇÃO PEDAGOGICA**	**MÉDIA**	**Ordem de Classificação**
07	Rosenir Gonçalves Carneiro	15	**4.0**	**19**	**1º**
15	Jéssica Malaquias dos Santos	15	**4.0**	**19**	**2º**
Insc.	**Professor: CIÊNCIAS BIOLÓGICAS**	**TITULOS**	**ATUALIZAÇÃO PEDAGOGICA**	**MÉDIA**	**Ordem de Classificação**
31	Josiane Ferreira da Rocha Oliveira	15	**4.0**	**19**	**1º**
39	Flaviana Vieira Mansano	15	**4.0**	**19**	**2º**
21	Eliana Oliveira dos Santos	10	**3.0**	**13**	**3º**
29	Juliana Teixeira Dorneles	10	**3.0**	**13**	**4º**
25	Eliene Pereira de Oliveira Candido	10	**1.0**	**11**	**5º**
Insc.	**Professor: INGLÊS**	**TITULOS**	**ATUALIZAÇÃO PEDAGOGICA**	**MÉDIA**	**Ordem de Classificação**
22	Francinéia Monteiro da Silva	15	**4.0**	**19**	**1º**

TERMO DE ADJUDICAÇÃO

TERMO DE ADJUDICAÇÃO

O Pregoeiro juntamente com a Equipe de Apoio, nomeados através da Portaria nº. 001 de 02 de janeiro de 2019 “ADJUDICA” asEmpresas **VITALINO & SILVA LTDA - ME**, devidamente inscrita no CNPJ nº.27.680.725/0001-24, no valor de R$ 473.255,00 (quatrocentos e setenta e três mil duzentos e vinte e cinco reais) e **SAL ALUGUEL DE CARROS LTDA**, inscrita no CNPJ nº. 19.226.325/0001-15, no valor de R$ 196.000,00 (cento e noventa e seis mil reais), vistos que as mesmas foram vencedoras desta Licitação na Modalidade Pregão Presencial **Nº. 001/2019**, porque as mesmas sagraram-se vencedoras do referido certame,conforme especificações e quantidades discriminadas no Anexo I – Formulário Padrão de Proposta/Termo de Referencia deste Edital.

Jauru - MT, aos 11 dias do mês de março de 2019.

Anderson Pavini

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO N. 018/2019/SECAD TIPO: PRESENCIAL APURAÇÃO: MENOR VALOR POR ITEM.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA NAS ATIVIDADES DE PLANEJAMENTO, ELABORAÇÃO, DETALHAMENTO, CORREÇÃO E/OU REVISAO DE PROJETOS, BEM COMO ASSESSORIA TECNICA ESPECIALIZADA E APOIO, SUPERVISAO E FISCALIZAÇÃO DAS OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA em atendimento s Secretaria Municipal de Cidade.

EDITAL E INFORMAÇÕES: O Edital poderá ser obtido a partir de 12/03/2019, na Sede da Prefeitura Municipal de Juara/MT – Divisão de Licitações e Contratos, localizada à Rua Niterói, 81N, Centro – Juara/MT – Fone: (066) 3556-9400/9401 ou por meio dos sites: www.juara.mt.gov.br; www.portaldecompraspublicas.com.br

ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÃO DO EDITAL: Decairá do direito de pedir esclarecimentos ou impugnar os termos deste Edital aquele que não o fizer até 02 (dois) dias úteis antes da data designada para a abertura dos envelopes, apontando de forma clara e objetiva as falhas ou irregularidades que entende viciarem o mesmo. As petições deverão ser protocoladas, devidamente instruídas (assinatura, endereço, razão social e telefone para contato), junto ao Serviço de Protocolo desta Prefeitura ou diretamente ao Pregoeiro Oficial ou ainda através do Fax (66) 3556-9400/9401 ou **ainda e preferencialmente através do Site**: www.portaldecompraspublicas.com.br e/ou e-mail: licitacao@juara.mt.gov.br que tem o prazo de 24 (vinte e quatro) horas úteis para respondê-las.

SESSÃO DE ABERTURA DE PROPOSTA E DISPUTA DE LANCES: dia 25 de março de 2019 às 09h00 – Horário Local.

Juara-MT, em 11 de março de 2019.

Luis Carlos Correia Carlos Amadeu Sirena

Pregoeiro Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA

EXTRATO CONTRATO BANCO DO BRASIL S.A.

PARTES: Prefeitura Municipal de Juscimeira e Banco Do Brasil S.A.

OBJETO: “Prestação De Serviços Relativos à Operacionalização Do Cartão De Pagamento De Defesa Civil – CPDC Para Pagamento De Despesas Realizadas Pelo Contratante, Decorrentes Dos Recursos Transferidos Pelo Ministério Da Integração Nacional, Para Execução Das Ações De Socorro, Assistências Às Vitimas e Restabelecimento De Serviços Essenciais, Na Forma Da Lei n° 12.340, De 01.12.2010, Dos Decretos n° 7.257, de 04.08.2010, e n° 7.505, de 27.06.2011, da Portaria MI n° 607, de 18.08.2011, e da Portaria MI n° 37, de 31.01.2012, do Ministério Da Integração Nacional.”

PRAZO: 05 (Cinco) Anos

SIGNATARIOS/CONTRATANTES: Prefeito Municipal Moisés Dos Santos e Banco Do Brasil S.A. - CNPJ: 00.000.000/2658-10

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAMBARI D´OESTE

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO N.º 011/2017

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO N.º 011/2017

LICITAÇÃO: CONVITE N.º 001/2017

CONTRATADA: JESLEI GABRIEL BRAGA NOGUEIRA 78560993134

CNPJ: 26.482.077/0001-39

OBJETO DO CONTRATO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA ADMINISTRATIVA, NA ÁREA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS.

OBJETO DO ADITIVO: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO ORIGINAL POR MAIS 12 (DOZE) MESES, CONTADOS A PARTIR DE 10 DE FEVEREIRO DE 2019 ATÉ 10 DE FEVEREIRO DE 2020.

FUNDAMENTO: O PRESENTE ADITIVO ENCONTRA EMBASAMENTO LEGAL NA CLÁUSULA QUARTA DO REFERIDO CONTRATO, BEM COMO NO ARTIGO 57, INCISO II DA LEI N.º 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES.

DA RATIFICAÇÃO: AS DEMAIS CLÁUSULAS DO CONTRATO EM REFERÊNCIA PERMANECEM INALTERADAS E SÃO PELO PRESENTE TERMO ADITIVO, RATIFICADAS.

PREFEITURA MUNICIPAL: LAMBARI D'OESTE, 08 DE FEVEREIRO DE 2019.

ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

PORTARIA Nº 046/2019,

DE 11 de MARÇO DE 2019.

"Retifica a Portaria Nº 044/2019 da Servidora Pública, **MARIA CHIRLEI CORDEIRO GOLVEIA DE OLIVEIRA,** do Cargo Efetivo de Artífice em Copa e Cozinha, para Aposentadoria, e dá providências".

O PREFEITO MUNCIPAL DE LAMBARI D'OESTE, Estado de Mato Grosso, Senhor **EDVALDO ALVES DOS SANTOS,** no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 62, incisos VI e IX, combinado com o art. 90, incisos II, letra "d" da Lei Orgânica do Município e, Art. 67, da Lei Complementar nº. 25/2006, de 28 de abril 2006.

RESOLVE:

Art. 1º. Exonera, a pedido, a Servidora Pública Municipal, MARIA CHIRLEI CORDEIRO GOLVEIA DE OLIVEIRA, portadora do RG n° 58. 538.043-0 SSP/SP e inscrita no CPF nº 004.868.901-71, do Cargo Efetivo de Artífice em Copa e Cozinha**,** para Aposentadoria a partir desta data.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo Municipal, aos onze dias do mês de março do ano de dois mil e dezenove.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CIENTIFIQUE-SE E, CUMPRA-SE

EDVALDO ALVES DOS SANTOS

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 50 , DE 05 DE SETEMBRO DE 2018 - LEI N.603

Abre no orçamento vigente crédito adicional suplementar e da outras providências

DECRETA:

Artigo 1o.- Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional suplementar na

importância de R$235.200,00 distribuídos as seguintes dotações:

Suplementação (+) 235.200,00

02 10 01 LAMBARI PREVI FUNDO MUN. DE PREVIDENCIA SOCIAL

6 09.271.0102.2083.0000 MANUTENCAO E GERENCIAMENTO RECURSOS LAMBARI 12.100,00

3.3.90.14.00 DIÁRIAS - CIVIL F.R.: 0 1 50

1 Recursos do Exercício Corrente

600 000 REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

9 09.271.0102.2083.0000 MANUTENCAO E GERENCIAMENTO RECURSOS LAMBARI 20.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R.: 0 1 50

1 Recursos do Exercício Corrente

600 000 REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

11 09.271.0102.2084.0000 PAGAMENTO DE INATIVOS, PENSIONISTAS E BENEFICIOS 203.100,00

3.1.90.01.00 APOSENTADORIAS, RESERVA REMUNERADA E REFORMA F.R.: 0 1 50

1 Recursos do Exercício Corrente

600 000 REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

Artigo 2o.- O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos

provenientes de:

Anulação:

02 10 01 LAMBARI PREVI FUNDO MUN. DE PREVIDENCIA SOCIAL

2 09.271.0102.2082.0000 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS DA LAMBARI PREVI -10.000,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R. Grupo: 0 150

1 Recursos do Exercício Corrente

600 000 REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

10 09.271.0102.2083.0000 MANUTENCAO E GERENCIAMENTO RECURSOS LAMBARI PR -33.100,00

3.3.90.47.00 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS F.R. Grupo: 0 150

1 Recursos do Exercício Corrente

600 000 REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

13 09.271.0102.2084.0000 PAGAMENTO DE INATIVOS, PENSIONISTAS E BENEFICIOS -40.000,00

3.1.90.16.00 OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL F.R. Grupo: 0 150

1 Recursos do Exercício Corrente

600 000 REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

DECRETO Nº 50 , DE 05 DE SETEMBRO DE 2018 - LEI N.603

02 10 01 LAMBARI PREVI FUNDO MUN. DE PREVIDENCIA SOCIAL

14 09.271.0102.2084.0000 PAGAMENTO DE INATIVOS, PENSIONISTAS E BENEFICIOS -40.000,00

3.3.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R. Grupo: 0 150

1 Recursos do Exercício Corrente

600 000 REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

15 99.999.0102.2085.0000 RESERVA LEGAL REGIME PROPRIO DE PREVIDENCIA -112.100,00

9.9.99.99.00 RESERVA DE CONTINGÊNCIA F.R. Grupo: 0 150

1 Recursos do Exercício Corrente

600 000 REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

Anulação (-) -235.200,00

Artigo 3o.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO DE PREGAO PRESENCIAL Nº 005/2019

A pregoeira oficial regida pela portaria 002/2019 em uso de suas atribuições legais torna público, para conhecimento dos interessados, que a licitação "PREGAO PRESENCIAL" nº 005/2019 cujo certame se deu as 09:00h do dia 28 de fevereiro de 2019 tendo como objeto **"REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, MATERIAIS DE CONSUMO E PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA, PARA SEREM UTILIZADOS NAS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE LAMBARI D´OESTE –MT.",** conforme anexo do edital, sagrou se vencedora a empresas ***SÃO LUIZ DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS*** vencedora dos itens (29,50,88), em um valor total de R$ 5.421,00 (cinco mil quatrocentos) a empresa ***GLEICI M.B TAVARES –ME*** sagrou vencedora dos itens(02,03,04,05,07,08,09,11,12,13,14,15,17,19,20,21,24,25,26,28,31,32,33,34,35,37,40,44,47,48,49,52,53,55,56,57,58,59,60,61,62,64,65,66,67,68,69,70,71,75,77,78,79,81,84,85,86,87,89,91,93,94,95,96,97,99,100,102,103,106,107,108,110,113,114,115,118,121,122,124,126,127,129,132,133,135,137,138,142,144,146,147,148,149,150,151,1554,156,158,160,161,162,163,164,165,166,167,169,171,172,174,175,179,180,182), em um valor total de R$ 459.393,53 (Quatrocentos e cinquenta e nove mil trezentos e noventa e três reais e cinquenta e três centavos) e os demais itens (01,06,10,16,18,22,23,27,30,36,38,39,41,42,43,45,46,51,54,63,72,73,74,76,80,82,83,90,92,96101,104,105,109,111,112,116,117,119,120,123,125,128,130,131,134,136,139,140,141,143,145,152,153,155,157,168,170,173,176,177,178,181,183,184, com a empresa ***M.A DE J SOUZA COMERCIO –ME,*** e m um valor total de R$ 89.147,00 (oitenta e nove mil cento e quarenta e sete reais) houve item 59 fracassados.

Lambari D'Oeste - MT, 12 de março de 2019.

Rivonete Coelho Da Silva

Pregoeira

ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

PORTARIA Nº 047/2019, DE 11 DE MARÇO DE 2019

Concede promoção de classe a servidora pública que menciona, e da outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAMBARI D' OESTE, Estado de Mato Grosso, **EDVALDO ALVES DOS SANTOS**, no uso de suas atribuições legais e conforme as disposições contidas na Lei Complementar nº 025/2006 de 28/04/2006 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, Lei Complementar nº 027/2006 de 28/04/2006 – Planos de Cargos, Carreiras e Salários dos Servidores Públicos Municipais, Lei Complementar nº. 028/2006 de 28/04/2006 e Lei Orgânica Municipal;

Considerando o Requerimento da servidora pública, com os documentos comprobatórios para a promoção de classe;

R E S O L V E:

ART. 1º -**Conceder**, promoção de **classe (A)** para **classe (B)**, por ter concluído a pós-graduação (especialização), conforme preceitua o Artigo 1º**,** § 2º e inciso IV da Lei Complementar nº. 027/2006 de 28/04/2006, a Servidora abaixo descrita:

ANA KARLA AMARAL COSTA

Psicóloga

ART. 2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo Municipal, aos onze, dias do mês de março do ano de dois mil e dezenove.

PUBLIQUE-SE, RIGISTRE-SE, CIENTIFIQUE-SE E, CUMPRA-SE

EDVALDO ALVES DOS SANTOS

Prefeito Municipal

EXTRATO DO SEXTO TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO N.º 058/2017

EXTRATO DO SEXTO TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO N. º 058/2017

LICITAÇÃO: DISPENSA N.º 03/2017

CONTRATADA: R. M. DA SILVA JUNIOR & CIA LTDA - ME

CNPJ: 10.587.479/0001-68

OBJETO DO CONTRATO: PRETAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS DE CONSULTORIA, PARA ELABORAÇÃO DE PROPOSTA DE FINANCIAMENTO PARA O PMAT – PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA E GESTÃO DOS SETORES BÁSICOS DO MUNICÍPIO DE LAMBARI D'OESTE-MT.

OBJETO DO ADITIVO: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO ORIGINAL POR MAIS 3 (TRÊS) MESES, CONTADOS A PARTIR DE 14 DE FEVEREIRO DE 2019 ATÉ 14 DE MAIO DE 2019.

FUNDAMENTO: O PRESENTE ADITIVO ENCONTRA EMBASAMENTO LEGAL NA CLÁUSULA QUARTA DO REFERIDO CONTRATO, BEM COMO NO ARTIGO 57, INCISO II DA LEI N.º 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES.

DA RATIFICAÇÃO: AS DEMAIS CLÁUSULAS DO CONTRATO EM REFERÊNCIA PERMANECEM INALTERADAS E SÃO PELO PRESENTE TERMO ADITIVO, RATIFICADAS.

PREFEITURA MUNICIPAL: LAMBARI D'OESTE, 13 DE FEVEREIRO DE 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCIARA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO N.º 006/2019

EXTRATO DE CONTRATO N.º 006/2019

PROCESSO N.º 007/2019

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 006/2019

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCIARA-MT

FORNECEDOR: KLEISA NEIRY SILVA LIMA, CPF nº: 020.652.101-41.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL ESPECIALIZADO EM SERVIÇO SOCIAL, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE LUCIARA-MT.

PRAZO: 9 (nove) MESES.

VALOR DA ARP: R$ 13.131,00 (treze mil, cento e trinta e um reais).

Comissão de Pregão da Prefeitura Municipal de Luciara-MT, em 11 de março de 2019.

VINÍCIUS SANTOS DA SILVA

Pregoeiro

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
ERRATA DE AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO N.º 009/2019 - PREGÃO PRESENCIAL N.º 008/2019

ERRATA DE AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO N.º 009/2019

PREGÃO PRESENCIAL n.º 008/2019

NO AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 008/2019,

ONDE SE LÊ:

A Prefeitura Municipal de Luciara, através do seu Pregoeiro e Equipe de Apoio, TORNA PÚBLICO aos interessados que realizará licitação na modalidade Pregão Presencial 008/2019, no dia **"18/03/2019",** às 09:00h,

LEIA-SE:

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO 009/2019

PREGÃO PRESENCIAL 008/2019

A Prefeitura Municipal de Luciara, através do seu Pregoeiro e Equipe de Apoio, TORNA PÚBLICO aos interessados que realizará licitação na modalidade Pregão Presencial 008/2019, no dia **20/03/2019**, às 09:00h, para **Registro de preço para futura e eventual aquisição de Emulsão Asfáltica, para atender a Sec. Mun. De obras e Serviços públicos**, segundo os critérios estabelecidos no Edital de Pregão Presencial 008/2019, conforme especificações e quantidades descritas no Termo de Referência. A íntegra do Edital encontra-se disponível na sede da Prefeitura Municipal de Luciara, localizada à Avenida Lúcio Pereira Luz, 450 – Centro – Luciara-MT. Maiores informações pelo telefone (66) 3528-1189 ou e-mail: pmluciara.mt@gmail.com.

Luciara-MT, em 08 de Março de 2019

_____

VINÍCIUS SANTOS DA SILVA

Pregoeiro

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO N.º 004/2019

EXTRATO DE CONTRATO N.º 004/2019

PROCESSO N.º 002/2019

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 001/2019

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCIARA-MT

CONTRATADO: ANA CLAUDIA DE MOURA BARCELOS, CPF nº: 949. 835.692-00.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL ESPECIALIZADO EM FISOTERAPIA, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE LUCIARA-MT.

PRAZO: 10 (DEZ) MESES.

VALOR DA ARP: R$ 30.000,00 (trinta mil reais).

Comissão de Pregão da Prefeitura Municipal de Luciara-MT, em 11 de março de 2019.

VINÍCIUS SANTOS DA SILVA

Pregoeiro

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO 007/2019

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 007/2019

LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL 006/2019

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

Tendo em vista o que consta dos autos do Processo de Licitação realizado na modalidade PREGÃO PRESENCIAL 006/2019 e demais resultados apresentados pelo Pregoeiro e equipe de apoio, homologo e adjudico o presente certame que teve como vencedora a senhora KLEISA NEIRY SILVA LIMA, CPF: 020.652.101-41, para todos os efeitos previstos em lei.

Gabinete do Prefeito Municipal de Luciara, Estado de Mato Grosso, 08 de março de 2019.

_____

FAUSTO AQUINO DE AZAMBUJA FILHO

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO N.º 005/2019

EXTRATO DE CONTRATO N.º 005/2019

PROCESSO N.º 004/2019

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 003/2019

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCIARA-MT

FORNECEDOR: FRANCIENE GOMES KLEINSCHMITT, CPF nº: 033. 082.651-41

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL ESPECIALIZADO EM NUTRIÇÃO, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SAÚDE E SEC. DE EDUCAÇÃO DO MUNICIPIO DE LUCIARA-MT.

PRAZO: 10 (dez) MESES.

VALOR: 31.990,00 (trinta e um mil, novecentos e noventa reais).

Comissão de Pregão da Prefeitura Municipal de Luciara-MT, em 11 de março de 2019.

VINÍCIUS SANTOS DA SILVA

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELÂNDIA

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
REAVISO DE LICITAÇÃO – TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2019

A Prefeitura Municipal de Marcelândia - MT, através de Comissão de Licitação, torna público, para conhecimento dos interessados, que do julgamento do certame Licitatório sob Modalidade Tomada de Preços nº 002/2019 para a **Contratação de empresa especializada para execução das obras de construção de passeio público em concreto simples e bloco intretravado, com ladrilho tátil, direcional e alerta e canteiros com cobertura em grama na cidade de Marcelândia/MT, conforme projeto básico, memorial descritivo, planilha orçamentária e cronograma físico financeiro em atendimento ao Convênio firmado junto ao Ministério das Cidades. Contrato de Repasse de nº 866056/2018/MCIDADES/CAIXA,** deliberou-se por julgar **DESERTO** o presente certame tendo em vista a ausência de participantes. Nesta oportunidade deliberou pela repetição do procedimento licitatório nos mesmos termos do publicado anteriormente, ficando o mesmo com data de abertura prevista para o dia **01/04/2019** as 08:00 horas (Horário de Mato Grosso) no mesmo endereço. O Edital completo está à disposição dos interessados, gratuitamente, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Marcelândia-MT, Sito a Rua Dos

Três Poderes, Nº 777, Centro e no site www.marcelandia.mt.gov.br (Ícone: Licitação)

Marcelândia/MT, 11 de março de 2019

GEISI GLAUCIA DA SILVEIRA TIRAPELLE

Presidente da CPL

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
AVISO DE JULGAMENTO DE SOLICITAÇÃO DE REEQUILIBRIO FINANCEIRO, EFETUADO PELA EMPRESA COMERCIAL MARK ATACADISTA EIRELI – ME - PREGÃO PRESENCIAL Nº 036/2018 - SRP

A Prefeitura Municipal de Marcelândia - MT, através de sua Pregoeira, torna público, para conhecimento dos interessados, que em sessão, após análise da equipe de licitação, a respeito da solicitação efetuada pela empresa COMERCIAL MARK ATACADISTA EIRELI – ME, cadastrada no CNPJ/MF sob nº 09.315.996/0001-07, referente ao PREGÃO PRESENCIAL Nº 036/2018, PROCESSO N.º 047/2018, para Registro de preços para futura e eventual aquisição de medicamentos para manutenção da Farmácia Básica e demais atividades Secretaria Municipal de Saúde de Marcelândia/MT, os membros da equipe fizeram suas considerações opinando por seguir as recomendações da Assessoria Jurídica em manter o preço do item 88 – Fluconazol 150mg, no valor unitário R$ 0,308,0 conforme preços acordados na sessão ocorrida aos 04 (quatro) dias do mês de outubro (10) do ano de dois mil e dezoito (2018), mantendo obediência ao Edital, onde são determinadas a regras da licitação com referência na Lei Federal 8.666/1993, Lei 10.520/2002, e observando também a supremacia do Estado em relação aos particulares, devendo permanecer o resultado alcançado na sessão. A Ata da Sessão completa está à disposição dos interessados, gratuitamente, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Marcelândia-MT, Sito a Rua dos Três Poderes, Nº 777, Centro e no site www.marcelandia.mt.gov.br (Ícone: Menus de Downloads – Licitações)

Marcelândia/MT, em 28 de fevereiro de 2019.

Raphaella Espíndola Benício

Pregoeira Oficial

Publique-se

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
DECRETO Nº 015-2019 ADICIONAL SUPLEMENTAR

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELANDIA
Rua dos Tres Poderes, 777, Centro, 78.535-000
Telefone: (066) 3536.3100, Fax: (066) 3536.1828
CNPJ: 03.238.987/0001-75
e-mail: marcelandia@marcelandia.mt.gov.br

DECRETO SUPLEMENTAR N° 15/2019

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Senhor , Prefeito Municipal de Marcelandia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido da Lei Municipal 991/2018, e em consonância com o lei Federal 4320/64

DECRETA

Art. 1§ - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado abrir um Credito Adicional Suplementar em favor da Prefeitura Municipal no valor de ate R$ 52.001,00 (Cinquenta e dois mil e um real).

06.002-Fundo Municipal de Saude

06.002.10.301.0013.2038.3.1.9.0.04.00.00.00|146000000 Contratacao por tempo Determinado	R$ 20.000,00
Sub-Total:	**R$ 20.000,00**

08.001-Gabinete da Secretaria

08.001.08.244.0021.2025.3.1.9.0.13.00.00.00|129000000 Obrigacoes Patronais	R$ 2.000,00
Sub-Total:	**R$ 2.000,00**

08.002-Fundo Municipal de Assistencia Social

08.002.08.244.0021.2020.3.1.9.0.11.00.00.00|100000000 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R$ 1,00
08.002.08.244.0021.2020.3.1.9.0.11.00.00.00|129000000 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R$ 30.000,00
Sub-Total:	**R$ 30.001,00**
Total Parcial Suplementado:	**R$ 52.001,00**

Artigo 2.o - Para fazer face as Suplementacoes consignadas no artigo anterior serao anuladas as Dotacoes Orcamentarias descritas abaixo, conforme artigo 43, incisos III, da Lei Federal 4.320/64:

06.002-Fundo Municipal de Saude

06.002.10.301.0013.1148.4.4.9.0.51.00.00.00|147000000 Obras e Instalacoes	R$ 24.001,00
06.002.10.301.0013.1148.4.4.9.0.51.00.00.00|102000000 Obras e Instalacoes	R$ 3.000,00
06.002.10.301.0013.1148.4.4.9.0.51.00.00.00|123000000 Obras e Instalacoes	R$ 25.000,00
Sub-Total:	**R$ 52.001,00**
Total Parcial Reduzido:	**R$ 52.001,00**

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELANDIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELANDIA
Rua dos Tres Poderes, 777, Centro, 78.535-000
Telefone: (066) 3536.3100, Fax: (066) 3536.1828
CNPJ: 03.238.987/0001-75
e-mail: marcelandia@marcelandia.mt.gov.br

DECRETO SUPLEMENTAR N° 15/2019

Art.3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Marcelandia, 01 de Fevereiro de 2019.

_____

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELANDIA

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
DECRETO Nº 022-2019 ADICIONAL SUPLEMENTAR - PREVIDÊNCIA

***DECRETO* 22/2019**

***Data 01* de Março de 2019.**

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Senhor ***Arnóbio Vieira de Andrade****, Prefeito Municipal de Marcelândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista*

o contido da Lei Municipal 991/2018, e em consonância com a lei Federal 4320/64.

DECRETA

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado abrir Crédito Adicional Suplementar em favor do Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos de Marcelândia no valor de ***R$ 10.000,00*** *(Dez mil reais).*

Fundo M. Prev. Social dos Servidores Público

10.001.09.272.0003.2063 Manut. e Encargos da Previlândia

33.90.33.00.00 Passagens e Despesas com Locomoção R$ 10.000,00

Fonte: 1.53.000000 –Recursos da Taxa de Administração

TOTAL GERAL R$ 10.000,00

Art. 2º - Para atender ao Crédito aberto no Artigo anterior, serão usadas como recursos as anulações das seguintes dotações, conforme Artigo 43, incisos III, da Lei Federal 4.320/64:

Fundo M. Prev. Social dos Servidores Público

10.001.09.272.0003.2063 Manutenção e Encargos da Previlândia

31.90.05.00.00 Outros Benefícios Temporários R$ 10.000,00

Fonte: 1.50.000000 - Recursos do Regime Próprio Previdência RPPS

TOTAL GERAL R$ 10.000,00

Art.3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua assinatura e publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito 01 de Março de 2019.

ARNÓBIO VIEIRA DE ANDRADE

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
EDITAL Nº. 003/2019 DE CONVOCAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL E TEMPORARIA.

O Exmo Senhor **Arnóbio Vieira de Andrade**, Prefeito Municipal de Marcelândia, Estado de Mato Grosso, com fundamento na Constituição Federal artigo 37 inciso IX, em conformidade com a Lei Municipal nº. 992/2018 de 11 de dezembro de 2018, somada a emergência para preenchimento de vagas temporárias na área de Saúde, TORNA PUBLICO pelo presente Edital a existência de vagas por prazo determinado conforme exigências e vagas abaixo:

Vagas	Cargo	Documentos	Carga Horária	Valor
01	Motorista	CNH categoria D	40 h/s	R$ 998,00

O candidato que tenha interesse em inscrever-se para ocupar a vaga temporária ofertada através deste Edital, deverá comparecer ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura de Marcelândia – MT, no período de 07 de março a 15 de março de 2019 no horário de funcionamento de segunda a sexta feira no período das 7:00 as 11:00 e das 13:00 as 17:00 munido dos seguintes documentos:

Documento de Identidade (original) e I (cópia); Certidão de Nascimento ou Casamento (original) e 1 (cópia); RG e CPF do cônjuge; Certidão de nascimento dos filhos (original) e 1 (cópia); Diploma de conclusão do curso relativo ao cargo concorrido, devidamente registrado (original e 1 cópia). Título de Eleitor (original) e 1 (cópia) comprovação que está quite com as obrigações eleitorais; Certificado de Reservista (original e 1 cópia) (se masculino); Carteira de trabalho, PIS ou PASEP (original) e 1 (cópia); CPF (original) e 1 (cópia) Comprovante de residência Carteira de Habilitação (motorista)	**ORIGINAL** 01 Fotos 3x4; Atestado Médico expedido pela Junta Médica Oficial; Certidão negativa da Justiça (civil e criminal) onde tenha residido nos últimos cinco anos; Declaração que responde ou não a inquérito policial e a processo administrativo disciplinar; Declaração dos Dependentes de IRRF; Declaração do exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública, em qualquer esfera de governo, da administração direta de qualquer dos Poderes; Apresentar Registro e Certidão Negativa expedida pelo Orgão de Classe conforme o caso; Declaração de bens e valores que compõe seu patrimônio. Declaração que não foi demitido com justa causa e a bem do serviço público, no período de 5 (cinco) anos, nas esferas federal, estadual e municipal.

A vaga será preenchida de acordo com a **ordem de protocolo** da documentação junto ao Departamento de Recursos Humanos, desde que atendidas as exigências e requisitos do presente, sendo que as excedentes constarão como cadastro de reserva.

O Município de Marcelândia - MT reserva-se o direito de solicitar outros documentos que julgar legal e necessário para o ato de contratação dos candidatos.

Marcelândia MT, em 07 de março de 2019.

Arnóbio Vieira de Andrade

Prefeito Municipal

Silas de Oliveira Rezende

Secretário Municipal de Saúde

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ

CÂMARA MUNICIPAL
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ESTADO DE MATO GROSSO
PODER LEGISLATIVO DE MATUPÁ - MT
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
DEZEMBRO DE 2018

ART. 102 DA LEI N.º 4.320/1964 E PORT. 634/2013 — R$ 1,00

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	Previsão Inicial (a)	Previsão Atualizada (b)	Receitas Realizadas (c)	Saldo (d) =(c-b)
Receitas Correntes (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Tributária	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Capital (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortizações de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (IV) = (I + II + III)	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito / Refinanciamento (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (VI) = (IV+V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Déficit (VII)	0,00	0,00	1.603.752,11	0,00
TOTAL (VIII) = (VI + VII)	0,00	0,00	1.603.752,11	1.603.752,11
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados Para Créditos Adicionais)	0,00	0,00	0,00	0,00
Superávit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	Dotação Inicial (e)	Dotação Atualizada (f)	Despesas Empenhadas (g)	Despesas Liquidadas (h)	Despesas Pagas (i)	Saldo da Dotação (j) = (f-g)
Despesas Correntes (IX)	1.780.000,00	1.797.360,00	1.601.112,11	1.601.112,11	1.601.112,11	196.247,89
Pessoal e Encargos Sociais	934.000,00	1.027.360,00	989.805,78	989.805,78	989.805,78	37.554,22
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	846.000,00	770.000,00	611.306,33	611.306,33	611.306,33	158.693,67
Despesas de Capital (X)	20.000,00	2.640,00	2.640,00	2.640,00	2.640,00	0,00
Investimentos	20.000,00	2.640,00	2.640,00	2.640,00	2.640,00	0,00

ESTADO DE MATO GROSSO
PODER LEGISLATIVO DE MATUPÁ - MT
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
DEZEMBRO DE 2018

ART. 102 DA LEI N.º 4.320/1964 E PORT. 634/2013 — R$ 1,00

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	Dotação Inicial (e)	Dotação Atualizada (f)	Despesas Empenhadas (g)	Despesas Liquidadas (h)	Despesas Pagas (i)	Saldo da Dotação (j) = (f-g)
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reserva de Contingência (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reserva do RPPS (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XIII) = (IX + X + XI + XII)	1.800.000,00	1.800.000,00	1.603.752,11	1.603.752,11	1.603.752,11	196.247,89
Amortização da Dívida/ Refinanciamento (XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XV) = (XIII + XIV)	1.800.000,00	1.800.000,00	1.603.752,11	1.603.752,11	1.603.752,11	196.247,89
Superávit (XVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (XVII) = (XV + XVI)	1.800.000,00	1.800.000,00	1.603.752,11	1.603.752,11	1.603.752,11	196.247,89

EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	Inscritos		Liquidados (c)	Pagos (d)	Cancelados (e)	Saldo (f) = (a+b-d-e)
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior (b)				
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS	Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo (e) = (a+b-c-d)
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior (b)			
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

ESTADO DE MATO GROSSO
PODER LEGISLATIVO DE MATUPÁ - MT
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
DEZEMBRO DE 2018

ART. 102 DA LEI N.º 4.320/1964 E PORT. 634/2013 R$ 1,00

EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS	Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo (e) = (a+b-c-d)
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior (b)			
Outras Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CÂMARA MUNICIPAL
BALANÇO PATRIMONIAL

ESTADO DE MATO GROSSO

PODER LEGISLATIVO DE MATUPÁ - MT

BALANÇO PATRIMONIAL

DEZEMBRO DE 2018

ART. 105 DA LEI N.º 4.320/1964 E PORT. 634/2013 R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual (2018)	Exercício Anterior (2017)
ATIVO		
Ativo Circulante		
Caixa e Equivalentes de Caixa	0,00	0,00
Créditos a Curto Prazo	0,00	0,00
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	0,00	0,00
Estoques	0,00	0,00
VPD Pagas Antecipadamente	0,00	0,00
Total do Ativo Circulante	0,00	0,00
Ativo Não Circulante		
Realizável a Longo Prazo	0,00	0,00
Créditos a Longo Prazo	0,00	0,00
Investimentos Temporários a Longo Prazo	0,00	0,00
Estoques	0,00	0,00
VPD pagas antecipadamente	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00
Imobilizado	152.912,84	150.272,84
Intangível	0,00	0,00
Total do Ativo Não Circulante	152.912,84	150.272,84
TOTAL DO ATIVO	152.912,84	150.272,84
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Passivo Circulante		
Obrigações Trab., Prev. e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	0,00	0,00
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	0,00	0,00
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	0,00	0,00
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	0,00	0,00
Obrigações de Repartições a Outros Entes	0,00	0,00
Provisões a Curto Prazo	0,00	0,00
Demais Obrigações a Curto Prazo	0,00	0,00
Total do Passivo Circulante	0,00	0,00
Passivo Não Circulante		
Obrigações Trab., Prev. e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo	0,00	0,00
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	0,00	0,00
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	0,00	0,00
Obrigações Fiscais a Longo Prazo	0,00	0,00
Provisões a Longo Prazo	0,00	0,00
Demais Obrigações a Longo Prazo	0,00	0,00
Resultado Diferido	0,00	0,00
Total do Passivo Não Circulante	0,00	0,00
Patrimônio Líquido		
Patrimônio Social e Capital Social	0,00	0,00
Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital	0,00	0,00
Reservas de Capital	0,00	0,00
Ajustes de Avaliação Patrimonial	0,00	0,00
Reservas de Lucros	0,00	0,00
Demais Reservas	0,00	0,00
Resultados Acumulados	152.912,84	150.272,84
(-) Ações / Cotas em Tesouraria	0,00	0,00
Total do Patrimônio Líquido	152.912,84	150.272,84
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	152.912,84	150.272,84
QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES (Lei nº 4.320/1964)	**Exercício Atual (2018)**	**Exercício Anterior (2017)**
Ativo (I)		
Ativo Financeiro	0,00	0,00
Ativo Permanente	152.912,84	150.272,84
Total do Ativo	152.912,84	150.272,84
Passivo (II)		
Passivo Financeiro	0,00	0,00
Passivo Permanente	0,00	0,00

CO359 - Centi ® Emitido em 06/03/2019 12:11

ESTADO DE MATO GROSSO

PODER LEGISLATIVO DE MATUPÁ - MT

BALANÇO PATRIMONIAL

DEZEMBRO DE 2018

ART. 105 DA LEI N.º 4.320/1964 E PORT. 634/2013 R$ 1,00

QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES (Lei nº 4.320/1964)	Exercício Atual (2018)	Exercício Anterior (2017)
Total do Passivo	0,00	0,00
Saldo Patrimonial (III) = (I – II)	152.912,84	150.272,84
QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO (Lei nº 4.320/1964)	**Exercício Atual (2018)**	**Exercício Anterior (2017)**
Atos Potenciais Ativos		
Garantias e Contragarantias recebidas	0,00	0,00
Direitos Conveniados e outros instrumentos congêneres	0,00	0,00
Direitos Contratuais	0,00	25.900,00
Outros atos potenciais ativo	0,00	0,00
Total dos Atos Potenciais Ativos	0,00	0,00
Atos Potenciais Passivos		
Garantias e Contragarantias concedidas	0,00	0,00
Obrigações conveniadas e outros instrumentos congêneres	0,00	0,00
Obrigações contratuais	0,00	0,00
Outros atos potenciais passivos	0,00	0,00
Total dos Atos Potenciais Passivos	0,00	0,00
QUADRO DO SUPERÁVIT / DÉFICIT FINANCEIRO (Lei nº 4.320/1964)	**Exercício Atual (2018)**	**Exercício Anterior (2017)**
ATIVO FINANCEIRO		
Recursos Ordinários	0,00	0,00
Total das Fontes de Recursos (ATIVO FINANCEIRO)	0,00	0,00
PASSIVO FINANCEIRO		
Recursos Ordinários	0,00	0,00
Total das Fontes de Recursos (PASSIVO FINANCEIRO)	0,00	0,00
RESULTADO		
Recursos Ordinários	0,00	0,00
Total das Fontes de Recursos (RESULTADO)	0,00	0,00

CO359 - Centi ® Emitido em 06/03/2019 12:11

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ
LEI Nº 1092, DE 08 DE MARÇO DE 2019.

AUTOR DO PROJETO DE LEI: PODER EXECUTIVO MUNICIPAL.

PROJETO DE LEI N° 968/2019.

"Dispõe sobre alterações na Lei nº 1064/2018 de 10 de julho de 2018, que Dispõe sobre as Diretrizes para a Elaboração da Lei Orçamentária de 2019 e dá outras providências".

VALTER MIOTTO FERREIRA, Prefeito Municipal de Matupá – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

FAZ SABER, que a Câmara Municipal de Vereadores Aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º O *inciso V* do artigo 11 da Lei Municipal n° 1064 de 10 de julho de 2018 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 11 .....

"V. Por meio de lei específica será estabelecido, em percentual, os limites para abertura de créditos suplementares, compreendendo neste limite os remanejamentos internos e as transposições de recursos entre unidades orçamentárias da Administração Pública Municipal.

Art. 2º Ficam suprimidos os incisos VI e VIII do artigo 11 da Lei Municipal n° 1064 de 10 de julho de 2018.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

Paço Municipal Senador Jonas Pinheiro, aos 08 dias do mês de março do ano de dois mil e dezenove.

VALTER MIOTTO FERREIRA

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

ESTADO DE MATO GROSSO

PODER LEGISLATIVO DE MATUPÁ - MT

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

DEZEMBRO DE 2018

ART. 104 DA LEI N.º 4.320/1964 E PORT. 634/2013 R$ 1,00

	Exercício Atual (2018)	Exercício Anterior (2017)
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	0,00	0,00
Impostos	0,00	0,00
Taxas	0,00	0,00
Contribuições de Melhoria	0,00	0,00
Contribuições	0,00	0,00
Contribuições Sociais	0,00	0,00
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	0,00	0,00
Contribuição de Iluminação Pública	0,00	0,00
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	0,00	0,00
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	0,00	0,00
Vendas de Mercadorias	0,00	0,00
Vendas de Produtos	0,00	0,00
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	0,00	0,00
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	0,00	0,00
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	0,00	0,00
Juros e Encargos de Mora	0,00	0,00
Variações Monetárias e Cambiais	0,00	0,00
Descontos Financeiros Obtidos	0,00	0,00
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	0,00	0,00
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas – Financeiras	0,00	0,00
Transferências e Delegações Recebidas	1.800.000,00	1.630.000,00
Transferências Intragovernamentais	1.800.000,00	1.630.000,00
Transferências Intergovernamentais	0,00	0,00
Transferências das Instituições Privadas	0,00	0,00
Transferências das Instituições Multigovernamentais	0,00	0,00
Transferências de Consórcios Públicos	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00
Execução Orçamentária Delegada de Entes	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00
Outras Transferências e Delegações Recebidas	0,00	0,00
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos	0,00	0,00
Reavaliação de Ativos	0,00	0,00
Ganhos com Alienação	0,00	0,00
Ganhos com Incorporação de Ativos	0,00	0,00
Desincorporação de Passivos	0,00	0,00
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	0,00	0,00
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	0,00	0,00
VPA a classificar	0,00	0,00
Resultado Positivo de Participações	0,00	0,00
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	0,00	0,00
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	0,00	0,00
Total das Variações Patrimoniais Aumentativas(I)	1.800.000,00	1.630.000,00
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		
Pessoal e Encargos	989.805,78	863.170,46
Remuneração a Pessoal	818.201,84	713.037,70
Encargos Patronais	171.603,94	150.132,76
Benefícios a Pessoal	0,00	0,00
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas -Pessoal e Encargos	0,00	0,00
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	0,00	0,00
Aposentadorias e Reformas	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00
Benefícios de Prestação Continuada	0,00	0,00
Benefícios Eventuais	0,00	0,00
Políticas Públicas de Transferência de Renda	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	0,00	0,00
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	611.306,33	463.557,10
Uso de Material de Consumo	31.811,59	31.517,77
Serviços	579.494,74	432.039,33

CO363 - Centi ® Emitido em 06/03/2019 12:12 Página 1 de 2

ESTADO DE MATO GROSSO

PODER LEGISLATIVO DE MATUPÁ - MT

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

DEZEMBRO DE 2018

ART. 104 DA LEI N.º 4.320/1964 E PORT. 634/2013 R$ 1,00

	Exercício Atual (2018)	Exercício Anterior (2017)
Depreciação, Amortização e Exaustão	0,00	0,00
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	0,00	0,00
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	0,00	0,00
Juros e Encargos de Mora	0,00	0,00
Variações Monetárias e Cambiais	0,00	0,00
Descontos Financeiros Concedidos	0,00	0,00
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas – Financeiras	0,00	0,00
Transferências e Delegações Concedidas	196.247,89	286.897,44
Transferências Intragovernamentais	196.247,89	125.497,44
Transferências Intergovernamentais	0,00	0,00
Transferências a Instituições Privadas	0,00	0,00
Transferências a Instituições Multigovernamentais	0,00	0,00
Transferências a Consórcios Públicos	0,00	0,00
Transferências ao Exterior	0,00	0,00
Execução Orçamentária Delegada de Entes	0,00	161.400,00
Outras Transferências e Delegações Concedidas	0,00	0,00
Desvalorização e Perdas de Ativos e Incorporação de Passivos	0,00	0,00
Redução a Valor Recuperável e Ajuste para Perdas	0,00	0,00
Perdas com Alienação	0,00	0,00
Perdas Involuntárias	0,00	128,48
ncorporação de Passivos	0,00	0,00
Desincorporação de Ativos	0,00	0,00
Tributárias	0,00	0,00
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	0,00	0,00
Contribuições	0,00	0,00
Custo das Mercadorias e Produtos Vendidos, e dos Serviços Prestados	0,00	0,00
Custos das Mercadorias Vendidas	0,00	0,00
Custos dos Produtos Vendidos	0,00	0,00
Custos dos Serviços Prestados	0,00	0,00
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	0,00	0,00
Premiações	0,00	0,00
Resultado Negativo de Participações	0,00	0,00
Incentivos	0,00	0,00
Subvenções Econômicas	0,00	0,00
Participações e Contribuições	0,00	0,00
Constituição de Provisões	0,00	0,00
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	0,00	0,00
Total das Variações Patrimoniais Diminutivas(II)	1.797.360,00	1.613.753,48
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (III) = (I – II)	2.640,00	16.246,52

Variações Patrimoniais Qualitativas (Decorrentes da Execução Orçamentária)	Exercício Atual (2018)	Exercício Anterior (2017)
Incorporação de Ativos	2.640,00	16.375,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ
LEI Nº 1094, DE 08 DE MARÇO DE 2019.

LEI Nº 1094, DE 08 DE MARÇO DE 2019.

AUTOR DO PROJETO DE LEI: PODER EXECUTIVO MUNICIPAL.

PROJETO DE LEI N° 970/2019.

“Dispõe sobre autorização legislativa para realização de remanejamento, transferência e transposição de dotações orçamentárias constantes da Lei

Orçamentária Anual – LOA do Município de Matupá-MT e dá outras providências".

VALTER MIOTTO FERREIRA, Prefeito Municipal de Matupá – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

FAZ SABER, que a Câmara Municipal de Vereadores Aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado realizar a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, dos recursos orçamentários constantes da Lei Orçamentária Anual vigente.

Parágrafo único. Fica estipulado como limite máximo o percentual estabelecido no artigo 4º, inciso I da Lei Orçamentária Anual para abertura de créditos adicionais suplementares do total da despesa fixada.

Art. 2º Para os fins desta Lei, entende-se:

I – como transposição as realocações no âmbito dos programas de trabalho dentro do mesmo órgão compreendendo os projetos e ou atividades;

II – como remanejamento as realocações com destinação de recursos de um órgão para outro;

III – como transferência as realocações de recursos entre categorias econômicas de despesas, dentro do mesmo órgão e do mesmo programa de trabalho.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

Paço Municipal Senador Jonas Pinheiro, aos 08 dias do mês de março do ano de dois mil e dezenove.

VALTER MIOTTO FERREIRA

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL
BALANÇO FINANCEIRO

ESTADO DE MATO GROSSO

PODER LEGISLATIVO DE MATUPÁ - MT

BALANÇO FINANCEIRO

DEZEMBRO DE 2018

ART. 103 DA LEI N.º 4.320/1964 E PORT. 634/2013 R$ 1,00

INGRESSOS	Exercício Atual (2018)	Exercício Anterior (2017)
Receita Orçamentária (I)	0,00	0,00
Ordinária	0,00	0,00
Vinculada	0,00	0,00
Recursos Vinculados à Educação	0,00	0,00
Recursos Vinculados à Saúde	0,00	0,00
Recursos Vinculados à Previdência Social – RPPS	0,00	0,00
Recursos Vinculados à Previdência Social – RGPS	0,00	0,00
Recursos Vinculados à Seguridade Social	0,00	0,00
Outras Destinações de Recursos	0,00	0,00
Operações de Créditos Internas	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00
Alienação de Bens - Móveis	0,00	0,00
Alienação de Bens - Imóveis	0,00	0,00
Outras Receitas Não-Primárias	0,00	0,00
Transferências Financeiras Recebidas (II)	1.800.000,00	1.630.000,00
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária	1.800.000,00	1.630.000,00
Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária	0,00	0,00
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RPPS	0,00	0,00
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RGPS	0,00	0,00
Recebimentos Extraorçamentários (III)	191.798,35	197.161,19
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	0,00	0,00
Inscrição de Restos a Pagar Processados	0,00	0,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	191.798,35	197.161,19
Outros Recebimentos Extraorçamentários	0,00	0,00
Saldo do Exercício Anterior (IV)	0,00	0,00
Caixa e Equivalentes de Caixa	0,00	0,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	0,00	0,00
TOTAL (V) = (I + II + III + IV)	1.991.798,35	1.827.161,19

DISPÊNDIOS	Exercício Atual (2018)	Exercício Anterior (2017)
Despesa Orçamentária (VI)	1.603.752,11	1.504.502,56
Ordinária	1.603.752,11	1.504.502,56
Vinculada	0,00	0,00
Recursos Vinculados à Educação	0,00	0,00
Recursos Vinculados à Saúde	0,00	0,00
Recursos Vinculados à Previdência Social – RPPS	0,00	0,00
Recursos Vinculados à Previdência Social – RGPS	0,00	0,00
Recursos Vinculados à Seguridade Social	0,00	0,00
Outras Destinações de Recursos	0,00	0,00
Operações de Créditos Internas	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00
Alienação de Bens - Móveis	0,00	0,00
Alienação de Bens - Imóveis	0,00	0,00
Outras Receitas Não-Primárias	0,00	0,00
Transferências Financeiras Concedidas (VII)	196.247,89	197.161,19
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária	196.247,89	197.161,19
Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária	0,00	0,00
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RPPS	0,00	0,00
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RGPS	0,00	0,00
Pagamentos Extraorçamentários (VIII)	191.798,35	197.161,19
Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados	0,00	0,00
Pagamentos de Restos a Pagar Processados	0,00	0,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	191.798,35	197.161,19
Outros Recebimentos Extraorçamentários	0,00	0,00
Saldo para o Exercício Seguinte (IX)	0,00	0,00
Caixa e Equivalentes de Caixa	0,00	0,00

CO364 - Centi ® Emitido em 06/03/2019 12:09

ESTADO DE MATO GROSSO
PODER LEGISLATIVO DE MATUPÁ - MT
BALANÇO FINANCEIRO
DEZEMBRO DE 2018

ART. 103 DA LEI N.º 4.320/1964 E PORT. 634/2013 R$ 1,00

DISPÊNDIOS	Exercício Atual (2018)	Exercício Anterior (2017)
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	0,00	0,00
TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)	1.991.798,35	1.827.161,19

CO364 - Centi ®

Emitido em 06/03/2019 12:09

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ
LEI Nº 1093, DE 08 DE MARÇO DE 2019.

AUTOR DO PROJETO DE LEI: PODER EXECUTIVO MUNICIPAL.

PROJETO DE LEI N° 969/2019.

"Dispõe sobre alterações na Lei nº 1088/2018 de 21 de Dezembro de 2018, que Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de Matupá, Estado de Mato Grosso, para o exercício financeiro de 2.019 e dá outras providências".

VALTER MIOTTO FERREIRA, Prefeito Municipal de Matupá – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

FAZ SABER, que a Câmara Municipal de Vereadores Aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º O inciso I do artigo 4º da Lei Municipal nº 1088 de 21 de Dezembro de 2018 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 4º .....

"I.Abrir créditos adicionais suplementares e especiais por anulação de dotação, excesso de arrecadação, superávit financeiro ou por produto de operação de crédito autorizado, atendido o disposto nos artigos 42 e incisos I, II, III e IV do § 1º do artigo 43 da Lei 4.320/64, até o limite de 30% (trinta por cento) do total da despesa fixada no Art. 11, da presente Lei".

Art. 2º Ficam suprimidos os incisos II e III do artigo 4º da Lei Municipal nº 1088 de 21 de Dezembro de 2018.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

Paço Municipal Senador Jonas Pinheiro, aos 08 dias do mês de março do ano de dois mil e dezenove.

VALTER MIOTTO FERREIRA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ
DECRETO Nº. 2910 DE 08 DE MARÇO DE 2019

"Dispõe sobre orientações básicas para prestação de contas de Convênios, Termo de Cooperação Técnica, Acordos e outros instrumentos congêneres celebrados pelo município de Matupá, e dá outras providências".

VALTER MIOTTO FERREIRA, Prefeito Municipal de Matupá - Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

D E C R E T A

Artigo 1º - Ficam instituídas as orientações básicas para prestação de contas de Convênios, Termo de Cooperação Técnica, Acordos e outros instrumentos congêneres celebrados pelo município de Matupá, conforme descrito no Anexo Único deste Decreto.

Artigo 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Senador Jonas Pinheiro, aos oito dias do mês de março do ano de dois mil e dezenove.

Registre-se

Publique-se

VALTER MIOTTO FERREIRA

Prefeito Municipal de Matupá

ANEXO ÚNICO

Orientações básicas para a Prestação de Contas de Convênios, Termo de Cooperação Técnica, Acordos e outros instrumentos congêneres celebrados pelo Município.

A elaboração da prestação de contas é sempre responsabilidade do gestor que está em exercício na data definida para sua apresentação, quer ele tenha assinado ou não o termo de convênio/termo de cooperação técnica.

Para a prestação de contas de recursos transferidos voluntariamente por intermédio de convênio/cooperação técnica, não basta ao gestor comprovar a execução do objeto pactuado, ele deve demonstrar, também, que o realizou com os recursos destinados para tal, e com obediência às normas legais aplicáveis à matéria. Essa é a essência do dever de prestar contas. Por isso, são necessárias provas documentais capazes de demonstrar a correlação entre o que foi gasto, a origem do recurso utilizado, os procedimentos adotados, a legalidade dos atos e a concretização do objeto.

1. Cuidados que se devem tomar para a correta aplicação do recurso:

1.1 A apresentação da Prestação de Contas deve ocorrer no prazo máximo de 06 meses ou outro que constar no convênio/cooperação técnica, a partir da realização do repasse financeiro;

1.2 Os recursos recebidos pelo convenente serão depositados e geridos em conta bancária específica do convênio/cooperação técnica e, enquanto não empregados na sua finalidade, serão preferencialmente aplicados:

1.2.1 Em caderneta de poupança ou fundo de aplicação financeira a curto prazo de instituição financeira, se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês.

1.3 Os recursos remanescentes e os rendimentos não aplicados devem ser restituídos ao concedente quando do fim da vigência do convênio/cooperação técnica;

1.4 Ainda que em conformidade com o objeto do convênio/cooperação técnica, é vedada a realização de despesas em data anterior à liberação dos recursos financeiros e posterior ao término do prazo de execução do Convênio/cooperação técnica;

1.5 É vedada a utilização dos recursos em finalidade diversa da estabelecida no respectivo instrumento, ainda que em caráter de emergência;

1.6 Deve-se realizar pesquisa de preços no mercado, levando-se em conta que:

1.6.1 Os orçamentos colhidos dever ser confeccionados em papel timbrado do fornecedor, com identificação clara e legível da empresa (CNPJ) e assinatura do responsável, datados da época da aquisição/contratação e com a devida descrição dos produtos e/ou serviços orçados, atribuindo-lhes o respectivo valor;

1.6.2 Comprovação da contratação da empresa que ofertou o menor custo para o fornecimento/prestação do serviço, em compatibilidade ao objeto conveniado;

1.6.3 Discriminação do objeto a ser adquirido ou do serviço a ser prestado (Quantitativo, modelo e descrição);

1.6.4 Os orçamentos visam demonstrar a razão da escolha do fornecedor e a justificativa do preço, ou seja, que a aquisição/contratação realizada foi a mais vantajosa para a Entidade;

1.7 Caberá ao gestor sucessor prestar contas dos recursos provenientes de convênios firmados pelo seu antecessor;

1.7.1 Na impossibilidade de atender ao disposto, deverá o atual gestor apresentar ao concedente justificativas que demonstrem o impedimento de prestar contas e as medidas adotadas para o resguardo do patrimônio público, sob pena de responsabilidade solidária;

1.7.2 Quando a impossibilidade de prestar contas decorrer de ação ou omissão do antecessor, o novo gestor instaurará a devida tomada de contas especial.

1.8 Não é permitida a realização de pagamentos em espécie, apenas mediante cheque nominal ao credor, transferência bancária ou outros procedimentos bancários que comprovem os pagamentos realizados.

1.9 Certidões negativas válidas da contratada (FGTS, INSS, Dívida Ativa Municipal e Trabalhista).

2. Documentos básicos que compõem a prestação de contas:

2.1 Extratos bancários que comprovem:

2.1.1 A abertura de conta específica para movimentação dos recursos do convênio/cooperação técnica;

2.1.2 As movimentações e aplicações financeiras dos recursos e os rendimentos auferidos no período contemplado pelo convênio/cooperação técnica.

2.2 Relatório Circunstanciado das atividades desenvolvidas abrangendo:

2.2.1 Cumprimento do objeto;

2.2.2 Demonstrativo da Receita e Despesa;

2.2.3 Demonstrativo de Rendimento;

2.3 Relação dos bens adquiridos, produzidos ou construídos;

2.4 Relação dos serviços prestados;

2.5 Relação de pagamentos efetuados, por ordem cronológica do extrato bancário;

2.6 Cópias das notas fiscais/faturas, com seus respectivos recibos, com identificação do número do convênio/Termo de Cooperação, com atesto de recebimento dos serviços e/ou material e guias de recolhimento de INSS, ISS e FGTS.

2.7 Cópias de cheques com a comprovação de sua compensação ou comprovantes de transferência bancária nominal à empresa prestadora dos serviços ou fornecedora de bens;

2.8 Termo de aceitação provisório e/ou definitivo da obra, quando for o caso;

2.9 Relatório fotográfico;

2.10 Quando se tratar de obra, as fotos do objeto, com data de execução, devem destacar pelo menos as seguintes imagens:

2.10.1 Parte externa e interna;

2.10.2 Fase da Construção e Conclusão;

2.10.3 Imóvel em Funcionamento, no caso de obra, e

2.10.4 O material/equipamento adquirido.

2.11 Cópia do contrato.

3. Documentos fiscais que compõem a prestação de contas:

3.1 Os comprovantes de despesa devem:

3.1.1 Ser emitidos em nome do convenente;

3.1.2 Estar dentro do prazo de validade para sua emissão;

3.1.3 Estar sem rasuras;

3.1.4 Ser emitidos dentro do prazo de vigência do convênio/termo de cooperação;

3.1.5 Estar devidamente identificado com a lei que autorizou e número do convênio/termo de cooperação, seja no corpo da nota fiscal ou com aposição de carimbo;

3.1.6 Conter especificação detalhada (quantitativo e qualitativo) dos materiais adquiridos e/ou serviços prestados;

3.1.7 Os bens especificados devem ter correlação com os mencionados no plano de trabalho aprovado;

3.1.8 Conter comprovação de quitação;

3.1.9 Conter comprovação de recolhimento de impostos, quando devido;

3.1.10 Conter a atestação do recebimento definitivo do bem e/ou serviço, com assinatura legível e data (...Certificamos que o material/serviço foi recebido/prestado em...);

3.1.11 Apresentar referência bancária: número do cheque, nº da conta, banco e assinatura do tesoureiro da entidade;

3.1.12 Estar acompanhada das certidões negativas necessárias a comprovação da regularidade fiscal da contratada.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASSOL D´OESTE

PREFEITURA DE MIRASSOL D'OESTE/RH
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 004/2019 FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO E ***ELAINE PEREIRA VAZ*****. Objeto:** Prestação de serviços inerentes às funções do cargo de ***PSICÓLOGA***, com lotação na Secretaria de Desenvolvimento Social, desempenhando as funções do cargo em substituição a servidora Silmara Luiza de Souza, que requereu rescisão de contrato. Período de: 12/02/2019 a 11/04/2019. Valor Global R$ 6.717,06. Carga horária: 40 horas semanal. Data da Assinatura: 12/02/2019.

COORDENADORIA ADMINISTRATIVA
PORTARIA

PORTARIA Nº 108 DE 11 DE MARÇO DE 2019

INSTAURA PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, NOMEIA COMISSÃO PROCESSANTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas legais atribuições, com base no Título IV e V da Lei Complementar nº 157/2016 e, considerando auditoria realizada e constatação de baixa produtividade de serviços de odontologia no ano de 2018, conforme protocolo nº 0100000343/2019, obedecendo ao princípio do contraditório e da ampla defesa;

R E S O L V E

Art. 1º - Instaurar PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, visando apurar os motivos insejadores da baixa produtividade dos serviços odontológicos realizados no ano de 2018 pelo servidor LEONARDO JOSE FERREIRA MAIS, Odontólogo, matrícula nº 4988, ensejando no descumprimento do dever funcional tipificado no artigo 92, Incisos I e III, e na proibição contida no artigo 93, Inciso XIV, podendo o servidor se apurada sua culpa ensejar na aplicação das penalidades previstas no artigo 103, Incisos I e II ou, no arquivamento do processo se comprovada a isenção de culpabilidade.

Art. 2º - Nomear para execução do ato disposto no artigo anterior, os servidores: **GESSIMAR CHARLES DE BARROS**, Matrícula/Registro nº 73/1573; **LINEJANES BARRETO VERSSALI** Matrícula/Registro nº 4540/000578 e, **ROBSON DE CASTILHO RIBEIRO**, Matrícula/Registro nº 2083/000001, para sob a presidência do primeiro, promoverem as investigações e demais diligências cabíveis.

Parágrafo Único: A comissão deverá identificar se houve suposto prejuízo cofres públicos ou aos usuários.

Art. 3º - Para cumprir suas atribuições, a comissão terá acesso a toda documentação necessária à elucidação dos fatos, bem como deverá colher depoimentos e demais provas que julgar pertinentes, adotando os procedimentos descritos na Lei Complementar nº 157/2016, inerentes ao Processo Administrativo Disciplinar,

Art. 4º - O prazo para conclusão dos trabalhos será de 30 (trinta) dias, contados da publicação da presente Portaria, podendo ser prorrogado por igual período, caso as circunstâncias exigirem.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Mirassol D Oeste, Paço Municipal Miguel Botelho de Carvalho em 11 de março de 2019.

FRANSUELO FERRAI DOS SANTOS

Prefeito em Exercício

COORDENADORIA ADMINISTRATIVA
PORTARIA

PORTARIA Nº 109 DE 11 DE MARÇO DE 2019.

EXONERA E NOMEIA EM SUBSTITUIÇÃO, MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE-CMDCA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FRANSUELO FERRAI DOS SANTOS, Prefeito em exercício do Município de Mirassol D´Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e considerando CI nº 012/SMDS/2019, solicitando a substituição de membros do CMDCA, nomeados pela Portaria nº 170/2018,

RESOLVE

Artigo 1º- Exonerar membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente-CMDCA, nomeados pela Portaria nº 170/2018, conforme segue:

I - REPRESENTANTES GOVERNAMENTAIS:

REPRESENTANTES DA SECRETARIA DE FAZENDA

SECRETARIA DE FAZENDA

TITULAR: PATRÍCIA DE CARVALHO MELQUIADES

RG: 15715400 SSP/MT - CPF: 004.623.601-56

Avenida Joaquim Cunha, 612, Res. Alto Boa Vista, Mirassol d'Oeste - MT

SUPLENTE: CLEUZA NUNES

RG: 540.283 - CPF: 395.568.591-87

RUA São Judas Tadeu, nº 1012, Cidade Tamandaré, Mirassol d'Oeste - MT

II – REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL

IGREJA CATÓLICA

SUPLENTE: GENI FERNANDES DA CUNHA LEITE

RG: 6948888 SSP/SP - CPF: 735.091.248-04

Rua Presidente Juscelino Kubsticheck nº 3115, CENTRO - MIRASSOL d´OESTE

FONE: (65)99989-0764

SOCIEDADE ESPÍRITA ALLAN KARDEC

SUPLENTE: MARRIBE S. CARDENA

RG: 12236500 SSP/MT - CPF: 700.243.161-72

Rodovia Transefônica KM 1 - Zona Rural - Mirassol d´Oeste

TELEFONE: (65) 99604-4368

CENTRO SOCIAL JOÃO PAULO II

SUPLENTE: IRMÃ JESSICA AZEVEDO SILVA

RG: 17999272 - CPF: 109158296-30

Rua João Paulo II, Nº 1371, CIDADE TAMANDARE – MIRASSOL D'OESTE – MT

TELEFONE: (65)99915-5368

Artigo 2º - Nomear em substituição ao disposto no artigo anterior, os seguintes membros:

REPRESENTANTES DA SECRETARIA DE FAZENDA

SECRETARIA DE FAZENDA

TITULAR: ANTONIO CASADO SANTIAGO

RG: 223955 SSP/MT - CPF: 177.971.011-91

Rua Antonio Martins da Costa, 759, Centro, Mirassol d'Oeste - MT

FONE: 99664-3271

SUPLENTE: ALENIZIO DE SOUZA GOMES

RG: 724814 SSP/MT - CPF: 486.963.661-15

Rua Abel José dos Santos, nº 41, Jardim Alvorada, Mirassol d'Oeste - MT

FONE: 99664-3271

II – REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL

IGREJA CATÓLICA

SUPLENTE: VICÊNCIA ADVINCULA DA SILVA

RG: 0476120-0 SSP/MT - CPF: 384.102.221-91

Rua 28 de Outubro, Centro - Mirassol d´Oeste-MT

FONE: (65)99696-1620

SOCIEDADE ESPÍRITA ALLAN KARDEC

SUPLENTE: **LETÍCIA REGINA DE OLIVEIRA MARTINS**

RG: 3610360 DGPC/GO - CPF: 783.652.011-00

Rua Maria dos Anjos Braga, 940, Centro - Mirassol d´Oeste-MT

FONE: (65) 99961-3412

CENTRO SOCIAL JOÃO PAULO II

SUPLENTE: GUINORÁ OLIVIA DE MATOS

RG: 208273 SSP/MT - CPF: 207.984.071-15

Rua Padre José de Anchieta, Cidade Tamandaré – Mirassol d' Oeste–MT

FONE: (65) 3241-2956

Artigo 3º- O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente-CMDCA, passa a vigorar com a seguinte composição:

I - REPRESENTANTES GOVERNAMENTAIS:

TITULAR: ANTONIO CASADO SANTIAGO

RG: 223955 SSP/MT - CPF: 177.971.011-91

Rua Antonio Martins da Costa, 759, Centro, Mirassol d'Oeste - MT

FONE: 99664-3271

SUPLENTE: ALENIZIO DE SOUZA GOMES

RG: 724814 SSP/MT - CPF: 486.963.661-15

Rua Abel José dos Santos, nº 41, Jardim Alvorada, Mirassol d'Oeste - MT

FONE: 99664-3271

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

TITULAR: VALÉRIA MIRANDA DE AQUINO

RG: 1887917-2 - CPF: 420.550.911-15

Rua Valdeci Agripino de Souza, Nº 1388, CIDADE TAMANDARE, MIRASSOL D'OESTE-MT

FONE: (65) 99696-8605

SUPLENTE: CLEIDE MARIA DA SILVA BATISTA

RG: 2293116-3 - CPF: 025.910.618-66

Rua João Paulo II, Nº 135, PARQUE DA SERRA - MIRASSOL D'OESTE-MT

FONE: (65) 99634-7638

REPRESENTANTES DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

TITULAR: ELIANE BARBOSA ALVES

RG:1046425-5 - CPF: 795.589.501-06

Rua Luiz Bordoni, 3801 - BAIRRO JARDIM DAS FLORES 3

SUPLENTE: JURACI CERQUEIRA COLOMBO

RG:905245-3 - CPF: 58071903191

Rua 28 de Outubro nº 2873

TITULAR: JOANA APARECIDA DE JESUS

RG: 953167 SSP/MT - CPF: 630.172.101-20

Rua Benedito Freddi, Nº 467, ALTO BOA VISTA, MIRASSOL D'OESTE - MT

SUPLENTE: FÁBIO ANGELO HORDONHO SILVEIRA

RG: 16914009-0 SSP/MT - CPF: 009.621.451-14

Rua Paulina Moreira de Mattos, Nº 817, JARDIM APARECIDA, MIRASSOL D'OESTE – MT

REPRESENTANTES DA SECRETARIA DE SAÚDE

TITULAR: MARINEZ DE CAMPOS

RG: 0529908-0 - CPF: 474.656.891-04

Rua 14 de Maio, 151, BAIRRO PORTAL DO SOL - MIRASSOL d´OESTE – MT

FONE: 99651-8307

SUPLENTE: MARCIA DE FREITAS SIPPEL SOUZA

RG: 0484587-0 SSP/MT - CPF: 393.921.631-34

RUA Miguel Botelho de Carvalho

FONE: 99609-9976

II – REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL

IGREJA EVANGÉLICA

TITULAR: PASTOR MARCOS JESUS DA SILVA

RG: 6160436 - CPF: 58071652172

RUA Paulina de Matos, nº 109, BAIRRO PARQUE MORUMB- - MIRASSOL d´OESTE

FONE: (65) 99943-3419

IGREJA CATÓLICA

SUPLENTE: VICÊNCIA ADVINCULA DA SILVA

RG: 0476120-0 SSP/MT - CPF: 384.102.221-91

Rua 28 de Outubro, Centro - Mirassol d´Oeste-MT

FONE: (65)99696-1620

APAE – MIR

TITULAR: MARIA DE FATIMA DA SILVA

RG: 252870 SSP/MT - CPF: 318.526.531-91

Rua Madalena Marques, Nº 1312, CENTRO - MIRASSOL D'OESTE-MT

FONE: (65)99932-5822

SUPLENTE: ROBERJANE MEIRE ROSA

RG: 1551626-1 SEJSP/MT - CPF: 007.960.011 – 54

Rua Maria Eliete Dias, Nº 150, INTERLAGOS, MIRASSOL D'OESTE-MT

FONE: (65) 99975-5618

APROMÚSICA

TITULAR: CLEONILDA RODRIGUES GARCIA

rg: 736325-7 - cpf: 459.619.721-00

Rua Bento Alexandre dos Santos, CENTRO, mirassol d'oeste-mt

SUPLENTE: JOÃO BATISTA PEREIRA DE MELO

RG: 11261889 - CPF: 816.243.521-20

Rua Bento Alexandre dos Santos, Nº 947, CENTRO, MIRASSOL D'OESTE – MT

SOCIEDADE ESPÍRITA ALLAN KARDEC

TITULAR: ERICA FABIANA MARCONDES

RG: 1074586-6 SSP/MT - CPF: 838.679.291-49

Rua 15 de Novembro, Nº 1666, CIDADE TAMANDARE

TELEFONE: (65)99658-3144

SUPLENTE: LETÍCIA REGINA DE OLIVEIRA MARTINS

RG: 3610360 DGPC/GO - CPF: 783.652.011-00

Rua Maria dos Anjos Braga, 940, Centro - Mirassol d´Oeste-MT

FONE: (65) 99961-3412

CENTRO SOCIAL JOÃO PAULO II

TITULAR: IRMÃ ANA CRISTINA DE PAULA

RG: 15.002.203 - CPF: 079.931.366-10

Rua João Paulo II, 1371, CIDADE TAMANDARE Mirassol D'Oeste – MT

SUPLENTE: GUINORÁ OLIVIA DE MATOS

RG: 208273 SSP/MT - CPF: 207.984.071-15

Rua Padre José de Anchieta, Cidade Tamandaré – Mirassol d' Oeste–MT

FONE: (65) 3241-2956

Artigo 4º- Permanecem inalteradas as demais disposições da Portaria nº 170/2018.

Artigo 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito em exercício, Paço Municipal "Miguel Botelho de Carvalho", em 11 de março de 2019.

FRANSUELO FERRAI DOS SANTOS

Prefeito em Exercício

COORDENADORIA ADMINISTRATIVA
LEI ORDINÁRIA

LEI Nº 1.504 DE 11 DE MARÇO DE 2019.

DISPÕE SOBRE O PROGRAMA MUNICIPAL DE APOIO E INCENTIVO A CULTURA E ESPORTE – PMAICE, DO MUNICÍPIO DE MIRASSOL D'OESTE/MT.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MIRASSOL D´OESTE, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou em sessão ordinária realizada em 07 de março do corrente ano, e EU sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica instituído o Programa Municipal de Apoio e Incentivo a Cultura e ao Esporte – PMAICE por meio de projetos de interesse público de iniciativas de Pessoas Físicas ou Pessoas Jurídicas com ou sem fins lucrativos.

§ 1º. Poderão ser custeados parcialmente pelo Município, os projetos, por meio de transferências de recursos financeiros ou de fornecimento de materiais e/ou serviços, obedecidas as disposições desta lei;

§ 2º. Para efeito desta lei, poderão ser consideradas de interesse público municipal as iniciativas que visam fomentar a Cultura e o Esporte local, que promovam a fruição e favoreçam o desenvolvimento da cidadania dos Miradolenses;

§ 3º. Entende-se por projetos culturais e esportivos a serem incentivados, os projetos elaborados por empreendedores culturais ou esportivos com base em sua iniciativa livre e independente, que visem à realização das diretrizes da política municipal de Cultura e Esporte, alimentando, ativando e potencializando circuitos culturais e esportivos em benefício da municipalidade.

Art. 2º. São abrangidas por essa Lei as seguintes áreas:

§ 1º. Culturais

I – acervo e patrimônio histórico;

II - artes plásticas, artes gráficas;

III - cinema, fotografia e vídeo;

IV – livro, leitura e literatura;

V – música e dança;

VI – teatro e circo;

VII - tradições, folclore e artesanato;

VIII – cultura científica.

§ 2º. Esportivas

I - artes Marciais;

II - atletismo;

III - basquete;

IV – ciclismo;

V – equestre;

VI - esporte de aventura;

VII - futebol de campo, futebol de quadra e futebol socyete;

VIII - handebol;

IX - modelismo;

X - motrocross;

XI – rodeio;

XII - vôlei de quadra e vôlei de areia.

Art. 3º. São condições indispensáveis à concessão de qualquer apoio pelo PMAICE, o atendimento ao disposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias e a existência de rubrica própria no Orçamento Anual para cobertura das despesas decorrentes dos projetos.

Parágrafo Único - Somente poderão ser beneficiadas com o apoio do PMAICE, as Pessoas Físicas e Jurídicas que estiverem legalmente constituídas e habilitadas, bem como, que estejam adimplentes com suas obrigações para com a União, o Estado e o Município.

Art. 4º. A Secretaria Municipal de Educação, Esporte, Lazer e Cultura publicará edital no início de cada ano, visando o credenciamento e seleção de Projetos Culturais e Esportivos idealizados por produtores Independentes.

Parágrafo único - Para concorrer ao incentivo do PMAICE, o empreendedor deverá apresentar projeto à Secretaria Municipal de Educação, Esporte, Lazer e Cultura, dentro do calendário e regras definidos em edital e mediante formulário específico elaborados pela Secretaria Municipal de Educação, Esporte, Lazer e Cultura.

Art. 5º. Os Projetos Culturais serão avaliados e selecionados pelo Conselho Municipal de Cultura;

Parágrafo Único - Para os projetos esportivos deverá ser formada Comissão Técnica de Avaliação e Seleção dos Projetos Esportivos.

Art. 6º. Os membros do Conselho Municipal de Cultura e a comissão referida no artigo anterior são vedados a participação no PMAICE como proponentes de projetos durante a vigência de seu mandato.

Art. 7º. Para avaliação dos Projetos o Conselho e a Comissão deverá pautar-se nos seguintes requisitos:

I - aspecto orçamentário do projeto, pela relação custo-benefício;

II - retorno de interesse público;

III - clareza e coerência nos objetivos;

IV - criatividade;

V - importância para o Município;

VI - descentralização cultural e esportiva;

VII - universalização e democratização do acesso aos bens culturais e esportivos;

VIII - enriquecimento de referências estéticas;

IX - princípio de equidade entre as diversas áreas culturais e esportivas possíveis de serem incentivadas;

X - princípio da não concentração por proponente; e

XI - capacidade executiva do proponente, a ser aferida na análise de seu currículo.

Art. 8º. Na apresentação de projeto, fica o proponente obrigado a apresentar ao Município contrapartida social na forma do objeto do projeto destinado a universalizar o acesso à cultura ou esporte.

§1º. Os proponentes dos projetos ficam livres para planejar sua contrapartida social dentro de várias possibilidades a serem arroladas em edital pela Secretaria Municipal de Educação, Esporte, Lazer e Cultura;

§ 2º. A contrapartida social é um mecanismo universalizador do acesso ao produto cultural ou esportivo e está vinculada ao objeto do projeto apresentado pelo proponente.

Art. 9º. São fontes de recursos para o PMAICE:

I - dotação orçamentária de recursos próprios do Município;

II - doações, contribuições em dinheiro, valores, bens móveis e imóveis que venha a receber de pessoas físicas ou jurídicas ou de organismos públicos e privados, nacionais e internacionais;

III - transferências da União e do Estado, e de suas respectivas autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações;

IV - outras receitas eventuais que, por sua natureza possam ser destinadas ao Programa.

Art. 10º. Os proponentes selecionados ficam obrigados a demonstrar a boa e regular aplicação dos materiais e/ou serviços, mediante detalhada prestação de contas e comprovação da execução do objeto, dentro do prazo de até 30 (trinta) dias, a contar do fim da vigência do contrato.

Art. 11. Em caso de descumprimento de quaisquer dos itens pactuados e/ou não os apresentar conforme as características estabelecidas, o proponente do projeto selecionado deverá devolver ao erário municipal os recursos financeiros auferido ou ainda a devolução correspondentes a prestação do serviço ou material fornecidos, atualizados na forma prevista na legislação vigente e em conformidade com o determinado no Art. 64, §1º da Lei Federal no 13.019/2014.

Art. 12. O descumprimento da obrigação de prestar contas ensejará a inadimplência do convenente e a instauração de Tomada de Contas Especial.

Parágrafo único - As regras normatizadoras mencionadas no presente artigo bem como a forma de aplicação das sanções serão definidas na regulamentação da presente lei.

Art. 13. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a incluir na Lei Orçamentária Anual (Lei nº 1493/2018) do Exercício de 2019, rubricas e dotações orçamentárias necessárias para o cumprimento do objeto proposto na presente Lei, através de anulação.

Art. 14. Para os exercícios vindouros e executivo municipal efetuará as alterações e inclusões de projetos e dotações necessárias nos prazos definidos nas peças de planejamento orçamentário (PPA,LDO e LOA)

Art. 15. O Executivo regulamentará esta lei no prazo de trinta dias a contar de sua vigência.

Art. 16. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Gabinete do Prefeito do Município de Mirassol d´Oeste, Paço Municipal, em 11 de março de 2019.

Fransuelo Ferrai dos Santos

Prefeito em Exercício

LICITAÇÃO
EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASSOL D´OESTE

6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 017/2016, firmado entre o Município e a empresa C. M. CAMPOS DE ALMEIDA E CIA LTDA-ME. OBJETO: Aditamento de prazo do contrato original e ratificação das demais Cláusulas. VIGÊNCIA: 31 de Dezembro de 2019. DATA DA ASSINATURA: 22/02/2019. Euclides da Silva Paixão. Prefeito.

COORDENADORIA ADMINISTRATIVA
LEI ORDINÁRIA

LEI Nº 1.503 DE 11 DE MARÇO DE 2019.

ALTERA A LEI Nº 1.350, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2016, QUE DISPÕE SOBRE AS VAGAS DE ESTACIONAMENTO E CRIAÇÃO DE CREDENCIAIS DE ESTACIONAMENTO EM VAGA ESPECIAL DESTINADAS EXCLUSIVAMENTE A VEÍCULOS QUE TRANSPORTEM IDOSOS E PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E/OU MOBILIDADE REDUZIDA NO MUNICÍPIO DE MIRASSOL D'OESTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FRANSUELO FERRAI DOS SANTOS, Prefeito em Exercício do Município de Mirassol D´Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas legais atribuições, respaldadas pelo art. 61 da Lei Orgânica do Município;

FAZ SABER que o Plenário das Deliberações da Câmara Municipal de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, **APROVOU** em Sessão Ordinária realizada no dia 07 de março de 2019 e ele **SANCIONA** a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica alterada a redação do art. 7º da Lei nº 1.350, de 15 de fevereiro de 2016, passando a vigorar com a seguinte redação:

"Artigo 7º - A Credencial de estacionamento em vaga especial será gratuita; e terá validade de 04 (quatro) anos, sendo emitida pela Autoridade de Trânsito Municipal para identificar o beneficiário de vagas de estacionamento especial."

Artigo 2º - Fica alterada a redação do art. 8º da Lei nº 1.350, de 15 de fevereiro de 2016, passando a vigorar com a seguinte redação:

"Artigo 8º - A Credencial de estacionamento em vaga especial será emitida utilizando-se dos modelos previstos no Anexo II das Resoluções 303 e 304/2008 do CONTRAN, com dimensões de 14 centímetros de largura por 20 centímetros de altura, conforme o caso, a fim de uniformizar os procedimentos de fiscalização em todo o território nacional."

Artigo 3º - Permanecem inalteradas as demais disposições da Lei nº 1. 350, de 15 de fevereiro de 2016, ficando autorizada a sua reedição com as alterações de que tratam esta Lei.

Artigo 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, Sede Provisória do Paço Municipal, em 11 de março de 2019.

FRANSUELO FERRAI DOS SANTOS

Prefeito em Exercício

PREFEITURA DE MIRASSOL D'OESTE/RH
TERMO ADITIVO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PESSOAL POR PRAZO DETERMINADO Nº 018/2018

PRIMEIRO TERMO ADITIVO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE MIRASSOL D'OESTE e ***ROBERTA TELLES RODRIGUES MICHALSKI,*** com permissivo constitucional (artigo 37, inciso X) e a teor do disposto na LC n. 157/2016, LC nº 087/2009 e alterações e Lei autorizativa nº 1397 de 21 de dezembro de 2016.

Pelo presente instrumento, o Município de Mirassol D'Oeste - MT, representado pelo Prefeito Municipal Sr. **EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO**, portador do RG 579262 SSP/MT e CPF 415.991.521-34, a seguir denominado **CONTRATANTE** e a Sra**. *ROBERTA TELLES RODRIGUES MICHALSKI*** brasileira, casada, residente e domiciliada nesta Cidade de Mirassol D'Oeste - MT, portadora do RG 409019-9 SESPDC/SC e CPF 004.784. 679-82, resolvem celebrar o Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de Pessoal Por Prazo Determinado nº 018/2018, contratada para o cargo de **MONITOR DE CULTURA,** considerando a necessidade da continuidade da Prestação de Serviços na Secretaria de Desenvolvimento Social, tendo em vista que um novo processo seletivo para preenchimento da vaga ainda não foi realizado, e, conforme condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: **Do Objeto**

O presente termo aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de que trata a cláusula Sexta do Contrato temporário de Prestação de Serviços de Pessoal Por Prazo Determinado, firmado em 29 de Janeiro de 2018.

CLÁUSULA SEGUNDA: Da Prorrogação

Fica prorrogado até ***31/03/2019*** o prazo de que trata a cláusula sexta do contrato nº 018/2018.

CLÁUSULA TERCEIRA: Da Ratificação

Continuam em pleno vigor, as demais cláusulas e condições do Contrato de Prestação de Serviços de Pessoal Por Prazo Determinado que não conflitarem com o presente instrumento.

E por estarem ambas as partes de pleno acordo, assinam o presente, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas (02) testemunhas.

Mirassol D'Oeste, 24 de Janeiro de 2019.

EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO FABIO ANGELO H. L. SILVEIRA

Prefeito Municipal Secretario de Desenvolvimento Social

ROBERTA TELLES RODRIGUES MICHALSKI

Contratado

Testemunhas:

ALCILENA C. QUEIROZ BOTELHO

RG: 375911 SSP/MT

CPF 303.820.681-49

RODRIGO DONIZETE TERRADAS

RG: 1982516-1 SSP/MT

CPF: 024.713.901-70

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 133/2019

PORTARIA Nº. 133/2019

Dispõe sobre a concessão de Licença Prêmio por Assiduidade a servidora ***Jandira Frediana de Souza,*** *e dá outras providências.*

O Prefeito do Município de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferida pela Lei Orgânica Municipal,

Considerando a necessidade de garantir o cumprimento do disposto na Lei Municipal nº. 1.297/2013.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Licença Prêmio Por Assiduidade a servidora *Jandira Frediana de Souza,* portadora do RG nº. 707.708, inscrita no CPF nº. 561.966.871-15, pelo período de 03 (três) meses, a contar do dia 07/03/2019 a 04/06/2019, referente ao período aquisitivo dos anos de 2013 a 2018.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, surtindo seus efeitos ao dia 07/03/2019, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 06 de março de 2019.

Leocir Hanel

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 39/2019

Pelo presente instrumento particular, na sede da Prefeitura Municipal de Nobres, de um lado o MUNICIPIO DE NOBRES / MT, inscrita no CNPJ/MF sob nº 03.424.272/0001-07, neste ato representados pelo Prefeito Municipal, Sr. **LEOCIR HANEL**, brasileiro, casado, Agente Político, residente e domiciliado nesta cidade de Nobres – MT, inscrito no RG sob o n.º 740.239 SSP/PR e CPF n.º 159.026.509-25 e do outro lado a empresa **PANTANAL MOVEIS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA ME,** CNPJ N° 25.306.981/0001-20, , e Inscrição Estadual n.º 136444733, estabelecida a Av. Nestor de Lara Pinto, n.º 260, bairro Jd. Das Palmeiras, cidade de Cuiabá - MT, cep: 78.080-200, fone: 65-3661-5555, email: moveispantanal@gmail.com, neste ato representada pelo Sr. Boris Martins Dianez, portador do CPF n° 209.098.881-91, doravante denominada “PROMITENTE FORNECEDORA”, nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520/2002, Decretos Municipais nº 03/2006 e 12/2010, e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do PREGÃO PRESENCIAL SRP nº 008/2019, para REGISTRO DE PREÇOS, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e 10.520/02, e suas alterações posteriores e as condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO

1.1. Através da presente ata ficam registrados os seguintes preços, cujo objeto é Registro De Preços Para Futura E Eventual ***Contratação De Empresa Para Confecção De Moveis Planejados Para Atender A Diversas Secretarias Municipais De Nobres – MT*****,através da Prefeitura Municipal de Nobres - MT, no termo de referência (anexo I), para atender as necessidades desta municipalidade, conforme** do Edital de PREGÃO PRESENCIAL SRP nº 008/2019, para Registro de Preços.

1.2. Os produtos/serviços deverão ser entregues no município de Nobres - MT.

1.3. A presente Ata de Registro de Preços tem o valor registrado por **ITEM** conforme segue:

Código	Descrição	Medida	Quant.	Valor Unitário do M²	Valor Total M²
122969	CONFECCAO MOVEL PLANEJADO FECHADO COM OPCAO DE DUAS CORES PROFUND DE 40 A 60 CENT ESTRUT 100% MDF TAMPO SUPERIOR MINIMO 25 MM OU DE ACORDO COM OS PADROES ESPECIFICADOS NO PROJETO E LATERAIS PORTAS EM MDF 18 MM FUNDO MDF 18 MM COM FUNDO EM MDF	M²	1535	R$ 716,00	R$ 1.099.060,00

O valor Global desta Ata de RP é de R$ 1.099.060,00 (Um milhão, noventa e nove mil e sessenta reais).

CLÁUSULA SEGUNDA

DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de até 1 ano.

2.2. Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Nobres, não será obrigado a aquisição, exclusivamente por seu intermédio, os materiais referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3. Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital do PREGÃO PRESENCIAL SRP nº 008/2019, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

CLÁUSULA TERCEIRA

DO PAGAMENTO

3.1. Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias a partir da entrega dos itens e da Nota Fiscal, devidamente atestada em seu verso o recebimento dos produtos, conforme Autorização de Fornecimento e especificações do Edital.

3.2. A nota fiscal somente será liberada quando o cumprimento do Empenho estiver em total conformidade com as especificações exigidas pela Prefeitura Municipal de Nobres - MT

3.3. Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

3.4. As notas fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país.

3.5. O CNPJ da detentora da Ata constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

3.6. Nenhum pagamento será efetuado a detentora da Ata enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA QUARTA

DA VIGÊNCIA E DOS PRAZOS DE FORNECIMENTO

4.1. **O prazo de fornecimento dos produtos/serviços** será de 10 (dez) dias uteis**,** e entregues mediante requisição emitida pela Prefeitura Municipal de Nobres/MT – Setor de Compras. A entrega e a montagem deverá ser feita no setor solicitante até o esgotamento total dos produtos.

4.2 Os bens serão recebidos: Provisoriamente, a partir da entrega, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes do edital e da proposta.

4.3 Definitivamente, após a verificação da conformidade com as especificações constantes do edital e da proposta, e sua consequente aceitação, que se dará até 15 dias do recebimento provisório.

4.4 Após a troca constatar novamente que os materiais são de inferior qualidade conforme descrito no sub-item letras a e b, a empresa fica a cargo conforme item mencionado e sofrera sanções segundo a legislação federal que rege a matéria concernente às licitações e contratos administrativos.

4.3 Caso o objeto não esteja de acordo com as especificações exigidas, a Comissão não o aceitará e lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade superior, sob pena de responsabilidade.

4.4. Na hipótese da não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pelo fornecedor no prazo de três (3) dias contados da notificação da não aceitação, para reposição no prazo máximo de três (3) dias.

4.5. Os produtos/serviços não aceitos ficarão a disposição do fornecedor, que no prazo de três (3) dias contados da notificação da não aceitação deverá retirar os mesmos, sob pena de a partir do quarto dia pagar custas com estocagem/depósito.

4.6. A Secretaria terá o prazo máximo de três (3) dias úteis para processar a conferência do que foi entregue, lavrando o Termo de Recebimento Definitivo ou notificando a detentora da ata para substituição do objeto entregue em desacordo com as especificações.

4.7. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da detentora da ata pela perfeita execução do empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do empenho, se a qualquer tempo forem verificados vícios, defeitos ou incorreções.

CLÁUSULA QUINTA

DAS OBRIGAÇÕES

5.1. Da Prefeitura Municipal de Nobres:

5.1.1. Atestar devido recebimento no Verso da Nota Fiscal quanto os produtos estiverem sido verificados e conferidos, não excluindo-se a hipótese do item 4.5 da presente Ata.

5.1.2. Terá o prazo máximo de 03 (três) dias úteis para notificar a detentora da ata para substituição do objeto entregue em desacordo com as especificações.

5.1.3. Aplicar à detentora da Ata penalidades, quando for o caso;

5.1.4. Prestar à detentora da Ata toda e qualquer informação, por estas solicitadas, necessárias à perfeita execução da nota de empenho;

5.1.5. Efetuar o pagamento à detentora da Ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal, devidamente atestada, no setor competente;

5.1.6. Notificar, por escrito, à detentora da Ata da aplicação de qualquer sanção.

5.2. Da Detentora da Ata:

5.2.1. Fornecer o objeto nas especificações e com a qualidade exigida;

5.2.2. Pagar todos os tributos, despesas, frete de transporte e todo e quaisquer custos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos fornecidos;

5.2.3. Manter, durante a validade da Ata, as mesmas condições de habilitação;

5.2.4. Aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado;

5.2.5. Fornecer o objeto, no preço, prazo e forma estipulada na proposta.

CLÁUSULA SEXTA

DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

6.1. Os contratos de aquisição decorrentes da presente Ata de Registro de Preços serão formalizados pela retirada da nota de empenho pela detentora.

6.2. A detentora da presente Ata de Registro de Preços será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrentes estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

6.3. Toda aquisição deverá ser efetuada mediante solicitação da unidade requisitante.

6.4. A empresa fornecedora, quando do recebimento da solicitação, deverá colocar, na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.

CLÁUSULA SÉTIMA

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

7.1 As despesas decorrentes das contratações objeto desta Licitação, correrão à conta do

Secr. Mun. De Administração.....61 03.001.04.122.0004.2010.3.3.90.39.00.00.00

Secr. Mun. De Finanças.....92 04.001.04.122.0005.2017.3...90.39.00.00.00

Secr. Mun. De Educação.....116 05.001.12.316.0013.2063.3.3.90.39.00.00.00

Secr. Mun. De Educação.....145 05.002.12.365.0013.2029.3.3.90.39.00.00.00

Secr. Mun. De Educação.....153 05.002.12.365.0013.2035.3.3.90.39.00.00.00

Secre. Mun de Fiscalização.....404 10.001.04.129.0017.2058.3.3.90.39.00.00.00

Secre. Mun de Saúde 228 06.002.10.301.0029.2081.3.3.90.39.00.00.00

Secre. Mun de Saúde 208 06.001.10.301.0030.2080.3.3.90.39.00.00.00

Secr. Mun. De Ass. Social.....269 07.001.08.244.0025.2070.3.3.90.39.00.00.00

Secr. Mun. De Ass. Social.....291 07.002.08.244.0025.2076.3.3.90.39.00.00.00

Secr. Mun. De Ass. Social.....283 07.002.08.244.0025.2069.3.3.90.39.00.00.00

Secr. Mun. De Ass. Social.....306 07.003.08.243.0025.2074.33.90.39.00.00.00

Secr. Mun. De Ass. Social.....315 07.004.08.241.0025.2072.3.3.90.39.00.00.00

Secr. Mun. De Infraestrutura.....347 09.001.20.122.0024.2032.3.3.90.39.00.00.00

Secr. Mun. De Governo.....455 12.001.04.122.0006.2021.3.3.90.39.00.00.00

Procuradoria geral do Municipal.....463 13.001.04.122.0007.2022.3.3.90.39.00.00.00

Secr. Mun. De Turismo e Cultura.....429 11.001.23.695.0015.2046.3.3.90.39.00.00.00

Secr. Mun. Agricultura e Mineração.....368 09.001.20.122.0024.2032.3.3.90.39.00.00.00

CLÁUSULA OITAVA

DAS PENALIDADES

8.1. Os casos de inexecução total ou parcial, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado e inadimplemento de cada ajuste representado pela nota de empenho, sujeitará a detentora da Ata às penalidades previstas no artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93, das quais destacam-se:

a) Advertência;

b) Multa de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso na entrega do objeto, até o 30º (trigésimo) dia, calculados sobre o valor do contrato;

c) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o saldo do Contrato, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias na execução do objeto, com a conseqüente rescisão contratual;

d) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato, no caso da EMPRESA, injustificadamente, desistir do Contrato ou der causa à sua rescisão, bem como nos demais casos de inadimplemento contratual;

e) Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o Município, no prazo de até 2 (dois) anos;

f) Declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública, até que seja promovida a reabilitação, facultado ao contratado o pedido de reconsideração da decisão da autoridade competente, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vistas ao processo.

8.2. Os valores das multas aplicadas previstas nos subitens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração.

8.3. Da aplicação das penas definidas nas alíneas "a" à "f", do item 8.1, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação, o qual deverá ser apresentado no mesmo local.

8.4. O recurso ou o pedido de reconsideração relativa às penalidades acima dispostas será dirigido ao Secretário da unidade requisitante, o qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

CLÁUSULA NONA

DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

9.1. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços;

9.1.1. Considera-se Preço registrado aquele atribuído aos materiais/produtos, incluindo todas as despesas e custos até a entrega no local indicado, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), transporte, embalagens, seguros, mão-de-obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.

9.2. O preço poderá variar para cima ou para baixo conforme o valor de cada objeto/item a ser fornecido tendo como base a desequilíbrio econômica financeira, se aceito pelo município.

9.3. O Órgão Gerenciador poderá revisar os preços praticados nesta Ata, a qualquer tempo.

9.4. O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de dez dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.

9.5. No caso de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente estabelecido, o Órgão Gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

9.6. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o Órgão Gerenciador notificará o fornecedor com o primeiro menor preço registrado para o item visando a negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.

9.7. Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, o Órgão Gerenciador desonerará o fornecedor em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis.

9.8. Simultaneamente procederá a convocação dos demais fornecedores, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.

9.9. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do serviço ou fornecimento e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido;

9.10. Preliminarmente o Órgão Gerenciador convocará todos os fornecedores no sentido de estabelecer negociação visando a manutenção dos preços originariamente registrados, dando-se preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

9.11. Não havendo êxito nas negociações para definição de novo preço ou as licitantes não aceitarem o preço máximo a ser pago pela Administração, o Órgão Gerenciador revogará a Ata de Registro de Preços, liberando os fornecedores dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidade.

9.12. Definido o preço máximo a ser pago pela Administração, o novo preço deverá ser consignado através de apostilamento na Ata de Registro de Preços, ao qual estarão as empresas vinculadas.

9.13. Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item, poderá o Gestor da Ata proceder à nova licitação para a aquisição do produto, sem que caiba direito de recurso.

CLÁUSULA DÉCIMA

DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. A presente ata poderá ser cancelada pelo MUNICÍPIO, de comum acordo, sem ônus, que deverá ser feito mediante notificação extrajudicial com antecedência mínima de trinta dias, no caso de descumprimento de quaisquer das cláusulas do presente contrato pelo “PROMITENTE FORNECEDOR”, sendo reconhecido o direito de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei Federal n.º 8.666/93 e ainda, unilateralmente pelo MUNICÍPIO.

10.2. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do Gestor da Ata quando:

10.2.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata;

10.2.2. A detentora não retirar qualquer nota de empenho, no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

10.2.3. A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério do MUNICÍPIO; observada a legislação em vigor;

10.2.4. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pelo MUNICÍPIO, com observância das disposições legais;

10.2.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e a detentora não acatar a revisão dos mesmos;

10.2.6. Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

10.3. A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação em Órgão Oficial do Município, por uma (1) vez, considerando-se cancelado o preço e registrado a partir da última publicação.

10.4. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo do MUNICÍPIO, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

10.4.1. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de trinta dias, facultada á Administração a aplicação das penas previstas na cláusula sétima, caso não aceitas as razões do pedido.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

11.1. A aquisição dos itens objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, em cada caso, pelo ordenador de despesa correspondente, sendo obrigatório informar ao Departamento de Compras do Município, os quantitativos das aquisições.

11.1.1. A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

DAS COMUNICAÇÕES

12.1. As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas sempre por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

VINCULAÇÃO AO EDITAL

13.1. Farão parte da presente ata, além de suas expressas cláusulas, independentemente de transcrição no corpo do presente, as instruções contidas no Edital de Pregão Presencial SRP nº. 008/2019, bem como os documentos a ele referentes, além da proposta apresentada pela PROMITENTE FORNECEDORA, no certame licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. Integram esta Ata, o edital do PREGÃO PRESENCIAL SRP nº 008/2019 a proposta da empresa **PANTANAL MÓVEIS E IND. E COM. LTDA – ME,** classificada em PROMITENTE FORNECEDORA no certame supranumerado.

14.2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 e 10.520/02, Decreto Municipal n° 12/2010, no que não colidir com a primeira e as demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

DO FORO

15.1. As partes elegem o foro da Comarca Nobres/ MT, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta Ata com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

Nobres/MT, 08 de Março de 2019.

_____

LEOCIR HANEL

Prefeito Municipal

_____

PANTANAL MOVEIS INDUSTRIA E

COMERCIO LTDA ME,

CNPJ N° 25.306.981/0001-20

Sr. Boris Martins Dianez

CPF n° 209.098.881-91

Testemunhas:

Assinatura_____Assinatura:_____

Nome Nome:

CPF nº CPF nº:

RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO N° 41/2019

brasão de nobres

Contrato de Trabalho por Prazo Determinado que firmam, de um lado o município de Nobres-MT, com sede Administrativa nesta cidade, sita a Rua J s/n, bairro Jardim Paraná, inscrito no CNPJ/MF 03.424.272/0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. **LEOCIR HANEL,** de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado o (a) Sr. (a) **LAIZA CRISTINA DE ALMEIDA FIGUEIREDO PEREIRA**, brasileiro (a), portador (a) do **RG n.° 1.949.299-5 SSP/MT** e do **CPF n.° 023.415.151-00**, a seguir chamado de CONTRATADOna forma e mediante as cláusulas abaixo:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O contrato tem por objeto a execução de serviços temporários, regido pela Lei 1197/2011 de 21 de setembro de 2011, que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais da Educação Básica do Município de Nobres/MT, Art. 45, pelo Edital de Seleção nº. 01/2016/17SEMEC pela Portaria n°. 02/2016/17SEMEC de 18/11/2016, e pela Portaria de homologação n° 127/2017 de 17/02/2017, na função de **Tec. em Desenvolvimento Infantil Não Profissionalizado**, por essencial necessidade de caráter publico.

1.2 Os serviços serão prestados junto a Secretaria de Educação desenvolvendo atividades da área, e demais tarefas correlatas;

1.3 Os trabalhos serão desenvolvidos em estrita observância as clausulas deste Contrato, principalmente no tocante as obrigações do CONTRATADO.

CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E RESCISOES DO CONTRATO

2.1 O prazo do presente contrato é de **10 (Dez) meses e 01 (Um) dias,** contados dos dias **18/02/2019** estendendo-se até **20/12/2019.**

2.2 O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por acordo entre as partes, ou unilateralmente pelo CONTRATANTE no caso do CONTRATADO deixar de cumprir qualquer uma das suas cláusulas, devendo prevalecer em todos os casos o interesse público.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA REMUNERAÇÃO

3.1 A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de **R$ 1.577,45 (Hum Mil Quinhentos e Setenta e Sete Reais e Quarenta e Cinco Centavos** mensais**.**

3.2 O pagamento será efetuado na mesma época dos demais servidores da Prefeitura.

3.3 O CONTRATO fará jus à percepção de 13 ° salário e salário família, observando o disposto na Lei n° 992/06 Art. N° 124 – I, II de 20 de abril de 2006.

3.4 aplica-se a este contrato o Art. 11 da Lei Municipal n° 1.148/2009.

CLAUSULA QUARTA – DA JORNADA DE TRABALHO

4.1 A jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de **30 horas** semanais**.**

4.2 Os serviços deverão ser prestados nos horários estabelecidos em cada Secretaria, conforme a função.

CLAUSULA QUINTA – DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO

5.1 A CONTRATANTE de vera efetuar sobre a remuneração do CONTRATADO todos os descontos previstos em lei a favor da Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATO

6.1 São obrigações do CONTRATADO para execução do presente contrato:

brasão de nobres

6.1.1 Cumprir assiduamente a sua jornada de trabalho;

6.1.2 Realizar com presteza e dedicação o atendimento aos cidadãos que a si se dirigirem, apresentando-se sempre de forma respeitosa e em trajes adequados ao serviço;

6.1.3 Comunicar com antecedência ao Secretario a falta ao trabalho com justificativa fundamentada;

6.1.4 Comunicar ao Secretario qualquer ocorrência ou incidência que possa comprometer a administração pública;

6.1.5 Responsabilizar-se pelos erros ou falhas que porventura vierem a ocorrer na execução dos seus serviços por sua exclusiva culpa;

6.1.6 Seguir as orientações emanadas da CONTRATANTE por intermédio do Secretario;

6.1.7 Propor sugestões para melhoria das ações desenvolvidas na sua área de trabalho;

6.1.8 Comunicar ao CONTRATANTE a pratica de atos que contrariem a ética profissional nos procedimentos realizados pela Administração Pública.

CLAUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1 Fica eleito o foro da comarca do Município de **Nobres – MT**, para dirimir quaisquer duvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das clausulas, firmam o Contrato de Trabalho em 02 (duas) vias de igual teor que serão assinadas pelas partes.

Nobres, 18 de Fevereiro de 2019

_____

_____

LEOCIR HANEL LAIZA CRISTINA DE ALMEIDA FIGUEIREDO PEREIRA

Testemunhas:

_____

_____

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 132/2019

PORTARIA Nº. 132/2019

Dispõe sobre a concessão de Licença Prêmio por Assiduidade a servidora ***Regina Célia dos Anjos,*** *e dá outras providências.*

O Prefeito do Município de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferida pela Lei Orgânica Municipal,

Considerando a necessidade de garantir o cumprimento do disposto na Lei Municipal nº. 1.297/2013.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Licença Prêmio Por Assiduidade a servidora *Regina Célia dos Anjos,* portadora do RG nº. 1584572-9, inscrita no CPF nº. 006.589.801-06, pelo período de 03 (três) meses, a contar do dia 07/03/2019 a 04/06/2019, referente ao período aquisitivo dos anos de 2013 a 2018.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, surtindo seus efeitos ao dia 07/03/2019, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 06 de março de 2019.

Leocir Hanel

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 38/2019

Pelo presente instrumento particular, na sede da Prefeitura Municipal de Nobres, de um lado o MUNICIPIO DE NOBRES / MT, inscrita no CNPJ/MF sob nº 03.424.272/0001-07, neste ato representados pelo Prefeito Municipal, Sr. **LEOCIR HANEL**, brasileiro, casado, Agente Político, residente e domiciliado nesta cidade de Nobres – MT, inscrito no RG sob o n.º 740.239 SSP/PR e CPF n.º 159.026.509-25 e do outro lado a empresa **NACIONAL MOVEIS E EQUIPAMENTOS LTDA ME** inscrita no CNPJ sob o n.º 19.165.753.0001.85, e Inscrição Estadual n.º 135509670, estabelecida a Rua Teixeirinha, s/n.º, bairro Jd. Costa Verde, cidade de Várzea Grande - MT, cep: 78.128-222, fone: 65-3028-7074, email: nacionalmoveisplanejados@gmail.com, neste ato representada pela Sra. Thais Araújo Macedo, portadora do CIRG n.º 21549664 SESP/MT e CPF n.º 035.360.621-99, doravante denominada "PROMITENTE FORNECEDORA", nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520/2002, Decretos Municipais nº 03/2006 e 12/2010, e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do PREGÃO PRESENCIAL SRP nº 008/2019, para REGISTRO DE PREÇOS, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e 10.520/02, e suas alterações posteriores e as condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO

1.1. Através da presente ata ficam registrados os seguintes preços, cujo objeto é Registro De Preços Para Futura E Eventual ***Contratação De Empresa Para Confecção De Moveis Planejados Para Atender A Diversas Secretarias Municipais De Nobres – MT*****,através da Prefeitura Municipal de Nobres - MT, no termo de referência (anexo I), para atender as necessidades desta municipalidade, conforme** do Edital de PREGÃO PRESENCIAL SRP nº 008/2019, para Registro de Preços.

1.2. Os produtos/serviços deverão ser entregues no município de Nobres - MT.

1.3. A presente Ata de Registro de Preços tem o valor registrado por **ITEM** conforme segue:

Código	Descrição	Medida	Quant.	Valor Unitário do M²	Valor Total M²
122968	CONFECCAO DE MOVEL PLANEJADO ABERTO COM OPCAO DUAS CORES PROFUND 40 A 50 CM EM 100% MDF TAMPO SUP MIN 25 MM NAS LATERAIS E PRATELEIRAS EM MDF 18 MM OU DE ACORDO COM OS PADROES ESPEC NO PROJETO QUANDO EXISTENTES UZAR COM FUNDO EM MDF 6 MM CONTENDO EM	M²	1527	R$ 370,00	R$ 564.990,00
122970	CONFECCAO MOVEL PLANEJADO PARA CONFECCAO DE MESA INCLUSO GAVETA COM CORREDICAS TELESCOPICAS PARA CAPACID ATE 25 KG LATER EM MDF 25 MM TAMPO EM MDF NO MIN 25 MM ESTRUTURA DE GAVETAS EM MDF MIN 25 MM OU DE ACORDO COM PADROES ESPECIFICADOS NO PROJETO	M²	1485	R$ 554,00	R$ 822.690,00

O valor Global desta Ata de RP é de R$ 1.387.680,00 (Um milhão, trezentos e oitenta e sete mil, seiscentos e oitenta reais).

CLÁUSULA SEGUNDA

DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de até 1 ano.

2.2. Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Nobres, não será obrigado a aquisição, exclusivamente por seu intermédio, os materiais referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3. Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital do PREGÃO PRESENCIAL SRP nº 008/2019, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

CLÁUSULA TERCEIRA

DO PAGAMENTO

3.1. Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias a partir da entrega dos itens e da Nota Fiscal, devidamente atestada em seu verso o recebimento dos produtos, conforme Autorização de Fornecimento e especificações do Edital.

3.2. A nota fiscal somente será liberada quando o cumprimento do Empenho estiver em total conformidade com as especificações exigidas pela Prefeitura Municipal de Nobres - MT

3.3. Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

3.4. As notas fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país.

3.5. O CNPJ da detentora da Ata constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

3.6. Nenhum pagamento será efetuado a detentora da Ata enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA QUARTA

DA VIGÊNCIA E DOS PRAZOS DE FORNECIMENTO

4.1. **O prazo de fornecimento dos produtos/serviços** será de 10 (dez) dias uteis**,** e entregues mediante requisição emitida pela Prefeitura Municipal de Nobres/MT – Setor de Compras. A entrega e a montagem deverá ser feita no setor solicitante até o esgotamento total dos produtos.

4.2 Os bens serão recebidos: Provisoriamente, a partir da entrega, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes do edital e da proposta.

4.3 Definitivamente, após a verificação da conformidade com as especificações constantes do edital e da proposta, e sua consequente aceitação, que se dará até 15 dias do recebimento provisório.

4.4 Após a troca constatar novamente que os materiais são de inferior qualidade conforme descrito no sub-item letras a e b, a empresa fica a cargo conforme item mencionado e sofrera sanções segundo a legislação federal que rege a matéria concernente às licitações e contratos administrativos.

4.3 Caso o objeto não esteja de acordo com as especificações exigidas, a Comissão não o aceitará e lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade superior, sob pena de responsabilidade.

4.4. Na hipótese da não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pelo fornecedor no prazo de três (3) dias contados da notificação da não aceitação, para reposição no prazo máximo de três (3) dias.

4.5. Os produtos/serviços não aceitos ficarão a disposição do fornecedor, que no prazo de três (3) dias contados da notificação da não aceitação deverá retirar os mesmos, sob pena de a partir do quarto dia pagar custas com estocagem/depósito.

4.6. A Secretaria terá o prazo máximo de três (3) dias úteis para processar a conferência do que foi entregue, lavrando o Termo de Recebimento Definitivo ou notificando a detentora da ata para substituição do objeto entregue em desacordo com as especificações.

4.7. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da detentora da ata pela perfeita execução do empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do empenho, se a qualquer tempo forem verificados vícios, defeitos ou incorreções.

CLÁUSULA QUINTA

DAS OBRIGAÇÕES

5.1. Da Prefeitura Municipal de Nobres:

5.1.1. Atestar devido recebimento no Verso da Nota Fiscal quanto os produtos estiverem sido verificados e conferidos, não excluindo-se a hipótese do item 4.5 da presente Ata.

5.1.2. Terá o prazo máximo de 03 (três) dias úteis para notificar a detentora da ata para substituição do objeto entregue em desacordo com as especificações.

5.1.3. Aplicar à detentora da Ata penalidades, quando for o caso;

5.1.4. Prestar à detentora da Ata toda e qualquer informação, por estas solicitadas, necessárias à perfeita execução da nota de empenho;

5.1.5. Efetuar o pagamento à detentora da Ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal, devidamente atestada, no setor competente;

5.1.6. Notificar, por escrito, à detentora da Ata da aplicação de qualquer sanção.

5.2. Da Detentora da Ata:

5.2.1. Fornecer o objeto nas especificações e com a qualidade exigida;

5.2.2. Pagar todos os tributos, despesas, frete de transporte e todo e quaisquer custos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos fornecidos;

5.2.3. Manter, durante a validade da Ata, as mesmas condições de habilitação;

5.2.4. Aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado;

5.2.5. Fornecer o objeto, no preço, prazo e forma estipulada na proposta.

CLÁUSULA SEXTA

DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

6.1. Os contratos de aquisição decorrentes da presente Ata de Registro de Preços serão formalizados pela retirada da nota de empenho pela detentora.

6.2. A detentora da presente Ata de Registro de Preços será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrentes estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

6.3. Toda aquisição deverá ser efetuada mediante solicitação da unidade requisitante.

6.4. A empresa fornecedora, quando do recebimento da solicitação, deverá colocar, na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.

CLÁUSULA SÉTIMA

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

7.1 As despesas decorrentes das contratações objeto desta Licitação, correrão à conta do

Secr. Mun. De Administração.....61 03.001.04.122.0004.2010.3.3.90.39.00.00.00

Secr. Mun. De Finanças.....92 04.001.04.122.0005.2017.3...90.39.00.00.00

Secr. Mun. De Educação.....116 05.001.12.316.0013.2063.3.3.90.39.00.00.00

Secr. Mun. De Educação.....145 05.002.12.365.0013.2029.3.3.90.39.00.00.00

Secr. Mun. De Educação.....153 05.002.12.365.0013.2035.3.3.90.39.00.00.00

Secre. Mun de Fiscalização.....404 10.001.04.129.0017.2058.3.3.90.39.00.00.00

Secre. Mun de Saúde 228 06.002.10.301.0029.2081.3.3.90.39.00.00.00

Secre. Mun de Saúde 208 06.001.10.301.0030.2080.3.3.90.39.00.00.00

Secr. Mun. De Ass. Social.....269 07.001.08.244.0025.2070.3.3.90.39.00.00.00

Secr. Mun. De Ass. Social.....291 07.002.08.244.0025.2076.3.3.90.39.00.00.00

Secr. Mun. De Ass. Social.....283 07.002.08.244.0025.2069.3.3.90.39.00.00.00

Secr. Mun. De Ass. Social.....306 07.003.08.243.0025.2074.33.90.39.00.00.00

Secr. Mun. De Ass. Social.....315 07.004.08.241.0025.2072.3.3.90.39.00.00.00

Secr. Mun. De Infraestrutura.....347 09.001.20.122.0024.2032.3.3.90.39.00.00.00

Secr. Mun. De Governo.....455 12.001.04.122.0006.2021.3.3.90.39.00.00.00

Procuradoria geral do Municipal.....463 13.001.04.122.0007.2022.3.3.90.39.00.00.00

Secr. Mun. De Turismo e Cultura.....429 11.001.23.695.0015.2046.3.3.90.39.00.00.00

Secr. Mun. Agricultura e Mineração.....368 09.001.20.122.0024.2032.3.3.90.39.00.00.00

CLÁUSULA OITAVA

DAS PENALIDADES

8.1. Os casos de inexecução total ou parcial, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado e inadimplemento de cada ajuste representado pela nota de empenho, sujeitará a detentora da Ata às penalidades previstas no artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93, das quais destacam-se:

a) Advertência;

b) Multa de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso na entrega do objeto, até o 30º (trigésimo) dia, calculados sobre o valor do contrato;

c) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o saldo do Contrato, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias na execução do objeto, com a conseqüente rescisão contratual;

d) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato, no caso da EMPRESA, injustificadamente, desistir do Contrato ou der causa à sua rescisão, bem como nos demais casos de inadimplemento contratual;

e) Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o Município, no prazo de até 2 (dois) anos;

f) Declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública, até que seja promovida a reabilitação, facultado ao contratado o pedido de reconsideração da decisão da autoridade competente, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vistas ao processo.

8.2. Os valores das multas aplicadas previstas nos subitens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração.

8.3. Da aplicação das penas definidas nas alíneas "a" à "f", do item 8.1, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação, o qual deverá ser apresentado no mesmo local.

8.4. O recurso ou o pedido de reconsideração relativa às penalidades acima dispostas será dirigido ao Secretário da unidade requisitante, o qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

CLÁUSULA NONA

DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

9.1. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços;

9.1.1. Considera-se Preço registrado aquele atribuído aos materiais/produtos, incluindo todas as despesas e custos até a entrega no local indicado, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), transporte, embalagens, seguros, mão-de-obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.

9.2. O preço poderá variar para cima ou para baixo conforme o valor de cada objeto/item a ser fornecido tendo como base a desequilíbrio econômica financeira, se aceito pelo município.

9.3. O Órgão Gerenciador poderá revisar os preços praticados nesta Ata, a qualquer tempo.

9.4. O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de dez dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.

9.5. No caso de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente estabelecido, o Órgão Gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

9.6. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o Órgão Gerenciador notificará o fornecedor com o primeiro menor preço registrado para o item visando a negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.

9.7. Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, o Órgão Gerenciador desonerará o fornecedor em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis.

9.8. Simultaneamente procederá a convocação dos demais fornecedores, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.

9.9. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do serviço ou fornecimento e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido;

9.10. Preliminarmente o Órgão Gerenciador convocará todos os fornecedores no sentido de estabelecer negociação visando a manutenção dos preços originariamente registrados, dando-se preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

9.11. Não havendo êxito nas negociações para definição de novo preço ou as licitantes não aceitarem o preço máximo a ser pago pela Administração, o Órgão Gerenciador revogará a Ata de Registro de Preços, liberando os fornecedores dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidade.

9.12. Definido o preço máximo a ser pago pela Administração, o novo preço deverá ser consignado através de apostilamento na Ata de Registro de Preços, ao qual estarão as empresas vinculadas.

9.13. Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item, poderá o Gestor da Ata proceder à nova licitação para a aquisição do produto, sem que caiba direito de recurso.

CLÁUSULA DÉCIMA

DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. A presente ata poderá ser cancelada pelo MUNICÍPIO, de comum acordo, sem ônus, que deverá ser feito mediante notificação extrajudicial com antecedência mínima de trinta dias, no caso de descumprimento de quaisquer das cláusulas do presente contrato pelo "PROMITENTE FORNECEDOR", sendo reconhecido o direito de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei Federal n.º 8.666/93 e ainda, unilateralmente pelo MUNICÍPIO.

10.2. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do Gestor da Ata quando:

10.2.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata;

10.2.2. A detentora não retirar qualquer nota de empenho, no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

10.2.3. A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério do MUNICÍPIO; observada a legislação em vigor;

10.2.4. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pelo MUNICÍPIO, com observância das disposições legais;

10.2.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e a detentora não acatar a revisão dos mesmos;

10.2.6. Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

10.3. A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação em Órgão Oficial do Município, por uma (1) vez, considerando-se cancelado o preço e registrado a partir da última publicação.

10.4. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo do MUNICÍPIO, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

10.4.1. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de trinta dias, facultada á Administração a aplicação das penas previstas na cláusula sétima, caso não aceitas as razões do pedido.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

11.1. A aquisição dos itens objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, em cada caso, pelo ordenador de despesa correspondente, sendo obrigatório informar ao Departamento de Compras do Município, os quantitativos das aquisições.

11.1.1. A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

DAS COMUNICAÇÕES

12.1. As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas sempre por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

VINCULAÇÃO AO EDITAL

13.1. Farão parte da presente ata, além de suas expressas cláusulas, independentemente de transcrição no corpo do presente, as instruções contidas no Edital de Pregão Presencial SRP nº. 008/2019, bem como os documentos a ele referentes, além da proposta apresentada pela PROMITENTE FORNECEDORA, no certame licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. Integram esta Ata, o edital do PREGÃO PRESENCIAL SRP nº 008/2019 a proposta da empresa **NACIONAL MOVEIS E EQUIP. LTDA - ME** classificada em PROMITENTE FORNECEDORA no certame supranumerado.

14.2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 e 10.520/02, Decreto Municipal n° 12/2010, no que não colidir com a primeira e as demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

DO FORO

15.1. As partes elegem o foro da Comarca Nobres/ MT, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta Ata com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

Nobres/MT, 08 de Março de 2019.

_____

LEOCIR HANEL

Prefeito Municipal

_____

NACIONAL MOVEIS E EQUIPAMENTOS LTDA ME

CNPJ sob o n.º 19.165.753.0001.85,

Sra. Thais Araújo Macedo

CPF n.º 035.360.621-99

Testemunhas:

Assinatura_____Assinatura:_____

Nome Nome:

CPF nº CPF nº:

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 131/2019

PORTARIA Nº. 131/2019

Dispõe sobre a concessão de Licença Prêmio por Assiduidade a servidora ***Teodora Maria da Costa e Silva,*** *e dá outras providências.*

O Prefeito do Município de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferida pela Lei Orgânica Municipal,

Considerando a necessidade de garantir o cumprimento do disposto na Lei Municipal nº. 1.297/2013.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Licença Prêmio Por Assiduidade a servidora *Teodora Maria da Costa e Silva,* portadora do RG nº. 1766049-1, inscrita no CPF nº. 964.756.171-72, pelo período de 03 (três) meses, a contar do dia 07/03/2019 a 04/06/2019, referente ao período aquisitivo dos anos de 2013 a 2018.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, surtindo seus efeitos ao dia 07/03/2019, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 06 de março de 2019.

Leocir Hanel

Prefeito Municipal

RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO N° 40/2019

brasão de nobres

Contrato de Trabalho por Prazo Determinado que firmam, de um lado o município de Nobres-MT, com sede Administrativa nesta cidade, sita a Rua J s/n, bairro Jardim Paraná, inscrito no CNPJ/MF 03.424.272/0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. **LEOCIR HANEL,** de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado o (a) Sr. (a) **ELLEN MONIQUE LEAL DA SILVA**, brasileiro (a), portador (a) do **RG n.° 2.590.939-8 SUSP/MT** e do **CPF n.° 060.955.241-48**, a seguir chamado de CONTRATADOna forma e mediante as cláusulas abaixo:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O contrato tem por objeto a execução de serviços temporários, regido pela Lei 1197/2011 de 21 de setembro de 2011, que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais da Educação Básica do Município de Nobres/MT, Art. 45, pelo Edital de Seleção nº. 01/2016/17SEMEC pela Portaria n°. 02/2016/17SEMEC de 18/11/2016, e pela Portaria de homologação n° 127/2017 de 17/02/2017, na função de **Tec. em Desenvolvimento Infantil Não Profissionalizado**, por essencial necessidade de caráter publico.

1.2 Os serviços serão prestados junto a Secretaria de Educação desenvolvendo atividades da área, e demais tarefas correlatas;

1.3 Os trabalhos serão desenvolvidos em estrita observância as clausulas deste Contrato, principalmente no tocante as obrigações do CONTRATADO.

CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E RESCISOES DO CONTRATO

2.1 O prazo do presente contrato é de **10 (Dez) meses e 01 (Um) dias,** contados dos dias **18/02/2019** estendendo-se até **20/12/2019.**

2.2 O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por acordo entre as partes, ou unilateralmente pelo CONTRATANTE no caso do CONTRATADO deixar de cumprir qualquer uma das suas cláusulas, devendo prevalecer em todos os casos o interesse público.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA REMUNERAÇÃO

3.1 A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de **R$ 1.577,45 (Hum Mil Quinhentos e Setenta e Sete Reais e Quarenta e Cinco Centavos)** mensais**.**

3.2 O pagamento será efetuado na mesma época dos demais servidores da Prefeitura.

3.3 O CONTRATO fará jus à percepção de 13 ° salário e salário família, observando o disposto na Lei n° 992/06 Art. N° 124 – I, II de 20 de abril de 2006.

3.4 aplica-se a este contrato o Art. 11 da Lei Municipal n° 1.148/2009.

CLAUSULA QUARTA – DA JORNADA DE TRABALHO

4.1 A jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de **30 horas** semanais**.**

4.2 Os serviços deverão ser prestados nos horários estabelecidos em cada Secretaria, conforme a função.

CLAUSULA QUINTA – DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO

5.1 A CONTRATANTE de vera efetuar sobre a remuneração do CONTRATADO todos os descontos previstos em lei a favor da Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATO

6.1 São obrigações do CONTRATADO para execução do presente contrato:

brasão de nobres

6.1.1 Cumprir assiduamente a sua jornada de trabalho;

6.1.2 Realizar com presteza e dedicação o atendimento aos cidadãos que a si se dirigirem, apresentando-se sempre de forma respeitosa e em trajes adequados ao serviço;

6.1.3 Comunicar com antecedência ao Secretario a falta ao trabalho com justificativa fundamentada;

6.1.4 Comunicar ao Secretario qualquer ocorrência ou incidência que possa comprometer a administração pública;

6.1.5 Responsabilizar-se pelos erros ou falhas que porventura vierem a ocorrer na execução dos seus serviços por sua exclusiva culpa;

6.1.6 Seguir as orientações emanadas da CONTRATANTE por intermédio do Secretario;

6.1.7 Propor sugestões para melhoria das ações desenvolvidas na sua área de trabalho;

6.1.8 Comunicar ao CONTRATANTE a pratica de atos que contrariem a ética profissional nos procedimentos realizados pela Administração Pública.

CLAUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1 Fica eleito o foro da comarca do Município de **Nobres – MT**, para dirimir quaisquer duvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das clausulas, firmam o Contrato de Trabalho em 02 (duas) vias de igual teor que serão assinadas pelas partes.

Nobres, 18 de Fevereiro de 2019

_____

_____

LEOCIR HANEL ELLEN MONIQUE LEAL DA SILVA

Testemunhas:

_____

_____

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 130/2019

PORTARIA Nº. 130/2019

Dispõe sobre a concessão de Licença Prêmio por Assiduidade a servidora ***Ilda Alves de Souza de Almeida,*** *e dá outras providências.*

O Prefeito do Município de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferida pela Lei Orgânica Municipal,

Considerando a necessidade de garantir o cumprimento do disposto na Lei Municipal nº. 1.297/2013.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Licença Prêmio Por Assiduidade a servidora *Ilda Alves de Souza de Almeida,* portadora do RG nº. 0743121-0, inscrita no CPF nº. 654.182.391-04, pelo período de 03 (três) meses, a contar do dia 04/03/2019 a 01/06/2019, referente ao período aquisitivo dos anos de 2013 a 2018.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 04 de março de 2019.

Leocir Hanel

Prefeito Municipal

RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO N° 33/2019

brasão de nobres

Contrato de Trabalho por Prazo Determinado que firmam, de um lado o município de Nobres-MT, com sede Administrativa nesta cidade, sita a Rua J s/n, bairro Jardim Paraná, inscrito no CNPJ/MF 03.424.272/0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. **LEOCIR HANEL,** de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado o (a) Sr. (a) **ELAINE CRISTINA RONDON QUEIROZ**, brasileiro (a), portador (a) do **RG n.° 1.004.899-5 SSP/MT** e do **CPF n.° 654.141.601-04**, a seguir chamado de CONTRATADOna forma e mediante as cláusulas abaixo:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O contrato tem por objeto a execução de serviços temporários, regido pela Lei 1197/2011 de 21 de setembro de 2011, que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais da Educação Básica do Município de Nobres/MT, Art. 45, pelo Edital de Seleção nº. 01/2016/17SEMEC pela Portaria n°. 02/2016/17SEMEC de 18/11/2016, e pela Portaria de homologação n° 127/2017 de 17/02/2017, na função de **Professor 20**, por essencial necessidade de caráter publico.

1.2 Os serviços serão prestados junto a Secretaria de Educação desenvolvendo atividades da área, e demais tarefas correlatas;

1.3 Os trabalhos serão desenvolvidos em estrita observância as clausulas deste Contrato, principalmente no tocante as obrigações do CONTRATADO.

CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E RESCISOES DO CONTRATO

2.1 O prazo do presente contrato é de **10 (Dez) meses e 01 (Um) dias,** contados dos dias **18/02/2019** estendendo-se até **20/12/2019.**

2.2 O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por acordo entre as partes, ou unilateralmente pelo CONTRATANTE no caso do CONTRATADO deixar de cumprir qualquer uma das suas cláusulas, devendo prevalecer em todos os casos o interesse público.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA REMUNERAÇÃO

3.1 A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de **R$ 2.426,87 (Dois Mil Quatrocentos e Vinte e Seis Reais e Oitenta e Sete Centavos)** mensais**.**

3.2 O pagamento será efetuado na mesma época dos demais servidores da Prefeitura.

3.3 O CONTRATO fará jus à percepção de 13 ° salário e salário família, observando o disposto na Lei n° 992/06 Art. N° 124 – I, II de 20 de abril de 2006.

3.4 aplica-se a este contrato o Art. 11 da Lei Municipal n° 1.148/2009.

CLAUSULA QUARTA – DA JORNADA DE TRABALHO

4.1 A jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de **20 horas** semanais**.**

4.2 Os serviços deverão ser prestados nos horários estabelecidos em cada Secretaria, conforme a função.

CLAUSULA QUINTA – DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO

5.1 A CONTRATANTE de vera efetuar sobre a remuneração do CONTRATADO todos os descontos previstos em lei a favor da Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATO

6.1 São obrigações do CONTRATADO para execução do presente contrato:

brasão de nobres

6.1.1 Cumprir assiduamente a sua jornada de trabalho;

6.1.2 Realizar com presteza e dedicação o atendimento aos cidadãos que a si se dirigirem, apresentando-se sempre de forma respeitosa e em trajes adequados ao serviço;

6.1.3 Comunicar com antecedência ao Secretario a falta ao trabalho com justificativa fundamentada;

6.1.4 Comunicar ao Secretario qualquer ocorrência ou incidência que possa comprometer a administração pública;

6.1.5 Responsabilizar-se pelos erros ou falhas que porventura vierem a ocorrer na execução dos seus serviços por sua exclusiva culpa;

6.1.6 Seguir as orientações emanadas da CONTRATANTE por intermédio do Secretario;

6.1.7 Propor sugestões para melhoria das ações desenvolvidas na sua área de trabalho;

6.1.8 Comunicar ao CONTRATANTE a pratica de atos que contrariem a ética profissional nos procedimentos realizados pela Administração Pública.

CLAUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1 Fica eleito o foro da comarca do Município de **Nobres – MT**, para dirimir quaisquer duvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das clausulas, firmam o Contrato de Trabalho em 02 (duas) vias de igual teor que serão assinadas pelas partes.

Nobres, 06 de Março de 2019

_____

_____

LEOCIR HANEL ELAINE CRISTINA RONDON QUEIROZ

Testemunhas:

_____

_____

RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO N° 62/2019

brasão de nobres

Contrato de Trabalho por Prazo Determinado que firmam, de um lado o município de Nobres-MT, com sede Administrativa nesta cidade, sita a Rua J s/n, bairro Jardim Paraná, inscrito no CNPJ/MF 03.424.272/0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. **LEOCIR HANEL,** de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado o (a) Sr. (a) **QUINTINA PAULINA MARQUES**, brasileiro (a), portador (a) do **RG n.° 04181816 SSP/MT** e do **CPF n.° 326.308.161-68**, a seguir chamado de CONTRATADOna forma e mediante as cláusulas abaixo:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O contrato tem por objeto a execução de serviços temporários, regido pela Lei 1197/2011 de 21 de setembro de 2011, que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais da Educação Básica do Município de Nobres/MT, Art. 45, pelo Edital de Seleção nº. 01/2016/17SEMEC pela Portaria n°. 02/2016/17SEMEC de 18/11/2016, e pela Portaria de homologação n° 127/2017 de 17/02/2017, na função de **Professor 20 Horas**, por essencial necessidade de caráter publico.

1.2 Os serviços serão prestados junto a Secretaria de Educação desenvolvendo atividades da área, e demais tarefas correlatas;

1.3 Os trabalhos serão desenvolvidos em estrita observância as clausulas deste Contrato, principalmente no tocante as obrigações do CONTRATADO.

CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E RESCISOES DO CONTRATO

2.1 O prazo do presente contrato é de **10 (Dez)meses e 01 (Um),** contados dos dias **18/02/2019** estendendo-se até **20/12/2019.**

2.2 O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por acordo entre as partes, ou unilateralmente pelo CONTRATANTE no caso do CONTRATADO deixar de cumprir qualquer uma das suas cláusulas, devendo prevalecer em todos os casos o interesse público.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA REMUNERAÇÃO

3.1 A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de **R$ 2.426,87 (Dois Mil Quatrocentos e Vinte e Seis Reais e Oitenta e Sete Centravos)** mensais**.**

3.2 O pagamento será efetuado na mesma época dos demais servidores da Prefeitura.

3.3 O CONTRATO fará jus à percepção de 13 ° salário e salário família, observando o disposto na Lei n° 992/06 Art. N° 124 – I, II de 20 de abril de 2006.

3.4 aplica-se a este contrato o Art. 11 da Lei Municipal n° 1.148/2009.

CLAUSULA QUARTA – DA JORNADA DE TRABALHO

4.1 A jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de **20 horas** semanais**.**

4.2 Os serviços deverão ser prestados nos horários estabelecidos em cada Secretaria, conforme a função.

CLAUSULA QUINTA – DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO

5.1 A CONTRATANTE de vera efetuar sobre a remuneração do CONTRATADO todos os descontos previstos em lei a favor da Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATO

6.1 São obrigações do CONTRATADO para execução do presente contrato:

brasão de nobres

6.1.1 Cumprir assiduamente a sua jornada de trabalho;

6.1.2 Realizar com presteza e dedicação o atendimento aos cidadãos que a si se dirigirem, apresentando-se sempre de forma respeitosa e em trajes adequados ao serviço;

6.1.3 Comunicar com antecedência ao Secretario a falta ao trabalho com justificativa fundamentada;

6.1.4 Comunicar ao Secretario qualquer ocorrência ou incidência que possa comprometer a administração pública;

6.1.5 Responsabilizar-se pelos erros ou falhas que porventura vierem a ocorrer na execução dos seus serviços por sua exclusiva culpa;

6.1.6 Seguir as orientações emanadas da CONTRATANTE por intermédio do Secretario;

6.1.7 Propor sugestões para melhoria das ações desenvolvidas na sua área de trabalho;

6.1.8 Comunicar ao CONTRATANTE a pratica de atos que contrariem a ética profissional nos procedimentos realizados pela Administração Pública.

CLAUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1 Fica eleito o foro da comarca do Município de **Nobres – MT**, para dirimir quaisquer duvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das clausulas, firmam o Contrato de Trabalho em 02 (duas) vias de igual teor que serão assinadas pelas partes.

Nobres, 18 de Fevereiro de 2019

_____
_____

LEOCIR HANEL QUINTINA PAULINA MARQUES

Testemunhas:

_____
_____

RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO N° 39/2019

brasão de nobres

Contrato de Trabalho por Prazo Determinado que firmam, de um lado o município de Nobres-MT, com sede Administrativa nesta cidade, sita a Rua J s/n, bairro Jardim Paraná, inscrito no CNPJ/MF 03.424.272/0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. **LEOCIR HANEL,** de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado o (a) Sr. (a) **HELLEN KARINE PEREIRA DE ALMEIDA**, brasileiro (a), portador (a) do **RG n.° 2.851.709-1 SSP/MT** e do **CPF n.° 047.262.391-55**, a seguir chamado de CONTRATADOna forma e mediante as cláusulas abaixo:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O contrato tem por objeto a execução de serviços temporários, regido pela Lei 1197/2011 de 21 de setembro de 2011, que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais da Educação Básica do Município de Nobres/MT, Art. 45, pelo Edital de Seleção nº. 01/2016/17SEMEC pela Portaria n°. 02/2016/17SEMEC de 18/11/2016, e pela Portaria de homologação n° 127/2017 de 17/02/2017, na função de **Técnico em Desenvolvimento Infantil Não Profissionalizado**, por essencial necessidade de caráter publico.

1.2 Os serviços serão prestados junto a Secretaria de Educação desenvolvendo atividades da área, e demais tarefas correlatas;

1.3 Os trabalhos serão desenvolvidos em estrita observância as clausulas deste Contrato, principalmente no tocante as obrigações do CONTRATADO.

CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E RESCISOES DO CONTRATO

2.1 O prazo do presente contrato é de **10 (Dez) meses e 01 (Um) dias,** contados dos dias **18/02/2019** estendendo-se até **20/12/2019.**

2.2 O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por acordo entre as partes, ou unilateralmente pelo CONTRATANTE no caso do CONTRATADO deixar de cumprir qualquer uma das suas cláusulas, devendo prevalecer em todos os casos o interesse público.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA REMUNERAÇÃO

3.1 A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de **R$ 1.577,45 (Hum Mil Quinhentos e Setenta e Sete Reais e Quarenta e Cinco Centavos)** mensais**.**

3.2 O pagamento será efetuado na mesma época dos demais servidores da Prefeitura.

3.3 O CONTRATO fará jus à percepção de 13 ° salário e salário família, observando o disposto na Lei n° 992/06 Art. N° 124 – I, II de 20 de abril de 2006.

3.4 aplica-se a este contrato o Art. 11 da Lei Municipal n° 1.148/2009.

CLAUSULA QUARTA – DA JORNADA DE TRABALHO

4.1 A jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de **30 horas** semanais**.**

4.2 Os serviços deverão ser prestados nos horários estabelecidos em cada Secretaria, conforme a função.

CLAUSULA QUINTA – DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO

5.1 A CONTRATANTE de vera efetuar sobre a remuneração do CONTRATADO todos os descontos previstos em lei a favor da Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATO

6.1 São obrigações do CONTRATADO para execução do presente contrato:

brasão de nobres

6.1.1 Cumprir assiduamente a sua jornada de trabalho;

6.1.2 Realizar com presteza e dedicação o atendimento aos cidadãos que a si se dirigirem, apresentando-se sempre de forma respeitosa e em trajes adequados ao serviço;

6.1.3 Comunicar com antecedência ao Secretario a falta ao trabalho com justificativa fundamentada;

6.1.4 Comunicar ao Secretario qualquer ocorrência ou incidência que possa comprometer a administração pública;

6.1.5 Responsabilizar-se pelos erros ou falhas que porventura vierem a ocorrer na execução dos seus serviços por sua exclusiva culpa;

6.1.6 Seguir as orientações emanadas da CONTRATANTE por intermédio do Secretario;

6.1.7 Propor sugestões para melhoria das ações desenvolvidas na sua área de trabalho;

6.1.8 Comunicar ao CONTRATANTE a pratica de atos que contrariem a ética profissional nos procedimentos realizados pela Administração Pública.

CLAUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1 Fica eleito o foro da comarca do Município de **Nobres – MT**, para dirimir quaisquer duvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das clausulas, firmam o Contrato de Trabalho em 02 (duas) vias de igual teor que serão assinadas pelas partes.

Nobres, 18 de fevereiro de 2019

_____
_____

LEOCIR HANEL HELLEN KARINE PEREIRA DE ALMEIDA

Testemunhas:

_____
_____

RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO N° 32/2019

brasão de nobres

Contrato de Trabalho por Prazo Determinado que firmam, de um lado o município de Nobres-MT, com sede Administrativa nesta cidade, sita a Rua J s/n, bairro Jardim Paraná, inscrito no CNPJ/MF 03.424.272/0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. **LEOCIR HANEL,** de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado o (a) Sr. (a) **CRISTIANE FERREIRA LUZ**, brasileiro (a), portador (a) do **RG n.° 1.494.926-1 SSP/MT** e do **CPF n.° 951.850.621-34**, a seguir chamado de CONTRATADOna forma e mediante as cláusulas abaixo:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O contrato tem por objeto a execução de serviços temporários, regido pela Lei 1197/2011 de 21 de setembro de 2011, que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais da Educação Básica do Município de Nobres/MT, Art. 45, pelo Edital de Seleção nº. 01/2016/17SEMEC pela Portaria n°. 02/2016/17SEMEC de 18/11/2016, e pela Portaria de homologação n° 127/2017 de 17/02/2017, na função de **Professor 20**, por essencial necessidade de caráter publico.

1.2 Os serviços serão prestados junto a Secretaria de Educação desenvolvendo atividades da área, e demais tarefas correlatas;

1.3 Os trabalhos serão desenvolvidos em estrita observância as clausulas deste Contrato, principalmente no tocante as obrigações do CONTRATADO.

CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E RESCISOES DO CONTRATO

2.1 O prazo do presente contrato é de **10 (Dez) meses e 01 (Um) dias,** contados dos dias **18/02/2019** estendendo-se até **20/12/2019.**

2.2 O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por acordo entre as partes, ou unilateralmente pelo CONTRATANTE no caso do CONTRATADO deixar de cumprir qualquer uma das suas cláusulas, devendo prevalecer em todos os casos o interesse público.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA REMUNERAÇÃO

3.1 A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de **R$ 2.426,87 (Dois Mil Quatrocentos e Vinte e Seis Reais e Oitenta e Sete Centavos)** mensais**.**

3.2 O pagamento será efetuado na mesma época dos demais servidores da Prefeitura.

3.3 O CONTRATO fará jus à percepção de 13 ° salário e salário família, observando o disposto na Lei n° 992/06 Art. N° 124 – I, II de 20 de abril de 2006.

3.4 aplica-se a este contrato o Art. 11 da Lei Municipal n° 1.148/2009.

CLAUSULA QUARTA – DA JORNADA DE TRABALHO

4.1 A jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de **20 horas** semanais**.**

4.2 Os serviços deverão ser prestados nos horários estabelecidos em cada Secretaria, conforme a função.

CLAUSULA QUINTA – DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO

5.1 A CONTRATANTE de vera efetuar sobre a remuneração do CONTRATADO todos os descontos previstos em lei a favor da Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATO

6.1 São obrigações do CONTRATADO para execução do presente contrato:

brasão de nobres

6.1.1 Cumprir assiduamente a sua jornada de trabalho;

6.1.2 Realizar com presteza e dedicação o atendimento aos cidadãos que a si se dirigirem, apresentando-se sempre de forma respeitosa e em trajes adequados ao serviço;

6.1.3 Comunicar com antecedência ao Secretario a falta ao trabalho com justificativa fundamentada;

6.1.4 Comunicar ao Secretario qualquer ocorrência ou incidência que possa comprometer a administração pública;

6.1.5 Responsabilizar-se pelos erros ou falhas que porventura vierem a ocorrer na execução dos seus serviços por sua exclusiva culpa;

6.1.6 Seguir as orientações emanadas da CONTRATANTE por intermédio do Secretario;

6.1.7 Propor sugestões para melhoria das ações desenvolvidas na sua área de trabalho;

6.1.8 Comunicar ao CONTRATANTE a pratica de atos que contrariem a ética profissional nos procedimentos realizados pela Administração Pública.

CLAUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1 Fica eleito o foro da comarca do Município de **Nobres – MT**, para dirimir quaisquer duvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das clausulas, firmam o Contrato de Trabalho em 02 (duas) vias de igual teor que serão assinadas pelas partes.

Nobres, 18 de Fevereiro de 2019

_____

_____

LEOCIR HANEL CRISTIANE FERREIRA LUZ

Testemunhas:

_____

_____

RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO N° 71/2019

brasão de nobres

Contrato de Trabalho por Prazo Determinado que firmam, de um lado o município de Nobres-MT, com sede Administrativa nesta cidade, sita a Rua J s/n, bairro Jardim Paraná, inscrito no CNPJ/MF 03.424.272/0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. **LEOCIR HANEL,** de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado o (a) Sr. (a) **ROSILENE GLORIA DE ALMEIDA E SILVA**, brasileiro (a), portador (a) do **RG n.° 115.398-28 SJ/MT** e do **CPF n.° 654.439.501-34**, a seguir chamado de CONTRATADOna forma e mediante as cláusulas abaixo:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O contrato tem por objeto a execução de serviços temporários, regido pela Lei 1197/2011 de 21 de setembro de 2011, que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais da Educação Básica do Município de Nobres/MT, Art. 45, pelo Edital de Seleção nº. 01/2016/17SEMEC pela Portaria n°. 02/2016/17SEMEC de 18/11/2016, e pela Portaria de homologação n° 127/2017 de 17/02/2017, na função de **Professor 20**, por essencial necessidade de caráter publico.

1.2 Os serviços serão prestados junto a Secretaria de Educação desenvolvendo atividades da área, e demais tarefas correlatas;

1.3 Os trabalhos serão desenvolvidos em estrita observância as clausulas deste Contrato, principalmente no tocante as obrigações do CONTRATADO.

CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E RESCISOES DO CONTRATO

2.1 O prazo do presente contrato é de **10 (Dez) meses e 01 (Um) dia,** contados dos dias **18/02/2019** estendendo-se até **20/12/2019.**

2.2 O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por acordo entre as partes, ou unilateralmente pelo CONTRATANTE no caso do CONTRATADO deixar de cumprir qualquer uma das suas cláusulas, devendo prevalecer em todos os casos o interesse público.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA REMUNERAÇÃO

3.1 A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de **R$ 2.426,87 (Dois Mil Quatrocentos e Vinte e Seis Reais e Oitenta e Sete Centavos)** mensais**.**

3.2 O pagamento será efetuado na mesma época dos demais servidores da Prefeitura.

3.3 O CONTRATO fará jus à percepção de 13 ° salário e salário família, observando o disposto na Lei n° 992/06 Art. N° 124 – I, II de 20 de abril de 2006.

3.4 aplica-se a este contrato o Art. 11 da Lei Municipal n° 1.148/2009.

CLAUSULA QUARTA – DA JORNADA DE TRABALHO

4.1 A jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de **20 horas** semanais**.**

4.2 Os serviços deverão ser prestados nos horários estabelecidos em cada Secretaria, conforme a função.

CLAUSULA QUINTA – DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO

5.1 A CONTRATANTE de vera efetuar sobre a remuneração do CONTRATADO todos os descontos previstos em lei a favor da Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATO

6.1 São obrigações do CONTRATADO para execução do presente contrato:

brasão de nobres

6.1.1 Cumprir assiduamente a sua jornada de trabalho;

6.1.2 Realizar com presteza e dedicação o atendimento aos cidadãos que a si se dirigirem, apresentando-se sempre de forma respeitosa e em trajes adequados ao serviço;

6.1.3 Comunicar com antecedência ao Secretario a falta ao trabalho com justificativa fundamentada;

6.1.4 Comunicar ao Secretario qualquer ocorrência ou incidência que possa comprometer a administração pública;

6.1.5 Responsabilizar-se pelos erros ou falhas que porventura vierem a ocorrer na execução dos seus serviços por sua exclusiva culpa;

6.1.6 Seguir as orientações emanadas da CONTRATANTE por intermédio do Secretario;

6.1.7 Propor sugestões para melhoria das ações desenvolvidas na sua área de trabalho;

6.1.8 Comunicar ao CONTRATANTE a pratica de atos que contrariem a ética profissional nos procedimentos realizados pela Administração Pública.

CLAUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1 Fica eleito o foro da comarca do Município de **Nobres – MT**, para dirimir quaisquer duvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das clausulas, firmam o Contrato de Trabalho em 02 (duas) vias de igual teor que serão assinadas pelas partes.

Nobres, 18 de Fevereiro de 2019

_____

_____

LEOCIR HANEL ROSILENE GLORIA DE ALMEIDA E SILVA

Testemunhas:

_____

_____

RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO N° 38/2019

brasão de nobres

Contrato de Trabalho por Prazo Determinado que firmam, de um lado o município de Nobres-MT, com sede Administrativa nesta cidade, sita a Rua J s/n, bairro Jardim Paraná, inscrito no CNPJ/MF 03.424.272/0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. **LEOCIR HANEL,** de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado o (a) Sr. (a) **GEICE REINILAINE DE OLIVEIRA PINHO**, brasileiro (a), portador (a) do **RG n.° 1.958.292-7 SSP/MT** e do **CPF n.° 024.681.291-56**, a seguir chamado de CONTRATADOna forma e mediante as cláusulas abaixo:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O contrato tem por objeto a execução de serviços temporários, regido pela Lei 1197/2011 de 21 de setembro de 2011, que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais da Educação Básica do Município de Nobres/MT, Art. 45, pelo Edital de Seleção nº. 01/2016/17SEMEC pela Portaria n°. 02/2016/17SEMEC de 18/11/2016, e pela Portaria de homologação n° 127/2017 de 17/02/2017, na função de **Técnico em Desenvolvimento Infantil Não Profissionalizado**, por essencial necessidade de caráter publico.

1.2 Os serviços serão prestados junto a Secretaria de Educação desenvolvendo atividades da área, e demais tarefas correlatas;

1.3 Os trabalhos serão desenvolvidos em estrita observância as clausulas deste Contrato, principalmente no tocante as obrigações do CONTRATADO.

CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E RESCISOES DO CONTRATO

2.1 O prazo do presente contrato é de **10 (Dez) meses e 01 (Um) dias,** contados dos dias **18/02/2019** estendendo-se até **20/12/2019.**

2.2 O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por acordo entre as partes, ou unilateralmente pelo CONTRATANTE no caso do CONTRATADO deixar de cumprir qualquer uma das suas cláusulas, devendo prevalecer em todos os casos o interesse público.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA REMUNERAÇÃO

3.1 A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de **R$ 1.577,45 (Hum Mil Quinhentos e Setenta e Sete Reais e Oitenta e Sete Centavos)** mensais**.**

3.2 O pagamento será efetuado na mesma época dos demais servidores da Prefeitura.

3.3 O CONTRATO fará jus à percepção de 13 ° salário e salário família, observando o disposto na Lei n° 992/06 Art. N° 124 – I, II de 20 de abril de 2006.

3.4 aplica-se a este contrato o Art. 11 da Lei Municipal n° 1.148/2009.

CLAUSULA QUARTA – DA JORNADA DE TRABALHO

4.1 A jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de **30 horas** semanais**.**

4.2 Os serviços deverão ser prestados nos horários estabelecidos em cada Secretaria, conforme a função.

CLAUSULA QUINTA – DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO

5.1 A CONTRATANTE de vera efetuar sobre a remuneração do CONTRATADO todos os descontos previstos em lei a favor da Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de

isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATO

6.1 São obrigações do CONTRATADO para execução do presente contrato:

brasão de nobres

6.1.1 Cumprir assiduamente a sua jornada de trabalho;

6.1.2 Realizar com presteza e dedicação o atendimento aos cidadãos que a si se dirigirem, apresentando-se sempre de forma respeitosa e em trajes adequados ao serviço;

6.1.3 Comunicar com antecedência ao Secretario a falta ao trabalho com justificativa fundamentada;

6.1.4 Comunicar ao Secretario qualquer ocorrência ou incidência que possa comprometer a administração pública;

6.1.5 Responsabilizar-se pelos erros ou falhas que porventura vierem a ocorrer na execução dos seus serviços por sua exclusiva culpa;

6.1.6 Seguir as orientações emanadas da CONTRATANTE por intermédio do Secretario;

6.1.7 Propor sugestões para melhoria das ações desenvolvidas na sua área de trabalho;

6.1.8 Comunicar ao CONTRATANTE a pratica de atos que contrariem a ética profissional nos procedimentos realizados pela Administração Pública.

CLAUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1 Fica eleito o foro da comarca do Município de **Nobres – MT**, para dirimir quaisquer duvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das clausulas, firmam o Contrato de Trabalho em 02 (duas) vias de igual teor que serão assinadas pelas partes.

Nobres, 18 de Fevereiro de 2019

_____

_____

LEOCIR HANEL GEICE REINILAINE DE OLIVEIRA PINHO

Testemunhas:

_____

_____

RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO N° 85/2019

brasão de nobres

Contrato de Trabalho por Prazo Determinado que firmam, de um lado o município de Nobres-MT, com sede Administrativa nesta cidade, sita a Rua J s/n, bairro Jardim Paraná, inscrito no CNPJ/MF 03.424.272/0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. **LEOCIR HANEL,** de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado o (a) Sr. (a) **EDNEIA DE SOUZA**, brasileiro (a), portador (a) do **RG n.° 1.669.228-4 SSP/MT** e do **CPF n.° 017.607.611-50**, a seguir chamado de CONTRATADOna forma e mediante as cláusulas abaixo:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O contrato tem por objeto a execução de serviços temporários, regido pela Lei 1197/2011 de 21 de setembro de 2011, que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais da Educação Básica do Município de Nobres/MT, Art. 45, pelo Edital de Seleção nº. 01/2016/17SEMEC pela Portaria n°. 02/2016/17SEMEC de 18/11/2016, e pela Portaria de homologação n° 127/2017 de 17/02/2017, na função de **Técnico em Desenvolvimento Infantil Não Profissionalizado**, por essencial necessidade de caráter publico.

1.2 Os serviços serão prestados junto a Secretaria de Educação desenvolvendo atividades da área, e demais tarefas correlatas;

1.3 Os trabalhos serão desenvolvidos em estrita observância as clausulas deste Contrato, principalmente no tocante as obrigações do CONTRATADO.

CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E RESCISOES DO CONTRATO

2.1 O prazo do presente contrato é de **10 (Dez) meses e 01 (Um) dia,** contados dos dias **18/02/2019** estendendo-se até **20/12/2019.**

2.2 O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por acordo entre as partes, ou unilateralmente pelo CONTRATANTE no caso do CONTRATADO deixar de cumprir qualquer uma das suas cláusulas, devendo prevalecer em todos os casos o interesse público.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA REMUNERAÇÃO

3.1 A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de **R$ 1.577,45 (Hum Mil Quinhentos e Setenta e Sete Reais e Quarenta e Cinco Centavos)** mensais**.**

3.2 O pagamento será efetuado na mesma época dos demais servidores da Prefeitura.

3.3 O CONTRATO fará jus à percepção de 13 ° salário e salário família, observando o disposto na Lei n° 992/06 Art. N° 124 – I, II de 20 de abril de 2006.

3.4 aplica-se a este contrato o Art. 11 da Lei Municipal n° 1.148/2009.

CLAUSULA QUARTA – DA JORNADA DE TRABALHO

4.1 A jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de **30 horas** semanais**.**

4.2 Os serviços deverão ser prestados nos horários estabelecidos em cada Secretaria, conforme a função.

CLAUSULA QUINTA – DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO

5.1 A CONTRATANTE de vera efetuar sobre a remuneração do CONTRATADO todos os descontos previstos em lei a favor da Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATO

6.1 São obrigações do CONTRATADO para execução do presente contrato:

brasão de nobres

6.1.1 Cumprir assiduamente a sua jornada de trabalho;

6.1.2 Realizar com presteza e dedicação o atendimento aos cidadãos que a si se dirigirem, apresentando-se sempre de forma respeitosa e em trajes adequados ao serviço;

6.1.3 Comunicar com antecedência ao Secretario a falta ao trabalho com justificativa fundamentada;

6.1.4 Comunicar ao Secretario qualquer ocorrência ou incidência que possa comprometer a administração pública;

6.1.5 Responsabilizar-se pelos erros ou falhas que porventura vierem a ocorrer na execução dos seus serviços por sua exclusiva culpa;

6.1.6 Seguir as orientações emanadas da CONTRATANTE por intermédio do Secretario;

6.1.7 Propor sugestões para melhoria das ações desenvolvidas na sua área de trabalho;

6.1.8 Comunicar ao CONTRATANTE a pratica de atos que contrariem a ética profissional nos procedimentos realizados pela Administração Pública.

CLAUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1 Fica eleito o foro da comarca do Município de **Nobres – MT**, para dirimir quaisquer duvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das clausulas, firmam o Contrato de Trabalho em 02 (duas) vias de igual teor que serão assinadas pelas partes.

Nobres, 18 de Fevereiro de 2018

_____
_____

LEOCIR HANEL EDNEIA DE SOUZA

Testemunhas:

_____
_____

RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO N° 84/2019

brasão de nobres

Contrato de Trabalho por Prazo Determinado que firmam, de um lado o município de Nobres-MT, com sede Administrativa nesta cidade, sita a Rua J s/n, bairro Jardim Paraná, inscrito no CNPJ/MF 03.424.272/0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. **LEOCIR HANEL,** de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado o (a) Sr. (a) **JACKELINE PAULA PEREIRA**, brasileiro (a), portador (a) do **RG n.° 2.841.920-0 SESP/MT** e do **CPF n.° 066.350.271-30**, a seguir chamado de CONTRATADOna forma e mediante as cláusulas abaixo:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O contrato tem por objeto a execução de serviços temporários, regido pela Lei 1197/2011 de 21 de setembro de 2011, que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais da Educação Básica do Município de Nobres/MT, Art. 45, pelo Edital de Seleção nº. 01/2016/17SEMEC pela Portaria n°. 02/2016/17SEMEC de 18/11/2016, e pela Portaria de homologação n° 127/2017 de 17/02/2017, na função de **Tec. Administrativo Educacional Não Profissionalizado**, por essencial necessidade de caráter publico.

1.2 Os serviços serão prestados junto a Secretaria de Educação desenvolvendo atividades da área, e demais tarefas correlatas;

1.3 Os trabalhos serão desenvolvidos em estrita observância as clausulas deste Contrato, principalmente no tocante as obrigações do CONTRATADO.

CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E RESCISOES DO CONTRATO

2.1 O prazo do presente contrato é de **10 (Dez) meses e 01 (Um) dia,** contados dos dias **18/02/2019** estendendo-se até **20/12/2019.**

2.2 O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por acordo entre as partes, ou unilateralmente pelo CONTRATANTE no caso do CONTRATADO deixar de cumprir qualquer uma das suas cláusulas, devendo prevalecer em todos os casos o interesse público.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA REMUNERAÇÃO

3.1 A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de **R$ 1.577,45 (Hum Mil Quinhentos e Setenta e Sete Reais e Quarenta e Cinco Centavos)** mensais**.**

3.2 O pagamento será efetuado na mesma época dos demais servidores da Prefeitura.

3.3 O CONTRATO fará jus à percepção de 13 ° salário e salário família, observando o disposto na Lei n° 992/06 Art. N° 124 – I, II de 20 de abril de 2006.

3.4 aplica-se a este contrato o Art. 11 da Lei Municipal n° 1.148/2009.

CLAUSULA QUARTA – DA JORNADA DE TRABALHO

4.1 A jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de **30 horas** semanais**.**

4.2 Os serviços deverão ser prestados nos horários estabelecidos em cada Secretaria, conforme a função.

CLAUSULA QUINTA – DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO

5.1 A CONTRATANTE de vera efetuar sobre a remuneração do CONTRATADO todos os descontos previstos em lei a favor da Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATO

6.1 São obrigações do CONTRATADO para execução do presente contrato:

brasão de nobres

6.1.1 Cumprir assiduamente a sua jornada de trabalho;

6.1.2 Realizar com presteza e dedicação o atendimento aos cidadãos que a si se dirigirem, apresentando-se sempre de forma respeitosa e em trajes adequados ao serviço;

6.1.3 Comunicar com antecedência ao Secretario a falta ao trabalho com justificativa fundamentada;

6.1.4 Comunicar ao Secretario qualquer ocorrência ou incidência que possa comprometer a administração pública;

6.1.5 Responsabilizar-se pelos erros ou falhas que porventura vierem a ocorrer na execução dos seus serviços por sua exclusiva culpa;

6.1.6 Seguir as orientações emanadas da CONTRATANTE por intermédio do Secretario;

6.1.7 Propor sugestões para melhoria das ações desenvolvidas na sua área de trabalho;

6.1.8 Comunicar ao CONTRATANTE a pratica de atos que contrariem a ética profissional nos procedimentos realizados pela Administração Pública.

CLAUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1 Fica eleito o foro da comarca do Município de **Nobres – MT**, para dirimir quaisquer duvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das clausulas, firmam o Contrato de Trabalho em 02 (duas) vias de igual teor que serão assinadas pelas partes.

Nobres, 18 de Fevereiro de 2019

_____
_____

LEOCIR HANEL JACKELINE PAULA PEREIRA

Testemunhas:

_____
_____

RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO N° 83/2019

brasão de nobres

Contrato de Trabalho por Prazo Determinado que firmam, de um lado o município de Nobres-MT, com sede Administrativa nesta cidade, sita a Rua J s/n, bairro Jardim Paraná, inscrito no CNPJ/MF 03.424.272/0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. **LEOCIR HANEL,** de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado o (a) Sr. (a) **HENRIQUE MAYER MARANGONI**, brasileiro (a), portador (a) do **RG n.° 2.195.200-0 SESP/MT** e do **CPF n.° 020.282.671-60**, a seguir chamado de CONTRATADOna forma e mediante as cláusulas abaixo:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O contrato tem por objeto a execução de serviços temporários, regido pela Lei 1197/2011 de 21 de setembro de 2011, que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais da Educação Básica do Município de Nobres/MT, Art. 45, pelo Edital de Seleção nº. 01/2016/17SEMEC pela Portaria n°. 02/2016/17SEMEC de 18/11/2016, e pela Portaria de homologação n° 127/2017 de 17/02/2017, na função de **Técnico em Desenvolvimento Infantil Não Profissionalizado**, por essencial necessidade de caráter publico.

1.2 Os serviços serão prestados junto a Secretaria de Educação desenvolvendo atividades da área, e demais tarefas correlatas;

1.3 Os trabalhos serão desenvolvidos em estrita observância as clausulas deste Contrato, principalmente no tocante as obrigações do CONTRATADO.

CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E RESCISOES DO CONTRATO

2.1 O prazo do presente contrato é de **10 (Dez) meses e 01 (Um) dia,** contados dos dias **18/02/2019** estendendo-se até **20/12/2019.**

2.2 O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por acordo entre as partes, ou unilateralmente pelo CONTRATANTE no caso do CONTRATADO deixar de cumprir qualquer uma das suas cláusulas, devendo prevalecer em todos os casos o interesse público.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA REMUNERAÇÃO

3.1 A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de **R$ 1.577,45 (Hum Mil Quinhentos e Setenta e Sete Reais e Quarenta e Cinco Centavos)** mensais**.**

3.2 O pagamento será efetuado na mesma época dos demais servidores da Prefeitura.

3.3 O CONTRATO fará jus à percepção de 13 ° salário e salário família, observando o disposto na Lei n° 992/06 Art. N° 124 – I, II de 20 de abril de 2006.

3.4 aplica-se a este contrato o Art. 11 da Lei Municipal n° 1.148/2009.

CLAUSULA QUARTA – DA JORNADA DE TRABALHO

4.1 A jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de **30 horas** semanais**.**

4.2 Os serviços deverão ser prestados nos horários estabelecidos em cada Secretaria, conforme a função.

CLAUSULA QUINTA – DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO

5.1 A CONTRATANTE de vera efetuar sobre a remuneração do CONTRATADO todos os descontos previstos em lei a favor da Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATO

6.1 São obrigações do CONTRATADO para execução do presente contrato:

brasão de nobres

6.1.1 Cumprir assiduamente a sua jornada de trabalho;

6.1.2 Realizar com presteza e dedicação o atendimento aos cidadãos que a si se dirigirem, apresentando-se sempre de forma respeitosa e em trajes adequados ao serviço;

6.1.3 Comunicar com antecedência ao Secretario a falta ao trabalho com justificativa fundamentada;

6.1.4 Comunicar ao Secretario qualquer ocorrência ou incidência que possa comprometer a administração pública;

6.1.5 Responsabilizar-se pelos erros ou falhas que porventura vierem a ocorrer na execução dos seus serviços por sua exclusiva culpa;

6.1.6 Seguir as orientações emanadas da CONTRATANTE por intermédio do Secretario;

6.1.7 Propor sugestões para melhoria das ações desenvolvidas na sua área de trabalho;

6.1.8 Comunicar ao CONTRATANTE a pratica de atos que contrariem a ética profissional nos procedimentos realizados pela Administração Pública.

CLAUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1 Fica eleito o foro da comarca do Município de **Nobres – MT**, para dirimir quaisquer duvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das clausulas, firmam o Contrato de Trabalho em 02 (duas) vias de igual teor que serão assinadas pelas partes.

Nobres, 18 de Fevereiro de 2019

_____

_____

LEOCIR HANEL HENRIQUE MAYER MARANGONI

Testemunhas:

_____

_____

RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO N° 61/2019

brasão de nobres

Contrato de Trabalho por Prazo Determinado que firmam, de um lado o município de Nobres-MT, com sede Administrativa nesta cidade, sita a Rua J s/n, bairro Jardim Paraná, inscrito no CNPJ/MF 03.424.272/0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. **LEOCIR HANEL,** de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado o (a) Sr. (a) **GRAZIELE APARECIDA DA SILVA**, brasileiro (a), portador (a) do **RG n.° 2.040.240-6 SSP/MT** e do **CPF n.° 036.182.541-21**, a seguir chamado de CONTRATADOna forma e mediante as cláusulas abaixo:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O contrato tem por objeto a execução de serviços temporários, regido pela Lei 1197/2011 de 21 de setembro de 2011, que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais da Educação Básica do Município de Nobres/MT, Art. 45, pelo Edital de Seleção nº. 01/2016/17SEMEC pela Portaria n°. 02/2016/17SEMEC de 18/11/2016, e pela Portaria de homologação n° 127/2017 de 17/02/2017, na função de **Professor 20**, por essencial necessidade de caráter publico.

1.2 Os serviços serão prestados junto a Secretaria de Educação desenvolvendo atividades da área, e demais tarefas correlatas;

1.3 Os trabalhos serão desenvolvidos em estrita observância as clausulas deste Contrato, principalmente no tocante as obrigações do CONTRATADO.

CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E RESCISOES DO CONTRATO

2.1 O prazo do presente contrato é de **10 (Dez) meses e 01 (Um) dias,** contados dos dias **18/02/2019** estendendo-se até **20/12/2019.**

2.2 O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por acordo entre as partes, ou unilateralmente pelo CONTRATANTE no caso do CONTRATADO deixar de cumprir qualquer uma das suas cláusulas, devendo prevalecer em todos os casos o interesse público.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA REMUNERAÇÃO

3.1 A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de **R$ 2.426,87 (Dois Mil Quatrocentos e Vinte e Seis Reais e oitenta e Sete Centavos)** mensais**.**

3.2 O pagamento será efetuado na mesma época dos demais servidores da Prefeitura.

3.3 O CONTRATO fará jus à percepção de 13 ° salário e salário família, observando o disposto na Lei n° 992/06 Art. N° 124 – I, II de 20 de abril de 2006.

3.4 aplica-se a este contrato o Art. 11 da Lei Municipal n° 1.148/2009.

CLAUSULA QUARTA – DA JORNADA DE TRABALHO

4.1 A jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de **20 horas** semanais**.**

4.2 Os serviços deverão ser prestados nos horários estabelecidos em cada Secretaria, conforme a função.

CLAUSULA QUINTA – DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO

5.1 A CONTRATANTE de vera efetuar sobre a remuneração do CONTRATADO todos os descontos previstos em lei a favor da Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATO

6.1 São obrigações do CONTRATADO para execução do presente contrato:

brasão de nobres

6.1.1 Cumprir assiduamente a sua jornada de trabalho;

6.1.2 Realizar com presteza e dedicação o atendimento aos cidadãos que a si se dirigirem, apresentando-se sempre de forma respeitosa e em trajes adequados ao serviço;

6.1.3 Comunicar com antecedência ao Secretario a falta ao trabalho com justificativa fundamentada;

6.1.4 Comunicar ao Secretario qualquer ocorrência ou incidência que possa comprometer a administração pública;

6.1.5 Responsabilizar-se pelos erros ou falhas que porventura vierem a ocorrer na execução dos seus serviços por sua exclusiva culpa;

6.1.6 Seguir as orientações emanadas da CONTRATANTE por intermédio do Secretario;

6.1.7 Propor sugestões para melhoria das ações desenvolvidas na sua área de trabalho;

6.1.8 Comunicar ao CONTRATANTE a pratica de atos que contrariem a ética profissional nos procedimentos realizados pela Administração Pública.

CLAUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1 Fica eleito o foro da comarca do Município de **Nobres – MT**, para dirimir quaisquer duvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das clausulas, firmam o Contrato de Trabalho em 02 (duas) vias de igual teor que serão assinadas pelas partes.

Nobres, 18 de Fevereiro de 2019

_____

_____

LEOCIR HANEL GRAZIELE APARECIDA DA SILVA

Testemunhas:

_____

_____

RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO N° 77/2019

brasão de nobres

Contrato de Trabalho por Prazo Determinado que firmam, de um lado o município de Nobres-MT, com sede Administrativa nesta cidade, sita a Rua J s/n, bairro Jardim Paraná, inscrito no CNPJ/MF 03.424.272/0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. **LEOCIR HANEL,** de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado o (a) Sr. (a) **LIBIA MARCIA ALMEIDA**, brasileiro (a), portador (a) do **RG n.° 2. 148.157-1 SSP/MT** e do **CPF n.° 033.496.391-51**, a seguir chamado de CONTRATADOna forma e mediante as cláusulas abaixo:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O contrato tem por objeto a execução de serviços temporários, regido pela Lei 1197/2011 de 21 de setembro de 2011, que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais da Educação Básica do Município de Nobres/MT, Art. 45, pelo Edital de Seleção nº. 01/2016/17SEMEC pela Portaria n°. 02/2016/17SEMEC de 18/11/2016, e pela Portaria de homologação n° 127/2017 de 17/02/2017, na função de **Técnico em Desenvolvimento Infantil Não Profissionalizado**, por essencial necessidade de caráter publico.

1.2 Os serviços serão prestados junto a Secretaria de Educação desenvolvendo atividades da área, e demais tarefas correlatas;

1.3 Os trabalhos serão desenvolvidos em estrita observância as clausulas deste Contrato, principalmente no tocante as obrigações do CONTRATADO.

CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E RESCISOES DO CONTRATO

2.1 O prazo do presente contrato é de **10 (Dez) meses e 01 (Um) dia,** contados dos dias **18/02/2019** estendendo-se até **20/12/2019.**

2.2 O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por acordo entre as partes, ou unilateralmente pelo CONTRATANTE no caso do CONTRATADO deixar de cumprir qualquer uma das suas cláusulas, devendo prevalecer em todos os casos o interesse público.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA REMUNERAÇÃO

3.1 A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de **R$ 1.577,45 (Hum Mil Quinhentos e Setenta e Sete Reais e Qaurenta e Cinco Centavos)** mensais**.**

3.2 O pagamento será efetuado na mesma época dos demais servidores da Prefeitura.

3.3 O CONTRATO fará jus à percepção de 13 ° salário e salário família, observando o disposto na Lei n° 992/06 Art. N° 124 – I, II de 20 de abril de 2006.

3.4 aplica-se a este contrato o Art. 11 da Lei Municipal n° 1.148/2009.

CLAUSULA QUARTA – DA JORNADA DE TRABALHO

4.1 A jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de **30 horas** semanais**.**

4.2 Os serviços deverão ser prestados nos horários estabelecidos em cada Secretaria, conforme a função.

CLAUSULA QUINTA – DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO

5.1 A CONTRATANTE de vera efetuar sobre a remuneração do CONTRATADO todos os descontos previstos em lei a favor da Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATO

6.1 São obrigações do CONTRATADO para execução do presente contrato:

brasão de nobres

6.1.1 Cumprir assiduamente a sua jornada de trabalho;

6.1.2 Realizar com presteza e dedicação o atendimento aos cidadãos que a si se dirigirem, apresentando-se sempre de forma respeitosa e em trajes adequados ao serviço;

6.1.3 Comunicar com antecedência ao Secretario a falta ao trabalho com justificativa fundamentada;

6.1.4 Comunicar ao Secretario qualquer ocorrência ou incidência que possa comprometer a administração pública;

6.1.5 Responsabilizar-se pelos erros ou falhas que porventura vierem a ocorrer na execução dos seus serviços por sua exclusiva culpa;

6.1.6 Seguir as orientações emanadas da CONTRATANTE por intermédio do Secretario;

6.1.7 Propor sugestões para melhoria das ações desenvolvidas na sua área de trabalho;

6.1.8 Comunicar ao CONTRATANTE a pratica de atos que contrariem a ética profissional nos procedimentos realizados pela Administração Pública.

CLAUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1 Fica eleito o foro da comarca do Município de **Nobres – MT**, para dirimir quaisquer duvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das clausulas, firmam o Contrato de Trabalho em 02 (duas) vias de igual teor que serão assinadas pelas partes.

Nobres, 18 de Fevereiro de 2019

_____

_____

LEOCIR HANEL LIBIA MARCIA ALMEIDA

Testemunhas:

_____

_____

RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO N° 60/2019

brasão de nobres

Contrato de Trabalho por Prazo Determinado que firmam, de um lado o município de Nobres-MT, com sede Administrativa nesta cidade, sita a Rua J s/n, bairro Jardim Paraná, inscrito no CNPJ/MF 03.424.272/0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. **LEOCIR HANEL,** de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado o (a) Sr. (a) **ELAINE PEREIRA DE JESUS**, brasileiro (a), portador (a) do **RG n.° 2.125.179-7 SSP/MT** e do **CPF n.° 033.268.331-13**, a seguir chamado de CONTRATADOna forma e mediante as cláusulas abaixo:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O contrato tem por objeto a execução de serviços temporários, regido pela Lei 1197/2011 de 21 de setembro de 2011, que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais da Educação Básica do Município de Nobres/MT, Art. 45, pelo Edital de Seleção nº. 01/2016/17SEMEC pela Portaria n°. 02/2016/17SEMEC de 18/11/2016, e pela Portaria de homologação n° 127/2017 de 17/02/2017, na função de **Professor 20 Horas**, por essencial necessidade de caráter publico.

1.2 Os serviços serão prestados junto a Secretaria de Educação desenvolvendo atividades da área, e demais tarefas correlatas;

1.3 Os trabalhos serão desenvolvidos em estrita observância as clausulas deste Contrato, principalmente no tocante as obrigações do CONTRATADO.

CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E RESCISOES DO CONTRATO

2.1 O prazo do presente contrato é de **10 (Dez) meses e 01 (Um) dias,** contados dos dias **18/02/2019** estendendo-se até **20/12/2019.**

2.2 O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por acordo entre as partes, ou unilateralmente pelo CONTRATANTE no caso do CONTRATADO deixar de cumprir qualquer uma das suas cláusulas, devendo prevalecer em todos os casos o interesse público.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA REMUNERAÇÃO

3.1 A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de **R$ 2.426,87 (Dois Mil Quatrocentos e Vinte e Seis Reais e Oitenta e Sete Centavos)** mensais**.**

3.2 O pagamento será efetuado na mesma época dos demais servidores da Prefeitura.

3.3 O CONTRATO fará jus à percepção de 13 ° salário e salário família, observando o disposto na Lei n° 992/06 Art. N° 124 – I, II de 20 de abril de 2006.

3.4 aplica-se a este contrato o Art. 11 da Lei Municipal n° 1.148/2009.

CLAUSULA QUARTA – DA JORNADA DE TRABALHO

4.1 A jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de **20 horas** semanais**.**

4.2 Os serviços deverão ser prestados nos horários estabelecidos em cada Secretaria, conforme a função.

CLAUSULA QUINTA – DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO

5.1 A CONTRATANTE de vera efetuar sobre a remuneração do CONTRATADO todos os descontos previstos em lei a favor da Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATO

6.1 São obrigações do CONTRATADO para execução do presente contrato:

brasão de nobres

6.1.1 Cumprir assiduamente a sua jornada de trabalho;

6.1.2 Realizar com presteza e dedicação o atendimento aos cidadãos que a si se dirigirem, apresentando-se sempre de forma respeitosa e em trajes adequados ao serviço;

6.1.3 Comunicar com antecedência ao Secretario a falta ao trabalho com justificativa fundamentada;

6.1.4 Comunicar ao Secretario qualquer ocorrência ou incidência que possa comprometer a administração pública;

6.1.5 Responsabilizar-se pelos erros ou falhas que porventura vierem a ocorrer na execução dos seus serviços por sua exclusiva culpa;

6.1.6 Seguir as orientações emanadas da CONTRATANTE por intermédio do Secretario;

6.1.7 Propor sugestões para melhoria das ações desenvolvidas na sua área de trabalho;

6.1.8 Comunicar ao CONTRATANTE a pratica de atos que contrariem a ética profissional nos procedimentos realizados pela Administração Pública.

CLAUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1 Fica eleito o foro da comarca do Município de **Nobres – MT**, para dirimir quaisquer duvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das clausulas, firmam o Contrato de Trabalho em 02 (duas) vias de igual teor que serão assinadas pelas partes.

Nobres, 18 de Fevereiro de 2019

_____

_____

LEOCIR HANEL ELAINE PEREIRA DE JESUS

Testemunhas:

_____

_____

RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO N° 59/2019

brasão de nobres

Contrato de Trabalho por Prazo Determinado que firmam, de um lado o município de Nobres-MT, com sede Administrativa nesta cidade, sita a Rua J s/n, bairro Jardim Paraná, inscrito no CNPJ/MF 03.424.272/0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. **LEOCIR HANEL,** de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado o (a) Sr. (a) **THAIS APARECIDA V. DE O. ALCANTARA**, brasileiro (a), portador (a) do **RG n.° 1.750.837-1 SJUSP/MT** e do **CPF n.° 021.877.381-16**, a seguir chamado de CONTRATADOna forma e mediante as cláusulas abaixo:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O contrato tem por objeto a execução de serviços temporários, regido pela Lei 1197/2011 de 21 de setembro de 2011, que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais da Educação Básica do Município de Nobres/MT, Art. 45, pelo Edital de Seleção nº. 01/2016/17SEMEC pela Portaria n°. 02/2016/17SEMEC de 18/11/2016, e pela Portaria de homologação n° 127/2017 de 17/02/2017, na função de **Professor 20 Horas**, por essencial necessidade de caráter publico.

1.2 Os serviços serão prestados junto a Secretaria de Educação desenvolvendo atividades da área, e demais tarefas correlatas;

1.3 Os trabalhos serão desenvolvidos em estrita observância as clausulas deste Contrato, principalmente no tocante as obrigações do CONTRATADO.

CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E RESCISOES DO CONTRATO

2.1 O prazo do presente contrato é de **10 (Dez) meses e 01 (Um) dias,** contados dos dias **18/02/2019** estendendo-se até **20/12/2019.**

2.2 O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por acordo entre as partes, ou unilateralmente pelo CONTRATANTE no caso do CONTRATADO deixar de cumprir qualquer uma das suas cláusulas, devendo prevalecer em todos os casos o interesse público.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA REMUNERAÇÃO

3.1 A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de **R$ 2.426,87 (Dois Mil Quatrocentos e Vinte e Seis Reais e Oitenta e Sete Centavos)** mensais**.**

3.2 O pagamento será efetuado na mesma época dos demais servidores da Prefeitura.

3.3 O CONTRATO fará jus à percepção de 13 ° salário e salário família, observando o disposto na Lei n° 992/06 Art. N° 124 – I, II de 20 de abril de 2006.

3.4 aplica-se a este contrato o Art. 11 da Lei Municipal n° 1.148/2009.

CLAUSULA QUARTA – DA JORNADA DE TRABALHO

4.1 A jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de **20 horas** semanais**.**

4.2 Os serviços deverão ser prestados nos horários estabelecidos em cada Secretaria, conforme a função.

CLAUSULA QUINTA – DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO

5.1 A CONTRATANTE de vera efetuar sobre a remuneração do CONTRATADO todos os descontos previstos em lei a favor da Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATO

6.1 São obrigações do CONTRATADO para execução do presente contrato:

brasão de nobres

6.1.1 Cumprir assiduamente a sua jornada de trabalho;

6.1.2 Realizar com presteza e dedicação o atendimento aos cidadãos que a si se dirigirem, apresentando-se sempre de forma respeitosa e em trajes adequados ao serviço;

6.1.3 Comunicar com antecedência ao Secretario a falta ao trabalho com justificativa fundamentada;

6.1.4 Comunicar ao Secretario qualquer ocorrência ou incidência que possa comprometer a administração pública;

6.1.5 Responsabilizar-se pelos erros ou falhas que porventura vierem a ocorrer na execução dos seus serviços por sua exclusiva culpa;

6.1.6 Seguir as orientações emanadas da CONTRATANTE por intermédio do Secretario;

6.1.7 Propor sugestões para melhoria das ações desenvolvidas na sua área de trabalho;

6.1.8 Comunicar ao CONTRATANTE a pratica de atos que contrariem a ética profissional nos procedimentos realizados pela Administração Pública.

CLAUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1 Fica eleito o foro da comarca do Município de **Nobres – MT**, para dirimir quaisquer duvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das clausulas, firmam o Contrato de Trabalho em 02 (duas) vias de igual teor que serão assinadas pelas partes.

Nobres, 18 de Fevereiro de 2019

_____
_____

LEOCIR HANEL THAIS APARECIDA V. DE O. ALCANTARA

Testemunhas:

_____
_____

RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO N° 18/2019

brasão de nobres

Contrato de Trabalho por Prazo Determinado que firmam, de um lado o município de Nobres-MT, com sede Administrativa nesta cidade, sita a Rua J s/n, bairro Jardim Paraná, inscrito no CNPJ/MF 03.424.272/0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. **LEOCIR HANEL,** de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado o (a) Sr. (a) **MARISTELA DE FATIMA LOUREIRO**, brasileiro (a), portador (a) do **RG n.° 3.228.801-4 SSP/PR** e do **CPF n.° 030.864.069-17**, a seguir chamado de CONTRATADOna forma e mediante as cláusulas abaixo:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O contrato tem por objeto a execução de serviços temporários, regido pela Lei 1197/2011 de 21 de setembro de 2011, que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais da Educação Básica do Município de Nobres/MT, Art. 45, pelo Edital de Seleção nº. 01/2016/17SEMEC pela Portaria n°. 02/2016/17SEMEC de 18/11/2016, e pela Portaria de homologação n° 127/2017 de 17/02/2017, na função de **Professor 20**, por essencial necessidade de caráter publico.

1.2 Os serviços serão prestados junto a Secretaria de Educação desenvolvendo atividades da área, e demais tarefas correlatas;

1.3 Os trabalhos serão desenvolvidos em estrita observância as clausulas deste Contrato, principalmente no tocante as obrigações do CONTRATADO.

CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E RESCISOES DO CONTRATO

2.1 O prazo do presente contrato é de **10 (Dez) meses e 01 (Um) dias,** contados dos dias **18/02/2019** estendendo-se até **20/12/2019.**

2.2 O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por acordo entre as partes, ou unilateralmente pelo CONTRATANTE no caso do CONTRATADO deixar de cumprir qualquer uma das suas cláusulas, devendo prevalecer em todos os casos o interesse público.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA REMUNERAÇÃO

3.1 A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de **R$ 2.426,87 (Dois Mil Quatrocentos e Vinte e Seis Reais e Oitenta e Sete Centavos)** mensais**.**

3.2 O pagamento será efetuado na mesma época dos demais servidores da Prefeitura.

3.3 O CONTRATO fará jus à percepção de 13 ° salário e salário família, observando o disposto na Lei n° 992/06 Art. N° 124 – I, II de 20 de abril de 2006.

3.4 aplica-se a este contrato o Art. 11 da Lei Municipal n° 1.148/2009.

CLAUSULA QUARTA – DA JORNADA DE TRABALHO

4.1 A jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de **20 horas** semanais**.**

4.2 Os serviços deverão ser prestados nos horários estabelecidos em cada Secretaria, conforme a função.

CLAUSULA QUINTA – DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO

5.1 A CONTRATANTE de vera efetuar sobre a remuneração do CONTRATADO todos os descontos previstos em lei a favor da Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATO

6.1 São obrigações do CONTRATADO para execução do presente contrato:

brasão de nobres

6.1.1 Cumprir assiduamente a sua jornada de trabalho;

6.1.2 Realizar com presteza e dedicação o atendimento aos cidadãos que a si se dirigirem, apresentando-se sempre de forma respeitosa e em trajes adequados ao serviço;

6.1.3 Comunicar com antecedência ao Secretario a falta ao trabalho com justificativa fundamentada;

6.1.4 Comunicar ao Secretario qualquer ocorrência ou incidência que possa comprometer a administração pública;

6.1.5 Responsabilizar-se pelos erros ou falhas que porventura vierem a ocorrer na execução dos seus serviços por sua exclusiva culpa;

6.1.6 Seguir as orientações emanadas da CONTRATANTE por intermédio do Secretario;

6.1.7 Propor sugestões para melhoria das ações desenvolvidas na sua área de trabalho;

6.1.8 Comunicar ao CONTRATANTE a pratica de atos que contrariem a ética profissional nos procedimentos realizados pela Administração Pública.

CLAUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1 Fica eleito o foro da comarca do Município de **Nobres – MT**, para dirimir quaisquer duvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das clausulas, firmam o Contrato de Trabalho em 02 (duas) vias de igual teor que serão assinadas pelas partes.

Nobres, 18 de Fevereiro de 2019

_____
_____

LEOCIR HANEL MARISTELA DE FATIMA LOUREIRO

Testemunhas:

_____
_____

RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO N° 76/2019

brasão de nobres

Contrato de Trabalho por Prazo Determinado que firmam, de um lado o município de Nobres-MT, com sede Administrativa nesta cidade, sita a Rua J s/n, bairro Jardim Paraná, inscrito no CNPJ/MF 03.424.272/

0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. **LEOCIR HANEL,** de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado o (a) Sr. (a) **ROSIANE CAMPOS DE ALMEIDA**, brasileiro (a), portador (a) do **RG n.° 1.581.861-6 SSP/MT** e do **CPF n.° 005.812.821-24**, a seguir chamado de CONTRATADOna forma e mediante as cláusulas abaixo:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O contrato tem por objeto a execução de serviços temporários, regido pela Lei 1197/2011 de 21 de setembro de 2011, que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais da Educação Básica do Município de Nobres/MT, Art. 45, pelo Edital de Seleção nº. 01/2016/17SEMEC pela Portaria n°. 02/2016/17SEMEC de 18/11/2016, e pela Portaria de homologação n° 127/2017 de 17/02/2017, na função de **Técnico em Desenvolvimento Infantil Não Profissionalizado**, por essencial necessidade de caráter publico.

1.2 Os serviços serão prestados junto a Secretaria de Educação desenvolvendo atividades da área, e demais tarefas correlatas;

1.3 Os trabalhos serão desenvolvidos em estrita observância as clausulas deste Contrato, principalmente no tocante as obrigações do CONTRATADO.

CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E RESCISOES DO CONTRATO

2.1 O prazo do presente contrato é de **10 (Dez) meses e 01 (Um) dia,** contados dos dias **18/02/2019** estendendo-se até **20/12/2019.**

2.2 O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por acordo entre as partes, ou unilateralmente pelo CONTRATANTE no caso do CONTRATADO deixar de cumprir qualquer uma das suas cláusulas, devendo prevalecer em todos os casos o interesse público.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA REMUNERAÇÃO

3.1 A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de **R$ 1.577,45 (Hum Mil Quinhentos e Setenta e Sete Reais e Quarenta e Cinco Centavos)** mensais**.**

3.2 O pagamento será efetuado na mesma época dos demais servidores da Prefeitura.

3.3 O CONTRATO fará jus à percepção de 13 ° salário e salário família, observando o disposto na Lei n° 992/06 Art. N° 124 – I, II de 20 de abril de 2006.

3.4 aplica-se a este contrato o Art. 11 da Lei Municipal n° 1.148/2009.

CLAUSULA QUARTA – DA JORNADA DE TRABALHO

4.1 A jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de **30 horas** semanais**.**

4.2 Os serviços deverão ser prestados nos horários estabelecidos em cada Secretaria, conforme a função.

CLAUSULA QUINTA – DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO

5.1 A CONTRATANTE de vera efetuar sobre a remuneração do CONTRATADO todos os descontos previstos em lei a favor da Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATO

6.1 São obrigações do CONTRATADO para execução do presente contrato:

brasão de nobres

6.1.1 Cumprir assiduamente a sua jornada de trabalho;

6.1.2 Realizar com presteza e dedicação o atendimento aos cidadãos que a si se dirigirem, apresentando-se sempre de forma respeitosa e em trajes adequados ao serviço;

6.1.3 Comunicar com antecedência ao Secretario a falta ao trabalho com justificativa fundamentada;

6.1.4 Comunicar ao Secretario qualquer ocorrência ou incidência que possa comprometer a administração pública;

6.1.5 Responsabilizar-se pelos erros ou falhas que porventura vierem a ocorrer na execução dos seus serviços por sua exclusiva culpa;

6.1.6 Seguir as orientações emanadas da CONTRATANTE por intermédio do Secretario;

6.1.7 Propor sugestões para melhoria das ações desenvolvidas na sua área de trabalho;

6.1.8 Comunicar ao CONTRATANTE a pratica de atos que contrariem a ética profissional nos procedimentos realizados pela Administração Pública.

CLAUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1 Fica eleito o foro da comarca do Município de **Nobres – MT**, para dirimir quaisquer duvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das clausulas, firmam o Contrato de Trabalho em 02 (duas) vias de igual teor que serão assinadas pelas partes.

Nobres, 18 de Fevereiro de 2019

_____

_____

LEOCIR HANEL ROSIANE CAMPOS DE ALMEIDA

Testemunhas:

_____

_____

RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO N° 82/2019

brasão de nobres

Contrato de Trabalho por Prazo Determinado que firmam, de um lado o município de Nobres-MT, com sede Administrativa nesta cidade, sita a Rua J s/n, bairro Jardim Paraná, inscrito no CNPJ/MF 03.424.272/0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. **LEOCIR HANEL,** de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado o (a) Sr. (a) **JOAO MARCELO SILVA SOUZA**, brasileiro (a), portador (a) do **RG n.° 2.249.321-2 SSP/MT** e do **CPF n.° 060.446.091-03**, a seguir chamado de CONTRATADOna forma e mediante as cláusulas abaixo:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O contrato tem por objeto a execução de serviços temporários, regido pela Lei 1197/2011 de 21 de setembro de 2011, que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais da Educação Básica do Município de Nobres/MT, Art. 45, pelo Edital de Seleção nº. 01/2016/17SEMEC pela Portaria n°. 02/2016/17SEMEC de 18/11/2016, e pela Portaria de homologação n° 127/2017 de 17/02/2017, na função de **Técnico em Desenvolvimento Infantil Não Profissionalizado**, por essencial necessidade de caráter publico.

1.2 Os serviços serão prestados junto a Secretaria de Educação desenvolvendo atividades da área, e demais tarefas correlatas;

1.3 Os trabalhos serão desenvolvidos em estrita observância as clausulas deste Contrato, principalmente no tocante as obrigações do CONTRATADO.

CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E RESCISOES DO CONTRATO

2.1 O prazo do presente contrato é de **10 (Dez) meses e 01 (Um) dia,** contados dos dias **18/02/2019** estendendo-se até **20/12/2019.**

2.2 O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por acordo entre as partes, ou unilateralmente pelo CONTRATANTE no caso do CONTRATADO deixar de cumprir qualquer uma das suas cláusulas, devendo prevalecer em todos os casos o interesse público.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA REMUNERAÇÃO

3.1 A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de **R$ 1.577,45 (Hum Mil Quinhentos e Setenta e Sete Reais e Quarenta e Cinco Centavos)** mensais**.**

3.2 O pagamento será efetuado na mesma época dos demais servidores da Prefeitura.

3.3 O CONTRATO fará jus à percepção de 13 ° salário e salário família, observando o disposto na Lei n° 992/06 Art. N° 124 – I, II de 20 de abril de 2006.

3.4 aplica-se a este contrato o Art. 11 da Lei Municipal n° 1.148/2009.

CLAUSULA QUARTA – DA JORNADA DE TRABALHO

4.1 A jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de **30 horas** semanais**.**

4.2 Os serviços deverão ser prestados nos horários estabelecidos em cada Secretaria, conforme a função.

CLAUSULA QUINTA – DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO

5.1 A CONTRATANTE de vera efetuar sobre a remuneração do CONTRATADO todos os descontos previstos em lei a favor da Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATO

6.1 São obrigações do CONTRATADO para execução do presente contrato:

brasão de nobres

6.1.1 Cumprir assiduamente a sua jornada de trabalho;

6.1.2 Realizar com presteza e dedicação o atendimento aos cidadãos que a si se dirigirem, apresentando-se sempre de forma respeitosa e em trajes adequados ao serviço;

6.1.3 Comunicar com antecedência ao Secretario a falta ao trabalho com justificativa fundamentada;

6.1.4 Comunicar ao Secretario qualquer ocorrência ou incidência que possa comprometer a administração pública;

6.1.5 Responsabilizar-se pelos erros ou falhas que porventura vierem a ocorrer na execução dos seus serviços por sua exclusiva culpa;

6.1.6 Seguir as orientações emanadas da CONTRATANTE por intermédio do Secretario;

6.1.7 Propor sugestões para melhoria das ações desenvolvidas na sua área de trabalho;

6.1.8 Comunicar ao CONTRATANTE a pratica de atos que contrariem a ética profissional nos procedimentos realizados pela Administração Pública.

CLAUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1 Fica eleito o foro da comarca do Município de **Nobres – MT**, para dirimir quaisquer duvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das clausulas, firmam o Contrato de Trabalho em 02 (duas) vias de igual teor que serão assinadas pelas partes.

Nobres, 18 de Fevereiro de 2019

_____

_____

LEOCIR HANEL JOAO MARCELO SILVA SOUZA

Testemunhas:

_____

_____

RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO N° 75/2019

brasão de nobres

Contrato de Trabalho por Prazo Determinado que firmam, de um lado o município de Nobres-MT, com sede Administrativa nesta cidade, sita a Rua J s/n, bairro Jardim Paraná, inscrito no CNPJ/MF 03.424.272/0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. **LEOCIR HANEL,** de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado o (a) Sr. (a) **NEUZI MARTINS DA SILVA**, brasileiro (a), portador (a) do **RG n.° 955.542 SSP/MT** e do **CPF n.° 496.720.701-44**, a seguir chamado de CONTRATADOna forma e mediante as cláusulas abaixo:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O contrato tem por objeto a execução de serviços temporários, regido pela Lei 1197/2011 de 21 de setembro de 2011, que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais da Educação Básica do Município de Nobres/MT, Art. 45, pelo Edital de Seleção nº. 01/2016/17SEMEC pela Portaria n°. 02/2016/17SEMEC de 18/11/2016, e pela Portaria de homologação n° 127/2017 de 17/02/2017, na função de **Professor 20**, por essencial necessidade de caráter publico.

1.2 Os serviços serão prestados junto a Secretaria de Educação desenvolvendo atividades da área, e demais tarefas correlatas;

1.3 Os trabalhos serão desenvolvidos em estrita observância as clausulas deste Contrato, principalmente no tocante as obrigações do CONTRATADO.

CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E RESCISOES DO CONTRATO

2.1 O prazo do presente contrato é de **10 (Dez) meses e 01 (Um) dia,** contados dos dias **18/02/2019** estendendo-se até **20/12/2019.**

2.2 O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por acordo entre as partes, ou unilateralmente pelo CONTRATANTE no caso do CONTRATADO deixar de cumprir qualquer uma das suas cláusulas, devendo prevalecer em todos os casos o interesse público.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA REMUNERAÇÃO

3.1 A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de **R$ 2.426,87 (Dois Mil Quatrocentos e Seis Reais e Oitenta e Sete Centavos)** mensais**.**

3.2 O pagamento será efetuado na mesma época dos demais servidores da Prefeitura.

3.3 O CONTRATO fará jus à percepção de 13 ° salário e salário família, observando o disposto na Lei n° 992/06 Art. N° 124 – I, II de 20 de abril de 2006.

3.4 aplica-se a este contrato o Art. 11 da Lei Municipal n° 1.148/2009.

CLAUSULA QUARTA – DA JORNADA DE TRABALHO

4.1 A jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de **20 horas** semanais**.**

4.2 Os serviços deverão ser prestados nos horários estabelecidos em cada Secretaria, conforme a função.

CLAUSULA QUINTA – DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO

5.1 A CONTRATANTE de vera efetuar sobre a remuneração do CONTRATADO todos os descontos previstos em lei a favor da Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATO

6.1 São obrigações do CONTRATADO para execução do presente contrato:

brasão de nobres

6.1.1 Cumprir assiduamente a sua jornada de trabalho;

6.1.2 Realizar com presteza e dedicação o atendimento aos cidadãos que a si se dirigirem, apresentando-se sempre de forma respeitosa e em trajes adequados ao serviço;

6.1.3 Comunicar com antecedência ao Secretario a falta ao trabalho com justificativa fundamentada;

6.1.4 Comunicar ao Secretario qualquer ocorrência ou incidência que possa comprometer a administração pública;

6.1.5 Responsabilizar-se pelos erros ou falhas que porventura vierem a ocorrer na execução dos seus serviços por sua exclusiva culpa;

6.1.6 Seguir as orientações emanadas da CONTRATANTE por intermédio do Secretario;

6.1.7 Propor sugestões para melhoria das ações desenvolvidas na sua área de trabalho;

6.1.8 Comunicar ao CONTRATANTE a pratica de atos que contrariem a ética profissional nos procedimentos realizados pela Administração Pública.

CLAUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1 Fica eleito o foro da comarca do Município de **Nobres – MT**, para dirimir quaisquer duvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das clausulas, firmam o Contrato de Trabalho em 02 (duas) vias de igual teor que serão assinadas pelas partes.

Nobres, 18 de Fevereiro de 2019

_____

_____

LEOCIR HANEL NEUZI MARTINS DA SILVA

Testemunhas:

_____

_____

RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO N° 63/2019

brasão de nobres

Contrato de Trabalho por Prazo Determinado que firmam, de um lado o município de Nobres-MT, com sede Administrativa nesta cidade, sita a Rua J s/n, bairro Jardim Paraná, inscrito no CNPJ/MF 03.424.272/0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. **LEOCIR HANEL,** de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado o (a) Sr. (a) **ROZINETE DE ALMEIDA**, brasileiro (a), portador (a) do **RG n.° 1. 640.532-3 SJSP/MT** e do **CPF n.° 809.156.471-68**, a seguir chamado de CONTRATADOna forma e mediante as cláusulas abaixo:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O contrato tem por objeto a execução de serviços temporários, regido pela Lei 1197/2011 de 21 de setembro de 2011, que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais da Educação Básica do Município de Nobres/MT, Art. 45, pelo Edital de Seleção nº. 01/2016/17SEMEC pela Portaria n°. 02/2016/17SEMEC de 18/11/2016, e pela Portaria de homologação n° 127/2017 de 17/02/2017, na função de **Professor 20**, por essencial necessidade de caráter publico.

1.2 Os serviços serão prestados junto a Secretaria de Educação desenvolvendo atividades da área, e demais tarefas correlatas;

1.3 Os trabalhos serão desenvolvidos em estrita observância as clausulas deste Contrato, principalmente no tocante as obrigações do CONTRATADO.

CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E RESCISOES DO CONTRATO

2.1 O prazo do presente contrato é de **10 (Dez) meses e 01 (Um) dias,** contados dos dias **18/02/2019** estendendo-se até **20/12/2019.**

2.2 O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por acordo entre as partes, ou unilateralmente pelo CONTRATANTE no caso do CONTRATADO deixar de cumprir qualquer uma das suas cláusulas, devendo prevalecer em todos os casos o interesse público.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA REMUNERAÇÃO

3.1 A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de **R$ 2.426,87 (Dois Mil Quatrocentos e Vinte e Seis Reais e Oitenta e Sete Centavos)** mensais**.**

3.2 O pagamento será efetuado na mesma época dos demais servidores da Prefeitura.

3.3 O CONTRATO fará jus à percepção de 13 ° salário e salário família, observando o disposto na Lei n° 992/06 Art. N° 124 – I, II de 20 de abril de 2006.

3.4 aplica-se a este contrato o Art. 11 da Lei Municipal n° 1.148/2009.

CLAUSULA QUARTA – DA JORNADA DE TRABALHO

4.1 A jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de **20 horas** semanais**.**

4.2 Os serviços deverão ser prestados nos horários estabelecidos em cada Secretaria, conforme a função.

CLAUSULA QUINTA – DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO

5.1 A CONTRATANTE de vera efetuar sobre a remuneração do CONTRATADO todos os descontos previstos em lei a favor da Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATO

6.1 São obrigações do CONTRATADO para execução do presente contrato:

brasão de nobres

6.1.1 Cumprir assiduamente a sua jornada de trabalho;

6.1.2 Realizar com presteza e dedicação o atendimento aos cidadãos que a si se dirigirem, apresentando-se sempre de forma respeitosa e em trajes adequados ao serviço;

6.1.3 Comunicar com antecedência ao Secretario a falta ao trabalho com justificativa fundamentada;

6.1.4 Comunicar ao Secretario qualquer ocorrência ou incidência que possa comprometer a administração pública;

6.1.5 Responsabilizar-se pelos erros ou falhas que porventura vierem a ocorrer na execução dos seus serviços por sua exclusiva culpa;

6.1.6 Seguir as orientações emanadas da CONTRATANTE por intermédio do Secretario;

6.1.7 Propor sugestões para melhoria das ações desenvolvidas na sua área de trabalho;

6.1.8 Comunicar ao CONTRATANTE a pratica de atos que contrariem a ética profissional nos procedimentos realizados pela Administração Pública.

CLAUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1 Fica eleito o foro da comarca do Município de **Nobres – MT**, para dirimir quaisquer duvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das clausulas, firmam o Contrato de Trabalho em 02 (duas) vias de igual teor que serão assinadas pelas partes.

Nobres, 18 de Fevereiro de 2019

_____

_____

LEOCIR HANEL ROZINETE DE ALMEIDA

Testemunhas:

_____

_____

RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO N° 56/2019

brasão de nobres

Contrato de Trabalho por Prazo Determinado que firmam, de um lado o município de Nobres-MT, com sede Administrativa nesta cidade, sita a Rua J s/n, bairro Jardim Paraná, inscrito no CNPJ/MF 03.424.272/0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. **LEOCIR HANEL,** de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado o (a) Sr. (a) **EVANETHE PIRES DA SILVA**, brasileiro (a), portador (a) do **RG n.° 991.051 SSP/MT** e do **CPF n.° 667.833.131-15**, a seguir chamado de CONTRATADOna forma e mediante as cláusulas abaixo:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O contrato tem por objeto a execução de serviços temporários, regido pela Lei 1197/2011 de 21 de setembro de 2011, que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais da Educação Básica do Município de Nobres/MT, Art. 45, pelo Edital de Seleção nº. 01/2016/17SEMEC pela Portaria n°. 02/2016/17SEMEC de 18/11/2016, e pela Portaria de homologação n° 127/2017 de 17/02/2017, na função de **Professor 20**, por essencial necessidade de caráter publico.

1.2 Os serviços serão prestados junto a Secretaria de Educação desenvolvendo atividades da área, e demais tarefas correlatas;

1.3 Os trabalhos serão desenvolvidos em estrita observância as clausulas deste Contrato, principalmente no tocante as obrigações do CONTRATADO.

CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E RESCISOES DO CONTRATO

2.1 O prazo do presente contrato é de **10 (Dez) meses e 01 (Um) dias,** contados dos dias **18/02/2019** estendendo-se até **20/12/2019.**

2.2 O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por acordo entre as partes, ou unilateralmente pelo CONTRATANTE no caso do CONTRATADO deixar de cumprir qualquer uma das suas cláusulas, devendo prevalecer em todos os casos o interesse público.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA REMUNERAÇÃO

3.1 A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de **R$ 2.426,87 (Dois Mil Quatrocentos e Vinte Seis Reais e Oitenta e Sete Centavos)** mensais**.**

3.2 O pagamento será efetuado na mesma época dos demais servidores da Prefeitura.

3.3 O CONTRATO fará jus à percepção de 13 ° salário e salário família, observando o disposto na Lei n° 992/06 Art. N° 124 – I, II de 20 de abril de 2006.

3.4 aplica-se a este contrato o Art. 11 da Lei Municipal n° 1.148/2009.

CLAUSULA QUARTA – DA JORNADA DE TRABALHO

4.1 A jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de **20 horas** semanais**.**

4.2 Os serviços deverão ser prestados nos horários estabelecidos em cada Secretaria, conforme a função.

CLAUSULA QUINTA – DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO

5.1 A CONTRATANTE de vera efetuar sobre a remuneração do CONTRATADO todos os descontos previstos em lei a favor da Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATO

6.1 São obrigações do CONTRATADO para execução do presente contrato:

brasão de nobres

6.1.1 Cumprir assiduamente a sua jornada de trabalho;

6.1.2 Realizar com presteza e dedicação o atendimento aos cidadãos que a si se dirigirem, apresentando-se sempre de forma respeitosa e em trajes adequados ao serviço;

6.1.3 Comunicar com antecedência ao Secretario a falta ao trabalho com justificativa fundamentada;

6.1.4 Comunicar ao Secretario qualquer ocorrência ou incidência que possa comprometer a administração pública;

6.1.5 Responsabilizar-se pelos erros ou falhas que porventura vierem a ocorrer na execução dos seus serviços por sua exclusiva culpa;

6.1.6 Seguir as orientações emanadas da CONTRATANTE por intermédio do Secretario;

6.1.7 Propor sugestões para melhoria das ações desenvolvidas na sua área de trabalho;

6.1.8 Comunicar ao CONTRATANTE a pratica de atos que contrariem a ética profissional nos procedimentos realizados pela Administração Pública.

CLAUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1 Fica eleito o foro da comarca do Município de **Nobres – MT**, para dirimir quaisquer duvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das clausulas, firmam o Contrato de Trabalho em 02 (duas) vias de igual teor que serão assinadas pelas partes.

Nobres, 18 de Fevereiro de 2019

_____

_____

LEOCIR HANEL EVANETHE PIRES DA SILVA

Testemunhas:

_____
_____

RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO N° 53/2019

brasão de nobres

Contrato de Trabalho por Prazo Determinado que firmam, de um lado o município de Nobres-MT, com sede Administrativa nesta cidade, sita a Rua J s/n, bairro Jardim Paraná, inscrito no CNPJ/MF 03.424.272/0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. **LEOCIR HANEL,** de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado o (a) Sr. (a) **MARCIA LUCIA PIRES**, brasileiro (a), portador (a) do **RG n.° 1.936.495-4 SSP/MT** e do **CPF n.° 003.897.259-00**, a seguir chamado de CONTRATADOna forma e mediante as cláusulas abaixo:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O contrato tem por objeto a execução de serviços temporários, regido pela Lei 1197/2011 de 21 de setembro de 2011, que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais da Educação Básica do Município de Nobres/MT, Art. 45, pelo Edital de Seleção nº. 01/2016/17SEMEC pela Portaria n°. 02/2016/17SEMEC de 18/11/2016, e pela Portaria de homologação n° 127/2017 de 17/02/2017, na função de **Tec. Administrativo Educacional Não Profissionalizado**, por essencial necessidade de caráter publico.

1.2 Os serviços serão prestados junto a Secretaria de Educação desenvolvendo atividades da área, e demais tarefas correlatas;

1.3 Os trabalhos serão desenvolvidos em estrita observância as clausulas deste Contrato, principalmente no tocante as obrigações do CONTRATADO.

CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E RESCISOES DO CONTRATO

2.1 O prazo do presente contrato é de **09 (Nove) meses e 16 (Dezesseis) dias,** contados dos dias **18/02/2019** estendendo-se até **20/12/2019.**

2.2 O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por acordo entre as partes, ou unilateralmente pelo CONTRATANTE no caso do CONTRATADO deixar de cumprir qualquer uma das suas cláusulas, devendo prevalecer em todos os casos o interesse público.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA REMUNERAÇÃO

3.1 A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de **R$ 1.577,45 (Hum Mil Quinhentos e Setenta e Sete Reais e Quarenta e Cinco Centavos)** mensais**.**

3.2 O pagamento será efetuado na mesma época dos demais servidores da Prefeitura.

3.3 O CONTRATO fará jus à percepção de 13 ° salário e salário família, observando o disposto na Lei n° 992/06 Art. N° 124 – I, II de 20 de abril de 2006.

3.4 aplica-se a este contrato o Art. 11 da Lei Municipal n° 1.148/2009.

CLAUSULA QUARTA – DA JORNADA DE TRABALHO

4.1 A jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de **30 horas** semanais**.**

4.2 Os serviços deverão ser prestados nos horários estabelecidos em cada Secretaria, conforme a função.

CLAUSULA QUINTA – DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO

5.1 A CONTRATANTE de vera efetuar sobre a remuneração do CONTRATADO todos os descontos previstos em lei a favor da Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATO

6.1 São obrigações do CONTRATADO para execução do presente contrato:

brasão de nobres

6.1.1 Cumprir assiduamente a sua jornada de trabalho;

6.1.2 Realizar com presteza e dedicação o atendimento aos cidadãos que a si se dirigirem, apresentando-se sempre de forma respeitosa e em trajes adequados ao serviço;

6.1.3 Comunicar com antecedência ao Secretario a falta ao trabalho com justificativa fundamentada;

6.1.4 Comunicar ao Secretario qualquer ocorrência ou incidência que possa comprometer a administração pública;

6.1.5 Responsabilizar-se pelos erros ou falhas que porventura vierem a ocorrer na execução dos seus serviços por sua exclusiva culpa;

6.1.6 Seguir as orientações emanadas da CONTRATANTE por intermédio do Secretario;

6.1.7 Propor sugestões para melhoria das ações desenvolvidas na sua área de trabalho;

6.1.8 Comunicar ao CONTRATANTE a pratica de atos que contrariem a ética profissional nos procedimentos realizados pela Administração Pública.

CLAUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1 Fica eleito o foro da comarca do Município de **Nobres – MT**, para dirimir quaisquer duvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das clausulas, firmam o Contrato de Trabalho em 02 (duas) vias de igual teor que serão assinadas pelas partes.

Nobres, 18 de Fevereiro de 2019

_____
_____

LEOCIR HANEL MARCIA LUCIA PIRES

Testemunhas:

_____
_____

RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO N° 64/2019

brasão de nobres

Contrato de Trabalho por Prazo Determinado que firmam, de um lado o município de Nobres-MT, com sede Administrativa nesta cidade, sita a Rua J s/n, bairro Jardim Paraná, inscrito no CNPJ/MF 03.424.272/0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. **LEOCIR HANEL,** de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado o (a) Sr. (a) **LARISSA CARVALHO COSTA**, brasileiro (a), portador (a) do **RG n.° 246.650-37 SSP/MT** e do **CPF n.° 022.116.641-64**, a seguir chamado de CONTRATADOna forma e mediante as cláusulas abaixo:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O contrato tem por objeto a execução de serviços temporários, regido pela Lei 1197/2011 de 21 de setembro de 2011, que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais da Educação Básica do Município de Nobres/MT, Art. 45, pelo Edital

de Seleção nº. 01/2016/17SEMEC pela Portaria n°. 02/2016/17SEMEC de 18/11/2016, e pela Portaria de homologação n° 127/2017 de 17/02/2017, na função de **Professor 20 Horas**, por essencial necessidade de caráter publico.

1.2 Os serviços serão prestados junto a Secretaria de Educação desenvolvendo atividades da área, e demais tarefas correlatas;

1.3 Os trabalhos serão desenvolvidos em estrita observância as clausulas deste Contrato, principalmente no tocante as obrigações do CONTRATADO.

CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E RESCISOES DO CONTRATO

2.1 O prazo do presente contrato é de **10 (Dez) meses e 01 (Um) dias,** contados dos dias **18/02/2019** estendendo-se até **20/12/2019.**

2.2 O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por acordo entre as partes, ou unilateralmente pelo CONTRATANTE no caso do CONTRATADO deixar de cumprir qualquer uma das suas cláusulas, devendo prevalecer em todos os casos o interesse público.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA REMUNERAÇÃO

3.1 A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de **R$ 2.426,87 (Dois Mil Quatrocentos e Vinte e Seis Reais e Oitenta e Sete Centavos)** mensais**.**

3.2 O pagamento será efetuado na mesma época dos demais servidores da Prefeitura.

3.3 O CONTRATO fará jus à percepção de 13 ° salário e salário família, observando o disposto na Lei n° 992/06 Art. N° 124 – I, II de 20 de abril de 2006.

3.4 aplica-se a este contrato o Art. 11 da Lei Municipal n° 1.148/2009.

CLAUSULA QUARTA – DA JORNADA DE TRABALHO

4.1 A jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de **20 horas** semanais**.**

4.2 Os serviços deverão ser prestados nos horários estabelecidos em cada Secretaria, conforme a função.

CLAUSULA QUINTA – DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO

5.1 A CONTRATANTE de vera efetuar sobre a remuneração do CONTRATADO todos os descontos previstos em lei a favor da Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATO

6.1 São obrigações do CONTRATADO para execução do presente contrato:

brasão de nobres

6.1.1 Cumprir assiduamente a sua jornada de trabalho;

6.1.2 Realizar com presteza e dedicação o atendimento aos cidadãos que a si se dirigirem, apresentando-se sempre de forma respeitosa e em trajes adequados ao serviço;

6.1.3 Comunicar com antecedência ao Secretario a falta ao trabalho com justificativa fundamentada;

6.1.4 Comunicar ao Secretario qualquer ocorrência ou incidência que possa comprometer a administração pública;

6.1.5 Responsabilizar-se pelos erros ou falhas que porventura vierem a ocorrer na execução dos seus serviços por sua exclusiva culpa;

6.1.6 Seguir as orientações emanadas da CONTRATANTE por intermédio do Secretario;

6.1.7 Propor sugestões para melhoria das ações desenvolvidas na sua área de trabalho;

6.1.8 Comunicar ao CONTRATANTE a pratica de atos que contrariem a ética profissional nos procedimentos realizados pela Administração Pública.

CLAUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1 Fica eleito o foro da comarca do Município de **Nobres – MT**, para dirimir quaisquer duvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das clausulas, firmam o Contrato de Trabalho em 02 (duas) vias de igual teor que serão assinadas pelas partes.

Nobres, 18 de Fevereiro de 2019

_____

_____

LEOCIR HANEL LARISSA CARVALHO COSTA

Testemunhas:

_____

_____

RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO N° 30/2019

brasão de nobres

Contrato de Trabalho por Prazo Determinado que firmam, de um lado o município de Nobres-MT, com sede Administrativa nesta cidade, sita a Rua J s/n, bairro Jardim Paraná, inscrito no CNPJ/MF 03.424.272/0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. **LEOCIR HANEL,** de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado o (a) Sr. (a) **GERALDA FERNANDES DA S. SANTANA**, brasileiro (a), portador (a) do **RG n.° 304.052-11 SESP/MT** e do **CPF n.° 566.352.221-20**, a seguir chamado de CONTRATADOna forma e mediante as cláusulas abaixo:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O contrato tem por objeto a execução de serviços temporários, regido pela Lei 1197/2011 de 21 de setembro de 2011, que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais da Educação Básica do Município de Nobres/MT, Art. 45, pelo Edital de Seleção nº. 01/2016/17SEMEC pela Portaria n°. 02/2016/17SEMEC de 18/11/2016, e pela Portaria de homologação n° 127/2017 de 17/02/2017, na função de **Professor 30 Horas**, por essencial necessidade de caráter publico.

1.2 Os serviços serão prestados junto a Secretaria de Educação desenvolvendo atividades da área, e demais tarefas correlatas;

1.3 Os trabalhos serão desenvolvidos em estrita observância as clausulas deste Contrato, principalmente no tocante as obrigações do CONTRATADO.

CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E RESCISOES DO CONTRATO

2.1 O prazo do presente contrato é de **10 (Dez) meses e 01 (Um) dias,** contados dos dias **18/02/2019** estendendo-se até **20/12/2019.**

2.2 O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por acordo entre as partes, ou unilateralmente pelo CONTRATANTE no caso do CONTRATADO deixar de cumprir qualquer uma das suas cláusulas, devendo prevalecer em todos os casos o interesse público.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA REMUNERAÇÃO

3.1 A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de **R$ 3.640,30 (Três Mil Seiscentos e Quarenta Reais e Trinta Centavos)** mensais**.**

3.2 O pagamento será efetuado na mesma época dos demais servidores da Prefeitura.

3.3 O CONTRATO fará jus à percepção de 13 ° salário e salário família, observando o disposto na Lei n° 992/06 Art. N° 124 – I, II de 20 de abril de 2006.

3.4 aplica-se a este contrato o Art. 11 da Lei Municipal n° 1.148/2009.

CLAUSULA QUARTA – DA JORNADA DE TRABALHO

4.1 A jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de **30 horas** semanais**.**

4.2 Os serviços deverão ser prestados nos horários estabelecidos em cada Secretaria, conforme a função.

CLAUSULA QUINTA – DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO

5.1 A CONTRATANTE de vera efetuar sobre a remuneração do CONTRATADO todos os descontos previstos em lei a favor da Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATO

6.1 São obrigações do CONTRATADO para execução do presente contrato:

brasão de nobres

6.1.1 Cumprir assiduamente a sua jornada de trabalho;

6.1.2 Realizar com presteza e dedicação o atendimento aos cidadãos que a si se dirigirem, apresentando-se sempre de forma respeitosa e em trajes adequados ao serviço;

6.1.3 Comunicar com antecedência ao Secretario a falta ao trabalho com justificativa fundamentada;

6.1.4 Comunicar ao Secretario qualquer ocorrência ou incidência que possa comprometer a administração pública;

6.1.5 Responsabilizar-se pelos erros ou falhas que porventura vierem a ocorrer na execução dos seus serviços por sua exclusiva culpa;

6.1.6 Seguir as orientações emanadas da CONTRATANTE por intermédio do Secretario;

6.1.7 Propor sugestões para melhoria das ações desenvolvidas na sua área de trabalho;

6.1.8 Comunicar ao CONTRATANTE a pratica de atos que contrariem a ética profissional nos procedimentos realizados pela Administração Pública.

CLAUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1 Fica eleito o foro da comarca do Município de **Nobres – MT**, para dirimir quaisquer duvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das clausulas, firmam o Contrato de Trabalho em 02 (duas) vias de igual teor que serão assinadas pelas partes.

Nobres, 18 de Fevereiro de 2019

_____

_____

LEOCIR HANEL GERALDA FERNANDES DA S. SANTANA

Testemunhas:

_____

_____

RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO N° 80/2019

brasão de nobres

Contrato de Trabalho por Prazo Determinado que firmam, de um lado o município de Nobres-MT, com sede Administrativa nesta cidade, sita a Rua J s/n, bairro Jardim Paraná, inscrito no CNPJ/MF 03.424.272/0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. **LEOCIR HANEL,** de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado o (a) Sr. (a) **JOSIANE DELFINO DE ARAUJO**, brasileiro (a), portador (a) do **RG n.° 166.904-27 SSP/MT** e do **CPF n.° 009.714.881-42**, a seguir chamado de CONTRATADOna forma e mediante as cláusulas abaixo:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O contrato tem por objeto a execução de serviços temporários, regido pela Lei 1197/2011 de 21 de setembro de 2011, que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais da Educação Básica do Município de Nobres/MT, Art. 45, pelo Edital de Seleção nº. 01/2016/17SEMEC pela Portaria n°. 02/2016/17SEMEC de 18/11/2016, e pela Portaria de homologação n° 127/2017 de 17/02/2017, na função de **Tec. em Desenvolvimento Infantil Não Profissionalizado**, por essencial necessidade de caráter publico.

1.2 Os serviços serão prestados junto a Secretaria de Educação desenvolvendo atividades da área, e demais tarefas correlatas;

1.3 Os trabalhos serão desenvolvidos em estrita observância as clausulas deste Contrato, principalmente no tocante as obrigações do CONTRATADO.

CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E RESCISOES DO CONTRATO

2.1 O prazo do presente contrato é de **10 (Dez) meses e 20 (Vinte) dias,** contados dos dias **18/02/2019** estendendo-se até **20/12/2019.**

2.2 O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por acordo entre as partes, ou unilateralmente pelo CONTRATANTE no caso do CONTRATADO deixar de cumprir qualquer uma das suas cláusulas, devendo prevalecer em todos os casos o interesse público.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA REMUNERAÇÃO

3.1 A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de **R$ 1.577,45 (Hum Mil Quinhentos e Setenta e Sete Reais e Quarenta e Cinco Centavos)** mensais**.**

3.2 O pagamento será efetuado na mesma época dos demais servidores da Prefeitura.

3.3 O CONTRATO fará jus à percepção de 13 ° salário e salário família, observando o disposto na Lei n° 992/06 Art. N° 124 – I, II de 20 de abril de 2006.

3.4 aplica-se a este contrato o Art. 11 da Lei Municipal n° 1.148/2009.

CLAUSULA QUARTA – DA JORNADA DE TRABALHO

4.1 A jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de **30 horas** semanais**.**

4.2 Os serviços deverão ser prestados nos horários estabelecidos em cada Secretaria, conforme a função.

CLAUSULA QUINTA – DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO

5.1 A CONTRATANTE de vera efetuar sobre a remuneração do CONTRATADO todos os descontos previstos em lei a favor da Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATO

6.1 São obrigações do CONTRATADO para execução do presente contrato:

brasão de nobres

6.1.1 Cumprir assiduamente a sua jornada de trabalho;

6.1.2 Realizar com presteza e dedicação o atendimento aos cidadãos que a si se dirigirem, apresentando-se sempre de forma respeitosa e em trajes adequados ao serviço;

6.1.3 Comunicar com antecedência ao Secretario a falta ao trabalho com justificativa fundamentada;

6.1.4 Comunicar ao Secretario qualquer ocorrência ou incidência que possa comprometer a administração pública;

6.1.5 Responsabilizar-se pelos erros ou falhas que porventura vierem a ocorrer na execução dos seus serviços por sua exclusiva culpa;

6.1.6 Seguir as orientações emanadas da CONTRATANTE por intermédio do Secretario;

6.1.7 Propor sugestões para melhoria das ações desenvolvidas na sua área de trabalho;

6.1.8 Comunicar ao CONTRATANTE a pratica de atos que contrariem a ética profissional nos procedimentos realizados pela Administração Pública.

CLAUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1 Fica eleito o foro da comarca do Município de **Nobres – MT**, para dirimir quaisquer duvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das clausulas, firmam o Contrato de Trabalho em 02 (duas) vias de igual teor que serão assinadas pelas partes.

Nobres, 18 de Fevereiro de 2019

_____

_____

LEOCIR HANEL JOSIANE DELFINO DE ARAUJO

Testemunhas:

_____

_____

RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO N° 51/2019

brasão de nobres

Contrato de Trabalho por Prazo Determinado que firmam, de um lado o município de Nobres-MT, com sede Administrativa nesta cidade, sita a Rua J s/n, bairro Jardim Paraná, inscrito no CNPJ/MF 03.424.272/0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. **LEOCIR HANEL,** de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado o (a) Sr. (a) **AECIO LEITE DE PAULA**, brasileiro (a), portador (a) do **RG n.° 0623570-0 SSP/MT** e do **CPF n.° 551.809.571-68**, a seguir chamado de CONTRATADOna forma e mediante as cláusulas abaixo:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O contrato tem por objeto a execução de serviços temporários, regido pela Lei 1197/2011 de 21 de setembro de 2011, que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais da Educação Básica do Município de Nobres/MT, Art. 45, pelo Edital de Seleção nº. 01/2016/17SEMEC pela Portaria n°. 02/2016/17SEMEC de 18/11/2016, e pela Portaria de homologação n° 127/2017 de 17/02/2017, na função de **Professor 30 horas**, por essencial necessidade de caráter publico.

1.2 Os serviços serão prestados junto a Secretaria de Educação desenvolvendo atividades da área, e demais tarefas correlatas;

1.3 Os trabalhos serão desenvolvidos em estrita observância as clausulas deste Contrato, principalmente no tocante as obrigações do CONTRATADO.

CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E RESCISOES DO CONTRATO

2.1 O prazo do presente contrato é de **10 (Dez) meses e 01 (Um) dias,** contados dos dias **18/02/2019** estendendo-se até **20/12/2019.**

2.2 O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por acordo entre as partes, ou unilateralmente pelo CONTRATANTE no caso do CONTRATADO deixar de cumprir qualquer uma das suas cláusulas, devendo prevalecer em todos os casos o interesse público.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA REMUNERAÇÃO

3.1 A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de **R$ 3.640,30 (Três Mil Seiscentos e Quarenta Reais e Trinta Centavos)** mensais**.**

3.2 O pagamento será efetuado na mesma época dos demais servidores da Prefeitura.

3.3 O CONTRATO fará jus à percepção de 13 ° salário e salário família, observando o disposto na Lei n° 992/06 Art. N° 124 – I, II de 20 de abril de 2006.

3.4 aplica-se a este contrato o Art. 11 da Lei Municipal n° 1.148/2009.

CLAUSULA QUARTA – DA JORNADA DE TRABALHO

4.1 A jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de **30 horas** semanais**.**

4.2 Os serviços deverão ser prestados nos horários estabelecidos em cada Secretaria, conforme a função.

CLAUSULA QUINTA – DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO

5.1 A CONTRATANTE de vera efetuar sobre a remuneração do CONTRATADO todos os descontos previstos em lei a favor da Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATO

6.1 São obrigações do CONTRATADO para execução do presente contrato:

brasão de nobres

6.1.1 Cumprir assiduamente a sua jornada de trabalho;

6.1.2 Realizar com presteza e dedicação o atendimento aos cidadãos que a si se dirigirem, apresentando-se sempre de forma respeitosa e em trajes adequados ao serviço;

6.1.3 Comunicar com antecedência ao Secretario a falta ao trabalho com justificativa fundamentada;

6.1.4 Comunicar ao Secretario qualquer ocorrência ou incidência que possa comprometer a administração pública;

6.1.5 Responsabilizar-se pelos erros ou falhas que porventura vierem a ocorrer na execução dos seus serviços por sua exclusiva culpa;

6.1.6 Seguir as orientações emanadas da CONTRATANTE por intermédio do Secretario;

6.1.7 Propor sugestões para melhoria das ações desenvolvidas na sua área de trabalho;

6.1.8 Comunicar ao CONTRATANTE a pratica de atos que contrariem a ética profissional nos procedimentos realizados pela Administração Pública.

CLAUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1 Fica eleito o foro da comarca do Município de **Nobres – MT**, para dirimir quaisquer duvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das clausulas, firmam o Contrato de Trabalho em 02 (duas) vias de igual teor que serão assinadas pelas partes.

Nobres, 18 de Fevereiro de 2019

_____
_____

LEOCIR HANEL AECIO LEITE DE PAULA

Testemunhas:

_____
_____

RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO N° 69/2019

brasão de nobres

Contrato de Trabalho por Prazo Determinado que firmam, de um lado o município de Nobres-MT, com sede Administrativa nesta cidade, sita a Rua J s/n, bairro Jardim Paraná, inscrito no CNPJ/MF 03.424.272/0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. **LEOCIR HANEL,** de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado o (a) Sr. (a) **ERICKA DUARTE A. O. PINTO**, brasileiro (a), portador (a) do **RG n.° 0.707.716-5 SSP/MT** e do **CPF n.° 483.706.731-04**, a seguir chamado de CONTRATADOna forma e mediante as cláusulas abaixo:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O contrato tem por objeto a execução de serviços temporários, regido pela Lei 1197/2011 de 21 de setembro de 2011, que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais da Educação Básica do Município de Nobres/MT, Art. 45, pelo Edital de Seleção nº. 01/2016/17SEMEC pela Portaria n°. 02/2016/17SEMEC de 18/11/2016, e pela Portaria de homologação n° 127/2017 de 17/02/2017, na função de **Professor 20 Horas**, por essencial necessidade de caráter publico.

1.2 Os serviços serão prestados junto a Secretaria de Educação desenvolvendo atividades da área, e demais tarefas correlatas;

1.3 Os trabalhos serão desenvolvidos em estrita observância as clausulas deste Contrato, principalmente no tocante as obrigações do CONTRATADO.

CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E RESCISOES DO CONTRATO

2.1 O prazo do presente contrato é de **10 (Dez) meses e 01 (Um) dia,** contados dos dias **18/02/2019** estendendo-se até **20/12/2019.**

2.2 O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por acordo entre as partes, ou unilateralmente pelo CONTRATANTE no caso do CONTRATADO deixar de cumprir qualquer uma das suas cláusulas, devendo prevalecer em todos os casos o interesse público.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA REMUNERAÇÃO

3.1 A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de **R$ 2.426,87 (Dois Mil Quatrocentos e Vinte e Seis Reais e Oitenta e Sete Centavos)** mensais**.**

3.2 O pagamento será efetuado na mesma época dos demais servidores da Prefeitura.

3.3 O CONTRATO fará jus à percepção de 13 ° salário e salário família, observando o disposto na Lei n° 992/06 Art. N° 124 – I, II de 20 de abril de 2006.

3.4 aplica-se a este contrato o Art. 11 da Lei Municipal n° 1.148/2009.

CLAUSULA QUARTA – DA JORNADA DE TRABALHO

4.1 A jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de **20 horas** semanais**.**

4.2 Os serviços deverão ser prestados nos horários estabelecidos em cada Secretaria, conforme a função.

CLAUSULA QUINTA – DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO

5.1 A CONTRATANTE de vera efetuar sobre a remuneração do CONTRATADO todos os descontos previstos em lei a favor da Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATO

6.1 São obrigações do CONTRATADO para execução do presente contrato:

brasão de nobres

6.1.1 Cumprir assiduamente a sua jornada de trabalho;

6.1.2 Realizar com presteza e dedicação o atendimento aos cidadãos que a si se dirigirem, apresentando-se sempre de forma respeitosa e em trajes adequados ao serviço;

6.1.3 Comunicar com antecedência ao Secretario a falta ao trabalho com justificativa fundamentada;

6.1.4 Comunicar ao Secretario qualquer ocorrência ou incidência que possa comprometer a administração pública;

6.1.5 Responsabilizar-se pelos erros ou falhas que porventura vierem a ocorrer na execução dos seus serviços por sua exclusiva culpa;

6.1.6 Seguir as orientações emanadas da CONTRATANTE por intermédio do Secretario;

6.1.7 Propor sugestões para melhoria das ações desenvolvidas na sua área de trabalho;

6.1.8 Comunicar ao CONTRATANTE a pratica de atos que contrariem a ética profissional nos procedimentos realizados pela Administração Pública.

CLAUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1 Fica eleito o foro da comarca do Município de **Nobres – MT**, para dirimir quaisquer duvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das clausulas, firmam o Contrato de Trabalho em 02 (duas) vias de igual teor que serão assinadas pelas partes.

Nobres, 18 de Fevereiro de 2019

_____
_____

LEOCIR HANEL ERICKA DUARTE A. O. PINTO

Testemunhas:

_____
_____

RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO N° 37/2019

brasão de nobres

Contrato de Trabalho por Prazo Determinado que firmam, de um lado o município de Nobres-MT, com sede Administrativa nesta cidade, sita

a Rua J s/n, bairro Jardim Paraná, inscrito no CNPJ/MF 03.424.272/0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. **LEOCIR HANEL,** de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado o (a) Sr. (a) **MARINARA GIOVANNA DE ALMEIDA SOUZA**, brasileiro (a), portador (a) do **RG n.° 2.596.677-4 SSP/MT** e do **CPF n.° 062.134.421-46**, a seguir chamado de CONTRATADOna forma e mediante as cláusulas abaixo:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O contrato tem por objeto a execução de serviços temporários, regido pela Lei 1197/2011 de 21 de setembro de 2011, que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais da Educação Básica do Município de Nobres/MT, Art. 45, pelo Edital de Seleção nº. 01/2016/17SEMEC pela Portaria n°. 02/2016/17SEMEC de 18/11/2016, e pela Portaria de homologação n° 127/2017 de 17/02/2017, na função de **Técnico em Desenvolvimento Infantil Não Profissionalizado**, por essencial necessidade de caráter publico.

1.2 Os serviços serão prestados junto a Secretaria de Educação desenvolvendo atividades da área, e demais tarefas correlatas;

1.3 Os trabalhos serão desenvolvidos em estrita observância as clausulas deste Contrato, principalmente no tocante as obrigações do CONTRATADO.

CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E RESCISOES DO CONTRATO

2.1 O prazo do presente contrato é de **10 (Dez) meses e 01 (Um) dias,** contados dos dias **18/02/2019** estendendo-se até **20/12/2019.**

2.2 O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por acordo entre as partes, ou unilateralmente pelo CONTRATANTE no caso do CONTRATADO deixar de cumprir qualquer uma das suas cláusulas, devendo prevalecer em todos os casos o interesse público.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA REMUNERAÇÃO

3.1 A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de **R$ 1.577,45 (Hum Mil Quinhentos e Setenta e Sete Reais e Oitenta e Sete Centavos)** mensais**.**

3.2 O pagamento será efetuado na mesma época dos demais servidores da Prefeitura.

3.3 O CONTRATO fará jus à percepção de 13 ° salário e salário família, observando o disposto na Lei n° 992/06 Art. N° 124 – I, II de 20 de abril de 2006.

3.4 aplica-se a este contrato o Art. 11 da Lei Municipal n° 1.148/2009.

CLAUSULA QUARTA – DA JORNADA DE TRABALHO

4.1 A jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de **30 horas** semanais**.**

4.2 Os serviços deverão ser prestados nos horários estabelecidos em cada Secretaria, conforme a função.

CLAUSULA QUINTA – DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO

5.1 A CONTRATANTE de vera efetuar sobre a remuneração do CONTRATADO todos os descontos previstos em lei a favor da Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATO

6.1 São obrigações do CONTRATADO para execução do presente contrato:

brasão de nobres

6.1.1 Cumprir assiduamente a sua jornada de trabalho;

6.1.2 Realizar com presteza e dedicação o atendimento aos cidadãos que a si se dirigirem, apresentando-se sempre de forma respeitosa e em trajes adequados ao serviço;

6.1.3 Comunicar com antecedência ao Secretario a falta ao trabalho com justificativa fundamentada;

6.1.4 Comunicar ao Secretario qualquer ocorrência ou incidência que possa comprometer a administração pública;

6.1.5 Responsabilizar-se pelos erros ou falhas que porventura vierem a ocorrer na execução dos seus serviços por sua exclusiva culpa;

6.1.6 Seguir as orientações emanadas da CONTRATANTE por intermédio do Secretario;

6.1.7 Propor sugestões para melhoria das ações desenvolvidas na sua área de trabalho;

6.1.8 Comunicar ao CONTRATANTE a pratica de atos que contrariem a ética profissional nos procedimentos realizados pela Administração Pública.

CLAUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1 Fica eleito o foro da comarca do Município de **Nobres – MT**, para dirimir quaisquer duvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das clausulas, firmam o Contrato de Trabalho em 02 (duas) vias de igual teor que serão assinadas pelas partes.

Nobres, 18 de Fevereiro de 2019

_____

_____

LEOCIR HANEL MARINARA GIOVANNA DE ALMEIDA SOUZA

Testemunhas:

_____

_____

RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO N° 74/2019

brasão de nobres

Contrato de Trabalho por Prazo Determinado que firmam, de um lado o município de Nobres-MT, com sede Administrativa nesta cidade, sita a Rua J s/n, bairro Jardim Paraná, inscrito no CNPJ/MF 03.424.272/0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. **LEOCIR HANEL,** de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado o (a) Sr. (a) **FRANSUIZA FRANÇA DA SILVA**, brasileiro (a), portador (a) do **RG n.° 220.916-70 SSP/MT** e do **CPF n.° 037.447.491-50**, a seguir chamado de CONTRATADOna forma e mediante as cláusulas abaixo:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O contrato tem por objeto a execução de serviços temporários, regido pela Lei 1197/2011 de 21 de setembro de 2011, que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais da Educação Básica do Município de Nobres/MT, Art. 45, pelo Edital de Seleção nº. 01/2016/17SEMEC pela Portaria n°. 02/2016/17SEMEC de 18/11/2016, e pela Portaria de homologação n° 127/2017 de 17/02/2017, na função de **Professor 20 Horas**, por essencial necessidade de caráter publico.

1.2 Os serviços serão prestados junto a Secretaria de Educação desenvolvendo atividades da área, e demais tarefas correlatas;

1.3 Os trabalhos serão desenvolvidos em estrita observância as clausulas deste Contrato, principalmente no tocante as obrigações do CONTRATADO.

CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E RESCISOES DO CONTRATO

2.1 O prazo do presente contrato é de **10 (Dez) meses e 01 (Um) dia,** contados dos dias **18/02/2019** estendendo-se até **20/12/2019.**

2.2 O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por acordo entre as partes, ou unilateralmente pelo CONTRATANTE no caso do CONTRATADO deixar de cumprir qualquer uma das suas cláusulas, devendo prevalecer em todos os casos o interesse público.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA REMUNERAÇÃO

3.1 A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de **R$ 2.426,87 (Dois Mil Quatrocentos e Vinte e Seis Reais e Oitenta e Sete Centavos)** mensais**.**

3.2 O pagamento será efetuado na mesma época dos demais servidores da Prefeitura.

3.3 O CONTRATO fará jus à percepção de 13 ° salário e salário família, observando o disposto na Lei n° 992/06 Art. N° 124 – I, II de 20 de abril de 2006.

3.4 aplica-se a este contrato o Art. 11 da Lei Municipal n° 1.148/2009.

CLAUSULA QUARTA – DA JORNADA DE TRABALHO

4.1 A jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de **20 horas** semanais**.**

4.2 Os serviços deverão ser prestados nos horários estabelecidos em cada Secretaria, conforme a função.

CLAUSULA QUINTA – DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO

5.1 A CONTRATANTE de vera efetuar sobre a remuneração do CONTRATADO todos os descontos previstos em lei a favor da Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATO

6.1 São obrigações do CONTRATADO para execução do presente contrato:

brasão de nobres

6.1.1 Cumprir assiduamente a sua jornada de trabalho;

6.1.2 Realizar com presteza e dedicação o atendimento aos cidadãos que a si se dirigirem, apresentando-se sempre de forma respeitosa e em trajes adequados ao serviço;

6.1.3 Comunicar com antecedência ao Secretario a falta ao trabalho com justificativa fundamentada;

6.1.4 Comunicar ao Secretario qualquer ocorrência ou incidência que possa comprometer a administração pública;

6.1.5 Responsabilizar-se pelos erros ou falhas que porventura vierem a ocorrer na execução dos seus serviços por sua exclusiva culpa;

6.1.6 Seguir as orientações emanadas da CONTRATANTE por intermédio do Secretario;

6.1.7 Propor sugestões para melhoria das ações desenvolvidas na sua área de trabalho;

6.1.8 Comunicar ao CONTRATANTE a pratica de atos que contrariem a ética profissional nos procedimentos realizados pela Administração Pública.

CLAUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1 Fica eleito o foro da comarca do Município de **Nobres – MT**, para dirimir quaisquer duvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das clausulas, firmam o Contrato de Trabalho em 02 (duas) vias de igual teor que serão assinadas pelas partes.

Nobres, 18 de Fevereiro de 2019

_____

_____

LEOCIR HANEL FRANSUIZA FRANÇA DA SILVA

Testemunhas:

_____

_____

RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO N° 25/2019

brasão de nobres

Contrato de Trabalho por Prazo Determinado que firmam, de um lado o município de Nobres-MT, com sede Administrativa nesta cidade, sita a Rua J s/n, bairro Jardim Paraná, inscrito no CNPJ/MF 03.424.272/0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. **LEOCIR HANEL,** de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado o (a) Sr. (a) **MARIA APARECIDA DE CAMPOS SOUZA**, brasileiro (a), portador (a) do **RG n.° 0999.415-7 SSP/MT** e do **CPF n.° 654.326.731-34**, a seguir chamado de CONTRATADOna forma e mediante as cláusulas abaixo:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O contrato tem por objeto a execução de serviços temporários, regido pela Lei 1197/2011 de 21 de setembro de 2011, que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais da Educação Básica do Município de Nobres/MT, Art. 45, pelo Edital de Seleção nº. 01/2016/17SEMEC pela Portaria n°. 02/2016/17SEMEC de 18/11/2016, e pela Portaria de homologação n° 127/2017 de 17/02/2017, na função de **Professor 20**, por essencial necessidade de caráter publico.

1.2 Os serviços serão prestados junto a Secretaria de Educação desenvolvendo atividades da área, e demais tarefas correlatas;

1.3 Os trabalhos serão desenvolvidos em estrita observância as clausulas deste Contrato, principalmente no tocante as obrigações do CONTRATADO.

CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E RESCISOES DO CONTRATO

2.1 O prazo do presente contrato é de **09 (Nove) meses e 16 (Dezesseis) dias,** contados dos dias **18/02/2019** estendendo-se até **20/12/2019.**

2.2 O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por acordo entre as partes, ou unilateralmente pelo CONTRATANTE no caso do CONTRATADO deixar de cumprir qualquer uma das suas cláusulas, devendo prevalecer em todos os casos o interesse público.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA REMUNERAÇÃO

3.1 A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de **R$ 2.426,87 (Dois Quatrocentos e Vinte e Seis Reais e Oitenta e Sete Centavos)** mensais**.**

3.2 O pagamento será efetuado na mesma época dos demais servidores da Prefeitura.

3.3 O CONTRATO fará jus à percepção de 13 ° salário e salário família, observando o disposto na Lei n° 992/06 Art. N° 124 – I, II de 20 de abril de 2006.

3.4 aplica-se a este contrato o Art. 11 da Lei Municipal n° 1.148/2009.

CLAUSULA QUARTA – DA JORNADA DE TRABALHO

4.1 A jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de **20 horas** semanais**.**

4.2 Os serviços deverão ser prestados nos horários estabelecidos em cada Secretaria, conforme a função.

CLAUSULA QUINTA – DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO

5.1 A CONTRATANTE de vera efetuar sobre a remuneração do CONTRATADO todos os descontos previstos em lei a favor da Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATO

6.1 São obrigações do CONTRATADO para execução do presente contrato:

brasão de nobres

6.1.1 Cumprir assiduamente a sua jornada de trabalho;

6.1.2 Realizar com presteza e dedicação o atendimento aos cidadãos que a si se dirigirem, apresentando-se sempre de forma respeitosa e em trajes adequados ao serviço;

6.1.3 Comunicar com antecedência ao Secretario a falta ao trabalho com justificativa fundamentada;

6.1.4 Comunicar ao Secretario qualquer ocorrência ou incidência que possa comprometer a administração pública;

6.1.5 Responsabilizar-se pelos erros ou falhas que porventura vierem a ocorrer na execução dos seus serviços por sua exclusiva culpa;

6.1.6 Seguir as orientações emanadas da CONTRATANTE por intermédio do Secretario;

6.1.7 Propor sugestões para melhoria das ações desenvolvidas na sua área de trabalho;

6.1.8 Comunicar ao CONTRATANTE a pratica de atos que contrariem a ética profissional nos procedimentos realizados pela Administração Pública.

CLAUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1 Fica eleito o foro da comarca do Município de **Nobres – MT**, para dirimir quaisquer duvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das clausulas, firmam o Contrato de Trabalho em 02 (duas) vias de igual teor que serão assinadas pelas partes.

Nobres, 18 de Fevereiro de 2019

_____

_____

LEOCIR HANEL MARIA APARECIDA DE CAMPOS SOUZA

Testemunhas:

_____

_____

RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO N° 36/2019

brasão de nobres

Contrato de Trabalho por Prazo Determinado que firmam, de um lado o município de Nobres-MT, com sede Administrativa nesta cidade, sita a Rua J s/n, bairro Jardim Paraná, inscrito no CNPJ/MF 03.424.272/0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. **LEOCIR HANEL,** de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado o (a) Sr. (a) **MARIA CLARA DE CAMPOS E SILVA**, brasileiro (a), portador (a) do **RG n.° 1.955.441-9 SSP/MT** e do **CPF n.° 068.797.571-97**, a seguir chamado de CONTRATADOna forma e mediante as cláusulas abaixo:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O contrato tem por objeto a execução de serviços temporários, regido pela Lei 1197/2011 de 21 de setembro de 2011, que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais da Educação Básica do Município de Nobres/MT, Art. 45, pelo Edital de Seleção nº. 01/2016/17SEMEC pela Portaria n°. 02/2016/17SEMEC de 18/11/2016, e pela Portaria de homologação n° 127/2017 de 17/02/2017, na função de **Técnico em Desenvolvimento Profissional Não Profissionalizado**, por essencial necessidade de caráter publico.

1.2 Os serviços serão prestados junto a Secretaria de Educação desenvolvendo atividades da área, e demais tarefas correlatas;

1.3 Os trabalhos serão desenvolvidos em estrita observância as clausulas deste Contrato, principalmente no tocante as obrigações do CONTRATADO.

CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E RESCISOES DO CONTRATO

2.1 O prazo do presente contrato é de **10 (Dez) meses e 01 (Um) dias,** contados dos dias **18/02/2019** estendendo-se até **20/12/2019.**

2.2 O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por acordo entre as partes, ou unilateralmente pelo CONTRATANTE no caso do CONTRATADO deixar de cumprir qualquer uma das suas cláusulas, devendo prevalecer em todos os casos o interesse público.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA REMUNERAÇÃO

3.1 A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de **R$ 1.577,45 (Dois Mil Quinhentos e Setenta e Sete Reais e Quarenta e Cinco Centavos)** mensais**.**

3.2 O pagamento será efetuado na mesma época dos demais servidores da Prefeitura.

3.3 O CONTRATO fará jus à percepção de 13 ° salário e salário família, observando o disposto na Lei n° 992/06 Art. N° 124 – I, II de 20 de abril de 2006.

3.4 aplica-se a este contrato o Art. 11 da Lei Municipal n° 1.148/2009.

CLAUSULA QUARTA – DA JORNADA DE TRABALHO

4.1 A jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de **30 horas** semanais**.**

4.2 Os serviços deverão ser prestados nos horários estabelecidos em cada Secretaria, conforme a função.

CLAUSULA QUINTA – DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO

5.1 A CONTRATANTE de vera efetuar sobre a remuneração do CONTRATADO todos os descontos previstos em lei a favor da Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATO

6.1 São obrigações do CONTRATADO para execução do presente contrato:

brasão de nobres

6.1.1 Cumprir assiduamente a sua jornada de trabalho;

6.1.2 Realizar com presteza e dedicação o atendimento aos cidadãos que a si se dirigirem, apresentando-se sempre de forma respeitosa e em trajes adequados ao serviço;

6.1.3 Comunicar com antecedência ao Secretario a falta ao trabalho com justificativa fundamentada;

6.1.4 Comunicar ao Secretario qualquer ocorrência ou incidência que possa comprometer a administração pública;

6.1.5 Responsabilizar-se pelos erros ou falhas que porventura vierem a ocorrer na execução dos seus serviços por sua exclusiva culpa;

6.1.6 Seguir as orientações emanadas da CONTRATANTE por intermédio do Secretario;

6.1.7 Propor sugestões para melhoria das ações desenvolvidas na sua área de trabalho;

6.1.8 Comunicar ao CONTRATANTE a pratica de atos que contrariem a ética profissional nos procedimentos realizados pela Administração Pública.

CLAUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1 Fica eleito o foro da comarca do Município de **Nobres – MT**, para dirimir quaisquer duvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das clausulas, firmam o Contrato de Trabalho em 02 (duas) vias de igual teor que serão assinadas pelas partes.

Nobres, 18 de Fevereiro de 2019

_____
_____

LEOCIR HANEL MARIA CLARA DE CAMPOS E SILVA

Testemunhas:

_____
_____

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 425/2017

PORTARIA Nº. 425/2017

"Dispõe sobre a Concessão de FG à Sra. ***Nizethe Inês de Almeida,*** *e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferida pela Lei, **RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder FG de 50% a Sra. ***Nizethe Inês de Almeida*** portadora do RG nº. 570.069 SSP/MT, e inscrita no CPF nº. 419.937.801-49.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor, retroagindo seus efeitos a 01 de agosto de 2017, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 18 de Outubro de 2017.

Leocir Hanel **Prefeito Municipal de Nobres**

RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO N° 35/2019

brasão de nobres

Contrato de Trabalho por Prazo Determinado que firmam, de um lado o município de Nobres-MT, com sede Administrativa nesta cidade, sita a Rua J s/n, bairro Jardim Paraná, inscrito no CNPJ/MF 03.424.272/0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. **LEOCIR HANEL,** de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado o (a) Sr. (a) **CRISTINA TAVARES DE MENEZES**, brasileiro (a), portador (a) do **RG n.° 1.278.384-6 SSP/MT** e do **CPF n.° 915.292.391-68**, a seguir chamado de CONTRATADOna forma e mediante as cláusulas abaixo:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O contrato tem por objeto a execução de serviços temporários, regido pela Lei 1197/2011 de 21 de setembro de 2011, que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais da Educação Básica do Município de Nobres/MT, Art. 45, pelo Edital de Seleção nº. 01/2016/17SEMEC pela Portaria n°. 02/2016/17SEMEC de 18/11/2016, e pela Portaria de homologação n° 127/2017 de 17/02/2017, na função de **Professor 20**, por essencial necessidade de caráter publico.

1.2 Os serviços serão prestados junto a Secretaria de Educação desenvolvendo atividades da área, e demais tarefas correlatas;

1.3 Os trabalhos serão desenvolvidos em estrita observância as clausulas deste Contrato, principalmente no tocante as obrigações do CONTRATADO.

CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E RESCISOES DO CONTRATO

2.1 O prazo do presente contrato é de **10 (Dez) meses e 01 (Um) dias,** contados dos dias **18/02/2019** estendendo-se até **20/12/2019.**

2.2 O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por acordo entre as partes, ou unilateralmente pelo CONTRATANTE no caso do CONTRATADO deixar de cumprir qualquer uma das suas cláusulas, devendo prevalecer em todos os casos o interesse público.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA REMUNERAÇÃO

3.1 A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de **R$ 2.426,87 (Dois Mil Quatrocentos e Vinte Seis Reais e Oitenta e Sete Centavos)** mensais**.**

3.2 O pagamento será efetuado na mesma época dos demais servidores da Prefeitura.

3.3 O CONTRATO fará jus à percepção de 13 ° salário e salário família, observando o disposto na Lei n° 992/06 Art. N° 124 – I, II de 20 de abril de 2006.

3.4 aplica-se a este contrato o Art. 11 da Lei Municipal n° 1.148/2009.

CLAUSULA QUARTA – DA JORNADA DE TRABALHO

4.1 A jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de **20 horas** semanais**.**

4.2 Os serviços deverão ser prestados nos horários estabelecidos em cada Secretaria, conforme a função.

CLAUSULA QUINTA – DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO

5.1 A CONTRATANTE de vera efetuar sobre a remuneração do CONTRATADO todos os descontos previstos em lei a favor da Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATO

6.1 São obrigações do CONTRATADO para execução do presente contrato:

brasão de nobres

6.1.1 Cumprir assiduamente a sua jornada de trabalho;

6.1.2 Realizar com presteza e dedicação o atendimento aos cidadãos que a si se dirigirem, apresentando-se sempre de forma respeitosa e em trajes adequados ao serviço;

6.1.3 Comunicar com antecedência ao Secretario a falta ao trabalho com justificativa fundamentada;

6.1.4 Comunicar ao Secretario qualquer ocorrência ou incidência que possa comprometer a administração pública;

6.1.5 Responsabilizar-se pelos erros ou falhas que porventura vierem a ocorrer na execução dos seus serviços por sua exclusiva culpa;

6.1.6 Seguir as orientações emanadas da CONTRATANTE por intermédio do Secretario;

6.1.7 Propor sugestões para melhoria das ações desenvolvidas na sua área de trabalho;

6.1.8 Comunicar ao CONTRATANTE a pratica de atos que contrariem a ética profissional nos procedimentos realizados pela Administração Pública.

CLAUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1 Fica eleito o foro da comarca do Município de **Nobres – MT**, para dirimir quaisquer duvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das clausulas, firmam o Contrato de Trabalho em 02 (duas) vias de igual teor que serão assinadas pelas partes.

Nobres, 18 de Fevereiro de 2019

_____
_____

LEOCIR HANEL CRISTINA TAVARES DE MENEZES

Testemunhas:

_____
_____

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 146/2019

PORTARIA Nº. 146/2019

Dispõe sobre a nomeação da Sra. ***Stephanie Gabriela Real da Silva****,e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferidas pela Lei, **RESOLVE:**

Art. 1º. – Nomear a Sra.***Stephanie Gabriela Real da Silva***, portadora do RG nº. 1863141-0 SSP/MT, devidamente cadastrada no CPF nº. 018.335. 391-92, para exercer o cargo em Comissão de Assessora Jurídica.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 08/03/2019, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 11 de março de 2019.

Leocir Hanel **Prefeito Municipal**

RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO N° 34/2019

brasão de nobres

Contrato de Trabalho por Prazo Determinado que firmam, de um lado o município de Nobres-MT, com sede Administrativa nesta cidade, sita a Rua J s/n, bairro Jardim Paraná, inscrito no CNPJ/MF 03.424.272/ 0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. **LEOCIR HANEL,** de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado o (a) Sr. (a) **MARIA JOANET ALBUQUERQUE DA SILVA**, brasileiro (a), portador (a) do **RG n.° 118.322-31 SJ/MT** e do **CPF n.° 837.062.161-91**, a seguir chamado de CONTRATADOna forma e mediante as cláusulas abaixo:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O contrato tem por objeto a execução de serviços temporários, regido pela Lei 1197/2011 de 21 de setembro de 2011, que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais da Educação Básica do Município de Nobres/MT, Art. 45, pelo Edital de Seleção nº. 01/2016/17SEMEC pela Portaria n°. 02/2016/17SEMEC de 18/11/2016, e pela Portaria de homologação n° 127/2017 de 17/02/2017, na função de **Professor 20**, por essencial necessidade de caráter publico.

1.2 Os serviços serão prestados junto a Secretaria de Educação desenvolvendo atividades da área, e demais tarefas correlatas;

1.3 Os trabalhos serão desenvolvidos em estrita observância as clausulas deste Contrato, principalmente no tocante as obrigações do CONTRATADO.

CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E RESCISOES DO CONTRATO

2.1 O prazo do presente contrato é de **10 (Dez) meses e 01 (Um) dias,** contados dos dias **18/02/2019** estendendo-se até **20/12/2019.**

2.2 O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por acordo entre as partes, ou unilateralmente pelo CONTRATANTE no caso do CONTRATADO deixar de cumprir qualquer uma das suas cláusulas, devendo prevalecer em todos os casos o interesse público.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA REMUNERAÇÃO

3.1 A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de **R$ 2.426,87 (Dois Mil Quatrocentos e Vinte e Seis Reais e Oitenta e Sete Centavos)** mensais**.**

3.2 O pagamento será efetuado na mesma época dos demais servidores da Prefeitura.

3.3 O CONTRATO fará jus à percepção de 13 ° salário e salário família, observando o disposto na Lei n° 992/06 Art. N° 124 – I, II de 20 de abril de 2006.

3.4 aplica-se a este contrato o Art. 11 da Lei Municipal n° 1.148/2009.

CLAUSULA QUARTA – DA JORNADA DE TRABALHO

4.1 A jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de **20 horas** semanais**.**

4.2 Os serviços deverão ser prestados nos horários estabelecidos em cada Secretaria, conforme a função.

CLAUSULA QUINTA – DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO

5.1 A CONTRATANTE de vera efetuar sobre a remuneração do CONTRATADO todos os descontos previstos em lei a favor da Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATO

6.1 São obrigações do CONTRATADO para execução do presente contrato:

brasão de nobres

6.1.1 Cumprir assiduamente a sua jornada de trabalho;

6.1.2 Realizar com presteza e dedicação o atendimento aos cidadãos que a si se dirigirem, apresentando-se sempre de forma respeitosa e em trajes adequados ao serviço;

6.1.3 Comunicar com antecedência ao Secretario a falta ao trabalho com justificativa fundamentada;

6.1.4 Comunicar ao Secretario qualquer ocorrência ou incidência que possa comprometer a administração pública;

6.1.5 Responsabilizar-se pelos erros ou falhas que porventura vierem a ocorrer na execução dos seus serviços por sua exclusiva culpa;

6.1.6 Seguir as orientações emanadas da CONTRATANTE por intermédio do Secretario;

6.1.7 Propor sugestões para melhoria das ações desenvolvidas na sua área de trabalho;

6.1.8 Comunicar ao CONTRATANTE a pratica de atos que contrariem a ética profissional nos procedimentos realizados pela Administração Pública.

CLAUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1 Fica eleito o foro da comarca do Município de **Nobres – MT**, para dirimir quaisquer duvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das clausulas, firmam o Contrato de Trabalho em 02 (duas) vias de igual teor que serão assinadas pelas partes.

Nobres, 18 de Fevereiro de 2019

_____
_____

LEOCIR HANEL MARIA JOANET ALBUQUERQUE DA SILVA

Testemunhas:

_____
_____

RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO N° 27/2019

brasão de nobres

Contrato de Trabalho por Prazo Determinado que firmam, de um lado o município de Nobres-MT, com sede Administrativa nesta cidade, sita a Rua J s/n, bairro Jardim Paraná, inscrito no CNPJ/MF 03.424.272/0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. **LEOCIR HANEL,** de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado o (a) Sr. (a) **ANTONIA MATOS ALVES DE SOUZA**, brasileiro (a), portador (a) do **RG n.° 999.414 SSP/MT** e do **CPF n.° 654.139.621-34**, a seguir chamado de CONTRATADOna forma e mediante as cláusulas abaixo:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O contrato tem por objeto a execução de serviços temporários, regido pela Lei 1197/2011 de 21 de setembro de 2011, que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais da Educação Básica do Município de Nobres/MT, Art. 45, pelo Edital de Seleção nº. 01/2016/17SEMEC pela Portaria n°. 02/2016/17SEMEC de 18/11/2016, e pela Portaria de homologação n° 127/2017 de 17/02/2017, na função de **Professor 20 Horas**, por essencial necessidade de caráter publico.

1.2 Os serviços serão prestados junto a Secretaria de Educação desenvolvendo atividades da área, e demais tarefas correlatas;

1.3 Os trabalhos serão desenvolvidos em estrita observância as clausulas deste Contrato, principalmente no tocante as obrigações do CONTRATADO.

CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E RESCISOES DO CONTRATO

2.1 O prazo do presente contrato é de **10 (Dez) meses e 01 (Um) dias,** contados dos dias **18/02/2019** estendendo-se até **20/12/2019.**

2.2 O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por acordo entre as partes, ou unilateralmente pelo CONTRATANTE no caso do CONTRATADO deixar de cumprir qualquer uma das suas cláusulas, devendo prevalecer em todos os casos o interesse público.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA REMUNERAÇÃO

3.1 A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de **R$ 2.426,87 (Dois Mil Quatrocentos e Vinte e Seis Reais e Oitenta e Sete Centavos)** mensais**.**

3.2 O pagamento será efetuado na mesma época dos demais servidores da Prefeitura.

3.3 O CONTRATO fará jus à percepção de 13 ° salário e salário família, observando o disposto na Lei n° 992/06 Art. N° 124 – I, II de 20 de abril de 2006.

3.4 aplica-se a este contrato o Art. 11 da Lei Municipal n° 1.148/2009.

CLAUSULA QUARTA – DA JORNADA DE TRABALHO

4.1 A jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de **20 horas** semanais**.**

4.2 Os serviços deverão ser prestados nos horários estabelecidos em cada Secretaria, conforme a função.

CLAUSULA QUINTA – DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO

5.1 A CONTRATANTE de vera efetuar sobre a remuneração do CONTRATADO todos os descontos previstos em lei a favor da Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATO

6.1 São obrigações do CONTRATADO para execução do presente contrato:

brasão de nobres

6.1.1 Cumprir assiduamente a sua jornada de trabalho;

6.1.2 Realizar com presteza e dedicação o atendimento aos cidadãos que a si se dirigirem, apresentando-se sempre de forma respeitosa e em trajes adequados ao serviço;

6.1.3 Comunicar com antecedência ao Secretario a falta ao trabalho com justificativa fundamentada;

6.1.4 Comunicar ao Secretario qualquer ocorrência ou incidência que possa comprometer a administração pública;

6.1.5 Responsabilizar-se pelos erros ou falhas que porventura vierem a ocorrer na execução dos seus serviços por sua exclusiva culpa;

6.1.6 Seguir as orientações emanadas da CONTRATANTE por intermédio do Secretario;

6.1.7 Propor sugestões para melhoria das ações desenvolvidas na sua área de trabalho;

6.1.8 Comunicar ao CONTRATANTE a pratica de atos que contrariem a ética profissional nos procedimentos realizados pela Administração Pública.

CLAUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1 Fica eleito o foro da comarca do Município de **Nobres – MT**, para dirimir quaisquer duvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das clausulas, firmam o Contrato de Trabalho em 02 (duas) vias de igual teor que serão assinadas pelas partes.

Nobres, 18 de Fevereiro de 2019

_____
_____

LEOCIR HANEL ANTONIA MATOS ALVES DE SOUZA

Testemunhas:

_____
_____

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 145/2019

PORTARIA Nº. 145/2019

Dispõe sobre a exoneração da Sra. ***Stephanie Gabriela Real da Silva****,e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferidas pela Lei, **RESOLVE:**

Art. 1º. – Exonerar a Sra.***Stephanie Gabriela Real da Silva***, portadora do RG nº. 1863141-0 SSP/MT, devidamente cadastrada no CPF nº. 018.335. 391-92, do cargo em Comissão de Gerente de Secretaria.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 07/03/2019, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 11 de março de 2019.

Leocir Hanel **Prefeito Municipal**

RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO N° 26/2019

brasão de nobres

Contrato de Trabalho por Prazo Determinado que firmam, de um lado o município de Nobres-MT, com sede Administrativa nesta cidade, sita a Rua J s/n, bairro Jardim Paraná, inscrito no CNPJ/MF 03.424.272/ 0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. **LEOCIR HANEL,** de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado o (a) Sr. (a) **LUIZA ESTEVAN DE CAMPOS SOUZA**, brasileiro (a), portador (a) do **RG n.° 1.293.080-6 SSP/MT** e do **CPF n.° 878.182.721-00**, a seguir chamado de CONTRATADOna forma e mediante as cláusulas abaixo:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O contrato tem por objeto a execução de serviços temporários, regido pela Lei 1197/2011 de 21 de setembro de 2011, que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais da Educação Básica do Município de Nobres/MT, Art. 45, pelo Edital de Seleção nº. 01/2016/17SEMEC pela Portaria n°. 02/2016/17SEMEC de 18/11/2016, e pela Portaria de homologação n° 127/2017 de 17/02/2017, na função de **Professor 20 horas**, por essencial necessidade de caráter publico.

1.2 Os serviços serão prestados junto a Secretaria de Educação desenvolvendo atividades da área, e demais tarefas correlatas;

1.3 Os trabalhos serão desenvolvidos em estrita observância as clausulas deste Contrato, principalmente no tocante as obrigações do CONTRATADO.

CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E RESCISOES DO CONTRATO

2.1 O prazo do presente contrato é de **09 (Nove) meses e 16 (Dezesseis) dias,** contados dos dias **18/02/2019** estendendo-se até **20/12/2019.**

2.2 O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por acordo entre as partes, ou unilateralmente pelo CONTRATANTE no caso do CONTRATADO deixar de cumprir qualquer uma das suas cláusulas, devendo prevalecer em todos os casos o interesse público.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA REMUNERAÇÃO

3.1 A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de **R$ 2.426,87 (Dois Mil Quatrocentos e Vinte e Seis Reais e Oitenta e Sete Centavos)** mensais**.**

3.2 O pagamento será efetuado na mesma época dos demais servidores da Prefeitura.

3.3 O CONTRATO fará jus à percepção de 13 ° salário e salário família, observando o disposto na Lei n° 992/06 Art. N° 124 – I, II de 20 de abril de 2006.

3.4 aplica-se a este contrato o Art. 11 da Lei Municipal n° 1.148/2009.

CLAUSULA QUARTA – DA JORNADA DE TRABALHO

4.1 A jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de **20 horas** semanais**.**

4.2 Os serviços deverão ser prestados nos horários estabelecidos em cada Secretaria, conforme a função.

CLAUSULA QUINTA – DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO

5.1 A CONTRATANTE de vera efetuar sobre a remuneração do CONTRATADO todos os descontos previstos em lei a favor da Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATO

6.1 São obrigações do CONTRATADO para execução do presente contrato:

brasão de nobres

6.1.1 Cumprir assiduamente a sua jornada de trabalho;

6.1.2 Realizar com presteza e dedicação o atendimento aos cidadãos que a si se dirigirem, apresentando-se sempre de forma respeitosa e em trajes adequados ao serviço;

6.1.3 Comunicar com antecedência ao Secretario a falta ao trabalho com justificativa fundamentada;

6.1.4 Comunicar ao Secretario qualquer ocorrência ou incidência que possa comprometer a administração pública;

6.1.5 Responsabilizar-se pelos erros ou falhas que porventura vierem a ocorrer na execução dos seus serviços por sua exclusiva culpa;

6.1.6 Seguir as orientações emanadas da CONTRATANTE por intermédio do Secretario;

6.1.7 Propor sugestões para melhoria das ações desenvolvidas na sua área de trabalho;

6.1.8 Comunicar ao CONTRATANTE a pratica de atos que contrariem a ética profissional nos procedimentos realizados pela Administração Pública.

CLAUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1 Fica eleito o foro da comarca do Município de **Nobres – MT**, para dirimir quaisquer duvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das clausulas, firmam o Contrato de Trabalho em 02 (duas) vias de igual teor que serão assinadas pelas partes.

Nobres, 18 de Fevereiro de 2019

_____
_____

LEOCIR HANEL LUIZA ESTEVAN DE CAMPOS SOUZA

Testemunhas:

_____
_____

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 144/2019

PORTARIA Nº. 144/2019

"Dispõe sobre a exoneração da Sra. ***Stephanie Gabriela Real da Silva****, e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferida pela Lei, **RESOLVE:**

Art. 1º. Exonerar a Sra. ***Stephanie Gabriela Real da Silva****,* portadora do RG nº. 1863141-0 SSP/MT, devidamente cadastrada no CPF nº. 018.335. 391-92, do cargo em Comissão Interino de Assessora Jurídica.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 09/01/2019, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 11 de março de 2019.

Leocir Hanel **Prefeito Municipal**

RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO N° 72/2019

brasão de nobres

Contrato de Trabalho por Prazo Determinado que firmam, de um lado o município de Nobres-MT, com sede Administrativa nesta cidade, sita a Rua J s/n, bairro Jardim Paraná, inscrito no CNPJ/MF 03.424.272/ 0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. **LEOCIR HANEL,** de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado o (a) Sr. (a) **NILMA CAMPOS LUCAS**, brasileiro (a), portador (a) do **RG n. ° 067.601-55 SSP/MT** e do **CPF n.° 458.280.671-68**, a seguir chamado de CONTRATADOna forma e mediante as cláusulas abaixo:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O contrato tem por objeto a execução de serviços temporários, regido pela Lei 1197/2011 de 21 de setembro de 2011, que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais da Educação Básica do Município de Nobres/MT, Art. 45, pelo Edital de Seleção nº. 01/2016/17SEMEC pela Portaria n°. 02/2016/17SEMEC de 18/11/2016, e pela Portaria de homologação n° 127/2017 de 17/02/2017, na função de **Professor 20**, por essencial necessidade de caráter publico.

1.2 Os serviços serão prestados junto a Secretaria de Educação desenvolvendo atividades da área, e demais tarefas correlatas;

1.3 Os trabalhos serão desenvolvidos em estrita observância as clausulas deste Contrato, principalmente no tocante as obrigações do CONTRATADO.

CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E RESCISOES DO CONTRATO

2.1 O prazo do presente contrato é de **10 (Dez) meses e 01 (Um) dia,** contados dos dias **18/02/2019** estendendo-se até **20/12/2019.**

2.2 O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por acordo entre as partes, ou unilateralmente pelo CONTRATANTE no caso do CONTRATADO deixar de cumprir qualquer uma das suas cláusulas, devendo prevalecer em todos os casos o interesse público.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA REMUNERAÇÃO

3.1 A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de **R$ 2.426,87 (dois Mil Quatrocentos e Vinte e Seis Reais e Oitenta e Sete Centavos)** mensais**.**

3.2 O pagamento será efetuado na mesma época dos demais servidores da Prefeitura.

3.3 O CONTRATO fará jus à percepção de 13 ° salário e salário família, observando o disposto na Lei n° 992/06 Art. N° 124 – I, II de 20 de abril de 2006.

3.4 aplica-se a este contrato o Art. 11 da Lei Municipal n° 1.148/2009.

CLAUSULA QUARTA – DA JORNADA DE TRABALHO

4.1 A jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de **20 horas** semanais**.**

4.2 Os serviços deverão ser prestados nos horários estabelecidos em cada Secretaria, conforme a função.

CLAUSULA QUINTA – DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO

5.1 A CONTRATANTE de vera efetuar sobre a remuneração do CONTRATADO todos os descontos previstos em lei a favor da Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATO

6.1 São obrigações do CONTRATADO para execução do presente contrato:

brasão de nobres

6.1.1 Cumprir assiduamente a sua jornada de trabalho;

6.1.2 Realizar com presteza e dedicação o atendimento aos cidadãos que a si se dirigirem, apresentando-se sempre de forma respeitosa e em trajes adequados ao serviço;

6.1.3 Comunicar com antecedência ao Secretario a falta ao trabalho com justificativa fundamentada;

6.1.4 Comunicar ao Secretario qualquer ocorrência ou incidência que possa comprometer a administração pública;

6.1.5 Responsabilizar-se pelos erros ou falhas que porventura vierem a ocorrer na execução dos seus serviços por sua exclusiva culpa;

6.1.6 Seguir as orientações emanadas da CONTRATANTE por intermédio do Secretario;

6.1.7 Propor sugestões para melhoria das ações desenvolvidas na sua área de trabalho;

6.1.8 Comunicar ao CONTRATANTE a pratica de atos que contrariem a ética profissional nos procedimentos realizados pela Administração Pública.

CLAUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1 Fica eleito o foro da comarca do Município de **Nobres – MT**, para dirimir quaisquer duvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das clausulas, firmam o Contrato de Trabalho em 02 (duas) vias de igual teor que serão assinadas pelas partes.

Nobres, 18 de Fevereiro de 2019

_____

_____

LEOCIR HANEL NILMA CAMPOS LUCAS

Testemunhas:

_____

_____

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 141/2019

PORTARIA Nº. 141/2019

*"Dispõe sobre a revogação da concessão de FG a Sra.****Nizethe Inês de Almeida,*** *e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferidas pela Lei, **RESOLVE:**

Art. 1º. Revoga a concessão do FG de 50% a Sra. ***Nizethe Inês de Almeida,*** portadora do RG nº. 570.069 SSP/MT, e inscrita no CPF nº. 419. 937.801-49.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor, retroagindo seus efeitos a 01 de março de 2019, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 06 de março de 2019.

Leocir Hanel

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 140/2019

PORTARIA Nº. 140/2019

"Dispõe sobre a revogação da concessão de FG ao Sr. ***Eurides Mendes de Almeida,****e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferidas pela Lei, **RESOLVE:**

Art. 1º. Revoga a concessão do FG de 30% ao Sr. ***Eurides Mendes de Almeida,*** portador do RG nº. 676.006 SSP/MT, e inscrito no CPF nº. 482. 271.291-53.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor, retroagindo seus efeitos a 01 de março de 2019, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 06 de março de 2019.

Leocir Hanel

Prefeito Municipal

RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO N° 73/2019

brasão de nobres

Contrato de Trabalho por Prazo Determinado que firmam, de um lado o município de Nobres-MT, com sede Administrativa nesta cidade, sita a Rua J s/n, bairro Jardim Paraná, inscrito no CNPJ/MF 03.424.272/ 0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. **LEOCIR HANEL,** de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado o (a) Sr. (a) **ALESSANDRA DE OLIVEIRA CARVALHO**, brasileiro (a), portador (a) do **RG n.° 1.193.450-6 SSP/MT** e do **CPF n.° 964.591.151-68**, a seguir chamado de CONTRATADOna forma e mediante as cláusulas abaixo:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O contrato tem por objeto a execução de serviços temporários, regido pela Lei 1197/2011 de 21 de setembro de 2011, que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais da Educação Básica do Município de Nobres/MT, Art. 45, pelo Edital de Seleção nº. 01/2016/17SEMEC pela Portaria n°. 02/2016/17SEMEC de 18/11/2016, e pela Portaria de homologação n° 127/2017 de 17/02/2017, na função de **Professor 20**, por essencial necessidade de caráter publico.

1.2 Os serviços serão prestados junto a Secretaria de Educação desenvolvendo atividades da área, e demais tarefas correlatas;

1.3 Os trabalhos serão desenvolvidos em estrita observância as clausulas deste Contrato, principalmente no tocante as obrigações do CONTRATADO.

CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E RESCISOES DO CONTRATO

2.1 O prazo do presente contrato é de **10 (Dez) meses e 01 (Um) dia,** contados dos dias **18/02/2019** estendendo-se até **20/12/2019.**

2.2 O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por acordo entre as partes, ou unilateralmente pelo CONTRATANTE no caso do CONTRATADO deixar de cumprir qualquer uma das suas cláusulas, devendo prevalecer em todos os casos o interesse público.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA REMUNERAÇÃO

3.1 A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de **R$ 2.426,87 (Dois Mil Quatrocentos e Vinte e Seis Reais e Oitenta e Sete Centavos)** mensais**.**

3.2 O pagamento será efetuado na mesma época dos demais servidores da Prefeitura.

3.3 O CONTRATO fará jus à percepção de 13 ° salário e salário família, observando o disposto na Lei n° 992/06 Art. N° 124 – I, II de 20 de abril de 2006.

3.4 aplica-se a este contrato o Art. 11 da Lei Municipal n° 1.148/2009.

CLAUSULA QUARTA – DA JORNADA DE TRABALHO

4.1 A jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de **20 horas** semanais**.**

4.2 Os serviços deverão ser prestados nos horários estabelecidos em cada Secretaria, conforme a função.

CLAUSULA QUINTA – DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO

5.1 A CONTRATANTE de vera efetuar sobre a remuneração do CONTRATADO todos os descontos previstos em lei a favor da Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATO

6.1 São obrigações do CONTRATADO para execução do presente contrato:

brasão de nobres

6.1.1 Cumprir assiduamente a sua jornada de trabalho;

6.1.2 Realizar com presteza e dedicação o atendimento aos cidadãos que a si se dirigirem, apresentando-se sempre de forma respeitosa e em trajes adequados ao serviço;

6.1.3 Comunicar com antecedência ao Secretario a falta ao trabalho com justificativa fundamentada;

6.1.4 Comunicar ao Secretario qualquer ocorrência ou incidência que possa comprometer a administração pública;

6.1.5 Responsabilizar-se pelos erros ou falhas que porventura vierem a ocorrer na execução dos seus serviços por sua exclusiva culpa;

6.1.6 Seguir as orientações emanadas da CONTRATANTE por intermédio do Secretario;

6.1.7 Propor sugestões para melhoria das ações desenvolvidas na sua área de trabalho;

6.1.8 Comunicar ao CONTRATANTE a pratica de atos que contrariem a ética profissional nos procedimentos realizados pela Administração Pública.

CLAUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1 Fica eleito o foro da comarca do Município de **Nobres – MT**, para dirimir quaisquer duvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das clausulas, firmam o Contrato de Trabalho em 02 (duas) vias de igual teor que serão assinadas pelas partes.

Nobres, 18 de Fevereiro de 2019

_____

_____

LEOCIR HANEL ALESSANDRA DE OLIVEIRA CARVALHO

Testemunhas:

_____

_____

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 138/2019

PORTARIA Nº. 138/2019

"Dispõe sobre a revogação da concessão de FG ao Sr. ***Adeilson Silva Freire,*** *e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferida pela Lei, **RESOLVE:**

Art. 1º. Revoga a concessão do FG de 30% ao Sr. ***Adeilson Silva Freire*** portador do RG nº. 63743160-1 SSP/PR, e inscrito no CPF nº. 927.957. 739-53.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor, retroagindo seus efeitos a 01 de março de 2019, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 06 de março de 2019.

Leocir Hanel

Prefeito Municipal

RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO N° 68/2019

brasão de nobres

Contrato de Trabalho por Prazo Determinado que firmam, de um lado o município de Nobres-MT, com sede Administrativa nesta cidade, sita a Rua J s/n, bairro Jardim Paraná, inscrito no CNPJ/MF 03.424.272/ 0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. **LEOCIR HANEL,** de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado o (a) Sr. (a) **ANA PAULA DE ANDRADE VIANA**, brasileiro (a), portador (a) do **RG n.° 420.948-4 SSP/PE** e do **CPF n.° 989..691.704-30**, a seguir chamado de CONTRATADOna forma e mediante as cláusulas abaixo:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O contrato tem por objeto a execução de serviços temporários, regido pela Lei 1197/2011 de 21 de setembro de 2011, que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais da Educação Básica do Município de Nobres/MT, Art. 45, pelo Edital de Seleção nº. 01/2016/17SEMEC pela Portaria n°. 02/2016/17SEMEC de 18/11/2016, e pela Portaria de homologação n° 127/2017 de 17/02/2017, na função de **Professor 20**, por essencial necessidade de caráter publico.

1.2 Os serviços serão prestados junto a Secretaria de Educação desenvolvendo atividades da área, e demais tarefas correlatas;

1.3 Os trabalhos serão desenvolvidos em estrita observância as clausulas deste Contrato, principalmente no tocante as obrigações do CONTRATADO.

CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E RESCISOES DO CONTRATO

2.1 O prazo do presente contrato é de **10 (Dez) meses e 01 (Um) dias,** contados dos dias **18/02/2019** estendendo-se até **20/12/2019.**

2.2 O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por acordo entre as partes, ou unilateralmente pelo CONTRATANTE no caso do CONTRATADO deixar de cumprir qualquer uma das suas cláusulas, devendo prevalecer em todos os casos o interesse público.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA REMUNERAÇÃO

3.1 A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de **R$ 2.426,87 (Dois Mil Quatrocentos e Vinte e Seis Reais e Oitenta e Sete Centavos)** mensais**.**

3.2 O pagamento será efetuado na mesma época dos demais servidores da Prefeitura.

3.3 O CONTRATO fará jus à percepção de 13 ° salário e salário família, observando o disposto na Lei n° 992/06 Art. N° 124 – I, II de 20 de abril de 2006.

3.4 aplica-se a este contrato o Art. 11 da Lei Municipal n° 1.148/2009.

CLAUSULA QUARTA – DA JORNADA DE TRABALHO

4.1 A jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de **20 horas** semanais**.**

4.2 Os serviços deverão ser prestados nos horários estabelecidos em cada Secretaria, conforme a função.

CLAUSULA QUINTA – DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO

5.1 A CONTRATANTE de vera efetuar sobre a remuneração do CONTRATADO todos os descontos previstos em lei a favor da Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATO

6.1 São obrigações do CONTRATADO para execução do presente contrato:

brasão de nobres

6.1.1 Cumprir assiduamente a sua jornada de trabalho;

6.1.2 Realizar com presteza e dedicação o atendimento aos cidadãos que a si se dirigirem, apresentando-se sempre de forma respeitosa e em trajes adequados ao serviço;

6.1.3 Comunicar com antecedência ao Secretario a falta ao trabalho com justificativa fundamentada;

6.1.4 Comunicar ao Secretario qualquer ocorrência ou incidência que possa comprometer a administração pública;

6.1.5 Responsabilizar-se pelos erros ou falhas que porventura vierem a ocorrer na execução dos seus serviços por sua exclusiva culpa;

6.1.6 Seguir as orientações emanadas da CONTRATANTE por intermédio do Secretario;

6.1.7 Propor sugestões para melhoria das ações desenvolvidas na sua área de trabalho;

6.1.8 Comunicar ao CONTRATANTE a pratica de atos que contrariem a ética profissional nos procedimentos realizados pela Administração Pública.

CLAUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1 Fica eleito o foro da comarca do Município de **Nobres – MT**, para dirimir quaisquer duvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das clausulas, firmam o Contrato de Trabalho em 02 (duas) vias de igual teor que serão assinadas pelas partes.

Nobres, 18 de Fevereiro de 2019

_____

_____

LEOCIR HANEL ANA PAULA DE ANDRADE VIANA

Testemunhas:

_____
_____

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 137/2019

PORTARIA Nº. 137/2019

"Dispõe sobre a revogação da concessão de FG ao Sr. ***Valmir Felix de Andrade,*** *e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferida pela Lei, **RESOLVE:**

Art. 1º. Revoga a concessão de FG de 30% ao Sr. ***Valmir Felix de Andrade*** portador do RG nº. 4761459-7 SSP/MT, e inscrito no CPF nº. 644. 904.759-34

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor, retroagindo seus efeitos a 01 de março de 2019, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 06 de março de 2019.

Leocir Hanel

Prefeito Municipal

RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO N° 46/2019

brasão de nobres

Contrato de Trabalho por Prazo Determinado que firmam, de um lado o município de Nobres-MT, com sede Administrativa nesta cidade, sita a Rua J s/n, bairro Jardim Paraná, inscrito no CNPJ/MF 03.424.272/ 0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. **LEOCIR HANEL,** de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado o (a) Sr. (a) **ROMOLES CANDIDO DA SILVA**, brasileiro (a), portador (a) do **RG n.° 0.442.789-0 SSP/MT** e do **CPF n.° 319.490.101-04**, a seguir chamado de CONTRATADOna forma e mediante as cláusulas abaixo:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O contrato tem por objeto a execução de serviços temporários, regido pela Lei 1197/2011 de 21 de setembro de 2011, que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais da Educação Básica do Município de Nobres/MT, Art. 45, pelo Edital de Seleção nº. 01/2016/17SEMEC pela Portaria n°. 02/2016/17SEMEC de 18/11/2016, e pela Portaria de homologação n° 127/2017 de 17/02/2017, na função de **Professor 20 Horas**, por essencial necessidade de caráter publico.

1.2 Os serviços serão prestados junto a Secretaria de Educação desenvolvendo atividades da área, e demais tarefas correlatas;

1.3 Os trabalhos serão desenvolvidos em estrita observância as clausulas deste Contrato, principalmente no tocante as obrigações do CONTRATADO.

CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E RESCISOES DO CONTRATO

2.1 O prazo do presente contrato é de **09 (Nove) meses e 16 (Dezesseis) dias,** contados dos dias **18/02/2019** estendendo-se até **20/02/2019.**

2.2 O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por acordo entre as partes, ou unilateralmente pelo CONTRATANTE no caso do CONTRATADO deixar de cumprir qualquer uma das suas cláusulas, devendo prevalecer em todos os casos o interesse público.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA REMUNERAÇÃO

3.1 A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de **R$ 2.426,87 (Dois Mil Quatrocentos e Vinte e Seis Reais e Oitenta e Sete Centavos)** mensais**.**

3.2 O pagamento será efetuado na mesma época dos demais servidores da Prefeitura.

3.3 O CONTRATO fará jus à percepção de 13 ° salário e salário família, observando o disposto na Lei n° 992/06 Art. N° 124 – I, II de 20 de abril de 2006.

3.4 aplica-se a este contrato o Art. 11 da Lei Municipal n° 1.148/2009.

CLAUSULA QUARTA – DA JORNADA DE TRABALHO

4.1 A jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de **20 horas** semanais**.**

4.2 Os serviços deverão ser prestados nos horários estabelecidos em cada Secretaria, conforme a função.

CLAUSULA QUINTA – DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO

5.1 A CONTRATANTE de vera efetuar sobre a remuneração do CONTRATADO todos os descontos previstos em lei a favor da Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATO

6.1 São obrigações do CONTRATADO para execução do presente contrato:

brasão de nobres

6.1.1 Cumprir assiduamente a sua jornada de trabalho;

6.1.2 Realizar com presteza e dedicação o atendimento aos cidadãos que a si se dirigirem, apresentando-se sempre de forma respeitosa e em trajes adequados ao serviço;

6.1.3 Comunicar com antecedência ao Secretario a falta ao trabalho com justificativa fundamentada;

6.1.4 Comunicar ao Secretario qualquer ocorrência ou incidência que possa comprometer a administração pública;

6.1.5 Responsabilizar-se pelos erros ou falhas que porventura vierem a ocorrer na execução dos seus serviços por sua exclusiva culpa;

6.1.6 Seguir as orientações emanadas da CONTRATANTE por intermédio do Secretario;

6.1.7 Propor sugestões para melhoria das ações desenvolvidas na sua área de trabalho;

6.1.8 Comunicar ao CONTRATANTE a pratica de atos que contrariem a ética profissional nos procedimentos realizados pela Administração Pública.

CLAUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1 Fica eleito o foro da comarca do Município de **Nobres – MT**, para dirimir quaisquer duvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das clausulas, firmam o Contrato de Trabalho em 02 (duas) vias de igual teor que serão assinadas pelas partes.

Nobres, 18 de Fevereiro de 2019

_____
_____

LEOCIR HANEL ROMOLES CANDIDO DA SILVA

Testemunhas:

_____
_____

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 136/2019

PORTARIA Nº. 136/2019

"Dispõe sobre a revogação daConcessão de FG ao Sr. ***Luiz Claudio Godoy,*** *e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferida pela Lei, **RESOLVE:**

Art. 1º. Revoga a concessão de FG de 30% ao Sr. ***Luiz Claudio Godoy*** portador do RG nº. 704.623 SSP/MT, e inscrito no CPF nº. 777.020.501-87

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor, retroagindo seus efeitos a 01 de março de 2019, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 06 de março de 2019.

Leocir Hanel

Prefeito Municipal

RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO N° 42/2019

brasão de nobres

Contrato de Trabalho por Prazo Determinado que firmam, de um lado o município de Nobres-MT, com sede Administrativa nesta cidade, sita a Rua J s/n, bairro Jardim Paraná, inscrito no CNPJ/MF 03.424.272/0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. **LEOCIR HANEL,** de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado o (a) Sr. (a) **RENATA PEREIRA DA SILVA**, brasileiro (a), portador (a) do **RG n.° 2.249.127-9 SSP/MT** e do **CPF n.° 061.057.241-52**, a seguir chamado de CONTRATADOna forma e mediante as cláusulas abaixo:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O contrato tem por objeto a execução de serviços temporários, regido pela Lei 1197/2011 de 21 de setembro de 2011, que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais da Educação Básica do Município de Nobres/MT, Art. 45, pelo Edital de Seleção nº. 01/2016/17SEMEC pela Portaria n°. 02/2016/17SEMEC de 18/11/2016, e pela Portaria de homologação n° 127/2017 de 17/02/2017, na função de **Tec. em Desenvolvimento Infantil Não Profissionalizado**, por essencial necessidade de caráter publico.

1.2 Os serviços serão prestados junto a Secretaria de Educação desenvolvendo atividades da área, e demais tarefas correlatas;

1.3 Os trabalhos serão desenvolvidos em estrita observância as clausulas deste Contrato, principalmente no tocante as obrigações do CONTRATADO.

CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E RESCISOES DO CONTRATO

2.1 O prazo do presente contrato é de **10 (Dez) meses e 01 (Um) dias,** contados dos dias **18/02/2019** estendendo-se até **20/12/2019.**

2.2 O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por acordo entre as partes, ou unilateralmente pelo CONTRATANTE no caso do CONTRATADO deixar de cumprir qualquer uma das suas cláusulas, devendo prevalecer em todos os casos o interesse público.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA REMUNERAÇÃO

3.1 A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de **R$ 1.577,45 (Hum Mil Quinhentos e Setenta e Sete Reais e Quarenta e Cinco Centavos)** mensais**.**

3.2 O pagamento será efetuado na mesma época dos demais servidores da Prefeitura.

3.3 O CONTRATO fará jus à percepção de 13 ° salário e salário família, observando o disposto na Lei n° 992/06 Art. N° 124 – I, II de 20 de abril de 2006.

3.4 aplica-se a este contrato o Art. 11 da Lei Municipal n° 1.148/2009.

CLAUSULA QUARTA – DA JORNADA DE TRABALHO

4.1 A jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de **30 horas** semanais**.**

4.2 Os serviços deverão ser prestados nos horários estabelecidos em cada Secretaria, conforme a função.

CLAUSULA QUINTA – DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO

5.1 A CONTRATANTE de vera efetuar sobre a remuneração do CONTRATADO todos os descontos previstos em lei a favor da Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATO

6.1 São obrigações do CONTRATADO para execução do presente contrato:

brasão de nobres

6.1.1 Cumprir assiduamente a sua jornada de trabalho;

6.1.2 Realizar com presteza e dedicação o atendimento aos cidadãos que a si se dirigirem, apresentando-se sempre de forma respeitosa e em trajes adequados ao serviço;

6.1.3 Comunicar com antecedência ao Secretario a falta ao trabalho com justificativa fundamentada;

6.1.4 Comunicar ao Secretario qualquer ocorrência ou incidência que possa comprometer a administração pública;

6.1.5 Responsabilizar-se pelos erros ou falhas que porventura vierem a ocorrer na execução dos seus serviços por sua exclusiva culpa;

6.1.6 Seguir as orientações emanadas da CONTRATANTE por intermédio do Secretario;

6.1.7 Propor sugestões para melhoria das ações desenvolvidas na sua área de trabalho;

6.1.8 Comunicar ao CONTRATANTE a pratica de atos que contrariem a ética profissional nos procedimentos realizados pela Administração Pública.

CLAUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1 Fica eleito o foro da comarca do Município de **Nobres – MT**, para dirimir quaisquer duvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das clausulas, firmam o Contrato de Trabalho em 02 (duas) vias de igual teor que serão assinadas pelas partes.

Nobres, 18 de Fevereiro de 2019

_____
_____

LEOCIR HANEL RENATA PEREIRA DA SILVA

Testemunhas:

_____
_____

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 135/2019

PORTARIA Nº. 135/2019

*Dispõe sobre a concessão de Licença Prêmio por Assiduidade a servidora **Rosilene Aparecida Viana,** e dá outras providências.*

O Prefeito do Município de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferida pela Lei Orgânica Municipal,

Considerando a necessidade de garantir o cumprimento do disposto na Lei Municipal nº. 1.297/2013.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Licença Prêmio Por Assiduidade a servidora *Rosilene Aparecida Viana,* portadora do RG nº. 1122319-7, inscrita no CPF nº. 814.711.491-53, pelo período de 03 (três) meses, a contar do dia 07/03/2019 a 04/06/2019, referente ao período aquisitivo dos anos de 2013 a 2018.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, surtindo seus efeitos ao dia 07/03/2019, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 06 de março de 2019.

Leocir Hanel

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 134/2019

PORTARIA Nº. 134/2019

*Dispõe sobre a concessão de Licença Prêmio por Assiduidade o servidor **Sidnaldo da Silva Souza,** e dá outras providências.*

O Prefeito do Município de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferida pela Lei Orgânica Municipal,

Considerando a necessidade de garantir o cumprimento do disposto na Lei Municipal nº. 1.297/2013.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Licença Prêmio Por Assiduidade o servidor *Sidnaldo da Silva Souza,* portador do RG nº. 765.621, inscrita no CPF nº. 654.123.971-15, pelo período de 03 (três) meses, a contar do dia 07/03/2019 a 04/06/2019, referente ao período aquisitivo dos anos de 2013 a 2018.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, surtindo seus efeitos ao dia 07/03/2019, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 06 de março de 2019.

Leocir Hanel

Prefeito Municipal

RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO N° 11/2019

brasão de nobres

Contrato de Trabalho por Prazo Determinado que firmam, de um lado o município de Nobres-MT, com sede Administrativa nesta cidade, sita a Rua J s/n, bairro Jardim Paraná, inscrito no CNPJ/MF 03.424.272/0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. **LEOCIR HANEL,** de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado o (a) Sr. (a) **FABIOLA LUCAS PEREIRA**, brasileiro (a), portador (a) do **RG n.° 001.186.698 SSP/MS** e do **CPF n.° 950.573.581-20**, a seguir chamado de CONTRATADOna forma e mediante as cláusulas abaixo:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O contrato tem por objeto a execução de serviços temporários, regido pela Lei 1197/2011 de 21 de setembro de 2011, que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais da Educação Básica do Município de Nobres/MT, Art. 45, pelo Edital de Seleção nº. 01/2016/17SEMEC pela Portaria n°. 02/2016/17SEMEC de 18/11/2016, e pela Portaria de homologação n° 127/2017 de 17/02/2017, na função de **Professor 20 Horas**, por essencial necessidade de caráter publico.

1.2 Os serviços serão prestados junto a Secretaria de Educação desenvolvendo atividades da área, e demais tarefas correlatas;

1.3 Os trabalhos serão desenvolvidos em estrita observância as clausulas deste Contrato, principalmente no tocante as obrigações do CONTRATADO.

CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E RESCISOES DO CONTRATO

2.1 O prazo do presente contrato é de **10 (Dez) meses e 01 (Um) dias,** contados dos dias **18/02/2019** estendendo-se até **20/12/2019.**

2.2 O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por acordo entre as partes, ou unilateralmente pelo CONTRATANTE no caso do CONTRATADO deixar de cumprir qualquer uma das suas cláusulas, devendo prevalecer em todos os casos o interesse público.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA REMUNERAÇÃO

3.1 A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de **R$ 2.426,87 (DOIS MIL QUATROCENTOS E VINTE E SEIS REIS E OITENTA E SETE CENTAVOS)** mensais**.**

3.2 O pagamento será efetuado na mesma época dos demais servidores da Prefeitura.

3.3 O CONTRATO fará jus à percepção de 13 ° salário e salário família, observando o disposto na Lei n° 992/06 Art. N° 124 – I, II de 20 de abril de 2006.

3.4 aplica-se a este contrato o Art. 11 da Lei Municipal n° 1.148/2009.

CLAUSULA QUARTA – DA JORNADA DE TRABALHO

4.1 A jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de **20 horas** semanais**.**

4.2 Os serviços deverão ser prestados nos horários estabelecidos em cada Secretaria, conforme a função.

CLAUSULA QUINTA – DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO

5.1 A CONTRATANTE de vera efetuar sobre a remuneração do CONTRATADO todos os descontos previstos em lei a favor da Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATO

6.1 São obrigações do CONTRATADO para execução do presente contrato:

brasão de nobres

6.1.1 Cumprir assiduamente a sua jornada de trabalho;

6.1.2 Realizar com presteza e dedicação o atendimento aos cidadãos que a si se dirigirem, apresentando-se sempre de forma respeitosa e em trajes adequados ao serviço;

6.1.3 Comunicar com antecedência ao Secretario a falta ao trabalho com justificativa fundamentada;

6.1.4 Comunicar ao Secretario qualquer ocorrência ou incidência que possa comprometer a administração pública;

6.1.5 Responsabilizar-se pelos erros ou falhas que porventura vierem a ocorrer na execução dos seus serviços por sua exclusiva culpa;

6.1.6 Seguir as orientações emanadas da CONTRATANTE por intermédio do Secretario;

6.1.7 Propor sugestões para melhoria das ações desenvolvidas na sua área de trabalho;

6.1.8 Comunicar ao CONTRATANTE a pratica de atos que contrariem a ética profissional nos procedimentos realizados pela Administração Pública.

CLAUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1 Fica eleito o foro da comarca do Município de **Nobres – MT**, para dirimir quaisquer duvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das clausulas, firmam o Contrato de Trabalho em 02 (duas) vias de igual teor que serão assinadas pelas partes.

Nobres, 18 de Fevereiro de 2019

_____

_____

LEOCIR HANEL FABIOLA LUCAS PEREIRA

Testemunhas:

_____

_____

RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO N° 31/2019

brasão de nobres

Contrato de Trabalho por Prazo Determinado que firmam, de um lado o município de Nobres-MT, com sede Administrativa nesta cidade, sita a Rua J s/n, bairro Jardim Paraná, inscrito no CNPJ/MF 03.424.272/0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. **LEOCIR HANEL,** de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado o (a) Sr. (a) **MARIA SCHEINEIDER**, brasileiro (a), portador (a) do **RG n.° 4.016.228 SSP/SC** e do **CPF n.° 024.151.099-67**, a seguir chamado de CONTRATADOna forma e mediante as cláusulas abaixo:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O contrato tem por objeto a execução de serviços temporários, regido pela Lei 1197/2011 de 21 de setembro de 2011, que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais da Educação Básica do Município de Nobres/MT, Art. 45, pelo Edital de Seleção nº. 01/2016/17SEMEC pela Portaria n°. 02/2016/17SEMEC de 18/11/2016, e pela Portaria de homologação n° 127/2017 de 17/02/2017, na função de **Técnico em Desenvolvimento Infantil Não Profissionalizado**, por essencial necessidade de caráter publico.

1.2 Os serviços serão prestados junto a Secretaria de Educação desenvolvendo atividades da área, e demais tarefas correlatas;

1.3 Os trabalhos serão desenvolvidos em estrita observância as clausulas deste Contrato, principalmente no tocante as obrigações do CONTRATADO.

CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E RESCISOES DO CONTRATO

2.1 O prazo do presente contrato é de **10 (Dez) meses e 01 (Um) dias,** contados dos dias **18/02/2019** estendendo-se até **20/12/2019.**

2.2 O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por acordo entre as partes, ou unilateralmente pelo CONTRATANTE no caso do CONTRATADO deixar de cumprir qualquer uma das suas cláusulas, devendo prevalecer em todos os casos o interesse público.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA REMUNERAÇÃO

3.1 A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de **R$ 1.577,45 (Hum Mil Quinhentos e Setenta e Sete Reais e Quarenta e Cinco Centavos)** mensais**.**

3.2 O pagamento será efetuado na mesma época dos demais servidores da Prefeitura.

3.3 O CONTRATO fará jus à percepção de 13 ° salário e salário família, observando o disposto na Lei n° 992/06 Art. N° 124 – I, II de 20 de abril de 2006.

3.4 aplica-se a este contrato o Art. 11 da Lei Municipal n° 1.148/2009.

CLAUSULA QUARTA – DA JORNADA DE TRABALHO

4.1 A jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de **30 horas** semanais**.**

4.2 Os serviços deverão ser prestados nos horários estabelecidos em cada Secretaria, conforme a função.

CLAUSULA QUINTA – DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO

5.1 A CONTRATANTE de vera efetuar sobre a remuneração do CONTRATADO todos os descontos previstos em lei a favor da Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATO

6.1 São obrigações do CONTRATADO para execução do presente contrato:

brasão de nobres

6.1.1 Cumprir assiduamente a sua jornada de trabalho;

6.1.2 Realizar com presteza e dedicação o atendimento aos cidadãos que a si se dirigirem, apresentando-se sempre de forma respeitosa e em trajes adequados ao serviço;

6.1.3 Comunicar com antecedência ao Secretario a falta ao trabalho com justificativa fundamentada;

6.1.4 Comunicar ao Secretario qualquer ocorrência ou incidência que possa comprometer a administração pública;

6.1.5 Responsabilizar-se pelos erros ou falhas que porventura vierem a ocorrer na execução dos seus serviços por sua exclusiva culpa;

6.1.6 Seguir as orientações emanadas da CONTRATANTE por intermédio do Secretario;

6.1.7 Propor sugestões para melhoria das ações desenvolvidas na sua área de trabalho;

6.1.8 Comunicar ao CONTRATANTE a pratica de atos que contrariem a ética profissional nos procedimentos realizados pela Administração Pública.

CLAUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1 Fica eleito o foro da comarca do Município de **Nobres – MT**, para dirimir quaisquer duvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das clausulas, firmam o Contrato de Trabalho em 02 (duas) vias de igual teor que serão assinadas pelas partes.

Nobres, 18 de Fevereiro de 2019

_____

_____

LEOCIR HANEL MARIA SCHEINEIDER

Testemunhas:

_____

_____

RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO N° 14/2019

brasão de nobres

Contrato de Trabalho por Prazo Determinado que firmam, de um lado o município de Nobres-MT, com sede Administrativa nesta cidade, sita a Rua J s/n, bairro Jardim Paraná, inscrito no CNPJ/MF 03.424.272/0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. **LEOCIR HANEL,** de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado o (a) Sr. (a) **VALDENICE DOS ANJOS**, brasileiro (a), portador (a) do **RG n.° 191.313-80 SSP/MT** e do **CPF n.° 022.135.951-60**, a seguir chamado de CONTRATADOna forma e mediante as cláusulas abaixo:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O contrato tem por objeto a execução de serviços temporários, regido pela Lei 1197/2011 de 21 de setembro de 2011, que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais da Educação Básica do Município de Nobres/MT, Art. 45, pelo Edital de Seleção nº. 01/2016/17SEMEC pela Portaria n°. 02/2016/17SEMEC de 18/11/2016, e pela Portaria de homologação n° 127/2017 de 17/02/2017, na função de **Professor 20**, por essencial necessidade de caráter publico.

1.2 Os serviços serão prestados junto a Secretaria de Educação desenvolvendo atividades da área, e demais tarefas correlatas;

1.3 Os trabalhos serão desenvolvidos em estrita observância as clausulas deste Contrato, principalmente no tocante as obrigações do CONTRATADO.

CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E RESCISOES DO CONTRATO

2.1 O prazo do presente contrato é de **10 (Dez) meses e 01 (Um) dias,** contados dos dias **18/02/2019** estendendo-se até **20/12/2019.**

2.2 O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por acordo entre as partes, ou unilateralmente pelo CONTRATANTE no caso do CONTRATADO deixar de cumprir qualquer uma das suas cláusulas, devendo prevalecer em todos os casos o interesse público.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA REMUNERAÇÃO

3.1 A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de **R$ 2.426,87 (Dois Mil Quatrocentos e Vinte e Seis Reais e Oitenta e Seis Centavos)** mensais**.**

3.2 O pagamento será efetuado na mesma época dos demais servidores da Prefeitura.

3.3 O CONTRATO fará jus à percepção de 13 ° salário e salário família, observando o disposto na Lei n° 992/06 Art. N° 124 – I, II de 20 de abril de 2006.

3.4 aplica-se a este contrato o Art. 11 da Lei Municipal n° 1.148/2009.

CLAUSULA QUARTA – DA JORNADA DE TRABALHO

4.1 A jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de **20 horas** semanais**.**

4.2 Os serviços deverão ser prestados nos horários estabelecidos em cada Secretaria, conforme a função.

CLAUSULA QUINTA – DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO

5.1 A CONTRATANTE de vera efetuar sobre a remuneração do CONTRATADO todos os descontos previstos em lei a favor da Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATO

6.1 São obrigações do CONTRATADO para execução do presente contrato:

brasão de nobres

6.1.1 Cumprir assiduamente a sua jornada de trabalho;

6.1.2 Realizar com presteza e dedicação o atendimento aos cidadãos que a si se dirigirem, apresentando-se sempre de forma respeitosa e em trajes adequados ao serviço;

6.1.3 Comunicar com antecedência ao Secretario a falta ao trabalho com justificativa fundamentada;

6.1.4 Comunicar ao Secretario qualquer ocorrência ou incidência que possa comprometer a administração pública;

6.1.5 Responsabilizar-se pelos erros ou falhas que porventura vierem a ocorrer na execução dos seus serviços por sua exclusiva culpa;

6.1.6 Seguir as orientações emanadas da CONTRATANTE por intermédio do Secretario;

6.1.7 Propor sugestões para melhoria das ações desenvolvidas na sua área de trabalho;

6.1.8 Comunicar ao CONTRATANTE a pratica de atos que contrariem a ética profissional nos procedimentos realizados pela Administração Pública.

CLAUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1 Fica eleito o foro da comarca do Município de **Nobres – MT**, para dirimir quaisquer duvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das clausulas, firmam o Contrato de Trabalho em 02 (duas) vias de igual teor que serão assinadas pelas partes.

Nobres, 18 de Fevereiro de 2019

_____

_____

LEOCIR HANEL VALDENICE DOS ANJOS

Testemunhas:

_____

_____

RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO N° 17/2019

brasão de nobres

Contrato de Trabalho por Prazo Determinado que firmam, de um lado o município de Nobres-MT, com sede Administrativa nesta cidade, sita a Rua J s/n, bairro Jardim Paraná, inscrito no CNPJ/MF 03.424.272/0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. **LEOCIR HANEL,** de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado o (a) Sr. (a) **IDALINA APOLONIA DE ALMEIDA**, brasileiro (a), portador (a) do **RG n.° 134.737-94 SSP/MT** e do **CPF n.° 918.180.791-00**, a seguir chamado de CONTRATADOna forma e mediante as cláusulas abaixo:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O contrato tem por objeto a execução de serviços temporários, regido pela Lei 1197/2011 de 21 de setembro de 2011, que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais da Educação Básica do Município de Nobres/MT, Art. 45, pelo Edital de Seleção nº. 01/2016/17SEMEC pela Portaria n°. 02/2016/17SEMEC de 18/11/2016, e pela Portaria de homologação n° 127/2017 de 17/02/2017,

na função de **Professor 20 horas**, por essencial necessidade de caráter publico.

1.2 Os serviços serão prestados junto a Secretaria de Educação desenvolvendo atividades da área, e demais tarefas correlatas;

1.3 Os trabalhos serão desenvolvidos em estrita observância as clausulas deste Contrato, principalmente no tocante as obrigações do CONTRATADO.

CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E RESCISOES DO CONTRATO

2.1 O prazo do presente contrato é de **10 (Dez) meses e 01 (Um) dias,** contados dos dias **18/02/2019** estendendo-se até **20/12/2019.**

2.2 O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por acordo entre as partes, ou unilateralmente pelo CONTRATANTE no caso do CONTRATADO deixar de cumprir qualquer uma das suas cláusulas, devendo prevalecer em todos os casos o interesse público.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA REMUNERAÇÃO

3.1 A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de **R$ 2.426,87 (Dois Mil Quatrocentos e Vinte e Seis Reais e Oitenta e Sete Centavos)** mensais**.**

3.2 O pagamento será efetuado na mesma época dos demais servidores da Prefeitura.

3.3 O CONTRATO fará jus à percepção de 13 ° salário e salário família, observando o disposto na Lei n° 992/06 Art. N° 124 – I, II de 20 de abril de 2006.

3.4 aplica-se a este contrato o Art. 11 da Lei Municipal n° 1.148/2009.

CLAUSULA QUARTA – DA JORNADA DE TRABALHO

4.1 A jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de **20 horas** semanais**.**

4.2 Os serviços deverão ser prestados nos horários estabelecidos em cada Secretaria, conforme a função.

CLAUSULA QUINTA – DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO

5.1 A CONTRATANTE de vera efetuar sobre a remuneração do CONTRATADO todos os descontos previstos em lei a favor da Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATO

6.1 São obrigações do CONTRATADO para execução do presente contrato:

brasão de nobres

6.1.1 Cumprir assiduamente a sua jornada de trabalho;

6.1.2 Realizar com presteza e dedicação o atendimento aos cidadãos que a si se dirigirem, apresentando-se sempre de forma respeitosa e em trajes adequados ao serviço;

6.1.3 Comunicar com antecedência ao Secretario a falta ao trabalho com justificativa fundamentada;

6.1.4 Comunicar ao Secretario qualquer ocorrência ou incidência que possa comprometer a administração pública;

6.1.5 Responsabilizar-se pelos erros ou falhas que porventura vierem a ocorrer na execução dos seus serviços por sua exclusiva culpa;

6.1.6 Seguir as orientações emanadas da CONTRATANTE por intermédio do Secretario;

6.1.7 Propor sugestões para melhoria das ações desenvolvidas na sua área de trabalho;

6.1.8 Comunicar ao CONTRATANTE a pratica de atos que contrariem a ética profissional nos procedimentos realizados pela Administração Pública.

CLAUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1 Fica eleito o foro da comarca do Município de **Nobres – MT**, para dirimir quaisquer duvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das clausulas, firmam o Contrato de Trabalho em 02 (duas) vias de igual teor que serão assinadas pelas partes.

Nobres, 18 de Fevereiro de 2019

_____

_____

LEOCIR HANEL IDALINA APOLONIA DE ALMEIDA

Testemunhas:

_____

_____

RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO N° 16/2019

brasão de nobres

Contrato de Trabalho por Prazo Determinado que firmam, de um lado o município de Nobres-MT, com sede Administrativa nesta cidade, sita a Rua J s/n, bairro Jardim Paraná, inscrito no CNPJ/MF 03.424.272/0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. **LEOCIR HANEL,** de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado o (a) Sr. (a) **JESSICA FRANCIELLE SABINO ROSA**, brasileiro (a), portador (a) do **RG n.° 241.254-74 SSP/MT** e do **CPF n.° 049.419.611-45**, a seguir chamado de CONTRATADOna forma e mediante as cláusulas abaixo:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O contrato tem por objeto a execução de serviços temporários, regido pela Lei 1197/2011 de 21 de setembro de 2011, que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais da Educação Básica do Município de Nobres/MT, Art. 45, pelo Edital de Seleção nº. 01/2016/17SEMEC pela Portaria n°. 02/2016/17SEMEC de 18/11/2016, e pela Portaria de homologação n° 127/2017 de 17/02/2017, na função de **Professor 20 Horas**, por essencial necessidade de caráter publico.

1.2 Os serviços serão prestados junto a Secretaria de Educação desenvolvendo atividades da área, e demais tarefas correlatas;

1.3 Os trabalhos serão desenvolvidos em estrita observância as clausulas deste Contrato, principalmente no tocante as obrigações do CONTRATADO.

CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E RESCISOES DO CONTRATO

2.1 O prazo do presente contrato é de **10 (Dez) meses e 01 (Um) dias,** contados dos dias **18/02/2019** estendendo-se até **20/12/2019.**

2.2 O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por acordo entre as partes, ou unilateralmente pelo CONTRATANTE no caso do CONTRATADO deixar de cumprir qualquer uma das suas cláusulas, devendo prevalecer em todos os casos o interesse público.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA REMUNERAÇÃO

3.1 A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de **R$ 2.426,87 (Dois Mil Quatrocentos e Vinte e Seis Reais e Oitenta e Sete Centavos)** mensais**.**

3.2 O pagamento será efetuado na mesma época dos demais servidores da Prefeitura.

3.3 O CONTRATO fará jus à percepção de 13 ° salário e salário família, observando o disposto na Lei n° 992/06 Art. N° 124 – I, II de 20 de abril de 2006.

3.4 aplica-se a este contrato o Art. 11 da Lei Municipal n° 1.148/2009.

CLAUSULA QUARTA – DA JORNADA DE TRABALHO

4.1 A jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de **20 horas** semanais**.**

4.2 Os serviços deverão ser prestados nos horários estabelecidos em cada Secretaria, conforme a função.

CLAUSULA QUINTA – DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO

5.1 A CONTRATANTE de vera efetuar sobre a remuneração do CONTRATADO todos os descontos previstos em lei a favor da Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATO

6.1 São obrigações do CONTRATADO para execução do presente contrato:

brasão de nobres

6.1.1 Cumprir assiduamente a sua jornada de trabalho;

6.1.2 Realizar com presteza e dedicação o atendimento aos cidadãos que a si se dirigirem, apresentando-se sempre de forma respeitosa e em trajes adequados ao serviço;

6.1.3 Comunicar com antecedência ao Secretario a falta ao trabalho com justificativa fundamentada;

6.1.4 Comunicar ao Secretario qualquer ocorrência ou incidência que possa comprometer a administração pública;

6.1.5 Responsabilizar-se pelos erros ou falhas que porventura vierem a ocorrer na execução dos seus serviços por sua exclusiva culpa;

6.1.6 Seguir as orientações emanadas da CONTRATANTE por intermédio do Secretario;

6.1.7 Propor sugestões para melhoria das ações desenvolvidas na sua área de trabalho;

6.1.8 Comunicar ao CONTRATANTE a pratica de atos que contrariem a ética profissional nos procedimentos realizados pela Administração Pública.

CLAUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1 Fica eleito o foro da comarca do Município de **Nobres – MT**, para dirimir quaisquer duvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das clausulas, firmam o Contrato de Trabalho em 02 (duas) vias de igual teor que serão assinadas pelas partes.

Nobres, 18 de Fevereiro de 2019

_____

_____

LEOCIR HANEL JESSICA FRANCIELLE SABINO ROSA

Testemunhas:

_____

_____

RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO N° 70/2019

brasão de nobres

Contrato de Trabalho por Prazo Determinado que firmam, de um lado o município de Nobres-MT, com sede Administrativa nesta cidade, sita a Rua J s/n, bairro Jardim Paraná, inscrito no CNPJ/MF 03.424.272/0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. **LEOCIR HANEL,** de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado o (a) Sr. (a) **TEREZA CELENSINA ALVES BARBOSA**, brasileiro (a), portador (a) do **RG n.° 6.272.953-8 SSP/PR** e do **CPF n.° 897.436.449-20**, a seguir chamado de CONTRATADOna forma e mediante as cláusulas abaixo:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O contrato tem por objeto a execução de serviços temporários, regido pela Lei 1197/2011 de 21 de setembro de 2011, que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais da Educação Básica do Município de Nobres/MT, Art. 45, pelo Edital de Seleção nº. 01/2016/17SEMEC pela Portaria n°. 02/2016/17SEMEC de 18/11/2016, e pela Portaria de homologação n° 127/2017 de 17/02/2017, na função de **Professor 20**, por essencial necessidade de caráter publico.

1.2 Os serviços serão prestados junto a Secretaria de Educação desenvolvendo atividades da área, e demais tarefas correlatas;

1.3 Os trabalhos serão desenvolvidos em estrita observância as clausulas deste Contrato, principalmente no tocante as obrigações do CONTRATADO.

CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E RESCISOES DO CONTRATO

2.1 O prazo do presente contrato é de **10 (Dez) meses e 01 (Um) dias,** contados dos dias **18/02/2019** estendendo-se até **20/12/2019.**

2.2 O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por acordo entre as partes, ou unilateralmente pelo CONTRATANTE no caso do CONTRATADO deixar de cumprir qualquer uma das suas cláusulas, devendo prevalecer em todos os casos o interesse público.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA REMUNERAÇÃO

3.1 A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de **R$ 2.426,87 (Dois Mil Quatrocentos e Vinte e Seis Reais e Oitenta e Sete Centavos)** mensais**.**

3.2 O pagamento será efetuado na mesma época dos demais servidores da Prefeitura.

3.3 O CONTRATO fará jus à percepção de 13 ° salário e salário família, observando o disposto na Lei n° 992/06 Art. N° 124 – I, II de 20 de abril de 2006.

3.4 aplica-se a este contrato o Art. 11 da Lei Municipal n° 1.148/2009.

CLAUSULA QUARTA – DA JORNADA DE TRABALHO

4.1 A jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de **20 horas** semanais**.**

4.2 Os serviços deverão ser prestados nos horários estabelecidos em cada Secretaria, conforme a função.

CLAUSULA QUINTA – DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO

5.1 A CONTRATANTE de vera efetuar sobre a remuneração do CONTRATADO todos os descontos previstos em lei a favor da Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATO

6.1 São obrigações do CONTRATADO para execução do presente contrato:

brasão de nobres

6.1.1 Cumprir assiduamente a sua jornada de trabalho;

6.1.2 Realizar com presteza e dedicação o atendimento aos cidadãos que a si se dirigirem, apresentando-se sempre de forma respeitosa e em trajes adequados ao serviço;

6.1.3 Comunicar com antecedência ao Secretario a falta ao trabalho com justificativa fundamentada;

6.1.4 Comunicar ao Secretario qualquer ocorrência ou incidência que possa comprometer a administração pública;

6.1.5 Responsabilizar-se pelos erros ou falhas que porventura vierem a ocorrer na execução dos seus serviços por sua exclusiva culpa;

6.1.6 Seguir as orientações emanadas da CONTRATANTE por intermédio do Secretario;

6.1.7 Propor sugestões para melhoria das ações desenvolvidas na sua área de trabalho;

6.1.8 Comunicar ao CONTRATANTE a pratica de atos que contrariem a ética profissional nos procedimentos realizados pela Administração Pública.

CLAUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1 Fica eleito o foro da comarca do Município de **Nobres – MT**, para dirimir quaisquer duvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das clausulas, firmam o Contrato de Trabalho em 02 (duas) vias de igual teor que serão assinadas pelas partes.

Nobres, 18 de Fevereiro de 2019

_____

_____

LEOCIR HANEL TEREZA CELENSINA ALVES BARBOSA

Testemunhas:

_____

_____

RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO N° 28/2019

brasão de nobres

Contrato de Trabalho por Prazo Determinado que firmam, de um lado o município de Nobres-MT, com sede Administrativa nesta cidade, sita a Rua J s/n, bairro Jardim Paraná, inscrito no CNPJ/MF 03.424.272/0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. **LEOCIR HANEL,** de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado o (a) Sr. (a) **NAIANE DOS SANTOS PULQUERIO**, brasileiro (a), portador (a) do **RG n.° 238.363-85 SEJSP/MT** e do **CPF n.° 040.316.061-84**, a seguir chamado de CONTRATADOna forma e mediante as cláusulas abaixo:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O contrato tem por objeto a execução de serviços temporários, regido pela Lei 1197/2011 de 21 de setembro de 2011, que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais da Educação Básica do Município de Nobres/MT, Art. 45, pelo Edital de Seleção nº. 01/2016/17SEMEC pela Portaria n°. 02/2016/17SEMEC de 18/11/2016, e pela Portaria de homologação n° 127/2017 de 17/02/2017, na função de **Professor 20**, por essencial necessidade de caráter publico.

1.2 Os serviços serão prestados junto a Secretaria de Educação desenvolvendo atividades da área, e demais tarefas correlatas;

1.3 Os trabalhos serão desenvolvidos em estrita observância as clausulas deste Contrato, principalmente no tocante as obrigações do CONTRATADO.

CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E RESCISOES DO CONTRATO

2.1 O prazo do presente contrato é de **10 (Dez) meses e 10 (Um) dias,** contados dos dias **18/02/2019** estendendo-se até **20/12/2019.**

2.2 O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por acordo entre as partes, ou unilateralmente pelo CONTRATANTE no caso do CONTRATADO deixar de cumprir qualquer uma das suas cláusulas, devendo prevalecer em todos os casos o interesse público.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA REMUNERAÇÃO

3.1 A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de **R$ 2.426,87 (Dois Mil Quatrocentos e Vinte e Seis Reais e Oitenta e Sete Centavos)** mensais**.**

3.2 O pagamento será efetuado na mesma época dos demais servidores da Prefeitura.

3.3 O CONTRATO fará jus à percepção de 13 ° salário e salário família, observando o disposto na Lei n° 992/06 Art. N° 124 – I, II de 20 de abril de 2006.

3.4 aplica-se a este contrato o Art. 11 da Lei Municipal n° 1.148/2009.

CLAUSULA QUARTA – DA JORNADA DE TRABALHO

4.1 A jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de **20 horas** semanais**.**

4.2 Os serviços deverão ser prestados nos horários estabelecidos em cada Secretaria, conforme a função.

CLAUSULA QUINTA – DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO

5.1 A CONTRATANTE de vera efetuar sobre a remuneração do CONTRATADO todos os descontos previstos em lei a favor da Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATO

6.1 São obrigações do CONTRATADO para execução do presente contrato:

brasão de nobres

6.1.1 Cumprir assiduamente a sua jornada de trabalho;

6.1.2 Realizar com presteza e dedicação o atendimento aos cidadãos que a si se dirigirem, apresentando-se sempre de forma respeitosa e em trajes adequados ao serviço;

6.1.3 Comunicar com antecedência ao Secretario a falta ao trabalho com justificativa fundamentada;

6.1.4 Comunicar ao Secretario qualquer ocorrência ou incidência que possa comprometer a administração pública;

6.1.5 Responsabilizar-se pelos erros ou falhas que porventura vierem a ocorrer na execução dos seus serviços por sua exclusiva culpa;

6.1.6 Seguir as orientações emanadas da CONTRATANTE por intermédio do Secretario;

6.1.7 Propor sugestões para melhoria das ações desenvolvidas na sua área de trabalho;

6.1.8 Comunicar ao CONTRATANTE a pratica de atos que contrariem a ética profissional nos procedimentos realizados pela Administração Pública.

CLAUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1 Fica eleito o foro da comarca do Município de **Nobres – MT**, para dirimir quaisquer duvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das clausulas, firmam o Contrato de Trabalho em 02 (duas) vias de igual teor que serão assinadas pelas partes.

Nobres, 18 de Fevereiro de 2019

_____

_____

LEOCIR HANEL NAIANE DOS SANTOS PULQUERIO

Testemunhas:

_____

_____

RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO N° 22/2019

brasão de nobres

Contrato de Trabalho por Prazo Determinado que firmam, de um lado o município de Nobres-MT, com sede Administrativa nesta cidade, sita a Rua J s/n, bairro Jardim Paraná, inscrito no CNPJ/MF 03.424.272/0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. **LEOCIR HANEL,** de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado o (a) Sr. (a) **JUCINETE EMILIA DA SILVA BRITO**, brasileiro (a), portador (a) do **RG n.° 1.092.744-1 SJ/MT** e do **CPF n.° 793.236.341-15**, a seguir chamado de CONTRATADOna forma e mediante as cláusulas abaixo:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O contrato tem por objeto a execução de serviços temporários, regido pela Lei 1197/2011 de 21 de setembro de 2011, que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais da Educação Básica do Município de Nobres/MT, Art. 45, pelo Edital de Seleção nº. 01/2016/17SEMEC pela Portaria n°. 02/2016/17SEMEC de 18/11/2016, e pela Portaria de homologação n° 127/2017 de 17/02/2017, na função de **Professor 20**, por essencial necessidade de caráter publico.

1.2 Os serviços serão prestados junto a Secretaria de Educação desenvolvendo atividades da área, e demais tarefas correlatas;

1.3 Os trabalhos serão desenvolvidos em estrita observância as clausulas deste Contrato, principalmente no tocante as obrigações do CONTRATADO.

CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E RESCISOES DO CONTRATO

2.1 O prazo do presente contrato é de **10 (Dez) meses e 01 (Um) dias,** contados dos dias **18/02/2019** estendendo-se até **20/12/2019.**

2.2 O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por acordo entre as partes, ou unilateralmente pelo CONTRATANTE no caso do CONTRATADO deixar de cumprir qualquer uma das suas cláusulas, devendo prevalecer em todos os casos o interesse público.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA REMUNERAÇÃO

3.1 A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de **R$ 2.426,87 (Dois Mil Quatrocentos e Vinte e Seis Reais e Oitenta e Sete Centavos)** mensais**.**

3.2 O pagamento será efetuado na mesma época dos demais servidores da Prefeitura.

3.3 O CONTRATO fará jus à percepção de 13 ° salário e salário família, observando o disposto na Lei n° 992/06 Art. N° 124 – I, II de 20 de abril de 2006.

3.4 aplica-se a este contrato o Art. 11 da Lei Municipal n° 1.148/2009.

CLAUSULA QUARTA – DA JORNADA DE TRABALHO

4.1 A jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de **20 horas** semanais**.**

4.2 Os serviços deverão ser prestados nos horários estabelecidos em cada Secretaria, conforme a função.

CLAUSULA QUINTA – DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO

5.1 A CONTRATANTE de vera efetuar sobre a remuneração do CONTRATADO todos os descontos previstos em lei a favor da Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATO

6.1 São obrigações do CONTRATADO para execução do presente contrato:

brasão de nobres

6.1.1 Cumprir assiduamente a sua jornada de trabalho;

6.1.2 Realizar com presteza e dedicação o atendimento aos cidadãos que a si se dirigirem, apresentando-se sempre de forma respeitosa e em trajes adequados ao serviço;

6.1.3 Comunicar com antecedência ao Secretario a falta ao trabalho com justificativa fundamentada;

6.1.4 Comunicar ao Secretario qualquer ocorrência ou incidência que possa comprometer a administração pública;

6.1.5 Responsabilizar-se pelos erros ou falhas que porventura vierem a ocorrer na execução dos seus serviços por sua exclusiva culpa;

6.1.6 Seguir as orientações emanadas da CONTRATANTE por intermédio do Secretario;

6.1.7 Propor sugestões para melhoria das ações desenvolvidas na sua área de trabalho;

6.1.8 Comunicar ao CONTRATANTE a pratica de atos que contrariem a ética profissional nos procedimentos realizados pela Administração Pública.

CLAUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1 Fica eleito o foro da comarca do Município de **Nobres – MT**, para dirimir quaisquer duvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das clausulas, firmam o Contrato de Trabalho em 02 (duas) vias de igual teor que serão assinadas pelas partes.

Nobres, 18 de Fevereiro de 2019

_____

_____

LEOCIR HANEL JUCINETE EMILIA DA SILVA BRITO

Testemunhas:

_____

_____

RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO N° 24/2019

brasão de nobres

Contrato de Trabalho por Prazo Determinado que firmam, de um lado o município de Nobres-MT, com sede Administrativa nesta cidade, sita a Rua J s/n, bairro Jardim Paraná, inscrito no CNPJ/MF 03.424.272/

0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. **LEOCIR HANEL,** de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado o (a) Sr. (a) **MARIA APARECIDA DE SOUZA SANTOS**, brasileiro (a), portador (a) do **RG n.° 8.132.629-4 SSP/SP** e do **CPF n.° 668.617.138-72**, a seguir chamado de CONTRATADOna forma e mediante as cláusulas abaixo:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O contrato tem por objeto a execução de serviços temporários, regido pela Lei 1197/2011 de 21 de setembro de 2011, que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais da Educação Básica do Município de Nobres/MT, Art. 45, pelo Edital de Seleção nº. 01/2016/17SEMEC pela Portaria n°. 02/2016/17SEMEC de 18/11/2016, e pela Portaria de homologação n° 127/2017 de 17/02/2017, na função de **Professor 20 horas**, por essencial necessidade de caráter publico.

1.2 Os serviços serão prestados junto a Secretaria de Educação desenvolvendo atividades da área, e demais tarefas correlatas;

1.3 Os trabalhos serão desenvolvidos em estrita observância as clausulas deste Contrato, principalmente no tocante as obrigações do CONTRATADO.

CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E RESCISOES DO CONTRATO

2.1 O prazo do presente contrato é de **10 (Dez) mese e 01 (Um) dias,** contados dos dias **18/02/2019** estendendo-se até **20/12/2019.**

2.2 O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por acordo entre as partes, ou unilateralmente pelo CONTRATANTE no caso do CONTRATADO deixar de cumprir qualquer uma das suas cláusulas, devendo prevalecer em todos os casos o interesse público.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA REMUNERAÇÃO

3.1 A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de **R$ 2.426,87 (Dois Mil Quatrocentos e Vinte e Seis e Oitenta e Sete Centavos)** mensais**.**

3.2 O pagamento será efetuado na mesma época dos demais servidores da Prefeitura.

3.3 O CONTRATO fará jus à percepção de 13 ° salário e salário família, observando o disposto na Lei n° 992/06 Art. N° 124 – I, II de 20 de abril de 2006.

3.4 aplica-se a este contrato o Art. 11 da Lei Municipal n° 1.148/2009.

CLAUSULA QUARTA – DA JORNADA DE TRABALHO

4.1 A jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de **20 horas** semanais**.**

4.2 Os serviços deverão ser prestados nos horários estabelecidos em cada Secretaria, conforme a função.

CLAUSULA QUINTA – DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO

5.1 A CONTRATANTE de vera efetuar sobre a remuneração do CONTRATADO todos os descontos previstos em lei a favor da Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATO

6.1 São obrigações do CONTRATADO para execução do presente contrato:

brasão de nobres

6.1.1 Cumprir assiduamente a sua jornada de trabalho;

6.1.2 Realizar com presteza e dedicação o atendimento aos cidadãos que a si se dirigirem, apresentando-se sempre de forma respeitosa e em trajes adequados ao serviço;

6.1.3 Comunicar com antecedência ao Secretario a falta ao trabalho com justificativa fundamentada;

6.1.4 Comunicar ao Secretario qualquer ocorrência ou incidência que possa comprometer a administração pública;

6.1.5 Responsabilizar-se pelos erros ou falhas que porventura vierem a ocorrer na execução dos seus serviços por sua exclusiva culpa;

6.1.6 Seguir as orientações emanadas da CONTRATANTE por intermédio do Secretario;

6.1.7 Propor sugestões para melhoria das ações desenvolvidas na sua área de trabalho;

6.1.8 Comunicar ao CONTRATANTE a pratica de atos que contrariem a ética profissional nos procedimentos realizados pela Administração Pública.

CLAUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1 Fica eleito o foro da comarca do Município de **Nobres – MT**, para dirimir quaisquer duvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das clausulas, firmam o Contrato de Trabalho em 02 (duas) vias de igual teor que serão assinadas pelas partes.

Nobres, 18 de Fevereiro de 2019

_____

_____

LEOCIR HANEL MARIA APARECIDA DE SOUZA SANTOS

Testemunhas:

_____

_____

RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO N° 79/2019

brasão de nobres

Contrato de Trabalho por Prazo Determinado que firmam, de um lado o município de Nobres-MT, com sede Administrativa nesta cidade, sita a Rua J s/n, bairro Jardim Paraná, inscrito no CNPJ/MF 03.424.272/0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. **LEOCIR HANEL,** de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado o (a) Sr. (a) **MARQUES MATHIAS DE ALMEIDA RUCKER**, brasileiro (a), portador (a) do **RG n.° 2.595.416-4 SSP/MT** e do **CPF n.° 039.394.841-21**, a seguir chamado de CONTRATADOna forma e mediante as cláusulas abaixo:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O contrato tem por objeto a execução de serviços temporários, regido pela Lei 1197/2011 de 21 de setembro de 2011, que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais da Educação Básica do Município de Nobres/MT, Art. 45, pelo Edital de Seleção nº. 01/2016/17SEMEC pela Portaria n°. 02/2016/17SEMEC de 18/11/2016, e pela Portaria de homologação n° 127/2017 de 17/02/2017, na função de **Tec. em Desenvolvimento Infantil Não Profissionalizado**, por essencial necessidade de caráter publico.

1.2 Os serviços serão prestados junto a Secretaria de Educação desenvolvendo atividades da área, e demais tarefas correlatas;

1.3 Os trabalhos serão desenvolvidos em estrita observância as clausulas deste Contrato, principalmente no tocante as obrigações do CONTRATADO.

CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E RESCISOES DO CONTRATO

2.1 O prazo do presente contrato é de **10 (Dez) meses e 01 (Um) dia,** contados dos dias **18/02/2019** estendendo-se até **20/12/2019.**

2.2 O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por acordo entre as partes, ou unilateralmente pelo CONTRATANTE no caso do CONTRATADO deixar de cumprir qualquer uma das suas cláusulas, devendo prevalecer em todos os casos o interesse público.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA REMUNERAÇÃO

3.1 A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de **R$ 1.577,45 (Hum Mil Quinhentos e Setenta e Sete Reais e Quarenta e Cinco Centavos)** mensais**.**

3.2 O pagamento será efetuado na mesma época dos demais servidores da Prefeitura.

3.3 O CONTRATO fará jus à percepção de 13 ° salário e salário família, observando o disposto na Lei n° 992/06 Art. N° 124 – I, II de 20 de abril de 2006.

3.4 aplica-se a este contrato o Art. 11 da Lei Municipal n° 1.148/2009.

CLAUSULA QUARTA – DA JORNADA DE TRABALHO

4.1 A jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de **30 horas** semanais**.**

4.2 Os serviços deverão ser prestados nos horários estabelecidos em cada Secretaria, conforme a função.

CLAUSULA QUINTA – DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO

5.1 A CONTRATANTE de vera efetuar sobre a remuneração do CONTRATADO todos os descontos previstos em lei a favor da Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATO

6.1 São obrigações do CONTRATADO para execução do presente contrato:

brasão de nobres

6.1.1 Cumprir assiduamente a sua jornada de trabalho;

6.1.2 Realizar com presteza e dedicação o atendimento aos cidadãos que a si se dirigirem, apresentando-se sempre de forma respeitosa e em trajes adequados ao serviço;

6.1.3 Comunicar com antecedência ao Secretario a falta ao trabalho com justificativa fundamentada;

6.1.4 Comunicar ao Secretario qualquer ocorrência ou incidência que possa comprometer a administração pública;

6.1.5 Responsabilizar-se pelos erros ou falhas que porventura vierem a ocorrer na execução dos seus serviços por sua exclusiva culpa;

6.1.6 Seguir as orientações emanadas da CONTRATANTE por intermédio do Secretario;

6.1.7 Propor sugestões para melhoria das ações desenvolvidas na sua área de trabalho;

6.1.8 Comunicar ao CONTRATANTE a pratica de atos que contrariem a ética profissional nos procedimentos realizados pela Administração Pública.

CLAUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1 Fica eleito o foro da comarca do Município de **Nobres – MT**, para dirimir quaisquer duvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das clausulas, firmam o Contrato de Trabalho em 02 (duas) vias de igual teor que serão assinadas pelas partes.

Nobres, 18 de Fevereiro de 2019

_____

_____

LEOCIR HANEL MARQUES MATHIAS DE ALMEIDA RUCKER

Testemunhas:

_____

_____

RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO N° 10/2019

brasão de nobres

Contrato de Trabalho por Prazo Determinado que firmam, de um lado o município de Nobres-MT, com sede Administrativa nesta cidade, sita a Rua J s/n, bairro Jardim Paraná, inscrito no CNPJ/MF 03.424.272/0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. **LEOCIR HANEL,** de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado o (a) Sr. (a) **LEIDE JOSE DA SILVA**, brasileiro (a), portador (a) do **RG n.° 15594041 SSP/MT** e do **CPF n.° 000.552.541-10**, a seguir chamado de CONTRATADOna forma e mediante as cláusulas abaixo:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O contrato tem por objeto a execução de serviços temporários, regido pela Lei 1197/2011 de 21 de setembro de 2011, que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais da Educação Básica do Município de Nobres/MT, Art. 45, pelo Edital de Seleção nº. 01/2016/17SEMEC pela Portaria n°. 02/2016/17SEMEC de 18/11/2016, e pela Portaria de homologação n° 127/2017 de 17/02/2017, na função de **Professor 20 Horas**, por essencial necessidade de caráter publico.

1.2 Os serviços serão prestados junto a Secretaria de Educação desenvolvendo atividades da área, e demais tarefas correlatas;

1.3 Os trabalhos serão desenvolvidos em estrita observância as clausulas deste Contrato, principalmente no tocante as obrigações do CONTRATADO.

CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E RESCISOES DO CONTRATO

2.1 O prazo do presente contrato é de **10 (Dez) meses e 01 (Um) dia,** contados dos dias **18/02/2019** estendendo-se até **20/12/2019.**

2.2 O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por acordo entre as partes, ou unilateralmente pelo CONTRATANTE no caso do CONTRATADO deixar de cumprir qualquer uma das suas cláusulas, devendo prevalecer em todos os casos o interesse público.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA REMUNERAÇÃO

3.1 A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de **R$ 2.426,87 (Dois Mil Quatrocentos e Vinte e Seis Reais e Oitenta e Sete Centavos)** mensais**.**

3.2 O pagamento será efetuado na mesma época dos demais servidores da Prefeitura.

3.3 O CONTRATO fará jus à percepção de 13 ° salário e salário família, observando o disposto na Lei n° 992/06 Art. N° 124 – I, II de 20 de abril de 2006.

3.4 aplica-se a este contrato o Art. 11 da Lei Municipal n° 1.148/2009.

CLAUSULA QUARTA – DA JORNADA DE TRABALHO

4.1 A jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de **20 horas** semanais**.**

4.2 Os serviços deverão ser prestados nos horários estabelecidos em cada Secretaria, conforme a função.

CLAUSULA QUINTA – DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO

5.1 A CONTRATANTE de vera efetuar sobre a remuneração do CONTRATADO todos os descontos previstos em lei a favor da Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATO

6.1 São obrigações do CONTRATADO para execução do presente contrato:

brasão de nobres

6.1.1 Cumprir assiduamente a sua jornada de trabalho;

6.1.2 Realizar com presteza e dedicação o atendimento aos cidadãos que a si se dirigirem, apresentando-se sempre de forma respeitosa e em trajes adequados ao serviço;

6.1.3 Comunicar com antecedência ao Secretario a falta ao trabalho com justificativa fundamentada;

6.1.4 Comunicar ao Secretario qualquer ocorrência ou incidência que possa comprometer a administração pública;

6.1.5 Responsabilizar-se pelos erros ou falhas que porventura vierem a ocorrer na execução dos seus serviços por sua exclusiva culpa;

6.1.6 Seguir as orientações emanadas da CONTRATANTE por intermédio do Secretario;

6.1.7 Propor sugestões para melhoria das ações desenvolvidas na sua área de trabalho;

6.1.8 Comunicar ao CONTRATANTE a pratica de atos que contrariem a ética profissional nos procedimentos realizados pela Administração Pública.

CLAUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1 Fica eleito o foro da comarca do Município de **Nobres – MT**, para dirimir quaisquer duvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das clausulas, firmam o Contrato de Trabalho em 02 (duas) vias de igual teor que serão assinadas pelas partes.

Nobres, 18 DE FEVEREIRO DE 2019

_____

_____

LEOCIR HANEL LEIDE JOSE DA SILVA

Testemunhas:

_____

_____

RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO N° 48/2019

brasão de nobres

Contrato de Trabalho por Prazo Determinado que firmam, de um lado o município de Nobres-MT, com sede Administrativa nesta cidade, sita a Rua J s/n, bairro Jardim Paraná, inscrito no CNPJ/MF 03.424.272/0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. **LEOCIR HANEL,** de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado o (a) Sr. (a) **MARIA CRISTINA GARCIA**, brasileiro (a), portador (a) do **RG n.° 000.816.318 SSP/MS** e do **CPF n.° 652.640.451-00**, a seguir chamado de CONTRATADOna forma e mediante as cláusulas abaixo:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O contrato tem por objeto a execução de serviços temporários, regido pela Lei 1197/2011 de 21 de setembro de 2011, que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais da Educação Básica do Município de Nobres/MT, Art. 45, pelo Edital de Seleção nº. 01/2016/17SEMEC pela Portaria n°. 02/2016/17SEMEC de 18/11/2016, e pela Portaria de homologação n° 127/2017 de 17/02/2017, na função de **Professor 20 Horas**, por essencial necessidade de caráter publico.

1.2 Os serviços serão prestados junto a Secretaria de Educação desenvolvendo atividades da área, e demais tarefas correlatas;

1.3 Os trabalhos serão desenvolvidos em estrita observância as clausulas deste Contrato, principalmente no tocante as obrigações do CONTRATADO.

CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E RESCISOES DO CONTRATO

2.1 O prazo do presente contrato é de **09 (Nove) meses e 16 (Dezesseis) dias,** contados dos dias **18/02/2019** estendendo-se até **20/12/2019.**

2.2 O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por acordo entre as partes, ou unilateralmente pelo CONTRATANTE no caso do CONTRATADO deixar de cumprir qualquer uma das suas cláusulas, devendo prevalecer em todos os casos o interesse público.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA REMUNERAÇÃO

3.1 A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de **R$ 2.426,87 (Dois Mil Quatrocentos e Vinte e Seis Reais e Oitenta e Sete Centavos)** mensais**.**

3.2 O pagamento será efetuado na mesma época dos demais servidores da Prefeitura.

3.3 O CONTRATO fará jus à percepção de 13 ° salário e salário família, observando o disposto na Lei n° 992/06 Art. N° 124 – I, II de 20 de abril de 2006.

3.4 aplica-se a este contrato o Art. 11 da Lei Municipal n° 1.148/2009.

CLAUSULA QUARTA – DA JORNADA DE TRABALHO

4.1 A jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de **20 horas** semanais**.**

4.2 Os serviços deverão ser prestados nos horários estabelecidos em cada Secretaria, conforme a função.

CLAUSULA QUINTA – DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO

5.1 A CONTRATANTE de vera efetuar sobre a remuneração do CONTRATADO todos os descontos previstos em lei a favor da Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATO

6.1 São obrigações do CONTRATADO para execução do presente contrato:

brasão de nobres

6.1.1 Cumprir assiduamente a sua jornada de trabalho;

6.1.2 Realizar com presteza e dedicação o atendimento aos cidadãos que a si se dirigirem, apresentando-se sempre de forma respeitosa e em trajes adequados ao serviço;

6.1.3 Comunicar com antecedência ao Secretario a falta ao trabalho com justificativa fundamentada;

6.1.4 Comunicar ao Secretario qualquer ocorrência ou incidência que possa comprometer a administração pública;

6.1.5 Responsabilizar-se pelos erros ou falhas que porventura vierem a ocorrer na execução dos seus serviços por sua exclusiva culpa;

6.1.6 Seguir as orientações emanadas da CONTRATANTE por intermédio do Secretario;

6.1.7 Propor sugestões para melhoria das ações desenvolvidas na sua área de trabalho;

6.1.8 Comunicar ao CONTRATANTE a pratica de atos que contrariem a ética profissional nos procedimentos realizados pela Administração Pública.

CLAUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1 Fica eleito o foro da comarca do Município de **Nobres – MT**, para dirimir quaisquer duvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das clausulas, firmam o Contrato de Trabalho em 02 (duas) vias de igual teor que serão assinadas pelas partes.

Nobres, 18 de fevereiro de 2019

_____
_____

LEOCIR HANEL MARIA CRISTINA GARCIA

Testemunhas:

_____
_____

RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO N° 15/2019

brasão de nobres

Contrato de Trabalho por Prazo Determinado que firmam, de um lado o município de Nobres-MT, com sede Administrativa nesta cidade, sita a Rua J s/n, bairro Jardim Paraná, inscrito no CNPJ/MF 03.424.272/0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. **LEOCIR HANEL,** de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado o (a) Sr. (a) **MARLUCE LOUREIRO POSSANI**, brasileiro (a), portador (a) do **RG n.° 967.443-74 SESP/PR** e do **CPF n.° 035.380.451-78**, a seguir chamado de CONTRATADOna forma e mediante as cláusulas abaixo:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O contrato tem por objeto a execução de serviços temporários, regido pela Lei 1197/2011 de 21 de setembro de 2011, que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais da Educação Básica do Município de Nobres/MT, Art. 45, pelo Edital de Seleção nº. 01/2016/17SEMEC pela Portaria n°. 02/2016/17SEMEC de 18/11/2016, e pela Portaria de homologação n° 127/2017 de 17/02/2017, na função de **Professor 20**, por essencial necessidade de caráter publico.

1.2 Os serviços serão prestados junto a Secretaria de Educação desenvolvendo atividades da área, e demais tarefas correlatas;

1.3 Os trabalhos serão desenvolvidos em estrita observância as clausulas deste Contrato, principalmente no tocante as obrigações do CONTRATADO.

CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E RESCISOES DO CONTRATO

2.1 O prazo do presente contrato é de **10 (Dez) meses e 01 (Um) dias,** contados dos dias **18/02/2019** estendendo-se até **20/12/2019.**

2.2 O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por acordo entre as partes, ou unilateralmente pelo CONTRATANTE no caso do CONTRATADO deixar de cumprir qualquer uma das suas cláusulas, devendo prevalecer em todos os casos o interesse público.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA REMUNERAÇÃO

3.1 A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de **R$ 2.426,87 (Dois Mil Quatrocentos e Vinte e Seis Reais e Oitenta e Seis Centavos)** mensais**.**

3.2 O pagamento será efetuado na mesma época dos demais servidores da Prefeitura.

3.3 O CONTRATO fará jus à percepção de 13 ° salário e salário família, observando o disposto na Lei n° 992/06 Art. N° 124 – I, II de 20 de abril de 2006.

3.4 aplica-se a este contrato o Art. 11 da Lei Municipal n° 1.148/2009.

CLAUSULA QUARTA – DA JORNADA DE TRABALHO

4.1 A jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de **20 horas** semanais**.**

4.2 Os serviços deverão ser prestados nos horários estabelecidos em cada Secretaria, conforme a função.

CLAUSULA QUINTA – DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO

5.1 A CONTRATANTE de vera efetuar sobre a remuneração do CONTRATADO todos os descontos previstos em lei a favor da Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATO

6.1 São obrigações do CONTRATADO para execução do presente contrato:

brasão de nobres

6.1.1 Cumprir assiduamente a sua jornada de trabalho;

6.1.2 Realizar com presteza e dedicação o atendimento aos cidadãos que a si se dirigirem, apresentando-se sempre de forma respeitosa e em trajes adequados ao serviço;

6.1.3 Comunicar com antecedência ao Secretario a falta ao trabalho com justificativa fundamentada;

6.1.4 Comunicar ao Secretario qualquer ocorrência ou incidência que possa comprometer a administração pública;

6.1.5 Responsabilizar-se pelos erros ou falhas que porventura vierem a ocorrer na execução dos seus serviços por sua exclusiva culpa;

6.1.6 Seguir as orientações emanadas da CONTRATANTE por intermédio do Secretario;

6.1.7 Propor sugestões para melhoria das ações desenvolvidas na sua área de trabalho;

6.1.8 Comunicar ao CONTRATANTE a pratica de atos que contrariem a ética profissional nos procedimentos realizados pela Administração Pública.

CLAUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1 Fica eleito o foro da comarca do Município de **Nobres – MT**, para dirimir quaisquer duvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das clausulas, firmam o Contrato de Trabalho em 02 (duas) vias de igual teor que serão assinadas pelas partes.

Nobres, 18 de Fevereiro de 2019

_____
_____

LEOCIR HANEL MARLUCE LOUREIRO POSSANI

Testemunhas:

_____

_____

RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO N° 49/2019

brasão de nobres

Contrato de Trabalho por Prazo Determinado que firmam, de um lado o município de Nobres-MT, com sede Administrativa nesta cidade, sita a Rua J s/n, bairro Jardim Paraná, inscrito no CNPJ/MF 03.424.272/0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. **LEOCIR HANEL,** de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado o (a) Sr. (a) **REGIANE FERREIRA COIMBRA RODRIGUES**, brasileiro (a), portador (a) do **RG n.° 2.179.048-5 SEJSP/MT** e do **CPF n.° 036.260.211-57**, a seguir chamado de CONTRATADOna forma e mediante as cláusulas abaixo:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O contrato tem por objeto a execução de serviços temporários, regido pela Lei 1197/2011 de 21 de setembro de 2011, que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais da Educação Básica do Município de Nobres/MT, Art. 45, pelo Edital de Seleção nº. 01/2016/17SEMEC pela Portaria n°. 02/2016/17SEMEC de 18/11/2016, e pela Portaria de homologação n° 127/2017 de 17/02/2017, na função de **Professor 20 Horas**, por essencial necessidade de caráter publico.

1.2 Os serviços serão prestados junto a Secretaria de Educação desenvolvendo atividades da área, e demais tarefas correlatas;

1.3 Os trabalhos serão desenvolvidos em estrita observância as clausulas deste Contrato, principalmente no tocante as obrigações do CONTRATADO.

CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E RESCISOES DO CONTRATO

2.1 O prazo do presente contrato é de **10 (Dez) meses e 01 (Um) dias,** contados dos dias **18/02/2019** estendendo-se até **20/12/2019.**

2.2 O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por acordo entre as partes, ou unilateralmente pelo CONTRATANTE no caso do CONTRATADO deixar de cumprir qualquer uma das suas cláusulas, devendo prevalecer em todos os casos o interesse público.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA REMUNERAÇÃO

3.1 A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de **R$ 2.426,87 (Dois Mil Quatrocentos e Vinte e Seis Reais e Oitenta e Sete Centavos)** mensais**.**

3.2 O pagamento será efetuado na mesma época dos demais servidores da Prefeitura.

3.3 O CONTRATO fará jus à percepção de 13 ° salário e salário família, observando o disposto na Lei n° 992/06 Art. N° 124 – I, II de 20 de abril de 2006.

3.4 aplica-se a este contrato o Art. 11 da Lei Municipal n° 1.148/2009.

CLAUSULA QUARTA – DA JORNADA DE TRABALHO

4.1 A jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de **20 horas** semanais**.**

4.2 Os serviços deverão ser prestados nos horários estabelecidos em cada Secretaria, conforme a função.

CLAUSULA QUINTA – DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO

5.1 A CONTRATANTE de vera efetuar sobre a remuneração do CONTRATADO todos os descontos previstos em lei a favor da Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATO

6.1 São obrigações do CONTRATADO para execução do presente contrato:

brasão de nobres

6.1.1 Cumprir assiduamente a sua jornada de trabalho;

6.1.2 Realizar com presteza e dedicação o atendimento aos cidadãos que a si se dirigirem, apresentando-se sempre de forma respeitosa e em trajes adequados ao serviço;

6.1.3 Comunicar com antecedência ao Secretario a falta ao trabalho com justificativa fundamentada;

6.1.4 Comunicar ao Secretario qualquer ocorrência ou incidência que possa comprometer a administração pública;

6.1.5 Responsabilizar-se pelos erros ou falhas que porventura vierem a ocorrer na execução dos seus serviços por sua exclusiva culpa;

6.1.6 Seguir as orientações emanadas da CONTRATANTE por intermédio do Secretario;

6.1.7 Propor sugestões para melhoria das ações desenvolvidas na sua área de trabalho;

6.1.8 Comunicar ao CONTRATANTE a pratica de atos que contrariem a ética profissional nos procedimentos realizados pela Administração Pública.

CLAUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1 Fica eleito o foro da comarca do Município de **Nobres – MT**, para dirimir quaisquer duvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das clausulas, firmam o Contrato de Trabalho em 02 (duas) vias de igual teor que serão assinadas pelas partes.

Nobres, 18 de Fevereiro de 2019

_____

_____

LEOCIR HANEL REGIANE FERREIRA COIMBRA RODRIGUES

Testemunhas:

_____

_____

RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO N° 12/2019

brasão de nobres

Contrato de Trabalho por Prazo Determinado que firmam, de um lado o município de Nobres-MT, com sede Administrativa nesta cidade, sita a Rua J s/n, bairro Jardim Paraná, inscrito no CNPJ/MF 03.424.272/0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. **LEOCIR HANEL,** de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado o (a) Sr. (a) **JUSSARA MARIA DE ASSIS PEREIRA**, brasileiro (a), portador (a) do **RG n.° 6.643.137 SSP/MG** e do **CPF n.° 922.466.566-72**, a seguir chamado de CONTRATADOna forma e mediante as cláusulas abaixo:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O contrato tem por objeto a execução de serviços temporários, regido pela Lei 1197/2011 de 21 de setembro de 2011, que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais da Educação Básica do Município de Nobres/MT, Art. 45, pelo Edital de Seleção nº. 01/2016/17SEMEC pela Portaria n°. 02/2016/17SEMEC de 18/11/2016, e pela Portaria de homologação n° 127/2017 de 17/02/2017, na função de **PROFESSOR 20 HORAS**, por essencial necessidade de caráter publico.

1.2 Os serviços serão prestados junto a Secretaria de Educação desenvolvendo atividades da área, e demais tarefas correlatas;

1.3 Os trabalhos serão desenvolvidos em estrita observância as clausulas deste Contrato, principalmente no tocante as obrigações do CONTRATADO.

CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E RESCISOES DO CONTRATO

2.1 O prazo do presente contrato é de **10 (Dez) meses e 01 (Um) dias,** contados dos dias **18/02/2019** estendendo-se até **20/12/2019.**

2.2 O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por acordo entre as partes, ou unilateralmente pelo CONTRATANTE no caso do CONTRATADO deixar de cumprir qualquer uma das suas cláusulas, devendo prevalecer em todos os casos o interesse público.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA REMUNERAÇÃO

3.1 A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de **R$ 2.426,87 (DOIS MIL QUATROCENTOS E VINTE E SEIS REAIS E OITENTA E SETE CENTAVOS)** mensais**.**

3.2 O pagamento será efetuado na mesma época dos demais servidores da Prefeitura.

3.3 O CONTRATO fará jus à percepção de 13 ° salário e salário família, observando o disposto na Lei n° 992/06 Art. N° 124 – I, II de 20 de abril de 2006.

3.4 aplica-se a este contrato o Art. 11 da Lei Municipal n° 1.148/2009.

CLAUSULA QUARTA – DA JORNADA DE TRABALHO

4.1 A jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de **20 horas** semanais**.**

4.2 Os serviços deverão ser prestados nos horários estabelecidos em cada Secretaria, conforme a função.

CLAUSULA QUINTA – DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO

5.1 A CONTRATANTE de vera efetuar sobre a remuneração do CONTRATADO todos os descontos previstos em lei a favor da Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATO

6.1 São obrigações do CONTRATADO para execução do presente contrato:

brasão de nobres

6.1.1 Cumprir assiduamente a sua jornada de trabalho;

6.1.2 Realizar com presteza e dedicação o atendimento aos cidadãos que a si se dirigirem, apresentando-se sempre de forma respeitosa e em trajes adequados ao serviço;

6.1.3 Comunicar com antecedência ao Secretario a falta ao trabalho com justificativa fundamentada;

6.1.4 Comunicar ao Secretario qualquer ocorrência ou incidência que possa comprometer a administração pública;

6.1.5 Responsabilizar-se pelos erros ou falhas que porventura vierem a ocorrer na execução dos seus serviços por sua exclusiva culpa;

6.1.6 Seguir as orientações emanadas da CONTRATANTE por intermédio do Secretario;

6.1.7 Propor sugestões para melhoria das ações desenvolvidas na sua área de trabalho;

6.1.8 Comunicar ao CONTRATANTE a pratica de atos que contrariem a ética profissional nos procedimentos realizados pela Administração Pública.

CLAUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1 Fica eleito o foro da comarca do Município de **Nobres – MT**, para dirimir quaisquer duvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das clausulas, firmam o Contrato de Trabalho em 02 (duas) vias de igual teor que serão assinadas pelas partes.

Nobres, 18 de Fevereiro de 2019

_____
_____

LEOCIR HANEL JUSSARA MARIA DE ASSIS PEREIRA

Testemunhas:

_____
_____

RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO N° 87/2019

brasão de nobres

Contrato de Trabalho por Prazo Determinado que firmam, de um lado o município de Nobres-MT, com sede Administrativa nesta cidade, sita a Rua J s/n, bairro Jardim Paraná, inscrito no CNPJ/MF 03.424.272/0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. **LEOCIR HANEL,** de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado o (a) Sr. (a) **ELIES BORGES DE PAULA**, brasileiro (a), portador (a) do **RG n.° 1.533.619-0 SSP/MT** e do **CPF n.° 943.055.871-49**, a seguir chamado de CONTRATADOna forma e mediante as cláusulas abaixo:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O contrato tem por objeto a execução de serviços temporários, regido pela Lei 1197/2011 de 21 de setembro de 2011, que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais da Educação Básica do Município de Nobres/MT, Art. 45, pelo Edital de Seleção nº. 01/2016/17SEMEC pela Portaria n°. 02/2016/17SEMEC de 18/11/2016, e pela Portaria de homologação n° 127/2017 de 17/02/2017, na função de **Professor 30 Horas**, por essencial necessidade de caráter publico.

1.2 Os serviços serão prestados junto a Secretaria de Educação desenvolvendo atividades da área, e demais tarefas correlatas;

1.3 Os trabalhos serão desenvolvidos em estrita observância as clausulas deste Contrato, principalmente no tocante as obrigações do CONTRATADO.

CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E RESCISOES DO CONTRATO

2.1 O prazo do presente contrato é de **10 (Dez)meses e 04 (Um) Dia,** contados dos dias **18/02/2019** estendendo-se até **20/12/2019.**

2.2 O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por acordo entre as partes, ou unilateralmente pelo CONTRATANTE no caso do CONTRATADO deixar de cumprir qualquer uma das suas cláusulas, devendo prevalecer em todos os casos o interesse público.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA REMUNERAÇÃO

3.1 A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de **R$ 3.640,30 (Três Mil Seiscentos e Quarenta Reais e Trinta Centavos)** mensais**.**

3.2 O pagamento será efetuado na mesma época dos demais servidores da Prefeitura.

3.3 O CONTRATO fará jus à percepção de 13 ° salário e salário família, observando o disposto na Lei n° 992/06 Art. N° 124 – I, II de 20 de abril de 2006.

3.4 aplica-se a este contrato o Art. 11 da Lei Municipal n° 1.148/2009.

CLAUSULA QUARTA – DA JORNADA DE TRABALHO

4.1 A jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de **30 horas** semanais**.**

4.2 Os serviços deverão ser prestados nos horários estabelecidos em cada Secretaria, conforme a função.

CLAUSULA QUINTA – DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO

5.1 A CONTRATANTE de vera efetuar sobre a remuneração do CONTRATADO todos os descontos previstos em lei a favor da Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATO

6.1 São obrigações do CONTRATADO para execução do presente contrato:

brasão de nobres

6.1.1 Cumprir assiduamente a sua jornada de trabalho;

6.1.2 Realizar com presteza e dedicação o atendimento aos cidadãos que a si se dirigirem, apresentando-se sempre de forma respeitosa e em trajes adequados ao serviço;

6.1.3 Comunicar com antecedência ao Secretario a falta ao trabalho com justificativa fundamentada;

6.1.4 Comunicar ao Secretario qualquer ocorrência ou incidência que possa comprometer a administração pública;

6.1.5 Responsabilizar-se pelos erros ou falhas que porventura vierem a ocorrer na execução dos seus serviços por sua exclusiva culpa;

6.1.6 Seguir as orientações emanadas da CONTRATANTE por intermédio do Secretario;

6.1.7 Propor sugestões para melhoria das ações desenvolvidas na sua área de trabalho;

6.1.8 Comunicar ao CONTRATANTE a pratica de atos que contrariem a ética profissional nos procedimentos realizados pela Administração Pública.

CLAUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1 Fica eleito o foro da comarca do Município de **Nobres – MT**, para dirimir quaisquer duvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das clausulas, firmam o Contrato de Trabalho em 02 (duas) vias de igual teor que serão assinadas pelas partes.

Nobres, 180de Fevereiro de 2019

_____

_____

LEOCIR HANEL ELIES BORGES DE PAULA

Testemunhas:

_____

_____

RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO N° 88/2019

brasão de nobres

Contrato de Trabalho por Prazo Determinado que firmam, de um lado o município de Nobres-MT, com sede Administrativa nesta cidade, sita a Rua J s/n, bairro Jardim Paraná, inscrito no CNPJ/MF 03.424.272/0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. **LEOCIR HANEL,** de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado o (a) Sr. (a) **AMANDA BORGES ESTEVES**, brasileiro (a), portador (a) do **RG n.° 979.137 SSP/MT** e do **CPF n.° 649.971.971-49**, a seguir chamado de CONTRATADOna forma e mediante as cláusulas abaixo:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O contrato tem por objeto a execução de serviços temporários, regido pela Lei 1197/2011 de 21 de setembro de 2011, que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais da Educação Básica do Município de Nobres/MT, Art. 45, pelo Edital de Seleção nº. 01/2016/17SEMEC pela Portaria n°. 02/2016/17SEMEC de 18/11/2016, e pela Portaria de homologação n° 127/2017 de 17/02/2017, na função de **Professor 20 Horas**, por essencial necessidade de caráter publico.

1.2 Os serviços serão prestados junto a Secretaria de Educação desenvolvendo atividades da área, e demais tarefas correlatas;

1.3 Os trabalhos serão desenvolvidos em estrita observância as clausulas deste Contrato, principalmente no tocante as obrigações do CONTRATADO.

CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E RESCISOES DO CONTRATO

2.1 O prazo do presente contrato é de **10 (Dez) meses e 01 (Um) Dias,** contados dos dias **18/02/2019** estendendo-se até **20/12/2019.**

2.2 O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por acordo entre as partes, ou unilateralmente pelo CONTRATANTE no caso do CONTRATADO deixar de cumprir qualquer uma das suas cláusulas, devendo prevalecer em todos os casos o interesse público.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA REMUNERAÇÃO

3.1 A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de **R$ 2.426,87 (Dois Mil Quatrocentos e Vinte e Seis Reais e Oitenta e Sete Centavos)** mensais**.**

3.2 O pagamento será efetuado na mesma época dos demais servidores da Prefeitura.

3.3 O CONTRATO fará jus à percepção de 13 ° salário e salário família, observando o disposto na Lei n° 992/06 Art. N° 124 – I, II de 20 de abril de 2006.

3.4 aplica-se a este contrato o Art. 11 da Lei Municipal n° 1.148/2009.

CLAUSULA QUARTA – DA JORNADA DE TRABALHO

4.1 A jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de **20 horas** semanais**.**

4.2 Os serviços deverão ser prestados nos horários estabelecidos em cada Secretaria, conforme a função.

CLAUSULA QUINTA – DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO

5.1 A CONTRATANTE de vera efetuar sobre a remuneração do CONTRATADO todos os descontos previstos em lei a favor da Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de

isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATO

6.1 São obrigações do CONTRATADO para execução do presente contrato:

brasão de nobres

6.1.1 Cumprir assiduamente a sua jornada de trabalho;

6.1.2 Realizar com presteza e dedicação o atendimento aos cidadãos que a si se dirigirem, apresentando-se sempre de forma respeitosa e em trajes adequados ao serviço;

6.1.3 Comunicar com antecedência ao Secretario a falta ao trabalho com justificativa fundamentada;

6.1.4 Comunicar ao Secretario qualquer ocorrência ou incidência que possa comprometer a administração pública;

6.1.5 Responsabilizar-se pelos erros ou falhas que porventura vierem a ocorrer na execução dos seus serviços por sua exclusiva culpa;

6.1.6 Seguir as orientações emanadas da CONTRATANTE por intermédio do Secretario;

6.1.7 Propor sugestões para melhoria das ações desenvolvidas na sua área de trabalho;

6.1.8 Comunicar ao CONTRATANTE a pratica de atos que contrariem a ética profissional nos procedimentos realizados pela Administração Pública.

CLAUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1 Fica eleito o foro da comarca do Município de **Nobres – MT**, para dirimir quaisquer duvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das clausulas, firmam o Contrato de Trabalho em 02 (duas) vias de igual teor que serão assinadas pelas partes.

Nobres, 18 de Fevereiro de 2019

_____

_____

LEOCIR HANEL AMANDA BORGES ESTEVES

Testemunhas:

_____

_____

RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO N° 44/2019

brasão de nobres

Contrato de Trabalho por Prazo Determinado que firmam, de um lado o município de Nobres-MT, com sede Administrativa nesta cidade, sita a Rua J s/n, bairro Jardim Paraná, inscrito no CNPJ/MF 03.424.272/0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. **LEOCIR HANEL,** de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado o (a) Sr. (a) **ADRIELE DE FRANÇA OLIVEIRA MIOTTO**, brasileiro (a), portador (a) do **RG n.° 200.251.73 SSP/MT** e do **CPF n.° 025.502.471-16**, a seguir chamado de CONTRATADOna forma e mediante as cláusulas abaixo:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O contrato tem por objeto a execução de serviços temporários, regido pela Lei 1197/2011 de 21 de setembro de 2011, que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais da Educação Básica do Município de Nobres/MT, Art. 45, pelo Edital de Seleção nº. 01/2016/17SEMEC pela Portaria n°. 02/2016/17SEMEC de 18/11/2016, e pela Portaria de homologação n° 127/2017 de 17/02/2017, na função de **Professor 20 Horas**, por essencial necessidade de caráter publico.

1.2 Os serviços serão prestados junto a Secretaria de Educação desenvolvendo atividades da área, e demais tarefas correlatas;

1.3 Os trabalhos serão desenvolvidos em estrita observância as clausulas deste Contrato, principalmente no tocante as obrigações do CONTRATADO.

CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E RESCISOES DO CONTRATO

2.1 O prazo do presente contrato é de **10 (Dez) meses e 01 (Um) dias,** contados dos dias **18/02/2019** estendendo-se até **20/12/2019.**

2.2 O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por acordo entre as partes, ou unilateralmente pelo CONTRATANTE no caso do CONTRATADO deixar de cumprir qualquer uma das suas cláusulas, devendo prevalecer em todos os casos o interesse público.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA REMUNERAÇÃO

3.1 A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de **R$ 2.426,87 (Dois Mil Quatrocentos e Vinte e Seis Reais e Oitenta e Sete Centavos)** mensais**.**

3.2 O pagamento será efetuado na mesma época dos demais servidores da Prefeitura.

3.3 O CONTRATO fará jus à percepção de 13 ° salário e salário família, observando o disposto na Lei n° 992/06 Art. N° 124 – I, II de 20 de abril de 2006.

3.4 aplica-se a este contrato o Art. 11 da Lei Municipal n° 1.148/2009.

CLAUSULA QUARTA – DA JORNADA DE TRABALHO

4.1 A jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de **20 horas** semanais**.**

4.2 Os serviços deverão ser prestados nos horários estabelecidos em cada Secretaria, conforme a função.

CLAUSULA QUINTA – DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO

5.1 A CONTRATANTE de vera efetuar sobre a remuneração do CONTRATADO todos os descontos previstos em lei a favor da Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATO

6.1 São obrigações do CONTRATADO para execução do presente contrato:

brasão de nobres

6.1.1 Cumprir assiduamente a sua jornada de trabalho;

6.1.2 Realizar com presteza e dedicação o atendimento aos cidadãos que a si se dirigirem, apresentando-se sempre de forma respeitosa e em trajes adequados ao serviço;

6.1.3 Comunicar com antecedência ao Secretario a falta ao trabalho com justificativa fundamentada;

6.1.4 Comunicar ao Secretario qualquer ocorrência ou incidência que possa comprometer a administração pública;

6.1.5 Responsabilizar-se pelos erros ou falhas que porventura vierem a ocorrer na execução dos seus serviços por sua exclusiva culpa;

6.1.6 Seguir as orientações emanadas da CONTRATANTE por intermédio do Secretario;

6.1.7 Propor sugestões para melhoria das ações desenvolvidas na sua área de trabalho;

6.1.8 Comunicar ao CONTRATANTE a pratica de atos que contrariem a ética profissional nos procedimentos realizados pela Administração Pública.

CLAUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1 Fica eleito o foro da comarca do Município de **Nobres – MT**, para dirimir quaisquer duvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das clausulas, firmam o Contrato de Trabalho em 02 (duas) vias de igual teor que serão assinadas pelas partes.

Nobres, 18 de Fevereiro de 2019

_____
_____

LEOCIR HANEL ADRIELE DE FRANÇA OLIVEIRA MIOTTO

Testemunhas:

_____
_____

RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO N° 45/2019

brasão de nobres

Contrato de Trabalho por Prazo Determinado que firmam, de um lado o município de Nobres-MT, com sede Administrativa nesta cidade, sita a Rua J s/n, bairro Jardim Paraná, inscrito no CNPJ/MF 03.424.272/0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. **LEOCIR HANEL,** de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado o (a) Sr. (a) **LUCINEIA DE ALMEIDA COSTA CISCON FONSECA**, brasileiro (a), portador (a) do **RG n.° 2.331.649-7 SEJSP/MT** e do **CPF n.° 042.940.561-85**, a seguir chamado de CONTRATADOna forma e mediante as cláusulas abaixo:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O contrato tem por objeto a execução de serviços temporários, regido pela Lei 1197/2011 de 21 de setembro de 2011, que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais da Educação Básica do Município de Nobres/MT, Art. 45, pelo Edital de Seleção nº. 01/2016/17SEMEC pela Portaria n°. 02/2016/17SEMEC de 18/11/2016, e pela Portaria de homologação n° 127/2017 de 17/02/2017, na função de **Professor 20 horas**, por essencial necessidade de caráter publico.

1.2 Os serviços serão prestados junto a Secretaria de Educação desenvolvendo atividades da área, e demais tarefas correlatas;

1.3 Os trabalhos serão desenvolvidos em estrita observância as clausulas deste Contrato, principalmente no tocante as obrigações do CONTRATADO.

CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E RESCISOES DO CONTRATO

2.1 O prazo do presente contrato é de **10 (Dez) meses e 01 (Um) dias,** contados dos dias **18/02/2019** estendendo-se até **20/12/2019.**

2.2 O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por acordo entre as partes, ou unilateralmente pelo CONTRATANTE no caso do CONTRATADO deixar de cumprir qualquer uma das suas cláusulas, devendo prevalecer em todos os casos o interesse público.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA REMUNERAÇÃO

3.1 A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de **R$ 2.426,87 (Dois Mil Quatrocentos e Vinte e Seis Reais e Oitenta e Sete Centavos)** mensais**.**

3.2 O pagamento será efetuado na mesma época dos demais servidores da Prefeitura.

3.3 O CONTRATO fará jus à percepção de 13 ° salário e salário família, observando o disposto na Lei n° 992/06 Art. N° 124 – I, II de 20 de abril de 2006.

3.4 aplica-se a este contrato o Art. 11 da Lei Municipal n° 1.148/2009.

CLAUSULA QUARTA – DA JORNADA DE TRABALHO

4.1 A jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de **20 horas** semanais**.**

4.2 Os serviços deverão ser prestados nos horários estabelecidos em cada Secretaria, conforme a função.

CLAUSULA QUINTA – DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO

5.1 A CONTRATANTE de vera efetuar sobre a remuneração do CONTRATADO todos os descontos previstos em lei a favor da Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATO

6.1 São obrigações do CONTRATADO para execução do presente contrato:

brasão de nobres

6.1.1 Cumprir assiduamente a sua jornada de trabalho;

6.1.2 Realizar com presteza e dedicação o atendimento aos cidadãos que a si se dirigirem, apresentando-se sempre de forma respeitosa e em trajes adequados ao serviço;

6.1.3 Comunicar com antecedência ao Secretario a falta ao trabalho com justificativa fundamentada;

6.1.4 Comunicar ao Secretario qualquer ocorrência ou incidência que possa comprometer a administração pública;

6.1.5 Responsabilizar-se pelos erros ou falhas que porventura vierem a ocorrer na execução dos seus serviços por sua exclusiva culpa;

6.1.6 Seguir as orientações emanadas da CONTRATANTE por intermédio do Secretario;

6.1.7 Propor sugestões para melhoria das ações desenvolvidas na sua área de trabalho;

6.1.8 Comunicar ao CONTRATANTE a pratica de atos que contrariem a ética profissional nos procedimentos realizados pela Administração Pública.

CLAUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1 Fica eleito o foro da comarca do Município de **Nobres – MT**, para dirimir quaisquer duvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das clausulas, firmam o Contrato de Trabalho em 02 (duas) vias de igual teor que serão assinadas pelas partes.

Nobres, 18 de fevereiro de 2019

_____
_____

LEOCIR HANEL LUCINEIA DE ALMEIDA COSTA CISCON FONSECA

Testemunhas:

_____
_____

RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO N° 55/2019

brasão de nobres

Contrato de Trabalho por Prazo Determinado que firmam, de um lado o município de Nobres-MT, com sede Administrativa nesta cidade, sita a Rua J s/n, bairro Jardim Paraná, inscrito no CNPJ/MF 03.424.272/0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. **LEOCIR HANEL,** de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado o (a) Sr. (a) **BETINA KANZY DA COSTA BRANDAO**, brasileiro (a), portador (a) do **RG n.° 2.526.357-9 SEJUSP/MT** e do **CPF n.° 020.064.462-90**, a seguir chamado de CONTRATADOna forma e mediante as cláusulas abaixo:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O contrato tem por objeto a execução de serviços temporários, regido pela Lei 1197/2011 de 21 de setembro de 2011, que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais da Educação Básica do Município de Nobres/MT, Art. 45, pelo Edital de Seleção nº. 01/2016/17SEMEC pela Portaria n°. 02/2016/17SEMEC de 18/11/2016, e pela Portaria de homologação n° 127/2017 de 17/02/2017, na função de **Professor 20 Horas**, por essencial necessidade de caráter publico.

1.2 Os serviços serão prestados junto a Secretaria de Educação desenvolvendo atividades da área, e demais tarefas correlatas;

1.3 Os trabalhos serão desenvolvidos em estrita observância as clausulas deste Contrato, principalmente no tocante as obrigações do CONTRATADO.

CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E RESCISOES DO CONTRATO

2.1 O prazo do presente contrato é de **10 (Dez) Meses e 01 (Um) Dias,** contados dos dias **18/02/2019** estendendo-se até **20/12/2019.**

2.2 O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por acordo entre as partes, ou unilateralmente pelo CONTRATANTE no caso do CONTRATADO deixar de cumprir qualquer uma das suas cláusulas, devendo prevalecer em todos os casos o interesse público.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA REMUNERAÇÃO

3.1 A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de **R$ 2.426,87 (Dois Mil Quatrocentos e Vinte e Seis Reais e Oitenta e Sete Centavos)** mensais**.**

3.2 O pagamento será efetuado na mesma época dos demais servidores da Prefeitura.

3.3 O CONTRATO fará jus à percepção de 13 ° salário e salário família, observando o disposto na Lei n° 992/06 Art. N° 124 – I, II de 20 de abril de 2006.

3.4 aplica-se a este contrato o Art. 11 da Lei Municipal n° 1.148/2009.

CLAUSULA QUARTA – DA JORNADA DE TRABALHO

4.1 A jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de **20 horas** semanais**.**

4.2 Os serviços deverão ser prestados nos horários estabelecidos em cada Secretaria, conforme a função.

CLAUSULA QUINTA – DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO

5.1 A CONTRATANTE de vera efetuar sobre a remuneração do CONTRATADO todos os descontos previstos em lei a favor da Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATO

6.1 São obrigações do CONTRATADO para execução do presente contrato:

brasão de nobres

6.1.1 Cumprir assiduamente a sua jornada de trabalho;

6.1.2 Realizar com presteza e dedicação o atendimento aos cidadãos que a si se dirigirem, apresentando-se sempre de forma respeitosa e em trajes adequados ao serviço;

6.1.3 Comunicar com antecedência ao Secretario a falta ao trabalho com justificativa fundamentada;

6.1.4 Comunicar ao Secretario qualquer ocorrência ou incidência que possa comprometer a administração pública;

6.1.5 Responsabilizar-se pelos erros ou falhas que porventura vierem a ocorrer na execução dos seus serviços por sua exclusiva culpa;

6.1.6 Seguir as orientações emanadas da CONTRATANTE por intermédio do Secretario;

6.1.7 Propor sugestões para melhoria das ações desenvolvidas na sua área de trabalho;

6.1.8 Comunicar ao CONTRATANTE a pratica de atos que contrariem a ética profissional nos procedimentos realizados pela Administração Pública.

CLAUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1 Fica eleito o foro da comarca do Município de **Nobres – MT**, para dirimir quaisquer duvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das clausulas, firmam o Contrato de Trabalho em 02 (duas) vias de igual teor que serão assinadas pelas partes.

Nobres, 18 de Fevereiro de 2019

_____

_____

LEOCIR HANEL BETINA KANZY DA COSTA BRANDAO

Testemunhas:

_____

_____

RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO N° 13/2019

brasão de nobres

Contrato de Trabalho por Prazo Determinado que firmam, de um lado o município de Nobres-MT, com sede Administrativa nesta cidade, sita a Rua J s/n, bairro Jardim Paraná, inscrito no CNPJ/MF 03.424.272/0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. **LEOCIR HANEL,** de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado o (a) Sr. (a) **QUEITE LAURA SILVA**, brasileiro (a), portador (a) do **RG n.° 14949091 SSP/MT** e do **CPF n.° 998.592.541-68**, a seguir chamado de CONTRATADOna forma e mediante as cláusulas abaixo:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O contrato tem por objeto a execução de serviços temporários, regido pela Lei 1197/2011 de 21 de setembro de 2011, que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais da Educação Básica do Município de Nobres/MT, Art. 45, pelo Edital de Seleção nº. 01/2016/17SEMEC pela Portaria n°. 02/2016/17SEMEC de 18/11/2016, e pela Portaria de homologação n° 127/2017 de 17/02/2017, na função de **Professor 20 Horas**, por essencial necessidade de caráter publico.

1.2 Os serviços serão prestados junto a Secretaria de Educação desenvolvendo atividades da área, e demais tarefas correlatas;

1.3 Os trabalhos serão desenvolvidos em estrita observância as clausulas deste Contrato, principalmente no tocante as obrigações do CONTRATADO.

CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E RESCISOES DO CONTRATO

2.1 O prazo do presente contrato é de **10 (Dez) meses e 01 (Um) Dia,** contados dos dias **18/02/2019** estendendo-se até **10/12/2019.**

2.2 O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por acordo entre as partes, ou unilateralmente pelo CONTRATANTE no caso do CONTRATADO deixar de cumprir qualquer uma das suas cláusulas, devendo prevalecer em todos os casos o interesse público.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA REMUNERAÇÃO

3.1 A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de **R$ 2.426,87 (Dois Mil Quatrocentos e Vinte e Seis Reais e Oitenta e Sete Centavos)** mensais**.**

3.2 O pagamento será efetuado na mesma época dos demais servidores da Prefeitura.

3.3 O CONTRATO fará jus à percepção de 13 ° salário e salário família, observando o disposto na Lei n° 992/06 Art. N° 124 – I, II de 20 de abril de 2006.

3.4 aplica-se a este contrato o Art. 11 da Lei Municipal n° 1.148/2009.

CLAUSULA QUARTA – DA JORNADA DE TRABALHO

4.1 A jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de **20 horas** semanais**.**

4.2 Os serviços deverão ser prestados nos horários estabelecidos em cada Secretaria, conforme a função.

CLAUSULA QUINTA – DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO

5.1 A CONTRATANTE de vera efetuar sobre a remuneração do CONTRATADO todos os descontos previstos em lei a favor da Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATO

6.1 São obrigações do CONTRATADO para execução do presente contrato:

brasão de nobres

6.1.1 Cumprir assiduamente a sua jornada de trabalho;

6.1.2 Realizar com presteza e dedicação o atendimento aos cidadãos que a si se dirigirem, apresentando-se sempre de forma respeitosa e em trajes adequados ao serviço;

6.1.3 Comunicar com antecedência ao Secretario a falta ao trabalho com justificativa fundamentada;

6.1.4 Comunicar ao Secretario qualquer ocorrência ou incidência que possa comprometer a administração pública;

6.1.5 Responsabilizar-se pelos erros ou falhas que porventura vierem a ocorrer na execução dos seus serviços por sua exclusiva culpa;

6.1.6 Seguir as orientações emanadas da CONTRATANTE por intermédio do Secretario;

6.1.7 Propor sugestões para melhoria das ações desenvolvidas na sua área de trabalho;

6.1.8 Comunicar ao CONTRATANTE a pratica de atos que contrariem a ética profissional nos procedimentos realizados pela Administração Pública.

CLAUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1 Fica eleito o foro da comarca do Município de **Nobres – MT**, para dirimir quaisquer duvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das clausulas, firmam o Contrato de Trabalho em 02 (duas) vias de igual teor que serão assinadas pelas partes.

Nobres, 18 de Fevereiro de 2019

_____

_____

LEOCIR HANEL QUEITE LAURA SILVA

Testemunhas:

_____

_____

RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO N° 86/2019

brasão de nobres

Contrato de Trabalho por Prazo Determinado que firmam, de um lado o município de Nobres-MT, com sede Administrativa nesta cidade, sita a Rua J s/n, bairro Jardim Paraná, inscrito no CNPJ/MF 03.424.272/0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. **LEOCIR HANEL,** de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado o (a) Sr. (a) **LAURA ADRIANA DE PINHO RIBEIRO**, brasileiro (a), portador (a) do **RG n.° 123.003.81 SEJSP/MT** e do **CPF n.° 886.606.301-06**, a seguir chamado de CONTRATADOna forma e mediante as cláusulas abaixo:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O contrato tem por objeto a execução de serviços temporários, regido pela Lei 1197/2011 de 21 de setembro de 2011, que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais da Educação Básica do Município de Nobres/MT, Art. 45, pelo Edital de Seleção nº. 01/2016/17SEMEC pela Portaria n°. 02/2016/17SEMEC de 18/11/2016, e pela Portaria de homologação n° 127/2017 de 17/02/2017, na função de **PROFESSOR 30 HORAS**, por essencial necessidade de caráter publico.

1.2 Os serviços serão prestados junto a Secretaria de Educação desenvolvendo atividades da área, e demais tarefas correlatas;

1.3 Os trabalhos serão desenvolvidos em estrita observância as clausulas deste Contrato, principalmente no tocante as obrigações do CONTRATADO.

CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E RESCISOES DO CONTRATO

2.1 O prazo do presente contrato é de **10 (Dez) meses e 01 (Um) dias,** contados dos dias **18/02/2019** estendendo-se até **20/12/2019.**

2.2 O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por acordo entre as partes, ou unilateralmente pelo CONTRATANTE no caso do CONTRATADO deixar de cumprir qualquer uma das suas cláusulas, devendo prevalecer em todos os casos o interesse público.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA REMUNERAÇÃO

3.1 A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de **R$ 3.640,30 (Três Mil Seiscentos e Quarenta Reais e Trinta Centavos)** mensais**.**

3.2 O pagamento será efetuado na mesma época dos demais servidores da Prefeitura.

3.3 O CONTRATO fará jus à percepção de 13 ° salário e salário família, observando o disposto na Lei n° 992/06 Art. N° 124 – I, II de 20 de abril de 2006.

3.4 aplica-se a este contrato o Art. 11 da Lei Municipal n° 1.148/2009.

CLAUSULA QUARTA – DA JORNADA DE TRABALHO

4.1 A jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de **20 horas** semanais**.**

4.2 Os serviços deverão ser prestados nos horários estabelecidos em cada Secretaria, conforme a função.

CLAUSULA QUINTA – DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO

5.1 A CONTRATANTE de vera efetuar sobre a remuneração do CONTRATADO todos os descontos previstos em lei a favor da Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATO

6.1 São obrigações do CONTRATADO para execução do presente contrato:

brasão de nobres

6.1.1 Cumprir assiduamente a sua jornada de trabalho;

6.1.2 Realizar com presteza e dedicação o atendimento aos cidadãos que a si se dirigirem, apresentando-se sempre de forma respeitosa e em trajes adequados ao serviço;

6.1.3 Comunicar com antecedência ao Secretario a falta ao trabalho com justificativa fundamentada;

6.1.4 Comunicar ao Secretario qualquer ocorrência ou incidência que possa comprometer a administração pública;

6.1.5 Responsabilizar-se pelos erros ou falhas que porventura vierem a ocorrer na execução dos seus serviços por sua exclusiva culpa;

6.1.6 Seguir as orientações emanadas da CONTRATANTE por intermédio do Secretario;

6.1.7 Propor sugestões para melhoria das ações desenvolvidas na sua área de trabalho;

6.1.8 Comunicar ao CONTRATANTE a pratica de atos que contrariem a ética profissional nos procedimentos realizados pela Administração Pública.

CLAUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1 Fica eleito o foro da comarca do Município de **Nobres – MT**, para dirimir quaisquer duvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das clausulas, firmam o Contrato de Trabalho em 02 (duas) vias de igual teor que serão assinadas pelas partes.

Nobres, 06 de fevereiro de 2017

_____

_____

LEOCIR HANEL LAURA ADRIANA DE PINHO RIBEIRO

Testemunhas:

_____

_____

RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO N° 78/2019

brasão de nobres

Contrato de Trabalho por Prazo Determinado que firmam, de um lado o município de Nobres-MT, com sede Administrativa nesta cidade, sita a Rua J s/n, bairro Jardim Paraná, inscrito no CNPJ/MF 03.424.272/0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. **LEOCIR HANEL,** de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado o (a) Sr. (a) **TAYGNER MARINHO DA SILVA**, brasileiro (a), portador (a) do **RG n.° 2.118.849-1 SSP/MT** e do **CPF n.° 023.483.531-13**, a seguir chamado de CONTRATADOna forma e mediante as cláusulas abaixo:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O contrato tem por objeto a execução de serviços temporários, regido pela Lei 1197/2011 de 21 de setembro de 2011, que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais da Educação Básica do Município de Nobres/MT, Art. 45, pelo Edital de Seleção nº. 01/2016/17SEMEC pela Portaria n°. 02/2016/17SEMEC de 18/11/2016, e pela Portaria de homologação n° 127/2017 de 17/02/2017, na função de **Técnico em Desenvolvimento Infantil Não Profissionalizado**, por essencial necessidade de caráter publico.

1.2 Os serviços serão prestados junto a Secretaria de Educação desenvolvendo atividades da área, e demais tarefas correlatas;

1.3 Os trabalhos serão desenvolvidos em estrita observância as clausulas deste Contrato, principalmente no tocante as obrigações do CONTRATADO.

CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E RESCISOES DO CONTRATO

2.1 O prazo do presente contrato é de **10 (Dez) meses e 01 (Um) dia,** contados dos dias **18/02/2019** estendendo-se até **20/12/2019.**

2.2 O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por acordo entre as partes, ou unilateralmente pelo CONTRATANTE no caso do CONTRATADO deixar de cumprir qualquer uma das suas cláusulas, devendo prevalecer em todos os casos o interesse público.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA REMUNERAÇÃO

3.1 A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de **R$ 1.577,45 (Hum Mil Quinhentos e Setenta e Sete Reais e Quarenta e Cinco Centavos)** mensais**.**

3.2 O pagamento será efetuado na mesma época dos demais servidores da Prefeitura.

3.3 O CONTRATO fará jus à percepção de 13 ° salário e salário família, observando o disposto na Lei n° 992/06 Art. N° 124 – I, II de 20 de abril de 2006.

3.4 aplica-se a este contrato o Art. 11 da Lei Municipal n° 1.148/2009.

CLAUSULA QUARTA – DA JORNADA DE TRABALHO

4.1 A jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de **30 horas** semanais**.**

4.2 Os serviços deverão ser prestados nos horários estabelecidos em cada Secretaria, conforme a função.

CLAUSULA QUINTA – DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO

5.1 A CONTRATANTE de vera efetuar sobre a remuneração do CONTRATADO todos os descontos previstos em lei a favor da Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATO

6.1 São obrigações do CONTRATADO para execução do presente contrato:

brasão de nobres

6.1.1 Cumprir assiduamente a sua jornada de trabalho;

6.1.2 Realizar com presteza e dedicação o atendimento aos cidadãos que a si se dirigirem, apresentando-se sempre de forma respeitosa e em trajes adequados ao serviço;

6.1.3 Comunicar com antecedência ao Secretario a falta ao trabalho com justificativa fundamentada;

6.1.4 Comunicar ao Secretario qualquer ocorrência ou incidência que possa comprometer a administração pública;

6.1.5 Responsabilizar-se pelos erros ou falhas que porventura vierem a ocorrer na execução dos seus serviços por sua exclusiva culpa;

6.1.6 Seguir as orientações emanadas da CONTRATANTE por intermédio do Secretario;

6.1.7 Propor sugestões para melhoria das ações desenvolvidas na sua área de trabalho;

6.1.8 Comunicar ao CONTRATANTE a pratica de atos que contrariem a ética profissional nos procedimentos realizados pela Administração Pública.

CLAUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1 Fica eleito o foro da comarca do Município de **Nobres – MT**, para dirimir quaisquer duvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das clausulas, firmam o Contrato de Trabalho em 02 (duas) vias de igual teor que serão assinadas pelas partes.

Nobres, 18 de fevereiro de 2019

_____

_____

LEOCIR HANEL TAYGNER MARINHO DA SILVA

Testemunhas:

_____

_____

RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO N° 43/2019

brasão de nobres

Contrato de Trabalho por Prazo Determinado que firmam, de um lado o município de Nobres-MT, com sede Administrativa nesta cidade, sita a Rua J s/n, bairro Jardim Paraná, inscrito no CNPJ/MF 03.424.272/0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. **LEOCIR HANEL,** de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado o (a) Sr. (a) **CARMEM MARCIELLEN PEREIRA**, brasileiro (a), portador (a) do **RG n.° 106.672-96 SSP/MT** e do **CPF n.° 831.710.701-97**, a seguir chamado de CONTRATADOna forma e mediante as cláusulas abaixo:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O contrato tem por objeto a execução de serviços temporários, regido pela Lei 1197/2011 de 21 de setembro de 2011, que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais da Educação Básica do Município de Nobres/MT, Art. 45, pelo Edital de Seleção nº. 01/2016/17SEMEC pela Portaria n°. 02/2016/17SEMEC de 18/11/2016, e pela Portaria de homologação n° 127/2017 de 17/02/2017, na função de **Professor 20 Horas**, por essencial necessidade de caráter publico.

1.2 Os serviços serão prestados junto a Secretaria de Educação desenvolvendo atividades da área, e demais tarefas correlatas;

1.3 Os trabalhos serão desenvolvidos em estrita observância as clausulas deste Contrato, principalmente no tocante as obrigações do CONTRATADO.

CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E RESCISOES DO CONTRATO

2.1 O prazo do presente contrato é de **10 (Dez) meses e 01 (Um) dias,** contados dos dias **18/02/2019** estendendo-se até **20/12/2019.**

2.2 O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por acordo entre as partes, ou unilateralmente pelo CONTRATANTE no caso do CONTRATADO deixar de cumprir qualquer uma das suas cláusulas, devendo prevalecer em todos os casos o interesse público.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA REMUNERAÇÃO

3.1 A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de **R$ 2.426,87 (Dois Mil Quatrocentos e Vinte e Seis Reais e Oitenta e Sete Centavos)** mensais**.**

3.2 O pagamento será efetuado na mesma época dos demais servidores da Prefeitura.

3.3 O CONTRATO fará jus à percepção de 13 ° salário e salário família, observando o disposto na Lei n° 992/06 Art. N° 124 – I, II de 20 de abril de 2006.

3.4 aplica-se a este contrato o Art. 11 da Lei Municipal n° 1.148/2009.

CLAUSULA QUARTA – DA JORNADA DE TRABALHO

4.1 A jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de **20 horas** semanais**.**

4.2 Os serviços deverão ser prestados nos horários estabelecidos em cada Secretaria, conforme a função.

CLAUSULA QUINTA – DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO

5.1 A CONTRATANTE de vera efetuar sobre a remuneração do CONTRATADO todos os descontos previstos em lei a favor da Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATO

6.1 São obrigações do CONTRATADO para execução do presente contrato:

brasão de nobres

6.1.1 Cumprir assiduamente a sua jornada de trabalho;

6.1.2 Realizar com presteza e dedicação o atendimento aos cidadãos que a si se dirigirem, apresentando-se sempre de forma respeitosa e em trajes adequados ao serviço;

6.1.3 Comunicar com antecedência ao Secretario a falta ao trabalho com justificativa fundamentada;

6.1.4 Comunicar ao Secretario qualquer ocorrência ou incidência que possa comprometer a administração pública;

6.1.5 Responsabilizar-se pelos erros ou falhas que porventura vierem a ocorrer na execução dos seus serviços por sua exclusiva culpa;

6.1.6 Seguir as orientações emanadas da CONTRATANTE por intermédio do Secretario;

6.1.7 Propor sugestões para melhoria das ações desenvolvidas na sua área de trabalho;

6.1.8 Comunicar ao CONTRATANTE a pratica de atos que contrariem a ética profissional nos procedimentos realizados pela Administração Pública.

CLAUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1 Fica eleito o foro da comarca do Município de **Nobres – MT**, para dirimir quaisquer duvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das clausulas, firmam o Contrato de Trabalho em 02 (duas) vias de igual teor que serão assinadas pelas partes.

Nobres, 18 de Fevereiro de 2019

_____
_____

LEOCIR HANEL CARMEM MARCIELLEN PEREIRA

Testemunhas:

_____
_____

RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

_____

CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO N° 66/2019

brasão de nobres

Contrato de Trabalho por Prazo Determinado que firmam, de um lado o município de Nobres-MT, com sede Administrativa nesta cidade, sita a Rua J s/n, bairro Jardim Paraná, inscrito no CNPJ/MF 03.424.272/0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. **LEOCIR HANEL,** de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado o (a) Sr. (a) **DORYLEIA SANTANA DE AMORIM**, brasileiro (a), portador (a) do **RG n.° 1.735.348-3 SSP/MT** e do **CPF n.° 017.925.101-52**, a seguir chamado de CONTRATADOna forma e mediante as cláusulas abaixo:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O contrato tem por objeto a execução de serviços temporários, regido pela Lei 1197/2011 de 21 de setembro de 2011, que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais da Educação Básica do Município de Nobres/MT, Art. 45, pelo Edital de Seleção nº. 01/2016/17SEMEC pela Portaria n°. 02/2016/17SEMEC de 18/11/2016, e pela Portaria de homologação n° 127/2017 de 17/02/2017, na função de **Professor 20 Horas**, por essencial necessidade de caráter publico.

1.2 Os serviços serão prestados junto a Secretaria de Educação desenvolvendo atividades da área, e demais tarefas correlatas;

1.3 Os trabalhos serão desenvolvidos em estrita observância as clausulas deste Contrato, principalmente no tocante as obrigações do CONTRATADO.

CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E RESCISOES DO CONTRATO

2.1 O prazo do presente contrato é de **10 (Dez) meses e 01(Um) dia,** contados dos dias **18/02/2019** estendendo-se até **20/12/2019.**

2.2 O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por acordo entre as partes, ou unilateralmente pelo CONTRATANTE no caso do CONTRATADO deixar de cumprir qualquer uma das suas cláusulas, devendo prevalecer em todos os casos o interesse público.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA REMUNERAÇÃO

3.1 A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de **R$ 2.426,87 (Dois Mil Quatrocentos e Vinte e Seis Reais e Oitenta e Sete Centavos)** mensais**.**

3.2 O pagamento será efetuado na mesma época dos demais servidores da Prefeitura.

3.3 O CONTRATO fará jus à percepção de 13 ° salário e salário família, observando o disposto na Lei n° 992/06 Art. N° 124 – I, II de 20 de abril de 2006.

3.4 aplica-se a este contrato o Art. 11 da Lei Municipal n° 1.148/2009.

CLAUSULA QUARTA – DA JORNADA DE TRABALHO

4.1 A jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de **20 horas** semanais**.**

4.2 Os serviços deverão ser prestados nos horários estabelecidos em cada Secretaria, conforme a função.

CLAUSULA QUINTA – DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO

5.1 A CONTRATANTE de vera efetuar sobre a remuneração do CONTRATADO todos os descontos previstos em lei a favor da Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATO

6.1 São obrigações do CONTRATADO para execução do presente contrato:

brasão de nobres

6.1.1 Cumprir assiduamente a sua jornada de trabalho;

6.1.2 Realizar com presteza e dedicação o atendimento aos cidadãos que a si se dirigirem, apresentando-se sempre de forma respeitosa e em trajes adequados ao serviço;

6.1.3 Comunicar com antecedência ao Secretario a falta ao trabalho com justificativa fundamentada;

6.1.4 Comunicar ao Secretario qualquer ocorrência ou incidência que possa comprometer a administração pública;

6.1.5 Responsabilizar-se pelos erros ou falhas que porventura vierem a ocorrer na execução dos seus serviços por sua exclusiva culpa;

6.1.6 Seguir as orientações emanadas da CONTRATANTE por intermédio do Secretario;

6.1.7 Propor sugestões para melhoria das ações desenvolvidas na sua área de trabalho;

6.1.8 Comunicar ao CONTRATANTE a pratica de atos que contrariem a ética profissional nos procedimentos realizados pela Administração Pública.

CLAUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1 Fica eleito o foro da comarca do Município de **Nobres – MT**, para dirimir quaisquer duvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das clausulas, firmam o Contrato de Trabalho em 02 (duas) vias de igual teor que serão assinadas pelas partes.

Nobres, 18 de Fevereiro de 2019

_____
_____

LEOCIR HANEL DORYLEIA SANTANA DE AMORIM

Testemunhas:

_____
_____

RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO N° 67/2019

brasão de nobres

Contrato de Trabalho por Prazo Determinado que firmam, de um lado o município de Nobres-MT, com sede Administrativa nesta cidade, sita a Rua J s/n, bairro Jardim Paraná, inscrito no CNPJ/MF 03.424.272/0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. **LEOCIR HANEL,** de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado o (a) Sr. (a) **GILBERTO RABELO**, brasileiro (a), portador (a) do **RG n.° 25.378.131-0 SSP/SP** e do **CPF n.° 262.723.182-00**, a seguir chamado de CONTRATADOna forma e mediante as cláusulas abaixo:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O contrato tem por objeto a execução de serviços temporários, regido pela Lei 1197/2011 de 21 de setembro de 2011, que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais da Educação Básica do Município de Nobres/MT, Art. 45, pelo Edital de Seleção nº. 01/2016/17SEMEC pela Portaria n°. 02/2016/17SEMEC de 18/11/2016, e pela Portaria de homologação n° 127/2017 de 17/02/2017, na função de **Professor 20 Horas**, por essencial necessidade de caráter publico.

1.2 Os serviços serão prestados junto a Secretaria de Educação desenvolvendo atividades da área, e demais tarefas correlatas;

1.3 Os trabalhos serão desenvolvidos em estrita observância as clausulas deste Contrato, principalmente no tocante as obrigações do CONTRATADO.

CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E RESCISOES DO CONTRATO

2.1 O prazo do presente contrato é de **10 (Dez) meses e 01 (Um) Dia,** contados dos dias **18/02/2019** estendendo-se até **20/12/2019.**

2.2 O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por acordo entre as partes, ou unilateralmente pelo CONTRATANTE no caso do CONTRATADO deixar de cumprir qualquer uma das suas cláusulas, devendo prevalecer em todos os casos o interesse público.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA REMUNERAÇÃO

3.1 A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de **R$ 2.426,87 (Dois Mil Quatrocentos e Vinte e Seis Reais e Oitenta e Sete Centavos)** mensais**.**

3.2 O pagamento será efetuado na mesma época dos demais servidores da Prefeitura.

3.3 O CONTRATO fará jus à percepção de 13 ° salário e salário família, observando o disposto na Lei n° 992/06 Art. N° 124 – I, II de 20 de abril de 2006.

3.4 aplica-se a este contrato o Art. 11 da Lei Municipal n° 1.148/2009.

CLAUSULA QUARTA – DA JORNADA DE TRABALHO

4.1 A jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de **20 horas** semanais**.**

4.2 Os serviços deverão ser prestados nos horários estabelecidos em cada Secretaria, conforme a função.

CLAUSULA QUINTA – DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO

5.1 A CONTRATANTE de vera efetuar sobre a remuneração do CONTRATADO todos os descontos previstos em lei a favor da Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATO

6.1 São obrigações do CONTRATADO para execução do presente contrato:

brasão de nobres

6.1.1 Cumprir assiduamente a sua jornada de trabalho;

6.1.2 Realizar com presteza e dedicação o atendimento aos cidadãos que a si se dirigirem, apresentando-se sempre de forma respeitosa e em trajes adequados ao serviço;

6.1.3 Comunicar com antecedência ao Secretario a falta ao trabalho com justificativa fundamentada;

6.1.4 Comunicar ao Secretario qualquer ocorrência ou incidência que possa comprometer a administração pública;

6.1.5 Responsabilizar-se pelos erros ou falhas que porventura vierem a ocorrer na execução dos seus serviços por sua exclusiva culpa;

6.1.6 Seguir as orientações emanadas da CONTRATANTE por intermédio do Secretario;

6.1.7 Propor sugestões para melhoria das ações desenvolvidas na sua área de trabalho;

6.1.8 Comunicar ao CONTRATANTE a pratica de atos que contrariem a ética profissional nos procedimentos realizados pela Administração Pública.

CLAUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1 Fica eleito o foro da comarca do Município de **Nobres – MT**, para dirimir quaisquer duvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das clausulas, firmam o Contrato de Trabalho em 02 (duas) vias de igual teor que serão assinadas pelas partes.

Nobres, 18 de Feverreiro de 2019

_____

_____

LEOCIR HANEL GILBERTO RABELO

Testemunhas:

_____

_____

LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 37/2019.

O Município de Nobres, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Rua Ludgardes Hoffman Riedi, s/ n.º, Bairro Jardim Paraná, cidade de Nobres– MT, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 03.424.272/0001-07, representado neste ato pelo seu Prefeito Municipal **LEOCIR HANEL**, brasileiro, casado, Agente Político, residente e domiciliado nesta cidade de Nobres – MT, inscrito no RG sob o n.º 740.239 SSP/PR e CPF n.º 159.026.509-25, residente e domiciliado nesta cidade de Nobres – MT, doravante denominado **CONTRATANTE** e a empresa **GATIVA CONSTRUÇÕES EIRELI,** CNPJ N° 24.528.636/0001-79, sediada à Av. Coronel Botelho, n° 226-A, bairro Centro, Nossa Senhora do Livramento -MT, cep: 78.170-000, fone: (65) 3026-9002 - 3026-9007 – 99981-9765, email: valmir.gativa@gmail.com, sendo representada pela Sra. Ana Beatriz Cavalieri Vicente, portadora do RG nº 21471860 SSP/MT e do CPF nº 046.088.971-83, doravante denominada “PROMITENTE FORNECEDORA”, nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520/2002, Decretos Municipais nº 03/2006 e 12/2010, e das demais normas le-

gais aplicáveis e, considerando o resultado do PREGÃO PRESENCIAL nº 007/2019, para REGISTRO DE PREÇOS, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e 10.520/02, e suas alterações posteriores e as condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO

1.1. Através da presente ata ficam registrados os seguintes preços, cujo Objeto é Registro De Preços Para Futura E Eventual ***Aquisição De Materiais Metálicos, Metais E Acessórios, Para Atender As Necessidades Da Secretaria Infraestrutura,*** Conforme Condições E Especificações Constantes Neste Edital E Seus Anexos. PREGÃO PRESENCIAL nº 007/2019, para Registro de Preços.

1.2. Os produtos/serviços deverão ser entregues no município de Nobres-MT.

1.3. A presente Ata de Registro de Preços tem o valor registrado por **ITEM** conforme segue:

CÓD	DESCRIÇÃO	MARCA	MEDIDA	QUANT	VALOR UNIT	VALOR GLOBAL
120396	BARRA CHATA 1 X 1/8	ARCELOR	BARRA	100	R$ 21,99	R$ 2.199,00
120413	BARRA CHATA 2X1/4 POR 6 MTS	ARCELOR	BARRA	300	R$ 94,00	R$ 28.200,00
120388	BOBINA DE CALHA 1200 X 30	ARCELOR	UNIDADE	100	R$ 935,00	R$ 93.500,00
120407	CANTONEIRA 1 X 1/8	ARCELOR	BARRA	500	R$ 24,50	R$ 12.250,00
19548	CANTONEIRA 2 X 1/4	ARCELOR	BARRA	100	R$ 162,00	R$ 16.200,00
120394	CANTONEIRA 3/4 X 1/8	ARCELOR	BARRA	300	R$ 14,50	R$ 4.350,00
120424	CANTONEIRA 3/8 X 40	ARCELOR	UNIDADE	200	R$ 30,99	R$ 6.198,00
120421	CHAPA 14" 3MTS X 1,20 PRETA	ARCELOR	UNIDADE	150	R$ 272,00	R$ 40.800,00
120406	CHAPA 3/8 X 3 MTS X 1200	ARCELOR	UNIDADE	700	R$ 1.900,00	R$ 1.330.000,00
120405	CHAPA GALVANIZADA 14" 3 X1,20	ARCELOR	UNIDADE	300	R$ 282,00	R$ 84.600,00
120391	CHAPA INOX	INOXTECH	UNIDADE	100	R$ 395,00	R$ 39.500,00
120420	CHAPA LISA 1/8 3000X1200	ARCELOR	UNIDADE	300	R$ 238,00	R$ 71.400,00
120402	CHAPA U DOBRADA 14" 100 X 40	ARCELOR	UNIDADE	300	R$ 96,00	R$ 28.800,00
120415	CHAPA U DOBRADA 14" 95 X 30	ARCELOR	UNIDADE	300	R$ 80,00	R$ 24.000,00
120382	METALAO 100 X 40- 14	AÇOFER	BARRA	300	R$ 97,50	R$ 29.250,00
120384	METALAO 20 X 20 - 18	AÇOFER	BARRA	300	R$ 20,90	R$ 6.270,00
120385	METALAO 20 X 30 -18	AÇOFER	BARRA	300	R$ 27,80	R$ 8.340,00
120386	METALAO 50 X 20 - 18	AÇOFER	BARRA	300	R$ 40,50	R$ 12.150,00
120390	PAINEL ACM AZUL 1,25X5M	TBOND	UNIDADE	100	R$ 437,00	R$ 43.700,00
120389	PAINEL ACM VERMELHO 1,25X5M	TBOND	UNIDADE	100	R$ 447,00	R$ 44.700,00
120416	TELA ALAMBRADO 1,80 MTS	SOLTELAS	METRO	100	R$ 30,40	R$ 3.040,00
120387	TELHA DE 4 MTS GALVANIZADO	VITÓRIA	UNIDADE	300	R$ 112,00	R$ 33.600,00
120404	TELHA DE 8 MTS GALVANIZADA	VITÓRIA	UNIDADE	300	R$ 238,00	R$ 71.400,00
120403	TERCA 75 X 40 x14	ARCELOR	BARRA	300	R$ 96,50	R$ 28.950,00
17309	TERCAS 75X40 C/ 6MTS	ARCELOR	BARRA	300	R$ 97,00	R$ 29.100,00
120436	VIGA I ,DE 4 LAMINADA DE 6 MTS	ARCELOR	BARRA	150	R$ 547,00	R$ 82.050,00
120392	ZARCAO LARANJADO 18 LTS	NATRIELI	UNIDADE	100	R$ 190,00	R$ 19.000,00

O valor global desta Ata de RP é de R$ 2.193.547,00 (dois milhões, cento e noventa e três mil, quinhentos e quarenta e sete reais).

CLÁUSULA SEGUNDA

DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de até 1 ano.

2.2. Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Nobres, não será obrigado a aquisição, exclusivamente por seu intermédio, os materiais referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3. Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital do PREGÃO PRESENCIAL nº 007/2019, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

2.3.1 É facultado à administração realizar a celebração de contratos, decorrentes do Sistema de Registro de Preços , observado o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.3.2 Os contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços poderão ser alterados, observado o disposto no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

CLÁUSULA TERCEIRA

DO PAGAMENTO

3.1. Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias a partir da entrega dos itens e da Nota Fiscal, devidamente atestada em seu verso o recebimento dos produtos, conforme Autorização de Fornecimento e especificações do Edital.

3.2. A nota fiscal somente será liberada quando o cumprimento do Empenho estiver em total conformidade com as especificações exigidas pela Prefeitura Municipal de Nobres - MT.

3.3. Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

3.4. As notas fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país.

3.5. O CNPJ da detentora da Ata constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

3.6. Nenhum pagamento será efetuado a detentora da Ata enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA QUARTA

DA VIGÊNCIA E DOS PRAZOS DE FORNECIMENTO

4.1. **O prazo de fornecimento dos produtos/serviços,** será de até 05 (cinco) dias úteis mediante requisição emitida pela Prefeitura Municipal de Nobres/MT – Setor de Compras, até o esgotamento total dos produtos pelo período estipulado no item 2.1

4.2. A aceitação dos produtos/serviços será feita pela Contratante mediante atesto nas Notas Fiscais e/ou Faturas correspondentes, quando comprovada a fiel e correta entrega dos produtos e/ou equipamentos, nos termo do art. 67. Da Lei n° 8.666/1993.

4.3 Caso o objeto não esteja de acordo com as especificações exigidas, a Comissão não o aceitará e lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade superior, sob pena de responsabilidade.

4.4. Na hipótese da não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pelo fornecedor no prazo de três (3) dias contados da notificação da não aceitação, para reposição no prazo máximo de três (3) dias.

4.5. Os produtos/serviços não aceitos ficarão a disposição do fornecedor, que no prazo de três (3) dias contados da notificação da não aceitação deverá retirar os mesmos, sob pena de a partir do quarto dia pagar custas com estocagem/depósito.

4.6. A Secretaria terá o prazo máximo de três (3) dias úteis para processar a conferência do que foi entregue, lavrando o Termo de Recebimento Definitivo ou notificando a detentora da ata para substituição do objeto entregue em desacordo com as especificações.

4.7. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da detentora da ata pela perfeita execução do empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do empenho, se a qualquer tempo forem verificados vícios, defeitos ou incorreções.

CLÁUSULA QUINTA

DAS OBRIGAÇÕES

5.1. Da Prefeitura Municipal de Nobres:

5.1.1. Atestar devido recebimento no Verso da Nota Fiscal quanto os produtos estiverem sido verificados e conferidos, não excluindo-se a hipótese do item 4.5 da presente Ata.

5.1.2. Terá o prazo máximo de 03 (três) dias úteis para notificar a detentora da ata para substituição do objeto entregue em desacordo com as especificações.

5.1.3. Aplicar à detentora da Ata penalidades, quando for o caso;

5.1.4. Prestar à detentora da Ata toda e qualquer informação, por estas solicitadas, necessárias à perfeita execução da nota de empenho;

5.1.5. Efetuar o pagamento à detentora da Ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal, devidamente atestada, no setor competente;

5.1.6. Notificar, por escrito, à detentora da Ata da aplicação de qualquer sanção.

5.2. Da Detentora da Ata:

5.2.1. Fornecer o objeto nas especificações e com a qualidade exigida;

5.2.2. Pagar todos os tributos, despesas, frete de transporte e todo e quaisquer custos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos fornecidos;

5.2.3. Manter, durante a validade da Ata, as mesmas condições de habilitação;

5.2.4. Aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado;

5.2.5. Fornecer o objeto, no preço, prazo e forma estipulada na proposta.

CLÁUSULA SEXTA

DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

6.1. Os contratos de aquisição decorrentes da presente Ata de Registro de Preços serão formalizados pela retirada da nota de empenho pela detentora.

6.2. A detentora da presente Ata de Registro de Preços será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrentes estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

6.3. Toda aquisição deverá ser efetuada mediante solicitação da unidade requisitante.

6.4. A empresa fornecedora, quando do recebimento da solicitação, deverá colocar, na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.

CLÁUSULA SÉTIMA

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

7.1 As despesas decorrentes das contratações objeto desta Licitação, correrão à conta do Município de Nobres, conforme abaixo:

Sec. Mun. de Infraestrutura.....344-08.001.15.452.0032.2053.339030000000

CLÁUSULA OITAVA

DAS PENALIDADES

8.1. Os casos de inexecução total ou parcial, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado e inadimplemento de cada ajuste representado pela nota de empenho, sujeitará a detentora da Ata às penalidades previstas no artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93, das quais destacam-se:

a) Advertência;

b) Multa de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso na entrega do objeto, até o 30º (trigésimo) dia, calculados sobre o valor do contrato;

c) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o saldo do Contrato, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias na execução do objeto, com a conseqüente rescisão contratual;

d) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato, no caso da EMPRESA, injustificadamente, desistir do Contrato ou der causa à sua rescisão, bem como nos demais casos de inadimplemento contratual;

e) Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o Município, no prazo de até 2 (dois) anos;

f) Declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública, até que seja promovida a reabilitação, facultado ao contratado o pedido de reconsideração da decisão da autoridade competente, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vistas ao processo.

8.2. Os valores das multas aplicadas previstas nos subitens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração.

8.3. Da aplicação das penas definidas nas alíneas "a" à "f", do item 8.1, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação, o qual deverá ser apresentado no mesmo local.

8.4. O recurso ou o pedido de reconsideração relativa às penalidades acima dispostas será dirigido ao Secretário da unidade requisitante, o qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

CLÁUSULA NONA

DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

9.1. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços;

9.1.1. Considera-se Preço registrado aquele atribuído aos materiais/produtos, incluindo todas as despesas e custos até a entrega no local indicado, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), transporte, embalagens, seguros, mão-de-obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.

9.2. O preço poderá variar para cima ou para baixo conforme o valor de cada objeto/item a ser fornecido tendo como base a desequilíbrio econômica financeira, se aceito pelo município.

9.3. O Órgão Gerenciador poderá revisar os preços praticados nesta Ata, a qualquer tempo.

9.4. O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de dez dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.

9.5. No caso de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente estabelecido, o Órgão Gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

9.6. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o Órgão Gerenciador notificará o fornecedor com o primeiro menor preço registrado para o item visando a negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.

9.7. Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, o Órgão Gerenciador desonerará o fornecedor em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis.

9.8. Simultaneamente procederá a convocação dos demais fornecedores, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.

9.9. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do serviço ou fornecimento e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido;

9.10. Preliminarmente o Órgão Gerenciador convocará todos os fornecedores no sentido de estabelecer negociação visando a manutenção dos preços originariamente registrados, dando-se preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

9.11. Não havendo êxito nas negociações para definição de novo preço ou as licitantes não aceitarem o preço máximo a ser pago pela Administração, o Órgão Gerenciador revogará a Ata de Registro de Preços, liberando os fornecedores dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidade.

9.12. Definido o preço máximo a ser pago pela Administração, o novo preço deverá ser consignado através de apostilamento na Ata de Registro de Preços, ao qual estarão as empresas vinculadas.

9.13. Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item, poderá o Gestor da Ata proceder à nova licitação para a aquisição do produto, sem que caiba direito de recurso.

CLÁUSULA DÉCIMA

DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. A presente ata poderá ser cancelada pelo MUNICÍPIO, de comum acordo, sem ônus, que deverá ser feito mediante notificação extrajudicial com antecedência mínima de trinta dias, no caso de descumprimento de quaisquer das cláusulas do presente contrato pelo "PROMITENTE FORNECEDOR", sendo reconhecido o direito de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei Federal n.º 8.666/93 e ainda, unilateralmente pelo MUNICÍPIO.

10.2. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do Gestor da Ata quando:

10.2.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata;

10.2.2. A detentora não retirar qualquer nota de empenho, no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

10.2.3. A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério do MUNICÍPIO; observada a legislação em vigor;

10.2.4. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pelo MUNICÍPIO, com observância das disposições legais;

10.2.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e a detentora não acatar a revisão dos mesmos;

10.2.6. Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

10.3. A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação em Órgão Oficial do Município, por uma (1) vez, considerando-se cancelado o preço e registrado a partir da última publicação.

10.4. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo do MUNICÍPIO, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

10.4.1. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de trinta dias, facultada á Administração a aplicação das penas previstas na cláusula sétima, caso não aceitas as razões do pedido.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

11.1. A aquisição dos itens objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, em cada caso, pelo ordenador de despesa correspondente, sendo obrigatório informar ao Departamento de Compras do Município, os quantitativos das aquisições.

11.1.1. A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

DAS COMUNICAÇÕES

12.1. As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas sempre por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

VINCULAÇÃO AO EDITAL

13.1. Farão parte da presente ata, além de suas expressas cláusulas, independentemente de transcrição no corpo do presente, as instruções contidas no Edital de Pregão Presencial nº. 007/2019, bem como os documentos a ele referentes, além da proposta apresentada pela PROMITENTE FORNECEDORA, no certame licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. Integram esta Ata, o edital da PREGÃO PRESENCIAL nº 007/2019 a proposta da empresa **GATIVA CONSTR. EIRELI** classificada em PROMITENTE FORNECEDORA no certame supranumerado.

14.2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 e 10.520/02, Decreto Municipal n° 12/2010, no que não colidir com a primeira e as demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

DO FORO

15.1. As partes elegem o foro da Comarca Nobres/ MT, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta Ata com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

Nobres / MT, 08 de março de 2019.

_____

LEOCIR HANEL

Prefeito Municipal

_____

GATIVA CONSTRUÇÕES EIRELI

CNPJ N° 24.528.636/0001-79

Sra. Ana Beatriz Cavalieri Vicente

CPF nº 046.088.971-83

Testemunhas:

Assinatura: _____

Nome

CPF nº

Assinatura: _____

Nome

CPF nº

LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 36/2019.

O Município de Nobres, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Rua Ludgardes Hoffman Riedi, s/ n.º, Bairro Jardim Paraná, cidade de Nobres– MT, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 03.424.272/0001-07, representado neste ato pelo seu Prefeito Municipal **LEOCIR HANEL**, brasileiro, casado, Agente Político, residente e domiciliado nesta cidade de Nobres – MT, inscrito no RG sob o n.º 740.239 SSP/PR e CPF n.º 159.026.509-25, residente e domiciliado nesta cidade de Nobres – MT, doravante denominado **CONTRATANTE** e a empresa **MUDAR COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO FERRAMENTAS E EPI'S LTDA**, CNPJ nº 14.888.303/0001-05, sediada à Av. Beira Rio, n° 1700, bairro Praieiro, Cuiabá-MT, cep: 78.070-500, fone: (65) 3322-7020, email: mudarcomercio@hotmail.com, sendo representada pelo Sr. Thiago Freitas do Nascimento, portador do RG nº 16081293 SSP/MT e do CPF nº 027.911.441-96, doravante denominada "PROMITENTE FORNECEDORA", nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520/2002, Decretos Municipais nº 03/2006 e 12/2010, e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do PREGÃO PRESENCIAL nº 007/2019, para REGISTRO DE PREÇOS, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e 10.520/02, e suas alterações posteriores e as condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO

1.1. Através da presente ata ficam registrados os seguintes preços, cujo Objeto é Registro De Preços Para Futura E Eventual ***Aquisição De Materiais Metálicos, Metais E Acessórios, Para Atender As Necessidades Da Secretaria Infraestrutura,*** Conforme Condições E Especificações Constantes Neste Edital E Seus Anexos. PREGÃO PRESENCIAL nº 007/2019, para Registro de Preços.

1.2. Os produtos/serviços deverão ser entregues no município de Nobres-MT.

1.3. A presente Ata de Registro de Preços tem o valor registrado por **ITEM** conforme segue:

CÓD	DESCRIÇÃO	MARCA	MEDIDA	QUANT	VALOR UNIT	VALOR GLOBAL
8079	DISCO DE CORTE 7"	WORKER	UNIDADE	100	R$ 4,40	R$ 440,00
3249	DISCO DE CORTE 12 X5/8	ICDER	UNIDADE	50	R$ 14,50	R$ 725,00
29283	ELETRODO 2,5 MM	DENVER	KILO	100	R$ 12,50	R$ 1.250,00
120425	ELETRODO 3 X 25	DENVER	KILO	100	R$ 13,40	R$ 1.340,00
120393	PARAFUSO BROCANTE 3/4 CX 100	MDFER	CAIXA	100	R$ 19,40	R$ 1.940,00
120417	TELA ALAMBRADO 2,00 MTS	BELGO	METRO	100	R$ 39,00	R$ 3.900,00

O valor global desta Ata de RP é de R$ 9.595,00(nove mil, quinhentos e noventa e cinco reais).

CLÁUSULA SEGUNDA

DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de até 1 ano.

2.2. Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Nobres, não será obrigado a aquisição, exclusivamente por seu intermédio, os materiais referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3. Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital do PREGÃO PRESENCIAL nº 007/2019, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

2.3.1 É facultado à administração realizar a celebração de contratos, decorrentes do Sistema de Registro de Preços , observado o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.3.2 Os contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços poderão ser alterados, observado o disposto no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

CLÁUSULA TERCEIRA

DO PAGAMENTO

3.1. Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias a partir da entrega dos itens e da Nota Fiscal, devidamente atestada em seu verso o recebimento dos produtos, conforme Autorização de Fornecimento e especificações do Edital.

3.2. A nota fiscal somente será liberada quando o cumprimento do Empenho estiver em total conformidade com as especificações exigidas pela Prefeitura Municipal de Nobres - MT.

3.3. Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

3.4. As notas fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país.

3.5. O CNPJ da detentora da Ata constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

3.6. Nenhum pagamento será efetuado a detentora da Ata enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA QUARTA

DA VIGÊNCIA E DOS PRAZOS DE FORNECIMENTO

4.1. **O prazo de fornecimento dos produtos/serviços,** será de até 05 (cinco) dias úteis mediante requisição emitida pela Prefeitura Municipal de Nobres/MT – Setor de Compras, até o esgotamento total dos produtos pelo período estipulado no item 2.1

4.2. A aceitação dos produtos/serviços será feita pela Contratante mediante atesto nas Notas Fiscais e/ou Faturas correspondentes, quando comprovada a fiel e correta entrega dos produtos e/ou equipamentos, nos termo do art. 67. Da Lei n° 8.666/1993.

4.3 Caso o objeto não esteja de acordo com as especificações exigidas, a Comissão não o aceitará e lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade superior, sob pena de responsabilidade.

4.4. Na hipótese da não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pelo fornecedor no prazo de três (3) dias contados da notificação da não aceitação, para reposição no prazo máximo de três (3) dias.

4.5. Os produtos/serviços não aceitos ficarão a disposição do fornecedor, que no prazo de três (3) dias contados da notificação da não aceitação deverá retirar os mesmos, sob pena de a partir do quarto dia pagar custas com estocagem/depósito.

4.6. A Secretaria terá o prazo máximo de três (3) dias úteis para processar a conferência do que foi entregue, lavrando o Termo de Recebimento Definitivo ou notificando a detentora da ata para substituição do objeto entregue em desacordo com as especificações.

4.7. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da detentora da ata pela perfeita execução do empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do empenho, se a qualquer tempo forem verificados vícios, defeitos ou incorreções.

CLÁUSULA QUINTA

DAS OBRIGAÇÕES

5.1. Da Prefeitura Municipal de Nobres:

5.1.1. Atestar devido recebimento no Verso da Nota Fiscal quanto os produtos estiverem sido verificados e conferidos, não excluindo-se a hipótese do item 4.5 da presente Ata.

5.1.2. Terá o prazo máximo de 03 (três) dias úteis para notificar a detentora da ata para substituição do objeto entregue em desacordo com as especificações.

5.1.3. Aplicar à detentora da Ata penalidades, quando for o caso;

5.1.4. Prestar à detentora da Ata toda e qualquer informação, por estas solicitadas, necessárias à perfeita execução da nota de empenho;

5.1.5. Efetuar o pagamento à detentora da Ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal, devidamente atestada, no setor competente;

5.1.6. Notificar, por escrito, à detentora da Ata da aplicação de qualquer sanção.

5.2. Da Detentora da Ata:

5.2.1. Fornecer o objeto nas especificações e com a qualidade exigida;

5.2.2. Pagar todos os tributos, despesas, frete de transporte e todo e quaisquer custos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos fornecidos;

5.2.3. Manter, durante a validade da Ata, as mesmas condições de habilitação;

5.2.4. Aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado;

5.2.5. Fornecer o objeto, no preço, prazo e forma estipulada na proposta.

CLÁUSULA SEXTA

DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

6.1. Os contratos de aquisição decorrentes da presente Ata de Registro de Preços serão formalizados pela retirada da nota de empenho pela detentora.

6.2. A detentora da presente Ata de Registro de Preços será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrentes estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

6.3. Toda aquisição deverá ser efetuada mediante solicitação da unidade requisitante.

6.4. A empresa fornecedora, quando do recebimento da solicitação, deverá colocar, na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.

CLÁUSULA SÉTIMA

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

7.1 As despesas decorrentes das contratações objeto desta Licitação, correrão à conta do Município de Nobres, conforme abaixo:

Sec. Mun. de Infraestrutura.....344-08.001.15.452.0032.2053.339030000000

CLÁUSULA OITAVA

DAS PENALIDADES

8.1. Os casos de inexecução total ou parcial, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado e inadimplemento de cada ajuste representado pela nota de empenho, sujeitará a detentora da Ata às penalidades previstas no artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93, das quais destacam-se:

a) Advertência;

b) Multa de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso na entrega do objeto, até o 30º (trigésimo) dia, calculados sobre o valor do contrato;

c) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o saldo do Contrato, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias na execução do objeto, com a conseqüente rescisão contratual;

d) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato, no caso da EMPRESA, injustificadamente, desistir do Contrato ou der causa à sua rescisão, bem como nos demais casos de inadimplemento contratual;

e) Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o Município, no prazo de até 2 (dois) anos;

f) Declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública, até que seja promovida a reabilitação, facultado ao contratado o pedido de reconsideração da decisão da autoridade competente, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vistas ao processo.

8.2. Os valores das multas aplicadas previstas nos subitens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração.

8.3. Da aplicação das penas definidas nas alíneas "a" à "f", do item 8.1, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação, o qual deverá ser apresentado no mesmo local.

8.4. O recurso ou o pedido de reconsideração relativa às penalidades acima dispostas será dirigido ao Secretário da unidade requisitante, o qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

CLÁUSULA NONA

DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

9.1. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços;

9.1.1. Considera-se Preço registrado aquele atribuído aos materiais/produtos, incluindo todas as despesas e custos até a entrega no local indicado, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), transporte, embalagens, seguros, mão-de-obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.

9.2. O preço poderá variar para cima ou para baixo conforme o valor de cada objeto/item a ser fornecido tendo como base a desequilíbrio econômica financeira, se aceito pelo município.

9.3. O Órgão Gerenciador poderá revisar os preços praticados nesta Ata, a qualquer tempo.

9.4. O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de dez dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.

9.5. No caso de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente estabelecido, o Órgão Gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

9.6. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o Órgão Gerenciador notificará o fornecedor com o primeiro menor preço registrado para o item visando a negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.

9.7. Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, o Órgão Gerenciador desonerará o fornecedor em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis.

9.8. Simultaneamente procederá a convocação dos demais fornecedores, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.

9.9. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do serviço ou fornecimento e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido;

9.10. Preliminarmente o Órgão Gerenciador convocará todos os fornecedores no sentido de estabelecer negociação visando a manutenção dos preços originariamente registrados, dando-se preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

9.11. Não havendo êxito nas negociações para definição de novo preço ou as licitantes não aceitarem o preço máximo a ser pago pela Administração, o Órgão Gerenciador revogará a Ata de Registro de Preços, liberando os fornecedores dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidade.

9.12. Definido o preço máximo a ser pago pela Administração, o novo preço deverá ser consignado através de apostilamento na Ata de Registro de Preços, ao qual estarão as empresas vinculadas.

9.13. Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item, poderá o Gestor da Ata proceder à nova licitação para a aquisição do produto, sem que caiba direito de recurso.

CLÁUSULA DÉCIMA

DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. A presente ata poderá ser cancelada pelo MUNICÍPIO, de comum acordo, sem ônus, que deverá ser feito mediante notificação extrajudicial com antecedência mínima de trinta dias, no caso de descumprimento de quaisquer das cláusulas do presente contrato pelo "PROMITENTE FORNECEDOR", sendo reconhecido o direito de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei Federal n.º 8.666/93 e ainda, unilateralmente pelo MUNICÍPIO.

10.2. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do Gestor da Ata quando:

10.2.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata;

10.2.2. A detentora não retirar qualquer nota de empenho, no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

10.2.3. A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério do MUNICÍPIO; observada a legislação em vigor;

10.2.4. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pelo MUNICÍPIO, com observância das disposições legais;

10.2.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e a detentora não acatar a revisão dos mesmos;

10.2.6. Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

10.3. A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação em Órgão Oficial do Município, por uma (1) vez, considerando-se cancelado o preço e registrado a partir da última publicação.

10.4. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo do MUNICÍPIO, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

10.4.1. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de trinta dias, facultada á Administração a aplicação das penas previstas na cláusula sétima, caso não aceitas as razões do pedido.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

11.1. A aquisição dos itens objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, em cada caso, pelo ordenador de despesa correspondente, sendo obrigatório informar ao Departamento de Compras do Município, os quantitativos das aquisições.

11.1.1. A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

DAS COMUNICAÇÕES

12.1. As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas sempre por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

VINCULAÇÃO AO EDITAL

13.1. Farão parte da presente ata, além de suas expressas cláusulas, independentemente de transcrição no corpo do presente, as instruções contidas no Edital de Pregão Presencial nº. 007/2019, bem como os documentos a ele referentes, além da proposta apresentada pela PROMITENTE FORNECEDORA, no certame licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. Integram esta Ata, o edital da PREGÃO PRESENCIAL nº 007/2019 a proposta da empresa **MUDAR COM. DE MAT. DE CONSTR., FERRAMENTAS E EPI'S LTDA**classificada em PROMITENTE FORNECEDORA no certame supranumerado.

14.2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 e 10.520/02, Decreto Municipal n° 12/2010, no que não colidir com a primeira e as demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

DO FORO

15.1. As partes elegem o foro da Comarca Nobres/ MT, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta Ata com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

Nobres / MT, 08 de março de 2019.

_____

LEOCIR HANEL

Prefeito Municipal

_____

MUDAR COM. MAT. DE CONSTRUÇÃO

FERRAMENTAS E EPI'S LTDA

CNPJ nº 14.888.303/0001-05

Sr. Thiago Freitas do Nascimento

CPF nº 027.911.441-96

Testemunhas:

Assinatura: _____

Nome

CPF nº

Assinatura: _____

Nome

CPF nº

LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 35/2019.

O Município de Nobres, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Rua Ludgardes Hoffman Riedi, s/ n.º, Bairro Jardim Paraná, cidade de Nobres– MT, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 03.424.272/0001-07, representado neste ato pelo seu Prefeito Municipal **LEOCIR HANEL**, brasileiro, casado, Agente Político, residente e domiciliado nesta cidade de Nobres – MT, inscrito no RG sob o n.º 740.239 SSP/PR e CPF n.º 159.026.509-25, residente e domiciliado nesta cidade de Nobres – MT, doravante denominado **CONTRATANTE** e a empresa **SETE COMERCIO E SERVIÇOS DE INFORMATICA LTDA ME**, inscrita no CNPJ sob o nº 04.578.067/0001-69, com sede na Av. Mário Côrrea, N° 246, bairro Porto, Cuiabá/MT, CEP: 78.025-140, Email: setedistribuidora@terra.com.br, Fone: (65) 3642-6664, doravante designada **"DETENTORA DA ATA"**, neste ato representada pelo Sr. Pedro Del Bianco Pereira Lopes, brasileiro, sócio gerente, portador(a) do RG nº 19257694 SSP/MT e do CPF nº 051.427.651-76, doravante denominada "PROMITENTE FORNECEDORA", nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520/ 2002, Decretos Municipais nº 03/2006 e 12/2010, e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do PREGÃO PRESENCIAL nº 007/ 2019, para REGISTRO DE PREÇOS, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e 10.520/02, e suas alterações posteriores e as condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO

1.1. Através da presente ata ficam registrados os seguintes preços, cujo Objeto é Registro De Preços Para Futura E Eventual ***Aquisição De Materiais Metálicos, Metais E Acessórios, Para Atender As Necessidades Da Secretaria Infraestrutura,*** Conforme Condições E Especificações Constantes Neste Edital E Seus Anexos. PREGÃO PRESENCIAL nº 007/2019, para Registro de Preços.

1.2. Os produtos/serviços deverão ser entregues no município de Nobres-MT.

1.3. A presente Ata de Registro de Preços tem o valor registrado por **ITEM** conforme segue:

CÓD	DESCRIÇÃO	MARCA	MEDIDA	QUANT	VALOR UNIT	VALOR GLOBAL
120395	BARRA DE FERRO MECANICO 3/8	GERDAU	BARRA	600	R$ 18,50	R$ 11.100,00
120433	CHUMBADOR DE EXPANSAO 1/2 POR 4"COM PRISIONEIRO COMICO	ANCORA	UNIDADE	500	R$ 4,30	R$ 2.150,00
120397	DISCO CORTE 12 X3/4	ICSER	UNIDADE	200	R$ 14,65	R$ 2.930,00
120426	DISCO DE CORTE 9"	ICSER	UNIDADE	100	R$ 8,00	R$ 800,00
10782	DISCO DE DESBASTE 7"	ICSER	UNIDADE	100	R$ 10,00	R$ 1.000,00
120398	FITA DUPLA FACE P/ ACM	3M	UNIDADE	300	R$ 32,00	R$ 9.600,00
10161	THINNER 18 LT	EUCATEX	UNIDADE	100	R$ 198,00	R$ 19.800,00
18283	TUBO GALVANIZADO 3" POLEGADAS 6 MTS	ACM	BARRA	300	R$ 229,00	R$ 68.700,00

O valor global desta Ata de RP é de R$ 116.080,00 (cento e dezesseis mil e oitenta reais).

CLÁUSULA SEGUNDA

DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de até 1 ano.

2.2. Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Nobres, não será obrigado a aquisição, exclusivamente por seu intermédio, os materiais referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3. Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital do PREGÃO PRESENCIAL nº 007/2019, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

2.3.1 É facultado à administração realizar a celebração de contratos, decorrentes do Sistema de Registro de Preços , observado o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.3.2 Os contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços poderão ser alterados, observado o disposto no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

CLÁUSULA TERCEIRA

DO PAGAMENTO

3.1. Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias a partir da entrega dos itens e da Nota Fiscal, devidamente atestada em seu verso o recebimento dos produtos, conforme Autorização de Fornecimento e especificações do Edital.

3.2. A nota fiscal somente será liberada quando o cumprimento do Empenho estiver em total conformidade com as especificações exigidas pela Prefeitura Municipal de Nobres - MT.

3.3. Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

3.4. As notas fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país.

3.5. O CNPJ da detentora da Ata constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

3.6. Nenhum pagamento será efetuado a detentora da Ata enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA QUARTA

DA VIGÊNCIA E DOS PRAZOS DE FORNECIMENTO

4.1. **O prazo de fornecimento dos produtos/serviços,** será de até 05 (cinco) dias úteis mediante requisição emitida pela Prefeitura Municipal de Nobres/MT – Setor de Compras, até o esgotamento total dos produtos pelo período estipulado no item 2.1

4.2. A aceitação dos produtos/serviços será feita pela Contratante mediante atesto nas Notas Fiscais e/ou Faturas correspondentes, quando comprovada a fiel e correta entrega dos produtos e/ou equipamentos, nos termo do art. 67. Da Lei n° 8.666/1993.

4.3 Caso o objeto não esteja de acordo com as especificações exigidas, a Comissão não o aceitará e lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade superior, sob pena de responsabilidade.

4.4. Na hipótese da não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pelo fornecedor no prazo de três (3) dias contados da notificação da não aceitação, para reposição no prazo máximo de três (3) dias.

4.5. Os produtos/serviços não aceitos ficarão a disposição do fornecedor, que no prazo de três (3) dias contados da notificação da não aceitação deverá retirar os mesmos, sob pena de a partir do quarto dia pagar custas com estocagem/depósito.

4.6. A Secretaria terá o prazo máximo de três (3) dias úteis para processar a conferência do que foi entregue, lavrando o Termo de Recebimento Definitivo ou notificando a detentora da ata para substituição do objeto entregue em desacordo com as especificações.

4.7. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da detentora da ata pela perfeita execução do empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do empenho, se a qualquer tempo forem verificados vícios, defeitos ou incorreções.

CLÁUSULA QUINTA

DAS OBRIGAÇÕES

5.1. Da Prefeitura Municipal de Nobres:

5.1.1. Atestar devido recebimento no Verso da Nota Fiscal quanto os produtos estiverem sido verificados e conferidos, não excluindo-se a hipótese do item 4.5 da presente Ata.

5.1.2. Terá o prazo máximo de 03 (três) dias úteis para notificar a detentora da ata para substituição do objeto entregue em desacordo com as especificações.

5.1.3. Aplicar à detentora da Ata penalidades, quando for o caso;

5.1.4. Prestar à detentora da Ata toda e qualquer informação, por estas solicitadas, necessárias à perfeita execução da nota de empenho;

5.1.5. Efetuar o pagamento à detentora da Ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal, devidamente atestada, no setor competente;

5.1.6. Notificar, por escrito, à detentora da Ata da aplicação de qualquer sanção.

5.2. Da Detentora da Ata:

5.2.1. Fornecer o objeto nas especificações e com a qualidade exigida;

5.2.2. Pagar todos os tributos, despesas, frete de transporte e todo e quaisquer custos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos fornecidos;

5.2.3. Manter, durante a validade da Ata, as mesmas condições de habilitação;

5.2.4. Aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado;

5.2.5. Fornecer o objeto, no preço, prazo e forma estipulada na proposta.

CLÁUSULA SEXTA

DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

6.1. Os contratos de aquisição decorrentes da presente Ata de Registro de Preços serão formalizados pela retirada da nota de empenho pela detentora.

6.2. A detentora da presente Ata de Registro de Preços será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrentes estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

6.3. Toda aquisição deverá ser efetuada mediante solicitação da unidade requisitante.

6.4. A empresa fornecedora, quando do recebimento da solicitação, deverá colocar, na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.

CLÁUSULA SÉTIMA

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

7.1 As despesas decorrentes das contratações objeto desta Licitação, correrão à conta do Município de Nobres, conforme abaixo:

Sec. Mun. de Infraestrutura.....344-08.001.15.452.0032.2053.339030000000

CLÁUSULA OITAVA

DAS PENALIDADES

8.1. Os casos de inexecução total ou parcial, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado e inadimplemento de cada ajuste representado pela nota de empenho, sujeitará a detentora da Ata às penalidades previstas no artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93, das quais destacam-se:

a) Advertência;

b) Multa de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso na entrega do objeto, até o 30º (trigésimo) dia, calculados sobre o valor do contrato;

c) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o saldo do Contrato, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias na execução do objeto, com a conseqüente rescisão contratual;

d) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato, no caso da EMPRESA, injustificadamente, desistir do Contrato ou der causa à sua rescisão, bem como nos demais casos de inadimplemento contratual;

e) Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o Município, no prazo de até 2 (dois) anos;

f) Declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública, até que seja promovida a reabilitação, facultado ao contratado o pedido de reconsideração da decisão da autoridade competente, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vistas ao processo.

8.2. Os valores das multas aplicadas previstas nos subitens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração.

8.3. Da aplicação das penas definidas nas alíneas "a" à "f", do item 8.1, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação, o qual deverá ser apresentado no mesmo local.

8.4. O recurso ou o pedido de reconsideração relativa às penalidades acima dispostas será dirigido ao Secretário da unidade requisitante, o qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

CLÁUSULA NONA

DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

9.1. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços;

9.1.1. Considera-se Preço registrado aquele atribuído aos materiais/produtos, incluindo todas as despesas e custos até a entrega no local indicado, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), transporte, embalagens, seguros, mão-de-obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.

9.2. O preço poderá variar para cima ou para baixo conforme o valor de cada objeto/item a ser fornecido tendo como base a desequilíbrio econômica financeira, se aceito pelo município.

9.3. O Órgão Gerenciador poderá revisar os preços praticados nesta Ata, a qualquer tempo.

9.4. O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de dez dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.

9.5. No caso de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente estabelecido, o Órgão Gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

9.6. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o Órgão Gerenciador notificará o fornecedor com o primeiro menor preço registrado para o item visando a negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.

9.7. Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, o Órgão Gerenciador desonerará o fornecedor em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis.

9.8. Simultaneamente procederá a convocação dos demais fornecedores, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.

9.9. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do serviço ou fornecimento e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido;

9.10. Preliminarmente o Órgão Gerenciador convocará todos os fornecedores no sentido de estabelecer negociação visando a manutenção dos preços originariamente registrados, dando-se preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

9.11. Não havendo êxito nas negociações para definição de novo preço ou as licitantes não aceitarem o preço máximo a ser pago pela Administração, o Órgão Gerenciador revogará a Ata de Registro de Preços, liberando os fornecedores dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidade.

9.12. Definido o preço máximo a ser pago pela Administração, o novo preço deverá ser consignado através de apostilamento na Ata de Registro de Preços, ao qual estarão as empresas vinculadas.

9.13. Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item, poderá o Gestor da Ata proceder à nova licitação para a aquisição do produto, sem que caiba direito de recurso.

CLÁUSULA DÉCIMA

DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. A presente ata poderá ser cancelada pelo MUNICÍPIO, de comum acordo, sem ônus, que deverá ser feito mediante notificação extrajudicial com antecedência mínima de trinta dias, no caso de descumprimento de quaisquer das cláusulas do presente contrato pelo “PROMITENTE FORNECEDOR”, sendo reconhecido o direito de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei Federal n.º 8.666/93 e ainda, unilateralmente pelo MUNICÍPIO.

10.2. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do Gestor da Ata quando:

10.2.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata;

10.2.2. A detentora não retirar qualquer nota de empenho, no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

10.2.3. A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério do MUNICÍPIO; observada a legislação em vigor;

10.2.4. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pelo MUNICÍPIO, com observância das disposições legais;

10.2.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e a detentora não acatar a revisão dos mesmos;

10.2.6. Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

10.3. A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação em Órgão Oficial do Município, por uma (1) vez, considerando-se cancelado o preço e registrado a partir da última publicação.

10.4. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo do MUNICÍPIO, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

10.4.1. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de trinta dias, facultada á Administração a aplicação das penas previstas na cláusula sétima, caso não aceitas as razões do pedido.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

11.1. A aquisição dos itens objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, em cada caso, pelo ordenador de despesa correspondente, sendo obrigatório informar ao Departamento de Compras do Município, os quantitativos das aquisições.

11.1.1. A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

DAS COMUNICAÇÕES

12.1. As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas sempre por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

VINCULAÇÃO AO EDITAL

13.1. Farão parte da presente ata, além de suas expressas cláusulas, independentemente de transcrição no corpo do presente, as instruções contidas no Edital de Pregão Presencial nº. 007/2019, bem como os documentos a ele referentes, além da proposta apresentada pela PROMITENTE FORNECEDORA, no certame licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. Integram esta Ata, o edital da PREGÃO PRESENCIAL nº 007/2019 a proposta da empresa **SETE COMERCIO E SERVIÇOS DE INFORMATICA LTDA ME** classificada em PROMITENTE FORNECEDORA no certame supranumerado.

14.2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 e 10.520/02, Decreto Municipal n° 12/2010, no que não colidir com a primeira e as demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

DO FORO

15.1. As partes elegem o foro da Comarca Nobres/ MT, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta Ata com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

Nobres / MT, 08 de março de 2019.

_____

LEOCIR HANEL

Prefeito Municipal

_____

SETE COMERCIO E SERVIÇOS

DE INFORMATICA LTDA ME

CNPJ sob o nº 04.578.067/0001-69

Sr. Pedro Del Bianco Pereira Lopes,

CPF nº 051.427.651-76

Testemunhas:

Assinatura: _____

Nome

CPF nº

Assinatura: _____

Nome

CPF nº

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES

AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2019

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Nobres-MT, torna público aos interessados, que realizará licitação na modalidade **TOMADA DE PREÇOS Nº 02/2019**, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, cuja abertura ocorrerá as 08:00 h do dia 28/03/2019, na sede da Prefeitura Municipal de Nobres, situada à Rua Ludgardes Hoffmann Hiedi, s/nº, Jardim Paraná, Nobres-MT. Objeto: **CONTRATACAO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇO DE DIVULGAÇÃO DOS ATOS, PROGRAMAS, SERVIÇOS E CAMPANHAS EDUCATIVAS DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE NOBRES - MT, COMPREENDENDO: SERVIÇOS DE MIDIA DIGITAL, POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES**, conforme constantes no anexo I do Edital, parte integrante deste Edital. Os interessados poderão retirar o edital completo na sede da Prefeitura Municipal de Nobres, das 07:00 às 11:00 h e das 13:00h ás 17:00h. Maiores informações poderão ser obtidas através do telefone (65) 3376-4200 – Ramal 4215.

Nobres, 11 de Março de 2019.

Juliane Castro Pereira

Presidente Da CPL

RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO N° 52/2019

brasão de nobres

Contrato de Trabalho por Prazo Determinado que firmam, de um lado o município de Nobres-MT, com sede Administrativa nesta cidade, sita a Rua J s/n, bairro Jardim Paraná, inscrito no CNPJ/MF 03.424.272/0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. **LEOCIR HANEL,** de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado o (a) Sr. (a) **TANIANE PAULINA M. L. FELIX**, brasileiro (a), portador (a) do **RG n.° 152.964.23 SSP/MT** e do **CPF n.° 010.956.361-11**, a seguir chamado de CONTRATADOna forma e mediante as cláusulas abaixo:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O contrato tem por objeto a execução de serviços temporários, regido pela Lei 1197/2011 de 21 de setembro de 2011, que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais da Educação Básica do Município de Nobres/MT, Art. 45, pelo Edital

de Seleção nº. 01/2016/17SEMEC pela Portaria n°. 02/2016/17SEMEC de 18/11/2016, e pela Portaria de homologação n° 127/2017 de 17/02/2017, na função de **PROFESSOR 30 HORAS**, por essencial necessidade de caráter publico.

1.2 Os serviços serão prestados junto a Secretaria de Educação desenvolvendo atividades da área, e demais tarefas correlatas;

1.3 Os trabalhos serão desenvolvidos em estrita observância as clausulas deste Contrato, principalmente no tocante as obrigações do CONTRATADO.

CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E RESCISOES DO CONTRATO

2.1 O prazo do presente contrato é de **10 (Dez) meses e 02 (Um) dias,** contados dos dias **18/02/2019** estendendo-se até **20/12/2019.**

2.2 O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por acordo entre as partes, ou unilateralmente pelo CONTRATANTE no caso do CONTRATADO deixar de cumprir qualquer uma das suas cláusulas, devendo prevalecer em todos os casos o interesse público.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA REMUNERAÇÃO

3.1 A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de **R$ 3.640,30 (Três Mil Seiscentos e Quarenta Reais e Trinta Centavos)** mensais**.**

3.2 O pagamento será efetuado na mesma época dos demais servidores da Prefeitura.

3.3 O CONTRATO fará jus à percepção de 13 ° salário e salário família, observando o disposto na Lei n° 992/06 Art. N° 124 – I, II de 20 de abril de 2006.

3.4 aplica-se a este contrato o Art. 11 da Lei Municipal n° 1.148/2009.

CLAUSULA QUARTA – DA JORNADA DE TRABALHO

4.1 A jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de **30 horas** semanais**.**

4.2 Os serviços deverão ser prestados nos horários estabelecidos em cada Secretaria, conforme a função.

CLAUSULA QUINTA – DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO

5.1 A CONTRATANTE de vera efetuar sobre a remuneração do CONTRATADO todos os descontos previstos em lei a favor da Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATO

6.1 São obrigações do CONTRATADO para execução do presente contrato:

brasão de nobres

6.1.1 Cumprir assiduamente a sua jornada de trabalho;

6.1.2 Realizar com presteza e dedicação o atendimento aos cidadãos que a si se dirigirem, apresentando-se sempre de forma respeitosa e em trajes adequados ao serviço;

6.1.3 Comunicar com antecedência ao Secretario a falta ao trabalho com justificativa fundamentada;

6.1.4 Comunicar ao Secretario qualquer ocorrência ou incidência que possa comprometer a administração pública;

6.1.5 Responsabilizar-se pelos erros ou falhas que porventura vierem a ocorrer na execução dos seus serviços por sua exclusiva culpa;

6.1.6 Seguir as orientações emanadas da CONTRATANTE por intermédio do Secretario;

6.1.7 Propor sugestões para melhoria das ações desenvolvidas na sua área de trabalho;

6.1.8 Comunicar ao CONTRATANTE a pratica de atos que contrariem a ética profissional nos procedimentos realizados pela Administração Pública.

CLAUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1 Fica eleito o foro da comarca do Município de **Nobres – MT**, para dirimir quaisquer duvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das clausulas, firmam o Contrato de Trabalho em 02 (duas) vias de igual teor que serão assinadas pelas partes.

Nobres, 18 de fevereiro de 2019

_____

_____

LEOCIR HANEL TANIANE PAULINA M. L. FELIX

Testemunhas:

_____

_____

RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO N° 50/2019

brasão de nobres

Contrato de Trabalho por Prazo Determinado que firmam, de um lado o município de Nobres-MT, com sede Administrativa nesta cidade, sita a Rua J s/n, bairro Jardim Paraná, inscrito no CNPJ/MF 03.424.272/0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. **LEOCIR HANEL,** de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado o (a) Sr. (a) **SANDRA APARECIDA HUGNEY NONATO**, brasileiro (a), portador (a) do **RG n.° 955 595 SSP/MT** e do **CPF n.° 593.207.101-04**, a seguir chamado de CONTRATADOna forma e mediante as cláusulas abaixo:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O contrato tem por objeto a execução de serviços temporários, regido pela Lei 1197/2011 de 21 de setembro de 2011, que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais da Educação Básica do Município de Nobres/MT, Art. 45, pelo Edital de Seleção nº. 01/2016/17SEMEC pela Portaria n°. 02/2016/17SEMEC de 18/11/2016, e pela Portaria de homologação n° 127/2017 de 17/02/2017, na função de **PROFESSOR 30 HORAS**, por essencial necessidade de caráter publico.

1.2 Os serviços serão prestados junto a Secretaria de Educação desenvolvendo atividades da área, e demais tarefas correlatas;

1.3 Os trabalhos serão desenvolvidos em estrita observância as clausulas deste Contrato, principalmente no tocante as obrigações do CONTRATADO.

CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E RESCISOES DO CONTRATO

2.1 O prazo do presente contrato é de **10 (Dez)meses e 01 (Um) Dias,** contados dos dias **18/02/2019** estendendo-se até **20/12/2019.**

2.2 O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por acordo entre as partes, ou unilateralmente pelo CONTRATANTE no caso do CONTRATADO deixar de cumprir qualquer uma das suas cláusulas, devendo prevalecer em todos os casos o interesse público.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA REMUNERAÇÃO

3.1 A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de **R$ 3.640,30 (Três Mil Seiscentos e Quarenta Reais e Trinta Centavos)** mensais**.**

3.2 O pagamento será efetuado na mesma época dos demais servidores da Prefeitura.

3.3 O CONTRATO fará jus à percepção de 13 ° salário e salário família, observando o disposto na Lei n° 992/06 Art. N° 124 – I, II de 20 de abril de 2006.

3.4 aplica-se a este contrato o Art. 11 da Lei Municipal n° 1.148/2009.

CLAUSULA QUARTA – DA JORNADA DE TRABALHO

4.1 A jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de **30 horas** semanais**.**

4.2 Os serviços deverão ser prestados nos horários estabelecidos em cada Secretaria, conforme a função.

CLAUSULA QUINTA – DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO

5.1 A CONTRATANTE de vera efetuar sobre a remuneração do CONTRATADO todos os descontos previstos em lei a favor da Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATO

6.1 São obrigações do CONTRATADO para execução do presente contrato:

brasão de nobres

6.1.1 Cumprir assiduamente a sua jornada de trabalho;

6.1.2 Realizar com presteza e dedicação o atendimento aos cidadãos que a si se dirigirem, apresentando-se sempre de forma respeitosa e em trajes adequados ao serviço;

6.1.3 Comunicar com antecedência ao Secretario a falta ao trabalho com justificativa fundamentada;

6.1.4 Comunicar ao Secretario qualquer ocorrência ou incidência que possa comprometer a administração pública;

6.1.5 Responsabilizar-se pelos erros ou falhas que porventura vierem a ocorrer na execução dos seus serviços por sua exclusiva culpa;

6.1.6 Seguir as orientações emanadas da CONTRATANTE por intermédio do Secretario;

6.1.7 Propor sugestões para melhoria das ações desenvolvidas na sua área de trabalho;

6.1.8 Comunicar ao CONTRATANTE a pratica de atos que contrariem a ética profissional nos procedimentos realizados pela Administração Pública.

CLAUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1 Fica eleito o foro da comarca do Município de **Nobres – MT**, para dirimir quaisquer duvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das clausulas, firmam o Contrato de Trabalho em 02 (duas) vias de igual teor que serão assinadas pelas partes.

Nobres, 18 de Feveriro de 2019

_____

_____

LEOCIR HANEL SANDRA APARECIDA HUGNEY NONATO

Testemunhas:

_____

_____

RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO N° 57/2019

brasão de nobres

Contrato de Trabalho por Prazo Determinado que firmam, de um lado o município de Nobres-MT, com sede Administrativa nesta cidade, sita a Rua J s/n, bairro Jardim Paraná, inscrito no CNPJ/MF 03.424.272/0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. **LEOCIR HANEL,** de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado o (a) Sr. (a) **MACIOLINA PEREIRA DA SILVA JULIANO**, brasileiro (a), portador (a) do **RG n.° 0.665.463-0 SJUSP/MT** e do **CPF n.° 320.433.251-91**, a seguir chamado de CONTRATADOna forma e mediante as cláusulas abaixo:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O contrato tem por objeto a execução de serviços temporários, regido pela Lei 1197/2011 de 21 de setembro de 2011, que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais da Educação Básica do Município de Nobres/MT, Art. 45, pelo Edital de Seleção nº. 01/2016/17SEMEC pela Portaria n°. 02/2016/17SEMEC de 18/11/2016, e pela Portaria de homologação n° 127/2017 de 17/02/2017, na função de **Professor 20**, por essencial necessidade de caráter publico.

1.2 Os serviços serão prestados junto a Secretaria de Educação desenvolvendo atividades da área, e demais tarefas correlatas;

1.3 Os trabalhos serão desenvolvidos em estrita observância as clausulas deste Contrato, principalmente no tocante as obrigações do CONTRATADO.

CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E RESCISOES DO CONTRATO

2.1 O prazo do presente contrato é de **10 (Dez) meses e 01 (Um) dias,** contados dos dias **18/02/2019** estendendo-se até **20/12/2019.**

2.2 O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por acordo entre as partes, ou unilateralmente pelo CONTRATANTE no caso do CONTRATADO deixar de cumprir qualquer uma das suas cláusulas, devendo prevalecer em todos os casos o interesse público.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA REMUNERAÇÃO

3.1 A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de **R$ 2.426,87 (Dois Mil Quatrocentos e Vinte Seis Reais e Oitenta e Sete centavos)** mensais**.**

3.2 O pagamento será efetuado na mesma época dos demais servidores da Prefeitura.

3.3 O CONTRATO fará jus à percepção de 13 ° salário e salário família, observando o disposto na Lei n° 992/06 Art. N° 124 – I, II de 20 de abril de 2006.

3.4 aplica-se a este contrato o Art. 11 da Lei Municipal n° 1.148/2009.

CLAUSULA QUARTA – DA JORNADA DE TRABALHO

4.1 A jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de **20 horas** semanais**.**

4.2 Os serviços deverão ser prestados nos horários estabelecidos em cada Secretaria, conforme a função.

CLAUSULA QUINTA – DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO

5.1 A CONTRATANTE de vera efetuar sobre a remuneração do CONTRATADO todos os descontos previstos em lei a favor da Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATO

6.1 São obrigações do CONTRATADO para execução do presente contrato:

brasão de nobres

6.1.1 Cumprir assiduamente a sua jornada de trabalho;

6.1.2 Realizar com presteza e dedicação o atendimento aos cidadãos que a si se dirigirem, apresentando-se sempre de forma respeitosa e em trajes adequados ao serviço;

6.1.3 Comunicar com antecedência ao Secretario a falta ao trabalho com justificativa fundamentada;

6.1.4 Comunicar ao Secretario qualquer ocorrência ou incidência que possa comprometer a administração pública;

6.1.5 Responsabilizar-se pelos erros ou falhas que porventura vierem a ocorrer na execução dos seus serviços por sua exclusiva culpa;

6.1.6 Seguir as orientações emanadas da CONTRATANTE por intermédio do Secretario;

6.1.7 Propor sugestões para melhoria das ações desenvolvidas na sua área de trabalho;

6.1.8 Comunicar ao CONTRATANTE a pratica de atos que contrariem a ética profissional nos procedimentos realizados pela Administração Pública.

CLAUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1 Fica eleito o foro da comarca do Município de **Nobres – MT**, para dirimir quaisquer duvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das clausulas, firmam o Contrato de Trabalho em 02 (duas) vias de igual teor que serão assinadas pelas partes.

Nobres, 18 de Fevereiro de 2019

_____

_____

LEOCIR HANEL MACIOLINA PEREIRA DA SILVA JULIANO

Testemunhas:

_____

_____

RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO N° 81/2019

brasão de nobres

Contrato de Trabalho por Prazo Determinado que firmam, de um lado o município de Nobres-MT, com sede Administrativa nesta cidade, sita a Rua J s/n, bairro Jardim Paraná, inscrito no CNPJ/MF 03.424.272/0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. **LEOCIR HANEL,** de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado o (a) Sr. (a) **MEIRICE DE ALMEIDA BOAMORTE**, brasileiro (a), portador (a) do **RG n.° 2.280.523-0 SSP/MT** e do **CPF n.° 039.073.691-06**, a seguir chamado de CONTRATADOna forma e mediante as cláusulas abaixo:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O contrato tem por objeto a execução de serviços temporários, regido pela Lei 1197/2011 de 21 de setembro de 2011, que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais da Educação Básica do Município de Nobres/MT, Art. 45, pelo Edital de Seleção nº. 01/2016/17SEMEC pela Portaria n°. 02/2016/17SEMEC de 18/11/2016, e pela Portaria de homologação n° 127/2017 de 17/02/2017, na função de **Técnico em Desenvolvimento Infantil Não Profissionalizado**, por essencial necessidade de caráter publico.

1.2 Os serviços serão prestados junto a Secretaria de Educação desenvolvendo atividades da área, e demais tarefas correlatas;

1.3 Os trabalhos serão desenvolvidos em estrita observância as clausulas deste Contrato, principalmente no tocante as obrigações do CONTRATADO.

CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E RESCISOES DO CONTRATO

2.1 O prazo do presente contrato é de **10 (Dez) meses e 01 (Um) dia,** contados dos dias **18/02/2019** estendendo-se até **20/12/2019.**

2.2 O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por acordo entre as partes, ou unilateralmente pelo CONTRATANTE no caso do CONTRATADO deixar de cumprir qualquer uma das suas cláusulas, devendo prevalecer em todos os casos o interesse público.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA REMUNERAÇÃO

3.1 A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de **R$ 1.577,45 (Hum Mil Quinhentos e Setenta e Sete Reais e Quarenta e Cinco Centavos)** mensais**.**

3.2 O pagamento será efetuado na mesma época dos demais servidores da Prefeitura.

3.3 O CONTRATO fará jus à percepção de 13 ° salário e salário família, observando o disposto na Lei n° 992/06 Art. N° 124 – I, II de 20 de abril de 2006.

3.4 aplica-se a este contrato o Art. 11 da Lei Municipal n° 1.148/2009.

CLAUSULA QUARTA – DA JORNADA DE TRABALHO

4.1 A jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de **30 horas** semanais**.**

4.2 Os serviços deverão ser prestados nos horários estabelecidos em cada Secretaria, conforme a função.

CLAUSULA QUINTA – DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO

5.1 A CONTRATANTE de vera efetuar sobre a remuneração do CONTRATADO todos os descontos previstos em lei a favor da Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATO

6.1 São obrigações do CONTRATADO para execução do presente contrato:

brasão de nobres

6.1.1 Cumprir assiduamente a sua jornada de trabalho;

6.1.2 Realizar com presteza e dedicação o atendimento aos cidadãos que a si se dirigirem, apresentando-se sempre de forma respeitosa e em trajes adequados ao serviço;

6.1.3 Comunicar com antecedência ao Secretario a falta ao trabalho com justificativa fundamentada;

6.1.4 Comunicar ao Secretario qualquer ocorrência ou incidência que possa comprometer a administração pública;

6.1.5 Responsabilizar-se pelos erros ou falhas que porventura vierem a ocorrer na execução dos seus serviços por sua exclusiva culpa;

6.1.6 Seguir as orientações emanadas da CONTRATANTE por intermédio do Secretario;

6.1.7 Propor sugestões para melhoria das ações desenvolvidas na sua área de trabalho;

6.1.8 Comunicar ao CONTRATANTE a pratica de atos que contrariem a ética profissional nos procedimentos realizados pela Administração Pública.

CLAUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1 Fica eleito o foro da comarca do Município de **Nobres – MT**, para dirimir quaisquer duvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das clausulas, firmam o Contrato de Trabalho em 02 (duas) vias de igual teor que serão assinadas pelas partes.

Nobres, 18 de Fevereiro de 2019

_____
_____

LEOCIR HANEL MEIRICE DE ALMEIDA BOAMORTE

Testemunhas:

_____
_____

RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO N° 58/2019

brasão de nobres

Contrato de Trabalho por Prazo Determinado que firmam, de um lado o município de Nobres-MT, com sede Administrativa nesta cidade, sita a Rua J s/n, bairro Jardim Paraná, inscrito no CNPJ/MF 03.424.272/0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. **LEOCIR HANEL,** de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado o (a) Sr. (a) **EVELLYN NUBIA DA SILVA NEVES**, brasileiro (a), portador (a) do **RG n.° 171.659-11 SSP/MT** e do **CPF n.° 010.958.371-09**, a seguir chamado de CONTRATADOna forma e mediante as cláusulas abaixo:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O contrato tem por objeto a execução de serviços temporários, regido pela Lei 1197/2011 de 21 de setembro de 2011, que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais da Educação Básica do Município de Nobres/MT, Art. 45, pelo Edital de Seleção nº. 01/2016/17SEMEC pela Portaria n°. 02/2016/17SEMEC de 18/11/2016, e pela Portaria de homologação n° 127/2017 de 17/02/2017, na função de **Professor 20 Horas**, por essencial necessidade de caráter publico.

1.2 Os serviços serão prestados junto a Secretaria de Educação desenvolvendo atividades da área, e demais tarefas correlatas;

1.3 Os trabalhos serão desenvolvidos em estrita observância as clausulas deste Contrato, principalmente no tocante as obrigações do CONTRATADO.

CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E RESCISOES DO CONTRATO

2.1 O prazo do presente contrato é de **10 (Dez) meses e 01 (Um) dias,** contados dos dias **18/02/2019** estendendo-se até **20/12/2019.**

2.2 O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por acordo entre as partes, ou unilateralmente pelo CONTRATANTE no caso do CONTRATADO deixar de cumprir qualquer uma das suas cláusulas, devendo prevalecer em todos os casos o interesse público.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA REMUNERAÇÃO

3.1 A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de **R$ 2.426,87 (Dois Mil Quatrocentos e Vinte e Seis Reais e Oitenta e Sete Centavos)** mensais**.**

3.2 O pagamento será efetuado na mesma época dos demais servidores da Prefeitura.

3.3 O CONTRATO fará jus à percepção de 13 ° salário e salário família, observando o disposto na Lei n° 992/06 Art. N° 124 – I, II de 20 de abril de 2006.

3.4 aplica-se a este contrato o Art. 11 da Lei Municipal n° 1.148/2009.

CLAUSULA QUARTA – DA JORNADA DE TRABALHO

4.1 A jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de **20 horas** semanais**.**

4.2 Os serviços deverão ser prestados nos horários estabelecidos em cada Secretaria, conforme a função.

CLAUSULA QUINTA – DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO

5.1 A CONTRATANTE de vera efetuar sobre a remuneração do CONTRATADO todos os descontos previstos em lei a favor da Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATO

6.1 São obrigações do CONTRATADO para execução do presente contrato:

brasão de nobres

6.1.1 Cumprir assiduamente a sua jornada de trabalho;

6.1.2 Realizar com presteza e dedicação o atendimento aos cidadãos que a si se dirigirem, apresentando-se sempre de forma respeitosa e em trajes adequados ao serviço;

6.1.3 Comunicar com antecedência ao Secretario a falta ao trabalho com justificativa fundamentada;

6.1.4 Comunicar ao Secretario qualquer ocorrência ou incidência que possa comprometer a administração pública;

6.1.5 Responsabilizar-se pelos erros ou falhas que porventura vierem a ocorrer na execução dos seus serviços por sua exclusiva culpa;

6.1.6 Seguir as orientações emanadas da CONTRATANTE por intermédio do Secretario;

6.1.7 Propor sugestões para melhoria das ações desenvolvidas na sua área de trabalho;

6.1.8 Comunicar ao CONTRATANTE a pratica de atos que contrariem a ética profissional nos procedimentos realizados pela Administração Pública.

CLAUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1 Fica eleito o foro da comarca do Município de **Nobres – MT**, para dirimir quaisquer duvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das clausulas, firmam o Contrato de Trabalho em 02 (duas) vias de igual teor que serão assinadas pelas partes.

Nobres, 18 de Fevereiro de 2019

_____
_____

LEOCIR HANEL EVELLYN NUBIA DA SILVA NEVES

Testemunhas:

_____
_____

RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO N° 54/2019

brasão de nobres

Contrato de Trabalho por Prazo Determinado que firmam, de um lado o município de Nobres-MT, com sede Administrativa nesta cidade, sita a Rua J s/n, bairro Jardim Paraná, inscrito no CNPJ/MF 03.424.272/0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. **LEOCIR HANEL,** de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado o (a) Sr. (a) **EZEQUIEL GALDINO DA SILVA**, brasileiro (a), portador (a) do **RG n.° 1.917.333-4 SJESP/MT** e do **CPF n.° 023.859.461-06**, a seguir chamado de CONTRATADOna forma e mediante as cláusulas abaixo:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O contrato tem por objeto a execução de serviços temporários, regido pela Lei 1197/2011 de 21 de setembro de 2011, que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais da Educação Básica do Município de Nobres/MT, Art. 45, pelo Edital de Seleção nº. 01/2016/17SEMEC pela Portaria n°. 02/2016/17SEMEC de 18/11/2016, e pela Portaria de homologação n° 127/2017 de 17/02/2017, na função de **Vigia**, por essencial necessidade de caráter publico.

1.2 Os serviços serão prestados junto a Secretaria de Educação desenvolvendo atividades da área, e demais tarefas correlatas;

1.3 Os trabalhos serão desenvolvidos em estrita observância as clausulas deste Contrato, principalmente no tocante as obrigações do CONTRATADO.

CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E RESCISOES DO CONTRATO

2.1 O prazo do presente contrato é de **10 (Dez) meses e 01 (Um) dias,** contados dos dias **18/02/2019** estendendo-se até **20/12/2019.**

2.2 O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por acordo entre as partes, ou unilateralmente pelo CONTRATANTE no caso do CONTRATADO deixar de cumprir qualquer uma das suas cláusulas, devendo prevalecer em todos os casos o interesse público.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA REMUNERAÇÃO

3.1 A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de **R$ 998,00 (Novecentos e Noventa e Oito Reais)** mensais**.**

3.2 O pagamento será efetuado na mesma época dos demais servidores da Prefeitura.

3.3 O CONTRATO fará jus à percepção de 13 ° salário e salário família, observando o disposto na Lei n° 992/06 Art. N° 124 – I, II de 20 de abril de 2006.

3.4 aplica-se a este contrato o Art. 11 da Lei Municipal n° 1.148/2009.

CLAUSULA QUARTA – DA JORNADA DE TRABALHO

4.1 A jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de **40 horas** semanais**.**

4.2 Os serviços deverão ser prestados nos horários estabelecidos em cada Secretaria, conforme a função.

CLAUSULA QUINTA – DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO

5.1 A CONTRATANTE de vera efetuar sobre a remuneração do CONTRATADO todos os descontos previstos em lei a favor da Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATO

6.1 São obrigações do CONTRATADO para execução do presente contrato:

brasão de nobres

6.1.1 Cumprir assiduamente a sua jornada de trabalho;

6.1.2 Realizar com presteza e dedicação o atendimento aos cidadãos que a si se dirigirem, apresentando-se sempre de forma respeitosa e em trajes adequados ao serviço;

6.1.3 Comunicar com antecedência ao Secretario a falta ao trabalho com justificativa fundamentada;

6.1.4 Comunicar ao Secretario qualquer ocorrência ou incidência que possa comprometer a administração pública;

6.1.5 Responsabilizar-se pelos erros ou falhas que porventura vierem a ocorrer na execução dos seus serviços por sua exclusiva culpa;

6.1.6 Seguir as orientações emanadas da CONTRATANTE por intermédio do Secretario;

6.1.7 Propor sugestões para melhoria das ações desenvolvidas na sua área de trabalho;

6.1.8 Comunicar ao CONTRATANTE a pratica de atos que contrariem a ética profissional nos procedimentos realizados pela Administração Pública.

CLAUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1 Fica eleito o foro da comarca do Município de **Nobres – MT**, para dirimir quaisquer duvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das clausulas, firmam o Contrato de Trabalho em 02 (duas) vias de igual teor que serão assinadas pelas partes.

Nobres, 180de Fevereiro de 2019

_____

_____

LEOCIR HANEL EZEQUIEL GALDINO DA SILVA

Testemunhas:

_____

_____

RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO N° 23/2019

brasão de nobres

Contrato de Trabalho por Prazo Determinado que firmam, de um lado o município de Nobres-MT, com sede Administrativa nesta cidade, sita a Rua J s/n, bairro Jardim Paraná, inscrito no CNPJ/MF 03.424.272/0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. **LEOCIR HANEL,** de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado o (a) Sr. (a) **SEBASTIAO DA GUIA DE SIQUEIRA**, brasileiro (a), portador (a) do **RG n.° 089.218-90 SEJSP/MT** e do **CPF n.° 630.963.581-68**, a seguir chamado de CONTRATADOna forma e mediante as cláusulas abaixo:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O contrato tem por objeto a execução de serviços temporários, regido pela Lei 1197/2011 de 21 de setembro de 2011, que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais da Educação Básica do Município de Nobres/MT, Art. 45, pelo Edital de Seleção nº. 01/2016/17SEMEC pela Portaria n°. 02/2016/17SEMEC de 18/11/2016, e pela Portaria de homologação n° 127/2017 de 17/02/2017, na função de **Professor 20**, por essencial necessidade de caráter publico.

1.2 Os serviços serão prestados junto a Secretaria de Educação desenvolvendo atividades da área, e demais tarefas correlatas;

1.3 Os trabalhos serão desenvolvidos em estrita observância as clausulas deste Contrato, principalmente no tocante as obrigações do CONTRATADO.

CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E RESCISOES DO CONTRATO

2.1 O prazo do presente contrato é de **09 (Nove) meses e 16 (Dezesseis) dias,** contados dos dias **06/03/2019** estendendo-se até **20/02/2019.**

2.2 O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por acordo entre as partes, ou unilateralmente pelo CONTRATANTE no caso do CONTRATADO deixar de cumprir qualquer uma das suas cláusulas, devendo prevalecer em todos os casos o interesse público.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA REMUNERAÇÃO

3.1 A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de **R$ 2.426,87 (Dois Mil Quatrocentos e Vinte e Seis Reais e Oitenta e Sete Centavos)** mensais**.**

3.2 O pagamento será efetuado na mesma época dos demais servidores da Prefeitura.

3.3 O CONTRATO fará jus à percepção de 13 ° salário e salário família, observando o disposto na Lei n° 992/06 Art. N° 124 – I, II de 20 de abril de 2006.

3.4 aplica-se a este contrato o Art. 11 da Lei Municipal n° 1.148/2009.

CLAUSULA QUARTA – DA JORNADA DE TRABALHO

4.1 A jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de **20 horas** semanais**.**

4.2 Os serviços deverão ser prestados nos horários estabelecidos em cada Secretaria, conforme a função.

CLAUSULA QUINTA – DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO

5.1 A CONTRATANTE de vera efetuar sobre a remuneração do CONTRATADO todos os descontos previstos em lei a favor da Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATO

6.1 São obrigações do CONTRATADO para execução do presente contrato:

brasão de nobres

6.1.1 Cumprir assiduamente a sua jornada de trabalho;

6.1.2 Realizar com presteza e dedicação o atendimento aos cidadãos que a si se dirigirem, apresentando-se sempre de forma respeitosa e em trajes adequados ao serviço;

6.1.3 Comunicar com antecedência ao Secretario a falta ao trabalho com justificativa fundamentada;

6.1.4 Comunicar ao Secretario qualquer ocorrência ou incidência que possa comprometer a administração pública;

6.1.5 Responsabilizar-se pelos erros ou falhas que porventura vierem a ocorrer na execução dos seus serviços por sua exclusiva culpa;

6.1.6 Seguir as orientações emanadas da CONTRATANTE por intermédio do Secretario;

6.1.7 Propor sugestões para melhoria das ações desenvolvidas na sua área de trabalho;

6.1.8 Comunicar ao CONTRATANTE a pratica de atos que contrariem a ética profissional nos procedimentos realizados pela Administração Pública.

CLAUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1 Fica eleito o foro da comarca do Município de **Nobres – MT**, para dirimir quaisquer duvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das clausulas, firmam o Contrato de Trabalho em 02 (duas) vias de igual teor que serão assinadas pelas partes.

Nobres, 06 de Março de 2019

_____

_____

LEOCIR HANEL SEBASTIAO DA GUIA DE SIQUEIRA

Testemunhas:

_____

_____

RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO N° 30/2019

brasão de nobres

Contrato de Trabalho por Prazo Determinado que firmam, de um lado o município de Nobres-MT, com sede Administrativa nesta cidade, sita a Rua J s/n, bairro Jardim Paraná, inscrito no CNPJ/MF 03.424.272/0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. **LEOCIR HANEL,** de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado o (a) Sr. (a) **DEVAIR SOUZA PEDROSO E SILVA**, brasileiro (a), portador (a) do **RG n.° 1.501.559-9 SSP/MT** e do **CPF n.° 014.725.131-18**, a seguir chamado de CONTRATADOna forma e mediante as cláusulas abaixo:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O contrato tem por objeto a execução de serviços temporários, regido pela Lei 1197/2011 de 21 de setembro de 2011, que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais da Educação Básica do Município de Nobres/MT, Art. 45, pelo Edital de Seleção nº. 01/2016/17SEMEC pela Portaria n°. 02/2016/17SEMEC de 18/11/2016, e pela Portaria de homologação n° 127/2017 de 17/02/2017, na função de **Tec. em Desenvolvimento Infantil Não Profissionalizado**, por essencial necessidade de caráter publico.

1.2 Os serviços serão prestados junto a Secretaria de Educação desenvolvendo atividades da área, e demais tarefas correlatas;

1.3 Os trabalhos serão desenvolvidos em estrita observância as clausulas deste Contrato, principalmente no tocante as obrigações do CONTRATADO.

CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E RESCISOES DO CONTRATO

2.1 O prazo do presente contrato é de **09 (Nove) meses e 16 (Dezesseis) dias,** contados dos dias **06/03/2019** estendendo-se até **20/12/2019.**

2.2 O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por acordo entre as partes, ou unilateralmente pelo CONTRATANTE no caso do CONTRATADO deixar de cumprir qualquer uma das suas cláusulas, devendo prevalecer em todos os casos o interesse público.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA REMUNERAÇÃO

3.1 A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de **R$ 1.577,45 (Hum Mil Quinhentos e Setenta e Sete Reais e Oitenta e Sete Centavos)** mensais**.**

3.2 O pagamento será efetuado na mesma época dos demais servidores da Prefeitura.

3.3 O CONTRATO fará jus à percepção de 13 ° salário e salário família, observando o disposto na Lei n° 992/06 Art. N° 124 – I, II de 20 de abril de 2006.

3.4 aplica-se a este contrato o Art. 11 da Lei Municipal n° 1.148/2009.

CLAUSULA QUARTA – DA JORNADA DE TRABALHO

4.1 A jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de **30 horas** semanais**.**

4.2 Os serviços deverão ser prestados nos horários estabelecidos em cada Secretaria, conforme a função.

CLAUSULA QUINTA – DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO

5.1 A CONTRATANTE de vera efetuar sobre a remuneração do CONTRATADO todos os descontos previstos em lei a favor da Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATO

6.1 São obrigações do CONTRATADO para execução do presente contrato:

brasão de nobres

6.1.1 Cumprir assiduamente a sua jornada de trabalho;

6.1.2 Realizar com presteza e dedicação o atendimento aos cidadãos que a si se dirigirem, apresentando-se sempre de forma respeitosa e em trajes adequados ao serviço;

6.1.3 Comunicar com antecedência ao Secretario a falta ao trabalho com justificativa fundamentada;

6.1.4 Comunicar ao Secretario qualquer ocorrência ou incidência que possa comprometer a administração pública;

6.1.5 Responsabilizar-se pelos erros ou falhas que porventura vierem a ocorrer na execução dos seus serviços por sua exclusiva culpa;

6.1.6 Seguir as orientações emanadas da CONTRATANTE por intermédio do Secretario;

6.1.7 Propor sugestões para melhoria das ações desenvolvidas na sua área de trabalho;

6.1.8 Comunicar ao CONTRATANTE a pratica de atos que contrariem a ética profissional nos procedimentos realizados pela Administração Pública.

CLAUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1 Fica eleito o foro da comarca do Município de **Nobres – MT**, para dirimir quaisquer duvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das clausulas, firmam o Contrato de Trabalho em 02 (duas) vias de igual teor que serão assinadas pelas partes.

Nobres, 06 de Março de 2019

_____

_____

LEOCIR HANEL DEVAIR SOUZA PEDROSO E SILVA

Testemunhas:

_____

_____

RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO N° 89/2019

brasão de nobres

Contrato de Trabalho por Prazo Determinado que firmam, de um lado o município de Nobres-MT, com sede Administrativa nesta cidade, sita a Rua J s/n, bairro Jardim Paraná, inscrito no CNPJ/MF 03.424.272/0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. **LEOCIR HANEL,** de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado o (a) Sr. (a) **PAULA APARECIDA C. DAMASCENO**, brasileiro (a), portador (a) do **RG n.° 1.712.383-6 SSP/MT** e do **CPF n.° 030.624.131-58**, a seguir chamado de CONTRATADOna forma e mediante as cláusulas abaixo:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O contrato tem por objeto a execução de serviços temporários, regido pela Lei 1197/2011 de 21 de setembro de 2011, que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais da Educação Básica do Município de Nobres/MT, Art. 45, pelo Edital de Seleção nº. 01/2016/17SEMEC pela Portaria n°. 02/2016/17SEMEC de 18/11/2016, e pela Portaria de homologação n° 127/2017 de 17/02/2017, na função de **Professor 20**, por essencial necessidade de caráter publico.

1.2 Os serviços serão prestados junto a Secretaria de Educação desenvolvendo atividades da área, e demais tarefas correlatas;

1.3 Os trabalhos serão desenvolvidos em estrita observância as clausulas deste Contrato, principalmente no tocante as obrigações do CONTRATADO.

CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E RESCISOES DO CONTRATO

2.1 O prazo do presente contrato é de **10 (Dez) meses e 01 (Um) dia,** contados dos dias **18/02/2019** estendendo-se até **20/12/2019.**

2.2 O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por acordo entre as partes, ou unilateralmente pelo CONTRATANTE no caso do CONTRATADO deixar de cumprir qualquer uma das suas cláusulas, devendo prevalecer em todos os casos o interesse público.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA REMUNERAÇÃO

3.1 A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de **R$ 2.426,87 (Dois Mil Quatrocentos e Vinte e Seis Reais e Oitenta e Sete Centavos)** mensais**.**

3.2 O pagamento será efetuado na mesma época dos demais servidores da Prefeitura.

3.3 O CONTRATO fará jus à percepção de 13 ° salário e salário família, observando o disposto na Lei n° 992/06 Art. N° 124 – I, II de 20 de abril de 2006.

3.4 aplica-se a este contrato o Art. 11 da Lei Municipal n° 1.148/2009.

CLAUSULA QUARTA – DA JORNADA DE TRABALHO

4.1 A jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de **20 horas** semanais**.**

4.2 Os serviços deverão ser prestados nos horários estabelecidos em cada Secretaria, conforme a função.

CLAUSULA QUINTA – DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO

5.1 A CONTRATANTE de vera efetuar sobre a remuneração do CONTRATADO todos os descontos previstos em lei a favor da Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATO

6.1 São obrigações do CONTRATADO para execução do presente contrato:

brasão de nobres

6.1.1 Cumprir assiduamente a sua jornada de trabalho;

6.1.2 Realizar com presteza e dedicação o atendimento aos cidadãos que a si se dirigirem, apresentando-se sempre de forma respeitosa e em trajes adequados ao serviço;

6.1.3 Comunicar com antecedência ao Secretario a falta ao trabalho com justificativa fundamentada;

6.1.4 Comunicar ao Secretario qualquer ocorrência ou incidência que possa comprometer a administração pública;

6.1.5 Responsabilizar-se pelos erros ou falhas que porventura vierem a ocorrer na execução dos seus serviços por sua exclusiva culpa;

6.1.6 Seguir as orientações emanadas da CONTRATANTE por intermédio do Secretario;

6.1.7 Propor sugestões para melhoria das ações desenvolvidas na sua área de trabalho;

6.1.8 Comunicar ao CONTRATANTE a pratica de atos que contrariem a ética profissional nos procedimentos realizados pela Administração Pública.

CLAUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1 Fica eleito o foro da comarca do Município de **Nobres – MT**, para dirimir quaisquer duvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das clausulas, firmam o Contrato de Trabalho em 02 (duas) vias de igual teor que serão assinadas pelas partes.

Nobres, 18 de Fevereiro de 2019

_____
_____

LEOCIR HANEL PAULA APARECIDA C. DAMASCENO

Testemunhas:

_____
_____

RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO N° 19/2019

brasão de nobres

Contrato de Trabalho por Prazo Determinado que firmam, de um lado o município de Nobres-MT, com sede Administrativa nesta cidade, sita a Rua J s/n, bairro Jardim Paraná, inscrito no CNPJ/MF 03.424.272/0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. **LEOCIR HANEL,** de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado o (a) Sr. (a) **DUNALVA FERREIRA PELEGRINI**, brasileiro (a), portador (a) do **RG n.° 6.546.025 SSP/MG** e do **CPF n.° 753.679.716-87**, a seguir chamado de CONTRATADOna forma e mediante as cláusulas abaixo:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O contrato tem por objeto a execução de serviços temporários, regido pela Lei 1197/2011 de 21 de setembro de 2011, que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais da Educação Básica do Município de Nobres/MT, Art. 45, pelo Edital de Seleção nº. 01/2016/17SEMEC pela Portaria n°. 02/2016/17SEMEC de 18/11/2016, e pela Portaria de homologação n° 127/2017 de 17/02/2017, na função de **Tecnico em Desenvolvimento Infantil Não Profissionalizado**, por essencial necessidade de caráter publico.

1.2 Os serviços serão prestados junto a Secretaria de Educação desenvolvendo atividades da área, e demais tarefas correlatas;

1.3 Os trabalhos serão desenvolvidos em estrita observância as clausulas deste Contrato, principalmente no tocante as obrigações do CONTRATADO.

CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E RESCISOES DO CONTRATO

2.1 O prazo do presente contrato é de **10 (Dez) meses e 01 (Um) dias,** contados dos dias **18/02/2019** estendendo-se até **20/12/2019.**

2.2 O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por acordo entre as partes, ou unilateralmente pelo CONTRATANTE no caso do CONTRATADO deixar de cumprir qualquer uma das suas cláusulas, devendo prevalecer em todos os casos o interesse público.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA REMUNERAÇÃO

3.1 A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de **R$ 1.577,45 (Hum Mil Quinhentos e Setenta e Sete Reais e Quarenta e Cinco Centavos)** mensais**.**

3.2 O pagamento será efetuado na mesma época dos demais servidores da Prefeitura.

3.3 O CONTRATO fará jus à percepção de 13 ° salário e salário família, observando o disposto na Lei n° 992/06 Art. N° 124 – I, II de 20 de abril de 2006.

3.4 aplica-se a este contrato o Art. 11 da Lei Municipal n° 1.148/2009.

CLAUSULA QUARTA – DA JORNADA DE TRABALHO

4.1 A jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de **30 horas** semanais**.**

4.2 Os serviços deverão ser prestados nos horários estabelecidos em cada Secretaria, conforme a função.

CLAUSULA QUINTA – DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO

5.1 A CONTRATANTE de vera efetuar sobre a remuneração do CONTRATADO todos os descontos previstos em lei a favor da Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATO

6.1 São obrigações do CONTRATADO para execução do presente contrato:

brasão de nobres

6.1.1 Cumprir assiduamente a sua jornada de trabalho;

6.1.2 Realizar com presteza e dedicação o atendimento aos cidadãos que a si se dirigirem, apresentando-se sempre de forma respeitosa e em trajes adequados ao serviço;

6.1.3 Comunicar com antecedência ao Secretario a falta ao trabalho com justificativa fundamentada;

6.1.4 Comunicar ao Secretario qualquer ocorrência ou incidência que possa comprometer a administração pública;

6.1.5 Responsabilizar-se pelos erros ou falhas que porventura vierem a ocorrer na execução dos seus serviços por sua exclusiva culpa;

6.1.6 Seguir as orientações emanadas da CONTRATANTE por intermédio do Secretario;

6.1.7 Propor sugestões para melhoria das ações desenvolvidas na sua área de trabalho;

6.1.8 Comunicar ao CONTRATANTE a pratica de atos que contrariem a ética profissional nos procedimentos realizados pela Administração Pública.

CLAUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1 Fica eleito o foro da comarca do Município de **Nobres – MT**, para dirimir quaisquer duvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das clausulas, firmam o Contrato de Trabalho em 02 (duas) vias de igual teor que serão assinadas pelas partes.

Nobres, 18 de Fevereiro de 2019

_____

_____

LEOCIR HANEL DUNALVA FERREIRA PELEGRINI

Testemunhas:

_____

_____

RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO N° 20/2019

brasão de nobres

Contrato de Trabalho por Prazo Determinado que firmam, de um lado o município de Nobres-MT, com sede Administrativa nesta cidade, sita a Rua J s/n, bairro Jardim Paraná, inscrito no CNPJ/MF 03.424.272/0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. **LEOCIR HANEL,** de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado o (a) Sr. (a) **MARCILENE APARECIDA DA FONSECA**, brasileiro (a), portador (a) do **RG n.° 077.570-18 SSP/MT** e do **CPF n.° 538.128.401-20**, a seguir chamado de CONTRATADOna forma e mediante as cláusulas abaixo:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O contrato tem por objeto a execução de serviços temporários, regido pela Lei 1197/2011 de 21 de setembro de 2011, que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais da Educação Básica do Município de Nobres/MT, Art. 45, pelo Edital de Seleção nº. 01/2016/17SEMEC pela Portaria n°. 02/2016/17SEMEC de 18/11/2016, e pela Portaria de homologação n° 127/2017 de 17/02/2017, na função de **Técnico em Desenvolvimento Infantil Não Profissionalizado**, por essencial necessidade de caráter publico.

1.2 Os serviços serão prestados junto a Secretaria de Educação desenvolvendo atividades da área, e demais tarefas correlatas;

1.3 Os trabalhos serão desenvolvidos em estrita observância as clausulas deste Contrato, principalmente no tocante as obrigações do CONTRATADO.

CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E RESCISOES DO CONTRATO

2.1 O prazo do presente contrato é de **10 (Dez) meses e 01 (Um) dias,** contados dos dias **18/02/2019** estendendo-se até **20/12/2019.**

2.2 O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por acordo entre as partes, ou unilateralmente pelo CONTRATANTE no caso do CONTRATADO deixar de cumprir qualquer uma das suas cláusulas, devendo prevalecer em todos os casos o interesse público.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA REMUNERAÇÃO

3.1 A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de **R$ 1.577,45 (Hum Mil Quinhentos e Setenta e Sete Reais e Quarenta e Cinco Centavos)** mensais**.**

3.2 O pagamento será efetuado na mesma época dos demais servidores da Prefeitura.

3.3 O CONTRATO fará jus à percepção de 13 ° salário e salário família, observando o disposto na Lei n° 992/06 Art. N° 124 – I, II de 20 de abril de 2006.

3.4 aplica-se a este contrato o Art. 11 da Lei Municipal n° 1.148/2009.

CLAUSULA QUARTA – DA JORNADA DE TRABALHO

4.1 A jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de **30 horas** semanais**.**

4.2 Os serviços deverão ser prestados nos horários estabelecidos em cada Secretaria, conforme a função.

CLAUSULA QUINTA – DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO

5.1 A CONTRATANTE de vera efetuar sobre a remuneração do CONTRATADO todos os descontos previstos em lei a favor da Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATO

6.1 São obrigações do CONTRATADO para execução do presente contrato:

brasão de nobres

6.1.1 Cumprir assiduamente a sua jornada de trabalho;

6.1.2 Realizar com presteza e dedicação o atendimento aos cidadãos que a si se dirigirem, apresentando-se sempre de forma respeitosa e em trajes adequados ao serviço;

6.1.3 Comunicar com antecedência ao Secretario a falta ao trabalho com justificativa fundamentada;

6.1.4 Comunicar ao Secretario qualquer ocorrência ou incidência que possa comprometer a administração pública;

6.1.5 Responsabilizar-se pelos erros ou falhas que porventura vierem a ocorrer na execução dos seus serviços por sua exclusiva culpa;

6.1.6 Seguir as orientações emanadas da CONTRATANTE por intermédio do Secretario;

6.1.7 Propor sugestões para melhoria das ações desenvolvidas na sua área de trabalho;

6.1.8 Comunicar ao CONTRATANTE a pratica de atos que contrariem a ética profissional nos procedimentos realizados pela Administração Pública.

CLAUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1 Fica eleito o foro da comarca do Município de **Nobres – MT**, para dirimir quaisquer duvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das clausulas, firmam o Contrato de Trabalho em 02 (duas) vias de igual teor que serão assinadas pelas partes.

Nobres, 18 de Fevereiro de 2019

_____

_____

LEOCIR HANEL MARCILENE APARECIDA DA FONSECA

Testemunhas:

_____

_____

RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO N° 29/2019

brasão de nobres

Contrato de Trabalho por Prazo Determinado que firmam, de um lado o município de Nobres-MT, com sede Administrativa nesta cidade, sita a Rua J s/n, bairro Jardim Paraná, inscrito no CNPJ/MF 03.424.272/0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. **LEOCIR HA-**

NEL, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado o (a) Sr. (a) **WILSON JOSE ANTONIO**, brasileiro (a), portador (a) do **RG n.° 456.036 SESDC/RO** e do **CPF n.° 858.095.359-68**, a seguir chamado de CONTRATADOna forma e mediante as cláusulas abaixo:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O contrato tem por objeto a execução de serviços temporários, regido pela Lei 1197/2011 de 21 de setembro de 2011, que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais da Educação Básica do Município de Nobres/MT, Art. 45, pelo Edital de Seleção nº. 01/2016/17SEMEC pela Portaria n°. 02/2016/17SEMEC de 18/11/2016, e pela Portaria de homologação n° 127/2017 de 17/02/2017, na função de **Técnico em Desenvolvimento Infantil Não Profissionalizado**, por essencial necessidade de caráter publico.

1.2 Os serviços serão prestados junto a Secretaria de Educação desenvolvendo atividades da área, e demais tarefas correlatas;

1.3 Os trabalhos serão desenvolvidos em estrita observância as clausulas deste Contrato, principalmente no tocante as obrigações do CONTRATADO.

CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E RESCISOES DO CONTRATO

2.1 O prazo do presente contrato é de **10 (Dez) meses e 01 (Um) dias,** contados dos dias **18/02/2019** estendendo-se até **20/12/2019.**

2.2 O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por acordo entre as partes, ou unilateralmente pelo CONTRATANTE no caso do CONTRATADO deixar de cumprir qualquer uma das suas cláusulas, devendo prevalecer em todos os casos o interesse público.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA REMUNERAÇÃO

3.1 A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de **R$ 1.577,45 Hum Mil Quinhentos e Setenta e Sete Reais e Quarenta e Cinco Centavos)** mensais**.**

3.2 O pagamento será efetuado na mesma época dos demais servidores da Prefeitura.

3.3 O CONTRATO fará jus à percepção de 13 ° salário e salário família, observando o disposto na Lei n° 992/06 Art. N° 124 – I, II de 20 de abril de 2006.

3.4 aplica-se a este contrato o Art. 11 da Lei Municipal n° 1.148/2009.

CLAUSULA QUARTA – DA JORNADA DE TRABALHO

4.1 A jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de **30 horas** semanais**.**

4.2 Os serviços deverão ser prestados nos horários estabelecidos em cada Secretaria, conforme a função.

CLAUSULA QUINTA – DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO

5.1 A CONTRATANTE de vera efetuar sobre a remuneração do CONTRATADO todos os descontos previstos em lei a favor da Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATO

6.1 São obrigações do CONTRATADO para execução do presente contrato:

brasão de nobres

6.1.1 Cumprir assiduamente a sua jornada de trabalho;

6.1.2 Realizar com presteza e dedicação o atendimento aos cidadãos que a si se dirigirem, apresentando-se sempre de forma respeitosa e em trajes adequados ao serviço;

6.1.3 Comunicar com antecedência ao Secretario a falta ao trabalho com justificativa fundamentada;

6.1.4 Comunicar ao Secretario qualquer ocorrência ou incidência que possa comprometer a administração pública;

6.1.5 Responsabilizar-se pelos erros ou falhas que porventura vierem a ocorrer na execução dos seus serviços por sua exclusiva culpa;

6.1.6 Seguir as orientações emanadas da CONTRATANTE por intermédio do Secretario;

6.1.7 Propor sugestões para melhoria das ações desenvolvidas na sua área de trabalho;

6.1.8 Comunicar ao CONTRATANTE a pratica de atos que contrariem a ética profissional nos procedimentos realizados pela Administração Pública.

CLAUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1 Fica eleito o foro da comarca do Município de **Nobres – MT**, para dirimir quaisquer duvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das clausulas, firmam o Contrato de Trabalho em 02 (duas) vias de igual teor que serão assinadas pelas partes.

Nobres, 18 de Fevereiro de 2019

_____

_____

LEOCIR HANEL WILSON JOSE ANTONIO

Testemunhas:

_____

_____

RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO N° 47/2019

brasão de nobres

Contrato de Trabalho por Prazo Determinado que firmam, de um lado o município de Nobres-MT, com sede Administrativa nesta cidade, sita a Rua J s/n, bairro Jardim Paraná, inscrito no CNPJ/MF 03.424.272/0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. **LEOCIR HANEL,** de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado o (a) Sr. (a) **ADELAINE FERREIRA DE SOUZA**, brasileiro (a), portador (a) do **RG n.° 182.951-42 SSP/MT** e do **CPF n.° 042.332.311-30**, a seguir chamado de CONTRATADOna forma e mediante as cláusulas abaixo:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O contrato tem por objeto a execução de serviços temporários, regido pela Lei 1197/2011 de 21 de setembro de 2011, que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais da Educação Básica do Município de Nobres/MT, Art. 45, pelo Edital de Seleção nº. 01/2016/17SEMEC pela Portaria n°. 02/2016/17SEMEC de 18/11/2016, e pela Portaria de homologação n° 127/2017 de 17/02/2017, na função de **Professor 20**, por essencial necessidade de caráter publico.

1.2 Os serviços serão prestados junto a Secretaria de Educação desenvolvendo atividades da área, e demais tarefas correlatas;

1.3 Os trabalhos serão desenvolvidos em estrita observância as clausulas deste Contrato, principalmente no tocante as obrigações do CONTRATADO.

CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E RESCISOES DO CONTRATO

2.1 O prazo do presente contrato é de **10 (Dez) meses e 01 (Um) dias,** contados dos dias **18/02/2019** estendendo-se até **20/02/2019.**

2.2 O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por acordo entre as partes, ou unilateralmente pelo CONTRATANTE no caso do

CONTRATADO deixar de cumprir qualquer uma das suas cláusulas, devendo prevalecer em todos os casos o interesse público.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA REMUNERAÇÃO

3.1 A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de **R$ 2.426,87 (Dois Mil Quatrocentos e Vinte e Seis Reais e Oitenta e Sete Centavos)** mensais**.**

3.2 O pagamento será efetuado na mesma época dos demais servidores da Prefeitura.

3.3 O CONTRATO fará jus à percepção de 13 ° salário e salário família, observando o disposto na Lei n° 992/06 Art. N° 124 – I, II de 20 de abril de 2006.

3.4 aplica-se a este contrato o Art. 11 da Lei Municipal n° 1.148/2009.

CLAUSULA QUARTA – DA JORNADA DE TRABALHO

4.1 A jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de **20 horas** semanais**.**

4.2 Os serviços deverão ser prestados nos horários estabelecidos em cada Secretaria, conforme a função.

CLAUSULA QUINTA – DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO

5.1 A CONTRATANTE de vera efetuar sobre a remuneração do CONTRATADO todos os descontos previstos em lei a favor da Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATO

6.1 São obrigações do CONTRATADO para execução do presente contrato:

brasão de nobres

6.1.1 Cumprir assiduamente a sua jornada de trabalho;

6.1.2 Realizar com presteza e dedicação o atendimento aos cidadãos que a si se dirigirem, apresentando-se sempre de forma respeitosa e em trajes adequados ao serviço;

6.1.3 Comunicar com antecedência ao Secretario a falta ao trabalho com justificativa fundamentada;

6.1.4 Comunicar ao Secretario qualquer ocorrência ou incidência que possa comprometer a administração pública;

6.1.5 Responsabilizar-se pelos erros ou falhas que porventura vierem a ocorrer na execução dos seus serviços por sua exclusiva culpa;

6.1.6 Seguir as orientações emanadas da CONTRATANTE por intermédio do Secretario;

6.1.7 Propor sugestões para melhoria das ações desenvolvidas na sua área de trabalho;

6.1.8 Comunicar ao CONTRATANTE a pratica de atos que contrariem a ética profissional nos procedimentos realizados pela Administração Pública.

CLAUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1 Fica eleito o foro da comarca do Município de **Nobres – MT**, para dirimir quaisquer duvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das clausulas, firmam o Contrato de Trabalho em 02 (duas) vias de igual teor que serão assinadas pelas partes.

Nobres, 18 de Fevereiro de 2019

_____

_____

LEOCIR HANEL ADELAINE FERREIRA DE SOUZA

Testemunhas:

_____

_____

RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO N° 48/2019

brasão de nobres

Contrato de Trabalho por Prazo Determinado que firmam, de um lado o município de Nobres-MT, com sede Administrativa nesta cidade, sita a Rua J s/n, bairro Jardim Paraná, inscrito no CNPJ/MF 03.424.272/0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. **LEOCIR HANEL,** de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado o (a) Sr. (a) **MARIA CRISTINA GARCIA**, brasileiro (a), portador (a) do **RG n.° 000.816.318 SSP/MS** e do **CPF n.° 652.640.451-00**, a seguir chamado de CONTRATADOna forma e mediante as cláusulas abaixo:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O contrato tem por objeto a execução de serviços temporários, regido pela Lei 1197/2011 de 21 de setembro de 2011, que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais da Educação Básica do Município de Nobres/MT, Art. 45, pelo Edital de Seleção nº. 01/2016/17SEMEC pela Portaria n°. 02/2016/17SEMEC de 18/11/2016, e pela Portaria de homologação n° 127/2017 de 17/02/2017, na função de **Professor 20 Horas**, por essencial necessidade de caráter publico.

1.2 Os serviços serão prestados junto a Secretaria de Educação desenvolvendo atividades da área, e demais tarefas correlatas;

1.3 Os trabalhos serão desenvolvidos em estrita observância as clausulas deste Contrato, principalmente no tocante as obrigações do CONTRATADO.

CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E RESCISOES DO CONTRATO

2.1 O prazo do presente contrato é de **09 (Nove) meses e 16 (Dezesseis) dias,** contados dos dias **18/02/2019** estendendo-se até **20/12/2019.**

2.2 O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por acordo entre as partes, ou unilateralmente pelo CONTRATANTE no caso do CONTRATADO deixar de cumprir qualquer uma das suas cláusulas, devendo prevalecer em todos os casos o interesse público.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA REMUNERAÇÃO

3.1 A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de **R$ 2.426,87 (Dois Mil Quatrocentos e Vinte e Seis Reais e Oitenta e Sete Centavos)** mensais**.**

3.2 O pagamento será efetuado na mesma época dos demais servidores da Prefeitura.

3.3 O CONTRATO fará jus à percepção de 13 ° salário e salário família, observando o disposto na Lei n° 992/06 Art. N° 124 – I, II de 20 de abril de 2006.

3.4 aplica-se a este contrato o Art. 11 da Lei Municipal n° 1.148/2009.

CLAUSULA QUARTA – DA JORNADA DE TRABALHO

4.1 A jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de **20 horas** semanais**.**

4.2 Os serviços deverão ser prestados nos horários estabelecidos em cada Secretaria, conforme a função.

CLAUSULA QUINTA – DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO

5.1 A CONTRATANTE de vera efetuar sobre a remuneração do CONTRATADO todos os descontos previstos em lei a favor da Previdência Social

e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATO

6.1 São obrigações do CONTRATADO para execução do presente contrato:

brasão de nobres

6.1.1 Cumprir assiduamente a sua jornada de trabalho;

6.1.2 Realizar com presteza e dedicação o atendimento aos cidadãos que a si se dirigirem, apresentando-se sempre de forma respeitosa e em trajes adequados ao serviço;

6.1.3 Comunicar com antecedência ao Secretario a falta ao trabalho com justificativa fundamentada;

6.1.4 Comunicar ao Secretario qualquer ocorrência ou incidência que possa comprometer a administração pública;

6.1.5 Responsabilizar-se pelos erros ou falhas que porventura vierem a ocorrer na execução dos seus serviços por sua exclusiva culpa;

6.1.6 Seguir as orientações emanadas da CONTRATANTE por intermédio do Secretario;

6.1.7 Propor sugestões para melhoria das ações desenvolvidas na sua área de trabalho;

6.1.8 Comunicar ao CONTRATANTE a pratica de atos que contrariem a ética profissional nos procedimentos realizados pela Administração Pública.

CLAUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1 Fica eleito o foro da comarca do Município de **Nobres – MT**, para dirimir quaisquer duvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das clausulas, firmam o Contrato de Trabalho em 02 (duas) vias de igual teor que serão assinadas pelas partes.

Nobres, 18 de fevereiro de 2019

_____

_____

LEOCIR HANEL MARIA CRISTINA GARCIA

Testemunhas:

_____

_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE NORTELÂNDIA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 006/2019

CONTRATO Nº: Objeto:	6/2019 CONTRATAÇÃO DE EMPESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECUPERAÇÃO E ADEQUAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS NO SEGUIMENTO 01,02 E 03 DO ACESSO AO P.A RAIMUNDO DA ROCHA (COMUNIDADE BARREIRÃO) PERIMETRO RURAL DO MUNICIPIO DE NORTELÂNDIA TOTAL DE 20.486 KM.
Contratada:	Viturino Pavimentação e Terraplanagem Eireli-ME
CNPJ: Valor Global: Modalidade:	26.367.209/0001-81 516.035,87 Tomada de Preço 00000002/2019 Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 015/2019 PROCESSO: 000589/2019-1.

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 015/2019

Processo: 000589/2019-1.

Assunto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE CERTIFICADO DIGITAL e- CNF 3; e- CNPJ A3, PARA OPERAÇÃO ELETRÔNICA E OUTROS SERVIÇOS ATRAVÉS DA INTERNET PARA ATENDER AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DA PREFEITURA DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO-MT, SEC. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO, SEC. DE EDUCAÇÃO, SEC. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E SEC. DE SAÚDE.

Reconheço e Ratifico, em todos os seus termos a DISPENSA DE LICITAÇÃO **CONTRATAÇÃO DE "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE CERTIFICADO DIGITAL e- CNF 3; e- CNPJ A3, PARA OPERAÇÃO ELETRÔNICA E OUTROS SERVIÇOS ATRAVÉS DA INTERNET PARA ATENDER AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DA PREFEITURA DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO-MT, SEC. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO, SEC. DE EDUCAÇÃO, SEC. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E SEC. DE SAÚDE", TRnº.024/2019 PARA ATENDIMENTO A TODAS AS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO. EMPRESA – CAMARA DE DIRIGENTES LOGISTAS DE VARZEA GRANDE CNPJ: 01.637.408/0001-31,** no valor total contratado de **R$ 3.920,00(três mil, novecentos e vinte reais).**

Despesa que correrá por conta das seguintes dotações orçamentárias.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:						
A despesa decorrente das contratações oriundas da presente Ata, correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:						
Secretaria/ Unidade	**Recurso**	**Projeto Atividade**	**Reduzido Dotação**	**Natureza de Despesa**	**Fonte**	**Valor**
Sec. Administração	Próprio	2089 – Manutenção das Atividades da Secretaria de Administração	040038	33.90.39.00	100	**1.835,00**
Sec. Educação	Próprio	2045 – Manutenção, Encargos da Educação	050019	33.90.39.00	100	**695,00**
Sec. Saúde	Próprio	2030 – Manutenção Encargos da Saúde	070008	33.90.39.00	100	**695,00**
Sec. Assist.Social	Próprio	2022 Manutenção, Encargos e Assist.Social	060008	33.90.39.00	100	**695,00**
TOTAL						**R$ 3.920,00**

E autorizo o empenho da despesa, no valor de R$ **R$ 3.920,00(três mil, novecentos e vinte reais).** Em favor **EMPRESA – CAMARA DE DIRIGENTES LOGISTAS DE VARZEA GRANDE CNPJ: 01.637.408/0001-31,** cujo pagamento far-se-á conforme com os serviços prestados conforme solicitação no TR nº 024/2019.

Tendo o processo sido submetido à apreciação da Assessoria Jurídica deste órgão.

Nossa Senhora do Livramento, 11 de Março de 2019.

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 115/2019

Portaria nº 115/2019

DESIGNAÇÃO

Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Silmar de Souza Gonçalves, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. **RESOLVE:**

Designar o servidor da Secretaria Municipal de Obras Srº. **Reinaldo Santana Ferraz**, brasileiro, RG: 04215656 SJ/MT, CPF: 327.901. 391-72residente na Rua Santa Luzia, Nossa Senhora do Livramento-MT**,** como **fiscal** do objeto do C**ontrato nº 004/2019,** contrato de empresa especializada para fornecimento de Combustível para atender a Frota de veículos da Secretaria Municipal de Assistência Social de Nossa Senhora do Livramento, Empresa **Comercio de Derivados de Petróleo Baldino Ltda,** a partir de 05/02/2019.

Revogam-se todas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 05 de Fevereiro de 2019.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA N° 131/2019

PORTARIA N° 131/2019

Silmar de Souza Gonçalves, Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento-MT, no uso de suas atribuições legais, que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, nomeia o Senhor **Marcio Antonio Martins de Mello**, para exercer o Cargo em **Comissão de Supervisor de Programas Sociais**, **DAS – 2, na Secretaria Municipal de Assistência Social** a partir de 11/03/2018.

Nossa Senhora do Livramento-MT, em 11 de Março de 2019.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

ERRATA NA PORTARIA 105/2019

ERRATA NA PORTARIA 105/2019

ONDE SE LÊ:

Silmar de Souza Gonçalves, Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento-MT, no uso de suas atribuições legais, que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, nomeia a senhora **Valéria Aiko Miyashita,** para o Cargo em Comissão de Assessora na Secretaria Municipal de Saúde, **DAS – 4,** a partir de 01/03/2019.

Nossa Senhora do Livramento-MT, em 01 de Março de 2019.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

LEIA-SE:

Silmar de Souza Gonçalves, Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento-MT, no uso de suas atribuições legais, que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, nomeia a senhora **Valéria Aiko Miyashita,** para o Cargo em Comissão de Assessora no Gabinete do Prefeito, **DAS – 4,** a partir de 01/03/2019.

Nossa Senhora do Livramento-MT, em 01 de Março de 2019.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 113/2019

PORTARIA Nº 113/2019

DESIGNAÇÃO

Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Silmar de Souza Gonçalves, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. **RESOLVE:**

Designar o Coordenador da Secretaria Municipal de Educação **PAULO LEITE ARAUJO**, brasileiro, RG: 542172, CPF: 393.713.791-20,residente no Sitio Santana Zona Rural em Nossa Senhora do Livramento-MT**,** como **fiscal** do objeto do C**ontrato nº 004/2019,** contrato de empresa especializada para fornecimento de Combustível para atender a Frota de veículos da Secretaria Municipal de Educação de Nossa Senhora do Livramento, Empresa **Comercio de Derivados de Petróleo Baldino Ltda,** a partir de 05/02/2019.

Revogam-se todas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 05 de Fevereiro de 2019.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 127/2019

Portaria nº 127/2019

DESIGNAÇÃO

Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Silmar de Souza Gonçalves, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. **RESOLVE:**

Designar o servidor da Secretaria Municipal de Assistência Social Srº. **André Luís de Morais e Silva**, brasileiro, RG: 17755522 SSP/MT, CPF: 022.559.401-32, residente na Rua Coronel Serra, Nossa Senhora do Livramento-MT**,** como **fiscal** do objeto do C**ontrato nº 004/2019,** contrato de empresa especializada para fornecimento de Combustível para atender a Frota de veículos da Secretaria Municipal de Assistência Social de Nossa Senhora do Livramento, Empresa **Comercio de Derivados de Petróleo Baldino Ltda,** a partir de 12/02/2019 a 12.03.2019, Substituindo o fiscal Reinaldo Santana Ferraz, nas suas férias.

Revogam-se todas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 22 de Fevereiro de 2019.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 116/2019

Portaria nº 116/2019

DESIGNAÇÃO

Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Silmar de Souza Gonçalves, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. **RESOLVE:**

Designar o servidor da Secretaria Municipal de Obras Srº. **JOSÉ LUIS DA SILVA LEITE**, brasileiro, RG: 25121464 SJSP/MT, CPF: 054.543. 001-10,residente na Rua Coronel Serra, Nossa Senhora do Livramento-MT**,** como **fiscal** do objeto do C**ontrato nº 004/2019,** contrato de empresa especializada para fornecimento de Combustível para atender a Frota de veículos da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento de Nossa Senhora do Livramento, Empresa **Comercio de Derivados de Petróleo Baldino Ltda,** a partir de 05/02/2019.

Revogam-se todas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 05 de Fevereiro de 2019.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 117/2019

Portaria nº 117/2019

DESIGNAÇÃO

Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Silmar de Souza Gonçalves, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. **RESOLVE:**

Designar o servidor da Sec. Municipal de Administração e Finanças **EDILBERTO JOSÉ DA COSTA**, brasileiro, portador do RG: 10194916 SSP/MT, CPF: 821.859.801-49,domiciliado na Rua: Carlos Antunes, nº 103 Nossa Senhora do Livramento-MT**,** como fiscal do objeto do C**ontrato nº 004/ 2019,** contrato de empresa especializada para fornecimento de Combustível para atender a Frota de veículos da Secretaria Municipal de Finanças de Nossa Senhora do Livramento, Empresa **Comercio de Derivados de Petróleo Baldino Ltda,** a partir de 05/02/2019.

Revogam-se todas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 05 de Fevereiro de 2019.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO DA CANDIDATA RELACIONADO EM ANEXO, QUE FOI APROVADA NO CADASTRO DE RESERVA NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 001/2018, PARA COMPOR O QUADRO DE FUNCIONÁRIOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ED

Convocação da candidata relacionado em anexo, que foi aprovada no cadastro de reserva no Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2018, para compor o quadro de funcionários da Secretaria Municipal de Educação e Esporte/CMEI Iracilda Monteiro de Arruda-Sede.

ANEXO I-

*** Professor Pedagogo- CMEI Iracilda Monteiro de Arruda-Sede**

1- Maciele Aparecida Ferreira da Silva

PORTARIA N° 128/2019

PORTARIA N° 128/2019

Silmar de Souza Gonçalves, Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento-MT, no uso de suas atribuições legais, que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, nomeia a Senhora **Luana Guilherme da Silva,** para exercer o Cargo em Comissão de Coordenadora de Almoxarifado DAS - 3 na Secretaria Municipal de Administração, a partir de 01/03/2019.

Nossa Senhora do Livramento-MT, em 07 de Março de 2019.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 118/2019

Portaria nº 118/2019

DESIGNAÇÃO

Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Silmar de Souza Gonçalves, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. **RESOLVE:**

Designar o servidor da Sec. Municipal de Saúde **LOCIMAR BISPO DA SILVA**, brasileiro, portador do RG: 14751240 SSP/MT, CPF: 000.697. 781-24,domiciliado na Rua: Carlos Antunes, Nossa Senhora do Livramento-MT**,** como fiscal do objeto do C**ontrato nº 004/2019,** contrato de empresa especializada para fornecimento de Combustível para atender a Frota de veículos da Secretaria Municipal de Saúde de Nossa Senhora do Livramento, Empresa **Comercio de Derivados de Petróleo Baldino Ltda,** a partir de 05/02/2019.

Revogam-se todas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 05 de Fevereiro de 2019.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 114/2019

Portaria nº 114/2019

DESIGNAÇÃO

Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Silmar de Souza Gonçalves, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. **RESOLVE:**

Designar o Coordenador Municipal, **MARCO ANTONIO F. SILVA**, brasileiro, RG:04598652, CPF: 345.831.141-68,residente na Av. Gov. Julio Campos, Bairro: Centro, em Nossa Senhora do Livramento-MT**,** como **fiscal** do objeto do C**ontrato nº 004/2019,** contrato de empresa especializada para fornecimento de Combustível para atender a Frota de veículos da Secretaria Municipal de Obras de Nossa Senhora do Livramento, Empresa **Comercio de Derivados de Petróleo Baldino Ltda,** a partir de 05/02/2019.

Revogam-se todas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 05 de Fevereiro de 2019.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 119/2019

Portaria nº 119/2019

DESIGNAÇÃO

Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Silmar de Souza Gonçalves, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. **RESOLVE:**

Designar a servidora da Sec. Municipal de Desenvolvimento Rural **DAYANNA IZABEL COSTA**, brasileira, portadora do RG: 21091633 SSP/MT, CPF: 033.627.381-92,domiciliado na Rua: Vicente Pereira Leite, Nossa Senhora do Livramento-MT**,** como fiscal do objeto do C**ontrato nº 004/2019,** contrato de empresa especializada para fornecimento de Combustível para atender a Frota de veículos da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente de Nossa Senhora do Livramento, Empresa **Comercio de Derivados de Petróleo Baldino Ltda,** a partir de 05/02/2019.

Revogam-se todas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 05 de Fevereiro de 2019.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES

DEPTO LICITAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 063/2019

EMENTA: "DESIGNA FISCAL DE CONTRATO ADMINISTRATIVO CELEBRADO PELO MUNÍCIPIO DE NOVA BANDEIRANTES".

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR VALDIR PEREIRA DOS SANTOS, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, CONFERIDAS PELA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL, CONSTITUIÇÃO FEDERAL E DEMAIS DISPOSIÇÕES ATINENTES À MÁTERIA:

CONSIDERANDO o disposto no artigo 73 inciso I, alínea "b" e inciso "", alíneas "a" e "b" da Lei 8.666/93 e os princípios que regem a Administração Pública.

RESOLVE

Art. 1º Designar o servidor **AMIBSON EVANGELISTA DE ARRUDA**, servidor efetivo no cargo de *chefe de departamento de patrimônio*, para atuar como Fiscal do Contrato Administrativo nº 030/2019, tendo como objeto: **prestação de serviços na locação de caminhão trucado com carroceria tipo prancha ou toureira para transporte de veículos/máquinas pesadas, à disposição da prefeitura municipal por período integral, em bom estado de conservação, de acordo com as especificações, nas condições estabelecidas no ato convocatório.**

Art. 2º O servidor ora designado por esta Portaria ficará com a atribuição de acompanhar e fiscalizar a correta exação do objeto aos termos contratuais, e atendendo a Instrução Normativa nº 004/2017;

Art. 3º Ficará o Fiscal obrigado a comunicar a Administração todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos eventualmente observados.

Parágrafo Único – As decisões e providências que ultrapassam a competência do fiscal deverão ser solicitadas ao Gestor em tempo hábil para adoção das medidas observadas.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRA-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Bandeirantes-MT, em 08 de março de 2019.

VALDIR PEREIRA DOS SANTOS

Prefeito Municipal

DEPTO LICITAÇÃO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO Á ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 014/2018 PREGÃO PRESENCIAL N°. 026/2018 PROCESSO ADMINISTRATIVO 042/2018

Aos 22 (vinte e dois) dias do mês de fevereiro de 2019, de um lado o MUNICIPIO DE NOVA BANDEIRANTES, com sede na Avenida Comendador Luiz Meneghel, n.º62, centro, nesta cidade, devidamente inscrita no CGC/MF sob o n.º 33.683.822/0001-73, neste ato, representado pelo **Prefeito Municipal, Sr. Valdir Pereira dos Santos,** brasileiro, empresário, portador do R.G. n.º 24127310 SSP/MT e inscrito no CPF nº 236.135.139-00, residente e domiciliado no município de Nova bandeirantes, neste ato denominado simplesmente **ORGAO GERENCIADOR DO REGISTRO DE PREÇOS**, realizado por meio do pregão presencial nº 026/2018, processo administrativo 042/2018, e de outro lado a empresa adjudicatária nos itens abaixo, homologada em **15/07/2018**, doravante denominada **FORNECEDOR**, tem entre si, justo e avençado a presente Ata que, quando publicada, terá efeito de **compromisso de fornecimento**, nos termos do Art. 15 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, observada as condições estabelecidas no ato convocatório e consoante as cláusulas que se seguem:

1 – DO FORNECEDOR REGISTRADO: A partir desta data, fica registrado na Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes – MT, o preço do fornecedor registrado a seguir relacionado, objetivando o **REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE REAGENTES E MATERIAIS LABORATORIAIS PARA ATENDER O LABORATÓRIO MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES - *MATO GROSSO,*** pelo período de 12 meses**,** de acordo com as especificações, nas condições estabelecidas no ato convocatório.

Fornecedor:	**M. S. DIAGNOSTICA LTDA**			CNPJ:	**00.970.175/0003-93**
Endereço:	**Av. João Eugenio Gonçalves Pinheiro**			Nº:	**284**
Bairro:	**Areão**	CIDADE:	**Cuiabá/MT**	CEP:	**78.010-308**
Representante Legal:	**Valter Bruno**			CPF:	**601.107.321-20**

Lote	QTD	Unid	Descrição	MARCA	V UNIT	VALOR TOTAL
1	20	KIT	KIT DE COLESTEROL PP (GOLD ANALISA)	GOLD ANALISA	R$ 60,00	R$ 1.200,00
2	20	KIT	KIT DE TRIGLICERÍDEOS PP (GOLD ANALISA)	GOLD ANALISA	R$ 108,00	R$ 2.160,00
3	20	KIT	KIT DE GLICOSE PP (GOLD ANALISA)	GOLD ANALISA	R$ 56,00	R$ 1.120,00
4	10	KIT	KIT DE DENGUE IGG/IGM (TIPO SABONETINHO)	WAMA	R$ 250,00	R$ 2.500,00
5	10	KIT	KIT DE HBSAG (TIPO SABONETINHO)	WAMA	R$ 140,00	R$ 1.400,00
6	15	KIT	KIT DE HIV (TIPO SABONETINHO)	WAMA	R$ 100,00	R$ 1.500,00

7	2	KIT	KIT BETA HCG TIRA 10 UI	LABORCLIN	R$ 45,00	R$ 90,00
8	20	KITS	FITA PARA EXAME QUÍMICO DE URINA (WAMA)	WAMA	R$ 30,00	R$ 600,00
9	2000	UND.	TUBO 4 ML PARA COLETA A VÁCUO, COM EDTA (TAMPA ROXA)	BD	R$ 0,56	R$ 1.120,00
10	3000	UNID.	TUBO 4 ML PARA COLETA A VÁCUO,COM ATIVADOR DE COÁGULO (TAMPA VERMELHA)	BD	R$ 0,62	R$ 1.860,00
11	2000	UNID.	TUBO 10 ML PARA COLETA A VÁCUO, COM ATIVADOR DE COÁGULO (TAMPA VERMELHA)	BD	R$ 0,77	R$ 1.540,00
12	2000	UNID.	TUBO 4 ML PARA COLETA A VÁCUO, COM FLUORETO (TAMPA CINZA)	BD	R$ 0,68	R$ 1.360,00
13	10	UND.	ÓLEO DE IMERSÃO, 100 ML	NEW PROV	R$ 16,00	R$ 160,00
14	5	UND.	GARROTE COM TRAVA	L. IMPORT	R$ 20,00	R$ 100,00
16	3	CAIXAS	LÂMINA DE BISTURI PONTA FINA , Nº 15	L. IMPORT	R$ 47,00	R$ 141,00
17	8	KIT	COLORAÇÃO ZIELL NIELSEN	NEW PROV	R$ 58,00	R$ 464,00
18	12	KIT	COLORAÇÃO PANÓTICO RÁPIDO	LABORCLIN	R$ 37,00	R$ 444,00
19	8	LITRO	GIENSA	NEW PROV	R$ 60,00	R$ 480,00
20	8	LITRO	AZUL DE METILENO	NEW PROV	R$ 40,00	R$ 320,00
21	12	UND.	ANTICOAGULANTE EDTA, 3ML	GOLD ANALISA	R$ 7,96	R$ 95,52
22	12	UND.	ANTICOAGULANTE PARA GLICOSE, 3ML	GOLD ANALISA	R$ 7,96	R$ 95,52
24	20	CAIXAS	BLUD STOP COR BEGE	BLOOD STOP	R$ 19,00	R$ 380,00
25	15	CAIXAS	MASCARA Nº 95	DESCARPACK	R$ 65,00	R$ 975,00
28	100	UND.	AGULHA PARA COLETA A VÁCUO 25X7	BD	R$ 0,50	R$ 50,00
29	20.000	UND.	PONTEIRA AMARELA TIPO GILSON (0-200 MICROLITROS)	CRAL	R$ 0,03	R$ 600,00
30	20.000	UND.	PONTEIRA AZUL TIPO UNIVERSAL (200-1000 MICROLITROS)	CRAL	R$ 0,03	R$ 600,00
31	3.500	UND.	LÂMINA PARA MICROSCÓPIO BORDA FOSCA	KASVI	R$ 4,20	R$ 14.700,00
32	10	KIT	REAGENTE PARA TIPAGEM SANGUINEA, ANTI A	EBRAM	R$ 21,00	R$ 210,00
33	10	KIT	REAGENTE PARA TIPAGEM SANGUINEA, ANTI B	EBRAM	R$ 21,00	R$ 210,00
34	10	KIT	REAGENTE PARA TIPAGEM SANGUINEA, ANTI D	EBRAM	R$ 36,00	R$ 360,00
37	2	UND.	PIPETADOR DE VOLUME FIXO MODELO ADM (1000 MICROLITROS.)	PEGUEPET	R$ 65,00	R$ 130,00
38	12	KIT	KIT ÁCIDO ÚRICO PP (GOLD ANALISA)	GOLD ANALISA	R$ 92,00	R$ 1.104,00
39	2	UND.	PIPETADOR DE VOLUME FIXO MODELO ADM 10 MICROLITROS	PEGUEPET	R$ 65,00	R$ 130,00
40	2	UND.	PIPETADOR DE VOLUME FIXO MODELO ADM 20 MICROLITROS	PEGUEPET	R$ 65,00	R$ 130,00
41	2	UND.	PIPETADOR DE VOLUME FIXO MODELO ADM 25 MICROLITROS	PEGUEPET	R$ 65,00	R$ 130,00
42	2	UND.	PIPETADOR DE VOLUME FIXO MODELO ADM 05 MICROLITROS	PEGUEPET	R$ 65,00	R$ 130,00
43	2	UND.	PIPETADOR DE VOLUME FIXO MODELO ADM 50 MICROLITROS	PEGUEPET	R$ 65,00	R$ 130,00
44	2	UND.	PIPETADOR DE VOLUME FIXO MODELO ADM 200 MICROLITROS	PEGUEPET	R$ 65,00	R$ 130,00
45	2	UND.	PIPETADOR DE VOLUME FIXO MODELO ADM 250 MICROLITROS	PEGUEPET	R$ 65,00	R$ 130,00
47	4	UND.	ANTICOAGULANTE CITRATO 3 ML	GOLD ANALISA	R$ 7,96	R$ 31,84
48	10	UND.	SORO CONTROLE PARA BIOQUÍMICA (VALORES NORMAIS GOLD ANALISA)	GOLD ANALISA	R$ 65,00	R$ 650,00
49	6	UND.	ALMOTOLIA AMBAR 250 ML	J. PROLAB	R$ 4,28	R$ 25,68
51	5.000	UND.	COLETOR UNIVERSAL ,40 ML	J. PROLAB	R$ 0,40	R$ 2.000,00
53	3	KIT	KIT PARA COLORAÇÃO DE GRAN	NEW PROV	R$ 51,00	R$ 153,00
54	6	LITRO	ÁLCOOL DESCORANTE PARA BAAR	NEW PROV	R$ 52,00	R$ 312,00
55	2	LITRO	ÁLCOOL DESCORANTE PARA GRAN	NEW PROV	R$ 28,00	R$ 56,00
57	20	UND.	ALGODÃO (ROLO)	FAROL	R$ 18,00	R$ 360,00
58	3	UND.	PORTA LÂMINA COM CAPAC. PARA 100 LÂMINAS	J. PROLAB	R$ 15,84	R$ 47,52
59	100	UND.	PORTA LÂMINA COM CAPAC. PARA 03 LÂMINAS	J. PROLAB	R$ 0,47	R$ 47,00
62	6	KIT	KIT DE TESTE RÁPIDO PARA HCV	WAMA	R$ 100,00	R$ 600,00
63	2.000	UND.	LÂMINULA 22X22	KASVI	R$ 0,03	R$ 60,00
64	5	UND.	CRONÔMETRO	L. IMPORT	R$ 50,00	R$ 250,00
66	10.000	UND.	TAMPA TIPO ROLHA PARA TUBO 4 ML (BRANCO)	CRAL	R$ 0,04	R$ 400,00
68	4.000	UND.	TUBO DE ENSAIO VIDRO 4 ML	CRAL	R$ 0,15	R$ 600,00
70	10	KITS	REAGENTE PARA VDRL	WAMA	R$ 60,00	R$ 600,00
71	12	KITS	REAGENTE LATEX PARA DETERMINAÇÃO DE ASLO	WAMA	R$ 70,00	R$ 840,00
72	30	KITS	REAGENTE LATEX PARA DETERMINAÇÃO DE PCR	WAMA	R$ 60,00	R$ 1.800,00
73	12	KITS	REAGENTE LATEX PARA DETERMINAÇÃO FATOR REOMATÓIDE	WAMA	R$ 60,00	R$ 720,00
74	3.000	UND.	SERINGA 03 ML	DESCARPACK	R$ 0,18	R$ 540,00
75	3.000	UND.	SERINGA 05 ML	DESCARPACK	R$ 0,29	R$ 870,00
76	4.000	UND.	SERINGA 10 ML	DESCARPACK	R$ 0,44	R$ 1.760,00
77	2.000	UND.	SERINGA 20 ML	DESCARPACK	R$ 0,60	R$ 1.200,00
79	12.000	UND.	AGULHA 25X7	BD	R$ 0,17	R$ 2.040,00
80	6.000	UND.	AGULHA 20X5,5	BD	R$ 0,19	R$ 1.140,00
81	1.000	UND.	PENEIRA PARA PARASITOLÓGICO	DESCARPACK	R$ 0,85	R$ 850,00
82	3	LITRO	LUGOL FORTE 500 ML	SUPERMAX	R$ 40,00	R$ 120,00
83	4	UND.	TERMOMETRO DIGITAL	INCOTERM	R$ 78,00	R$ 312,00
85	2	UND.	BICO DE BUNSEN	METALIC	R$ 48,00	R$ 96,00
86	3	UND.	CÂMARA DE NEWBAUER ESPELHADA	GLOBAL TRADE	R$ 260,00	R$ 780,00
87	3	UND.	PLACA DE KLINE DE VIDRO PARA EXAMES DE VDRL	LAMIGLAS	R$ 40,00	R$ 120,00
88	2	UND.	BERÇO PARA COLORAÇÃO	LABORGLAS	R$ 46,00	R$ 92,00
89	5	UND.	PROVETA 50 ML	J. PROLAB	R$ 11,13	R$ 55,65

93	100	CAIXA	LUVA PP	SUPERMAX	R$ 25,00	R$ 2.500,00
94	100	CAIXA	LUVA P	SUPERMAX	R$ 25,00	R$ 2.500,00
97	10	UND.	ESCOVA PARA LAVAR TUBO PEQUENA	E. VITORIA	R$ 4,35	R$ 43,50
98	10	UND.	ESCOVA PARA LAVAR TUBO GRANDE	E. VITORIA	R$ 5,10	R$ 51,00
100	10	UND.	LÂMPADA PARA MICROSCÓPIO 20W, 6V	HOVEN	R$ 27,00	R$ 270,00
102	3	UND.	LÂMINA EXTENSORA PARA ESFREGAÇO	GLOBAL TRADE	R$ 27,00	R$ 81,00
						R$ 63.953,23

2. DAS ALTERAÇÕES

2.1. Em face da negociação empreendida entre as partes, tendo como base o disposto na alínea “d”, do inciso II, do artigo 65 da Lei Federal n.º 8.666/93 o presente termo aditivo unilateral quantitativa de acréscimo, tendo como base a quantidade, acrescendo em 24,98 (vinte e quatro, noventa e oito percentuais), passando a vigorar com a seguinte redação:

Lote	QTD	Unid	Descrição	MARCA	V UNIT	VALOR TOTAL
1	25	KIT	KIT DE COLESTEROL PP (GOLD ANALISA)	GOLD ANALISA	R$ 60,00	R$ 1.500,00
2	25	KIT	KIT DE TRIGLICERÍDEOS PP (GOLD ANALISA)	GOLD ANALISA	R$ 108,00	R$ 2.700,00
3	25	KIT	KIT DE GLICOSE PP (GOLD ANALISA)	GOLD ANALISA	R$ 56,00	R$ 1.400,00
4	12	KIT	KIT DE DENGUE IGG/IGM (TIPO SABONETINHO)	WAMA	R$ 250,00	R$ 3.000,00
5	12	KIT	KIT DE HBSAG (TIPO SABONETINHO)	WAMA	R$ 140,00	R$ 1.680,00
6	18	KIT	KIT DE HIV (TIPO SABONETINHO)	WAMA	R$ 100,00	R$ 1.800,00
7	2	KIT	KIT BETA HCG TIRA 10 UI	LABORCLIN	R$ 45,00	R$ 90,00
8	25	KITS	FITA PARA EXAME QUÍMICO DE URINA (WAMA)	WAMA	R$ 30,00	R$ 750,00
9	2500	UND.	TUBO 4 ML PARA COLETA A VÁCUO, COM EDTA (TAMPA ROXA)	BD	R$ 0,56	R$ 1.400,00
10	3750	UNID.	TUBO 4 ML PARA COLETA A VÁCUO,COM ATIVADOR DE COÁGULO (TAMPA VERMELHA)	BD	R$ 0,62	R$ 2.325,00
11	2500	UNID.	TUBO 10 ML PARA COLETA A VÁCUO, COM ATIVADOR DE COÁGULO (TAMPA VERMELHA)	BD	R$ 0,77	R$ 1.925,00
12	2500	UNID.	TUBO 4 ML PARA COLETA A VÁCUO, COM FLUORETO (TAMPA CINZA)	BD	R$ 0,68	R$ 1.700,00
13	12	UND.	ÓLEO DE IMERSÃO, 100 ML	NEW PROV	R$ 16,00	R$ 192,00
14	6	UND.	GARROTE COM TRAVA	L. IMPORT	R$ 20,00	R$ 120,00
16	3	CAIXAS	LÂMINA DE BISTURI PONTA FINA , Nº 15	L. IMPORT	R$ 47,00	R$ 141,00
17	10	KIT	COLORAÇÃO ZIELL NIELSEN	NEW PROV	R$ 58,00	R$ 580,00
18	15	KIT	COLORAÇÃO PANÓTICO RÁPIDO	LABORCLIN	R$ 37,00	R$ 555,00
19	10	LITRO	GIENSA	NEW PROV	R$ 60,00	R$ 600,00
20	10	LITRO	AZUL DE METILENO	NEW PROV	R$ 40,00	R$ 400,00
21	15	UND.	ANTICOAGULANTE EDTA, 3ML	GOLD ANALISA	R$ 7,96	R$ 119,40
22	15	UND.	ANTICOAGULANTE PARA GLICOSE, 3ML	GOLD ANALISA	R$ 7,96	R$ 119,40
24	25	CAIXAS	BLUD STOP COR BEGE	BLOOD STOP	R$ 19,00	R$ 475,00
25	18	CAIXAS	MASCARA Nº 95	DESCARPACK	R$ 65,00	R$ 1.170,00
28	125	UND.	AGULHA PARA COLETA A VÁCUO 25X7	BD	R$ 0,50	R$ 62,50
29	25.000	UND.	PONTEIRA AMARELA TIPO GILSON (0-200 MICROLITROS)	CRAL	R$ 0,03	R$ 750,00
30	25.000	UND.	PONTEIRA AZUL TIPO UNIVERSAL (200-1000 MICROLITROS)	CRAL	R$ 0,03	R$ 750,00
31	4.375	UND.	LÂMINA PARA MICROSCÓPIO BORDA FOSCA	KASVI	R$ 4,20	R$ 18.375,00
32	12	KIT	REAGENTE PARA TIPAGEM SANGUINEA, ANTI A	EBRAM	R$ 21,00	R$ 252,00
33	12	KIT	REAGENTE PARA TIPAGEM SANGUINEA, ANTI B	EBRAM	R$ 21,00	R$ 252,00
34	12	KIT	REAGENTE PARA TIPAGEM SANGUINEA, ANTI D	EBRAM	R$ 36,00	R$ 432,00
37	2	UND.	PIPETADOR DE VOLUME FIXO MODELO ADM (1000 MICROLITROS.)	PEGUEPET	R$ 65,00	R$ 130,00
38	15	KIT	KIT ÁCIDO ÚRICO PP (GOLD ANALISA)	GOLD ANALISA	R$ 92,00	R$ 1.380,00
39	2	UND.	PIPETADOR DE VOLUME FIXO MODELO ADM 10 MICROLITROS	PEGUEPET	R$ 65,00	R$ 130,00
40	2	UND.	PIPETADOR DE VOLUME FIXO MODELO ADM 20 MICROLITROS	PEGUEPET	R$ 65,00	R$ 130,00
41	2	UND.	PIPETADOR DE VOLUME FIXO MODELO ADM 25 MICROLITROS	PEGUEPET	R$ 65,00	R$ 130,00
42	2	UND.	PIPETADOR DE VOLUME FIXO MODELO ADM 05 MICROLITROS	PEGUEPET	R$ 65,00	R$ 130,00
43	2	UND.	PIPETADOR DE VOLUME FIXO MODELO ADM 50 MICROLITROS	PEGUEPET	R$ 65,00	R$ 130,00
44	2	UND.	PIPETADOR DE VOLUME FIXO MODELO ADM 200 MICROLITROS	PEGUEPET	R$ 65,00	R$ 130,00
45	2	UND.	PIPETADOR DE VOLUME FIXO MODELO ADM 250 MICROLITROS	PEGUEPET	R$ 65,00	R$ 130,00
47	5	UND.	ANTICOAGULANTE CITRATO 3 ML	GOLD ANALISA	R$ 7,96	R$ 39,80
48	12	UND.	SORO CONTROLE PARA BIOQUÍMICA (VALORES NORMAIS GOLD ANALISA)	GOLD ANALISA	R$ 65,00	R$ 780,00
49	7	UND.	ALMOTOLIA AMBAR 250 ML	J. PROLAB	R$ 4,28	R$ 29,96
51	6.250	UND.	COLETOR UNIVERSAL ,40 ML	J. PROLAB	R$ 0,40	R$ 2.500,00
53	3	KIT	KIT PARA COLORAÇÃO DE GRAN	NEW PROV	R$ 51,00	R$ 153,00
54	7	LITRO	ÁLCOOL DESCORANTE PARA BAAR	NEW PROV	R$ 52,00	R$ 364,00
55	2	LITRO	ÁLCOOL DESCORANTE PARA GRAN	NEW PROV	R$ 28,00	R$ 56,00
57	25	UND.	ALGODÃO (ROLO)	FAROL	R$ 18,00	R$ 450,00
58	3	UND.	PORTA LÂMINA COM CAPAC. PARA 100 LÂMINAS	J. PROLAB	R$ 15,84	R$ 47,52

59	125	UND.	PORTA LÂMINA COM CAPAC. PARA 03 LÂMINAS	J. PROLAB	R$ 0,47	R$ 58,75
62	7	KIT	KIT DE TESTE RÁPIDO PARA HCV	WAMA	R$ 100,00	R$ 700,00
63	2.500	UND.	LÂMINULA 22X22	KASVI	R$ 0,03	R$ 75,00
64	6	UND.	CRONÔMETRO	L. IMPORT	R$ 50,00	R$ 300,00
66	12.500	UND.	TAMPA TIPO ROLHA PARA TUBO 4 ML (BRANCO)	CRAL	R$ 0,04	R$ 500,00
68	5.000	UND.	TUBO DE ENSAIO VIDRO 4 ML	CRAL	R$ 0,15	R$ 750,00
70	12	KITS	REAGENTE PARA VDRL	WAMA	R$ 60,00	R$ 720,00
71	15	KITS	REAGENTE LATEX PARA DETERMINAÇÃO DE ASLO	WAMA	R$ 70,00	R$ 1.050,00
72	37	KITS	REAGENTE LATEX PARA DETERMINAÇÃO DE PCR	WAMA	R$ 60,00	R$ 2.220,00
73	15	KITS	REAGENTE LATEX PARA DETERMINAÇÃO FATOR REOMATÓIDE	WAMA	R$ 60,00	R$ 900,00
74	3.750	UND.	SERINGA 03 ML	DESCARPACK	R$ 0,18	R$ 675,00
75	3.750	UND.	SERINGA 05 ML	DESCARPACK	R$ 0,29	R$ 1.087,50
76	5.000	UND.	SERINGA 10 ML	DESCARPACK	R$ 0,44	R$ 2.200,00
77	2.500	UND.	SERINGA 20 ML	DESCARPACK	R$ 0,60	R$ 1.500,00
79	15.000	UND.	AGULHA 25X7	BD	R$ 0,17	R$ 2.550,00
80	7.500	UND.	AGULHA 20X5,5	BD	R$ 0,19	R$ 1.425,00
81	1.250	UND.	PENEIRA PARA PARASITOLÓGICO	DESCARPACK	R$ 0,85	R$ 1.062,50
82	3	LITRO	LUGOL FORTE 500 ML	SUPERMAX	R$ 40,00	R$ 120,00
83	5	UND.	TERMOMETRO DIGITAL	INCOTERM	R$ 78,00	R$ 390,00
85	2	UND.	BICO DE BUNSEN	METALIC	R$ 48,00	R$ 96,00
86	3	UND.	CÂMARA DE NEWBAUER ESPELHADA	GLOBAL TRA-DE	R$ 260,00	R$ 780,00
87	3	UND.	PLACA DE KLINE DE VIDRO PARA EXAMES DE VDRL	LAMIGLAS	R$ 40,00	R$ 120,00
88	2	UND.	BERÇO PARA COLORAÇÃO	LABORGLAS	R$ 46,00	R$ 92,00
89	6	UND.	PROVETA 50 ML	J. PROLAB	R$ 11,13	R$ 66,78
93	125	CAIXA	LUVA PP	SUPERMAX	R$ 25,00	R$ 3.125,00
94	125	CAIXA	LUVA P	SUPERMAX	R$ 25,00	R$ 3.125,00
97	12	UND.	ESCOVA PARA LAVAR TUBO PEQUENA	E. VITORIA	R$ 4,35	R$ 52,20
98	12	UND.	ESCOVA PARA LAVAR TUBO GRANDE	E. VITORIA	R$ 5,10	R$ 61,20
100	12	UND.	LÂMPADA PARA MICROSCÓPIO 20W, 6V	HOVEN	R$ 27,00	R$ 324,00
102	3	UND.	LÂMINA EXTENSORA PARA ESFREGAÇO	GLOBAL TRA-DE	R$ 27,00	R$ 81,00
						R$ 78.662,51

2.2 O valor Global após o acréscimo de quantitativo passa a ser de **R$ 78.662,51 (setenta e oito mil, seiscentos e sessenta e dois reais e cinquenta e um centavos),** perfazendo um acréscimo de 23% (vinte e três percentuais) sobre o valor atual da ATA.

3. DA RATIFICAÇÃO

3.1. Permanecem inalteradas e ratificadas as demais cláusulas e condições da **Ata de Registro de Preços nº 014/2018.**

4. DO FORO

Fica convencionado que o Foro para dirimir quaisquer dúvidas e controvérsias oriundas do presente instrumento, é o da Comarca de Nova Monte Verde - MT, por mais privilegiado que outro possa ser.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, para todos os fins previstos em direito, na presença das duas testemunhas abaixo identificadas, que a tudo assistiram e que também o subscrevem.

Nova Bandeirantes – MT, 22 de fevereiro de 2019.

_____

VALDIR PEREIRA DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

_____

M. S. DIAGNOSTICA LTDA

CNPJ: 00.970.175/0003-93

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

_____ _____

Nome: Bruna Neiverth Nome: Daniela Teodoro Candido

CPF: 050.597.081-36 CPF: 043.433.271-24

DEPTO LICITAÇÃO/ADMINISTRAÇÃO
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO

Ofício n°: 020/2019

NOTIFICAÇÃO

Para Departamento Responsável pela Empresa Cesira.

Solicitação de Notificação de Tempo de Execução da Obra.

Á Empresa

CESIRA BERGAMINI LTDA

Assunto: Referente a Execução da Obra da Construção **PRAÇA CENTRAL** do Convênio Nº 782152/2012, Tomada de Preço 005/2014.

Senhores responsáveis,

Vimos por meio desta informar que a empresa tem o prazo de 7 (sete) dias uteis a contar do recebimento desta notificação para a **retomada imediata da obra**. Após a retomada, fica estabelecido um prazo de 45 (quarenta e cinco) dias uteis para a **Conclusão** da mesma.

Caso a empresa não cumpra com o tempo estabelecido a prefeitura reincidirá o contrato **Unilateral** com a empresa.

Caso ocorra algum imprevisto na execução da obra que for atrasar a conclusão da mesma, solicitamos que a empresa **justifique por escrito** o porquê do atraso e qual o novo prazo de conclusão da obra, para que a fiscalização junto com a administração análise os contratempos.

Qualquer dúvida entrar em contato com a fiscalização.

Atenciosamente,

Nova Bandeirantes, MT – 08 de Março de 2019. _____ VALDIR PEREIRA DOS SANTOS Prefeito Municipal_____ HELIANDRO DELLA ROSA Arquiteto e Urbanista CAU 109702-4 Fiscal Da Obra

DEPTO LICITAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 071/2019

EMENTA: "DESIGNA FISCAL DE CONTRATO ADMINISTRATIVO CELEBRADO PELO MUNÍCIPIO DE NOVA BANDEIRANTES.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR VALDIR PEREIRA DOS SANTOS, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, CONFERIDAS PELA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL, CONSTITUIÇÃO FEDERAL E DEMAIS DISPOSIÇÕES ATINENTES À MÁTERIA:

CONSIDERANDO o disposto no artigo 73 inciso I, alínea "b" e inciso "", alíneas "a" e "b" da Lei 8.666/93 e os princípios que regem a Administração Pública.

RESOLVE

Art. 1º Designar o servidor **ROGERIO ADILSON FAGUNDES**, servidor nomeado no cargo de *chefe depto de ind. com. turismo*, para atuar como Fiscal do Contrato Administrativo nº 014/2018, tendo como objeto: **Prestação De Serviços De Fornecimento De Pontos De Acesso A Rede De Internet Mais Vlan De Alta Velocidade, Com Estrutura Rádio Frequência, Responsabilizando-Se Pela Implantação, Configuração, Manutenção, Suporte Técnico De Todos Os Equipamentos Necessários Para A Execução Dos Serviços Contratados, Para Atender As Necessidades Dos Órgãos Da Prefeitura Municipal De Nova Bandeirantes - MT.**

Art. 2º O servidor ora designado por esta Portaria ficará com a atribuição de acompanhar e fiscalizar a correta exação do objeto aos termos contratuais, e atendendo a Instrução Normativa nº 004/2017;

Art. 3º Ficará o Fiscal obrigado a comunicar a Administração todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos eventualmente observados.

Parágrafo Único – As decisões e providências que ultrapassam a competência do fiscal deverão ser solicitadas ao Gestor em tempo hábil para adoção das medidas observadas.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRA-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Bandeirantes-MT, em 11 de março de 2019.

VALDIR PEREIRA DOS SANTOS

Prefeito Municipal

DEPTO LICITAÇÃO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 014/2018

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 014/2018, que celebram a **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES**, Estado de Mato Grosso, pessoa de direito público interno, C.N.P.J/MF Nº 33.683.822/0001-73, com sede na Avenida Comendador Luiz Meneghel nº 62 na cidade de Nova Bandeirantes, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **Sr. VALDIR PEREIRA DOS SANTOS**, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade RG nº 24127310/MT, e do CIC/CPF nº 236.135.139-00, como **CONTRATANTE** e de outro lado a Empresa **HIGOR H. CARINHENA - ME**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº. 09.130.701/0001-10, com sede na Rua Pedro Zeczkoski, nº 43, Centro, no Município de Paranaita - MT. doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, representada neste ato, pelo Sr. Higor H. Carinhena, portador do CPF nº 880. 880.731-20, e do RG nº 1087614-6, tendo em vista o que consta do Processo Licitatório nº 008/2018, modalidade Pregão Presencial 004/2018, em observância ao disposto na Lei nº 8.666/93 e demais normas aplicáveis, resolvem celebrar o presente Contrato nos seguintes termos e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Prestação De Serviços De Fornecimento De Pontos De Acesso A Rede De Internet Mais Vlan De Alta Velocidade, Com Estrutura Rádio Frequência, Responsabilizando-Se Pela Implantação, Configuração, Manutenção, Suporte Técnico De Todos Os Equipamentos Necessários Para A Execução Dos Serviços Contratados, Para Atender As Necessidades Dos Órgãos Da Prefeitura Municipal De Nova Bandeirantes - MT.

1.4. Após o termo aditivo, os planos ficam estipulado conforme abaixo:

Item	Quant.	Descriminação Dos Itens	Total De Meses	Valor Mensal	Valor Total	Valor por extenso
1	6	Plano corporativo 2 mega/ 400kbps	12	R$ 121,04	R$ 8. 714,88	(oito mil e setecentos e quatorze reais e oitenta e oito centavos)
2	4	Plano corporativo 3 mega/ 400kbps	12	R$ 152,62	R$ 7. 325,76	(sete mil trezentos e vinte e cinco reais e setenta e seis centavos)
3	4	Plano corporativo 4 mega/ 400kbps	12	R$ 173,69	R$ 8. 337,12	(oito mil trezentos e trinta e sete reais e doze centavos)
4	1	Plano corporativo 10 mega/2mega	12	R$ 389,90	R$ 4. 678,80	(quatro mil seiscentos e setenta e oito reais e oitenta centavos).
			Total		**R$ 29. 056,56**	(vinte e nove mil e cinquenta e seis reais e cinquenta e seis centavos).

CLÁUSULA SEGUNDA – DO FUNDAMENTO LEGAL

2.1 – O presente aditivo encontra embasamento legal no art. 57 inciso II e § 3º da Lei nº 8.666/93 na cláusula 10º do contrato 014/2018.

2.2 – A Contratante providenciará a publicação do extrato do presente Termo Aditivo no Diário Oficial do município –(AMM-MT), conforme estabelece a Lei.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR

3.1- Ficam estipulados entre as partes, pelos serviços a serem prestados, objeto deste contrato a importância de **R$ 1.632,66** (um mil, seiscentos e trinta e dois reais e sessenta e seis centavos) pagos mensalmente, pelo período de 12 (doze) meses, com **valor global de R$ 19.591,92** (dezenove mil quinhentos e noventa e um real e noventa e dois centavos).

3.2 - O pagamento será efetuado até o 15º (décimo quinto) dia do mês seguinte ao serviço prestado, descontado todos os encargos exigidos por Lei.

3.3. Os referidos pagamentos deverão ser realizados na Conta indicada pela Contratada sendo: **Cooperativa de Credito - Sicredi, Conta Corrente nº 15.281-1, Agência: 0818-4.**

3.4 – As despesas decorrentes deste termo aditivo correrão por conta da dotação orçamentária prevista no orçamento de 2019.

CLAUSULA QUARTA – DO PRAZO DE EXECUCAO E DA PRORROGACAO DO CONTRATO

4.1- O presente Contrato vigorará por 12 (doze) meses, da data de sua assinatura até o dia 13 de março de 2020.

4.2 Por se tratar de serviço contínuo, poderá ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos até o limite de 60 (sessenta) meses, conforme disposto no art. 57, inc. II da lei nº 8.666/93.

CLAUSULA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

5.1 – Ratificam-se todas as demais clausulas e condições do contrato original, aqui não expressamente modificadas, formando com este um todo único e indivisível, para todos os fins de direito.

5.2 – Fica eleito o Foro da Comarca de Nova Monte Verde, para dirimir as dúvidas que por ventura surgirem em decorrência deste aditamento, excluindo-se qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem devidamente acordados, declaram as partes aceitar as disposições estabelecidas neste Instrumento, sujeitando-se às normas contidas na Lei nº 8.666/93 e assinam o presente em 03 (três) vias de igual valor e teor e para todos os efeitos legais, na presença de 02 (duas) testemunhas idôneas e civilmente capazes.

Nova Bandeirantes – MT, 11 de março de 2019.

_____

VALDIR PEREIRA DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

_____

HIGOR H. CARINHENA - ME.

CNPJ: 09.130.701/0001-10

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

_____ _____

Nome: Bruna Neiverth Nome: Daniela Teodoro Candido

CPF: 050.597.081-36 CPF: 043.433.271-24

CAMARA MUNICIPAL
RESOLUÇÃO Nº 001/2019

RESOLUÇÃO Nº 001/2019

SÚMULA*: Autoriza o Poder Legislativo Municipal de Nova Bandeirantes/ MT, a transferir, Doar, Bens Patrimoniais para a Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes, conforme relação abaixo.*

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais propõe, e após aprovação do Plenário da Câmara, o senhor Presidente sanciona e promulga a seguinte Resolução:

RESOLVE

Art. 1° - Fica o Poder Legislativo Municipal de Nova Bandeirantes – MT, autorizado a Fazer DOAÇÃO em caráter definitivo, dos seguintes bens patrimoniais para a Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes/MT:

Relação de bens a serem doados:

Patrimônio nº	Discriminação	Valor R$
184	Cadeira Runapel Esfera Fixa 186/185/Azul	5,00
188	Cadeira Runapel Esfera Fixa 186/185/Azul	5,00
189	Cadeira Runapel Esfera Fixa 186/185/Azul	5,00
191	Cadeira Runapel Esfera Fixa 186/185/Azul	5,00
195	Cadeira Runapel Esfera Fixa 186/185/Azul	5,00
196	Cadeira Runapel Esfera Fixa 186/185/Azul	5,00
298	Cadeira Presidência Giratória C Braço 781 BC 2	70,90
304	Cadeira Presidência Giratória C Braço 781 BC 2	70,90
314	Cadeira Giratória 6031 B	41,88
362	Cadeira Giratória Vandaflex Azul 3001 JS 97	238,74
	Total	**452,42**

Art. 2° - Esta Resolução entra em vigor na data de sua Publicação.

Art. 3° - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência, em 08 de Março de 2019

Cesar Augusto Perigo

Presidente Câmara Biênio 2019/2020

DEPTO LICITAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 070/2019

EMENTA: "DESIGNA FISCAL DE CONTRATO ADMINISTRATIVO CELEBRADO PELO MUNÍCIPIO DE NOVA BANDEIRANTES.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR VALDIR PEREIRA DOS SANTOS, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, CONFERIDAS PELA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL, CONSTITUIÇÃO FEDERAL E DEMAIS DISPOSIÇÕES ATINENTES À MÁTERIA:

CONSIDERANDO o disposto no artigo 73 inciso I, alínea "b" e inciso "", alíneas "a" e "b" da Lei 8.666/93 e os princípios que regem a Administração Pública.

RESOLVE

Art. 1º Designar o servidor **ROGERIO ADILSON FAGUNDES**, servidor nomeado no cargo de *chefe depto de ind. com. turismo*, para atuar como Fiscal do Contrato Administrativo nº 013/2018, tendo como objeto: **Prestação De Serviços De Fornecimento De Pontos De Acesso A Rede De Internet Mais Vlan De Alta Velocidade, Com Estrutura Rádio Frequência, Responsabilizando-Se Pela Implantação, Configuração, Manutenção, Suporte Técnico De Todos Os Equipamentos Necessários Para A Execução Dos Serviços Contratados, Para Atender As Necessidades Dos Órgãos Da Prefeitura Municipal De Nova Bandeirantes - MT.**

Art. 2º O servidor ora designado por esta Portaria ficará com a atribuição de acompanhar e fiscalizar a correta exação do objeto aos termos contratuais, e atendendo a Instrução Normativa nº 004/2017;

Art. 3º Ficará o Fiscal obrigado a comunicar a Administração todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos eventualmente observados.

Parágrafo Único – As decisões e providências que ultrapassam a competência do fiscal deverão ser solicitadas ao Gestor em tempo hábil para adoção das medidas observadas.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRA-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Bandeirantes-MT, em 11 de março de 2019.

VALDIR PEREIRA DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA

EXTRATO DO CONTRATO N°. 025/2019

EXTRATO DO CONTRATO N°. 025/2019

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia – MT**

CONTRATADA: **IAGO HENRIQUE PERES CAMPARONI EIRELI ME**

CNPJ: **19.480.903/0001-45**

OBJETO: Aquisição de material didático pedagógico livros e ebooks, destinados a compor o acervo bibliográfico da Escola Municipal Pequeno Príncipe, em atendimento a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto e as Secretarias de Saúde e Assistência Social.

VALOR **R$ 52.500,00 (cinquenta e dois mil e quinhentos reais).**

ASSINATURA: **06 de março de 2019.**

VIGENCIA: **06 de março de 2019 a 31 de dezembro de 2019.**

FUNDAMENTO: **De acordo com a Lei nº 8.666/93.**

Prefeita Municipal: **MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA**

EXTRATO DO CONTRATO N°. 024/2019

EXTRATO DO CONTRATO N°. 024/2019

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia – MT**

CONTRATADA: **TITANIUM ENGENHARIA LTDA - ME**

CNPJ: **20.103.907/0001-93**

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA CONSTRUÇÃO DA CASA DO ARTESÃO PARA PRODUÇÃO DE ARTESANATOS EM GERAL NO MUNICIPIO DE NOVA BRASILANDIA/MT, CONFORME CONVENIO Nº. 854642/2017 MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL SUPERINTENDENCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZONIA – SUDAM, Projeto Básico e Especificações Técnicas constantes da Tomada de Preços nº. 002/2019.

VALOR **R$ 376.237,34 (trezentos e setenta e seis mil duzentos e trinta e sete reais e trinta e quatro centavos)**

ASSINATURA: **01 de março de 2019.**

VIGENCIA: **01 de março de 2019 a 02 de outubro de 2019.**

FUNDAMENTO: **De acordo com a Lei nº 8.666/93.**

Prefeita Municipal: **MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA**

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇO Nº. 003/2019

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO N°. 016/2019

TOMADA DE PREÇO Nº. 003/2019

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL.

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia – MT, torna – se público aos interessados que o Tomada de Preço N°.003/2019,cujo Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA REFORMA DA QUADRA POLIESPORTIVA DO DISTRITO DE PERESOPOLIS NESTE MUNICIPIO DE NOVA BRASILANDIA/MT, conforme** Projeto Básico, Memorial Descritivo, Orçamento Estimado em Planilha de Quantitativos e Custos Unitários e Minuta de Contrato em anexo, cuja abertura ocorreu no dia 11 de Março de 2019, as 08:00 sagrou – se vencedora a empresa; AMILSON FERREIRA SILVA - ME, inscrita no CNPJ: nº. 04.848.770/0001-40, com uma proposta no valor global de R$ 104.864,60 (Cento e quatro mil, oitocentos e sessenta e quatro reais e sessenta centavos).

Nova Brasilândia – MT, 11 de Março de 2019.

_____

ANA CRISTINA SOARES

Presidente da Comissão (CPL)

Portaria nº. 013/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA

ADMINISTRATIVO
AVISO DE LICITAÇÃO DISPENSA 05/2019 CHAMADA PÚBLICA

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA – MT, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará a licitação na modalidade Dispensa n.º 05/2019 do Tipo Chamada Pública, cujo objeto é a **Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural para atender os alunos da rede pública municipal**, tudo em conformidade com as características técnicas e quantitativos descritos em Edital.

Os interessados deverão procurar a EMPAER, entre os dias 18 a 22 de Março de 2019, para estarem realizando o preenchimento do Projeto de Venda e a entrega dos mesmos na Prefeitura Municipal.

Conforme Edital nos termos da Lei Federal n.º 8.666/93 e alterações posteriores, neste município de Nova Guarita - MT, com data prevista para abertura no dia **25/03/2019**, às 08:30 horas. Cópias do edital e informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal localizada na Av. dos Migrantes, Travessa 01, N° 30, em Nova Guarita – MT, no horário das 08:30 hs as 11:00 ou através do site www.novaguarita.mt.gov.br e encaminhar o formulário/ recibo de retirada do edital devidamente preenchido para o departamento de Licitações através do fone/fax (66) 3574-1404 ou e-mail licitacao@novaguarita.mt.gov.br.

Nova Guarita – MT, em 11 de Março de 2019.

Graciela Schuster

Presidenta da C.P.L

SAAE
RELATÓRIOS DE GESTÃO FISCAL

SAAE SERVICO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO DE NOVA G
ESTADO DE MATO GROSSO
L.R.F. DESPESAS NO EXERCÍCIO POR CATEGORIA ECONÔMICA
PAGAS no Exercício de 2019 - BIMESTRAL

DESCRIÇÃO	Orçado	Jan/Fev	Mar/Abr	Mai/Jun	Jul/Ago	Set/Out	Nov/Dez	Total
30000000 - DESPESAS CORRENTES	604.000,00	72.718,29						72.718,29
31000000 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	281.750,00	26.337,28						26.337,28
31900000 - Aplicacoes Diretas	281.750,00	26.337,28						26.337,28
31901100 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	233.000,00	22.348,71						22.348,71
31901300 - Obrigacoes Patronais	48.750,00	3.988,57						3.988,57
33000000 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	322.250,00	46.381,01						46.381,01
33900000 - Aplicacoes Diretas	322.250,00	46.381,01						46.381,01
33903000 - Material de Consumo	97.000,00	16.935,76						16.935,76
33903900 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	204.264,00	27.707,96						27.707,96
33904001 - LOCA ÇO DE SOFTWARES	14.736,00	1.228,00						1.228,00
33904700 - Obrigacoes Tributarias e Contributivas	6.250,00	509,29						509,29
40000000 - DESPESAS DE CAPITAL	15.000,00	1.879,99						1.879,99
44000000 - INVESTIMENTOS	15.000,00	1.879,99						1.879,99
44900000 - Aplicacoes Diretas	15.000,00	1.879,99						1.879,99
44905200 - Equipamentos e Material Permanente	15.000,00	1.879,99						1.879,99
TOTAL GERAL	**619.000,00**	**74.598,28**						**74.598,28**

CARLOS GILBERTO MENEGAZZI
DIRETOR DO SAAE

MARIA FRANCIEDNA DE OLIVEIRA
CRC-MT 013793/O-8

Emissão: 11/03/2019 15:28:15

Page 1 de 1

Homologado

SAAE SERVICO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO DE NOVA G

MATO GROSSO

L.R.F. RECEITAS NO EXERCÍCIO

Exercício de 2019 - BIMESTRAL (Sintético)

Descrição	Jan/Fev	Mar/Abr	Mai/Jun	Jul/Ago	Set/Out	Nov/Dez	Total
Receitas Correntes	98.753,64						98.753,64
Impostos, Taxas e Contribuicoes de Melhoria	7.470,54						7.470,54
Taxas	7.470,54						7.470,54
Taxas pela Prestacao de Servicos	7.470,54						7.470,54
Taxas pela Prestacao de Servicos	7.470,54						7.470,54
Taxas pela Prestacao de Servicos	7.470,54						7.470,54
Receita Patrimonial	407,45						407,45
Valores Mobiliarios	407,45						407,45
Juros e Correcoes Monetarias	407,45						407,45
Juros e Correcoes Monetarias	407,45						407,45
Remuneracao de Depositos Bancarios	407,45						407,45
Receita de Servicos	90.875,65						90.875,65
Outros Servicos	90.875,65						90.875,65
Outros Servicos	90.875,65						90.875,65
Outros Servicos	90.875,65						90.875,65
Outros Servicos	90.875,65						90.875,65
TOTAL GERAL	98.753,64						98.753,64

CARLOS GILBERTO MENEGAZZI
DIRETOR DO SAAE

MARIA FRANCIEDNA DE OLIVEIRA
CRC-MT 013793/O-8

Emitido em: 11/03/2019 às 15:29 Horas

AGILI Mato Grosso

Página: 001

ADMINISTRAÇÃO
CERTIDÃO

CERTIFICO **para os devidos fins e a quem de direito interessar possa que publicamos a convocação do (a) candidato (a) Lais** Giovana Souza da Fonseca **no diário Oficial dos Municípios nº 3.164, nos murais oficiais do município, comunicamos via telefone e email, mas o(a) candidato (a) não compareceu dentro do prazo previsto na Portaria**

de convocação nº 074/2019/GP/PMNG para apresentação de documentos.

Nova Guarita - MT, 11 de março de 2019.

Idianês Teresinha Machado

Chefe de RH

ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N.º 011/2019

Dispõe sobre a prorrogação do prazo de vigência do Processo Seletivo Público Nº. 001/2018 e dá outras providências.

Considerando o que dispõe o item 9.8 e 9.8.1 do Edital do Processo Seletivo Público Nº. 001/2018;

Considerando o Decreto de Homologação nº 012/2018.

O Prefeito Municipal de Nova Guarita no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelos incisos VI e IX do artigo 60 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica prorrogado por mais 01 (um) ano, o prazo de vigência do Processo Seletivo Público Nº. 001/2018.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, por afixação no local de costume.

Nova Guarita – MT; 11 de março de 2019.

José Lair Zamoner

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N.º 010/2019

Dispõe sobre a prorrogação do prazo de vigência do Processo Seletivo Simplificado Nº. 001/2018 e dá outras providências.

Considerando o que dispõe o item 9.8 e 9.8.1 do Edital do Processo Seletivo Simplificado Nº. 001/2018;

Considerando o Decreto de Homologação nº 013/2018.

O Prefeito Municipal de Nova Guarita no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelos incisos VI e IX do artigo 60 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica prorrogado por mais 01 (um) ano, o prazo de vigência do Processo Seletivo Simplificado Nº. 001/2018.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, por afixação no local de costume.

Nova Guarita – MT; 11 de março de 2019.

José Lair Zamoner

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA

CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA
TERMO DE RATIFICAÇÃO

TERMO DE RATIFICAÇÃO

Processo Licitatório nº 02/2019

Dispensa de Licitação n° 02/2019

NÚMERO DO CONTROLE: 31/2019

OBJETO: Contratação de empresa especializada para fornecimento parcelado de até 2.750 (dois mil e setecentos e cinquenta) litros de combustível, tipo gasolina comum, para atender as necessidades da Câmara Municipal de Nova Lacerda, até 31 de dezembro de 2019.

Em cumprimento ao disposto no art. 26 da Lei n.º 8.666/93, **RATIFICO** a dispensa de licitação nº. 02/2019 para a Contratação de empresa especializada para fornecimento parcelado de até 2.750 (dois mil setecentos e cinquenta) litros de combustível, tipo gasolina comum, por um período de 10 (dez) meses, de conformidade com o inciso II, do artigo 24 da Lei Federal n.º 8666/93, c/c o artigo 1º. da Lei Municipal nº 730/2015, feita à empresa:

PETROLUZ BANDEIRANTE AUTO POSTO LTTDA

CNPJ: sob o nº 19.791.528/0001-54,

ENDEREÇO: com sede na Avenida São Luiz/ Nº -Bairro Jardim São Luiz, na cidade Cáceres.

Nova Lacerda - MT, 08 de março de 2019.

Claudiney da Silva

Presidente da Câmara

PROCURADORIA JURÍDICA
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 091/2018

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA;

CONTRATADO: M FERNANDES DA SILVA & CIA LTDA;

CLAUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1 – O presente Termo Aditivo tem por objeto o seguinte:

1.1.2 – Prorrogação do prazo de execução conforme cronograma do departamento de engenharia em anexo até 09/04/2019.

1.1.3 – Acréscimo de R$ 22,81 (vinte e dois reais e oitenta e um centavos). O valor atual corrigido ficará em R$ 63.922,81 (sessenta e três mil e novecentos e vinte e dois reais).

CLAUSULA SEGUNDA: DA JUSTIFICATIVA E DO FUNDAMENTO LEGAL

2.1 – A alteração promovida por este Termo Aditivo se deve aos seguintes fatores:

2.1.1 - A Administração se sentiu na obrigação de promover a prorrogação do prazo de execução em epigrafe, devido à necessidade de continuidade da execução do serviço de reforma do prédio. Será de extrema necessidade a prorrogação do contrato pelos motivos já avençados.

2.2– O presente aditivo encontra embasamento legal no art. 57, Inciso II, da Lei nº 8.666/93 e no Contrato nº 091/2018.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO VALOR

3.1 – O valor global do contrato original é de R$ 63.900,00 (sessenta e três mil novecentos reais).

3.2 – O valor do contrato com acréscimo, passará a ser de R$ 63.922,81 (sessenta e três mil e novecentos e vinte e dois reais).

Nova Lacerda-MT, 09 de março de 2019.

CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE ADJUDICAÇÃO

Processo Licitatório nº 02/2019

Dispensa de Licitação n° 02/2019

Número do Controle: 32/2019

OBJETO: Contratação de empresa especializada para fornecimento parcelado de até 2.750 (dois mil setecentos e cinquenta) litros de combustível, tipo gasolina comum, para atender as necessidades da Câmara Municipal

de Nova Lacerda, conforme procedimento de Dispensa de Licitação 02/2019, até 31 de dezembro de 2019.

Adjudico o objeto desta Dispensa de Licitação:

PETROLUZ BANDEIRANTE AUTO POSTO LTTDA

CNPJ: sob o nº 19.791.528/0001-54,

ENDEREÇO: com sede na Avenida São Luiz/ Nº -Bairro Jardim São Luiz, na cidade Cáceres.

Nova Lacerda – MT 08 de março de 2019.

Claudiney da Silva

Presidente da Câmara

CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA
TERMO DE RATIFICAÇÃO

TERMO DE RATIFICAÇÃO

Processo Licitatório nº 02/2019

Dispensa de Licitação n° 02/2019

NÚMERO DO CONTROLE: 31/2019

OBJETO: Contratação de empresa especializada para fornecimento parcelado de até 2.750 (dois mil e setecentos e cinquenta) litros de combustível, tipo gasolina comum, para atender as necessidades da Câmara Municipal de Nova Lacerda, até 31 de dezembro de 2019.

Em cumprimento ao disposto no art. 26 da Lei n.º 8.666/93, **RATIFICO** a dispensa de licitação nº. 02/2019 para a Contratação de empresa especializada para fornecimento parcelado de até 2.750 (dois mil setecentos e cinquenta) litros de combustível, tipo gasolina comum, por um período de 10 (dez) meses, de conformidade com o inciso II, do artigo 24 da Lei Federal n.º 8666/93, c/c o artigo 1º. da Lei Municipal nº 730/2015, feita à empresa:

PETROLUZ BANDEIRANTE AUTO POSTO LTTDA

CNPJ: sob o nº 19.791.528/0001-54,

ENDEREÇO: com sede na Avenida São Luiz/ Nº -Bairro Jardim São Luiz, na cidade Cáceres.

Nova Lacerda - MT, 08 de março de 2019.

Claudiney da Silva

Presidente da Câmara

PROCURADORIA JURÍDICA
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 037/2018.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA;

CONTRATADO: FERNANDO ROBERTO FOLLMANN 02317132158

CLAUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1 – O presente Termo Aditivo tem por objeto o seguinte:

1.1.1 – Prorrogação de prazo.

1.1.2 – O período de vigência se estenderá até 10/03/2019.

CLAUSULA SEGUNDA: DA JUSTIFICATIVA E DO FUNDAMENTO LEGAL

2.1 – A alteração promovida por este Termo Aditivo se deve aos seguintes fatores:

2.1.1 - A Administração se sentiu na obrigação de promover a prorrogação do prazo de execução em epigrafe, devido à necessidade de continuidade da execução do serviço. Será de extrema necessidade a prorrogação do contrato pelos motivos já avençados.

2.2– O presente aditivo encontra embasamento legal no art. 57, Inciso II, da Lei nº 8.666/93 e na Cláusula Segunda do Contrato nº 037/2018.

Nova Lacerda-MT, 10 de janeiro de 2019.

PROCURADORIA JURÍDICA
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 003/2018.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA;

CONTRATADO: M. H. TOSTI;

CLAUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1 – O presente Termo Aditivo tem por objeto o seguinte:

1.1.1 – Prorrogação de prazo.

1.1.2 – O período de vigência se estenderá até 31/01/2020.

CLAUSULA SEGUNDA: DA JUSTIFICATIVA E DO FUNDAMENTO LEGAL

2.1 – A alteração promovida por este Termo Aditivo se deve aos seguintes fatores:

2.1.1 - A Administração se sentiu na obrigação de promover a prorrogação do prazo de execução em epigrafe, devido à necessidade de continuidade da execução do serviço. Será de extrema necessidade a prorrogação do contrato pelos motivos já avençados.

2.2– O presente aditivo encontra embasamento legal no art. 57, Inciso II, da Lei nº 8.666/93 e na Cláusula Segunda do Contrato nº 003/2018.

Nova Lacerda-MT, 31 de janeiro de 2019.

ADMINISTRAÇÃO DEPTO RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 005/2019

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 005/2019

A Prefeitura Municipal de Nova Lacerda, nos termos do disposto no Edital do Processo Seletivo Simplificado n° 001/2019, para atender as necessidades, e considerando o resultado do Processo Seletivo Simplificado **CONVOCA** os candidatos conforme **ANEXO I** para comparecer na sede da Prefeitura Municipal de Nova Lacerda, sito a Rua 16 de julho, 815, Bairro Centro, munidos de cópias dos documentos abaixo relacionados:

a) Carteira de Identidade – RG;

b) Cartão de Cadastro no Ministério da Fazenda – CPF;

c) Prova de estar quites com as obrigações eleitorais, ou seja, comprovante de votação das eleições 2018;

d) Cartão que identifique o número de cadastro no PIS/PASEP, caso possua;

e) Carteira de Trabalho;

f) Título Eleitoral;

g) Comprovante de Residência atualizado;

h) Certidão de Nascimento e/ou Casamento;

i) Certidão de Nascimento e declaração escolar, dos filhos menores de 14 anos, se tiver filhos menores de 7 anos trazer também o cartão de vacina;

j) Prova de estar em dia com o serviço militar, no caso do sexo masculino;

l) Declaração de não acúmulo de cargos;

k) Declaração de Bens;

l) Uma foto 3x4;

m) Documento que comprove o grau de escolaridade exigida (histórico e certificado e ou diploma);

n) Conta salário ou corrente no Banco Bradesco – cópia do cartão ou documento que comprove o número da conta ou agência corretamente.

o) Laudo médico do SUS municipal, julgado apto físico e mentalmente, para o exercício da função.

p) Ter registro no conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo-se comprovante de quitação de anuidade (se for o caso);

q) CNH (se for o caso); e,

r) Demais documentação que constam nos itens de 2.3.10 à 2.3.12 do Edital 001/2018 do Processo Seletivo Simplificado;

2.3.10. Apresentar outros documentos que se fizerem necessários, a época da contratação, de acordo com a legislação em vigor.

2.3.11. Não registrar antecedentes criminais por sentença judicial transitada em julgado.

2.3.12. Não receber proventos de aposentadoria ou remuneração de cargo, emprego ou função pública, ressalvados os casos de acúmulo previstos na Constituição Federal;

A convocação será feita através de Edital publicado oficialmente, ao qual o candidato classificado terá o prazo de 03 (três) dias úteis para entrega de documentação exigida acima e exercer a função, a não apresentação no período implicará na perca do direito à vaga.

Nova Lacerda – MT, aos 11 dias do mês de Março de 2019.

Uilson Jose da Silva

Prefeito Municipal

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 005/2019

ANEXO I

APROVADOS - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL – CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	NOTA PROVA OBJETIVA	NOTA PROVA DE TÍTULOS	NOTA FINAL	RESULTADO
370145	ALGRIMAR CARDOSO DA CRUZ	18/08/1984	65,0		65,0	7
370069	LÍVIA LAINARA SILVA LOPES	02/04/1989	65,0		65,0	8
371419	JAIENE PEREIRA TOGO SILVA	05/04/1993	65,0		65,0	9
371320	MARTA BARBOSA PRATES	13/09/1994	65,0		65,0	10

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA

LICITAÇÃO E CONTRATOS
RESULTADO DE JULGAMENTO DO PREGÃO 003/2019 SRP 004/2019

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PEÇAS/ACESSÓRIOS GENUÍNOS OU ORIGINAIS DE PRIMEIRA LINHA PARA A FROTA DE VEÍCULOS E MÁQUINAS PESADAS DE DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO.

Data da realização: 28/02/2019

Licitantes Vencedoras com maior desconto por Item:

CECÍLIA PINTO DA SILVA EIRELI – ME: ITENS: 01, 02, 10, 28.

IDEAL COMERCIO DE AUTO PEÇAS EIRELI: ITENS: 03, 08, 27.

TNOVE COMERCIO DE PEÇAS EIRELI: ITENS: 05, 06.

NORTÃO COM. DE PEÇAS E SERV. AUTOMOTIVOS LTDA – ME: ITENS: 07, 25.

OLAPER COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES E PNEUS EIRELI: ITENS: 09.

O MONTAGNA & CIA LTDA: ITENS: 11, 12, 15, 16, 26.

FABRICIO VIEIRA COMERCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS – ME: ITENS: 13, 14, 21, 22.

TRICATE COMERCIO DE PEÇAS PARA TRATORES EIRELI: ITENS: 17, 19.

NE EQUIPAMENTOS PEÇAS E LOCAÇÃO DE MÁQUINAS LTDA: ITENS: 18, 20.

BEIRA RIO CENTRO AUTOMOTIVO LTDA – ME: ITENS: 04, 23, 24.

NOVA MARILANDIA / MT, 11 DE MARÇO DE 2019.

SAMARA LOIDE SILVA CAMPOS

PREGOEIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

LICITAÇÃO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº. 22/2018/ DEPTO/ADM/ COMPRAS

PRIMEIRO TERMO ADITIVO

CONTRATO Nº. 22/2018/ DEPTO/ADM/COMPRAS

O MUNICIPIO DE NOVA MONTE VERDE, ESTADO DE MATO GROSSO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ nº. 37. 465.556/0001-63, neste ato representado pela Prefeita Municipal Sra.***BEATRIZ DE FATIMA SUECK LEMES***, brasileira, casada, portadora da C. I. RG n. 3.365.940 SSP/PR e CPF/MF nº 788.664.809-91, residente e domiciliada á Rua José Joaquim Vieira nº 88, centro, nesta cidade de Nova Monte Verde-MT, doravante denominado de **CONTRATANTE**, e a Empre-

sa **D. DE OLIVEIRA MARTINS - ENGENHARIA CIVIL - ME**, inscrita no **CNPJ/MF n.º 22.111.050/0001-89**, com sede na Rua Arlindo Nossol, Nº. 55-A, Sala 1, Centro, na cidade de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, neste ato representada pelo Sr. Diego de Oliveira Martins, Brasileiro, Solteiro, Maior e Capaz, Portador da Carteira de Identidade RG nº. 2000068-5 SSP/MT e do CPF nº. 036.452.541-02, residente na cidade de Nova Monte Verde/MT, doravante denominada de **CONTRATADA**, resolvem entre si efetuar o **Primeiro Termo Aditivo do Contrato nº. 22/2018/ DEPTO/ADM/COMPRAS** nos termos do art. 57 da Lei 8.666/93 no que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Objetiva o presente, Aditar o Contrato Administrativo firmado em 12 de Março de 2018, cujo objeto trata da **CONTRATAÇÃO SERVIÇOS DE ASSESSORIA NA ÁREA DE ENGENHARIA CIVIL, ACOMPANHAMENTO E MEDIÇÃO DE OBRAS MUNICIPAIS, ACOMPANHAMENTO EM CONVÊNIOS, APROVAÇÃO DE PLANTAS E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS MUNICIPAIS DE ACORDO COM O CÓDIGO DE POSTURA PARA ATENDER O MUNICIPIO DE NOVA MONTE VERDE**, para fins de Prorrogação do **Prazo de vigência** estabelecido na Cláusula Quarta.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO

O PRAZO DE VIGÊNCIA DESTE CONTRATO FICA PRORROGADO ATÉ O DIA 12 DE MARÇO DE 2020.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA RATIFICAÇÃO

Permanecem inalteradas as demais Cláusulas do Contrato Principal naquilo que não contrarie o presente Termo Aditivo.

E por estarem justas e contratadas, as partes passam a assinar o presente instrumento por si e/ou seus sucessores, em 03 (três) vias de igual teor e forma, rubricadas para todos os fins de direito na presença de 02 (duas) testemunhas.

Nova Monte Verde-MT, 11 de Março de 2019.

MUNICÍPIO DE NOVA MONTE VERDE BEATRIZ DE FÁTIMA SUECK LEMES PREFEITA MUNICIPAL	**D. DE OLIVEIRA MARTINS – ENGENHARIA CIVIL – ME CNPJ: 22.111.050/0001-89 CONTRATADA**

Testemunhas:

ALESSANDRA MARTA DO NASCIMENTO CPF 984.401.601-00 RG 1438360-8 SSP/MT	POLIANA ALVES DEON CPF: 022.956.211-60 RG: 1.889.865-3 SSP/*MT*

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 015/2019

DATA: 08 DE MARÇO DE 2019.

SÚMULA: DESIGNA A COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE ESTÁGIO PROBATÓRIO E DE DESENVOLVIMENTO FUNCIONAL NO AMBITO DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL, NOS TERMOS DA LEI MUNICIPAL N° 520/2011.

ANDERSON RODRIGUES DOS SANTOS, Presidente da Câmara Municipal de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 11, inciso VI e art. 23 da Lei Nº: 520/2011 - Plano de Carreira dos Servidores da Câmara Municipal de Nova Monte Verde - MT.

RESOLVE

Art. 1º Designa os servidores **Aparecida Picon Fornazieri, Maria Estela Noetzold, Eva Moreira de Souza e Francisco Antonio Sevallo,** este último como suplente, para sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão de Avaliação de Estágio Probatório e de Desenvolvimento Funcional no âmbito do Poder Legislativo Municipal.

Art. 2º Compete a Comissão de Avaliação de Desenvolvimento Funcional:

I – Preencher, analisar e avaliar as Fichas de Avaliação, apurando o merecimento dos servidores avaliados, dando parecer favorável ou não a progressão;

II – Solicitar à Coordenadoria Administrativa, quando for conveniente, a relação que trata o artigo anterior.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Nova Monte Verde-MT, 08 de março de 2.019.

ANDERSON RODRIGUES DOS SANTOS

Presidente

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 014/2019 .

DATA: 08 DE MARÇO DE 2019.

DESIGNA COMISSÃO GERAL DE AVALIAÇÃO NO ÂMBITO DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL, NOS TERMOS DA LEI MUNICIPAL N° 520/2011.

ANDERSON RODRIGUES DOS SANTOS, Presidente da Câmara Municipal de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo 10 da Lei n° 520/2011;

RESOLVE

Art. 1º Designa os servidores**, Aparecida Picon Fornazieri, matrícula n° 11, Maria Estela Noetzold, matrícula n° 14, Eva Moreira de Souza, matrícula n° 12, Francisco Antonio Sevallo, matrícula n° 51 e Julio Cesar Paranhos da Silva, matricula n° 46** para sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão Geral de Avaliação no âmbito do Poder Legislativo Municipal.

Art. 2º À Comissão Geral de Avaliação compete:

I – Analisar os aspectos gerais da avaliação, incluindo legislação atualizada, doutrina e princípios gerais, tendo como diretriz o interesse público;

II – Concluir sobre os critérios de avaliação, observados os dispositivos legais pertinentes;

III – Definir, elaborar e orientar sobre os instrumentos de avaliação;

IV – Divulgar, conscientizando os servidores a serem avaliados no período sobre os critérios de avaliação, considerando o estágio probatório e o desempenho funcional;

V – Elaborar e aprovar o Regulamento da Avaliação, apresentando-o para promulgação ao Presidente da Câmara Municipal;

VI – Indicar os membros das Comissões de Avaliação de Estágio Probatório e de Desenvolvimento Funcional, apresentando-as ao Presidente da Câmara Municipal para homologação;

VII – Capacitar os integrantes das Comissões de Avaliação de Estágio Probatório e de Desenvolvimento Funcional, a fim de habilitá-los ao desenvolvimento do processo;

VIII – Decidir sobre eventuais recursos apresentados pelo servidor avaliado;

IX – Outras que as circunstâncias evidenciarem, no sentido de bem encaminhar o processo de avaliação;

X – Decidir sobre os casos omissos em todo o processo de avaliação.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Nova Monte Verde-MT, 08 de março de 2.019.

ANDERSON RODRIGUES DOS SANTOS

Presidente

CAMARA MUNICIPAL
DECRETO LEGISLATIVO Nº 002/2019.

SÚMULA:	Ficam aprovadas as Contas da Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, referente ao Exercício de 2017, Gestão da Prefeita Municipal, Senhora Beatriz de Fátima Sueck Lemes.
	A Câmara Municipal de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, aprovou e ANDERSON RODRIGUES DOS SANTOS, Vereador Presidente, no uso de suas atribuições legais sanciona o seguinte Decreto Legislativo:
ARTIGO 1º -	Ficam aprovadas as Contas da Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, Gestão da Excelentíssima Prefeita Municipal, Senhora Beatriz de Fátima Sueck Lemes, referente ao Exercício de 2017..
ARTIGO 2º-	Este Decreto entrará em vigor na data de sua aprovação ou afixação, revogando-se as disposições em contrário.

NOVA MONTE VERDE-MT., 11 de março de 2019.

Anderson Rodrigues dos Santos

Vereador Presidente

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº. 29/2019

DECRETO Nº. 29/2019

Sumula: Abre Credito Adicional Suplementar no valor que menciona e da outras providências.

A Senhora Beatriz de Fátima Sueck Lemes, Prefeita Municipal de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido da Lei Municipal 976/2018, e em consonância com o lei Federal 4320/64.

DECRETA:

ARTIGO 1º - Fica aberto um Credito Adicional Suplementar ao Orçamento Programa do Município de Nova Monte Verde – MT, no corrente exercício, no valor de R$ 93.000,00 (Noventa e três mil Reais) nas seguintes dotações orçamentárias:

10.001 – GABINETE DO PREVVER – FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE NOVA MONTE VERDE – MT

10.001.09.272.0045.2002.449051000000 – Obras e Instalações	93.000,00
Total Suplementado	93.000,00

ARTIGO 2º - Para dar cobertura ao credito aberto no artigo anterior serão utilizados os recursos provenientes da anulação parcial ou total das seguintes dotações orçamentárias:

10.001 – GABINETE DO PREVVER – FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE NOVA MONTE VERDE – MT

10.001.09.272.0045.2002.3.3.90.14.00.00.00 – Diárias - Civil	8.000,00
10.001.09.272.0045.2002.3.3.90.33.00.00.00 – Passagens e Despesa com Locomoção	10.000,00
10.001.09.272.0045.2002.3.3.90.35.00.00.00 – Serviços de Consultoria	30.000,00
10.001.09.272.0045.2002.3.3.90.36.00.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	2.000,00
10.001.09.272.0045.2002.3.3.90.39.00.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	43.0000,00
Total Reduzido	93.000,00

ARTIGO 3° - Este decreto entrará em vigor na presente data, revogadas as disposições em contrário.

Nova Monte Verde, 11 de Março de 2019.

BEATRIZ DE FÁTIMA SUECK LEMES

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA

LICITAÇÃO
AVISO DE REABERTURA E RETIFICAÇÃO DO EDITAL - PREGÃO PRESENCIAL SRP N.º 008/2019/PMNO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 028/2019/PMNO

A Pregoeira oficial torna publico a retificação do edital do pregão presencial SRP, do tipo menor preço por item, com finalidade de selecionar as empresas para o REGISTRO DE PRECOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇAO DE COMPUTADORES DESTINADOS A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE NOVA OLÍMPIA – MT. **As alterações encontra-se em destaque no edital retificado de licitação disponível na integra no site da prefeitura municipal de Nova Olímpia/MT**. A abertura do certame será realizada no **dia 22 de março as 14h00min** As duvidas sobre o certame serão dirimidas no departamento de licitações de segunda a sexta-feira no prédio da prefeitura municipal de nova Olímpia localizado na Rua Wilson de Almeida nº.259-s, Bairro ouro verde , CEP: 78.370-000, cidade de Nova Olímpia/MT – Fones: 3332-1130 horário de 07:00 às 11:00 e das 13:00 às 17:00 horas, ou contatar pelo telefone (65) 3332-1130.

Nova Olímpia/MT, 11 de março de 2019

Eliete Silva

Pregoeira Oficial

Port. 058/2019

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº012/2019/PMNO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 039/2019/PMNO

O município de Nova Olímpia - Mato Grosso, através da Pregoeira devidamente instituída, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar a Licitação na Modalidade PREGÃO SRP Nº. 012/2019/PMNO, para seleção da melhor proposta pelo MENOR PREÇO POR ITEM, tendo como objeto REGISTRO DE PRECOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇAO DE VEICULOS NOVOS DESTINADOS A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE NOVA OLÍMPIA – MT. A abertura do certame está prevista para as 08h00min do dia **22 de março de 2019**. As especificações detalhadas encontram-se em anexo acompanhado do edital. O edital completo poderá ser obtido pelos interessados através do site www.novaolimpia.mt.gov.br. As duvidas sobre o certame será dirimidas no departamento de licitações de segunda a sexta-feira no prédio da prefeitura municipal de nova Olímpia localizado na Rua Wilson de Almeida, nº 259 s Bairro Jardim Ouro Verde, Cidade de Nova Olímpia/ MT, no horário de 08h00min as 11h00min e das 14:00 as 17:00 hrs, ou contatar pelo telefone (65) 3332-1130.

Nova Olímpia/MT, 11 de março de 2019.

Eliete Silva

Pregoeira Oficial

Port. 058/2019

CÂMARA MUNICIPAL
RESOLUÇÃO Nº 004/2019

RESOLUÇÃO Nº 004/2019

Institui no âmbito da Câmara Municipal de Nova Olímpia-MT, Comissão Especial, destinada proceder a revisão do Regimento Interno da Câmara Municipal de Nova Olímpia-MT e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA OLIMPIA, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe são inerentes, faz saber que o Soberano Plenário da Câmara Municipal de Nova Olímpia aprova e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica instituída Comissão Especial destinada a promover a revisão do Regimento Interno, conforme o que preceitua o Art. 37, parágrafo único, I, do Regimento Interno, da Câmara Municipal de Nova Olímpia-MT.

Art. 2º São atribuições da comissão:

I – Estudar o Regimento Interno atual, a fim de introduzir nestas normativas as inovações legais surgidas desde a sua última alteração;

II – promover diligências com a finalidade de pesquisa e consulta a outros instrumentos na busca de informações inovadoras para introdução nas duas peças normativas;

III – Realizar os estudos viabilizando a participação popular e das entidades do município, através do uso de institutos como audiências públicas, teleconferências, e outros;

IV – Recepcionar o pedido de alterações dos vereadores, da população e das entidades;

Art. 3º A comissão será formada pelos cargos Presidente Vereadora Maria Aparecida Cassatte de Carvalho, Relator Vereador Márcio Carvalho da Matta, Secretária Vereadora Rita Maria da Cruz, Membro Vereador Francisco José Bernardo, tendo como suplentes os vereadores Uanderson Narciso Martins de França, Eduardo Oliveira de Almeida, Severino José de Lima, e, Ronaldo Cesar Domingos de Alencar; que substituirão os titulares quando de suas ausências justificadas, em atendimento a convocação do Presidente da Comissão Especial.

§ 1º Qualquer vereador poderá participar dos trabalhos, das reuniões e das atividades da comissão especial de que trata esta resolução.

§ 2º A Comissão Especial poderá criar por ato administrativo de sua autonomia uma comissão técnica de apoio formada por 06 (seis) integrantes escolhidos, sendo 03 (três) para atividades intelectuais e 03 (três) para atividades operacionais, entre servidores capacitados da Câmara ou de entidades externas, sem remuneração, para lhe auxiliar nos estudos, com pesquisas, diligências, consultas, digitalização, envio e recebimento de informações, remessa de documentos e outras atividades, formando esta comissão através de ato administrativo autônomo da mesma.

Art. 4º O prazo desta comissão especial para conclusão dos trabalhos e apresentação do relatório conclusivo é de 180 (cento e oitenta dias), quando a mesma se extingue automaticamente.

Art. 5º As despesas decorrentes do funcionamento da comissão de que trata esta resolução correrão à conta de recursos do orçamento próprio da Câmara.

Art. 6° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência, 11 de março de 2019.

EDSON NOEL DA SILVA

Presidente

REGISTRADO NA SECRETARIA GERAL DA CÂMARA MUNICIPAL E PUBLICADO POR AFIXAÇÃO EM LUGAR DE COSTUME, NA DATA SUPRA.

VALDINO CARLOS RODRIGUES

Secretário-Geral

DEPARTAMENTO DE PESSOAL
PORTARIA MUNICIPAL N.º 074 DE 11 DE MARÇO DE 2019.

"QUE DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL"

JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE, PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA, ESTADO DE MATO GROSSO, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHE SÃO INERENTES POR LEI, EXPEDE A SEGUINTE PORTARIA;

R E S O L V E N D O:

Art. 1º - Fica nomeado para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE INDÚSTRIA, COMERCIO E SERVIÇOS** de acordo com a Lei Municipal n.º 013 de 27/03/2008, o Senhor **JOÃO SARTORI,** brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG: 883079 SSP-PR e do CPF: 275.558.959-00 residente e domiciliado em Nova Olímpia-MT.

Art. 2º - As Atribuições do cargo estão prescritas em Lei e restritas a ela, cabendo ao servidor ora nomeado, todas as atividades e responsabilidades inerentes ao exercício da função.

Art. 3º - A remuneração do servidor ora nomeado será de Nível de Secretário Municipal, em consonância com a Lei Municipal n.º 965 de 27/11/2012.

Art. 4º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Olímpia-MT 11 de Março de 2019.

JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2019/PMNO

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2019/PMNO

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE NOVA OLÍMPIA- MT inscrita no CNPJ. Sob n.º 03.238.920/0001-30, com sede na Rua Wilson de Almeida, N.º 259-S, Ouro verde, nesta cidade, nesta cidade, neste ato representada por seu Prefeito Municipal o Senhor José Elpídio De Moraes Cavalcante, brasileiro, casado, portador do Documento de Identidade RG sob N.º 250859 SSP/AL e do CPF 099.414.364-87, residente e domiciliado a Rua Vinte e Oito, Nº 295, Bairro Jardim das Oliveiras, Cep: 78.370-000, na cidade de Nova Olímpia-MT.

CONTRATADA: ENERGISA MATO GROSSO-DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A inscrita sob o CNPJ: 03.467.321/0001-99 situada na Rua Manuel dos Santos Coimbra, 184, no Município de Cuiabá-MT, neste ato representada pelo Senhor: CINDY GOMES DA SILVA, portadora do CPF: 895.247.561.53, Rua vereador João Barbosa Caramuru, nº 184, bairro bandeirantes Cuiabá- MT Cep: 78010-900.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA PARA O MUNICÍPIO DE NOVA OLÍMPIA-MT.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, inciso XXII da lei 8666/93.

VALOR GLOBAL: R$ 1.175.500,00 (um milhão cento e setenta e cinco mil e quinhentos reais)

DOTAÇÃO ORCAMENTARIA:

02.020.0.1.04.122.0002.2008.3.3.90.30.00.00.	0100000000
03.030.0.1.04.122.0003.2023.3.3.90.30.00.00	0100000000
04.040.0.1.04.123.0006.2032.3.3.90.30.00.00	0100000000
05.050.0.3.12.365.0012.2074.3.3.90.30.00.00	0101000000
05.050.0.4.12.365.0012.2076.3.3.90.30.00.00	0119000000
05.050.0.4.12.361.0013.2080.3.3.90.30.00.00	0119000000
05.050.0.2.12.361.0013.2057.3.3.90.30.00.00	0115052000
05.050.0.2.12.361.0013.2057.3.3.90.30.00.00	0104049000
05.050.0.2.12.361.0013.2057.3.3.90.30.00.00	0100000000
05.050.0.5.12.367.0014.2092.3.3.90.30.00.00	0100000000
05.050.0.1.12.364.0015.2047.3.3.90.30.00.00	0100000000
05.050.0.5.12.367.0014.2092.3.3.90.30.00.00	0115052000
05.050.0.4.12.361.0013.2080.3.3.90.30.00.00	0119000000
05.050.0.2.12.361.0013.2057.3.3.90.30.00.00	0115052000
05.050.0.1.12.122.0011.2043.3.3.90.30.00.00	0101000000
06.060.0.2.10.304.0021.2170.3.3.90.30.00.00	0102000000
06.060.0.2.10.304.0021.2170.3.3.90.30.00.00	0114015000
07.070.0.2.08.242.0026.2214.3.3.90.30.00.00	0129017000

06.060.0.2.10.302.0020.2154.3.3.90.30.00.00	0102000000
06.060.0.2.10.302.0018.2127.3.3.90.30.00.00	0102000000
06.060.0.2.10.301.0019.2130.3.3.90.30.00.00	0102000000
06.060.0.2.10.122.0018.2125.3.3.90.30.00.00	0102000000
06.060.0.2.10.301.0019.2142.3.3.90.30.00.00	0102000000
06.060.0.2.10.302.0020.2163.3.3.90.30.00.00	0114020000
06.060.0.2.10.304.0021.2170.3.3.90.30.00.00	0102000000
07.070.0.2.08.244.0025.2196.3.3.90.30.00.00	0100000000
07.070.0.3.08.243.0024.2192.3.3.90.30.00.00	0100000000
07.070.0.1.08.122.0024.2186.3.3.90.30.00.00	0100000000
07.070.0.2.08.244.0024.2191.3.3.90.30.00.00	0129056000
07.070.0.2.08.122.0024.2188.3.3.90.30.00.00	0100000000
07.070.0.2.08.244.0025.2198.3.3.90.30.00.00	0129000000
07.070.0.2.08.244.0026.2209.3.3.90.30.00.00	0100000000
08.080.0.2.15.452.0036.2236.3.3.90.30.00.00	0100000000
08.080.0.1.04.122.0005.2226.3.3.90.30.00.00	0100000000
08.080.0.2.15.451.0036.2228.3.3.90.30.00.00	0100000000
08.080.0.3.26.782.0037.2240.3.3.90.30.00.00	0100000000
08.080.0.2.17.512.0036.2232.3.3.90.30.00.00	0100000000
08.080.0.2.15.452.0036.2231.3.3.90.30.00.00	0100000000
08.080.0.2.15.452.0036.2233.3.3.90.30.00.00	0100000000
09.090.0.1.20.691.0032.2254.3.3.90.30.00.00	0100000000
09.090.0.1.20.606.0032.2246.3.3.90.30.00.00.	0100000000
12.120.0.3.18.122.0038.2291.3.3.90.30.00.00.	0100000000
12.120.0.2.17.512.0010.2289.3.3.90.30.00.00	0100000000

.

Nova Olímpia-MT,11 de março de 2019.

JOSÉ ELPÍDIO DE MORAES CAVALCANTE

PREFEITO MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL
RESOLUÇÃO Nº 005/2019

RESOLUÇÃO Nº 005/2019

Altera o art. 141, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Nova Olímpia-MT e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA OLIMPIA, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe são inerentes, faz saber que o Soberano Plenário da Câmara Municipal de Nova Olímpia aprova e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica alterado o art. 141, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Nova Olímpia-MT, que passa a ter a seguinte redação.

"Art. 141. As sessões ordinárias passam a ser realizadas nas três primeiras segundas-feiras de cada mês, com início às 19:00 (dezenove) horas, sendo transferida para o primeiro dia útil imediato, quando recair num feriado e se compõe de duas partes: O Expediente e a Ordem do Dia."

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência, 11 de março de 2019.

EDSON NOEL DA SILVA

Presidente

REGISTRADO NA SECRETARIA GERAL DA CÂMARA MUNICIPAL E PUBLICADO POR AFIXAÇÃO EM LUGAR DE COSTUME, NA DATA SUPRA.

VALDINO CARLOS RODRIGUES

Secretário-Geral

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE DISPENSA 009/2019

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 009/2019

OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA E ASSESSORIA EM SAÚDE PARA O MUNICÍPIO DE NOVA SANTA HELENA/MT.**

VALOR GLOBAL: R$ 10.450,00 (Dez mil quatrocentos e cinquenta reais).

FUNDAMENTO LEGAL: artigo 24, incisos II, da Lei Federal nº 8.666/93, atualizado pelo artigo 2º, da Lei Municipal nº 805/2017.

EMPRESA CONTRATADA: **INOVE ASSESSORIA E CONSULTORIA HOSPITALAR - EIRELI,** devidamente inscrita no **CNPJ: 26.401.039/0001-04.**

HOMOLOGO e ADJUDICO.

Nova Santa Helena – MT, 11 de Março de 2019.

TEREZINHA GUEDES CARRARA

PREFEITA MUNICIPAL

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 004/2019

A EXMA. DIRETORA EXECUTIVA DO FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE NOVA SANTA HELENA, ESTADO DE MATO GROSSO, SRA. BRUNA MARIA PROCÓPIO MARTINS PARRON, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS:

RESOLVE:

Artigo 1º - Nomear ADILSON RODRIGUES DA SILVA, para compor o Conselho CURADOR do Santa Helena-Previ, em substituição a Senhora Edinalva Nunes Tenório, ficando o conselho composto pelos membros abaixo:

ADILSON RODRIGUES DA SILVA;

TALITA MARIA PEREIRA MARCONDES;

VAGNER BARBOSA ARAÚJO;

WILLIANS ANDRÉ FOGO;

MARIA HELENA SPOHR LOEWENSTEIN;

MARCI ANGELA CAVALCANTE MORAES;

CLEYTON JOSÉ ZANATTA;

ROBERTO RODRIGUES DA SILVA;

CRISTIANE BOTELHO DE SOUZA;

MARIA DE FÁTIMA BATISTA LIMA FOGAÇA.

Artigo 2º - As nomeações que trata o artigo anterior não serão remuneradas, conforme parágrafo 3º do artigo 71 da Lei nº 491/2012.

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Diretora Executiva do Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, em 07 de Março de 2019.

Bruna Maria Procópio Martins Parron

Diretora

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE.

Publicado e afixado no mural desta Prefeitura Municipal no período de 07/03/2019 à 07/04/2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
AVISO PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2.019.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2.019.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA – MT, torna público que fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL para Registro de preços futura e eventual aquisição de cimento para utilização em reformas, reparos e melhorias de prédios públicos municipais bem como em melhorias nas vias públicas do município, às 9h00min (horário de Brasília) do dia 25 de março de 2.019, no Palácio dos Pioneiros – Sala de Licitações, sito Avenida Expedição Roncador Xingu, 249 – Centro – St. Xavantina. Os interessados em obter informações e cópia do Edital, poderão fazê-lo junto ao setor de Licitações, através do telefone 66-3438-3362, no endereço supracitado, através do e-mail: compraspmnx@gmail.com. Ou pelo site www.novaxavantinamt.com.br, link licitações.

Nova Xavantina – MT, 11 de março de 2.019.

Walmir Arruda Costa Pregoeiro Oficial

GABARITO PRELIMINAR - PPS 05/2018

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 05/2018

GABARITO PRELIMINAR

Cargo: Assistente Administrativo		Cargo: Técnico de Inspeção		Cargo: Auxiliar de Inspeção	
Questão	Alternativa	Questão	Alternativa	Questão	Alternativa
1	C	1	C	1	B
2	B	2	B	2	C
3	D	3	D	3	B
4	ANULADA	4	ANULADA	4	B
5	C	5	C	5	D
6	C	6	C	6	C
7	A	7	A	7	A
8	D	8	D	8	D
9	B	9	B	9	B
10	C	10	C	10	C
11	B	11	B	11	B
12	C	12	C	12	C
13	C	13	C	13	C
14	D	14	D	14	D
15	B	15	B	15	B
16	D	16	D	16	D
17	A	17	A	17	A
18	ANULADA	18	ANULADA	18	ANULADA
19	A	19	A	19	A
20	A	20	A	20	A
21	D	21	D	21	D
22	D	22	D	22	D
23	D	23	D	23	D
24	A	24	A	24	A
25	A	25	A	25	A

- Prazo para Recurso contra o Gabarito Preliminar: **12 e 13 de março de 2019**, o recurso deverá ser protocolado na recepção da Prefeitura Municipal, sito à Avenida Expedição Roncador Xingu, n.º. 249, Bairro Centro, Nova Xavantina - MT,no horário de 13:00 as 17:00 (horário local).

Nova Xavantina – MT, 11 de março de 2019.

Daniella Sehnem

Presidente da Comissão Interna

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA
EXTRATO DE TERMO DE COLABORAÇÃO 001/2019

EXTRATO DE TERMO DE COLABORAÇÃO 001/2019

DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001 /2019

Processo Administrativo 012/2019

Partícipes: MUNICÍPIO DE NOVA XAVANTINA, Estado de Mato Grosso, com sede administrativa na Av. Expedição Roncador Xingú, 249 – Centro – Nova Xavantina - MT, inscrita no CNPJ sob o nº 15.024.045/0001-73, e a **APAE DE NOVA XAVANTINA/MT**, inscrita no CNPJ sob o nº 86.865. 110/0001-31, com sede na rua João Pessoa, 85, Jardim das Oliveiras, Nova Xavantina/MT, Registrada na Federação Nacional das APAES sob o nº 1101, declarada de Utilidade Pública Municipal, Estadual e Federal, Registrada no CNAS ou nº do protocolo de entrada de pedido e data nº 44.006. 002.168/96-81, fundada em 25 de Março de 1995 conforme resolução nº 075/95 – CEE/MT.

Representantes legais: Município de Nova Xavantina/MT - João Batista Vaz da Silva - Prefeito Municipal e APAE/NX o senhor Gilvany Caetano de Brito - Presidente.

Objeto/Metas: A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (**APAE**) é uma sociedade civil, filantrópica, de caráter cultural, assistencial e educacional. O **objetivo** maior desta entidade e parceria é melhorar as condições de vida do portador de deficiência, e, principalmente, assegurar-lhe o desenvolvimento e os direitos de cidadão

Critério de Escolha: Está de acordo com o artigo 30, inciso VI da Lei nº 13.019/2014 e suas alterações, bem como o Decreto Municipal 3.406/ 2019.No caso, em tela faz-se necessário ponderar e citar o art. 34, § 5º do Decreto Municipal 3.406/2019.

Período: Março a Dezembro/2019.

Valor Global; **R$ 63.000,00 (sessenta e três mil reais) divido em 6 (seis) parcelas mensais**.

Recursos Orçamentários: SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIAL SOCIAL **-** Dotação orçamentária: 09.001.08.242.0127.2053.3350.4303.00.00-0444**-** Fonte: 0.1.00.000000

Comissão de Monitoramento e Avaliação (art. 2º inciso XI, 35 inciso V alínea h e 59 da Lei 13109/2014); Portaria 308/2019 de 11 de Fevereiro de 2019.

Gestor (art. 2º inciso VI, da Lei 13109/2014 e art. 35 inciso V alínea g); Portaria 309/2019 de 11 de Fevereiro de 2019.

Data de Assinatura: 11 de Março de 2019.

PUBLIQUE-SE.

JOÃO BATISTA VAZ DA SILVA

Prefeito Municipal de Nova Xavantina/MT

DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 001/2.019

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA – MT, através do seu Prefeito Municipal Sr. JOÃO BATISTA VAZ DA SILVA, comunica a todos os interessados que após todos os procedimentos necessários e prazos estabelecidos na Lei 13109/2014 e Decreto Municipal 3.406/2019 em consonância com o Parecer Jurídico 017/2019 exarado pela Assessoria Jurídica do Município, **homologa e adjudica o Processo de Dispensa de Chamamento Público n.º 001/2.018,** objetivando a Celebração de parceria com a APAE DE NOVA XAVANTINA/MT, inscrita no CNPJ sob o nº 86.865.110/0001-31, com sede na rua João Pessoa, 85, Jardim das Oliveiras, Nova Xavantina/MT, Registrada na Federação Nacional das APAES sob o nº 1101, declarada de Utilidade Pública Municipal, Estadual e Federal, Registrada no CNAS ou nº do protocolo de entrada de pedido e data nº 44.006.002.168/96-81, fundada em 25 de Março de 1995 conforme resolução nº 075/95 – CEE/MT, por meio da formalização de termo de colaboração, para a consecução de finalidade de interesse público e recíproco que envolve a transferência de recursos financeiros à referida organização da sociedade civil (OSC), conforme condições estabelecidas no Termo de Colaboração.

Nova Xavantina – MT, 11 de Março de 2019

JOÃO BATISTA VAZ DA SILVA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO NORTE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE TROCA

Eu, AURIANE ALMEIDA DE SÁ, estado civil AMASIADA, portador da cédula de identidade RG: 2439746-6 SSP/MT e inscrito (a) no CPF: sob nº 061.106.351-46, residente e domiciliado no endereço: TABAJARA III, nesta cidade de Novo Horizonte do Norte. Sou proprietário de um (01) terreno de doação do município, compreendendo o n° 1 da Quadra 2, medindo 12,50 x 20 mts com área total de 250 m², no lugar denominado **Loteamento Boa Esperança 2**, localizado neste Município de Novo Horizonte do Norte, e por não ter condições de edificar neste terreno, estou trocando-o sem nenhum onus com a Sra. ANDRESSA DA SILVA, estado civil AMASIADA, portadora da cédula de identidade RG: 2635024-6 SJSP/MT e inscrito(a) no CPF sob nº 060.200.881-62, residente e domiciliado no endereço: AVENIDA MESTRE FALCÃO, nesta cidade de Novo Horizonte do Norte proprietário do terreno de doação do município, compreendendo o n° 1 da Quadra 2A, medindo 12,50 x 20 mts com área total de 250 m², no lugar denominado **Loteamento Boa Esperança 2,** localizado neste Município de Novo Horizonte do Norte. Que esta de comum acordo.

Auriane Almeida de Sá

Andressa da Silva

Testemunhas:

Polianna Alves dos santos

CPF: 019.500.461-25

Mª Dolores Marinotti Moreira

CPF: 834.561.631-34

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 82/2019. DE 11 DE MARÇO DE 2019.

"Dispõe Sobre Nomeação de Servidor em Cargo de Comissão, e dá Outras Providências".

O EXMO. SENHOR PREFEITO MUNICIPAL de Novo Mundo, Estado De Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere o cargo,

R E S O L V E:

Art. 1º **NOMEAR** a Senhora **CAMILA MARQUES NUNES PEDRIEL HURTADO**, portadora da Cédula de Identidade RG nº 0635614-1 SSP/MT e CPF nº 569.976.391.00, para o cargo de **COORDENADORA DE FISCALIZAÇÃO**, de provimento em comissão, símbolo DAS III, lotado na Secretaria de Finanças, criado pelo Art. 29, Inciso IX, da Lei Complementar nº 059/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, aos 11 de março de 2019.

_____

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal

CONVENIOS E CONTRATOS
EXTRATO CONTRATO 009/2019

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 009/2019

Contratante	**Prefeitura Municipal de Novo Mundo MT**
Contratada	**JLB CONSTRUTORA EIRELI, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, com sede na Rua Topazio, s/nº, Setor III, neste município de Novo Mundo/MT, CEP 78.528-000, inscrita no CNPJ n.° 28.315.427/0001-06, neste ato representada pelo senhor JOSE LUIZ BRANDÃO, brasileiro, empresário, portador do RG n.° 20454348 SESO/SP e CPF n.° 113.596.738-57**
Objeto	*1.1.1* ***Contratação de empresa para EXECUÇÃO DE OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE CALÇADAS EM DIVERSAS RUAS DO MUNICIPIO DE NOVO MUNDO/MT, com fornecimento de material e mão de obra, conforme projeto e planilhas anexas.***
Valor	O valor global para a execução do contrato é de **R$ 68.596,06 (Sessenta e Oito Mil Quinhentos e Noventa e Seis e Seis Centavos),** valor este correspondente a R$ 32.133,60 referente ao saldo remanescente do convênio nº 674/2016/SECID e R$ 36.462,46 referente ao saldo remanescente do convênio nº673/2016/SECID, a ser pago da seguinte forma, mediante planilha de execução devidamente atestada pelo fiscal da obra a ser nomeado via Ato do Prefeito Municipal, e apresentação da nota fiscal devidamente atestada pelo Secretário(a) Municipal competente
Prazo de Vigência do Contrato	O prazo de execução do presente serviço contratado será de 30(trinta) dias a contar da emissão da ordem de serviço e prazo de vigência será de 120(cento e vinte) dias a contar a data de assinatura deste instrumento contratual.
Dotação Orçamentaria	**265 – 09.003.15.451.0009.1056.4490.51.00.00**
Origem	processo licitatório nº 045/2018, modalidade Tomada de Preço nº 003/2018

Novo Mundo/MT, 01 de Fevereiro 2019.

Antonio Mafini

Prefeito Municipal

LICITIÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 006/2019 PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 004/2019 ATO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

Tendo em vista o que consta dos autos do Processo de Licitação realizado na modalidade de Pregão Presencial nº 004/2019, e resultados apresentados pela Comissão Permanente de Licitação, **homologo** o presente certame para todos os efeitos previstos em lei. O objeto do Processo Licitatório é: **REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA LOCAÇÃO DE MÁQUINAS PESADAS E CAMINHÕES COM OPERADOR E CONDUTOR RESPECTIVAMENTE, para atendimento as Secretarias Municipais de Transporte e Obras e Secretaria de Agropecuária, Comércio e Indústria de Novo Mundo-MT.**

Novo Mundo – MT, em 11 de março de 2019.

Antônio Mafini

Prefeito Municipal

CONVENIOS E CONTRATOS
EXTRATO CONTRATO 011/2019

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 011/2019

Contratante	**Prefeitura Municipal de Novo Mundo MT**
Contratada	**FLAVIO ARCE, *CNPJ nº. 31.749.695/0001-32,* com sede na *Rua Turmalina, s/nº, Setor II, CEP 78.528-000, Novo Mundo/MT*, neste ato representado pelo seu proprietário Flavio Arce, portador da CI/RG nº. 27074838 e CPF/MF nº. 040.954.701-86, residente e domiciliado nesta cidade de Novo Mundo/MT**
Objeto	***CONSTRUÇÃO E REFORMA DO MURO E ENTRADA DO CEMITÉRIO MUNICIPAL DE NOVO MUNDO MT, com fornecimento de mão-de-obra, equipamentos e materiais necessários à completa e perfeita implantação de todos os elementos definidos nas Planilhas Orçamentárias e Projetos, anexos ao Edital de Tomada de Preços 001/2019***
Valor	O preço global deste CONTRATO é de **R$ 37.924,22 (Trinta e Sete Mil Novecentos e Vinte e Quatro Reais e Vinte e Dois Centavos)**
Prazo de Execução da Obra	O prazo para a execução e entrega do objeto deste CONTRATO é de **90 (Noventa) dias corridos**, a partir do recebimento da Ordem de Serviço expedida pela PREFEITURA.
Prazo de Vigência do Contrato	O prazo para a vigência do contrato será até **22 de Maio de 2019, podendo ser prorrogado se necessário, nas condições expressas em contrato.**
Dotação Orçamentaria	**07.002.08.244.0011.1037.4490.51.00.00**
Origem	**Processo Licitatório n.º 003/CPL/2019na Modalidade Tomada de Preços n.º 001/2019**

Novo Mundo/MT, 22 de Fevereiro 2019.

Antonio Mafini

Prefeito Municipal

CONVENIOS E CONTRATOS
EXTRATO CONTRATO 010/2019

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 010/2019

Contratante	**Prefeitura Municipal de Novo Mundo MT**
Contratada	**RDS ARQUITETURA E ENGENHARIA LTDA, CNPJ/MF sob o nº 17.921.950/0001-51, Inscrição Estadual sob nº 51201359733, localizada na Av. Jatoba, centro, Guarantã do Norte, estado de Mato Grosso, Representada neste ato por sua sócia proprietária Sra. FABIANA DE DAVID, brasileira, casada, Arquiteta, portadora do CPF n° 720.688.411-34, devidamente registrada no CAU sob o nº A44114-7, residente e domiciliada na Av. Guarantã, s/nº, Cotrel, em Guarantã do Norte/MT**
Objeto	***O objeto da presente licitação é a contratação de empresa para prestar serviços especializados de engenharia e arquitetura, abrangendo: Elaboração de Projeto de construção civil e arquitetura, Fiscalização e acompanhamento de obras novas e em andamento, prestação de informações no sistema GEOBRAS do TCE/MT, e emissão de documentos diversos e obrigatórios para obras particulares no município como alvará de construção e demais serviços***
Valor	O valor global para a execução do contrato é de R$ 119.900,00 (Cento e Dezenove Mil e Novecentos Reais) divididos em 11 (onze) parcelas mensais e iguais no valor de R$ 10.900,00 (Dez Mil E Novecentos Reais) cada.
Prazo de Vigência do Contrato	O prazo de execução dos Serviços e Vigência do presente contrato é de 01/02/2019 a 31/12/2019, podendo ser rescindido a qualquer momento com a homologação do certame para contratação de profissional a ser realizado
Dotação Orçamentaria	**52 – 03.001.04122.002.2015.339036.00.00 Órgão: Secretaria de Administração**
Origem	**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/2019, CONVITE Nº 001/2019**

Novo Mundo/MT, 01 de Fevereiro 2019.

Antonio Mafini

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 81/2019. DE 11 DE MARÇO DE 2019.

"Dispõe sobre Nomeação de servidor em cargo de comissão, e dá outras providências."

O **EXMO. SENHOR PREFEITO MUNICIPAL** de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere o cargo,

R E S O L V E:

Art. 1º - NOMEAR o Senhor **NABSON NATAN LOURENÇO PIRES**, portador da Cédula de Identidade RG nº. 2413100041 MTE/GO e devidamente inscrito no CPF sob nº. 024.738.721-55, para o cargo de **SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO**, de provimento em comissão, lotado na Secretaria de Administração e criado através da Lei Complementar n.º 023/2011.

Artigo. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, em 11 de março de 2019.

_____

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTÔNIO

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2019

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2019

PROCESSO Nº 012/2019

TIPO: Menor Preço por item

A Prefeitura Municipal de Novo Santo Antonio – MT torna público para conhecimento dos interessados que o Pregão Presencial 004/2019, cuja abertura ocorreu às 14h00min do dia **07 de março de 2019**, na sede da Prefeitura Municipal, situada à Avenida 29 de setembro, n°.244, Centro, Novo Santo Antônio, Cujo objeto é o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE COMBUSTIVEIS PARA USO DA FROTA DE VEÍCULOS E MÁQUINAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTÔNIO-MT.**

Sagrando vencedora empresa abaixo descrita:

EMPRESA	CNPJ	QUANT ITENS	VALOR TOTAL

AUTO POSTO ANDRADES LTDA-ME	03.857.011/ 0001-80	4	R$ 1.148. 170,00

VALOR TOTAL R$ 1.148.180,00 (UM MILHÃO CENTO E QUARENTA E OITO MIL E CENTO E SETENTA REAIS).

A Ata Integral de Registro de Preços da empresa acima citada, se encontra à disposição dos interessados nos autos do referido processo licitatório na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Novo Santo Antônio-MT, sito a Rua 29 de Setembro nº 244, Centro Novo Santo Antônio-MT.

NOVO SANTO ANTONIO-MT, **11 de Março de 2019**,

EVA RODRIGUES BRITO

Pregoeira Oficial

LEI MUNICIPAL Nº 409/2019 DE 11 DE MARÇO DE 2019

AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL PROCEDER AO DESMEMBRAMENTO DA MATRICULA 16.534, DO C.R.I. DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA NO PERÍMETRO URBANO DA SEDE DO MUNICÍPIO DE NOVO SANTO ANTONIO, ESTADO DO MATO GROSSO E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

ADÃO SOARES NOGUEIRA, Prefeito Municipal de Novo Santo Antônio, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º- Fica autorizado o executivo municipal proceder ao desmembramento da matricula 16.534, do C.R.I. de são Félix do Araguaia consolidada no perímetro urbano da sede do município de Novo Santo Antônio.

Parágrafo 1º - O desmembramento da CHÁCARA 78, área de 9,400 hectares, Composto por 10 Lotes assim distribuídos:

Imóvel	Área
Chácara 78-A DESMEMBRADA	0,04266 Hectares
Chácara 78-B DESMEMBRADA	0,04266 Hectares
Chácara 78-C DESMEMBRADA	0,04266 Hectares
Chácara 78-D DESMEMBRADA	0,08532 Hectares
Chácara 78-E DESMEMBRADA	0,08532 Hectares
Chácara 78-F DESMEMBRADA	0,08532 Hectares
Chácara 78-G DESMEMBRADA	0,08532 Hectares
Chácara 78-H DESMEMBRADA	0,08532 Hectares
Chácara 78-I DESMEMBRADA	0,08532 Hectares
Chácara 78- REMANESCENTE	8,7601 Hectares

Art. 2º - Fica efetivamente desmembrada a área discriminada neste artigo, conforme mapas, memoriais descritivos.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação por afixação nos locais de costume.

Art. 3º - revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Santo Antônio – MT, 11 de Março de 2019.

ADÃO SOARES NOGUEIRA - Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL Nº 410/2019 DE 11 DE MARÇO DE 2019

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO PARA ATENDIMENTO A RECURSOS DE CONVÊNIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADÃO SOARES NOGUEIRA, Prefeito Municipal de Novo Santo Antônio, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º- Fica o Poder Executivo Municipal Autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar no valor de **R$ 4.421.500,02 (quatro milhões quatrocentos e vinte e um mil quinhentos reais e dois centavos)** provenientes de excesso de arrecadação.

Art. 2º - O crédito adicional referido no artigo 1º será desdobrado ao nível de elemento de despesa segundo a modalidade de aplicação conforme especificado abaixo:

ÓRGÃO 09 – SECRETARIA DE OBRAS

UNIDADE 01 – GABINETE DO SECRETÁRIO

PROGRAMA: 26 - TRANSPORTE

FUNÇÃO: 782 - TRANSPORTE

SUB-FUNÇÃO: 377 – ESTRADAS VICINAIS

PROJEETO/ATIVIDADE 1.077 – CONSTRUÇÃO E REFORMA DE PONTES, BUEIROS E PONTILHÕES

ELEMENTO DE DESPESA 4.4.9.0.51.00.00 – OBRAS E INSTALAÇÕES

Art. 2º - Para dar cobertura ao crédito aberto pelo artigo anterior, por excesso de arrecadação, serão utilizados recursos de convênio, em conformidade com o disposto no Art. 43, Parágrafo 1º Item II da lei Federal 4. 320/64 de 17 de março de 1.964.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação por afixação nos locais de costume.

Art. 3º - revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Santo Antônio – MT, 11 de Março de 2019.

ADÃO SOARES NOGUEIRA - Prefeito Municipal

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2019

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2019

PROCESSO Nº 011/2019

TIPO: Menor Preço por item

A Prefeitura Municipal de Novo Santo Antonio – MT torna público para conhecimento dos interessados que o Pregão Presencial 003/2019, cuja abertura ocorreu às 09h00min do dia **07 de Março de 2019**, na sede da Prefeitura Municipal, situada à Avenida 29 de setembro, n°.244, Centro, Novo Santo Antônio, Cujo objeto é o **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE UM CAMINHÃO COLETOR E COMPACTADOR DE LIXO, PARA REALIZAR A COLETA DE LIXO DOMICILIAR URBANO DO MUNICÍPIO DE NOVO SANTO ANTÔNIO-MT.**

Sagrando vencedora empresa abaixo descrita:

EMPRESA	CNPJ	QUANT /MESES	VALOR MENSAL
JOSE EUSTAQUIO DA SILVA 26376326153	29.197.497/ 0001-61	12	R$: 7. 475,00

VALOR TOTAL R$: 89.700,00 (OITENTA E NOVE MIL E SETECENTOS REAIS).

Os documentos **se encontra à disposição dos interessados nos autos do referido processo licitatório na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Novo Santo Antônio-MT, sito a Rua 29 de Setembro nº 244, Centro Novo Santo Antônio-MT.**

NOVO SANTO ANTONIO-MT, 11 DE MARÇO DE 2019.

EVA RODRIGUES BRITO

Pregoeira Oficial

LEI MUNICIPAL Nº 411/2019 DE 11 DE MARÇO DE 2019

DISPÕE SOBRE A ATUALIZAÇÃO DO PISO SALARIAL PROFISSIONAL E REAJUSTE DOS VENCIMENTOS DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA BÁSICA DO MUNICÍPIO DE NOVO SANTO ANTONIO, ESTADO DE MATO GROSSO E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

ADÃO SOARES NOGUEIRA, Prefeito Municipal de Novo Santo Antônio, Estado do Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são asseguradas pela legislação em vigor e de acordo com a Lei Orgânica do Município, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e Ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica atualizado o valor do piso salarial profissional do Magistério Público Municipal da Educação Básica do Município de Novo Santo Antônio – MT, para R$ 1.918,30 (mil oitocentos e dezoito reais e trinta centavos).

Art. 2º. O piso salarial será reajustado em 4,17% (quatro pontos dezessete por cento).

Art. 3º. Em decorrência da atualização do Piso salarial dos profissionais da Educação Básica, a Matriz de Vencimentos será corrigida nos termos do anexo único desta Lei.

Art. 4º. O pagamento dos valores correspondentes à atualização dos vencimentos dos profissionais da educação básica será realizado a partir da folha de pagamento do mês de Março de 2019.

Art. 5º. As despesas resultantes da atualização dos vencimentos dos profissionais da Educação Básica ocorrerão à conta dos recursos consignados no orçamento vigente do município para o exercício de 2019, que poderá ser alterado para atender os efeitos desta Lei.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 1º de Março de 2019.

Art. 7º. Revogam-se as disposições em contrário.

Novo Santo Antônio/MT, 11 de Março de 2019.

ADÃO SOARES NOGUEIRA - Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO - PISO SALARIAL – 2019

Resumo Cargos de Professor Ativos Efetivos

TABELA DOS PROFESSORES - 30 HORAS SEMANAIS						
Classe Nível	Coeficiente	A	B	C	D	E
		1	1,5	1,7	2,022	2,3
		Subsídio	Subsídio	Subsídio	Subsídio	Subsídio
1	1,00	R$ 1.918,30	R$ 2.877,45	R$ 3.261,11	R$ 3.878,80	R$ 4.412,09
2	1,04	R$ 1.995,03	R$ 2.992,55	R$ 3.391,55	R$ 4.033,95	R$ 4.588,57
3	1,09	R$ 2.090,95	R$ 3.136,42	R$ 3.554,61	R$ 4.227,89	R$ 4.809,18
4	1,14	R$ 2.186,86	R$ 3.280,29	R$ 3.717,67	R$ 4.421,83	R$ 5.029,78
5	1,19	R$ 2.282,78	R$ 3.424,17	R$ 3.880,72	R$ 4.615,78	R$ 5.250,39
6	1,25	R$ 2.397,88	R$ 3.596,81	R$ 4.076,39	R$ 4.848,50	R$ 5.515,11
7	1,32	R$ 2.532,16	R$ 3.798,23	R$ 4.304,67	R$ 5.120,02	R$ 5.823,96
8	1,41	R$ 2.704,80	R$ 4.057,20	R$ 4.598,17	R$ 5.469,11	R$ 6.221,05
9	1,50	R$ 2.877,45	R$ 4.316,18	R$ 4.891,67	R$ 5.818,20	R$ 6.618,14
10	1,53	R$ 2.935,00	R$ 4.402,50	R$ 4.989,50	R$ 5.934,57	R$ 6.750,50
11	1,56	R$ 2.992,55	R$ 4.488,82	R$ 5.087,33	R$ 6.050,93	R$ 6.882,86
12	1,59	R$ 3.050,10	R$ 4.575,15	R$ 5.185,16	R$ 6.167,30	R$ 7.015,22

Resumo Cargos de Técnico Administrativo Educacional Ativos Efetivos

TABELA TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL PROFISSIONALIZADO					
Classe Nível	Coeficiente	A	B	C	D
		1	1,5	1,7	2,0
		Subsídio	Subsídio	Subsídio	Subsídio
1	1,00	R$ 1.918,30	R$ 2.877,45	R$ 3.261,11	R$ 3.878,80
2	1,04	R$ 1.995,03	R$ 2.992,55	R$ 3.391,55	R$ 4.033,95
3	1,09	R$ 2.090,95	R$ 3.136,42	R$ 3.554,61	R$ 4.227,89
4	1,14	R$ 2.186,86	R$ 3.280,29	R$ 3.717,67	R$ 4.421,83
5	1,19	R$ 2.282,78	R$ 3.424,17	R$ 3.880,72	R$ 4.615,78
6	1,25	R$ 2.397,88	R$ 3.596,81	R$ 4.076,39	R$ 4.848,50
7	1,32	R$ 2.532,16	R$ 3.798,23	R$ 4.304,67	R$ 5.120,02
8	1,41	R$ 2.704,80	R$ 4.057,20	R$ 4.598,17	R$ 5.469,11
9	1,50	R$ 2.877,45	R$ 4.316,18	R$ 4.891,67	R$ 5.818,20
10	1,53	R$ 2.935,00	R$ 4.402,50	R$ 4.989,50	R$ 5.934,57
11	1,56	R$ 2.992,55	R$ 4.488,82	R$ 5.087,33	R$ 6.050,93
12	1,59	R$ 3.050,10	R$ 4.575,15	R$ 5.185,16	R$ 6.167,30

TABELA TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL NÃO PROFISSIONALIZADO					
Classe Nível	Coeficiente	A	B	C	D
		1	1,5	1,7	2,0
		Subsídio	Subsídio	Subsídio	Subsídio
1	1,00	R$ 1.534,64	R$ 2.301,96	R$ 2.608,89	R$ 3.103,04
2	1,04	R$ 1.596,03	R$ 2.394,04	R$ 2.713,24	R$ 3.227,16

3	1,09	R$ 1.672,76	R$ 2.509,14	R$ 2.843,69	R$ 3.382,32
4	1,14	R$ 1.749,49	R$ 2.624,23	R$ 2.974,13	R$ 3.537,47
5	1,19	R$ 1.826,22	R$ 2.739,33	R$ 3.104,58	R$ 3.692,62
6	1,25	R$ 1.918,30	R$ 2.877,45	R$ 3.261,11	R$ 3.878,80
7	1,32	R$ 2.025,72	R$ 3.038,59	R$ 3.443,73	R$ 4.096,02
8	1,41	R$ 2.163,84	R$ 3.245,76	R$ 3.678,53	R$ 4.375,29
9	1,50	R$ 2.301,96	R$ 3.452,94	R$ 3.913,33	R$ 4.654,56
10	1,53	R$ 2.348,00	R$ 3.522,00	R$ 3.991,60	R$ 4.747,65
11	1,56	R$ 2.394,04	R$ 3.591,06	R$ 4.069,87	R$ 4.840,75
12	1,59	R$ 2.440,08	R$ 3.660,12	R$ 4.148,13	R$ 4.933,84

Resumo Cargos de Apoio Administrativo Ativos Efetivos

APOIO ADMINISTRATIVO PROFISSIONALIZADO			
Classe Nível	Coeficiente	A	B
		1	1,25
		Subsídio	Subsídio
1	1,00	R$ 1.534,64	R$ 1.918,30
2	1,04	R$ 1.596,03	R$ 1.995,03
3	1,09	R$ 1.672,76	R$ 2.090,95
4	1,14	R$ 1.749,49	R$ 2.186,86
5	1,19	R$ 1.826,22	R$ 2.282,78
6	1,25	R$ 1.918,30	R$ 2.397,88
7	1,32	R$ 2.025,72	R$ 2.532,16
8	1,41	R$ 2.163,84	R$ 2.704,80
9	1,50	R$ 2.301,96	R$ 2.877,45
10	1,53	R$ 2.348,00	R$ 2.935,00
11	1,56	R$ 2.394,04	R$ 2.992,55
12	1,59	R$ 2.440,08	R$ 3.050,10

APOIO ADMINISTRATIVO NÃO PROFISSIONALIZADO			
Classe Nível	Coeficiente	A	B
		1	1,33
		Subsídio	Subsídio
1	1,00	R$ 1.150,98	R$ 1.534,64
2	1,04	R$ 1.197,02	R$ 1.596,03
3	1,09	R$ 1.254,57	R$ 1.672,76
4	1,14	R$ 1.312,12	R$ 1.749,49
5	1,19	R$ 1.369,67	R$ 1.826,22
6	1,25	R$ 1.438,73	R$ 1.918,30
7	1,32	R$ 1.519,29	R$ 2.025,72
8	1,41	R$ 1.622,88	R$ 2.163,84
9	1,50	R$ 1.726,47	R$ 2.301,96
10	1,53	R$ 1.761,00	R$ 2.348,00
11	1,56	R$ 1.795,53	R$ 2.394,04
12	1,59	R$ 1.830,06	R$ 2.440,08

Novo Santo Antônio – MT, 11 de março de 2019.

ADÃO SOARES NOGUEIRA - Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO 21/2019

Contrato nº. 21/2019 – Contratante: Prefeitura Municipal de Paranatinga; Contratada **MÁXIMA AMBIENTAL SERV. GERAIS E PARTICIPACOES LTDA, CNPJ 07.657.198.0001.20**.Objeto: A ADESÃO À **ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 024/2018**, **PREGÃO PRESENCIAL Nº 038/2018**, **Processo Administrativo nº 054/2018,** cujo objeto é o Registro de Preços para Futura e Eventual Contratação de Empresa Especializada na prestação de Serviços de Coleta, Transporte, armazenamento, Tratamento e destinação final de resíduos sólidos de serviços de saúde (RSSS), oriundos de fontes geradoras do Município de Colíder-MT, a pedido da Secretaria Municipal de Saúde de Paranatinga-MT. Valor: **R$ 35.550,00 (Trinta e cinco mil quinhentos e cinquenta reais)**.Vigência:26/02/2019 A 26/02/2020. Departamento de Licitações e Contratos, em 08 de março de 2019.

OUVIDORIA MUNICIPAL
PORTARIA N° 085 DE 11 DE MARÇO DE 2019.

PORTARIA N° 085 DE 11 DE MARÇO DE 2019.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PREMIO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL OCUPANTE DE CARGO EFETIVO.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA, Prefeito Municipal de Paranatinga, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhes são atribuídas pela Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº 164A/2006.

RESOLVE;

Art. 1º- Conceder a **LICENÇA PRÊMIO** pelo período de 90 (noventa) dias ininterruptos a Servidora Público Municipal **Sra. MARIA BARBOSA DA SILVA**, Matrícula 92, portadora do RG sob o nº 0691079-3 SESP/MT e inscrita no CPF/MF sob o nº 482.705.711-72, ocupante do Cargo Efetivo de "**AGENTE ADMINISTRATIVO I"**, lotado na Secretaria Municipal de Administração, conforme disposto no Art. 1º da Lei Municipal nº 164A de 20 de Abril de 2006, e em atendimento ao requerimento da Servidora.

PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DA LICENÇA
2006-2011	11/03/2019 A 08/06/2019

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º - Revogam-se às disposições em contrário.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.,

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga-MT, 11 de março de 2019.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

OUVIDORIA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 084 DE 11 DE MARÇO DE 2019.

PORTARIA Nº 084 DE 11 DE MARÇO DE 2019.

O Prefeito Municipal de Paranatinga-MT, **Sr**. **JOSIMAR MARQUES BARBOSA**, no uso e gozo das suas atribuições legais:

RESOLVE:

I – Nomear os seguintes servidores públicos municipais para compor a Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar desta Prefeitura Municipal e do Poder Legislativo.

I - PRESIDENTE: **CLEITON MIGUEL SCHNEIDER** - CPF: 984.657. 751-68;

II - MEMBRO: **DEVENILSON DA SILVA -** CPF/MF: 550.626.951-04;

III- SECRETÁRIO: **KENNEDY DE OLIVEIRA MACAUBAS** - CPF/MF 550. 542.261-68.

II – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, e em Especial a **PORTARIA Nº 006 DE 08 DE JANEIRO DE 2018.**

III – Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga/MT, 11 de março de 2019.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

LICITAÇÃO
PORTARIA N.º 082/SLC/2019

ATO DE DESIGNAÇÃO DE FISCAL E SUPLENTE DE CONTRATO

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA

Processo: Este Contrato guarda conformidade com o Pregão Presencial nº 010/2019 (Paranatinga-MT), vinculando-se a ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 024/2018, PREGÃO PRESENCIAL Nº 038/2018 (COLÍDER-MT), PROCESSO ADMINISTRATIVO 054/2018, tendo sido observadas as disposições contidas na Lei no 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Objeto: Adesão À **Ata de Registro de Preço Nº 024/2018**, **Pregão Presencial Nº 038/2018**, **Processo Administrativo Nº 054/2018,** cujo objeto é o Registro de Preços para Futura e Eventual Contratação de Empresa Especializada na prestação de Serviços de Coleta, Transporte, armazenamento, Tratamento e destinação final de resíduos sólidos de serviços de saúde (RSSS), oriundos de fontes geradoras do Município de Colíder-MT, a pedido da Secretaria Municipal de Saúde de Paranatinga-MT.

Contratado: MÁXIMA AMBIENTAL SERV. GERAIS E PARTICIPACOES LTDA, CNPJ 07.657.198.0001.20.

Valor do Contrato: R$ 35.550,00 (Trinta e cinco mil quinhentos e cinquenta reais).

Vigência DO CONTRATO:26/02/2019 A 26/02/2020.

O Senhor **Josimar Marques Barbosa**, Prefeito Municipal de Paranatinga Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

R E S O L V E:

I – NOMEAR, a servidora **Fernanda Onorio Da Silva** Matrícula nº 6059, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, Fiscal do Contrato nº **21/2019,** que representará a Administração Municipal perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria, conforme **Instrução Normativa SCL nº 006/2011** de 07 de Outubro de 2011, devendo ainda:

DA FISCALIZAÇÃO:

Cada secretaria requisitante indicará no projeto básico/solicitação ao servidor responsável pela gerência e fiscalização dos contratos pertinentes a sua pasta;

O servidor designado como fiscal deverá assinar no verso da nota fiscal, atestando e fiscalizando o recebimento do bem ou serviço e no caso de Obras a medição que deverá ser anexada a nota fiscal, e enviar relatório mensal ao setor de contratos, para análise do objeto pactuado no contrato.

OUTRAS LEGISLAÇÕES:

a) Anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;

b) Conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual;

c) Comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ ou aplicação de penalidades;

d) Exigir que a contratada substitua os equipamentos/produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante;

e) Recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções;

f) Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, de acordo com o art. 73 da Lei n.º 8.666, de 1993, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado;

g) Testar o funcionamento de equipamentos/serviços e registrar a conformidade em documento;

h) Analisar, conferir e atestar as notas fiscais;

i) Encaminhar a documentação à unidade correspondente para pagamento;

j) Comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração;

k) Fiscalizar, pessoalmente, os registros dos empregados da contratada locados nos serviços, para verificar a regularidade trabalhista;

l) Verificar, por intermédio do preposto da contratada, a utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, exigindo daquele a interdição do acesso ao local de trabalho, e na hipótese de descumprimento, comunicar à Administração para promoção do possível processo punitivo contratual;

m) Exigir, por intermédio do preposto da contratada, a utilização de crachá e de uniforme pelos empregados da contratada, quando for o caso, e conduta compatível com o serviço público, pautada pela ética e urbanidade no atendimento.

II - Na ausência do servidor supra designado, fica designado como suplente a Servidora **Ana Regina Gomes Costa Marques Gunsch,** Matrícula nº 1775, lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

III – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com eficácia a partir de 26 de fevereiro de 2019, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PARANATINGA-MT, EM 11 DE MARÇO DE 2019.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria de Gabinete e Publicada por afixação no local de costume, na data supra.

CIÊNCIA DO SERVIDOR DESIGNADO

Fernanda Onorio Da Silva e Ana Regina Gomes Costa Marques Gunsch, declaram estar cientes da designação ora atribuídas, e das funções que são inerentes em razão da função.

Fernanda Onorio Da Silva

Fiscal de Contrato

Ana Regina Gomes Costa Marques Gunsch

Suplente de Fiscal

LICITAÇÃO
PORTARIA N.º 087/SLC/2019

ATO DE DESIGNAÇÃO DE FISCAL E SUPLENTE DE CONTRATO

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA

Processo: O Presente Contrato é celebrado, tendo como base legal o Processo de **Dispensa de Licitação nº 08/2019**, a proposta adjudicada, tendo sido observadas as disposições contidas no artigo 24, Inciso II da Lei 8. 666/93 e suas alterações posteriores e Artigo 2º, inciso II da Lei Municipal 1450/2017.

Objeto: A Contratação de Empresa Especializada para a Aquisição de **01 Trator Cortador de Grama Husqvarna LTH1738, 4 T, Gasolina, 17 HP, 452 CM3 com potência mínima de 500CC**, visando atender as necessidades da secretaria de Obras e Serviços Urbanos de Paranatinga-MT, com fulcro no artigo 24, Inciso II da Lei 8.666/93 e Artigo 2º, inciso II da Lei Municipal 1450/2017.

Contratado: JUNG & JUNG – LTDA, CNPJ 01.865.898/0001-23.

Valor do Contrato: R$ 16.590,00 (Dezesseis mil quinhentos e noventa reais).

Vigência DO CONTRATO:27/02/2019 A 27/05/2019.

O Senhor **Josimar Marques Barbosa**, Prefeito Municipal de Paranatinga Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

R E S O L V E:

I – NOMEAR, o servidor **Marcelo Braz Venuti**, Matrícula nº 5659, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, Fiscal do Contrato nº **22/2019,** que representará a Administração Municipal perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria, conforme **Instrução Normativa SCL nº 006/2011** de 07 de Outubro de 2011, devendo ainda:

DA FISCALIZAÇÃO:

Cada secretaria requisitante indicará no projeto básico/solicitação ao servidor responsável pela gerência e fiscalização dos contratos pertinentes a sua pasta;

O servidor designado como fiscal deverá assinar no verso da nota fiscal, atestando e fiscalizando o recebimento do bem ou serviço e no caso de Obras a medição que deverá ser anexada a nota fiscal, e enviar relatório mensal ao setor de contratos, para análise do objeto pactuado no contrato.

OUTRAS LEGISLAÇÕES:

a) Anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;

b) Conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual;

c) Comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades;

d) Exigir que a contratada substitua os equipamentos/produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante;

e) Recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções;

f) Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, de acordo com o art. 73 da Lei n.º 8.666, de 1993, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado;

g) Testar o funcionamento de equipamentos/serviços e registrar a conformidade em documento;

h) Analisar, conferir e atestar as notas fiscais;

i) Encaminhar a documentação à unidade correspondente para pagamento;

j) Comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração;

k) Fiscalizar, pessoalmente, os registros dos empregados da contratada locados nos serviços, para verificar a regularidade trabalhista;

l) Verificar, por intermédio do preposto da contratada, a utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, exigindo daquele a interdição do acesso ao local de trabalho, e na hipótese de descumprimento, comunicar à Administração para promoção do possível processo punitivo contratual;

m) Exigir, por intermédio do preposto da contratada, a utilização de crachá e de uniforme pelos empregados da contratada, quando for o caso, e conduta compatível com o serviço público, pautada pela ética e urbanidade no atendimento.

II - Na ausência do servidor supra designado, fica designado como suplente o Servidor **Jose Agnaldo Barbosa,** Matrícula nº 1835, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

III – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com eficácia a partir de 27 de fevereiro de 2019, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PARANATINGA-MT, EM 11 DE MARÇO DE 2019.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria de Gabinete e Publicada por afixação no local de costume, na data supra.

CIÊNCIA DO SERVIDOR DESIGNADO

Marcelo Braz Venuti e Jose Agnaldo Barbosa, declaram estar cientes da designação ora atribuídas, e das funções que são inerentes em razão da função.

Marcelo Braz Venuti

Fiscal de Contrato

Jose Agnaldo Barbosa

Suplente de Fiscal

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO 24/2019

Contrato nº. 24/2019 – **LOCATÁRIA**: Prefeitura Municipal de Paranatinga; **LOCADOR João Marçal Marciano**, **CPF/MF SOB Nº 952.295.151-04**.Objeto: A **Locação de Imóvel localizado na Rua Crisântemo, s/nº, Bairro Jardim Primavera, Paranatinga – MT, medindo aproximadamente 340 M2**, atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de assistência Social de Paranatinga – MT, com fulcro no artigo 24, Inciso X da Lei 8.666/93. Valor: **R$ 42.000,00 (**Quarenta e dois mil reais).Vigência:28/02/2019 A 28/02/2020. Departamento de Licitações e Contratos, em 08 de março de 2019.

LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE VALOR Nº 04 AO CONTRATO Nº 69/2017

Aditivo nº 04 ao Contrato 69/2017 – Contratante: Prefeitura Municipal de Paranatinga; Contratada: **BRASILCARD ADMINISTRADORA DE CARTÕES LTDA, CNPJ 03.817.702/0001-50.** Objeto: Adesão à Ata de Registro de Preços nº 011/2017 do Processo nº 2017028513 do Pregão Presencial - SRP nº 023/2017, cujo objeto é a Contratação de Empresa Especializada para prestação de Serviços de Gerenciamento de Frota e Administração de Abastecimento de Veículos, por meio de sistema Informatizado, com a utilização de cartão magnético, através de rede de postos Credenciados disponibilizados pela contratada, realizado pelo Município de Palmas/To, a pedido da Secretaria Municipal de Administração e demais secretarias de Paranatinga-MT. **Valor Aditivado: R$ 59.415,08 – Aditivado em percentual de 12,55% do valor total do contrato**. Departamento de Licitações e Contratos, em 11 de março de 2019.

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL 012/2019

A Prefeitura Municipal de Paranatinga – MT, através do pregoeiro nomeado pela portaria nº 009 de 15 de janeiro de 2019, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação, pela modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 012/2019**, regido pela Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002, subsidiariamente à Lei nº 8.666/93 (e suas alterações posteriores), Decreto Federal 3.555 de 08 de Agosto de 2000, que regulamenta o Pregão e Decreto Municipal nº 1005/2014, Decreto nº 1452/2018 e Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006 que Institui o Estatuto Nacional da ME da EPP. Objeto: o Registro de Preços para Futura e Eventual contratação de Empresa Especializada em **Prestação de Serviços de Lava jato**, para atender as Necessidades da Secretaria Municipal de Administração e demais Secretarias de Paranatinga – MT. Conforme especificações contidas no ANEXO I do respectivo Edital. Data de abertura **22/03/2019**, sexta-feira **às 08:00 h (Horário Local).** O Edital e os seus Anexos poderão ser retirados no site da Prefeitura **www.paranatinga.mt.gov.br** ou na sede da Prefeitura Municipal de Paranatinga - MT, Sito Av. Brasil, nº 1900 – Centro, mais Informações pelo e-mail: **edital.ptga@hotmail.com** ou Telefone 66 3573-1329/1756. Horário de atendimento é de segunda a sexta-feira das **07 às 11h (Horário Local)**. Em 11 de março de 2019. Pregoeiro Devenilson da Silva.

LICITAÇÃO
ABERTURA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO - DISPENSA 15/2019

A Prefeitura Municipal de Paranatinga – MT, através do Presidente da CPL nomeado pela portaria 010 de 15 de janeiro de 2019, torna público para conhecimento dos interessados, que formalizou o processo de licitação pela modalidade de **Dispensa Nº. 15/2019**, regido pela lei 10.520/2002 e pelo Decreto Municipal n°1.005/2014, subsidiada pela Lei 8.666/93. Objeto: A Contratação de Empresa Especializada em **Prestação de Serviços de Clínica para tratamento de Dependência Química em Regime de Contenção (Internação Compulsória) Adulto, sexo Masculino,** atendendo as Necessidades da Secretaria Municipal de saúde de Paranatinga-MT, com fulcro no artigo 2º, Inciso II da Lei Municipal nº 1450/2018. Data da Abertura dia 11/03/2019 ás 10:30hs**.** Presidente da CPL Devenilson da Silva, em 11 de março de 2019.

LICITAÇÃO
RESULTADO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO - DISPENSA 15/2019

A Prefeitura Municipal de Paranatinga – MT, através do Presidente da CPL nomeado pela portaria 010 de 15 de janeiro de 2019, torna público para conhecimento dos interessados, o resultado do processo de licitação pela modalidade de **Dispensa Nº. 15/2019**, regido pela lei 10.520/2002 e pelo Decreto Municipal n°1.005/2014, subsidiada pela Lei 8.666/93. Objeto: A Contratação de Empresa Especializada em **Prestação de Serviços de Clínica para tratamento de Dependência Química em Regime de Contenção (Internação Compulsória) Adulto, sexo Masculino,** atendendo as Necessidades da Secretaria Municipal de saúde de Paranatinga-MT, com fulcro no artigo 2º, Inciso II da Lei Municipal nº 1450/2018.Homologado em 08/03/2019 ás 16:00hs. Presidente da CPL Devenilson da Silva, em 11 de março de 2019.

NOME DA EMPRESA	CNPJ	VALOR TOTAL
JANIO RIBEIRO DA SILVA - ME	25.163.273/0001-88	R$ 4.230,00

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO 23/2019

Contrato nº. 23/2019 – Contratante: Prefeitura Municipal de Paranatinga; Contratada **N C Neto – ME, CNPJ: 03.252.145/0001-78**.Objeto: O presente processo de Inexigibilidade de licitação tem por objeto a Contratação de Empresa Especializada em **Serviços Funerários (Sepultamento)**, em conformidade com o Artigo 25, Inciso I da Lei 8.666/93 e **Termo de Permissão para Exploração de Serviços Funerários de 29/12/2008**, atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social de Paranatinga-MT. Valor: **R$ 32.996,00** (Trinta e dois mil novecentos e noventa e seis reais).Vigência:27/02/2019 A 27/08/2019. Departamento de Licitações e Contratos, em 08 de março de 2019.

OUVIDORIA MUNICIPAL
PORTARIA N° 086 DE 11 DE MARÇO DE 2019.

PORTARIA N° 086 DE 11 DE MARÇO DE 2019.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PREMIO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL OCUPANTE DE CARGO EFETIVO.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA, Prefeito Municipal de Paranatinga, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhes são atribuídas pela Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº 164A/2006.

RESOLVE;

Art. 1º- Conceder a **LICENÇA PRÊMIO** pelo período de 90 (noventa) dias ininterruptos a Servidora Público Municipal **Sra. ANTONIA DE FATIMA PEREIRA RODRIGUES**, Matrícula 1873, portadora do RG sob o nº 000188188 SSP/MT e inscrita no CPF/MF sob o nº 273.540.671.72, ocupante do Cargo Efetivo de "PROFESSOR C**"**, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, conforme disposto no Art. 1º da Lei Municipal nº 164A de 20 de Abril de 2006, e em atendimento ao requerimento da Servidora.

PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DA LICENÇA

2012-2017	**11/03/2019 A 08/06/2019**

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º - Revogam-se às disposições em contrário.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.,

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga-MT, 11 de março de 2019.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO 22/2019

Contrato nº. 22/2019 – Contratante: Prefeitura Municipal de Paranatinga; Contratada **JUNG & JUNG – LTDA, CNPJ 01.865.898/0001-23**.Objeto: A Contratação de Empresa Especializada para a Aquisição de **01 Trator Cortador de Grama Husqvarna LTH1738, 4 T, Gasolina, 17 HP, 452 CM3 com potência mínima de 500CC**, visando atender as necessidades da secretaria de Obras e Serviços Urbanos de Paranatinga-MT, com fulcro no artigo 24, Inciso II da Lei 8.666/93 e Artigo 2º, inciso II da Lei Municipal 1450/2017. Valor**: R$ 16.590,00** (Dezesseis mil quinhentos e noventa reais).Vigência:27/02/2019 A 27/05/2019. Departamento de Licitações e Contratos, em 08 de março de 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

LEI N° 1.105/2019 - AUTORIZA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2019, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

LEI N° 1.105, DE 11 DE MARÇO DE 2019.

"Autoriza Abertura de Crédito Adicional Suplementar no Exercício Financeiro de 2019, e dá outras Providências"

JUVENAL PEREIRA BRITO, PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei nº 1.105/2019.

Artigo 1° - Fica autorizado o Poder Executivo a realizar a abertura de **CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR,** no montante de R$ 395.000,00 (trezentos e noventa e cinco mil reais), no orçamento vigente, LOA – Lei Orçamentária Anual nº 1089/18, e os Arts. 42 e 43 da Lei nº 4.320/64, destinado ao reforço das seguintes dotações orçamentárias.

05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

001 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

1015 – Pavimentação e Drenagem de Vias Públicas

(105) – 44905100000 – Obras e Instalações – R$ 395.000,00

Fonte de Recursos: – (36)Transferências de Convênios da União.

TOTAL – R$ 395.000,00

Artigo 2º - Para cobertura do Crédito Suplementar referido no Artigo Anterior, serão utilizados recursos provenientes de Repasse de Convênio com o Governo Federal, de acordo com o disposto nos Arts. 42 e 43 da Lei 4. 320/64:

Artigo 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua Publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA - MT

AOS ONZE DIAS DO MÊS DE MARÇO DO ANO DE 2.019

Juvenal Pereira Brito

Prefeito Municipal

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - TOMADA DE PREÇO Nº 002/2019

O Prefeito Municipal de Pedra Preta - MT, no uso de suas atribuições legais, regimentais e com fundamento no inciso VI, do art.43, da Lei 8.666/1993 e suas alterações posteriores, e conforme o que consta no Edital Tomada de Preço **002/2019-TP.**

RESOLVE:

HOMOLOGAR: o procedimento licitatório na modalidade **Tomada de Preço n.º 002/2019,** a escolha das propostas mais vantajosas para Construção da Escola Marechal Rondon com 2 (duas) salas, Vila Nova Araçatuba, Pedra Preta - MT, mediante o regime empreitada por menor preço global conforme especificações constantes no Memorial Descritivo, Orçamento Orientativo da Obra, Cronograma Físico Financeiro, Composição do BDI para Serviços, Orçamento para Aquisição de Materiais e Resumo do Orçamento – ANEXOS, os mesmos são parte integrante deste Edital**. Conforme especificações determinadas no Edital Tomada de Preço nº 002/2019**.

ADJUDICAR o objeto licitado da Empresa abaixo relacionada, vencedora do certame acima mencionado.

Razão social: **MARCIONE ALVES PERROT – ME, inscrita no CNPJ 17.891.635/0001-29.**

Valor da Proposta:

R$ 181.700,34 (cento e oitenta e um mil, setecentos reais e trinta e quatro centavos).

Proceda - se a contratação da empresa**: MARCIONE ALVES PERROT – ME.**

Pedra Preta - MT, 11 de Março de 2019.

JUVENAL PEREIRA BRITO

PREFEITO

LEI N° 1.107/2019 - CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO EXERCÍCIO CORRENTE

LEI N° 1.107, DE *11 DE* MARÇO DE 2019

"Autoriza o Poder Executivo Municipal a realizar abertura de Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do exercício corrente".

JUVENAL PEREIRA BRITO, Prefeito Municipal de Pedra Preta, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, FAZ saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei Nº 1.107/2019;

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder no orçamento vigente, abertura de *CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR* até o montante de R$. 400.000,00 (quatrocentos mil reais*),* inserindo na LOA – Lei Orçamentária Anual nº 1089/201*8*, combinado com os arts. 41, 42 e 43 da lei nº. 4.320/64, destinado à suplementação não prevista no orçamento, incluindo a fonte de recurso do exercício anterior; do Incremento MAC, conforme proposta nº 36000.2141072/01-800 cadastrada no Ministério da Saúde, na seguinte dotação: 11– SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

001 – SECRETARIAMUNICIPAL DE SAÚDE

103020020.2050 – MANUTENÇÃO DO HOSPITAL, POLICLINICA MUNICIPAL

3390390000 – Outros Serviços de Terceiros – P. Jurídica R$. 400.000,00

Fr: 0346017000 – Atenção de Média e Alta Complexidade - MAC

TOTAL GERAL R$. 400.000,00

Artigo 2º - Para cobertura do crédito referido no artigo anterior será utilizado recurso proveniente da proposta aprovada nº 36000.2141072/01-800 – Incremento MAC, no Ministério da Saúde, no valor de R$. 400.000,00 (quatrocentos mil reais), depositada na conta nº 26.473-3 – Custeio SUS – Incremento Temp. Limite Financeiro do MAC; não prevista no orçamento, de acordo com os arts. 41, 42 e 43 da lei nº. 4.320/64, destinado à suplementação na dotação acima descrita.

Artigo 3º - Esta lei entra em vigor na data da sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA - MT

AOS ONZE DIAS DO MÊS DE MARÇO DO ANO DE 2.019

Juvenal Pereira Brito

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 118/2019 - FÉRIAS REGULAMENTARES ROSELY APARECIDA DA SILVA

***PORTARIA Nº 118/2019.* DE 11 DE MARÇO DE 2019.**

Concede FÉRIAS REGULAMENTARES a Servidora Municipal e dá outras providências.

JUVENAL PEREIRA BRITO, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO que a Servidora Pública municipal, faz jus ao período de aquisição de 01/04/2017 a 31/03/2018.

RESOLVE:

ART. 1º - **Concede** férias a Servidora Pública Municipal, **ROSELY APARECIDA DA SILVA**, Gestora Municipal de Projetos e Convênios, lotada na Secretaria Geral de Coordenação e Administração, a partir de 11/03/2019 à 30/03/2019**, sendo 10(dez) dias de férias em abono pecuniário, conforme disposto no artigo 72 da Lei Municipal n.º 075/98 de 23 de Março de 1998**..

ART. 2º- A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação,Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MT

AOS ONZE DIAS DO MÊS DE MARÇO DO ANO DE 2019.

JUVENAL PEREIRA BRITO

Prefeito

Registrada nesta Secretaria e

Publicada no Diário Oficial.

PORTARIA Nº 119/2019 - FÉRIAS REGULAMENTARES JOÃO BATISTA DA SILVA

***PORTARIA Nº 119/2019.* DE 11 DE MARÇO DE 2019.**

Concede FÉRIAS REGULAMENTARES ao Servidor Municipal e dá outras providências.

JUVENAL PEREIRA BRITO, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO que o Servidor Público municipal, faz jus ao período de aquisição de 18/02/2018 a 18/02/2019.

RESOLVE:

ART. 1º - **Concede** Férias ao Servidor Público Municipal, **JOÃO BATISTA DA SILVA**, **Motorista**, lotado na Secretaria Municipal de Viação e Obras, a partir de 22/03/2019 à 20/04/2019.

ART. 2º- A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação,Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MATO GROSSO.

AOS ONZE DIAS DO MÊS DE MARÇO DO ANO DE 2019.

JUVENAL PEREIRA BRITO

Prefeito

Registrada nesta Secretaria e

Publicada no Diário Oficial.

LEI N° 1.109/2019 - ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL COM RECURSO DA PROPOSTA DE CONVÊNIO PARA AQUISIÇÃO DE MOTONIVELADORA

LEI N° 1.109, DE 26 DE MARÇO DE 2019

"Autoriza o Poder Executivo Municipal a realizar abertura de Crédito Adicional Especial com Recurso daProposta de Convênio para Aquisição de Motoniveladora".

JUVENAL PEREIRA BRITO, Prefeito Municipal de Pedra Preta, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, FAZ saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei Nº 1. 109/2019;

Artigo 1º - **Fica o Poder Executivo Municipal**, autorizado a proceder no orçamento vigente, abertura de CREDITO ADICIONAL ESPECIAL **até o montante de R$. 597.299,41 (quinhentos e noventa e sete mil, duzentos e noventa e nove reais e quarenta e um centavos)**, inserindo na LOA – Lei Orçamentária Anual nº 1089/2018, combinado com os arts. 41, 42 e 43 da lei nº. 4.320/64, destinado à inclusão da natureza de despesas 4490520000 – Equipamentos e Material Permanente; no novo projeto, com a fonte de recurso de Transferências de Convênios da União através da proposta cadastrada no portal dos convênios do Governo Federal; na seguinte dotação:

06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

001 – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

206010037.1156 – AQUISIÇÃO DE MOTONIVELADORA

4490520000 – Equipamentos e Material Permanente R$. 577.299,41

Fr: 0124054000 – Transferências de Convênios da União

4490520000 – Equipamentos e Material Permanente R$. 20.000,00

FR: 010000000 – Recursos Ordinários

TOTAL GERAL R$. 597.299,41

Artigo 2º - Para cobertura do crédito referido no artigo anterior serão utilizados recursos provenientes do repasse do GOVERNO FEDERAL – MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO; proposta nº 02463/2018 no valor de R$. 577.299,41 (quinhentos e setenta e sete mil, duzentos e noventa e nove reais e quarenta e um centavos); e, anulação parcial no valor de R$. 20.000,00 (vinte mil reais), com recursos ordinários, como contrapartida, descrita abaixo, combinado com os arts. 41, 42 e 43 da lei nº. 4.320/64, destinado à suplementação na dotação acima descrita.

99 – RESERVA DE CONTINGENCIA

999 – RESERVA DE CONTINGENCIA

999999999.9999 – RESERVA DE CONTINGENCIA

(882) 9999990000 – Reserva de Contingencia R$. 20.000,00

Fonte: 1 – Recurso do Tesouro-Exercício Corrente

SOMA R$. 20.000,00

VALOR DO CONVENIO R$. 577.299,41

TOTAL GERAL R$. 597.299,41

Artigo 3º - Esta lei entra em vigor na data da sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA - MT

AOS ONZE DIAS DO MÊS DE MARÇO DO ANO DE 2.019

Juvenal Pereira Brito

Prefeito Municipal

ATA DE JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇO DA LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇO Nº 002/2019

Às dezesseis horas e quarenta minutos do dia oito de março do ano de dois mil e dezenove, na sede da Prefeitura Municipal de Pedra Preta, Estado de Mato Grosso, a Avenida Fernando Correa da Costa, nº. 940, Centro, nesta cidade de Pedra Preta reuniu-se a comissão de licitação, constituída através de ato do Prefeito Municipal por meio da Portaria n° 013/2019, de 08 de Fevereiro de 2019. O objetivo da referida reunião é proceder ao recebimento do envelope da Proposta de Preço relativos à Tomada de Preço em epígrafe, que tem por escolha das propostas mais vantajosas para a Construção da Escola Marechal Rondon com 2 (duas) salas, Vila Nova Araçatuba, Pedra Preta - MT, mediante o regime empreitada por menor preço global conforme especificações constantes no Memorial Descritivo, Orçamento Orientativo da Obra, Cronograma Físico Financeiro, Composição do BDI para Serviços, Orçamento para Aquisição de Materiais e Resumo do Orçamento – ANEXOS, os mesmos são parte integrante deste Edital. Conforme ficou lavrado Ata de Julgamento de Habilitação, e os pareceres do Departamento de Engenharia, Departamento de Contabilidade, Controladoria Geral do Município – CGM e a decisão da Comissão de Licitação Permanente as empresas **ANANDA DOS SANTOS ALMEIDA,** inscrita no **CNPJ 30.063.707/0001-08 e a M. FERNANDES DA SILVA E CIA LTDA - EPP,** inscrita no CNPJ **21.878.860/0001-00,** foram **INABILITADAS,** somente a empresa **MARCIONE ALVES PERROT ME,** inscrita no CNPJ **17.891.635/0001-29,** foi **HABILITADA,** com isso passando para a fase de Julgamento da Proposta. Em seguida recolheu-se o envelope com a "PROPOSTA" da empresa, após constatar sua integridade, à Comissão procedesse à rubrica do mesmo. Aberto o envelope de "PROPOSTA" da empresa, foi dada a análise pela Comissão que constatou que a licitante cumpriu com os valores estabelecidos pela a Administração e que foi lido em voz alta, evidenciou o seguinte: **MARCIONE ALVES PERROT ME,** inscrita no CNPJ **17.891.635/0001-29,** com a proposta no valor de **R$ 181.700,34 (cento e oitenta e um mil, setecentos reais e trinta e quatro centavos). Utilizando dos critérios previstos no Edital, o tipo Menor Preço Global, a Comissão de Licitação DECLARA vencedora a empresa MARCIONE ALVES PERROT ME,** inscrita no CNPJ **17.891.635/0001-29**. Nada mais havendo a ser tratado, dá-se por encerrada esta ATA, que após lida e achada conforme, vai assinada pela Comissão.

Pedra Preta - MT, 08 de Março de 2019.

Paula C. Moraes Pereira Alexsandro dos Santos Souza Nerisvan Moraes Ribeiro

Presidente da CPL Secretário da CPL Membro da CPL

LEI N° 1.108/2019 - AUTORIZA CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO EXERCÍCIO CORRENTE

LEI N° 1.108, DE 11 DE MARÇO DE 2019

"Autoriza o Poder Executivo Municipal a realizar abertura de Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do exercício corrente".

JUVENAL PEREIRA BRITO, Prefeito Municipal de Pedra Preta, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, FAZ saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei Nº 1.108/2019;

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder no orçamento vigente, abertura de *CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR* até o montante de R$. 300.000,00 (trezentos mil reais*),* inserindo na LOA – Lei Orçamentária Anual nº 1089/201*8*, combinado com os arts. 41, 42 e 43 da lei nº. 4.320/64, destinado à suplementação não prevista no orçamento, incluindo a fonte de recurso do exercício anterior; da Aquisição de Equipamento e Material Permanente, conforme proposta nº 11465.260000/1180-01, cadastrada no Ministério da Saúde, na seguinte dotação: 11– SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

001 – SECRETARIAMUNICIPAL DE SAÚDE

103020020.2050 – MANUTENÇÃO DO HOSPITAL, POLICLINICA MUNICIPAL

4490520000 – Equipamentos e Material Permanente R$. 300.000,00

Fr: 0346070000 – Transferências Obrig. União – Emendas Individuais

TOTAL GERAL R$. 300.000,00

Artigo 2º - Para cobertura do crédito referido no artigo anterior será utilizado recurso proveniente da proposta aprovada nº 11465.260000/1180-01 – Aquisição de Equipamento/Material Permanente, no Ministério da Saúde, no valor de R$. 300.000,00 (trezentos mil reais), depositada na conta nº 26.492-X – Investimento SUS – Aquisição de Equipamentos e Material Permanente; não prevista no orçamento, de acordo com os arts. 41, 42 e 43 da lei nº. 4.320/64, destinado à suplementação na dotação acima descrita.

Artigo 3º - Esta lei entra em vigor na data da sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA - MT

AOS ONZE DIAS DO MÊS DE MARÇO DO ANO DE 2.019

Juvenal Pereira Brito

Prefeito Municipal

LEI N° 1.110/2019 - "ATUALIZA OS VALORES PARA A DEFINIÇÃO DAS MODALIDADES LICITATÓRIAS PREVISTAS NA LEI Nº 8.666/1993

LEI N° 1.110/2019, DE 11 DE MARÇO 2.019

"Atualiza os valores para a definição das modalidades licitatórias previstas na Lei nº 8.666/1993, revogando a Lei Municipal n° 821/2014 e dá outras providências".

JUVENAL PEREIRA BRITO, Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

FAZ saber que a **CAMARA MUNICIPAL** aprovou e ela sanciona e Promulga a seguinte Lei: Nº 1.110/2019;

Art. 1º - Ficam atualizados monetariamente os valores máximos fixados pela Lei nº 8.666/1993, que definem as modalidades dos processos licitatórios, com base no indexador oficial IGPM, que passam a ser:

TABELA DE VALORES

ARTIGO (Lei nº 8666/1993)	INCISO	ALÍNEA	VALOR (R$)	MODALIDADES DE LICITAÇÃO
OBRAS / SERVIÇOS ENGENHARIA				
23	I	a	570.000,00	CONVITE
	I	b	5.700.000,00	TOMADA DE PREÇOS
	I	c	Acima de 5.700.000,00	CONCORRÊNCIA
COMPRAS / OUTROS SERVIÇOS				
23	II	a	304.000,00	CONVITE
	II	b	2.470.000,00	TOMADA DE PREÇOS
	II	c	Acima de 2.470.000,00	CONCORRÊNCIA
DISPENSA DE LICITAÇÃO				
24	I	-	**57.000,00**	OBRAS / SERVIÇOS ENGENHARIA
	II	-	**30.400,00**	COMPRAS / OUTROS SERVIÇOS

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, especialmente a Lei Municipal n° 821/2014.

Publique-se. Registra-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA - MT

AOS ONZE DIAS DO MÊS DE MARÇO DO ANO DE 2.019

Juvenal Pereira Brito

Prefeito Municipal

LEI N° 1.106/2019 - CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2019

LEI N° 1.106, DE 11 DE MARÇO DE 2019.

"Autoriza Abertura de Crédito Adicional Suplementar no Exercício Financeiro de 2019, e dá outras Providências".

JUVENAL PEREIRA BRITO, PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei Nº 1.106/2019;

Artigo 1° - Fica autorizado o Poder Executivo a realizar a abertura de **CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR,** no montante de R$ 366.000,00 (trezentos e sessenta e seis mil reais), no orçamento vigente, LOA – Lei Orçamentária Anual nº 1089/18, e os Arts. 42 e 43 da Lei nº 4.320/64, destinado ao reforço das seguintes dotações orçamentárias.

05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

001 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

1015 – Pavimentação e Drenagem de Vias Públicas

(105) – 44905100000 – Obras e Instalações – R$ 366.000,00

Fonte de Recursos: – (36)Transferências de Convênios da União.

TOTAL – R$ 366.000,00

Artigo 2º - Para cobertura do Crédito Suplementar referido no Artigo Anterior, serão utilizados recursos provenientes de Repasse de Convênio com o Governo Federal, de acordo com o disposto nos Arts. 42 e 43 da Lei 4. 320/64:

Artigo 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua Publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA - MT

AOS ONZE DIAS DO MÊS DE MARÇO DO ANO DE 2.019

Juvenal Pereira Brito

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 117/2019 FÉRIAS REGULAMENTA ZIRLENE DE SOUZA PEREIRA

PORTARIA Nº 117/2019. **DE 11 DE MARÇO DE 2019.**

Concede FÉRIAS REGULAMENTARES a Servidora Municipal e dá outras providências.

JUVENAL PEREIRA BRITO, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO que a Servidora Pública municipal, faz jus ao período de aquisição de 07/04/2017 a 07/04/2018.

RESOLVE:

ART. 1º - **Concede** férias a Servidora Pública Municipal, **ZIRLENE DE SOUZA PEREIRA**, Agente Administrativo, lotada na Secretaria Geral de Coordenação e Administração, a partir de 08/04/2019 à 07/05/2019.

ART. 2º- A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação,Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MT

AOS ONZE DIAS DO MÊS DE MARÇO DO ANO DE 2019.

JUVENAL PEREIRA BRITO

Prefeito

Registrada nesta Secretaria e

Publicada no Diário Oficial.

EDITAL Nº 018/2019 - CONVOCAÇÃO DOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 003/2018

EDITAL Nº 018/2019, 11 DE MARÇO 2.019.

DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 003/2018 E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

JUVENAL PEREIRA BRITO, PREFEITO DO MUNICIPIO DE PEDRA PRETA-MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Súmula: Edital de Convocação do Seletivo Simplificado nº 003/2018 – Áreas Afins, e dá outras providências.

CONSIDERANDO o recebimento do Memorando n° 106/2019/SME.

O Sr. JUVENAL PEREIRA BRITO, **Prefeito Municipal de Pedra Preta, Estado de Mato Grosso, no exercício de suas atribuições e de acordo com o Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado nº 003/2018,** CONVOCA os candidatos abaixo relacionados a comparecer na sede da Secretaria Municipal de Educação, localizado à Rua Oscar Saores, Centro – Pedra Preta – MT, com fundamento no Artigo 16, parágrafo 3º da Lei Complementar nº 017/2014, no prazo de 03 (três) dias, munidos dos documentos necessários à comprovação dos requisitos para provimento do cargo pleiteado, sob pena de ser considerado como desistente, perdendo a respecitiva vaga.

CANDIDATO CONVOCADO NO PROCESSO SELETIVO

PROFESSOR ED. INFANTIL/ENSINO FUNDAMENTAL-VILA GARÇA BRANCA.

CLASSIF.	Nº INSC.	CANDIDATO	CH	JUSTIFICATIVA	PRAZO DE CONTRATO	LOTAÇÃO
9	00013	ELIZABETE GASPAR DE OLIVEIRA	30 h	A prof. será nomeada ao cargo de diret. escolar, visto que a diret. anterior encontra-se de licença prêmio e posterior afastamento por interesse particular. Faz-se necess. a contração da mesma em virtude de que não houve prof do quadro da escola que se dispôs a assumir o referido cargo.	6 MESES	ARI GRIESANG

AOS ONZE DIAS DO MÊS DE MARÇO DO ANO DE 2019.

JUVENAL PEREIRA BRITO

Prefeito Municipal.

Registrada nesta Secretaria

Publicada no Diário Oficial AMM.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

PREGÃO PRESENCIAL - SRP Nº 005/2019 – RESULTADO

O Município de Peixoto de Azevedo-MT torna Público que na licitação em epigrafe, cujo objeto é**REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONFECÇÃO DE PRÓTESE DENTÁRIA A FIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO–MT, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.** Sagrou-se vencedora a empresa **LETICIA SOUSA SILVA SERVIÇOS DE PRÓTESE DENTARIA - ME,** com o valor total de **R$ 145.000,00 (cento e quarenta e cinco mil reais).** Na fase de habilitação a concorrente atendeu ao Edital em sua integralidade. Não houve reações contrárias a esta decisão**.** Peixoto de Azevedo-MT, 08 de Março de 2019.

EMERSON NUNES FREITAS

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ

PREFEITURA MUNICIPAL
LEI MUNICIPAL Nº 1.935 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2019

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A DISPOR SOBRE A CONSTITUIÇÃO DO SERVIÇO DE INSPEÇÃO MUNICIPAL - S.I.M E OS PROCEDIMENTOS DE INSPEÇÃO SANITÁRIA EM ESTABELECIMENTOS QUE PRODUZAM PRODUTOS E SUBPRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL E DE ORIGEM VEGETAL, NO MUNICÍPIO DE POCONÉ – MT.

OPREFEITO MUNICIPAL DE POCONÉ, ESTADO DE MATO GROSSO, ATAIL MARQUES DO AMARAL FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE POCONÉ, APROVA E ELE **SANCIONA** A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Instituído o Serviço e Selo de Inspeção Municipal – S.I.M para produtos e subprodutos de origem animal e de origem vegetal no Município de Poconé – MT, com jurisdição em todo o território municipal.

Art. 2º Ao Serviço de Inspeção Municipal – S.I.M., compete:

I – Regulamentar e normatizar:

a) A prévia Inspeção e Fiscalização, sob ponto de vista Industrial e Sanitário, dos produtos e subprodutos de origem animal e de origem vegetal, comestíveis e não comestíveis produzidos no Município de Poconé – MT;

b) A Implantação, construção, reforma e adequação dos estabelecimentos destinados à obtenção de matéria-prima, industrialização e beneficiamento de produtos de origem animal e de origem vegetal;

c) O transporte de produtos e subprodutos “IN NATURA” ou beneficiados e/ou industrializados;

d) A embalagem e rotulagem dos produtos e subprodutos de origem animal e de origem vegetal.

II – A execução da Inspeção Sanitária de produto e subprodutos de origem animal e de origem vegetal;

III – Promover o Registro dos estabelecimentos referidos nas alíneas “b” e “d”, inciso I deste artigo;

IV – Fiscalizar o comprimento das normas e regulamentos decorrentes desta Lei;

V – Colaborar, quando necessário, com as demais entidades envolvidas na execução das atividades afins;

Art. 3º Os estabelecimentos que manipulem e/ou industrializam e os entrepostos de produtos e subprodutos de origem animal e de origem vegetal poderão somente funcionar mediante Prévio Registro na forma das Legislações Estadual ou Federal vigente.

Parágrafo único. Estão sujeitas ainda, ao cumprimento desta Lei e de seus regulamentos, todos os produtos e subprodutos de origem animal e de origem vegetal depositados neste Município ou nele em trânsito.

Art. 4º A Direção e Execução das atividades inerentes ao Serviço de Inspeção Municipal – S.I.M., é privativa de Médico Veterinário, conforme determina a Lei Federal n° 5.571, de 23 / 10 / 1968, regulamentada pelo Decreto Lei n° 64.704, de 17 / 06 / 1969.

I – Os trabalhos relativos na linha de inspeção sanitária são executados por auxiliares de inspeção nível médio completo de escolaridade e antes treinados em estágios supervisionado no S.I.S.E. – MT ou S.I.F., devendo os mesmos apresentar relatórios ao término e obterem avaliação sanitária de aptidão ao desempenho de atividades relacionadas.

II – A Prefeitura Municipal de Poconé, através da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Agropecuário, deverá manter em seu quadro pessoal Médico Veterinário e Auxiliares de Inspeção suficiente, e colocá-la disposição do S.I.M,. a fim de executarem os serviços.

III – O serviço de Inspeção Sanitário Estadual e/ou Federal, ficará responsável pelo treinamento e acompanhamento do pessoal necessário ao Serviço de Inspeção Municipal, ficando as despesas pertinentes, a cargo do Município.

IV – Será de competência da Secretaria Municipal de Saúde, através do Serviço de Vigilância Sanitária, a fiscalização nos estabelecimentos atacadistas e varejistas.

Art. 5º Para efeito da presente Lei são adotadas as seguintes definições:

I – Produtos Artesanais: qualquer produto comestível de origem animal ou origem vegetal, elaborado em pequena escala e que mantenha as características tradicionais, culturais e regionais.

II – Agroindústrias Artesanais: estabelecimentos instalados preferencialmente em propriedade rural, onde se utiliza mão-de-obra predominantemente familiar e que produzam algum tipo de produtos artesanal de origem animal ou vegetal, desde que 60% (sessenta por cento) no mínimo da matéria-prima empregada nos produtos sejam oriundos das propriedades, exceto produtos a base de farinha de trigo e outros farináceos e chocolate.

III – Indústrias Familiares: são aquelas que produzem alimentos de forma artesanal, utilizando-se de estrutura física específica, anexa à residência, ou às próprias dependências comuns à família, podendo elaborar somente produtos artesanais de menor risco à saúde dos consumidores e em pequena escala, observados rigorosamente todo parâmetros higiênico-sanitária, descritas nesta Lei.

IV – Estabelecimentos: são estruturas físicas destinadas à recepção e depósito de matéria prima, elaboração, acondicionamento, armazenamento e comercialização de produtos artesanais comestíveis de origem animal e vegetal.

Art. 6º Consideram-se passíveis de beneficiamento e de elaboração de produtos agroindustriais e artesanais comestíveis, as matérias-primas são toda substância bruta principal e essencial à fabricação de produtos comestíveis, produzida na propriedade ou adquirida de terceiros.

Art. 7º A fiscalização prevista nesta Lei engloba:

I – Destinados ao abate e elaboração de produtos e subprodutos artesanais de origem animal com importância econômica:

a) Abate de grandes animais;

b) Abate de pequenos animais;

c) Embutidos, defumados e salgados;

d) Pescados e seus derivados;

e) Mel, a cera de abelha e seus derivados;

f) Leite e seus derivados;

g) Aves e seus derivados;

h) Jacarés e seus derivados.

II – Destinados ao abate e elaboração de produtos e subprodutos artesanais de origem vegetal com importância econômica:

a) Frutas e outros vegetais (com restrições ao palmito) destinados à produção de doces, polpas e conservas;

b) Massas, doces e salgados;

c) Produtos de cana-de-açúcar (açúcar mascavo, rapadura, melado);

d) Bebidas destiladas e fermentadas (vinhos, licores, cachaça artesanal, etc.);

e) Micro-organismos (cogumelos e afins).

Art. 8º A Inspeção e Fiscalização é ato de examinar minuciosamente as condições higiênico-sanitárias das pessoas, do estabelecimento, das instalações e dos equipamentos; os padrões físicos, químicos e microbiológicos da matéria-prima e ingredientes assim como os procedimentos operacionais adotados nas fases de recepção, depósito, processamento, acondicionamento, recondicionamento, armazenamento, transporte e comercialização dos produtos comestíveis.

Art. 9º O Serviço de Inspeção Municipal contará com um grupo consultivo liderado pelo Médico Veterinário responsável pelo S.I.M. e mais:

I – Um servidor efetivo da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Agropecuário.

II – Um servidor efetivo da Secretaria Municipal de Saúde.

III – Um servidor efetivo da Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

IV – Não havendo no quadro Poder Executivo servidor com essas classificações, que seja aberta processo seletivo e/ou concurso público.

Parágrafo único. Todos os Inspetores e Fiscais Sanitários serão os técnicos capacitados e credenciados, responsáveis pelo registro, inspeção e fiscalização do estabelecimento, das instalações e equipamentos, recebimento, obtenção e depósito de matéria-prima e ingredientes, elaboração, acondicionamento, recondicionamento, armazenagem, transporte e comercialização de produtos.

Art. 10 São atribuições do Grupo Consultivo de que trata o “caput” deste artigo:

I - Auxiliar o S.I.M. na elaboração das normas e regulamentos inerentes a esta Lei;

II - Analisar e emitir pareceres sobre os processos de construção, reformas, implantação e adequações dos estabelecimentos de que trata o **Art. 3º** desta Lei;

III - Analisar e emitir pareceres sobre os processos de registros de embalagens e rotulagens de produtos de origem animal e de origem vegetal.

Parágrafo único. O Grupo Consultivo do S.I.M. poderá convidar, quando necessário, outros Técnicos ou Representantes de Entidades afins, como assistente/auxiliar em suas atividades.

Art. 11 Compete à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Agropecuário e complementarmente à Secretaria Municipal de Saúde, através da Vigilância Sanitária, exercer ações pertinentes ao cumprimento desta Lei e regulamento na implantação do Selo de Inspeção Sanitária Municipal – SIM.

Art. 12 A prévia inspeção sanitária e industrial dos produtos e subprodutos de origem animal e de origem vegetal no âmbito do Município será exercida:

I - Nas propriedades rurais ou fontes produtoras;

II - No trânsito de produtos de origem animal e de origem vegetal destinado à alimentação humana, animal ou à industrialização;

III - Nos abatedouros, coibindo o abate clandestino e a respectiva comercialização;

IV - Nos laticínios e indústrias de beneficiamento de leite e seus derivados, coibindo o comércio de leite “IN NATURA” e permitindo somente o comércio de leite pasteurizado;

V - Nos entrepostos, de modo geral, que recebam, manipulem, armazenem, conservem ou acondicionam produtos de origem animal e de origem vegetal;

VI - Nos estabelecimentos onde se manipulam o mel e seus derivados, através do recebimento extração, centrifugação, filtragem, decantação, envase e estocagem;

VII - Nos estabelecimentos de abates aves, pescados, suínos e bovinos, a realização da inspeção “anti-mortem” e “post-mortem” atendendo os procedimentos e critérios sanitários.

VIII - Nos estabelecimentos de produção de doces e seus derivados através do recebimento, extração, centrifugação, filtragem, envase e armazenamento e embalagem.

Art. 13 Entende-se por estabelecimentos de produtos de origem animal e de origem vegetal para fins desta Lei, qualquer instalação ou local nos quais são utilizados, bem como quaisquer locais onde são recebidos, manipulados, elaborados, transformados, preparados, conservados, armazenados, depositados, acondicionados, embalados e rotulados com finalidade industrial ou comercial, a carne das várias espécies animais e seus derivados, o leite e seus derivados, aves e seus derivados, o mel, a cera de

abelha e seus derivados, frutas e outros vegetais (com restrições ao palmito) destinados a produção de doces, polpas e conservas, massas, doces e salgados, produtos de cana-de-açúcar (açúcar mascavo, rapadura, melado), bebidas destiladas e fermentadas (vinhos, licores, cachaça artesanal, etc.) e micro-organismos (cogumelos e afins).

Art. 14 Todos os estabelecimentos produtores de alimentos deve ser registrado e cadastrado na Vigilância Sanitária de Poconé e preenchem os seguintes requisitos:

I – Localizar-se afastados de produtos de poeira, mau cheiro e outras contaminações;

II – Ser construído em alvenaria em área compatível ao volume máximo de produção e permitir um fluxograma operacional que facilite os trabalhos em todas as fases do processamento;

III – Possuir ambiente interno a prova de insetos e animais, áreas suja, separada da área limpa;

IV – Possuir paredes lisas, impermeáveis, de cores claras e de fácil limpeza;

V – Possuir forro de material liso, de cores claras e de fácil limpeza;

VI – Possuir pisos antiderrapantes, impermeáveis e com inclinação que permita um perfeito escoamento das águas residuais e facilite limpeza e higienização;

VII – Dispor de água potável e com pressão, que permita a perfeita remoção dos resíduos cuja fonte, assim como a tubulação e reservatórios, sejam protegidas para evitar qualquer tipo de contaminação;

VIII – Possuir pé-direito de no mínimo de 2,60 metros, e que seja compatível com os equipamentos e que proporcione boa ventilação e climatização;

IX – Possuir sistema de escoamento de águas servidas, e quando for o caso de sangue e resíduos, interligados a um eficiente sistema de tratamento sem prejuízo para o meio ambiente;

X – Dispor de depósito para os insumos a serem utilizados na elaboração dos produtos artesanais, e quando for o caso, de câmara fria ou outro equipamento de refrigeração;

XI – Dispor de vestiários e instalações sanitários compatíveis com o número de trabalhadores, quando a Vigilância Sanitária Municipal julgar necessário;

XII – Dispor de fonte de energia elétrica que garanta o bom funcionamento dos equipamentos e a conservação dos produtos comestíveis, sempre que julgar necessário.

Parágrafo único. Os itens I, VIII, IX E XI, não se aplicam às Indústrias Familiares, pois as mesmas utilizam as dependências da própria residência ou dependências anexas, para a elaboração dos produtos artesanais. Os estabelecimentos registrados receberão um número sequencial iniciado em A00001, que os identificaram junto ao Serviço de Inspeção Sanitária Municipal, os quais serão apostos Selo de Inspeção Municipal S.I.M.

Art. 15 O registro e cadastro de que trata o artigo anterior, deve ser formalizado instruído dos seguintes documentos:

I – Requerimento simples dirigido ao responsável pelo serviço de inspeção municipal;

II – Cópia de Certificado do Curso de Manipulação de Alimentos;

III – Cópia do Alvará Sanitário de Produção;

IV – Laudo Médico Veterinário dos exames de brucelose e tuberculose, para as agroindústrias de derivados do leite;

V – Fluxograma de produção;

VI – Cópia da carteira de identidade e cadastro de pessoas físicas;

VII – Parecer da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Agropecuária;

VIII – Planta baixa e memorial descritivo das instalações;

IX – Laudo de exame microbiológico e físico-químico da água de abastecimento atestando sua pontualidade;

Parágrafo único. Se a água for fornecida pela concessionária do Município fica dispensado o Laudo de Exame Microbiológico e Fisioquímico da água de abastecimento atestando sua pontualidade, tendo em vista esta ser obrigação do Município através de agencia reguladora.

Art. 16 Será cobrada a taxa de Inspeção dos estabelecimentos registrados no Serviço de Inspeção Municipal nos termos da Legislação Tributária vigente e de regulamento desta Lei.

Parágrafo único. Salvo a primeira vistoria para abertura de empreendimentos comerciais e as visitas técnicas de inspeção anual orientativa e deliberativa que constituem obrigação do Poder Executivo.

Art. 17 As infrações às normas previstas nesta Lei, no seu respectivo regularmente ou na Legislação pertinente, serão punidas, de forma isolada ou cumulada, com as seguintes sanções, sem prejuízos das punições de natureza Civil e Penal cabíveis.

I - Advertência, quando o infrator for primário ou não tiver agido com dolo e/ou má-fé.

II - Multa, nos termos da Legislação Tributária do Município, no caso de reincidência, dolo ou má-fé.

III - Apreensão e inutilização das matérias-primas, produtos, subprodutos e derivados de origem animal e de origem vegetal, quando não apresentarem condições higiênico-sanitárias adequadas ao fim que se destinam ou forem adulteradas.

IV - Interdição total ou parcial do estabelecimento quando a infração consistir na falsificação ou adulteração de produtos e subprodutos ou se verificar a inexistência de condições higiênicas - sanitárias adequadas.

§ 1º A interdição poderá ser levantada após o atendimento das exigências que motivaram a sanção.

§ 2º O proprietário do estabelecimento poderá apresentar em sua defesa, laudos e pareceres técnicos de profissionais do terceiro setor com mesma ou superior capacitação para devida salva guarda sendo oportunizada a ampla defesa para contestação.

Art. 18 Todas as instalações, móveis, equipamentos e utensílios dos estabelecimentos devem ser lavados rotineiramente e devidamente higienizados com produtos registrados no órgão competente;

Art. 19 Os estabelecimentos deverão adotar sistema de controle integrado de pragas.

Art. 20 É proibido o uso de recipientes de zinco, latão ferro estanho ou com ligas superiores a 2% de chumbo, assim como qualquer utensílio danificado que possa comprometer a qualidade sanitária dos produtos.

Art. 21 É proibido nas instalações de processamento e elaboração de produtos comestíveis, fazer refeições, fumar, depositar produtos, objetos e materiais estranhos à sua finalidade, assim como, o uso de perfume e de quaisquer adornos.

Art. 22 Nas câmaras frias ou outros equipamentos de refrigeração deve ser observado rigorosamente às condições de funcionamento e higiene.

Art. 23 Serão exigidos para todos os manipuladores de alimentos e proprietários das agroindústrias e indústria familiares, exame de saúde e laudo médico e/ou odontológico quando a Vigilância Sanitária, julgar necessário.

Parágrafo único. As inspeções médicas poderão ser solicitadas quantas vezes a Vigilância Sanitária julgar necessário.

Art. 24 O uso de uniformes limpo e completo (gorro, luvas, avental e calçado próprio) é obrigatório para todos os manipuladores, devendo também ser observadas todas as práticas de higiene das pessoas e das dependências.

Art. 25 As fiscalização e inspeção sanitária obedecerão às normas estabelecidas nesta Lei, no Regulamento da Prévia Inspeção e Fiscalização Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal (Regulamento da Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal – Decreto 30691 de 29/03/52 do Ministério da agricultura, Resolução – RDC n° 216 de 15 de setembro de 2004 – Regulamento Técnico de Boas Práticas para Serviços de Alimentação) e serão exercidas pelos técnicos credenciados.

Art. 26 Cada tipo de produtos deverá ter aprovação e registro de sua fórmula e de seu rótulo junto a Vigilância Sanitária, que além das exigências previstas pela legislação específica de rotulagem exigirá que os rótulos dos produtos contenham obrigatoriamente as seguintes indicações:

I – Nome do produto em caracteres destacados e uniformes;

II – Nome e identificação do estabelecimento responsável;

III – Selo de Inspeção Sanitária Municipal - S.I.M.;

IV – Localização do estabelecimento;

V – Espaço previsto para colocar a data de fabricação disposto em sentido horizontal ou vertical;

VI – Peso ou conteúdo líquido e peso da embalagem;

VII - Informações nutricionais ou lista de ingredientes da composição em ordem decrescente da respectiva proporção;

VIII – Prazo de validade do produto;

IX – Número de registro do produto no S.I.M.;

X – Lote;

XI – Instruções para preparo e conservação do produto;

XII – Indicação de que o produto é ou não artesanal.

Parágrafo único. A vigilância sanitária não poderá ultrapassar o prazo de 15 dias para deliberação e apresentação de sua manifestação.

Art. 27 O Selo de Inspeção Municipal, citado no item III do artigo 25º, representa a marca oficial usado unicamente nos estabelecimentos sujeitos à fiscalização da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Agropecuário, ou da Vigilância Sanitária Municipal, e constitui a garantia que o produto foi elaborado dentro das normas e padrões higiênico-sanitários.

Art. 28 Após a aprovação dos rótulos de cada produto artesanal, eles serão registrada na Vigilância Sanitária e no S.I.M., mediante um código composto pelo número de registro do estabelecimento, seguida pelo código do produto com identificação, separado por uma barra.

Art. 29 A confecção dos rótulos pelos estabelecimentos só poderá ser realizada com autorização da Vigilância Sanitária, em formulário próprio, onde se fará constar a tiragem da impressão de cada modelo.

Parágrafo único. Após a confecção dos rótulos, o estabelecimento deverá encaminhar à Vigilância Sanitária, uma via ou cópia da Nota Fiscal da gráfica, acompanhada de 03 (três) exemplares de cada rótulo impresso.

Art. 30 O Selo de Inspeção Municipal deve obedecer exatamente às características e modelos descritos desta Lei.

Art. 31 Os ingredientes, os aditivos, embalagens e as matérias primas utilizadas nos produtos ou subprodutos comestíveis deverão ter registro junto aos órgãos competentes (Ministério da Saúde, Ministério da Agricultura, SIF, SIE, SIM ou Vigilância Sanitária).

Art. 32 As agroindústrias artesanais se obrigam a manter um controle de produção cujos mapas estatísticos deverão ser encaminhados mensalmente à Vigilância Sanitária.

Art. 33 Os animais destinados ao abate e os destinados ao fornecimento de matéria-prima deverão ter controle sanitário junto da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Agropecuário, ou outro órgão competente.

Art. 34 O rol de produtos derivados descritos no Anexo I desta Lei, obedecida a sequencia de códigos de classificação, poderá ser acrescido ou suprimido a critério da Vigilância Sanitária Municipal.

Art. 35 Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Agropecuário, Secretaria Municipal de Saúde, Vigilância Sanitária e Assessoria Jurídica.

Art. 36 Os recursos à implantação da presente Lei serão cobertos por verbas constantes do orçamento Municipal.

Art. 37 A presente Lei será regulamentada através de Decreto Municipal.

Art. 38 Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 39 Fica Revogada a Lei nº 1.493 de 15 de Setembro de 2008.

Poconé-MT, 19 de fevereiro de 2019.

ATAIL MARQUES DO AMARAL(Tatá Amaral)

Prefeito Municipal de Poconé-MT

ANEXO I Lei Municipal nº 1.935/2019 Destinado ao abate e elaboração de produtos e subprodutos artesanais de origem animal com importância econômica:

PRODUTOS E SUBPRODUTOS	CÓDIGO DE REGISTRO
Abate grandes animais	OA001
Abate pequenos animais	OA002
Embutidos, defumados e salgados	OA003
Pescados e seus derivados	OA004
Leite e seus derivados	OA005
Mel, cera de abelha e seus derivados	OA006
Aves e seus derivados	OA007
Jacaré e seus derivados	OA008

Destinados a produção e elaboração de produtos e subprodutos artesanais de origem vegetal com importância econômica:

PRODUTOS E SUBPRODUTOS	CÓDIGO DE REGISTRO
Frutas e outros vegetais (com restrição ao palmito) destinados a produção de doces, polpas e conservas	OV01
Massas, doces e salgados	OV002
Produtos da cana de açúcar (açúcar mascavo, rapadura, melado)	OV003
Bebidas destiladas e fermentadas (vinhos, licores e cachaças artesanais, etc.)	OV004
Microorganismos (cogumelos e afins).	OV005

Carimbos: Uso e Dimensões

Os carimbos do S.I.M – Sistema de Inspeção Municipal devem obedecer ás formas desta lei e são classificados em:

Modelo I:

a) Formato: Elíptico no sentido horizontal; b) Dizeres: - S.I.M : Localizado na parte superior e acompanha a curvatura da elipse; - INSPECIONADO: Localizado na região central da elipse;

- NÚMERO DO REGISTRO: Localizado na região central da elipse;

- NOME DO MUNICÍPIO: Localizado na região inferior da elipse.

c) Uso e tratamento do carimbo: Aplicado externamente sobre a massa muscular da carcaça e/ou quartos; d) Tamanho: - 07 (sete) cm x 05 (cinco) cm, para animais de grande porte; - 05 (cinco) cm x 03 (três) cm, para animais de médio e pequeno porte.

Modelo II:

a) Formato: Circular no sentido horizontal; b) Dizeres: - S.I.M : Localizado na parte superior e acompanha a curvatura do circulo; - INSPECIONADO: Localizado na região central do circulo;

- NÚMERO DO REGISTRO: Localizado na região central do circulo;

- NOME DO MUNICÍPIO: Localizado na região inferior do circulo.

c) Uso e tratamento do carimbo: Aplicados em rótulo registrado de produtos comestíveis de origem animal e de origem vegetal pode ser utilizado

em faixas ou engradados; pode ser usado na forma de selo adesivo. d) Tamanho: - Variação do tamanho da embalagem; - 02 (dois) cm a 30 (trinta) cm.

Modelo III:

a) Formato: Quadrado retangular estando maior no sentido horizontal; b) Dizeres: - S.I.M : Localizado na parte superior do quadrado; - CONDENADO: Localizado na região central do quadrado;

- NOME DO MUNICÍPIO: Localizado na região inferior do quadrado.

e) Uso e tratamento do carimbo: Aplicado externamente sobre a massa muscular da carcaça e/ou quartos; c) Tamanho: - 07 (sete) cm x 05 (cinco) cm, para animais de grande porte; - 04 (quatro) cm x 2,5 (dois vírgula cinco) cm, para animais de médio e pequeno porte. As tintas utilizadas no carimbo de peças e carcaças não devem possuir, em sua fórmula substancias tóxica e devem estar aprovadas pelo S.I.F e/ou S.I.S.E / MT.

PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 011/2019

Ata de Registro de Preço n° 011/2019 – Pregão Presencial nº 003/2019

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ

Contratado: BR PAVING CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI – CNPJ 15.264.721/0001-86

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE CONCRETO E MASSA ASFÁLTICA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE POCONÉ/MT

Dotação: 120054 - 120055.

Valor Registrado: R$ 756.000,00 (setecentos e cinquenta e seis mil reais)

Período: 12 meses

Poconé/MT, 12 de março de 2019.

ATAIL MARQUES DO AMARAL

Prefeito Municipal de Poconé

PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 012/2019

Ata de Registro de preço n° 012/2019 – Pregão Presencial nº 003/2019

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ

Contratado: CONSTRUTORA SILVEIRA LOCAÇÕES E OBRAS EIRELI – CNPJ 22.875.119/0001-40

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE CONCRETO E MASSA ASFÁLTICA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE POCONÉ/MT

Dotação: 120054 - 120055.

Valor Registrado: R$ 714.000,00 (setecentos e catorze mil reais)

Período: 12 meses

Poconé/MT, 12 de março de 2019.

ATAIL MARQUES DO AMARAL

Prefeito Municipal de Poconé

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO ARAGUAIA

SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
RREO 1º BIMESTRE - 2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO ARAGUAIA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2018 - BIMESTRE JANEIRO/FEVEREIRO

RREO – ANEXO 01 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) — Em reais

DESPESAS	Dotação Inicial (d)	Dotação Atualizada (e)	Despesas Empenhadas			Despesas Liquidadas			Despesas Pagas Até o Bimestre (j)	Inscritas em Restos a Pagar Não Processadas (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)	Saldo (g) = (e - f)	No Bimestre	Até o Bimestre (h)	Saldo (i) = (e - h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	16.566.100,00	16.566.100,00	3.493.975,71	3.493.975,71	13.072.124,29	2.505.783,78	2.505.783,78	14.060.316,22	1.478.522,42	
DESPESAS CORRENTES	14.678.100,00	14.691.900,00	3.473.211,71	3.473.211,71	11.218.688,29	2.485.019,78	2.485.019,78	12.206.880,22	1.458.553,42	
Pessoal e Encargos Sociais	7.429.600,00	7.534.400,00	1.484.187,80	1.484.187,80	6.050.212,20	1.484.187,80	1.484.187,80	6.050.212,20	794.900,98	
Juros e Encargos da Dívida	70.000,00	70.000,00			70.000,00			70.000,00		
Outras Despesas Correntes	7.178.500,00	7.087.500,00	1.989.023,91	1.989.023,91	5.098.476,09	1.000.831,98	1.000.831,98	6.086.668,02	663.652,44	
DESPESAS DE CAPITAL	1.618.000,00	1.604.200,00	20.764,00	20.764,00	1.583.436,00	20.764,00	20.764,00	1.583.436,00	19.969,00	
Investimentos	1.488.000,00	1.474.200,00	20.764,00	20.764,00	1.453.436,00	20.764,00	20.764,00	1.453.436,00	19.969,00	
Inversões Financeiras										
Amortização da Dívida	130.000,00	130.000,00			130.000,00			130.000,00		
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	270.000,00	270.000,00			270.000,00			270.000,00		
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	783.900,00	783.900,00			783.900,00			783.900,00		
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	17.350.000,00	17.350.000,00	3.493.975,71	3.493.975,71	13.856.024,29	2.505.783,78	2.505.783,78	14.844.216,22	1.478.522,42	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO (XI)										
Amortização da Dívida Interna										
Dívida Mobiliária										
Outras Dívidas										
Amortização da Dívida Externa										
Dívida Mobiliária										
Outras Dívidas										
SUBTOTAL C/ REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	17.350.000,00	17.350.000,00	3.493.975,71	3.493.975,71	13.856.024,29	2.505.783,78	2.505.783,78	14.844.216,22	1.478.522,42	
SUPERÁVIT (XIII)							640.743,48		1.668.004,84	
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	17.350.000,00	17.350.000,00	3.493.975,71	3.493.975,71	13.856.024,29	2.505.783,78	3.146.527,26	14.203.472,74	3.146.527,26	
RESERVA DO RPPS										

Emissão: 07/03/2019 15:55:17
Portaria 495 de 06 de Junho de 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO ARAGUAIA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO DE 2018 - BIMESTRE JANEIRO/FEVEREIRO

RREO – ANEXO 01 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

Em reais

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (e)	Despesas Empenhadas			Despesas Liquidadas			Despesa Pagas Até o Bimestre (j)	Inscritas em Restos a Pagar Não Processadas (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)	Saldo (g) = (e - f)	No Bimestre	Até o Bimestre (h)	Saldo (i) = (e - h)		
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	783.900,00	783.900,00			783.900,00			783.900,00		
DESPESAS CORRENTES	783.900,00	783.900,00			783.900,00			783.900,00		
Pessoal e Encargos Sociais	783.900,00	783.900,00			783.900,00			783.900,00		
Juros e Encargos da Dívida										
Outras Despesas Correntes										
DESPESAS DE CAPITAL										
Investimentos										
Inversões Financeiras										
Amortização da Dívida										
RESERVA DE CONTINGÊNCIA										

Emissão: 07/03/2019 15:55:17

Portaria 495 de 06 de Junho de 2017.

Homolc[illegible]

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO ARAGUAIA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2018 - BIMESTRE JANEIRO/FEVEREIRO

RREO – ANEXO 01 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) — Em reais

RECEITAS	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas				Saldo a Realizar (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b / a)	Até o Bimestre (c)	% (c / a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	17.350.000,00	17.350.000,00	3.146.527,26	18,14	3.146.527,26	18,14	14.203.472,74
RECEITAS CORRENTES	16.940.000,00	16.940.000,00	3.146.527,26	18,57	3.146.527,26	18,57	13.793.472,74
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	1.114.000,00	1.114.000,00	377.518,69	33,89	377.518,69	33,89	736.481,31
Impostos	1.026.550,00	1.026.550,00	369.738,93	36,02	369.738,93	36,02	656.811,07
Taxas	87.450,00	87.450,00	7.779,76	8,90	7.779,76	8,90	79.670,24
Contribuição de Melhoria							
CONTRIBUIÇÕES	290.200,00	290.200,00	49.139,53	16,93	49.139,53	16,93	241.060,47
Contribuições Sociais							
Contribuições Econômicas							
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social							
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pú	290.200,00	290.200,00	49.139,53	16,93	49.139,53	16,93	241.060,47
RECEITA PATRIMONIAL	535.300,00	535.300,00	8.906,06	1,66	8.906,06	1,66	526.393,94
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	300,00	300,00					300,00
Valores Mobiliários	535.000,00	535.000,00	8.906,06	1,66	8.906,06	1,66	526.093,94
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, P							
Exploração de Recursos Naturais							
Exploração do Patrimônio Intangível							
Cessão de Direitos							
Demais Receitas Patrimoniais							
RECEITA AGROPECUÁRIA							
RECEITA INDUSTRIAL							
RECEITA DE SERVIÇOS	310.000,00	310.000,00	86.199,71	27,81	86.199,71	27,81	223.800,29
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	1.000,00	1.000,00					1.000,00
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Tra							
Serviços e Atividades Referentes à Saúde							
Serviços e Atividades Financeiras							
Outros Serviços	309.000,00	309.000,00	86.199,71	27,90	86.199,71	27,90	222.800,29
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	14.689.800,00	14.689.800,00	2.624.490,27	17,87	2.624.490,27	17,87	12.065.309,73
Transferências da União e de suas Entidades	8.028.800,00	8.028.800,00	1.314.556,10	16,37	1.314.556,10	16,37	6.714.243,90
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de su	4.661.000,00	4.661.000,00	871.324,24	18,69	871.324,24	18,69	3.789.675,76
Transferências dos Municípios e de suas Entidades							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências de Outras Instituições Públicas	2.000.000,00	2.000.000,00	438.609,93	21,93	438.609,93	21,93	1.561.390,07
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas Físicas							
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identifica							
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	700,00	700,00	273,00	39,00	273,00	39,00	427,00
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais							
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	400,00	400,00	273,00	68,25	273,00	68,25	127,00
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Púb							
Demais Receitas Correntes	300,00	300,00					300,00
RECEITAS DE CAPITAL	410.000,00	410.000,00					410.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO							
Operações de Crédito - Mercado Interno							
Operações de Crédito - Mercado Externo							
ALIENAÇÃO DE BENS	10.000,00	10.000,00					10.000,00
Alienação de Bens Móveis	10.000,00	10.000,00					10.000,00
Alienação de Bens Imóveis							
Alienação de Bens Intangíveis							
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS							
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	400.000,00	400.000,00					400.000,00
Transferências da União e de suas Entidades	200.000,00	200.000,00					200.000,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de su	200.000,00	200.000,00					200.000,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas Físicas							
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identifica							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL							
Integralização do Capital Social							
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro							
Resgate de Títulos do Tesouro							
Demais Receitas de Capital							
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)							
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	17.350.000,00	17.350.000,00	3.146.527,26	18,14	3.146.527,26	18,14	14.203.472,74
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)							
Operações de Crèdito - Mercado Interno							
Mobiliária							
Contratual							
Operações de Crèdito - Mercado Externo							
Mobiliária							
Contratual							
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	17.350.000,00	17.350.000,00	3.146.527,26	18,14	3.146.527,26	18,14	14.203.472,74
DÉFICIT (VI)'							
TOTAL (VII) = (V + VI)	17.350.000,00	17.350.000,00	3.146.527,26	18,14	3.146.527,26	18,14	14.203.472,74

Emissão: 07/03/2019 15:55:16 — Page 1 de 2
Portaria Nº 495, de 06 de Junho de 2017. — Homolog

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO ARAGUAIA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2018 - BIMESTRE JANEIRO/FEVEREIRO

RREO – ANEXO 01 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) — Em reais

SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES							
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS							
Superàvit Financeiro Utilizado para Crèditos Adicionais							
Reabertura de Crèditos Adicionais							

Emissão: 07/03/2019 15:55:16 — Page 2 de 2
Portaria Nº 495, de 06 de Junho de 2017. — Homolog

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO ARAGUAIA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO DE 2018 - BIMESTRE JANEIRO/FEVEREIRO

RREO – Anexo 02 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") em Reais

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas			SALDO (c) = (a-b)	Despesas Liquidadas			SALDO (e) = (a-d)	INSC. RESTOS A PAGAR NÃO PROC. (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)		
DESPESAS (Exceto Intra-Orçamentárias) (I)	15.756.100,00	15.756.100,00	3.493.975,71	3.493.975,71	100,00	12.262.124,29	2.505.783,78	2.505.783,78	100,00	13.250.316,22	0,00
LEGISLATIVA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUDICIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ESSENCIAL A JUSTIÇA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	3.668.500,00	3.388.090,95	862.422,54	862.422,54	24,68	2.525.668,41	457.812,82	457.812,82	18,27	2.930.278,13	0,00
Administração Geral	958.500,00	718.090,95	85.220,82	85.220,82	2,43	632.870,13	82.936,22	82.936,22	3,30	635.154,73	0,00
Administração Financeira	2.710.000,00	2.670.000,00	777.201,72	777.201,72	22,24	1.892.798,28	374.876,60	374.876,60	14,96	2.295.123,40	0,00
DEFESA NACIONAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SEGURANÇA PÚBLICA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RELAÇÕES EXTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.255.000,00	1.232.100,00	234.525,70	234.525,70	6,71	997.574,30	219.474,56	219.474,56	8,75	1.012.625,44	0,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	141.000,00	141.000,00	19.336,51	19.336,51	0,55	121.663,49	19.336,51	19.336,51	0,77	121.663,49	0,00
Assistência Comunitária	1.114.000,00	1.091.100,00	215.189,19	215.189,19	6,15	875.910,81	200.138,05	200.138,05	7,98	890.961,95	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SAÚDE	2.912.600,00	3.134.309,00	781.649,48	781.649,48	22,37	2.352.659,52	557.233,39	557.233,39	22,23	2.577.075,61	0,00
Atenção Básica	2.353.100,00	2.524.309,00	649.374,34	649.374,34	18,58	1.874.934,66	516.878,25	516.878,25	20,62	2.007.430,75	0,00
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	229.500,00	270.000,00	116.247,49	116.247,49	3,32	153.752,51	24.327,49	24.327,49	0,97	245.672,51	0,00
Suporte Profilático e Terapêutico	192.000,00	192.000,00	4.049,40	4.049,40	0,11	187.950,60	4.049,40	4.049,40	0,16	187.950,60	0,00
Vigilância Sanitária	120.000,00	120.000,00	0,00	0,00	0,00	120.000,00	0,00	0,00	0,00	120.000,00	0,00
Vigilância Epidemiológica	18.000,00	28.000,00	11.978,25	11.978,25	0,34	16.021,75	11.978,25	11.978,25	0,47	16.021,75	0,00
TRABALHO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EDUCAÇÃO	4.008.500,00	4.053.700,05	1.039.181,32	1.039.181,32	29,74	3.014.518,73	742.157,38	742.157,38	29,61	3.311.542,67	0,00
Ensino Fundamental	3.528.000,00	3.566.200,00	960.070,39	960.070,39	27,47	2.606.129,61	663.046,45	663.046,45	26,46	2.903.153,55	0,00
Educação Infantil	480.500,00	487.500,05	79.110,93	79.110,93	2,26	408.389,12	79.110,93	79.110,93	3,15	408.389,12	0,00
CULTURA	119.000,00	119.000,00	0,00	0,00	0,00	119.000,00	0,00	0,00	0,00	119.000,00	0,00
Difusão Cultural	119.000,00	119.000,00	0,00	0,00	0,00	119.000,00	0,00	0,00	0,00	119.000,00	0,00
DIREITOS DA CIDADANIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
URBANISMO	1.552.000,00	1.592.000,00	269.860,13	269.860,13	7,72	1.322.139,87	269.860,13	269.860,13	10,76	1.322.139,87	0,00
Serviços Urbanos	1.432.000,00	1.472.000,00	269.860,13	269.860,13	7,72	1.202.139,87	269.860,13	269.860,13	10,76	1.202.139,87	0,00
Demais Subfunções	120.000,00	120.000,00	0,00	0,00	0,00	120.000,00	0,00	0,00	0,00	120.000,00	0,00
HABITAÇÃO	37.000,00	37.000,00	0,00	0,00	0,00	37.000,00	0,00	0,00	0,00	37.000,00	0,00
Habitação Urbana	37.000,00	37.000,00	0,00	0,00	0,00	37.000,00	0,00	0,00	0,00	37.000,00	0,00
SANEAMENTO	473.000,00	473.000,00	116.586,35	116.586,35	3,33	356.413,65	102.909,81	102.909,81	4,10	370.090,19	0,00
Saneamento Básico Urbano	473.000,00	473.000,00	116.586,35	116.586,35	3,33	356.413,65	102.909,81	102.909,81	4,10	370.090,19	0,00
GESTÃO AMBIENTAL	50.000,00	50.000,00	5.033,60	5.033,60	0,14	44.966,40	5.033,60	5.033,60	0,20	44.966,40	0,00
Preservação e Conservação Ambiental	50.000,00	50.000,00	5.033,60	5.033,60	0,14	44.966,40	5.033,60	5.033,60	0,20	44.966,40	0,00
CIÊNCIA E TECNOLOGIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AGRICULTURA	148.000,00	132.000,00	9.969,88	9.969,88	0,28	122.030,12	9.969,88	9.969,88	0,39	122.030,12	0,00
Abastecimento	148.000,00	132.000,00	9.969,88	9.969,88	0,28	122.030,12	9.969,88	9.969,88	0,39	122.030,12	0,00
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INDUSTRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
COMÉRCIO E SERVIÇOS	294.000,00	294.000,00	51.843,30	51.843,30	1,48	242.156,70	51.843,30	51.843,30	2,06	242.156,70	0,00

Emissão: 07/03/2019 15:56:09
Portaria 495 de 06 de Junho de 2.017.

Page 1
Homolo

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO ARAGUAIA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2018 - BIMESTRE JANEIRO/FEVEREIRO

RREO – Anexo 02 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") em Reais

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas			SALDO (c) = (a-b)	Despesas Liquidadas			SALDO (e) = (a-d)	INSC. RESTOS A PAGAR NÃO PROC. (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)		
Turismo	294.000,00	294.000,00	51.843,30	51.843,30	1,48	242.156,70	51.843,30	51.843,30	2,06	242.156,70	0,00
COMUNICAÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ENERGIA	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00
Energia Elétrica	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00
TRANSPORTES	640.000,00	642.400,00	104.096,41	104.096,41	2,97	538.303,59	86.681,91	86.681,91	3,45	555.718,09	0,00
Transporte Rodoviário	640.000,00	642.400,00	104.096,41	104.096,41	2,97	538.303,59	86.681,91	86.681,91	3,45	555.718,09	0,00
DESPORTO E LAZER	48.500,00	58.500,00	18.807,00	18.807,00	0,53	39.693,00	2.807,00	2.807,00	0,11	55.693,00	0,00
Desporto Comunitário	48.500,00	58.500,00	18.807,00	18.807,00	0,53	39.693,00	2.807,00	2.807,00	0,11	55.693,00	0,00
ENCARGOS ESPECIAIS	250.000,00	250.000,00	0,00	0,00	0,00	250.000,00	0,00	0,00	0,00	250.000,00	0,00
Serviço da Dívida Interna	250.000,00	250.000,00	0,00	0,00	0,00	250.000,00	0,00	0,00	0,00	250.000,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	270.000,00	270.000,00	0,00	0,00	0,00	270.000,00	0,00	0,00	0,00	270.000,00	0,00
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (II)	753.900,00	753.900,00	0,00	0,00	0,00	753.900,00	0,00	0,00	0,00	753.900,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	16.510.000,00	16.510.000,00	3.493.975,71	3.493.975,71	100,00	13.016.024,29	2.505.783,78	2.505.783,78	100,00	14.004.216,22	0,00

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesa Empenhada			SALDO (c) = (a-b)	Despesas Liquidadas			SALDO (e) = (a-d)	INSC. RESTOS A PAGAR NÃO PROC. (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)		
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	753.900,00	753.900,00	0,00	0,00	0,00	753.900,00	0,00	0,00	0,00	753.900,00	0,00
LEGISLATIVA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUDICIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ESSENCIAL A JUSTIÇA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	146.500,00	146.500,00	0,00	0,00	0,00	146.500,00	0,00	0,00	0,00	146.500,00	0,00
Administração Geral	6.500,00	6.500,00	0,00	0,00	0,00	6.500,00	0,00	0,00	0,00	6.500,00	0,00
Administração Financeira	140.000,00	140.000,00	0,00	0,00	0,00	140.000,00	0,00	0,00	0,00	140.000,00	0,00
DEFESA NACIONAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SEGURANÇA PÚBLICA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RELAÇÕES EXTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ASSISTÊNCIA SOCIAL	48.000,00	48.000,00	0,00	0,00	0,00	48.000,00	0,00	0,00	0,00	48.000,00	0,00
Assistência Comunitária	48.000,00	48.000,00	0,00	0,00	0,00	48.000,00	0,00	0,00	0,00	48.000,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SAÚDE	217.400,00	217.400,00	0,00	0,00	0,00	217.400,00	0,00	0,00	0,00	217.400,00	0,00
Atenção Básica	196.900,00	196.900,00	0,00	0,00	0,00	196.900,00	0,00	0,00	0,00	196.900,00	0,00
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	500,00	500,00	0,00	0,00	0,00	500,00	0,00	0,00	0,00	500,00	0,00
Suporte Profilático e Terapêutico	8.000,00	8.000,00	0,00	0,00	0,00	8.000,00	0,00	0,00	0,00	8.000,00	0,00
Vigilância Sanitária	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00
Vigilância Epidemiológica	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00
TRABALHO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EDUCAÇÃO	268.500,00	268.500,00	0,00	0,00	0,00	268.500,00	0,00	0,00	0,00	268.500,00	0,00
Ensino Fundamental	238.000,00	238.000,00	0,00	0,00	0,00	238.000,00	0,00	0,00	0,00	238.000,00	0,00
Educação Infantil	30.500,00	30.500,00	0,00	0,00	0,00	30.500,00	0,00	0,00	0,00	30.500,00	0,00
CULTURA	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00
Difusão Cultural	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00

Emissão: 07/03/2019 15:56:09
Portaria 495 de 06 de Junho de 2.017.

Page 2
Homolo

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO ARAGUAIA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2018 - BIMESTRE JANEIRO/FEVEREIRO

RREO – Anexo 02 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") em Reais

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesa Empenhada			SALDO (c) = (a-b)	Despesas Liquidadas			SALDO (e) = (a-d)	INSC. RESTOS A PAGAR NÃO PROC. (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)		
DIREITOS DA CIDADANIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
URBANISMO	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00
Serviços Urbanos	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00
HABITAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SANEAMENTO	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00
Saneamento Básico Urbano	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00
GESTÃO AMBIENTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CIÊNCIA E TECNOLOGIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AGRICULTURA	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00
Abastecimento	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INDUSTRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
COMÉRCIO E SERVIÇOS	4.000,00	4.000,00	0,00	0,00	0,00	4.000,00	0,00	0,00	0,00	4.000,00	0,00
Turismo	4.000,00	4.000,00	0,00	0,00	0,00	4.000,00	0,00	0,00	0,00	4.000,00	0,00
COMUNICAÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ENERGIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSPORTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPORTO E LAZER	1.500,00	1.500,00	0,00	0,00	0,00	1.500,00	0,00	0,00	0,00	1.500,00	0,00
Desporto Comunitário	1.500,00	1.500,00	0,00	0,00	0,00	1.500,00	0,00	0,00	0,00	1.500,00	0,00
ENCARGOS ESPECIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	**753.900,00**	**753.900,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**753.900,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**753.900,00**	**0,00**

Emissão: 07/03/2019 15:56:09
Portaria 495 de 06 de Junho de 2.017.

Page 3
Homolo

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO ARAGUAIA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LIQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MARÇO/2017 A FEVEREIRO/2018

RREO – ANEXO 03 (LRF, Art. 53, inciso I) — Em reais

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)	PREVISÃO ATUALIZADA 2018
	MAR/17	ABR/17	MAI/17	JUN/17	JUL/17	AGO/17	SET/17	OUT/17	NOV/17	DEZ/17	JAN/18	FEV/18		
RECEITAS CORRENTES (I)											1.445.614,48	2.082.799,85	3.528.414,33	18.866.200,00
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria											94.559,69	282.959,00	377.518,69	1.114.000,00
IPTU											7.450,09	2.836,46	10.286,55	281.250,00
ISS											34.034,94	223.802,46	257.837,40	275.300,00
ITBI											23.134,24	18.438,60	41.572,84	310.000,00
IRRF											27.594,48	32.447,66	60.042,14	160.000,00
Outros Impostos, Taxas e Contrib. de Melhoria											2.345,94	5.433,82	7.779,76	87.450,00
Contribuições											32.441,78	16.697,75	49.139,53	290.200,00
Receita Patrimonial											4.682,93	4.223,13	8.906,06	535.300,00
Rendimentos de Aplicação Financeira											4.682,93	4.223,13	8.906,06	535.000,00
Outras Receitas Patrimoniais														300,00
Receita Agropecuária														
Receita Industrial														
Receita Serviços											41.062,81	45.136,90	86.199,71	310.000,00
Transferências Correntes											1.272.673,77	1.733.703,57	3.006.377,34	16.616.000,00
Cota Parte do FPM											562.076,40	734.809,64	1.296.886,04	6.211.000,00
Cota Parte do ICMS											280.470,20	238.370,14	518.840,34	3.600.000,00
Cota Parte do IPVA											25.973,84	34.190,01	60.163,85	250.000,00
Cota Parte do ITR											29.009,35	2.562,21	31.571,56	200.000,00
Transferência da LC 87/1966											987,17	987,17	1.974,34	20.000,00
Transferência LC 61/1989											1.886,78	1.862,28	3.749,06	19.000,00
Transferências FUNDEB											220.282,43	218.327,50	438.609,93	2.000.000,00
Outras Transferências Correntes											151.987,60	502.594,62	654.582,22	4.316.000,00
Outras Receitas Correntes											193,50	79,50	273,00	700,00
DEDUÇÕES (II)											179.703,31	202.183,76	381.887,07	1.926.200,00
Contrib. Servidor para o Plano de Previdência														
Comp. Financeira entre Regimes de Previdência														
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB											179.703,31	202.183,76	381.887,07	1.926.200,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)											**1.265.911,17**	**1.880.616,09**	**3.146.527,26**	**16.940.000,00**

Emissão: 07/03/2019 15:56:58 — Page 1 de
Portaria 495 de 06 de Junho de 2017. — Homologado

FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDOR
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO: 1º BIMESTRE - EXERCÍCIO DE 2018

RREO - Anexo IV (LRF, Art. 53, inciso II) — Em Reais

PLANO PREVIDENCIÁRIO

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre 2018	Até o Bimestre 2017
RECEITAS CORRENTES (I)	1.600.000,00	1.600.000,00	63.815,78	291.489,10
Receitas de Contribuições dos Segurados	614.000,00	614.000,00	38.863,76	116.325,86
Civil	614.000,00	614.000,00	38.863,76	116.325,86
Ativo	614.000,00	614.000,00	38.720,59	116.325,86
Inativo	0,00	0,00	143,17	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	890.800,00	890.800,00	23.527,82	175.163,24
Civil	890.800,00	890.800,00	23.527,82	163.948,80
Ativo	890.800,00	890.800,00	23.527,82	163.948,80
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Parcelamento de Débitos	0,00	0,00	0,00	11.214,44
Receita Patrimonial	95.000,00	95.000,00	1.424,20	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	95.000,00	95.000,00	1.424,20	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Aporte Periódico de Valores Predefinidos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	200,00	200,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	100,00	100,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	100,00	100,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (III) = (I + II)	1.600.000,00	1.600.000,00	63.815,78	291.489,10

(Continua)

FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDOR
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO: 1º BIMESTRE - EXERCÍCIO DE 2018

RREO - Anexo IV (LRF, Art. 53, inciso II) — Em Reais

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Até o Bimestre 2018	Até o Bimestre 2017	Até o Bimestre 2018	Até o Bimestre 2017	Em 2018	Em 2017
ADMINISTRAÇÃO (IV)	282.000,00	282.000,00	58.889,54	117.118,73	19.388,63	24.358,77	0,00	0,00
Despesas Correntes	257.000,00	257.000,00	58.889,54	117.118,73	19.388,63	24.358,77	0,00	0,00
	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	500,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	500,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	90.000,00	90.000,00	58.889,54	0,00	19.388,63	0,00	0,00	0,00
	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	110.000,00	110.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA (V)	998.000,00	998.000,00	103.174,66	72.245,66	103.174,66	72.245,66	0,00	0,00
Benefícios - Civil	988.000,00	988.000,00	103.174,66	72.245,66	103.174,66	72.245,66	0,00	0,00
Aposentadorias	588.000,00	588.000,00	85.449,52	72.245,66	85.449,52	72.245,66	0,00	0,00
	445.000,00	445.000,00	65.071,33	0,00	65.071,33	0,00	0,00	0,00
	143.000,00	143.000,00	20.378,19	0,00	20.378,19	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	400.000,00	400.000,00	17.725,14	0,00	17.725,14	0,00	0,00	0,00
	400.000,00	400.000,00	17.725,14	0,00	17.725,14	0,00	0,00	0,00
Benefícios - Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	1.280.000,00	1.280.000,00	162.064,20	189.364,39	122.563,29	96.604,43	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	320.000,00	320.000,00	-98.248,42	102.124,71	-58.747,51	194.884,67	63.815,78	291.489,10

RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
VALOR	0,00

FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDOR
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO: 1º BIMESTRE - EXERCÍCIO DE 2018

RREO - Anexo IV (LRF, Art. 53, inciso II) — Em Reais

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Até o Bimestre 2018	Até o Bimestre 2017	Até o Bimestre 2018	Até o Bimestre 2017	Em 2018	Em 2017

RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
VALOR	320.000,00

APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	APORTES REALIZADOS
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar	0,00
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00

BENS E DIREITOS DO RPPS	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	2018	2017
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	42.945,64	132.265,82
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES	12.507.957,20	12.130.009,85
OUTROS BENS E DIREITOS	0,00	0,00

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não-processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:
a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não-processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO ARAGUAIA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2018 - BIMESTRE JANEIRO/FEVEREIRO

RREO – ANEXO 09 (LRF, art.53, § 1º, inciso I) em Reais

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a – b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO [1] (I)			

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS INSCRITA EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	SALDO NÃO EXECUTADO (f) = (d – e)
DESPESAS DE CAPITAL	1.604.200,00	16.671,00	20.764,00		1.587.529,00
(-) INCENTIVOS FISCAIS A CONTRIBUINTE					
(-) INCENTIVOS FISCAIS A CONTRIBUINTE POR INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS					
DESPESAS DE CAPITAL LÍQUIDA (II)	1.604.200,00	16.671,00	20.764,00		1.587.529,00
RESULTADO PARA A APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-1.604.200,00	-16.671,00			-1.587.529,00

Fonte:

Notas:
[1] Operações de Crèdito descritas na CF, art. 167, inciso III

Emissão: 07/03/2019 16:00:19
Portaria 495 de 26 de Junho de 2017.
Page 1
Homolog

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO ARAGUAIA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2018 - BIMESTRE JANEIRO/FEVEREIRO

RREO – ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III) — Em reais

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	Até FEVEREIRO / 2018
		RECEITAS REALIZADAS (a)
RECEITAS CORRENTES (I)	16.940.000,00	3.146.527,26
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.114.000,00	377.518,69
IPTU	281.250,00	10.286,55
ISS	275.300,00	257.837,40
ITBI	310.000,00	41.572,84
IRRF	160.000,00	60.042,14
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	87.450,00	7.779,76
Contribuições	290.200,00	49.139,53
Receita Patrimonial	535.300,00	8.906,06
Aplicações Financeiras (II)	535.000,00	8.906,06
Outras Receitas Patrimoniais	300,00	0,00
Transferências Correntes	14.689.800,00	2.624.490,27
Cota-parte do FPM	5.098.800,00	1.037.508,88
Cota-parte do ICMS	2.880.000,00	415.072,31
Cota-parte do IPVA	200.000,00	48.131,12
Cota Parte do ITR	160.000,00	25.257,27
Transferências da LC 87/1996	16.000,00	1.579,48
Transferências da LC 61/1989	19.000,00	3.749,06
Transferências do FUNDEB	2.000.000,00	438.609,93
Outras Transferências Correntes	4.316.000,00	654.582,22
Demais Receitas Correntes	310.700,00	86.472,71
Outras Receitas Financeiras (III)	200,00	0,00
Receitas Correntes Restantes	310.500,00	86.472,71
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (IV) = ((I) - (II + III))	16.404.800,00	3.137.621,20
RECEITAS DE CAPITAL (V)	410.000,00	0,00
Operações de Crèdito (VI)	0,00	0,00
Amortização de Emprèstimos (VII)	0,00	0,00
Alienação de Bens	10.000,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Temporàrios (VIII)	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (IX)	0,00	0,00
Outras Alienações de Bens	10.000,00	0,00
Transferências de Capital	400.000,00	0,00
Convênios	400.000,00	0,00
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Não Primárias (X)	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Primàrias	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XI) = ((V) - (VI + VII + VIII + IX + X))	410.000,00	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XII) = (IV + XI)	**16.814.800,00**	**3.137.621,20**

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até FEVEREIRO / 2018					
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
						LIQUIDADOS	PAGOS (c)
DESPESAS CORRENTES (XIII)	14.691.900,00	3.473.211,71	2.485.019,78	1.458.553,42	980.506,18	3.235,44	3.235,44
Pessoal e Encargos Sociais	7.534.400,00	1.484.187,80	1.484.187,80	794.900,98	523.507,71	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida (XIV)	70.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	7.087.500,00	1.989.023,91	1.000.831,98	663.652,44	456.998,47	3.235,44	3.235,44
Transferências Constitucionais e Legais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Correntes	7.087.500,00	1.989.023,91	1.000.831,98	663.652,44	456.998,47	3.235,44	3.235,44
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XV) = (XIII - XIV)	14.621.900,00	3.473.211,71	2.485.019,78	1.458.553,42	980.506,18	3.235,44	3.235,44
DESPESAS DE CAPITAL (XVI)	1.604.200,00	20.764,00	20.764,00	19.969,00	5.926,00	0,00	0,00
Investimentos	1.474.200,00	20.764,00	20.764,00	19.969,00	5.926,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Emprèstimos e Financiamentos (XVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Crédito (XIX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XX)	130.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESP. PRIM. DE CAPITAL (XXI) = (XVI - XVII - XVIII - XIX - XX)	1.474.200,00	20.764,00	20.764,00	19.969,00	5.926,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXII)	270.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXIII) = (XV + XXI + XXII)	**16.366.100,00**	**3.493.975,71**	**2.505.783,78**	**1.478.522,42**	**986.432,18**	**3.235,44**	**3.235,44**

RESULTADO PRIMÁRIO - Acima da Linha (XXIV) = [XIIa - (XXIIIa + XXIIIb + XXIIIc)]	**669.431,16**

META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO	VALOR CORRENTE
Meta fixada - Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	**0,00**

Emissão: 07/03/2019 às 15:58
Portaria 495 de 06 de Junho de 2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO ARAGUAIA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2018 - BIMESTRE JANEIRO/FEVEREIRO

RREO – ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III) — Em reais

JUROS NOMINAIS	Até FEVEREIRO / 2018
	VALOR INCORRIDO
JUROS E ENCARGOS ATIVOS (XXV)	8.906,06
JUROS E ENCARGOS PASSIVOS (XXVI)	0,00
RESULTADO NOMINAL - Acima da Linha (XXVII) = XXIV + (XXV - XXVI)	**678.337,22**

META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL	VALOR CORRENTE
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	**0,00**

ABAIXO DA LINHA		
CALCULO DO RESULTADO NOMINAL	SALDO	
	Em 31/Dez / 2017 (a)	Até FEVEREIRO / 2018) (b)
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXVIII)	1.123.142,63	1.100.705,30
DEDUÇÕES (XXIX)	469.718,60	2.174.156,25
Disponibilidade de Caixa	427.375,93	2.122.078,86
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.744.939,54	2.335.535,20
(-) Restos a Pagar Processados (XXX)	1.317.563,61	213.456,34
Demais Haveres Financeiros	42.342,67	52.077,39
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XXXI) = (XXVIII - XXIX)	653.424,03	-1.073.450,95
RESULTADO NOMINAL - Abaixo da Linha (XXXII) = (XXXIa - XXXIb)		**1.726.874,98**

AJUSTE METODOLÓGICO	Até FEVEREIRO / 2018)
VARIAÇÃO SALDO RPP = (XXXIII) = (XXXa - XXXb)	1.104.107,27
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (IX)	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS NA DC (XXXIV)	1.100.705,30
OUTROS AJUSTES (XXXV)	0,00
RESULTADO NOMINAL AJUSTADO - Abaixo da Linha (XXXVI) = (XXXII - XXXIII - IX + XXXIV + XXXV)	**1.723.473,01**

RESULTADO PRIMÁRIO - Abaixo da Linha (XXXVII) = XXXVI - (XXV - XXVI)	**1.714.566,95**

INFORMAÇÕES ADICIONAIS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	0,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO ARAGUAIA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2018 - BIMESTRE JANEIRO/FEVEREIRO

RREO – Anexo 07 (LRF, art. 53, inciso V) em Reais

PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS					Saldo Total (e + k)
	Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo e = (a + b) - (c + d)	Inscritos		Liquidados (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)	Saldo k = (f + g) - (i - j)	
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro 2017				Em Exercícios Anteriores (f)	Em 31 de Dezembro 2017					
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	107.342,92	1.206.965,01	986.432,18		327.875,75		6.765,04	3.235,44	3.235,44		3.529,60	331.405,35
EXECUTIVO	107.342,92	1.206.965,01	986.432,18		327.875,75		6.765,04	3.235,44	3.235,44		3.529,60	331.405,35
GABINETE DO PREFEITO		29.758,04	22.371,70		7.386,34							7.386,34
SEC. MUNICIPAL DE GOVERNO		2.080,00	2.080,00									
SEC. MUN. ADM. FINANCAS E PLANEJAMENTO	23.151,51	135.451,15	121.321,65		37.281,01		900,00	900,00	900,00			37.281,01
SEC. MUNICIPAL DE EDUCACAO E CULTURA	7.120,93	164.130,19	92.048,29		79.202,83		5.355,04	1.935,44	1.935,44		3.419,60	82.622,43
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	32.081,75	367.605,22	324.499,73		75.187,24		110,00				110,00	75.297,24
SEC. MUNICIPAL DE ACAO SOCIAL		89.916,27	64.130,13		25.786,14		400,00	400,00	400,00			25.786,14
SEC.MUN.AGRICULTURA E ASSIST.FUNDIARIA		4.521,67	4.521,67									
SEC.MUN.VIACAO OBRAS SERVICOS PUBLICOS	34.395,56	188.262,67	142.908,61		79.749,62							79.749,62
SEC. MUN. INDUSTRIA, COMERCIO E TURISMO	10.593,17	220.206,20	207.516,80		23.282,57							23.282,57
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO		2.516,80	2.516,80									
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE		2.516,80	2.516,80									
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)		3.255,68	3.255,68									
TOTAL (III) = (I + II)	**107.342,92**	**1.210.220,69**	**989.687,86**		**327.875,75**		**6.765,04**	**3.235,44**	**3.235,44**		**3.529,60**	**331.405,35**

PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS					Saldo Total (e + k)
	Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo e = (a + b) - (c + d)	Inscritos		Liquidados (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)	Saldo k = (f + g) - (i - j)	
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro				Em Exercícios Anteriores (f)	Em 31 de Dezembro					
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS)		3.255,68	3.255,68									
EXECUTIVO		3.255,68	3.255,68									
SEC. MUNICIPAL DE EDUCACAO E CULTURA		3.255,68	3.255,68									

Emissão: 07/03/2019 às 15:58
Portaria 495 de 06 de Junho de 2.017.

Page 1 de
Homologado

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO ARAGUAIA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2018 - BIMESTRE JANEIRO/FEVEREIRO

RREO – Anexo 07 (LRF, art. 53, inciso V) em Reais
Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO ARAGUAIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO ARAGUAIA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2018

RREO - Anexo 08 (LDB, art 72) **em Reais**

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1-RECEITA DE IMPOSTOS	866.550,00	866.550,00	309.696,79	35,74 %
1.1-Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana IPTU	281.250,00	281.250,00	10.286,55	3,66 %
1.1.1-IPTU	192.000,00	192.000,00	1.629,17	0,85 %
1.1.2-Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do IPTU	89.250,00	89.250,00	8.657,38	9,70 %
1.2-Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos ITBI	310.000,00	310.000,00	41.572,84	13,41 %
1.2.1-ITBI	310.000,00	310.000,00	41.572,84	13,41 %
1.2.2-Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITBI				
1.3-Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza ISS	275.300,00	275.300,00	257.837,40	93,66 %
1.3.1-ISS	264.000,00	264.000,00	255.414,73	96,75 %
1.3.2-Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ISS	11.300,00	11.300,00	2.422,67	21,44 %
1.5-Receita Resultante do Imposto Territorial Rural ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)				
1.5.1-ITR				
1.5.2-Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITR				
2-RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	10.300.000,00	10.300.000,00	1.913.185,19	18,57 %
2.1-Cota-Parte FPM	6.211.000,00	6.211.000,00	1.296.886,04	20,88 %
2.1.1-Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	5.561.000,00	5.561.000,00	1.296.886,04	23,32 %
2.1.2-Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	350.000,00	350.000,00		
2.1.3-Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	300.000,00	300.000,00		
2.2-Cota-Parte ICMS	3.600.000,00	3.600.000,00	518.840,34	14,41 %
2.3-ICMS-Desoneração L.C. nº87/1996	20.000,00	20.000,00	1.974,34	9,87 %
2.4-Cota-Parte IPI-Exportação	19.000,00	19.000,00	3.749,06	19,73 %
2.5-Cota-Parte ITR	200.000,00	200.000,00	31.571,56	15,79 %
2.6-Cota-Parte IPVA	250.000,00	250.000,00	60.163,85	24,07 %
2.7-Cota-Parte IOF-Ouro				
3-TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	**11.166.550,00**	**11.166.550,00**	**2.222.881,98**	**19,91 %**

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4-RECEITA DA APLIC. FINANC. DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO				
5-RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	290.000,00	290.000,00	31.442,61	10,84 %
5.1-Transferências do Salário-Educação	70.000,00	70.000,00	31.442,61	44,92 %
5.2-Transferências Diretas - PDDE				
5.3-Transferências Diretas - PNAE	60.000,00	60.000,00		
5.4-Transferências Diretas - PNATE	45.000,00	45.000,00		
5.5-Outras Transferências do FNDE	50.000,00	50.000,00		
5.6-Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	65.000,00	65.000,00		
6-RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	635.000,00	635.000,00	10.404,41	1,64 %
6.1-Transferências de Convênios	635.000,00	635.000,00	10.404,41	1,64 %
6.2-Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios				
7-RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO				
8-OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO				
9-TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	**925.000,00**	**925.000,00**	**41.847,02**	**4,52 %**

Emissão: 07/03/2019 15:59:37
Portaria 495 de 26 de Junho de 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO ARAGUAIA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2018

RREO - Anexo 08 (LDB, art 72) — **em Reais**

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10-RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	1.930.000,00	1.930.000,00	382.637,01	19,83 %
10.1-Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB (20% de 2.1.1)	1.112.200,00	1.112.200,00	259.377,20	23,32 %
10.2-Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB (20% de 2.2)	720.000,00	720.000,00	103.768,06	14,41 %
10.3-ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB (20% de 2.3)	4.000,00	4.000,00	394,86	9,87 %
10.4-Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB (20% de 2.4)	3.800,00	3.800,00	749,81	19,73 %
10.5-Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadado Destinados ao FUNDEB (20% de ((1.5 - 1.5.5) + 2.5)	40.000,00	40.000,00	6.314,31	15,79 %
10.6-Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB (20% de 2.6)	50.000,00	50.000,00	12.032,77	24,07 %
11-RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	2.000.000,00	2.000.000,00	438.609,93	21,93 %
11.1-Transferências de Recursos do FUNDEB	2.000.000,00	2.000.000,00	438.609,93	21,93 %
11.2-Complementação da União ao FUNDEB				
11.3-Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB				
12-RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 10)	**70.000,00**	**70.000,00**	**55.972,92**	**79,96 %**

SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (12) > 0] = ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB
SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (12) < 0] = DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB

DESPESAS DO ENSINO

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i) [7]
			Até o Bimestre (e)	% (f) = (e/d) x 100	Até o Bimestre (g)	% (h) = (g/d) x 100	
13-PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO							
13.1-Com Educação Infantil							
13.2-Com Ensino Fundamental							
14-OUTRAS DESPESAS							
14.1-Com Educação Infantil							
14.2-Com Ensino Fundamental							
15-TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)							

DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB	VALOR
16-RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB	10.498,04
16.1-FUNDEB 60%	6.373,57
16.2-FUNDEB 40%	4.124,47
17-DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB	
17.1-FUNDEB 60%	
17.2-FUNDEB 40%	
18-TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)	10.498,04

Emissão: 07/03/2019 15:59:37
Portaria 495 de 26 de Junho de 2017.
Page 2 de 4
Homologad

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO ARAGUAIA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2018

RREO - Anexo 08 (LDB, art 72) — **em Reais**

INDICADORES DO FUNDEB	VALOR
19-TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)	-10.498,04
19.1-Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério [1] (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %	-1,45
19.2-Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %	-0,94
19.3-Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 +19.2))	102,39

CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE	VALOR
20-RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2017 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS	
21-DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2018 [2]	

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTES DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS [7] (i)
			Até o Bimestre (e)	% (f) = (e/d) x 100	Até o Bimestre (g)	% (h) = (g/d) x 100	
22-EDUCAÇÃO INFANTIL							
22.1-Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB							
22.2-Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos							
23-ENSINO FUNDAMENTAL							
23.1-Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB							
23.2-Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos							
24-ENSINO MÉDIO							
25-ENSINO SUPERIOR							
26-ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR							
27-OUTRAS	118.000,00	118.000,00	2.268,50	1,92 %	2.068,50	1,75 %	200,00
28-TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (22+23 + 24 + 25 + 26 + 27)	**118.000,00**	**118.000,00**	**2.268,50**	**1,92 %**	**2.068,50**	**1,75 %**	**200,00**

DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL	VALOR
29-RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)	55.972,92
30-DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	
32-DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB	
33-DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS	40.036,53
34-RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO {4}	
35-CANCELAMENTO NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (45 j)	
36-TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (29 + 30 + 32 + 33 + 34 + 35) {6}	**96.009,45**
37-TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((22 + 23) (36)) {6}	**-96.009,45**
38-PERCENTUAL APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS ((37) / (3) x 100) % {6} - LIMITE CONSTITUCIONAL 25% {5}	**-4,32**

Emissão: 07/03/2019 15:59:37
Portaria 495 de 26 de Junho de 2017.

Page 3 de 4
Homologad

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO ARAGUAIA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2018

RREO - Anexo 08 (LDB, art 72) **em Reais**

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

Outras Despesas Custeadas com Receitas Adicionais para Financiamento do Ensino	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS[7] (i)
			Até o Bimestre (e)	% (f) = (e/d) x 100	Até o Bimestre (g)	% (h) = (g/d) x 100	
39-DESPESAS CUSTEADAS C/ APLIC. FINANC. DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO							
40-DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO							
41-DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO							
42-DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	4.159.000,00	4.204.200,05	1.036.912,82	24,66 %	740.088,88	17,60 %	296.823,94
43-TOTAL OUTRAS DESP. CUSTEADAS C/RECEITAS ADIC. P/FINANC. DO ENSINO (39 + 40 + 41 + 42)	4.159.000,00	4.204.200,05	1.036.912,82	24,66 %	740.088,88	17,60 %	296.823,94
44-TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (28 + 43)	4.277.000,00	4.322.200,05	1.039.181,32	24,04 %	742.157,38	17,17 %	297.023,94

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2018 (j)
45-RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	78.055,77	
45.1-Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	78.055,77	
45.2-Executadas com Recursos do FUNDEB		

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	FUNDEB	SALÁRIO EDUCAÇÃO
46-DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	535,22	
47-(+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	438.609,93	31.442,61
48-(-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	11.033,26	
48.1-Orçamento do Exercício		
48.2-Restos a Pagar	11.033,26	
49-(+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		
50-(=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	428.111,89	31.442,61
51-(+) Ajustes	68.110,25	
51.1-Retenções	68.110,25	
51.2-Conciliação Bancária		
52-(=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO	496.222,14	31.442,61

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO ARAGUAIA

1-Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

2 - Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos á conta dos Fundos, inclusive relativos á complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subseqüente, mediante abertura de crédito adicional."

3 - Caput do artigo 212 da CF/1988

4 - Os valores referentes á parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada á educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.

5 - Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

6 - Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.

7 - Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre

Emissão: 07/03/2019 15:59:37
Portaria 495 de 26 de Junho de 2017.

Page 4 de 4
Homologad

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO ARAGUAIA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO DE 2018 - BIMESTRE JANEIRO/FEVEREIRO

RREO – Anexo 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III) — em Reais

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a - b)
RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	10.000,00		10.000,00
Receita de Capital - Alienação de Bens Móveis	10.000,00		10.000,00
Receita de Capital - Alienação de Bens Imóveis			

DESPESAS	Dotação Atualizada (d)	Despesas Empenhadas (e)	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas (f)	Despesas Inscritas em Restos a Pagar Não Processados	Pagamento de Restos a Pagar (g)	Saldo a Pagar (h) = (d - e)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)							
Despesas de Capital							
Investimentos							
Inversões Financeiras							
Amortização da Dívida							
Despesas Correntes dos Regimes de Previdência							
Regime Próprio dos Servidores Públicos							

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	2017 (i)	2018 (j) = (Ib - (IIf + IIg))	SALDO ATUAL (k) = (IIIi + IIIj)
VALOR (III)			

Fonte:

Emissão: 07/03/2019 16:01:04
Portaria 495 de 06 de Junho de 2017.

Page 1 de 1
Homologado

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO ARAGUAIA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2018 - BIMESTRE JANEIRO/FEVEREIRO

RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35) em Reais

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	1.026.550,00	1.026.550,00	369.738,93	36,02
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	192.000,00	192.000,00	1.629,17	0,85
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	310.000,00	310.000,00	41.572,84	13,41
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	264.000,00	264.000,00	255.414,73	96,75
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	160.000,00	160.000,00	60.042,14	37,53
Imposto Territorial Rural - ITR				
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	13.000,00	13.000,00	936,61	7,20
Dívida Ativa dos Impostos	75.850,00	75.850,00	8.070,84	10,64
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	11.700,00	11.700,00	2.072,60	17,71
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	9.650.000,00	9.650.000,00	1.913.185,19	19,83
Cota-Parte FPM	5.561.000,00	5.561.000,00	1.296.886,04	23,32
Cota-Parte ITR	200.000,00	200.000,00	31.571,56	15,79
Cota-Parte IPVA	250.000,00	250.000,00	60.163,85	24,07
Cota-Parte ICMS	3.600.000,00	3.600.000,00	518.840,34	14,41
Cota-Parte IPI-Exportação	19.000,00	19.000,00	3.749,06	19,73
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	20.000,00	20.000,00	1.974,34	9,87
Desoneração ICMS (LC 87/96)	20.000,00	20.000,00	1.974,34	9,87
Outras				
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	**10.676.550,00**	**10.676.550,00**	**2.282.924,12**	**21,38**

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Semestre (d)	% (d/c) x 100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	2.021.000,00	2.021.000,00	162.299,19	8,03
Provenientes da União	1.800.000,00	1.800.000,00	162.299,19	9,02
Provenientes dos Estados	221.000,00	221.000,00		
Provenientes de Outros Municípios				
Outras Receitas do SUS				
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	450.000,00	450.000,00	1.003,88	0,22
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE				
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE				
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	**2.471.000,00**	**2.471.000,00**	**163.303,07**	**6,61**

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados [7]
			Até o Bimestre (f)	% (f/e) x 100	Até o Bimestre (g)	% (g/e) x 100	
DESPESAS CORRENTES	2.916.000,00	3.137.709,00	781.649,48	24,91	557.233,39	17,76	
Pessoal e Encargos Sociais	1.776.000,00	1.886.000,00	328.424,03	17,41	328.424,03	17,41	
Juros e Encargos da Dívida							
Outras Despesas Correntes	1.140.000,00	1.251.709,00	453.225,45	36,21	228.809,36	18,28	
DESPESAS DE CAPITAL	214.000,00	214.000,00					
Investimentos	214.000,00	214.000,00					
Inversões Financeiras							
Amortização da Dívida							
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	**3.130.000,00**	**3.351.709,00**	**781.649,48**	**23,32**	**557.233,39**	**16,63**	

Emissão: 07/03/2019 16:01:56 Page 1
Portaria 495 de 06 de Junho de 2.017. Homolo

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO ARAGUAIA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2018 - BIMESTRE JANEIRO/FEVEREIRO

RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35) — em Reais

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados [7]
			Até o Bimestre (h)	% (h/IVf) x 100	Até o Bimestre (i)	% (i/IVg) x 100	
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS							
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL							
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	3.107.500,00	3.329.209,00	781.649,48	100,00	557.233,39	100,00	
Recursos de Transferência do Sistema Único de Saúde - SUS	780.700,00	780.700,00	12.332,30	1,58	11.446,30	2,05	
Recursos de Operações de Crédito							
Outros Recursos	2.326.800,00	2.548.509,00	769.317,18	98,42	545.787,09	97,95	
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS							
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA[1]							
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS[2]							
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO FOI APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES							
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	**3.107.500,00**	**3.329.209,00**	**781.649,48**	**100,00**	**557.233,39**	**100,00**	
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	**22.500,00**	**22.500,00**					

PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%)= (VI(h ou i) / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15,00 %	**0,00**
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VI(h ou i) - (15,00 * IIIb)/100]	**-342.438,62**

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
Inscritos em 2018					
Inscritos em 2017	110,00			110,00	110,00
Inscritos em 2016					
Inscritos em 2015					
Inscritos em 2014					
Inscritos em Exercícios Anteriores ao de Referência - 2014					
TOTAL	**110,00**			**110,00**	**110,00**

CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, § 1º e 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS		
	Saldo Inicial	Despesas Custeadas no exercício de referência (j)	Saldo Final (Não Aplicado)
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2018			
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2017			
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2016			
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2015			
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2014			
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em Exercícios Anteriores ao de Referência - 2014			
TOTAL			

Emissão: 07/03/2019 16:01:56 — Page 2
Portaria 495 de 06 de Junho de 2.017. — Homolo

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO ARAGUAIA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2018 - BIMESTRE JANEIRO/FEVEREIRO

RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35) em Reais

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO		
	Saldo Inicial	Despesas Custeadas no exercício de referência (k)	Saldo Final (Não Aplicado)
Diferença de limite não cumprido em 2017			
Diferença de limite não cumprido em 2016			
Diferença de limite não cumprido em 2015			
Diferença de limite não cumprido em 2014			
Diferença de limite não cumprido em 2013			
Diferença de limite não cumprido em Exercícios Anteriores ao de Referência - 2013			
TOTAL			

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados [7]
			Até o Bimestre (l)	% (l/total l) x 100	Até o Bimestre (m)	% (m/total m) x 100	
Atenção Básica	2.550.000,00	2.721.209,00	649.374,34	83,08	516.878,25	92,76	
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	230.000,00	270.500,00	116.247,49	14,87	24.327,49	4,37	
Suporte Profilático e Terapêutico	200.000,00	200.000,00	4.049,40	0,52	4.049,40	0,73	
Vigilância Sanitária	130.000,00	130.000,00					
Vigilância Epidemiológica	20.000,00	30.000,00	11.978,25	1,53	11.978,25	2,15	
Alimentação e Nutrição							
Outras Subfunções							
TOTAL	**3.130.000,00**	**3.351.709,00**	**781.649,48**	**100,00**	**557.233,39**	**100,00**	

FONTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO ARAGUAIA

1 Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.
2 O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h" deverá ser o mesmo apresentado no "total j".
3 O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h" deverá ser o mesmo apresentado no "total k".
4 Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012
5 Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012
6 Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.
7 Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO ARAGUAIA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICOS PRIVADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2018 - BIMESTRE JANEIRO/FEVEREIRO

RREO – Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28) — em Reais

IMPACTOS DAS CONTRATAÇÕES DE PPP	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	REGISTROS EFETUADOS EM 2018	
		No Bimestre	Até o Bimestre
TOTAL DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00
Ativos Constituídos pela SPE	0,00	0,00	0,00
TOTAL DE PASSIVOS	0,00	0,00	0,00
Obrigações decorrentes de Ativos Constituídos pela SPE	0,00	0,00	0,00
Provisões de PPP	0,00	0,00	0,00
Outros Passivos	0,00	0,00	0,00
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	0,00	0,00	0,00
Obrigações Contratuais	0,00	0,00	0,00
Riscos Não Provisionados	0,00	0,00	0,00
Garantias Concedidas	0,00	0,00	0,00
Outros Passivos Contigentes	0,00	0,00	0,00

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE 2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027
Do Ente Federado, exceto estatatais não dependentes (**I**)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Das Estatais Não-Dependentes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PPP A CONTRATAR (**II**)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) (**III**)	2.282.645,39	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DESP. CONSIDERADAS P/ LIMITE (**IV = I + II**)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS / RCL (%) (V / **III**)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Emissão: 07/03/2019 16:02:39 — Page 1 de
Portaria 495 de 06 de Junho de 2.017. — Homologad

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO ARAGUAIA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO DE 2018 _ Bimestre DE JANEIRO/FEVEREIRO

LRF, Art. 48 – Anexo 14 — em Reais

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	Até o Bimestre
RECEITAS	
Previsão Inicial	17.350.000,00
Previsão Atualizada	17.350.000,00
Receitas Realizadas	3.146.527,26
Déficit Orçamentário	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)	
DESPESAS	
Dotação Inicial	17.350.000,00
Créditos Adicionais	
Dotação Atualizada	17.350.000,00
Despesas Empenhadas	3.493.975,71
Despesas Liquidadas	2.505.783,78
Despesas Pagas	1.478.522,42
Superávit Orçamentário	640.743,48

DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Até o Bimestre
Despesas Empenhadas	3.493.975,71
Despesas Liquidadas	2.505.783,78

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida	3.146.527,26

RECEITAS E DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	Até o Bimestre
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - Plano Previdênciário	
Receitas Previdenciárias Realizadas	
Despesas Previdenciárias Liquidadas	
Resultado Previdenciário	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - Plano Financeiro	
Receitas Previdenciárias Realizadas	
Despesas Previdenciárias Liquidadas	
Resultado Previdenciário	

RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO	Meta Fixada no AMF da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		678.337,22	0%
Resultado Primário		669.431,16	0%

RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS				
Poder Executivo	1.317.563,61		986.432,18	331.131,43
Poder Legislativo				
Poder Judiciário				
Ministério Público				
Defensoria Pública				
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS				
Poder Executivo	6.765,04		3.235,44	3.529,60
Poder Legislativo				
Poder Judiciário				
Ministério Público				
Defensoria Pública				
TOTAL	1.324.328,65		989.667,62	334.661,03

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	Valor Apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento	-96.009,45	25,00 %	-4,32 %
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Ensino Fun		0,00 %	0,00 %
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação I	-10.498,04	60,00 %	-2,39 %
Complementação da União ao FUNDEB		0,00 %	0,00 %

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	Valor Apurado até o Bimestre	Saldo não realizado
Receita de Operação de Crédito	0,00	0,00
Despesa de Capital Líquida	16.671,00	1.587.529,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	Exercício¹	10º Exercício	20º Exercício	35º Exercício
Plano Previdenciário				
Receitas Previdenciárias				
Despesas Previdenciárias				
Resultado Previdenciário				
Plano Financeiro				
Receitas Previdenciárias				
Despesas Previdenciárias				
Resultado Previdenciário				

RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor Apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos		10.000,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos		

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor Apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas c/Ações e Serviços Públicos de Saúde exec. c/ rec. de impostos		15,00 %	0,00 %

DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor Apurado no Exercício Corrente
Total das Despesas / RCL (%)	

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO ARAGUAIA

¹ Serão demonstradas as projeções do exercício anterior ao de referência.

Emissão: 07/03/2019 16:03:32 — Page 1 de ¹

Portaria 495 de 06 de Junho de 2.017. — Homologado

Daniel Rosa do Lago

Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE CONTRATOS
EXTRATO PUBLICAÇÃO TERMO ADITIVO

PRIMEIRO TERMO DE ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N° 06/2018, Processo Administrativo nº 10/2018 na modalidade Ratifico a Dispensa de Licitação nº 01/2018. O presente Aditivo tem por objeto: O presente aditivo tem por objeto a primeira prorrogação do prazo de Vigência do Contrato Original por mais 12(doze) meses contados a partir de 04/03/2019. Prefeitura Municipal de Porto Alegre do Norte-MT/Contratante e IMPERIAL CONSULTORIA, TELECOMUNICAÇÕES E RADIOFUSÃO EIRELI inscrita no CNPJ sob nº 19.399.676/0001-28/Contratado.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE CONTRATOS
ORDEM DE PARALIZAÇÃO Nº 01 CONTRATO 22 2018

ORDEM DE PARALISAÇÃO DA OBRA Nº 01/2018

REFERENTE AO CONTRATO Nº 22/2018

Aos Dezoito dias do mês de Janeiro de dois mil e dezenove, a Empresa **CONSTRUTORA IMPERIO EIRELI-ME**, inscrita no C.N.P.J./MF sob o n.º 18.363.482/0001-00, representada por **Marcos Aurelio Soares Coelho**, brasileiro, casado, empresário, portador do RG n.º 1.053.806 SSP/TO e

do CPF nº. 033.827.341-76, residente à Rua Vinte Nove de Julho, s/n, Qd 03, Lt 02, Setor Saúde, Cep: 78.652-000, na cidade de Confresa-MT, em conformidade com os documentos constantes no Processo Administrativo nº 027/2018 Tomada de Preço nº 01/2018, determina paralisação por tempo indeterminado da Obra referente ao Contrato nº 22/2018, cujo objeto é Contratação de empresa para Construção de uma Quadra Poliesportiva na Escola Estadual Jose Gonçalves – Zona Rural de Nova Floresta conforme previsto no plano de trabalho/projeto básico/ Termo de Convenio nº 1008-2017 da Secretaria de Estado de Educação – SEDUC. O motivo pela qual leva a empresa paralisar a obra é a falta de repasse do restante do convenio entre o Estado e Prefeitura Municipal de Porto Alegre do Norte-MT, assim impossibilitando de continuar a execução da obra por não ter condições de recebimento favorável.

DANIEL ROSA DO LAGO

Prefeito/Contratante

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI COMPLEMENTAR N° 011/2019 ALTERA A LEI COMPLEMENTAR N° 003/2016 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016

Lei Complementar n° 011/2019

07/03/2019

Altera a Lei Complementar n° 003/2016 de 30 de dezembro de 2016, que dispõe sobre o Código Tributário Municipal e as normas gerais de direito tributário aplicáveis ao município, e dá outras providências.

DANIEL ROSA DO LAGO, Prefeito Municipal de Porto Alegre do Norte, Estado de Mato Grosso – MT, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou, e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1o. A Lei Complementar nº 003, de 30 de dezembro de 2016, passa a vigorar acrescida das seguintes alterações:

“Art. 222.....

“§ 1º.....

I. O valor venal do terreno será obtido através da multiplicação da área do terreno pelo valor genérico do metro quadrado do terreno, somando-se os valores obtidos da junção dos fatores corretivos, de acordo com a seguinte fórmula:

VVT = **VM2T x AT + VFC**

onde:

VVT= Valor venal do terreno;

VM2T = Valor do metro quadrado do terreno;

AT = Área do terreno;

VFC = Soma dos valores obtidos dos fatores corretivos.

onde:

VFC = [**VM2T x AT x (P-1)] + [VM2T x AT x (T-1)] + [VM2T x AT x (S-1)] + [VM2T x AT x (DT-1)] + [VM2T x AT x (PA-1)] + [VM2T x AT x (CL-1)] + [VM2T x AT x (IP-1)] + [VM2T x AT x (AA-1)] + [VM2T x AT x (C-1)] + [VM2T x AT x (AP-1)] + [VM2T x AT x (ES-1)].**

P = Coeficiente corretivo de pedologia;

T = Coeficiente corretivo de topografia;

S = Coeficiente corretivo de situação do terreno.

DT = Coeficiente corretivo de divisas do terreno.

PA = Coeficiente corretivo de pavimentação asfáltica.

CL = Coeficiente corretivo de coleta de lixo.

IP = Coeficiente corretivo de iluminação pública.

AA= Coeficiente corretivo de abastecimento de água potável

C = Coeficiente corretivo de calçamento.

AP = Coeficiente corretivo de escoamento de água pluviais.

ES = Coeficiente corretivo de esgoto sanitário.

.....

“Art. 223.....

“§ 2º. O recolhimento deverá ser realizado em conta única até 30 de setembro ou em até 04 (quatro) parcelas mensais com vencimento inicial em 31 (trinta) de maio do exercício, em que o valor de cada parcela a ser recolhido nunca seja inferior a 02 (dois) UPF’s.

“Art. 224. Poderá ser concedido até 25% (vinte e cinco por cento) de descontos em razão do pagamento do imposto em cota única realizado antecipadamente até o dia 31 de maio do respectivo exercício de lançamento determinado por lei.

.....

Art.3°. O anexo XI da Lei Complementar 003, de 30 de dezembro de 2016, passam a vigorar com a seguinte redação do anexo I, desta lei complementar.

Art. 4°. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrários.

Porto Alegre do Norte – MT, 07 de Março de 2019.

DANIEL ROSA DO LAGO

PREFEITO MUNICIPAL

ANEXO I

TAXA DE SERVIÇOS DIVERSOS

Especificações de Serviços;	**VALOR em UPF**	
Apreensão e depósito de bens móveis, animais e mercadorias	7,20	
Liberação de bens móveis, semoventes ou mercadorias, apreendidos e depositados;	3,50	
Interdição de vias para realização de eventos, festejos e assemelhados;	4,50	
Outros relacionados ao trânsito urbano.	6,00	
Registro de Marca de Gado Municipal.	6,90	
Buscar de qualquer natureza.	0,90	
Fornecimento de exemplares de leis, por exemplares;	0,90	
Fornecimento de 2° via, de qualquer documento;	1,10	
Emissão de autorização de qualquer natureza;	1,10	
Emissão de declaração de qualquer natureza;	1,20	
Emissão de Licenças de Exploração;	1,10	
Serviço de Locação e medição de lote, por lotes;	3,30	
Reprodução de plantas;	3,80	
Baixa de Cadastro de Atividades Econômicas-socias;	2,20	
Análise e aprovação de projetos;	3,50	
Acolhimento de pneus inservíveis – PF.	Até 05 un.	Acima de 05 un/Un.
16.1. Bicicleta e Carro de mão;	0,27	0,06
16.2. Ciclomotor, Motoneta, Motocicleta, Triciclo, Quadriciclo, Charrete e Carroça;	0,45	0,09
16.3. Automóvel, Caminhonete, Utilitário e assemelhados;	0,75	0,15
16.4. Microônibus, Ônibus, Caminhão, Reboque ou semi-reboque.	1,48	0,30
16.5. Trator e assemelhados;	2,1	0,42
Acolhimento de pneus inservíveis - PJ.		Acima de 20 un/Un.
17.1. Bicicleta e Carro de mão;		0,04
17.2. Ciclomotor, Motoneta, Motocicleta, Triciclo, Quadriciclo, Charrete e Carroça;		0,08
17.3. Automóvel, Caminhonete, Utilitário e assemelhados;		0,12
17.4. Microônibus, Ônibus, Caminhão, Reboque ou semi-reboque.		0,20
17.5. Trator e assemelhados;		0,30

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE CONTRATOS
EXTRATO PUBLICAÇÃO TERMO DE ADITIVO

PRIMEIRO TERMO DE ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N° 08/2018, Processo Administrativo nº 17/2018 na modalidade

Ratifico a Dispensa de Licitação nº 10/2018. O presente Aditivo tem por objeto: O presente aditivo tem por objeto a primeira prorrogação do prazo de Vigência do Contrato Original por mais 12(doze) meses contados a partir de 16/03/2019. Prefeitura Municipal de Porto Alegre do Norte-MT/ Contratante IVANEIDE ELZA ALVES DORTA, portador do RG:0810255-4 SSP/GO, CPF:474.491.011-49/Contratado.

Daniel Rosa do Lago

Prefeito

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE CONTRATOS
EXTRATO PUBLICAÇÃO TERMO ADITIVO

PRIMEIRO TERMO DE ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N° 07/2018, Processo Administrativo nº 21/2018 na modalidade Ratifico a Dispensa de Licitação nº 08/2018. O presente Aditivo tem por objeto: O presente aditivo tem por objeto a primeira prorrogação do prazo de Vigência do Contrato Original por mais 12(doze) meses contados a partir de 16/03/2019. Prefeitura Municipal de Porto Alegre do Norte-MT/Contratante LUCIMEIRE GOMES DE MATOS, CPF:762.641.491-87/Contratado.

Daniel Rosa do Lago

Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/DEP. DE LICITAÇÃO
7º TERMO ADITIVO DE SUPRESSÃO DO CONTRATO Nº. 011/2015

7º TERMO ADITIVO DE SUPRESSÃO DO CONTRATO Nº. 011/2015

Por este instrumento particular de **PRESTAÇÃO DE SERVIÇO**, de um lado **o MUNICÍPIO DE PORTO ESTRELA - MT** direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ sob o n.º 24.740.268/0001-28, estabelecida a Av. José Antônio de Faria, nº 2035 - Centro, na cidade de Porto Estrela/ MT, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, o Sr. **Eugênio Pelachim**, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG nº1.323. 121 – SSP/PR e CPF 424.930.999-15, residente e domiciliado à Av. Hitler Sansão, S/N, Centro, nesta cidade de Porto Estrela -MT, doravante denominado **CONTRATANTE,** e de outro lado a Empresa, **E. S. S. BULOW – ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES,** pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o n.º 11.156.146/0001-47, estabelecida na Rod MT 358, nº 2630, Setor E, Bairro Chácara do Córrego Estaca, Tangara da Serra/MT, neste ato representada por seu Sócio Proprietário o Sr. **Eloi Sadi bulow**, portador do documento de identidade RG N.º 5001525021 SSP/RS e do CPF. N.º 226.638.270-53, residente e domiciliado a Rua Evelin Crestani, nº 457-S, Bairro Cidade Alta, Tangará da Serra/MT, neste ato denominado simplesmente de **CONTRATADO**, as partes acima qualificadas, resolvem celebrar o presente TERMO ADITIVO DO CONTRATO, regida sob a égide da Lei 8.666/93, e suas alterações posteriores, pelo qual o CONTRATANTE e CONTRATADO se obriga a cumprir as seguintes cláusulas e condições abaixo descritas:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O Presente termo aditivo tem por objeto a Supressão do Valor Total do contrato original de nº 011/2015, em R$ 4.622,48 (Quatro Mil Seiscentos e Vinte e Dois e Quarenta e Oito Centavos) conforme planilha detalhada do fiscal da Obra em anexo, de acordo com a Lei Federal 8.666/93 e alterações posteriores.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO

2.1. A Supressão refere – se ao saldo negativo que restou com do fim da vigência do Contrato Original nº 011/2015 e Aditivos, devido a obra não ter atingido os 100% de conclusão (detalhado em planilha em anexo).

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL

3.1. O presente termo aditivo decorre de autorização do Prefeito Municipal da Contratante, e encontra amparo legal no Artigo 65, I, b, da Lei Federal nº 8.666/93.

4. CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO DAS CLÁUSULAS

4.1. Fica ratificadas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições do Contrato Original nº 011/2015.

E, Assim, por estarem justos e acordados, assinam o Presente Termo Aditivo de Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas, que a tudo assistiram.

Porto Estrela – MT, 27 de Fevereiro de 2019**.**

EUGÊNIO PELACHIM E. S. S. BULOW – ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES

Prefeito Municipal CNPJ n.º 11.156.146/0001-47

Contratante CONTRATADO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/DEP. DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2019 - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE SOFTWARE INTEGRADO PARA GESTÃO DE SAÚDE PÚBLICA MUNICIPAL.

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Presencial nº 002/2019.

A Prefeitura Municipal de PORTO ESTRELA/MT, faz saber aos interessados que se encontra aberto o PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2019, do tipo menor preço por Item, com a finalidade de selecionar a melhor proposta, para Contratação de Empresa Especializada para o Fornecimento de Software Integrado para Gestão de Saúde Pública Municipal, que **acontecerá no dia 25 de Março de 2019, as 09:00h**, o edital completo, suas alterações, descrições e demais informações poderão ser obtido por meio do endereço eletrônico: www.portoestrela.mt.gov.br, ou através do Departamento de Licitações desta prefeitura, no horário de funcionamento das 07:00 às 11:00 hs e das 13:00 às 17:00 hs.

Porto Estrela – MT, 11 de Março de 2019.

Vinícius Ignacio de Borja Santos

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU

RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 013 /2019 - EDUCAÇÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 013 /2019

PROCESSO SELETIVO Nº. 004/2018

Nelson Antônio Paim, Prefeito Municipal de Poxoréu – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e, de acordo com o que determina o artigo 37, inciso IX da Constituição Federal, artigo 93, inciso X da Lei Orgânica Municipal de Poxoréu e o disposto no TÍTULO IX da Lei Municipal n.º 905, de 21 de novembro de 2003, embasado na Lei Municipal n.º 1.858, de 11 de abril de 2017, bem como no **resultado oficial** do Processo Seletivo Simplificado n.º 004/2018, divulgado através do Resultado Final Definitivo, de 23/01/2019, homologado em 30/01/2019, considerando a identificação de vagas disponíveis para provimento temporário, bem como a necessidade de servidores para complementação do quadro de funcionários da Administração Pública Municipal:

C O N V O C A:

Os abaixo elencados, conforme ordem de classificação no Processo Seletivo Simplificado n.º 004/2018, para, querendo, comparecerem na **Secretaria de Educação, Esporte e Lazerno dia 12/03/2019, às 07h e 30min**, para a atribuição de aulas e no departamento de Recursos Humanos, vin-

culado à Secretaria Municipal de Administração, situada no prédio da Prefeitura Municipal de Poxoréu/MT, em horário de expediente, no prazo de **15 (quinze) dias** a contar da publicação deste Edital, para tomarem posse no cargo em que foram classificados, devendo apresentar a seguinte documentação, sob pena de ser-lhes negada a posse:

I – Fotocópia autenticada da certidão de nascimento ou casamento, bem como averbações, se houver;

II – Fotocópia (s) autenticada (s) da (s) certidão (ões) de nascimento do (s) filho (s), se tiver;

III – Fotocópia autenticada da Cédula de Identidade ou Carteira de Identidade Profissional (para os cargos de nível superior), se for o caso e comprovante de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF;

IV – Número de cadastro no PIS/PASEP (se possuir);

V – Laudo Médico que o considere APTO PARA O EXERCÍCIO DAS FUNÇÕES a que se submeterá, fornecido por médico indicado pela Prefeitura Municipal de Poxoréu,

g) Cópia do Cartão de Vacinação (atualizado com as vacinas anti-tetânica, hepatite B e tríplice viral) [vacina contra hepatite B exigida apenas para convocados acima de 39 anos];

h) Cópia do Cartão Nacional de Saúde;

VI – 02 (duas) fotografias 3x4 recentes;

VII – Fotocópia autenticada do Título de Eleitor, com Zona Eleitoral e Sessão de Poxoréu/MT, bem como do comprovante de votação na última eleição;

VIII – Fotocópia autenticada do Certificado de Reservista, de isenção ou dispensa (se do sexo masculino);

IX – Declaração de que não possui antecedentes criminais, salvo se cumprida a pena, fornecida pelo fórum da Comarca de Poxoréu/MT;

X – Declaração de que nunca foi demitido do serviço público por justa causa;

XI – Fotocópia autenticada do Comprovante de Escolaridade exigido para o exercício do cargo, bem como do registro no órgão de classe competente, quando cabível;

XII – Declaração de que não acumula cargo, emprego ou função pública;

XIII – Declaração de bens;

XIV – Possuir idade mínima de 18 (dezoito) anos;

XV – Fotocópia autenticada da Carteira Nacional de Habilitação (CNH), caso possua; obrigatório para os convocados ao cargo de motorista;

XVI – Comprovante de conta bancária (Banco do Brasil);

XVII – Comprovante de residência; O não comparecimento do (a) convocado (a), **no dia ehorário da atribuição** e a apresentação da documentação prevista acima implicará no reconhecimento da **DESISTÊNCIA E RENÚNCIA** quanto ao preenchimento do cargo para o qual fora aprovado (a), reservando-se a Administração ao direito de convocar outro candidato, caso haja.

XVIII - A cópia dos documentos que não estiverem autenticadas deverão ser entregues na data da posse juntamente com os originais para autenticação pelo funcionário público responsável

OBS: Copia dos documentos individuais em cada folha.

CONVOCA:

PROFESSOR (SEDE) - 30HORAS

CLASSIFICAÇÃO	NOME	CPF	PONTUAÇÃO
52º	Luziane Candido da Silva	039.740.821-82	45

MONITOR DE CRECHE – 40HORAS

CLASSIFICAÇÃO	NOME	CPF	PONTUAÇÃO
	Eliscarla José de Lima	036.964.571-59	53

Registre-se. Publique-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, Poxoréu/MT, 11 de março de 2019.

_____

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito Municipal de Poxoréu/MT

Este Edital de Convocação foi publicado por afixação no saguão da Prefeitura Municipal de Poxoréu, de acordo com o disposto no art. 108 da Lei Orgânica do Município, em 19/12/2018 e no Jornal Oficial dos Municípios/ AMM, conforme Lei Municipal n.º 1.041, de 31 de maio de 2006.

_____

MARIA APARECIDA COUTINHO MIRANDA E SOUZA

Secretária Municipal de Administração

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
EDITAL 01/2019 - ELEIÇÕES DO CONSELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE POXORÉU - MT

RESOLUÇÃO N°. 007/2019 Poxoréu – Mt, 27 de Fevereiro de 2019.

Dispõe sobre aprovação do Edital de convocação das eleições para Conselheiro Tutelar do município de Poxoréu – MT para o quadriênio 2020/ 2024.

A PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, no uso de suas atribuições Regimentais, considerando o disposto no art. 139 da Lei 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e na Lei Municipal n.º. 1.217, de 23 de junho de 2008 e observado o disposto no artigo 7° da Resolução 170/CONANDA, datada de 10/12/2014, tendo em vista a proposta de Edital para as eleições de Conselheiros Tutelares/2019 apresentado pela Comissão Eleitoral Especial, eleita pelo plenário, em reunião do dia 30/01/2019 e nomeada pela Resolução n°. 06/2019 da Presidente do CMDCA, datada de 31 de janeiro de 2019, publicada em D.O da Associação Mato-grossense dos Municípios de Mato Grosso no dia 01/02/2019, bem como a deliberação plenária do CMDCA na 2ª reunião ordinária/2019, datada de 27 de fevereiro de 2019,

RESOLVE:

Art. 1° - Declarar aprovado o Edital n°. 001/2019, datado de 27 de fevereiro de 2019, pelo plenário do CMDCA, anexo desta Resolução, de acordo apresentado pela Comissão Especial Eleitoral, para que produzam os efeitos legais.

Art. 2° - Definir a data de 14/03/2019 para inicio da campanha de mobilização social às candidaturas e divulgação das eleições para o pleito supra citado no caput desta Resolução.

Art. 3° - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Poxoréu – MT, 27 de fevereiro de 2019.

LAURA CRISTINA XAVIER SILVA DE MENEZES GALVÃO

Presidente do CMDCA

ANEXO ÚNICO

Edital n°. 001/2019 Poxoréu –MT, 27 de Fevereiro de 2019.

Declara aberto o período de Inscrições para eleições de Conselheiros Tutelares pelo prazo que menciona e dá outras providências

O PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DAS CRIANÇAS E DOS ADOLESCENTES – CMDCA de Poxoréu – MT, conforme determina a Lei Federal n°. 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente ECA e a Lei Municipal n°. 1.217, de 23 de junho de 2008 e **suas al-**

terações e a Resolução 170/2014/CONANDA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, consoante as deliberações do plenário do CMDCA, em reunião datada de 30 de janeiro de 2019,

RESOLVE:

Art. 1° - Declarar abertas as inscrições para 05 (cinco) Candidatos (as) a Conselheiro (a) Tutelar e 05 (cinco) Suplentes no período de **14 de março 30 de abril de 2019,** para um mandato de 04 (quatro) anos, a partir de 10 de janeiro de 2020, de acordo com as normas contidas neste Edital e na legislação vigente.

DOS REQUISITOS E REGISTROS DE CANDIDATOS

Art. 2° - A inscrição do candidato (a) a Conselheiro (a) Tutelar é considerado de caráter individual, sem vinculação politico-partidária, crença religiosa ou qualquer outra organização.

Art. 3° - Poderão concorrer à eleição de Conselheiro (a) Tutelar, os candidatos (as) que preencherem os seguintes requisitos:

I – Reconhecida idoneidade moral, firmada em documento próprio, por dois declarantes, sem vínculo de parentesco por consanguinidade ou afinidade, conforme modelo entabulado no Anexo I deste Edital.

II – Idade superior a 21 (vinte e um) anos, na data da candidatura.

III – Residir no município de Poxoréu-MT, há mais de 02 (dois) anos.

IV – Estar no Gozo de seus direitos políticos.

V – Apresentar, no momento da inscrição, certificado de conclusão de curso equivalente ao ensino médio completo e, facultativamente, de eventuais Cursos Superior.

VI – Comprovação de experiência profissional de no mínimo, 02 (dois) anos, mediante competente “curriculum” documentado, vedada a má fé.

VII – Apresentar Certidão Negativa Civil e Criminal.

VIII – Submeter-se a uma prova de conhecimentos sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, a ser formulada por uma comissão designada pelo CMDCA, devendo obter, no mínimo, nota 6,0 (seis) em teste escrito, com questões objetivas e/ou discursivas de conhecimentos sobre o ECA [*Lei Federal n.° 8.069, de 13/07/1990*]

IX – Submeter-se a uma entrevista e avaliação psicológica e física, designada pela comissão eleitoral do CMDCA, por psicólogos recomendados pela Assistência Social e/ou Ministério Público.

X – Demonstrar conhecimentos básicos na área de informática, mediante comprovação de certificados em cursos de Informática básica e/ou Teste Prático a ser promovido pela Comissão Eleitoral.

Art. 4° - Os registros das Inscrições dos candidatos para preenchimento das vagas serão feitos na **Secretaria de Assistência Social**, cito a Rua Osvaldo Candido Pereira, esquina com a Rua Sobral Pinto, Bairro Lagoa I, no período de 18/03 a 30/04//2019, das 8h as 11h e das 13h as 17h, devendo os interessados apresentar as comprovações documentais, constantes do art. 3° deste edital.

Parágrafo Primeiro: Além das exigências contidas no caput, os candidatos ainda deverão apresentar:

a) Fotocópia da Carteira de Identidade e CPF, devidamente autenticados. b) Fotocópias do Certificado de conclusão do Ensino Médio e, facultativamente, de eventuais comprovantes de Ensino Superior, preferencialmente nas áreas de serviço social, Direito, Psicologia ou pedagogia; c) Os comprovantes de residência poderão ser firmados através de faturas de energia, água ou telefone ou declaração do próprio candidato como residente no município, conforme consta do **Anexo II** deste Edital d) Declaração do (a) candidato (a) de que dispõe de horário integral para cumprir, em nome da comunidade, as atribuições que a função de Conselheiro (a) Tutelar exige, na forma da Lei n.° 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e da Lei Municipal n.° 1.217/2008, conforme modelo entabulado no **Anexo III** deste Edital. e) 01 (uma) Foto 3X4 recente **Parágrafo Segundo**: O candidato inscrito na eleição, que residir nos distritos e/ou comunidade rural no interior do território municipal e que vier a se eleger Conselheiro Tutelar, deverá fixar residência no distrito-sede, pelo prazo que se der o mandato. **DO CALENDÁRIO DA ELEIÇÃO**

Art. 5° - O calendário para a eleição dos 05 (cinco) Conselheiros Titulares e 05 (cinco) Conselheiros Suplentes ao Conselho Tutelar de Poxoréu – MT, seguirá o seguinte cronograma:

I – 18/03/a 30/04/2019: Inscrições de candidatos no local e horário, conforme disposto no art. 4° (caput) deste.

II – 06 a 10/05/2019: Análise de documentos pela Comissão Eleitoral.

III – 13 e 14/05/2019: Prazo para impugnações das inscrições pela Comissão Eleitoral e de quaisquer cidadãos Poxorenses, vedado o anonimato:

a) Havendo impugnações, o (os) candidato (s) impugnado (os) será (ão) intimado (os)s no dia **14/05/2019**, via órgão oficial para apresentar sua defesa, em 03 (três) dias; b) Decorrido o prazo de Defesa, será oficiado ao Ministério Público, no dia 20/05/2019, para fins do artigo 139 do ECA, tendo o citado Ministério, 03 (três) dias para manifestar-se; c) Havendo impugnações pelo Ministério Público, o candidato será intimado da mesma no dia **23/05/2019** e terá prazo de 03 (três) dias para apresentar defesa, mediante intimação, por órgão oficial. d) Em sendo utilizados os prazos acima, os autos serão submetidos à Comissão Eleitoral na data de **28/05/2019**, para decidir sobre o mérito, nos dias **03 a 05/06/2019**, sendo a decisão da Comissão Eleitoral, publicada em órgão oficial no dia **07/06/2019. e)** Da decisão acima citada, caberá recurso ao plenário do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no prazo de 03 (três) **dias, até as 17h do dia 12/06/2019.** f) Havendo recurso ao Plenário da Criança e do Adolescente, este os decidirá no período de **17 a 18/06/2019**, publicando sua decisão no órgão de publicação oficial do município entre os dias **19 e 21/06/2019.**

IV – Julgadas em definitivo todas as impugnações, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente publicará edital no Diário Oficial do Município, na data de **21/06/20019**, com a relação dos candidatos habilitados, aptos a participarem do teste seletivo.

V – 27/06/2019 – Curso de Capacitação oferecido pelo Ministério Público e/ou pela Rede Socioassistencial, a ser realizado no Auditório do Fórum da Comarca de Poxoréu, das 9h as 11h e das 13h as 16h, em data anterior ao Teste seletivo, a que alude este edital..

VI – 28/06/2019: Aplicação do teste seletivo das 8h as 11h, na Escola Municipal Guiomar Maria da Silva.

VII – 04/07/2019: Publicação dos aprovados no teste seletivo em órgão oficial;

VIII – 05 e 08/07/2019: Prazo para apresentação de recurso frente ao resultado do teste seletivo junto ao CMDCA;

IX – 11/07/2019: Publicação dos resultados dos recursos interpostos frente ao resultado do teste seletivo em órgão oficial;

X – 12/07/2019: Homologação e publicação de lista com os candidatos aptos a se submeterem a entrevista e avaliação psicológica e física;

XI – 15/07/2019: Realização de entrevista e avaliação psicológica e física, pelo CMDCA, às 13h na Escola Municipal Guiomar Maria da Silva, situada na Rua Monteiro Lobato, 15, Bairro Novo Horizonte;

XII – 17/07/2019: Publicação do resultado da entrevista e da avaliação psicológica e física, identificando os candidatos como “aptos” ou “inaptos” a serem votados.

XIII – 18 e 19/07/2019: Prazo para apresentação de recurso contra o resultado da entrevista e da avaliação psicológica e física junto ao CMDCA;

XIV – 22/07/2019: Julgamento dos eventuais recursos pela Comissão Eleitoral

XV – 24/07/2019: Publicação dos julgamentos dos recursos interpostos frente ao resultado da entrevista e a avaliação psicológica e física em órgão oficial;

XVI – 25/07/2019: Aplicação do Teste de Informática, aos candidatos inscritos que não comprovaram a realização de curso, através da Comissão Eleitoral e/ou profissional por ela convidado, a ser realizado no Laboratório de Informática do CRAS (Centro de Referência em Assistência Social) localizado na Rua Presidente Dutra, no Bairro Vila Irantinópolis, das 8h as 11h.

XVII – 26/07/2019: Publicação do Resultado do Teste de Informática em órgão oficial;

XVIII – 29/07/2019: Data para interposição de recursos a Comissão Eleitoral contra o resultado do Teste de Informática.

XIX – 30/07/2019: Julgamento, pela Comissão Eleitoral, dos eventuais recursos interpostos contra o resultado do Teste de Informática.

XX – 31/07/2019: Publicação do Resultado do julgamento dos recursos interpostos contra o Teste de Informática.

XXI – 02/08/2019: Homologação e publicação de lista com os nomes dos candidatos aptos a serem votados;

XXII – **05/08 a 03/10**: Período destinado à Campanha Eleitoral

XXIII – 06/10/2019: ELEIÇÃO E APURAÇÃO DOS VOTOS COM DIVULGAÇÃO PROVISÓRIA DOS ELEITOS.

I – Os eleitores poderão votar, das 8h as 17h, nos seguintes locais: a) Escola Estadual Juracy Macêdo, no distrito-sede; b) Escola Estadual João Borges Vieira, no povoado de Aparecida do Leste; c) Escola Estadual Argemiro Rodrigues Pimentel, no distrito de Paraiso do Leste; d) Escola Estadual Franklin Cassiano, no distrito de Jarudore e, e) Escola Estadual Presidente Dutra, no distrito de Alto Coité.

II – A apuração dos votos e divulgação provisória serão realizados na Câmara de Vereadores, a partir das 19h, cabendo ao CMDCA a complementação das informações, mediante Resolução.

XXIV – 07 a 10/10/2019: prazo para apresentação de impugnação ao resultado da eleição, junto ao CMDCA.

XXV – 14/10/2019: Publicação dos julgamentos das impugnações interpostas frente ao resultado da eleição em órgão oficial;

XXVI – 18/10/2019 – Publicação da Lista definitiva, PROCLAMANDO os eleitos para Conselheiros Tutelares titulares e suplentes;

XXVII – 30/10/2019: Diplomação dos conselheiros eleitos, as 8h no Gabinete da Secretária de Assistência Social, cito a Rua Osvaldo Candido Pereira, s/n, bairro Lagoa I

XXVIII – 10/01/2020: POSSE DOS CONSELHEIROS ELEITOS, as 9h, na sede do Conselho Tutelar, cito a Avenida Brig. Eduardo Gomes, S/n. , Bairro Vila Cruzeiro.

Art. 6° - Durante o processo de impugnação será assegurado ao candidato o direito de ampla defesa, consoantes os prazos acima determinados.

Art. 7° - O processo de impugnação de candidatura deverá ser instruído com elementos comprobatórios que justifiquem o procedimento devendo o mesmo ser dirigido ao presidente da Comissão Eleitoral;

Parágrafo Único: A Comissão Eleitoral poderá rejeitar preliminarmente recurso que se baseiar em meras alegações ou suspeitas e que não traga em seu bojo, qualquer aparato probatório apto a confirmar as teses aduzidas.

Art. 8° - Havendo processo de impugnação de candidatura, a Comissão Eleitoral julgará o processo, dando ciência ao acusado do resultado do julgamento, cuja decisão no caso de confirmada a impugnação, será irrecorrível.

DO TESTE SELETIVO

Art. 9° - O teste Seletivo será feito com questões objetivas e/ou discursivas, baseadas na Lei 8.069/90.

Parágrafo Único: O Teste conterá o total de 30 (trinta) questões cada uma valendo 1 (um) ponto, sendo que, em caso de optar o CMDCA por mesclar questões objetivas e discursivas, estas últimas não ultrapassarão a um terço das questões da prova.

a) Será exigido o acerto de, no mínimo, 21 (vinte e uma) questões para que o candidato seja considerado apto para prosseguir no pleito.

DA ENTREVISTA E AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA E FISICA

Art. 10 - Os critérios relativos à entrevista e avaliação psicológica e física serão objeto de Edital Complementar, publicado pelo CMDCA com, no mínimo, 10 (dez) dias de antecedência da data de realização destas avaliações.

§ 1º - Não será atribuída pontuação à entrevista, sendo que o entrevistador, apenas buscará confrontar as informações prestadas quando da candidatura com as informações prestadas na entrevista, com o intuito de auferir contradição ou inverdade que deverá ser relatada à Comissão Eleitoral.

§ 2º - A entrevista e avaliação psicológica serão realizadas por psicólogo.

§ 3º - Às avaliações psicológicas e física serão atribuídos pontos de 0 (zero) a 10 (dez).

I – O profissional responsável pela avaliação psicológica deverá emitir sua nota em relação ao candidato avaliado, nos termos do § 2º., deste artigo, motivando a pontuação ofertada.

II - O profissional responsável pela avaliação psicológica deverá emitir sua nota em relação ao candidato avaliado, nos termos do § 2º., deste artigo, com base em critérios objetivos de aferição de capacidade física compatível com o exercício da função.

§ 4º - Será exigida, no mínimo, a pontuação de 6 (seis) pontos na avaliação psicológica, 6 (seis) pontos na avaliação física e ”apto” na entrevista para que o candidato prossiga no pleito.

DA ELEIÇÃO, PROCLAMAÇÃO, DIPLOMAÇÃO E POSSE DOS ELEITOS.

Art. 11 – Considerada a elevada responsabilidade dos Conselheiros Tutelares a serem eleitos para as vagas do **segundo mandato** unificado dos Conselhos Tutelares no Brasil, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e doa Adolescente – CMDCA e a Comissão Eleitoral deverão examinar a idoneidade moral dos candidatos, podendo realizar diligências, ouvir testemunhas, efetuar perícias e colher informações para o conhecimento e possíveis dúvidas e questionamentos sobre qualquer candidato.

Art. 12 – No presente processo eleitoral deverão ser eleitos 5 (cinco) Conselheiros Tutelares Titulares e 5 (cinco) Conselheiros Tutelares Suplentes, obedecendo a ordem decrescente de votos.

Art. 13 – Terminada a eleição será imediatamente providenciada a apuração do resultado do pleito, sendo considerados eleitos, pela ordem de numero de votos válidos obtidos, 10 (dez) primeiros classificados pela ordem de votação, sendo os 5 (cinco) primeiros os Conselheiros Titulares e os 5 (cinco) remanescentes, os Conselheiros Suplentes.

§ 1º - Apurado o resultado da eleição será em seguida publicado, por ordem de votação, os eleitos, abrindo-se prazo para impugnação do resultado, conforme calendário eleitoral, cabendo ao impugnante o ônus da prova material para justificar o recurso a ser interposto por escrito, junto à Comissão Eleitoral.

§ 2º - Em caso de empate entre dois ou mais candidatos, será melhor classificado aquele que tiver maior idade.

Art. 14 - Os conselheiros Tutelares Titulares e Suplentes serão eleitos para o mandato de 04 (quatro) anos, a partir de 10/01/2020.

DO EXPEDIENTE E REMUNERAÇÃO DOS CONSELHEIROS TUTELARES

Art. 15 – O expediente dos Conselheiros (as) Tutelares é previsto na Lei Federal n°. 8.069/90 – ECA e na Lei Municipal n.° 1.217/2008 e alterações posteriores, mormente aquelas contidas nas leis 1.559/2012 e no seu Regimento Interno, observadas as disposições da Resolução n°. 004/2019, datada de 31 de janeiro de 2019 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA.

Art. 17 – A remuneração do (a) Conselheiro (a) Tutelar é a estipulada na Lei Municipal n°. 1.801, datada de 15/03/2016, complementada pelas correções salariais que se der no período, na forma da lei.

Art. 18 – São atribuições e competências dos Conselheiros Tutelares aquelas elencadas nos artigos 98 e 136 do ECA – Lei Federal n.° 9.069/90 e na Lei Municipal n.° 1.217/2008.

DOS IMPEDIMENTOS

Art. 19 – Nos termos do art. 140 da Lei federal n.° 8.069/90, ficam impedidos de servir no mesmo Conselho Tutelar, marido e mulher, ascendentes e descendentes, sogro e sogra, genro e nora, irmãos, cunhados, tios, padrastos, madrastas e enteados.

Parágrafo Único – Entende-se o impedimento do Conselheiro na forma deste artigo em relação à autoridade judiciária e ao representante do Ministério Público, com atuação na Justiça da Infância e da Juventude, em exercício na Comarca de Poxoréu.

Art. 20 – Os impedimentos contidos no art. 19, caput, não impedem a candidatura dos interessados, sendo que, em sendo eleitos, apenas será empossado o mais votado, salvo se este desistir previamente.

Art. 21 – O cargo de Conselheiro Tutelar é de dedicação exclusiva, sendo incompatível com o exercício de outro cargo e/ou função pública.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 22 – O cargo de Conselheiro Tutelar, como agente público de serviço relevante, é para todos os efeitos legais, considerado como cargo eletivo de duração Temporária não gerando vínculo empregatício junto à administração municipal.

Art. 23 – O exercício efetivo do cargo de Conselheiro Tutelar, constituirá serviço público relevante, estabelecerá ressunção de idoneidade moral, em caso de crime comum, até o julgamento transitado em julgado, conforme dispõe o art. 135 do ECA.

Art. 24 – A realização do Processo Eleitoral será fiscalizada pelos Membros do Ministério público da Comarca de Poxoréu – MT.

Art. 25 – Os casos omissos neste regulamento, bem como os demais atos normativos necessários à complementação e o bom andamento eleitoral, serão objeto de apreciação e decisão do Conselho Municipal dos direito da criança e do adolescente – CMDCA, mediante aprovação e publicação de resolução do Conselho.

Art. 26 – O presente regulamento entrará em vigor na data de sua publicação em órgão oficial municipal, juntamente com a respectiva Resolução do CMDCA, que aprovou em Assembleia Geral ordinária no dia 27 de fevereiro de 2019.

Poxoréu – MT, 27 de Fevereiro de 2019.

LAURA CRISTINA XAVIER SILVA DE MENEZES GALVÃO

Presidente do CMDCA

ANEXO I

DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE MORAL

Nós, abaixo assinados, **DECLARAMOS** para os devidos fins, que conhecemos o (a) Sr. (a) _____ portador (a) da cédula de identidade/RG n.°_____, expedida por _____/_____, há mais de 2 (dois) anos e sabemos tratar-se de cidadão (ã) de conduta irreprovável, não sendo de nosso conhecimento nada que o (a) desabone até apresente data.

Poxoréu – MT _____ de _____ 2019.

1° (a) DECLARANTE

Nome:

_____
_

Endereço:

_____

Contato: Telefone_____ Celular_____ Email: _____

Assinatura:

_____

2° (a) DECLARANTE

Nome:

_____
_

Endereço:

_____

Contato: Telefone_____ Celular_____ Email: _____

Assinatura:

_____

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA

Eu, _____, nacionalidade:_____

Estado civil: _____Profissão: _____

Natural de _____/____nascido aos ____/_____/_____, portador do RG n.° _____, expedido por _____/_____ DECLARO, conforme exigência do edital n.° 001/2019, expedido pelo CDMCA/Poxoréu-MT com a finalidade de candidatar-me ao cargo de Conselheiro Tutelar, que resido atualmente no seguinte endereço: _____

_____
_____

DECLARO ainda que, há mais de 2 (dois) anos sou residente nesta cidade e Comarca de Poxoréu – MT.

DECLARO, por fim, ser conhecedor das sanções civis, administrativas e criminais a que estarei sujeito, caso o quanto aqui declarei não por estritamente a verdade.

Poxoréu – MT _____ de _____ 2019.

_____

Declarante

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA

Eu, _____, nacionalidade:_____

Estado civil: _____Profissão: _____

Natural de _____/____nascido aos ____/_____/_____, portador do RG n.° _____, expedido por _____/_____ DECLARO, conforme exigência do edital n.° 001/2019, expedido pelo

CDMCA/Poxoréu-MT com a finalidade de candidatar-me ao cargo de Conselheiro Tutelar, que CONHEÇO a incompatibilidade trazida pela Lei Municipal n.° 1.217, quanto à cumulação da função de Conselheiro Tutelar com o exercício de qualquer outro cargo e/ou função pública, tendo PLENA consciência de que o cargo ao qual busco eleger-me é de **dedicação exclusiva**.

Poxoréu – MT _____ de _____ 2019.

_____

Declarante

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 008/2019 PREGÃO PRESENCIAL N°002/2019

VALIDADE: Da data de sua Assinatura até 14/02/2020

Pelo presente instrumento, o Município de Reserva do Cabaçal/MT, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF 01.367.788/0001-31, situada na Av. Mato Grosso, 221, Centro em Reserva do Cabaçal - Estado e Mato Grosso, neste ato Representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. TARCISIO FERRARI, brasileiro, casado, portador do R.G nº 348.149SSP/MT e do CPF: nº 567.672.001-82, assistido Comissão Permanente de Licitação, composta pelos membros, municipal nomeada pela portaria nº 115/2018, o Sr. Vonisson Gomes dos Santos, Pregoeiro, Sr. Valtair Leopoldino Negres, presidente da CPL, o senhor Douglas da Silva, membro e a senhora Daiana Ludmila coelho Rados, membros ambos nomeados pela portaria 03/2019, da data de 07 de janeiro de 2019, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, da Lei Federal nº 10.520/2002 e demais legislação aplicável à matéria e consoante às cláusulas e condições constantes deste instrumento convocatório da licitação supracitada, RESOLVE registra preço para contratação de empresa para fornecimento de peças e acessórios genuínos E/OU originais para manutenção preventiva e corretiva dos veículos operacionais: automóveis leves, utilitários, caminhões, ônibus e maquinas pesadas da frota da prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal-MT. Foi identificada a empresa***, NE EQUIPAMENTOS PEÇAS E LOCAÇÃO DE MÁQUINAS LTDA*** **Cadastradono** ***CNPJ: 09.619.626/0001-55,*** representada pelo seu representante legal Senhor ADMILSON ANTONIO DO NASCIMENTO portador do RG N°57796766 SESP/PR e CPF: N° 835.630.789-15.

CLÁUSULA I – DO OBJETO

Contratação de empresa para fornecimento de peças e acessórios genuínos E/OU originais para manutenção preventiva e corretiva dos veículos operacionais: automóveis leves, utilitários, caminhões, ônibus e maquinas pesadas da frota da prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal-MT.

CLÁUSULA II - DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade até **14/02/2020**, a partir da sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período.

2.2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Reserva do Cabaçal – MT, não serão obrigados a adquirir o material referido na Cláusula I exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA III - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. A presente ata de registro de preços poderá ser usada pelo órgão relacionado na presente licitação, e outros não previstos, desde que autorizados pela Secretaria Municipal de Administração.

3.2. O preço ofertado pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços é o abaixo informado, de acordo com a respectiva classificação:

PROPOSTA DE PREÇOS REBALIZADA

Ata de Registro de Preços n°008/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL-MT

ITEM	DESCRIÇÃO	Valor	Percentual de desconto
09	PEÇAS MECÂNICAS E ACESSORIOS DA MARCA **CATERPILLAR** QUE COMPOEM A FROTA DE MÁQUINAS DA PREFEITURA.	R$ 60.000,00	18%
10	PEÇAS MECÂNICAS E ACESSORIOS DA MARCA **FIAT ALLIS** QUE COMPOEM A FROTA DE MÁQUINAS DA PREFEITURA	R$ 15.000,00	18,5%

OBSERVAÇÃO: Ata de Registro de Preço n° 008/2019

3.3. Em cada fornecimento de material decorrente desta Ata serão observadas, quanto ao preço, às cláusulas e condições constantes da Ata de Registro de Preço n°008/2019, decorrente do Pregão Presencial n°002/2019, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.

3.4. O fornecimento dos itens ora licitados somente poderão ser realizados pelas empresas que assinarem a Ata de Registro de Preços, mediante prévia e expressa autorização da municipalidade.

3.5. No caso da impossibilidade da entrega do material ora licitado pelo primeiro classificado, a municipalidade poderá chamar o segundo classificado, pelo preço do primeiro, para o fornecimento deste material, e assim sucessivamente.

CLÁUSULA IV - DO PAGAMENTO E DAS DOTAÇÕES

4.1. A empresa licitante deverá apresentar juntamente com as mercadorias as notas fiscais correspondentes ao fornecimento dos produtos, devidamente processadas em duas vias, com todos os campos preenchidos, sem rasuras e devidamente atestada pelo servidor designado pela Administração, devendo ainda estar acompanhada das cópias das Ordens de Fornecimento autorizadas pelas Secretarias Solicitantes.

4.2. O pagamento das notas fiscais apresentadas e devidamente atestadas será efetuado o pagamento no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis a partir do recebimento e atestação das referidas notas fiscais pelo servidor designado pela Administração para a fiscalização do contrato;

43. Se a Nota Fiscal for apresentada com erro, serão devolvida à licitante vencedora para retificação e reapresentação, acrescentando-se no prazo fixado nos item 4.2, os dias que se passarem entre a data dá devolução e a da reapresentação;

4.4. Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito de atualização monetária.

4.5. As despesas decorrentes do objeto desta contratação correrão às contas de recursos próprios e de programas consignados no Orçamento desta Prefeitura, e serão empenhados nas rubricas:

Confirmo a existência de suficiente dotação orçamentaria nas rubricas a seguir especificadas, para fins de licitação.

05 - Secretaria Mun. de Obras 001 - Gabinete do Secretario	Red.101 - 04.122.0002.2022 3.3.90.30 fonte 0.1.00 Red.178 - 26.782.0005.2026 3.3.90.30 fonte 0.1.00 Red.185 - 26.782.0005.2123 3.3.90.30 fonte 0.1.30 Red.189 - 26.782.0005.2127 3.3.90.30 fonte 0.1.30
05 - Secretaria Mun. de Obras 002 - Departamento de Água e Esgoto	Red.209 - 17.512.0010.2067 3.3.90.30 fonte 0.1.00
06 - Secretaria Municipal de Educação 001 - Gabinete do Secretario	Red.218 - 12.122.0006.2028 3.3.90.30 fonte 0.1.00

06 - Secretaria Municipal de Educação 002 - Departamento de Educação	Red.257 - 12.122.0006.2029 3.3.90.30 fonte 0.1.01 Red.258 - 12.122.0006.2029 3.3.90.30 fonte 0.1.00 Red.264 - 12.361.0006.2033 3.3.90.30 fonte 0.1.15 Red.279 - 12.365.0008.2032 3.3.90.30 fonte 0.1.15 Red.291 - 12.365.0008.2042 3.3.90.30 fonte 0.1.01 Red.314 - 12.365.0008.2043 3.3.90.30 fonte 0.1.01
07 - Secretaria Municipal de Saúde 001 - Gabinete do Secretario	Red.345 - 10.122.0009.2050 3.3.90.30 fonte 0.1.02
07 - Secretaria Municipal de Saúde 002 - Fundo Municipal de Saúde	Red.369 - 10.301.0009.2055 3.3.90.30 fonte 0.1.00 Red.370 - 10.301.0009.2055 3.3.90.30 fonte 0.1.02 Red.386 - 10.301.0015.2057 3.3.90.30 fonte 0.1.42 Red.387 - 10.301.0015.2057 3.3.90.30 fonte 0.1.46 Red.359 - 10.301.0015.2059 3.3.90.30 fonte 0.1.46 Red.438 - 10.304.0021.2064 3.3.90.30 fonte 0.1.46 Red.443 - 10.305.0021.2066 3.3.90.30 fonte 0.1.46
08 - Secretaria Mun. de Assistência Social 001 - Gabinete do Secretario	Red.453 - 08.244.0011.2069 3.3.90.30 fonte 0.1.00
08 - Secretaria Mun. de Assistência Social 002 - Fundo Municipal de Assistência Social	Red.470 - 08.244.0011.2074 3.3.90.30 fonte 0.1.00 Red.495 - 08.244.0022.2070 3.3.90.30 fonte 0.1.29
08 - Secretaria Mun. de Assistência Social 003 - Fundo Municipal da Criança e do Adolescente	Red.523 - 08.243.0011.2079 3.3.90.30 fonte 0.1.00
11 - Sec. Mun. de Desenvolvimento e Ambiental 001 - Departamento do Agropecuário	Red.615 - 20.606.0014.2083 3.3.90.30 fonte 0.1.00
11 - Sec. Mun. de Desenvolvimento e Ambiental 002 – Divisão Ambiental	Red.626 - 15.542.0018.2116 3.3.90.30 fonte 0.1.00

CLÁUSULA V - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

5.1. O contratado ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata.

5.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação e emissão da Ordem de Fornecimento pelas Secretarias Responsável.

5.3. A empresa fornecedora, quando do recebimento da Ordem de Compra, deverá realizar a entrega conforme estipulado na Ordem de Fornecimento.

5.4. O prazo de entrega será imediato a contar do recebimento da respectiva Ordem de Fornecimento ou Nota de Empenho, e deverá ser entregue nos locais especificado pelas secretarias solicitantes.

CLÁUSULA VI - DAS OBRIGAÇÕES DA(S) EMPRESA(S) VENCEDORA(S)

6.1. Cumprir todas as disposições constantes na Ata de Registro de Preço 008/2019, e todos os seus anexos.

6.2. Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais resultantes da adjudicação de cada fornecimento desta Licitação;

6.3. Manter durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, as condições de habilitação é qualificação que lhe foram exigidas na licitação;

6.4. Fornecer e arcar com as despesas relativas ao transporte dos materiais, até o local de entrega;

CLÁUSULA VII - DAS OBRIGAÇÕES DOS ÓRGÃOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. Uma vez firmada a ata de preços, o Município se obriga a:

a) Garantir a detentora do Registro de Preços, durante toda a vigência desta ata, desde que em igualdade de condições, a preferência no fornecimento, sempre que os preços forem compatíveis com os preços de mercado constatados mediante prévia e ampla pesquisa de mercado.

b) Negociar com a Detentora do Registro de Preços, sempre os preços de mercados resultantes da pesquisa de preços estiver menor que os registrados.

c) Acompanhar e fiscalizar, através de servidor designado pela Administração, o cumprimento dos termos data de registro de preços devidamente assinada, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da licitante vencedora;

d) Efetuar o pagamento à licitante vencedora, na forma e prazos estabelecidos neste Edital e na ata de Registro de Preços a ser firmada entre as partes, procedendo-se à retenção dos tributos devidos, consoante a legislação vigente;

e) Zelar para que sejam cumpridas as obrigações assumidas pela licitante vencedora, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

f) Outras obrigações constantes da ata de registro de preços.

g) Rejeitar, no todo ou em parte, os materiais que a empresa vencedora entregar fora das especificações do Edital;

7.2. Caberá à Administração, à cada aquisição, efetuar as pesquisas de preços de mercado para verificara compatibilidade dos preços registrados, devendo negociar com o Detentor do Registro, sempre que a pesquisa constar preços menores.

7.3. Comunicar à empresa vencedora todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o objeto da licitação;

CLÁUSULA VIII - DAS PENALIDADES

8.1. A recusa injustificada das empresas com propostas classificadas na licitação e indicadas para registro dos respectivos preços ensejará a aplicação das penalidades enunciadas no art. 87 da Lei Federal 8.666/93 alterações, ao critério da Administração.

8.2. A recusa injustificada das detentoras desta Ata, em retirar a Ordem de Fornecimento no prazo de 02

(dois) dias úteis, contados a partir da convocação, implicará na aplicação da multa de 10% (dez por cento) do valor da mesma.

8.3. Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste representado pela Ordem de Fornecimento, administração poderá aplicar, à detentora da ata, as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

a) - ADVERTÊNCIA: sempre que forem observadas irregularidades de pequena monta para as quais tenha corrigido;

b) - MULTA MORATÓRIA: no percentual diário de 0,5% (meio por cento), calculada sobre o valor da obrigação inadimplida ou, não sendo possível determinar este valor, sobre 1/12 do VALOR TOTALESTIMADO DO CONTRATO, pelo atraso injustificado na execução de qualquer obrigação contratual ou legal, podendo o respectivo valor ser abatido no pagamento a que fizer jus a CONTRATADA, ou ainda, quando for o caso, cobrado judicialmente;

c) - MULTA COMPENSATÓRIA: pela inexecução total ou parcial do contrato, no percentual de 20%(vinte por cento) sobre o valor da obrigação inadimplida ou, não sendo possível determinar este valor, sobre o total estimado pelo contrato, podendo ser abatida do pagamento a que fizer jus o CONTRATADO, ou, ainda, quando for o caso, cobrado judicialmente;

d) - SUSPENSÃO: temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

e) - DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE: para licitar ou contratar com a administração pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado

ressarcir a administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

8.4 - Poderão ser aplicadas às disposições das demais penalidades previstas na Lei 8.666/93, sem prejuízo das responsabilidades penal e civil.

8.5 - As sanções previstas neste Edital, a critério da Administração, poderão ser aplicadas cumulativamente na forma da lei.

8.6 - A mora superior a 20 (vinte) dias será considerada inexecução contratual ensejadora da hipótese de rescisão contratual, a critério da Administração, consoante o art. 77 da Lei 8.666/93.

8.7 - As importâncias relativas a multas serão descontadas dos pagamentos a serem efetuados à detentora data, podendo, entretanto, conforme o caso, processar-se a cobrança judicialmente.

8.8 - As penalidades serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções cabíveis, sejam estas administrativas ou penais, previstas na Lei 8.666/93 e alterações.

8.9 - Considerar-se-á justificado o atraso na entrega dos materiais somente nos seguintes casos:

a) greves;

b) epidemias;

c) enchentes;

d) escassez falta de materiais e/ou mão-de-obra no mercado;

CLÁUSULA IX - DOS REAJUSTAMENTOS DE PREÇOS

9.1. Considerando o período de vigência da ata, os preços não serão reajustados automaticamente, ressalvados, entretanto, há possibilidade de readequação dos preços vigentes pela Administração para manter o equilíbrio econômico-financeiro, ou em face da superveniência de normas federais ou municipais aplicáveis à espécie, considerada, para base inicial de análise, a demonstração da composição de custos, anexa a ata de registro de preços.

9.2. O diferencial de preço entre a proposta inicial da detentora e a pesquisa de mercado efetuada pela Administração à época da abertura da proposta, bem como eventuais descontos concedidos pela detentora, serão sempre mantidos, inclusive se houver prorrogação da vigência da ata.

9.3. Durante a vigência da ata, os preços registrados não poderão ficar acima dos praticados no mercado. Por conseguinte, independentemente de provocação da Administração, no caso de redução, ainda que temporária, dos preços de mercado, a detentora obriga-se a comunicar à Prefeitura o novo preço que substituirá o então registrado.

9.3.1. Caso a detentora venha a se locupletar com a redução efetiva de preços de mercado não repassada administração, ficará obrigada à restituição do que houver recebido indevidamente.

CLÁUSULA X - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO DA ATA DE REGISTRODE PREÇOS

10.1. O objeto desta Ata de Registro de preços será recebido pelo requisitante consoante o disposto no art. 73da Lei Federal 8.666/93 e alterações e demais normas pertinentes.

10.2. A cada fornecimento do objeto, será emitido recibo, nos termos do art. 73, II, “b”, da Lei8. 666/93 e alterações, por pessoa indicada pela administração.

CLÁUSULA XI - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. A ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito:

11.1.1. Pela Administração, quando:

11.1.1.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;

11.1.1.2. A detentora não retirar a Ordem de Compra no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

11.1.1.3. A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;

11.1.1.4. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços;

11.1.1.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

11.1.1.6. Por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração;

11.2. A comunicação do cancelamento será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se comprovante aos autos que deram origem ao registro de preços.

11.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial dos Municípios, considerando-se cancelado o preço registrado após 01(um) dia da publicação.

11.4. Pelas detentoras, quando, mediante solicitação por escrito, comprovarem estar impossibilitadas de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços:

11.5. A solicitação das detentoras para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada coma antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas na CláusulaVIII, caso não aceitas as razões do pedido.

CLÁUSULA XII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. Integram esta Ata de Registro de Preço n°008/2019 do Pregão Presencial n°002/2019, e a proposta a empresa classificadas no certame supra numerado.

12.2. Para solucionar quaisquer questões oriundas desta ata é competente, por força de lei, o Foro da Comarca de Araputanga-MT, com expressa renúncia de qualquer outro.

Reserva do Cabaçal – MT, 14 de Fevereiro de 2019.

TARCISIO FERRARI

PREFEITO MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL

CNPJ: 01.367.788/0001-31

CONTRATANTE

NE EQUIPAMENTOS PEÇAS E LOCAÇÃO DE MÁQUINAS LTDA

CNPJ: 09.619.626/0001-55

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

NOME: NOME:

CPF nº: CPF nº:

Visto da Assessoria Jurídica

Delair Teixeira de Alcântara

OAB/MT nº 15351

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 009/2019 PREGÃO PRESENCIAL N°003/2019

VALIDADE: Da Data de Sua Assinatura Até 01/03/2020

Pelo presente instrumento, o Município de Reserva do Cabaçal/MT, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF 01.367.788/0001-31, situada na Av. Mato Grosso, 221, Centro em Reserva do Cabaçal - Estado e Mato Grosso, neste ato Representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. TARCISIO FERRARI, brasileiro, casado, portador do R.G nº 348.

149SSP/MT e do CPF: nº 567.672.001-82, assistido Comissão Permanente de Licitação, composta pelos membros, municipal nomeada pela portaria nº 115/2018, o Sr. Vonisson Gomes dos Santos, Pregoeiro, Sr. Valtair Leopoldino Negres, presidente da CPL, o senhor Douglas da Silva, membro e a senhora Daiana Ludmila coelho Rados e a senhorita Regiane Lucas dos reis membros ambos nomeados pela portaria 03/2019, da data de 07 de janeiro de 2019, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, da Lei Federal nº 10.520/2002 e demais legislação aplicável à matéria e consoante às cláusulas e condições constantes deste instrumento convocatório da licitação supracitada, RESOLVE Contração para aquisições futuras e fracionadas de medicamento de “A” a “Z” para atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde da prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal – MT,Foi identificada a empresa***, - ADEMIR P. GONÇAVES & CIA LTDA – ME Inscrita no CNPJ: Nº11.029.928/0001-15***, representada pelo seu representante legal Senhor Ademir Peres Gonsalves portador do RG N° 1369237-2 SSP/MT e CPF: N° 972.404.001-15, com sede Rua dos Bandeirantes, nº141, centro

na cidade de Reserva do cabaçal-MT

CLÁUSULA I – DO OBJETO

Contração para aquisições futuras e fracionadas de medicamento de “A” a “Z” para atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde da prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal-MT.

CLÁUSULA II - DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade até **01/03/2020**, a partir da sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período.

2.2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Reserva do Cabaçal – MT, não serão obrigados a adquirir o material referido na Cláusula I exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA III - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. A presente ata de registro de preços poderá ser usada pelo órgão relacionado na presente licitação, e outros não previstos, desde que autorizados pela Secretaria Municipal de Administração.

3.2. O preço ofertado pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços é o abaixo informado, de acordo com a respectiva classificação:

PROPOSTA DE PREÇOS REBALIZADA

Ata de Registro de Preços n° 009/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL-MT

ITEM	DESCRIÇÃO	Valor
01	Aquisições futuras e fracionadas de medicamento de “A” a “Z” para atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde.	R$ 76.648,25

OBSERVAÇÃO: Ata de Registro de Preço n° 009/2019

3.3. Em cada fornecimento de material decorrente desta Ata serão observadas, quanto ao preço, às cláusulas e condições constantes da Ata de Registro de Preço n°009/2019, decorrente do Pregão Presencial n°003/2019, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.

3.4. O fornecimento dos itens ora licitados somente poderão ser realizados pelas empresas que assinarem a Ata de Registro de Preços, mediante prévia e expressa autorização da municipalidade.

3.5. No caso da impossibilidade da entrega do material ora licitado pelo primeiro classificado, a municipalidade poderá chamar o segundo o classificado, pelo preço do primeiro, para o fornecimento deste material, e assim sucessivamente.

CLÁUSULA IV - DO PAGAMENTO E DAS DOTAÇÕES

4.1. A empresa licitante deverá apresentar juntamente com as mercadorias as notas fiscais correspondentes ao fornecimento dos produtos, devidamente processadas em duas vias, com todos os campos preenchidos, sem rasuras e devidamente atestada pelo servidor designado pela Administração, devendo ainda estar acompanhada das cópias das Ordens de Fornecimento autorizadas pelas Secretarias Solicitantes.

4.2. O pagamento das notas fiscais apresentadas e devidamente atestadas será efetuado o pagamento no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis a partir do recebimento e atestação das referidas notas fiscais pelo servidor designado pela Administração para a fiscalização do contrato;

43. Se a Nota Fiscal for apresentada com erro, serão devolvida à licitante vencedora para retificação e reapresentação, acrescentando-se no prazo fixado nos item 4.2, os dias que se passarem entre a data dá devolução e a da reapresentação;

4.4. Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito de atualização monetária.

4.5. As despesas decorrentes do objeto desta contratação correrão às contas de recursos próprios e de programas consignados no Orçamento desta Prefeitura, e serão empenhados nas rubricas:

Confirmo a existência de suficiente dotação orçamentaria nas rubricas a seguir especificadas, para fins de licitação.

07 - Secretaria Municipal de Saúde 002 - Fundo Municipal de Saúde	Red.369 - 10.301.0009.2055 3.3.90.30 fonte 0.1.00 Red.370 - 10.301.0009.2055 3.3.90.30 fonte 0.1.02 Red.386 - 10.301.0015.2057 3.3.90.30 fonte 0.1.42 Red.387 - 10.301.0015.2057 3.3.90.30 fonte 0.1.46 Red.395 - 10.301.0015.2059 3.3.90.30 fonte 0.1.46 Red.405 - 10.301.0015.2061 3.3.90.30 fonte 0.1.42 Red.406 - 10.301.0015.2061 3.3.90.30 fonte 0.1.46 Red.410 - 10.301.0015.2125 3.3.90.30 fonte 0.1.46 Red.414 - 10.301.0015.2126 3.3.90.30 fonte 0.1.46

CLÁUSULA V - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

5.1. O contratado ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata.

5.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação e emissão da Ordem de Fornecimento pelas Secretarias Responsável.

5.3. A empresa fornecedora, quando do recebimento da Ordem de Compra, deverá realizar a entrega conforme estipulado na Ordem de Fornecimento.

5.4. O prazo de entrega será imediato a contar do recebimento da respectiva Ordem de Fornecimento ou Nota de Empenho, e deverá ser entregue nos locais especificado pelas secretarias solicitantes.

CLÁUSULA VI - DAS OBRIGAÇÕES DA(S) EMPRESA(S) VENCEDORA(S)

6.1. Cumprir todas as disposições constantes na Ata de Registro de Preço 009/2019, e todos os seus anexos.

6.2. Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais resultantes da adjudicação de cada fornecimento desta Licitação;

6.3. Manter durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, as condições de habilitação é qualificação que lhe foram exigidas na licitação;

6.4. Fornecer e arcar com as despesas relativas ao transporte dos materiais, até o local de entrega;

CLÁUSULA VII - DAS OBRIGAÇÕES DOS ÓRGÃOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. Uma vez firmada a ata de preços, o Município se obriga a:

a) Garantir a detentora do Registro de Preços, durante toda a vigência desta ata, desde que em igualdade de condições, a preferência no fornecimento, sempre que os preços forem compatíveis com os preços de mercado constatados mediante prévia e ampla pesquisa de mercado.

b) Negociar com a Detentora do Registro de Preços, sempre os preços de mercados resultantes da pesquisa de preços estiver menor que os registrados.

c) Acompanhar e fiscalizar, através de servidor designado pela Administração, o cumprimento dos termos data de registro de preços devidamente assinada, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da licitante vencedora;

d) Efetuar o pagamento à licitante vencedora, na forma e prazos estabelecidos neste Edital e na ata de Registro de Preços a ser firmada entre as partes, procedendo-se à retenção dos tributos devidos, consoante a legislação vigente;

e) Zelar para que sejam cumpridas as obrigações assumidas pela licitante vencedora, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

f) Outras obrigações constantes da ata de registro de preços.

g) Rejeitar, no todo ou em parte, os materiais que a empresa vencedora entregar fora das especificações do Edital;

7.2. Caberá à Administração, à cada aquisição, efetuar as pesquisas de preços de mercado para verificara compatibilidade dos preços registrados, devendo negociar com o Detentor do Registro, sempre que a pesquisa constar preços menores.

7.3. Comunicar à empresa vencedora todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o objeto da licitação;

CLÁUSULA VIII - DAS PENALIDADES

8.1. A recusa injustificada das empresas com propostas classificadas na licitação e indicadas para registro dos respectivos preços ensejará a aplicação das penalidades enunciadas no art. 87 da Lei Federal 8.666/93 alterações, ao critério da Administração.

8.2. A recusa injustificada das detentoras desta Ata, em retirar a Ordem de Fornecimento no prazo de 02

(dois) dias úteis, contados a partir da convocação, implicará na aplicação da multa de 10% (dez por cento) do valor da mesma.

8.3. Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste representado pela Ordem de Fornecimento, administração poderá aplicar, à detentora da ata, as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

a) - ADVERTÊNCIA: sempre que forem observadas irregularidades de pequena monta para as quais tenha corrigido;

b) - MULTA MORATÓRIA: no percentual diário de 0,5% (meio por cento), calculada sobre o valor da obrigação inadimplida ou, não sendo possível determinar este valor, sobre 1/12 do VALOR TOTALESTIMADO DO CONTRATO, pelo atraso injustificado na execução de qualquer obrigação contratual ou legal, podendo o respectivo valor ser abatido no pagamento a que fizer jus a CONTRATADA, ou ainda, quando for o caso, cobrado judicialmente;

c) - MULTA COMPENSATÓRIA: pela inexecução total ou parcial do contrato, no percentual de 20%(vinte por cento) sobre o valor da obrigação inadimplida ou, não sendo possível determinar este valor, sobre o total estimado pelo contrato, podendo ser abatida do pagamento a que fizer jus o CONTRATADO, ou, ainda, quando for o caso, cobrado judicialmente;

d) - SUSPENSÃO: temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

e) - DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE: para licitar ou contratar com a administração pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

8.4 - Poderão ser aplicadas às disposições das demais penalidades previstas na Lei 8.666/93, sem prejuízo das responsabilidades penal e civil.

8.5 - As sanções previstas neste Edital, a critério da Administração, poderão ser aplicadas cumulativamente na forma da lei.

8.6 - A mora superior a 20 (vinte) dias será considerada inexecução contratual ensejadora da hipótese de rescisão contratual, a critério da Administração, consoante o art. 77 da Lei 8.666/93.

8.7 - As importâncias relativas a multas serão descontadas dos pagamentos a serem efetuados à detentora data, podendo, entretanto, conforme o caso, processar-se a cobrança judicialmente.

8.8 - As penalidades serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções cabíveis, sejam estas administrativas ou penais, previstas na Lei 8.666/93 e alterações.

8.9 - Considerar-se-á justificado o atraso na entrega dos materiais somente nos seguintes casos:

a) greves;

b) epidemias;

c) enchentes;

d) escassez falta de materiais e/ou mão-de-obra no mercado;

CLÁUSULA IX - DOS REAJUSTAMENTOS DE PREÇOS

9.1. Considerando o período de vigência da ata, os preços não serão reajustados automaticamente, ressalvados, entretanto, há possibilidade de readequação dos preços vigentes pela Administração para manter o equilíbrio econômico-financeiro, ou em face da superveniência de normas federais ou municipais aplicáveis à espécie, considerada, para base inicial de análise, a demonstração da composição de custos, anexa a ata de registro de preços.

9.2. O diferencial de preço entre a proposta inicial da detentora e a pesquisa de mercado efetuada pela Administração à época da abertura da proposta, bem como eventuais descontos concedidos pela detentora, serão sempre mantidos, inclusive se houver prorrogação da vigência da ata.

9.3. Durante a vigência da ata, os preços registrados não poderão ficar acima dos praticados no mercado. Por conseguinte, independentemente de provocação da Administração, no caso de redução, ainda que temporária, dos preços de mercado, a detentora obriga-se a comunicar à Prefeitura o novo preço que substituirá o então registrado.

9.3.1. Caso a detentora venha a se locupletar com a redução efetiva de preços de mercado não repassada administração, ficará obrigada à restituição do que houver recebido indevidamente.

CLÁUSULA X - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO DA ATA DE REGISTRODE PREÇOS

10.1. O objeto desta Ata de Registro de preços será recebido pelo requisitante consoante o disposto no art. 73da Lei Federal 8.666/93 e alterações e demais normas pertinentes.

10.2. A cada fornecimento do objeto, será emitido recibo, nos termos do art. 73, II, “b”, da Lei8. 666/93 e alterações, por pessoa indicada pela administração.

CLÁUSULA XI - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. A ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito:

11.1.1. Pela Administração, quando:

11.1.1.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;

11.1.1.2. A detentora não retirar a Ordem de Compra no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

11.1.1.3. A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;

11.1.1.4. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços;

11.1.1.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

11.1.1.6. Por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração;

11.2. A comunicação do cancelamento será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se comprovante aos autos que deram origem ao registro de preços.

11.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial dos Municípios, considerando-se cancelado o preço registrado após 01(um) dia da publicação.

11.4. Pelas detentoras, quando, mediante solicitação por escrito, comprovarem estar impossibilitadas de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços:

11.5. A solicitação das detentoras para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada coma antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas na CláusulaVIII, caso não aceitas as razões do pedido.

CLÁUSULA XII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. Integram esta Ata, Adesão à Ata de Registro de Preço n°009/2019, e a proposta a empresa classificadas no certame supra numerado.

12.2. Para solucionar quaisquer questões oriundas desta ata é competente, por força de lei, o Foro da Comarca de Araputanga-MT, com expressa renúncia de qualquer outro.

Reserva do Cabaçal – MT, 01 de MARÇO de 2019.

TARCISIO FERRARI

PREFEITO MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL

CNPJ: 01.367.788/0001-31

CONTRATANTE

ADEMIR P. GONÇAVES & CIA LTDA – ME

CNPJ Nº11.029.928/0001-15

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

NOME: NOME:

CPF nº: CPF nº:

Visto da Assessoria Jurídica

Delair Teixeira de Alcântara

OAB/MT nº 15351

RECURSOS HUMANOS
RESOLUÇÃO Nº 001/2019

O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RESERVA DO CABAÇAL-MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal nº 476, de 16 de setembro de 2011,

CONSIDERANDO a Reunião ordinária de 05 de fevereiro de 2019.

CONSIDERANDO a deliberação ocorrida na reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saúde de 05 de fevereiro de 2019.

RESOLVE:

Art.1º- Aprovar a realização da VI CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE RESERVA DO CABAÇAL/MT, no período de 29 de Março de 2019 em Reserva do Cabaçal/MT.

Art.2°- A VI CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE RESERVA DO CABAÇAL/MT desenvolverá seus trabalhos sob o TEMA: “Democracia e Saúde.” cujos sub-temas serão abordados com base na realidade in loco – municipal/regional e as interfaces com a saúde do Estado de Mato Grosso.

Art.3º- Esta Resolução entrará em vigor na data de 05 de fevereiro de 2019.

Reserva do Cabaçal - MT, 05 de fevereiro de 2019.

Claudeni Alves Correa

Presidente do Conselho Municipal de Saúde

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2019 PREGÃO PRESENCIAL N°002/2019

VALIDADE: Da Data de Sua Assinatura Até 14/02/2020

Pelo presente instrumento, o Município de Reserva do Cabaçal/MT, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF 01.367.788/0001-31, situada na Av. Mato Grosso, 221, Centro em Reserva do Cabaçal - Estado e Mato Grosso, neste ato Representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. TARCISIO FERRARI, brasileiro, casado, portador do R.G nº 348.149SSP/MT e do CPF: nº 567.672.001-82, assistido Comissão Permanente de Licitação, composta pelos membros, municipal nomeada pela portaria nº 115/2018, o Sr. Vonisson Gomes dos Santos, Pregoeiro, Sr. Valtair Leopoldino Negres, presidente da CPL, o senhor Douglas da Silva, membro e a senhora Daiana Ludmila coelho Rados, membros ambos nomeados pela portaria 03/2019, da data de 07 de janeiro de 2019, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, da Lei Federal nº 10.520/2002 e demais legislação aplicável à matéria e consoante às cláusulas e condições constantes deste instrumento convocatório da licitação supracitada, RESOLVE registra preço para contratação de empresa para fornecimento de peças e acessórios genuínos E/OU originais para manutenção preventiva e corretiva dos veículos operacionais: automóveis leves, utilitários, caminhões, ônibus e maquinas pesadas da frota da prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal-MT. Foi identificada a empresa***, NORTAO COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS AUTOMOTIVOS LTDA-ME Inscrita no CNPJ: 15.271.538/0001-08***, representada pelo seu representante legal Senhora Ariely Martins DE Vasconcelos portador do RG N°15362558SSP/MT e CPF: N° 035.874.081-90, residente e domiciliado na Avenida Governados Júlio Campos, n°7160, Bairro Jardim dos Estados, Várzea Grande-MT.

CLÁUSULA I – DO OBJETO

Contratação de empresa para fornecimento de peças e acessórios genuínos E/OU originais para manutenção preventiva e corretiva dos veículos operacionais: automóveis leves, utilitários, caminhões, ônibus e maquinas pesadas da frota da prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal-MT.

CLÁUSULA II - DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade até **14/02/2020**, a partir da sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período.

2.2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Reserva do Cabaçal – MT, não serão obrigados a adquirir o material referido na Cláusula I exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA III - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. A presente ata de registro de preços poderá ser usada pelo órgão relacionado na presente licitação, e outros não previstos, desde que autorizados pela Secretaria Municipal de Administração.

3.2. O preço ofertado pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços é o abaixo informado, de acordo com a respectiva classificação:

PROPOSTA DE PREÇOS REBALIZADA

Ata de Registro de Preços n° 002/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL-MT

ITEM	DESCRIÇÃO	Valor	Percentual de desconto
03	PEÇAS MECANICAS E ACESSORIOS, DA MARCA **GM-CHEVROLET** QUE COMPÕEM A FROTA DE VEICULOS DA PREFEITURA.	R$ 35.000,00	16%
07	PEÇAS MECANICAS E ACESSORIOS, DA MARCA **MITSUBISHI** QUE COMPÕEM A FROTA DE VEICULOS DA PREFEITURA.	R$ 15.000,00	16%
13	**PEÇAS ELETRICAS**, GENUINAS OU ORIGINAIS DE 1º LINHA, PARA ONIBUS E CAMINHÕES, INDEPENDENTE DE MARCA E CATEGORIA PARA ATENDIMENTO DA FROTA DE VEICULOS DO MUNICIPIO.	R$ 25.000,00	16,5%
14	**PEÇAS ELETRICAS**, GENUINAS OU ORIGINAIS DE 1º LINHA, PARA MAQUINAS PESADAS, INDEPENDENTE DE MARCA E CATEGORIA PARA ATENDIMENTO DA FROTA DE VEICULOS DO MUNICIPIO.	R$ 25.000,00	16%
17	PEÇAS **DA LINHA DE AR CONDICIONADAS** GENUINAS OU ORIGINAIS DE 1ª LINHA PARA MAQUINAS PESADAS INDEPENDENTE DE MARCA E CATEGORIA PARA ATENDIMENTO DA FROTA DE VEICULOS DO MUNICIPIO.	R$ 10.000,00	16%
18	PEÇAS **DA LINHA DE AR CONDICIONADAS** GENUINAS OU ORIGINAIS DE 1ª LINHA PARA ÔNIBUS E CAMINHÕES, INDEPENDENTE DE MARCA E CATEGORIA PARA ATENDIMENTO DA FROTA DE VEICULOS DO MUNICIPIO.	R$ 10.000,00	16%
21	PEÇAS DE REPOSIÇÃO DE **BOMBAS E BICOS INJETORES** GENUINAS OU ORIGINAIS DE 1ª LINHA PARA CAMINHONTES E VANS DA MARCA FIAT, MITSUBISHI, MERCEDES BENS E GM-CHEVROLET INDEPENDENTE DE MARCA E CATEGORIA PARA ATENDIMENTO DA FROTA DE VEICULOS DO MUNICIPIO.	R$ 40.000,00	16,5%
22	PEÇAS DE REPOSIÇÃO DE **BOMBAS E BICOS INJETORES** GENUINAS OU ORIGINAIS DE 1ª LINHA PARA VEICULOS LEVES DA MARCA, FIAT, FORD, VOLKSWAGEN, GM-CHEVROLET INDEPENDENTE DE MARCA E CATEGORIA PARA ATENDIMENTO DA FROTA.	R$ 40.000,00	16,5%

OBSERVAÇÃO: Ata de Registro de Preço n° 002/2019

3.3. Em cada fornecimento de material decorrente desta Ata serão observadas, quanto ao preço, às cláusulas e condições constantes da Ata de Registro de Preço n°002/2019, decorrente do Pregão Presencial n°002/2019, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.

3.4. O fornecimento dos itens ora licitados somente poderão ser realizados pelas empresas que assinarem a Ata de Registro de Preços, mediante prévia e expressa autorização da municipalidade.

3.5. No caso da impossibilidade da entrega do material ora licitado pelo primeiro classificado, a municipalidade poderá chamar o segund o classificado, pelo preço do primeiro, para o fornecimento deste material, e assim sucessivamente.

CLÁUSULA IV - DO PAGAMENTO E DAS DOTAÇÕES

4.1. A empresa licitante deverá apresentar juntamente com as mercadorias as notas fiscais correspondentes ao fornecimento dos produtos, devidamente processadas em duas vias, com todos os campos preenchidos, sem rasuras e devidamente atestada pelo servidor designado pela Administração, devendo ainda estar acompanhada das cópias das Ordens de Fornecimento autorizadas pelas Secretarias Solicitantes.

4.2. O pagamento das notas fiscais apresentadas e devidamente atestadas será efetuado o pagamento no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis a partir do recebimento e atestação das referidas notas fiscais pelo servidor designado pela Administração para a fiscalização do contrato;

43. Se a Nota Fiscal for apresentada com erro, serão devolvida à licitante vencedora para retificação e reapresentação, acrescentando-se no prazo fixado nos item 4.2, os dias que se passarem entre a data dá devolução e a da reapresentação;

4.4. Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito de atualização monetária.

4.5. As despesas decorrentes do objeto desta contratação correrão às contas de recursos próprios e de programas consignados no Orçamento desta Prefeitura, e serão empenhados nas rubricas:

Confirmo a existência de suficiente dotação orçamentaria nas rubricas a seguir especificadas, para fins de licitação.

05 - Secretaria Mun. de Obras 001 - Gabinete do Secretario	Red.101 - 04.122.0002.2022 3.3.90.30 fonte 0.1.00 Red.178 - 26.782.0005.2026 3.3.90.30 fonte 0.1.00 Red.185 - 26.782.0005.2123 3.3.90.30 fonte 0.1.30 Red.189 - 26.782.0005.2127 3.3.90.30 fonte 0.1.30
05 - Secretaria Mun. de Obras 002 - Departamento de Água e Esgoto	Red.209 - 17.512.0010.2067 3.3.90.30 fonte 0.1.00
06 - Secretaria Municipal de Educação 001 - Gabinete do Secretario	Red.218 - 12.122.0006.2028 3.3.90.30 fonte 0.1.00
06 - Secretaria Municipal de Educação 002 - Departamento de Educação	Red.257 - 12.122.0006.2029 3.3.90.30 fonte 0.1.01 Red.258 - 12.122.0006.2029 3.3.90.30 fonte 0.1.00 Red.264 - 12.361.0006.2033 3.3.90.30 fonte 0.1.15 Red.279 - 12.365.0008.2032 3.3.90.30 fonte 0.1.15 Red.291 - 12.365.0008.2042 3.3.90.30 fonte 0.1.01 Red.314 - 12.365.0008.2043 3.3.90.30 fonte 0.1.01
07 - Secretaria Municipal de Saúde 001 - Gabinete do Secretario	Red.345 - 10.122.0009.2050 3.3.90.30 fonte 0.1.02
07 - Secretaria Municipal de Saúde 002 - Fundo Municipal de Saúde	Red.369 - 10.301.0009.2055 3.3.90.30 fonte 0.1.00 Red.370 - 10.301.0009.2055 3.3.90.30 fonte 0.1.02 Red.386 - 10.301.0015.2057 3.3.90.30 fonte 0.1.42 Red.387 - 10.301.0015.2057 3.3.90.30 fonte 0.1.46 Red.359 - 10.301.0015.2059 3.3.90.30 fonte 0.1.46 Red.438 - 10.304.0021.2064 3.3.90.30 fonte 0.1.46 Red.443 - 10.305.0021.2066 3.3.90.30 fonte 0.1.46
08 - Secretaria Mun. de Assistência Social 001 - Gabinete do Secretario	Red.453 - 08.244.0011.2069 3.3.90.30 fonte 0.1.00
08 - Secretaria Mun. de Assistência Social 002 - Fundo Municipal de Assistência Social	Red.470 - 08.244.0011.2074 3.3.90.30 fonte 0.1.00 Red.495 - 08.244.0022.2070 3.3.90.30 fonte 0.1.29
08 - Secretaria Mun. de Assistência Social 003 - Fundo Municipal da Criança e do Adolescente	Red.523 - 08.243.0011.2079 3.3.90.30 fonte 0.1.00
11 - Sec. Mun. de Desenvolvimento e Ambiental 001 - Departamento do Agropecuário	Red.615 - 20.606.0014.2083 3.3.90.30 fonte 0.1.00
11 - Sec. Mun. de Desenvolvimento e Ambiental 002 – Divisão Ambiental	Red.626 - 15.542.0018.2116 3.3.90.30 fonte 0.1.00

CLÁUSULA V - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

5.1. O contratado ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata.

5.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação e emissão da Ordem de Fornecimento pelas Secretarias Responsável.

5.3. A empresa fornecedora, quando do recebimento da Ordem de Compra, deverá realizar a entrega conforme estipulado na Ordem de Fornecimento.

5.4. O prazo de entrega será imediato a contar do recebimento da respectiva Ordem de Fornecimento ou Nota de Empenho, e deverá ser entregue nos locais especificado pelas secretarias solicitantes.

CLÁUSULA VI - DAS OBRIGAÇÕES DA(S) EMPRESA(S) VENCEDORA(S)

6.1. Cumprir todas as disposições constantes na Ata de Registro de Preço 002/2019, e todos os seus anexos.

6.2. Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais resultantes da adjudicação de cada fornecimento desta Licitação;

6.3. Manter durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, as condições de habilitação é qualificação que lhe foram exigidas na licitação;

6.4. Fornecer e arcar com as despesas relativas ao transporte dos materiais, até o local de entrega;

CLÁUSULA VII - DAS OBRIGAÇÕES DOS ÓRGÃOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. Uma vez firmada a ata de preços, o Município se obriga a:

a) Garantir a detentora do Registro de Preços, durante toda a vigência desta ata, desde que em igualdade de condições, a preferência no fornecimento, sempre que os preços forem compatíveis com os preços de mercado constatados mediante prévia e ampla pesquisa de mercado.

b) Negociar com a Detentora do Registro de Preços, sempre os preços de mercados resultantes da pesquisa de preços estiver menor que os registrados.

c) Acompanhar e fiscalizar, através de servidor designado pela Administração, o cumprimento dos termos data de registro de preços devidamente assinada, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da licitante vencedora;

d) Efetuar o pagamento à licitante vencedora, na forma e prazos estabelecidos neste Edital e na ata de Registro de Preços a ser firmada entre as partes, procedendo-se à retenção dos tributos devidos, consoante a legislação vigente;

e) Zelar para que sejam cumpridas as obrigações assumidas pela licitante vencedora, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

f) Outras obrigações constantes da ata de registro de preços.

g) Rejeitar, no todo ou em parte, os materiais que a empresa vencedora entregar fora das especificações do Edital;

7.2. Caberá à Administração, à cada aquisição, efetuar as pesquisas de preços de mercado para verificara compatibilidade dos preços registrados, devendo negociar com o Detentor do Registro, sempre que a pesquisa constar preços menores.

7.3. Comunicar à empresa vencedora todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o objeto da licitação;

CLÁUSULA VIII - DAS PENALIDADES

8.1. A recusa injustificada das empresas com propostas classificadas na licitação e indicadas para registro dos respectivos preços ensejará a aplicação das penalidades enunciadas no art. 87 da Lei Federal 8.666/93 alterações, ao critério da Administração.

8.2. A recusa injustificada das detentoras desta Ata, em retirar a Ordem de Fornecimento no prazo de 02

(dois) dias úteis, contados a partir da convocação, implicará na aplicação da multa de 10% (dez por cento) do valor da mesma.

8.3. Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste representado pela Ordem de Fornecimento, administração poderá aplicar, à detentora da ata, as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

a) - ADVERTÊNCIA: sempre que forem observadas irregularidades de pequena monta para as quais tenha corrigido;

b) - MULTA MORATÓRIA: no percentual diário de 0,5% (meio por cento), calculada sobre o valor da obrigação inadimplida ou, não sendo possível determinar este valor, sobre 1/12 do VALOR TOTALESTIMADO DO CONTRATO, pelo atraso injustificado na execução de qualquer obrigação contratual ou legal, podendo o respectivo valor ser abatido no pagamento a que fizer jus a CONTRATADA, ou ainda, quando for o caso, cobrado judicialmente;

c) - MULTA COMPENSATÓRIA: pela inexecução total ou parcial do contrato, no percentual de 20%(vinte por cento) sobre o valor da obrigação inadimplida ou, não sendo possível determinar este valor, sobre o total estimado pelo contrato, podendo ser abatida do pagamento a que fizer jus o CONTRATADO, ou, ainda, quando for o caso, cobrado judicialmente;

d) - SUSPENSÃO: temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

e) - DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE: para licitar ou contratar com a administração pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

8.4 - Poderão ser aplicadas às disposições das demais penalidades previstas na Lei 8.666/93, sem prejuízo das responsabilidades penal e civil.

8.5 - As sanções previstas neste Edital, a critério da Administração, poderão ser aplicadas cumulativamente na forma da lei.

8.6 - A mora superior a 20 (vinte) dias será considerada inexecução contratual ensejadora da hipótese de rescisão contratual, a critério da Administração, consoante o art. 77 da Lei 8.666/93.

8.7 - As importâncias relativas a multas serão descontadas dos pagamentos a serem efetuados à detentora data, podendo, entretanto, conforme o caso, processar-se a cobrança judicialmente.

8.8 - As penalidades serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções cabíveis, sejam estas administrativas ou penais, previstas na Lei 8.666/93 e alterações.

8.9 - Considerar-se-á justificado o atraso na entrega dos materiais somente nos seguintes casos:

a) greves;

b) epidemias;

c) enchentes;

d) escassez falta de materiais e/ou mão-de-obra no mercado;

CLÁUSULA IX - DOS REAJUSTAMENTOS DE PREÇOS

9.1. Considerando o período de vigência da ata, os preços não serão reajustados automaticamente, ressalvados, entretanto, há possibilidade de readequação dos preços vigentes pela Administração para manter o equilíbrio econômico-financeiro, ou em face da superveniência de normas federais ou municipais aplicáveis à espécie, considerada, para base inicial de análise, a demonstração da composição de custos, anexa a ata de registro de preços.

9.2. O diferencial de preço entre a proposta inicial da detentora e a pesquisa de mercado efetuada pela Administração à época da abertura da proposta, bem como eventuais descontos concedidos pela detentora, serão sempre mantidos, inclusive se houver prorrogação da vigência da ata.

9.3. Durante a vigência da ata, os preços registrados não poderão ficar acima dos praticados no mercado. Por conseguinte, independentemente de provocação da Administração, no caso de redução, ainda que temporária, dos preços de mercado, a detentora obriga-se a comunicar à Prefeitura o novo preço que substituirá o então registrado.

9.3.1. Caso a detentora venha a se locupletar com a redução efetiva de preços de mercado não repassada administração, ficará obrigada à restituição do que houver recebido indevidamente.

CLÁUSULA X - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO DA ATA DE REGISTRODE PREÇOS

10.1. O objeto desta Ata de Registro de preços será recebido pelo requisitante consoante o disposto no art. 73da Lei Federal 8.666/93 e alterações e demais normas pertinentes.

10.2. A cada fornecimento do objeto, será emitido recibo, nos termos do art. 73, II, “b”, da Lei8. 666/93 e alterações, por pessoa indicada pela administração.

CLÁUSULA XI - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. A ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito:

11.1.1. Pela Administração, quando:

11.1.1.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;

11.1.1.2. A detentora não retirar a Ordem de Compra no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

11.1.1.3. A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;

11.1.1.4. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços;

11.1.1.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

11.1.1.6. Por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração;

11.2. A comunicação do cancelamento será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se comprovante aos autos que deram origem ao registro de preços.

11.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial dos Municípios, considerando-se cancelado o preço registrado após 01(um) dia da publicação.

11.4. Pelas detentoras, quando, mediante solicitação por escrito, comprovarem estar impossibilitadas de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços:

11.5. A solicitação das detentoras para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada coma antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas na CláusulaVIII, caso não aceitas as razões do pedido.

CLÁUSULA XII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. Integram esta Ata, Adesão à Ata de Registro de Preço n°002/2019, e a proposta a empresa classificadas no certame supra numerado.

12.2. Para solucionar quaisquer questões oriundas desta ata é competente, por força de lei, o Foro da Comarca de Araputanga-MT, com expressa renúncia de qualquer outro.

Reserva do Cabaçal – MT, 14 de Fevereiro de 2019.

TARCISIO FERRARI

PREFEITO MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL

CNPJ: 01.367.788/0001-31

CONTRATANTE

NORTAO COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS AUTOMOTIVOS LTDA-ME

CNPJ: 15.271.538/0001-08

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

NOME: NOME:

CPF nº: CPF nº:

Visto da Assessoria Jurídica

Delair Teixeira de Alcântara

OAB/MT nº 15351

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2019 PREGÃO PRESENCIAL N°002/2019

VALIDADE: Da data de sua Assinatura até 14/02/2020

Pelo presente instrumento, o Município de Reserva do Cabaçal/MT, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF 01.367.788/0001-31, situada na Av. Mato Grosso, 221, Centro em Reserva do Cabaçal - Estado e Mato Grosso, neste ato Representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. TARCISIO FERRARI, brasileiro, casado, portador do R.G nº 348.149SSP/MT e do CPF: nº 567.672.001-82, assistido Comissão Permanente de Licitação, composta pelos membros, municipal nomeada pela portaria nº 115/2018, o Sr. Vonisson Gomes dos Santos, Pregoeiro, Sr. Valtair Leopoldino Negres, presidente da CPL, o senhor Douglas da Silva, membro e a senhora Daiana Ludmila coelho Rados, membros ambos nomeados pela portaria 03/2019, da data de 07 de janeiro de 2019, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, da Lei Federal nº 10.520/2002 e demais legislação aplicável à matéria e consoante às cláusulas e condições constantes deste instrumento convocatório da licitação supracitada, RESOLVE registra preço para contratação de empresa para fornecimento de peças e acessórios genuínos E/OU originais para manutenção preventiva e corretiva dos veículos operacionais: automóveis leves, utilitários, caminhões, ônibus e maquinas pesadas da frota da prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal-MT. Foi identificada a empresa***, PODIUM COMÉRCIO E ATACADISTA DE AUTOPEÇAS LTDA*** **Inscrita no *CNPJ: 19.822.233/0001-06,*** representada pelo seu representante legal Senhor GUSTAVO MARQUES NUNES portador do RG N°1424548-5P/MT e CPF: N° 011.400.051-46, residente e domiciliado na Rua Guadalajara, n°44, Bairro Jardim das Américas, Cuiabá - MT.

CLÁUSULA I – DO OBJETO

Contratação de empresa para fornecimento de peças e acessórios genuínos E/OU originais para manutenção preventiva e corretiva dos veículos operacionais: automóveis leves, utilitários, caminhões, ônibus e maquinas pesadas da frota da prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal-MT.

CLÁUSULA II - DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade até **14/02/2020**, a partir da sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período.

2.2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Reserva do Cabaçal – MT, não serão obrigados a adquirir o material referido na Cláusula I exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA III - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. A presente ata de registro de preços poderá ser usada pelo órgão relacionado na presente licitação, e outros não previstos, desde que autorizados pela Secretaria Municipal de Administração.

3.2. O preço ofertado pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços é o abaixo informado, de acordo com a respectiva classificação:

PROPOSTA DE PREÇOS REBALIZADA

Ata de Registro de Preços n°003/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL-MT

ITEM	DESCRIÇÃO	Valor	Percentual de desconto
01	PEÇAS MECANICAS E ACESSORIOS, DA MARCA **FIAT** QUE COMPÕEM A FROTA DE VEICULOS DA PREFEITURA.	R$ 65.000,00	16 %
05	PEÇAS MECANICAS E ACESSORIOS, DA MARCA **MERCEDES BENS** QUE COMPÕEM A FROTA DE VEICULOS DA PREFEITURA.	R$ 45.000,00	16,20%
19	PEÇAS DE REPOSIÇÃO DE **BOMBAS E BICOS INJETORES** GENUINAS OU ORIGINAIS DE 1ª LINHA PARA ÔNIBUS, CAMINHÕES E MICRO-ONIBUS DAS MARCAS VOLARE, VOLKSVAGEM, FORD, MERCEDES BENS, INDEPENDENTE DE MARCA E CATEGORIA PARA ATENDIMENTO DA FROTA DE VEICULOS DO MUNICIPIO.	R$ 85.000,00	16,60%

OBSERVAÇÃO: Ata de Registro de Preço n° 003/2019

3.3. Em cada fornecimento de material decorrente desta Ata serão observadas, quanto ao preço, às cláusulas e condições constantes da Ata de Registro de Preço n°003/2019, decorrente do Pregão Presencial n°002/2019, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.

3.4. O fornecimento dos itens ora licitados somente poderão ser realizados pelas empresas que assinarem a Ata de Registro de Preços, mediante prévia e expressa autorização da municipalidade.

3.5. No caso da impossibilidade da entrega do material ora licitado pelo primeiro classificado, a municipalidade poderá chamar o segundo classificado, pelo preço do primeiro, para o fornecimento deste material, e assim sucessivamente.

CLÁUSULA IV - DO PAGAMENTO E DAS DOTAÇÕES

4.1. A empresa licitante deverá apresentar juntamente com as mercadorias as notas fiscais correspondentes ao fornecimento dos produtos, devidamente processadas em duas vias, com todos os campos preenchidos, sem rasuras e devidamente atestada pelo servidor designado pela Administração, devendo ainda estar acompanhada das cópias das Ordens de Fornecimento autorizadas pelas Secretarias Solicitantes.

4.2. O pagamento das notas fiscais apresentadas e devidamente atestadas será efetuado o pagamento no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis a partir do recebimento e atestação das referidas notas fiscais pelo servidor designado pela Administração para a fiscalização do contrato;

43. Se a Nota Fiscal for apresentada com erro, serão devolvida à licitante vencedora para retificação e reapresentação, acrescentando-se no prazo fixado nos item 4.2, os dias que se passarem entre a data dá devolução e a da reapresentação;

4.4. Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito de atualização monetária.

4.5. As despesas decorrentes do objeto desta contratação correrão às contas de recursos próprios e de programas consignados no Orçamento desta Prefeitura, e serão empenhados nas rubricas:

Confirmo a existência de suficiente dotação orçamentaria nas rubricas a seguir especificadas, para fins de licitação.

05 - Secretaria Mun. de Obras 001 - Gabinete do Secretario	Red.101 - 04.122.0002.2022 3.3. 90.30 fonte 0.1.00
	Red.178 - 26.782.0005.2026 3.3. 90.30 fonte 0.1.00 Red.185 - 26.782.0005.2123 3.3. 90.30 fonte 0.1.30 Red.189 - 26.782.0005.2127 3.3. 90.30 fonte 0.1.30
05 - Secretaria Mun. de Obras 002 - Departamento de Água e Esgoto	Red.209 - 17.512.0010.2067 3.3. 90.30 fonte 0.1.00
06 - Secretaria Municipal de Educação 001 - Gabinete do Secretario	Red.218 - 12.122.0006.2028 3.3. 90.30 fonte 0.1.00
06 - Secretaria Municipal de Educação 002 - Departamento de Educação	Red.257 - 12.122.0006.2029 3.3. 90.30 fonte 0.1.01 Red.258 - 12.122.0006.2029 3.3. 90.30 fonte 0.1.00 Red.264 - 12.361.0006.2033 3.3. 90.30 fonte 0.1.15 Red.279 - 12.365.0008.2032 3.3. 90.30 fonte 0.1.15 Red.291 - 12.365.0008.2042 3.3. 90.30 fonte 0.1.01 Red.314 - 12.365.0008.2043 3.3. 90.30 fonte 0.1.01
07 - Secretaria Municipal de Saúde 001 - Gabinete do Secretario	Red.345 - 10.122.0009.2050 3.3. 90.30 fonte 0.1.02
07 - Secretaria Municipal de Saúde 002 - Fundo Municipal de Saúde	Red.369 - 10.301.0009.2055 3.3. 90.30 fonte 0.1.00 Red.370 - 10.301.0009.2055 3.3. 90.30 fonte 0.1.02 Red.386 - 10.301.0015.2057 3.3. 90.30 fonte 0.1.42 Red.387 - 10.301.0015.2057 3.3. 90.30 fonte 0.1.46 Red.359 - 10.301.0015.2059 3.3. 90.30 fonte 0.1.46 Red.438 - 10.304.0021.2064 3.3. 90.30 fonte 0.1.46 Red.443 - 10.305.0021.2066 3.3. 90.30 fonte 0.1.46
08 - Secretaria Mun. de Assistência Social 001 - Gabinete do Secretario	Red.453 - 08.244.0011.2069 3.3. 90.30 fonte 0.1.00
08 - Secretaria Mun. de Assistência Social 002 - Fundo Municipal de Assistência Social	Red.470 - 08.244.0011.2074 3.3. 90.30 fonte 0.1.00 Red.495 - 08.244.0022.2070 3.3. 90.30 fonte 0.1.29
08 - Secretaria Mun. de Assistência Social 003 - Fundo Municipal da Criança e do Adolescente	Red.523 - 08.243.0011.2079 3.3. 90.30 fonte 0.1.00
11 - Sec. Mun. de Desenvolvimento e Ambiental 001 - Departamento do Agropecuário	Red.615 - 20.606.0014.2083 3.3. 90.30 fonte 0.1.00
11 - Sec. Mun. de Desenvolvimento e Ambiental 002 – Divisão Ambiental	Red.626 - 15.542.0018.2116 3.3. 90.30 fonte 0.1.00

CLÁUSULA V - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

5.1. O contratado ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata.

5.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação e emissão da Ordem de Fornecimento pelas Secretarias Responsável.

5.3. A empresa fornecedora, quando do recebimento da Ordem de Compra, deverá realizar a entrega conforme estipulado na Ordem de Fornecimento.

5.4. O prazo de entrega será imediato a contar do recebimento da respectiva Ordem de Fornecimento ou Nota de Empenho, e deverá ser entregue nos locais especificado pelas secretarias solicitantes.

CLÁUSULA VI - DAS OBRIGAÇÕES DA(S) EMPRESA(S) VENCEDORA(S)

6.1. Cumprir todas as disposições constantes na Ata de Registro de Preço 003/2019, e todos os seus anexos.

6.2. Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais resultantes da adjudicação de cada fornecimento desta Licitação;

6.3. Manter durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, as condições de habilitação é qualificação que lhe foram exigidas na licitação;

6.4. Fornecer e arcar com as despesas relativas ao transporte dos materiais, até o local de entrega;

CLÁUSULA VII - DAS OBRIGAÇÕES DOS ÓRGÃOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. Uma vez firmada a ata de preços, o Município se obriga a:

a) Garantir a detentora do Registro de Preços, durante toda a vigência desta ata, desde que em igualdade de condições, a preferência no fornecimento, sempre que os preços forem compatíveis com os preços de mercado constatados mediante prévia e ampla pesquisa de mercado.

b) Negociar com a Detentora do Registro de Preços, sempre os preços de mercados resultantes da pesquisa de preços estiver menor que os registrados.

c) Acompanhar e fiscalizar, através de servidor designado pela Administração, o cumprimento dos termos data de registro de preços devidamente assinada, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da licitante vencedora;

d) Efetuar o pagamento à licitante vencedora, na forma e prazos estabelecidos neste Edital e na ata de Registro de Preços a ser firmada entre as partes, procedendo-se à retenção dos tributos devidos, consoante a legislação vigente;

e) Zelar para que sejam cumpridas as obrigações assumidas pela licitante vencedora, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

f) Outras obrigações constantes da ata de registro de preços.

g) Rejeitar, no todo ou em parte, os materiais que a empresa vencedora entregar fora das especificações do Edital;

7.2. Caberá à Administração, à cada aquisição, efetuar as pesquisas de preços de mercado para verificara compatibilidade dos preços registrados, devendo negociar com o Detentor do Registro, sempre que a pesquisa constar preços menores.

7.3. Comunicar à empresa vencedora todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o objeto da licitação;

CLÁUSULA VIII - DAS PENALIDADES

8.1. A recusa injustificada das empresas com propostas classificadas na licitação e indicadas para registro dos respectivos preços ensejará a aplicação das penalidades enunciadas no art. 87 da Lei Federal 8.666/93 alterações, ao critério da Administração.

8.2. A recusa injustificada das detentoras desta Ata, em retirar a Ordem de Fornecimento no prazo de 02

(dois) dias úteis, contados a partir da convocação, implicará na aplicação da multa de 10% (dez por cento) do valor da mesma.

8.3. Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste representado pela Ordem de Fornecimento, administração poderá aplicar, à detentora da ata, as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

a) - ADVERTÊNCIA: sempre que forem observadas irregularidades de pequena monta para as quais tenha corrigido;

b) - MULTA MORATÓRIA: no percentual diário de 0,5% (meio por cento), calculada sobre o valor da obrigação inadimplida ou, não sendo possível determinar este valor, sobre 1/12 do VALOR TOTALESTIMADO DO CONTRATO, pelo atraso injustificado na execução de qualquer obrigação contratual ou legal, podendo o respectivo valor ser abatido no pagamento a que fizer jus a CONTRATADA, ou ainda, quando for o caso, cobrado judicialmente;

c) - MULTA COMPENSATÓRIA: pela inexecução total ou parcial do contrato, no percentual de 20%(vinte por cento) sobre o valor da obrigação inadimplida ou, não sendo possível determinar este valor, sobre o total estimado pelo contrato, podendo ser abatida do pagamento a que fizer jus o CONTRATADO, ou, ainda, quando for o caso, cobrado judicialmente;

d) - SUSPENSÃO: temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

e) - DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE: para licitar ou contratar com a administração pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

8.4 - Poderão ser aplicadas às disposições das demais penalidades previstas na Lei 8.666/93, sem prejuízo das responsabilidades penal e civil.

8.5 - As sanções previstas neste Edital, a critério da Administração, poderão ser aplicadas cumulativamente na forma da lei.

8.6 - A mora superior a 20 (vinte) dias será considerada inexecução contratual ensejadora da hipótese de rescisão contratual, a critério da Administração, consoante o art. 77 da Lei 8.666/93.

8.7 - As importâncias relativas a multas serão descontadas dos pagamentos a serem efetuados à detentora data, podendo, entretanto, conforme o caso, processar-se a cobrança judicialmente.

8.8 - As penalidades serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções cabíveis, sejam estas administrativas ou penais, previstas na Lei 8.666/93 e alterações.

8.9 - Considerar-se-á justificado o atraso na entrega dos materiais somente nos seguintes casos:

a) greves;

b) epidemias;

c) enchentes;

d) escassez falta de materiais e/ou mão-de-obra no mercado;

CLÁUSULA IX - DOS REAJUSTAMENTOS DE PREÇOS

9.1. Considerando o período de vigência da ata, os preços não serão reajustados automaticamente, ressalvados, entretanto, há possibilidade de readequação dos preços vigentes pela Administração para manter o equilíbrio econômico-financeiro, ou em face da superveniência de normas federais ou municipais aplicáveis à espécie, considerada, para base inicial de análise, a demonstração da composição de custos, anexa a ata de registro de preços.

9.2. O diferencial de preço entre a proposta inicial da detentora e a pesquisa de mercado efetuada pela Administração à época da abertura da proposta, bem como eventuais descontos concedidos pela detentora, serão sempre mantidos, inclusive se houver prorrogação da vigência da ata.

9.3. Durante a vigência da ata, os preços registrados não poderão ficar acima dos praticados no mercado. Por conseguinte, independentemente de provocação da Administração, no caso de redução, ainda que temporária, dos preços de mercado, a detentora obriga-se a comunicar à Prefeitura o novo preço que substituirá o então registrado.

9.3.1. Caso a detentora venha a se locupletar com a redução efetiva de preços de mercado não repassada administração, ficará obrigada à restituição do que houver recebido indevidamente.

CLÁUSULA X - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO DA ATA DE REGISTRODE PREÇOS

10.1. O objeto desta Ata de Registro de preços será recebido pelo requisitante consoante o disposto no art. 73da Lei Federal 8.666/93 e alterações e demais normas pertinentes.

10.2. A cada fornecimento do objeto, será emitido recibo, nos termos do art. 73, II, “b”, da Lei8. 666/93 e alterações, por pessoa indicada pela administração.

CLÁUSULA XI - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. A ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito:

11.1.1. Pela Administração, quando:

11.1.1.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;

11.1.1.2. A detentora não retirar a Ordem de Compra no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

11.1.1.3. A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;

11.1.1.4. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços;

11.1.1.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

11.1.1.6. Por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração;

11.2. A comunicação do cancelamento será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se comprovante aos autos que deram origem ao registro de preços.

11.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial dos Municípios, considerando-se cancelado o preço registrado após 01(um) dia da publicação.

11.4. Pelas detentoras, quando, mediante solicitação por escrito, comprovarem estar impossibilitadas de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços:

11.5. A solicitação das detentoras para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada coma antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas na CláusulaVIII, caso não aceitas as razões do pedido.

CLÁUSULA XII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. Integram esta Ata de Registro de Preço n°003/2019 do Pregão Presencial n°002/2019, e a proposta a empresa classificadas no certame supra numerado.

12.2. Para solucionar quaisquer questões oriundas desta ata é competente, por força de lei, o Foro da Comarca de Araputanga-MT, com expressa renúncia de qualquer outro.

Reserva do Cabaçal – MT, 14 de Fevereiro de 2019.

TARCISIO FERRARI

PREFEITO MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL

CNPJ: 01.367.788/0001-31

CONTRATANTE

PODIUM COMÉRCIO E ATACADISTA DE AUTOPEÇAS LTDA

CNPJ: 19.822.233/0001-06

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

NOME: NOME:

CPF nº: CPF nº:

Visto da Assessoria Jurídica

Delair Teixeira de Alcântara

OAB/MT nº 15351

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 004 /2019 PREGÃO PRESENCIAL N°002/2019

VALIDADE: Da data de sua Assinatura até 14/02/2020

Pelo presente instrumento, o Município de Reserva do Cabaçal/MT, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF 01.367.788/0001-31, situada na Av. Mato Grosso, 221, Centro em Reserva do Cabaçal - Estado e Mato Grosso, neste ato Representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. TARCISIO FERRARI, brasileiro, casado, portador do R.G nº 348.149SSP/MT e do CPF: nº 567.672.001-82, assistido Comissão Permanente de Licitação, composta pelos membros, municipal nomeada pela portaria nº 115/2018, o Sr. Vonisson Gomes dos Santos, Pregoeiro, Sr. Valtair Leopoldino Negres, presidente da CPL, o senhor Douglas da Silva, membro e a senhora Daiana Ludmila coelho Rados, membros ambos nomeados pela portaria 03/2019, da data de 07 de janeiro de 2019, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, da Lei Federal nº 10.520/2002 e demais legislação aplicável à matéria e consoante às cláusulas e condições constantes deste instrumento convocatório da licitação supracitada, RESOLVE registra preço para contratação de empresa para fornecimento de peças e acessórios genuínos E/OU originais para manutenção preventiva e corretiva dos veículos operacionais: automóveis leves, utilitários, caminhões, ônibus e maquinas pesadas da frota da prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal-MT. Foi identificada a empresa***, Ideal Comércio de Autopeças- EIRELLI*** **Inscrita no *CNPJ: 30.865.963/0001-19,*** representada pelo seu representante legal Senhor Jelson Tibaldi de Almeida portador do RG N°08651329P/MT e CPF: N° 550.041.051-20, residente e domiciliado na Rua 2, n°35, quadra 35, Bairro Altos do Cerrado, município de Cuiabá-MT, CEP: 78.080.970.

CLÁUSULA I – DO OBJETO

Contratação de empresa para fornecimento de peças e acessórios genuínos E/OU originais para manutenção preventiva e corretiva dos veículos operacionais: automóveis leves, utilitários, caminhões, ônibus e maquinas pesadas da frota da prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal-MT.

CLÁUSULA II - DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade até **14/02/2020**, a partir da sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período.

2.2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Reserva do Cabaçal – MT, não serão obrigados a adquirir o material referido na Cláusula I exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA III - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. A presente ata de registro de preços poderá ser usada pelo órgão relacionado na presente licitação, e outros não previstos, desde que autorizados pela Secretaria Municipal de Administração.

3.2. O preço ofertado pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços é o abaixo informado, de acordo com a respectiva classificação:

PROPOSTA DE PREÇOS REBALIZADA

Ata de Registro de Preços n°004/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL-MT

ITEM	DESCRIÇÃO	Valor	Percentual de desconto
02	PEÇAS MECANICAS E ACESSORIOS, DA MARCA **FORD** QUE COMPÕEM A FROTA DE VEICULOS DA PREFEITURA.	R$ 35.000,00	16,7 %

OBSERVAÇÃO: Ata de Registro de Preço n° 004/2019

3.3. Em cada fornecimento de material decorrente desta Ata serão observadas, quanto ao preço, às cláusulas e condições constantes da Ata de

Registro de Preço n°004/2019, decorrente do Pregão Presencial n°002/2019, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.

3.4. O fornecimento dos itens ora licitados somente poderão ser realizados pelas empresas que assinarem a Ata de Registro de Preços, mediante prévia e expressa autorização da municipalidade.

3.5. No caso da impossibilidade da entrega do material ora licitado pelo primeiro classificado, a municipalidade poderá chamar o segundo classificado, pelo preço do primeiro, para o fornecimento deste material, e assim sucessivamente.

CLÁUSULA IV - DO PAGAMENTO E DAS DOTAÇÕES

4.1. A empresa licitante deverá apresentar juntamente com as mercadorias as notas fiscais correspondentes ao fornecimento dos produtos, devidamente processadas em duas vias, com todos os campos preenchidos, sem rasuras e devidamente atestada pelo servidor designado pela Administração, devendo ainda estar acompanhada das cópias das Ordens de Fornecimento autorizadas pelas Secretarias Solicitantes.

4.2. O pagamento das notas fiscais apresentadas e devidamente atestadas será efetuado o pagamento no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis a partir do recebimento e atestação das referidas notas fiscais pelo servidor designado pela Administração para a fiscalização do contrato;

43. Se a Nota Fiscal for apresentada com erro, serão devolvida à licitante vencedora para retificação e reapresentação, acrescentando-se no prazo fixado nos item 4.2, os dias que se passarem entre a data dá devolução e a da reapresentação;

4.4. Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito de atualização monetária.

4.5. As despesas decorrentes do objeto desta contratação correrão às contas de recursos próprios e de programas consignados no Orçamento desta Prefeitura, e serão empenhados nas rubricas:

Confirmo a existência de suficiente dotação orçamentaria nas rubricas a seguir especificadas, para fins de licitação.

05 - Secretaria Mun. de Obras 001 - Gabinete do Secretario	Red.101 - 04.122.0002.2022 3.3. 90.30 fonte 0.1.00 Red.178 - 26.782.0005.2026 3.3. 90.30 fonte 0.1.00 Red.185 - 26.782.0005.2123 3.3. 90.30 fonte 0.1.30 Red.189 - 26.782.0005.2127 3.3. 90.30 fonte 0.1.30
05 - Secretaria Mun. de Obras 002 - Departamento de Água e Esgoto	Red.209 - 17.512.0010.2067 3.3. 90.30 fonte 0.1.00
06 - Secretaria Municipal de Educação 001 - Gabinete do Secretario	Red.218 - 12.122.0006.2028 3.3. 90.30 fonte 0.1.00
06 - Secretaria Municipal de Educação 002 - Departamento de Educação	Red.257 - 12.122.0006.2029 3.3. 90.30 fonte 0.1.01 Red.258 - 12.122.0006.2029 3.3. 90.30 fonte 0.1.00 Red.264 - 12.361.0006.2033 3.3. 90.30 fonte 0.1.15 Red.279 - 12.365.0008.2032 3.3. 90.30 fonte 0.1.15 Red.291 - 12.365.0008.2042 3.3. 90.30 fonte 0.1.01 Red.314 - 12.365.0008.2043 3.3. 90.30 fonte 0.1.01
07 - Secretaria Municipal de Saúde 001 - Gabinete do Secretario	Red.345 - 10.122.0009.2050 3.3. 90.30 fonte 0.1.02
07 - Secretaria Municipal de Saúde 002 - Fundo Municipal de Saúde	Red.369 - 10.301.0009.2055 3.3. 90.30 fonte 0.1.00 Red.370 - 10.301.0009.2055 3.3. 90.30 fonte 0.1.02 Red.386 - 10.301.0015.2057 3.3. 90.30 fonte 0.1.42 Red.387 - 10.301.0015.2057 3.3. 90.30 fonte 0.1.46 Red.359 - 10.301.0015.2059 3.3. 90.30 fonte 0.1.46 Red.438 - 10.304.0021.2064 3.3. 90.30 fonte 0.1.46 Red.443 - 10.305.0021.2066 3.3. 90.30 fonte 0.1.46
08 - Secretaria Mun. de Assistência Social 001 - Gabinete do Secretario	Red.453 - 08.244.0011.2069 3.3. 90.30 fonte 0.1.00
08 - Secretaria Mun. de Assistência Social 002 - Fundo Municipal de Assistência Social	Red.470 - 08.244.0011.2074 3.3. 90.30 fonte 0.1.00 Red.495 - 08.244.0022.2070 3.3. 90.30 fonte 0.1.29
08 - Secretaria Mun. de Assistência Social 003 - Fundo Municipal da Criança e do Adolescente	Red.523 - 08.243.0011.2079 3.3. 90.30 fonte 0.1.00
11 - Sec. Mun. de Desenvolvimento e Ambiental 001 - Departamento do Agropecuário	Red.615 - 20.606.0014.2083 3.3. 90.30 fonte 0.1.00
11 - Sec. Mun. de Desenvolvimento e Ambiental 002 – Divisão Ambiental	Red.626 - 15.542.0018.2116 3.3. 90.30 fonte 0.1.00

CLÁUSULA V - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

5.1. O contratado ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata.

5.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação e emissão da Ordem de Fornecimento pelas Secretarias Responsável.

5.3. A empresa fornecedora, quando do recebimento da Ordem de Compra, deverá realizar a entrega conforme estipulado na Ordem de Fornecimento.

5.4. O prazo de entrega será imediato a contar do recebimento da respectiva Ordem de Fornecimento ou Nota de Empenho, e deverá ser entregue nos locais especificado pelas secretarias solicitantes.

CLÁUSULA VI - DAS OBRIGAÇÕES DA(S) EMPRESA(S) VENCEDORA(S)

6.1. Cumprir todas as disposições constantes na Ata de Registro de Preço 004/2019, e todos os seus anexos.

6.2. Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais resultantes da adjudicação de cada fornecimento desta Licitação;

6.3. Manter durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, as condições de habilitação é qualificação que lhe foram exigidas na licitação;

6.4. Fornecer e arcar com as despesas relativas ao transporte dos materiais, até o local de entrega;

CLÁUSULA VII - DAS OBRIGAÇÕES DOS ÓRGÃOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. Uma vez firmada a ata de preços, o Município se obriga a:

a) Garantir a detentora do Registro de Preços, durante toda a vigência desta ata, desde que em igualdade de condições, a preferência no fornecimento, sempre que os preços forem compatíveis com os preços de mercado constatados mediante prévia e ampla pesquisa de mercado.

b) Negociar com a Detentora do Registro de Preços, sempre os preços de mercados resultantes da pesquisa de preços estiver menor que os registrados.

c) Acompanhar e fiscalizar, através de servidor designado pela Administração, o cumprimento dos termos data de registro de preços devidamente assinada, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da licitante vencedora;

d) Efetuar o pagamento à licitante vencedora, na forma e prazos estabelecidos neste Edital e na ata de Registro de Preços a ser firmada entre as partes, procedendo-se à retenção dos tributos devidos, consoante a legislação vigente;

e) Zelar para que sejam cumpridas as obrigações assumidas pela licitante vencedora, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

f) Outras obrigações constantes da ata de registro de preços.

g) Rejeitar, no todo ou em parte, os materiais que a empresa vencedora entregar fora das especificações do Edital;

7.2. Caberá à Administração, à cada aquisição, efetuar as pesquisas de preços de mercado para verificara compatibilidade dos preços registrados, devendo negociar com o Detentor do Registro, sempre que a pesquisa constar preços menores.

7.3. Comunicar à empresa vencedora todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o objeto da licitação;

CLÁUSULA VIII - DAS PENALIDADES

8.1. A recusa injustificada das empresas com propostas classificadas na licitação e indicadas para registro dos respectivos preços ensejará a aplicação das penalidades enunciadas no art. 87 da Lei Federal 8.666/93 alterações, ao critério da Administração.

8.2. A recusa injustificada das detentoras desta Ata, em retirar a Ordem de Fornecimento no prazo de 02

(dois) dias úteis, contados a partir da convocação, implicará na aplicação da multa de 10% (dez por cento) do valor da mesma.

8.3. Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste representado pela Ordem de Fornecimento, administração poderá aplicar, à detentora da ata, as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

a) - ADVERTÊNCIA: sempre que forem observadas irregularidades de pequena monta para as quais tenha corrigido;

b) - MULTA MORATÓRIA: no percentual diário de 0,5% (meio por cento), calculada sobre o valor da obrigação inadimplida ou, não sendo possível determinar este valor, sobre 1/12 do VALOR TOTALESTIMADO DO CONTRATO, pelo atraso injustificado na execução de qualquer obrigação contratual ou legal, podendo o respectivo valor ser abatido no pagamento a que fizer jus a CONTRATADA, ou ainda, quando for o caso, cobrado judicialmente;

c) - MULTA COMPENSATÓRIA: pela inexecução total ou parcial do contrato, no percentual de 20%(vinte por cento) sobre o valor da obrigação inadimplida ou, não sendo possível determinar este valor, sobre o total estimado pelo contrato, podendo ser abatida do pagamento a que fizer jus o CONTRATADO, ou, ainda, quando for o caso, cobrado judicialmente;

d) - SUSPENSÃO: temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

e) - DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE: para licitar ou contratar com a administração pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

8.4 - Poderão ser aplicadas às disposições das demais penalidades previstas na Lei 8.666/93, sem prejuízo das responsabilidades penal e civil.

8.5 - As sanções previstas neste Edital, a critério da Administração, poderão ser aplicadas cumulativamente na forma da lei.

8.6 - A mora superior a 20 (vinte) dias será considerada inexecução contratual ensejadora da hipótese de rescisão contratual, a critério da Administração, consoante o art. 77 da Lei 8.666/93.

8.7 - As importâncias relativas a multas serão descontadas dos pagamentos a serem efetuados à detentora data, podendo, entretanto, conforme o caso, processar-se a cobrança judicialmente.

8.8 - As penalidades serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções cabíveis, sejam estas administrativas ou penais, previstas na Lei 8.666/93 e alterações.

8.9 - Considerar-se-á justificado o atraso na entrega dos materiais somente nos seguintes casos:

a) greves;

b) epidemias;

c) enchentes;

d) escassez falta de materiais e/ou mão-de-obra no mercado;

CLÁUSULA IX - DOS REAJUSTAMENTOS DE PREÇOS

9.1. Considerando o período de vigência da ata, os preços não serão reajustados automaticamente, ressalvados, entretanto, há possibilidade de readequação dos preços vigentes pela Administração para manter o equilíbrio econômico-financeiro, ou em face da superveniência de normas federais ou municipais aplicáveis à espécie, considerada, para base inicial de análise, a demonstração da composição de custos, anexa a ata de registro de preços.

9.2. O diferencial de preço entre a proposta inicial da detentora e a pesquisa de mercado efetuada pela Administração à época da abertura da proposta, bem como eventuais descontos concedidos pela detentora, serão sempre mantidos, inclusive se houver prorrogação da vigência da ata.

9.3. Durante a vigência da ata, os preços registrados não poderão ficar acima dos praticados no mercado. Por conseguinte, independentemente de provocação da Administração, no caso de redução, ainda que temporária, dos preços de mercado, a detentora obriga-se a comunicar à Prefeitura o novo preço que substituirá o então registrado.

9.3.1. Caso a detentora venha a se locupletar com a redução efetiva de preços de mercado não repassada administração, ficará obrigada à restituição do que houver recebido indevidamente.

CLÁUSULA X - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO DA ATA DE REGISTRODE PREÇOS

10.1. O objeto desta Ata de Registro de preços será recebido pelo requisitante consoante o disposto no art. 73da Lei Federal 8.666/93 e alterações e demais normas pertinentes.

10.2. A cada fornecimento do objeto, será emitido recibo, nos termos do art. 73, II, “b”, da Lei8. 666/93 e alterações, por pessoa indicada pela administração.

CLÁUSULA XI - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. A ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito:

11.1.1. Pela Administração, quando:

11.1.1.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;

11.1.1.2. A detentora não retirar a Ordem de Compra no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

11.1.1.3. A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;

11.1.1.4. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços;

11.1.1.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

11.1.1.6. Por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração;

11.2. A comunicação do cancelamento será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se comprovante aos autos que deram origem ao registro de preços.

11.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial dos Municípios, considerando-se cancelado o preço registrado após 01(um) dia da publicação.

11.4. Pelas detentoras, quando, mediante solicitação por escrito, comprovarem estar impossibilitadas de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços:

11.5. A solicitação das detentoras para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada coma antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas na CláusulaVIII, caso não aceitas as razões do pedido.

CLÁUSULA XII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. Integram esta Ata de Registro de Preço n°004/2019 do Pregão Presencial n°002/2019, e a proposta a empresa classificadas no certame supra numerado.

12.2. Para solucionar quaisquer questões oriundas desta ata é competente, por força de lei, o Foro da Comarca de Araputanga-MT, com expressa renúncia de qualquer outro.

Reserva do Cabaçal – MT, 14 de Fevereiro de 2019.

TARCISIO FERRARI

PREFEITO MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL

CNPJ: 01.367.788/0001-31

CONTRATANTE

Ideal Comércio de Autopeças- EIRELLI

CNPJ: 30.865.963/0001-19

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

NOME: NOME:

CPF nº: CPF nº:

Visto da Assessoria Jurídica

Delair Teixeira de Alcântara

OAB/MT nº 15351

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 005/2019 PREGÃO PRESENCIAL N°002/2019

VALIDADE: Da data de sua Assinatura até 14/02/2020

Pelo presente instrumento, o Município de Reserva do Cabaçal/MT, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF 01.367.788/0001-31, situada na Av. Mato Grosso, 221, Centro em Reserva do Cabaçal - Estado e Mato Grosso, neste ato Representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. TARCISIO FERRARI, brasileiro, casado, portador do R.G nº 348.149SSP/MT e do CPF: nº 567.672.001-82, assistido Comissão Permanente de Licitação, composta pelos membros, municipal nomeada pela portaria nº 115/2018, o Sr. Vonisson Gomes dos Santos, Pregoeiro, Sr. Valtair Leopoldino Negres, presidente da CPL, o senhor Douglas da Silva, membro e a senhora Daiana Ludmila coelho Rados, membros ambos nomeados pela portaria 03/2019, da data de 07 de janeiro de 2019, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, da Lei Federal nº 10.520/2002 e demais legislação aplicável à matéria e consoante às cláusulas e condições constantes deste instrumento convocatório da licitação supracitada, RESOLVE registra preço para contratação de empresa para fornecimento de peças e acessórios genuínos E/OU originais para manutenção preventiva e corretiva dos veículos operacionais: automóveis leves, utilitários, caminhões, ônibus e maquinas pesadas da frota da prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal-MT. Foi identificada a empresa***, SÓ ONIBUS COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELLI*** **Cadastradono** ***CNPJ: 15.593.959/0001-55,*** representada pelo seu representante legal Senhora Cecilia Pinto de Oliveira portador do RG N°0448786-9 SSP/MT e CPF: N° 208.590.231-68, residente e domiciliado na Avenida Júlio Domingos de campos, n°3231 Lot. Agua Vermelha, Bairro Marajoara- CEP: 78138-095 Várzea Grande-MT.

CLÁUSULA I – DO OBJETO

Contratação de empresa para fornecimento de peças e acessórios genuínos E/OU originais para manutenção preventiva e corretiva dos veículos operacionais: automóveis leves, utilitários, caminhões, ônibus e maquinas pesadas da frota da prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal-MT.

CLÁUSULA II - DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade até **14/02/2020**, a partir da sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período.

2.2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Reserva do Cabaçal – MT, não serão obrigados a adquirir o material referido na Cláusula I exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA III - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. A presente ata de registro de preços poderá ser usada pelo órgão relacionado na presente licitação, e outros não previstos, desde que autorizados pela Secretaria Municipal de Administração.

3.2. O preço ofertado pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços é o abaixo informado, de acordo com a respectiva classificação:

PROPOSTA DE PREÇOS REBALIZADA

Ata de Registro de Preços n°005/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL-MT

ITEM	DESCRIÇÃO	Valor	Percentual de desconto
04	PEÇAS MECANICAS E ACESSORIOS, DA MARCA **MARCOPOLO VOLARE** QUE COMPÕEM A FROTA DE VEICULOS DA PREFEITURA.	R$ 85.000,00	16.2%
06	PEÇAS MECANICAS E ACESSORIOS, DA MARCA **VOLKSWAGEN** QUE COMPÕEM A FROTA DE VEICULOS DA PREFEITURA.	R$ 35.000,00	16,2%

OBSERVAÇÃO: Ata de Registro de Preço n° 005/2019

3.3. Em cada fornecimento de material decorrente desta Ata serão observadas, quanto ao preço, às cláusulas e condições constantes da Ata de Registro de Preço n°005/2019, decorrente do Pregão Presencial n°002/2019, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.

3.4. O fornecimento dos itens ora licitados somente poderão ser realizados pelas empresas que assinarem a Ata de Registro de Preços, mediante prévia e expressa autorização da municipalidade.

3.5. No caso da impossibilidade da entrega do material ora licitado pelo primeiro classificado, a municipalidade poderá chamar o segundo classificado, pelo preço do primeiro, para o fornecimento deste material, e assim sucessivamente.

CLÁUSULA IV - DO PAGAMENTO E DAS DOTAÇÕES

4.1. A empresa licitante deverá apresentar juntamente com as mercadorias as notas fiscais correspondentes ao fornecimento dos produtos, devidamente processadas em duas vias, com todos os campos preenchidos, sem rasuras e devidamente atestada pelo servidor designado pela Administração, devendo ainda estar acompanhada das cópias das Ordens de Fornecimento autorizadas pelas Secretarias Solicitantes.

4.2. O pagamento das notas fiscais apresentadas e devidamente atestadas será efetuado o pagamento no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis

a partir do recebimento e atestação das referidas notas fiscais pelo servidor designado pela Administração para a fiscalização do contrato;

43. Se a Nota Fiscal for apresentada com erro, serão devolvida à licitante vencedora para retificação e reapresentação, acrescentando-se no prazo fixado nos item 4.2, os dias que se passarem entre a data dá devolução e a da reapresentação;

4.4. Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito de atualização monetária.

4.5. As despesas decorrentes do objeto desta contratação correrão às contas de recursos próprios e de programas consignados no Orçamento desta Prefeitura, e serão empenhados nas rubricas:

Confirmo a existência de suficiente dotação orçamentaria nas rubricas a seguir especificadas, para fins de licitação.

05 - Secretaria Mun. de Obras 001 - Gabinete do Secretario	Red.101 - 04.122.0002.2022 3.3. 90.30 fonte 0.1.00 Red.178 - 26.782.0005.2026 3.3. 90.30 fonte 0.1.00 Red.185 - 26.782.0005.2123 3.3. 90.30 fonte 0.1.30 Red.189 - 26.782.0005.2127 3.3. 90.30 fonte 0.1.30
05 - Secretaria Mun. de Obras 002 - Departamento de Água e Esgoto	Red.209 - 17.512.0010.2067 3.3. 90.30 fonte 0.1.00
06 - Secretaria Municipal de Educação 001 - Gabinete do Secretario	Red.218 - 12.122.0006.2028 3.3. 90.30 fonte 0.1.00
06 - Secretaria Municipal de Educação 002 - Departamento de Educação	Red.257 - 12.122.0006.2029 3.3. 90.30 fonte 0.1.01 Red.258 - 12.122.0006.2029 3.3. 90.30 fonte 0.1.00 Red.264 - 12.361.0006.2033 3.3. 90.30 fonte 0.1.15 Red.279 - 12.365.0008.2032 3.3. 90.30 fonte 0.1.15 Red.291 - 12.365.0008.2042 3.3. 90.30 fonte 0.1.01 Red.314 - 12.365.0008.2043 3.3. 90.30 fonte 0.1.01
07 - Secretaria Municipal de Saúde 001 - Gabinete do Secretario	Red.345 - 10.122.0009.2050 3.3. 90.30 fonte 0.1.02
07 - Secretaria Municipal de Saúde 002 - Fundo Municipal de Saúde	Red.369 - 10.301.0009.2055 3.3. 90.30 fonte 0.1.00 Red.370 - 10.301.0009.2055 3.3. 90.30 fonte 0.1.02 Red.386 - 10.301.0015.2057 3.3. 90.30 fonte 0.1.42 Red.387 - 10.301.0015.2057 3.3. 90.30 fonte 0.1.46 Red.359 - 10.301.0015.2059 3.3. 90.30 fonte 0.1.46 Red.438 - 10.304.0021.2064 3.3. 90.30 fonte 0.1.46 Red.443 - 10.305.0021.2066 3.3. 90.30 fonte 0.1.46
08 - Secretaria Mun. de Assistência Social 001 - Gabinete do Secretario	Red.453 - 08.244.0011.2069 3.3. 90.30 fonte 0.1.00
08 - Secretaria Mun. de Assistência Social 002 - Fundo Municipal de Assistência Social	Red.470 - 08.244.0011.2074 3.3. 90.30 fonte 0.1.00 Red.495 - 08.244.0022.2070 3.3. 90.30 fonte 0.1.29
08 - Secretaria Mun. de Assistência Social 003 - Fundo Municipal da Criança e do Adolescente	Red.523 - 08.243.0011.2079 3.3. 90.30 fonte 0.1.00
11 - Sec. Mun. de Desenvolvimento e Ambiental 001 - Departamento do Agropecuário	Red.615 - 20.606.0014.2083 3.3. 90.30 fonte 0.1.00
11 - Sec. Mun. de Desenvolvimento e Ambiental 002 – Divisão Ambiental	Red.626 - 15.542.0018.2116 3.3. 90.30 fonte 0.1.00

CLÁUSULA V - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

5.1. O contratado ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata.

5.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação e emissão da Ordem de Fornecimento pelas Secretarias Responsável.

5.3. A empresa fornecedora, quando do recebimento da Ordem de Compra, deverá realizar a entrega conforme estipulado na Ordem de Fornecimento.

5.4. O prazo de entrega será imediato a contar do recebimento da respectiva Ordem de Fornecimento ou Nota de Empenho, e deverá ser entregue nos locais especificado pelas secretarias solicitantes.

CLÁUSULA VI - DAS OBRIGAÇÕES DA(S) EMPRESA(S) VENCEDORA(S)

6.1. Cumprir todas as disposições constantes na Ata de Registro de Preço 004/2019, e todos os seus anexos.

6.2. Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais resultantes da adjudicação de cada fornecimento desta Licitação;

6.3. Manter durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, as condições de habilitação é qualificação que lhe foram exigidas na licitação;

6.4. Fornecer e arcar com as despesas relativas ao transporte dos materiais, até o local de entrega;

CLÁUSULA VII - DAS OBRIGAÇÕES DOS ÓRGÃOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. Uma vez firmada a ata de preços, o Município se obriga a:

a) Garantir a detentora do Registro de Preços, durante toda a vigência desta ata, desde que em igualdade de condições, a preferência no fornecimento, sempre que os preços forem compatíveis com os preços de mercado constatados mediante prévia e ampla pesquisa de mercado.

b) Negociar com a Detentora do Registro de Preços, sempre os preços de mercados resultantes da pesquisa de preços estiver menor que os registrados.

c) Acompanhar e fiscalizar, através de servidor designado pela Administração, o cumprimento dos termos data de registro de preços devidamente assinada, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da licitante vencedora;

d) Efetuar o pagamento à licitante vencedora, na forma e prazos estabelecidos neste Edital e na ata de Registro de Preços a ser firmada entre as partes, procedendo-se à retenção dos tributos devidos, consoante a legislação vigente;

e) Zelar para que sejam cumpridas as obrigações assumidas pela licitante vencedora, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

f) Outras obrigações constantes da ata de registro de preços.

g) Rejeitar, no todo ou em parte, os materiais que a empresa vencedora entregar fora das especificações do Edital;

7.2. Caberá à Administração, à cada aquisição, efetuar as pesquisas de preços de mercado para verificara compatibilidade dos preços registrados, devendo negociar com o Detentor do Registro, sempre que a pesquisa constar preços menores.

7.3. Comunicar à empresa vencedora todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o objeto da licitação;

CLÁUSULA VIII - DAS PENALIDADES

8.1. A recusa injustificada das empresas com propostas classificadas na licitação e indicadas para registro dos respectivos preços ensejará a aplicação das penalidades enunciadas no art. 87 da Lei Federal 8.666/93 alterações, ao critério da Administração.

8.2. A recusa injustificada das detentoras desta Ata, em retirar a Ordem de Fornecimento no prazo de 02

(dois) dias úteis, contados a partir da convocação, implicará na aplicação da multa de 10% (dez por cento) do valor da mesma.

8.3. Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste representado pela Ordem de Fornecimento, administração poderá aplicar, à detentora da ata, as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

a) - ADVERTÊNCIA: sempre que forem observadas irregularidades de pequena monta para as quais tenha corrigido;

b) - MULTA MORATÓRIA: no percentual diário de 0,5% (meio por cento), calculada sobre o valor da obrigação inadimplida ou, não sendo possível determinar este valor, sobre 1/12 do VALOR TOTALESTIMADO DO CONTRATO, pelo atraso injustificado na execução de qualquer obrigação contratual ou legal, podendo o respectivo valor ser abatido no pagamento a que fizer jus a CONTRATADA, ou ainda, quando for o caso, cobrado judicialmente;

c) - MULTA COMPENSATÓRIA: pela inexecução total ou parcial do contrato, no percentual de 20%(vinte por cento) sobre o valor da obrigação inadimplida ou, não sendo possível determinar este valor, sobre o total estimado pelo contrato, podendo ser abatida do pagamento a que fizer jus o CONTRATADO, ou, ainda, quando for o caso, cobrado judicialmente;

d) - SUSPENSÃO: temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

e) - DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE: para licitar ou contratar com a administração pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

8.4 - Poderão ser aplicadas às disposições das demais penalidades previstas na Lei 8.666/93, sem prejuízo das responsabilidades penal e civil.

8.5 - As sanções previstas neste Edital, a critério da Administração, poderão ser aplicadas cumulativamente na forma da lei.

8.6 - A mora superior a 20 (vinte) dias será considerada inexecução contratual ensejadora da hipótese de rescisão contratual, a critério da Administração, consoante o art. 77 da Lei 8.666/93.

8.7 - As importâncias relativas a multas serão descontadas dos pagamentos a serem efetuados à detentora data, podendo, entretanto, conforme o caso, processar-se a cobrança judicialmente.

8.8 - As penalidades serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções cabíveis, sejam estas administrativas ou penais, previstas na Lei 8.666/93 e alterações.

8.9 - Considerar-se-á justificado o atraso na entrega dos materiais somente nos seguintes casos:

a) greves;

b) epidemias;

c) enchentes;

d) escassez falta de materiais e/ou mão-de-obra no mercado;

CLÁUSULA IX - DOS REAJUSTAMENTOS DE PREÇOS

9.1. Considerando o período de vigência da ata, os preços não serão reajustados automaticamente, ressalvados, entretanto, há possibilidade de readequação dos preços vigentes pela Administração para manter o equilíbrio econômico-financeiro, ou em face da superveniência de normas federais ou municipais aplicáveis à espécie, considerada, para base inicial de análise, a demonstração da composição de custos, anexa a ata de registro de preços.

9.2. O diferencial de preço entre a proposta inicial da detentora e a pesquisa de mercado efetuada pela Administração à época da abertura da proposta, bem como eventuais descontos concedidos pela detentora, serão sempre mantidos, inclusive se houver prorrogação da vigência da ata.

9.3. Durante a vigência da ata, os preços registrados não poderão ficar acima dos praticados no mercado. Por conseguinte, independentemente de provocação da Administração, no caso de redução, ainda que temporária, dos preços de mercado, a detentora obriga-se a comunicar à Prefeitura o novo preço que substituirá o então registrado.

9.3.1. Caso a detentora venha a se locupletar com a redução efetiva de preços de mercado não repassada administração, ficará obrigada à restituição do que houver recebido indevidamente.

CLÁUSULA X - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO DA ATA DE REGISTRODE PREÇOS

10.1. O objeto desta Ata de Registro de preços será recebido pelo requisitante consoante o disposto no art. 73da Lei Federal 8.666/93 e alterações e demais normas pertinentes.

10.2. A cada fornecimento do objeto, será emitido recibo, nos termos do art. 73, II, “b”, da Lei8. 666/93 e alterações, por pessoa indicada pela administração.

CLÁUSULA XI - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. A ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito:

11.1.1. Pela Administração, quando:

11.1.1.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;

11.1.1.2. A detentora não retirar a Ordem de Compra no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

11.1.1.3. A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;

11.1.1.4. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços;

11.1.1.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

11.1.1.6. Por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração;

11.2. A comunicação do cancelamento será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se comprovante aos autos que deram origem ao registro de preços.

11.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial dos Municípios, considerando-se cancelado o preço registrado após 01(um) dia da publicação.

11.4. Pelas detentoras, quando, mediante solicitação por escrito, comprovarem estar impossibilitadas de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços:

11.5. A solicitação das detentoras para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada coma antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas na CláusulaVIII, caso não aceitas as razões do pedido.

CLÁUSULA XII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. Integram esta Ata de Registro de Preço n°005/2019 do Pregão Presencial n°002/2019, e a proposta a empresa classificadas no certame supra numerado.

12.2. Para solucionar quaisquer questões oriundas desta ata é competente, por força de lei, o Foro da Comarca de Araputanga-MT, com expressa renúncia de qualquer outro.

Reserva do Cabaçal – MT, 14 de Fevereiro de 2019.

TARCISIO FERRARI

PREFEITO MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL

CNPJ: 01.367.788/0001-31

CONTRATANTE

SÓ ONIBUS COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELLI

CNPJ: 15.593.959/0001-55

CECILIA PINTO DE OLIVEIRA PORTADOR

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

NOME: NOME:

CPF nº: CPF nº:

Visto da Assessoria Jurídica

Delair Teixeira de Alcântara

OAB/MT nº 15351

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 006/2019 PREGÃO PRESENCIAL N°002/2019

VALIDADE: Da data de sua Assinatura até 14/02/2020

Pelo presente instrumento, o Município de Reserva do Cabaçal/MT, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF 01.367.788/0001-31, situada na Av. Mato Grosso, 221, Centro em Reserva do Cabaçal - Estado e Mato Grosso, neste ato Representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. TARCISIO FERRARI, brasileiro, casado, portador do R.G nº 348.149SSP/MT e do CPF: nº 567.672.001-82, assistido Comissão Permanente de Licitação, composta pelos membros, municipal nomeada pela portaria nº 115/2018, o Sr. Vonisson Gomes dos Santos, Pregoeiro, Sr. Valtair Leopoldino Negres, presidente da CPL, o senhor Douglas da Silva, membro e a senhora Daiana Ludmila coelho Rados, membros ambos nomeados pela portaria 03/2019, da data de 07 de janeiro de 2019, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, da Lei Federal nº 10.520/2002 e demais legislação aplicável à matéria e consoante às cláusulas e condições constantes deste instrumento convocatório da licitação supracitada, RESOLVE registra preço para contratação de empresa para fornecimento de peças e acessórios genuínos E/OU originais para manutenção preventiva e corretiva dos veículos operacionais: automóveis leves, utilitários, caminhões, ônibus e maquinas pesadas da frota da prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal-MT. Foi identificada a empresa***, DIMAQ CAMPO-TRAT CUIABA COMERCIAL LTDA*** **Cadastradono** ***CNPJ: 05.220.404/0001-04,*** representada pelo seu representante legal Senhor DIEGO RODRIGUES DE CAMPOS portador do RG N°1463630-1 SSP/MT e CPF: N° 937.475.601-30, residente e domiciliado na Avenida da FEB, n°1.479 Bairro da Manga- CEP: 78115-805 Várzea Grande-MT .

CLÁUSULA I – DO OBJETO

Contratação de empresa para fornecimento de peças e acessórios genuínos E/OU originais para manutenção preventiva e corretiva dos veículos operacionais: automóveis leves, utilitários, caminhões, ônibus e maquinas pesadas da frota da prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal-MT.

CLÁUSULA II - DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade até **14/02/2020**, a partir da sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período.

2.2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Reserva do Cabaçal – MT, não serão obrigados a adquirir o material referido na Cláusula I exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA III - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. A presente ata de registro de preços poderá ser usada pelo órgão relacionado na presente licitação, e outros não previstos, desde que autorizados pela Secretaria Municipal de Administração.

3.2. O preço ofertado pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços é o abaixo informado, de acordo com a respectiva classificação:

PROPOSTA DE PREÇOS REBALIZADA

Ata de Registro de Preços n°006/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL-MT

ITEM	DESCRIÇÃO	Valor	Percentual de desconto
08	PEÇAS MECÂNICAS E ACESSORIOS DA MARCA **CASE** QUE COMPÕEM A FROTA DE MÁQUINAS DA PREFEITURA	R$ 45.000,00	18%

OBSERVAÇÃO: Ata de Registro de Preço n° 006/2019

3.3. Em cada fornecimento de material decorrente desta Ata serão observadas, quanto ao preço, às cláusulas e condições constantes da Ata de Registro de Preço n°006/2019, decorrente do Pregão Presencial n°002/2019, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.

3.4. O fornecimento dos itens ora licitados somente poderão ser realizados pelas empresas que assinarem a Ata de Registro de Preços, mediante prévia e expressa autorização da municipalidade.

3.5. No caso da impossibilidade da entrega do material ora licitado pelo primeiro classificado, a municipalidade poderá chamar o segundo classificado, pelo preço do primeiro, para o fornecimento deste material, e assim sucessivamente.

CLÁUSULA IV - DO PAGAMENTO E DAS DOTAÇÕES

4.1. A empresa licitante deverá apresentar juntamente com as mercadorias as notas fiscais correspondentes ao fornecimento dos produtos, devidamente processadas em duas vias, com todos os campos preenchidos, sem rasuras e devidamente atestada pelo servidor designado pela Administração, devendo ainda estar acompanhada das cópias das Ordens de Fornecimento autorizadas pelas Secretarias Solicitantes.

4.2. O pagamento das notas fiscais apresentadas e devidamente atestadas será efetuado o pagamento no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis a partir do recebimento e atestação das referidas notas fiscais pelo servidor designado pela Administração para a fiscalização do contrato;

43. Se a Nota Fiscal for apresentada com erro, serão devolvida à licitante vencedora para retificação e reapresentação, acrescentando-se no prazo fixado nos item 4.2, os dias que se passarem entre a data dá devolução e a da reapresentação;

4.4. Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito de atualização monetária.

4.5. As despesas decorrentes do objeto desta contratação correrão às contas de recursos próprios e de programas consignados no Orçamento desta Prefeitura, e serão empenhados nas rubricas:

Confirmo a existência de suficiente dotação orçamentaria nas rubricas a seguir especificadas, para fins de licitação.

05 - Secretaria Mun. de Obras 001 - Gabinete do Secretario	Red.101 - 04.122.0002.2022 3.3.90.30 fonte 0.1.00 Red.178 - 26.782.0005.2026 3.3.90.30 fonte 0.1.00 Red.185 - 26.782.0005.2123 3.3.90.30 fonte 0.1.30 Red.189 - 26.782.0005.2127 3.3.90.30 fonte 0.1.30
05 - Secretaria Mun. de Obras 002 - Departamento de Água e Esgoto	Red.209 - 17.512.0010.2067 3.3.90.30 fonte 0.1.00

06 - Secretaria Municipal de Educação 001 - Gabinete do Secretario	Red.218 - 12.122.0006.2028 3.3.90.30 fonte 0.1.00
06 - Secretaria Municipal de Educação 002 - Departamento de Educação	Red.257 - 12.122.0006.2029 3.3.90.30 fonte 0.1.01 Red.258 - 12.122.0006.2029 3.3.90.30 fonte 0.1.00 Red.264 - 12.361.0006.2033 3.3.90.30 fonte 0.1.15 Red.279 - 12.365.0008.2032 3.3.90.30 fonte 0.1.15 Red.291 - 12.365.0008.2042 3.3.90.30 fonte 0.1.01 Red.314 - 12.365.0008.2043 3.3.90.30 fonte 0.1.01
07 - Secretaria Municipal de Saúde 001 - Gabinete do Secretario	Red.345 - 10.122.0009.2050 3.3.90.30 fonte 0.1.02
07 - Secretaria Municipal de Saúde 002 - Fundo Municipal de Saúde	Red.369 - 10.301.0009.2055 3.3.90.30 fonte 0.1.00 Red.370 - 10.301.0009.2055 3.3.90.30 fonte 0.1.02 Red.386 - 10.301.0015.2057 3.3.90.30 fonte 0.1.42 Red.387 - 10.301.0015.2057 3.3.90.30 fonte 0.1.46 Red.359 - 10.301.0015.2059 3.3.90.30 fonte 0.1.46 Red.438 - 10.304.0021.2064 3.3.90.30 fonte 0.1.46 Red.443 - 10.305.0021.2066 3.3.90.30 fonte 0.1.46
08 - Secretaria Mun. de Assistência Social 001 - Gabinete do Secretario	Red.453 - 08.244.0011.2069 3.3.90.30 fonte 0.1.00
08 - Secretaria Mun. de Assistência Social 002 - Fundo Municipal de Assistência Social	Red.470 - 08.244.0011.2074 3.3.90.30 fonte 0.1.00 Red.495 - 08.244.0022.2070 3.3.90.30 fonte 0.1.29
08 - Secretaria Mun. de Assistência Social 003 - Fundo Municipal da Criança e do Adolescente	Red.523 - 08.243.0011.2079 3.3.90.30 fonte 0.1.00
11 - Sec. Mun. de Desenvolvimento e Ambiental 001 - Departamento do Agropecuário	Red.615 - 20.606.0014.2083 3.3.90.30 fonte 0.1.00
11 - Sec. Mun. de Desenvolvimento e Ambiental 002 – Divisão Ambiental	Red.626 - 15.542.0018.2116 3.3.90.30 fonte 0.1.00

CLÁUSULA V - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

5.1. O contratado ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata.

5.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação e emissão da Ordem de Fornecimento pelas Secretarias Responsável.

5.3. A empresa fornecedora, quando do recebimento da Ordem de Compra, deverá realizar a entrega conforme estipulado na Ordem de Fornecimento.

5.4. O prazo de entrega será imediato a contar do recebimento da respectiva Ordem de Fornecimento ou Nota de Empenho, e deverá ser entregue nos locais especificado pelas secretarias solicitantes.

CLÁUSULA VI - DAS OBRIGAÇÕES DA(S) EMPRESA(S) VENCEDORA(S)

6.1. Cumprir todas as disposições constantes na Ata de Registro de Preço 004/2019, e todos os seus anexos.

6.2. Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais resultantes da adjudicação de cada fornecimento desta Licitação;

6.3. Manter durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, as condições de habilitação é qualificação que lhe foram exigidas na licitação;

6.4. Fornecer e arcar com as despesas relativas ao transporte dos materiais, até o local de entrega;

CLÁUSULA VII - DAS OBRIGAÇÕES DOS ÓRGÃOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. Uma vez firmada a ata de preços, o Município se obriga a:

a) Garantir a detentora do Registro de Preços, durante toda a vigência desta ata, desde que em igualdade de condições, a preferência no fornecimento, sempre que os preços forem compatíveis com os preços de mercado constatados mediante prévia e ampla pesquisa de mercado.

b) Negociar com a Detentora do Registro de Preços, sempre os preços de mercados resultantes da pesquisa de preços estiver menor que os registrados.

c) Acompanhar e fiscalizar, através de servidor designado pela Administração, o cumprimento dos termos data de registro de preços devidamente assinada, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da licitante vencedora;

d) Efetuar o pagamento à licitante vencedora, na forma e prazos estabelecidos neste Edital e na ata de Registro de Preços a ser firmada entre as partes, procedendo-se à retenção dos tributos devidos, consoante a legislação vigente;

e) Zelar para que sejam cumpridas as obrigações assumidas pela licitante vencedora, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

f) Outras obrigações constantes da ata de registro de preços.

g) Rejeitar, no todo ou em parte, os materiais que a empresa vencedora entregar fora das especificações do Edital;

7.2. Caberá à Administração, à cada aquisição, efetuar as pesquisas de preços de mercado para verificara compatibilidade dos preços registrados, devendo negociar com o Detentor do Registro, sempre que a pesquisa constar preços menores.

7.3. Comunicar à empresa vencedora todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o objeto da licitação;

CLÁUSULA VIII - DAS PENALIDADES

8.1. A recusa injustificada das empresas com propostas classificadas na licitação e indicadas para registro dos respectivos preços ensejará a aplicação das penalidades enunciadas no art. 87 da Lei Federal 8.666/93 alterações, ao critério da Administração.

8.2. A recusa injustificada das detentoras desta Ata, em retirar a Ordem de Fornecimento no prazo de 02

(dois) dias úteis, contados a partir da convocação, implicará na aplicação da multa de 10% (dez por cento) do valor da mesma.

8.3. Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste representado pela Ordem de Fornecimento, administração poderá aplicar, à detentora da ata, as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

a) - ADVERTÊNCIA: sempre que forem observadas irregularidades de pequena monta para as quais tenha corrigido;

b) - MULTA MORATÓRIA: no percentual diário de 0,5% (meio por cento), calculada sobre o valor da obrigação inadimplida ou, não sendo possível determinar este valor, sobre 1/12 do VALOR TOTALESTIMADO DO CONTRATO, pelo atraso injustificado na execução de qualquer obrigação contratual ou legal, podendo o respectivo valor ser abatido no pagamento a que fizer jus a CONTRATADA, ou ainda, quando for o caso, cobrado judicialmente;

c) - MULTA COMPENSATÓRIA: pela inexecução total ou parcial do contrato, no percentual de 20%(vinte por cento) sobre o valor da obrigação inadimplida ou, não sendo possível determinar este valor, sobre o total estimado pelo contrato, podendo ser abatida do pagamento a que fizer jus o CONTRATADO, ou, ainda, quando for o caso, cobrado judicialmente;

d) - SUSPENSÃO: temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

e) - DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE: para licitar ou contratar com a administração pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante própria autorida-

de que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

8.4 - Poderão ser aplicadas às disposições das demais penalidades previstas na Lei 8.666/93, sem prejuízo das responsabilidades penal e civil.

8.5 - As sanções previstas neste Edital, a critério da Administração, poderão ser aplicadas cumulativamente na forma da lei.

8.6 - A mora superior a 20 (vinte) dias será considerada inexecução contratual ensejadora da hipótese de rescisão contratual, a critério da Administração, consoante o art. 77 da Lei 8.666/93.

8.7 - As importâncias relativas a multas serão descontadas dos pagamentos a serem efetuados à detentora data, podendo, entretanto, conforme o caso, processar-se a cobrança judicialmente.

8.8 - As penalidades serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções cabíveis, sejam estas administrativas ou penais, previstas na Lei 8.666/93 e alterações.

8.9 - Considerar-se-á justificado o atraso na entrega dos materiais somente nos seguintes casos:

a) greves;

b) epidemias;

c) enchentes;

d) escassez falta de materiais e/ou mão-de-obra no mercado;

CLÁUSULA IX - DOS REAJUSTAMENTOS DE PREÇOS

9.1. Considerando o período de vigência da ata, os preços não serão reajustados automaticamente, ressalvados, entretanto, há possibilidade de readequação dos preços vigentes pela Administração para manter o equilíbrio econômico-financeiro, ou em face da superveniência de normas federais ou municipais aplicáveis à espécie, considerada, para base inicial de análise, a demonstração da composição de custos, anexa a ata de registro de preços.

9.2. O diferencial de preço entre a proposta inicial da detentora e a pesquisa de mercado efetuada pela Administração à época da abertura da proposta, bem como eventuais descontos concedidos pela detentora, serão sempre mantidos, inclusive se houver prorrogação da vigência da ata.

9.3. Durante a vigência da ata, os preços registrados não poderão ficar acima dos praticados no mercado. Por conseguinte, independentemente de provocação da Administração, no caso de redução, ainda que temporária, dos preços de mercado, a detentora obriga-se a comunicar à Prefeitura o novo preço que substituirá o então registrado.

9.3.1. Caso a detentora venha a se locupletar com a redução efetiva de preços de mercado não repassada administração, ficará obrigada à restituição do que houver recebido indevidamente.

CLÁUSULA X - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO DA ATA DE REGISTRODE PREÇOS

10.1. O objeto desta Ata de Registro de preços será recebido pelo requisitante consoante o disposto no art. 73da Lei Federal 8.666/93 e alterações e demais normas pertinentes.

10.2. A cada fornecimento do objeto, será emitido recibo, nos termos do art. 73, II, “b”, da Lei8. 666/93 e alterações, por pessoa indicada pela administração.

CLÁUSULA XI - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. A ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito:

11.1.1. Pela Administração, quando:

11.1.1.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;

11.1.1.2. A detentora não retirar a Ordem de Compra no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

11.1.1.3. A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;

11.1.1.4. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços;

11.1.1.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

11.1.1.6. Por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração;

11.2. A comunicação do cancelamento será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se comprovante aos autos que deram origem ao registro de preços.

11.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial dos Municípios, considerando-se cancelado o preço registrado após 01(um) dia da publicação.

11.4. Pelas detentoras, quando, mediante solicitação por escrito, comprovarem estar impossibilitadas de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços:

11.5. A solicitação das detentoras para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada coma antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas na CláusulaVIII, caso não aceitas as razões do pedido.

CLÁUSULA XII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. Integram esta Ata de Registro de Preço n°006/2019 do Pregão Presencial n°002/2019, e a proposta a empresa classificadas no certame supra numerado.

12.2. Para solucionar quaisquer questões oriundas desta ata é competente, por força de lei, o Foro da Comarca de Araputanga-MT, com expressa renúncia de qualquer outro.

Reserva do Cabaçal – MT, 14 de Fevereiro de 2019.

TARCISIO FERRARI

PREFEITO MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL

CNPJ: 01.367.788/0001-31

CONTRATANTE

DIMAQ CAMPOTRAT CUIABA COMERCIAL LTDA

CNPJ: 05.220.404/0001-04

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

NOME: NOME:

CPF nº: CPF nº:

Visto da Assessoria Jurídica

Delair Teixeira de Alcântara

OAB/MT nº 15351

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 007/2019 PREGÃO PRESENCIAL N°002/2019

VALIDADE: Da data de sua Assinatura até 14/02/2020

Pelo presente instrumento, o Município de Reserva do Cabaçal/MT, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF 01.367.788/0001-31, situada na Av. Mato Grosso, 221, Centro em Reserva do Cabaçal - Estado e Mato Grosso, neste ato Representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. TARCISIO FERRARI, brasileiro, casado, portador do R.G nº 348.

149SSP/MT e do CPF: nº 567.672.001-82, assistido Comissão Permanente de Licitação, composta pelos membros, municipal nomeada pela portaria nº 115/2018, o Sr. Vonisson Gomes dos Santos, Pregoeiro, Sr. Valtair Leopoldino Negres, presidente da CPL, o senhor Douglas da Silva, membro e a senhora Daiana Ludmila coelho Rados, membros ambos nomeados pela portaria 03/2019, da data de 07 de janeiro de 2019, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, da Lei Federal nº 10.520/2002 e demais legislação aplicável à matéria e consoante às cláusulas e condições constantes deste instrumento convocatório da licitação supracitada, RESOLVE registra preço para contratação de empresa para fornecimento de peças e acessórios genuínos E/OU originais para manutenção preventiva e corretiva dos veículos operacionais: automóveis leves, utilitários, caminhões, ônibus e maquinas pesadas da frota da prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal-MT. Foi identificada a empresa***, BIELMAQ COMÉRCIO DE PEÇAS PARA MAQUINAS LTDA-EPP*** **Cadastradono *CNPJ: 17. 274.687/0001-56,*** representada pelo seu representante legal Senhor ÁTILA LOPES FERREIRA portador do RG N°158094447SSP/MT e CPF: N° 017.919.221-39.

CLÁUSULA I – DO OBJETO

Contratação de empresa para fornecimento de peças e acessórios genuínos E/OU originais para manutenção preventiva e corretiva dos veículos operacionais: automóveis leves, utilitários, caminhões, ônibus e maquinas pesadas da frota da prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal-MT.

CLÁUSULA II - DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade até **14/02/2020**, a partir da sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período.

2.2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Reserva do Cabaçal – MT, não serão obrigados a adquirir o material referido na Cláusula I exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA III - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. A presente ata de registro de preços poderá ser usada pelo órgão relacionado na presente licitação, e outros não previstos, desde que autorizados pela Secretaria Municipal de Administração.

3.2. O preço ofertado pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços é o abaixo informado, de acordo com a respectiva classificação:

PROPOSTA DE PREÇOS REBALIZADA

Ata de Registro de Preços n°007/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL-MT

ITEM	DESCRIÇÃO	Valor	Percentual de desconto
11	PEÇAS MECÂNICAS E ACESSORIOS DA MARCA **KOMATSU** QUE COMPÕEM A FROTA DE MÁQUINAS DA PREFEITURA	R$ 12. 375,00	17,5%
12	PEÇAS MECÂNICAS E ACESSORIOS DA MARCA **NEW HOLLAND** QUE COMPÕEM A FROTA DE MÁQUINAS DA PREFEITURA	R$ 45. 375,00	17,5%
15	**PEÇAS ELETRICAS**, GENUINAS OU ORIGINAIS DE 1º LINHA, PARA ONIBUS E CAMINHÕES, INDEPENDENTE DE MARCA E CATEGORIA PARA ATENDIMENTO DA FROTA DE VEICULOS DO MUNICIPIO.	R$ 21. 000,00	16%
16	PEÇAS **DA LINHA DE AR CONDICIONADOS** GENUINAS OU ORIGINAIS DE 1ª LINHA PARA MAQUINAS PESADAS INDEPENDENTE DE MARCA E CATEGORIA PARA ATENDIMENTO DA FROTA DE VEICULOS DO MUNICIPIO	R$ 12. 600,00	16,1%
20	PEÇAS DE REPOSIÇÃO DE **BOMBAS E BICOS INJETORES** GENUINAS OU ORIGINAIS DE 1ª LINHA PARA MAQUINAS PESADAS DAS MARCAS, CATERPILLAR, KOMATSU, NEW HOLLAND, CASE, FIAT ALLIS, VOLVO, MASSEY FERGUSON, LS110, INDEPENDENTE DE MARCA E CATEGORIA PARA ATENDIMENTO DA FROTA DE VEICULOS DO MUNICIPIO.	R$ 63. 000,00	16%

OBSERVAÇÃO: Ata de Registro de Preço n° 007/2019

3.3. Em cada fornecimento de material decorrente desta Ata serão observadas, quanto ao preço, às cláusulas e condições constantes da Ata de Registro de Preço n°007/2019, decorrente do Pregão Presencial n°002/2019, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.

3.4. O fornecimento dos itens ora licitados somente poderão ser realizados pelas empresas que assinarem a Ata de Registro de Preços, mediante prévia e expressa autorização da municipalidade.

3.5. No caso da impossibilidade da entrega do material ora licitado pelo primeiro classificado, a municipalidade poderá chamar o segundo classificado, pelo preço do primeiro, para o fornecimento deste material, e assim sucessivamente.

CLÁUSULA IV - DO PAGAMENTO E DAS DOTAÇÕES

4.1. A empresa licitante deverá apresentar juntamente com as mercadorias as notas fiscais correspondentes ao fornecimento dos produtos, devidamente processadas em duas vias, com todos os campos preenchidos, sem rasuras e devidamente atestada pelo servidor designado pela Administração, devendo ainda estar acompanhada das cópias das Ordens de Fornecimento autorizadas pelas Secretarias Solicitantes.

4.2. O pagamento das notas fiscais apresentadas e devidamente atestadas será efetuado o pagamento no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis a partir do recebimento e atestação das referidas notas fiscais pelo servidor designado pela Administração para a fiscalização do contrato;

43. Se a Nota Fiscal for apresentada com erro, serão devolvida à licitante vencedora para retificação e reapresentação, acrescentando-se no prazo fixado nos item 4.2, os dias que se passarem entre a data dá devolução e a da reapresentação;

4.4. Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito de atualização monetária.

4.5. As despesas decorrentes do objeto desta contratação correrão às contas de recursos próprios e de programas consignados no Orçamento desta Prefeitura, e serão empenhados nas rubricas:

Confirmo a existência de suficiente dotação orçamentaria nas rubricas a seguir especificadas, para fins de licitação.

05 - Secretaria Mun. de Obras 001 - Gabinete do Secretario	Red.101 - 04.122.0002.2022 3.3. 90.30 fonte 0.1.00 Red.178 - 26.782.0005.2026 3.3. 90.30 fonte 0.1.00 Red.185 - 26.782.0005.2123 3.3. 90.30 fonte 0.1.30 Red.189 - 26.782.0005.2127 3.3. 90.30 fonte 0.1.30
05 - Secretaria Mun. de Obras 002 - Departamento de Água e Esgoto	Red.209 - 17.512.0010.2067 3.3. 90.30 fonte 0.1.00
06 - Secretaria Municipal de Educação 001 - Gabinete do Secretario	Red.218 - 12.122.0006.2028 3.3. 90.30 fonte 0.1.00
06 - Secretaria Municipal de Educação 002 - Departamento de Educação	Red.257 - 12.122.0006.2029 3.3. 90.30 fonte 0.1.01 Red.258 - 12.122.0006.2029 3.3. 90.30 fonte 0.1.00 Red.264 - 12.361.0006.2033 3.3. 90.30 fonte 0.1.15 Red.279 - 12.365.0008.2032 3.3. 90.30 fonte 0.1.15 Red.291 - 12.365.0008.2042 3.3. 90.30 fonte 0.1.01 Red.314 - 12.365.0008.2043 3.3. 90.30 fonte 0.1.01
07 - Secretaria Municipal de Saúde 001 - Gabinete do Secretario	Red.345 - 10.122.0009.2050 3.3. 90.30 fonte 0.1.02
07 - Secretaria Municipal de Saúde 002 - Fundo Municipal de Saúde	Red.369 - 10.301.0009.2055 3.3. 90.30 fonte 0.1.00 Red.370 - 10.301.0009.2055 3.3. 90.30 fonte 0.1.02

	Red.386 - 10.301.0015.2057 3.3. 90.30 fonte 0.1.42 Red.387 - 10.301.0015.2057 3.3. 90.30 fonte 0.1.46 Red.359 - 10.301.0015.2059 3.3. 90.30 fonte 0.1.46 Red.438 - 10.304.0021.2064 3.3. 90.30 fonte 0.1.46 Red.443 - 10.305.0021.2066 3.3. 90.30 fonte 0.1.46
08 - Secretaria Mun. de Assistência Social 001 - Gabinete do Secretario	Red.453 - 08.244.0011.2069 3.3. 90.30 fonte 0.1.00
08 - Secretaria Mun. de Assistência Social 002 - Fundo Municipal de Assistência Social	Red.470 - 08.244.0011.2074 3.3. 90.30 fonte 0.1.00 Red.495 - 08.244.0022.2070 3.3. 90.30 fonte 0.1.29
08 - Secretaria Mun. de Assistência Social 003 - Fundo Municipal da Criança e do Adolescente	Red.523 - 08.243.0011.2079 3.3. 90.30 fonte 0.1.00
11 - Sec. Mun. de Desenvolvimento e Ambiental 001 - Departamento do Agropecuário	Red.615 - 20.606.0014.2083 3.3. 90.30 fonte 0.1.00
11 - Sec. Mun. de Desenvolvimento e Ambiental 002 – Divisão Ambiental	Red.626 - 15.542.0018.2116 3.3. 90.30 fonte 0.1.00

CLÁUSULA V - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

5.1. O contratado ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata.

5.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação e emissão da Ordem de Fornecimento pelas Secretarias Responsável.

5.3. A empresa fornecedora, quando do recebimento da Ordem de Compra, deverá realizar a entrega conforme estipulado na Ordem de Fornecimento.

5.4. O prazo de entrega será imediato a contar do recebimento da respectiva Ordem de Fornecimento ou Nota de Empenho, e deverá ser entregue nos locais especificado pelas secretarias solicitantes.

CLÁUSULA VI - DAS OBRIGAÇÕES DA(S) EMPRESA(S) VENCEDORA(S)

6.1. Cumprir todas as disposições constantes na Ata de Registro de Preço 007/2019, e todos os seus anexos.

6.2. Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais resultantes da adjudicação de cada fornecimento desta Licitação;

6.3. Manter durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, as condições de habilitação é qualificação que lhe foram exigidas na licitação;

6.4. Fornecer e arcar com as despesas relativas ao transporte dos materiais, até o local de entrega;

CLÁUSULA VII - DAS OBRIGAÇÕES DOS ÓRGÃOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. Uma vez firmada a ata de preços, o Município se obriga a:

a) Garantir a detentora do Registro de Preços, durante toda a vigência desta ata, desde que em igualdade de condições, a preferência no fornecimento, sempre que os preços forem compatíveis com os preços de mercado constatados mediante prévia e ampla pesquisa de mercado.

b) Negociar com a Detentora do Registro de Preços, sempre os preços de mercados resultantes da pesquisa de preços estiver menor que os registrados.

c) Acompanhar e fiscalizar, através de servidor designado pela Administração, o cumprimento dos termos data de registro de preços devidamente assinada, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da licitante vencedora;

d) Efetuar o pagamento à licitante vencedora, na forma e prazos estabelecidos neste Edital e na ata de Registro de Preços a ser firmada entre as partes, procedendo-se à retenção dos tributos devidos, consoante a legislação vigente;

e) Zelar para que sejam cumpridas as obrigações assumidas pela licitante vencedora, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

f) Outras obrigações constantes da ata de registro de preços.

g) Rejeitar, no todo ou em parte, os materiais que a empresa vencedora entregar fora das especificações do Edital;

7.2. Caberá à Administração, à cada aquisição, efetuar as pesquisas de preços de mercado para verificara compatibilidade dos preços registrados, devendo negociar com o Detentor do Registro, sempre que a pesquisa constar preços menores.

7.3. Comunicar à empresa vencedora todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o objeto da licitação;

CLÁUSULA VIII - DAS PENALIDADES

8.1. A recusa injustificada das empresas com propostas classificadas na licitação e indicadas para registro dos respectivos preços ensejará a aplicação das penalidades enunciadas no art. 87 da Lei Federal 8.666/93 alterações, ao critério da Administração.

8.2. A recusa injustificada das detentoras desta Ata, em retirar a Ordem de Fornecimento no prazo de 02

(dois) dias úteis, contados a partir da convocação, implicará na aplicação da multa de 10% (dez por cento) do valor da mesma.

8.3. Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste representado pela Ordem de Fornecimento, administração poderá aplicar, à detentora da ata, as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

a) - ADVERTÊNCIA: sempre que forem observadas irregularidades de pequena monta para as quais tenha corrigido;

b) - MULTA MORATÓRIA: no percentual diário de 0,5% (meio por cento), calculada sobre o valor da obrigação inadimplida ou, não sendo possível determinar este valor, sobre 1/12 do VALOR TOTALESTIMADO DO CONTRATO, pelo atraso injustificado na execução de qualquer obrigação contratual ou legal, podendo o respectivo valor ser abatido no pagamento a que fizer jus a CONTRATADA, ou ainda, quando for o caso, cobrado judicialmente;

c) - MULTA COMPENSATÓRIA: pela inexecução total ou parcial do contrato, no percentual de 20%(vinte por cento) sobre o valor da obrigação inadimplida ou, não sendo possível determinar este valor, sobre o total estimado pelo contrato, podendo ser abatida do pagamento a que fizer jus o CONTRATADO, ou, ainda, quando for o caso, cobrado judicialmente;

d) - SUSPENSÃO: temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

e) - DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE: para licitar ou contratar com a administração pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

8.4 - Poderão ser aplicadas às disposições das demais penalidades previstas na Lei 8.666/93, sem prejuízo das responsabilidades penal e civil.

8.5 - As sanções previstas neste Edital, a critério da Administração, poderão ser aplicadas cumulativamente na forma da lei.

8.6 - A mora superior a 20 (vinte) dias será considerada inexecução contratual ensejadora da hipótese de rescisão contratual, a critério da Administração, consoante o art. 77 da Lei 8.666/93.

8.7 - As importâncias relativas a multas serão descontadas dos pagamentos a serem efetuados à detentora data, podendo, entretanto, conforme o caso, processar-se a cobrança judicialmente.

8.8 - As penalidades serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções cabíveis, sejam estas administrativas ou penais, previstas na Lei 8.666/93 e alterações.

8.9 - Considerar-se-á justificado o atraso na entrega dos materiais somente nos seguintes casos:

a) greves;

b) epidemias;

c) enchentes;

d) escassez falta de materiais e/ou mão-de-obra no mercado;

CLÁUSULA IX - DOS REAJUSTAMENTOS DE PREÇOS

9.1. Considerando o período de vigência da ata, os preços não serão reajustados automaticamente, ressalvados, entretanto, há possibilidade de readequação dos preços vigentes pela Administração para manter o equilíbrio econômico-financeiro, ou em face da superveniência de normas federais ou municipais aplicáveis à espécie, considerada, para base inicial de análise, a demonstração da composição de custos, anexa a ata de registro de preços.

9.2. O diferencial de preço entre a proposta inicial da detentora e a pesquisa de mercado efetuada pela Administração à época da abertura da proposta, bem como eventuais descontos concedidos pela detentora, serão sempre mantidos, inclusive se houver prorrogação da vigência da ata.

9.3. Durante a vigência da ata, os preços registrados não poderão ficar acima dos praticados no mercado. Por conseguinte, independentemente de provocação da Administração, no caso de redução, ainda que temporária, dos preços de mercado, a detentora obriga-se a comunicar à Prefeitura o novo preço que substituirá o então registrado.

9.3.1. Caso a detentora venha a se locupletar com a redução efetiva de preços de mercado não repassada administração, ficará obrigada à restituição do que houver recebido indevidamente.

CLÁUSULA X - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO DA ATA DE REGISTRODE PREÇOS

10.1. O objeto desta Ata de Registro de preços será recebido pelo requisitante consoante o disposto no art. 73da Lei Federal 8.666/93 e alterações e demais normas pertinentes.

10.2. A cada fornecimento do objeto, será emitido recibo, nos termos do art. 73, II, “b”, da Lei8. 666/93 e alterações, por pessoa indicada pela administração.

CLÁUSULA XI - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. A ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito:

11.1.1. Pela Administração, quando:

11.1.1.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;

11.1.1.2. A detentora não retirar a Ordem de Compra no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

11.1.1.3. A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;

11.1.1.4. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços;

11.1.1.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

11.1.1.6. Por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração;

11.2. A comunicação do cancelamento será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se comprovante aos autos que deram origem ao registro de preços.

11.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial dos Municípios, considerando-se cancelado o preço registrado após 01(um) dia da publicação.

11.4. Pelas detentoras, quando, mediante solicitação por escrito, comprovarem estar impossibilitadas de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços:

11.5. A solicitação das detentoras para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada coma antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas na CláusulaVIII, caso não aceitas as razões do pedido.

CLÁUSULA XII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. Integram esta Ata de Registro de Preço n°007/2019 do Pregão Presencial n°002/2019, e a proposta a empresa classificadas no certame supra numerado.

12.2. Para solucionar quaisquer questões oriundas desta ata é competente, por força de lei, o Foro da Comarca de Araputanga-MT, com expressa renúncia de qualquer outro.

Reserva do Cabaçal – MT, 14 de Fevereiro de 2019.

TARCISIO FERRARI

PREFEITO MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL

CNPJ: 01.367.788/0001-31

CONTRATANTE

BIELMAQ COMÉRCIO DE PEÇAS PARA MAQUINAS LTDA-EPP

CNPJ: 17.274.687/0001-56,

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

NOME: NOME:

CPF nº: CPF nº:

Visto da Assessoria Jurídica

Delair Teixeira de Alcântara

OAB/MT nº 15351

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 010/2019 PREGÃO PRESENCIAL N°004/2019

VALIDADE: Da Data de Sua Assinatura Até 07/03/2020

Pelo presente instrumento, o Município de Reserva do Cabaçal/MT, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF 01.367.788/0001-31, situada na Av. Mato Grosso, 221, Centro em Reserva do Cabaçal - Estado e Mato Grosso, neste ato Representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. TARCISIO FERRARI, brasileiro, casado, portador do R.G nº 348.149SSP/MT e do CPF: nº 567.672.001-82, assistido Comissão Permanente de Licitação, composta pelos membros, municipal nomeada pela portaria nº 115/2018, o Sr. Vonisson Gomes dos Santos, Pregoeiro, Sr. Valtair Leopoldino Negres, presidente da CPL, o senhor Douglas da Silva, membro e a senhora Daiana Ludmila coelho Rados e a senhorita Regiane Lucas dos reis membros ambos nomeados pela portaria 03/2019, da data de 07 de janeiro de 2019, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, da Lei Federal nº 10.520/2002 e demais legislação aplicável à matéria e consoante às cláusulas e condições constantes deste instrumento convocatório da licitação supracitada, RESOLVE **Contratação de empresa para aquisição de material esportivo para atender a demanda da Secretaria Municipal de Cultura e Lazer, - POTENCIA COMECIO PRODUTO INFORMATICA EIRELI *Inscrita no CNPJ:* Nº 17.874.189/0001-14,**, representada pelo seu representante legal Senhor João Vitor CAlvacante Machado do RG N° 2192360-4 SSP/MT e CPF: N° 055.

344.181-76, com sede Rua G-3, numero 26, bairro Parque, na cidade de Cuiabá-MT.

CLÁUSULA I – DO OBJETO

Contratação de empresa para aquisição de material esportivo para atender a demanda da Secretaria Municipal de Cultura e Lazer

CLÁUSULA II - DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade até **01/03/2020**, a partir da sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período.

2.2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Reserva do Cabaçal – MT, não serão obrigados a adquirir o material referido na Cláusula I exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA III - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. A presente ata de registro de preços poderá ser usada pelo órgão relacionado na presente licitação, e outros não previstos, desde que autorizados pela Secretaria Municipal de Administração.

3.2. O preço ofertado pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços é o abaixo informado, de acordo com a respectiva classificação:

PROPOSTA DE PREÇOS REBALIZADA

Ata de Registro de Preços n° 010/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL-MT

ITEM	DESCRIÇÃO	Valor
01	**Contratação de empresa para aquisição de material esportivo para atender a demanda da Secretaria Municipal de Cultura e Lazer**	R$

OBSERVAÇÃO: Ata de Registro de Preço n° 010/2019

3.3. Em cada fornecimento de material decorrente desta Ata serão observadas, quanto ao preço, às cláusulas e condições constantes da Ata de Registro de Preço n°009/2019, decorrente do Pregão Presencial n°004/2019, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.

3.4. O fornecimento dos itens ora licitados somente poderão ser realizados pelas empresas que assinarem a Ata de Registro de Preços, mediante prévia e expressa autorização da municipalidade.

3.5. No caso da impossibilidade da entrega do material ora licitado pelo primeiro classificado, a municipalidade poderá chamar o segundo o classificado, pelo preço do primeiro, para o fornecimento deste material, e assim sucessivamente.

CLÁUSULA IV - DO PAGAMENTO E DAS DOTAÇÕES

4.1. A empresa licitante deverá apresentar juntamente com as mercadorias as notas fiscais correspondentes ao fornecimento dos produtos, devidamente processadas em duas vias, com todos os campos preenchidos, sem rasuras e devidamente atestada pelo servidor designado pela Administração, devendo ainda estar acompanhada das cópias das Ordens de Fornecimento autorizadas pelas Secretarias Solicitantes.

4.2. O pagamento das notas fiscais apresentadas e devidamente atestadas será efetuado o pagamento no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis a partir do recebimento e atestação das referidas notas fiscais pelo servidor designado pela Administração para a fiscalização do contrato;

43. Se a Nota Fiscal for apresentada com erro, serão devolvida à licitante vencedora para retificação e reapresentação, acrescentando-se no prazo fixado nos item 4.2, os dias que se passarem entre a data dá devolução e a da reapresentação;

4.4. Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito de atualização monetária.

4.5. As despesas decorrentes do objeto desta contratação correrão às contas de recursos próprios e de programas consignados no Orçamento desta Prefeitura, e serão empenhados nas rubricas:

Confirmo a existência de suficiente dotação orçamentaria nas rubricas a seguir especificadas, para fins de licitação.

09 - Sec. Municipal de Esportes 001 – Diretoria de Esportes	Red.535 - 27.812.0017.2087 3.3.90.30 Fonte 0.1.00

CLÁUSULA V - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

5.1. O contratado ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata.

5.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação e emissão da Ordem de Fornecimento pelas Secretarias Responsável.

5.3. A empresa fornecedora, quando do recebimento da Ordem de Compra, deverá realizar a entrega conforme estipulado na Ordem de Fornecimento.

5.4. O prazo de entrega será imediato a contar do recebimento da respectiva Ordem de Fornecimento ou Nota de Empenho, e deverá ser entregue nos locais especificado pelas secretarias solicitantes.

CLÁUSULA VI - DAS OBRIGAÇÕES DA(S) EMPRESA(S) VENCEDORA(S)

6.1. Cumprir todas as disposições constantes na Ata de Registro de Preço 010/2019, e todos os seus anexos.

6.2. Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais resultantes da adjudicação de cada fornecimento desta Licitação;

6.3. Manter durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, as condições de habilitação é qualificação que lhe foram exigidas na licitação;

6.4. Fornecer e arcar com as despesas relativas ao transporte dos materiais, até o local de entrega;

CLÁUSULA VII - DAS OBRIGAÇÕES DOS ÓRGÃOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. Uma vez firmada a ata de preços, o Município se obriga a:

a) Garantir a detentora do Registro de Preços, durante toda a vigência desta ata, desde que em igualdade de condições, a preferência no fornecimento, sempre que os preços forem compatíveis com os preços de mercado constatados mediante prévia e ampla pesquisa de mercado.

b) Negociar com a Detentora do Registro de Preços, sempre os preços de mercados resultantes da pesquisa de preços estiver menor que os registrados.

c) Acompanhar e fiscalizar, através de servidor designado pela Administração, o cumprimento dos termos data de registro de preços devidamente assinada, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da licitante vencedora;

d) Efetuar o pagamento à licitante vencedora, na forma e prazos estabelecidos neste Edital e na ata de Registro de Preços a ser firmada entre as partes, procedendo-se à retenção dos tributos devidos, consoante a legislação vigente;

e) Zelar para que sejam cumpridas as obrigações assumidas pela licitante vencedora, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

f) Outras obrigações constantes da ata de registro de preços.

g) Rejeitar, no todo ou em parte, os materiais que a empresa vencedora entregar fora das especificações do Edital;

7.2. Caberá à Administração, à cada aquisição, efetuar as pesquisas de preços de mercado para verificara compatibilidade dos preços registrados, devendo negociar com o Detentor do Registro, sempre que a pesquisa constar preços menores.

7.3. Comunicar à empresa vencedora todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o objeto da licitação;

CLÁUSULA VIII - DAS PENALIDADES

8.1. A recusa injustificada das empresas com propostas classificadas na licitação e indicadas para registro dos respectivos preços ensejará a aplicação das penalidades enunciadas no art. 87 da Lei Federal 8.666/93 alterações, ao critério da Administração.

8.2. A recusa injustificada das detentoras desta Ata, em retirar a Ordem de Fornecimento no prazo de 02

(dois) dias úteis, contados a partir da convocação, implicará na aplicação da multa de 10% (dez por cento) do valor da mesma.

8.3. Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste representado pela Ordem de Fornecimento, administração poderá aplicar, à detentora da ata, as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

a) - ADVERTÊNCIA: sempre que forem observadas irregularidades de pequena monta para as quais tenha corrigido;

b) - MULTA MORATÓRIA: no percentual diário de 0,5% (meio por cento), calculada sobre o valor da obrigação inadimplida ou, não sendo possível determinar este valor, sobre 1/12 do VALOR TOTALESTIMADO DO CONTRATO, pelo atraso injustificado na execução de qualquer obrigação contratual ou legal, podendo o respectivo valor ser abatido no pagamento a que fizer jus a CONTRATADA, ou ainda, quando for o caso, cobrado judicialmente;

c) - MULTA COMPENSATÓRIA: pela inexecução total ou parcial do contrato, no percentual de 20%(vinte por cento) sobre o valor da obrigação inadimplida ou, não sendo possível determinar este valor, sobre o total estimado pelo contrato, podendo ser abatida do pagamento a que fizer jus o CONTRATADO, ou, ainda, quando for o caso, cobrado judicialmente;

d) - SUSPENSÃO: temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

e) - DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE: para licitar ou contratar com a administração pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

8.4 - Poderão ser aplicadas às disposições das demais penalidades previstas na Lei 8.666/93, sem prejuízo das responsabilidades penal e civil.

8.5 - As sanções previstas neste Edital, a critério da Administração, poderão ser aplicadas cumulativamente na forma da lei.

8.6 - A mora superior a 20 (vinte) dias será considerada inexecução contratual ensejadora da hipótese de rescisão contratual, a critério da Administração, consoante o art. 77 da Lei 8.666/93.

8.7 - As importâncias relativas a multas serão descontadas dos pagamentos a serem efetuados à detentora data, podendo, entretanto, conforme o caso, processar-se a cobrança judicialmente.

8.8 - As penalidades serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções cabíveis, sejam estas administrativas ou penais, previstas na Lei 8.666/93 e alterações.

8.9 - Considerar-se-á justificado o atraso na entrega dos materiais somente nos seguintes casos:

a) greves;

b) epidemias;

c) enchentes;

d) escassez falta de materiais e/ou mão-de-obra no mercado;

CLÁUSULA IX - DOS REAJUSTAMENTOS DE PREÇOS

9.1. Considerando o período de vigência da ata, os preços não serão reajustados automaticamente, ressalvados, entretanto, há possibilidade de readequação dos preços vigentes pela Administração para manter o equilíbrio econômico-financeiro, ou em face da superveniência de normas federais ou municipais aplicáveis à espécie, considerada, para base inicial de análise, a demonstração da composição de custos, anexa a ata de registro de preços.

9.2. O diferencial de preço entre a proposta inicial da detentora e a pesquisa de mercado efetuada pela Administração à época da abertura da proposta, bem como eventuais descontos concedidos pela detentora, serão sempre mantidos, inclusive se houver prorrogação da vigência da ata.

9.3. Durante a vigência da ata, os preços registrados não poderão ficar acima dos praticados no mercado. Por conseguinte, independentemente de provocação da Administração, no caso de redução, ainda que temporária, dos preços de mercado, a detentora obriga-se a comunicar à Prefeitura o novo preço que substituirá o então registrado.

9.3.1. Caso a detentora venha a se locupletar com a redução efetiva de preços de mercado não repassada administração, ficará obrigada à restituição do que houver recebido indevidamente.

CLÁUSULA X - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO DA ATA DE REGISTRODE PREÇOS

10.1. O objeto desta Ata de Registro de preços será recebido pelo requisitante consoante o disposto no art. 73da Lei Federal 8.666/93 e alterações e demais normas pertinentes.

10.2. A cada fornecimento do objeto, será emitido recibo, nos termos do art. 73, II, “b”, da Lei8. 666/93 e alterações, por pessoa indicada pela administração.

CLÁUSULA XI - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. A ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito:

11.1.1. Pela Administração, quando:

11.1.1.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;

11.1.1.2. A detentora não retirar a Ordem de Compra no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

11.1.1.3. A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;

11.1.1.4. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços;

11.1.1.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

11.1.1.6. Por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração;

11.2. A comunicação do cancelamento será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se comprovante aos autos que deram origem ao registro de preços.

11.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial dos Municípios, considerando-se cancelado o preço registrado após 01(um) dia da publicação.

11.4. Pelas detentoras, quando, mediante solicitação por escrito, comprovarem estar impossibilitadas de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços:

11.5. A solicitação das detentoras para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada coma antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas na CláusulaVIII, caso não aceitas as razões do pedido.

CLÁUSULA XII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. Integram esta Ata, Adesão à Ata de Registro de Preço n°010/2019, e a proposta a empresa classificadas no certame supra numerado.

12.2. Para solucionar quaisquer questões oriundas desta ata é competente, por força de lei, o Foro da Comarca de Araputanga-MT, com expressa renúncia de qualquer outro.

Reserva do Cabaçal – MT, 07de MARÇO de 2019.

TARCISIO FERRARI

PREFEITO MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL

CNPJ: 01.367.788/0001-31

CONTRATANTE

POTENCIA COMECIO PRODUTO INFORMATICA EIRELI

CNPJ Nº17.874.189/0001-14

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

NOME: NOME:

CPF nº: CPF nº:

Visto da Assessoria Jurídica

Delair Teixeira de Alcântara

OAB/MT nº 15351

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃOZINHO

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃOZINHO
PORTARIA Nº 107/GP/19 E M, 12 DE FEVEREIRO DE 2019.

Portaria nº 107/GP/19 E m, 12 de Fevereiro de 2019.

“Dispõe sobre Ferias de servidor”.

O Prefeito Municipal de Ribeirãozinho-Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei.

Considerando a Lei Complementar Nº 005 de 10 de maio de 2001;

Considerando a Lei Complementar Nº 027 de 21 de dezembro de 2007;

R E S O L V E:

Art.1º Conceder férias a servidora efetiva **LAECY CARDOSO DA SILVA**, referente ao período aquisitivo de 19/09/2013 a 19/09/2014. A partir de 01/02/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso, aos doze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezenove.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

RONIVON PARREIRA DAS NEVES

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃOZINHO
PORTARIA Nº 91/GP/19 E M, 01 DE FEVEREIRO DE 2019.

Portaria nº 91/GP/19 E m, 01 de Fevereiro de 2019.

“Dispõe sobre Ferias de servidor”.

O Prefeito Municipal de Ribeirãozinho-Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei.

Considerando a Lei Complementar Nº 005 de 10 de maio de 2001;

Considerando a Lei Complementar Nº 027 de 21 de dezembro de 2007;

R E S O L V E:

Art.1º Conceder férias a servidora efetiva **MARILU NOGUEIRA MARTINS DE FIGUEIREDO**, referente ao período aquisitivo de 02/02/2018 a 02/02/2019. A partir de 01/02/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso, ao primeiro dia do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezenove.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

RONIVON PARREIRA DAS NEVES

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃOZINHO
PORTARIA Nº 104/GP/19 E M, 07 DE FEVEREIRO DE 2019.

Portaria nº 104/GP/19 E m, 07 de Fevereiro de 2019.

“Dispõe sobre nomeação do cargo em comissão de Agente de Vigilância Sanitária de servidor comissionado”.

O Prefeito Municipal de Ribeirãozinho-Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei.

Considerando a Lei Complementar Nº 005 de 10 de maio de 2001;

Considerando a Lei Complementar Nº 027 de 21 de dezembro de 2007;

R E S O L V E:

Art.1º Nomear a Sra. JAELLY THENDARA PARREIRA RIBEIRO, ao cargo em comissão de Agente de Vigilância Sanitária, junto a Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso, aos sete dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezenove.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

RONIVON PARREIRA DAS NEVES

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃOZINHO
PORTARIA Nº 90/GP/19 E M, 01 DE FEVEREIRO DE 2019.

Portaria nº 90/GP/19 E m, 01 de Fevereiro de 2019.

“Dispõe sobre Ferias de servidor”.

O Prefeito Municipal de Ribeirãozinho-Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei.

Considerando a Lei Complementar Nº 005 de 10 de maio de 2001;

Considerando a Lei Complementar Nº 027 de 21 de dezembro de 2007;

R E S O L V E:

Art.1º Conceder férias a servidora efetiva **VALDIRENE FRANCISCA CARRIJO NEVES**, referente ao período aquisitivo de 02/01/2018 a 02/01/2019. A partir de 04/02/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso, ao primeiro dia do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezenove.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

RONIVON PARREIRA DAS NEVES

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃOZINHO
PORTARIA Nº 103/GP/19 E M, 07 DE FEVEREIRO DE 2019.

Portaria nº 103/GP/19 E m, 07 de Fevereiro de 2019.

"Dispõe sobre nomeação do cargo em comissão de Agente de Vigilância Sanitária de servidor comissionado".

O Prefeito Municipal de Ribeirãozinho-Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei.

Considerando a Lei Complementar Nº 005 de 10 de maio de 2001;

Considerando a Lei Complementar Nº 027 de 21 de dezembro de 2007;

R E S O L V E:

Art.1º Nomear a Sra. RITIELLY COELHO FIGUEIREDO, ao cargo em comissão de Agente de Vigilância Sanitária, junto a Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso, aos sete dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezenove.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

RONIVON PARREIRA DAS NEVES

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃOZINHO
PORTARIA Nº 102/GP/19 E M, 07 DE FEVEREIRO DE 2019.

Portaria nº 102/GP/19 E m, 07 de Fevereiro de 2019.

"Dispõe sobre Nomeação de Chefe de Inspetoria do Interior de servidor comissionado".

O Prefeito Municipal de Ribeirãozinho-Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei.

Considerando a Lei Complementar Nº 005 de 10 de maio de 2001;

Considerando a Lei Complementar Nº 027 de 21 de dezembro de 2007;

R E S O L V E:

Art.1º Nomear o senhor HAROLDO FERNANDES DE ABREU, ao cargo em comissão de CHEFE DE INSPETORIA DO INTERIOR, junto ao Gabinete do Prefeito da Prefeitura Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso..

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso, aos sete dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezenove.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

RONIVON PARREIRA DAS NEVES

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃOZINHO
PORTARIA Nº. 101/GP/19 EM, 01 DE FEVEREIRO DE 2.019.

Portaria Nº. 101/GP/19 Em, 01 de Fevereiro de 2.019.

"Dispõe sobre Ascensão de servidor".

O Prefeito Municipal de Ribeirãozinho-Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei.

Considerando a Lei Complementar Nº 005 de 10 de maio de 2001;

Considerando a Lei Complementar Nº 027 de 21 de dezembro de 2007;

R E S O L V E:

Art. 1º - Conforme art. 20 e 21 da Lei Complementar N°027/2007 de 21/12/2007 – Plano de cargos e salários dos servidores municipais, vem enquadrar na Classe D nível 09, a servidora CARMENUCE GOULART DA SILVA, ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM, conforme tabela salarial, lotada junto à Secretaria Municipal de Saúde, na Prefeitura Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação revogando se as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso, ao primeiro dia do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezenove.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

RONIVON PARREIRA DAS NEVES

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃOZINHO
PORTARIA Nº. 92/GP/19 EM, 01 DE FEVEREIRO DE 2019.

Portaria Nº. 92/GP/19 Em, 01 de Fevereiro de 2019.

"Dispõe sobre Abono de 30 dias de Licença Premio de servidor".

O Prefeito Municipal de Ribeirãozinho-Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei.

Considerando a Lei Complementar Nº 005 de 10 de maio de 2001;

Considerando a Lei Complementar Nº 027 de 21 de dezembro de 2007;

R E S O L V E:

Art. 1º - Art. 1º - Conforme Art. 89 da Lei Complementar 005 de 10 de maio de 2001, alterado pela Lei Complementar nº. 030/2008, conceder conversão em Abono Pecuniário de Licença Prêmio da servidora efetiva**, CLEIDE BATISTA NERY**, ocupante do cargo de Assistente Social, lotado junto a Secretária Municipal de Assistência Social da Prefeitura Municipal de Ribeirãozinho – MT; pelo o período de 30 dias, referente ao Primeiro quinquênio ininterrupto de exercício, contados de 19/09/2007 a 18/09/2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso, ao primeiro dia do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezenove.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

RONIVON PARREIRA DAS NEVES

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃOZINHO
PORTARIA Nº 87/GP/19 E M, 01 DE FEVEREIRO DE 2019.

Portaria nº 87/GP/19 E m, 01 de Fevereiro de 2019.

"Dispõe sobre Ferias de servidor".

O Prefeito Municipal de Ribeirãozinho-Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei.

Considerando a Lei Complementar Nº 005 de 10 de maio de 2001;

Considerando a Lei Complementar Nº 027 de 21 de dezembro de 2007;

R E S O L V E:

Art.1º Conceder férias a servidora efetiva **CIDRONILIA BENTO DE MORAES**, referente ao período aquisitivo de 03/02/2012 a 03/02/2013. A partir de 31/01/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso, ao primeiro dia do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezenove.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

RONIVON PARREIRA DAS NEVES

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃOZINHO
PORTARIA Nº 108/GP/19 E M, 12 DE FEVEREIRO DE 2019.

Portaria nº 108/GP/19 E m, 12 de Fevereiro de 2019.

"Dispõe sobre Ferias de servidor".

O Prefeito Municipal de Ribeirãozinho-Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei.

Considerando a Lei Complementar Nº 005 de 10 de maio de 2001;

Considerando a Lei Complementar Nº 027 de 21 de dezembro de 2007;

R E S O L V E:

Art.1º Conceder férias a servidora efetiva **ANA CRISTINA RODRIGUES VIEIRA**, referente ao período aquisitivo de 18/10/2016 a 18/10/2017. Retroativa a partir de 07/01/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso, aos doze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezenove.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

RONIVON PARREIRA DAS NEVES

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃOZINHO
PORTARIA Nº 86/GP/19 E M, 01 DE FEVEREIRO DE 2019.

Portaria nº 86/GP/19 E m, 01 de Fevereiro de 2019.

"Dispõe sobre Ferias de servidor".

O Prefeito Municipal de Ribeirãozinho-Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei.

Considerando a Lei Complementar Nº 005 de 10 de maio de 2001;

Considerando a Lei Complementar Nº 027 de 21 de dezembro de 2007;

R E S O L V E:

Art.1º Conceder férias a servidora efetiva **GENESIA CRISTINA DE SOUZA NEVES**, referente ao período aquisitivo de 21/02/2016 a 21/02/2017. A partir de 31/01/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso, ao primeiro dia do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezenove.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

RONIVON PARREIRA DAS NEVES

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃOZINHO
PORTARIA Nº 85/GP/19 E M, 01 DE FEVEREIRO DE 2019.

Portaria nº 85/GP/19 E m, 01 de Fevereiro de 2019.

"Dispõe sobre Ferias de servidor".

O Prefeito Municipal de Ribeirãozinho-Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei.

Considerando a Lei Complementar Nº 005 de 10 de maio de 2001;

Considerando a Lei Complementar Nº 027 de 21 de dezembro de 2007;

R E S O L V E:

Art.1º Conceder férias a servidora efetiva **ILDACI RODRIGUES DA SILVA**, referente ao período aquisitivo de 18/10/2017 a 18/10/2018. A partir de 31/01/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso, ao primeiro dia do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezenove.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

RONIVON PARREIRA DAS NEVES

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃOZINHO
PORTARIA Nº 84/GP/19 E M, 01 DE FEVEREIRO DE 2019.

Portaria nº 84/GP/19 E m, 01 de Fevereiro de 2019.

"Dispõe sobre Horário Especial de servidor".

O Prefeito Municipal de Ribeirãozinho-Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei.

Considerando a Lei Complementar Nº 005 de 10 de maio de 2001;

Considerando a Lei Complementar Nº 027 de 21 de dezembro de 2007;

R E S O L V E:

Art.1º Conforme Lei Complementar nº 005/2001, e Lei Complementar nº 027/2007, conceder **HORÁRIO ESPECIAL**, ao servidor **SANDRO CANDIDO NUNES**, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Controle Interno, lotada junto à Secretaria Municipal de Finanças na Prefeitura Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso, ao primeiro dia do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezenove.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

RONIVON PARREIRA DAS NEVES

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃOZINHO
PORTARIA Nº 109/GP/19 E M, 12 DE FEVEREIRO DE 2019.

Portaria nº 109/GP/19 E m, 12 de Fevereiro de 2019.

"Dispõe sobre Ferias de servidor".

O Prefeito Municipal de Ribeirãozinho-Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei.

Considerando a Lei Complementar Nº 005 de 10 de maio de 2001;

Considerando a Lei Complementar Nº 027 de 21 de dezembro de 2007;

R E S O L V E:

Art.1º Conceder férias a servidora efetiva **MARCILENE GOULARTE DE OLIVEIRA**, referente ao período aquisitivo de 02/02/2018 a 02/02/2019. A partir de 01/02/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso, aos doze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezenove.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

RONIVON PARREIRA DAS NEVES

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃOZINHO
PORTARIA Nº 100/GP/19 E M, 01 DE FEVEREIRO DE 2019.

Portaria nº 100/GP/19 E m, 01 de Fevereiro de 2019.

"Dispõe sobre Ferias de servidor".

O Prefeito Municipal de Ribeirãozinho-Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei.

Considerando a Lei Complementar Nº 005 de 10 de maio de 2001;

Considerando a Lei Complementar Nº 027 de 21 de dezembro de 2007;

R E S O L V E:

Art.1º Conceder férias a servidora efetiva **CLEONEIR CASTRO DA SILVA**, referente ao período aquisitivo de 04/04/2017 a 04/04/2018. A partir de 09/02/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso, ao primeiro dia do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezenove.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

RONIVON PARREIRA DAS NEVES

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃOZINHO
PORTARIA Nº 83/GP/19 E M, 31 DE JANEIRO DE 2019.

Portaria nº 83/GP/19 E m, 31 de Janeiro de 2019.

"Dispõe sobre a nomeação do servidor Welison Rodrigues Borges, para exercer a função de DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE TRANSITO no município de Ribeirãozinho – MT".

O Prefeito Municipal de Ribeirãozinho-Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei.

Considerando a Lei Complementar Nº 005 de 10 de maio de 2001;

Considerando a Lei Complementar Nº 027 de 21 de dezembro de 2007;

R E S O L V E:

Art.1º Nomear o servidor WELISON RODRIGUES BORGES, à função de DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE TRANSITO no município de Ribeirãozinho – MT.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso, aos trinta e um dias do mês de janeiro do ano de dois mil e dezenove.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

RONIVON PARREIRA DAS NEVES

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃOZINHO
PORTARIA Nº 99/GP/19 E M, 01 DE FEVEREIRO DE 2019.

Portaria nº 99/GP/19 E m, 01 de Fevereiro de 2019.

"Dispõe sobre Ferias de servidor".

O Prefeito Municipal de Ribeirãozinho-Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei.

Considerando a Lei Complementar Nº 005 de 10 de maio de 2001;

Considerando a Lei Complementar Nº 027 de 21 de dezembro de 2007;

R E S O L V E:

Art.1º Conceder férias a servidora efetiva **CARMELITA GOULART DE OLIVEIRA**, referente ao período aquisitivo de 03/09/2017 a 03/09/2018. A partir de 01/02/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso, ao primeiro dia do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezenove.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

RONIVON PARREIRA DAS NEVES

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃOZINHO
PORTARIA Nº 98/GP/19 E M, 01 DE FEVEREIRO DE 2019.

Portaria nº 98/GP/19 E m, 01 de Fevereiro de 2019.

"Dispõe sobre Ferias de servidor".

O Prefeito Municipal de Ribeirãozinho-Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei.

Considerando a Lei Complementar Nº 005 de 10 de maio de 2001;

Considerando a Lei Complementar Nº 027 de 21 de dezembro de 2007;

R E S O L V E:

Art.1º Conceder férias a servidora efetiva **GEANE DA SILVA MONTEIRO**, referente ao período aquisitivo de 18/10/2015 a 18/10/2016. a partir de 29/01/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso, ao primeiro dia do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezenove.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

RONIVON PARREIRA DAS NEVES

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃOZINHO
PORTARIA Nº 97/GP/19 E M, 01 DE FEVEREIRO DE 2019.

Portaria nº 97/GP/19 E m, 01 de Fevereiro de 2019.

"Dispõe sobre Ferias de servidor".

O Prefeito Municipal de Ribeirãozinho-Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei.

Considerando a Lei Complementar Nº 005 de 10 de maio de 2001;

Considerando a Lei Complementar Nº 027 de 21 de dezembro de 2007;

R E S O L V E:

Art.1º Conceder férias a servidora efetiva **GEANE DA SILVA MONTEIRO**, referente ao período aquisitivo de 18/10/2014 a 18/10/2015. Retroativo a partir de 30/12/2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso, ao primeiro dia do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezenove.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

RONIVON PARREIRA DAS NEVES

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃOZINHO
PORTARIA Nº 110/GP/19 E M, 12 DE FEVEREIRO DE 2019.

Portaria nº 110/GP/19 E m, 12 de Fevereiro de 2019.

“Dispõe sobre Auxilio Maternidade de servidor”.

O Prefeito Municipal de Ribeirãozinho-Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei.

Considerando a Lei Complementar Nº 005 de 10 de maio de 2001;

Considerando a Lei Complementar Nº 027 de 21 de dezembro de 2007;

R E S O L V E:

Art.1º Conceder Licença maternidade por 120 dias à servidora efetiva GRAZIELE ARAUJO MARTINS, a mesma recebera salário maternidade através da Previdência Própria PREV RIB conforme legislação em vigor.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso, aos doze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezenove.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

RONIVON PARREIRA DAS NEVES

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃOZINHO
PORTARIA Nº 106/GP/19 E M, 12 DE FEVEREIRO DE 2019.

Portaria nº 106/GP/19 E m, 12 de Fevereiro de 2019.

“Dispõe sobre Ferias de servidor”.

O Prefeito Municipal de Ribeirãozinho-Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei.

Considerando a Lei Complementar Nº 005 de 10 de maio de 2001;

Considerando a Lei Complementar Nº 027 de 21 de dezembro de 2007;

R E S O L V E:

Art.1º Conceder férias a servidora efetiva **CARMENUCE GOULART DA SILVA**, referente ao período aquisitivo de 02/02/2015 a 02/02/2016. A partir de 01/02/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso, aos doze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezenove.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

RONIVON PARREIRA DAS NEVES

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃOZINHO
PORTARIA Nº 96/GP/19 E M, 01 DE FEVEREIRO DE 2019.

Portaria nº 96/GP/19 E m, 01 de Fevereiro de 2019.

“Dispõe sobre Ferias de servidor”.

O Prefeito Municipal de Ribeirãozinho-Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei.

Considerando a Lei Complementar Nº 005 de 10 de maio de 2001;

Considerando a Lei Complementar Nº 027 de 21 de dezembro de 2007;

R E S O L V E:

Art.1º Conceder férias a servidora efetiva **TANIA CARRIJO ROLDAO**, referente ao período aquisitivo de 02/01/2017 a 02/01/2018. A partir de 20/02/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso, ao primeiro dia do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezenove.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

RONIVON PARREIRA DAS NEVES

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃOZINHO
PORTARIA Nº. 95/GP/19 EM, 01 DE FEVEREIRO DE 2.019.

Portaria Nº. 95/GP/19 Em, 01 de Fevereiro de 2.019.

“Dispõe sobre Ascensão de servidor”.

O Prefeito Municipal de Ribeirãozinho-Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei.

Considerando a Lei Complementar Nº 005 de 10 de maio de 2001;

Considerando a Lei Complementar Nº 027 de 21 de dezembro de 2007;

R E S O L V E:

Art. 1º - Conforme art. 20 e 21 da Lei Complementar N°027/2007 de 21/12/2007 – Plano de cargos e salários dos servidores municipais, vem enquadrar na Classe E nível 06, a servidora MARLENE FRANCISCA DA SILVA, ocupante do cargo efetivo de JARDINEIRO conforme tabela salarial, lotada junto à Secretaria Municipal de Viação, Obras e Serviços Urbanos, na Prefeitura Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação revogando se as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso, ao primeiro dia do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezenove.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

RONIVON PARREIRA DAS NEVES

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃOZINHO
PORTARIA Nº 94/GP/19 E M, 01 DE FEVEREIRO DE 2019.

Portaria nº 94/GP/19 E m, 01 de Fevereiro de 2019.

“Dispõe sobre Auxilio Maternidade de servidor”.

O Prefeito Municipal de Ribeirãozinho-Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei.

Considerando a Lei Complementar Nº 005 de 10 de maio de 2001;

Considerando a Lei Complementar Nº 027 de 21 de dezembro de 2007;

R E S O L V E:

Art.1º Conceder Licença maternidade por 120 dias à servidora efetiva CRISTINA ROSA DO NASCIMENTO, a mesma recebera salário maternidade através da Previdência Própria PREV RIB conforme legislação em vigor.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso, ao primeiro dia do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezenove.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

RONIVON PARREIRA DAS NEVES

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃOZINHO
PORTARIA Nº 93/GP/19 E M, 01 DE FEVEREIRO DE 2019.

Portaria nº 93/GP/19 E m, 01 de Fevereiro de 2019.

"Dispõe sobre Licença Parlamentar de servidor".

O Prefeito Municipal de Ribeirãozinho-Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei.

Considerando a Lei Complementar Nº 005 de 10 de maio de 2001;

Considerando a Lei Complementar Nº 027 de 21 de dezembro de 2007;

R E S O L V E:

Art.1º - Conforme Art. 86 da Lei Complementar 005 de 10 de maio de 2001 e suas alterações conforme Lei Complementar Nº 005 de 10 de maio de 2001, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Ribeirãozinho em seu Artigo 85, alterado pela Lei complementar nº87/2018 de 28 de Agosto de 2018, conceder Licença Parlamentar sem remuneração para o desempenho do exercício de mandato político, ao servidor UIDMAN SEVERIANO CARRIJO, funcionário efetivo desta Prefeitura, sob a matricula nº100 ocupante do cargo de MOTORISTA junto a Secretária Municipal de Finanças, pelo período de 11(onze) meses, a partir de 01/02/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso, ao primeiro dia do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezenove.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

RONIVON PARREIRA DAS NEVES

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃOZINHO
PORTARIA Nº. 105/GP/19 EM, 12 DE FEVEREIRO DE 2.019.

Portaria Nº. 105/GP/19 Em, 12 de Fevereiro de 2.019.

"Dispõe sobre Ascensão de servidor".

O Prefeito Municipal de Ribeirãozinho-Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei.

Considerando a Lei Complementar Nº 005 de 10 de maio de 2001;

Considerando a Lei Complementar Nº 027 de 21 de dezembro de 2007;

R E S O L V E:

Art. 1º - Conforme art. 20 e 21 da Lei Complementar N°027/2007 de 21/12/2007 – Plano de cargos e salários dos servidores municipais, vem enquadrar na Classe E nível 06, o servidor VILMAR BATISTA DE SOUSA, ocupante do cargo efetivo de AGENTE AMBIENTAL conforme tabela salarial, lotada junto à Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, na Prefeitura Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação revogando se as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso, aos doze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezenove.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

RONIVON PARREIRA DAS NEVES

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃOZINHO
PORTARIA Nº 89/GP/19 E M, 01 DE FEVEREIRO DE 2019.

Portaria nº 89/GP/19 E m, 01 de Fevereiro de 2019.

"Dispõe sobre Ferias de servidor".

O Prefeito Municipal de Ribeirãozinho-Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei.

Considerando a Lei Complementar Nº 005 de 10 de maio de 2001;

Considerando a Lei Complementar Nº 027 de 21 de dezembro de 2007;

R E S O L V E:

Art.1º Conceder férias a servidora efetiva **GISNAGUIA LAURA PARREIRA JOSE**, referente ao período aquisitivo de 26/01/2018 a 26/01/2019. A partir de 04/02/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso, ao primeiro dia do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezenove.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

RONIVON PARREIRA DAS NEVES

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃOZINHO
PORTARIA Nº 88/GP/19 E M, 01 DE FEVEREIRO DE 2019.

Portaria nº 88/GP/19 E m, 01 de Fevereiro de 2019.

"Dispõe sobre Ferias de servidor".

O Prefeito Municipal de Ribeirãozinho-Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei.

Considerando a Lei Complementar Nº 005 de 10 de maio de 2001;

Considerando a Lei Complementar Nº 027 de 21 de dezembro de 2007;

R E S O L V E:

Art.1º Conceder férias a servidora efetiva **SONIA ALBERTO DE JESUS**, referente ao período aquisitivo de 03/09/2016 a 03/09/2017. A partir de 31/01/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso, ao primeiro dia do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezenove.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

RONIVON PARREIRA DAS NEVES

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO CONTRATO – JANEIRO 2019

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 022/2018

CONTRATANTE: PREFEITURA DE RIO BRANCO – MT.

CONTRATADA:ADAILTON DA SILVA PERES EIRELI ME

OBJETO: O presente termo aditivo tem por objeto a prorrogação do contrato de nº 022/2018 pelo prazo de 12 (doze) meses, começando a vigência em 02 de janeiro de 2019 e a expirar em 31 de dezembro de 2019.

VALOR: R$ 61.200,00 (sessenta e um mil e duzentos reais)

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 035/2018

CONTRATANTE: PREFEITURA DE RIO BRANCO – MT.

CONTRATADA:R RODRIGUES GOMIDES

OBJETO: O presente termo aditivo tem por objeto a prorrogação do contrato de nº 035/2018 pelo prazo de 05 (cinco) meses, começando a vigência em 02 de janeiro de 2019 e terminando em 02 de maio de 2019.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 008/2018

CONTRATANTE: PREFEITURA DE RIO BRANCO – MT.

CONTRATADA:M J B DOS SANTOS LINO – ME

OBJETO: O presente termo aditivo tem por objeto a prorrogação do contrato de nº 008/2018 pelo prazo de 12 (doze) meses, começando a vigência em 02 de janeiro de 2019 e terminando em 31 de dezembro de 2019

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 034/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA DE RIO BRANCO – MT.

CONTRATADA:JESLEI GABIREL BRAGA NOGUEIRA 78560993134

OBJETO: E o presente termo aditivo tem por objeto a prorrogação do contrato de nº 037/2017 pelo prazo de 12 (doze) meses, começando a vigência em 02 de janeiro de 2019 e terminando em 31 de dezembro de 2019.

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 014/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA DE RIO BRANCO – MT.

CONTRATADA:JUSSEMAR REBULI PINTO-ME

OBJETO: O Presente instrumento tem por objetivo prorrogar o prazo do contrato 014/2017, fica prorrogado por 12 (doze) meses a contar de 02/01/2019 até 31/12/2019

Rio Branco – MT, 11 de março de 2019

LEI MUNICIPAL Nº 753 DE 11 DE MARÇO DE 2019

SÚMULA: DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA TRANSPOR E REMANEJAR RECURSOS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANTONIO XAVIER DE ARAUJO, Prefeito Municipal de Rio Branco, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que o plenário da Câmara Municipal, aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Artigo 1º - Ficam os Poderes Legislativo e Executivo Municipal autorizados a abrirem Créditos Adicionais Suplementares por Remanejamento e Transposição, através de Decreto, até o Limite de 15% (quinze por cento) da Despesa Orçada para o corrente Exercício.

Artigo 2º - Para dar cobertura aos Créditos Adicionais Suplementares dispostos no Artigo anterior, serão utilizados os recursos resultantes de anulação parcial ou total de dotações; podendo efetuar transposição, remanejamento e transferência de recursos, de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, até o limite de 15% (quinze por cento), da despesa orçada para o corrente exercício.

Artigo 3º - Fica o poder executivo municipal autorizado a abrir créditos adicionais suplementares à conta de superávit financeiro, através de Decreto, até o limite dos valores apurados no balanço do exercício anterior, nos termos do Inciso I do § 1º e § 2º do Artigo 43 da Lei 4.320/64, devendo ser observadas as vinculações das fontes dos recursos financeiros superavitários disponíveis.

Artigo 4º - Fica o poder executivo municipal autorizado a abrir créditos adicionais suplementares à conta de excesso de arrecadação, através de Decreto, até o limite dos valores efetivamente apurados ou com base na tendência do exercício, nos termos do Inciso II do § 1º e § 3º do Artigo 43 da Lei 4.320/64, devendo ser observadas as vinculações das fontes dos recursos financeiros em excesso disponíveis.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Rio Branco - MT, aos 11 dias de março de 2019.

ANTONIO XAVIER DE ARAUJO *PREFEITO MUNICIPAL*

EXTRATO DE CONTRATOS JANEIRO – 2019

CONTRATO N°: 001/2019

CONTRATADO: **Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Mato Grosso - CISOMT**

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO – MT.

OBJETO: O presente instrumento tem por objeto o rateio dos custos com a manutenção do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Mato Grosso e o cumprimento dos objetivos fixados no Estatuto do CISOMT, em cumprimento às exigências da Lei Federal n. 11.107/05.

VIGÊNCIA: A vigência deste Contrato será até 31/12/2019.

VALOR:R$ 61.908,00 (sessenta e um mil novecentos e oito mil reais)

CONTRATO N°: 002/2019

CONTRATADO: **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL, AMBIENTAL E TURÍSTICO DO COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL**.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO – MT.

OBJETO: Constitui objeto do presente contrato de Rateio as despesas gerais e manutenção do Consórcio e Contrapartidas de Convênios no Exercício de 2019 e a consecução das ações previstas nas Leis Municipais nº 439/2007 e 546/2016 em consonância com o Titulo I, Cláusula 3ª do Contrato Consórcio.

VIGÊNCIA: A vigência deste Contrato será até 31/12/2019.

VALOR: R$ 54.000,00 (Cinquenta e quatro mil reais)

CONTRATO N°: 003/2019

CONTRATADO: **HELOISA TOLEDO TAVARES**

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO – MT.

OBJETO: LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL NO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO – MT, PARA INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA ENTIDADE DE ABRIGO E ACOLHIMENTO DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE RISCO SOCIAL.

VIGÊNCIA: O presente contrato terá início na data de sua assinatura e término em 31 de dezembro de 2019.

VALOR: R$ 8.400,00 (oito mil e quatrocentos reais)

CONTRATO N°: 004/2019

CONTRATADO: **A. DALCICO**

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO – MT.

OBJETO: **Prestação de serviços de locação manutenção de sistema de ouvidoria on-line para a Prefeitura de Rio Branco – MT e prestação de serviços de manutenção do site da Prefeitura de Rio Branco – MT.**

VIGÊNCIA: - O presente contrato terá vigência até no dia 31 de dezembro de 2019.

VALOR: R$ 18.072,00 (dezoito mil e setenta e dois reais)

CONTRATO N°: 005/2019

CONTRATADO: **SIDNEY PIRES SALOME**

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO – MT.

OBJETO: – Prestação de Serviços Especializados em Assessoria e Consultoria Técnica em Engenharia Civil para a Prefeitura Municipal de Rio Branco – MT

VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2019.

VALOR: **R$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais)**

CONTRATO N°: 006/2019

CONTRATADO: Ômega Tecnologia da Informação Ltda

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO – MT.

OBJETO: A CONTRATADAse compromete a prestar serviços especializados em assessoria, consultoria e softwares de gestão educacional para locação, incluindo conversão de dados, implantação e treinamento para 02 unidades educacionais do município de Rio Branco – MT.

VIGÊNCIA:**31 de Dezembro de 2019**.

VALOR: R$ 28.957,92 (vinte e oito mil, novecentos e cinquenta e sete reais e noventa e dois centavos)

CONTRATO N°: 007/2019

CONTRATADO: **BIO RESÍDUOS SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA**

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO – MT.

OBJETO: **A CONTRATADA** obriga-se a prestação de serviços com coleta, gerenciamento, tratamento e disposição final dos Resíduos de Lixo Hospitalar das Unidades de Saúde do Município de Rio Branco/MT, produzidos pela **CONTRATANTE**, dos grupos "A, B e E" definidos na Resolução CONAMA nº. 358/2005 e RDC 306/2004 da ANVISA, e demais legislações concernentes.

VIGÊNCIA: até 31 de dezembro de 2019.

VALOR: **R$ 4.800,00 (quatro mil e oitocentos reais)**

CONTRATO N°:008/2019

CONTRATADO: **ASSOCIAÇÃO DA RADIO LIVRE E COMUNITÁRIA DE RIO BRANCO**

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO – MT.

OBJETO: O objetivo do presente Convênio é promover a informação e a inclusão social, via ondas sonoras da emissora, fortalecendo a qualidade de informação no sentido da divulgação dos pontos turísticos do Município, das ações nas áreas de educação, saúde e assistência social, em caráter educacional e de orientação, dentre outras atividades relativas à comunicação social à população, além de incentivar a cultura através da música, com repasse mensal pelo Município ao CONVENENTE a título de apoio cultural no valor de R$ 499,00 (quatrocentos e noventa e nove reais), em parcelas mensais, a partir do mês de janeiro do ano de 2019, depositado em conta na agência 2536-4, conta corrente 1025-1, Banco do Brasil.

VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2019.

VALOR: Valor: R$ 5.988,00 (cinco mil novecentos e oitenta e oito reais)

CONTRATO N°: 009/2019

CONTRATADO: **LETICIA BOSCATO DOS SANTOS**

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO – MT.

OBJETO: – Contratação de profissional enfermeiro para atendimento de segunda a sexta-feira, das 07h00min às 11h00min e das 13h00min às 17h00min no Hospital Municipal de Rio Branco, localizado na Avenida 7 de Setembro, Bairro Cidade Alta no município de Rio Branco – MT, com carga horária de 40 horas semanais.

VIGÊNCIA: 31/12/2019 ou até que se faça concurso ou teste seletivo para o cargo.

VALOR: R$ 28.800,00 (vinte e oito mil e oitocentos reais)

CONTRATO N°:010/2019

CONTRATADO: **LIDER CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA**

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO – MT.

OBJETO: "Contratação de serviços de técnicos profissionais especializados de assessoramento e envio das cargas mensais, orçamento e da carga inicial do Aplic 2019".

VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2019.

VALOR: de R$ 32.200,00 (trinta e dois mil e duzentos reais)

CONTRATO N°:011/2019

CONTRATADO: R-TECH JUDSON RADLEY ALVES DE ASSIS

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO – MT.

OBJETO: Contratação prestação de serviços para a manutenção dos computadores, impressoras e internet em atendimento as secretarias municipais de Rio Branco.

VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2019.

VALOR: **R$ 22.800,00 (vinte e dois mil e oitocentos reais)**

CONTRATO N°:012/2019

CONTRATADO: **EDILSON TOMAZZELLI BARBOSA**

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO – MT.

OBJETO: LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL NO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO – MT, PARA INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA ENTIDADE DE CONSELHO TUTELAR, LOCALIZADO NA RUA JOSÉ SILVEIRA TAVARES, S/N°, NO BAIRRO CIDADE ALTA.

VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2019.

VALOR: R$ 7.200,00 (sete mil e duzentos reais)

CONTRATO N°: 013/2019

CONTRATADO: **ROSANGELA SOUZA DE OLIVEIRA DOROTEU**

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO – MT.

OBJETO: A **CONTRATADA** prestará para a **CONTRATANTE** serviços de Orientadora Social, para atender a Secretaria Municipal de Assistência Social.

VIGÊNCIA: 10 de julho de 2019.

VALOR: **R$ 6.986,00** (seis mil novecentos e oitenta e seis reais**)**

CONTRATO N°:014/2019

CONTRATADO: **AUTO ELÉTRICA MODELO LTDA**

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO – MT.

OBJETO: "Termo de Adesão nº 004/2018, da Ata de Registro de Preços de nº 020/2017, proveniente do Pregão Presencial nº 029/2017 da Prefeitura Municipal de Mirassol D'Oeste – MT, que teve como uma das vencedoras a empresa **AUTO ELÉTRICA MODELO LTDA ME**, CNPJ/MF nº 11. 462.556/0001-16, cujo objeto é: Aquisição de Serviços, Peças e Acessórios de Auto Elétrica para atender as demandas dos Veículos das secretarias da prefeitura de Rio Branco – MT".

VIGÊNCIA: até 31/12/2019.

VALOR: 91.770,24 (noventa e um mil setecentos e setenta reais e vinte e quatro centavos)

CONTRATO N°:015/2019

CONTRATADO: **ALTERNATIVA ASSESSORIA CONTÁBIL, ADMINISTRATIVA E TRIBUTÁRIA LTDA**

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO – MT.

OBJETO: "Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de consultoria e assessoria contábil de execução orçamentaria e contabilidade pública, bem como consultoria financeira, de acordo com as regras da nova contabilidade Pública".

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, até 23/01/2020.

VALOR: 90.000,00 (noventa mil reais)

Rio Branco – MT, 11 de março de 2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA

RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO GAB/DRH Nº 0016/2019 CONCURSO PUBLICO Nº 001/2016

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

Edital de Convocação GAB/DRH nº 0016/2019

Concurso Publico nº 001/2016

Processo Administrativo nº 055/2017-DRH-GABINETE

Assunto: Registro dos atos destinados ao provimento dos cargos dos candidatos para as unidade Administrativas:,secretaria municipal de saúde.

Este Edital poderá ser impresso no endereço eletrônico do Diário Oficial dos Municípios da AMM : diariomunicipal.org/mt/ammm do dia 11/03/2019 .

O PREFEITO MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA, **Agnaldo Rodrigues de Carvalho**, CONVOCA, com fulcro no item 18.3 do edital de abertura do concurso nº 001/2016, em especial no disposto na Lei Orgânica do Município, nos termos do artigo 37 da Constituição Federal, o inciso II do Art. 89 da Lei Orgânica e Seção IV, do Capitulo I do Titulo II da Lei Complementar Nº. 03 de 17 de Outubro de 2007 (Regime Jurídico Único), Lei 237 de 29 de novembro de 2010(Plano de Carreira dos Trabalhadores em Educação) de para fins de contratação sob o regime estatutário e Lei Complementar nº 14, de 4 de abril de 2016, (Plano de Carreira dos Trabalhadores em Saúde), o(s) candidato(s) para o (s) cargo(s) abaixo relacionado(s), aprovados no concurso publico nº 001/2016,(Plano de Carreira dos Trabalhadores em Administração), o(s) candidato(s) para o (s) cargo(s) abaixo relacionado(s), aprovados no concurso publico nº 001/2016 executado empresa ATAME ASSESSORIA, CONSULTORIA E PLANEJAMENTO LTDA e com auxílio da COMISSÃO DO CONCURSO PÚBLICO e normas do Edital de abertura, publicado no J.E.O.M. nº 2.586 do dia 19/10/2016 (fls.107/131), e 1ª Retificação publicada no J.E.O.M nº 2.590 do dia 25/10/2016, e 2ª Retificação publicada no J.E.O.M nº 2.598 do dia 07/11/2016, e, Resultado Final do Concurso publicado no J.E.O.M nº 2.631 do dia **23/12/2016 e homologação prefeitural publicada no** J.E.O.M nº 2.828 do dia 4/10/2017, conforme processo administrativo nº 258/2017-GABINETE.

TÉCNICO DE ENFERMAGEM

18°-Vanda Cristina Balduino 62,00

ZELADOR(A)

17°-Poliane Petroski Marciel 93,00

18°-Gislene Souza da Silva 93,00

Os candidatos acima, ora convocados, terão prazo de (30) trinta dias para apresentação dos documentos exigidos, incluído neste prazo a realização dos exames médicos, compreendido **entre o dia 08/03/2019 à 06/04/2019,** horário das **8:00hs ás 11:00hs** e das **14:00hs ás 17:00hs,** no Departamento de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração, localizado na Av. Joana Alves de Oliveira, s/n, Centro, Rondolândia-MT, devendo ainda apresentar, OBRIGATORIAMENTE, **o original e xerox (legível e sem rasuras)** dos seguintes documentos:

a) Carteira de Identidade;

b) Certidão de Nascimento ou Casamento;

c) Título Eleitoral. Certidão da justiça Eleitoral de estar em dia com as obrigações eleitorais;

d) Comprovante de estar em dia com as obrigações militares, se do sexo masculino;

e) Cadastro de Pessoas Físicas – CPF;

f) Número de PIS/PASEP, se já inscrito, ou Declaração, de próprio punho, de que não é inscrito;

g) Atestado médico de sanidade física e mental, necessária ao desempenho das funções inerentes ao cargo, expedido pela Junta Médica do Município, conforme condições previamente estabelecidas no pelo edital de abertura e Decreto Municipal nº 1.227/GAB/PMR/2016;

h) Diploma ou Certificado de Escolaridade, conforme exigência do cargo, registrado no órgão competente;

i) Registro no respectivo Conselho de Classe, conforme exigência legal, se for o caso.

j) Declaração de que exerce ou não outro cargo, emprego ou função pública, para fins de verificação da acumulação de cargos, conforme dispõe o Artigo 37, Inciso XVI e XVII da Constituição Federal e Emendas Constitucionais;

k) Certidão de tempo de serviço se houver;

l) Declaração de bens (RFB), que constituam seu patrimônio

m) 02 fotos 3x4, recentes.

n) certidões negativas de antecedentes civis e criminais da justiça estadual e federal do domicilio do candidato dos últimos (05) cinco anos.

o) certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos.

P) comprovante de residência atualizado. No caso dos agentes comunitários de saúde o comprovante de endereço deverá ser na microárea correspondente;

q) Copia da CTPS;

r) Abrir Conta no Banco do Brasil;

s) Carteira Nacional de Habilitação;

Os candidatos de posse dos exames médicos de que trata o Anexo IV do edital de abertura (publ. J.O.E-AMM, Ed. 2.586, de 19/10/2016, p. 129), deverão se dirigir a Secretaria Municipal de Saúde para o agendamento do dia e hora para a realização da pericia médica. Os exames médicos deverão ser entregues para a junta Médica que avaliará os resultados deles existentes, sendo que, dessa análise julguem necessários, poderão requisitar dos candidatos novos exames.

O D.R.H. somente receberá os documentos das provas de aptidão exigidos para a nomeação no cargo se não estiverem faltando nenhum dos relacionados nas letras “a” até “s”, acima.

Rondolândia-MT, 08 de Março de 2019.

Agnaldo Rodrigues De Carvalho

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 036/2019

EXTRATO DO CONTRATO Nº 036/2019

OBJETO:**AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, MATERIAL DE CONSUMO, ÁGUA E MATERIAIS DE LIMPEZA PARA ATENDER AS SECRETARIAS DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ROSÁRIO OESTE/MT.**

EMPRESA: **CARLOS DALMOLIN E CIA LTDA**

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

ROSÁRIO OESTE 26 de Fevereiro de 2019

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 034/2019

EXTRATO DO CONTRATO Nº 034/2019

OBJETO:**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM AQUISIÇÃO DE CARGA DE OXIGÊNIO MEDICINAL, DESTINADAS A ATENDER AS NECESSIDADES DA REDE PUBLICA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ROSÁRIO OESTE**

Empresa: V.L.R DE OLIVEIRA -ME BRASIL OXIGENIO

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

R$ **18.860,00 (dezoito mil oitocentos e sessenta reais)**

ROSÁRIO OESTE 22 de Fevereiro de 2019

PROCURADORIA MUNICIPAL
PORTARIA 11 - 2019

PORTARIA Nº 046/2019

de 11 de Março de 2019

"Dispõe convocação de suplente eleito(a) para o Conselho Tutelar Municipal de Rosário Oeste/MT, e dá outras providencias".

O EXCELENTÍSSIMO PREFEITO MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE – MT, JOÃO ANTÔNIO DA SILVA BALBINO, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Artigo 1º - Fica convocado(a) para ocupar o cargo de Conselheiro(a) Tutelar de Rosário Oeste/MT pelo período correspondente/restante ao mandato eletivo de 2016/2020 a pessoa de **VIVIAN CINTIA PEREIRA BUENO**.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação/afixação, com efeitos administrativos e financeiros retroativos à 01.03.2019.

Artigo 3º - Ficam revogadas as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito, em Rosário Oeste – MT, 11 de Março de 2.019.

JOÃO ANTONIO DA SILVA BALBINO

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL N°09/2019

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL COM REGISTRO DE PREÇO N. 09/2019

O Município de Rosário Oeste/MT, Estado de Mato Grosso, neste ato representado por seu Pregoeiro, torna público aos interessados, que irá realizar procedimento licitatório na modalidade PREGÃO PRESENCIAL COM REGISTRO DE PREÇO N. 09/2019, CRITÉRIO DE JULGAMENTO MENOR PREÇO POR ITEM, no dia 25 de março de 2019, Às 09h00m (horário local), na sede da Prefeitura Municipal de Rosário Oeste/MT, situada à Avenida Otávio Costa, s/n, Bairro Santo Antônio, Rosário Oeste/MT, com a finalidade do REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE BORRACHARIA, PARA CONSERTO DE PNEUS NOS VEÍCULOS DA FROTA MUNICIPAL. Poderão participar deste procedimento licitatório as empresas cujo ramo de atividade esteja em consonância com o objeto e demais clausulas desta licitação. As informações poderão ser retiradas com ao Setor de Licitação, na Prefeitura Municipal de Rosário Oeste/MT, situada na Avenida Otávio Costa, s/n, Bairro Santo Antônio, Rosário Oeste/MT, por intermédio do Pregoeiro, de segunda a sexta das 08:00 às 14:00 horas, ou no telefone (65) 3356-1209 e pelo e-mail: licitacaorosario@hotmail.com e no site: www.rosariooeste.mt.gov.br.

Rosário Oeste/MT, 11 de março de 2019.

FAGNER CAMARGO SAMPAIO

PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 039/2019

EXTRATO DO CONTRATO Nº 039/2019

OBJETO:1. **CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COMO EDUCADOR (A) FÍSICO(A) PARA REALIZAR ATENDIMENTO AOS PROGRAMAS SOCIAIS DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS - SCFV CRIANÇAS, ADOLESCENTES E IDOSOS E O SERVIÇO DE ATENDIMENTO INTEGRAL A FAMÍLIA - PAIF E EQUIPE VOLANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE ROSÁRIO OESTE/MT DURANTE 12 MESES NO VALOR MENSAL DE R$ 1.890,00 (um mil oitocentos e noventa reais) e valor total: R$ 22.680,00 (vinte e dois mil seiscentos e oitenta reais)**

EMPRESA: **GILMAR RODRIGUES DE SOUZA**

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

R$ 22.680,00 (vinte e dois mil seiscentos e oitenta reais)

ROSÁRIO OESTE 01 de março de 2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
RESULTADO PREGÃO

RESULTADO DE JULGAMENTO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2019

OBJETO: "Seleção de melhor proposta objetivando **AQUISIÇÃO DE 01 (UM) VEÍCULO TIPO CAMINHÃO TIPO PRANCHA OU PLATAFORMA, DESTINADO AO TRANSPORTE DE ESCAVADEIRA E DEMAIS MAQUINÁRIOS PESADOS DO MUNICÍPIO DE SALTO DO CÉU – MT",** conforme descrição no ANEXO I.

RESULTADO DE JULGAMENTO

A Prefeitura de Salto do Céu-MT, através de sua Pregoeira Oficial torna público a todos os interessados, cidadãos ou licitantes, que certame licitatório supramencionado foi dado DESERTO.

Maiores informações com a CPL.

Salto do Céu – MT, 13 de Fevereiro de 2019.

MARIA INÊS PEREIRA DA SILVA

Pregoeira Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO

CÂMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 009/2019 DE 11 DE MARÇO DE 2019.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE O PAGAMENTO DE LICENÇA PRÊMIO INDENIZADO A SERVIDORA DIANA MARTINS CEZARIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O senhor **WANDERSON PEREIRA DIAS**, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Santa Rita do Trivelato, Estado do Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e o Regimento Interno da Casa.

R E S O L V E

Art. 1º - Conceder conversão de 30 dias, licença prêmio indenizado a servidora **DIANA MARTINS CEZARIO,** portador do RG: 23715626 SSP/MT e CPF: 031.593.781.52, conforme prevê o artigo 125, parágrafos 1 e 2, da

Lei Complementar Nº064/2015 de 09 de abril de 2015, período adquirido entre 2012 á 2017, sendo do período aquisitivo somando 60 dias licença premio indenizada.

Art. 2º - A presente portaria entra em vigor a partir 01.03.2019.

Art. 3º - Revoga as demais disposições em contrário.

Câmara de Vereadores de Santa Rita do Trivelato, 11 de março de 2019.

WANDERSON PEREIRA DIAS

Presidente

Registre-se, Publique-se e afixe-se

Na data supra de 11.03.2019.

CÂMARA MUNICIPAL
RETIFICAÇÃO PORTARIA Nº008-2019

RETIFICAÇÃO

Retifica-se a publicação do **Portaria nº008-2019,** publicado em 08 de Março de 2019, ano XIV, nº 3.182, pag. 448, por motivos de erro de digitação e informações, passando a vigorar com a seguinte redação:

Onde se lê:

Art. 2º A referida Avaliação de Estágio Probatório do servidor está em conformidade com Lei Complementar Municipal Nº. 064/2015, de 09 de Abril de 2015 e Lei Complementar Municipal Nº 063/2014 de 19 de Dezembro de 2014.

Lê-se:

Art. 2º A referida Avaliação de Estágio Probatório do servidor está em conformidade com CF art. 41 Caput e § 4º e "a", Lei Complementar Municipal Nº. 064/2015, de 09 de Abril de 2015 e Lei Complementar Municipal Nº 063/2014 de 19 de Dezembro de 2014.

As demais informações constantes no termo de aditivo permanecem inalteradas.

Santa Rita do Trivelato-MT,11 de Março de 2019.

Wanderson Pereira Dias

Presidente

Registre-se e Publique-se

Afixe no mural da Câmara

Na Data Supra de 11.03.2019.

PORTARIA Nº 0061/2019 DE 11 DE MARÇO DE 2019.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA SERVIDORA PARA FISCALIZAÇÃO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 007 A 013/2019 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear a servidora Ironir Aparecida dos Santos, inscrita no CPF nº 924.387.411-04, para Fiscalização das Atas de Registro de Preços nº 007 a 013/2019, cujo objeto é: registro de preços futura e eventual contratação de empresa especializada na confecção de impressos e formulários gráficos para uso das secretarias municipais de Santa Rita do Trivelato/MT, decorrente de licitação na modalidade de pregão nº 004/2019, cujo fornecedores são: A F Gráfica Eireli – ME, devidamente cadastrada no CNPJ nº 30.657.865/0001-96, a empresa E.DE.S. Brandão – Gráfica e Editora Exta – ME, devidamente cadastrada no CNPJ nº 29.115.096/0001-15, a empresa A S SANTOS E CIA LTDA –ME, devidamente cadastrada no CNPJ nº 00.113.059/0001-96, a empresa MARIA LUIZA PEREIRA DE MATOS, devidamente cadastrada no CNPJ nº 30.635.573/0001-52, a empresa ELIFRANCIS IND. COM. GRAFICA E EDITORA LTDA-ME, devidamente cadastrada no CNPJ nº 08.866.744/0001-03, a empresa CORDEIRO & BATISTA COM.SERV. LTDA, devidamente cadastrada no CNPJ nº 13.344.554/0001-58, e a empresa 4 D DESIGNER GRAFICA E EDITORA LTDA, devidamente cadastrada no CNPJ nº 13.278.238/0001-25.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revoga-se em especial a portaria nº 054/2019 e demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 11 DE MARÇO DE 2019.

_____

EGON HOEPERS

PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se e Publique-se

Na data supra

PORTARIA Nº 0060/2019 DE 11 DE MARÇO DE 2019.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS SERVIDORES PARA FISCALIZAÇÃO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 005/2019 E 006/2019 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear as servidoras abaixo descritas, para Fiscalização das Atas de Registro de Preços nº 005/2019 - referente ao registro de preços para futura e eventual prestação de serviços de Buffet, decoração de eventos como seminários, palestras, lançamento de obras, festivais e feiras, realizadas pelo municipio de Santa Rita do Trivelato, cujo o fornecedor é empresa Mirian Marlene Strey MEI, inscrita no CNPJ sob nº 27.610.046/0001-89 doravante denominada contratada, decorrente de licitação na modalidade pregão nº 005/2019; E ARP nº 006/2019 - referente ao registro de preços para futura e eventual prestação de serviços de Buffet, decoração de eventos como seminários, palestras, lançamento de obras, festivais e feiras, realizadas pelo municipio de Santa Rita do Trivelato, cujo o fornecedor é empresa Francielle da Silva Simplicio de Melo, inscrita no CNPJ sob nº 27.689.492/0001-29 doravante denominada contratada, decorrente de licitação na modalidade pregão nº 005/2019.

Celma Regina Mendes dos Santos, inscrita no CPF nº 028.434.539-33, representando a Secretaria Municipal de Educação e Cultura;

Aline Cristina Néris da Silva, inscrita no CPF nº 041.746.861-06, representando a Secretaria Municipal de Saúde;

Hermocinda Bassão Silva Deluqui, inscrita no CPF nº 012.105.751-83, representando a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente;

Kelen Fernanda Monteiro Silva, inscrita no CPF nº 858.724.071-49, representando a Secretaria Municipal de Assitência Social.

Edina Salete Veroneze, inscrita no CPF nº 047.163.249-07, representando a Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revoga-se em especial a portaria nº 054/2019 e demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 11 DE MARÇO DE 2019.

_____

EGON HOEPERS

PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se e Publique-se

Na data supra

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 004/2019

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 008/2019PREGÃO PRESENCIAL N º 004/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 004/2019A PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DE LEVERGER, POR MEIO DO PREFEITO MUNICIPAL SENHOR VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO, TORNA-SE PÚBLICO O EXTRATO DA **ATA DE REGISTRO DE PREÇOSN° 004/2019** PARA O SEGUINTE OBJETO: **AQUISIÇÃO DEFORNECIMENTO DE PRODUTOS QUIMICOS PARA TRATAMENTO DE ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO.**ITEM 01 com o valor R$ 3,99 (três reais e noventa e nove centavos) por quilo, ITEM 02 com o valor de R$ 17,00 (dezessete reais) por quilo, ITEM 03 com o valor de R$ 22,00 (vinte e dois reais)**DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Secretaria Municipal de Saneamento e Abastecimento de Água de Santo Antônio do Leverger.CONTRATANTE:*PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DE LEVERGER-MT.*CONTRATADA: SONIA FARIA FERNANDES-EPP**, pessoa jurídica, inscrita no CNPJnº 24.972.538/0001-26.**DATA DE ASSINATURA:**07/03/2019.**DATA DE VIGÊNCIA**: 12 MESES.Santo Antônio de Leverger–MT, 07 de Março de 2019.**Valdir Pereira de Castro FilhoPrefeito Municipal**

EXTRATO DE CONTRATO Nº 012/2019

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 014/2019ADESÃO Nº 004/2019A PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DE LEVERGER, POR MEIO DO PREFEITO MUNICIPAL SENHOR VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO, TORNA-SE PÚBLICO O EXTRATO DO CONTRATO N° 012/2019 PARA O SEGUINTE OBJETO: AQUISIÇÃO*DE MATERIAL HOSPITALAR, ODONTOLOGICO, LABORATORIAL E MEDICAMENTOS*DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Secretaria Municipal de Saúde de Santo Antônio de Leverger. Dotação:10.301.0020.2045Naturezade despesa:33.90.30.00.00Fonte:0114;0102;0142Dotação:10.303.0020.2049Natureza de despesa:33.90.30.00.00Fonte:0114;0102;0142Dotação:10.302.0021.2051Natureza de despesa:33.90.30.00.00Fonte:0114;0102;0142Dotação:10.301.0020.2053Natureza de despesa:33.90.30.00.00Fonte:0114;0102;0142VALOR TOTAL: R$2.767.150,33 (dois milhões setecentos e sessenta e sete mil cento e cinqüenta reais e trinta e três centavos)CONTRATANTE:*PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DE LEVERGER-MT.*CONTRATADA:ADILVAN COMERCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ nº 02.192.932/0001-09.DATA DE ASSINATURA:08/03/2019.DATA DE VIGÊNCIA: 12 MESES.Santo Antônio de Leverger–MT, 08 de março de 2019.Valdir Pereira de Castro Filho Prefeito Municipal

PRIMEIRO ADITIVO EXTRATO DE CONTRATO Nº 006/2018

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DE LEVERGER, POR MEIO DO PREFEITO MUNICIPAL SENHOR VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO TORNA-SE PÚBLICO O EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO DO CONTRATO N° 006/2018 PARA O SEGUINTE OBJETO:PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA DO CONTRATO FIRMADO ENTRE AS PARTES, COM PRORROGAÇÃO DE MAIS 12 (DOZE) MESES CONTADO A PARTIR DO TERMINO DO INSTRUMENTO CONTRATUAL. CONTRATANTE: *PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DE LEVERGER-MT.*CONTRATADA: **MAXIMA AMBIENTAL, SERVIÇOS GERAIS E PARTICIPAÇÕES LTDA-ME** , PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PRIVADO, INSCRITA NO CNPJ SOB O Nº 07.657.198/0001-20.SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER –MT , 08 DE MARÇO DE 2019.VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHOPREFEITO MUNICIPAL.

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 004/2019

PROCESSO ADMINISTRATIVO 015/2019DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 004/2019OBJETO: compromete ***CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DE SERVIÇOS PARA TRANSPORTE ESCOLAR URBANO, ÔNIBUS ESCOLAR COM 44 LUGARES COM MOTORISTA E COMBUSTÍVEL E MANUTENÇÃO.***1.2 Os ***SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR, PARA ATENDER ALUNOS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO.***CONTRATANTE: **A PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER,** pessoa jurídica de direito público, inscrito sob o CNPJ Nº 03.507.555/0001-12.CONTRATADA jurídica **INTEGRAÇÃO TRANSPORTES LTDA - ME**, inscrita no CNPJ: 04.584.665/0001-40.VALOR DO MENSAL DE R$ 63.939,80 (sessenta e três mil e novecentos e trinta e nove reais e oitenta centavos).PRAZO : de 90 (NOVENTA) DIAS MESES, não poderá ser prorrogável. FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24 ,26 inciso IV da Lei 8666/93.Ratifico a dispensa de Licitação com fulcro na justificativa no Art 24 Inciso IV, art. 26 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.Santo Antônio de Leverger -MT, 08 de março de 2019.Valdir Pereira de Castro FilhoPrefeito Municipal

SEGUNDO ADITIVO EXTRATO DE CONTRATO Nº 017/2017

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DE LEVERGER, POR MEIO DO PREFEITO MUNICIPAL SENHORVALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO TORNA-SE PÚBLICO O EXTRATO DO SEGUNDO ADITIVO DO CONTRATO N° 017/2017 PARA O SEGUINTE OBJETO:PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA DO CONTRATO FIRMADO ENTRE AS PARTES, COM PRORROGAÇÃO DE MAIS 11 (ONZE) MESES CONTADO A PARTIR DO TERMINO DO INSTRUMENTO CONTRATUAL. CONTRATANTE: *PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DE LEVERGER-MT.*CONTRATADA: *LIBRA SERVIÇOS CORPORAQTIVOS LTDA-ME,* inscrita sob o CNPJNº19.430.120/0001-57.

SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER –MT , 14 DE FEVEREIRO DE 2019.

VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO

PREFEITO MUNICIPAL.

SEGUNDO ADITIVO EXTRATO DE CONTRATO Nº 009/2017

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DE LEVERGER, POR MEIO DO PREFEITO MUNICIPAL SENHORVALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO TORNA-SE PÚBLICO O EXTRATO DO SEGUNDO ADITIVO DO CONTRATO N° 009/2017 PARA O SEGUINTE OBJETO:PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA DO CONTRATO FIRMADO ENTRE AS PARTES, COM PRORROGAÇÃO DE MAIS 12 (DOZE) MESES CONTADO A PARTIR DO TERMINO DO INSTRUMENTO CONTRATUAL. CONTRATANTE: *PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DE LEVERGER-MT.*CONTRATADA: **MICHAEL CESAR BARBOSA COSTA-ME**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o Nº 20.670.383/0001-12.

SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER –MT , 01 DE MARÇO DE 2019.

VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO

PREFEITO MUNICIPAL.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 011/2019

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 014/2019PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2019CONTRATO N° 011/2019A PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DE LEVERGER, POR MEIO DO PREFEITO MUNICIPAL SENHOR VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO, TORNA-SE PÚBLICO

O EXTRATO DO CONTRATO N° 011/2019 PARA O SEGUINTE OBJETO**: AQUISIÇÃODE PRODUTOS QUIMICOS PARATRATAMENTO DE ÁGUA PARA CONSUMO HUMANODOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: SECRETARIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO E ABASTECIMENTO DE ÁGUA.**ITEM 01 com o valor R$ 3,99 (três reais e noventa e nove centavos) por quilo , ITEM 02 com o valor de R$ 17,00 (dezessete reais) por quilo, , ITEM 03 com o valor de R$ 22,00 (vinte e dois reais) por quilo.**CONTRATANTE:*PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DE LEVERGER-MT.*CONTRATADA:SONIA FARIAS FERNANDES-EPP**, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ nº24.972.538/0001-26.**DATA DE ASSINATURA:**07/03/2019.**DATA DE VIGÊNCIA**: 12 MESES.Santo Antônio de Leverger–MT, 07 de março de 2019.**Valdir Pereira de Castro FilhoPrefeito Municipal**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE CONTRATO Nº. 108/2018.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE CONTRATO Nº. 108/2018.

Pelo presente instrumento aditivo contratual regido pela Lei Federal nº. 8.666 de 21 de Junho de 1.993, e a Medida Provisória nº. 434 de 27 de Fevereiro de 1.994 resolvem entre si, na melhor forma de direito, como partes:

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE-MT, inscrito no CNPJ sob o n.º 04.217.362/0001-90, com sede na Rua A, nº 367, Bairro Jardim Santa Inês, situado na cidade de Santo Antônio do Leste-MT, neste ato representado por seu Prefeito o Sr. Miguel José Brunetta, brasileiro, casado, portador do RG n.º 1.427.577 – SSP/PR e do CPF n. º 326.034.369-53, residente e domiciliado na cidade de Santo Antônio do Leste-MT;

CONTRATADA: MENDONÇA LOCAÇAO DE MAQUINAS EIRELI, inscrita no CNPJ sob número 19.901.914/0001-51, com sede na Av. Pantaneira (Lot. Jd. Paula I), nº 550, sala 01, bairro Marajoara – Várzea Grande/MT – CEP: 78.138-355, neste ato representada pela sua proprietária Sra. Maria Eleuza Mendonça dos Reis**, brasileira, casada,** portadora do RG sob o n. ° 874841 SSP/DF e inscrita no CPF sob o n. ° 378.002.301-63, doravante denominado **CONTRATADO,** de comum acordo,

Resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato nº 108/2018 de 31/10/2018 sujeitando-se às normas internas da Contratante, naquilo que couber independente de transição, mediante as cláusula e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto do presente Termo Aditivo a suplementação de serviços a serem trabalhadas do Contrato original de nº 108/2018, à CLÁUSULA OITAVA, ante aos motivos de força maior, alheio à vontade das partes, conforme segue:

CLÁUSULA SEGUNDA – ALTERAÇÃO

Fica acrescentado à CLÁUSULA OITAVA – Do prazo – **fica prorrogado o prazo de execução do contrato por mais 120 (cento e vinte) dias, com o término em 27 de junho de 2019.**

CLÁUSULA TERCEIRA - JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTO LEGAL

A necessidade de implementação deste Termo Aditivo ao Contrato original, justifica-se pela necessidade da continuidade dos serviços constantes no objeto e decorre de autorização do Exmo. Sr. Prefeito Municipal. Este aditivo encontra amparo legal no artigo 57, II da Lei 8.666, de 21 de Junho de 1.993.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

O presente Termo Aditivo entrará em vigor na data de sua assinatura, vigendo concomitantemente ao Contrato originário.

E, por assim estarem justos e contratados CONTRATANTE E CONTRATADA, mutuamente assinam o presente Termo Aditivo, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias de igual forma e teor, rubricados para todos os fins de direito, em presença de 02 (duas) testemunhas.

Santo Antônio do Leste - MT, 12 de fevereiro de 2.019.

PELA CONTRATANTE:

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA

Prefeito Municipal

PELO CONTRATADO:

MENDONÇA LOCAÇAO DE MAQUINAS EIRELI

CONTRATADA

T E S T E M U N H A S

1ª _____ **2ª** _____

Nome: Nome:

R.G.: R.G.:

C.P.F. C.P.F.

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 008/2019

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 008/2019

O Exmo. Sr. Prefeito Municipal, **Miguel Jose Brunetta**, tendo em vista as justificativas apresentadas pela Comissão de Licitação e pela Assessoria Jurídica do Município, sobre a contratação direta com dispensa de licitação, fulcrada no § II, do art. 24 da Lei 8.666/93, num total de R$ 10.763,70 (dez mil setecentos e sessenta e três reais e setenta centavos). Tendo como objeto a **aquisição de materiais esportivos diversos para atender a demanda da secretaria municipal de Desporto e Lazer**. Resolve RATIFICAR o presente processo a favor das seguintes empresas:

Empresa: GOL DE LETRA ESPORTES LTDA – CNPJ: 04.886.121/0001-33, com sede na Av. Porto Alegre, nº 815, bairro Centro – Primavera do Leste/MT, CEP: 78850-000, com o valor total dos itens de R$ 4.684,00 (quatro mil seiscentos e oitenta e quatro reais).

Empresa: PILONETO & PILONETO LTDA – CNPJ: 73.856.163/0001-44, com sede na Av. Porto Alegre, nº 391, bairro Cidade Primavera I – Primavera do Leste/MT, CEP: 78850-000, com o valor total dos itens de R$ 4. 400,00 (quatro mil e quatrocentos reais).

Empresa: ROMILDA BREMM-ME – CNPJ: 27.154.058/0001-46, com sede na Rua Candido Mariano, nº 47, bairro Centro Norte – Cuiabá/MT, CEP: 78005-150, com o valor total dos itens de R$ 1.679,70 (mil seiscentos e setenta e nove reais e setenta centavos).

E ordenar sua publicação em cumprimento ao disposto no art. 26 da Lei 8. 666/93.

_____

MIGUEL JOSE BRUNETTA

Prefeito Municipal

ATA DE JULGAMENTO DE RECURSO INTERPOSTO AO RESULTADO DA ABERTURA DO ENVELOPE Nº 01 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO DE TOMADA DE PREÇO

ATA DE JULGAMENTO DE RECURSO INTERPOSTO AO RESULTADO DA ABERTURA DO ENVELOPE Nº 01 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

TOMADA DE PREÇO Nº **001/2019**

Às 13:00 horas do dia 11 de março de 2019, na sala de Licitações, junto à Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste/MT, Estado de Mato Grosso, localizada à Rua A, 367, Jardim Santa Inês, reuniram-se a Comissão Permanente de licitação da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste, constituída dos seguintes servidores: WEVERTON ANCELMO P. DE SOUSA – presidente; Eriks Matos da Silva, Membro, nomeados pela Portaria n° 087/2019 de 18 de janeiro de 2019**,** também participou da reunião o Sr. Aminadalb Alves de Souza Junior – Engenheiro Civil designado para acompanhar as licitações relacionadas a obras desta prefeitura municipal, nomeado pela portaria 359/2018 de 02 de julho de 2018, especialmente incumbidos de analisar os recursos interpostos pelas empresas **Poli Engenharia e Comercio LTDA e Maria Brito Oliveira da Mata ME** referente ao resultado da abertura do envelope nº 01 – documentos de habilitação.

Preliminarmente, em sede de admissibilidade de recurso, destacamos que os recorrentes preencheram os pressupostos de legitimidade, interesse processual, fundamentação, pedido de reconsideração de decisão e tempestividade, tendo em vista que o resultado do julgamento da Tomada de Preço nº 001/2019 foi publicado no Diário Oficial dos Municípios edição de nº. 3.179 ano XIV do dia 04 de março de 2019, página 283.

Os recorrentes Poli Engenharia e Comercio LTDA e Maria Brito Oliveira da Mata ME foram julgados inabilitados, tendo em vista o descumprimento do item 6.1.2.2 "Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) do(s) sócio(s) representante legal (ais) da empresa", uma vez que não apresentaram o comprovante de regularidade do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), apresentando somente o cartão do CPF.

Os recorrentes alegam que a Comissão exigiu de forma equivocada o Comprovante de Regularidade do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), uma vez que o referido item faz referencia a Prova de Inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e os documentos apresentados, cartão do CPF é prova de inscrição e a exigência do comprovante de regularidade é ilegal, desta forma inexistindo o motivo para as inabilitações

Tendo em vista as alegações constante em suas peças recursais, é imperioso informar que esta Comissão reconhece a ilegalidade na inabilitação das empresas Poli Engenharia e Comercio LTDA e Maria Brito Oliveira da Mata ME, uma vez que o edital é claro e o item 6.1.2.2 que caracterizou a exclusão das mesmas, onde pede a "**PROVA DE INSCRIÇÃO** no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) do(s) sócio(s) representante legal(ais) da empresa" , pois se verificarmos em uma analise mais profunda entende-se por comprovante de inscrição: 1) Carteira de Identidade, Carteira Nacional de Habilitação, Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), carteira de identidade profissional, carteiras funcionais emitidas por órgãos públicos, cartão magnético de movimentação de conta-corrente bancária, talonário de cheque bancário e outros documentos de acesso a serviços de saúde pública de assistência social ou a serviços previdenciários, desde que conste neles, o número de inscrição no CPF; 2) Comprovante de Inscrição no CPF emitido pelas entidades conveniadas à Receita Federal (Banco do Brasil, Correios e Caixa Econômica Federal)***;*** 3) Comprovante de Inscrição no CPF impresso a partir da página da Receita Federal na Internet; 4) Outros modelos de cartão CPF emitidos de acordo com a legislação vigente à época.

Não obstante, uma vez retificado a inabilitação das empresas Poli Engenharia e Comercio LTDA e Maria Brito Oliveira da Mata ME, o preenchimento dos requisitos para cumprimento do item 8.8 já não estão cumpridos, pois com o recurso e seu acatamento, tornando desta forma as referidas empresas habilitadas na Tomada de Preço nº 01/2019, automaticamente as duas outras empresas Mendonça Locação de Maquinas Eirelli e A S Construtora LTDA estão inabilitadas, uma vez que o item 8.8 determina que "de acordo com o art. 48, § 3º, quando todas as licitantes forem inabilitadas, ou todas as propostas desclassificadas, a autoridade competente poderá fixar às licitantes, o prazo de 08 (oito) dias úteis para apresentação de nova documentação, ou de outras propostas, escoimadas das causas referidas na condição anterior.", não cumprindo desta forma os atos derivadores para sua concessão.

Informo que não foi constado na ata de recebimento, abertura e julgamento da habilitação apresentada ao edital nº 001/2019, Tomada de Preço nº 001/2019, a presença do Sr. Aminadalb Alves de Souza Junior, Engenheiro Civil, desta forma retificamos e informamos sobre sua presença.

Pelo exposto, temos e havemos que o Processo Administrativo nº 002/2019 – Tomada de Preço nº 001/2019 - PMSAL, em análise formal e legal dos procedimentos adotados, retificamos os seguinte atos:

- Desconsideração da Inabilitação das empresas Poli Engenharia e Comercio LTDA e Maria Brito Oliveira da Mata ME, tornando elas habilitadas na Tomada de Preço nº 001/2019;

-Desconsideração da concessão de prazo citado no item 8.8, desta forma Inabilitando as empresas Mendonça Locação de Maquinas Eirelli e A S Construtora LTDA;

- Informando a presença do Sr. Aminadalb Alves de Souza Junior, Engenheiro Civil na referida Ata de Julgamento.

Diante dos fatos convocamos as empresas Poli Engenharia e Comercio LTDA e Maria Brito Oliveira da Mata ME, para que os representantes credenciados se façam presente no dia 19/03/2019 ás 08:00 horas horário de Mato Groso para abertura do envelope nº 02 – Proposta de Preços.

WEVERTON ANCELMO P. DE SOUSA

PRESIDENTE

ERIKS MATOS DA SILVA

MEMBRO

AMINADALB ALVES DE SOUZA JUNIOR

Engenheiro Civil

ATA DE SESSAO DESERTA

ATA DE SESSAO DESERTA

MODALIDADE: PREGÃO ELETRONICO N° 002/2019.

Às 08:30 horas do dia 07 de março de 2019, estiveram reunidos na sede da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste/MT, O Pregoeiro Oficial e sua Equipe de Apoio respectivamente, Sr. Weverton Ancelmo Pereira de Sousa - Pregoeiro, Eriks Matos da Silva - equipe de apoio, nomeados pela Portaria n° 079/2019, de 18 de janeiro de 2019, para apreciarem e julgarem a proposta de preço apresentados para a licitação na modalidade de Pregão Eletrônico n° 002/2019, em decorrência do Objeto: **Registro de Preços para futura e eventual aquisição de um veículo rodoviário, para atender ao convênio nº. 867700/2018 entre a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM e o Município de Santo Antônio do Leste-MT.**O Senhor Pregoeiro e o membro da equipe de apoio constatou que não havia nenhuma proposta de empresa cadastrada e deram a licitação como deserta. Nada mais havendo a tratar, o Pregoeiro declarou encerrados os trabalhos para que fosse assinada e posteriormente encaminhada à autoridade competente para a sua devida apreciação.

Weverton Ancelmo Pereira de Sousa

Presidente da CPL. Portaria nº.

079/2019 de 18/01/2019

Eriks Matos da Silva

Membro da CPL. Portaria nº.

079/2019 de 18/01/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - UNIDADE DE CONTROLE INTERNO
CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2016 - TERMO DE POSSE EM CARGO EFETIVO

TERMO DE POSSE

Cargo Efetivo

Aos oito dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezenove **(08/02/2019)**, compareceu na Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia, Estado de Mato Grosso, na sala do Departamento de Administração de Recursos Humanos, a Senhora **KELLY CRISTINA DOS SANTOS SILVA**, portadora da carteira de identidade nº 2.065.046-9 - SSP-MT e do CPF nº 028.826.101-14, com o fim de tomar posse no cargo efetivo de **AGENTE ADMINISTRATIVA**, a qual foi aprovada no Concurso Público realizado conforme Edital nº 001/2016, devidamente homologado pelo Decreto nº 161/2016 de 28 de dezembro de 2016, e convocada para **POSSE** pelo Edital Complementar nº 31, de 26 de dezembro de 2018, publicado no Diário Oficial do Município em 27 de dezembro de 2018. Neste ato, a empossada declara expressamente que aceita as atribuições, deveres e responsabilidades inerentes ao cargo para o qual foi aprovada e empossada, comprometendo-se em bem servir e defender os interesses do Município de São Félix do Araguaia, Estado de Mato Grosso. A candidata ora empossada terá o prazo de 30 (trinta) dias para entrar em exercício, contados da data da posse, sendo exonerada se não entrar em exercício no prazo previsto, de acordo com os §§ 1º e 2º do artigo 49 da Lei Complementar Municipal nº 36, de 30 de outubro de 2003.

São Félix do Araguaia (MT), em 08 de fevereiro de 2019.

JANAILZA TAVEIRA LEITE

PREFEITA MUNICIPAL

KELLY CRISTINA DOS SANTOS SILVA

EMPOSSADA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - UNIDADE DE CONTROLE INTERNO
CONTRATAÇÃO PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA E DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO - EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 110/2019, PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA E DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - JANAILZA TAVEIRA LEITE, Prefeita Municipal

CONTRATADA: ZILMA BENTO DE OLIVEIRA, Brasileira, Casada, Serviços Gerais, residente e domiciliada na Sítio Vitória LPT RUF, nº 220 (Lote) - PA Dom Pedro - Setor Pantanal do Durval - CEP 78.670-000 - Pontinópolis (Distrito), em São Félix do Araguaia (MT), com CPF nº 928.904.231-15 e Identidade nº 1.160.793-9 - SJ-MT, inscrita no PIS/PASEP sob nº 2.108.324.742-7, nascida no dia 10/05/1973

CONTRATO TEMPORÁRIO Nº 110/2019

DATA DE EMISSÃO DO CONTRATO: 11 de março de 2019

VIGÊNCIA: 11 de março de 2019 a 11 de junho de 2019

PRAZO DE VIGÊNCIA: 3 meses

CARGA HORÁRIA: 30 (trinta) horas semanais

REMUNERAÇÃO MENSAL: R$ 998,00 (novecentos e noventa e oito reais)

FUNÇÃO: APOIO ADMINISTRATIVO ESCOLAR (LIMPEZA E NUTRIÇÃO), em CARÁTER TEMPORÁRIO.

LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA - ESCOLA RURAL MUNICIPAL DE PONTINÓPOLIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO 010/2019

CONTRATO (A): MATEUS GABRIEL CASTILHO BARROSO

OBJETO - A contratação para o cargo de Vigia (40 horas), conforme a Lei Municipal 321/2005 e alterações da Lei nº 479/2010, para atender à necessidade temporária e excepcional interesse público.

VALOR TOTAL- A contratante pagará a contratada o valor mensalmente de **R$ 998,00 (novecentos e noventa e oito reais)**, cujo pagamento será juntamente com o dos demais servidores municipais.

DA VIGÊNCIA- O presente contrato tem vigência de **01/03/2019 a 01/09/2019**, Seis (06) meses, podendo ser prorrogado por igual período de acordo com edital do processo seletivo 001/2019.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
AVISO DE PRORROGAÇÃO DE PROCESSO DE LICITAÇÃO MODALIDADE; PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2019.

A Prefeitura Municipal de São Jose do Povo - MT, através da Presidente do departamento de Licitação da Prefeitura Municipal, no uso de suas atribuições, torna público, para conhecimento dos interessados, que **SE PRORROGA** o Processo de Licitação–, **PREGÃO PRESENCIAL nº 03/2019.** Cujo objeto é; **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE COMBUSTIVEL (GASOLINA COMUM E DIESEL S-10) PARA ABASTECIMENTO DE VEICULO LOCADO NA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E VEICULO PERTECENTE AO MUNICIPIO DE SÃO JOSE DO POVO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES NO TERMO DE REFERENCIA DO EDITAL E SEUS ANEXOS.** Prorroga-se o presente processo licitatório, tendo em vista que o dia marcado para o certame será feriado no Município. Conforme item 24.7 da pagina 23 do edital.

24.7 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subseqüente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário da pregoeira. (Pagina 23)

A abertura dos envelopes de propostas e de habilitação ocorrerá na data de **20/03/2019** (**Quarta feira**) às 13h30min horas (horário local). No prédio da Prefeitura sala de licitação.

Maria Irandi Duarte

.Presidente

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO 12- PREGÃO PRESENCIAL N.º 5/2019

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO** ATRAVÉS DE SUA PREGOEIRA TORNA PÚBLICO QUE ESTARÁ REALIZANDO **PROCESSO LICITATÓRIO** MODALIDADE**: 12- PREGÃO PRESENCIAL N.º 5/2019** REGIDA PELA LEI FEDERAL Nº 10.520/2002, PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 045/2014, SUBSIDIADA PELA LEI FEDERAL Nº 8.666/1993.

OBJETO: **A PRESENTE LICITAÇÃO TEM POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MÃO DE OBRA, SERVIÇOS CONTINUADOS (PEDREIRO) CHAPISCO, EMBOÇO E PINTURA FEIRA LIVRE HONORATO DE PAULA, EM REGIME DE EMPREITEIRA POR PREÇO UNITÁRIO NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO POVO-MT, CONFORME O TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO I.**

NO Dia 21 de Março de 2019 às 13:30 min **horas** (HORÁRIO LOCAL). LOCAL SALA DE LICITAÇÃO DA ***SALMEN HANZE, n.º 924, CENTRO. RUA SALMEM HANZE,*** SÃO JOSÉ DO POVO - MT CEP 78.773-000, RETIRADA DO EDITAL NA PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DO POVOOU ATRAVÉS DO SITE http://www.saojosedopovo.mt.gov.br,ou/WWW.SAO-JOSED... OU PELO EMAIL: irandiduarte@bol.com.br, MAIS INFORMAÇÕES PELO TELEFONE (66) 34941137 OU NA PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DO POVO - SITUADA À RUA SALMEM HANZE, 924, DURANTE O HORÁRIO DE ATENDIMENTO no horário das 12h00min às 17h00min horas.

SÃO JOSÉ DO POVO-MT11/03/2019.

Arivaldo Medeiros de Santana

Prefeito.

Maria Irandi Duarte

Pregoeira.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 4/2019

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO** ATRAVÉS DE SUA PREGOEIRA TORNA PÚBLICO QUE ESTARÁ REALIZANDO **PROCESSO LICITATÓRIO** MODALIDADE**: 12- PREGÃO PRESENCIAL N.º 4/2019** REGIDA PELA LEI FEDERAL Nº 10.520/2002, PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 045/2014, SUBSIDIADA PELA LEI FEDERAL Nº 8.666/1993.

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PNEUS, PARA ATENDER A DEMANDA DAS DIVERSAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSE DO POVO-MT.**

NO Dia 22 de Março de 2019 às 13h30min. HORAS (HORÁRIO LOCAL). LOCAL SALA DE LICITAÇÃO DA ***SALMEN HANZE, n.º 924, CENTRO. RUA SALMEM HANZE,*** SÃO JOSÉ DO POVO - MT CEP 78.773-000, RETIRADA DO EDITAL NA PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DO POVOOU ATRAVÉS DO SITE http://www.saojosedopovo.mt.gov.br,ou/WWW.SAO-JOSED... OU PELO EMAIL: irandiduarte@bol.com.br, MAIS INFORMAÇÕES PELO TELEFONE (66) 34941137 OU NA PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DO POVO - SITUADA À RUA SALMEM HANZE, 924, DURANTE O HORÁRIO DE ATENDIMENTO no horário das 12:00 às 17:00 horas.

SÃO JOSÉ DO POVO-MT11/03/2019.

Arivaldo medeiros de Santana

Prefeito

Maria Irandi Duarte

Pregoeira

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO 12- PREGÃO PRESENCIAL N.º 6/2019

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO** ATRAVÉS DE SUA PREGOEIRA TORNA PÚBLICO QUE ESTARÁ REALIZANDO **PROCESSO LICITATÓRIO** MODALIDADE**: 12- PREGÃO PRESENCIAL N.º 6/2019** REGIDA PELA LEI FEDERAL Nº 10.520/2002, PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 045/2014, SUBSIDIADA PELA LEI FEDERAL Nº 8.666/1993.

OBJETO:**REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PEÇAS ORIGINAIS E/OU GENUINAS, NÃO REMANUFATURADOS, NÃO RECONDICIONADAS, NÃO RECUPERADOS PARA VEICULOS LEVES, PESADOS PARA AS SECRETARIAS (EDUCAÇÃO E PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL), DO MUNICIPAIS DE SÃO JOSÉ DO POVO/MT, CONFORME ESPECIFICADOS NO TERMO DE REFERENCIA ANEXO I.**

NO Dia 25 de Março de 2019 às 13h00min HORAS (HORÁRIO LOCAL). LOCAL SALA DE LICITAÇÃO DA ***SALMEN HANZE, n.º 924, CENTRO. RUA SALMEM HANZE,*** SÃO JOSÉ DO POVO - MT CEP 78.773-000, RETIRADA DO EDITAL NA PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DO POVOOU ATRAVÉS DO SITE http://www.saojosedopovo.mt.gov.br,ou/WWW.SAO-JOSED... OU PELO EMAIL: irandiduarte@bol.com.br, MAIS INFORMAÇÕES PELO TELEFONE (66) 34941137 OU NA PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DO POVO - SITUADA À RUA SALMEM HANZE, 924, DURANTE O HORÁRIO DE ATENDIMENTO no horário das 12:00 às 17:00 horas.

SÃO JOSÉ DO POVO-MT 11/03/2019.

.

Arivaldo Medeiros de Santana

Prefeito.

Maria Irandi Duarte

Pregoeira.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO

DEPARATAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO MÊS 02/2019

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N.º 004/2019. ASS: 11/02/2019. VCT: 11/02/2020. Contratado**: BIO RESÍDUOS SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA** Objeto: Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de transporte, tratamento e destinação final de resíduos sólidos e serviços de saúde do grupo A, B, E no Município de São José do Rio Claro-MT.Valor: R$ 46.800,00 **Valdomiro Lachovicz** – Prefeito Municipal

CONTRATO DE FORNECIMENTO N.º 005/2019. ASS: 12/02/2019. VCT: 31/03/2019 Contratado:**ELITON CARLOS ZARDO-ME**,Objeto: Contratação de empresa especializada para confecções de blocos para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento e Unidades Básica de Saúde do Município de São José do Rio Claro – MT. Valor: R$ 20.175,00**Valdomiro Lachovicz** – Prefeito Municipal

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N.º 006/2019. ASS: 20/02/2019. VCT: 20/02/2020. Contratado**: MELINSCK NETO & JACOB, JACOB LTDA – ME**Objeto: Contratação de empresa especializada em assessoria tributária para apuração do Índice de Participação do ICMS e do ITR, no Município de São José do Rio Claro – MT.Valor: R$ 120.000,00 **Valdomiro Lachovicz** – Prefeito Municipal

CONTRATO DE AQUISIÇÃO N.º 007/2019. ASS: 21/02/2019. VCT: 31/12/2019. Contratado**:REAVEL VEICULOS EIRELI,** Objeto: Aquisição de veículo zero km tipo ambulância para a secretaria municipal de saúde do Município de São José do Rio Claro-MT.Valor: R$ 214.000,00 **Valdomiro Lachovicz** – Prefeito Municipal

DEPARATAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE PREGÃO Nº 004/2019 – REGISTRO DE PREÇO.

O Município de São José do Rio Claro – MT, com sede administrativa na Rua Paraíba, nº 355, Centro – São José do Rio Claro – MT, CEP: 78.435-000 fone (65) 3386-1222 informa a todos os interessados que realizará Pregão Presencial para registro de preços para Futura e eventual contratação de empresa especializada para aquisição de materiais de consumo para a oficina e lavador da secretaria municipal infraestrutura de São José do Rio Claro – MT. Data de Abertura: às 13h00min, do dia 27 de março de 2019, no endereço acima. Fundamento Legal: Regida pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e subsidiariamente pela Lei 8.666 de 21/06/93 (com alterações da Lei 8883/94 e da Lei nº 9.648/98). Informação mais detalhadas e edital completo poderão ser soli-

citados no endereço supramencionado, de segunda a sexta-feira, 13h00-min às 17h00min**, com a Comissão Permanente de Licitação, ou pelo e-mail: licitacaosjrc@gmail.com ou ainda no site do município:** www.saojosedorioclaro.mt.gov.br. São José do Rio Claro – MT, 11 de março de 2019. Sunely Moreira dos Santos – Pregoeiro Oficial

DEPARATAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE ADITIVO MÊS 02/2019

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 005/2018. ASS: 17/02/2019, VCT: 17/02/2020, Contratado: **RONE SILIS DIAS.** Objeto: locação de imóvel comercial destinado a instalação do Conselho Tutelar Localizado no Lote 07-A, Quadra 19, Rua Minas Gerais, nº 360, situado no perímetro urbano de São José do Rio Claro-MT. Valor: R$ 10.800,00 **Valdomiro Lachovicz** – Prefeito Municipal.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 004/2018. ASS: 13/02/2019, VCT: 13/02/2020, Contratado: **CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA – CIEE**. Objeto: **Programas Estágio de Estudante.** O contrato original sofrerá acréscimo no quantitativo de 13 estagiários de nível superior, passando de 59 para 72 estagiários. Sendo 10 estagiários para Secretaria Municipal de Educação e Cultura e 3 estagiários para Secretaria Municipal de Finanças.E sofrerá reajuste no valor da taxa administrativa passando de R$ 36,00 (Trinta e seis reais) para R$ 38,43 (Trinta e oito reais e quarenta e três centavos) por Estagiário, conforme previsto no contrato cláusula 5ª § 2º. Valor: R$ 868.582,08. **Valdomiro Lachovicz** – Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃ JOSÉ DO RIO CLARO
PORTARIA Nº 062/2019, DE 8 DE MARÇO DE 2019

DISPÕE SOBRE AVERBAÇÃO DE TEMPO DE SERVIÇO DO SERVIDORA ANA LÚCIA SOUZA GOMES.

VALDOMIRO LACHOVICZ, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas por Lei; e

Considerando os artigos 152 e 154 da Lei 991 de 23 de janeiro de 2014, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município; e

Considerando os art. 41 e 102 da Lei Complementar 963/2013 de 27 de Junho de 2013, que dispõe do Regime Próprio dos Servidores Municipais.

RESOLVE:

Art. 1º - Averbar o tempo de serviço/contribuição, conforme a Certidão de Tempo de contribuição do INSS da servidora ANA LÚCIA SOUZA GOMES**.**

Art. 2° - O período averbado totaliza 18 (dezoito) anos, 04 (quatro) meses e 24 (vinte e quatro) dias, conforme Parecer Jurídico.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente a Portaria nº 127/2018 de 17 de maio de 2018.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal,

São José do Rio Claro-MT, 8 de março de 2019.

VALDOMIRO LACHOVICZ

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO XINGU

ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 069/2019.

DECRETO Nº 069/2019.

SÃO JOSÉ DO XINGU – MT, 07 DE MARÇO DE 2019.

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DO SERVIDOR EM CARGO DE COMISSÃO.

O Prefeito Municipal de São José do Xingu, Estado de Mato Grosso, Sr. Vanderley Soares da Silva no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Legislação em vigor, baixa o seguinte **DECRETO**:

Art. 1º Fica exonerado o Senhor, **AGEU OLIVEIRA BRAGA,** do cargo em Comissão de Secretário Municipal de Administração de prestar serviços junto ao município de São José do Xingu – MT

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal

Em, 07 de março de 2019.

Vanderley Soares da Silva

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se Cumpra-se

ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 070/2019

DECRETO Nº 070/2019.

SÃO JOSÉ DO XINGU – MT, 08 DE MARÇO DE 2019.

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DA SERVIDORA EM CARGO DE COMISSÃO..

O Prefeito Municipal de São José do Xingu, Estado de Mato Grosso, Sr. Vanderley Soares da Silva, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Legislação em vigor, baixa o seguinte **DECRETO**:

Art. 1º Fica exonerada a Senhora **IVANEIDE APARECIDA FONTANELI PEREIRA DA SILVA,** do cargo em Comissão de Secretária Municipal de Educação de prestar serviços junto ao município de São José do Xingu – MT.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal

Em, 08 de março de 2019.

Vanderley Soares da Silva

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se Cumpra-se

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
PRIMEIRO EXTRATO DO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 015/2018

PRIMEIRO EXTRATO DO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 015/2018

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO XINGU – MT

CONTRATADO: CONSTRUTORA IMPERIO EIRELI - ME

VALOR GLOBAL: R$ 464.757,08 (QUATROCENTOS E SESSENTA E QUATRO MIL SETECENTOS DE CINQUENTA SETE REAIS E OITO CENTAVOS).

PRAZO DE EXECUÇÃO: 23/01/2019 ATÉ 23/07/2019

OBJETO O PRESENTE ADITIVO TEM POR OBJETIVO DE PRORROGAR O PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA DO CONTRATO PARA MAIS 06 (SEIS) MESES QUE SERÃO CONTADOS A PARTIR DE 23/01/2019 A 23/07/2019.

TOMADA DE PREÇO Nº 005/2018

DATA: 22/01/2019

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 052/2019

PORTARIA Nº 052/2019

DE 07 DE MARÇO DE 2019.

"DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA PREMIO PARA O SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL".

O Prefeito Municipal de São José do Xingu, Estado de Mato Grosso, Sr. Vanderley Soares da Silva, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Legislação, bem como o Art. 104, § 1º E 2º, da Lei Complementar nº 005/2012**,** baixa a seguinte **PORTARIA:**

Art. 1° **-** Fica concedido Licença Prêmio ao Servidor, **AGEU OLIVEIRA BRAGA**,lotado na Secretaria Municipal de Administração, exercendo o cargo efetivo de Auxiliar Administrativo no município de São Jose do Xingu – MT, no período de **11/03/2019 a 09/06/2019,** totalizando 90 dias, Conforme requerimento em anexo.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito

Em, 07 de março de 2019.

Vanderley Soares da Silva

Prefeito Municipal

Registra-se publique-se Cumpra-se

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 053/2019

PORTARIA Nº 053/2019

DE 08 DE MARÇO DE 2019.

"DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DE SERVIDOR PARA EXERCER A FUNÇÃO DE EMITIR CARTEIRA DE TRABALHO – CTPS, SECRETÁRIO DA JUNTA DE SERVIÇO MILITAR E RESPONSÁVEL PELO DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO CIVIL E CRIMINAL DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO XINGU-MT".

O Prefeito Municipal de São José do Xingu, Estado de Mato Grosso, Sr. Vanderley Soares da Silva, no uso de suas atribuições legais em conformidade com Estatuto dos Servidores Públicos Municipal, resolve**:**

Art. 1º Designa o servidor **PABLO IAZALDI NARDON FERREIRA BARROSO,** como responsável para exercer a função da Emissão de Carteira de Trabalho- CTPS, Secretário da Junta de Serviço Militar e responsável pela Identificação Civil e Criminal do município de São José do Xingu-MT.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito

Em, 08 de março de 2019.

Vanderley Soares da Silva

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se Cumpra-se

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERCEIRO EXTRATO DO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 007/2018

TERCEIRO EXTRATO DO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 007/2018

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO XINGU – MT

CONTRATADO: LIRA & COSTA -ME

VALOR DO ADITIVO: R$ 133.551,00 (CENTO E TRINTA E TRÊS MIL QUINHENTOS E CINQUENTA E UM REAIS)

VALOR GLOBAL A OBRAS COM ADITIVO: R$ 945.361.56 (NOVECENTOS E QUARENTA E CINCO MIL TREZENTOS E SESSENTA E UM REAIS E CINQUENTA E SEIS CENTAVOS)

PRAZO DE EXECUÇÃO: 02/01/2019 ATÉ 02/04/2019

OBJETO O PRESENTE ADITIVO TEM POR OBJETIVO **ADIÇÃO DE VALOR DE 16.451%,** NO SEGUINTES VALORES:

R$ 12.972,88 (DOZE MIL NOVECENTOS E SETENTA E DOIS REAIS E OITENTA E OITO CENTAVOS) PARA ACRESCENTAR MAIS 02 (DUAS) TESOURAS, PARA QUE A ESTRUTURA NÃO CORRESSE QUALQUER TIPO DE INSTABILIDADE.

R$ 120.578,12 (CENTO E VINTE MIL QUINHENTOS E SETENTA E OITO REAIS E DOZE CENTAVO) PARA SUPRIR GASTOS PARA EXECUÇÃO CORRETA DO PROJETO, TAIS COMO BASE DA CAIXA D'AGUA, PERFIS METÁLICOS, QUE VÃO À FRENTE DO PRÉDIO, REGULARIZAÇÃO DO PISO, ENTRE OUTROS, TUDO CONFORME PLANILHA DE PREÇO E RELATÓRIO TÉCNICO DO ENGENHEIRO,

TOMADA DE PREÇO Nº 002/2018

DATA: 13/02/2019

ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 071/2019.

DECRETO Nº 071/2019.

SÃO JOSÉ DO XINGU – MT, 08 DE MARÇO DE 2019.

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DO SERVIDOR EM CARGO DE COMISSÃO.

O Prefeito Municipal de São José do Xingu, Estado de Mato Grosso, Sr. Vanderley Soares da Silvano uso de suas atribuições legais em conformidade com a Legislação em vigor, baixa o seguinte **DECRETO**:

Art. 1º Fica nomeado o Srº **WALDOMIRO BARROSO GARCIA,** no cargo em Comissão de Secretário Municipal de Educação, Cultura e Esportes para prestar serviços junto ao município de São José do Xingu – MT.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal

Em, 08 de março de 2019.

Vanderley Soares da Silva

Prefeito Municipal.

Registre-se e Publique-se Cumpra-se

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 054/2019

PORTARIA Nº 054/2019

DE 08 DE MARÇO DE 2019.

DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DE SERVIDOR EFETIVO PARA SER RESPONSAVEL JUNTO AO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO- DETRAN DO MUNICIPIO DE SÃO JOSÉ DO XINGU-MT.

O Prefeito Municipal de São José do Xingu, Estado de Mato Grosso, Sr. Vanderley Soares da Silva, no uso de suas atribuições legais em conformidade com Estatuto dos Servidores Públicos Municipal, resolve**:**

Art. 1º Designar o servidor **CLEBER ALVES DO NASCIMENTO**, servidor efetivo no cargo de Auxiliar de Administração matricula nº 9758 para ser responsável junto ao Departamento Estadual de Transito - DETRAN do município de São José do Xingu-MT.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito

Em, 08 de março de 2019.

Vanderley Soares da Silva

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se Cumpra-se

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
PRIMEIRO EXTRATO DO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 022/2018

PRIMEIRO EXTRATO DO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 022/2018

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO XINGU – MT

CONTRATADO: LIRA & COSTA -ME

VALOR GLOBAL: R$ 506.770,03 (Quinhentos e Seis Mil Setecentos e Setenta Reais e Três Centavos)

PRAZO DE EXECUÇÃO: 17/02/2019 ATÉ 17/08/2019

OBJETO O PRESENTE ADITIVO TEM POR OBJETIVO DE PRORROGAR O PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA DO CONTRATO PARA MAIS 06 (SEIS) MESES, QUE SERÃO CONTADOS A PARTIR DE **17/02/2019 ATÉ 17/08/2019**.

TOMADA DE PREÇO Nº 006/2018

DATA: 15/02/2019

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
QUINTO EXTRATO DO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 028/2016

QUINTO EXTRATO DO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 028/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO XINGU – MT

CONTRATADO: AKROID - INSTALACOES E EQUIPAMENTOS LTDA - ME

VALOR GLOBAL: R$ 1.321.136,65 (UM MILHÃO TREZENTOS E VINTE E UM MIL CENTO E TRINTA E SEIS REAIS E SESSENTA E CINCO CENTAVOS).

PRAZO DE EXECUÇÃO: 03/02/2019 ATÉ 03/08/2019

OBJETO O PRESENTE ADITIVO TEM POR OBJETIVO DE PRORROGAR O PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA DO CONTRATO PARA MAIS 06 (SEIS) MESES QUE SERÃO CONTADOS A PARTIR DE **03/02/2019 A 03/08/2019.**

TOMADA DE PREÇO Nº 002/2016

DATA: 01/02/2019

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
PRIMEIRO EXTRATO DO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 019/2018

PRIMEIRO EXTRATO DO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 019/2018

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO XINGU – MT

CONTRATADO: SEMEC – SERVIÇOS DE ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA

VALOR GLOBAL: R$ 1.804.108,66 (UM MILHÃO OITOCENTOS E QUATRO MIL CENTO E OITO REAIS E SESSENTA E SEIS CENTAVOS).

PRAZO DE EXECUÇÃO: 06/02/2019 ATÉ 06/05/2019

OBJETO O PRESENTE ADITIVO TEM POR OBJETIVO DE **PRORROGAR O PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA** DO CONTRATO PARA MAIS 03 (TRÊS) MESES, QUE SERÃO CONTADOS A PARTIR DE **06/02/2019 ATÉ 06/05/2019**, DE ACORDO COM CONTRATO ORIGINAL.

TOMADA DE PREÇO Nº 009/2018

DATA: 05/02/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 072 DE 11 DE MARÇO DE 2019

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS, Prefeito de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas no INCISO II no artigo 73 da LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO;

RESOLVE:

Artigo 1º - EXONERAR a pedido cargo de PROCURADORA GERAL DO MUNICÍPIO a servidora MIRIELE GARCIA RIBEIRO, nomeada através da PORTARIA Nº 012 DE 03 DE JANEIRO DE 2017.

Artigo 2º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário e retroagindo seus efeitos a partir de 1º de março do corrente ano.

REGISTRADA | PUBLICADA | CUMPRA-SE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

AOS 11 DE MARÇO DE 2019

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PUBLICADA POR AFIXAÇÃO NO LOCAL DE COSTUME

EXTRATO DE DISTRATO

EXTRATO DE DISTRATO DO CONTRATO DE Nº 66/2018, DISTRATANTE: Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos-MT, CNPJ sob n° 15.024.029/0001-80, **DISTRATADA**: a Empresa: **IVA –INSTITUTO VIVER E APRENDER**, inscrita no CNPJ sob n° 32.186.576/00001-81; **Objeto:** Acordo unilateral, conforme Parecer Jurídico 05/2019.

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: 3º Termo Aditivo do Contrato **nº 005/2018**; Signatários: pelo CONTRATANTE, Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos/MT e pela CONTRATADA, a Empresa: KDF ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA - ME; Objeto: Reforma do Centro Municipal de Saúde; Alteração de valor: Fica repactuado o Termo Aditivo de Acréscimo, onde a partir da presente data gera valor R$ 32.271,95.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPORÃ

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA SMS Nº002/2019, DE 11/03/2019

A Sra. Célia Niehues Sôffa, Secretária Municipal de Saúde, nomeada através do Decreto 3.343/2018, usando as atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º: Nomear a Comissão Organizadora Da 5ª Conferência Municipal De Saúde:

I - Coordenação Geral

Presidente CMS: **Rone Von Carlos de Souza Pinho**

Secretário SMS: **Célia Niehues Sôffa**

II - Secretaria Geral:

Coordenador da Secretaria Geral (Secretário executivo do CMS): **Juliani Camila dos Santos**

1º Secretário: **Vanessa Chiconi Segatti**

2º Secretário: **Thaise Guimarães Lima**

Apoio Recepção: **Maria de Fátima Vieira Rios, Expedita Rodrigues de Souza Cruz,**

Geisilene Aline Silva de Moura Alves, Natália Genelice da Silva Santana

Apoio Inscrição: **Karolinne Talita Benites, Bruna Decibio Cordeiro,**

Luciene Olímpio Torres, Elizangela dos Santos Fernandes

III - Comissão de Relatoria

Relator Geral: **Rafaeli Gonçalves Meira**

Supervisor de grupo (1 por eixo temático):

Eixo 1: **Leila Cowaski Domingos Santos**

Eixo 2: **Juliana Berton Ferreira**

Eixo 3: **Marciana Máximo Cowaski**

Eixo 4: **Michelli de Souza Cardoso**

Facilitador de grupo (1 por eixo temático):

Eixo 1: **Ana Paula Araujo Garcia**

Eixo 2: **Franciele de Souza Dantas Cardoso**

Eixo 3: **Talytta Magalhães Melgarejo Rosas**

Eixo 4: **Ana Cristina Maximiano**

Relator de grupo (1 por eixo temático):

Eixo 1: **Emanuele Tais Schneider**

Eixo 2: **Silvana Gonçalves Godinho**

Eixo 3: **Silvana Aparecida Augusto**

Eixo 4: **Tatiele Caroline da Silva Noronha**

IV - Comissão de Infraestrutura

Coordenador de Infraestrutura: **Tiago dos Santos**

Apoio Compras e Ambientação: **Jhonatan Fernandes Couto**

Apoio Transporte: **Elias Cristino De Paula**

Apoio Limpeza: **Martha Américo De Souza e Edileuza Gomes da Silva**

Apoio Alimentação: **Neide Aparecida Alves de Souza, Carla Mara De Souza,**

Silvana de Castro Souza, Verônica Pereira Versori,

Munique de Almeida Sanches Pio

Apoio Som e Imagem: **Marcos José Gomes**

V - Comissão de Comunicação

Coordenador de Comunicação: **Alessandra Aparecida de Souza**

Auxiliar de Comunicação: **José Carlos Alves De Souza e Vanderlei Candido da Silva**

VI - Comissão Eleitoral

Escrutinador: **Edson dos Reis Amaral**

Rosimeire Neves da Silva Bezerra da Silva

Raniele Eugenia Claudino Rodrigues

Artigo 2º: Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE,

PUBLICA-SE,

CUMPRA-SE.

Secretaria Municipal de Saúde, Tabaporã, Estado de Mato Grosso, aos 27/02/2019.

CÉLIA NIEHUES SOFFA

Secretária Municipal de Saúde

Prefeitura Municipal de Tabaporã/MT

DE ACORDO:

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA

SAD/DEPARTAMENTO DE PESSOAL
EXTRATO DA PORTARIA Nº 206, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2019

PORTARIA Nº 206, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2019

A Senhora Secretária Municipal de Saúde de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **DIENEFER JAQUELINE MAGALHÃES FEIX,** no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas através do Decreto nº 019, de 23 de janeiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 020, de 22 de janeiro de 2018;

Art. 1º CONCEDER à servidora **JEOVANIA MÁRCIA DE OLIVEIRA,** efetiva no cargo de **TÉCNICA EM ENFERMAGEM, admitida em 16/05/2002**, lotada na **Secretaria Municipal de Saúde**, matrícula **nº 001935,** Licença Prêmio por Assiduidade de **03 (três) meses** correspondente ao quinquênio de **16/05/2012 a 15/02/2019**, nos termos do art. 102 e 103 § 1º da Lei Complementar n° 006/1994 de 21 de junho de 1994, conforme requerimento próprio, com usufruto em **18/02/2019 a 17/05/2019.**

SIGNATÁRIOS: MARIA DAS GRAÇAS SOUTO / DIENEFER JAQUELINE MAGALHÃES FEIX

SAD/DEPARTAMENTO DE PESSOAL
EXTRATO DA PORTARIA Nº 190, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2019

PORTARIA Nº 190, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2019

O Senhor Prefeito Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **Prof. FÁBIO MARTINS JUNQUEIRA,** no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei;

CONSIDERANDO o Memorando do Departamento de Gestão de Pessoas e Processos da Secretaria Municipal de Educação e Cultura nº 051/DGPP/SEMEC/2019 de 11/02/2019 e Portaria Interna nº 008/GS/SEMEC/2019 de 11/02/2019.

Art. 1º CONCEDER a partir de 01/02/2019, a FG VI - Função Gratificada, nos termos da Lei nº 3749/2012 de 29/02/2012 e suas alterações e a Lei nº 2099/2003 de 29/12/2003, para os servidores relacionados a seguir:

Mat.	Servidor	Cargo	FG VI – Coordenadoria SEMEC
002064	**Lana Cardoso Ribeiro Lourenço**	Professor das Séries Finais	FG VI – Coordenadorias do Ensino Fundamental
103542	**Martha Rejane dos Santos Fonseca**	Professor de Educação Infantil	FG VI – Coordenadorias da Educação Infantil
104572	**Marli de Fatima da Silva Chagas**	Professor dos Anos Iniciais	FG VI – Coordenadoria de Controle Social
104580	**Odair Alves Vieira**	Professor dos Anos Iniciais	FG VI – Coordenadoria das Políticas e Programas Educacionais

004325	**Bianca Cheila Fermino Ferreira Maia**	Auxiliar de Desenvolvimento Infantil	FG VI – Coordenadoria de Compras e Licitação

GILMAR UTZIG Secretária Municipal de Educação e Cultura

SIGNATÁRIOS: **Prof. FÁBIO MARTINS JUNQUEIRA Prefeito Municipal**

SAD/DEPARTAMENTO DE PESSOAL
EXTRATO DA PORTARIA Nº 189, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2019

PORTARIA Nº 189, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2019

O Senhor Secretário Municipal de Educação e Cultura de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **GILMAR UTZIG,** no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas através do Decreto nº 019, de 23 de janeiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 020, de 22 de janeiro de 2018;

CONSIDERANDO o Memorando do Departamento de Gestão de Pessoas e Processos - Secretaria Municipal de Educação e Cultura nº 050/DGPP/SEMEC/2019 de 11/02/2019;

Art. 1º NOMEAR a partir de 01/02/2019, para o cargo de **COORDENADOR PEDAGÓGICO,** para atuar nos Centros Municipais de Ensino no Biênio 2019/2020, os servidores efetivos eleitos por meio do Processo Eleitoral Escolar de Eleição de Gestores Escolares e Coordenadores Pedagógicos e os servidores efetivos indicados pela Gestão, com jornada diária de 08 (oito) horas, perfazendo um total de 40 (quarenta) horas semanais de acordo com a Lei nº 3749/2012 de 29 de fevereiro de 2012 e suas alterações, conforme relação a seguir:

Matr.	Nome	Local	Cargo	Data Nomeação	Comissão de Cargo %	Total de Alunos no CME em Dezembro/2018
104450	Euzana de Andrade Pinheiro	CME Antenor Soares	Coordenador Pedagógico	01/02/2019	25%	880
004000	Luciene Alves dos Santos	CME Antenor Soares	Coordenador Pedagógico	01/02/2019	25%	880
104646	Abner Alcantara dos Santos	CME Ayrton Senna	Coordenador Pedagógico	01/02/2019	20%	613
103386	Aroldo Miguel Ferreira Chaves	CME Ayrton Senna	Coordenador Pedagógico	01/02/2019	20%	613
104691	Rosangela Oliveira de Farias	CME Decio Burali	Coordenador Pedagógico	01/02/2019	20%	613
104662	Cícera Cecília Alves dos Santos	CME Decio Burali	Coordenador Pedagógico	01/02/2019	20%	613
002756	Conceição Aparecida do Carmo Rodrigues	CME Dom Bosco	Coordenador Pedagógico	01/02/2019	25%	758
103990	Marilene Rosa de Oliveira da Silva	CME Dona Mariquinha Tavares	Coordenador Pedagógico	01/02/2019	15%	339
103323	Weila Fernanda Fonseca dos Reis Souza	CME Fausto Eugenio Masson	Coordenador Pedagógico	01/02/2019	25%	727
103291	Maria de Lourdes Mendes Carvalho	CME Futuro Brilhante	Coordenador Pedagógico	01/02/2019	15%	266
001455	Dinamar Lemos da Silva Duarte	CME Gentila Susin Muraro	Coordenador Pedagógico	01/02/2019	25%	710
104577	Maria de Fátima da Silva Tavares	CME Gentila Susin Muraro	Coordenador Pedagógico	01/02/2019	25%	710
104648	Vera Regina da Silva	CME Gentila Susin Muraro	Coordenador Pedagógico	01/02/2019	25%	710
003986	Adelucy Aparecida Santos Silva	CME Irmã Mari Stella	Coordenador Pedagógico	01/02/2019	15%	304
103322	Nara Rosane Nunes kist	CME Joana Dárc	Coordenador Pedagógico	01/02/2019	25%	978
103345	Joceuda Gislaine Ferreira	CME Joana Dárc	Coordenador Pedagógico	01/02/2019	25%	978
103289	Evanilza Ramos	CME Joana Dárc	Coordenador Pedagógico	01/02/2019	25%	978
002388	Silvia Maria Ribeiro de Souza Brito	CME José Nodari	Coordenador Pedagógico	01/02/2019	25%	1105
104583	Izabel Rodrigues	CME Maria Arlene Neves	Coordenador Pedagógico	01/02/2019	15%	220
103336	Walderlene Gonçalves Santos	CME Tania Arantes Junqueira	Coordenador Pedagógico	01/02/2019	20%	388
103296	Sirlei Mendonça Garcez	CME Tania Arantes Junqueira	Coordenador Pedagógico	01/02/2019	20%	388
104668	Edilma Beserra da Silva Costa	CME Tia Lina	Coordenador Pedagógico	01/02/2019	20%	309

SIGNATÁRIOS: **GILMAR UTZIG Secretária Municipal de Educação e Cultura**

Prof. FÁBIO MARTINS JUNQUEIRA Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL COMPLEMENTAR N.º 004/2019 EDITAL DE COMPLEMENTAR AO EDITAL N.º 003/2018 – TANGARÁ DA SERRA, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2018

CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS PARA PROVIMENTO EFETIVO DE CARGOS DO QUADRO PERMANENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA

EDITAL COMPLEMENTAR N.º 004/2019

EDITAL DE COMPLEMENTAR AO EDITAL N.º 003/2018 – TANGARÁ DA SERRA, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2018

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA, no uso de suas atribuições legais e considerando os termos do Edital Nº 003/2018 – TANGARÁ DA SERRA, de 18 de dezembro de 2018, torna pública a relação definitiva de candidatos inscritos, de acordo com o Anexo deste Edital.

Tangará da Serra/MT, 11 de março de 2019.

FÁBIO MARTINS JUNQUEIRA MARIA DAS GRAÇAS SOUTO

Prefeito Municipal Secretária Municipal de Administração

ANEXO AO EDITAL COMPLEMENTAR N.º 004/2019

EDITAL DE COMPLEMENTAÇÃO DO EDITAL N.º 003/2018 – TANGARÁ DA SERRA, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2018

RELAÇÃO DEFINITIVA DE CANDIDATOS INSCRITOS

PROT	NOME	DOC. IDENTIDADE	CARGO	TIPO DE VAGA	SITUAÇÃO
300268	ADAO LUIS ARRUDA BASTOS	17939410-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300453	ADENILSON DE DEUS CORREIA	25219057-SEJSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300257	ADILSON DAMIÃO DA SILVA CRUZ	958104-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300558	ADONIAS BATISTA DA SILVA	13769200-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300380	ADRIANA SILVA SIQUEIRA	18360424-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300010	ADRIANA STEFANI TRINDADE	22783075-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	DEFERIDA
300425	ADRIELI GARCIA DE OLIVEIRA LOPES	1889525-5-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	DEFERIDA
300108	ÁDYLLA FERNANDES DE SOUZA	28420365-SESP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300069	ALEX ROBERTO PADOVANI	35075293X-SSP/SP	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	DEFERIDA
300506	ALEXANDRE HEINRICH WIENBECK	76736014-SSP/PR	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300415	ALEXANDRE HERRERA DE OLIVEIRA	16342160-SJSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	DEFERIDA
300312	ALEXSANDRA CAVALCANTE BRAUN	26169100-ESTADO MATO GROSSO/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300606	ALEXSANDRO RODRIGUES VILELA	18845215-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	DEFERIDA
300211	ALINE CHAIENNE ROSA NEVES	21470413-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300254	ALINE MARQUES PALMEIRA	2209603-5-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	DEFERIDA
300368	ALINE MILANSKI DE OLIVEIRA	96670982-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300443	ALINE NATALE	20767196-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300384	ALINE RAMOS SANTANA	2188198-7-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300092	ALISSON CESAR DE CARVALHO	23861347-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	DEFERIDA
300110	ALLANA INGRID LIMA SILVA	2427677-4-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300589	ALLFRED DETTMER OLIVEIRA	15970450-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	DEFERIDA
300422	ÁLLIRSON OLIVEIRA FORTES PEREIRA	25275-OAB/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	DEFERIDA
300421	ALUMARA DINS TEIXEIRA	23648350-SSPMT/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300225	ALYNE BOMFIM	99001200550-SSP/AL	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300243	AMANDA GADELHA LEMPP	16094107-SESP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	DEFERIDA
300220	AMANDA MAFRA DE LIMA	256284829-DETRAN/RJ	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300038	AMANDA PEGORARO MOREIRA DA SILVA	27101398-MT/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300313	AMANDA SOUSA DIAS	21947554-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300303	ANA CLARA DIAS NANI'	1585051-0-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	DEFERIDA
300397	ANA CLAUDIA MACCARI	201266646-SSP /MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300308	ANA FLAVIA VIEIRA BARBOSA	22347/A-OAB/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300344	ANA GABRIELA NOBRES TEIXEIRA DA SILVA	2387538-0-SESP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	DEFERIDA
300119	ANA LUIZE DE AZEVEDO SANTULLO	2689560-SSP/DF	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	DEFERIDA
300079	ANA PAULA BECHELENI FERREIRA	15612538-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300249	ANA PAULA DALMÁS RODRIGUES	18461158-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	DEFERIDA
300487	ANA PAULA FALEIRO MARTINS	19404573-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	DEFERIDA

300550	ANA PAULA FERNANDES DOS SANTOS	16462009-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300470	ANA PAULA TAKAYAMA CLAUDINO PREVIATTO	400998105-SSP/SP	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300230	ANDERSON DOS SANTOS ARRUDA	2319671-8-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300231	ANDERSON DOS SANTOS ARRUDA	2319671-8-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300026	ANDERSON ROELLA DE OLIVEIRA	862596-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300386	ANDRE CHAVES MACEDO	19791330-SSP/MT/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	DEFERIDA
300404	ANDRÉ FERREIRA DA SILVA	15413586-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	DEFERIDA
300538	ANDRÉ LUIS PINHEIRO BARCELOS	00053901726-CNH/RJ	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300395	ANDRÉ LUIS RUFINO	17426804-SJSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	DEFERIDA
300508	ANDRE LUIZ FERREIRA DE CAMPOS	12399515-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO - PCD	RESERVADA A PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	DEFERIDA
300365	ANDRÉ LUIZ GUERO	13256564-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300504	ANDRY HÉVERSON VEZETIV DA SILVA	195912-4-POLITEC/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	DEFERIDA
300295	ANI CAROLINE NUNES DUTRA	23160489-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300117	ANNA GABRIELA NEVES BARROS	2565455-1-SEJUSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300130	ANTONIA MARLI MOREIRA DE CARVALHO	22.55.39-9-SSPMT/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300486	ANTONIO CARLOS DA SILVA	18768407-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	DEFERIDA
300083	ANTONIO CARLOS GIMENEZ	500-SJ /MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300253	ANTONIO CARLOS RUFINO DE SOUZA	13137026-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	DEFERIDA
300266	ANTONIO MARCOS GOMES	08538913-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300002	ANTONIO VANDERLUCIO DO CARMO	99029142260-SSP/CE	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300599	ANTONY YURI BAYERL SILVANO	1039556-SESDEC/RO	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	DEFERIDA
300419	ARIANA MARTINS DA SILVA	475391755-SP/SP	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300023	ARIANA SOUZA VIEIRA	2286905-0-ESATDO DE MATO GROSSO /MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300482	ARTHUR HENRIQUE MOREIRA BARBOSA ABREU	18205607-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	DEFERIDA
300076	ARTIDIANA APARECIDA BETONI SILVA	20081103-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	DEFERIDA
300258	ATHOS LUIZ FERREIRA ORTOLAN	20847939-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300357	ÁTILA DA SILVA LIMA	15804224-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300057	AUGUSTO CEZAR MENDES LIMA	13506820-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300517	BENEDITO FERREIRA DE ALMEIDA SOMA	1173397-7-SESP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300460	BENEDITO JOSÉ DE CARVALHO ANALGISA LIMA PEREIRA CARVALHO	731801-SSPTO/TO	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300392	BERNARDO BRAVO GOES	107544264-DETRAN/RJ	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300483	BIANARA PRAUSE MINUSCULI SPINELLI	21343411-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300219	BIANCA ARAUJO MONTEIRO	2305903-6-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	DEFERIDA
300364	BIANCA COSTA BENTO	2423749-3-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	DEFERIDA
300341	BIANCA DE OLIVEIRA	24249556-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300302	BIANCA DO PRADO PINTO	20449879-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300301	BIANCA PRADO	20449879-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300462	BRENDHA THATYLA NOGUEIRA RODRIGUES VIEIRA	30156289-SESP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300192	BRIGITE PERIRA DE ALMEIDA	09595180-SESP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300445	BRUNA CAROLINE SOUZA RODRIGUES	16162200-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300475	BRUNA GONZAGA DE FREITAS	1700335-0-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300055	BRUNA LARISSA NEVES	20246579-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300294	BRUNA LUIZA ROGALSKI	20241232-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA

300203	BRUNA MOREIRA BOTELHO	24774898-SEJUSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300420	BRUNA ZERI DE OLIVEIRA	23041765-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	DEFERIDA
300430	BRUNO CESAR SAMPAIO RIBEIRO DE ASSIS	26302217-SEJUSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300287	BRUNO FERNANDO SANTOS KASPER	62233869-SSP/PR	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300305	BRUNO OLIVEIRA SANTANA	19861290-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300035	BRUNO SILVEIRA DE FARIA	10430586-SSP/MG	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	DEFERIDA
300333	BRUNO VINICIUS SANTOS	1781394-8-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	DEFERIDA
300326	BRUNO WILLYS NASCIMENTO DE SOUSA	24079707-SEJSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	DEFERIDA
300075	CAIO GARCIA DA SILVEIRA	2092807-6-SEJSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	DEFERIDA
300200	CAMILA DE SOUZA PEREIRA	2651969-0- ESTADO DE MATO GROSSO/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300039	CAMILA GOULART PAGANOTTE	25458647-SSPMT/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300164	CAMILLA MARIA MARQUES NASCIMENTO	2703971-4-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300181	CARLA CAROLINY LOPES PINTO	7631541-PC-PA/PA	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300458	CARLA CRISLAYNE DAMACENA VIEIRA	27021335-SSP MT/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300351	CARLA FRANCENER CARGNELUTTI	000713983-SEJSP/MS	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	DEFERIDA
300191	CARLLY EICH ALVES	22219919-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	DEFERIDA
300562	CARLOS AUGUSTO HECKLER	9080004824-SSP/RS	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	DEFERIDA
300178	CARLOS EDUARDO RODRIGUES LOPES	15577546-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300175	CARLOS JOSE DE CAMPOS	20357141-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300490	CAROLINA GUDIM SUCHI	31149375-POLITEC/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	DEFERIDA
300400	CAROLINE FERNANDA DUTRA	2144860-4-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	DEFERIDA
300441	CAROLINE MARTINS SORROCHE	25513990-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300566	CÁSSIA MATOS AMARAL	1342067622-SSP/BA	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	DEFERIDA
300480	CASSIANO D'CRISTIAN DA SILVA JULIANI	1842782-0-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300146	CASSIUS KLEY WIEDERKEHR	14437988-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300147	CASSIUS KLEY WIEDERKEHR	14437988-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300157	CASSIUS KLEY WIEDERKEHR	14437988-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300281	CHRISTIAN JORGE PAES DE BARROS SILVA	22830189-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300548	CLAUDETE LESSI CALDERARI	09329595-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300034	CLÁUDIA ALINE DA MOTA FUZARI	1153941-SSDC/RO	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300170	CLAUDIA GELLY GUAZINA DE SIQUEIRA	22578027-PCMG/MG	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300446	CLAUDIA SOARES GESSO	27929396-SESPII/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300607	CLEMILSON SOARES DE AGUIAR	1181924-SSP/RO	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300223	CLEONICE RIBEIRO DOS SANTOS	19061382-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300563	CLEUCIELE BREIER	18825737-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300433	CRESLAINE MACIEL PEGO	21590737-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	DEFERIDA
300122	CRISLAINE BALDO	20070462-SSP/MT/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300014	CRISLAYNE SANTOS SILVA	23081171-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300596	CRISTIANE DE ALMEIDA COUTINHO	797184-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	DEFERIDA
300228	CRISTIANI FERNANDES	14353741-SSP/PB	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	DEFERIDA
300622	CRISTINA L P DIAS	428309-SSP/RO	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	DEFERIDA
300182	DAIANE EVELYN CAMILO CAMPOS	14164620-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300385	DAMARIS CRISTINA DE LIMA FARIA	19404794-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA

300060	DAMIAO ORLANDO DE OLIVEIRA LOTT	12849162-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300012	DANIEL FELIPE TORRES TABORDA	18653952-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300013	DANIEL FELIPE TORRES TABORDA	18653952-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300369	DANIELLE CAMPOS DE JESUS	48788-OAB/GO	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300346	DANIELLE DOS SANTOS CRUZ	14808145-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300354	DANIELLE LOURDES VANNI LAGE FRANCA	0966283-9-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300413	DANILO BAUDSON FELIX	18330681-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	DEFERIDA
300382	DANYLA AUGUSTA NUNES HENRIQUE	17369738-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	DEFERIDA
300587	DÉBORA CAROLINE RAUBER	12271241-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300572	DEBORA DA COSTA CRUZ	0168549420017-SSP/MA	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	DEFERIDA
300286	DEBORA DA CRUZ LIMA	78199962-SSP /PR	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300461	DEBORA MARQUES FERREIRA	17249805-SSP/MT/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300008	DEBORA VAZ DE MELO SA	13671715-SSP/MG	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300525	DÉCIO RODRIGO FRARE	1188239-5-SESP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	DEFERIDA
300280	DENISE GERVASIO DE ALMEIDA	1637880-6-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300124	DENNER FRANCIS DE FREITAS	10991738-SSP/MG	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300242	DEYVER ALMEIDA DOS ANJOS	19725574-SESP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	DEFERIDA
300495	DHIEGO GARCEZ LEITE	1818692-0-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	DEFERIDA
300334	DHORDINES EDUARDO SZUPKA BORBA	1310600-SSP/RO	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300361	DIEGO ETHAN NUNES OLIVEIRA	22866914 -SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300120	DIEGO RIGONI SOUZA	26543273-SEJEP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300088	DIEGO SILVA	14385210-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	DEFERIDA
300084	DIENE FIALHO CÂNDIDO	21527644-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300585	DIOB HUDSON DA SILVA LIMA	4640651-SSP/PA	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300240	DIONEY SILVA DE ALMEIDA	17856698-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300576	DIVINO OLIVEIRA	18600719-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300577	DIVINO OLIVEIRA	18600719-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300296	DJENANE NODARI	08294445-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300051	DOUGLAS ALENCAR BATISTA FERREIRA	19774974-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300459	DOUGLAS HENRIQUE DOS SANTOS SILVA	16702662-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	DEFERIDA
300414	DYEINI MAIARA FERNANDES ROJAS BORGES	20772750-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300496	EDINALDO ORTIZ DOS SANTOS	13980041-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	DEFERIDA
300273	EDIPSON DE SOUZA CAMPOS	0736553-5-SEJSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300158	EDIVANA PEREIRA DOS SANTOS	13153528-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	DEFERIDA
300098	EDSON VIEIRA GOMES	1261861-6-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300615	EDUARDO BARBOZA GOMES DA SILVA	1745683-5-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300129	EDUARDO PEREIRA DE CARVALHO JUNIOR	21118949-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300033	EDUARDO SOARES DE MORAES	883.560-PM/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300250	EDVANIA SOUZA SILVA	20624719-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300160	ELIANA MARIA DE AGUIAR	21397856-SEJUSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300600	ELIANE DA SILVA SANTOS	822513-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300101	ELIANE SOUZA CAMPOS	1922234-3-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300322	ELIAS ROCHA DE ARAUJO	07775369-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA

300536	ELPIDIO JOSÉ DO CARMO NETO	569079-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300426	ELTON DA SILVA	1778317-8-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	DEFERIDA
300276	EMANOEL PEDRO BORROMEU DA SILVA	14804140-SSP MT/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300375	EMERSON MONTEIRO TAVARES	2180174-6-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	DEFERIDA
300022	EMILLY FARIAS LEMOS ROSA	20014638-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300623	EMILY LAUANA SANTOS MOREIRA	06030316176-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300418	ÉRICA FERNANDA MIRANDA DA SILVA	22510613-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300330	ERICA REGINA DE JESUS ALCOFORADO	16334604-SJSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	DEFERIDA
300009	ERIS ALVES PONDE	16811771-SJSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	DEFERIDA
300290	ESTELLA ROBERTA APARECIDA DE OLIVEIRA FERRARI	19758561-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300202	ESTER ARAÚJO PINTO	1285090-SS/RO	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	DEFERIDA
300102	EULIENE ROSA TORRES DA SILVA	9009211-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	DEFERIDA
300399	EUNICE ELISIA SILVA OLIVEIRA	1806.2997-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	DEFERIDA
300537	EUNICE FOLADOR VALERIO	29208866-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	DEFERIDA
300222	EVA CAMILA DA SILVA	20721447-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300503	EVA TEREZA LIMA DOS SANTOS MARTINS	22288970-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	DEFERIDA
300093	EVA WILMA HERCULANO DA SILVA	5344199-SDS/PE	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300465	EVERTON CAMPOS DE QUEIROZ	723342-SSP/RO	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	DEFERIDA
300358	EZEQUIEL SERAFIM DA PAIXAO	2067074-5-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300109	FABIANA NOGUEIRA MOREIRA	2481368-0-SSP/MT/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	DEFERIDA
300614	FABIANA OLIVEIRA DA SILVA	14782634-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300610	FABIO HENRIQUE DOS SANTOS ALVARES	21056200-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300467	FABRICIA NICOLE MOURA RIBEIRO DE SOUZA	18250114-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300410	FABRICIO SILVA DE SOUZA	MG14931830-SSP/MG	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	DEFERIDA
300186	FELIPE ARTHUR SANTOS ALVES	12502898-SJSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	DEFERIDA
300474	FELIPE DOUGLAS SANTOS LUCAS	18397069-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	DEFERIDA
300352	FELIPE NÉRI DE ARRUDA	18625681-SSP/MT/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300598	FELIPE PELEGRINI	18292950-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	DEFERIDA
300096	FERNANDA CRISTINA BOLIS	50678108-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300613	FERNANDA DA SILVA CUNHA	17670420-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300594	FERNANDA JACOVOZZI	58096156-SESP/PR	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300617	FERNANDA KATHLEEN DE OLIVEIRA VICENTE	1291358-SSP/RO	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300180	FERNANDA LEAL BARBOSA	211568175-DETRAN/RJ	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300319	FERNANDO RODRIGUES BAENA CASTILLO	13229745-SSPMT/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300077	FLAVIA FERNANDA SILVA DE MELO	21818142-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	DEFERIDA
300539	FRANCIANE CARDOSO COSTA LEITE	15027619-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300398	FRANCIELE FRANÇA MIRON	13422545-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300431	FRANCIELLE DA SILVA FRANÇA	13614690-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	DEFERIDA
300031	FRANCIELLE GOMES BACHEGA MACHADO	1512806-7-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300436	FRANCINE AUZANI STALLBAUM	17916682-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	DEFERIDA
300201	FRANCINI CORREA DA SILVA	20855028-SSPMT/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300115	GABRIEL HILQUIAS FERNANDES GOMES	022-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300279	GABRIEL MARTINS SALVADOR DE CARVALHO	22657770-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	DEFERIDA

300468	GABRIEL SILVA SOUZA	2066025-1-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	DEFERIDA
300099	GABRIELA BARBOSA CEBALHO	24422959-SUJUSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	DEFERIDA
300407	GABRIELA DOS SANTOS BERTOLINI	7102916595-SSP/RS	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300515	GABRIELLE FERREIRA LOURENÇO	29113083-JEQUIÁ DA PRAIA/AL	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300519	GABRIELLE MARTINELLI RODRIGUES	22745076-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	DEFERIDA
300494	GEAN CARLOS DOS ANJOS MACHADO	1153270-0-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	DEFERIDA
300131	GEFFERSON ALMEIDA DE SA	15052990-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300416	GEISSI ELLEM TEIXEIRA PETRUNILIO	2177789-6-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	DEFERIDA
300126	GEONILSON CAMARGO DOS SANTOS	1141777-SESDEC/RO	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300018	GEOVANA MOREIRA DOS SANTOS	2504444-3-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300595	GEOVANI LUIZ MUNARI LOTHAMMER	24537306-SEJUSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	DEFERIDA
300288	GIAN CARLOS FRANCHINI DO AMARAL	24244279-SSP/MT/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	DEFERIDA
300514	GISELA APARECIDA DORADO	735353-SESP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300067	GISELA TROJAN REPISO	2021709100-SSPRS/RS	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300074	GISELE LEITE TEIXEIRA	26.164.100-1-SSP/SP	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300471	GISELLE BELAS DE OLIVEIRA VIEIRA	1156277825-SSP/BA	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	DEFERIDA
300401	GISLAYNE APARECIDA CURADO	21331758-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO - PCD	RESERVADA A PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	DEFERIDA
300491	GIULIA WILLCOX DE SOUZA RANCAÑO ROSA	116610452-DETRAN/RJ	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300255	GIULLIAN BATISTA CLAUDINO	1638956-5-SJSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	DEFERIDA
300556	GIZELY PATRICIA NUNES MENDES	11256150-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300003	GLADSTONE AVELINO BRITTO	2373346-SSP/MG	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300297	GLÁUCIO ARAÚJO DE SOUZA	11758448-SSP/MG	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300298	GLÁUCIO ARAÚJO DE SOUZA	11758448-SSP/MG	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300567	GRACE ALVES SILVA	16449843-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300568	GRACE ALVES SILVA	16449843-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	DEFERIDA
300073	GRACINHA EVA DE ALMEIDA	14047853-SSP/MT/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300478	GUILHERME HENRIQUE DIAS BRAGA	14406678-PCMG/MG	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	DEFERIDA
300086	GUILHERME MARÇAL DA SILVA	26444739-SSP/MT/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	DEFERIDA
300464	GUILHERME PAULA CÂNDIDO	1204992-SESDC/RO	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300265	GUILHERMES ANDRADE DOS ANJOS	626626-SSP/TO	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300137	GUSTAVO HENRIQUE ZOCH LEITE	17177260-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300428	HECTOR ANTONIO DE ROSSI BOCALÃO	2338864-1-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300476	HELIDA CRISTINA FERNANDES DE JESUS NEVES	16188748-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	DEFERIDA
300050	HELITON LUIZ DE OLIVEIRA	728153-6-SSP/MT/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	DEFERIDA
300070	HENRIQUE PESTANA DE SOUSA	13419617-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300064	HERICA CRISTINA PEREIRA	17889774-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300349	HIAGNA MORGANA MAGALHÃES VIEIRA	19973-OAB/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300262	HORTENSIA MALAQUIAS ASSUMPÇAO DE FARIAS	16394526-SJSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	DEFERIDA
300209	HUDSON ORMOND DE OLIVEIRA	1548673-7-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300549	HUMBERTO MORAIS GOMES	1252345-3-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	DEFERIDA
300328	IASMIN CAROLINA BISPO CUNHA	22969250-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	DEFERIDA
300601	IGOR DE MENDONÇA LOUREIRO	884170-SEJUSP/MS	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	DEFERIDA
300021	ILDA RODRIGUES DA SILVA FRANKE	563198-SSP/MT/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	DEFERIDA

300393	ILEONILSON RODRIGUES	11031760-SJ/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300394	ILEONILSON RODRIGUES	11031760-SJ/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300339	ILIETE YUNG	12286478-SJ/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300611	ISABELA MARQUES DE AQUINO	1866836-4-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	DEFERIDA
300447	ISABELA TUMELERO ROSA DE MOURA	20725264-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300105	ISABELLA CAROLINE BENITES FRANCISCO	15528405-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300116	ISABELLA CÍCERO DE SÁ DAVANTEL PIO	1287193-1-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300048	ISABELLA FERNANDA DE OLIVEIRA SANTOS	18462960-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300488	ISADORA ALBERTINI FERREIRA	20514875-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300149	ISADORA DOS SANTOS FARIA AMORIM	49706439X-SSP/SP	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	DEFERIDA
300516	ISADORA OLIVEIRA GARCIA	2191814-4-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	DEFERIDA
300208	IVANEI FERREIRA COUTINHO	3064415-1-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300106	IVANEIDE ALVES DE BRITO SANTOS	1190679-SDS/AL	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300148	IVANETE JOSIANE HOFMANN	1880930-8-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300336	IVONILZA MORAIS DE CARVALHO SOARES	19444168-SEJSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	DEFERIDA
300388	IZABELLE EPIFANIO	16932005-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300244	JACQUELINE OLIVEIRA DA SILVA	24794112-SEJP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	DEFERIDA
300006	JAILSON VALENTIM MENEZES	6902119-SDS/PE	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300528	JAIR KAUFFMAN	02749475-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	DEFERIDA
300141	JAKCIANE PEGO DE OLIVEIRA	2493107-1-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300081	JANAINA RAQUEL PEDROSA MIRANDA	14909430-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300135	JANAÍNA TEIXEIRA DE LIMA	022-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300356	JANETE LOPES FLOR	10491061-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300113	JAQUELINE COELHA DE OLIVEIRA	20354347-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300367	JAQUELINE CORRÊA DA SILVA	1727352-8-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	DEFERIDA
300151	JAQUELINE MARIANO DE MENEZES	25260219-22/09/2010/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300269	JAQUELINE MIRANDA MORAES DE FARIAS	15942180-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	DEFERIDA
300593	JAQUELINE STEFANE EMERIQUE DA SILVA	26014572-SEJSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	DEFERIDA
300189	JEANCARLO CRUVINEL DAL PAI SANDRI	14212218-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300104	JEFERSON LEANDRO FULONI CARVALHO	17081/B-OAB/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300521	JEFFERSON LOPES SANT ANA	28964969-SSP/MT/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300412	JENNYFFER FIDELIS CARDOSO	15736105-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	DEFERIDA
300340	JERONIMO DE OLIVEIRA FILÓ	18670598-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300097	JÉSSICA ANTONIA DAUFEMBACH MACIEL	15804640-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	DEFERIDA
300127	JÉSSICA DA SILVA JESUS	23653558-SSPMT/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300172	JÉSSICA RODRIGUES DE SOUZA	24073644-SEJSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300173	JÉSSICA RODRIGUES DE SOUZA	24073644-SEJSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300437	JÉSSIKA SHEYENNE FLORIANO CARDOSO	2159614-0-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	DEFERIDA
300196	JHENIFFER KETALYN RODRIGUES CARVALHO	22414681-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300100	JHOANE MARRARA RODRIGUES DA SILVA	18735614-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300463	JHONATAN WILLAM DUARTE FERREIRA	24619248-SESP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300040	JHONE FERREIRA ALVES	837365-SSP/RO	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	DEFERIDA
300179	JHULIAN AUGUSTA DIAS DA SILVA	26055995-MT/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA

300154	JISELI DE SOUZA BARBOSA	2458710-9-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300188	JOÃO VITOR DO PRADO DE SOUZA PORTO	27702693-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300492	JOAQUIM DE OLIVEIRA JUNIOR	15986314-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300618	JOAS DOS SANTOS NASCIMENTO	25847279-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300278	JOILSON RUAS DO NASCIMENTO	10280812-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300142	JONATHA CRISTIAN SANTOS SILVA	17420679-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	DEFERIDA
300235	JORDAN EMANOEL FERREIRA DA PAIXÃO	25165615-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300551	JOSÉ AUGUSTO ALEXANDRIA ALVES	19418345-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300325	JOSÉ CARLOS MIRANDA DE ANDRADE	700710-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300603	JOSÉ DE DEUS LIMA	306248-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300378	JOSÉ EDUARDO REZENDE DE OLIVEIRA	21076022-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300619	JOSE RICARDO SIQUEIRA MOUZINHO	14008360-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300205	JOSÉ RONALDO PEREIRA DE JESUS	13522280-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300306	JOSIRENE CANDIDO LONDERO	9007304554-SSP/RS	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300557	JOSIVALDO RIBEIRO DA COSTA	12459623-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300524	JOVANA ALBUES DA SILVA	22736000-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300128	JOVANINA MESSIAS PEREIRA	13873482-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300582	JOYCE ROMERA ALBERTONI	183947-6-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300583	JOYCE ROMERA ALBERTONI	183947-6-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300621	JUCIANE BARBOZA DOS SANTOS	001334064-SSP/MS	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	DEFERIDA
300555	JUCILENE LIRA CEBALHO	16829719-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	DEFERIDA
300143	JUCINEI PEREIRA DA SILVA	12019785-SSPMT/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300440	JÚLIA DE PAULA VITORINO	18441793-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300046	JULIANA BERTOLDO MULETA	1891599-0-POLITEC/MT/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	DEFERIDA
300405	JULIANA DE FÁTIMA LANI	18541046-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	DEFERIDA
300455	JULIANA ROSE ISHIKAWA DA SILVA CAMPOS	1841818-0-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	DEFERIDA
300573	JULIANA TEIXEIRA DOS SANTOS SELETE	100911434-SPP/PR	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300264	JULIANA ZAN ROTILI	17405351-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	DEFERIDA
300569	JULIANE CAROLINE PANNEBECKER	126280459-SSP/PR	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300624	JULIANE MENEZES SOUZA	22881425-SECRETARIA DE SEGURANÇA /MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300311	JUNIOR CREVERSON ALVES DOS SANTOS	1884215-1-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300448	JUNIOR LUIS DA SILVA CRUZ	18751792-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300533	KALINE MARIA DOS SANTOS	65984676555-SSP/AL	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300166	KAMILA REZENDE DOS SANTOS PAZINI	24269913-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300345	KARINA APARECIDA DE OLIVEIRA SANTOS	001953083-SSP/MS	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300132	KARINA KALITA RODRIGUES BORGES DE MELO	24054372-SEJSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300602	KARINA MESSIAS BARROS DE SOUZA	20332157-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300001	KARINE DOS SANTOS BOTELHO	25059904-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300529	KARINE NEPOMUCENO DOS ANJOS	1097787-SSP/RO	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300085	KARINNY MOURA GADELHA	10282491-SSP/AC	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	DEFERIDA
300125	KAROLINE APARECIDA ROBATINI GOULART	24290548-022/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300544	KAROLINE DAIARA PEDROSO	2083163-3-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300342	KAROLYNE DE PAULA SANTOS	21673373-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA

300574	KATIA GORETT DE SOUZA GOULART	1010182-9-SEJSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	DEFERIDA
300221	KAUÂNE STEFANIE BARBOSA RODRIGUES	25202340-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300176	KAWANNE KATHERYNNE CARLOS FERREIRA PAGANOTTO	1060015-SSP/RO	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	DEFERIDA
300337	KELLEN LETICIA BEZAGIO MENDIETA	9434178-SSP/MT/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300232	KELLY ROBERTA COSTA NUNES	21962693-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300366	KELSON GIORDANI MIRANDA DA SILVA	14265796-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300473	KELVIN AGUIAR DE AMORIM RONDON	18255582-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	DEFERIDA
300479	KÉLVIN WESLER SANTANA BAUER	1874337-4-SESP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300206	KELY ALINE APARECIDA FAUSTINO NASCIMENTO	23037831-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO - PCD	RESERVADA A PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	INDEFERIDA
300350	KEROLAYNE LORRAYNE CASTALDELI GUALBERTO	22363491-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300019	KÉSSILA RODRIGUES LOPES	18565980-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300532	KETULA KAIANARA SANTOS CARVALHO	2842118-3-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300457	KHRISTIANO DONINI BARBOSA	09814957-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	DEFERIDA
300282	KIMBELLI KEISY CAVALCANTI EUFRÁSIO	0941574444-MEX/MS	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300123	KRISTIAN DE OLIVEIRA CALDEIRA DA SILVA	001540287-SSP/MS	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300329	LAIS MATTIONI NEVES	23052830-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300247	LAIS MIRANDA LIMA	18127720-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300193	LAÍZY NASCIMENTOSANTOS	26688859-SSPMT/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300546	LARISSA CRISTINE VARANDA VENTRESQUI GUEDES	05404851-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	DEFERIDA
300616	LARISSA DOS SANTOS SILVA	2180997-6-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	DEFERIDA
300037	LARISSA EVELYN MORAES DE OLIVEIRA	20188633-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300056	LARISSA MITER SIMON	20923350-SSP/MT/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300511	LARISSA REGINA ALMEIDA	13886924-SSPMT/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300327	LAURA BEATRIZ OLIVEIRA COELHO	20457812-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300204	LAURA JESSICA PEREIRA ROMA	21527423-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300554	LAUREN JULIE LIRIA FERNANDES TEIXEIRA ALVES	20498705-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300424	LEANDRO BORGES FREITAS	1432533-0-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	DEFERIDA
300444	LEANDRO GÓES DOS SANTOS	755 785-SSP /MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300578	LEDIJANE ZANDONADI	01839514922-DETRAN/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300579	LEDIJANE ZANDONADI	01839514922-DETRAN/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	DEFERIDA
300409	LEIDE DAIANE NOGUEIRA SANTOS	1073131-SSP/RO	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	DEFERIDA
300139	LEILA DE JESUS OLIVEIRA	1601924-5-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	DEFERIDA
300605	LEILIANE SOARES DE OLIVEIRA	904445-SSP/RO	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	DEFERIDA
300499	LEONARDO AZEVEDO SARTURI	1063527798-SJS-RS/RS	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300118	LEONARDO BORRALHO ESTEVENS CAMES	15627950-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300552	LEONARDO FERNANDES MACIEL ESTEVES	23238488-5-SSP/SP	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	DEFERIDA
300584	LEONARDO JOSE DE AQUINO	9255-OAB/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300612	LEONARDO LEANDRO FIGUEIRÓ	14035-OAB/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	DEFERIDA
300095	LEONARDO MASSI DA SILVA	2200356-8-SSP/MT/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300071	LEONICE ANDRADE SILVA	12271365-SJ/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300150	LEONICE CAMPOS SOUZA	17689759-POLITEC/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300152	LEONICE CAMPOS SOUZA	17689759-POLITEC/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300153	LEONICE CAMPOS SOUZA	17689759-POLITEC/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA

300387	LEONICE CAMPOS SOUZA	17689759-POLITEC/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300442	LEOPOLDO DUARTE BARBOSA	1436520-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300588	LETICIA CARVALHO PETERLINI	22058397-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300454	LETICIA LANCELOTTI FAVERO	25169157-SEJUSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300374	LETICIA RIBEIRO ALVES	27052117-SSPMT/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300484	LETICIA SILVA GONÇALVES	17142458-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300212	LILIAN VIEIRA DA SILVA	19272979-SSP/MT/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300535	LISANDRA AGUERA CAPEL CALONEGO	127473919-SSP/PR	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	DEFERIDA
300513	LISANDRA AZEVEDO SARTURI	4063528204-SJS/RS	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300523	LISANDRA PRATES MANSOR	18315097-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	DEFERIDA
300309	LOUISE EWERT DE ALMEIDA E RIBEIRO	18051243-SSP/MT/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300300	LUAN DE MORAES WIECZOREK	23308427-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300030	LUAN VANZETTO	1103538631-SJS/RS	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	DEFERIDA
300526	LUANA ANDRESSA DA SILVA NUNES	2682553-8-SEJSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300527	LUANA ANDRESSA DA SILVA NUNES	2682553-8-SEJSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300267	LUANA BRIEDES SCHMOLLER	102444710-SSP/PR	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300355	LUCAS CÉSAR PAES DE BARROS HARD-MAN	450862586-SSPSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	DEFERIDA
300094	LUCAS COLDEBELLA	2478682-9-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	DEFERIDA
300089	LUCÉLIA APARECIDA DE SOUZA LEMOS	2439956-6-SEJSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300592	LUCIANA PALÁCIO PILATTI	1013431-0-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	DEFERIDA
300144	LUCIENE GONÇALVES MONÇÃO	15392503-SESP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300174	LUIS ANTONIO MAXIMO SANTANA DOS SANTOS	22713115-SSPMT/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300559	LUIZ MARCOS NOGUEIRA DE OLIVEIRA	1055815-2-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300229	LUZIA ALVES CORDEIRO	532246962-SSP/SP	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300213	MAGNO ROBERTO MIRANDA	1957165-8-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300411	MAIRLON DE QUEIROZ ROSA	137139-06-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	DEFERIDA
300608	MAISA ALVES DO CARMO	1318709-0-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	DEFERIDA
300408	MAKCILAINE CONCEIÇAO DE SA	26790327-NACIONAL/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300195	MANOELA DA SILVA ANTUNES	2344936-5-SSP/MT/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	DEFERIDA
300314	MARCELA MARIA MAFRA FREITAS	17386543-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300522	MARCELL DE PINHO BELLATO	18009212-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	DEFERIDA
300362	MARCELLA SIGNORELLI GUIMARAES	18667970-SSPMT/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300343	MARCELO ANDRIGO BAÍA EDUARDO	14159B-OAB/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300417	MARCELO GASPARINI	44532735-SSP/PR	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	DEFERIDA
300331	MARCEMILA DOS SANTOS PEREIRA REIS	20736665-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300004	MARCIA OLGA LUCAS	13111485-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300107	MARCILENE APARECIDA TEIXEIRA FRAN-CO	1574504-0-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	DEFERIDA
300271	MARCIO BELEM SOARES	19037732-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300248	MARCO ANTONIO SOUZA E SILVA	32133529-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	DEFERIDA
300347	MARCOS ANTONIO MINARI	14139715-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	DEFERIDA
300427	MARCOS PAULO DA COSTA SILVA	12753033-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300162	MARCOS RAFAEL NOGUEIRA SILVA	4139667-DGPC/GO	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300371	MÁRIA D ARC DE OLIVEIRA	1371798-DGPC/GO	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA

300372	MÁRIA D ARC DE OLIVEIRA	1371798-DGPC/GO	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300373	MÁRIA D ARC DE OLIVEIRA	1371798-DGPC/GO	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300052	MARIA DE FÁTIMA DE SOUSA CARVALHO	805972-SSP/PI	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300187	MARIA DOS SANTOS	1032336-8-SSPMT/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300215	MARIA EDUARDA MONTEIRO CORRÊA DA COSTA E SILVA	1607823-3-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	DEFERIDA
300016	MARIA EDUARDA SILVANO DE AQUINO DE FREITAS	1168715-SSP/RO	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300025	MARIA EMANUELLE MARTINS ESTEVES NOUJAIN	13760904-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300560	MARIANA BARBOSA DE ANDRADE	5160029-SPTC/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300167	MARIANA ROSA GOLBERTO	32.339.636-7-SSP/SP	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300165	MARINA BARBOSA	2058395-8-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	DEFERIDA
300032	MARINA ORLANDO DOS SANTOS	19688660-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300114	MARINES DA CRUZ SALERMO	08289662-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300289	MARINEZ RIBEIRO HOFFMANN	13795643-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300590	MARISTELA RIBEIRO DO NASCIMENTO	137406-0-SSJ/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	DEFERIDA
300591	MARISTELA RIBEIRO DO NASCIMENTO	137406-0-SSJ/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300044	MARLANYA MACEDO ALENCAR	25605950-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300510	MATHEUS DA SILVA PERERIRA	18687040-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	DEFERIDA
300245	MATHEUS DOS SANTOS GOMES	2639433-SSP/DF	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300575	MAURI RAMOS DE ALMEIDA JUNIOR	18582079-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300452	MAURICIO SALES FERREIRA DE MORAES	10869832-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300530	MAURÍCIO SALES FERREIRA DE MORAES	14826-OAB/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	DEFERIDA
300256	MAURO PASCHOAL CREMA	20920857-SESP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300501	MAXSUEL PEREIRA DA CRUZ	1010233-SSP /RO	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	DEFERIDA
300360	MAYCON DAVID BATISTA CAETANO	27208907-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300078	MEIRE VASSELLI DAMASCENO	946461-SSP /MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300183	MICAL MACIEL	133614-OAB/RJ	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300226	MICHAEL DOUGLAS OLIVEIRA DE SOUZA	24951866-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300307	MICHAEL MENEZES MACHADO	0956737846-SSP/BA	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300065	MICHEL BORGES DE MORAIS	14834987-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300066	MICHEL BORGES DE MORAIS	14834987-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300435	MICHEL RODRIGO DE MORAES	2167877-4-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300497	MICHELLE SAYURI NAKATA	MG-16706673-PCMG/MG	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300553	MICHELY SARAIVA PINTO	21916802-SSMT/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300133	MIDIÃ MAIRA DE CARVALHO GONÇALVES DE SÁ	2829242-1-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300207	MILENA DE BARROS SILVA	08567514-SSP /MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300252	MIRLA CRISTINA CUNHA FERREIRA	24999164-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	DEFERIDA
300136	MISAEL FONSECA NEGRÃO	20212968-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	DEFERIDA
300063	MISLANA ARRUDA NOVAES	2428474-2-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300061	NAIARA CRISTINA TONETTA	22580972-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	DEFERIDA
300260	NAIARA TONELLI DE ANDRADE	24315338-SEJUSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	DEFERIDA
300406	NAIRON CÉSAR DINIZ DE SOUSA	14485567-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	DEFERIDA
300028	NATALIA ÁVILA SILVA	25728261-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300485	NATÁLIA CARGNIN QUATRIN	17737-OAB/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	DEFERIDA

300091	NATÁLIA RODRIGUES CARRIJO	2678599-4-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300597	NATASHA DE ALMEIDA ANDREO	14573660-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300145	NATHACHA ROSA TANCREDI	19297858-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300299	NAYANA KAREN DA SILVA SEBA	16483731-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	DEFERIDA
300509	NAYARA DA SILVA CASULA	21677905-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300383	NAYARA IRAIDY MORAES FERRAS	18379435-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300541	NAYARA LEITE ALVES	4680405-SSP/GO	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300505	NICHOLAS ANDRÉ FERREIRA MARTINS	19158416-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	DEFERIDA
300121	NILCIELE PEGO DE OLIVEIRA DA SILVA	28534875-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300520	NILZA APARECIDA DE SOUZA BENEVIDES NUNES	1868214-6-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300317	NUANE CAROLINE RODRIGUES	1984480-8-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	DEFERIDA
300047	NÚBIA CRISTINA PEREIRA PASSOS	16967658-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300498	OCTÁVIO FRANCISCO RODRIGUES ALVES	22957693-SSP/MT/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	DEFERIDA
300381	ODENIL ANTONIO EVANGELISTA	544742-9-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300238	ODILZO BOTELHO JUNIOR	934233-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300423	ORLANDO GERALDO DE OLIVEIRA	271549-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300469	PABLO RAMIRES FONSECA	18969-OAB/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	DEFERIDA
300310	PALOMA APARECIDA DE MORAES PARO	2134616-0-SEJSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300316	PAMELA EDUARDA VIEIRA DUARTE	2820460-3-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	DEFERIDA
300304	PATRICIA ALVES DE CARVALHO VAZ	22358250-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300580	PATRICIA DA COSTA SOUZA	001566384-SSP/MS	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300581	PATRICIA DA COSTA SOUZA	001566384-SSP/MS	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300237	PATRICIA GARCIA LOBATO SIQUEIRA	18242669-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	DEFERIDA
300112	PATRICIA LOPES DE SOUZA	2272538-5-DENISE/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300500	PATRICK VINY DE OLIVEIRA E SILVA	2249891-5-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300041	PAULA CRUZ FERREIRA	15816524-SEJUSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300604	PAULA DALL PIZZOL MOREIRA	20251874-SSP /MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300586	PAULA RODRIGUES DO NASCIMENTO	1416362-4-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	DEFERIDA
300036	PAULO HENRIQUE DA COSTA GARCÊS	13015060-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300024	PAULO SUNIGA	10608133-OAB/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300466	PEDRO DA FONSECA E SILVA NETO	22534458-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	DEFERIDA
300185	PRISCILA EMILY MARQUES ARRUDA	18305628-SSP MT/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300155	PRISCILA FERREIRA GALENO	5184916-MB/RJ	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300082	PRISCILLA CHRISTINE GUIMARAES QUEIRUZ	3103523753-SJS/RS	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300376	PRISCILLA SANCHES BEZERRA COSTA	2112074-9-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	DEFERIDA
300140	RAFAEL COSTA ROCHA	15387542-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300169	RAFAEL MAXIMINIANO DA SILVA SANTOS	1585913-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300072	RAFAEL SILVA REZENDE	20610742-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	DEFERIDA
300450	RAFAELA CAROLINA EDWVIGES	2270489-2-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300177	RAFAELA COLETI MARQUES	1307994-8-SSP /MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300210	RAIMUNDO MORIMAN DE GOES JUNIOR	22533770-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300062	RAIRA NIELI ANDRADE DE ASSIS	19667086-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300512	RAISSA C. A. ARAUJO	21380040-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	DEFERIDA

300507	RAONNY ALVES DE SANTANA	2365174-1-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	DEFERIDA
300261	RAONY CRISTIANO BERTO	18427413-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	DEFERIDA
300283	RAPHAEL ALVES RODRIGUES DOS SANTOS	1691075-3-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300224	RAQUEL LEIANE VIEIRA	2200704-0-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	DEFERIDA
300259	RAYLA GUEDES QUEIROS	25042289-SEJUSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300323	RAYSSA MISTICA SANTANA DE LIMA GONÇALVES MARCORIO	19382995-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300163	REBECA RODRIGUES DA SILVA DE MORAES	28628373-SSP-MT/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300246	REICYLA BRUNA OLIVEIRA	1754771-7-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300620	RENAN CAMPOS OLIVEIRA	1927433-5-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	DEFERIDA
300270	RENATA AVELINO GOURSAND	MG 15165613-POLÍCIA CIVIL/MG	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	DEFERIDA
300489	RENATA DE OLIVEIRA BARCELOS	24641294-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300194	RENATO SOUSA DUTRA	0938040-0-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300542	RICARDO ADRIANO HAACKE	19164203-SSPMT/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	DEFERIDA
300214	RICARDO ARRUDA DE LEMOS	11070390-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	DEFERIDA
300054	RICARDO OLIVEIRA LIMA	1610515-0-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	DEFERIDA
300534	ROBERTA OLIVEIRA BURGO	2900941-3-SSPMT/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300161	ROBERTA RODRIGUES SENEDA VILELLA	12911496-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300518	ROBIN HOOD RODRIGUES DA SILVA	10159017-SSP/MG	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	DEFERIDA
300320	ROBSON CANDIDO SALINAS DA SILVA	21922267-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300156	RODRIGO CÉSAR MIDON DE MELO	15355306-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	DEFERIDA
300321	RODRIGO MATOS MEDEIROS	15740781-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300251	RODRIGO MOREIRA DE ALMEIDA VIEIRA NETO	60812152-SSP/PR	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	DEFERIDA
300477	ROGERIO PERES BANDEIRA	1150315-7-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300561	ROGÉRIO SILVA SANTOS	225926396-DNT/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	DEFERIDA
300609	ROOZEVELT INACIO MAMEDES JUNIOR	22428453-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300239	ROSANA ARRUDA DE SOUZA	17181720-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300451	ROSANA BOEING DE CARVALHO	1292082-7-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300190	ROSEMEIRE AMARAL DE LIMA GARCIA	42-394 E/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	DEFERIDA
300168	ROSIANE GONÇALVES	2054467-7-MTSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300011	ROSIANE SILVA SANTOS	20499094-SS/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300058	ROSILILIAN ALVES DE LIMA	2371206-6-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300017	ROSIMEIRE LUZIA DE SOUSA	12520756-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	DEFERIDA
300439	RUBENS DE MORAIS SÁEZ MELCHOR	277824035-SSP/SP	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300241	RUBINEY INÁCIO FERREIRA PINNO	06939252-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300348	RUTIELE OLIVEIRA REIS	35109431-SSP/SP	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300379	RUY FERREIRA JUNIOR	250593178-SSP/SP/SP	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	DEFERIDA
300493	RUY GUILHERME FREITAS FRANZOSI	18855997-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300045	SAMANTHA LUCIA PASQUALOTTO	16997786-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300332	SAMARA LOIDE SILVA CAMPOS	2031902-9-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	DEFERIDA
300087	SANDRELY UGULINO CARDOSO	1215206-SESDC/RO	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	DEFERIDA
300159	SEBASTIAO BINO CORREA	21573511 SSP/RO-SSP/RO	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300402	SERGIO CRISTIANO CORREA	713070-SSP/RO	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	DEFERIDA
300217	SERGIO FERREIRA DE SOUZA	15096270-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA

300218	SERGIO FERREIRA DE SOUZA	15096270-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300059	SÉRGIO HENRIQUE K. KOBAYASHI	6180-OAB/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300456	SHEILA GOMES DE CARVALHO	17286646-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	DEFERIDA
300042	SILVIA BATISTA LUZ MARCELINO	14.427.566-SSP/MG	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300184	SILVIA KENIA LOPES SILVA	O322344020068-SSP/MA	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300359	SIMONE ANA THOMAS WERLE TORRES	00104444302-DETRAN/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300564	SIMONE FERREIRA MUNIZ DE ALMEIDA	988655-SSP/RO	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	DEFERIDA
300377	SINEZIO ADRIANO DE OLIVEIRA JUNIOR	12241725-SJ/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	DEFERIDA
300275	SIRLENE BATISTA PEREIRA ROSA	29701775-SSP/MT/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	DEFERIDA
300543	SOLANGE JUCHNIEVSKI DE OLIVEIRA	1180349-SESDEC/RO	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300540	STEPHANI BURALI GARCIA	24070750-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	DEFERIDA
300272	SUELLEM MONIQUE LAGE DOS SANTOS	18435955-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300472	SUSAN THYARA DE MORAES DIAS OLIVEIRA	17211069-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300315	TAINA FIAMA FERREIRA LEITE	21113378-SSPMT/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300335	TAINAN DA ROSA TOREZZAN	17121230-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	DEFERIDA
300236	TAISA FERNANDA BAZZO FAGUNDES	61340793-SSP/PR	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	DEFERIDA
300020	TAMIRES PRESTES NOGUEIRA	1818774-9-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300547	TAMYRIS SUELLEN ANZIL BEZERRA	23807016-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300053	TANCREDO VARGAS SARAIVA DE ARAUJO	16354583-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	DEFERIDA
300138	TASSIO VINICIUS GOMES DE AZEVEDO	13948-OAB/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300389	TATIANA DIAS DE CAMPOS	13051920-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300134	TAYLA BRIZIA DOS REIS	24707872-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300565	THAINÁ DOS SANTOS ROSA RIBEIRO PRIMO	1832612-9-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	DEFERIDA
300391	THAIS BORGES DE SOUZA FILGUEIRAS	23808560-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300015	THAIS CRISTINA ALVES CALACIO	2545349-1-MT/SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300353	THAIS FERNANDA NUNES PEREIRA	1962263-5-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300198	THALITA FABRO	2216373-5-MT/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300199	THALITA FABRO	2216373-5-MT/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300285	THAMIRIS DOMINGUES SILVA	2139518-7-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	DEFERIDA
300531	THAYARA MONIQUE DA SILVA NASCIMENTO	23512580-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300390	THAYLLA KAOANY SENA	2247991-0-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	DEFERIDA
300291	THAYNNÁ ERMISDORFF LINO RIDOLFI	1758646-1-SESP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300005	THIAGO DA CUNHA AGUIAR	22305238-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	DEFERIDA
300571	THIAGO GREGÓRIO MARTINEZ	13747983-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300007	THIAGO JUNIOR TAVARES FERREIRA	22901787-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	DEFERIDA
300318	THIAGO MOREIRA RODRIGUES	20345593-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300068	THIESSA ESTEVES LEITE	14998513-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300284	TIAGO DE MATOS SANTOS	24204102-SEJUSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	DEFERIDA
300370	UBIRAJARA DA COSTA VALE	3122747821-SSP/RS	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300502	UILIAM ALVES STOPA	000978926-SESDC/RO	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300438	VALDINEIA FERREIRA DA SILVA	1936971-9-SSP/MT/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300263	VALDIR MARTINS DA SILVA	3678360-5-SSP/PR	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300338	VALDIR MARTINS DA SILVA	36783605-SSP/PR/PR	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA

300429	VALNEI FERREIRA BERTOLDO	11902116-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	DEFERIDA
300029	VANDERLEI ELIAS DA CUNHA	23444972-SSP/SP	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	DEFERIDA
300171	VANESSA ANGHEBEN GUIRRO	15513580-SESP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	DEFERIDA
300090	VANESSA DE OLIVEIRA ALVES	1087868-SSP/RO	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300324	VANESSA VICENTE CALSAVARA	10784575-5-SESP/PR	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300027	VANIL DE OLIVEIRA	2018946-0-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300111	VICTOR EMANUEL CASTRO LEITE	2226968-1-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300403	VICTOR NORONHA SIQUEIRA	18337767-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	DEFERIDA
300274	VINÍCIUS DELARCOS DE OLIVEIRA	19299990-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	DEFERIDA
300233	VÍTOR ARGOLO CAFEZEIRO	0885030702-SSP/BA	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300363	VITÓRIA NUNES XAVIER DE OLIVEIRA	23931191-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300570	VIVIAN BORGES FERREIRA	7261092-SDS/PE	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300449	VIVIAN CARLA DOS SANTOS ZUCCHETTO	215360011-SSP/SP	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300545	VIVIANE MOLINA FURTADO DA CUNHA	21688338-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300043	WANDERSON DOS SANTOS OLIVEIRA	14313189-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300080	WENDELL WESLEY MATOS LUDWIG	2057970-5-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	DEFERIDA
300197	WILDSON LUCAS MATOS	04220219652-DETRAN/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300277	WILKER CHRISTI CORREA	12746185-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	DEFERIDA
300103	WILLIAM MARKENY DE ABREU LIMA	2482142-0-SSP/MT/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300227	WILLIAN COLETA DUARTE	08306613-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	DEFERIDA
300396	WILLIAN MARQUES SOLANO ROSA	17389275-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300481	WILLY ALBERTO HEITMANN NETO	14567830-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	DEFERIDA
300216	YAISSA ALEXANDRE BRAGAGNOLO	24033960-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300049	YARA IRACY LEONCIO VENTURA	27622630-CUIABA/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300432	ZELIA XAVIER MARQUES DE FIGUEIREDO	24076661-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300434	ZELIA XAVIER MARQUES DE FIGUEIREDO	24076661-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300292	ZENILDA MOREIRA	1358373-5-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300293	ZENILDA MOREIRA	1358373-5-SSP/MT	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA
300234	ZIZETTE EVANGELISTA BALBINO FERREIRA	1114567116-SSP/BA	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	AMPLA CONCORRÊNCIA	INDEFERIDA

Tangará da Serra/MT, 11 de março de 2019.

FÁBIO MARTINS JUNQUEIRA MARIA DAS GRAÇAS SOUTO

Prefeito Municipal Secretária Municipal de Administração

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL COMPLEMENTAR N.º 004/2019 EDITAL DE COMPLEMENTAÇÃO DO EDITAL N.º 001/2018 – TANGARÁ DA SERRA, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2018

CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS PARA PROVIMENTO EFETIVO DE CARGOS DO QUADRO PERMANENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA

EDITAL COMPLEMENTAR N.º 004/2019

EDITAL DE COMPLEMENTAÇÃO DO EDITAL N.º 001/2018 – TANGARÁ DA SERRA, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2018

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA, no uso de suas atribuições legais e considerando os termos do Edital Nº 001/2018 – TANGARÁ DA SERRA, de 18 de dezembro de 2018, torna pública a relação definitiva de candidatos inscritos, de acordo com o Anexo deste Edital.

Anexo Publicado no pagina da http://www.concursos.ufmt.br/Portal/noticias.asp?N...

Tangará da Serra/MT, 11 de março de 2019.

FÁBIO MARTINS JUNQUEIRA MARIA DAS GRAÇAS SOUTO

Prefeito Municipal Secretária Municipal de Administração

SAD/DEPARTAMENTO DE PESSOAL
EXTRATO DA PORTARIA Nº 188, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2019

PORTARIA Nº 188, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2019

O Senhor Prefeito Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **Prof. FÁBIO MARTINS JUNQUEIRA,** no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei;

CONSIDERANDO o Memorando da Secretaria Municipal de Educação e Cultura nº 049/DGPP/SEMEC/2019 de 08/01/2019 encaminhado por meio do Memorando nº 0044/SAD/2019 de 22/01/2019;

Art. 1º CONCEDER à Senhora **ANA CRISTINA LOPES DE OLIVEIRA MOURA,** servidora efetiva no cargo de Professor de Educação Infantil**,** admitida em 06/03/2006, matrícula **nº 003966,** lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, **Licença para Tratar de Interesse Particular** de 02 (dois) anos, nos termos do Art. 77 da Lei Complementar n° 163/2012 de 16/02/2012 conforme requerimento próprio protocolado sob o nº 1115/2019, com usufruto no período de **02/02/2019 à 01/01/2021.**

SIGNATÁRIOS: **Prof. FÁBIO MARTINS JUNQUEIRA Prefeito Municipal**

GILMAR UTZIG Secretária Municipal de Educação e Cultura

DEPARTEAMENTO PESSOAL
EDITAL COMPLEMENTAR 017/2019 PROCESSO SELETIVO N.º 003/2017

EDITAL COMPLEMENTAR 017/2019

PROCESSO SELETIVO N.º 003/2017

O Município de Tangará da Serra/MT, através do Prefeito Municipal, Senhor **Fábio Martins Junqueira,** no uso de suas atribuições legais, **TORNA PÚBLICO o presente Edital para CONVOCAR os candidatos classificados e/ou aprovados no Processo Seletivo nº 003/2017**, destinado ao preenchimento de vagas eformação de cadastro de reserva**,** para o exercício funcional temporário na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Secretaria Municipal de Assistência Social, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Secretaria Municipal de Esportes, Secretaria Municipal de Infraestrutura e Secretaria Municipal de Administração.

1. Para que compareçam na **Secretaria Municipal de Educação e Cultura** no Departamento de Gestão de Pessoas e Processos (DGPP), situada a Avenida Brasil nº 2350-E no bairro Jardim Europa em Tangará da Serra-MT, conforme abaixo relacionados para **atribuição de local de trabalho e atribuição de horas aulas**:

1.1 – Para Atribuição: Dia 12/03/2019 às 08h00min para atribuição de local de trabalho e/ou atribuição de horas aulas para todos os cargos relacionados abaixo:

Cargo.:	658 -PROFESSOR LINGUA PORTUG. E ESTRANGEIRA – ZONA URBANA E RURAL						
Nº	Insc. Nº	Nome	Data Nasc.	Acertos	Prova Objetiva	Prova de Títulos	Total	Resultado
48	4868	JOSILENE NATALIA LEMK	25/12/1985	22	66	0,00	66,00	Classificado

Cargo.:	792 -VIGIA SEMEC					
Nº	Insc. Nº	Nome	Data Nasc.	Acertos	Prova Objetiva	Resultado
54	5379	MARCUS VINICIUS FERREIRA SILVA RODRIGUES DA SILVEIRA	04/07/1993	21	72	Classificado

Cargo.:	660 -PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL – ZONA URBANA							
Nº	Insc. Nº	Nome	Data Nasc.	Acertos	Prova Objetiva	Prova de Títulos	Total	Resultado
116	3253	SANDRA MARIA LIRA	28/09/1969	19	57	6,00	63,00	Classificado
117	4617	ELZITA FERREIRA VILAS BOAS	12/05/1975	19	57	6,00	63,00	Classificado

Cargo.:	578 -AUX. DE DESENV. INFANTIL E ED. ESPECIAL - ZONA URBANA							
Nº	Insc. Nº	Nome	Data Nasc.	Acertos	Prova Objetiva	Prova de Títulos	Total	Resultado
115	2928	FERNANDA SANTANA BOTELHO	31/03/1987	20	60	1,51	61,51	Classificado

2. Para entrega de documentos: Dia 12/03/2019 e 13/03/2019 das 08:00 às 11h00 e 13h00 às 16h00.

2.1 Os documentos abaixo relacionados deverão ser entregues na Secretaria Municipal de Administração no Departamento de Pessoal situada à Avenida Brasil nº 2350-E no bairro Jardim Europa em Tangará da Serra-MT, nos dias relacionados no Item 2 para entrega de documentos, munidos com **ORIGINAIS E CÓPIAS** dos documentos abaixo relacionados:

2.2 No ato da contratação o candidato deverá comparecer pessoalmente ou por terceiro mediante apresentação de procuração original com firma reconhecida em cartório;

a) Comprovante de escolaridade:

a.1) Para os cargos de ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO e COMPLETO: histórico escolar ou atestado de escolaridade expedido pela instituição escolar;

a.2) Para os cargos de ENSINO MÉDIO COMPLETO: certificado de conclusão e/ou histórico escolar ou atestado de escolaridade expedido pela instituição escolar;

a.3) Para os cargos de CURSO TÉCNICO: certificado de conclusão do curso;

a.4) Para os cargos de ENSINO SUPERIOR COMPLETO: Diploma ou atestado de conclusão com comprovação da colação de grau, expedido em papel timbrado, com carimbo e assinatura do responsável legal da instituição;

b) Carteira de Registro Profissional e certidão negativa de débitos do respectivo Conselho de Classe ao qual pertence (quando for o caso);

c) Atestado Pré-admissional (APTIDÃO FÍSICA, MENTAL E PSICOLÓGICA), expedido por uma Clínica de Medicina do Trabalho, com data igual ou posterior a data de convocação;

c.1) Nos casos de candidatos que se inscreveram para a vaga de cargo como Pessoas com Deficiência, o atestado pré-admissional estará vinculado a perícia médica promovida pela Prefeitura Municipal, conforme o item 7.8 do edital.

d) Cédula de Identidade (RG) e Cadastro de Pessoa Física (CPF);

e) Título de Eleitor e Certidão de Quitação Eleitoral;

f) Certidão de Reservista (quando do sexo masculino);

g) Certidão de Casamento ou Nascimento (conforme o caso);

h) Os candidatos para o cargo de Motorista deveram apresentar:

h.1) Carteira Nacional de Habilitação – CNH definitiva categoria D ou E, exigida pelo cargo;

h.2) ter idade superior a 21 (vinte e um) anos;

h.3) possuir curso de transporte de passageiros (Movimento Operações de Produtor Especiais – MOPE) e Transporte Escolar;

h.4) não ter cometido falta grave ou gravíssima nos últimos 12 (doze) meses.

i) Cópia da Carteira de trabalho na página da foto e verso e Extrato do PIS/PASEP ou cópia do cartão cidadão (emitido pela Caixa Econômica Federal ou Ministério do Trabalho);

j) Comprovante de residência;

k) Certidão de nascimento de filhos menores de 21 anos (se dependente);

l) Atestado de Vacinação dos filhos menores de 05 anos (se for o caso);

m) Frequência escolar dos filhos menores de 14 anos (se for o caso);

n) CPF dos filhos maiores de 14 anos;

o) CPF do pai, mãe e cônjuge do candidato;

p) Certidão Negativa fornecida pelo Cartório Distribuidor da Comarca de Tangará da Serra-MT, relativo à existência ou inexistência de ações cíveis e criminais de 1º e 2º graus (com trânsito em julgado);

q) Certidão fornecida pela Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, relativo à existência ou inexistência de débitos Municipais (Setor de Tributação ou através do site www.tangaradaserra.mt.gov.br);

r) Declarações: de não acúmulo de cargo público, de bens, de parentesco e de ficha limpa, conforme modelo disponibilizado pelo site **www.tangarada-serra.mt.gov.br**;

s) Declaração de Imposto de Renda (Exercício 2017/Ano - Calendário 2016 ou mais recente);

t) Declaração emitida pela UPSPA – Unidade Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, que não sofreu sanções disciplinares nos últimos 05 (cinco) anos, mediante processo administrativo devidamente instaurado, caso o mesmo já tenha servido ao Executivo Municipal em alguma função;

u) Cópia do cartão Banco Bradesco ou cópia de documento que especifique número da conta naquela Instituição Financeira;

v) Para o cargo da Zona Indígena, o candidato deverá apresentar uma autorização emitida pelas lideranças da Comunidade Indígena na qual fora oportunizado a vaga e/ou que pretende trabalhar;

3. Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Tangará da Serra – MT, 11 de março de 2019

Prof. Fabio Martins Junqueira

Prefeito Municipal

Prof. Me. Gilmar Utzig

Secretário Municipal de Educação e Cultura

DEPARTEAMENTO PESSOAL
EDITAL COMPLEMENTAR 006/2019 PROCESSO SELETIVO N.º 002/2018

EDITAL COMPLEMENTAR 006/2019

PROCESSO SELETIVO N.º 002/2018

O Município de Tangará da Serra/MT, através do Prefeito Municipal, Senhor **Fábio Martins Junqueira,** no uso de suas atribuições legais, **TORNA PÚBLICO o presente Edital para convocar os candidatos classificados e/ou aprovados no Processo Seletivo nº 002/2018**, destinado à contratação e formação de cadastro de reserva**,** para o exercício funcional temporário na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE.

1. Para que compareçam na **Secretaria Municipal de Educação e Cultura** no Departamento de Gestão de Pessoas e Processos (DGPP), situada a Avenida Brasil nº 2350-E no bairro Jardim Europa em Tangará da Serra-MT, conforme abaixo relacionados para **atribuição de local de trabalho e atribuição de horas aulas**:

1.1 – Para Atribuição: Dia 12/03/2019 às 08h00min para atribuição de local de trabalho e/ou atribuição de horas aulas para todos os cargos relacionados abaixo:

659 -PROFESSOR MATEMÁTICA – ZONA URBANA E RURAL								
Nº	Insc. Nº	Nome	Data Nasc.	Nº Guia	RG / Órgão	Acertos	Prova Objetiva	Resultado

9	2542	MAURO JOSE DOS SANTOS	16/05/1981	10735150	13803654 SSP	23	57,5	Classificado

1118-PROFESSOR ED. INFANTIL/EJA 1º SEG/ANOS INICIAIS CME CHAPADAO DO RIO VERDE								
Nº	**Insc. Nº**	**Nome**	**Data Nasc.**	**Nº Guia**	**RG / Órgão**	**Acertos**	**Prova Objetiva**	**Resultado**
2	2	VANESSA CHAVIER DE BARROS	10/11/1987	30032233	18815626 SSP/MT	27	67,5	Classificado

2. Para entrega de documentos: Dia 12/03/2019 e 13/03/2019 das 08:00 às 11h00 e 13h00 às 16h00.

2.1 Os documentos abaixo relacionados deverão ser entregues na Secretaria Municipal de Administração no Departamento de Pessoal situada à Avenida Brasil nº 2350-E no bairro Jardim Europa em Tangará da Serra-MT, nos dias relacionados no Item 2 para entrega de documentos, munidos com **ORIGINAIS E CÓPIAS** dos documentos abaixo relacionados:

2.2 No ato da contratação o candidato deverá comparecer pessoalmente ou por terceiro mediante apresentação de procuração original com firma reconhecida em cartório;

a) Comprovante de escolaridade:

a.1) Para os cargos de ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO e COMPLETO: histórico escolar ou atestado de escolaridade expedido pela instituição escolar;

a.2) Para os cargos de ENSINO MÉDIO COMPLETO: certificado de conclusão e/ou histórico escolar ou atestado de escolaridade expedido pela instituição escolar;

a.3) Para os cargos de CURSO TÉCNICO: certificado de conclusão do curso;

a.4) Para os cargos de ENSINO SUPERIOR COMPLETO: Diploma ou atestado de conclusão com comprovação da colação de grau, expedido em papel timbrado, com carimbo e assinatura do responsável legal da instituição;

b) Carteira de Registro Profissional e certidão negativa de débitos do respectivo Conselho de Classe ao qual pertence (quando for o caso);

c) Atestado Pré-admissional (APTIDÃO FÍSICA, MENTAL E PSICOLÓGICA), expedido por uma Clínica de Medicina do Trabalho, com data igual ou posterior a data de convocação;

c.1) Nos casos de candidatos que se inscreveram para a vaga de cargo como Pessoas com Deficiência, o atestado pré-admissional estará vinculado a perícia médica promovida pela Prefeitura Municipal, conforme o item 7.8 do edital.

d) Cédula de Identidade (RG) e Cadastro de Pessoa Física (CPF);

e) Título de Eleitor e Certidão de Quitação Eleitoral;

f) Certidão de Reservista (quando do sexo masculino);

g) Certidão de Casamento ou Nascimento (conforme o caso);

h) Os candidatos para o cargo de Motorista deveram apresentar:

h.1) Carteira Nacional de Habilitação – CNH definitiva categoria D ou E, exigida pelo cargo;

h.2) ter idade superior a 21 (vinte e um) anos;

h.3) possuir curso de transporte de passageiros (Movimento Operações de Produtor Especiais – MOPE) e Transporte Escolar;

h.4) não ter cometido falta grave ou gravíssima nos últimos 12 (doze) meses.

i) Cópia da Carteira de trabalho na página da foto e verso e Extrato do PIS/PASEP ou cópia do cartão cidadão (emitido pela Caixa Econômica Federal ou Ministério do Trabalho);

j) Comprovante de residência;

k) Certidão de nascimento de filhos menores de 21 anos (se dependente);

l) Atestado de Vacinação dos filhos menores de 05 anos (se for o caso);

m) Frequência escolar dos filhos menores de 14 anos (se for o caso);

n) CPF dos filhos maiores de 14 anos;

o) CPF do pai, mãe e cônjuge do candidato;

p) Certidão Negativa fornecida pelo Cartório Distribuidor da Comarca de Tangará da Serra-MT, relativo à existência ou inexistência de ações cíveis e criminais de 1º e 2º graus (com trânsito em julgado);

q) Certidão fornecida pela Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, relativo à existência ou inexistência de débitos Municipais (Setor de Tributação ou através do site www.tangaradaserra.mt.gov.br);

r) Declarações: de não acúmulo de cargo público, de bens, de parentesco e de ficha limpa, conforme modelo disponibilizado pelo site **www.tangaradaserra.mt.gov.br**;

s) Declaração de Imposto de Renda (Exercício 2017/Ano - Calendário 2016 ou mais recente);

t) Declaração emitida pela UPSPA – Unidade Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, que não sofreu sanções disciplinares nos últimos 05 (cinco) anos, mediante processo administrativo devidamente instaurado, caso o mesmo já tenha servido ao Executivo Municipal em alguma função;

u) Cópia do cartão Banco Bradesco ou cópia de documento que especifique número da conta naquela Instituição Financeira;

v) Para o cargo da Zona Indígena, o candidato deverá apresentar uma autorização emitida pelas lideranças da Comunidade Indígena na qual fora oportunizado a vaga e/ou que pretende trabalhar;

3. Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Tangará da Serra – MT, 11 de março de 2019

Prof. Fabio Martins Junqueira

Prefeito Municipal

Prof. Me. Gilmar Utzig

Secretário Municipal de Educação e Cultura

SAD/DEPARTAMENTO DE PESSOAL
EXTRATO DA PORTARIA Nº 187, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2019

PORTARIA Nº 187, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2019

O Senhor Prefeito Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **Prof. FÁBIO MARTINS JUNQUEIRA,** no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei;

CONSIDERANDO os Memorandos da Secretaria Municipal de Educação e Cultura nº 046/DGPP/SEMEC/2019 de 08/02/2019;

Art. 1º CONCEDER horas aulas excedentes, de acordo com o Processo de Atribuição de Classe/Aulas (Instrução Normativa nº 001/2019) realizado pelo Departamento Pedagógico da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, para os professores relacionados a seguir:

Matrícula	Servidor	CME Lotação	Quantidade	A partir do dia	Até o último dia letivo escolar
002123	Marta Pereira Farias	CME Joana D'arc	17 h/a	11/02/2019	20/12/2019
003927	Joelcio de Avila	CME Joana D'arc	1 h/a	11/02/2019	20/12/2019
104765	Katia Adriana Gonçalves	CME Joana D'arc	8 h/a	11/02/2019	20/12/2019
002747	Claudete Vilela	CME Silvio Paternez	1 h/a	11/02/2019	20/12/2019
004377	Ivania de Fatima Schirmer	CME Silvio Paternez	9 h/a	11/02/2019	20/12/2019
003991	Luciana Bento da Silva	CME Silvio Paternez	9 h/a	11/02/2019	20/12/2019
002736	Lucimar Alves da Mata Gaspar	CME Silvio Paternez	1 h/a	11/02/2019	20/12/2019
003970	Maria Solange de Souza Gomes	CME Silvio Paternez	4 h/a	11/02/2019	20/12/2019
300935	Palminio Garrido	CME Gentila S. Muraro	21 h/a	11/02/2019	20/12/2019
004592	Silvia Cecagno Guchert	CME Gentila S. Muraro	1 h/a	11/02/2019	20/12/2019
104560	Rosinei Valerio da Silva	CME Gentila S. Muraro	17 h/a	11/02/2019	20/12/2019
004003	Silvano Araujo Pereira	CME Gentila S. Muraro	9 h/a	11/02/2019	20/12/2019
003960	Rodney dos Santos Garcia	CME Gentila S. Muraro	24 h/a	11/02/2019	20/12/2019
104385	Gilza Pinheiro de Jesus	CME Decio Burali	17 h/a	11/02/2019	20/12/2019
003934	Dirlene Simon	CME Fabio Diniz	1 h/a	11/02/2019	20/12/2019
003947	Marcos Antonio Barbosa	CME Fabio Diniz	1 h/a	11/02/2019	20/12/2019
103347	Hwang Yen Ling	CME Fabio Diniz	17 h/a	11/02/2019	20/12/2019
103299	Ivonete Moreira de Souza	CME Fabio Diniz	8 h/a	11/02/2019	20/12/2019
104576	Silvana da Silva	CME José Nodari	8 h/a	11/02/2019	20/12/2019
103351	Karine Cristina Ferreira Rodrigues	CME José Nodari	5 h/a	11/02/2019	20/12/2019
003989	Rogina Maria de Melo Machado	CME José Nodari	27 h/a	11/02/2019	20/12/2019
003955	Jucineide dos Santos Zaffonato	CME José Nodari	13 h/a	11/02/2019	20/12/2019
104584	Cleonice Pacheco da Silva	CME Ayrton Senna	9 h/a	11/02/2019	20/12/2019
002135	Neide Gervasio Fernandes	CME Ayrton Senna	9 h/a	11/02/2019	20/12/2019
004002	Margarida de Paula Zanelatti	CME Ayrton Senna	9 h/a	11/02/2019	20/12/2019
003996	Rosamaria Freire da Silva	CME Ayrton Senna	9 h/a	11/02/2019	20/12/2019
004012	Braulio Vita Zansavio	CME Antenor Soares	11 h/a	11/02/2019	20/12/2019
002130	Carmen Luci de Souza	CME Antenor Soares	1 h/a	11/02/2019	20/12/2019
004007	Aneide Machado	CME Antenor Soares	9 h/a	11/02/2019	20/12/2019
103303	Valdineia Estevão Rampim	CME Tania Arantes	17 h/a	11/02/2019	20/12/2019
001640	Sandra Gilene Steinhowser Sanches	CME Tania Arantes	4 h/a	11/02/2019	20/12/2019
101838	Maria da Conceição Barroso da S. Santos	CME Tania Arantes	23 h/a	11/02/2019	20/12/2019
103339	Deusani da Silva Goes	CME Tania Arantes	17 h/a	11/02/2019	20/12/2019
103306	Terezinha Leite de Sousa	CME Tania Arantes	17 h/a	11/02/2019	20/12/2019
104626	Gessy Padilha da Luz Souza	CME Tania Arantes	4 h/a	11/02/2019	20/12/2019
105298	Maria Elimar Cruz Cabral	CME Tania Arantes	17 h/a	11/02/2019	20/12/2019
104667	Angela Aparecida de Souza Cruz	CME Tania Arantes	4 h/a	11/02/2019	20/12/2019
104569	Angelica de Freitas Nunes Rocha	CME Tania Arantes	17 h/a	11/02/2019	20/12/2019
104663	Juliana Aparecida Batista	CME Tania Arantes	17 h/a	11/02/2019	20/12/2019
104689	Kalina Ligia de Souza Porto	CME Tania Arantes	4 h/a	11/02/2019	20/12/2019
103293	Nivaldo Jesus Elias Sarry	CME Tia Lina	17 h/a	11/02/2019	20/12/2019
104670	Erci Gonçalves de Oliveira	CME Tia Lina	17 h/a	11/02/2019	20/12/2019
006178	Marcia da Silva Pereira	CME Tia Lina	9 h/a	11/02/2019	20/12/2019
104562	Alzira Ferreira Silva	CME Tia Lina	17 h/a	11/02/2019	20/12/2019
002738	Leonice Inacio da Silva	CME Diva M. Junqueira	4 h/a	11/02/2019	20/12/2019
002748	Maria do Carmo Nunes Berto	CME Diva M. Junqueira	9 h/a	11/02/2019	20/12/2019
003936	Luciano Henrique dos Santos Moraes	CME Dom Bosco	16 h/a	11/02/2019	20/12/2019
003973	Katia Maria Kunntz Beck	CME Dona Mariquinha	4 h/a	11/02/2019	20/12/2019
003968	João Carlos Gomes	CME Dona Mariquinha	4 h/a	11/02/2019	20/12/2019
004241	Marly Fatima Guimarães de Barros	CME Dona Mariquinha	4 h/a	11/02/2019	20/12/2019

006175	Vilma Maria Piotto	CME Dona Mariquinha	17 h/a	11/02/2019	20/12/2019
103990	Marilene Rosa de Oliveira da Silva	CME Dona Mariquinha	4 h/a	11/02/2019	20/12/2019
104581	Marynele Oliveira Carvalho	CME Dona Mariquinha	17 h/a	11/02/2019	20/12/2019
104574	Graciela Aparecida Dal Sotto	CME Dona Mariquinha	4 h/a	11/02/2019	20/12/2019
104582	Carla Rubia Pinheiro	CME Dona Mariquinha	17 h/a	11/02/2019	20/12/2019
104589	Elienai Araujo de Almeida	CME Dona Mariquinha	17 h/a	11/02/2019	20/12/2019
004009	Vanilde Fernandes de Oliveira Freitas	CME João Maria	4 h/a	11/02/2019	20/12/2019
002122	Maria do Carmo Silva Rosseto	CME João Maria	17 h/a	11/02/2019	20/12/2019
103344	Luzia Biz da Silva	CME João Maria	17 h/a	11/02/2019	20/12/2019
103338	Kelen Cristina Alves Pereira	CME Cecília M de Barcellos	4 h/a	11/02/2019	20/12/2019
104824	Rosana das Graças Costa Ferreira	CME Cecília M de Barcellos	4 h/a	11/02/2019	20/12/2019
103989	Margarete Amorim Cardoso Becker	CME I. Maris Stella	17 h/a	11/02/2019	20/12/2019
104633	Juscelia Paschoal Cardoso Silva	CME I. Maris Stella	17 h/a	11/02/2019	20/12/2019
104620	Claudia Regina Delarcos de Oliveira	CME I. Maris Stella	4 h/a	11/02/2019	20/12/2019
003984	Jamile Giovana da Silva	CME I. Maris Stella	4 h/a	11/02/2019	20/12/2019
103333	Alexsandra de Marchi Weisheimer	CME Futuro Brilhante	4 h/a	11/02/2019	20/12/2019
105056	Erlete Brambila	CME Futuro Brilhante	4 h/a	11/02/2019	20/12/2019
105280	Carla de Fatima Lino Soares de Alfenas	CME Futuro Brilhante	4 h/a	11/02/2019	20/12/2019
103295	Thais Cristina Darini da Silva	CME Jesu Pimenta	4 h/a	11/02/2019	20/12/2019
103352	Keyla Regina de Lira	CME Jesus Pimenta	4 h/a	11/02/2019	20/12/2019
001967	Rosimeire Freire da Silva	CME Jesus Pimenta	4 h/a	11/02/2019	20/12/2019
104591	Regina Rodrigues da Silva	CME Luiz Simões	17 h/a	11/02/2019	20/12/2019
003978	Sueli Izidoro da Silva	CME Luiz Simões	17 h/a	11/02/2019	20/12/2019
103377	Marcia Viviane Reichert	CME Luiz Simões	4 h/a	11/02/2019	20/12/2019

SIGNATÁRIOS: **Prof. FÁBIO MARTINS JUNQUEIRA Prefeito Municipal**

GILMAR UTZIG Secretária Municipal de Educação e Cultura

MARIA DAS GRAÇAS SOUTO Secretária Municipal de Administração

SAD/DEPARTAMENTO DE PESSOAL
EXTRATO DA PORTARIA Nº 196, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2019

PORTARIA Nº 196, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2019

O Senhor Prefeito Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **Prof. FÁBIO MARTINS JUNQUEIRA,** no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei;

Art. 1º Proceder ENQUADRAMENTO com efeito retroativo a partir de 19/06/2018, de acordo com a Lei 2875/2008 de 10 de abril de 2008**,** da servidora efetiva **MARIA RODRIGUES**,registradasob amatrícula **nº 101548**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, **admitida em 01/08/2011**, no cargo de **Técnico em Enfermagem**, solicitado por requerimento próprio com protocolo nº 18340/2018 de 19/06/2018, **aplicando-se:**

ELEVAÇÃO DE NÍVEL, elevação de **25%** para o nível **V** (Especialização).

SIGNATÁRIOS: MARIA DAS GRAÇAS SOUTO / Prof. FÁBIO MARTINS JUNQUEIRA

SAD/DEPARTAMENTO DE PESSOAL
EXTRATO DA PORTARIA Nº 224, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2019

PORTARIA Nº 224, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2019

O **PREFEITO MUNICIPAL, no uso da atribuição que lhe confere art. 7º, caput, inciso XLV c.c o art. 80, caput, inciso IV da Lei Orgânica do Município;**

Art. 1º Ficam nomeados os servidores, para realização do desfile e calendário de comemoração ao 43º aniversário de emancipação político-administrativo do Município de Tangará da Serra:

I - Ademir Aparecido Anibale (Secretaria de Esportes);

II – Aline Gramarin (SAMAE);

III – Carlos Antonio Tayano (SETUR)

IV – Carla Fernanda Toloi Ferreira da Costa (SETUR);

V – Eliane Santiago de Lima (SEMEC);

VI – Fábio Lima da Cruz (SEMEC/CULTURA);

VII – José Bernadino da Silva Filho (SINFRA);

VIII – Palmínio Garrido (SEMEC);

IX – Willian Xavier (SEMEC).

Parágrafo único. Para coordenar os trabalhos da comissão, fica designado como o coordenador o servidor contido no inciso III.

Art. 2º A comissão ora designada, deverá dentro do prazo de 40 (quarenta) dias, elaborar e apresentar o calendário em comemoração ao 43º aniversário de emancipação político-administrativo do Munícipio de Tangará da Serra, para fins de homologação.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

SIGNATÁRIOS: Prof. FÁBIO MARTINS JUNQUEIRA / MARIA DAS GRAÇAS SOUTO

SAD/DEPARTAMENTO DE PESSOAL
EXTRATO DA PORTARIA Nº 223, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2019

PORTARIA Nº 223, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2019 A Secretaria Municipal de Administração de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, MARIA DAS GRAÇAS SOUTO, no exercício da competência que lhe é atribuída por delegação de competência prevista na Lei Orgânica Municipal, e no Decreto 019, de 23 de Janeiro de 2017, alterado pelo Decreto 020, de 22 de Janeiro de 2018.

CONSIDERANDO o disposto no §2º do art. 2º do Decreto nº 407, de 26 de novembro de 2018, que dispõe sobre a regulamentação da escala de férias anuais dos servidores públicos do poder executivo municipal e dá outras providências;

Art. 1º Alterar a Escala Anual de Férias – EFA/2018, aprovada pela Portaria n.º 1359, de 17 de dezembro de 2018, em seus Anexos, escalonada para o mês de Março/2019, dos servidores abaixo relacionados das Secretarias abaixo especificadas.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - ANEXO IV					
MAT	NOME DO SERVIDOR	PERÍODO AQUITIVO		PERIODO CONCESSIVO	
6186	ADRIANA GIMENES SILVA COSSETIN	18/03/2018	18/03/2019	03/06/2020	03/07/2019
4364	ANA LETÍCIA FURQUIM KREIM	15/05/2018	16/05/2019	01/04/2020	30/04/2020
4316	SANDRA APARECIDA S. CAPARROZ	06/05/2018	05/05/2019	24/12/2019	22/01/2020

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA - ANEXO VII					
MAT	NOME DO SERVIDOR	PERÍODO AQUITIVO		PERIODO CONCESSIVO	
1624	TATIANE GARCIA DAVILA COUTO	14/02/2018	13/02/2019	09/09/2019	28/09/2019

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA - - ANEXO IX					
MAT	NOME DO SERVIDOR	PERÍODO AQUITIVO		PERIODO CONCESSIVO	
229	CARLOS ALBERTO SPAZAPAN			02/01/2020	31/01/2020

SIGNATÁRIO: MARIA DAS GRAÇAS SOUTO Secretária Municipal de Administração

SAD/DEPARTAMENTO DE PESSOAL
EXTRATO DA PORTARIA Nº 222, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2019

PORTARIA Nº 222, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2019

O Senhor Prefeito Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **Prof. FÁBIO MARTINS JUNQUEIRA,** no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei;

Art. 1° ALTERAR, o item **"VI"** do Art. **4º,** da **Portaria Nº 339 de 20 de março de 2018**, passando a vigorar da seguinte forma:

"VI – Hiara Hernades, *representando o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente."*

SIGNATÁRIOS: Prof. FÁBIO MARTINS JUNQUEIRA / MARIA DAS GRAÇAS SOUTO

SAD/DEPARTAMENTO DE PESSOAL
EXTRATO DA PORTARIA Nº 221, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2019

PORTARIA Nº 221, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2019

O Senhor Prefeito Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **Prof. FÁBIO MARTINS JUNQUEIRA,** no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei;

Art. 1° ALTERAR, o item **"II"; "III"; "IV" e "V"** do Art. **4º,** da **Portaria Nº 440 de 20 de março de 2018**, e o Art. **1º** da **Portaria Nº 872 de 05 de julho de 2018, passando a vigorar da seguinte forma:**

"II – Secretaria Municipal de Assistência Social

Camila Regina Lima Guimarães;

Selma Cristina Cavalcante dos Santos."

"III – Secretaria Municipal de Saúde

Márcia Oliveira de Souza;

Cristina Santos Pereira*."*

*"**IV – Conselho Municipal de Coordenação e Planejamento***

Bruna de Souza Ramos Barros;

Thaís Maiara Baranoski."

"V – Conselho Municipal de Educação

Inês Fátima Tramontina;

Patrícia Regina Rodrigues Carpenedo."

SIGNATÁRIOS: Prof. FÁBIO MARTINS JUNQUEIRA / MARIA DAS GRAÇAS SOUTO

SAD/DEPARTAMENTO DE PESSOAL
EXTRATO DA PORTARIA Nº 220, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2019

PORTARIA Nº 220, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2019

O Senhor Prefeito Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **Prof. FÁBIO MARTINS JUNQUEIRA,** no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei;

Art. 1º AFASTAR POR PRAZO INDETERMINADO,em virtude de reclusão**,** a Senhora **EDINEIA MACEDO DE ALMEIDA,** servidoraefetiva no cargo de Ajudante de Serviços Gerais, admitida em 17/11/2011, **matrícula nº 101757**, lotada na **Secretaria Municipal de Educação e Cultura** conforme o Atestado Carcerário nº 03/2019 de 14/02/2019 protocolado sob o n° 3997/2019 e de acordo com o Art. 119, item XIV da Lei Complementar nº 006/94 de 21 de junho de 1.994, para análise após a conclusão do processo.

Parágrafo único. A referida portaria terá seus efeitos retroativos á data do início da reclusão, ou seja, 27/01/2019.

SIGNATÁRIOS: Prof. FÁBIO MARTINS JUNQUEIRA / MARIA DAS GRAÇAS SOUTO / GILMAR UTZIG

SAD/DEPARTAMENTO DE PESSOAL
EXTRATO DA PORTARIA Nº 219, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2019

PORTARIA Nº 219, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2019

O Senhor Prefeito Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **Prof. FÁBIO MARTINS JUNQUEIRA,** no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei;

Art. 1º DESLIGAR do Serviço Público Municipal **a partir de 20/02/2019**, por falecimento, a Senhora **ADRIANE JORGE DA SILVA NERI**, portadora do RG nº 20095492 SSP/MT, servidora efetiva no cargo de Professora das Séries Finais desde 18/02/2002.

SIGNATÁRIOS: Prof. FÁBIO MARTINS JUNQUEIRA / MARIA DAS GRAÇAS SOUTO / GILMAR UTZIG

SAD/DEPARTAMENTO DE PESSOAL
EXTRATO DA PORTARIA Nº 218, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2019

PORTARIA Nº 218, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2019

A Senhora Secretária Municipal de Saúde de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **DIENEFER JAQUELINE MAGALHÃES FEIX,** no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas através do Decreto nº 019, de 23 de janeiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 020, de 22 de janeiro de 2018;

Art. 1º CONCEDER à Senhora **LUCINEIA DIAS DA SILVA**, servidora contratada para o cargo de Enfermeiro, **matrícula nº 106433**, lotada na **Secretaria Municipal de Saúde**, **Licença Maternidade de 180 (cento e oitenta) dias**, nos termos do Art. 92 da Lei Complementar nº 006/1994 de 21 de junho de 1994 alterado pelo Art. 1º da Lei Complementar n° 212/2015 de 04 de novembro de 2015, conforme atestado médico emitido pelo Dr. Cesar Tauji Takano CRM-MT 4154, no período de **25/02/2019 à 23/08/2019.**

SIGNATÁRIOS: DIENEFER JAQUELINE MAGALHÃES FEIX / MARIA DAS GRAÇAS SOUTO / GILMAR UTZIG

SAD/DEPARTAMENTO DE PESSOAL
EXTRATO DA PORTARIA Nº 217, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2019

PORTARIA Nº 217, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2019

A Senhora Secretária Municipal de Administração de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **MARIA DAS GRAÇAS SOUTO,** no exercício da competência que lhe é atribuída por delegação de competência prevista na Lei Orgânica Municipal, e no Decreto nº 019, de 23 de janeiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 020, de 22 de janeiro de 2018;

Art. 1º CONCEDER férias aos servidores abaixo relacionados.

MAT.	SERVIDOR	PERÍODO AQUISITIVO		PERÍODO CONCESSIVO	
104352	ADRIANA SOUZA ANDRADE	06/04/2017	05/07/2018	03/03/2019	01/04/2019
001671	ANTONIO ARRUDA PEREIRA	11/03/2017	10/03/2018	01/03/2019	30/03/2019
001583	ANTONIO MARQUES DA PAZ	10/09/2017	09/09/2018	01/03/2019	30/03/2019
004613	CARLOS CESAR ACHAVAL RIBEIRO	03/02/2018	02/02/2019	04/03/2019	02/04/2019
103822	DEUSENY DA SILVA SAMPAIO	06/01/2018	05/01/2019	02/01/2019	31/01/2019
002378	EDVALDO BARBOSA FEITOSA	24/02/2018	23/02/2019	01/03/2019	30/03/2019
004473	ELISANGELA DA SILVA MORAIS	02/01/2018	01/01/2019	01/03/2019	30/03/2019
001619	ELIZABETH RAMOS DA SILVA	01/01/2018	31/12/2019	01/03/2019	30/03/2019
103289	EVANILZA RAMOS	01/01/2018	31/12/2019	01/03/2019	30/03/2019
104241	FRANCIELY MUNCHEN SALDANHA	02/03/2018	01/03/2019	01/03/2019	30/03/2019
103408	GABRIEL CHAUBAH BARREIRA	10/03/2018	09/03/2019	13/03/2019	11/04/2019
103254	GISELE YNGREDE SANTOS	28/02/2018	23/02/2019	18/03/2019	06/04/2019
101772	GISLAINE ELOISA GONÇALVES ACUNA	01/12/2017	30/11/2018	17/12/2018	15/01/2019
004289	IVANETE MEZOMO DA SILVA	02/01/2018	01/01/2019	01/03/2019	30/03/2019
101306	JORCILENE JOSE ALCANTARA SILVA	17/05/2017	16/05/2018	26/03/2019	24/04/2019
106263	JULIANA TAVARES DUTRA TIUMAN	15/02/2018	14/02/2019	04/03/2019	02/04/2019
106294	LAURA CRISTINA MIRANDA LUZ	09/02/2018	08/02/2019	01/03/2019	30/03/2019
000059	LIANI GOERCK	18/01/2018	17/01/2019	15/07/2019	03/08/2019
004542	MARCIA OLIVEIRA DE SOUZA	12/01/2018	11/01/2019	01/03/2019	30/03/2019
103917	MARCOS DIONE DE OLIVEIRA	05/01/2018	04/01/2019	06/03/2019	25/03/2019
004511	MARCOS EIT NISHYIMURA	06/11/2017	05/11/2018	01/03/2019	30/03/2019
103790	MARA DAS DORES LANÇAMER	06/01/2018	05/01/2019	04/03/2019	02/04/2019
002104	MARIA DO SOCORRO RODRIGUES	05/02/2018	04/02/2019	06/03/2019	04/04/2019
000045	MARIA DONISETE CARVALHO	02/01/2018	01/01/2019	04/03/2019	02/04/2019
002425	MARLENE RODRIGUES BRANDÃO	14/03/2018	13/03/2019	14/03/2019	12/04/2019
106298	NARIELE PEREIRA DE SOUZA	09/02/2018	08/02/2019	02/01/2019	31/01/2019
103807	ROSANGELA JOVIO ROCHA	06/01/2018	05/01/2019	01/03/2019	30/03/2019
002107	SALETE MARIA DE FARIAS	05/02/2018	04/02/2019	01/03/2019	30/03/2019
103841	SANDRA ELI FERREIRA FERNANDES SILVA	06/01/2018	05/01/2019	01/03/2019	30/03/2019
104246	SANDRELIA GOMES MACHADO	10/03/2017	09/03/2018	01/03/2019	30/03/2019
002108	SEBASTIÃO DE SOUZA BARROS FILHO	05/02/2018	04/02/2019	19/03/2019	17/04/2019
105983	SONIA DE FATIMA PAES FARIAS	15/01/2018	14/01/2019	01/03/2019	30/03/2019
103849	SANDRA DA SILVA FERNANDES NASCIMENTO	06/01/2018	05/01/2019	04/03/2019	02/04/2019
104246	SANDRELIA GOMES MACHADO	10/03/2017	09/03/2018	01/03/2019	30/03/2019
002108	SEBASTIAO DE SOUZA BARROS FILHO	05/02/2018	04/02/2019	19/03/2019	17/04/2019
105983	SONIA DE FATIMA PAES FARIAS	15/01/2018	14/01/2019	01/03/2019	30/03/2019
103849	VANDA DA SILVA FERNANDES NASCIMENTO	06/01/2019	05/01/2019	04/03/2019	02/04/2019
002383	VANDERLEI SEVERINO DE PAULA	21/02/2018	20/02/2019	04/03/2019	02/04/2019
001709	VANIA APARECIDA DE SOUZA RAMOS NASC.	18/03/2018	17/03/2019	18/03/2019	16/04/2019
106282	WELITA CRISTINA DA SILVA	09/02/2018	08/02/2019	02/01/2019	31/01/2019

SIGNATÁRIOS: MARIA DAS GRAÇAS SOUTO / Prof. FÁBIO MARTINS JUNQUEIRA

SAD/DEPARTAMENTO DE PESSOAL
EXTRATO DA PORTARIA Nº 216, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2019

PORTARIA Nº 216, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2019

A Senhora Secretária Municipal de Fazenda de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **VALNICÉIA MARIA PICOLI BARBOSA,** no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas através do Decreto nº 019, de 23 de janeiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 020, de 22 de janeiro de 2018;

Art. 1º CONCEDER ao servidor **OLIVIO VERONEZ,** efetivo no cargo de **Agente Fiscalização II,** desde 20/07/1989, lotado na **Secretaria Municipal de Fazenda**, **matrícula nº 000208, Licença Prêmio por Assiduidade de 03 (três) meses** correspondente ao quinquênio de **20/07/2004 à 19/07/2009**, nos termos do art. 102 da Lei Complementar n° 006/1994 de 21 de junho de 1994, conforme requerimento próprio protocolado sob o nº 505/2019, com usufruto no período de **15/02/2019 à 14/05/2019.**

SIGNATÁRIOS: MARIA DAS GRAÇAS SOUTO / VALNICÉIA MARIA PICOLI BARBOSA

SAD/DEPARTAMENTO DE PESSOAL
EXTRATO DA PORTARIA Nº 195, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2019

PORTARIA Nº 195, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2019

O Senhor Prefeito Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **Prof. FÁBIO MARTINS JUNQUEIRA,** no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei;

Art. 1º CONCEDER a partir de 01/02/2019, a Senhora **MÁRCIA OLIVEIRA DE SOUZA**, servidora efetiva no cargo de Nutricionista**,** Lotada na Secretaria Municipal de Saúde, registrada sob matrícula **004542**, portadora do RG 1326501-6 SSP/MT**, redução de carga horária de 40 para 30 horas semanais** de acordo com requerimento próprio, protocolo nº 624/2019, memorando nº 095/2018/CGM e Manifestação da Controladoria Geral Municipal – CGM nº 007/2018 de 12/07/2018**.** A servidora terá redução de 10 horas de sua carga horária de trabalho e redução proporcional do seu vencimento, conforme o artigo 20 da Lei nº 2875/2008 de 10/04/2008.

SIGNATÁRIOS: MARIA DAS GRAÇAS SOUTO / Prof. FÁBIO MARTINS JUNQUEIRA

SAD/DEPARTAMENTO DE PESSOAL
EXTRATO DA PORTARIA Nº 191, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2019

PORTARIA Nº 191, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2019

O Senhor Prefeito Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **Prof. FÁBIO MARTINS JUNQUEIRA,** no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei;

CONSIDERANDO o Memorando do Gabinete do Prefeito nº 039/GP/2019 de 06/02/2019 e o Memorando do Departamento de Gestão de Pessoas e Processos da Secretaria Municipal de Educação e Cultura nº 052/DGPP/SEMEC/2019 de 11/02/2019;

Art. 1º DESIGNAR a partir de 06/02/2019, a Senhora **VALMIRIA VIEIRA DE SOUZA OENNING,** servidora efetiva no cargo de Professora de Educação Infantil, lotada na **Secretaria Municipal de Educação e Cultura**, registrada sob a matrícula nº. 002746, para compor a equipe responsável pelos **Programas Prefeito/Município Amigo da Criança e Programa Saúde na Escola**, cuja coordenação geral está a cargo da Secretaria Municipal de Assistência Social, com representantes das Secretarias de Saúde, Educação e Cultura e Assistência Social.

SIGNATÁRIOS: **Prof. FÁBIO MARTINS JUNQUEIRA Prefeito Municipal**

GILMAR UTZIG Secretária Municipal de Educação e Cultura

SAD/DEPARTAMENTO DE PESSOAL
EXTRATO DA PORTARIA Nº 192, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2019

PORTARIA Nº 192, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2019

O Senhor Secretário Municipal de Educação e Cultura de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **GILMAR UTZIG,** no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas através do Decreto nº 019, de 23 de janeiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 020, de 22 de janeiro de 2018;

Art. 1º RELOTAR a partir de **01/02/2019**,a servidora abaixo relacionada, em obediência ao artigo 104, inciso II, alínea b, da Lei Orgânica Municipal, conforme segue:

NOME DO SERVIDOR	MATRÍCULA	CARGO	DA	PARA
Eude Camargo da Silva Pinto	000844	Professora dos Anos Inicias	Secretaria Municipal de Educação e Cultura	Secretaria Municipal de Assistência Social

SIGNATÁRIOS: GILMAR UTZIG / Prof. FÁBIO MARTINS JUNQUEIRA

SAD/DEPARTAMENTO DE PESSOAL
EXTRATO DA PORTARIA Nº 194, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2019

PORTARIA Nº 194, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2019

O Senhor Prefeito Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **Prof. FÁBIO MARTINS JUNQUEIRA,** no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei;

Art. 1º DESLIGAR do Serviço Público Municipal **a partir de 12/02/2019**, por falecimento, a Senhora **NEUZA ALVES DA COSTA**, portadora do RG nº 293485 SSP/RS, servidora efetiva no cargo de Técnica em Enfermagem desde 16/05/2002.

SIGNATÁRIOS: MARIA DAS GRAÇAS SOUTO / Prof. FÁBIO MARTINS JUNQUEIRA

SAD/DEPARTAMENTO DE PESSOAL
EXTRATO DA PORTARIA Nº 193, DE 18 DE FEVERIRO DE 2019

PORTARIA Nº 193, DE 18 DE FEVERIRO DE 2019

O Senhor Secretário Municipal de Coordenação e Planejamento de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **JULIO CESAR GOMES DA SILVA,** no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas através do Decreto nº 019, de 23 de janeiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 020, de 22 de janeiro de 2018;

Art. 1º REGULARIZAR a Concessão das Licenças Prêmio por Assiduidade, ao Servidor **MAGNIVALDO ALVES RIBEIRO,** efetivo no cargo de **Instalador de Rede - SAMAE**, admitido em **16/05/2002**, lotado na **Secretaria Municipal de Coordenação e Planejamento**, matrícula **nº 001913.** O servidor usufruiu de licença prêmio de **01 (um) mês** correspondente ao quinquênio de **16/05/2002 à 15/05/2007**, nos termos do art. 102 da Lei Complementar n° 006/1994 de 21 de junho de 1994, com usufruto no período de **04/10/2018 à 03/11/2018.**

Parágrafo Único: Ao término da licença prêmio prevista no caput deste artigo o servidor gozará de mais 06 (seis) meses de licença prêmio, cujo períodos aquisitivos e usufrutos são:

a) Licença Prêmio **de 03 (três) meses** correspondente ao quinquênio de **16/05/2007 à 15/05/2012** com usufruto em **04/11/2018 à 03/02/2019**;

b) Licença Prêmio **de 03 (três) meses** correspondente ao quinquênio de **16/05/2012 à 15/05/2017** com usufruto em **04/02/2019 à 03/05/2019**.

SIGNATÁRIOS: MARIA DAS GRAÇAS SOUTO / JÚLIO CESAR GOMES DA SILVA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL COMPLEMENTAR N.º 004/2019 EDITAL DE COMPLEMENTAÇÃO DO EDITAL N.º 001/2018 – TANGARÁ DA SERRA, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2018

CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS PARA PROVIMENTO EFETIVO DE CARGOS DO QUADRO PERMANENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA

EDITAL COMPLEMENTAR N.º 004/2019

EDITAL DE COMPLEMENTAÇÃO DO EDITAL N.º 001/2018 – TANGARÁ DA SERRA, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2018

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA, no uso de suas atribuições legais e considerando os termos do Edital Nº 001/2018 – TANGARÁ DA SERRA, de 18 de dezembro de 2018, torna pública a relação definitiva de candidatos inscritos, de acordo com o Anexo deste Edital.

Anexo na integra no endereço: http://www.concursos.ufmt.br/Portal/noticias.asp?C...

Tangará da Serra/MT, 11 de março de 2019.

FÁBIO MARTINS JUNQUEIRA MARIA DAS GRAÇAS SOUTO

Prefeito Municipal Secretária Municipal de Administração

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL COMPLEMENTAR N.º 003/2019 EDITAL DE COMPLEMENTAÇÃO DO EDITAL N.º 002/2018 – TANGARÁ DA SERRA, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2018

CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS PARA PROVIMENTO EFETIVO DE CARGOS DO QUADRO PERMANENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA

EDITAL COMPLEMENTAR N.º 003/2019

EDITAL DE COMPLEMENTAÇÃO DO EDITAL N.º 002/2018 – TANGARÁ DA SERRA, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2018

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA, no uso de suas atribuições legais e considerando os termos do Edital Nº 002/2018 – TANGARÁ DA SERRA, de 18 de dezembro de 2018, torna pública a relação definitiva de candidatos inscritos, de acordo com o Anexo deste Edital.

Anexo na integra no endereço: http://www.concursos.ufmt.br/Portal/

Tangará da Serra/MT, 11 de março de 2019.

FÁBIO MARTINS JUNQUEIRA MARIA DAS GRAÇAS SOUTO

Prefeito Municipal Secretária Municipal de Administração

SAD/DEPARTAMENTO DE PESSOAL
EXTRATO DA PORTARIA Nº 182, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2019

PORTARIA Nº 182, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2019

O Senhor Secretário Municipal de Educação e Cultura de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **GILMAR UTZIG,** no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas através do Decreto nº 019, de 23 de janeiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 020, de 22 de janeiro de 2018;

CONSIDERANDO o Memorando do Departamento de Gestão de Pessoas e Processos da Secretaria Municipal de Educação nº 031/DGPP/SEMEC/2019 de 07/02/2019 e o Despacho do Prefeito Municipal de 13/02/2019;

Art. 1º CONCEDER à servidora **MARGARIDA PINTO DOS SANTOS,** efetiva no cargo de **Professor de Séries Finais**, admitida em **06/02/2003,** lotada na **Secretaria Municipal de Educação e Cultura**, matrícula **nº 002138,** Licença Prêmio por Assiduidade de **03 (três) meses** correspondente ao quinquênio de **06/02/2003 a 05/02/2008**, nos termos do art. 62 da Lei Complementar n° 163/2012 de 16 de fevereiro de 2012, com usufruto no período de **11/02/2019 a 10/05/2019.**

SIGNATÁRIOS: **GILMAR UTZIG Secretária Municipal de Educação e Cultura**

Prof. FÁBIO MARTINS JUNQUEIRA Prefeito Municipal

SAD/DEPARTAMENTO DE PESSOAL
EXTRATO DA PORTARIA Nº 183, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2019

PORTARIA Nº 183, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2019

O Senhor Secretário Municipal de Educação e Cultura de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **GILMAR UTZIG,** no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas através do Decreto nº 019, de 23 de janeiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 020, de 22 de janeiro de 2018;

CONSIDERANDO o Memorando do Departamento de Gestão de Pessoas e Processos da Secretaria Municipal de Educação nº 031/DGPP/SEMEC/2019 de 07/02/2019 e o Despacho do Prefeito Municipal de 13/02/2019;

Art. 1º CONCEDER ao servidor **ANTÔNIO GESUAR SIMON,** efetivo no cargo de **Professor das Séries Finais**, admitido em **06/03/2006,** lotado na **Secretaria Municipal de Educação e Cultura**, matrícula **nº 04008,** Licença Prêmio por Assiduidade de **03 (três) meses** correspondente ao quinquênio de **06/03/2006 à 05/03/2011**, nos termos do art. 62 da Lei Complementar n° 163/2012 de 16 de fevereiro de 2012, com usufruto no período de **11/02/2019 a 10/05/2019. Parágrafo Único:** Ao término da licença prêmio prevista no caput deste artigo o servidor gozará de mais 01 (uma) licença prêmio, cujo os período aquisitivo e usufruto serão:

Licença Prêmio de **03 (três) meses** correspondente ao quinquênio de **06/03/2011 à 05/03/2016** com usufruto no período de **11/05/2019 à 10/08/2019.**

SIGNATÁRIOS: **GILMAR UTZIG Secretária Municipal de Educação e Cultura**

Prof. FÁBIO MARTINS JUNQUEIRA Prefeito Municipal

SAD/DEPARTAMENTO DE PESSOAL
EXTRATO DA PORTARIA Nº 197, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2019

PORTARIA Nº 197, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2019

A Senhora Secretária Municipal de Fazenda de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **VALNICÉIA MARIA PICOLLI BARBOSA,** no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas através do Decreto nº 019, de 23 de janeiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 020, de 22 de janeiro de 2018;

Art. 1º CONCEDER à Senhora **SUEIGA GOMES FREITAS**, servidora nomeada para o cargo de **Chefe de Fiscalização e Cobrança**, registrada sob a matrícula **nº 106926**, lotada na Secretaria Municipal de Fazenda, **Licença Maternidade de 180 (cento e oitenta) dias**, nos termos do Art. 92 da Lei Complementar nº 006/1994 de 21 de junho de 1994 alterado pelo Art. 1º da Lei Complementar n° 212/2015 de 04 de novembro de 2015, conforme atestado médico emitido pelo Dr. Newton Reche CRM-MT 4708, no período de **13/02/2019 à 11/08/2019.**

SIGNATÁRIOS: MARIA DAS GRAÇAS SOUTO / VALNICÉIA MARIA PICOLLI BARBOSA

SAD/DEPARTAMENTO DE PESSOAL
EXTRATO DA PORTARIA Nº 198, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2019

PORTARIA Nº 198, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2019

A Senhora Secretária Municipal de Administração de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **MARIA DAS GRAÇAS SOUTO,** no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas através do Decreto nº 019, de 23 de janeiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 020, de 22 de janeiro de 2018;

Art. 1º CONCEDER, ao Senhor **GILSON DA SILVA RAMOS,** servidor no cargo de **Agente Administrativo II**, registrado com matrícula **nº 006416**, lotado na **Secretaria Municipal de Administração**, **Licença Paternidade de 07 (sete) dias**, nos termos do Art. 95 da Lei Complementar n°. 006/1994 de 21 de junho de 1994, conforme Atestado e Registro Civil apresentado pelo servidor, **no período de 13/02/2019 à 19/02/2019.**

SIGNATÁRIOS: MARIA DAS GRAÇAS SOUTO

SAD/DEPARTAMENTO DE PESSOAL
EXTRATO DA PORTARIA Nº 215, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2019

PORTARIA Nº 215, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2019

A Senhora Secretária Municipal de Fazenda de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **VALNICÉIA MARIA PICOLLI BARBOSA,** no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas através do Decreto nº 019, de 23 de janeiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 020, de 22 de janeiro de 2018;

Art. 1° RETIFICAR o **art. 1º** da **Portaria nº 1012/GP/2017 de 01/11/2017, regularizando o período aquisitivo, passando a vigorar da seguinte forma:**

"Art. 1º CONCEDER ao servidor OLIVIO VERONEZ** efetivo nocargo de Agente de Fiscalização II, admitido em 20/07/1989, lotado na Secretaria Municipal de Fazenda, matrícula nº. 000208, Licença Prêmio por Assiduidade de 90 (noventa) dias, correspondente ao **quinquênio de 20/07/1999 à 19/07/2004**, nos termos do art. 102 da Lei Complementar n° 006/1994 de 21 de junho de 1994, conforme requerimento próprio, **com usufruto no período de 16/11/2017 à 13/02/2018."

SIGNATÁRIOS: MARIA DAS GRAÇAS SOUTO / VALNICÉIA MARIA PICOLI BARBOSA

SAD/DEPARTAMENTO DE PESSOAL
EXTRATO DA PORTARIA Nº 199, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2019

PORTARIA Nº 199, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2019

O Senhor Prefeito Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **Prof. FÁBIO MARTINS JUNQUEIRA,** no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei;

Art. 1º EXONERAR da função comissionada**, a partir de 04/02/2019**, a Senhora **CLAUDIA FILIPPIN,** portadora do RG nº 13239422 SSP/MT, servidora efetiva no cargo de Recepcionista, matrícula n° 004574 , lotada na Secretaria Municipal de Administração, onde exercia a função de **CHEFE DE PESSOAL,** nomeada pela Portaria nº 357/GP/2017 de 08/05/2017, DAI-I de acordo com a Lei Ordinária nº. 2432/2005 de 21/11/2005, com comissão de 35% sobre o vencimento básico do cargo conforme art. 40 § 2º da Lei 2099/2003 de 29/12/2003, com jornada diária de 08 (oito) horas, perfazendo um total de 40 (quarenta) horas semanais.

SIGNATÁRIOS: MARIA DAS GRAÇAS SOUTO / Prof. FÁBIO MARTINS JUNQUEIRA

SAD/DEPARTAMENTO DE PESSOAL
EXTRATO DA PORTARIA Nº 200 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2019

PORTARIA Nº 200 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2019

O Senhor Prefeito Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **Prof. FÁBIO MARTINS JUNQUEIRA,** no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei;

Art. 1º REVOGAR a partir de 04/02/2019, a FG V - Gratificação de Fundos, concedida, em 01/03/2018, pela Portaria nº 0367/GP/2019 de 01/03/2018 nos termos da Lei nº 2099/2003 de 29/12/2003 e suas alterações, da servidora abaixo relacionada:

Matrícula	Nome	FG
001625	Joanete da Silva Almeida	FG - V

SIGNATÁRIOS: MARIA DAS GRAÇAS SOUTO / Prof. FÁBIO MARTINS JUNQUEIRA

SAD/DEPARTAMENTO DE PESSOAL
EXTRATO DA PORTARIA Nº 201, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2019

PORTARIA Nº 201, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2019

O Senhor Prefeito Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **Prof. FÁBIO MARTINS JUNQUEIRA,** no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei;

Art. 1º DESIGNAR a partir de 04/02/2019, a Senhora **JOANETE DA SILVA ALMEIDA**, servidora efetiva no cargo de **AGENTE ADMINISTATIVO II**, registrada com a **matrícula nº 001625**, para exercer a função de **CHEFE DE PESSOAL,** com comissão de 35% sobre o vencimento básico do cargo, de acordo com o artigo 40 § 2º da Lei 2.099/2003 de 29/12/2003 com jornada diária de 08 (oito) horas, perfazendo um total de 40 (quarenta) horas semanais.

SIGNATÁRIOS: MARIA DAS GRAÇAS SOUTO / Prof. FÁBIO MARTINS JUNQUEIRA

SAD/DEPARTAMENTO DE PESSOAL
EXTRATO DA PORTARIA Nº 202, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2019

PORTARIA Nº 202, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2019

O Senhor Prefeito Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **Prof. FÁBIO MARTINS JUNQUEIRA,** no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei;

Art. 1º DESIGNAR a partir de 02/02/2019, o Senhor **CARLOS ANTÔNIO TAYANO,** portador do RG n° 911974 SSP/MT, nomeado pela Portaria nº 114 de 04 de fevereiro de 2019 como **Secretário Municipal de Turismo**, para responder concomitantemente pelo **Departamento de Cultura.**

SIGNATÁRIOS: MARIA DAS GRAÇAS SOUTO / Prof. FÁBIO MARTINS JUNQUEIRA / GILMAR UTZIG

SAD/DEPARTAMENTO DE PESSOAL
EXTRATO DA PORTARIA Nº 186, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2019

PORTARIA Nº 186, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2019

O Senhor Secretário Municipal de Educação e Cultura de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **GILMAR UTZIG,** no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas através do Decreto nº 019, de 23 de janeiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 020, de 22 de janeiro de 2018;

CONSIDERANDO o Memorando do Departamento de Gestão de Pessoas e Processos da Secretaria Municipal de Educação nº 031/DGPP/SEMEC/2019 de 07/02/2019 e o Despacho do Prefeito Municipal de 13/02/2019;

Art. 1º CONCEDER à servidora **TEREZINHA APARECIDA BERNARDO,** efetiva no cargo de **Ajudante de Serviços Gerais,** admitida em **16/05/2002,** lotada na **Secretaria Municipal de Educação e Cultura**, matrícula **nº 001892,** Licença Prêmio por Assiduidade de **02 (dois) meses** correspondente ao quinquênio de **16/05/2012 à 15/05/2017**, nos termos do art. 102 da Lei Complementar n° 006/1994 de 21 de junho de 1994, com usufruto no período de **01/02/2019 a 31/03/2019.**

SIGNATÁRIOS: **GILMAR UTZIG Secretária Municipal de Educação e Cultura**

Prof. FÁBIO MARTINS JUNQUEIRA Prefeito Municipal

SAD/DEPARTAMENTO DE PESSOAL
EXTRATO DA PORTARIA Nº 203, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2019

PORTARIA Nº 203, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2019

O Senhor Prefeito Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **Prof. FÁBIO MARTINS JUNQUEIRA,** no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei;

Art. 1º EXONERAR da função comissionada**, a partir de 18/02/2019**, a Senhora **DIENEFER JAQUELINE MAGALHÃES FEIX,** portadora do RG n°.1873783-8 SSP/MT, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, onde exercia a função de **ASSESSORA DE SUPERVISÃO E REGULAÇÃO DE ENFERMAGEM,** nomeada pelo ATO Nº 079/GP/2013 de 14/01/2013, símbolo DAS- II, de acordo com a Lei nº. 3469/2010 de 02/12/2010, com jornada diária de 08 (oito) horas, perfazendo um total de 40 (quarenta) horas semanais.

SIGNATÁRIOS: MARIA DAS GRAÇAS SOUTO / Prof. FÁBIO MARTINS JUNQUEIRA

SAD/DEPARTAMENTO DE PESSOAL
EXTRATO DA PORTARIA Nº 204, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2019

PORTARIA Nº 204, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2019

O Senhor Prefeito Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **Prof. FÁBIO MARTINS JUNQUEIRA,** no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei;

Art. 1º NOMEAR a partir de 18/02/2019, a Senhora **DIENEFER JAQUELINE MAGALHÃES FEIX**,portadora do RG n°.1873783-8 SSP/MT, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, para exercer a função comissionada de **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE**, de acordo com a Lei 2.218/2004, de 27 de setembro 2.004.

SIGNATÁRIOS: MARIA DAS GRAÇAS SOUTO / Prof. FÁBIO MARTINS JUNQUEIRA

SAD/DEPARTAMENTO DE PESSOAL
EXTRATO DA PORTARIA Nº 205, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2019

PORTARIA Nº 205, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2019

O Senhor Prefeito Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **Prof. FÁBIO MARTINS JUNQUEIRA,** no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei;

Art. 1º CONCEDER a partir de 01/02/2019, comissão de 35% sobre o vencimento básico do cargo, de acordo com o artigo 40 § 2º da Lei 2.099/2003 de 29/12/2003, à Senhora **ROSANA LIMA STEINBACH**, portadora do RG n°1676666-0 SSP/MT, **matrícula nº 106701** lotada na **Secretaria Municipal de Educação e Cultura**, nomeada em 01/09/2018, **pela Portaria nº 1104 de setembro de 2018 de 06/09/2018**, para exercer a função comissionada de **SECRETÁRIO ESCOLAR**,símbolo DAI-VIII, de acordo com a Lei nº. 4843/2017 de 12/09/2017, com jornada diária de 08 (oito) horas, perfazendo um total de 40 (quarenta) horas semanais.

SIGNATÁRIOS: MARIA DAS GRAÇAS SOUTO / GILMAR UTZIG / Prof. FÁBIO MARTINS JUNQUEIRA

SAD/DEPARTAMENTO DE PESSOAL
EXTRATO DA PORTARIA Nº 185, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2019

PORTARIA Nº 185, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2019

O Senhor Secretário Municipal de Educação e Cultura de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **GILMAR UTZIG,** no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas através do Decreto nº 019, de 23 de janeiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 020, de 22 de janeiro de 2018;

CONSIDERANDO o Memorando do Departamento de Gestão de Pessoas e Processos da Secretaria Municipal de Educação nº 031/DGPP/SEMEC/2019 de 07/02/2019 e o Despacho do Prefeito Municipal de 13/02/2019;

Art. 1º CONCEDER à servidora **ELZA PEREIRA DA PAZ,** efetiva no cargo de **Ajudante de Serviços Gerais,** admitida em **18/03/2002,** lotada na **Secretaria Municipal de Educação e Cultura**, matrícula **nº 001680,** Licença Prêmio por Assiduidade de **03 (três) meses** correspondente ao quinquênio de **18/03/2007 à 17/03/2012**, nos termos do art. 102 da Lei Complementar n° 006/1994 de 21 de junho de 1994, com usufruto no período de **01/02/2019 a 30/04/2019.**

SIGNATÁRIOS: **GILMAR UTZIG Secretária Municipal de Educação e Cultura**

Prof. FÁBIO MARTINS JUNQUEIRA Prefeito Municipal

SAD/DEPARTAMENTO DE PESSOAL
EXTRATO DA PORTARIA Nº 207, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2019

PORTARIA Nº 207, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2019

O Senhor Prefeito Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **Prof. FÁBIO MARTINS JUNQUEIRA,** no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei;

Art. 1º NOMEAR a partir de 15/02/2019, o Senhor **FÁBIO LIMA DA CRUZ**,portador do RG n°. 15323676 SSP/MT, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura para exercer o cargo comissionado de **COORDENADOR PEDAGÓGICO,** símbolo DAS-II de acordo com a Lei nº. 4930/2018, de 02/04/2018 e Lei nº 3749/2012 de 29/02/2012, com jornada diária de 08 (oito) horas, perfazendo um total de 40 (quarenta) horas semanais.

SIGNATÁRIOS: MARIA DAS GRAÇAS SOUTO / Prof. FABIO MARTINS JUNQUEIRA / GILMAR UTZIG

SAD/DEPARTAMENTO DE PESSOAL
EXTRATO DA PORTARIA Nº 208, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2019

PORTARIA Nº 208, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2019

O Senhor Prefeito Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **Prof. FÁBIO MARTINS JUNQUEIRA,** no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei;

Art. 1º NOMEAR em 22/02/2019, o Senhor **PABLO HENRIQUE VILAS BOAS TEBALDI,** portador do RG n°.1797083-0 SSP/MT, **lotado na Secretaria Municipal de Meio Ambiente**, para exercer a função comissionada de **COORDENADOR DE FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL,** símbolo DAI-II, de acordo com a Lei nº 4.429 de 20/07/2015, com comissão de 35% sobre o vencimento básico do cargo, de acordo com o artigo 40 § 2º da Lei 2.099/2003 de 29/12/2003 com jornada diária de 08(oito) horas, perfazendo um total de 40 (quarenta) horas semanais.

SIGNATÁRIOS: MARIA DAS GRAÇAS SOUTO / Prof. FABIO MARTINS JUNQUEIRA / MAGNO CÉSAR FERREIRA

SAD/DEPARTAMENTO DE PESSOAL
EXTRATO DA PORTARIA Nº 209, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2019

PORTARIA Nº 209, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2019

O Senhor Prefeito Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **Prof. FÁBIO MARTINS JUNQUEIRA,** no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei;

Art. 1º NOMEAR em 22/02/2019, o Senhor **VANDERSON KRAMPE,** portador do RG n°. 1452373-6 SSP/MT, lotado na **Secretaria Municipal de Meio Ambiente**, para exercer a função comissionada de **COORDENADOR DA PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL,** símbolo DAI-II, de acordo com a Lei nº. 4.305 de 23/10/2014, com comissão de 35% sobre o vencimento básico do cargo, de acordo com o artigo 40 § 2º da Lei 2.099/2003 de 29/12/2003, com jornada diária de 08(oito) horas, perfazendo um total de 40 (quarenta) horas semanais.

SIGNATÁRIOS: MARIA DAS GRAÇAS SOUTO / Prof. FABIO MARTINS JUNQUEIRA / MAGNO CÉSAR FERREIRA

SAD/DEPARTAMENTO DE PESSOAL
EXTRATO DA PORTARIA Nº 210, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2019

PORTARIA Nº 210, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2019

O Senhor Prefeito Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **Prof. FÁBIO MARTINS JUNQUEIRA,** no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei;

Art. 1º CONCEDER a partir **de 06/02/2019**, retorno da Licença para tratar de Interesse Particular concedida à senhora, **LUCIVANY ROCHA BEZERRA,** servidora efetiva no cargo de **AGENTE ADMINISTRATIVO II**, lotada na **SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**, **matrícula nº 103692**,havendo usufruído 03 (três) meses e 7 (sete) dias, da referida licença concedida pela Portaria n°. 1186/2018 de 05/10/2018 em conformidade com o artigo 106 da Lei Complementar nº 006/1994 de 21 de junho de 1994 e com requerimento protocolado sob **nº 29623/2018** de 05/10/2018.

SIGNATÁRIOS: MARIA DAS GRAÇAS SOUTO / Prof. FABIO MARTINS JUNQUEIRA

SAD/DEPARTAMENTO DE PESSOAL
EXTRATO DA PORTARIA Nº 211, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2019

PORTARIA Nº 211, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2019

O Senhor Prefeito Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **Prof. FÁBIO MARTINS JUNQUEIRA,** no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei;

Art. 1º ALTERAR a comissão composta pelos servidores efetivos abaixo relacionados para responder pela coordenação das atividades relacionadas ao Sistema **APLIC** – Auditoria Pública Informatizada de Contas e cen-

tralizar o relacionamento com o **TCE/MT** – Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, de acordo com o art. 9º da Instrução Normativa nº 02/2005 do TCE/MT, conforme segue:

	SERVIDOR RESPONSÁVEL	RESPONSABILIDADE
1	Fernanda Sobral de Araújo	Responsável Geral das Atividades e Envio do APLIC.
2	Flávio Amaral Oliveira	Transferência de Recursos a Entidades e Prestação de Contas.
3	Ângela do Nascimento da Silva	Despesas.
4	Rosinei Calsavara	Tributação.
5	Estela Mares de Toledo Rosa	Dívida Ativa
6	Devanira Lopes de Carvalho	Financeiro.
7	Luzia Celia da Silva	Caução e Baixa de Caução Contratos.
8	Geneci Fernandes dos Santos	Receita.
9	Adelson Kaduch	Financeiro.
10	Rogério do Nascimento Lacerda	Contabilidade/ Dívida Passiva.
11	Lorena Danielle Santos Silva	Responsável pela alimentação de informações pertinentes a Conciliação Bancária.
12	Alcinira de Oliveira Campos	Licitação/Pregão/Adesão/Concorrência e Credenciamento.
13	Lenice Batista dos Santos	Licitação/CPL/Tomada de preço e dispensa
14	Wanderley Cardoso dos Santos Duarte	Patrimônio.
15	Wanderley Cardoso dos Santos Duarte	Controle de Veículos.
16	Edmar Alves Batista	Almoxarifado.
17	Katia Waléria Carvalho Couto	Contratos / Convênios.
18	**Maycon César Rocha Pereira**	**Pessoal documento – A partir de 06/02/2019.**
19	Luciene Benedito da Silva	Contratos Temporários de Pessoal.
20	**Lucivany Rocha Bezerra**	**Atos de Pessoal – A partir de 06/02/2019.**
21	Franciane Oliveira Pereira Macedo	Admitidos/Demitidos, Folha de pagamento e Folha de pagamento previdência.
22	Simone Pereira da Silva Deluqui	Cargo/função, Remuneração de Pessoal, Dependente e Cedência de Pessoal.
23	Gisele Yngrede Santos	Arquivos Tempestivos, Concursos, Processos Seletivos, Editais de Convocação Aprovados e Concurso sem posse.
24	Marli Mott Boligon Vieira	Arquivos Tempestivos, Processos Seletivos, Editais de Convocação e Aprovados sem posse.
25	Mara Lúcia Boligon Medeiros	PPA, LDO, LOA.
26	Matheus do Berço Silva	Responsável Geral das Atividades de Convênios Estaduais e Federais Geo-Obras.
27	Nicole Venâncio Cezário	Legislação

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente a Portaria nº 077, de 24 de janeiro de 2019.

SIGNATÁRIOS: MARIA DAS GRAÇAS SOUTO / Prof. FABIO MARTINS JUNQUEIRA

SAD/DEPARTAMENTO DE PESSOAL
EXTRATO DA PORTARIA Nº 212 DE 25 DE FEVEREIRO DE 2019

PORTARIA Nº 212 DE 25 DE FEVEREIRO DE 2019

O Senhor Prefeito Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **Prof. FÁBIO MARTINS JUNQUEIRA,** no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei;

Art. 1º CONCEDER, a partir de 04/02/2019, a FG V - Gratificação de Fundos, nos termos da Lei nº 2099/2003 de 29/12/2003 e suas alterações, da servidora abaixo relacionada:

MATRÍCULA	NOME	FG
103032	RANIERI OLIVEIRA QUIRINO COSTA	FG - V

SIGNATÁRIOS: MARIA DAS GRAÇAS SOUTO / Prof. FABIO MARTINS JUNQUEIRA

SAD/DEPARTAMENTO DE PESSOAL
EXTRATO DA PORTARIA Nº 213/GP/2019 DE 25/02/2019

PORTARIA Nº 213/GP/2019 DE 25/02/2019

O Senhor Prefeito Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **Prof. FABIO MARTINS JUNQUEIRA,** no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei;

Art. 1º - INSTITUIR Comissão Especial de Apoio para realização do Processo de Licitação na modalidade leilão, para alienação dos veículos, máquinas, móveis e equipamentos considerados inservíveis para a administração, conforme segue:

PRESIDENTE

MATRÍCULA	NOME	CARGO	SECRETARIA
000669	Edirson José Oliveira	Ag. Administrativo II	SAD

MEMBROS

MATRÍCULA	NOME	CARGO	SECRETARIA
000680	Manuel Apdo. Bernardo Ferreira	Mecânico	SAD
002931	Marlene Batista Pereira Rodrigues	Coord. Patrimônio	SAMAE
002501	Eder Silva de Oliveira	Ag. Administrativo II	SAÚDE
004011	Neuri Eliezer Senger	Professor	EDUCAÇÃO
006180	Wanderley C. dos S. Duarte	Recepcionista	SAD
106527	Sergio Schubert	Coord. Obras e Viação	SINFRA

SIGNATÁRIOS: MARIA DAS GRAÇAS SOUTO / Prof. FABIO MARTINS JUNQUEIRA

SAD/DEPARTAMENTO DE PESSOAL
EXTRATO DA PORTARIA Nº 184, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2019

PORTARIA Nº 184, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2019

O Senhor Secretário Municipal de Educação e Cultura de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **GILMAR UTZIG,** no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas através do Decreto nº 019, de 23 de janeiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 020, de 22 de janeiro de 2018;

CONSIDERANDO o Memorando do Departamento de Gestão de Pessoas e Processos da Secretaria Municipal de Educação nº 031/DGPP/SEMEC/2019 de 07/02/2019 e o Despacho do Prefeito Municipal de 13/02/2019;

Art. 1º CONCEDER ao servidor **NIVALDO BORTOLUZZI,** efetivo no cargo de **Motorista,** admitido em **10/09/2001,** lotado na **Secretaria Municipal de Educação e Cultura**, matrícula **nº 001580,** Licença Prêmio por Assiduidade de **03 (três) meses** correspondente ao quinquênio de **10/09/2011 à 09/09/2016**, nos termos do art. 102 da Lei Complementar n° 006/1994 de 21 de junho de 1994, com usufruto no período de **05/02/2019 a 04/05/2019.**

SIGNATÁRIOS: **GILMAR UTZIG Secretária Municipal de Educação e Cultura**

Prof. FÁBIO MARTINS JUNQUEIRA Prefeito Municipal

SAD/DEPARTAMENTO DE PESSOAL
EXTRATO DA PORTARIA Nº 214, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2019

PORTARIA Nº 214, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2019

O Senhor Prefeito Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **Prof. FÁBIO MARTINS JUNQUEIRA,** no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei;

Art. 1º EXONERAR a partir de 28/02/2019, o Senhor **PEDRO HENRIQUE FERNANDES DE OLIVEIRA,** portador do RG n°.000838505 SSP/RO, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, **matrícula 102438**, onde exercia a função de **CHEFE DA CENTRAL MUNICIPAL DE REGULAÇÃO,** nomeado pelo ATO Nº 075/GP/2013 de 14/01/2013, símbolo DAI-I, de acordo com a Lei nº. 3469/2010 de 02/12/2010, com jornada diária de 08 (oito) horas, perfazendo um total de 40 (quarenta) horas semanais.

SIGNATÁRIOS: MARIA DAS GRAÇAS SOUTO / Prof. FABIO MARTINS JUNQUEIRA / DIENEFER JAQUELINE MAGALHÃES FIEX

DEPARTEAMENTO PESSOAL
EDITAL COMPLEMENTAR 013/2019 PROCESSO SELETIVO N.º 003/2018

EDITAL COMPLEMENTAR 013/2019 - PROCESSO SELETIVO N.º 003/2018

O Município de Tangará da Serra/MT, através do Prefeito Municipal, Senhor **Fábio Martins Junqueira**, no uso de suas atribuições legais, **TORNA PÚBLICO a convocação dos candidatos classificados e/ou aprovados no Processo Seletivo nº 003/2018**, destinado à contratação e formação de cadastro de reserva para o exercício funcional temporário no âmbito das Secretarias Municipais de Tangará da Serra e Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE.

1. Para que compareçam na **Secretaria Municipal de Educação e Cultura** da Prefeitura Municipal de Tangará da Serra-MT, situada a Avenida Brasil nº 2350-E no bairro Jardim Europa em Tangará da Serra-MT, conforme abaixo relacionados para **atribuição de local de trabalho**:

1.1 Dia 12/03/2019 às 8h00 para atribuição de local de trabalho os candidatos relacionados abaixo:

Cargo.: 1151-AJUDANTE DE SERVIÇOS GERAIS						
Nº	**Insc.**	**Nome**	**Data Nasc.**	**RG / Órgão**	**Notas**	**Classificação**
492	258	MARIA JOSE DOS SANTOS SILVA	26/06/1982	30604524 SSPMT	85	CLASSIFICADO
493	277	LUZINETE ALVES DA SILVA	04/03/1983	15774139 SSP/MT	85	CLASSIFICADO
494	1334	FRANCISCA DE PAULA VANIS DA SILVA	02/04/1983	,13038516 SSP/MT	85	CLASSIFICADO
495	711	CRISTIANE CAMPOS DE ARAUJO CANDIDO	23/01/1985	1554345-5 SSP/MT	85	CLASSIFICADO

2. Para entrega de documentos: Dia 12/03/2019 e dia 13/03/2019 das 08:00 às 11h00 e 13h00 às 16h00 . 2.1 Os documentos abaixo relacionados deverão ser entregues na Secretaria Municipal de Administração no Departamento de Pessoal situada à Avenida Brasil nº 2350-E no bairro Jardim Europa em Tangará da Serra-MT, nos dias relacionados no Item 2 para entrega de documentos, munidos com **ORIGINAIS E CÓPIAS** dos documentos abaixo relacionados: **2.2** No ato da contratação o candidato deverá comparecer pessoalmente ou por terceiro mediante apresentação de procuração original com firma reconhecida em cartório;

a) Comprovante de escolaridade de ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO: histórico escolar ou atestado de escolaridade expedido pela instituição escolar;

b) Atestado admissional (APTIDÃO FÍSICA, MENTAL E PSICOLÓGICA), expedido por uma Clínica de Medicina do Trabalho, com data igual ou posterior a data de convocação;

b.1) Nos casos de candidatos que se inscreveram para a vaga de cargo como Pessoas com Deficiência, o atestado admissional estará vinculado a perícia médica promovida pela Prefeitura Municipal, conforme o item 7.8 do edital.

c) Cédula de Identidade (RG) e Cadastro de Pessoa Física (CPF);

d) Título de Eleitor e Certidão de Quitação Eleitoral;

e) Certidão de Reservista (quando do sexo masculino);

f) Certidão de Casamento ou Nascimento (conforme o caso);

g) Cópia da Carteira de trabalho na página da foto e verso e Extrato do PIS/PASEP ou cópia do cartão cidadão (emitido pela Caixa Econômica Federal ou Ministério do Trabalho);

h) Comprovante de residência;

i) Certidão de nascimento de filhos menores de 21 anos (se dependente);

j) Atestado de Vacinação dos filhos menores de 05 anos (se for o caso);

k) Frequência escolar dos filhos menores de 14 anos (se for o caso);

l) CPF dos filhos maiores de 14 anos;

m) CPF do pai, mãe e cônjuge do candidato;

n) Certidão Negativa fornecida pelo Cartório Distribuidor da Comarca de Tangará da Serra-MT, relativo à existência ou inexistência de ações cíveis e criminais de 1º e 2º graus (com trânsito em julgado);

o) Certidão fornecida pela Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, relativo à existência ou inexistência de débitos Municipais (Setor de Tributação ou através do site www.tangaradaserra.mt.gov.br);

p) Declarações: de não acúmulo de cargo público, de bens, de parentesco e de ficha limpa, conforme modelo disponibilizado pelo site **www.tangaradaserra.mt.gov.br**;

q) Declaração de Imposto de Renda (Exercício 2018/Ano - Calendário 2017 ou mais recente);

r) Declaração emitida pela UPSPA – Unidade Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, que não sofreu sanções disciplinares nos últimos 05 (cinco) anos, mediante processo administrativo devidamente instaurado, caso o mesmo já tenha servido ao Executivo Municipal em alguma função;

s) Cópia do cartão Banco Bradesco ou cópia de documento que especifique número da conta naquela Instituição Financeira;

t) Cartão de vacina.

3. Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Tangará da Serra – MT, 11 de março de 2019.

Prof. Fábio Martins Junqueira

Prefeito Municipal

Prof. Me. Gilmar Utzig

Secretário Municipal de Educação e Cultura

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2019 EDITAL COMPLEMENTAR Nº 005

APRESENTAÇÃO DO GABARITO PRÉVIO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA PROVIMENTO TEMPORÁRIO DE VAGAS NOS CARGOS DO QUADRO DE PESSOAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEMAIS SECRETARIAS INSTRUMENTAIS DO MUNICÍPIO DE TERRA NOVA DO NORTE.

A Presidente da Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado **Raquel Arbo Spinelli**,nomeada pela Portaria nº 096 de 31 de janeiro de 2019, no âmbito de sua competência, e em atendimento aos ditames regulatórios deste certame, especificamente no que tange as publicações, e neste ato a veiculação do Gabarito Prévio para conhecimentos dos(as) candidatos(as), e ainda...

Considerando, o transcurso normal da realização das provas objetivas em data de 10 de março de 2019, conforme estabelecido no Edital de Abertura.

Diante do exposto,

Resolve, apresentar neste Edital Complementar, os Gabaritos Prévios para conferência dos(das) candidatos(as).

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES 1.1. Este Edital Complementar apresenta os Gabaritos Prévios por ordem de cargos. **1.2.** Ressalta-se ainda, que o prazo para apresentação de recurso administrativo contra questões da Prova Objetiva, deverá ser impetrado até as 17:00hs do dia 12 de março de 2019, junto a Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado. **1.3.** Os eventuais recursos deverão estar fundamentados teoricamente, demonstrando a origem da pesquisa para avaliação da Banca Examinadora. **2. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS 2.1.** O(a) candidato(a) deverá anexar junto ao recurso o respectivo embasamento teórico com bibliografia capaz de promover alterações no resultado apresentado.

Terra Nova do Norte MT, 10 de março de 2019.

Raquel Arbo Spinelli

Presidente da Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado

ANEXO I – DO GABARITO PRÉVIO

Adjunto de Operações - Nível Fundamental Incompleto																				
QUESTÕES	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
RESPOSTAS	C	A	C	A	D	C	B	B	A	A	D	A	B	C	B	D	D	A	D	D

Agente Comunitário de Saúde - Nível Fundamental Completo																				
QUESTÕES	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
RESPOSTAS	B	C	A	B	A	C	A	B	A	C	C	C	C	A	B	A	A	C	D	D

Agente de Combate a Endemias - Nível Fundamental Completo																				
QUESTÕES	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
RESPOSTAS	B	C	A	B	A	C	A	B	A	C	C	C	C	A	A	B	C	C	B	D

Arte Educador (Saúde) - Nível Superior																				
QUESTÕES	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
RESPOSTAS	B	A	A	D	A	C	D	C	C	D	A	B	C	D	C	B	A	A	B	D

Assistente Administrativo - Nível Médio/Técnico																				
QUESTÕES	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
RESPOSTAS	B	A	C	D	B	B	D	A	B	C	C	C	B	B	B	C	A	D	A	D

Auxiliar de Consultório Dentário - Nível Fundamental Completo																				
QUESTÕES	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
RESPOSTAS	B	C	A	B	A	C	A	B	A	C	C	C	C	A	C	B	B	D	A	C

Auxiliar de Limpeza e Manutenção - Nível Fundamental Incompleto																				
QUESTÕES	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20

RESPOSTAS	C	A	C	A	D	C	B	B	A	A	D	A	B	C	B	D	D	A	D	D

Auxiliar de Nutrição - Nível Fundamental Incompleto

QUESTÕES	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
RESPOSTAS	C	A	C	A	D	C	B	B	A	A	D	A	D	D	B	D	C	B	A	C

Auxiliar de Serviços Gerais - Nível Fundamental Incompleto

QUESTÕES	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
RESPOSTAS	C	A	C	A	D	C	B	B	A	A	D	A	B	C	B	D	D	A	D	D

Biólogo (Saúde) - Nível Superior

QUESTÕES	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
RESPOSTAS	B	A	A	D	A	C	D	C	C	D	A	B	C	D	D	B	D	D	D	C

Educador Físico (Saúde) - Nível Superior

QUESTÕES	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
RESPOSTAS	B	A	A	D	A	C	D	C	C	D	A	B	C	D	B	A	D	B	B	C

Enfermeiro (UBS e Hospital Municipal) - Nível Superior

QUESTÕES	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
RESPOSTAS	B	A	A	D	A	C	D	C	C	D	A	B	C	D	B	C	B	C	D	A

Engenheiro Agrônomo - Nível Superior

QUESTÕES	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
RESPOSTAS	B	A	A	D	A	C	D	C	C	D	C	D	C	A	A	D	C	C	C	D

Farmacêutico/Bioquímico - Nível Superior

QUESTÕES	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
RESPOSTAS	B	A	A	D	A	C	D	C	C	D	A	B	C	D	D	A	C	D	C	C

Motorista de Ambulância CNH "D" - Nível Fundamental Incompleto

QUESTÕES	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
RESPOSTAS	C	A	C	A	D	C	B	B	A	A	D	B	C	D	D	C	A	A	B	C

Motorista de Veículos Leves CNH “C” - Nível Fundamental Incompleto

QUESTÕES	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
RESPOSTAS	C	A	C	A	D	C	B	B	A	A	D	B	C	D	D	C	A	A	B	C

Nutricionista CRN - Nível Superior

QUESTÕES	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
RESPOSTAS	B	A	A	D	A	C	D	C	C	D	A	B	C	D	A	C	D	B	B	D

Odontólogo (UBS) - Nível Superior

QUESTÕES	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
RESPOSTAS	B	A	A	D	A	C	D	C	C	D	A	B	C	D	D	B	A	D	B	C

Pedreiro - Nível Fundamental Incompleto

QUESTÕES	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
RESPOSTAS	C	A	C	A	D	C	B	B	A	A	D	A	D	B	A	B	B	D	A	B

Técnico em Enfermagem COREN - Nível Médio/Técnico

QUESTÕES	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
RESPOSTAS	B	A	C	D	B	B	D	A	B	C	D	C	D	B	B	D	A	D	D	A

Técnico em Radiologia CRTR - Nível Médio/Técnico

QUESTÕES	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
RESPOSTAS	B	A	C	D	B	B	D	A	B	C	B	C	D	B	B	B	A	A	C	B

Vigia - Nível Fundamental Incompleto

QUESTÕES	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
RESPOSTAS	C	A	C	A	D	C	B	B	A	A	D	A	D	B	B	B	C	D	B	D

Terra Nova do Norte MT, 10 de março de 2019.

Raquel Arbo Spinelli

Presidente da Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado

AVISO DE LICITAÇÃO CREDENCIAMENTO PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS MEDICOS

AVISO DE LICITAÇÃO CREDENCIAMENTO PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS MEDICOS

Nº 01/2019

A PREGOEIRA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE-MT NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, TORNA PÚBLICO QUE FARÁ REALIZAR A LICITAÇÃO A SEGUIR CARACTERIZADA:

MODALIDADE: CREDENCIAMENTO/INEXEGIBILIDADE Nº. 01/2019

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

DATA DO CREDENCIAMENTO: DIA 18/03/2019 À 20/03/2019 DAS 08:00 AS 11:00 E DAS 13:00 ÀS 18:00 HORAS (HORÁRIO DE MATO GROSSO).

OBJETO: **LOTE 01**

COD. INTERNO	DESCRIÇÃO	QUANT
282164	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS PROFISSIONAL ESPECIALIZADO EM GINECOLOGIA E OBSTETRÍCIA, EXAMES ULTRASSOM E COLPOSCOPIA. OS SERVIÇOS PRESTADOS SERÃO REALIZADOS EM 6 DIAS DURANTE O MÊS (DIVIDIDOS EM 4 (QUATRO) DIAS COM 8 HORAS DE TRABALHO E 2 (DOIS) DIAS COM 4 HORAS DE TRABALHO), SERÃO REALIZADOS 90 CONSULTAS GINECOLÓGICAS E OBSTÉTRICAS E 150 ULTRASSONS MENSAIS, SENDO ESTES - (ABDOMEM TOTAL, ABDOMEM SUPERIOR, ABDOMEM INFERIOR, TRANSVAGINAL, MAMA, TESTÍCULOS, PRÓSTATA, OBSTÉTRICO, OBSTÉTRICO C/ DOPPLER, PÉLVICO, TIREOIDE, VIAS BILIARES, RENAL). EM DIAS DE ATENDIMENTO DO PROFISSIONAL, CASO SEJA NECESSÁRIO A REALIZAÇÃO DE PARTOS E COLPOSCOPIA, O PROCEDIMENTO SERÁ AVALIDADO E REALIZADO PELO MESMO.	12 MESES

LOTE 02

COD. INTERNO	DESCRIÇÃO	QUANT
218946	CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA P/ PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS, PROFISSINAL DE CLINICA GERAL P/ ATENDIMENTO NO HOSPITAL MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE - MT, COMPREENDENDO ATENDIMENTO AMBULATORIAL E EMERGÊNCIAL. TOTALIZANDO 12 HORAS DIÁRIAS, COM ATENDIMENTO DE SEGUNDA A SEXTA FEIRA, EXCETO FERIADOS.	12 meses

LOTE 03

COD. INTERNO	DESCRIÇÃO	QUANT
281386	SERVIÇOS DE PEQUENAS CIRURGIAS, COM ATENDIMENTO DE 15 PACIENTES POR DIA DE SERVIÇOS PRESTADOS.	24 unidade

O PROCEDIMENTO LICITATÓRIO OBEDECERÁ AO DISPOSTO NA LEI FEDERAL Nº 8.666/1993 E SUAS ALTERAÇÕES POSTERIORES. O EDITAL COMPLETO ESTARÁ DISPONÍVEL NO SITE WWW.TERRANOVADONORTE.MT.GOV.BR E TAMBÉM NO HORÁRIO DE EXPEDIENTE, NA PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE - MT / DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES, SITO CLOVES FELÍCIO VETORATTO, 101, CENTRO, TERRA NOVA DO NORTE - MT, NO HORÁRIO DE EXPEDIENTE (7H00 ÀS 11 E DAS 13:00 ÀS 17H00). MAIORES INFORMAÇÕES PODERÃO SER OBTIDAS PELOS TELEFONES 66.3534.2503.

TERRA NOVA DO NORTE - MT, 08 DE MARÇO DE 2019.

ELIZANGELA DE OLIVEIRA AZEVEDO DO SANTOS

PREGOEIRA

EDITAL DE RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 19/2019.

***PREFEITURA* MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE - MT**

EDITAL DE RESULTADO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 19/2019.

A PREGOEIRA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, NOMEADA PELA PORTARIA Nº. 206/2019 TORNA PUBLICO O RESULTADO DO PROCESSO DE LICITAÇÃO, REGIDO PELAS LEIS Nº 8.666/93 E 10.520/02, E SUAS ALTERAÇÕES POSTERIORES.

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº. 21/2019

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL SRP (REGISTRO DE PREÇO) Nº 19/2019.

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

INTERESSADOS: PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE / MT

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FUTURA E EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇO FUNERÁRIO CONTEMPLANDO: VELÓRIO, SEPULTAMENTO, URNA, ARRUMAÇÃO DE CORPO E FLORES, PARA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CONFORME CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS.

EMPRESA VENCEDORA: M. A. CARLOS – FUNERARIA - ME

TERRA NOVA DO NORTE - MT, 11 DE MARÇO DE 2019.

ELIZANGELA AZEVEDO SPULDARO

PREGOEIRA/OFICIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE VALE DE SÃO DOMINGOS

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 08/2019

A prefeitura municipal de Vale de São Domingos através do prefeito sr. Geraldo Martins da Silva, torna público aos interessados que homologou as seguintes licitação na modalidade **Pregão Presencial Registro de Preço nº 08/2019**, **objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAIS CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E LOCAÇÃO DE ÔNIBUS PARA TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS DA REDE PÚBLICA DE ENSINO PARA ATENDER O MUNICÍPIO DE VALE DE SÃO DOMINGOS/MT,** e sagrou vencedor a empresa E. DE SOUZA COIMBRA - ME, inscrito no CNPJ: 11.505.230/0001-29. Vale de São Domingos-MT, 11 de Março de 2019. Geraldo Martins da Silva – prefeito municipal.

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO CONVITE 05/2019

A prefeitura municipal de Vale de São Domingos através do prefeito sr. Geraldo Martins da Silva, torna público aos interessados que homologou as seguintes licitação na modalidade **Convite nº 05/2019**, **objeto: Contratar empresa especializada para prestar serviços de consultoria e assessoria na organização, realização e aplicação de Concurso Público, Seletivo Simplificado e Seletivo Público de 2019, no Município de Vale de São Domingos/MT.** e sagrou vencedor a empresa LIDER CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTA-ME, inscrito no CNPJ: 11.499.448/0001-18. Vale de São Domingos-MT, 11 de Março de 2019. Geraldo Martins da Silva – prefeito municipal.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 49/2019

CONTRATANTE PREFEITURA MUNICIPAL DE VALE DE SÃO DOMINGOS – MT, **CONTRATADO LIDER CONSULTORIA E ASSESSORIAL EMPRESARIAL LTDA-ME, INSCRITA NO CNPJ: 11.499.448/0001-18, OBJETO RESUMIDO DO CONTRATO:** Contratar empresa especializada para prestar serviços de consultoria e assessoria na organização, realização e aplicação de Concurso Público, Seletivo Simplificado e Seletivo Público de 2019, no Município de Vale de São Domingos/MT. **VALOR CONTRATO:** R$ 127.000,00 **DATA EMISSÃO:** 11/03/2019, **DATA VENCIMENTO:** 31/12/2019, **TIPO LICITAÇÃO :** CONVITE 05/2019.

EXTRATO DA ATA DO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO 08-2019

O pregoeiro da Prefeitura Municipal de Vale de São Domingos-MT, Torna Público que com referência do Pregão Presencial Registro de Preço 08-2019 fica registrado a ata de registro que teve como vencedor a empresa, E. DE SOUZA COIMBRA - ME, inscrito no CNPJ: 11.505.230/0001-29, vencedora de todos os itens no valor global de R$ 360.500,00, Objeto : REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAIS CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E LOCAÇÃO DE ÔNIBUS PARA

TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS DA REDE PÚBLICA DE ENSINO PARA ATENDER O MUNICÍPIO DE VALE DE SÃO DOMINGOS/MT. Vale de São Domingos – MT, 11 de Março de 2019. EDINALDO FERREIRA DE SANTANA pregoeiro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇO Nº18/2019 DO TIPO MENOR PREÇO POR ITEM

PROCESSO Nº 571899/2019 OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE OXIGENOTERAPIA HIPERBÁRICA** ATRAVÉS DE SESSÕES A SEREM PRESTADOS AOS USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS, DEVIDAMENTE REGULADOS PELA CENTRAL DE REGULAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE VÁRZEA GRANDE, DENTRO DO LIMITE FIXADO E PRINCIPALMENTE ATENDENDO AS DECISÕES JUDICIAIS. A realização do certame esta previsto para o **dia 28 de março de 2019, às 10h00min – horário de Brasília**. O Edital completo está à disposição dos interessados, na Prefeitura Municipal de Várzea Grande Superintendência de Licitação, mediante a taxa de recolhimento de R$ 0,13 (treze) centavos por impressão - não restituível e gratuitamente no sitio: www.bllcompras.org.br e www.varzeagrande.mt.gov.br.Várzea Grande-MT, 11 de março de 2019. **Diógenes Marcondes Secretario Municipal de Saúde /SMSVG**

ORDEM DE INÍCIO DE SERVIÇOS N°. 07/2019

Aos11 (onze) dias do mês de março de 2019, neste município, o Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, Sr. SILVIO APARECIDO FIDELIS, **autoriza** a **EMPRESA ESCAF CONSTRUÇÃO CIVIL E SERVIÇOS LTDA**, inscrita no **CNPJ n°. 21.952.743/0001-31,** representado por seus sócios administradores o Senhor GLEISON FRANCO DE ARRUDA e a Senhora AMÉLIA DEOLINDA FRANCO ARRUDA, **a iniciar** a obra de Construção de Pista de Caminhada, Palco e Academia Ar Livre, localizado no Loteamento Alice Gonçalves de Campos, Várzea Grande – MT, em consonância com o disposto no Processo licitatório na modalidade de Tomada de Preços n°. 14/2018 – **Contrato n°. 010/2019.**

Várzea Grande, 11 de março de 2019.

Silvio Aparecido Fidelis

Secretária Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Representante da Empresa

RESOLUÇÃO 02/2019 – CMDCA VÁRZEA GRANDE

Aprovação de Chancela para Captação de Projetos Sociais.

O **Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Várzea Grande**, no uso de suas atribuições legais,que lhe são conferidos pela Lei Municipal 4.095 de 03 de setembro de 2015 e Lei Federal nº. 8. 069 de 13 de julho de 1990.

Considerando as Deliberações do Pleno deste Colegiado da Criança e Adolescente em sua Plenária Ordinária nº. 276, realizada no dia 28 de fevereiro de 2019;

Considerando o processo 02/2019;

Considerando o Projeto apresentado conforme legislação vigente, para Captaçãode Projetos Sociais;

RESOLVE:

Art. 1º- Aprovar a Chancela do Projeto para captação de recurso, conforme Art. 24 da Lei Municipal nº 4.095/2015,para execução em 2019 e 2020, com atividades desenvolvidas e realizadas em Várzea Grande.

Instituição Executora	Nome do Projeto
ASSOCIAÇÃO ESPÍRITA EURÍPEDES BARSANULFO	PROJETO FLOR DE MARIA

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Registrada publicada

Cumpra-se

Várzea Grande (MT), 28 de fevereiro de 2019.

Katlin Oliveira Calmon
Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente/mandato 2018-2019

AVISO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO N. 04/2019.

Processo nº 566871/2019. Objeto: registro de preços para futura e eventual aquisição de Mobiliários: Conjunto Coletivo CJC-01, Conjunto Refeitório Infantil M2B-01 e Cadeira Alta de Alimentação para atender as Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer. Foi **ADJUDICADO E HOMOLOGADO**em **08/03/2019**, sagrando vencedoras as empresas:**MOVEIS ANDRIELI LTDA - ME,** inscrita no CNPJ nº 14.282.205/0001-11, vencedora dos **itens01 e 02,** com o valor total de **R$ 350.090,00** (Trezentos e cinquenta mil e noventa reais); e**MILANFLEX INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS E EQUIPAMENTOS LTDA,** inscrita no CNPJ nº86.729.324/0002-61, vencedora do **item03,** com o valor total de **R$ 22.200,00** (Vinte e dois mil e duzentos reais) O presente documento esta disponível no site: www.varzegrande.mt.gov.br. Várzea Grande 08 de março de 2019. **Sílvio Aparecido Fidelis -** Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

AVISO DE REABERTURA LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇO Nº03/2019

TIPO MENOR **PREÇO POR ITEM/AMPLACONCORRÊNCIA**

PROCESSO Nº 561487/2018 OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL **AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES E MÓVEIS HOSPITALARES** PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA ATENÇÃO BÁSICA, SECUNDÁRIA E TERCIÁRIA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE-MT**.** A realização do certame esta previsto para **dia 26 de março de 2019, às 10h00min – horário de Brasília-DF.** O Edital completo está à disposição dos interessados, na Prefeitura Municipal de Várzea Grande Superintendência de Licitação, mediante a taxa de recolhimento de R$ 0,13(treze) centavos por impressão - não restituível e gratuitamente no sitio: www.bllcompras.org.br e www.varzeagrande.mt.gov.br. Várzea Grande-MT, 11 de março de 2019 **Diógenes Marcondes Secretario Municipal de Saúde /SMSVG**

ATO Nº. 190/2019

Lucimar Sacre de Campos, Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e o que consta no Processo nº 577388/2019;

R E S O L V E:

EXONERAR a pedido Tiago Brito Soares matricula **130652** do cargo em Concurso de Professor de Nível Superior, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, com efeito, a partir de 19 de fevereiro de 2019.

Registra- se, publica-se, cumpra-se.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 11 de Março de 2019.

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

ATO Nº. 189/2019

Lucimar Sacre de Campos, Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e o que consta no Processo nº 577840/2019;

R E S O L V E:

EXONERAR a pedido Thiago Alexwell dos Santos Miranda matricula **130417** do cargo em Concurso de Técnico de Suporte Administrativo Educacional - TSAE, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, com efeito, a partir de 20 de fevereiro de 2019.

Registra- se, publica-se, cumpra-se.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 11 de Março de 2019.

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 273/2019

O Superintendente de Gestão de pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 007/2017 de 04 de janeiro de 2017.

RESOLVE

Art. 1°. Conceder 20 (vinte) dias de férias regulamentares referente ao período aquisitivo 2018/2019, a vigorar a partir de **11.03.2019 a 30.03.2019,** a servidora **RAFAELA MAXIMIANO ALVES**, matrícula n° 39146, exercendo o cargo Efetivo de Técnico de Desenvolvimento Econômico e Social, lotada na Secretaria Municipal de Comunicação Social/Cedida ao CREA/MT.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 11 de Março de 2019.

MARCOS RODRIGUES DA SILVA

Superintendente de Gestão de Pessoas/ SAD.

AVISO DE ANULAÇÃOCHAMAMENTO PÚBLICO N. 07/2018

Processo nº 558722/2018. Objeto: Chamamento público, para fins de credenciamento de pessoas jurídicas para fornecimento em forma de consignação de órteses e próteses padronizados pela tabela SIGTAP/SUS para atender as necessidades dos pacientes do Hospital e Pronto Socorro Municipal de Várzea Grande-MT. O Município de Várzea Grandetorna público, para conhecimento dos interessados, que o **CERTAME**encontra-se**ANULADO** o Edital e todos os atos posteriores.Conforme Decisão Proferida nos autos do Procedimento Chamamento Público n. 07/2018 (Processo n. 558722/2018), constante nas fls. 566 as 568. O presente documento está disponível no site www.varzeagrande.mt.gov.br.Várzea Grande - MT, 08 de março de 2019. **Diógenes Marcondes -** Secretário Municipal de Saúde.

PORTARIA Nº 271/2019

O Superintendente de Gestão de pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 007/2017 de 04 de Janeiro de 2017.

RESOLVE

Conceder Férias regulamentares, referente ao mês de **Março/2019**, de acordo com Estatuto dos Servidores Públicos de Várzea Grande, Lei Complementar nº. 1.164/1991 que dispõe em seu Art.85, aos servidores abaixo relacionados:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE				
MAT.	**NOME DO SERVIDOR**	**VINCULO**	**PERIODO AQUISITIVO**	**PERIODO DE GOZO**
12643	EDUARDO ROBERTO LOPES	Efetivo	**2013/2014**	01.03.19 a 30.03.19 (30 dias)
101053	FLAVIA CRISTINA DE JESUS XAVIER DA COSTA	Efetivo	**2017/2018**	14.03.19 a 30.03.19 (17 dias)
84185	GICELI ORIGUELA UMBELINO	Efetivo	**2017/2018**	01.03.19 a 30.03.19 (30 dias)
17966	GISELE AUXILIADORA DIAS	Efetivo	**2015/2016**	20.03.19 a 08.04.19 (20 dias)
19829	IRACEMA MARTINS MONTEIRO	Efetivo	**2018/2019**	11.03.19 a 09.04.19 (30 dias)
20812	JACI RODRIGUES DA SILVA	Efetivo	**2017/2018**	01.03.19 a 30.03.19 (30 dias)
95760	LUCELIA CRISTINA DE LIMA LOPES	Efetivo/ Comissão	**2014/2015**	06.03.19 a 08.03.19 (03 dias)

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 11 de Março de 2019.

MARCOS RODRIGUES DA SILVA

Superintendente de Gestão de Pessoas/ SAD.

PORTARIA Nº 270/2019

O Superintendente de Gestão de pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 007/2017 de 04 de janeiro de 2017.

RESOLVE

Art. 1°. Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares referente ao período aquisitivo 2016/2017, a vigorar a partir de **03.12.2018 a 01.01.2019**, ao servidor **OSVALDO DA SILVA LIMA**, matrícula n° 38059, exercendo o cargo Efetivo de Auxiliar de Desenvolvimento Econômico e Social, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 11 de Março de 2019.

MARCOS RODRIGUES DA SILVA

Superintendente de Gestão de Pessoas/ SAD.

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2019

Processo nº 570689/2019. Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de 35.000 (trinta e cinco mil) toneladas de concreto betu-

minoso usinado a quente - CBUQ, para atender as necessidades do Município de Várzea Grande/MT. Por meio de Pregoeiro Oficial designado pela Portaria n. 867/2018, torna público o **RESULTADO** do **PREGÃO PRESENCIAL 05/2019**Onde sagrou se vencedora No **ITEM I** a empresa**MTSUL CONSTRUCÕES LTDA** inscrita no CNPJ sob o Nº 06.232.484/0001-80**,**com valor total de **R$8.998.000,00** (Oito milhões novecentos e noventa e oito mil reais).A ata da presente sessão esta disponível no site: www.varzegrande.mt.gov.br. Várzea Grande - MT, 11 de Março de 2019. **Carlino Agostinho -** Pregoeiro Oficial.

ATO Nº 172/2019

A PREFEITA MUNICIPAL DE VÀRZEA GRANDE, *LUCIMAR SACRE DE CAMPOS*, brasileira, portadora do RG nº 0249873-1 SSP/SP e do CPF Nº 078.334.311-68, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica do Município e pela Lei Municipal n°. 1.164/1991- Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Várzea Grande, e;

Considerando o contido no Processo Administrativo Disciplinar N° 051/2017, instaurado pela Portaria nº 206/CPSPAD/SAD/2018, de 26 de fevereiro de 2018, publicada no Diário Oficial dos Municípios - AMM, cujo julgamento final se deu no dia 19 de fevereiro de 2019;

RESOLVE:

ACOLHER, em todos os seus termos, o relatório proferido pela Comissão Permanente de Sindicância e Processos Administrativos Disciplinares por estar o mesmo de acordo com as provas dos autos, e JULGAR que o servidor JOSÉ FÁBIO MARQUES DIAS JÚNIOR, matricula nº 23797, Agente Administrativo, incorreu na infração estatutária de abandono de cargo, tipificada no artigo 148 da Lei Complementar Municipal n° 1.164/91, para APLICAR-LHE A PENA DISCIPLINAR DE DEMISSÃO.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes.

Várzea Grande-MT, 19 de fevereiro de 2019.

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

RESOLUÇÃO 03/2019 – CMDCA VÁRZEA GRANDE

Aprovação de Chancela para Captação de Projetos Sociais.

O **Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Várzea Grande**, no uso de suas atribuições legais,que lhe são conferidos pela Lei Municipal 4.095 de 03 de setembro de 2015 e Lei Federal nº. 8.069 de 13 de julho de 1990.

Considerando as Deliberações do Pleno deste Colegiado da Criança e Adolescente em sua Plenária Ordinária nº. 276, realizada no dia 28 de fevereiro de 2019;

Considerando o processo 03/2019;

Considerando o Projeto apresentado conforme legislação vigente, para Captaçãode Projetos Sociais;

RESOLVE:

Art. 1º- Aprovar a Chancela do Projeto para captação de recurso, conforme Art. 24 da Lei Municipal nº 4.095/2015,para execução em 2019 e 2020, com atividades desenvolvidas e realizadas em Várzea Grande.

Instituição Executora	Nome do Projeto
ASSOCIAÇÃO CÁRITAS	IMPULSIONANDO AÇÕES SOCIAIS NA PROTEÇÃO E GARANTIAS DE DIREITOS

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Registrada publicada

Cumpra-se

Várzea Grande (MT), 28 de fevereiro de 2019.

Katlin Oliveira Calmon
Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente/mandato 2018-2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE

DECRETO N. 035/2019

Limita a atuação concomitante dos servidores públicos do departamento de engenharia, com a atividade de engenheiro/arquiteto na iniciativa privada e dá outras providências.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO que o exercício da função pública impõe aos seus exercentes restrições dentre as quais se destacam, os impedimentos e incompatibilidades entre o exercício do cargo e certas atividades particulares, sendo limites perfeitamente admissíveis ao direito dos servidores públicos;

CONSIDERANDO decisão do TCE – MT dos autos 16.941/2016 com fulcro no entendimento de que, não há conflito de interesse na aprovação de projetos e alvarás de construção, **por servidor diverso daquele que o assinou;**

CONSIDERANDO o disposto no Artigo 132, X da Lei Municipal nº 424/1992 a qual dispõe que " Ao funcionário é proibido: valer-se de cargo para lograr proveito pessoal ou de ordem, em detrimento da dignidade da função pública", DECRETA:

Art. 1º É vedado ao profissional, no exercício de cargo ou função, analisar e aprovar projeto ou fiscalizar administrativamente obra de sua autoria.

Art. 2º A inobservância do disposto no Art.1º deste Decreto implicará na abertura de Processo Administrativo Disciplinar.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Vila Bela da Santíssima Trindade, aos 07 dias do mês de março de 2019

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA

Prefeita Municipal

PORTARIA N.098/2019.

DESIGNA SERVIDORA PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR A EXECUÇÃO DE CONTRATOS QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA, prefeito municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente em atendimento ao disposto no art. 67, da Lei nº 8.666/93, de 21 de Junho de 1993;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora **CRISTIANE SCATOLIN,** brasileira, residente e domiciliado a Rua Conde de Azambuja, s/nº, Centro, município de Vila Bela da Ss Trindade – MT, Auxiliar Administrativo na Secretaria de Educação portadora da Cédula de Identidade **RG: n. 14273683 SSP/MT** e **CPF n. 950.582.571-49,** para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos da Administração Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade de **N. 018/2019.**

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, tendo, revogadas disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS SEIS DIAS DO MÊS DE MARÇO DO ANO DE DOIS MIL E DEZENOVE.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA N.104/2019

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDORA E DÁ PROVIDENCIAS CORRELATAS".

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA, prefeito do município de Vila Bela da Santíssima Trindade, **Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, em especial as consignadas no artigo 63, incisos VI, IX, XV e XXIV, da Lei Orgânica do Município;**

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a servidora **GISELE RAMÃO DE MELO,** brasileira, residente e domiciliada no bairro Jardim Aeroporto, município de Vila Bela da Ss Trindade – MT, portadora do **RG: 170.84636 SSP/MT e CPF: 012. 577.561-09**, efetiva no cargo de Merendeira, lotada na Secretaria Municipal de "Educação", **Licença-Prêmio,** por um período de **30 (trinta)** dias Consecutivos, sem prejuízo da remuneração do referido cargo, com fulcro no artigo 102, da **Lei Municipal** 424, de 28 de fevereiro de 1992.

Parágrafo único – Expirado o período da licença a que se refere este artigo, o servidor beneficiário deverá se apresentar ao respectivo órgão de lotação, para reassumir o exercício regular de suas funções.

Art. 2º - A licença de que se trata o **Artigo 1º** corresponde ao período aquisitivo de **28/05/2012 a 28/05/2017**, tendo inicio **11/03/2019** e término em **11/04/2019.**

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrario.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS ONZE DIAS DO MÊS DE MARÇO DE DOIS MIL E DEZENOVE.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA PREFEITO

PORTARIA N.106/2019

"AUTORIZA A SERVIDORA **ANTONIA DEVANETE LEITE MENDES MENEZES**, O RETORNO AO CARGO EFETIVO DE FISCAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA"

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA, prefeito municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade,Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Autorizar a servidora **ANTONIA DEVANETE LEITE MENDES MENEZES,** brasileira, casada, residente e domiciliada, a rua Conde de Azambuja, n. 07, bairro Centro, município de Vila Bela da Ssª Trindade – MT, portadora da Cédula de Identidade nº 17085195 SSP/MT e CPF nº 014. 867.261-27,o retorno ao cargo efetivo de Fiscal de Vigilância Sanitária, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, a contar do dia 04/02/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativo a 04/02/2019, revogadas disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS ONZE DIAS DO MÊS DE MARÇO DE DOIS MIL E DEZENOVE.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA PREFEITO

PORTARIA N. 105, DE 11 DE MARÇO DE 2019.

"DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDORA EM CARGO EFETIVO"

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA, prefeito municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade,Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, em especial as consignadas no artigo 63, incisos VI, IX, XV e XXIV, da Lei Orgânica do Município, e

Considerando que a servidora abaixo referenciada, protocolou requerimento junto ao Departamento de Recursos Humanos, solicitando sua exoneração a partir da data de 01/03/2019;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica exoneradaa pedido, de seu cargo efetivo de Professora – Pedagogia (Zona Rural), **ELIANE APARECIDA DE OLIVEIRA**.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrario.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS ONZE DIAS DO MÊS DE MARÇO DO ANO DE DOIS MIL E DEZENOVE.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA

PORTARIA Nº 052/2019 DE 11 DE MARÇO DE 2019.

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA, Prefeito do Município de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e,

***CONSIDERANDO** o disposto no artigo 73, inciso I, alínea "b" e inciso II, alíneas "a" e "b" da Lei 8.666/93 e os princípios que regem a Administração Pública;*

RESOLVE:

Art. 1º Designar, MAGNA APARECIDA DA SILVA CIRINO mat. 675, para atuar como fiscal de contratos celebrados pelo Município de Vila Rica –MT, com a atribuição de acompanhar e fiscalizar a correta execução do objeto aos termos contratuais realizados, relativos a prestação de serviços de transporte, tratamento e destinação final de resíduos sólidos de saúde dos grupos "A","B" e "E".

Art. 2º. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

EDITAL DE INTIMAÇÃO FISCAL N° 00003, DE 11 DE MARÇO DE 2019

Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse.

O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termos do artigo 23, § 1º, inciso II, do Decreto nº 70.235/72, com redação dada pelas Leis nº 11.941/2009 e nº 11.196/2005, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.250/2005, INTIMA o[s] sujeito[s] passivo[s] abaixo relacionado [s], a comparecer[em], em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste município para tomar ciência do[s] Termo[s] de Intimação Fiscal [ITR] a seguir identificado[s].

Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á feita a intimação no 15º [décimo quinto] dia após a publicação deste Edital.

Sujeito(s) Passivo(s)

Nome Completo / Razão Social	CPF/CNPJ	Termo de Intimação Fiscal (ITR)
JOAO BARROS MATINS (ESPÓLIO DE)	016.124.331-20	9897/00019/2019
LAZARO FERREIRA BARBOSA	021.500.341-15	9897/00023/2019
KASSIO VINICIUS ROCHA SIQUEIRA	037.851.531-47	9897/00034/2019
NESTOR SEVERINO DE MENDONCA	035.764.931-15	9897/00040/2019
PAULO CESAR VILELA BORGES	437.967.371-53	9897/00048/2019
SATURNINO GONCALVES	149.662.638-91	9897/00054/2019
JORGE LIBRELOTO STEFANELLO	065.108.680-91	9897/00063/2019
EUGENIO RIBEIRO CONST E SERVICOS LTDA	37.349.040/0001-53	9897/00064/2019
FREDERICO TOMAS ALVES	940.536.341-72	9897/00078/2019
DOURIVAL XAVIER DE SOUZA	095.416.831-34	9897/00085/2019
DOURIVAL XAVIER DE SOUZA	095.416.831-34	9897/00086/2019
DOURIVAL XAVIER DE SOUZA	095.416.831-34	9897/00088/2019
MARDEN GARCIA CARNEIRO	035.406.341-34	9897/00090/2019
FAZENDA ALTO DO RIO PRETO II LTDA ME	14.989.703/0001-07	9897/00093/2019
EDSON GARCIA DE SOUZA	303.089.686-20	9897/00122/2019

Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR
Nome: Rui Barbosa Melo de Barros Matrícula: 00012016 Cargo/Portaria de Nomeação n° : SECRETARIO DE FINANÇAS Assinatura:

Data de afixação: 11/03/2019

Data de desafixação: 26/03/2019

RGF 3º QUADRIMESTRE

MUNICÍPIO DE VILA RICA - MT
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2018

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b") R$ 1,00

DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2018		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**63.022,08**
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	63.022,08
_ Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
___ Internos	0,00	0,00	0,00	0,00
___ Externos	0,00	0,00	0,00	0,00
_ Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
_ Financiamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
___ Internos	0,00	0,00	0,00	0,00
___ Externos	0,00	0,00	0,00	0,00
_ Parcelamento e Renegociação de Dívidas	0,00	0,00	0,00	63.022,08
___ De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
___ De Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	63.022,08
___ De Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
___ Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
___ Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
_ Demais Dívidas Contratuais	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pa	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	**11.323.476,92**	**9.593.674,71**	**7.392.762,60**	**5.551.293,33**
Disponibilidade de Caixa	11.323.476,92	9.593.674,71	7.392.762,60	5.551.293,33
___ Disponibilidade de Caixa Bruta	12.013.357,47	10.650.169,59	7.988.834,95	6.179.716,91
___ (-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	689.880,55	1.056.494,88	596.072,35	628.423,58
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	**-11.323.476,92**	**-9.593.674,71**	**-7.392.762,60**	**-5.488.271,25**
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	**52.476.562,26**	**53.385.863,19**	**55.283.339,46**	**56.430.168,78**
% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]	**0,00%**	**0,00%**	**0,00%**	**0,11%**
% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]	**-21,58%**	**-17,97%**	**-13,37%**	**-9,73%**
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%	**62.971.874,71**	**64.063.035,83**	**66.340.007,35**	**67.716.202,54**
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%	**56.674.687,24**	**57.656.732,25**	**59.706.006,62**	**60.944.582,28**

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2018		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
PASSIVO ATUARIAL	0,00	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS E CONSIGNAÇÕES SEM CONTRAPARTIDA	270.111,80	297.747,52	287.688,35	405.300,57
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	7.697.916,46	10.619.929,75	12.007.332,14	4.558.542,46
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONTRATUAL DE PPP	0,00	0,00	0,00	0,00
APROPRIAÇÃO DE DEPÓSITOS JUDICIAIS - LC 151/2015	0,00	0,00	0,00	0,00

1. Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total da Disponibilidade de Caixa Bruta for menor que Restos a Pagar Processados, esse saldo negativo não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", no quadro "Outros Valores não integrantes da Dívida Consolidada". Assim, quando o cálculo de Disponibilidade de Caixa for negativo, o valor dessa linha deverá ser (0) "zero".

2. Refere-se aos precatórios posteriores a 05/05/2000 que, em cumprimento ao disposto no artigo 100 da Constituição Federal, ainda não foram incluídos no orçamento ou constam no orçamento e ainda não foram pagos. Ao final do exercício em que esses precatórios foram incluídos ou que deveriam ter sido incluídos, os valores deverão compor a linha "Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e não pagos".

FONTE:

RGF 3º QUADRIMESTRE

MUNICÍPIO DE VILA RICA - MT - PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA

RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Até o 3º Quadrimestre de 2018

L.R.F., Artigo 48 - Anexo 6 — R$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE/SEMESTRE
Receita Corrente líquida	56.430.168,78
Receita Corrente líquida Ajustada	56.430.168,78

DESPESAS COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Despesa Total com Pessoal - DTP	29.470.702,91	52,23
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	30.472.291,14	54,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	28.948.676,58	51,30
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - <%>	27.425.062,03	48,60

DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	-5.488.271,25	-9,73
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	67.716.202,54	120,00

GARANTIA DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	12.414.637,13	22,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	9.028.827,00	16,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	3.950.111,81	7,00

RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	3.187.880,14	3.775.330,44

FONTE:

PREFEITURA/LICITAÇÃO
COMUNICADO DE ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇO

COMUNICADO DE ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 015/2019

ADESÃO Nº 002/2019

O Município de Vila Rica- MT, através da Pregoeira substituta, Srª Samia Santos Araújo Tabosa designada pela Portaria nº. 433/2018 de 19 de Dezembro de 2018 torna publico à Adesão 002/2019 a ata de registro de preço oriunda Pregão Presencial 032/2018, realizado pelo Município de Aragarças -GO, com a finalidade de contratar empresa especializada em prestação de serviços para o transporte, tratamento e destinação final de resíduos sólidos de serviços de saúde do grupo: “A”, “B” e “E”. Empresa contratada será BIO RESIDUOS SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA (22.096.126/0002-25).

Vila Rica / MT, 11 de Março de 2019.

SAMIA SANTOS ARAUJO TABOSA

Port. 433/2018

Pregoeira substituta

PREFEITURA/LICITAÇÃO
RESULTADO

RESULTADO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 007/2019

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2019

Nº DE LICITAÇÃO NO BB: 754022

A Pregoeira Substituta, Srª Samia Santos Araujo Tabosa designada pela Portaria nº. 433/2018, leva ao conhecimento dos interessados o Registro de Preço para futura e eventual aquisição de materiais para laboratório, para atender o laboratório Municipal, onde foram declaradas vencedoras as empresas:

EMPRESAS DECLARADAS VENCEDORAS	VALOR TOTAL (R$)
ESFERA MASTER COMERCIAL EIRELI (26.527.362/0001-29)	R$ 18.379,00
M.K.R. COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI (31.499.939/0001-76)	R$ 1.935,00
M.S. DIAGNOSTICA LTDA (00.970.175/0003-93)	R$ 1.257,00

Lote 04(Mesa para exame), não foi apresentado proposta para este lote ficando procedimento Deserto. Lote 05(Estufa) foi cancelado.

Vila Rica – MT, 11 de Março de 2019.

SAMIA SANTOS ARAUJO TABOSA

Pregoeira Substituta

Portaria nº 433/2018

PREFEITURA/LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 004/2019

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 004/2019

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 007/2019 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2019

DO OBJETO: Registro de Preço para futura e eventual aquisição de materiais para laboratório, para atender o laboratório Municipal.

DO PAGAMENTO: O pagamento será efetuado à Contratada em até 10(Dez) dias úteis, contados do recebimento oficial da nota fiscal atestada pela Secretaria solicitante.

DATA: Vila Rica/MT, 11 de Março de 2019.

ASSINANTES / VALOR:

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA - Prefeitura Municipal de Vila Rica – Contratante.

ESFERA MASTER COMERCIAL EIRELI (26.527.362/0001-29)- R$ 18.379,00 **– Contratada**.

M.K.R. COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI (31.499.939/0001-76) **-** R$ 1.935,00 – Contratada**.**

M.S. DIAGNOSTICA LTDA (00.970.175/0003-93) - R$ 1.257,00 - Contratada**.**

RGF 3º QUADRIMESTRE

MUNICÍPIO DE VILA RICA - MT

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO_ DE 2018

RGF – Anexo 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º) R$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2018		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
AOS ESTADOS (I)				
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Interna	0,00	0,00	0,00	0,00
AOS MUNICÍPIOS (II)				
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Interna	0,00	0,00	0,00	0,00
ÀS ENTIDADES CONTROLADAS (III)				
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Interna	0,00	0,00	0,00	0,00
POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (V) = (I + II + III + IV)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (VI)	**52.476.562,26**	**53.385.863,19**	**55.283.339,46**	**56.430.168,78**
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%	**11.544.843,70**	**11.744.889,90**	**12.162.334,68**	**12.414.637,13**
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 19,8%	**10.390.359,33**	**10.570.400,91**	**10.946.101,21**	**11.173.173,42**

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2018		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DOS ESTADOS (VII)				
Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
DOS MUNICÍPIOS (VIII)				
Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
DAS ENTIDADES CONTROLADAS (IX)				
Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
EM GARANTIAS POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (X)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (XI) = (VII + VIII + IX + X)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

MEDIDAS CORRETIVAS:

FONTE:

RGF 3º QUADRIMESTRE

MUNICÍPIO DE VILA RICA - MT

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2018/QUADRIMESTRE SETEMBRO - DEZEMBRO

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c") R$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de referência	Até o Quadrimestre de referência (a)
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Empréstimo	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito previstas no art. 7º § 3º da RSF nº 43/2001¹ (I)	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Empréstimo	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito previstas no art. 7º § 3º da RSF nº 43/2001¹ (II)	0,00	0,00
TOTAL (III)	**0,00**	**0,00**

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	**56.430.168,78**	**—**
OPERAÇÕES VEDADAS(V)	**0,00**	**0,00**
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (VI) = (IIIa + V - Ia - IIa)	**0,00**	**0,00**
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS	**9.028.827,00**	**16,00**
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 14,4%	**8.125.944,30**	**14,40**
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	**0,00**	**0,00**
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	**3.950.111,81**	**7,00**

OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTEGRAM DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de referência	Até o Quadrimestre de referência (a)
Parcelamentos de Dívidas	94.533,12	94.533,12
Tributos	0,00	0,00
Contribuições Previdenciárias	94.533,12	94.533,12
FGTS	0,00	0,00
Operações de reestruturação e recomposição do principal de dívidas	0,00	0,00

FONTE:

PREFEITURA/LICITAÇÃO
RESULTADO

RESULTADO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/2019

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2019

Nº DE LICITAÇÃO NO BB: 754701

A Pregoeira Substituta, Srª Samia Santos Araujo Tabosa designada pela Portaria nº. 433/2018, leva ao conhecimento dos interessados o Registro de Preço para futura e eventual aquisição de equipamentos para academia da terceira idade(ATI), a serem implantada em locais específicos a fim de

atender a demanda da Secretaria de Assistência Social, onde foi declarada vencedora a empresa:

EMPRESA DECLARADA VENCEDORA	VALOR TOTAL (R$)
PAULO ZIOBER EQUIPAMENTOS METALURGICOS LTDA (08.374.053/0001-84)	R$ 13.598,98

Vila Rica – MT, 11 de Março de 2019.

SAMIA SANTOS ARAUJO TABOSA

Pregoeira Substituta

Portaria nº 433/2018

EDITAL DE INTIMAÇÃO FISCAL N° 00004, DE 11 DE MARÇO DE 2019

Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse.

O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termos do artigo 23, § 1º, inciso II, do Decreto nº 70.235/72, com redação dada pelas Leis nº 11.941/2009 e nº 11.196 /2005, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.250/2005, INTIMA o[s] sujeito[s] passivo[s] abaixo relacionado [s], a comparecer[em], em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste município para tomar ciência do[s] Termo[s] de Intimação Fiscal [ITR] a seguir identificado[s].

Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á feita a intimação no 15º [décimo quinto] dia após a publicação deste Edital.

Sujeito(s) Passivo(s)

Nome Completo / Razão Social	CPF/CNPJ	Termo de Intimação Fiscal (ITR)
EUGENIO RIBEIRO CONSTRUCOES E SERVICOS LTDA	37.349.040/0001-53	9897/00123/2019

Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR
Nome: Rui Barbosa Melo de Barros Matrícula: 00012016 Cargo/Portaria de Nomeação n° : SECRETARIO DE FINANÇAS Assinatura:

Data de afixação: 11/03/2019
Data de desafixação: 26/03/2019

PREFEITURA/LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 005/2019

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 005/2019

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/2019 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2019

DO OBJETO: Registro de Preço para futura e eventual aquisição de equipamentos para academia da terceira idade(ATI), a serem implantada em locais específicos a fim de atender a demanda da Secretaria de Assistência Social.

DO PAGAMENTO: O pagamento será efetuado à Contratada em até 10(Dez) dias úteis, contados do recebimento oficial da nota fiscal atestada pela Secretaria solicitante.

DATA: Vila Rica/MT, 11 de Março de 2019.

ASSINANTES / VALOR:

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA - Prefeitura Municipal de Vila Rica – Contratante.

PAULO ZIOBER EQUIPAMENTOS METALURGICOS LTDA (08.374.053/0001-84) - R$ 13.598,98 – Contratada.

MUNICÍPIO DE VILA RICA - MT - PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2018/QUADRIMESTRE SETEMBRO - DEZEMBRO

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

R$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSÓRCIO PÚBLICO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquid. e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras				
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício						
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)	(g) = (a - (b + c + d + e) - f)		
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	4.993.275,74	41.776,13	408.203,14	1.364.692,95	102.746,47	0,00	3.075.857,05	2.562.841,42	0,00
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB 60%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB 40%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos Destinados à Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos Destinados à Saúde	254.897,45	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	254.897,45	37,40	0,00
Recursos Destinados à Assistência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos destinados ao RPPS - Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos destinados ao RPPS - Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Operações de Crédito (exceto destinados à Educ	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Alienação de Bens/Ativos	168.546,59	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	168.546,59	0,00	0,00
Outras Destinações Vinculadas de Recursos	4.569.831,70	41.776,13	408.203,14	1.364.692,95	102.746,47	0,00	2.652.413,01	2.562.804,02	0,00
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	1.186.441,17	19.331,09	159.113,22	5.969,37	302.554,10	0,00	699.473,39	625.038,72	0,00
Recursos Ordinários	1.186.441,17	19.331,09	159.113,22	5.969,37	302.554,10	0,00	699.473,39	625.038,72	0,00
Outros Recursos não Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	6.179.716,91	61.107,22	567.316,36	1.370.662,32	405.300,57	0,00	3.775.330,44	3.187.880,14	0,00

FONTE:

RGF 3º QUADRIMESTRE

EDITAL DE INTIMAÇÃO FISCAL N° 00005, DE 11 DE MARÇO DE 2019

Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse.

O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termos do artigo 23, § 1º, inciso II, do Decreto nº 70.235/72, com redação dada pelas Leis nº 11.941/2009 e nº 11.196 /2005, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.250/2005, INTIMA o[s] sujeito[s] passivo[s] abaixo relacionado [s], a comparecer[em], em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste município para tomar ciência do[s] Termo[s] de Intimação Fiscal [ITR] a seguir identificado[s].

Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á feita a intimação no 15º [décimo quinto] dia após a publicação deste Edital.

Sujeito(s) Passivo(s)

Nome Completo / Razão Social	CPF/CNPJ	Termo de Intimação Fiscal (ITR)
CAZANGA GESTAO DE EMPREENDIMENTOS AGROPECUARIOS LTDA	08.262.672/0001-87	9897/00010/2019
CAZANGA GESTAO DE EMPREENDIMENTOS AGROPECUARIOS LTDA	08.262.672/0001-87	9897/00042/2019
ARNALDO FELIX FERREIRA	032.291.651-87	9897/00117/2019

Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR
Nome: Rui Barbosa Melo de Barros Matrícula: 00012016 Cargo/Portaria de Nomeação n° : SECRETARIO DE FINANÇAS Assinatura:

Data de afixação: 11/03/2019
Data de desafixação: 26/03/2019

Município de VILA RICA - MT - Poder Executivo
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2018 A DEZEMBRO/2018

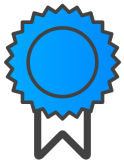
RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
	Jan/2018	Fev/2018	Mar/2018	Abril/2018	Maio/2018	Jun/2018	Jul/2018	Ago/2018	Set/2018	Out/2018	Nov/2018	Dez/2018	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	2.533.238,08	2.998.026,93	2.867.343,36	2.846.940,86	2.775.993,86	2.877.839,03	2.991.129,35	2.886.137,82	2.737.797,06	3.044.280,44	3.508.462,97	3.147.121,80	35.214.311,36	0,00
Pessoal Ativo	2.533.238,08	2.558.725,69	2.619.821,72	2.612.852,71	2.541.731,66	2.644.444,43	2.756.633,18	2.636.410,77	2.487.655,52	2.767.730,11	3.227.794,44	2.609.735,07	31.996.773,38	0,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	2.198.731,73	2.153.961,38	2.267.261,07	2.247.685,39	2.223.481,84	2.246.052,49	2.283.659,35	2.188.638,87	2.175.074,36	2.235.765,65	2.699.111,58	2.220.000,96	27.139.404,66	0,00
Obrigações Patronais	334.506,35	341.897,56	325.048,00	341.031,40	290.299,27	363.505,82	416.182,67	391.330,41	274.258,13	500.850,14	496.253,77	349.571,98	4.424.735,50	0,00
Benefícios Previdenciários	0,00	62.866,75	27.512,65	24.155,92	27.950,55	34.886,12	56.791,16	56.441,49	38.323,04	31.114,32	32.429,09	40.162,13	432.633,22	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	0,00	439.301,24	247.521,64	234.087,95	234.262,20	233.394,60	234.496,17	249.727,05	250.141,54	276.550,33	280.658,53	537.386,73	3.217.537,98	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	0,00	389.666,08	222.704,05	209.270,37	209.338,62	208.725,84	209.363,05	222.359,25	224.048,85	250.457,64	254.575,70	480.452,19	2.880.961,65	0,00
Pensões	0,00	49.635,16	24.817,58	24.817,58	24.923,58	24.668,76	25.133,12	27.367,80	26.092,69	26.092,69	26.092,83	56.934,54	336.576,33	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	88.143,37	82.889,39	198.835,88	228.601,68	173.324,19	146.552,43	152.672,74	170.198,52	141.605,61	177.601,70	131.964,86	307.463,81	1.999.854,18	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	88.143,37	82.889,39	198.835,88	228.601,68	173.324,19	146.552,43	152.672,74	170.198,52	141.605,61	177.601,70	131.964,86	307.463,81	1.999.854,18	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	**2.445.094,71**	**2.915.137,54**	**2.668.507,48**	**2.618.338,98**	**2.602.669,67**	**2.731.286,60**	**2.838.456,61**	**2.715.939,30**	**2.596.191,45**	**2.866.678,74**	**3.376.498,11**	**2.839.657,99**	**33.214.457,18**	**0,00**

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	**56.430.168,78**	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais(V) (§ 13, art. 166 da CF)	**0,00**	
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)	**56.430.168,78**	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III a + III b)	**33.214.457,18**	**58,86**
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	**30.472.291,14**	**54,00**
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VIII) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	**28.948.676,58**	**51,30**
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	**27.425.062,03**	**48,60**

Esse documento foi assinado por

	**Signatário**	CN=ASSOCIACAO MATOGROSSENSE DOS MUNICIPIOS:00234260000121, OU=Certificado PJ A1, OU=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR
	Data/Hora	Mon Mar 11 22:32:31 UTC 2019
	Emissor do Certificado	CN=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR
	Número Serial.	1170115676103352402
	Método	urn:adobe.com:Adobe.PPKLite:adbe.pkcs7.sha1 (Adobe Signature)